



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2384

Terça-feira - 14 de Novembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	4	Forquilha .....	273	Monte Castelo .....	468
Água Doce .....	5	Fraiburgo .....	275	Morro da Fumaça .....	469
Alto Bela Vista .....	36	Garopaba .....	283	Navegantes .....	470
Anchieta .....	37	Garuva .....	284	Nova Erechim .....	483
Antônio Carlos .....	39	Gaspar .....	285	Nova Itaberaba .....	484
Apiuna .....	51	Gravatal .....	287	Nova Trento .....	485
Arabutã .....	53	Guaraciaba .....	288	Nova Veneza .....	490
Arroio Trinta .....	56	Guaramirim .....	290	Novo Horizonte .....	491
Ascurra .....	61	Guarujá do Sul .....	294	Orleans .....	495
Balneário Piçarras .....	63	Guatambú .....	295	Ouro .....	530
Balneário Rincão .....	64	Herval d'Oeste .....	296	Ouro Verde .....	535
Barra Bonita .....	66	Ibiam .....	297	Palhoça .....	536
Barra Velha .....	69	Ibirama .....	298	Palma Sola .....	539
Bela Vista do Toldo .....	70	Ilhota .....	335	Papanduva .....	542
Benedito Novo .....	71	Imarui .....	336	Paraíso .....	546
Biguaçu .....	72	Imbituba .....	337	Passo de Torres .....	559
Blumenau .....	80	Imbuia .....	338	Passos Maia .....	562
Bom Jardim da Serra .....	84	Indaial .....	339	Paulo Lopes .....	563
Bom Jesus do Oeste .....	85	Ipira .....	349	Penha .....	565
Bom Retiro .....	101	Iporã do Oeste .....	350	Pescaria Brava .....	570
Botuvera .....	107	Ipuacú .....	351	Petrolândia .....	571
Braço do Trombudo .....	109	Ipumirim .....	354	Pinheiro Preto .....	572
Brusque .....	110	Iraceminha .....	355	Piratuba .....	577
Caçador .....	117	Irani .....	356	Planalto Alegre .....	579
Caibi .....	140	Irineópolis .....	357	Pomerode .....	580
Camboriú .....	143	Itá .....	358	Ponte Alta do Norte .....	584
Campo Alegre .....	144	Itapema .....	361	Ponte Serrada .....	585
Campos Novos .....	158	Itapiranga .....	362	Porto Belo .....	586
Canoinhas .....	160	Itapoá .....	365	Porto União .....	589
Capinzal .....	188	Jaborá .....	369	Pouso Redondo .....	591
Catanduvas .....	191	Jaraguá do Sul .....	370	Presidente Castello Branco .....	593
Caxambu do Sul .....	204	Joaçaba .....	383	Presidente Nereu .....	594
Cerro Negro .....	205	José Boiteux .....	388	Princesa .....	608
Chapadão do Lageado .....	206	Lages .....	389	Rancho Queimado .....	636
Chapecó .....	208	Laguna .....	392	Rio das Antas .....	637
Cocal do Sul .....	211	Lauro Muller .....	393	Rio do Campo .....	639
Concórdia .....	215	Lebon Regis .....	395	Rio dos Cedros .....	658
Cordilheira Alta .....	220	Leoberto Leal .....	404	Rio do Sul .....	642
Coronel Martins .....	247	Lindóia do Sul .....	407	Romelândia .....	660
Correia Pinto .....	248	Luis Alves .....	408	Salto Veloso .....	661
Cunha Porã .....	249	Luzerna .....	409	Santa Cecília .....	663
Cunhataí .....	250	Macieira .....	411	Santa Rosa do Sul .....	670
Curitibanos .....	253	Mafrá .....	441	Santa Terezinha do Progresso .....	681
Descanso .....	255	Maracajá .....	442	Santiago do Sul .....	683
Dionísio Cerqueira .....	263	Maravilha .....	447	São Bento do Sul .....	687
Doutor Pedrinho .....	264	Massaranduba .....	449	São Bonifácio .....	691
Faxinal dos Guedes .....	266	Meleiro .....	450	São Domingos .....	692
Flor do Sertão .....	267	Modelo .....	465	São Francisco do Sul .....	693
Formosa do Sul .....	272	Mondaí .....	467	São João Batista .....	769

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2384

Terça-feira - 14 de Novembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

São João do Oeste .....	772	Sombrio.....	867	Urubici .....	896
São Joaquim .....	779	Sul Brasil .....	868	Urussanga .....	898
São José.....	781	Tangará .....	870	Vargeão.....	899
São José do Cedro.....	786	Tigrinhos .....	872	Vargem Bonita .....	927
São Lourenço do Oeste.....	791	Tijucas .....	875	Vidal Ramos.....	928
São Miguel do Oeste.....	797	Timbó .....	878	Videira.....	929
São Pedro de Alcântara.....	803	Treze Tílias .....	884	Vitor Meireles.....	934
Schroeder .....	805	Trombudo Central.....	885	Xanxerê.....	937
Seara .....	830	Tunápolis.....	889	Xavantina .....	938
Serra Alta .....	834	Turvo .....	892	Xaxim .....	967
Siderópolis.....	866	União do Oeste .....	893	Zortéa .....	968

## Associações

AMOSC.....	971
------------	-----

## Consórcios

AGIR .....	976	CIMVI.....	979	CIAPS.....	982
CIGA .....	977	CISAM .....	981		

## Editais de Notificação

Agronômica .....	983	Canelinha .....	1072	Ibicaré.....	1200
Água Doce.....	984	Canoinhas.....	1073	Ibirama .....	1202
Alfredo Wagner .....	989	Capinzal .....	1077	Ilhota .....	1204
Alto Bela Vista.....	991	Catanduvas.....	1079	Imbituba .....	1205
Anchieta .....	991	Celso Ramos.....	1080	Imbuia .....	1209
Anita Garibaldi .....	993	Chapecó .....	1081	Indaial.....	1213
Anitápolis.....	993	Cocal do Sul.....	1143	Iomerê .....	1217
Antônio Carlos .....	994	Concórdia .....	1146	Ipira .....	1217
Apiuna.....	996	Cordilheira Alta .....	1153	Ipumirim .....	1219
Ascurra.....	996	Coronel Freitas.....	1153	Iraceminha .....	1219
Atalanta.....	998	Correia Pinto.....	1155	Irani.....	1220
Aurora .....	999	Corupá .....	1157	Irineópolis .....	1222
Balneário Gaivota .....	1000	Cunha Porã.....	1159	Itá .....	1223
Balneário Rincão .....	1002	Curitibanos .....	1160	Itaiópolis .....	1224
Barra Velha.....	1006	Descanso.....	1164	Itapiranga.....	1226
Bela Vista do Toldo.....	1009	Dionísio Cerqueira .....	1165	Itapoá .....	1227
Belmonte.....	1010	Doutor Pedrinho.....	1167	Ituporanga .....	1228
Benedito Novo .....	1010	Ermo .....	1167	Jaborá .....	1236
Biguaçu .....	1012	Faxinal dos Guedes.....	1169	Jacinto Machado .....	1237
Blumenau .....	1015	Formosa do Sul .....	1170	Jaraguá do Sul .....	1239
Bom Jardim da Serra .....	1048	Forquilha.....	1171	Joaçaba.....	1256
Bom Jesus do Oeste.....	1049	Fraiburgo.....	1174	José Boiteux .....	1259
Bom Retiro .....	1050	Garopaba.....	1177	Jupia .....	1260
Botuverá.....	1051	Garuva .....	1180	Lages .....	1261
Brusque.....	1053	Gaspar .....	1182	Laguna .....	1274
Caçador.....	1059	Governador Celso Ramos .....	1189	Lajeado Grande.....	1277
Camboriú.....	1063	Grão Pará .....	1191	Lauro Muller .....	1278
Campo Alegre .....	1066	Gravatal.....	1192	Lebon Regis.....	1279
Campo Erê.....	1067	Guaramirim.....	1194	Luis Alves .....	1281
Campos Novos.....	1069	Herval d'Oeste .....	1197	Luzerna .....	1283





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2384

Terça-feira - 14 de Novembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

Mafra .....	1284	São João do Sul .....	1393
Maracajá .....	1287	São Joaquim .....	1395
Maravilha.....	1289	São José.....	1397
Marema.....	1291	São José do Cedro.....	1409
Massaranduba.....	1292	São Lourenço do Oeste.....	1410
Matos Costa.....	1294	São Miguel do Oeste.....	1413
Meleiro .....	1295	Schroeder .....	1418
Modelo .....	1297	Seara .....	1421
Monte Carlo .....	1297	Serra Alta .....	1424
Morro da Fumaça .....	1299	Siderópolis.....	1425
Morro Grande.....	1300	Sombrio.....	1426
Navegantes.....	1301	Sul Brasil .....	1428
Nova Trento .....	1304	Tangará .....	1429
Nova Veneza.....	1306	Tigrinhos .....	1431
Orleans .....	1312	Tijucas .....	1433
Ouro .....	1315	Timbé do Sul .....	1437
Ouro Verde .....	1317	Timbó .....	1438
Palhoça .....	1318	Timbó Grande.....	1446
Palmitos .....	1326	Três Barras .....	1447
Papanduva.....	1328	Treze Tílias .....	1448
Passo de Torres.....	1330	Tunápolis.....	1453
Passos Maia .....	1332	Turvo .....	1454
Paulo Lopes .....	1333	União do Oeste .....	1456
Penha.....	1334	Urussanga .....	1457
Petrolândia .....	1337	Vargeão.....	1459
Pinhalzinho .....	1338	Vargem Bonita .....	1460
Piratuba.....	1339	Vidal Ramos.....	1461
Planalto Alegre.....	1341	Videira.....	1462
Pomerode .....	1342	Vitor Meireles.....	1466
Ponte Serrada .....	1348	Xanxerê.....	1467
Porto Belo.....	1349	Xavantina .....	1471
Porto União.....	1354	Xaxim.....	1473
Pouso Redondo .....	1357		
Praia Grande.....	1358		
Presidente Castello Branco .....	1360		
Presidente Nereu.....	1361		
Rancho Queimado.....	1362		
Rio do Sul.....	1363		
Rio dos Cedros.....	1371		
Rio Fortuna.....	1373		
Salto Veloso .....	1373		
Santa Helena .....	1374		
Santa Rosa do Sul .....	1375		
Santa Terezinha do Progresso .....	1377		
São Bento do Sul.....	1378		
São Carlos .....	1382		
São Domingos.....	1384		
São Francisco do Sul.....	1384		
São João Batista.....	1388		
São João do Oeste .....	1392		



# Agronômica

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 088/2017 de 14 de novembro de 2017.

Publicação Nº 1425699

DECRETO Nº. 088/2017 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.  
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA"

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

#### CONSIDERANDO:

- Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,
- O disposto no Art. 10º da Lei nº. 1.081/2016 de 24 de novembro de 2016, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada,

- Que o Inciso I do Artigo 10º da Lei nº. 1.081/2016, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- Que a dotação nº. 32 do Departamento Municipal de Educação, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2017.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 59.700,00 (cinquenta e nove mil e setecentos reais), no título da dotação orçamentária conforme abaixo:

Despesa – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (32)  
Programa – 18 – Toda Criança na Escola  
Ação – 2.013 – Transporte Escolar Rede Pública - Estado  
Unidade – 04.01 – Departamento Municipal de Educação  
Função – 12 – Educação  
Subfunção – 361 – Ensino Fundamental  
Valor R\$ 22.000,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação verificado até o final do mês de dezembro de 2017, no importe de R\$ 22.000,00, fonte de recursos 0.01.0124 – Transferência Transporte Escolar – Estado (135).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de novembro de 2017.  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
Diretor de Administração e Finanças



# Água Doce

## PREFEITURA

### 364/2017

Publicação Nº 1425874

PORTARIA Nº 364/2017 – DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

“CONFERIR DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARATER TEMPORÁRIO”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conferir desistência, de Gislaine da Silva do Concurso Público 015/2014, referente ao cargo em caráter temporário de Psicóloga - 40 horas conforme convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de novembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

### 365/2017

Publicação Nº 1426632

PORTARIA Nº 365/2017 – DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

“CONFERIR DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARATER TEMPORÁRIO”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conferir desistência, de MARISA IVETE SOSTER SARTORI do Concurso Público 015/2014, referente ao cargo em caráter temporário de Psicóloga - 40 horas conforme convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de novembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

### CONTRATO Nº 86/2017

Publicação Nº 1426633

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 86/2017 31/10/2017

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE -SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 032.667.619-87 ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, RANGEL RAMOS CHAPEAÇÃO ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 14.629.713/0001-23 com sede na Rua Anita Garibaldi nº 120 neste ato representado pelo Sr. RANGEL RAMOS residente e domiciliado em Rua Anita Garibaldi nº120 inscrito no CPF sob N.º 037.722.789-73 e portador da Carteira de Identidade N.º 4.152.960 de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1 - A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, montagem/desmontagem de pneus, geometria, balanceamento, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota da Prefeitura Municipal e dos Fundos especiais

## LOTE 01 – MECÂNICA GERAL E ESPECIALIZADA – CATEGORIA 1 – VEÍCULOS LEVES

1	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	350	22,6263	7.919,20
2	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 1-VEÍCULOS LEVES	HRS	350	28.2828	9.898,98
Preço Total do Lote:					R\$ 17.818,18

## LOTE 02 – SERVIÇOS DE ELETRICIDADE - CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES

3	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	180	40,00	7.200,00
Preço Total do Lote:					R\$ 7.200,00

## LOTE 03 – SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA - CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES

4	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	190	40,00	7.600,00
Preço Total do Lote:					R\$ 7.600,00

## LOTE 05 – SERVIÇO DE ELETRICIDADE - CATEGORIA 2 – VANS / AMBULÂNCIA/ KOMBI / CAMIONETA

7	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 2 - VANS, AMBULÂNCIA E KOMBI	HRS	240	48,5294	11.647,05
Preço Total do Lote:					R\$ 11.647,05

## LOTE 06 – SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA - CATEGORIA 2 – VANS / AMBULÂNCIA / KOMBI / CAMIONETA

8	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 2 - VANS, AMBULÂNCIA E KOMBI	HRS	160	55,00	8.800,00
Preço Total do					R\$ 8.800,00

## LOTE 08 – MECÂNICA GERAL E ESPECIALIZADA - CATEGORIA 3 – CAMINHÕES E ÔNIBUS

10	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 3 – CAMINHÕES E ÔNIBUS	HRS	540	69.1347	37.332,74
11	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 3 – CAMINHÕES E ÔNIBUS	HRA	530	76.542	40.567,26
Preço Total do Lote:					R\$ 77.900,00

## LOTE 09 – SERVIÇO DE ELETRICIDADE – CATEGORIA 3 - CAMINHÕES E ÔNIBUS

12	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 3 - CAMINHÕES E ÔNIBUS	HRS	480	55,00	26.400,00
Preço Total do Lote:					R\$ 26.400,00

## LOTE 10 – SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA - CATEGORIA 3 - CAMINHÕES E ÔNIBUS

13	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 3 - CAMINHÕES E ÔNIBUS	HRS	315	55,00	17.325,00
Preço Total do Lote:					R\$ 17.325,00

## LOTE 11 – SERVIÇO DE SOLDA - CATEGORIA 3 - CAMINHÕES E ÔNIBUS

14	SERVIÇOS DE SOLDA PARA CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 3 - CAMINHÕES E ÔNIBUS	HRS	390	82.0513	32.000,00
Preço Total do Lote:					R\$ 32.000,00

## LOTE 13 – SERVIÇO DE ELETRICIDADE - CATEGORIA 4 - MÁQUINAS PESADAS

17	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 4 - MÁQUINAS PESADAS	HRS	480	70,00	33.600,00
Preço Total do Lote:					R\$ 33.600,00

**CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 – O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender às categorias de veículos descritos nos anexos deste Edital.

2.2 – Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso.

2.2.1 - Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão em:

- a) Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico do veículos e máquinas;
- b) Substituição de peças;
- c) Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- f) Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos e máquinas.

2.2.2 – Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão em:

- a) Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos e máquinas;
- b) Reforma ou substituição de partes;
- c) Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação;
- f) Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- g) Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;
- h) Testes de secagem e resistência da pintura;
- i) Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos e/ou máquinas pintados.

2.3 – Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos e máquinas descritos em cada categoria de veículos e máquinas, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

2.3.1 – Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

2.3.1.1 – As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do contrato.

2.3.2 – Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas em separado, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do Município, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

2.3.2.1 – O Município reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela empresa contratada sejam superiores aos cotados pelo Município com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores. Também poderá ser realizado processo licitatório específico para aquisição de peças, situação em que serão definidas regras específicas para tal fim.

2.3.3 – O Município, por intermédio da secretaria ou órgão requisitante, procederá à entrega dos veículos e/ou máquinas no estabelecimento do proponente vencedor, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

2.3.3.1 – Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a empresa contratada deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a 10 (dez) quilômetros do prédio sede da Prefeitura de Água Doce, Praça João Macagnan, 322 Centro.

2.3.3.1.1 - Caso a licitante não se enquadre nas condições previstas no subitem anterior, deverá responsabilizar-se pelo transporte, através de prancha ou guincho, dos veículos, máquinas ou equipamentos até o estabelecimento onde serão executados os serviços, bem como, até o local de origem no Município de Água Doce, sem custos adicionais, observando-se os prazos estipulados.

2.3.3.2 – Por ocasião do recebimento dos veículos e/ou máquinas, a empresa contratada, depois de constatado o problema, deverá fornecer a relação e o orçamento das peças, bem como a previsão de horas para a execução dos serviços necessários.

2.3.3.3 – O Município irá se pronunciar em até 02 dias úteis, quanto à aplicação das peças e a efetiva execução dos serviços.

2.3.3.4 – Os serviços deverão ser iniciados em até 24 horas contadas da ordem de execução e entregues no período de tempo previsto para a sua execução.

2.3.4 – O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

2.3.5 – O aceite dos serviços e/ou peças não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por serviços prestados em desacordo com o estipulado neste Edital, verificados posteriormente.

2.3.6 – Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90

– Código de Defesa do Consumidor.

2.3.7 – A empresa contratada deverá fornecer a garantia mínima do fabricante para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 meses para os serviços executados.

2.3.8 – A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de peças de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

2.3.9 – A empresa contratada deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade

##### PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

###### 02 – GABINETE DO PREFEITO

###### 01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

###### 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/3 – Aplicações Diretas

###### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

###### 01 – DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

###### 2.006 – Manutenção Secretaria de Adm. Fazenda e Deptos.

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/12 – Aplicações Diretas

###### 04 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

###### 01 – DEPARTAMENTOD E AGRICULTURA

###### 2.014 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/43 – Aplicações Diretas

###### 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

###### 01 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

###### 2.022 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001/63 – Aplicações Diretas

###### 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

###### 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

###### 2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/104 – Aplicações Diretas

###### 13 – FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

###### 02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

###### 2.038 – Manutenção do Departamento de Promoção Social

3.3.90.00.00.00.00.000 00.01.0000/114 – Aplicações Diretas

###### 16 – DEFESA CIVIL

###### 01 – DEFESA CIVIL

###### 2.011 – Manutenção do Fundo Mun. De Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/122 – Aplicações Diretas

###### 17 – SECRETARIA DE URBANISMO

###### 01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

###### 2.044 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha

3.3.90.00.00.00.00.00 00.0.0000/125 – Aplicações Diretas

###### 2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/148 – Aplicações Diretas

###### 2.045 – Manutenção do Departamento de Trânsito

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0011/139 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0012/140 – Aplicações Diretas

##### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

###### 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

###### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

###### 2.056 – Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/3 – Aplicações Diretas

##### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0002/41 – Aplicações Diretas

2.052 – Manutenção dos Programas Estaduais e Federais  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/16 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/19 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0038/43 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0038/44 – Aplicações Diretas

2.054 – Manutenção e Ampliação das Ações de Vigilância Sanitária  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/36 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/37 – Aplicações Diretas

2.065 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS/SC  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/34 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.06.0063/57 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são recursos orçamentários do orçamento municipal e recursos vinculados do orçamento municipal.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço pago será o descrito na cláusula primeira deste e o valor total do contrato é de R\$ 240.290,23 totalizando (duzentos e quarenta mil duzentos e noventa reais e vinte e três centavos) incluindo-se tributos e demais custos para e com da empresa contratada.

5.1 – Os pagamentos serão de acordo com os serviços executados, em até 10 dias após a conclusão e emissão da nota fiscal

#### CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7.1 – Dos Prazos de Vigência – o presente contrato tem validade de 12 meses, com base na Ata de Registro de Preços nº. 18/ 2017

7.2 – O município se reserva o direito de utilizar apenas parte dos serviços licitados. Após final do prazo, os saldos restantes serão considerados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

IV – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

V – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.

II – Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.

III – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

10.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

I – O presente contrato terá vigência por 12 meses, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão para registro de preço nº 85/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos aos limites legais permitidos.

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos

Água Doce, 31 de outubro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI	RANGEL RAMOS
Prefeito Municipal	Rangel Ramos Chapeação ME
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

MARILUCY SARE KUSMANN	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 023.802.499-70	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
Maria Helena Lucietti  
OAB/SC 38261



**CONTRATO Nº 87/2017**

Publicação Nº 1426637

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 87/2017 31/10/2017**

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE -SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 032.667.619-87 ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, JANIO JOSÉ VERONA ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 81.332.769/0001-09 com sede na Rua João XXIII nº 175 neste ato representado pelo Sr. JANIO JOSÉ VERONA residente e domiciliado em Rua João XXIII nº175 inscrito no CPF sob N.º 385.893.389-91 e portador da Carteira de Identidade N.º 1.700.109 de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1 - A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, montagem/desmontagem de pneus, geometria, balanceamento, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota da Prefeitura Municipal e dos Fundos especiais

LOTE 04 – MECÂNICA GERAL E ESPECIALIZADA - CATEGORIA 2 – VANS / AMBULÂNCIA /KOMBI / CAMIONETA					
5	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 2 - VANS, AMBULÂNCIA E KOMBI	HRS	390	38.4719	15.004,04
6	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 2 - VANS, AMBULÂNCIA E KOMBI	HRS	360	43.9678	15.828,40
Preço Total do Lote:					R\$ 30.832,44

LOTE 07 – SERVIÇO DE SOLDA - CATEGORIA 2 – VANS / AMBULÂNCIA / KOMBI / CAMIONETA					
9	SERVIÇOS DE SOLDA PARA CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 2 - VANS, AMBULÂNCIA E KOMBI	HRS	200	87,00	17.400,00
Preço Total do Lote:					R\$ 17.400,00

LOTE 15 – SERVIÇO DE SOLDA - CATEGORIA 4 - MÁQUINAS PESADA					
19	SERVIÇOS DE SOLDA PARA CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 4 - MÁQUINAS PESADAS	HRS	500	76,00	38.000,00
Preço Total do Lote:					R\$ 38.000,00

**CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 – O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender às categorias de veículos descritos nos anexos deste Edital.

2.2 – Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso.

2.2.1 - Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão em:

- Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico do veículos e máquinas;
- Substituição de peças;
- Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos e máquinas.

2.2.2 – Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão em:

- Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos e máquinas;
- Reforma ou substituição de partes;
- Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação;
- Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;
- Testes de secagem e resistência da pintura;
- Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos e/ou máquinas pintados.

2.3 – Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos e máquinas descritos em cada categoria de veículos e máquinas, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.



2.3.1 – Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

2.3.1.1 – As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do contrato.

2.3.2 – Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas em separado, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do Município, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

2.3.2.1 – O Município reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela empresa contratada sejam superiores aos cotados pelo Município com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores. Também poderá ser realizado processo licitatório específico para aquisição de peças, situação em que serão definidas regras específicas para tal fim.

2.3.3 – O Município, por intermédio da secretaria ou órgão requisitante, procederá à entrega dos veículos e/ou máquinas no estabelecimento do proponente vencedor, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

2.3.3.1 – Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a empresa contratada deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a 10 (dez) quilômetros do prédio sede da Prefeitura de Água Doce, Praça João Macagnan, 322 Centro.

2.3.3.1.1 - Caso a licitante não se enquadre nas condições previstas no subitem anterior, deverá responsabilizar-se pelo transporte, através de prancha ou guincho, dos veículos, máquinas ou equipamentos até o estabelecimento onde serão executados os serviços, bem como, até o local de origem no Município de Água Doce, sem custos adicionais, observando-se os prazos estipulados.

2.3.3.2 – Por ocasião do recebimento dos veículos e/ou máquinas, a empresa contratada, depois de constatado o problema, deverá fornecer a relação e o orçamento das peças, bem como a previsão de horas para a execução dos serviços necessários.

2.3.3.3 – O Município irá se pronunciar em até 02 dias úteis, quanto à aplicação das peças e a efetiva execução dos serviços.

2.3.3.4 – Os serviços deverão ser iniciados em até 24 horas contadas da ordem de execução e entregues no período de tempo previsto para a sua execução.

2.3.4 – O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

2.3.5 – O aceite dos serviços e/ou peças não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por serviços prestados em desacordo com o estipulado neste Edital, verificados posteriormente.

2.3.6 – Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

2.3.7 – A empresa contratada deverá fornecer a garantia mínima do fabricante para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 meses para os serviços executados.

2.3.8 – A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de peças de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

2.3.9 – A empresa contratada deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/3 – Aplicações Diretas

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 – DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

2.006 – Manutenção Secretaria de Adm. Fazenda e Deptos.

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/12 – Aplicações Diretas

04 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 – DEPARTAMENTOS DE AGRICULTURA

2.014 – Manutenção da Secretaria de Agricultura  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/43 – Aplicações Diretas

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
01 – DEPARTAMENTO DE ENSINO  
2.022 – Manutenção do Transporte Escolar  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001/63 – Aplicações Diretas

08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL  
01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES  
2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/104 – Aplicações Diretas

13 – FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL  
2.038 – Manutenção do Departamento de Promoção Social  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/114 – Aplicações Diretas

16 – DEFESA CIVIL  
01 – DEFESA CIVIL  
2.011 – Manutenção do Fundo Mun. de Defesa Civil  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/122 – Aplicações Diretas

17 – SECRETARIA DE URBANISMO  
01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
2.044 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.0.0000/125 – Aplicações Diretas

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/148 – Aplicações Diretas

2.045 – Manutenção do Departamento de Trânsito  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0011/139 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0012/140 – Aplicações Diretas

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
2.056 – Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/3 – Aplicações Diretas

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0002/41 – Aplicações Diretas

2.052 – Manutenção dos Programas Estaduais e Federais  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/16 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/19 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0038/43 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0038/44 – Aplicações Diretas

2.054 – Manutenção e Ampliação das Ações de Vigilância Sanitária  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/36 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/37 – Aplicações Diretas

2.065 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS/SC  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/34 – Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00 00.06.0063/57 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são recursos orçamentários do orçamento municipal e recursos vinculados do orçamento municipal.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço pago será o descrito na cláusula primeira deste e o valor total do contrato é de R\$ 86.232,44 totalizando (oitenta e seis mil duzentos

e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos) incluindo-se tributos e demais custos para e com da empresa contratada.

5.1 – Os pagamentos serão de acordo com os serviços executados, em até 10 dias após a conclusão e emissão da nota fiscal

#### CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7.1 – Dos Prazos de Vigência – o presente contrato tem validade de 12 meses, com base na Ata de Registro de Preços nº. 18/ 2017

7.2 – O município se reserva o direito de utilizar apenas parte dos serviços licitados. Após final do prazo, os saldos restantes serão descon- siderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

IV – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

V – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.

II – Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.

III – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

10.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua

proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

I – O presente contrato terá vigência por 12 meses, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão para registro de preço nº 85/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos aos limites legais permitidos.

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos

Água Doce ,31 de outubro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI	JANIO JOSÉ VERONA
Prefeito Municipal	Janio José verona ME
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

MARILUCY SARE KUSMANN	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 023.802.499-70	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
Maria Helena Lucietti  
OAB/SC 38261

### CONTRATO Nº 88/2017

Publicação Nº 1426638

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 88/2017 31/10/2017

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE -SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 82.939.398/0001-90 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 032.667.619-87 ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, RODRI MAC MECÂNICA PESADA LTDA ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 13.229.457/0001-14 com sede na margem Rodovia BR 282 s/n Linha Banhado Grande Barracão- Catanduvas –SC CEP: 89.670-000 neste ato representado pelo Sr .ALGEU DORLIZETI RODRIGUES FABRÍCIO residente e domiciliado em Rua Alvicio Atz –s/n Bairro: Cidade Jardim – Catanduvas - SC inscrito no CPF sob N.º 015.754.389-76 e portador da Carteira de Identidade N.º 3.347.808 de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, montagem/desmontagem de pneus, geometria, balanceamento, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota da Prefeitura Municipal e dos Fundos especiais

LOTE 12 – MECÂNICA GERAL E ESPECIALIZADA - CATEGORIA 4 - MÁQUINAS PESADAS					
15	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 4 - MÁQUINAS PESADAS	HRS	460	68.5252	31.521,58
16	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 4 - MÁQUINAS PESADAS	HRS	420	76.1391	31.978,42
Preço Total do Lote:					R\$ 63.500,00

LOTE 14 – SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA - CATEGORIA 4 - MÁQUINAS PESADAS					
18	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 4 - MÁQUINAS PESADAS	HRS	290	51.7241	15.000,00
Preço Total do Lote:					R\$ 15.000,00

## CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender às categorias de veículos descritos nos anexos deste Edital.

2.2 – Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso.

2.2.1 - Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão em:

- Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico do veículos e máquinas;
- Substituição de peças;
- Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos e máquinas.

2.2.2 – Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão em:

- Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos e máquinas;
- Reforma ou substituição de partes;
- Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação;
- Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;
- Testes de secagem e resistência da pintura;
- Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos e/ou máquinas pintados.

2.3 – Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos e máquinas descritos em cada categoria de veículos e máquinas, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

2.3.1 – Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

2.3.1.1 – As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do contrato.

2.3.2 – Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas em separado, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do Município, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

2.3.2.1 – O Município reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela empresa contratada sejam superiores aos cotados pelo Município com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores. Também poderá ser realizado processo licitatório específico para aquisição de peças, situação em que serão definidas regras específicas para tal fim.

2.3.3 – O Município, por intermédio da secretaria ou órgão requisitante, procederá à entrega dos veículos e/ou máquinas no estabelecimento do proponente vencedor, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

2.3.3.1 – Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a empresa contratada deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a 10 (dez) quilômetros do prédio sede da Prefeitura de Água Doce, Praça João Macagnan, 322 Centro.

2.3.3.1.1 - Caso a licitante não se enquadre nas condições previstas no subitem anterior, deverá responsabilizar-se pelo transporte, através de prancha ou guincho, dos veículos, máquinas ou equipamentos até o estabelecimento onde serão executados os serviços, bem como, até o local de origem no Município de Água Doce, sem custos adicionais, observando-se os prazos estipulados.

2.3.3.2 – Por ocasião do recebimento dos veículos e/ou máquinas, a empresa contratada, depois de constatado o problema, deverá fornecer

a relação e o orçamento das peças, bem como a previsão de horas para a execução dos serviços necessários.

2.3.3.3 – O Município irá se pronunciar em até 02 dias úteis, quanto à aplicação das peças e a efetiva execução dos serviços.

2.3.3.4 – Os serviços deverão ser iniciados em até 24 horas contadas da ordem de execução e entregues no período de tempo previsto para a sua execução.

2.3.4 – O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

2.3.5 – O aceite dos serviços e/ou peças não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por serviços prestados em desacordo com o estipulado neste Edital, verificados posteriormente.

2.3.6 – Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

2.3.7 – A empresa contratada deverá fornecer a garantia mínima do fabricante para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 meses para os serviços executados.

2.3.8 – A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de peças de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

2.3.9 – A empresa contratada deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

##### 02 – GABINETE DO PREFEITO

##### 01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

##### 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/3 – Aplicações Diretas

##### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

##### 01 – DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

##### 2.006 – Manutenção Secretaria de Adm. Fazenda e Deptos.

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/12 – Aplicações Diretas

##### 04 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

##### 01 – DEPARTAMENTOD E AGRICULTURA

##### 2.014 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/43 – Aplicações Diretas

##### 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

##### 01 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

##### 2.022 – Manutenção do Transporte Escolar

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001/63 – Aplicações Diretas

##### 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

##### 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

##### 2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/104 – Aplicações Diretas

##### 13 – FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

##### 02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

##### 2.038 – Manutenção do Departamento de Promoção Social

##### 3.3.90.00.00.00.00.000 00.01.0000/114 – Aplicações Direta

##### 16 – DEFESA CIVIL

##### 01 – DEFESA CIVIL

##### 2.011 – Manutenção do Fundo Mun. de Defesa Civil

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/122 – Aplicações Diretas

##### 17 – SECRETARIA DE URBANISMO

##### 01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

##### 2.044 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha



3.3.90.00.00.00.00.00 00.0.0000/125 – Aplicações Diretas

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/148 – Aplicações Diretas

2.045 – Manutenção do Departamento de Trânsito

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0011/139 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0012/140 – Aplicações Diretas

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

2.056 – Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/3 – Aplicações Diretas

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0002/41 – Aplicações Diretas

2.052 – Manutenção dos Programas Estaduais e Federais

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/16 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/19 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0038/43 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0038/44 – Aplicações Diretas

2.054 – Manutenção e Ampliação das Ações de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/36 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/37 – Aplicações Diretas

2.065 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS/SC

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/34 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.06.0063/57 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são recursos orçamentários do orçamento municipal e recursos vinculados do orçamento municipal.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço pago será o descrito na cláusula primeira deste e o valor total do contrato é de R\$ 78.500,00 totalizando (setenta e oito mil e quinhentos reais) incluindo-se tributos e demais custos para e com da empresa contratada.

5.1 – Os pagamentos serão de acordo com os serviços executados, em até 10 dias após a conclusão e emissão da nota fiscal

#### CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA



7.1 – Dos Prazos de Vigência – o presente contrato tem validade de 12 meses, com base na Ata de Registro de Preços nº. 18/ 2017

7.2 – O município se reserva o direito de utilizar apenas parte dos serviços licitados. Após final do prazo, os saldos restantes serão considerados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

IV – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

V – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.

II – Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.

III – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

10.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

I – O presente contrato terá vigência por 12 meses, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão para registro de preço nº 85/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos aos limites legais permitidos.

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos

Água Doce ,31 de outubro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI	ALGEU D. R. FABRÍCIO
Prefeito Municipal	RODRI MAC Mecânica Pesasa LTDA ME
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

MARILUCY SARE KUSMANN	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 023.802.499-70	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
Maria Helena Lucietti  
OAB/SC 38261

**CONTRATO Nº13/2017 FMAS**

Publicação Nº 1426644

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 13/2017 31/10/2017**

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE -SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social e pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 13.612.607/0001-74 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pela sua Gestora, Sr.ª. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 400.991.999-04 ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, RANGEL RAMOS CHAPEAÇÃO ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 14.629.713/0001-23 com sede na Rua Anita Garibaldi nº 120 neste ato representado pelo Sr. RANGEL RAMOS residente e domiciliado em Rua Anita Garibaldi nº120 inscrito no CPF sob N.º 037.722.789-73 e portador da Carteira de Identidade N.º 4.152.960 de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1 - A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, montagem/desmontagem de pneus, geometria, balanceamento, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota da Prefeitura Municipal e dos Fundos especiais

LOTE 01 – MECÂNICA GERAL E ESPECIALIZADA – CATEGORIA 1 – VEÍCULOS LEVES					
1	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	20	22,6263	452,52
2	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 1-VEÍCULOS LEVES	HRS	20	28.2828	565,66
Preço Total do Lote:					R\$ 1.018,18

LOTE 02 – SERVIÇOS DE ELETRICIDADE - CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES					
3	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	20	40,00	800,00
Preço Total do Lote:					R\$ 800,00

LOTE 03 – SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA - CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES					
4	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	20	40,00	800,00
Preço Total do Lote:					R\$ 800,00

**CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 – O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender às categorias de veículos descritos nos anexos deste Edital.

2.2 – Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso.

2.2.1 - Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão em:

- a) Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico do veículos e máquinas;
- b) Substituição de peças;
- c) Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- f) Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos e máquinas.

2.2.2 – Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão em:

- a) Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos e máquinas;
- b) Reforma ou substituição de partes;
- c) Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação;
- f) Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- g) Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;
- h) Testes de secagem e resistência da pintura;
- i) Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos e/ou máquinas pintados.

2.3 – Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos e máquinas descritos em cada categoria de veículos e máquinas, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

2.3.1 – Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

2.3.1.1 – As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do contrato.

2.3.2 – Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas em separado, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do Município, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

2.3.2.1 – O Município reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela empresa contratada sejam superiores aos cotados pelo Município com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores. Também poderá ser realizado processo licitatório específico para aquisição de peças, situação em que serão definidas regras específicas para tal fim.

2.3.3 – O Município, por intermédio da secretaria ou órgão requisitante, procederá à entrega dos veículos e/ou máquinas no estabelecimento do proponente vencedor, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

2.3.3.1 – Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a empresa contratada deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a 10 (dez) quilômetros do prédio sede da Prefeitura de Água Doce, Praça João Macagnan, 322 Centro.

2.3.3.1.1 - Caso a licitante não se enquadre nas condições previstas no subitem anterior, deverá responsabilizar-se pelo transporte, através de prancha ou guincho, dos veículos, máquinas ou equipamentos até o estabelecimento onde serão executados os serviços, bem como, até o local de origem no Município de Água Doce, sem custos adicionais, observando-se os prazos estipulados.

2.3.3.2 – Por ocasião do recebimento dos veículos e/ou máquinas, a empresa contratada, depois de constatado o problema, deverá fornecer a relação e o orçamento das peças, bem como a previsão de horas para a execução dos serviços necessários.

2.3.3.3 – O Município irá se pronunciar em até 02 dias úteis, quanto à aplicação das peças e a efetiva execução dos serviços.

2.3.3.4 – Os serviços deverão ser iniciados em até 24 horas contadas da ordem de execução e entregues no período de tempo previsto para a sua execução.

2.3.4 – O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

2.3.5 – O aceite dos serviços e/ou peças não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por serviços prestados em desacordo com o estipulado neste Edital, verificados posteriormente.

2.3.6 – Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

2.3.7 – A empresa contratada deverá fornecer a garantia mínima do fabricante para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 meses para os serviços executados.

2.3.8 – A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de peças de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

2.3.9 – A empresa contratada deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

##### 02 – GABINETE DO PREFEITO

##### 01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/3 – Aplicações Diretas

##### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

##### 01 – DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

2.006 – Manutenção Secretaria de Adm. Fazenda e Deptos.

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/12 – Aplicações Diretas

##### 04 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

##### 01 – DEPARTAMENTOD E AGRICULTURA

2.014 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/43 – Aplicações Diretas

##### 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

##### 01 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

2.022 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001/63 – Aplicações Diretas

##### 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

##### 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/104 – Aplicações Diretas

##### 13 – FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

##### 02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

2.038 – Manutenção do Departamento de Promoção Social

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/114 – Aplicações Diretas

##### 16 – DEFESA CIVIL

##### 01 – DEFESA CIVIL

2.011 – Manutenção do Fundo Mun. de Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/122 – Aplicações Diretas

##### 17 – SECRETARIA DE URBANISMO

##### 01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.044 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha

3.3.90.00.00.00.00.00 00.0.0000/125 – Aplicações Diretas

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/148 – Aplicações Diretas

2.045 – Manutenção do Departamento de Trânsito

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0011/139 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0012/140 – Aplicações Diretas

#### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

##### 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

##### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

2.056 – Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/3 – Aplicações Diretas

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0002/41 – Aplicações Diretas

2.052 – Manutenção dos Programas Estaduais e Federais

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/16 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/19 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0038/43 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0038/44 – Aplicações Diretas

2.054 – Manutenção e Ampliação das Ações de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/36 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/37 – Aplicações Diretas

2.065 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS/SC

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/34 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.06.0063/57 – Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são recursos orçamentários do orçamento municipal e recursos vinculados do orçamento municipal.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço pago será o descrito na cláusula primeira deste e o valor total do contrato é de R\$ 2.618,18 totalizando (dois mil seiscentos e dezoito reais e dezoito centavos) incluindo-se tributos e demais custos para e com da empresa contratada.

5.1 – Os pagamentos serão de acordo com os serviços executados, em até 10 dias após a conclusão e emissão da nota fiscal

#### CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7.1 – Dos Prazos de Vigência – o presente contrato tem validade de 12 meses, com base na Ata de Registro de Preços nº. 18/ 2017

7.2 – O município se reserva o direito de utilizar apenas parte dos serviços licitados. Após final do prazo, os saldos restantes serão descon- siderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

IV – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

V – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.

II – Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.

III – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

10.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

I – O presente contrato terá vigência por 12 meses, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão para registro de preço nº 85/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos aos limites legais permitidos.

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos

Água Doce, 31 de outubro de 2017

MARILI ROSA SPAGNOL GUERREIRO	RANGEL RAMOS
Gestora do FMAS	Rangel Ramos Chapeação ME
CONTRATANTE	CONTRATADA



## Testemunhas:

MARILUCY SARE KUSMANN	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 023.802.499-70	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
Maria Helena Lucietti  
OAB/SC 38261

**CONTRATO Nº15/2017 FMS**

Publicação Nº 1426642

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 15/2017 31/10/2017

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE -SC, através do Fundo Municipal de Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 11.430.533/0001-20 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pela sua Gestora, Sr.ª. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 400.991.999-04 ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, RANGEL RAMOS CHAPEAÇÃO ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 14.629.713/0001-23 com sede na Rua Anita Garibaldi nº 120 neste ato representado pelo Sr. RANGEL RAMOS residente e domiciliado em Rua Anita Garibaldi nº120 inscrito no CPF sob N.º 037.722.789-73 e portador da Carteira de Identidade N.º 4.152.960 de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, montagem/desmontagem de pneus, geometria, balanceamento, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota da Prefeitura Municipal e dos Fundos especiais

LOTE 01 – MECÂNICA GERAL E ESPECIALIZADA – CATEGORIA 1 – VEÍCULOS LEVES					
1	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	180	22,6263	4.072,74
2	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 1-VEÍCULOS LEVES	HRS	180	28.2828	5.090,90
Preço Total do Lote:					R\$ 9.163,64

LOTE 02 – SERVIÇOS DE ELETRICIDADE - CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES					
3	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	100	40,00	4.000,00
Preço Total do Lote:					R\$ 4.000,00

LOTE 03 – SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA - CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES					
4	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 1 - VEÍCULOS LEVES	HRS	100	40,00	4.000,00
Preço Total do Lote:					R\$ 4.000,00

LOTE 05 – SERVIÇO DE ELETRICIDADE - CATEGORIA 2 – VANS / AMBULÂNCIA/ KOMBI / CAMIONETA					
7	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 2 - VANS, AMBULÂNCIA E KOMBI	HRS	100	48,5294	4.852,94
Preço Total do Lote:					R\$ 4.852,94

LOTE 06 – SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA - CATEGORIA 2 – VANS / AMBULÂNCIA / KOMBI / CAMIONETA					
8	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 2 - VANS, AMBULÂNCIA E KOMBI	HRS	50	55,00	2.750,00
Preço Total do					R\$ 2.750,00

## CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender às categorias de veículos descritos nos anexos deste Edital.



2.2 – Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso.

2.2.1 - Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão em:

- a) Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos veículos e máquinas;
- b) Substituição de peças;
- c) Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- f) Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos e máquinas.

2.2.2 – Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão em:

- a) Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos e máquinas;
- b) Reforma ou substituição de partes;
- c) Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação;
- f) Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- g) Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;
- h) Testes de secagem e resistência da pintura;
- i) Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos e/ou máquinas pintados.

2.3 – Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos e máquinas descritos em cada categoria de veículos e máquinas, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

2.3.1 – Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

2.3.1.1 – As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do contrato.

2.3.2 – Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas em separado, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do Município, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

2.3.2.1 – O Município reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela empresa contratada sejam superiores aos cotados pelo Município com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores. Também poderá ser realizado processo licitatório específico para aquisição de peças, situação em que serão definidas regras específicas para tal fim.

2.3.3 – O Município, por intermédio da secretaria ou órgão requisitante, procederá à entrega dos veículos e/ou máquinas no estabelecimento do proponente vencedor, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

2.3.3.1 – Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a empresa contratada deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a 10 (dez) quilômetros do prédio sede da Prefeitura de Água Doce, Praça João Macagnan, 322 Centro.

2.3.3.1.1 - Caso a licitante não se enquadre nas condições previstas no subitem anterior, deverá responsabilizar-se pelo transporte, através de prancha ou guincho, dos veículos, máquinas ou equipamentos até o estabelecimento onde serão executados os serviços, bem como, até o local de origem no Município de Água Doce, sem custos adicionais, observando-se os prazos estipulados.

2.3.3.2 – Por ocasião do recebimento dos veículos e/ou máquinas, a empresa contratada, depois de constatado o problema, deverá fornecer a relação e o orçamento das peças, bem como a previsão de horas para a execução dos serviços necessários.

2.3.3.3 – O Município irá se pronunciar em até 02 dias úteis, quanto à aplicação das peças e a efetiva execução dos serviços.

2.3.3.4 – Os serviços deverão ser iniciados em até 24 horas contadas da ordem de execução e entregues no período de tempo previsto para a sua execução.

2.3.4 – O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

2.3.5 – O aceite dos serviços e/ou peças não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por serviços prestados em desacordo com o estipulado neste Edital, verificados posteriormente.

2.3.6 – Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

2.3.7 – A empresa contratada deverá fornecer a garantia mínima do fabricante para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 meses para

os serviços executados.

2.3.8 – A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de peças de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

2.3.9 – A empresa contratada deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

##### 02 – GABINETE DO PREFEITO

##### 01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

##### 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/3 – Aplicações Diretas

##### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

##### 01 – DEPTO. DE SEVIÇOS GERAIS

##### 2.006 – Manutenção Secretaria de Adm. Fazenda e Deptos.

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/12 – Aplicações Diretas

##### 04 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

##### 01 – DEPARTAMENTOD E AGRICULTURA

##### 2.014 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/43 – Aplicações Diretas

##### 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

##### 01 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

##### 2.022 – Manutenção do Transporte Escolar

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001/63 – Aplicações Diretas

##### 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

##### 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

##### 2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/104 – Aplicações Diretas

##### 13 – FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

##### 02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

##### 2.038 – Manutenção do Departamento de Promoção Social

##### 3.3.90.00.00.00.00.000 00.01.0000/114 – Aplicações Diretas

##### 16 – DEFESA CIVIL

##### 01 – DEFESA CIVIL

##### 2.011 – Manutenção do Fundo Mun. de Defesa Civil

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/122 – Aplicações Diretas

##### 17 – SECRETARIA DE URBANISMO

##### 01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

##### 2.044 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.0.0000/125 – Aplicações Diretas

##### 2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/148 – Aplicações Diretas

##### 2.045 – Manutenção do Departamento de Trânsito

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0011/139 – Aplicações Diretas

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0012/140 – Aplicações Diretas

##### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

##### 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

##### 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

##### 2.056 – Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/3 – Aplicações Diretas

##### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

##### 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

**01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE**

2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0002/41 – Aplicações Diretas

2.052 – Manutenção dos Programas Estaduais e Federais

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/16 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/19 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0038/43 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0038/44 – Aplicações Diretas

2.054 – Manutenção e Ampliação das Ações de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/36 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/37 – Aplicações Diretas

2.065 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS/SC

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/34 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.06.0063/57 – Aplicações Diretas

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros são recursos orçamentários do orçamento municipal e recursos vinculados do orçamento municipal.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O preço pago será o descrito na cláusula primeira deste e o valor total do contrato é de R\$ 24.766,58 totalizando (vinte e quatro mil setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) incluindo-se tributos e demais custos para e com da empresa contratada.

5.1 – Os pagamentos serão de acordo com os serviços executados, em até 10 dias após a conclusão e emissão da nota fiscal

**CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE**

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

**CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA**

7.1 – Dos Prazos de Vigência – o presente contrato tem validade de 12 meses, com base na Ata de Registro de Preços nº. 18/ 2017

7.2 – O município se reserva o direito de utilizar apenas parte dos serviços licitados. Após final do prazo, os saldos restantes serão considerados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

IV – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

V – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.

II – Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.

III – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

10.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

I – O presente contrato terá vigência por 12 meses, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão para registro de preço nº 85/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos aos limites legais permitidos.

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos

Água Doce ,31 de outubro de 2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO	RANGEL RAMOS
Gestora do FMS	Rangel Ramos Chapeação ME
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

MARILUCY SARE KUSMANN	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 023.802.499-70	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
Maria Helena Lucietti  
OAB/SC 38261

**CONTRATO Nº16/2017 FMS**

Publicação Nº 1426643

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 16/2017 31/10/2017**

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE -SC, através do Fundo Municipal de Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 11.430.533/0001-20 com sede na Praça João Macagnan nº322, em Água Doce - SC, neste ato representado pela sua Gestora, Sr.ª. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 400.991.999-04 ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, JANIO JOSÉ VERONA ME pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 81.332.769/0001-09 com sede na Rua João XXIII nº 175 neste ato representado pelo Sr. JANIO JOSÉ VERONA residente e domiciliado em Rua João XXIII nº175 inscrito no CPF sob N.º 385.893.389-91 e portador da Carteira de Identidade N.º 1.700.109 de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1 - A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, montagem/desmontagem de pneus, geometria, balanceamento, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota da Prefeitura Municipal e dos Fundos especiais

LOTE 04 – MECÂNICA GERAL E ESPECIALIZADA - CATEGORIA 2 – VANS / AMBULÂNCIA /KOMBI / CAMIONETA					
5	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 2 - VANS, AMBULÂNCIA E KOMBI	HRS	150	38.4719	5.770,78
6	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 2 - VANS, AMBULÂNCIA E KOMBI	HRS	100	43.9678	4.396,78
Preço Total do Lote:					R\$ 10.167,56

LOTE 07 – SERVIÇO DE SOLDA - CATEGORIA 2 – VANS / AMBULÂNCIA / KOMBI / CAMIONETA					
9	SERVIÇOS DE SOLDA PARA CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA CATEGORIA 2 - VANS, AMBULÂNCIA E KOMBI	HRS	100	87,00	8.700,00
Preço Total do Lote:					R\$ 8.700,00

**CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 – O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender às categorias de veículos descritos nos anexos deste Edital.

2.2 – Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso.

2.2.1 - Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão em:

- Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico do veículos e máquinas;
- Substituição de peças;
- Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos e máquinas.

2.2.2 – Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão em:

- Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos e máquinas;
- Reforma ou substituição de partes;
- Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação;
- Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;
- Testes de secagem e resistência da pintura;
- Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos e/ou máquinas pintados.

2.3 – Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos e máquinas descritos em cada categoria de veículos e máquinas, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

2.3.1 – Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

2.3.1.1 – As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas,

podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do contrato.

2.3.2 – Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas em separado, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do Município, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

2.3.2.1 – O Município reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela empresa contratada sejam superiores aos cotados pelo Município com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores. Também poderá ser realizado processo licitatório específico para aquisição de peças, situação em que serão definidas regras específicas para tal fim.

2.3.3 – O Município, por intermédio da secretaria ou órgão requisitante, procederá à entrega dos veículos e/ou máquinas no estabelecimento do proponente vencedor, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

2.3.3.1 – Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a empresa contratada deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a 10 (dez) quilômetros do prédio sede da Prefeitura de Água Doce, Praça João Macagnan, 322 Centro.

2.3.3.1.1 - Caso a licitante não se enquadre nas condições previstas no subitem anterior, deverá responsabilizar-se pelo transporte, através de prancha ou guincho, dos veículos, máquinas ou equipamentos até o estabelecimento onde serão executados os serviços, bem como, até o local de origem no Município de Água Doce, sem custos adicionais, observando-se os prazos estipulados.

2.3.3.2 – Por ocasião do recebimento dos veículos e/ou máquinas, a empresa contratada, depois de constatado o problema, deverá fornecer a relação e o orçamento das peças, bem como a previsão de horas para a execução dos serviços necessários.

2.3.3.3 – O Município irá se pronunciar em até 02 dias úteis, quanto à aplicação das peças e a efetiva execução dos serviços.

2.3.3.4 – Os serviços deverão ser iniciados em até 24 horas contadas da ordem de execução e entregues no período de tempo previsto para a sua execução.

2.3.4 – O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

2.3.5 – O aceite dos serviços e/ou peças não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por serviços prestados em desacordo com o estipulado neste Edital, verificados posteriormente.

2.3.6 – Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

2.3.7 – A empresa contratada deverá fornecer a garantia mínima do fabricante para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 meses para os serviços executados.

2.3.8 – A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de peças de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

2.3.9 – A empresa contratada deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

##### 02 – GABINETE DO PREFEITO

##### 01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

##### 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/3 – Aplicações Diretas

##### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

##### 01 – DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

##### 2.006 – Manutenção Secretaria de Adm. Fazenda e Deptos.

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/12 – Aplicações Diretas

##### 04 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

##### 01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

##### 2.014 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

##### 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/43 – Aplicações Diretas

##### 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE



## 01 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

2.022 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001/63 – Aplicações Diretas

## 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

## 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/104 – Aplicações Diretas

## 13 – FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

## 02 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

2.038 – Manutenção do Departamento de Promoção Social

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/114 – Aplicações Diretas

## 16 – DEFESA CIVIL

## 01 – DEFESA CIVIL

2.011 – Manutenção do Fundo Mun. de Defesa Civil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/122 – Aplicações Diretas

## 17 – SECRETARIA DE URBANISMO

## 01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.044 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha

3.3.90.00.00.00.00.00 00.0.0000/125 – Aplicações Diretas

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/148 – Aplicações Diretas

2.045 – Manutenção do Departamento de Trânsito

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0011/139 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0012/140 – Aplicações Diretas

## FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

## 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

## 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

2.056 – Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/3 – Aplicações Diretas

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

## 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

## 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/9 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0002/41 – Aplicações Diretas

2.052 – Manutenção dos Programas Estaduais e Federais

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/16 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/19 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0038/43 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0038/44 – Aplicações Diretas

2.054 – Manutenção e Ampliação das Ações de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002/36 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/37 – Aplicações Diretas

2.065 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS/SC

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0038/34 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.06.0063/57 – Aplicações Diretas

## CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são recursos orçamentários do orçamento municipal e recursos vinculados do orçamento municipal.

## CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço pago será o descrito na cláusula primeira deste e o valor total do contrato é de R\$ 18.867,56 totalizando (dezoito mil oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) incluindo-se tributos e demais custos para e com da empresa contratada.

5.1 – Os pagamentos serão de acordo com os serviços executados, em até 10 dias após a conclusão e emissão da nota fiscal



**CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE**

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

**CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA**

7.1 – Dos Prazos de Vigência – o presente contrato tem validade de 12 meses, com base na Ata de Registro de Preços nº. 18/ 2017

7.2 – O município se reserva o direito de utilizar apenas parte dos serviços licitados. Após final do prazo, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

IV – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

V – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

**CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I – Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.

II – Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.

III – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES**

10.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

10.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e

das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

I – O presente contrato terá vigência por 12 meses, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei 8.666/93 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão para registro de preço nº 85/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos aos limites legais permitidos.

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos

Água Doce ,31 de outubro de 2017

MARLI ROSA SPAGNOL GURREIRO	JANIO JOSÉ VERONA
Gestora do FMS	Janio José verona ME
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

MARILUCY SARE KUSMANN	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 023.802.499-70	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
Maria Helena Lucietti  
OAB/SC 38261

### CONVOCAÇÃO MARISA IVETE SOSTER SARTORI

Publicação Nº 1426626

#### CONVOCAÇÃO

Antonio José Bissani, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) MARISA IVETE SOSTER SARTORI, aprovada no Teste Seletivo 015/2014, no cargo de Psicóloga, para apresentar-se em quinze dias, contados a partir desta convocação, para tomar posse do cargo em caráter temporário.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 13 de novembro de 2017

Antonio José Bissani  
Prefeito

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 54/2017**

Publicação Nº 1426639

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 54/2017**

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 54/2017, para construção de Centro de Convivência no Bairro Bom Jesus no município de Água Doce, com recursos disponibilizados através da proposta 0000016130 da Agência de Desenvolvimento Regional de Joaçaba, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 82.939.398/0001-90, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo seu Prefeito Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, e de outro lado a empresa FABRICIO REZENDE DE MORAIS EIRELI ME estabelecida na Rua Felipe Schmidt, 591 Centro - Catanduvas – SC, CNPJ n. 26.742.553/0001-03, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor , brasileiro, solteiro, portador do CPF n. 102.800.769-83, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 15/12/2017.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 31 de outubro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal  
Contratante

FABRICIO REZENDE DE MORAIS  
Fabricio Rezende de Moraes Eireli ME  
Contratada

**TESTEMUNHAS:**

Marilucy Sare Kusmann  
CPF: 023.802.499-70

Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
MARIA HELENA LUCIETTI  
OAB/SC 38261

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N° 044/2017

Publicação N° 1426522

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N°. 044/2017

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de peças e a prestação de serviços para conserto do motor do veículo Iveco Cityclass Placas QHE4785, locado na Gerencia Municipal de Educação.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 30/11/2017.

Abertura: às 9h do dia 30/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 09 de novembro de 2017.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 147/2017

Publicação Nº 1425427

DECRETO Nº. 147 / 2017, de 30 de outubro de 2017

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 166.790,00 (cento e sessenta e seis mil, setecentos e noventa reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.289, de 09 de dezembro de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :  
TÍTULO I

#### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.289, de 09 de dezembro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 166.790,00 (cento e sessenta e seis mil, setecentos e noventa reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

#### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 166.790,00 (cento e sessenta e seis mil, setecentos e noventa reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

#### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

##### 01 – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

04.122.0021.2.008 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Adm. e Gestão

(14) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 8.000,00

##### 02 – LICITAÇÕES E CONTRATOS

04.122.0021.2.009 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Licitações e Contratos

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 4.000,00

#### 04 - SECRETARIA DA FAZENDA

##### 03 – ENCARGOS ESPECIAIS

28.846.0045.3.004 – Pagamento Setenças Judiciais E Precatórios Regime

Esp. E.C.62/2009

(29) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 12.000,00

#### 05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

##### 01 – ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

12.122.0021.2.013 – Adm. Geral dos Bens e Serviços da Adm.da Educação

(33) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334-Aplicações Diretas  
..... R\$ 700,00

#### 02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.2.014 - Adm. Geral dos Bens e Serviços Ensino Fundamental  
(41) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334-Aplicações Diretas  
..... R\$ 13.000,00

#### 07 - CULTURA

13.392.0247.2.123 – Adm.Geral Bens e Serv.Cult, Biblioteca e Festiv. Municipio

(85) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

#### 09- SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

##### 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0428.2.101 - Adm. Geral dos Bens e Serviços Atenção Básica  
(07) 3.1.90.00.00.00.00.00.0108 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 23.000,00

(09) 3.1.90.00.00.00.00.00.0295 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 50.000,00

(16) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 40.000,00

10.304.0434.2.105 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Vigilância em Saúde

(37) 3.1.90.00.00.00.00.00.0110 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 6.090,00

(68) 3.1.90.00.00.00.00.00.1717 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

Total ..... R\$

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 166.790,00 (cento e sessenta e seis mil, setecentos e noventa reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

#### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

##### 01 – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

04.122.0021.2.008 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Adm. e Gestão

(13) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 8.000,00

##### 02 – LICITAÇÕES E CONTRATOS

04.122.0021.2.009 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Licitações e Contratos

(16) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 4.000,00

#### 04 - SECRETARIA DA FAZENDA

##### 03 – ENCARGOS ESPECIAIS

28.846.0045.3.004 – Pagamento Setenças Judiciais E Precatórios Regime

Esp. E.C.62/2009

(30) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 12.000,00

#### 05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

##### 01 – ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

12.122.0021.2.013 – Adm. Geral dos Bens e Serviços da Adm.da Educação

(34) 4.4.90.00.00.00.00.00.0334-Aplicações Diretas  
..... R\$ 700,00

**02 – ENSINO FUNDAMENTAL**

12.361.0188.2.014 - Adm. Geral dos Bens e Serviços Ensino Fundamental

(39) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334-Aplicações Diretas  
..... R\$ 13.000,00**07 - CULTURA**

13.392.0247.2.123 – Adm. Geral Bens e Serv. Cult, Biblioteca e Festiv. Município

(84) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00**09- SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA****02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0428.2.101 - Adm. Geral dos Bens e Serviços Atenção Básica

(10) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 40.000,00(15) 3.3.90.00.00.00.00.00.0295 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 50.000,00(19) 4.4.90.00.00.00.00.00.0108 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 23.000,00

10.304.0434.2.105 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Vigilância em Saúde

(40) 3.3.90.00.00.00.00.00.0110 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 4.850,00(43) 4.4.90.00.00.00.00.00.0110 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.240,00(69) 3.3.90.00.00.00.00.00.1717 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

Total ..... R\$

**CAPÍTULO III****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4 Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.278, de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

**CAPÍTULO III****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de outubro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
30 de outubro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.  
Anchieta – (SC), 30/10/2017.

FernandaCristina Segalin  
Secretária de Administração e Gestão

**PREGÃO PRESENCIAL N 031/2017 - FMS**

Publicação Nº 1426718

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 031/2017

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item para: Aquisição de Materiais para o Laboratório de Análises Clínicas da Secretaria de Saúde Pública, para uso na realização de exames gratuitos no Laboratório Municipal, pagos com recursos do Ministério da Saúde/MAC, Proposta nº 36000125516201700. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até as 08:00 hrs do dia 27/11/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 13 de novembro de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1425633

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS				
CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE				
Mês de Outubro de 2017				
1 – BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS				
Receitas Oriundas de Impostos			Arrecadado até o mês	
IPTU			1.114.407,78	
ITBI			298.241,18	
ISS			714.811,04	
FPM			5.252.515,00	
IRRF			540.247,73	
ICMS			10.907.911,52	
IPI			153.774,65	
IPVA			1.333.618,80	
ITR			27.885,46	
Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação			39.114,30	
Receita da Dívida Ativa de Impostos			67.712,03	
Multas e Juros de Mora de Impostos			56.959,65	
(-) Descontos e Renúncia de Receita			-210.272,48	
TOTAL			20.296.926,66	
2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE				
Código Destinação Recursos	Especificação		Acumulado até o mês	
0.1.02	Recursos Oriundos de Impostos - 21%		4.262.354,60	
0.6.02	Superávit de exercício Anterior		143.361,47	
0.2.02	Rendimentos de Aplicação de Recursos Próprios		11.511,44	
0.2.12	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária		84.199,99	
0.6.012	Superávit de Taxa de Fisc. De Vigilância Sanitária		1.741,83	
0.2.64.32	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo		146.527,84	
0.6.64.32	Superávit - Piso de Atenção Básica - PAB Fixo		19.218,48	
0.2.66.33	Vigilância Sanitária		10.565,63	
0.6.66.33	Superávit - Vigilância Sanitária		6.979,57	
0.2.67.34	Farmácia Básica		33.573,95	
0.6.67.34	Superávit - Farmácia Básica		7.024,48	
0.2.66.35	Vigilância Epidemiológica		38.131,48	
0.6.66.35	Superávit - Vigilância Epidemiológica		57.811,29	
0.2.64.36	PACS		195.166,99	
0.6.64.36	Superávit - PACS		40.044,25	
0.2.64.37	PSF		231.383,95	
0.6.64.37	Súperávit - PSF		8.679,29	
0.2.64.38	Saúde Bucal		22.807,06	

0.6.64.38	Superávit - Saúde Bucal	20.399,24
0.2.21.39	Saúde da Família Estadual	48.221,07
0.6.21.39	Superávit - Estratégia Núcleo de Apoio à Saúde da Família	34.304,96
0.2.21.40	Farmácia Básica Estadual	23.066,80
0.6.21.40	Superávit - Farmácia Básica Estadual	10.349,65
0.2.64.76	PMAQ	140.178,46
0.6.64.76	Superávit - PMAQ	15.289,63
Código Destinação Recursos	Especificação	Acumulado até o mês
0.2.21.42	NASF Estadual	20.201,06
0.6.21.42	Superávit - NASF Estadual	4.009,10
0.2.64.82	NASF Federal	120.122,79
0.6.64.82	Superávit NASF Federal	12.376,80
0.2.21.91	MAC - Exames Laboratoriais Estadual	5,80
0.6.21.91	Superávit - MAC -Exames Laboratoriais	465,47
0.2.65.92	MAC - Exames Laboratoriais Federal	79.782,53
0.6.65.92	Superávit MAC - Exames Laboratoriais Federal	7.867,67
0.2.06.68	Aquisição de veículo	75.512,58
	TOTAL	5.933.237,20

## 3 – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE

Código Fontes de Recursos	Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
0.1.02	21% das Receitas oriundas de Impostos	4.262.354,60	4.343.507,67	81.153,07
0.6.02	Superávit de Rec. Oriundas de Impostos	143.361,47	0,00	-143.361,47
0.2.02	Rendimentos de Aplicação Próprios	11.511,44	18.072,29	6.560,85
0.2.12	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	84.199,99	51.320,87	-32.879,12
0.6.012	Superávit de Taxa de Fisc. De Vig. Sanitária	1.741,83	1.741,83	0,00
0.2.64.32	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	146.527,84	108.533,49	-37.994,35
0.6.64.32	Superávit - Piso Atenção Básica - PAB Fixo	19.218,48	18.993,94	-224,54
0.2.66.33	Vigilância Sanitária	10.565,63	6.146,48	-4.419,15
0.6.66.33	Superávit - Vigilância Sanitária	6.979,57	3.306,00	-3.673,57
0.2.67.34	Farmácia Básica	33.573,95	29.693,34	-3.880,61
0.6.67.34	Superávit - Farmácia Básica	7.024,48	7.020,30	-4,18
0.2.66.35	Vigilância Epidemiológica	38.131,48	19.770,98	-18.360,50
0.6.66.35	Superávit - Vigilância Epidemiológica	57.811,29	35.799,15	-22.012,14
0.2.64.36	PACS	195.166,99	182.871,42	-12.295,57
0.6.64.36	Superávit - PACS	40.044,25	40.044,25	0,00
0.2.64.37	PSF	231.383,95	231.121,28	-262,67
0.6.64.37	Superávit - PSF	8.679,29	8.679,29	0,00
0.2.64.38	Saúde Bucal	22.807,06	11.019,47	-11.787,59
0.6.64.38	Superávit - Saúde Bucal	20.399,24	19.096,75	-1.302,49
0.2.21.39	Saúde da Família Estadual	48.221,07	33.526,76	-14.694,31
0.6.21.39	Superávit - Núcleo Apoio à Saúde da Família	34.304,96	28.818,65	-5.486,31
0.2.21.40	Farmácia Básica Estadual	23.066,80	22.192,68	-874,12
0.6.21.40	Superávit - Farmácia Básica Estadual	10.349,65	10.121,06	-228,59
0.2.64.76	PMAQ	140.178,46	132.926,56	-7.251,90
0.6.64.76	Superávit - PMAQ	15.289,63	15.289,63	0,00
0.2.21.42	NASF Estadual	20.201,06	16.570,03	-3.631,03
0.6.21.42	Superávit - NASF Estadual	4.009,10	4.009,10	0,00
0.2.64.82	NASF Federal	120.122,79	107.357,79	-12.765,00

0.6.64.82	Superávit NASF Federal	12.376,80	12.376,80	0,00
0.2.21.91	MAC - Exames Laboratoriais Estadual	5,80	5,80	0,00
0.6.21.91	Superávit MAC - Exames Laboratoriais	465,47	465,47	0,00
0.2.65.92	MAC - Exames Laboratoriais Federal	79.782,53	57.511,22	-22.271,31
0.6.65.92	Superávit MAC - Exames Lab. Federal	7.867,67	7.867,67	0,00
0.2.06.68	Aquisição de veículo	75.512,58	74.900,00	-612,58
	TOTAL	5.933.237,20	5.660.678,02	-249.675,29
Despesas de Saúde com recursos de Impostos -				21,49%
Antônio Carlos, em 09 de novembro de 2017.				
GERALDO PAULI ELAINE A. PETRY CUNRADI VERA LUCIA CONRAT SILVEIRA				
Prefeito Municipal Contadora Secretária de Saúde				

**DECRETO Nº 091/2017**

Publicação Nº 1425598

**DECRETO Nº 091/2017**

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 1.513/2016 - LDO,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 601.780,00 (seiscentos e um mil, setecentos e oitenta reais), e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo de forma a preservar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais estabelecidas, conforme Demonstrativo do Cumprimento das Metas de Arrecadação até o 5º bimestre de 2017 em anexo a este Decreto:

**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL****FONTES 0.1.17.000000 - COSIP**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.452.0006.2018	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	21.760,00
3.3.90.00	Outras despesas correntes	21.760,00

**FONTES 0.1.52.000048 - FNAS - Fundo Social**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0503.08.244.0008.2014	Manutenção de Ações de Assistência Social	1.970,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.970,00

**FONTES 0.1.24.000019 - Equipamentos e Implementos Agrícolas**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.20.606.0009.1012	Aquisição de Equipamentos Agrícolas	50.000,00
4.4.90.00	Outras Despesas de capital	50.000,00

**FONTES 0.1.05.000025 - Construção de Pontes**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.27.812.0006.1007	Construção e Aquisição de Equipamentos Públicos	200.000,00
4.4.90.00	Investimentos	200.000,00

**FONTES 0.1.05.000009 - CASAN**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.451.0006.1008	Pavimentação de Vias	11.110,00
4.4.90.00	Outras Despesas Capital	11.110,00

**FONTES 0.1.05.000023 - SDR - Pavimentação de ruas**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.451.0006.1008	Pavimentação de Vias	100.130,00
4.4.90.00	Outras Despesas Correntes	100.130,00

FONTE 0.1.59.000000 - Manutenção de Escolas - PDDE

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.365.0004.2006	Manutenção do Ensino Infantil	1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00

FONTE 0.1.55.000000 - Melhoria do Trânsito - Polícia Civil

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0006.2017	Manutenção dos Serviços do Trânsito	850,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	850,00

FONTE 0.1.54.000000 - Melhoria do Trânsito - Polícia Militar

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0006.2017	Manutenção dos Serviços do Trânsito	660,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	660,00

FONTE 0.1.56.000000 - Melhoria do Trânsito - Trânsito/PMAC

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0006.2017	Manutenção dos Serviços do Trânsito	450,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	450,00

FONTE 0.1.24.000016 - Pavimentação de Ruas

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.451.0006.1008	Pavimentação de Vias	175.970,00
4.4.90.00	Outras Despesas de capital	175.970,00

FONTE 0.1.05.000026 - Festas

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.23.695.0003.2023	Apoio as ações voltadas para o turismo	3.890,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.890,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.64.000032 – ASPS/PAB

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2026	Manutenção da Unidade de Saúde	2.850,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.850,00

FONTE 0.2.66.000033 – ASPS/ Vigilância Sanitária

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.304.0007.2031	Ações de Vigilância Sanitária	1.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.500,00

FONTE 0.2.64.000038 – ASPS/Saúde Bucal

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2029	Saúde Bucal	680,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	680,00

FONTE 0.2.21.000039 – ASPS/PSF - Estadual

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2027	Ações de Saúde da Família	2.270,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.270,00

## FONTE 0.2.21.000091 – MAC/Exames Laboratoriais Estado

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2026	Manutenção da Unidade de Saúde	17.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	17.200,00

## FONTE 0.2.02.000000 – Rendimento de Recursos Próprios

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2026	Manutenção da Unidade de Saúde	4.810,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.810,00

## FONTE 0.2.21.000040 – ASPS / Farmácia Básica

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2030	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	4.680,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.680,00

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurado no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 13 de novembro de 2017.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

## DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO - REFERÊNCIA ATÉ OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1425611

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS							
DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO							
ENSINO BÁSICO							
REFERÊNCIA ATÉ OUTUBRO DE 2017.							
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS							
1.1. Receitas Oriundas de Impostos						Realizada até o mês	
IPTU						1.114.407,78	
ITBI						298.241,18	
ISS						714.811,04	
IRRF						540.247,73	
Receita da Dívida Ativa de Impostos						67.712,03	
Multas e Juros de Mora de Impostos						56.959,65	
FPM 1%						292.783,86	
(-) Descontos e Renúncia de Receita						-210.272,48	
SOMA						2.874.890,79	
1.2. Receitas Resultantes de Impostos, Base de Cálculo do FUNDEB							
Cota-Parte do FPM						5.252.515,00	
Cota-Parte do ICMS Exportação						39.114,30	
Cota-Parte do ICMS						10.907.911,52	
Cota-Parte do IPI						153.774,65	
Cota-Parte do ITR						27.885,46	
Cota-Parte do IPVA						1.333.618,80	
SOMA						17.714.819,73	
1.3. TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS						20.589.710,52	

## 2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

	CÓDIGO D.R.	Especificação Das Fontes de Recursos	Valor até o Mês
2.1	0.1.01	Receitas oriundas de Impostos - 27%	5.559.221,84
2.2	0.1.18	Transferências do FUNDEB – Parte do 60%	2.001.953,68
2.3	0.1.19	Transferência do FUNDEB – Parte do 40%	854.722,28
2.4	0.3.19	Superávit Financeiro do FUNDEB	114.917,66
2.5	0.1.58	Cota-Parte do Salário Educação	333.527,05
2.6	0.3.58	Superávit Financeiro do Salário Educação	57.861,85
2.7	0.1.08.5	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Básico	306.409,84
2.8	0.3.08.5	Superávit Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Básico	56.691,51
2.9	0.1.08.6	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Médio	151.344,20
2.10	0.3.08.6	Superávit Financeiro do Transporte Escolar Estadual E. Médio	35.347,84
2.11	0.1.59	Transferências Diretas do FNDE – PDDE	399,86
2.12	0.3.19	Superávit Financeiro do PDDE	390,88
2.12	0.1.61	Transferências Diretas do FNDE - PNATE	90.052,85
2.13	0.3.61	Superávit Financeiro do PNATE	17.675,02
2.14	0.1.62	Outras Transferências do FNDE	864,73
2.15	0.3.62	Superávit Financeiro - Outras Transferências do FNDE	16.850,85
2.16	0.1.60	Transferências Diretas do FNDE - PNAE	85.715,92
2.17	0.3.60	Superávit Financeiro - PNAE	3.884,47
2.18	0.1.22.71	Convênio com o MEC - Ampliação da Rede Escolar Infantil	4.684,15
2.19	0.3.22.71	Superávit Financeiro - Convênio MEC - Ampliação Rede Esc. Infantil	13.246,56
2.20	0.1.22.74	Convênio Quadra Esportiva	6.426,99
2.21	0.3.22.74	Superávit Financeiro - Convênio Quadra Esportiva	124.004,83
TOTAL			9.836.194,86

## 3. DESTINAÇÃO DO RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

	CÓDIGO F.R.	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	Especificação	Exigência Legal	Realizado até o Mês	Diferença
3.1	0.1.01	361	Ensino Fundamental 64,80%	1.306.535,11	1.009.904,06	-296.631,05
3.2	0.1.01		Contribuição ao FUNDEB	3.542.963,95	3.542.958,74	-5,21
3.3	0.1.01	365	Educação Infantil 35,20%	709.722,78	735.324,30	25.601,52
3.4	0.3.01	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
3.5	0.3.01	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00
3.6	0.1.18	361	Ensino Fundamental 45,25%	905.884,04	843.874,59	-62.009,45
3.7	0.1.18	365	Educação Infantil 54,75%	1.096.069,64	1.303.102,05	207.032,41
3.8	0.1.19	361	Ensino Fundamental 63,90%	546.167,54	477.326,73	-68.840,81
3.9	0.1.19	365	Educação Infantil 36,10%	308.554,74	210.919,53	-97.635,21
3.10	0.3.19	361	Ensino Fundamental - 78,32	90.000,00	90.000,00	0,00
3.11	0.3.19	365	Ensino Infantil - 21,68	24.917,66	24.917,66	0,00
3.12	0.1.58	361/365	Ensino Fundamental/infantil	333.527,05	285.484,71	-48.042,34
3.13	0.3.58	361	Ensino Fundamental	57.861,85	52.204,67	-5.657,18
3.14	0.1.08.5	361	Ensino Fundamental	306.409,84	244.103,35	-62.306,49
3.15	0.3.08.5	361	Ensino Fundamental	56.691,51	56.171,59	-519,92
3.16	0.1.08.6	362	Ensino Médio	151.344,20	79.068,49	-72.275,71
3.17	0.3.08.6	362	Ensino Médio	35.347,84	35.347,84	0,00
3.18	0.1.59	365	Ensino Infantil	399,86	399,86	0,00
3.19	0.3.59	365	Ensino Infantil	390,88	390,88	0,00
3.20	0.1.61	361	Ensino Fundamental	90.052,85	71.635,82	-18.417,03
3.21	0.3.61	361	Ensino Fundamental	17.675,02	17.675,02	0,00



3.22	0.1.62	365	Ensino Infantil	864,73	0,00	-864,73
3.23	0.3.62	365	Ensino Infantil	16.850,85	1.800,00	-15.050,85
3.24	0.1.60	361	Ensino Fundamental	85.715,92	78.556,32	-7.159,60
2.25	0.3.60	361	Ensino Fundamental	3.884,47	3.884,47	0,00
3.26	0.1.22.71	365	Educação Infantil	4.684,15	0,00	-4.684,15
3.27	0.3.22.71	365	Educação Infantil	13.246,56	0,00	-13.246,56
3.28	0.1.22.74	361	Ensino Fundamental	6.426,99	0,00	-6.426,99
3.29	0.3.22.74	361	Ensino Fundamental	124.004,83	0,00	-124.004,83
TOTAL				9.836.194,86	9.165.050,68	-671.144,18
4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS				MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino				25%	25,68%	0,68
4.2. Remuneração Profissionais do Magistério				60%	75,16%	15,16

Memória de Cálculo:  $4.1 = (3.1 + 3.2 + 3.3 + 3.4 + 3.5) / 1.3$

$4.2 = (3.6 + 3.7) / (2.2 + 2.3)$

Antônio Carlos, em 09 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI ELAINE A. PETRY CUNRADI LIDIANE VENTURA FRAGA

Prefeito Municipal Contadora Secretária M. de Educação

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 195/2017 E 196/2017

Publicação Nº 1425950

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 195/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 88/2017 – Processo Licitatório nº 117/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: PETRY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de elétrico e de construção para as diversas secretarias do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 03, 04, 09, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 30, 31, 34, 35, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 94, 95, 103, 104, 105, 106, 109, 112, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 130, 135, 138, 141, 142, 143, 144, 146, 156, 160, 162, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 178, 179, 181, 183, 185, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 219, 220, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 235, 236, 237 e 242, no valor estimado de R\$ 19.054,41 (dezenove mil, cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos). Prazo: 13/11/2017 – 13/11/2018.

Ata de Registro de Preço nº 196/2017; Origem: Edital de Pregão Presencial nº 88/2017 – Processo Licitatório nº 117/2017; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: JMC – JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP; Objeto: Aquisição parcelada de material elétrico e de construção para as diversas secretarias do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora dos itens: 01, 02, 05, 06, 07, 08, 10, 14, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 42, 48, 50, 54, 57, 62, 74, 75, 76, 77, 78, 90, 93, 96, 98, 99, 101, 102, 108, 110, 111, 113, 114, 117, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 140, 157, 161, 163, 164, 167, 168, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 184, 186, 187, 188, 190, 207, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 234, 238, 239, 240, 241 e 243, no valor estimado de R\$ 17.309,45 (dezessete mil, trezentos e nove reais e quarenta e cinco centavos). Prazo: 13/11/2017 – 13/11/2018.

Antônio Carlos, 13 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N 516/2017**

Publicação Nº 1425730

PORTARIA Nº 516/2017

Prorroga contratação de servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar a CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA de JOÃO ERNESTO LEITE, no cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA 20H, de 04 de novembro de 2017 a 15 de novembro de 2017, em substituição a servidora EMILENE BALBINO BARBOSA, de Licença Maternidade e, a partir de 16 de novembro de 2017 a 15 de dezembro de 2017, em substituição a servidora efetiva MARCELITA PETRY GORGES SILVEIRA, de Licença Prêmio.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 14 de novembro de 2017.

**PORTARIA N 519/2017**

Publicação Nº 1425734

PORTARIA Nº 519/2017

Dispensa servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, GISELLE DA SILVA RICCI, do cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, a partir de 13 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 13 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 14 de novembro de 2017.

# DEMONSTRATIVOS DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - REFERÊNCIA 5º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1425625

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS												
DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - REFERÊNCIA 5º BIMESTRE DE 2017												
Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA			DIFERENÇA	
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA		
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA											
	RECEITAS PRIMÁRIAS											
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.920,00	2.313,04	393,04	2.198,00	2.129,48	(68,52)	4.118,00	4.442,52	324,52		
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/MDEB - Mínimo de 25%	330,00	437,46	107,46	345,00	360,05	15,05	675,00	797,51	122,51		
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%	752,00	813,05	61,05	773,00	831,39	58,39	1.525,00	1.644,44	119,44		
0.1.17.000000	Iluminação Pública	120,80	92,75	(28,05)	120,80	127,09	6,29	241,60	219,84	(21,76)		
0.1.16.000000	Infra-Estrutura em Transporte	3,35	5,98	2,63	3,35	6,22	2,87	6,70	12,20	5,50		
0.1.58.000000	MDEB	60,80	61,47	0,67	60,80	67,31	6,51	121,60	128,78	7,18		
0.1.59.000000	Manutenção de Escolas	1,00	-	(1,00)	-	-	-	1,00	-	(1,00)		
0.1.60.000000	Merenda Escolar - Ensino Fundamental	18,10	23,06	4,96	18,10	18,66	0,56	36,20	41,72	5,52		
0.1.61.000000	Manutenção do Transporte Escolar	20,60	22,44	1,84	20,60	22,45	1,85	41,20	44,89	3,69		
0.1.62.000000	Outras Transf. FNDE	-	0,16	0,16	-	0,10	0,10	-	0,26	0,26		
0.1.18.000000	Remuneração Profis. Magistério - Mínimo 60%	356,00	388,72	32,72	356,00	412,02	56,02	712,00	800,74	88,74		
0.1.19.000000	Manut. Desenv. Ensino Básico - Máximo 40%	140,00	166,19	26,19	146,00	176,21	30,21	286,00	342,40	56,40		
0.1.52.000048	FNAS - Fundo Social	1,00	0,02	(0,98)	1,00	0,01	(0,99)	2,00	0,03	(1,97)		
0.1.52.000049	FNAS - SST FEAS	-	0,01	0,01	-	0,01	0,01	-	0,02	0,02		
0.1.54.000000	Melhoria do Trânsito - Parte Polícia Militar	4,50	3,07	(1,43)	4,50	5,27	0,77	9,00	8,34	(0,66)		
0.1.55.000000	Melhoria do Trânsito - Parte Polícia Civil	4,50	2,95	(1,55)	4,50	5,20	0,70	9,00	8,15	(0,85)		
0.1.56.000000	Melhoria do Trânsito - Parte PMAC	4,84	3,42	(1,42)	4,84	5,81	0,97	9,68	9,23	(0,45)		
0.1.63.000000	Manutenção do FMS Bolsa Família	1,06	1,53	0,47	1,08	2,92	1,84	2,14	4,45	2,31		
0.1.08.000005	Manut. Transp. Escolar - Ensino Fundamental	57,80	68,23	10,43	57,80	67,78	9,98	115,60	136,01	20,41		
0.1.08.000006	Manut. Transporte Escolar - Segundo Grau	21,60	34,37	12,77	21,60	34,37	12,77	43,20	68,74	25,54		
0.1.22.000071	Ampliação da Rede Ensino Infantil	-	0,85	0,85	-	0,60	0,60	-	1,45	1,45		
0.1.22.000072	Aquisição de Veículo Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
0.1.22.000074	Construção de Quadra Esportiva	-	1,16	1,16	-	0,83	0,83	-	1,99	1,99		
0.1.24.000015	Sistema Tratamento Esgoto	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
0.1.24.000016	Pavimentação de Ruas	100,00	0,24	(99,76)	200,00	123,79	(76,21)	300,00	124,03	(175,97)		
0.1.24.000019	Equipamentos e Implementos Agrícolas	50,00	-	(50,00)	-	-	-	50,00	-	(50,00)		
0.1.24.000088	Preservação Des. Patrimônio Histórico	-	0,65	0,65	-	0,49	0,49	-	1,14	1,14		
0.1.24.000087	Reforma e Revitalização do Centro Cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
0.1.24.000095	Ações voltadas ao Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
0.1.24.000097	Casa da Cultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

1.000,00

Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA		
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
0.1.05.000023	Pavimentação de Ruas - SDR	-	(0,13)	(0,13)	100,00	-	(100,00)	100,00	(0,13)	(100,13)
0.1.05.000025	Construção de Pontes	100,00	-	(100,00)	100,00	-	(100,00)	200,00	-	(200,00)
0.1.05.000008	SDR - Preserv. Des. Patrim. Hist.	-	0,26	0,26	-	0,18	0,18	-	0,44	0,44
0.1.05.000009	Manutenção dos Serviços de Abast. De Água	16,00	10,49	(5,51)	21,00	15,40	(5,60)	37,00	25,89	(11,11)
0.1.05.000026	Convênio SDR - Festas	-	(3,89)	(3,89)	-	-	-	-	(3,89)	(3,89)
0.1.05.000050	SDR - Recuperação Estradas Vicinais	-	2,65	2,65	-	5,27	5,27	-	7,92	7,92
0.1.05.000085	Convênio SDR - Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.05.000096	Academia ao ar livre	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.05.000098	Construção de Praças	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.1.89.000013	Alvenaria de Veículos	-	0,01	0,01	-	0,01	0,01	-	0,02	0,02
0.1.83.000011	BADESC - Pavimentação Ruas	-	0,42	0,42	-	0,18	0,18	-	0,60	0,60
0.1.83.000094	BRDE- Pavimentação Ruas	200,00	713,97	513,97	200,00	15,30	(184,70)	400,00	729,27	329,27
	<b>SOMA</b>	<b>4.283,95</b>	<b>5.164,60</b>	<b>880,65</b>	<b>4.757,97</b>	<b>4.434,40</b>	<b>(323,57)</b>	<b>9.041,92</b>	<b>9.599,00</b>	<b>557,08</b>

UNIDADE GESTORA FUNDO DA SAÚDE										
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS</b>										
0.2.12.000000	Manutenção da Vigilância Sanitária	15,00	18,80	3,80	11,00	20,74	9,74	26,00	39,54	13,54
0.2.02.000000	Rendimentos de Recursos Próprios	3,00	1,46	(1,54)	4,00	0,73	(3,27)	7,00	2,19	(4,81)
0.2.64.000032	ASPS/PAB	30,60	29,18	(1,42)	30,60	29,17	(1,43)	61,20	58,35	(2,85)
0.2.66.000033	ASPS/Vigilância Sanitária	2,00	1,50	(0,50)	2,00	1,00	(1,00)	4,00	2,50	(1,50)
0.2.67.000034	ASPS/Farmácia Básica	6,80	6,45	(0,35)	6,80	7,67	0,87	13,60	14,12	0,52
0.2.66.000035	Epidemiologia e Controle de Doenças	5,60	11,96	6,36	5,60	4,73	(0,87)	11,20	16,69	5,49
0.2.64.000036	ASPS/PACS	36,80	36,50	(0,30)	36,80	48,67	11,87	73,60	85,17	11,57
0.2.64.000037	ASPS/PSF	43,50	43,52	0,02	43,50	57,57	14,07	87,00	101,09	14,09
0.2.64.000038	ASPS/Saúde Bucal	4,80	4,46	(0,34)	4,80	4,46	(0,34)	9,60	8,92	(0,68)
0.2.21.000039	ASPS/PSF - Estadual	10,00	6,02	(3,98)	10,00	11,71	1,71	20,00	17,73	(2,27)
0.2.21.000042	NASF Estadual	3,50	2,51	(0,99)	3,50	5,03	1,53	7,00	7,54	0,54
0.2.64.000076	PMAQ	26,80	28,00	1,20	26,80	28,00	1,20	53,60	56,00	2,40
0.2.64.000082	NASF Federal	23,50	24,00	0,50	23,50	24,00	0,50	47,00	48,00	1,00
0.2.21.000040	ASPS/Farmácia Básica	5,20	2,86	(2,34)	5,20	2,86	(2,34)	10,40	5,72	(4,68)
0.2.23.000043	Ampliação Unidade Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0.2.21.000091	Exames Laboratoriais Estadual	8,60	-	(8,60)	8,60	-	(8,60)	17,20	-	(17,20)
0.2.65.000092	Exames Laboratoriais Federal	3,50	16,20	12,70	3,50	16,07	12,57	7,00	32,27	25,27
0.2.06.000068	Repasse Fundo a Fundo - Aquisição de veic	-	75,16	75,16	-	0,27	0,27	-	75,43	75,43
	<b>SOMA</b>	<b>229,20</b>	<b>308,58</b>	<b>4,22</b>	<b>226,20</b>	<b>262,68</b>	<b>36,48</b>	<b>455,40</b>	<b>571,26</b>	<b>115,86</b>

Antônio Carlos, 13 de novembro de 2017.

**ELAINE A. PETRY CUNRADI**  
**Contadora**

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 14/2017**

Publicação Nº 1425354

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2017

OBJETO: COMPRA DE REFRIGERANTES, SUCOS E ÁGUA PARA SESSÃO SOLENE, REALIZADA NO DIA 06/11/2017, EM COMEMORAÇÃO AOS 54 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS,.

CONTRATADO: SUPERMERCADO JK LTDA EPP - CNPJ: 04.346.415/0001-72

VALOR: R\$ 416,10 (Quatrocentos e dezesseis reais e dez centavos),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.21.00.00.00

Antônio Carlos, 09 de novembro de 2017.

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 15/2017**

Publicação Nº 1425355

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2017

OBJETO: COMPRA DE SALGADOS PARA SESSÃO SOLENE, REALIZADA NO DIA 06/11/2017, EM COMEMORAÇÃO AOS 54 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, ONDE FORAM HOMENAGEADOS CIDADÃOS HONORÁRIOS E MEDALHA DE MÉRITO CÔNEGO DR. RAULINO REITZ.

CONTRATADO: MARIA ALBERTINA JUNKES - ME - CNPJ: 11.826.159/0001-86

VALOR: R\$ 1.260,00 (Hum mil duzentos e sessenta reais),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.21.00.00.00

Antônio Carlos, 09 de novembro de 2017.

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 16/2017**

Publicação Nº 1425358

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2017

OBJETO: ALUGUEL DE DECORAÇÃO PARA SESSÃO SOLENE REALIZADA NO DIA 06/11/2017, EM COMEMORAÇÃO AOS 54 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS.

CONTRATADO: MARIA NOIVAS ALUGUEL DE TRAJES LTDA - ME - CNPJ: 11.826.159/0001-86

VALOR: R\$ 712,20 (setecentos e doze reais e vinte centavos),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.33.99.00.00.00

Antônio Carlos, 09 de novembro de 2017.



# Apiuna

## PREFEITURA

### LEI Nº 845/2017

Publicação Nº 1425592

LEI Nº 845/2017  
De 10/11/2017

ALTERA A LEI Nº 807/2016 DE 27/06/2016, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, FAÇO SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O caput do Artigo 2ª A da Lei nº 807, de 27/06/2016, incluído pela Lei nº 817, de 07/02/2017 passa a vigorar com o seguinte texto:

“Art. 2º A – No mês de dezembro de cada ano, os servidores municipais serão beneficiados com a concessão de auxílio-alimentação suplementar, em valor equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do benefício fixado para a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, observado o disposto no Art. 1º desta Lei.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 10 de Novembro de 2017.  
JOSÉ GERSON GONÇALVES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 846/2017

Publicação Nº 1425588

LEI Nº 846/2017  
DE 10/11/2017

AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES SEMPRE VIVA.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal do município de Apiúna, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a Associação Clube de Mães Sempre Viva CNPJ nº 00.547.038/0001-89, recursos financeiros até o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

§ 1º - Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para custear despesas com a aquisição de tecidos e aviamentos.

§ 2º - A Associação beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da legislação vigente.

§ 3º - As despesas da presente Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Município, na seguinte classificação orçamentária:

03	Secretaria de Administração e Finanças
001	Secretaria de Administração e Finanças
0004.0122.0301.2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças
3300000000000000	Despesas Correntes
3330000000000000	Outras Despesas Correntes

3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
03000000	Recursos Ordinários

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Apiúna, em 10 de Novembro de 2017.  
JOSÉ GERSON GONÇALVES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº0473/2017

Publicação Nº 1425917

PORTARIA Nº 0473/2017

De 06 de novembro de 2017

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS LEONILDO DE LIMA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117, RESOLVE

CONCEDER 20 dias de férias para o servidor LEONILDO DE LIMA, referente ao período aquisitivo de 12/09/2012 a 11/09/2013, com 10 dias de abono.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 06 de novembro de 2017.  
Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº0474/2017

Publicação Nº 1425918

PORTARIA Nº 0474/2017

De 06 de novembro de 2017

CONCEDE FERIAS PARA SERVIDORA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS HELLEN DE LIZ

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2018, art. 117, RESOLVE

CONCEDER 20 dias de férias para a HELLEN DE LIZ, referente ao período aquisitivo de 05/10/2016 a 04/10/2017, com 10 dias e abono.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 06 de novembro de 2017.  
Marcelo Doutel da Silva  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº0475/2017

Publicação Nº 1425919

PORTARIA Nº 0475/2017

De 06 de novembro de 2017

CONCEDE LICENÇA PARA A SERVIDORA EFETIVA

ANDREIA APARECIDA GRASSI PARA CUIDAR DE MEMBRO DA FAMÍLIA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 130,

RESOLVE

CONCEDER licença de 12 (doze) dias para a servidora ANDREIA APARECIDA GRASSI, a partir de 06/11/2017 à 17/11/2017, para cuidar de seu esposo GENILSON LAUREANO ANTONIO, que necessita de cuidados devido doença.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 06 de novembro de 2017.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal em exercício

#### **PORTARIA Nº0476/2017**

Publicação Nº 1425920

PORTARIA Nº 0476/2017

De 08 de novembro de 2017

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR DA SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL  
REVELINO MICH

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,

RESOLVE

CONCEDER 20 dias de férias para o servidor REVELINO MICH, referente ao período aquisitivo de 01/08/2016 a 31/07/2017, com dias de abono.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de novembro de 2017.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal em exercício

#### **PORTARIA Nº0477/2017**

Publicação Nº 1425922

PORTARIA Nº 0477/2017

De 08 de novembro de 2017

DEMITE SERVIDORA CONTRATADA TEMPORARIAMENTE  
TARCIA PAULA MACHADO

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017,

RESOLVE

Demitir em 08 de novembro de 2017, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 004/2016, TARCIA PAULA MACHADO, contrato 156124-1, ocupante do cargo de AUXILIAR DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO INFANTIL, face término de contato.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de novembro de 2017.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº0479/2017**

Publicação Nº 1425923

PORTARIA Nº 0479/2017

De 10 de novembro de 2017

CONCEDE FERIAS PARA SERVIDORA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117,

RESOLVE

CONCEDER 30 dias de férias para a servidora CLAUDIA ROSA DOS SANTOS DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 03/11/2016 à 02/11/2017.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de novembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº0480/2017**

Publicação Nº 1425924

PORTARIA Nº 0480/2017

De 13 de novembro de 2017

CONCEDE LICENÇA PARA A SERVIDORA EFETIVA CLARICE MORGENROTH  
PARA CUIDAR DE MEMBRO DA FAMÍLIA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 130,

RESOLVE

CONCEDER licença de 30 (trinta) dias para a servidora CLARICE MORGENROTH, a partir de 06/11/2017 à 05/12/2017, para cuidar de sua mãe ANA MORGENROTH, que necessita de cuidados devido doença.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 13 de novembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº0481/2017**

Publicação Nº 1425925

PORTARIA Nº 0481/2017

De 13 de novembro de 2017

ALTERA CARGA HORÁRIA DE  
TARCICIO LUIS LUDOVICO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

ALTERAR a carga horária do servidor efetivo, TARCICIO LUIS LUDOVICO, contrato 152110-1, ocupante do cargo de MEDICO CLINICO GERAL – 20H semanais passando a exercer 40H semanais, a partir de 01 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 13 de novembro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

# Arabutã

## PREFEITURA

### CONTRATO ACT 59/2017

Publicação Nº 1425640

#### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 059/2017

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e DENISE REGINA LUTZ KRUEZTMANN, inscrita no CPF/MF sob o nº. 066.074.939-47, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de professora Educação Infantil, devido atestado médico da titular da vaga servidora Elma Richter e para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 001/2017, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
  - 2) VIGÊNCIA: de 13 de novembro de 2017 até 14 de dezembro de 2017;
  - 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
  - 4) VENCIMENTO: R\$ 1493,04 (um mil quatrocentos e noventa e três reais e quatro centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
  - 5) CARGO/FUNÇÃO: Professora;
  - 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – N.E.M.N.E;
  - 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno matutino;
  - 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
  - 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);
- Arabutã/SC, 13 de novembro de 2017.

Denise Regina Lutz Kruetzmann  
Contratada

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

#### Testemunhas:

Cléo Fernando Morche  
CPF/MF nº. 069.405.499-27

Dulci Driemeier Lösch  
CPF/MF nº. 009.112.609-60

### DECRETO 2139

Publicação Nº 1426855

#### DECRETO Nº 2139, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Nomeia Comissão para Avaliação para Progressão de Desempenho dos Servidores Públicos Municipais.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 24 da Lei Complementar nº 158, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Arabutã revoga leis e dá outras providências e art. 21 da Lei Complementar nº 155, de 29 de dezembro de 2014 que dispõe do Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Arabutã, e dá outras providências, revoga Leis e dá outras providências,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo para compor a comissão da avaliação para Progressão por Desempenho dos Servidores Públicos e Profissionais do Magistério do Município de Arabutã em estágio probatório:

I – chefe imediato de cada servidor em estágio probatório;

II – representantes do Chefe do Poder Executivo:

- a) Dulci Driemeier Losch – Auxiliar Administrativo;
- b) Carla Petry Kiekow – Enfermeira;
- c) Deise Morche – Auxiliar Administrativo;
- d) Dirlete Berner – Professora;
- e) Leocir Rohde – Motorista.

§ 1º Entende-se por chefe imediato o responsável pela unidade/órgão da administração pública onde o servidor estiver lotado e/ou atuando.

§ 2º Se o Servidor Público e o Profissional do Magistério do Município estiver desempenhando cargo de direção ou chefia, ou cargo comissionado o mesmo será avaliado cuja avaliação será juntada aos autos pessoais, e, no caso de Progressão, a mesma será concedida no retorno ao cargo efetivo.

Art. 2º A homologação das avaliações será realizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 09 de novembro de 2017.

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

Registra-se e Publica-se  
Em, 09 de Novembro de 2017.

Glaucia Pottratz  
Responsável Pelas Publicações

## PROCESSO SELETIVO 05/2017

Publicação Nº 1425946

EDITAL Nº 005, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Estabelece normas destinadas a definir a ordem cronológica de escolha de aulas para o ano letivo de 2018 para os membros concursados do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

A PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições conferidas pelo o art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos membros do Magistério Público Municipal, que a Secretaria Municipal da Educação e Cultura estará realizando no período de 20 de novembro a 01 de dezembro de 2017, inscrições para CLASSIFICAÇÃO DESTINADA A ESTABELECER A ORDEM DE ESCOLHA DE AULAS PARA O ANO LETIVO DE 2018, que será regida pelas normas estabelecidas neste Edital e pela legislação vigente.

### 1. DOS REQUISITOS.

1.1 Ser profissional de cargo de Carreira de Professor do Magistério Público Municipal concursado na forma da Constituição.

### 2. DAS ESCOLHAS DE AULAS

2.1 A escolha de aulas ocorrerá no dia 18 de dezembro de 2017, às 8h, tendo como local a Sala da Secretaria Municipal da Educação.

2.1.1 A escolha das aulas obedecerá à ordem cronológica decrescente da classificação, obedecidos aos critérios do presente edital.

2.1.2 O Professor que não realizar a inscrição na forma do presente edital terá as suas aulas, para o ano letivo de 2018, definidas "de ofício" pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, não cabendo nenhuma espécie de recurso.

### 3. DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia dos documentos abaixo relacionados:

3.1.1 Requerimento, dirigido a Secretária Municipal de Educação e Cultura, devidamente preenchido e assinado pelo servidor;

3.1.2 Comprovante de habilitação em cópia autenticada pelo chefe imediato, mediante a apresentação dos documentos originais;

3.1.3 Atestado de tempo de serviço no exercício da docência do magistério público no Município de Arabutã, tendo como data limite o dia 30 de setembro de 2017.

3.1.4 Atestado de tempo de serviço no exercício da docência no magistério público e privado, tendo como data limite até dia 30 de setembro de 2017;

3.2 O comprovante de habilitação previsto no subitem 3.1.2 do presente Edital deverá ser o de maior graduação, sendo progressivamente: nível superior, "latu sensu" ou equivalente, mestrado e doutorado.

### 4. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

A entrega da documentação elencada no item 3 deverá ser realizada no setor de Recursos Humanos, localizado na sede da Prefeitura de Arabutã, no horário de funcionamento da mesma.

### 5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 Para estabelecer a ordem cronológica de classificação serão utilizados os seguintes critérios, de forma sequencial:

5.1.1 Habilitação mais elevada;

5.1.2 Maior tempo de serviço no exercício da docência no magistério público e privado;

5.1.3 Maior tempo de serviço no exercício da docência na Rede Municipal de Ensino de Arabutã;

5.1.4 O maior conceito de avaliação de desempenho e eficiência, verificado no ano imediatamente anterior (será solicitado para o setor de Recursos Humanos).

5.1.5 Idade mais elevada.

### 6. DO RESULTADO FINAL

6.1 O resultado final será homologado até o dia 08 de dezembro de 2017, mediante edital a ser publicado no Mural Público Municipal e no site do Município <http://www.arabuta.sc.gov.br/>.

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser apresentados até 1 (um) dia útil contado à partir do dia seguinte da publicação do Resultado Final, e deverão ser dirigidos à Secretária Municipal da Educação e Cultura.

Arabutã/SC, 13 de novembro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita Municipal

## REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA ESCOLHA DE AULAS

À Senhora

RÚBIA CRISTINA PATZLAFF KIEKOW

Secretária Municipal de Educação e Cultura Arabutã-SC

Nome do Requerente			
Habilitação		Carga Horária	
Documentação Apresentada			
Item	Especificação		
01	Comprovante de habilitação	Tipo:	
02	Atestado de tempo de serviço da docência do magistério público municipal e privado		
03	Atestado de tempo de serviço da docência no magistério público do Município de Arabutã.		

Nos termos da legislação vigente e das normas do Edital nº 003/2017, de 13 de novembro de 2017, REQUER INSCRIÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO DESTINADA A ESCOLHA DE AULAS PARA O ANO LETIVO DE 2018, mediante comprovação documental anexa ao presente.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Professor(a) requerente

Certifico que os documentos em anexos conferem com a relação constante do Requerimento

Em, /de de 2017.

-----  
Responsável pelo Protocolo

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1835

Publicação Nº 1426658

DECRETO Nº 1835, de 27 de outubro de 2017.  
Autoriza Desmembramento de Área que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 29.308,19m<sup>2</sup>, localizado na Estrada Municipal, Cidade de Arroio Trinta, de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, inscrita no CNPJ nº 82.826.462/0001-27, objeto da matrícula RG nº 36.095 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira – SC.

Parágrafo único. O referido desmembramento será de: área a desmembrar com 3.464,46m<sup>2</sup>, área remanescente com 25.843,73m<sup>2</sup>, conforme o Mapa e o Memorial Descritivo apresentado.

Art. 2º este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de outubro de 2017.  
Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1836

Publicação Nº 1426659

DECRETO Nº 1836, de 27 de outubro de 2017.

Nomeia Leiloeiro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente o art. 25 e suas alterações e da INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 17, DE 5/12/2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Srs. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC 162 e SIMONE WENNING, matrícula AARC 276, regularmente inscritos na JUCESC, como Leiloeiros Oficiais, convidados por sua notória e comprovada experiência, para realizar Leilão dos bens do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis pelo Decreto nº 1829 de 18/10/2017.

Art. 2º A Inexigibilidade está fundamentada no artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e na INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 17, DE 5/12/2013 da JUCESC, devido também, ao Plano de Trabalho que incluirá ampla divulgação nos meios de comunicação, bem como, na internet e redes sociais.

Art. 3º O Leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações

e nada receberá do Município pelos serviços prestados.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de outubro de 2017.  
Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1837

Publicação Nº 1426660

DECRETO Nº 1837, de 03 de novembro de 2017.  
Autoriza e Aprova Desmembramento de Área que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 1.754,25m<sup>2</sup>, localizado na Rua Florianópolis, centro, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor PAULINO DE PIERI, CPF nº 665.182.889-49, objeto da matrícula RG nº 33.029 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira – SC.

Parágrafo único. O referido desmembramento será de: (A1) com 513,47m<sup>2</sup> e (A2) com 360,00m<sup>2</sup>, remanescendo uma área de 880,78m<sup>2</sup>, conforme o Mapa e o Memorial Descritivo apresentado.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 03 de novembro de 2017.  
Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 1838**

Publicação Nº 1426657

DECRETO Nº 1838, de 13 de novembro de 2017.

Publica as Inscrições do Processo Seletivo, Edital nº 003/2017 do Município de Arroio Trinta – SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam publicadas as inscrições de nº 001 a 051 para o preenchimento das vagas do Processo Seletivo, conforme Edital nº 003/2017.

Art. 2º Fazem parte integrante do presente Decreto, as relações de inscritos para o Processo Seletivo, Anexo I.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 13 de novembro de 2017.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

**ANEXO I****HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017.**

Cargo: PROFESSOR PEDAGOGO

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
04	Vânia Carla Kozloski	4.948.970	058.876.209-19	27/10/1987
05	Andressa Sangaletti	5.828.021	084.021.439-11	29/05/1992
10	Diego Luiz Lazari	5.615.627	071.033.209-26	20/10/1991
11	Claudia de Bastiani	6.134.455	098.308.499-88	19/10/1994
12	Flávia Biava	5.615.633	093.764.849-32	06/06/1994
13	Fátima Ludwig	5.995.090	090.175.869-82	21/08/1991
14	Neide Maria Gemeli	861.374	386.080.069-87	04/08/1959
16	Néllik Annie da Silva	7.811.031	047.652.239-06	29/12/1982
18	Gabriela Favarin	5.060.077	010.119.929-57	25/10/1988
22	Rachel Simone Meneguzzi	42.604.966	006.829.979-60	21/09/1976
23	Adriana Aparecida Pirola Ansiliero	33.200.270	027.750.929-77	26/10/1978
24	Fernanda Consoni	4.508.716	007.601.189-57	21/01/1984
26	Gláucia Betinelli	2.977.260	951.508.629-91	30/10/1974
27	Eliane Tinelli	6.615.806	082.983.219-01	30/10/2017
29	Taciane Nesi	4.978.761	065.159.989-02	26/05/1990
30	Léia Regina Behend	3.828.756	024.139.029-02	24/06/1979
31	Renata Maneti	4.784.317	048.435.559-75	17/04/1985
32	Sirléia Maria Passoni	3.535.452	047.757979-59	03/11/1982
33	Nadir Bonassa	3.460.112	026.139.579-30	30/09/1978
34	Vera Lúcia Gelain Vigolo	5.828.689	529.811.189-00	19/02/1965
36	Sara Cristina Paganini	4.978.373	056.461.509-90	09/11/1985
37	Eliani Serighelli Lidani	43.692.036	034.782.009-38	10/03/1983
38	Barbara Tressoldi Lidani	3.777.568	036.560.259-08	21/11/1982
39	Salette Czerniak	6.639.674	025.101.489-40	06/01/1976
44	Valéria Luiza Locateli	4.48.124	009.122.839-55	06/10/1988
50	Sirlei Vanusa Passoni Spricigo	3.353.544	015.181.209-89	25/02/1975
51	Veridiane Lais Betiollo	5.381.025	081.346.459-50	10/04/1992

Cargo: FARMACÊUTICO

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
02	Karen Cristina Pasoni	5.998.038	092.053.709-08	24/03/1995
03	Roberta Dich Siqueira	5.327.338	068.863.439-71	25/04/2017
19	Karen Cristina Ponsoni	5.998.038	092.053.709-08	24/03/1995
21	Alexandre Bahir De Andrade	3.392.547	026.981.529-58	13/01/1979
42	Lisiane Flavia Locatelli	4.784.927	048.155.869-18	27/12/1985

Cargo: AGENTE APOIO Á EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº Protocolo	Candidato	Nº Identidade	Nº CPF	D. Nascimento
01	Talia Timazi	6.637.981	094.833.939-06	27/06/1998
06	Tamara Novello	4.784.798	058.876.249-06	10/04/1986
07	Gabriela Magro	6.066.629	103.885.779-16	15/09/1997
08	Marta Lúcia Pistore	3.410.150	032.461.569-80	11/05/1976

09	Débora Garbo Gialow	5.673.146	016.750.470-30	02/08/1994
15	Marina Andréia Locatelli	6.115.858	089.320.979-17	14/04/1993
17	Cibele Vigolo	5.927.917	091.319.939-74	21/12/1994
20	Siméia do Prado	4.978.536	053.949.549-25	23/01/1985
25	Ketlin Pergher	6.134.152	099.437.299-02	19/10/1999
28	Thayná Padia	6.639.086	094.590.339-11	05/07/1999
35	Erminia Lazzari	4.623.306	049.884.079-42	14/04/1984
40	Vanessa Da Silva Tarouco	1055.542.367	627.999.830-49	14/09/1972
41	Lucimar Da Soler Grifante	3.484.188	014.453.789-30	25/02/1973
43	Silvania De Camargo	4.133.875	027.036.559-16	21/04/1980
45	Lucelia De Fatma Scheis Brandalise	4.081.593	028.599.869-28	23/08/1979
46	Raquel R. Comerlatto	6.134.172	097.082.879-97	01/04/1997
47	Giovani Jucimar Nava	5.615.614	069.494.689-38	16/04/1992
48	Ana Paula Cordeiro	4.784.791	051.679.109-51	24/04/1982
49	Carla Aparecida Milani	5.927.980	088.168.279-98	18/11/1997

Arroio Trinta - SC, 13 de novembro de 2017.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1839

Publicação Nº 1426661

DECRETO Nº 1839, de 14 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a Contratação Emergencial de Motorista para Transporte Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é outorgada por Lei e tendo em vista a obrigação imediata e urgente que tem a Administração pública de evitar situações que possam causar a interrupção da prestação dos serviços públicos,

CONSIDERANDO que o Servidor LODAIR DE PAULA BARBOSA, foi afastado temporariamente, por estar sendo investigado em Processo Administrativo disciplinar e por orientação do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Município, não possui no seu quadro de pessoal, servidores habilitados para realizar transporte de estudantes;

CONSIDERANDO que um novo processo seletivo ou concurso público demanda tempo, e o serviço de transporte escolar como essencial ao acesso à educação não pode sofrer descontinuidade, sob pena de lesão ao interesse público;

CONSIDERANDO que a paralisação e/ou a descontinuidade do transporte escolar resultará em graves prejuízos a municipalidade, bem como, aos estudantes das escolas municipais e estaduais do município, com implicações futuras no tocante a repasses de recursos federais;

CONSIDERANDO que o acesso à educação, a saúde e a assistência social são direitos essenciais, assegurado pela constituição a todos os cidadãos brasileiros;

CONSIDERANDO a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Educação, Juliar Luiz Manenti;

CONSIDERANDO o princípio da economicidade e demais princípios que regem a administração pública;

CONSIDERANDO o entendimento manifestado pelo Tribunal de Contas da União de que "Admite-se, em caráter excepcional, e com fundamento no interesse público, contratação emergencial da prestação de serviços que não possam sofrer solução de continuidade, desde que justificada adequadamente no respectivo processo e apontados os problemas que poderão advir da paralisação de tais serviços, comprovando-se a ocorrência de prejuízo ao interesse público, a contratação será apenas durante o prazo necessário;

CONSIDERANDO que é pública e notória a urgência em se contratar profissionais para prestação dos serviços de transporte escolar, sob pena de comprometer a continuidade dos serviços, em razão do início das aulas;

CONSIDERANDO a dificuldade em se encontrar, em prazo exíguo, empresas que conheçam os itinerários, a serem realizados; que executem os serviços a um preço de mercado compatível;

DECRETA:

Art. 1º - É dispensável a realização de processo seletivo PARA A CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, período que encerra o ano letivo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 14 de novembro de 2017.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 0001/2017 - CONTRATO Nº 0073/2017 - POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA**

Publicação Nº 1425676

TERMO ADITIVO Nº 0001 2017 AO CONTRATO Nº 0073/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0095/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2017, AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-500, ÓLEO DIESEL S-10, GASOLINA E ARLA, PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017, COM FORNECIMENTO CONTINUADO E PROGRAMADO, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta-SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor CLAUDIO SPRICIGO, portador do CPF sob nº CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo s/n, Centro de Arroio Trinta – SC e O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, , neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 613.139.809-78 e CI sob nº 2.111.407, residente e domiciliado na Rua Albano Gemeli nº 98, Centro de Arroio Trinta – SC, doravante consideradas CONTRATANTES e a Empresa POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.777.492/0001-28, com inscrição estadual nº 252.141.555, com sede a Rua XV de novembro, 380, em Arroio Trinta – SC, neste ato representada pelo senhor OLIVO NAVA, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 220.627.009-97, e RG 10/R-786.199/SSI-SC, residente e domiciliado à Rua Presidente Castelo Branco, 191, em Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATADA, em conformidade com o Art. 65, inc. II, alínea “d” da Lei 8.666/93 e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo aditivo com as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Aditiva Primeira – Os valores dos itens adquiridos através do processo Licitatório, 0095/2017, Pregão presencial 0031/2017, passam, a vigor com os seguintes valores:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Vlr. Un.
1	27533 - Óleo Diesel S-500 POTENCIAL	L	3,3246
2	27534 - Óleo Diesel S-10 POTENCIAL	L	3,4323
4	27536 – Gasolina POTENCIAL	L	4,1806

Cláusula Aditiva segunda – As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 10 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ: 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE

ARROIO TRINTA – SC

CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97

TARCÍSIO LIDANI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

POSTO ANSILIERO E NAVA LTDA

CNPJ nº 81.777.492/0001-28

OLIVO NAVA

Procurador - Contratada

TESTEMUNHAS:

MARILIA BORGIA FERRONATO

CPF Nº: 066.042.359-63

RONIVAN BRANDALISE

CPF Nº 027.783.989-02

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC, Prefeito Municipal, autorizo, através do presente, em conformidade com o Art. 65, inc. II, alínea “d” da Lei 8.666/93 e especialmente planilhas de custos apresentadas pela empresa requerente, aditivamente dos valores, para

manter o equilíbrio econômico e financeiro entre as partes.

Arroio Trinta – SC, 10 de novembro de 2017.

CLAUDIO SPRICIGO  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 001/2017 AO CONTRATO Nº 0073/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0095/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2017  
OBJETO: FORNECIMENTO DE DIESEL E GASOLINA  
CONTRATADA: POSTO ANSILIERO E NAVA LTDA  
ADITIVO DE VALOR: EQUILÍBRIO ECONÔMICO

## TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0068/2017 - DL

Publicação Nº 1425521

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ:82.826.462/0001-27  
Rua XV de Novembro, 26 - Centro  
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

Processo Administrativo Nº 0128/2017 - DL  
Dispensa de Licitação Nº 0068/2017 - DL  
Setor(es) Solicitante(s): SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a presente Dispensa de Licitação, com fundamento conforme Art. 24, inc. I da Lei 8.666/93, e demais legislação aplicável, tendo como OBJETO: SERVIÇO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E TOPOGRAFIA, COM INSERÇÃO DE MEDIDAS EM 3 LOTES, DESMEMBRAMENTO DE 1 LOTE E REALOCAÇÃO DA ESTRADA, NO PARQUE INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO nestes termos.

Modalidade: Dispensa De Licitação: Nº 0068/2017 - DL

Fornecedor: COOPERATIVA DOS ENG.AGRONOMOS E DE PROFISSIONAIS EM DESENVOLV. RURAL E AMBIENTAL (01.298.337/0001-90)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unit (R\$)	Valor total (R\$)
1	28330 - SERVIÇO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E TOPOGRAFIA, COM INSERÇÃO DE MEDIDAS EM 3 LOTES, DESMEMBRAMENTO DE 1 LOTE E REALOCAÇÃO DE ESTRADA	Un	1	14.600,00	14.600,00
Total					14.600,00

Valor Total: R\$ R\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais)

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Publique-se,

Arroio Trinta - SC, 10/11/2017.  
Claudio Spricigo.  
Prefeito Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 73/2017

Publicação Nº 1425921

Fundo Municipal de Saúde de Ascurra

Extrato de contrato n. 73/2017 ref. Pregão Presencial n. 15/2017 FMS

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Pedro Pagliarini - ME

CNPJ: 09.185.766/0001-62

Objeto: consultoria na área da saúde (pessoa jurídica) para serviços de assessoramento de gestão, capacitação e fortalecimento institucional da Secretaria Municipal de Saúde de Ascurra – SC, conforme informações previstas no contrato e termo de referência.

Valor total: R\$ 24.900,00

Vigência: 12 meses

Ascurra, 14 de novembro de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 66/2017

Publicação Nº 1425550

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de dispensa de licitação 66/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Terraplenagem Poffo LTDA

CNPJ: 03.832.009/0001-57

Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de material e mão de obra visando a execução de 4 (quatro) faixas elevadas para pedestres a serem confeccionadas nas especificações seguintes:

cada uma compreenderá o tamanho de 48,00m<sup>2</sup>, em bloco de concreto retangular (paver), assentadas em colchão de pó de brita, com compactação e pintura das faixas com no mínimo 03 (três) de mãos de tinta especial para demarcação de sinalização viária. As faixas serão confeccionadas em diversas Ruas do Município de Ascurra, seguindo os critérios de necessidade e obedecendo as normas da ABNT, conforme projeto do Setor de Engenharia (anexo III) bem como as especificações previstas na Resolução do CONTRAN de n. 495/2014.

Valor: O valor total para a execução das quatro faixas elevadas será de R\$ 14.980,00 (quatorze mil quatrocentos e oitenta reais), sendo R\$ 12.720,00 (doze mil setecentos e vinte reais) referente a custos de materiais e R\$ 2.260,00 (dois mil duzentos e sessenta reais) referente aos serviços de mão de obra. Cada faixa elevada terá o custo de R\$ 3.745,00 (três mil setecentos e quarenta e cinco reais) para o Município.

Vigência: 31/12/2017

Ascurra, 14 de novembro de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 70/2017

Publicação Nº 1425554

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de dispensa de licitação 70/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

CNPJ: 09.427.503/0001-12

Objeto: constitui objeto da presente dispensa de licitação a contratação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA para a prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, aos Sistemas:

a) Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

b) Gestão de Obras – G-Obras: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

c) Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional – G-Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

d) Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – G-Nota: permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

e) Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA;

f) Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma – SINFAT: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos;

g) Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte – G-DEC: permite que os atos e termos processuais municipais sejam formalizados, comunicados e transmitidos por formato eletrônico por meio de uma caixa postal eletrônica, com acesso restrito aos usuários cadastrados e autorizados. A ferramenta garante sigilo, identificação, autenticidade e integridade das informações.



A CONTRATADA prestará, inicialmente, ao Município de Ascurra, serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação aos seguintes Sistemas.

- a) Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;
- b) Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - G-Simples;
- c) Gestão Tributária: Gestão do Cadastrado Integrado Municipal - G-CIM.

Valor: O valor total desta dispensa é de R\$ 6.810,00 (seis mil e oitocentos e dez reais), conforme seguem os preços individuais:

- a) Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais);
- b) Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais);
- c) Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais).

Vigência: 31/12/2018.

Ascurra, 14 de novembro de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 69/2017**

Publicação Nº 1425548

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 69/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 28/11/2017, às 9 horas, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO COMPLEMENTAR DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (AREIAS E TUBOS DE CONCRETO), PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE OBRAS, EDUCAÇÃO E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE ASCURRA, conforme informações previstas no edital e termo de referencia.

Ascurra, 14 de novembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 71/2017**

Publicação Nº 1425549

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 71/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 29/11/2017, às 9 horas, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para o REGISTRO DE PREÇO DE EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MELHORIAS NAS ESTRADAS MUNICIPAIS, E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TERRAPLENAGEM NA ZONA RURAL E URBANA DESTE MUNICÍPIO, PARA VIGÊNCIA DE 12 MESES, conforme informações previstas no edital e termo de referencia.

Ascurra, 14 de novembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal



# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ADITIVO 02 DO CONTRATO 38/2016 PMBP

Publicação Nº 1425407

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

ADITIVO Nº 02/2017 de 10/11/2017

CONTRATO Nº 38/2016/PMBP de 04/11/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2015-PMBP

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIALSRP Nº 42/2015

O objeto do presente contrato e a execução dos Serviços de Engenharia Sanitária de Limpeza Urbana, compreendendo os Serviços Gerais de Limpeza (capina manual, raspagem, varrição, limpeza de bocas-de-lobo, pintura de meio-fio e roçada de passeios não pavimentados, em vias pavimentadas, limpeza da orla e praia), no Município de Balneário Piçarras.

Total do Fornecedor: R\$ 911.000,00

Conforme justificativa e solicitação apresentada e aceita, a prestação dos serviços objeto do presente instrumento prorrogar-se-á pelo período de 12(doze) meses a contar do término da vigência do contrato, passando a vigorar até o dia 1º de dezembro de 2018.

Balneário Piçarras, 10 de novembro de 2017.

Barreiras Prestadora de Serviços Ltda.

LEONEL JOSE MARTINS

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2017 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017 – PMBP

Publicação Nº 1425659

PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2017 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017 – PMBP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por lote, para aquisição de fardamento para os policiais militares do 3º Pelotão Militar de Balneário Piçarras que atuam nas ações do trânsito do município. Recebimento dos Envelopes até: 29/11/2017 às 09h. Data da Sessão Pública: 29/11/2017 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net).

Balneário Piçarras(SC), 13 de novembro de 2017. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

### PRORROGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2017 – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017 - MARCO REGULATÓRIO

Publicação Nº 1425665

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2017 – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017 - MARCO REGULATÓRIO

Considerando que a municipalidade realizou o agendamento de dois certames para a mesma data e horário, quais sejam, o Chamamento Público n. 005/2017 e o Pregão Presencial n. 018/2017 – FMS;

Considerando que o Executivo Municipal não possui outro local para realização da sessão de abertura de certame público; Considerando que a alteração da data não irá causar nenhum prejuízo aos interessados;

O Município de Balneário Piçarras RESOLVE:

Prorrogar a data de entrega dos invólucros e abertura do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2017 – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017, cuja abertura irá ocorrer no dia 20/11/2017 às 09h30min.

Balneário Piçarras, 13 de novembro de 2017.

HELIETE MARTINS

Secretário Municipal de Administração

LEONEL JOSÉ MARTINS

Prefeito Municipal

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/SAMAE/2017

Publicação Nº 1426732

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/SAMAE/2017.

Tipo: MENOR PREÇO.

Data e horário da sessão de abertura: 29/11/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviço de locação de caminhões com coletor compactador de lixo incluindo mão de obra mecânica e despesas de manutenção, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, durante a Operação Veraneio 2017/2018.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 13 de Outubro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 084/PMBR/2017

Publicação Nº 1426486

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 084/PMBR/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 01/12/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de preços para futuras aquisições de camisetas para uso em diversos Eventos a serem realizados em um período de 12 meses pela Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 13 de Novembro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 085/PMBR/2017

Publicação Nº 1426700

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 085/PMBR/2017.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 27/11/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para organização e realização de eventos da "ARENA VERÃO RINCÃO", que se realizará de 23/12/2017 a 18/02/2018 no Município de Balneário Rincão/SC, com fornecimento, montagens e desmontagens de estruturas, sonorização, iluminação, banheiros químicos e mão de obra de segurança desarmada.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 13 de Novembro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 083/PMBR/2017

Publicação Nº 1425739

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 083/PMBR/2017

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 30/11/2017 às 17h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para arbitragem de futebol de areia nas divisões principal e sub 15/17, que se realizará dos dias 06 de janeiro de 2018 a 10 de março de 2018 no Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 13 de Novembro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL  
Nº. 069/PMBR/2017**

Publicação Nº 1425758

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃOAVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/  
PMBR/2017

Considerando a imperiosa necessidade pelo Município da aquisição de Equipamentos de Iluminação e Musicais para atender a Secretaria de Assistência Social, estipulados na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações; Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/PMBR/2017, cujo objeto é contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Equipamentos de Iluminação e Musicais para atender a Secretaria de Assistência Social do Município de Balneário Rincão, durante o ano de 2017, com abertura programada para o dia 10/11/2017, às 17h00min horas, SERÁ REABERTA NO DIA 29/11/2017, 17h00min, até às 16h45min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 10 de Novembro de 2017.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA

**Barra Bonita****PREFEITURA****QUADRO DE VAGAS – 5ª CHAMADA**

Publicação Nº 1425397

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2017  
QUADRO DE VAGAS – 5ª CHAMADA  
PROFESSORES E INSTRUTORES PARA O ANO DE 2017

O Prefeito Municipal de Barra Bonita torna público o Quadro de Vagas, conforme estabelecido no edital de Processo Seletivo nº. 001/2017.

A escolha da vaga irá acontecer no dia 16/11/2017 as 08:00h nas dependências da Secretaria de Educação.

Unidade Escolar	Disciplina / Turma	Carga horária	Períodos Semanais
E. B. M. OLAVO BILAC	INSTRUTOR DE INFORMÁTICA • Vaga excedente • Período 30 dias	40 horas	Turno matutino/vespertino

Informamos ainda que não havendo interessados inscritos neste seletivo, haverá inscrições logo em seguida de novos candidatos para a vaga.

Barra Bonita, 13 de novembro de 2017.  
MOACIR PIROCA                      NÁDIA M. F. BERNARDI  
Prefeito Municipal                      Secretária Municipal de Educação

**EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2017**

Publicação Nº 1425395

EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2017  
ABRE INSCRIÇÕES PARA SELEÇÃO DE PROFESSOR COM CONTRATO DETERMINADO POR 30 DIAS APROXIMADAMENTE, CONTADOS A PARTIR DA ADMISSÃO, PODENDO SER PRORROGADO CASO NECESSÁRIO.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, Sr. MOACIR PIROCA, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 038/2011 de 01 de dezembro de 2011 torna público aos interessados, que se encontram abertas as inscrições para o Processo Seletivo para admissão de professores em caráter EMERGENCIAL destinado a prover função, no Magistério Público Municipal, de acordo com o disposto no Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, para as funções a seguir relacionadas, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

**I - DAS INSCRIÇÕES.**

Art. 1º- Ficam abertas as inscrições para o preenchimento de vaga de Professor de ARTES para atuar nas Escolas municipais por um período de aproximadamente 30 dias.

Parágrafo 1º - A Vaga destina-se a um período de aproximadamente 30 dias, contados a partir da admissão, podendo ser prorrogado caso necessário e serão preenchidas pelos candidatos classificados neste edital e de acordo com a ordem de classificação dele resultante, podendo inscrever-se na área de acordo com a habilitação.

Parágrafo 2º - São requisitos básicos para a inscrição:

- Ser Brasileiro;
- Ter idade mínima de 18 anos;
- Nível Superior Completo ou Cursando;
- Possuir cursos na área de educação.

Parágrafo 3º - A vaga disponível está no quadro abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina / Turma	Carga horária	Períodos Semanais	Vagas
E.B. MUNICIPAL OLAVO BILAC E.I.M. ÁGUAS DO ARAÇÁ CEIM PINGO DE GENTE	ARTES	20h	5 períodos	01 Vaga excedente Turnos: matutino e vespertino

**II - DO HORÁRIO.**

Art. 2º - As inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, nos dias 14 e 16 de novembro de 2017, das 07h45min horas às 11h45min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

**III-DA DOCUMENTAÇÃO.**

Art. 3º - Para realização das Inscrições os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- Cédula de Identidade e CPF;
- Habilitação (diploma e histórico);
- Certificado ou comprovante de horas de curso de aperfeiçoamento na área de educação válidos de 01/01/2016 a 30/09/2017;
- Certidão de tempo de serviço na área de atuação;

**IV - DA CLASSIFICAÇÃO.**

Art.4º - A seleção será feita com base nos títulos apresentados pelos candidatos.

Parágrafo 1º - Na classificação levar-se-ão em conta os seguintes critérios, obedecidos sempre o princípio da efetividade:

- Formação na área de atuação;
- Computo de horas de curso de aperfeiçoamento na área de atuação;
- Tempo de serviço na área de atuação;

Disposições Complementares:

3º - Em caso de empate observar-se-á o candidato que tiver maior idade e depois o maior número de filhos.

**VI - DA ESCOLHA DE VAGAS**

Art. 6º - A escolha será realizada no dia 17 de novembro de 2017, as 08h00min horas, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

**VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art.7º - Para inscrever-se, o candidato deverá preencher ficha (modelo próprio) a disposição no local de inscrição, na qual deverão ser anexados os documentos exigidos.

Art. 8º - Preenchida a ficha o candidato deverá revisá-la, ficando após a assinatura inteiramente responsável pelas informações nela contidas.

Art. 9º - Em hipótese alguma admitir-se - a inscrição condicional por correspondência, admitindo-se, no entanto, por Procuração Pública ou Particular (devidamente registrada, ou seja, registrada em cartório), a qual deverá ser anexada na ficha de inscrição.

Art. 10º - O candidato que apresentar declaração ou documento falso terá sua inscrição cancelada e anulada todos os atos dela decorrente.

Art. 11º - Valerá inscrição para todo e qualquer efeito com forma expressa da aceitação por parte do candidato, das normas constantes deste Edital.

Art. 12º - As inscrições serão conferidas pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo ou seu representante.

Art. 13º - O candidato, na impossibilidade de comparecer na data da escolha de vaga, poderá fazê-lo por Procuração Pública ou Particular (devidamente registrada em cartório).

Art. 14º - Ao escolher a vaga o candidato deverá se comprometer em cumprir a carga horária.

Art. 15º - Os casos omissos serão resolvidos na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 16º - Este EDITAL entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita, SC, em 13 de novembro de 2017.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal

NÁDIA M. F. BERNARDI  
Secretaria Municipal de Educação,  
Cultura, Esporte e Turismo de Barra Bonita.

Registrado e Publicado nesta data e local de costume.

Servidor responsável.

**PORTARIA N.º 361, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação N° 1425871

PORTARIA N.º 361, de 13 de novembro de 2017.

"Admite servidor e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 039/2011, de 01 de dezembro de 2011. Admitir;

Art. 1º - Em caráter temporário o senhor, Eduardo Hubner CPF nº075.402.479-24, para ocupar o cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, em substituição a servidora Viviane Rost, que se encontra em licença, pelo período de 13 de novembro de 2017 a 03 de fevereiro de 2018 sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 13 de novembro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### INEX 009/2017 PMBV

Publicação Nº 1425901

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 090/2017  
Credenciamento nº 009/2017

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade CREDENCIAMENTO, de clínicas veterinárias para serviço de castração de animais que estão sob responsabilidade

do município, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: a partir de 14/11/2017, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 14 de novembro de 2017.  
VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO CONTRATUAL 016/2017

Publicação Nº 1426768

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº016/2017

Contratado: CLINICA BOGO & GALINDO LTDA - EPP  
CNPJ: 08.563.034/0001-04  
Data de Assinatura: 27 de outubro de 2017.  
Vigência de: 27 de outubro de 2017 á 26 de janeiro de 2018  
Valor: valor global R\$ 550,00 (Quinhentos e cinquenta reais).  
Recursos: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5)  
Objeto: 1.1 O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria para elaboração e/ou execução dos seguintes trabalhos:  
1.1.1 elaboração de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) - NR 9 Ministério do Trabalho;  
1.1.2 elaboração de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) - NR 7 Ministério do Trabalho;  
1.1.3 elaboração de Laudo Técnico de Condições Ambientais do trabalho (LTCAT) – IN 77 (INSS);

Luan Cesar Raulino – Assessor Jurídico  
Alex Sandro Correia dos Santos – Presidente da Câmara de Vereadores

### PORTARIA 76/2017

Publicação Nº 1426731

PORTARIA Nº 76/2017  
"Concede auxílio-saúde a servidor público".

A Presidência da Câmara de Vereadores de Barra Velha - SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 47, II da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que Ele;

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Municipal nº 1625 de 9 de outubro de 2017, com vigência retroagida a partir de 1º de julho de 2017, a qual regulamentou a concessão de auxílio-saúde aos servidores públicos da Câmara de Vereadores de Barra Velha;

#### RESOLVE:

Art. 1º Deferir ao servidor público EUNILDO AVELINO DOS SANTOS a concessão de auxílio-saúde a partir do início de vigência da Lei nº 1625/2017, mediante a apresentação dos comprovantes especificados em lei.

Art. 2º O pagamento mensal do auxílio-saúde é condicionado à comprovação de pagamento do plano de saúde, o qual deverá ser aprovado pela Controladoria Interna.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação, gerando efeitos legais a partir de 1º de julho de 2017, mediante protocolo do pedido de concessão formulado pelo servidor público.

Sala da Presidência, 13 de novembro de 2017.

Sala da Presidência, 13 de novembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos
--------------------------------

Presidente da Câmara Municipal
--------------------------------



# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 027/2017 - PREF

Publicação Nº 1425492

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 043/2017 - PREF

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2017 - PREF

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é a AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA (TRATOR E PLAINA NIVELADORA DE ARRASTO) CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 1.041.996-68/2017 SIAFI 844157. ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 30/11/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 30/11/2017 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo, 14 de Novembro de 2017.

FRANCISCO JOSUÉ KARVAT

Pregoeiro

### EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS Nº 102017 - P5

Publicação Nº 1425476

TERMO ADITIVO - FMS

Termo Aditivo Nº 008/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO CISAMURC. CNPJ nº 03.887.256/0001-50, Rua João da Cruz Kreiling, 1056, Centro, Canoinhas/SC.

Objeto: O objeto do presente termo aditivo constitui na alteração da Clausula Quinta – dos valores e formas de repasse, pelo fato de que o valor global do contrato será acrescido a monta de R\$ 75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais).

Valor do Contrato: R\$ 75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais) acrescidos.

Data de assinatura: 19.10.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 129/2017

Publicação Nº 1425425

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

#### EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 101/2017

EXTRATO DE CONTRATO 129/2017

Contratada: PEKA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS/MATERIAIS PARA MONTAGEM DE ESTRUTURA E LOCAÇÃO DE CORDAS PARA ORGANIZAÇÃO DO DESFILE AGRÍCOLA DA FESTA DAS TRADIÇÕES

Valor Contratado: R\$ 7.500,00

Vigência: 07/11/2017 a 31/12/2017

Data Assinatura: 07/11/2017

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício

# Biguaçu

## PREFEITURA

### COMUNICADO 01 PP 218/2017-PMB

Publicação Nº 1426635

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### COMUNICADO 01 DO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL nº 218/2017

Comunicamos às empresas interessadas no PP 218/2017-PMB, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE BIGUAÇU ATRAVÉS DE POSTO DE COMBUSTÍVEL PARA OS ANOS DE 2017 E 2018, que após a análise do edital correlativo, viu-se a necessidade de incluir a distância para abastecimentos dos veículos, tendo em vista a necessidade de o Posto de combustível ser nas proximidades do Município de Biguaçu. Assim deve-se considerar o que segue:

O local para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura de Biguaçu, Secretarias e FAMABI deverá estar em um raio de no máximo 08 (oito) quilômetros a partir da Sede Administrativa estabelecida na Praça Nereu Ramos, 90 – Centro, Biguaçu/SC.

As demais informações constantes no aviso e edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.  
Mirella da Conceição  
Pregoeira

### DECRETO Nº 224/2017

Publicação Nº 1426730

DECRETO Nº 224/2017 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.  
FICA DESIGNADO O SERVIDOR EVANILDO ANTENOR DA SILVA, PARA SUBSTITUIR O SERVIDOR CARLOS ALBERTO PEREIRA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e de acordo com o art. 110 da Lei Complementar n.º 53/2012,  
DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o servidor Evanildo Antenor da Silva, ocupante do cargo efetivo de eletricitista, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Manutenção na Secretaria Municipal de Saúde, em substituição ao servidor Carlos Alberto Pereira, nos termos do art. 110, da Lei Complementar n.º 53/2012, no período de 02/10/2017 a 15/11/2017 e 03/01/2018 a 17/01/2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/10/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### DECRETO Nº 225/2017

Publicação Nº 1426733

DECRETO Nº 225/2017 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.  
ESTABELECE PRAZO PARA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, EMPENHO DA DESPESA, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO EM 2017.

RAMON WOLLINGER Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu;

Considerando, que a Diretoria de contabilidade, orçamento e finanças necessita preparar o encerramento do exercício de 2017, de forma a viabilizar a abertura do exercício de 2018 em tempo hábil para que os serviços essenciais não sofram solução de continuidade;

Considerando, que havendo disponibilidade de caixa para pagamento das despesas empenhadas e liquidadas a pagar não é razoável inscrever essas despesas em restos a pagar processados;

DECRETA:

Art. 1º. Fica vedada a emissão de ordem de compra e consequentemente emissão de empenho dessas despesas a partir do dia 12 de dezembro de 2017 e vedada a liquidação de despesa a partir do dia 22 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único – Em situações excepcionais justificadas, mediante autorização expressa do Secretário de Administração, os prazos indicados no caput deste artigo poderão deixar de ser observados.

Art. 2º - As despesas liquidadas poderão ser pagas dentro do exercício de 2017, observado o disposto no artigo 5º, da Lei Federal nº 8666/93.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DL234/2017-PMB**

Publicação Nº 1426678

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 234/2017-PMB**

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA MANUTENÇÃO EMERGENCIAL E OBRAS EMERGENCIAIS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA ÁREA DA CELESC E CEREJ DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 219/2017.

**EMPRESA CONTRATADA:** Eletro Comercial Energiluz Ltda.

**VALOR:** R\$ 1.686.091,62 (um milhão seiscentos e oitenta e seis mil, noventa e um reais e sessenta e dois centavos), sendo que o valor de 562.999,79, correrá por conta da dotação orçamentária do corrente ano, e o restante correrá por conta da dotação orçamentária do ano de 2018, conforme LOA aprovada pela Câmara de Vereadores de Biguaçu.

**VIGÊNCIA:** Por um prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado de acordo com o Decreto 219/2017 de 31 de outubro de 2017.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

674 3/1 2098 333903026000000

674 3/1 2098 333903916000000

735 3/1 2098 333903916000000

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

**JUSTIFICATIVA:** Com base nas considerações relacionadas no Decreto de Emergência 219/2017 de 31 de outubro de 2017, bem como, outras relacionadas neste termo, conforme está descrito a seguir:

Considerando que existe procedimento licitatório Concorrência pública nº 239/2015 que abrange a área rural e urbana, contudo, que encontra-se suspenso em razão de determinação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme processo REP 16/00150907;

Considerando o que descreve a Resolução nº 414/2010 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) em seu

"...

Art.21- Estabelece que a responsabilidade pela elaboração do projeto, implantação, expansão e manutenção de instalações de iluminação pública são do ente municipal ou de quem tenha recebido deste a delegação para prestar tais serviços..."

Considerando que a Constituição Federal diz em seu

"...

Art.30- Compete aos Municípios: V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que

tem caráter essencial..." de acordo com a interpretação IP (iluminação Pública) é serviço público de interesse local.

Considerando as propostas comerciais, que apresentam os preços dos materiais necessários para a contratação dos serviços através de caráter emergencial, para o atendimento das necessidades de manutenção do sistema de Iluminação Pública (IP) do Município de Biguaçu;

Considerando que o caráter emergencial será realizado na área de atuação das concessionárias locais de Energia Elétrica CELESC e CEREJ (Rural), e que a quantidade de pontos de IP do município é de aproximadamente 10.000 pontos, sendo que na área abrangida pela CELESC já é de aproximadamente 7.000 pontos;

Considerando a quantidade de pontos de iluminação pública, e que para se fazer o atendimento de toda a área - urbana e rural - o custo estimado para mão de obra, incluindo os equipamentos básicos necessários à prestação dos serviços (exceto alguma especialidade) é de aproximadamente R\$ 160.000,00(cento e sessenta mil reais) mensal;

Considerando que além da manutenção mensal, é necessário substituir luminárias da área urbana por luminárias padronizadas, e as luminárias substituídas instalar em locais com pouco fluxo (Rural) onde já existe a rede pronta, e que, assim, se faz reaproveitamento destas luminárias substituídas e economizando valores expressivos, além de atender um número maior de pessoas;

Considerando que o sistema de iluminação abrange ruas, praças, avenidas, túneis e outros logradouros de domínio público, de uso comum e de livre acesso, bem como e o fornecimento destinado à iluminação de monumentos e obras de arte localizadas em áreas públicas, excluído o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade; que a exploração dos serviços de iluminação pública é de competência da municipalidade, e o patrimônio é geralmente de sua propriedade. A exploração dos serviços de iluminação pública, que compreende a manutenção e ampliação do sistema, é de competência das Prefeituras Municipais, sendo que os recursos necessários são provenientes da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, instituída pela Emenda Constitucional nº 39/2002, de 20 de dezembro 2002. Os valores cobrados são definidos por meio de lei municipal, e o valor é inserido nas faturas de energia elétrica, mediante assinatura de convenio para as Prefeituras Municipais;

Considerando que do ponto de vista de Segurança pública, a manutenção da iluminação pública deve ser realizada com frequência e qualidade para garantir a circulação dos transeuntes durante o período noturno com segurança;

Considerando que a segurança da população é dever do poder públicas e as ações ou omissões podem determinar os índices de violência das cidades;

Considerando que a parcela da população que mais se beneficia com uma iluminação pública eficiente são os estudantes e trabalhadores que retornam ou saem de suas casas no período noturno; Considerando-se que o processo licitatório esbarra em entraves obstaculizados pelo próprio TCE/SC, apesar de terem sido seguidos na íntegra suas recomendações para elaboração do edital convocatório, necessitando de tempo para ser elaborado corretamente de acordo com as normas e legislações atuais pertinentes justamente para não ocorrer de novo os problemas atuais. Sendo que o contrato emergencial vigorará tão somente até as tramites legais do processo licitatório que encontra-se no Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Considerando que o Município deve atender a Resolução nº 414 de 09 de setembro de 2010 de Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme determina o artigo 21, que já foi abordado no início desta justificativa, esta administração temo dever de realizar a gestão do parque de iluminação pública abordando todos os serviços inclusive os materiais para que os serviços sejam realizados dentro das NORMATIVAS determinados pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica;

Considerando-se a necessidade urgente de contratação do serviço de manutenção e implementação de iluminação pública, até que o Município de BIGUAÇU/SC adéque sua situação e execute um novo processo licitatório de acordo com as normas e legislações pertinentes atuais contemplando esta área rural;  
Considerando que, não se dispõe de tempo hábil para que se sigam todas as etapas e ritos normais de um novo processo licitatório para contratação de empresa para execução do serviço de manutenção, ampliação e demais serviços correlacionados;  
Considerando que a Lei nº 12.608/2012 em seu art. 8º, inciso VI expõe que "compete aos Municípios declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;"  
Considerando que a Lei nº 8.666/1993 em seu art. 24, inciso IV, expõe "é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"

A Empresa contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria de Administração realizou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 10 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Por delegação – Daniel Cesar da Luz

Secretário de Administração

## EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS E ADITIVOS N 31 - PMB

Publicação Nº 1426624

Contrato Nº : 138/2017

Aditivo Nº : 11/2017

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada : COOPERATIVA SABOR DA TERRA - COSAT

Licitação : Inexigibilidade 126/2017

Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios por meio de Chamada Pública da Agricultura Familiar, para serem fornecidos nos CEIMs e nas Escolas Municipais no ano de 2017

Vigência : Início: 19/06/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 03/10/2017

Valor R\$ : 0,00 (Zero )

Dotação : 432 - 07.001.2017.333903007000000.1370108000

Dotação : 453 - 07.001.2017.333903007000000.1370110000

Dotação : 458 - 07.001.2017.333903007000000.1370122000

## PORTARIA Nº 3430/2017

Publicação Nº 1425838

PORTARIA Nº. 3430 de 06 de novembro de 2017

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 196, caput da Lei Complementar nº 54/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Processo Disciplinar, submetido ao rito sumário, para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Marcelo Chitolina, detentor da matrícula funcional nº 7581-5, por acumulação ilegal dos cargos públicos abaixo discriminados, nos termos do art. 196, caput da Lei Complementar nº 54/2012.

CARGO	ÓRGÃO	DATA DE INGRESSO	CARGA HORÁRIA	REGIME JURÍDICO
Professor Horista	Município de São José	22/02/2008	22 horas/aula semanais	Estatutário
Professor III (Ciências)	Município de Biguaçu	05/11/2008	40 horas semanais	Estatutário

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Município, Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e André Schweitzer, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2693/2017, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Art. 3º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar é de 14/11/2017 a 13/12/2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 3481/2017**

Publicação Nº 1426735

PORTARIA nº 3481 de 13 de novembro de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) THIAGO ERNESTO CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/09/2017 a 01/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/09/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 3482/2017**

Publicação Nº 1426736

PORTARIA nº 3482 de 13 de novembro de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLAUDETE CASTILHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/10/2017 a 15/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/10/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 3483/2017**

Publicação Nº 1426738

PORTARIA nº 3483 de 13 de novembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro

de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA ESTELA LAGUNA JACQUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 29/10/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/10/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 3484/2017**

Publicação Nº 1426740

PORTARIA nº 3484 de 13 de novembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAGALI RAMOS CURCIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 30/10/2017 a 09/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/10/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 3485/2017**

Publicação Nº 1426741

PORTARIA nº 3485 de 13 de novembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIANA MARTINS CORREIA,

para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/11/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/11/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.  
KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 3486/2017**

Publicação Nº 1426742

PORTARIA nº 3486 de 13 de novembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FERNANDA DE LIRA REIS, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 21/10/2017 a 08/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/10/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.  
KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 3487/2017**

Publicação Nº 1426743

PORTARIA nº 3487 de 13 de novembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), IVONETE MARCELIANO MARCON, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/10/2017 a 02/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.  
KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 3488/2017**

Publicação Nº 1426744

PORTARIA nº 3488 de 13 de novembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADRIELI MACHADO ROMANCINI, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 29/10/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/10/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.  
KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 3489/2017**

Publicação Nº 1426745

PORTARIA nº 3489 de 13 de novembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SANDRA BENTA DE SOUSA SCHMITT, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 21/10/2017 a 30/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/10/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.  
KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal de Educação



**PORTARIA Nº 3490/2017**

Publicação Nº 1426746

PORTARIA nº 3490 de 13 de novembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TAMARA ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/11/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 3491/2017**

Publicação Nº 1426748

PORTARIA nº 3491 de 13 de novembro de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ELIETE BERNADETE MIRANDA BILCK, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de CHEFE DE PATRIMÔNIO – nível CC-5, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/11/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3492/2017**

Publicação Nº 1426749

PORTARIA nº 3492 de 13 de novembro de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ERALDO ALCIDES DUARTE, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE – nível CC-4, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 05/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/11/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3493/2017**

Publicação Nº 1426750

PORTARIA nº 3493 de 13 de novembro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, ERALDO ALCIDES DUARTE, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de GERENTE DE EXATÓRIA, na Secretaria Municipal da Receita, a contar de 06/11/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/11/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3494/2017**

Publicação Nº 1426752

PORTARIA nº 3494 de 13 de novembro de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) SAUL DE MELO FERREIRA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÊNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO – nível CC-1, na Secretaria Municipal de Trânsito e Desenvolvimento Urbano, a partir de 05/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/11/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3495/2017**

Publicação Nº 1426753

PORTARIA nº 3495 de 13 de novembro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, SAUL DE MELLO FERREIRA, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DO TESOUREO MUNICIPAL, na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 06/11/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/11/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3496/2017**

Publicação Nº 1426755

PORTARIA nº 3496 de 13 de novembro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, CLAUDEMIR AIRES, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO, na Secretaria Municipal de Trânsito e Desenvolvimento Urbano, a contar de 06/11/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/11/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3497/2017**

Publicação Nº 1426756

PORTARIA nº 3497 de 13 de novembro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, KETTLYN PATRICIA DE OLIVEIRA, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de GERENTE DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE, na Secretaria Municipal de Governo, a contar de 06/11/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/11/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3498/2017**

Publicação Nº 1426758

PORTARIA nº 3498 de 13 de novembro de 2017

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ARTHUR FABIANO DE OLIVEIRA FARIAS, detentor do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 17/11/2017.

Biguaçu, 13 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PP227-2017-PMB**

Publicação Nº 1426786

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 227/2017 PMB

OBJETO: Aquisição de brinquedos, para distribuição gratuita, nas confraternizações natalinas realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer - SECETUL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:10 horas, do dia 29 novembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 13:30 horas, do dia 29 novembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 14 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**PP52-2017-FMS**

Publicação Nº 1426787

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 52/2017 FMS

OBJETO: Aquisição de oxigênio medicinal para atendimento aos pacientes de Secretaria Municipal de Saúde.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 29 novembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às

16:00 horas, do dia 29 novembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 14 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 017/2017**

Publicação Nº 1425851

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 017/2017 - EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de materiais hidráulicos para atender a demanda da Câmara Municipal de Biguaçu durante o ano de 2017, mediante descrições, especificações e quantitativos estabelecidos no termo de referência.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93.

VALOR GLOBAL DA DISPENSA: R\$ 1.120,00 (Um mil, cento e vinte reais).

FORMA DE CONTRATAÇÃO: O produto será solicitado de uma só vez com entrega imediata após a emissão da ordem de compra.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Biguaçu - CNPJ n. 73.564.064/0001-99.

CONTRATADA: CONSTRUSHOW MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME: CNPJ: 04.003.241.0001-45

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3339000000000000

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 13/11/2017.

Biguaçu/SC, 14 de novembro de 2017.

Ângelo Ramos Vieira

Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu

**Blumenau****PREFEITURA****PROCESSOS INEXIGIBILIDADE NºS 09-134/17; 09-137/17; 09-130/17; 09-136/17; 09-133/17; 09-127/17; 09-135/17; 09-129/17 E PROCESSOS DE DISPENSA NºS 08-130/17; 08-136/17; 08-131/17 E 08-126/17**

Publicação Nº 1426652

Processo de Inexigibilidade: 09-134/17  
Objeto: SERVIÇOS DE ARBITRAGEM - FMD  
Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.  
CONTRATADA: LIGA BLUMENAUENSE DE FUTEBOL.  
VALOR: R\$ 15.000,00

----

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-131/17  
Objeto:SERVIÇOS DE PALESTRANTES/OFICINEIRO/INTERPRETE DE LIBRAS - SEMED  
Artigo: 25 CAPUT; da Lei 8.666/93.  
CONTRATADA: MARISA GORETE BERKENBROCK.  
VALOR: R\$ 1.100,00

-----

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-130/17  
Objeto:SERVIÇOS DE PALESTRANTES/OFICINEIRO/INTERPRETE DE LIBRAS - SEMED  
Artigo: 25 CAPUT; da Lei 8.666/93.  
CONTRATADA: GISELE RUCK HOSFCNEIDER  
VALOR: R\$ 1.100,00

-----

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-136/17  
Objeto: CURSO DE CAPACITAÇÃO - SEDECI  
Artigo: 25 CAPUT; da Lei 8.666/93.  
CONTRATADA: GEOFAST TREIN. E CONSULTORIA EMPRESARIAL.  
VALOR: R\$ 390,00

-----

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-133/17  
Objeto: SERVIÇOS DE MONITORIA/PALESTRANTES - SEMUS  
Artigo: 25 CAPUT; da Lei 8.666/93.  
CONTRATADOS: VARIOS CONTRATADOS.  
VALOR: R\$ 8.160,00

-----

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-127/17  
Objeto: SERVIÇOS DE MONITORIA/PALESTRANTE - SEMUS  
Artigo: 25 CAPUT; da Lei 8.666/93.  
CONTRATADO: VARIOS CONTRATADOS.  
VALOR: R\$ 52.200,00

-----

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-135/17  
Objeto: SERVIÇOS DE PALESTRANTES - SEMUS  
Artigo: 25 CAPUT; da Lei 8.666/93.  
CONTRATADO: DENISE BUENO  
VALOR: R\$ 400,00

-----

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-129/17  
Objeto: SERVIÇOS DE LOCUÇÃO DE PALCO, DURANTE A 34º OKTOBERFEST - PROEB  
Artigo: 25 CAPUT; da Lei 8.666/93.  
CONTRATADO: VARIOS CONTRATADOS

VALOR: R\$ 40.572,00

-----

Processo de DISPENSA: 08-130/17  
Objeto: MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DE PEÇAS P/ SISTEMA HIDRAÚLICO DAS BOMBAS DOS DIQUES - SEDECI  
Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.  
CONTRATADO: ACM SOLUÇÕES ELÉTRICAS EIRELI EPP.  
VALOR: R\$ 96.404,10

-----

Processo de DISPENSA: 08-136/17  
Objeto: REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PUBLICO P/ RECRUTAMENTO DE PESSOAL - PRÓ-FAMÍLIA.  
Artigo: 24 INCISO XIII; da Lei 8.666/93.  
CONTRATADO: FURB - FUNDAÇÃO REGIONAL DE BLUMENAU.

-----

Processo de DISPENSA: 08-131/17  
Objeto:AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS  
Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.  
CONTRATADO: CIAMED DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.  
VALOR: R\$ 25.415,18

-----

Processo de DISPENSA: 08-126/17  
Objeto: TRATAMENTO DE FISIOTERAPIA - SEMUS  
Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.  
CONTRATADO: DAIANE BECKER.  
VALOR: R\$ 2.800,00

-----

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2017**

Publicação Nº 1426662

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2017  
Objeto: Aquisição de equipamentos diversos (moto serra, pulverizador, moto poda, serra, lavadora de alta pressão e outros), conforme descrito no edital. SEDIVI – SEURB (Recurso COSIP). Entrega e protocolo dos envelopes: dia 27 de novembro de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 27 de novembro de 2017, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 13/11/2017 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

**HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-015/2017**

Publicação Nº 1426665

Concorrência nº. 03-015-17 - Contratação de empresa para execução de ciclovia e passeio compartilhado na Rua Heinrich Hemmer (a partir do Complexo Viário Bernardo Wolfgang Werner até a interligação com a ciclovia existente na própria Rua Heinrich Hemmer – próximo a Rua Inominada 2221) com extensão de 1.048,85m, localizada no Município de Blumenau/SC, compreendendo drenagem, pavimentação de pista e passeio, obras complementares, sinalização horizontal e vertical, conforme especificações constantes neste edital – Contrato 0410520-66/13, Pró-Transporte PAC II – Mobilidades Médias/CEF – Contrapartida do Município - SEINFRA.

Contratada: Ramos Terraplanagem Ltda. CNPJ: 83.748.038/0001-74. Valor global: R\$ 779.462,54 (setecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

## **ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 03-012/2017**

Publicação Nº 1426667

MUNICIPIO DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 03-012/2017

Comunicamos a Anulação da licitação supracitada, por solicitação da SEINFRA, mediante parecer da Caixa Econômica Federal, com base nos artigos 49 e 59 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. OBJETO: Contratação de empresa para serviços de manutenção da arborização urbana, através de plantio, adubação, poda e cortes de árvores, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 12 meses - SEURB. Blumenau, 13/11/2017. ANDERSON ROSA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

## **RESOLUÇÃO CMAS Nº 35/2017**

Publicação Nº 1426669

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 35/2017  
APROVA O FINANCIAMENTO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO EM FAMÍLIA ACOLEDORA COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO FMAS PARA O PAGAMENTO MENSAL DE SUBSÍDIO FINANCEIRO DESTINADO ÀS FAMÍLIAS HABILITADAS COMO FAMÍLIA ACOLEDORA.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 25 de outubro de 2017,

### **CONSIDERANDO:**

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Resolução nº. 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e que em seus artigos 84, 85 e 86 dispõe sobre a fiscalização dos Fundos de Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social;
- o Parecer Favorável à aprovação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora pela Comissão interconselhos/intercomissões – CMAS/CMDCA em reunião realizada no dia 18 de Setembro de 2017, conforme consta no relatório CPFAS e CPPAS nº. 09/2017;
- o Parecer Favorável à aprovação do Serviço em Família Acolhedora, com a utilização do recurso do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para o pagamento mensal de Subsídio Financeiro, conforme consta no relatório CPFAS nº.011/2017.
- a aprovação em Plenária realizada em 25 de outubro de 2017, do financiamento para a execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora com a utilização do recurso do Fundo Municipal

de Assistência Social – FMAS, em Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, conforme consta na Ata nº 22.

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar o valor de até de R\$ 78.696,00 (setenta e oito mil, seiscentos e noventa e seis reais), para o ano de 2018, referente à pactuação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, destinados ao pagamento mensal de Subsídio Financeiro às famílias habilitadas como Família Acolhedora,

Parágrafo único: o repasse do subsídio às famílias somente será efetivado a partir da expedição do Termo Judicial de Guarda e Responsabilidade.

Art. 2º. A base do subsidio financeiro é um salário mínimo vigente no período da aprovação da pactuação financeira no Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, considerando um total de seis metas mensais, sendo que três metas poderão sofrer o acréscimo de um terço sobre o valor base, em casos de crianças e adolescentes que apresentem deficiência e/ou agravantes de saúde, com comprovação através de laudo médico.

§ 1º Não havendo a demanda de crianças e adolescentes que apresentem deficiência e/ou agravantes de saúde, o total de seis metas poderá ser preenchido para a execução do serviço junto às crianças e adolescentes que não apresentem tais condições.

§ 2º Nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 1 (um) mês, a Família Acolhedora habilitada receberá subsídio proporcional ao tempo do acolhimento, não podendo ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor mensal.

§ 3º O valor do subsídio será repassado no mês do acolhimento através de cheque, em nome do membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§ 4º A Família Acolhedora habilitada que tenha recebido o auxílio e não tenha cumprido as prescrições da legislação competente, fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 10 Novembro de 2017.

Patrícia Morastoni Sasse

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social



## 2º EXTRATO ADITIVOS CONTRATOS APOIO FINANCEIRO - EDITAL Nº 003/2015 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Publicação Nº 1426671



### PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA EDITAL Nº 003/2015



A Fundação Cultural de Blumenau, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura (FMAC), através de seu Presidente, Rodrigo Rogério Ramos, no uso de suas atribuições, torna pública a formalização dos aditivos aos contratos de Apoio Financeiro referentes ao Edital 003/2016 do FMAC, celebrados entre a contratante, Fundação Cultural de Blumenau (FCB) e contratados (proponentes) que tiveram seus projetos culturais aprovados e homologados. As partes contratantes terão deveres e responsabilidades no cumprimento do disposto nos Contratos de Apoio Financeiro firmados. O prazo para prestação de contas dos recursos financeiros repassados será de até 30 dias após a finalização da execução do projeto cultural, conforme datas aprezadas constantes nos respectivos Contratos assinados pelas partes.

Edital FMAC	Número do Contrato	Contratante	Contratado	Título do Projeto Cultural	Objeto	Objeto do Aditivo	Valor (R\$)	Data da assinatura do Contrato	Data da Assinatura do Aditivo	Prazo de Execução
003/2016	166	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Ananda Persuhn Tiedt	Projeto cultural arquitetura e cidade para crianças	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n.º 042/2016. Área: Comunicação e Formação em Cultura. Modalidade: Oficina, intitulado "Projeto cultural arquitetura e cidade para crianças", de responsabilidade contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Clausula Setima, parágrafo primeiro, inciso I, letra "b" e "c". (Das Ações Culturais, dos Produtos Culturais e dos Donativos)	32.482,71	23/08/2017	06/11/2017	De 25/09/2017 até 30/01/2018
003/2016	172	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Gervásio Luz	Máximas do Barão de Itapui	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n.º 031/2016, Área: Biblioteca, Literatura e Livro, Modalidade: Publicação de livro, intitulado "Máximas do Barão de Itapui", de responsabilidade contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Clausula Setima, parágrafo primeiro, inciso I, com inclusão da letra "d" e inciso II, com inclusão da letra "g". (Das Ações Culturais, dos Produtos Culturais e dos Donativos)	13.514,07	23/08/2017	08/11/2017	De 25/09/2017 até 15/01/2018

Blumenau, 13 de novembro de 2017.

Rodrigo Rogério Ramos  
Presidente  
Fundação Cultural de Blumenau

1

**EXTRATO Nº 584/2017 - FURB**

Publicação Nº 1426674

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 584/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 562/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF e demais alterações, para o PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO DA SERVIDORA MARCIA REGINA BONNEMANN NO CURSO "COMUNICAÇÃO COM CORES" JUNTO A ESPM - ASSOCIAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING. Contratada: ASSOCIAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (61.825.675/0001-64). Forma de Pagamento: Até 20/12/2017 para confirmação de indicação. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 978,50 (novecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) / 01.28.12.364.0076.2028 (Coordenadoria de Comunicação e Marketing)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.48 (Serviço de Seleção e Treinamento).

Blumenau, 13 de novembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB**EXTRATO Nº 585/2017 - FURB**

Publicação Nº 1426676

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 585/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 548/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 550/2017/PROGEF e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NO CURSO SEQUENCIAL DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS COM ÊNFASE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Contratada: MARCOS ADIR SCHAEFER (027.018.909-26) e THIAGO AYRES DE ARAUJO CASTRO (865.973.887-04). Forma de Pagamento: Em até 15 dias após o término da disciplina e recebimento da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 3.404,50 (três mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta centavos) / 01.27.12.364.0076.2027 (Instituto FURB)/ 3.3.90.36 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física)/ 3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau, 13 de novembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DO CONTRATO N.º 05/2017**

Publicação Nº 1426782

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

CONTRATADA: MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI EPP.

CNPJ: 79.391.157/0001-45.

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza, higienização, conservação de bens móveis e imóveis e controle do estacionamento da CMB.

VALOR: O valor total mensal do presente contrato é de R\$ 31.850,00 (trinta e um mil oitocentos e cinquenta reais), com valor anual estimado de R\$ 382.200,00 (trezentos e oitenta e dois mil e duzentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Contrato nº 05/2017, Pregão Presencial N.º 16/2017 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93.

VENCIMENTO: 13/11/18.

BLUMENAU, 13/11/17.



# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### PR 47/2017

Publicação Nº 1426692

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Processo/ Ano nº 71/2017

Modalidade: Pregão presencial 41/2017

Objeto: Contratação de Advogado e/ou Sociedade de Advogados para a prestação de serviços com a promoção de Ação Executória, em caráter excepcional.

Forma de julgamento: menor preço global.

O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com o pregoeiro(a), participam à todos os interessados que abrirá as propostas para aquisição/contratação do objeto em epígrafe dia 30/11/2017 às 14horas. O edital segue as Leis 10.520/02, LC 123/06 , 147/14 e subsidiariamente 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site [www.bomjardimdaserra.sc.gov.br](http://www.bomjardimdaserra.sc.gov.br) sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 13 de novembro de 2017.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

### PR 49/2017

Publicação Nº 1426713

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Processo/ Ano nº 77/2017

Modalidade: Pregão presencial 49/2017

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assessoria técnica e capacitação permanente dos servidores municipais no envio de todas as informações ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina por meio do sistema E-sfinge, para um período de 12(doze) meses, conforme condições e especificações constantes no anexo.

Forma de julgamento: menor preço global.

O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com o pregoeiro(a), participam à todos os interessados que abrirá as propostas para aquisição/contratação do objeto em epígrafe dia 29/11/2017 às 14horas. O edital segue as Leis 10.520/02, LC 123/06 , 147/14 e subsidiariamente 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site [www.bomjardimdaserra.sc.gov.br](http://www.bomjardimdaserra.sc.gov.br) sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 13 de novembro de 2017.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

## Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

R R E O 5ºB 2017

Publicação Nº 1425964

Página: 1 de 4  
13/11/2017 15:12

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	SALDO	
	(a)	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>14.017.235,04</b>	<b>14.017.235,04</b>	<b>1.952.775,04</b>	<b>13,93</b>	<b>10.688.662,03</b>	<b>76,25</b>	<b>3.328.573,01</b>	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.271.333,32</b>	<b>12.271.333,32</b>	<b>1.873.597,99</b>	<b>15,27</b>	<b>9.960.606,39</b>	<b>81,17</b>	<b>2.310.736,93</b>	
RECEITA TRIBUTÁRIA	652.200,00	652.200,00	57.729,63	8,85	458.278,57	70,27	193.921,43	
IMPOSTOS	471.200,00	471.200,00	48.836,85	10,36	339.331,79	72,01	131.868,21	
TAXAS	130.000,00	130.000,00	3.152,60	2,43	88.653,47	68,19	41.346,53	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	51.000,00	51.000,00	5.740,18	11,26	30.293,31	59,40	20.706,69	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	40.000,00	40.000,00	6.252,85	15,63	29.724,36	74,31	10.275,64	
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	40.000,00	40.000,00	6.252,85	15,63	29.724,36	74,31	10.275,64	
RECEITA PATRIMONIAL	92.000,00	92.000,00	9.413,25	10,23	77.317,68	84,04	14.682,32	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	92.000,00	92.000,00	9.413,25	10,23	77.317,68	84,04	14.682,32	
RECEITA AGROPECUÁRIA	45.000,00	45.000,00	6.871,26	15,27	25.051,92	55,67	19.948,08	
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	45.000,00	45.000,00	6.871,26	15,27	25.051,92	55,67	19.948,08	
RECEITA DE SERVIÇOS	201.000,00	201.000,00	28.479,54	14,17	149.064,28	74,16	51.935,72	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.159.733,32	11.159.733,32	1.761.716,87	15,79	9.189.279,81	82,34	1.970.453,51	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.126.400,00	11.126.400,00	1.761.716,87	15,83	9.189.279,81	82,59	1.937.120,19	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	33.333,32	33.333,32	-	-	-	-	33.333,32	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.400,00	81.400,00	3.134,59	3,85	31.889,77	39,18	49.510,23	
MULTAS E JUROS DE MORA	49.020,00	49.020,00	2.568,20	5,24	24.127,28	49,22	24.892,72	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	32.380,00	32.380,00	566,38	1,75	5.888,70	18,19	26.491,30	
RECEITAS DIVERSAS	-	-	0,01	-	1.873,79	-	-1.873,79	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.745.901,72</b>	<b>1.745.901,72</b>	<b>79.177,05</b>	<b>4,54</b>	<b>728.055,64</b>	<b>41,70</b>	<b>1.017.846,08</b>	
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-	-	-	-	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.745.901,72	1.745.901,72	79.177,05	4,54	728.055,64	41,70	1.017.846,08	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	818.163,89	818.163,89	10.227,05	1,25	337.492,61	41,25	480.671,28	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	927.737,83	927.737,83	68.950,00	7,43	390.563,03	42,10	537.174,80	

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(II+II)	14.017.235,04	14.017.235,04	1.952.775,04	13,93	10.688.662,03	76,25	3.328.573,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)							
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobilidade	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobilidade	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	14.017.235,04	14.017.235,04	1.952.775,04	13,93	10.688.662,03	76,25	3.328.573,01
DÉFICIT(VI)					-		
TOTAL(VII)=(V+VI)	14.017.235,04	14.017.235,04	1.952.775,04	13,93	10.688.662,03	76,25	3.328.573,01
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	1.277.824,51	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	1.277.824,51	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Página: 3 de 4  
13/11/2017 15:12

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)</b>	<b>14.017.235,04</b>	<b>15.464.103,13</b>	<b>1.710.909,99</b>	<b>11.696.871,84</b>	<b>3.767.231,29</b>	<b>2.340.016,15</b>	<b>10.584.805,19</b>	<b>4.879.297,94</b>	<b>10.521.693,53</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.542.323,32</b>	<b>12.349.651,58</b>	<b>1.683.863,75</b>	<b>9.648.118,08</b>	<b>2.701.533,50</b>	<b>2.049.286,00</b>	<b>9.196.859,95</b>	<b>3.152.791,63</b>	<b>9.133.748,29</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.267.269,00	6.440.580,09	947.237,82	5.110.678,61	1.329.901,48	1.013.722,82	5.040.345,91	1.400.234,18	5.034.551,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	10.000,00	-	-	10.000,00	-	-	10.000,00	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.265.054,32	5.899.071,49	736.625,93	4.537.439,47	1.361.632,02	1.035.563,18	4.156.514,04	1.742.557,45	4.099.196,33
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.464.911,72</b>	<b>3.104.451,55</b>	<b>27.046,24</b>	<b>2.048.753,76</b>	<b>1.055.697,79</b>	<b>290.730,15</b>	<b>1.387.945,24</b>	<b>1.716.506,31</b>	<b>1.387.945,24</b>
INVESTIMENTOS	2.454.911,72	3.104.451,55	27.046,24	2.048.753,76	1.055.697,79	290.730,15	1.387.945,24	1.716.506,31	1.387.945,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	-	-	10.000,00	-	-	10.000,00	-
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)</b>	<b>14.017.235,04</b>	<b>15.464.103,13</b>	<b>1.710.909,99</b>	<b>11.696.871,84</b>	<b>3.767.231,29</b>	<b>2.340.016,15</b>	<b>10.584.805,19</b>	<b>4.879.297,94</b>	<b>10.521.693,53</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO(XII)=(XI+XII)</b>	<b>14.017.235,04</b>	<b>15.464.103,13</b>	<b>1.710.909,99</b>	<b>11.696.871,84</b>	<b>3.767.231,29</b>	<b>2.340.016,15</b>	<b>10.584.805,19</b>	<b>4.879.297,94</b>	<b>10.521.693,53</b>
<b>SUPERÁVIT(XIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>103.856,84</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL(XIV)=(XIII+XII)</b>	<b>14.017.235,04</b>	<b>15.464.103,13</b>	<b>1.710.909,99</b>	<b>11.696.871,84</b>	<b>-</b>	<b>2.340.016,15</b>	<b>10.688.662,03</b>	<b>-</b>	<b>10.521.693,53</b>
<b>RESERVA DO RPDS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Nov/2017, 15h e 12m.

Página: 4 de 4  
13/11/2017 15:12

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

RONALDO LUIZ SENER	NAIRO CEZAR MORANDINI
Prefeito Municipal	Contador CRC 020.101-0-8

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	495.460,00	495.460,00	342.583,65	69,14
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	83.200,00	83.200,00	46.718,16	56,15
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	130.000,00	130.000,00	83.812,08	64,47
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	122.000,00	122.000,00	77.874,84	63,83
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	136.000,00	136.000,00	130.926,71	96,27
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.940,00	5.940,00	121,54	2,05
Dívida Ativa dos Impostos	13.380,00	13.380,00	2.608,40	19,49
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.940,00	4.940,00	521,92	10,57
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.933.000,00	10.933.000,00	8.742.867,44	79,97
Cota-Parte FPM	7.000.000,00	7.000.000,00	5.252.515,00	75,04
Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	3.698,15	92,45
Cota-Parte IPVA	190.000,00	190.000,00	138.544,42	72,92
Cota-Parte ICMS	3.650.000,00	3.650.000,00	3.290.115,24	90,14
Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	46.200,73	72,19
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	25.000,00	25.000,00	11.793,90	47,18
Desoneração ICMS (LC 87/96)	25.000,00	25.000,00	11.793,90	47,18
Outras	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>11.428.460,00</b>	<b>11.428.460,00</b>	<b>9.085.451,09</b>	<b>79,50</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	780.000,00	780.000,00	842.138,99	107,97
Provenientes da União	690.000,00	690.000,00	646.006,03	93,62
Provenientes dos Estados	90.000,00	90.000,00	196.132,96	217,93
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>780.000,00</b>	<b>780.000,00</b>	<b>842.138,99</b>	<b>107,97</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.614.269,00	2.977.889,03	2.308.243,39	77,51	2.125.608,77	71,38
Pessoal e Encargos Sociais	1.425.269,00	1.566.959,00	1.351.136,05	86,23	1.288.737,05	82,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.189.000,00	1.410.930,03	957.107,34	67,84	836.871,72	59,31
DESPESAS DE CAPITAL	90.000,00	170.268,56	107.415,00	63,09	106.716,00	62,68
Investimentos	90.000,00	170.268,56	107.415,00	63,09	106.716,00	62,68
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>2.704.269,00</b>	<b>3.148.157,59</b>	<b>2.415.658,39</b>	<b>76,73</b>	<b>2.232.324,77</b>	<b>70,91</b>



Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	780.000,00	1.178.868,59	735.051,21	30,43	714.539,35	32,01
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	780.000,00	1.178.868,59	735.051,21	30,43	714.539,35	32,01
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>780.000,00</b>	<b>1.178.868,59</b>	<b>735.051,21</b>	<b>30,43</b>	<b>714.539,35</b>	<b>32,01</b>

<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>1.924.269,00</b>	<b>1.969.289,00</b>	<b>1.680.607,18</b>	<b>69,57</b>	<b>1.517.785,42</b>	<b>67,99</b>
--	---------------------	---------------------	---------------------	--------------	---------------------	--------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) <sup>4</sup> - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup> e <sup>5</sup>	16,71
--	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb) / 100] <sup>6</sup>	154.967,76
---	------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	-	-	-	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Total (VIII)	-	-	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	1.288.648,53	-	1.288.648,53
<b>Total (IX)</b>	<b>1.288.648,53</b>	<b>-</b>	<b>1.288.648,53</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	2.344.269,00	2.736.889,03	2.093.505,39	86,66	1.954.711,77	87,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	240.000,00	258.000,00	258.000,00	10,68	213.460,00	9,56
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	85.000,00	118.268,56	41.892,35	1,73	41.892,35	1,88
Vigilância Epidemiológica	35.000,00	35.000,00	22.260,65	0,92	22.260,65	1,00
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.704.269,00</b>	<b>3.148.157,59</b>	<b>2.415.658,39</b>	<b>100,00</b>	<b>2.232.324,77</b>	<b>100,00</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Nov/2017, 14h e 55m.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total K".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

\_\_\_\_\_  
RONALDO LUIZ SENER  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
NAIRO CEZAR MORANDINI  
Contador CRC 020.101-0-8

Página: 1 de 3  
13/11/2017 15:14

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R\$ 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas		%	Saldo (e)=(a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)				
<b>DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>14.017.235,04</b>	<b>15.464.103,13</b>	<b>1.710.909,99</b>	<b>11.696.871,84</b>	<b>3.767.231,29</b>	<b>2.340.016,15</b>	<b>10.584.805,19</b>	<b>100,00</b>	<b>4.879.297,94</b>		
Legislativa	687.000,00	687.000,00	87.855,14	493.844,32	193.155,68	90.338,99	481.636,10	4,55	205.363,90		
Ação Legislativa	687.000,00	687.000,00	87.855,14	493.844,32	193.155,68	90.338,99	481.636,10	4,55	205.363,90		
Administração	1.837.000,00	1.877.769,67	242.078,31	1.488.100,08	389.669,59	293.228,37	1.433.320,38	13,54	444.449,29		
Planejamento e Orçamento	122.000,00	122.000,00	21.879,66	69.986,15	52.013,85	21.479,66	69.586,15	0,66	52.413,85		
Administração Geral	1.352.000,00	1.412.769,67	172.998,15	1.178.719,99	234.049,68	222.568,21	1.126.740,29	10,64	286.029,38		
Administração Financeira	210.000,00	216.000,00	30.496,26	163.833,34	52.166,66	30.496,26	163.833,34	1,55	52.166,66		
Controle Interno	80.000,00	60.000,00	11.665,11	32.147,78	27.852,22	13.265,11	29.747,78	0,28	30.252,22		
Administração de Receitas	73.000,00	67.000,00	5.039,13	43.412,82	23.587,18	5.419,13	43.412,82	0,41	23.587,18		
Segurança Pública	58.000,00	72.818,03	8.021,08	32.510,44	40.307,59	5.823,08	30.312,44	0,29	42.505,59		
Policimento	58.000,00	72.818,03	8.021,08	32.510,44	40.307,59	5.823,08	30.312,44	0,29	42.505,59		
Assistência Social	488.000,00	556.009,07	59.741,18	318.127,47	237.881,60	66.334,62	309.707,15	2,93	246.301,92		
Assistência ao Idoso	12.000,00	12.000,00	855,10	7.365,81	4.634,19	855,10	7.365,81	0,07	4.634,19		
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.000,00	112.000,00	9.991,87	75.934,80	36.065,20	10.650,00	73.470,71	0,69	38.529,29		
Assistência Comunitária	356.000,00	432.009,07	48.894,21	234.826,86	197.182,21	54.829,52	228.870,63	2,16	203.138,44		
Saúde	2.704.269,00	3.148.157,59	287.273,68	2.415.658,39	732.499,20	474.325,22	2.232.324,77	21,09	915.832,82		
Atenção Básica	2.344.269,00	2.736.889,03	276.012,08	2.093.505,39	643.383,64	417.423,62	1.954.711,77	18,47	782.177,26		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	240.000,00	258.000,00	0,00	258.000,00	0,00	45.640,00	213.460,00	2,02	44.540,00		
Vigilância Sanitária	85.000,00	118.268,56	6.893,90	41.892,35	76.376,21	6.893,90	41.892,35	0,40	76.376,21		
Vigilância Epidemiológica	35.000,00	35.000,00	4.367,70	22.260,65	12.739,35	4.367,70	22.260,65	0,21	12.739,35		
Educação	3.279.178,89	3.478.767,13	358.177,43	2.871.506,40	607.260,73	476.003,88	2.353.804,86	22,24	1.124.962,27		
Alimentação e Nutrição	203.000,00	190.894,05	17.900,90	149.889,26	41.004,79	28.934,04	126.078,60	1,19	64.815,45		
Ensino Fundamental	2.587.178,89	2.760.498,49	252.565,39	2.277.062,86	483.435,63	354.618,55	1.785.717,28	16,87	974.781,21		
Ensino Profissional	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ensino Superior	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Educação Infantil	459.000,00	527.374,59	87.711,14	444.554,28	82.820,31	92.451,29	442.008,98	4,18	85.365,61		

Página: 2 de 3  
13/11/2017 15:14

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')	215.000,00	211.000,00	21.110,19	146.837,02	1,26	64.162,98	32.088,59	135.037,02	1,28	R\$ 1,00
Cultura	215.000,00	211.000,00	21.110,19	146.837,02	1,26	64.162,98	32.088,59	135.037,02	1,28	75.962,98
Difusão Cultural	215.000,00	211.000,00	21.110,19	146.837,02	1,26	64.162,98	32.088,59	135.037,02	1,28	75.962,98
Urbanismo	1.491.232,05	2.020.254,10	152.223,10	1.341.842,91	11,47	678.411,19	352.199,06	1.163.685,92	10,99	856.568,18
Infra-Estrutura Urbana	973.232,05	1.447.254,10	68.954,97	891.615,97	7,62	555.638,13	255.320,53	735.483,67	6,95	711.770,43
Serviços Urbanos	397.000,00	452.000,00	60.457,54	361.998,64	3,09	90.001,36	74.067,94	339.973,95	3,21	112.026,05
Energia Elétrica	121.000,00	121.000,00	22.810,59	88.228,30	0,75	32.771,70	22.810,59	88.228,30	0,83	32.771,70
Habitação	84.000,00	36.500,00	0,00	26.520,64	0,23	9.979,36	0,00	26.520,64	0,25	9.979,36
Habitação Rural	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	74.000,00	36.500,00	0,00	26.520,64	0,23	9.979,36	0,00	26.520,64	0,25	9.979,36
Gestão Ambiental	14.500,00	9.500,00	1.660,00	1.660,00	0,01	7.840,00	1.660,00	1.660,00	0,02	7.840,00
Preservação e Conservação Ambiental	4.500,00	4.500,00	1.660,00	1.660,00	0,01	2.840,00	1.660,00	1.660,00	0,02	2.840,00
Extensão Rural	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	1.359.000,78	1.436.000,78	206.250,61	1.082.860,64	9,26	353.140,14	259.363,22	1.043.166,59	9,86	392.834,19
Promoção da Produção Animal	147.000,00	165.000,00	15.922,04	142.695,01	1,22	22.304,99	15.802,04	120.636,01	1,14	44.363,99
Extensão Rural	1.212.000,78	1.271.000,78	190.328,57	940.165,63	8,04	330.835,15	243.561,18	922.530,58	8,72	348.470,20
Comércio e Serviços	15.000,00	15.000,00	4.535,00	4.535,00	0,04	10.465,00	849,00	849,00	0,01	14.151,00
Turismo	15.000,00	15.000,00	4.535,00	4.535,00	0,04	10.465,00	849,00	849,00	0,01	14.151,00
Comunicações	9.000,00	16.000,00	1.050,00	9.397,45	0,08	6.602,55	2.414,15	9.388,15	0,09	6.611,85
Telecomunicações	9.000,00	16.000,00	1.050,00	9.397,45	0,08	6.602,55	2.414,15	9.388,15	0,09	6.611,85
Transporte	1.391.054,32	1.508.326,76	228.935,72	1.225.575,15	10,48	282.751,61	224.529,74	1.131.722,03	10,69	376.604,73
Transporte Rodoviário	1.391.054,32	1.508.326,76	228.935,72	1.225.575,15	10,48	282.751,61	224.529,74	1.131.722,03	10,69	376.604,73
Desporto e Lazer	215.000,00	221.000,00	33.208,77	137.553,75	1,18	83.446,25	42.068,45	131.327,96	1,24	89.672,04
Desporto Comunitário	215.000,00	221.000,00	33.208,77	137.553,75	1,18	83.446,25	42.068,45	131.327,96	1,24	89.672,04
Encargos Especiais	160.000,00	160.000,00	18.789,78	100.342,18	0,86	59.657,82	18.789,78	100.342,18	0,95	59.657,82
Serviço da Dívida Interna	160.000,00	160.000,00	18.789,78	100.342,18	0,86	59.657,82	18.789,78	100.342,18	0,95	59.657,82
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>14.017.235,04</b>	<b>15.464.103,13</b>	<b>1.710.909,99</b>	<b>11.696.871,84</b>	<b>100,00</b>	<b>3.767.231,29</b>	<b>2.340.016,15</b>	<b>10.584.805,19</b>	<b>100,00</b>	<b>4.879.297,94</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Nov/2017, 15h e 14m.

Página: 3 de 3  
13/11/2017 15:14

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

RONALDO LUIZ SENER  
Prefeito Municipal

NAIRO CEZAR MORANDINI  
Contador CRC 020.101-0-8

Página: 1 de 6  
13/11/2017 15:05

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b)/a)x100
<b>1-RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	495.460,00	495.460,00	342.583,65	69,14
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	97.640,00	97.640,00	48.800,89	49,98
1.1.1-IPTU	83.200,00	83.200,00	46.718,16	56,15
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	14.440,00	14.440,00	2.082,73	14,42
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	130.000,00	130.000,00	83.812,08	64,47
1.2.1-ITBI	130.000,00	130.000,00	83.812,08	64,47
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	131.820,00	131.820,00	79.043,97	59,96
1.3.1-ISS	122.000,00	122.000,00	77.874,84	63,83
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	9.820,00	9.820,00	1.169,13	11,91
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	136.000,00	136.000,00	130.926,71	96,27
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	-	-	-
1.5.1-ITR	-	-	-	-
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-
<b>2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	11.223.000,00	11.223.000,00	9.035.651,30	80,51
2.1-Cota-Parte FPM	7.290.000,00	7.290.000,00	5.545.298,86	76,07
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.000.000,00	7.000.000,00	5.252.515,00	75,04
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	290.000,00	290.000,00	-	-
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	-	292.783,86	-
2.2-Cota-Parte ICMS	3.650.000,00	3.650.000,00	3.290.115,24	90,14
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	25.000,00	25.000,00	11.793,90	47,18
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	46.200,73	72,19
2.5-Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	3.698,15	92,45
2.6-Cota-Parte IPVA	190.000,00	190.000,00	138.544,42	72,92
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-
<b>3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)</b>	11.718.460,00	11.718.460,00	9.378.234,95	80,03



Página: 2 de 6  
13/11/2017 15:05

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	160.000,00	160.000,00	130.209,71	81,38
5.1 - Transferências do Salário-Educação	90.000,00	90.000,00	86.579,04	96,20
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	-	-	-	-
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	25.000,00	25.000,00	23.849,96	95,40
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	35.000,00	35.000,00	19.757,79	56,45
5.5 - Outras Transferências do FNDE	10.000,00	10.000,00	22,92	0,23
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	868.163,89	868.163,89	414.029,25	47,69
6.1 - Transferências de Convênios	867.163,89	867.163,89	412.414,85	47,56
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.000,00	1.000,00	1.614,40	161,44
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.028.163,89	1.028.163,89	544.238,96	52,93
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.186.600,00	2.186.600,00	1.748.571,52	79,97
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.400.000,00	1.400.000,00	1.050.502,71	75,04
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	730.000,00	730.000,00	658.022,15	90,14
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	5.000,00	5.000,00	2.358,70	47,17
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	9.240,10	72,19
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de 1.5 + 2.5)	800,00	800,00	739,58	92,45
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	38.000,00	38.000,00	27.708,28	72,92
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	880.000,00	880.000,00	749.865,74	85,21
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	878.000,00	878.000,00	747.254,32	85,11
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00	2.611,42	130,57
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)	-1.308.600,00	-1.308.600,00	-1.001.317,20	76,52

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB  
 [SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Página: 3 de 6  
13/11/2017 15:05

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)							R\$ 1,00
DESPESAS DO FUNDEB		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		528.000,00	549.164,06	516.708,34	94,09	516.708,34	94,09
13.1-Com Educação Infantil		-	-	-		-	
13.2-Com Ensino Fundamental		528.000,00	549.164,06	516.708,34	94,09	516.708,34	94,09
14-OUTRAS DESPESAS		352.000,00	352.000,00	266.038,26	75,58	231.731,11	65,83
14.1-Com Educação Infantil		-	-	-		-	
14.2-Com Ensino Fundamental		352.000,00	352.000,00	266.038,26	75,58	231.731,11	65,83
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)		880.000,00	901.164,06	782.746,60	86,86	748.439,45	83,05
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
17.1 - FUNDEB 60%							-
17.2 - FUNDEB 40%							-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)							-
INDICADORES DO FUNDEB							VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							748.439,45
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							68,91
19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							30,90
19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %							0,19

Página: 4 de 6  
13/11/2017 15:05

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)				R\$ 1,00		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR		
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				21.164,06		
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017²						
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100		
		(d)		Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	449.000,00	516.000,00	443.156,77	85,88	440.611,47	85,39
22.1-Creche	139.000,00	151.000,00	118.346,39	78,38	117.146,39	77,58
22.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-
22.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	139.000,00	151.000,00	118.346,39	78,38	117.146,39	77,58
22.2-Pré-Escola	310.000,00	365.000,00	324.810,38	88,99	323.465,08	88,62
22.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-
22.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	310.000,00	365.000,00	324.810,38	88,99	323.465,08	88,62
23-ENSINO FUNDAMENTAL	1.592.015,00	1.698.179,06	1.394.637,35	82,13	1.284.992,43	75,67
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	880.000,00	901.164,06	782.746,60	86,86	748.439,45	83,05
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	712.015,00	797.015,00	611.890,75	76,77	536.552,98	67,32
24-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	-
25-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	-
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-
27-OUTRAS	-	-	-	-	-	-
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	2.041.015,00	2.214.179,06	1.837.794,12	83,00	1.725.603,90	77,93

Página: 5 de 6  
13/11/2017 15:05

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL		VALOR
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		-1.001.317,20
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		-
31-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)		2.611,42
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		-
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		-
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*		-
35-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45j)		-
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34+35)*		-998.705,78
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23) - (36))*		2.724.309,68
38-PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37)/(3)*100)%* - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%*		29,05

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	90.000,00	103.143,36	82.182,94	79,68	82.182,94	79,68
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	938.163,89	996.444,71	829.534,13	83,25	441.386,49	44,30
43-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	1.028.163,89	1.099.588,07	911.717,07	82,91	523.569,43	47,62
44-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28+43)	3.069.178,89	3.313.767,13	2.749.511,19	82,97	2.249.173,33	67,87
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)			
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-	-
45.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	-	-	-	-	-	-
45.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-

Página: 6 de 6  
13/11/2017 15:05

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC  
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)			R\$ 1,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO	
46-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	21.164,06	-	-
47-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	747.254,32	86.579,04	86.579,04
48-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	748.439,45	82.182,94	82.182,94
48.1 Orçamento do Exercício	748.439,45		82.182,94
48.2 Restos a Pagar	-		-
49-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.611,42	-	-
50-(=)DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	22.590,35	4.396,10	4.396,10
51-(-)Ajustes	-	-	-
51.1 Retenções	-	-	-
51.2 Conciliação Bancária	-	-	-
52-(=)SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	22.590,35	4.396,10	4.396,10

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 13/Nov/2017, 15h e 05m.

\*Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.  
 \*Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."  
 \*Caput do artigo 212 da CF/1988.  
 \*Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.  
 \*Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.  
 \*Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada

RONALDO LUIZ SINGER  
 Prefeito Municipal

NAIRO CEZAR MORANDINI  
 Contador CRC 020.101-0-8

# Bom Retiro

## PREFEITURA

**1073.11.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NEIDE M. SILVEIRA**

Publicação Nº 1425674

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1073/17 de 10.11.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 08 de novembro de 2017, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
10 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1074.11.17 - P. LIC. MOT. P. FAM. NEIDE M. SILVEIRA**

Publicação Nº 1425681

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1074/17 de 10.11.17  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar sua mãe Iete Maria de Almeida Silveira, em tratamento de saúde, no dia 06 de novembro de 2017, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
10 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1075.11.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NEIDE M. SILVEIRA**

Publicação Nº 1425683

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1075/17 de 10.11.17  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames, no dia 01 de novembro de 2017, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
10 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1076.11.17 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE SILVANA C. ALANO**

Publicação Nº 1425684

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1176/17 de 13.11.17  
Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde, de acordo com a perícia médica apresentada até o dia 15 de dezembro de 2017, a funcionária Silvana Cristina Alano, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
13 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda



**82.17 DEC. CONSEA NOVO**

Publicação Nº 1425685

Decreto nº 82/17 de 10.11.2017

Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 2356/17 de 15.08.2017,

DECRETA:

## CAPÍTULO I

## DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento imediato ao Prefeito de Bom Retiro, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, instituído pela Lei Nº 11.346, de 15 de setembro, de 2011.

Art. 2º Compete ao CONSEA Municipal:

I - organizar e coordenar, em articulação com a CAISAN do Município, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, convocadas pelo Chefe do Poder Executivo, com periodicidade não superior a quatro anos;

II - definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência;

III - propor ao Poder Executivo, considerando as deliberações da Conferência Municipal de SAN, as diretrizes e as prioridades do Plano Municipal de SAN, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;

IV - articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes ao Plano Municipal de SAN;

V - mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social nas ações integrantes da Política e do Plano municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VII - zelar pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e pela sua efetividade;

VIII - manter articulação permanente com outros conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com o conselho estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e com o conselho nacional de Segurança Alimentar e Nutricional relativos às ações associadas à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

IX - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

§1º. O CONSEA Municipal manterá diálogo permanente com a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, para proposição das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, inclusive quanto aos requisitos orçamentários para sua consecução.

§2º. Na ausência de convocação por parte do Chefe do Poder Executivo no prazo regulamentar, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será convocada pelo CONSEA Municipal.

## CAPÍTULO II

## DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O CONSEA Municipal será composto por 12 membros, sendo 06 titulares e 06 suplentes, dos quais dois terços de representantes da sociedade civil, e um terço de representantes governamentais, cabendo a um representante da sociedade civil exercer a presidência do conselho.

§ 1º A representação governamental no CONSEA Municipal será exercida pelos responsáveis das secretarias abaixo indicadas:

I - os Secretários Municipais:

A) Responsável Secretaria Municipal de Bem Estar Social;

B) Responsável Secretaria Municipal de Educação;

II - A representação da sociedade civil no CONSEA Municipal será exercida pelos membros titulares e suplentes indicados pelas entidades abaixo nominadas:

Representante da Associação de Assistência Social de Bom Retiro:

Representante da APP da Escola de Educação Básica Alexandre de Gusmão:

Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Retiro – APAE:

Representante do Sindicato da Agricultura Familiar de Bom Retiro e Região:

§ 2º A alteração dos representantes da sociedade civil poderá ocorrer conforme critérios de indicação estabelecida pela Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 3º Poderão compor o CONSEA Municipal, na qualidade de observadores, representantes de conselhos afins, de organismos internacionais e do Ministério Público, indicados pelos titulares das respectivas instituições, mediante convite formulado pelo Presidente do CONSEA Municipal.

Art. 4º Os representantes da sociedade civil, titulares e suplentes, designados pelas referidas entidades bem como os suplentes da representação governamental, serão designados por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - Os representantes da sociedade civil terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

Art. 5º O CONSEA Municipal tem a seguinte organização:

I - Plenário;

II - Secretaria Geral;

III - Secretaria Executiva;

IV - Comissões Temáticas.

## Seção I

Da Presidência e da Secretaria Geral

Art. 6º O CONSEA Municipal será presidido por um representante da sociedade civil, designado pelo conselho.

Art. 7º Ao Presidente incumbe:

I - zelar pelo cumprimento das deliberações do CONSEA Municipal;

II - representar externamente o CONSEA Municipal;

III - convocar, presidir e coordenar as reuniões do CONSEA Municipal;

IV - manter interlocução permanente com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - convocar reuniões extraordinárias, juntamente com o Secretário Geral; e

VI - propor e instalar comissões temáticas e grupos de trabalho, designando o coordenador e os demais membros, bem como estabelecendo prazo para apresentação de resultados, conforme deliberado pelo CONSEA Municipal.

Art. 8º Compete à Secretaria Geral assessorar o CONSEA Municipal.

Art. 9º. Ao Secretário Geral incumbe:

I - submeter à análise da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional as propostas do CONSEA Municipal de diretrizes e prioridades da Política e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;

II - manter o CONSEA Municipal informado sobre a apreciação, pela Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, das propostas encaminhadas por aquele Conselho;

III - acompanhar a análise e o encaminhamento das propostas e recomendações aprovadas pelo CONSEA Municipal nas instâncias responsáveis, apresentando relatório ao Conselho;

IV - promover a integração das ações municipais com as ações previstas nos Planos Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - instituir grupos de trabalho intersecretariais para estudar e propor ações governamentais integradas relacionadas ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - substituir o Presidente em seus impedimentos;

VII - presidir a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

## Seção II Da Secretaria Executiva

Art. 10. Para o cumprimento de suas funções, o CONSEA Municipal contará, em sua estrutura organizacional, com uma Secretaria Executiva, que dará suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários e financeiros necessários à estruturação e funcionamento da Secretaria Executiva serão consignados diretamente no orçamento Governo Municipal.

Art. 11. Compete à Secretaria Executiva:

I - assistir o Presidente e o Secretário-Geral do CONSEA Municipal, no âmbito de suas atribuições;

II - estabelecer comunicação permanente com os conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Consea Nacional, mantendo-os informados e orientados acerca das atividades e propostas do CONSEA Municipal;

III - assessorar e assistir o Presidente do CONSEA Municipal em seu relacionamento com a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, órgãos da administração pública, organizações da sociedade civil; e

IV - subsidiar as comissões temáticas, grupos de trabalho e conselheiros com informações e estudos, visando auxiliar a formulação e análise das propostas apreciadas pelo CONSEA Municipal.

Art. 12. Incumbe ao Secretário Executivo do CONSEA Municipal dirigir, coordenar e orientar o planejamento, a execução e avaliação das atividades da Secretaria Executiva, sem prejuízo de outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente e pelo Secretário Geral do Conselho.

Art. 13. Para o desempenho de suas atribuições, a Secretaria Executiva contará com estrutura específica, nos termos estabelecidos em decreto, que disporá sobre os quantitativos de cargos em comissão e funções de confiança para essa finalidade.

## CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 14. Poderão participar das reuniões do CONSEA Municipal, a convite de seu presidente, representantes de outros órgãos ou entidades públicas, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, bem como pessoas que representem a sociedade civil, cuja

participação, de acordo com a pauta da reunião, seja justificável.

Art. 15. O CONSEA Municipal contará com comissões temáticas de caráter permanente, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas, e grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas no seu âmbito de atuação.

Art. 16. As requisições de pessoal para ter exercício na Secretaria Executiva do CONSEA Municipal serão feitas por intermédio da Prefeitura.

Art. 17. O desempenho de função na Secretaria Executiva do CONSEA Municipal constitui, para o militar, atividade de natureza militar e serviço relevante e, para o pessoal civil, serviço relevante e título de merecimento, para todos os efeitos da vida funcional.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário em Especial o Decreto nº 74/17 de 03 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 10 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA

Resp. Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

## 83.17 DEC. CAISAN

Publicação Nº 1425686

Decreto nº 83/17 de 10.11.2017.

Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a Câmara Municipal Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista o disposto na Lei nº 2356/17 de 15.08.2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município de Bom Retiro Estado de Santa Catarina, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipais afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

I - elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Consea Municipal, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II - coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e com os órgãos executores de ações e programas de SAN;

III- apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do

**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;**

V – Participar do fórum bipartite, bem como do fórum tripartite, para interlocução e pactuação com a Câmara Estadual Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Pacto de Gestão do DHAA (PGDHAA) e mecanismos de implementação dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - Solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições;

VII - Assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do CONSEA Municipal pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN Municipal apresentando relatórios periódicos;

VIII- elaborar e aprovar o seu regimento interno em consonância com a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 e os Decretos nº 6272 e nº 6273, ambos de novembro de 2001 e o Decreto nº 7272 de 25 de agosto de 2010.

Art. 2º A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído intersetorialmente pela Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 1º - o Plano Municipal de SAN deverá:

I - conter análise da situação nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;

III - dispor sobre os temas previstos no parágrafo único do Art. 22 do Decreto nº 7.272/2010, entre outros temas apontados pelo CONSEA e pela Conferência Municipal de SAN;

IV - explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional;

V - incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de Insegurança Alimentar e Nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;

VI - definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação;

VII - ser revisado a cada dois anos, com base nas orientações da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, nas propostas do CONSEA e no monitoramento da sua execução.

Art. 3º A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes conforme a natureza temática a que se referem, observadas as respectivas competências exclusivas e as demais disposições da legislação aplicável.

Art. 4º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser integrada pelos mesmos representantes governamentais titulares e suplentes do CONSEA, de que trata o Decreto nº

82/2017 de 10.11.2017 e presidida pelo responsável pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social com atribuições de articulação e integração.

Art. 5º A Secretaria Executiva da câmara ou instância governamental de gestão intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário Executivo indicado pelo titular da pasta, e designado por ato do chefe do executivo.

Art. 6º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional poderá instituir comitês técnicos com a atribuição de proceder à prévia análise de ações específicas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 74/17 de 03 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 10 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA

Resp. Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**84.17 DEC. MEMBROS DO CONSEA**

Publicação Nº 1425687

Decreto nº 84/17 de 10.11.2017

Nomeia membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, mandato 2017 – 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 2356/17 de 15.08.2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, mandato 2017 - 2019, de acordo com a Lei Municipal 2356/17 de 15.08.2017 e o Decreto Municipal 83/17 de 10 de novembro de 2017, representado pelos segmentos abaixo denominados:

Representante de Órgãos Governamentais:

Representante da Secretaria Municipal de Bem Estar Social

Titular: Márcia Denize Schiestl Grüdtner

Suplente: Fernanda Bollmann Oleskovicz Nunes

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Marilene dos Santos Neckel

Suplente: Elenice Zanini da Silva

Representantes da Sociedade Civil Organizada:

Representante da Associação de Assistência Social de Bom Retiro:

Titular: Neide Schiestl Kumm

Suplente: Heloisa Haberbeck de Oliveira

Representante da APP da Escola de Educação Básica Alexandre de Gusmão:

Titular: Fabiana Cláudio da Silva Ribeiro

Suplente: Kerlen de Andrade de Oliveira

Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Retiro – APAE:

Titular: Maria Anita Deucher



Suplente: Maria Otilia Kuntze Eger

Representante do Sindicato da Agricultura Familiar de Bom Retiro e Região:

Titular: Edna Aparecida Deucher

Suplente: Pamela da Cruz Moretti

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 76/17 de 03 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 10 de novembro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA

Resp. Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

## 85.17 - DEC. LIMITAÇÃO EMPENHO

Publicação Nº 1425688

DECRETO Nº 85/2017 de 10.11.17

ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM RETIRO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, dispositivos da Lei Municipal nº 2348/17 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e, considerando a necessidade da limitação de empenhos e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro;

Considerando a brutal queda da receita dos Municípios que vem se acentuando mês a mês, especialmente no repasse do FPM – Fundo de Participação dos Municípios;

Considerando a necessidade de atendimento e manutenção do equilíbrio financeiro entre as receitas e as despesas, na forma estabelecida no art. 1.º da Lei de Responsabilidade Fiscal, como condição básica para a regularidade da gestão fiscal;

Considerando ainda, o comprometimento já existente para a execução e o cumprimento de projetos já iniciados, bem como a necessidade de provimento de reserva para a contrapartida para projetos que ainda devem ser liberados.

DECRETA:

Art. 1º As despesas de custeio e investimentos, excetuadas as despesas com pessoal, encargos sociais e serviços da dívida dos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, atendidas com recursos próprios do Tesouro Municipal, ficam limitadas para o período de 10 de novembro de 2017 a 28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto os Responsáveis pelas Secretarias Municipais.

Parágrafo único. As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e a sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º Haverá redução drástica, até 28.02.2018, das despesas e das atividades em todas as Secretarias Municipais, mantendo-se exclusivamente as de caráter continuado e obrigatório, tais como

as necessárias para cumprimento de convênios e as que estejam sujeitas ao cumprimento de percentuais mínimos constitucionais.

Art. 4º Proibição de compras em todas as Secretarias. As despesas de caráter emergenciais estarão vinculadas à autorização do Prefeito Municipal e da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Parágrafo Único. Toda despesa realizada, a partir desta data, por parte dos Responsáveis pelas Secretarias ou qualquer servidor, sem autorização, importará na sua responsabilização, correspondente ao seu pagamento.

Art. 5º A Secretaria Municipal da Administração e Fazenda poderá expedir instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 6º Ficam ainda estabelecidas as seguintes medidas administrativas e de restrições orçamentárias para o efetivo controle da despesa pública, sem prejuízos de outras análogas:

I – fica vedado o uso da frota de veículos municipais nos finais de semana e dias considerados feriados nacionais ou municipais, bem como a sua utilização após às 19 horas, ressalvados os casos emergenciais e aqueles expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal;

II - fica vedada a realização de horas extras a todo o quadro de servidores municipais, exceto aquelas necessárias para manutenção dos serviços de saúde, defesa e salvamento e ressalvados os casos prévia e expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal;

III – fica vedada a concessão de férias e licenças prêmio em pecúnia, exceto para os professores;

IV – ficam suspensos de forma temporária:

a) novos investimentos no Município, com exceção dos necessários para o cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos pela Constituição Federal nas áreas de Educação e Saúde e de obras previamente contratadas;

b) novos afastamentos ou cedências de servidores, com ônus para o Município, para Órgãos federais, estaduais ou municipais;

c) redução de despesas com diárias em até 50% (cinquenta por cento) do valor despendido no primeiro semestre de 2017;

d) redução de despesas de ajuda de custo, especificamente as concedidas pela Lei nº 2307/2016, fixando em no máximo oito (08) plantões/sobreaviso por mês, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) cada um, perfazendo o montante de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mês, comprovados através do relatório do diário de Bordo. No caso de necessidade que ultrapasse este valor, devidamente autorizado pelo seu superior, será pago valor das despesas com alimentação, limitado ao valor de R\$ 25,00 para almoço e janta e R\$ 10,00 para o lanche, conforme Lei nº 2181/2013, sendo obrigatório a apresentação da nota fiscal no dia seguinte, sob pena de não recebimento;

e) concessão de novas gratificações;

f) concessão de licenças para tratar de interesses particulares, quando implicarem em nomeações para substituição;

V - contenção do consumo de energia elétrica em todas as unidades administrativas na ordem de 5% (cinco por cento);

VI – cessão e/ou locação de veículos para realização de viagens de quaisquer naturezas em atividades da municipalidade ou de instituições não governamentais, ressalvados os casos determinados ou autorizados por Lei ou avençados em Convênio;

VII - instituição de controle centralizado da frota oficial de veículos, de modo a racionalizar o uso de todo e qualquer veículo dentro da estrita e real necessidade;

VIII – racionalização de gastos com novos eventos, exceto os de caráter obrigatório, que deverão ser realizados com redução de custos;

IXI - suspensão de auxílio para realização de eventos promovidos por quaisquer instituições;

X - controle e racionalização da aquisição e utilização de materiais de expediente e de informática, devendo a contenção de despesas a este título atingir a ordem de pelo menos 10% (dez por cento);

XI - controle e racionalização da utilização de cópias reprográficas;

XII - controle rigoroso do uso de linhas telefônicas existentes;

XIII – redução do fornecimento de gêneros alimentícios (café, açúcar etc.) e material de limpeza em todas as unidades administrativas, devendo a contenção de despesa a este título atingir a ordem 10% (dez por cento).

Art. 7º A Secretaria Municipal da Administração e Fazenda poderá como medida suplementar para garantir o equilíbrio financeiro no encerramento do exercício, somente autorizar a realização de novas despesas condicionadas ao efetivo ingresso de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 8º Fica expressamente determinado aos Responsáveis pelas Secretarias Municipais a estrita observação e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, ficando a seu cargo a adoção de medidas necessárias a sua implementação.

§ 1º Ficará sob a responsabilidade pessoal dos Responsáveis pelas Secretarias Municipais a prática ou autorização de ato ou despesa em desacordo com o estabelecido nos incisos I a XIII do art. 6º deste Decreto.

§ 2º As unidades Orçamentárias e Administrativas de cada órgão competente adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários a redução das despesas.

§ 3º Em casos de extrema urgência e necessidade as despesas previstas no artigo 1º deste Decreto poderão ser autorizadas pelo Prefeito Municipal com a devida justificativa plausível dos Secretários.

Art. 9º O Controle Interno, com auxílio das Secretarias Municipais de Coordenação e Planejamento e da Fazenda, ficará responsável pelo acompanhamento e verificação quanto à observância e atingimento das medidas e metas estabelecidas.

Art. 10. As medidas de que trata o presente Decreto terão vigência até 28 de fevereiro de 2018 e poderão ser renovadas.

Art. 11. Este Decreto entrará em vigor a partir na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
em 10 de novembro de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

# Botuvera

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.097-2017 - SUPERAVIT

Publicação Nº 1425962

=====

D E C R E T O Nº 2.097/2017

=====

“Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2017”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais), conforme abaixo especificado:

6000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-125-2.34	Conservação e Restauração de Pontes e Pontilhões
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(566)	Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00
26-782-125-2.35	Manutenção E Restauração De Rodovias Municipais E Logradouros Públicos
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00 (586)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 15.000,40
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00 (519)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 8.496,00
10000	Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude
10001	Divisão de Cultura
13-391-060-2.20	Apoio a Cultura e ao Patrimônio Histórico do Município
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(560)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 2.262,60
04-122-170-2.54	- Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(593)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 2.241,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 13 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 13 de novembro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito

### DECRETO Nº 2.098-2017 - PROVÁVEL EXCESSO

Publicação Nº 1425881

=====

D E C R E T O Nº 2.098/2017

=====

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017, PROVENIENTES DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.8º inciso I da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-025-2.13	Operação e Manutenção de Atividades Diversas do Ensino Fundamental
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(422)	Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00
12-361-025-2.14	Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(410)	Recursos Ordinários ..... R\$ 2.500,00
12-361-030-2.16	Manutenção do Transporte Escolar
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(482)	Recursos Ordinários ..... R\$ 6.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 13 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 13 de novembro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 2096 2017 RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 2084 2017**

Publicação Nº 1425444

DECRETO Nº 2096/2017

“Revoga a Portaria 213/2014 e designa Servidor para realizar inventário de Flora da área cedida pelo Estado de Santa Catarina através da Lei 820/99.”

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, CONSIDERANDO:

- Que o município de Botuverá aderiu ao CIMVI, para o setor de licenciamentos ambientais;
- Considerando a necessidade de realização de inventário florestal em relação a Flora existente no parque Municipal das Grutas de Botuverá;
- Considerando que a importância e o potencial turístico, ecológico e cultural do “Parque Municipal das Grutas de Botuverá”, visitado por diversos turistas, em especial estudantes;
- Considerando a necessidade de mapeamento e identificação da flora lindeira às trilhas ecológicas para que os turistas possam identificá-las, bem como possibilitar as providências para preservação das mesmas;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada Portaria 213/2014, conforme justificativa contida neste decreto.

Art. 2º Fica designado o Engenheiro Florestal Ricardo dos Santos Lada como Responsável pela realização de mapeamento, identificação e inventário da Flora existente no parque.

Art.3º Os procedimentos necessários ao cumprimento deste deverão ser providenciados imediatamente, em especial estrutura, sala, ar condicionado, computador e demais instrumentos necessários à alocação do Servidor no Parque das Grutas de Botuverá.

Art 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto 2084/2017.

Art 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 13 de Novembro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO FINAL CANDIDATOS ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR 2017

Publicação N° 1426572

#### HOMOLOGAÇÃO FINAL DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS AO CARGO DE SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no Edital de Eleição de Suplente de Conselheiro Tutelar, fica HOMOLOGADA a Classificação Final dos Candidatos, em ordem decrescente, já considerados os critérios de desempate.

Art. 2º - Esta Homologação entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, 10 de novembro de 2017.

Daíse Lucia Conci

Presidente CMDCA/BT

#### CARGO – Suplente a Conselheiro Tutelar

Nº de Inscrição	Nome do (a) Candidato (a)	Nota	Situação
004	João Pedro Costa de Borba	10,00	Aprovado
010	Damaris Cristina Stuwe Baade	9,50	Aprovada
003	Diogo José Conink	9,00	Aprovado
013	Indianara Simplício	8,00	Aprovada
005	Juliana Lang	8,00	Aprovada
002	Monica Augusta Lemos dos Santos	7,00	Aprovada
011	Catia Voigt Mugge	6,50	Reprovada
007	Adriana Aparecida Fuck Scharf	6,50	Reprovada
006	Pamela Cristina da Luz Machado Steinheuser	5,00	Reprovada
008	Tatiana Vermoehlen	4,00	Reprovada
001	Marizete Beschold do Nascimento	4,00	Reprovada
009	Shirly Van Den Bossche Gonçalves	N/C	N/C

Daíse Lucia Conci

Presidente CMDCA/BT

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8046-2017

Publicação Nº 1426588

DECRETO N. 8.046, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Aprova a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde e Humanização e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o art. 14, da Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, quanto a responsabilidade constitucional do Sistema Único de Saúde (SUS) de ordenar a formação de recursos humanos e incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS n. 330, de 04 de novembro de 2003, que resolve aplicar os Princípios e Diretrizes para a Gestão do Trabalho no SUS - NOB/RH - SUS, como Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde no âmbito do SUS;

Considerando o Documento Base para gestores e trabalhadores do SUS de 2004, que orienta sobre os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Humanização;

Considerando a Portaria GM n. 699, de 30 de março de 2006, que regulamenta as diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida e de Gestão, especificamente nas responsabilidades dos gestores estaduais e municipais no que se refere à educação em saúde;

Considerando a Portaria GM n. 1996, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), voltada para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores do SUS e compreendida como uma proposta de ação formativa, de práticas pedagógicas e organização dos serviços, representando um recurso estratégico para identificação de problemas, construção de soluções e gestão do trabalho;

Considerando a Portaria MS/GM n. 2.488, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Lei Complementar n. 141/2012, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta as despesas em ações e serviços públicos de saúde, relacionado os itens para utilização do recurso do Cofinanciamento Estadual da Atenção Básica;

Considerando a Deliberação n. 494/CIB/14, de 27 de novembro de 2014, que aprova Nota Técnica o qual tem objetivo de orientar os Gestores Municipais de Saúde na aplicação e uso de recurso proveniente do Cofinanciamento Estadual, repassado aos municípios desde 2007, para a Atenção Básica, em especial a Estratégia Saúde da Família - ESF;

Considerando Deliberação n. 04/2017 - CIR Médio Vale do Itajaí, que reconhece o Documento Base de orientações para implantação do Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização (NEPSHU), e delibera a implantação dos núcleos nos municípios da região da AMMVI;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde e Humanização nos termos constantes do Anexo deste Decreto.

Art. 2º O Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização da Secretaria Municipal de Saúde, instituído pelo Decreto n. 8.045, de 31 de outubro de 2017, passa a ter caráter permanente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de outubro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### ANEXO

### POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E HUMANIZAÇÃO

#### Capítulo I

#### DAS DEFINIÇÕES

#### CONCEITO

A Educação Permanente em Saúde (EPS) refere-se à prática social fundamentada na concepção de educação como espaço de problematização, reflexão e diálogo.

A EPS está centrada na valorização do trabalho como fonte de conhecimento, na articulação com a atenção à saúde, no enfoque multiprofissional e interdisciplinar, com estratégias de ensino contextualizadas, participativas e orientadas para a transformação das práticas profissionais.

A Política Nacional de Humanização (PNH) "parte do SUS que dá certo" e tem documentos orientadores (cartilhas) que valorizam a experiência de dispositivos que favorecem a cogestão, troca de saberes e democratização das relações na atenção e gestão da saúde.

A Política Municipal de Educação Permanente em Saúde e Humanização (PMEPSHU) opera de forma articulada e integrada aos órgãos públicos municipais, instituições privadas, educativas e sociedade civil organizada, em sinergia com outras políticas educacionais e contribuindo para o fortalecimento da gestão municipal da saúde e do SUS.

A PMEPSHU adotará o referencial do quadrilátero de formação para a área da saúde (ensino, gestão, atenção e controle social) a fim de construir e organizar uma educação responsável por processos interativos e de ação na realidade, para operar mudanças, mobilizar caminhos, convocar protagonismos e detectar a paisagem interativa e móvel de indivíduos, coletivos e instituições, como cenário de conhecimentos e invenções.

**PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

I – Ter enfoque humanista, democrático, participativo, crítico e inserido na realidade sanitária e dos serviços de saúde;

II - Valorizar o conhecimento como instrumento de qualificação da gestão, da assistência e da vigilância em saúde.

**Capítulo II  
DOS OBJETIVOS****OBJETIVOS GERAIS**

I – Promoção da saúde e a defesa da vida;

II – Humanização;

III – Educação curricular e continuada;

IV – Educação popular em saúde;

V – Tecnologias de informações e comunicações (TIC);

VI – Pesquisa e avaliação em saúde.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

I – Implementar a EPS com ênfase no aprimoramento das práticas profissionais para a melhoria da qualidade da atenção, da gestão e da participação social na saúde;

II – Desenvolver a EPS na perspectiva de compreensão do conceito ampliado do processo saúde/doença, em consonância com as diretrizes do SUS;

III – Favorecer a autonomia e empoderamento dos sujeitos nos processos de trabalho;

IV – Promover a integração de saberes, intra e interinstitucionalmente, e a detecção de necessidades em EPS;

V – Apoiar a formação, atualização, qualificação, participação, informação e intercâmbio de saberes dos profissionais que atuam na rede municipal de saúde;

VI – Fomentar a pesquisa em saúde e sua divulgação.

**Capítulo III  
DAS DIRETRIZES**

I - Reconhecimento das especificidades locais para a elaboração e desenvolvimento da Educação Permanente em Saúde;

II – Fortalecimento das redes de atenção à saúde (assistência e vigilância em saúde) integradas;

III – Adoção de estratégias inovadoras para a realização das ações da EPS;

IV – Desenvolvimento de estudos e pesquisas que favoreçam o aprimoramento e a qualificação das práticas em saúde;

V – Desenvolvimento de parcerias que propiciem ações em EPS de forma abrangente;

VI – Qualificação dos profissionais da SMS, ampliando conhecimentos e aumentando a eficácia dos serviços de saúde em benefício da população;

VII – Desenvolvimento de indicadores que possibilitem o monitoramento e avaliação das ações promovidas.

**Capítulo IV  
DOS ESPAÇOS**

A organização das atividades de EPS será realizada pelo Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização (NEPSHU) e pactuado entre as diversas instâncias da SMS e Conselho Municipal de Saúde.

São espaços definidos para EPS e Humanização:

I- Os CAMPOS constituem espaços tradicionais de educação, geralmente propostos pela gestão, relacionados às demandas da esfera federal, estadual ou municipal. Os temas abordados nos CAMPOS envolverão, prioritariamente, um grande grupo de profissionais da rede municipal de saúde e geralmente terão caráter multiprofissional.

II- As BASES são espaços que ocorrem nas unidades de saúde e sua área de abrangência e deverão ser construídas conforme as necessidades locais, considerando a problematização, reflexão e diálogo entre os trabalhadores, e deverão estar integradas ao planejamento da unidade de saúde.

III- Os NÚCLEOS são constituídos por integrantes das reuniões de colegiado entre serviços e/ou setores, referentes às especificidades, governamental e não governamental, ou mesmo Grupos de Trabalho que desenvolvem atividades de EPS específicas.

IV- As INTERSEÇÕES constituem espaços de EPS em que há intercâmbio de ações e práticas de conhecimento entre as unidades de saúde e/ou profissionais, considerando as necessidades do serviço.

**Capítulo V  
DA GESTÃO**

O plano de ação municipal de Educação Permanente em Saúde e Humanização (PMEPSHU) permeará todos os âmbitos da SMS e será coordenado pelo Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização (NEPSHU).

O PMEPSHU deverá ser elaborado interinstitucionalmente e pactuado entre as diversas esferas da SMS e Conselho Municipal de Saúde, baseado no diagnóstico situacional das necessidades em EPS e resultando em um cronograma de ações integradas.

**Capítulo VI  
DOS EIXOS**

As estratégias de ação da EPS integrando ensino, gestão, atenção e controle social, ocorrerão principalmente nos seguintes eixos:

I – SUS COMO ESCOLA (Integração Ensino-Serviço e comunidade)

Eixo das relações interinstitucionais e intersetoriais da saúde e educação, que promove a integração ensino – pesquisa – extensão – serviço – comunidade e que orienta as linhas de pesquisa em saúde no âmbito da SMS.

**II – DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**

É o eixo responsável por organizar, divulgar e monitorar o calendário anual de qualificação e formação profissional, criando e mantendo um banco de dados dos profissionais capacitados, ordenando a participação em eventos e formulando propostas e estratégias pedagógicas, conforme o PMEPSHU.

**III – OBSERVATÓRIO EM SAÚDE**

É o eixo responsável pela transparência e acesso às informações sobre EPS e humanização em desenvolvimento no município de Brusque, possibilitando o monitoramento e avaliação. Agrega informações estratégicas, como projetos, pesquisas, estudos e ações, disponibilizando dados a toda sociedade civil.

## Capítulo VII DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

I - O município de Brusque, por meio da SMS e Fundo Municipal de Saúde (FMS), deverá prever e prover recursos em suas leis orçamentárias para a execução da PMEPSHU;

II – Serão destinados para ações de EPS, recursos Federal conforme portaria MS/GM n. 1.996/2007, do cofinanciamento do Estado de Santa Catarina (ESF e NASF), conforme a Lei Complementar n. 141/2012, a Deliberação n. 494/CIB/14 e Deliberação n. 04/CIR/2017, como também, poderão ser complementados através de projetos específicos no ProjeSUS, INOVASUS, CNPQ, CIES e outros;

III - Para a implementação da PMEPSHU a SMS poderá firmar convênios e parcerias.

## Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Caberá a Secretaria Municipal de Saúde:

I – Destinar os recursos humanos, financeiros e tecnológicos necessários para o funcionamento e consolidação do NEPSHU, incluindo a comunicação permanente entre os seus componentes, por meio de encontros presenciais e/ou meio eletrônico, e desenvolvimento do Observatório em Saúde;

II – Destinar estrutura física adequada para o trabalho do NEPSHU.

## DECRETO Nº 8047-2017

Publicação Nº 1426594

DECRETO N. 8.047, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Institui no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, o Setor de Educação Permanente em Saúde.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Portaria GM n. 1996, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), voltada para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores do SUS e compreendida como uma proposta de ação formativa, de práticas pedagógicas e organização dos serviços, representando um recurso estratégico para identificação de problemas, construção de soluções e gestão do trabalho;

Considerando o Decreto n. 8.046, de 31 de outubro de 2017, que aprova a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde e Humanização e dá outras providências;

Considerando a valorização do trabalho como fonte de conhecimento, na articulação com a atenção à saúde, com estratégias de ensino contextualizadas, participativas e orientadas para a transformação das práticas profissionais;

DECRETA:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, o

Setor de Educação Permanente em Saúde, o qual fica vinculado a referida Secretaria.

Parágrafo único. O Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização (NEPSHU), fica vinculado ao Setor de Educação Permanente em Saúde, com o objetivo de assessorar tecnicamente as discussões e deliberações neste âmbito.

Art. 2º. O Setor de Educação Permanente em Saúde tem como objetivo fomentar, planejar, ordenar e implementar ações de educação em saúde no campo da rede municipal de saúde.

Art. 3º. Ao Setor de Educação Permanente em Saúde compete:

I - Implementar a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde e Humanização nos três eixos prioritários: SUS como Escola; Desenvolvimento Profissional e Observatório em Saúde;

II - Elaborar e propor políticas e normativas de formação, desenvolvimento profissional e educação em saúde, acompanhando sua execução;

III - Promover a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde, por meio da integração do ensino e serviço, com vistas a fortalecer as instituições formadoras e o serviço prestado à população;

IV - Planejar e coordenar ações de educação na saúde, por meio de articulações intra e intersetoriais;

V - Buscar a captação de parcerias e recursos para a efetivação das ações desenvolvidas no âmbito do Setor de Educação Permanente em Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de outubro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 8045-2017

Publicação Nº 1426586

DECRETO N. 8.045, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Institui o Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização (NEPSHU) e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a responsabilidade constitucional, em seu inciso III do art. 200, que é de ordenar a formação de recursos humanos para a área de saúde e de incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico;

Considerando a Portaria n. 399/GM, de 23 de fevereiro de 2006, que divulga o Pacto pela Saúde, no qual é definido o Sistema de Planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS), seus objetivos e



pontos prioritários de pactuação;

Considerando a Portaria GM n. 1996, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), voltada para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores do SUS e compreendida como uma proposta de ação formativa, de práticas pedagógicas e organização dos serviços, representando um recurso estratégico para identificação de problemas, construção de soluções e gestão do trabalho;

Considerando a Portaria MS/GM n. 2.488, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando o Documento Base para gestores e trabalhadores do SUS de 2004, que orienta sobre os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Humanização;

Considerando a Deliberação n. 04/2017 - CIR Médio Vale do Itajaí, que reconhece o Documento Base de orientações para implantação do Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização (NEPSHU), e delibera a implantação dos núcleos nos municípios da região da AMMVI;

Considerando as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização (NEPSHU), como uma instância colegiada, deliberativa, normativa, permanente, com a finalidade de elaborar, planejar, apoiar e executar, com autonomia, de modo articulado as propostas que envolvem ações de educação e humanização na saúde em âmbito municipal, ou seja, o núcleo deve ser compreendido como uma extensão da CIES do Médio Vale do Itajaí.

Art. 2º O NEPSHU será constituído pelos servidores da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Brusque, preferencialmente efetivos, visando a continuidade do processo, conforme segue:

I - 03 (três) representantes do Setor de Educação Permanente em Saúde e Humanização cada um como apoiador de um dos grupos de trabalho;

II - 04 (quatro) representantes das Estratégias de Saúde da Família, sendo um de cada regional de saúde com a sugestão de pertencerem a categorias profissionais diversificadas;

III - 02 (dois) representantes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família preferencialmente que estejam ligados a Residência Médica e Multiprofissional;

IV - 01 (um) representante da Equipe de Saúde Bucal;

V - 01 (um) representante do Programa de Saúde Escolar;

VI - 01 (um) representante do Setor de Recursos Humanos da Saúde;

VII - 01 (um) representante do Setor de Tecnologia de Informação;

VIII - 01 (um) representante do Setor Administrativo;

IX - 02 (dois) representantes da Vigilância Epidemiológica;

X - 01 (um) representante do Serviço de Atenção Especializada (SAE);

XI - 01 (um) representante da Vigilância Sanitária;

XII - 01 (um) representante das Farmácias Básica/Excepcional;

XIII - 01 (um) representante do CAPS AD;

XIV - 01 (um) representante do CAPS II;

XV - 01 (um) representante do CEO;

XVI - 01 (um) representante dos Serviços Especializados;

XVII - 01 (um) representante do Setor de Urgência/Emergência;

XVIII - 01 (um) representante do Setor de Frotas;

XIX - 01 (um) representante do Setor de Auditoria e Regulação;

XX - 01 (um) representante do Setor de Avaliação, Controle e Planejamento;

XXI - 01(um) representante do Setor de Higienização.

O NEPSHU contará também com as seguintes representações:

I - 01 (um) representante da Secretaria de Educação;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação;

III - 01 (um) representante das Instituições Hospitalares do município de Brusque;

IV - 01 (um) representante da ESAP;

V - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Caso o NEPSHU não completar a representatividade descrita acima, poderá nomear e/ou inculir demais participantes, como também terá autonomia para funcionar com menor representatividade sem prejuízo das suas atribuições.

Art. 3º As atribuições do NEPSHU serão:

I - Articular as instâncias e as ações de Educação Permanente em Saúde (EPS) e Humanização em nível municipal e regional;

II - Analisar e construir coletivamente o perfil da força de trabalho no município, as necessidades de formação, gestão e planejamento do trabalho, com valorização dos trabalhadores, gestores, usuários e ensino, considerando diretrizes tais como as da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), da Política Nacional de Humanização (PNH), do Programa de Saúde na Escola (PSE), do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde e Programa de Educação pelo Trabalho (PRO-PET Saúde), do PET Vigilâncias, do Ensino Profissional, Superior e Pós-graduação, do Telessaúde, do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), da Educação e Pesquisa – ANVISA, do Projeto EDUCANVISA (Educação em Vigilância Sanitária), do CAPACITA VISA, entre outras ações estratégicas do Ministério da Saúde (MS) e da Secretaria de Estado da Saúde (SES);

III - Elaborar uma agenda anual de eventos em Educação Permanente em Saúde (EPS) para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde em todos os níveis de atenção e demais prestadores de serviços do SUS, usuários e ensino considerando: a PNEPS, a PNH, o PSE, o PRO-PET Saúde, o PET Vigilâncias, Projeto EDUCANVISA, Capacita Visa, o Ensino Profissional, Superior e pós-graduações, o Telessaúde, os cursos, os eventos, o Programa de Melhoria do



Acesso e da Qualidade (PMAQ - AB), entre outros;

IV - Identificar e ajudar na divulgação das ações de Educação Permanente em Saúde (EPS) que ocorrem na realidade dos serviços de saúde e comunidade;

V - Promover a qualificação profissional inter e intrainstitucional fortalecendo as parcerias e cooperações técnicas existentes, projetando novos cenários de atuação profissional e discente, visando a integração ensino-serviço;

VI - Elaborar as propostas a partir das necessidades do serviço e do planejamento participativo, promovendo espaços de discussão e de qualificação profissional, contribuindo para o alcance das metas institucionais;

VII - Acompanhar, monitorar e avaliar as ações e estratégias de educação permanente na saúde e humanização implementadas no município e região;

VIII - Avaliar e expedir parecer no que se refere a solicitação de liberação para Eventos de Educação Internos e Externos dos servidores municipais da Secretaria Municipal de Saúde, respeitando a Instrução Normativa que será elaborado pelo NEPSHU, do município de Brusque. Para fins de avaliação de propostas e expedição do parecer, ficará instituído o mínimo de 5 integrantes do NEPSHU, que poderão ser convocados a desenvolverem a tarefa, a qualquer tempo, pelo Setor de Educação Permanente em Saúde;

IX - Apoiar os gestores na discussão sobre Educação Permanente em Saúde e Humanização, na proposição de intervenções, no planejamento e desenvolvimento de ações;

X - Promover uma relação dialógica entre as Políticas Públicas;  
XI - Fomentar a pesquisa em saúde e sua divulgação;

XII - Desenvolver ações de Educação Permanente em Saúde e Humanização na perspectiva de compreensão do conceito ampliado do processo saúde-doença e a integralidade da atenção;  
XIII - Incentivar e articular a promoção de ações de educação popular e educação em saúde para os usuários do SUS;

XIV - Apoiar as Equipes de Saúde em seu processo de trabalho assistencial no monitoramento e avaliação das ações de saúde;

XV - Acompanhar e controlar os recursos financeiros necessários à viabilização dos projetos do NEPSHU municipal;

XVI - Estimular uma cultura reflexiva e crítica nos processos de formação e cuidado em saúde.

Art. 4º O NEPSHU definirá as demais regras correlatas por meio de regimento interno.

Art. 5º Os integrantes do NEPSHU terão 04 (quatro) horas quinzenais de atividades específicas relacionadas às atribuições definidas no art. 3º deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de outubro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 8053-2017

Publicação Nº 1426598

DECRETO Nº. 8.053, DE 13 de Novembro DE 2017.  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.038 de 16.12.16, a Lei nº 4.023 de 28.09.16, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 36.002,00 (Trinta e seis mil e dois reais), para atender a programação abaixo especificada:

40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
0018.0541.0160. 2252 Manutenção. Atividades da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
3.3.91.00 Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 20.650,00

40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
0018.0541.0160. 2252 Manutenção. Atividades da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
3.3.90.00 Aplicações diretas  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 15.352,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
0018.0541.0160. 2252 Manutenção. Atividades da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
4.4.90.00 Aplicações diretas  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 36.002,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 25/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Novembro de 2017  
JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW  
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**EXTRATO CONTRATO Nº 013-2017**

Publicação Nº 1426783

**EXTRATO CONTRATO Nº 013/2017**

Espécie: Contrato nº 013/2017, entre o Município de Brusque e a empresa NURREVI – NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS, em 18/10/2017. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA ADOLESCENTES COM IDADE ENTRE 12 E 18 ANOS, AMBOS OS SEXOS, ATRAVÉS DO SERVIÇO DE ALTA COMPLEXIDADE PARA PROTEÇÃO INTEGRAL DO USUÁRIO, de acordo com as especificações constantes no edital de Credenciamento nº 001/2017, em especial seu anexo I – Termo de Referência - Valor R\$ 142.288,08. Fundamento legal: artigo 25, caput, c/c artigo 54 e seguintes ambos da Lei 8.666/93. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Secretária de Assistência Social e Habitação e NURREVI – Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas.

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007-2017**

Publicação Nº 1426784

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO nº 007/2017  
PREGÃO nº 005/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GRAVAÇÃO DIGITAL DE IMAGENS E CÂMERAS DE SEGURANÇA IP

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública no horário definido no edital e, observado a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura. 13/11/2017.

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA  
Pregoeira da Administração Pública Municipal

**PORTARIA Nº 004-2017**

Publicação Nº 1426785

PORTARIA Nº 004/2017, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Cria e nomeia a Comissão Conjunta de Coordenação Alteração de Jornada de Trabalho e Processo de Remoção por Concurso e por Permuta.

O Secretário Municipal da Educação, nomeado através da Portaria nº 11.501/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, "e" e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto na Lei complementar nº 143 de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre o plano de cargos e carreiras do poder executivo, suas autarquias e fundações...;

CONSIDERANDO o disposto na Lei complementar nº 146 de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre o estatuto do magistério...;

CONSIDERANDO o disposto na Lei complementar nº 147 de 25 de setembro de 2009, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores...;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3887/2015, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação do Município de Brusque...;

CONSIDERANDO os Editais 001/2017-SEME, que trata da alteração

de jornada semanal de trabalho e, 002/2017-SEME, que dispõe sobre o processo de remoção por concurso e por permuta dos servidores efetivos e estáveis...;

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação de Comissão Conjunta, responsável pela Coordenação dos trabalhos de alteração de jornada de trabalho e processo de remoção por concurso e por permuta;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade administrativa,

**RESOLVE:**

Art. 1º – CRIAR E NOMEAR a partir desta data, a Comissão Conjunta pela Coordenação dos Trabalhos de Alteração de Jornada de Trabalho e Processo de Remoção por Concurso e por Permuta, que passará a vigorar com a seguinte composição:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação  
Mônica Soares  
Sheila Marcelino Izabel  
Suzamara Mafra

II – Representante da Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Orçamento e Gestão  
Sandra Vieira Ferreira

III – Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque - SINSEB  
Márcia Teresinha Benvenuti Zen

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 09 de novembro de 2017  
JOSE ZANCANARO  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 44 - 2017- LEGISLATIVO**

Publicação Nº 1426607

Portaria Nº 44, de 10 de novembro de 2017.  
Concede Gratificação.

CONSIDERANDO que o desempenho de servidor em comissão especial deve ser remunerado mediante o pagamento de gratificação, nos termos do art. 83, inc. X e par. único e do art. 95 da Lei Complementar nº 147/2009;

CONSIDERANDO que o servidor Eduardo Serpa, ocupante do cargo de Chefe de Manutenção e Serviços Gerais, foi indicado em 11 de abril do corrente (Protocolo nº 234), para assessorar os trabalhos da Comissão Especial do Sistema Municipal de Saúde, instituída pela Resolução Administrativa nº 2, de 28 de março de 2017;

CONSIDERANDO que a despeito da efetiva participação e assessoramento prestado à Comissão Especial, o servidor mencionado não percebeu a gratificação legalmente assegurada;

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar o pagamento ao servidor Eduardo Serpa, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Manutenção e Serviços Gerais do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara

Municipal, da gratificação prevista no art. 95, cumulada com o art. 83, inc. X e par. único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º O pagamento deverá ser efetuado a partir de 11 de abril de 2017, até 28 de novembro do corrente, data marcada para o término dos trabalhos da Comissão.

Art. 3º As despesas decorrentes correrão à conta de dotações do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 10 de novembro de 2017.

Ver. Sebastião Alexandre Isfer de Lima
Presidente em Exercício

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira  
Diretor Geral

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11-2017 - LEGISLATIVO**

Publicação Nº 1426603

CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2017 – CHAMAMENTO PÚBLICO

OBJETIVO: inscrever profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, para compor subcomissão para julgamento de propostas técnicas apresentadas em licitação na modalidade de Tomada de Preços, visando a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade, nos termos da Lei n. 12.232/2010.

PRAZO e LOCAL PARA INSCRIÇÃO: até as 18h do dia 20 de novembro de 2017, na Câmara Municipal, na Rua Eduardo von Buettner, 65, Centro – Brusque/SC. (Fone: 047 3351.2891).

OBTENÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO E FICHA DE INSCRIÇÃO: disponíveis no endereço [www.camarabrusque.sc.gov.br](http://www.camarabrusque.sc.gov.br), ou no endereço acima citado.

Sebastião Alexandre Isfer de Lima  
Presidente

# Caçador

## PREFEITURA

### AVISO ABERTURA DE PREGÃO 20-2017 INSTRUTORES DE TEATRO PROCESSO LICITATÓRIO 40-2017 FMS

Publicação Nº 1426619

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
CNPJ: 83.074.302/0001-31  
AV. SANTA CATARINA, 195  
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO PR20/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 28/11/2017 às 14:00 horas, no endereço Avenida Santa Catarina, nº195, centro, Caçador/SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas e documentações, conforme especificado no Edital de Licitação na modalidade PregãoPR20/2017.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado ou no site da Prefeitura: [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) em licitações municipais.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE OFICINAS DE TEATRO, PARA ATUAÇÃO NO CAPS II E CAPS AD.

Caçador/SC, 13/11/2017.  
SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO 144/2017 – DISPENSA – 24-2017

Publicação Nº 1425772

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO 144/2017 – DISPENSA – 24-2017

A Prefeitura de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2017, Objeto – CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA MINISTRAR O CURSO/PROGRAMA JORNADA EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – Contratado: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI CNPJ: 03.777.341/0045-87, O valor total do contrato será de R\$ 9.900 (nove mil e novecentos reais). O prazo de vigência até 31 de janeiro de 2018, nos termos do artigo 24, XIII, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 13 de Novembro de 2017.  
SAULO SPEROTTO  
Prefeito de Caçador

### DECRETO Nº 7.312

Publicação Nº 1426618

DECRETO Nº 7.312, de 08 de novembro de 2017.  
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 702,12m² (setecentos e dois metros e doze decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 34.757, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Eroni Sadi Rossetto e Rose Mary Malfatti Rossetto, ficando após o desmembramento constituído de 02 (duas) áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – área A, com superfície de 345,81m² (trezentos e quarenta e cinco metros e oitenta e um decímetros quadrados), iniciando no marco denominado "m0 =PP", confrontando com a Rua "A" do Loteamento do Contestado 2 com a distância de 12,50 metros até o marco "m1"; segue confrontando com a "Área B" deste projeto de desmembramento com a distância de 23,17 até o marco "m4"; segue confrontando com a Rua 6 do Loteamento do Contestado com a distância de 10,90 metros até o marco "m5"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 28.074 com a distância de 3,95 metros até o marco "m6"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.756 com a distância de 30,00 metros até o marco "m0 =PP" (E: 499072.382 m e N: 7040460.411 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 345,81m².

II – área B, com superfície de 356,31m² (trezentos e cinquenta e seis metros e trinta e um decímetros quadrados), iniciando no marco denominado "m1 =PP", confrontando com a Rua "A" do Loteamento do Contestado 2 com a distância de 23,26 metros até o marco "m2"; segue confrontando com a intersecção da Rua "A" do Loteamento do Contestado 2 com a Rua 6 do Loteamento do Contestado com a distância de 7,68 até o marco "m3"; segue confrontando com a Rua 6 do Loteamento do Contestado com a distância de 30,80 metros até o marco "m4"; segue confrontando com a "Área A" deste projeto de Desmembramento com a distância de 23,17 metros até o marco "m1 =PP"; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 356,31m².

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.



Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 7.314

Publicação Nº 1426616

DECRETO Nº 7.314, de 09 de novembro de 2017.  
Designa servidor para exercer fiscalização de contrato.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal Wagner Severgini, para exercer a fiscalização do Contrato nº 70/2017, Processo Licitatório nº 141/2017, Dispensa nº 23/2017, cujo objeto é a contratação de fundação para prestação de serviços educacionais no âmbito de Pós-Graduação Stricto Sensu: mestrado para profissionais da educação que atuam na rede municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de novembro de 2017.  
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 7.315

Publicação Nº 1426608

DECRETO Nº 7.315, de 09 de novembro de 2017.  
Designa servidor para exercer fiscalização de contrato.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal Alan Rocha Liegel, para exercer a fiscalização do Contrato nº 71/2017, Processo Licitatório nº 138/2017, Pregão nº 83/2017, cujo objeto é a contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração de manuais, treinamento de pessoal e consultoria para regulamentação das operações do Aeroporto de Caçador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 7.316

Publicação Nº 1426605

DECRETO Nº 7.316, de 09 de novembro de 2017.  
Retifica e revoga dispositivos do art. 1º do Decreto nº 6.695/2016, que Nomeia coordenação da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no Decreto nº 6.082, de 19 de agosto de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Os dispositivos do art. 1º do Decreto nº 6.695, de 11 de fevereiro de 2016, que nomeou a coordenação da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, passam a vigorar com a seguinte redação:

- I – Presidente: Ana Cristina Hagemann;
- II – revogado;
- III – Secretária Executiva: Michele Adriana Baseggio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 6.953, de 23 de novembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de novembro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 7.318

Publicação Nº 1426592

DECRETO Nº 7.318, de 10 de novembro de 2017.  
Retifica o art. 2º do Decreto nº 7.309/2017, que Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o art. 2º do Decreto nº 7.309, de 01 de novembro de 2017, que Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 12.650,27m² (doze mil, seiscentos e cinquenta metros e vinte e sete decímetros quadrados), partindo do marco 0=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 15.495; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.495 com o azimuth de 74º50'15" e a distância de 194.41m até o marco 1; deste, segue, confrontando através do Arroio do Curtume com o imóvel constante da matrícula nº 18.264 com o azimuth de 154º06'47" e a distância de 12.20m até o marco 2; deste, segue, confrontando através do Arroio do Curtume com o imóvel constante da matrícula nº 18.264 com o azimuth de 196º01'01" e a distância de 15.71m até o marco 3; deste, segue, confrontando através do Arroio do Curtume com o imóvel constante da matrícula nº 18.264 com o azimuth de 108º50'03" e a distância de 44.36m até o marco 4; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 34.593 e nº 34.592 com o azimuth de 252º37'36"

e a distância de 64.21m até o marco 5; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.592 com o azimute de 143°15'20" e a distância de 50.34m até o marco 6; deste, segue, confrontando com os imóveis constantes das matrículas nº 5.163 e nº 7.667 e com a Rua Jaragua do Sul com o azimute de 248°09'20" e a distância de 52.24m até o marco 7; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.590 com o azimute de 323°15'20" e a distância de 54.65m até o marco 8; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.590 com o azimute de 252°37'36" e a distância de 38,96m até o marco 9; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.590 com o azimute de 321°46'41" e a distância de 8.36m até o marco 10; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 34.590 com o azimute de 251°35'12" e a distância de 44.14m até o marco 11; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 15.497 com o azimute de 322°05'05" e a distância de 55.40m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de novembro de 2017.  
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## DECRETO Nº 7.320

Publicação Nº 1426599

DECRETO Nº 7.320, de 10 de novembro de 2017.

Designa servidor para exercer fiscalização de Atas de registro de preços.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal Mauricio Luiz Somensi, para exercer a fiscalização da Atas de Registro de Preços nºs 154, 155 e 156/2017, a que se refere o Pregão Presencial nº 064/2017 - Processo Licitatório nº 113/2017, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de materiais escolares para distribuição nas escolas da rede municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de novembro de 2017.  
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## DECRETO Nº 7.321

Publicação Nº 1426601

DECRETO Nº 7.321, de 10 de novembro de 2017.

Designa servidora para exercer fiscalização de Ata de Registro de preço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Pública Municipal Laurita Aparecida Faustino, para exercer a fiscalização da Ata de registro de preço 22/2017, a que se refere o Processo Licitatório nº 38/2017 – FMS, Pregão Presencial nº 18/2017, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de passagens rodoviárias destinado ao transporte intermunicipal e interestadual de pacientes que necessitam de tratamento médico hospitalar fora do Município de Caçador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de novembro de 2017.  
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017 - PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1426751

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003, de 08 de novembro de 2017.

Convoca aprovados em Processo Seletivo para o preenchimento de vagas temporárias na Prefeitura Municipal de Caçador, conforme o Edital 01/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e art. 17, inciso IX da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº 203, 23 fevereiro de 2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº nº 001, de 26 de outubro de 2017,

CONSIDERANDO os protocolos de desistência da vaga e de reposicionamento para o final da lista de classificação,

CONVOCA:

Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2017 para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS de acordo com a listagem final de classificação homologada pelo nº Decreto nº 7.266, de 29 de setembro de 2017:

CARGO: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

Classificação	Nome
2	Josiele Cristina Selig

CARGO: MÉDICO 40 HORAS

Classificação	Nome
8	Micheline Hoeckler
9	Wilian Mateus Foiatto
10	Morghana Ribeiro Moreira
11	Luan Gabriel Paese
12	Eduardo Crepaldi
13	Marília Castagna Rodrigues

CARGO: OPERADOR DE ESTAÇÃO AERONÁUTICA

Classificação	Nome
2	Carlos Rogerio Leme Navarro



**CARGO: PSICÓLOGO ESF**

Classificação	Nome
2	Silvane Andrioni

a) Os candidatos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Caçador no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito à vaga;

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos;

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 070, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1426754

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 070, de 08 de novembro de 2017.  
Convoca aprovadas em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos artigos 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do artigo 17, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no inciso I, do artigo 15 e inciso VIII, do artigo 16, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**CONVOCA:**

As candidatas aprovadas no Concurso Público nº 002/2015 para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS de acordo com a listagem final de classificação homologada pelo nº Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015:

**CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

Classificação	Nome
14	Gilvana Aparecida Gonçalves
15	Cristine Marla Nasato Grigolo

a) As candidatas deverão se apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura de Caçador no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso Público;

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos;

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**ERRATA PREGÃO 79-2017 CAMINHÃO ESPARGIDOR E ROLOS COMPACTADORES INFRAESTRUTURA**

Publicação Nº 1425885

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

EDITAL: PR 79/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROLOS COMPACTADORES, CAMINHÃO E ESPARGIDOR PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Considere-se:

A alteração da Data;

Onde Lê-se:

Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na sede deste Município - Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador, SC, no máximo até as 14h00min do dia 21 (vinte e um) de NOVEMBRO de 2017, para abertura no mesmo dia às 14h10min, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes.

Leia-se:

Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na sede deste Município - Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador, SC, no máximo até as 16h00min do dia 27 (vinte e sete) de NOVEMBRO de 2017, para abertura no mesmo dia às 16h10min, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes.

Na Descrição do ANEXO VIII, TERMO DE REFERÊNCIA.

ALTERA-SE:

Onde Lê-se:

**DESCRIÇÃO****ITEM 1**

ROLO COMPACTADOR LISO PARA ASFALTO:

Compactador vibratório, novo ( ano 2017/2018 ), motor a óleo diesel, com no mínimo 80 HP, refrigeração a água, equipado também com tração no cilindro, cilindro liso, peso operacional mínimo de 8.000kg, frequência de vibração mínimas em alta 1850 vpm, amplitude nominal em alta mínima de 0,91mm e em baixa no mínimo 0,49mm, impacto dinâmico total mínimo em alta 15.000kgf, em baixa 9.700kgf, freio de emergência, cabine de segurança, gabinado e equipado com ar condicionado, alarme de marcha a ré, assento ajustável com suspensão, cinto de segurança, buzina, horímetro, indicador de combustível, luz de aviso de freio, óleo hidráulico, pressão óleo motor, bateria, temperatura motor e óleo hidráulico, luzes de trabalho, espelho retrovisor, demais itens dentro das normas de segurança, pneu banda lisa para asfalto, de no mínimo 13.0x24 – 8 lonas.

**ITEM 2**

ROLO COMPACTADOR DE SOLO COM PATAS:

Compactador vibratório, novo ( ano 2017/2018 ), motor a óleo diesel, com no mínimo 80 HP, refrigeração a água, equipado também com tração no cilindro, cilindro liso equipado com kit completo de capa patas, peso operacional mínimo de 8.000kg, frequência de vibração mínimas em alta 1850 vpm, amplitude nominal em alta mínima de 0,91mm e em baixa no mínimo 0,49mm, impacto dinâmico total mínimo em alta 15.000kgf, em baixa 9.700kgf, freio de emergência, cabine de segurança, gabinado e equipado com ar condicionado, alarme de marcha a ré, assento ajustável com suspensão, cinto de segurança, buzina, horímetro, indicador de combustível, luz de aviso de freio, óleo hidráulico, pressão óleo motor, bateria, temperatura motor e óleo hidráulico, luzes de trabalho, espelho retrovisor, demais itens dentro das normas de segurança, pneu banda lisa para asfalto, de no mínimo 13.0x24 – 8 lonas.

Leia-se:

ANEXO VIII– PREGÃO 79/2017

TERMO DE REFERENCIA

## DESCRIÇÃO

## ITEM 1

## ROLO COMPACTADOR LISO PARA ASFALTO:

Compactador vibratório, novo ( ano 2017/2018 ), motor a óleo diesel, com no mínimo

80 HP, refrigeração a água, equipado ou não também com tração no cilindro, cilindro liso,

peso operacional mínimo de 8.000kg, frequência de vibração mínimas em alta 1850

vpm, amplitude nominal em alta mínima de 0,91mm e em baixa no mínimo 0,49mm,

impacto dinâmico total mínimo em alta 15.000kgf, em baixa 9.700kgf, freio de

emergência, cabine de segurança, gabinado e equipado com ar condicionado,

alarme de marcha a ré, assento ajustável com suspensão, cinto de segurança,

buzina, horímetro, indicador de combustível, luz de aviso de freio, óleo hidráulico,

pressão óleo motor, bateria, temperatura motor e óleo hidráulico, luzes de trabalho,

espelho retrovisor, demais itens dentro das normas de segurança, pneu banda lisa

para asfalto, de no mínimo 13.0x24 – 8 lonas. Tanque de água de no

mínimo 500 litros com sistema de aspersão pressurizado de acionamento elétrico e jatos em leque sobre o cilindro vibratório.

## ITEM 2

## ROLO COMPACTADOR DE SOLO COM PATAS:

Compactador vibratório, novo ( ano 2017/2018 ), motor a óleo diesel, com no mínimo 80 HP, refrigeração a água, equipado também com tração no cilindro, cilindro liso equipado com kit completo de capa patas, peso operacional mínimo de 10.000kg, frequência de vibração mínimas em alta 1850 vpm, amplitude nominal em alta mínima de 0,91mm e em baixa no mínimo 0,49mm, impacto dinâmico total mínimo em alta 30.000kgf, em baixa 20.000kgf, freio de emergência, cabine de segurança, gabinado e equipado com ar condicionado, alarme de marcha a ré, assento ajustável com suspensão, cinto de segurança, buzina, horímetro, indicador de combustível, luz de aviso de freio, óleo hidráulico, pressão óleo motor, bateria, temperatura motor e óleo hidráulico, luzes de trabalho, espelho retrovisor, demais itens dentro das normas de segurança, pneu lameiro , de no mínimo de 23.1x26 e mínimo de 10 lonas.

## PORTARIA Nº 28.491

Publicação Nº 1426757

PORTARIA Nº 28.491, de 02 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

## RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nos diversos órgãos Municipais, férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional, especificando código, nome, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
1836	Aldecir Barp	31/01/2015 a 30/01/2016	14/10/2017 a 12/11/2017
1836	Aldecir Barp	31/01/2016 a 30/01/2017	13/11/2017 a 12/12/2017
33	Carine Marla Bosetti	11/02/2016 a 10/02/2017	18/10/2017 a 27/10/2017
14060	Claudete Natus	20/11/2015 a 19/12/2016	02/10/2017 a 16/10/2017
2496	Edilson João Massucatto	01/01/2016 a 31/12/2016	02/10/2017 a 31/10/2017
10292	Edgar Aimi	13/08/2015 a 12/08/2016	17/10/2017 a 15/11/2017
10292	Edgar Aimi	13/08/2016 a 12/08/2017	16/11/2017 a 15/12/2017
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	02/06/2012 a 01/06/2013	16/10/2017 a 04/11/2017
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	02/06/2013 a 01/06/2014	05/11/2017 a 04/12/2017
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	02/06/2014 a 01/06/2015	05/12/2017 a 03/01/2017
1770	Jefferson Nascimento Ribeiro	12/04/2013 a 11/04/2014	16/10/2017 a 30/10/2017
8551	Jorge Luiz Trindade	02/06/2013 a 01/06/2014	12/10/2017 a 10/11/2017
8551	Jorge Luiz Trindade	02/06/2014 a 01/06/2015	11/11/2017 a 10/12/2017
10491	José Serrão Cesar	01/02/2016 a 31/01/2017	11/10/2017 a 09/11/2017
14529	Juliana Nurilles Garbozza	15/04/2016 a 14/04/2017	02/10/2017 a 11/10/2017
14277	Liriane Marques de Lima	16/03/2016 a 15/03/2017	16/10/2017 a 14/11/2017
5635	Luciano Caregnato	22/02/2015 a 21/02/2016	02/10/2017 a 11/10/2017
10466	Nelci de Jesus Oliveira Balduino	07/01/2016 a 06/01/2017	02/10/2017 a 31/10/2017
14091	Northon Andre Felipe Knoblauch	11/01/2016 a 10/01/2017	18/10/2017 a 27/10/2017
14604	Patricia Dal Moro	09/05/2016 a 08/05/2017	16/10/2017 a 30/10/2017
154	Silvio José Ferrareze Godinho	01/01/2015 a 31/12/2015	02/10/2017 a 21/10/2017
2497	Vilmar Goes	01/01/2009 a 31/12/2009	09/10/2017 a 28/10/2017

2497	Vilmar Goes	01/01/2011 a 31/12/2011	29/10/2017 a 07/11/2017
------	-------------	-------------------------	-------------------------

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 02 de outubro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

#### **PORTARIA Nº 28.584**

Publicação Nº 1426759

PORTARIA Nº 28.584, de 06 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, §2º da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor GIOVANI LIPKA, matrícula 8318, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, auxílio-natalidade no valor de um vencimento mínimo municipal em razão do nascimento de sua filha Isabelly Lipka, ocorrido no dia 03 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

#### **PORTARIA Nº 28.585**

Publicação Nº 1426760

PORTARIA Nº 28.585, de 06 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
1126	Soeli Aparecida da Silva	Professora do Ensino Fundamental I	08	29/10/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

#### **PORTARIA Nº 28.586**

Publicação Nº 1426761

PORTARIA Nº 28.586, de 06 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município

de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
14062	Janaina Ferreira da Silva	Assistente Administrativa	08	05/11/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.587**

Publicação Nº 1426762

PORTARIA Nº 28.587, de 06 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e ainda na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

**RESOLVE**

Art. 1º. DESIGNAR o Servidor PEDRO CESAR LOCATELLI, matrícula 902, ocupante do cargo efetivo de Motorista, para exercer Função Gratificada - conforme Anexos II e III da Lei Complementar nº 284/2014 - de referência FGR-3 e vinculado à Secretaria de Infraestrutura, com a percepção de sua remuneração e mais 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos básicos.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.588**

Publicação Nº 1426763

PORTARIA Nº 28.588, de 06 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CESSAR efeitos da Portaria nº 28.171, de 29 de junho de 2017, que designa Servidores para exercerem Funções Gratificadas, somente no que se refere ao Servidor abaixo relacionado, especificando: código, nome, cargo, porcentagem da função gratificada, local da designação e data fim da designação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Função Gratificada	Local da Designação	A contar de
10047	Gilmar Alves	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	FGR 30%	Secretaria de Infraestrutura	31/10/2017

Art. 2º. DESIGNAR o Servidor abaixo relacionado para exercer Função Gratificada - constante nos Anexos II e III da Lei Complementar 284, de 19/12/2014 – por desempenhar atividade de maior responsabilidade além das previstas no seu cargo efetivo, especificando: código, nome, cargo, porcentagem da função gratificada, local e data de início da designação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Função Gratificada	Local da Designação	A contar de
--------	------	-------	--------------------	---------------------	-------------

10047	Gilmar Alves	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	FGR 40%	Secretaria de Infraestrutura	01/11/2017
-------	--------------	---------------------------------------	---------	------------------------------	------------

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 06 de novembro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA N° 28.589

Publicação N° 1426764

PORTARIA N° 28.589, de 07 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR o contrato em caráter temporário da Servidora abaixo relacionada, contratada pela Portaria nº 28.200, de 05 de julho de 2017, especificando código, nome, cargo, local de lotação e carga horária semanal, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de lotação	C.H.
15098	Thaebey Pavelski Anacleto	Psicóloga	Secretaria da Saúde	20h

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de novembro de 2017.  
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA N° 28.590

Publicação N° 1426765

PORTARIA N° 28.590, de 07 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e art. 17, inciso IX da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 203, 23 fevereiro de 2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo para o preenchimento de vagas temporárias na Prefeitura Municipal de Caçador, conforme Edital nº 01/2017,

CONSIDERANDO a listagem final de classificação homologada pelo Decreto nº 7.266, de 29 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR VANESSA CINELLI MACERI para ocupar o cargo de Psicóloga, pertencente ao Grupo Ocupacional Extinção, referência 32, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 28.591**

Publicação Nº 1426766

PORTARIA Nº 28.591, de 07 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e art. 17, inciso IX da Lei Orgânica do Município, e e na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo para o preenchimento de vagas temporárias na Prefeitura Municipal de Caçador, conforme Edital nº 01/2017,

CONSIDERANDO a listagem final de classificação homologada pelo Decreto nº 7.266, de 29 de setembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR CESAR RODRIGO BATISTA para ocupar o cargo de Professor de Educação Física – ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.592**

Publicação Nº 1426767

PORTARIA Nº 28.592, de 07 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e art. 17, inciso IX da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 203, 23 fevereiro de 2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo para o preenchimento de vagas temporárias na Prefeitura Municipal de Caçador, conforme Edital nº 01/2017,

CONSIDERANDO a listagem final de classificação homologada pelo Decreto nº 7.266, de 29 de setembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR MARLI NAZÁRIO para ocupar o cargo de Auxiliar de Enfermagem, pertencente ao Grupo Ocupacional Administrativo, referência 14, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**RESOLUÇÃO 32 - CMAS**

Publicação Nº 1425783

RESOLUÇÃO Nº 32/2017, de 31 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO cópia recebida do Regimento Interno da Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS.

CONSIDERANDO o Parecer Técnico 01/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONSIDERANDO o Parecer 08/2017 da comissão de legislação do CMAS.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia trinta e um de outubro de 2017, Ata nº 292.

**Resolve:**

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno da Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS.

Art. 2º. Faz parte integrante da presente resolução, como anexo, cópia do Regimento Interno da Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 31 de outubro de 2017.

Marizete Fátima Iaczinski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

**RESOLUÇÃO 32 - CMAS ANEXO**

Publicação Nº 1425784

29 ANOS	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS DE CAÇADOR Fundada em 27 de abril de 1988 - Reg. no CNAS - 28995.001354/94-52 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social RCEAS 1442/2006 Utilidade Pública Municipal: Lei nº. 218 de 15/12/1988 Utilidade Pública Estadual: Lei nº. 7.754 de 21/09/1989 Utilidade Pública Federal: Portaria nº 2.205 de 1/08/2004 TELEFAX (049)3563-0694 – CNPJ: 78.496.619/0001-26 RUA MANOEL FRANCIO, 94 – 89500-000 – CAÇADOR – SANTA CATARINA.
---------	--

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE CAÇADOR





**REGIMENTO INTERNO****II – IDENTIFICAÇÃO:****2.1 Identificação do objeto:**

Regimento Interno da APAS Associação de Pais e Amigos dos Surdos.

**2.2 Identificação Institucional:**

ENTIDADE: Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador – APAS de Caçador

CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA

CNPJ: 78.496.619/0001-26

ENDEREÇO SEDE: Rua: Manoel Frâncio, nº. 94 - Bairro: DER

CIDADE: Caçador, SC.

CEP: 89.500-000

DDD/TELEFONE: (49) 3563 0694

FAX: (49) 3563 0694

E-MAIL: apascacador@hotmail.com

Assistente Social: Rubens Ribeiro.

Psicólogo: Paulo Crasnihak Filho.

Responsável: Marcia Regina doa Santos Fenili.

**REGIMENTO INTERNO DA APAS**

Art. 1º A Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador está localizada à Rua Manoel Frâncio, nº 94, bairro DER, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, CEP89500-000, Telefone (49) 3563-0694, Fax (49) 3563-0694, e-mail apascacador@hotmail.com

Art. 2º A instituição destina-se ao atendimento de crianças, jovens e adultos com deficiência auditiva, no município de Caçador e região, através de serviços desenvolvidos nas áreas de educação, saúde, assistência social e psicologia.

**CAPITULO II****DA FINALIDADE E CAPACIDADE**

Art. 3º Atendendo os dispositivos das leis 7893|89 8069|90 8080|90 8142|90 8742|93 e 9394|96, a instituição tem por finalidade prestar serviços aos sujeitos sociais com deficiência auditiva, visando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, valorização, preparação para o trabalho e o pleno exercício de sua cidadania.

Art. 4º A capacidade de atendimento da APAS é de 80 usuários.

**CAPITULO III****DOS OBJETIVOS****Art. 5º. Objetivo Geral:**

I. Contribuir juntamente com o processo de desenvolvimento social dos membros da sociedade caçadoreense e primando pela consolidação da política de atenção a pessoa surda, como estratégia política de efetivação de seus direitos sociais com equidade social, visando sua emancipação política e social.

**Art. 6º Objetivos Específicos:**

I. Disponibilizar aos usuários, serviços e benefícios que facultem o seu desenvolvimento social;

II. Estimular a permanente capacitação de profissionais como estratégia de qualificação de seus serviços;

III. Desenvolver ações na área da fonoaudióloga voltadas à prevenção dos distúrbios auditivos, ao diagnóstico precoce e à reabilitação Aurioral.

IV. Primar pelo envolvimento dos familiares nas ações/serviços no âmbito da assistência social.

V. Disponibilizar apoio/suporte técnico às instituições, às empresas e à comunidade que tenham envolvimento com a pessoa surda;

VI. Contribuir com a formação, informação e prevenção ao usuário e sociedade das questões relacionadas à audição e a divulgação da LIBRAS;

VII. Facultar a participação dos usuários nas atividades sociais, culturais e outras, desenvolvidas no município;

VIII. Oferecer serviços psicológicos aos usuários e familiares desta instituição contribuindo para a qualidade de vida, promovendo com seu trabalho o respeito, a dignidade e a integridade do indivíduo.

XIX. Contribuir com a gestão das políticas públicas de âmbito municipal e regional de modo a garantir a participação de seus usuários;

X. Participar de atividades esportivas nas diversas modalidades do município e região especialmente do PARAJASC.

XI. Desenvolver atividades pedagógicas de estimulação da linguagem, do desenvolvimento cognitivo, acadêmica da pessoa surda, voltada ao pleno desenvolvimento social, com a formação de valores e autonomia.

XII. Contribuir com a aquisição da libras como primeira língua, favorecendo a autonomia na comunicação contribuindo com a inclusão social.

XIII. Estimula a percepção auditiva e treino oral dos usuários em processo de desenvolvimento infantil facilitando a aquisição da língua portuguesa como segunda língua (com o apoio da Fonoaudióloga)

**CAPITULO IV****DOS HORARIOS DE FUNCIONAMENTO**

Art. 7º. A APAS de Caçador tem seus serviços organizados em regime de semi-internato:

I. As prestações de serviços institucionais ocorrem de segunda a sexta-feira;

II. Seu horário de funcionamento: das 07h30min. As 17h15min.

III. Há o atendimento em dias de sábado e domingos com agendamento prévio, conforme projetos e necessidades do grupo de trabalho e dos usuários atendidos.

**CAPITULO V****DAS PROVISÕES**

Art. 8º. Quanto ao espaço físico; espaço para desenvolver atividades com as oficinas, projetos e programas oferecidos pela APAS, espaço administrativo, espaço de fonoaudiologia, espaço de atividades artesanais, instalações físicas em condições adequadas.

**Art. 9º. Aquisição dos Usuários:**

I. Segurança e o Desenvolvimento da Autonomia Individual, Familiar e Social:

II. Vivenciar experiências que utilizem de recursos disponíveis pela comunidade, pela família pelos demais serviços para potencializar a autonomia e possibilitar o desenvolvimento de estratégias que promovam a inserção familiar e social e mercado de trabalho, bem como sua independência;

III. Ter vivências de ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos colegas de trabalho, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania e inclusão social;

IV. Dispor de atendimento Inter - profissional para auxiliar com língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

V. Ser ouvido para expressar necessidades, interesses e possibilidades;

VI. Poder avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões, reivindicações e fazer suas próprias escolhas;

VII. Apresentar níveis de satisfação com relação ao serviço de estar desenvolvendo nas Empresas;

VIII. Construir projetos pessoais e desenvolver autoestima, pessoalmente e profissionalmente.

**CAPITULO VI****DA FORMA DE ACESSO**

Art. 10. Por encaminhamentos das políticas públicas existentes no município e Região:

Art. 11º. Forma de acesso.

I. Demanda espontânea.

II. Solicitações das empresas.

III. Encaminhamentos por entidades e cidadãos da comunidade caçadoreense.

IV. Encaminhamento pela políticas pública existentes no Município e Região.

Parágrafo Único: Os acolhimentos a esta instituição deverão ter laudo da fonoaudióloga e parecer psicossocial.

## CAPITULO VII

### DO IMPACTO SOCIAL ESPERADO

Art. 11. Cooperar para:

I. Inclusão da Pessoa com deficiência auditiva.

II. Desenvolver ações de defesa de direitos, prevenção, orientação à pessoa com deficiência auditiva.

III. Inserir a pessoa com deficiência auditiva no mercado de trabalho enquanto direito social.

IV. Combater o preconceito junto à pessoa com deficiência auditiva.

V. Levar a Libras junto a sociedade Caçadoreense.

## CAPITULO VIII

### DOS COLABORADORES

Art. 12 A APAS – Associação de Pais e alunos dos surdos tem seus colaboradores regidos pela CLT – consolidação das leis Trabalhistas e por seu Estatuto.

Art. 13. São deveres e obrigações dos colaboradores:

I. Comparecer pontualmente e assiduamente as atividades institucionais;

II. Participar de todas as atividades programadas e desenvolvidas pela instituição;

III. Cooperar na manutenção da higiene e conservação das instalações da instituição;

IV. Acatar as orientações da direção, de professores e demais profissionais responsáveis pelos diferentes setores da instituição.

Parágrafo único: Os pais ou responsáveis terão conhecimento das atividades oferecidas pela instituição e dos atendimentos pertinentes ao usuário, normas disciplinares e responsabilidade para o cumprimento do que lhes couber.

V. Manter-se assíduo, comunicando com antecedência e/ou justificando os atrasos e/ou faltas.

VI. Registrar a frequência dos alunos.

VII. Manter em dia seu plano de trabalho.

VIII. Comunicar o setor responsável a falta de alunos e ocorrências significativas relativas aos mesmos.

IX. Zelar pela economia e conservação do material de sua guarda e uso.

X. Vivenciar com os colegas e funcionários um espírito de colaboração indispensável ao ambiente de trabalho;

XI. Participar, sempre que solicitado pela escola da organização de festas, eventos e demais programações;

XII. Cooperar para a organização e funcionamento geral da instituição;

XIII. Acatar as decisões da direção no âmbito de sua competência e responsabilidade;

XIV. Manter sigilo e usar da ética profissional em assuntos da instituição;

X. Entregar, em tempo hábil qualquer documento ou material que for solicitado pelos setores competentes da instituição;

XI. Cumprir e fazer cumprir, no seu âmbito de ação, as disposições do presente Regimento.

## CAPITULO IX

### DAS PROIBIÇÕES

Art. 14. É vedado aos funcionários colaboradores:

I. Receber pessoas estranhas no seu local de trabalho, sem a devida autorização;

II. Aplicar penalidades aos usuários.

III. Retirar, sem justificativa e permissão e protocolo, documentos ou materiais pertencentes à instituição.

IV. Provocar discórdia ou indisciplina na instituição;

V. Ausentar-se do local de trabalho no horário de expediente sem comunicação e autorização prévias.

VI. Utilizar-se de bens e produtos da instituição sem autorização prévia.

VII. Aproveitar-se do cargo ou função, na instituição, em benefício próprio.

VIII. Ausentar-se da instituição com seus alunos sem comunicação e autorização prévia;

IX. Deixar alunos sozinhos no local de trabalho, quando estiverem sob sua responsabilidade.

X. Fornecer endereços de pais de alunos e de colegas de trabalho a pessoas estranhas, vendedores etc.

## CAPITULO X

### DAS ATRIBUIÇÕES DOS COLABORADORES

Art. 15. Para o desenvolvimento das atividades da APAS, contará com os seguintes colaboradores:

Art. 16. Compete ao diretor (a):

I. Diretor (a); Cumprir e fazer cumprir as disposições do regimento interno da instituição;

II. Estabelecer diretrizes gerais de planejamento e organização da instituição, conforme legislação vigente;

III. Estabelecer medidas administrativas, pedagógicas, técnicas e de serviços gerais para a organização e funcionamento da instituição;

IV. Propiciar e manter entrosamento com outras instituições sociais;

V. Atuar nos diferentes setores da instituição na elaboração e acompanhamento de planos e projetos de ação da instituição;

VI. Avaliar os resultados dos planos e projetos de ação e quando necessário propor reelaboração dos mesmos;

VII. Propiciar fluxo de informações entre instituição, diretoria e outros órgãos com os quais interaja;

VIII. Cumprir a legislação vigente;

IX. Tomar providências de caráter urgente em situações imprevistas que possam ocorrer no âmbito da instituição;

X. Representar a instituição ou designar representante perante os órgãos públicos e privados, à direção e outros segmentos afins, sempre que necessário;

XI. Comunicar os órgãos superiores sobre ocorrências que exijam providências ou decisões que fujam à sua competência;

XII. Comparecer ou fazer-se representar em todas as atividades ou solenidades que exigirem a sua presença;

XIII. Indicar profissionais para participar de cursos, congressos e eventos relevantes à instituição de acordo com as áreas de atuação;

XIV. Formular e fazer cumprir instruções que visem ao bom funcionamento das atividades da instituição;

XV. Elaborar, com os respectivos responsáveis, planejamento, Regimento e normas internas para os diferentes serviços e setores da instituição;

XVI. Aplicar aos profissionais da instituição as sanções estabelecidas no Regimento ou determinadas pelas leis trabalhistas, e/ou estatutos das categorias profissionais;

XVIII. Propor à entidade mantenedora contratação ou demissão de pessoal docente administrativo e técnico sempre que necessário;

XIX. Dar posse e exercício a todo profissional da instituição, bem como providenciar a substituição do mesmo;

XX. Receber, informar e despachar petições, papéis, documentos para órgãos, setores, a autoridades e/ou responsáveis dentro dos prazos determinados;

XXI. Adotar medidas que assegurem estabilidade e continuidade

do atendimento prestado pela instituição, promovendo e orientando as ações das equipes;

XXII. Propor à instituição a efetivação de parcerias e celebração de convênios com órgãos oficiais, empresas e segmentos de comunidade que, de algum modo, possam beneficiar os respectivos atendimentos aos usuários;

XXIII. Tomar providências quanto aos atendimentos.

XXIV. Dar oportunidade de aperfeiçoamento aos profissionais, visando ampliar seus conhecimentos para obter o máximo de aproveitamento e o desenvolvimento satisfatório e integral dos usuários;

XXVI. Apoiar iniciativas que fomentem experiências de estagiários, pessoas voluntárias e outras possibilidades;

XXVII. Definir as prioridades a serem atendidas para o adequado funcionamento da unidade, com os demais membros da equipe;

XXIII. Elaborar, em cooperação com os assessores, e fazer cumprir o calendário escolar;

XXXIV. Informar e despachar expedientes com a secretaria da instituição;

XXXIV. Fazer cumprir o plano de trabalho e o Regimento com as equipes de trabalho.

XXXVI. Cumprir outras atribuições que lhe forem conferidas pela direção da instituição ou por determinações legais.

Art. 16º. Art. 17. Compete ao responsável pelos serviços de secretaria:

I. Organizar, planejar e desempenhar todos os serviços de escrituração institucional;

II. Tomar providências necessárias referentes ao arquivo da secretaria;

III. Organizar e manter sempre atualizados documentos da instituição, fichários dos usuários e profissionais, de modo a permitir a verificação em qualquer tempo:

a) Da identidade dos documentos da instituição;

b) Da identidade dos documentos dos usuários.

IV. Executar as atividades que lhe forem delegadas pelos setores competentes;

V. Programar as atividades da Secretaria, responsabilizando-se por sua execução;

VI. Secretariar as reuniões e solenidades oficiais da instituição sempre que necessário;

VII. Coordenar, organizar e responder por todos os expedientes da Secretaria;

VIII. Registrar e classificar dados referentes à organização administrativa da instituição;

XI. Organizar e manter atualizados arquivos, assim como a correspondência recebida e expedida;

XII. Exercer outras atribuições inerentes à função.

Art.17º. Art. 18. Compete ao responsável pelas contas:

I. Receber e depositar as verbas direcionadas ao financiamento dos serviços da instituição;

II. Proceder à pesquisa de preços para a aquisição de produtos e serviços pela instituição;

III. Controlar as contas bancárias da instituição;

IV. Organizar as prestações de contas das verbas recebidas pela instituição;

V. Assessorar a direção executiva, bem como a diretoria da instituição no que se refere aos investimentos a serem efetuados na instituição.

Art. 18º. Art. 19. Compete ao responsável pelos serviços de limpeza e seus auxiliares:

I. Acompanhar, orientar todo serviço executado, tornando o ambiente agradável, mantendo a união e o respeito com os colegas de trabalho;

II. Tomar as providências necessárias para que o serviço sob sua responsabilidade se processe dentro das normas e determinações

estabelecidas;

III. Efetuar o serviço de limpeza e manter em ordem as instalações da instituição, providenciando materiais e produtos necessários;

IV. Efetuar todas as tarefas inerentes à sua função.

Art. 19º Art. 20. Compete ao responsável pelos serviços de merenda/refeições e seus auxiliares:

I. Preparar e servir a merenda/refeição controlando-a quantitativa e qualitativamente;

II. Informar a direção/coordenação quando da necessidade de reposição de estoque e alimentos, juntamente com a secretaria.

III. Responsabilizar-se pelo recebimento, conservação, economia, organização e higiene dos alimentos e materiais que lhe forem confiados;

IV. Registrar e distribuir as refeições preparadas entregando-as conforme orientação e determinação;

V. Receber ou recolher a louça e talheres após as refeições, providenciando a limpeza e deixando-os em condições de uso imediato;

VI. Tomar as providências necessárias para que o serviço sob sua responsabilidade se processe dentro das normas e cuidados exigidos.

Art. 20º. Art. 21. Compete ao coordenador pedagógico:

I. Coordenar a elaboração do plano de ação e sua execução, tendo em vista os objetivos, os conteúdos programáticos, as estratégias e os critérios de avaliação, revendo – o anualmente, ou sempre que necessário; Bem como o projeto Surdo Cidadão.

II. Garantir a unidade do processo ensino-aprendizagem e a eficácia de sua execução por meio de orientação, acompanhamento e sua avaliação;

III. Incentivar a pesquisa, o estudo, bem como a aplicação de práticas didático-pedagógicas que contribuam para a aprendizagem significativa;

IV. Orientar todos os profissionais comprometidos com o processo educativo quanto às ações decorrentes da execução do plano de trabalho;

V. Coordenar reuniões com o corpo docente para planejamentos troca de experiências, definição de estratégias, grupos de estudo, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem;

VI. Acompanhar o rendimento escolar dos alunos, pesquisando as causas quando o aproveitamento for insuficiente, buscando parcerias e medidas alternativas para a superação das dificuldades;

VI. Assessorar a secretaria da instituição, para os procedimentos e organização da documentação do usuário,

VII. Orientar e acompanhar o desempenho das atividades desenvolvidas pelos professores e estagiários em educação;

VIII. Acompanhar o processo de educação e formação do aluno, favorecendo o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, emocionais, assim como o estabelecimento de parceria e apoio da família para viabilização do plano de trabalho;

IX. Planejar, coordenar e avaliar com os professores os planos pedagógicos a serem desenvolvidos;

X. Assessorar o trabalho docente promovendo a competência técnica e metodológica dos professores;

XI. Organizar com o apoio dos professores a distribuição de turmas de acordo com os critérios estabelecidos, para o pleno desenvolvimento do aluno;

XII. Assessorar os professores na escolha e utilização de procedimentos e recursos didáticos adequados para atingir os objetivos educacionais de aprendizagem;

XIII. Manter sigilo e usar da ética quanto a informações sobre alunos, famílias e/ou professores;

XIV. Identificar e promover junto a direção, corpo docente e equipe interdisciplinar e de apoio da instituição campanhas e palestras que enriqueçam o processo educativo;

XV. Observar e acompanhar a frequência dos alunos e prestar informações relevantes aos pais, corpo docente, direção e equipes da instituição;

XVI. Envolver as famílias no processo educativo, visando à melhoria

da qualidade do ensino e a continuidade da ação educativa na família;

XVII. Atender as solicitações dos professores em sala de aula para orientações pertinentes;

XVIII. Encaminhar os casos especiais de alunos a profissionais especializados;

XIX. Participar do processo de avaliação, encaminhamento, realizando estudos de caso e relatórios em parceria com as equipes e profissionais;

XX. Participar de reuniões técnicas e/ou administrativas sempre que necessário e convocado.

Art. 21º Art. 22. Ao professor, além de suas atribuições específicas, compete:

I. Participar da elaboração do projeto político-pedagógico da instituição;

II. Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo o projeto político pedagógico da instituição;

III. Zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV. Ministrar a docência nos dias letivos e horas-aula, incluindo a participação, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

V. Participar e colaborar com as atividades de articulação da instituição, com as famílias e a comunidade e demais atividades pedagógico quando solicitado.

VI. Comparecer e participar de forma efetiva de reuniões de professores, pais, às sessões cívicas e demais solenidades constantes do calendário;

VII. Permitir a entrada do supervisor/orientador pedagógico e membros da equipe interdisciplinar na sala durante as aulas, sempre que necessário, para melhoria do trabalho pedagógico;

VIII. Manter atualizados os registros de frequência, diários de classes e ações pedagógicas, tendo em vista a avaliação contínua do processo educativo;

VIX. Comunicar a Direção/Administração da instituição, com antecedência em caso de faltas.

X. Comunicar a Direção/Administração da Instituição com antecedência as atividades extraclasse.

XI. Solicitar a Direção / Administração da Instituição com antecedência a necessidade de materiais para a execução de atividades.

XII. Repor aulas sempre que não se cumprir a carga horária prevista, conforme determinado na legislação;

XIII. Aprimorar e atualizar seus conhecimentos por meio da participação em congressos, cursos, reuniões, simpósios e outros estudos sempre que houver oportunidade;

XIV. Participar de reuniões para avaliação de desempenho de alunos, junto com o conselho escolar/classe;

XV. Responsabilizar-se pelos seus alunos a partir da chegada à instituição até o término das atividades;

XVI. Comunicar os setores responsáveis sobre faltas e ocorrências significativas;

XVII. Participar de reuniões convocadas pela direção em horários extraclasse, quando necessário;

XVIII. Participar de ações comunitárias, eventos, promoções, conforme a necessidade;

XIX. Manter sigilo e usar da ética profissional em todas as situações de trabalho;

XX. Executar todas as atividades inerentes ao seu cargo atribuídas pela direção da instituição ou setores competentes.

XXI. Participar das reuniões de avaliação e desenvolvimento dos usuários:

a) Apresentar registros referentes às ações pedagógicas e vida escolar dos educandos, visando ao processo educativo;

XXII. Participar com assiduidade de todas as situações de trabalho;

XXIII. Procurar conhecer seus alunos, seus interesses e habilidades.

Art. 22º Art. 23. Compete ao responsável pelo Serviço de

Fonoaudiologia:

I. Participar do processo de avaliação, reavaliação, estudos de caso, em parceria com as equipes e profissionais da instituição;

II. Orientar individualmente ou em grupo os alunos que necessitam da ação fonoaudiologia para desenvolvimento da voz, fala audição e linguagem;

III. Assessorar o professor, oferecendo orientação fonoaudiologia que contribua no processo pedagógico em sala de aula e na aprendizagem dos alunos;

IV. Fornecer orientações para o professor por meio de exercícios que podem ser realizados em sala de aula com os alunos e que ajudem no processo de comunicação;

V. Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita, oral, voz e audição;

VI. Promover reuniões com pais e profissionais da instituição sempre que se fizer necessário, para orientação e esclarecimentos;

VII. Manter organizados e atualizados os registros dos usuários;

VIII. Manter sigilo e usar da ética profissional em relação aos assuntos da instituição;

IX. Coordenar e supervisionar os estágios de estudante de Fonoaudiologia e profissionais voluntários da área que atuam na instituição.

X. Aprimorar e atualizar seus conhecimentos por meio de estudos, participação em congressos, cursos, reuniões, simpósios e outras oportunidades.

XI. Participar de reuniões técnicas interdisciplinares e pedagógicas e/ou administrativas sempre que necessário e convocado;

XII. Realizar avaliações fonoaudiológicas;

XIII. Realizar exames auditivos subjetivos e objetivos (audiometria em campo e tonal, screening, imitancimetria e missões otoacústica - teste da orelhinha soa alunos da Apas e municípios).

XIV. Realizar pesquisas em fonoaudiologia;

XV. Realizar terapias fonoaudiológicas;

XVI. Encaminhar, orientar e acompanhar a aquisição de aparelhos auditivos.

XVII. Executar outras atividades inerentes à sua função atribuídas pela instituição.

Art. 23º. Art. 24. Compete ao responsável pelo Serviço Social:

I. Participar do processo de avaliação de entrada e desligamento, integração, acompanhamento, realizando estudos de caso em parceria com as equipes e profissionais da instituição;

II. Fazer a avaliação do ambiente institucional e sócio familiar por meio de entrevistas, e visitas domiciliares e outras técnicas próprias;

III. Orientar as famílias quanto à utilização dos recursos comunitários;

VI. Participar de reuniões técnicas interdisciplinares e pedagógicas;

V. Coordenar e supervisionar estágios de estudantes da área do Serviço Social realizados na instituição;

VI. Organizar e manter atualizadas as informações (fichários) do Serviço Social;

VII. Apresentar à direção relatório das atividades de sua área de atuação;

VIII. Participar de reuniões técnicas e/ou administrativas, sempre que necessário e convocado;

IX. Aprimorar e atualizar seus conhecimentos por meio de estudos, participação em congressos, simpósios e reuniões;

X. Manter contato permanente com as famílias orientadas, apoiando e esclarecendo situações sobre o trabalho desenvolvido pela instituição, procurando, envolvê-las no processo educativo.

XI. Executar outras atividades inerentes às suas funções atribuídas pela instituição;

XII. Coordenar as atividades de Encaminhamento e manutenção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Art. 24º Art. 25. Compete ao responsável pela Psicologia:



I. Realizar avaliação e diagnóstico psicológicos de entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos.

II. Realiza atendimento familiar para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico.

III. Participar do processo de avaliação de entrada e desligamento, integração, acompanhamento, realizando estudos multiprofissionais da instituição.

IV. Participar de reuniões técnicas, pedagógicas entre outras.

V. Esclarecer e orientar familiares em relação ao desenvolvimento biopsicossocial, da pessoa com deficiência auditiva;

VI. Apresentar à direção relatório das atividades da área de atuação;

VII. Auxiliar em atividades referentes de encaminhamento de pessoas com deficiência auditiva ao mercado de trabalho.

VIII. Orientar professores e pedagogos, sobre fazes do desenvolvimento e possíveis doenças, transtornos e outras moléstias mentais.

IX. Executar outras atividades inerentes a suas funções atribuída pela instituição;

X. Criar, coordenar e acompanhar, individualmente ou em equipe multiprofissional.

XI. Colaborar, em equipe multiprofissional, no planejamento das políticas de saúde, em nível de macro e microsistemas.

#### CAPITULO XI DAS ATIVIDADES PROGRAMAS E PROJETOS DA EDUCAÇÃO

Art. 25º Art. 26. A instituição oferece os seguintes serviços, Programas e Projetos:

##### I. Na área de educação:

Estimulação Essencial;  
Estimulação Aurioral;  
Oficina da Língua Portuguesa;  
Oficina de Educação para o trabalho;  
Oficina de LIBRAS;  
Projeto Surdo Cidadão;  
Atividade Física

#### CAPITULO XII DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SAÚDE

##### I. Na área de saúde:

##### Fonoaudiologia:

Audiometria Tonal Limiar (crianças);  
Logaudiometria; Atendimento especializado (orientação de AASI, orientações após exames);  
Imitanciometrias;  
Atendimentos fonoterápicos (avaliação e terapia fonoaudiológica);  
Testes da orelhinha (emissão otoacústicas transientes);  
Avaliação Audiologica comportamental;  
Avaliação Audiologica com reforço visual;  
Orientação escolar.

#### CAPITULO XIII PROGRAMAS E PROJETOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### I. Psicologia:

Encaminhamento e acompanhamento em saúde mental (CAPS e Núcleo de Psicologia),  
Acompanhamentos,  
Aconselhamento Psicológico,  
Abordagem psicológica familiar,  
Psicodiagnósticos,

##### Abordagem interdisciplinar.

##### II. Assistência social:

Encaminhamento ao mercado de trabalho;  
Acompanhamento ao mercado de trabalho;  
Encaminhamentos sociais;  
Orientações sociais;  
Estudos sociais;  
Perícias sociais;  
Pesquisas sociais;  
Mediações sociais;  
Atendimentos aos grupos de famílias.  
Atendimento ao grupo de usuários.  
Encaminhamento ao passe livre.

#### CAPITULO XI CAPÍTULO XIV DOS ESPAÇOS

Art. 26º. Art. 27. A edificação possui:

Sala do Assistente Social	01
Sala do Psicólogo	01
Banheiros	03
Cozinha	01
Sala de Refeição	01
Sala de Estimulação	01
Sala das Oficinas	02
Laboratório de Informática	01
Sala da Direção	01
Sala da Coordenadoria Pedagógica e Reuniões	01
Sala de Recepção	01
Salas de Audiologia/Fonoterapia	04

#### CAPITULO XII CAPÍTULO XV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27º. Art. 28. A APAS desenvolveu suas ações em consonância com as diretrizes estabelecidas no Estatuto da pessoa com deficiência, com regimento interno, Estatuto da APAS e as leis do SUAS, NOB SUAS.

Art. 28º. Art. 29. Caso seja observado o descumprimento de qualquer artigo, será apurado o ato e tomada as devidas providências.

Art. 29º. Art. 30. Todo profissional da APAS antes de sua atuação deverá proceder obrigatoriamente à leitura deste documento.

Art. 30º. Art. 31. Os casos omissos surgidos na aplicação deste documento serão solucionados pela Direção da APAS.

Art. 30º. Art. 32. O presente documento deverá ser revisado, em qualquer momento, diante da identificação de necessidade, pela equipe técnica, com posterior validação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Caçador, 19 de Junho de 2017.

#### RESOLUÇÃO 33 - CMAS

Publicação Nº 1425787

RESOLUÇÃO Nº 33/2017, de 31 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Casa Lar Menino Deus executado pela Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social- ACEIAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO cópia recebida do Regimento Interno da Casa Lar

Menino Deus executado pela Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social- ACEIAS.

CONSIDERANDO o Parecer Técnico 02/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONSIDERANDO o Parecer 07/2017 da comissão de legislação do CMAS.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia trinta e um de outubro de 2017, Ata nº 292.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno da Casa Lar Menino Deus executado pela Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social- ACEIAS.

Art. 2º. Faz parte integrante da presente resolução, como anexo, cópia do Regimento Interno da Casa Lar Menino Deus executado pela Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social- ACEIAS.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 31 de outubro de 2017.

Marizete Fátima Iaczinski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

## RESOLUÇÃO 33 - CMAS ANEXO

Publicação Nº 1425788

### REGIMENTO INTERNO

#### CAPÍTULO I

##### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADES E NÚMERO DE VAGAS

Art. 1o. Este regimento disciplina o funcionamento do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, na Casa Lar Menino Deus de Caçador executado pela ACEIAS – Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social, situada na Rua Julia Gioppo Carneiro, nº. 103 – Bairro Gioppo, Caçador – Santa Catarina, CEP 89.507.561.

Art. 2o. O Serviço de Acolhimento Institucional tem por finalidade atender crianças e adolescentes do município de Caçador, encaminhados pelo Juizado da Infância e da Juventude, na faixa etária de 0 a 18 anos, que tenham recebido da Autoridade Judiciária a Medida Protetiva de ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 101, VII .

Art. 3o. O Serviço de Acolhimento Institucional funciona ininterruptamente em sistema de plantão que será disciplinado pela entidade executora - ACEIAS e tem capacidade para atender dez (10) crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de ambos os sexos.

Art. 4o. O Serviço de Acolhimento Institucional atenderá crianças e adolescentes do município de Caçador conforme estabelece o estatuto de criação da própria entidade.

#### CAPÍTULO II

##### DO ACOLHIMENTO E DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO

Art. 6o. O Acolhimento dar-se mediante apresentação de Guia de Acolhimento do Juizado da Infância e da Juventude e encaminhamento do Conselho Tutelar quando previamente autorizado pelo Juizado da Infância e da Juventude, ou ainda em caráter excepcional e de urgência, sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicado do fato em até 24 horas ao Juiz da Infância e da Juventude.

Art. 7o. A Criança e/ ou Adolescente acolhido no Serviço necessitará dos seguintes documentos:

I. Registro de nascimento original;

II. Carteira de vacinação;

III. Guia de Acolhimento;

IV. Estudo social;

V. Demais informações que auxiliem no PIA (Plano Individual de Atendimento);

Parágrafo Único: Se necessário os documentos poderão ser providenciados posteriormente.

Art. 8o. O acolhimento deverá ser em relatório estatístico onde serão feitas anotações referentes à data do ingresso da criança e/ ou adolescente, motivo do acolhimento, dados pessoais, encaminhamentos realizados e desligamento.

Art. 9o. Após o acolhimento o Serviço iniciará o PIA – Plano Individual de Atendimento de cada criança/adolescente.

Art. 10. A desinstitucionalização da criança/adolescente ocorrerá mediante documentação oficial da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.

#### CAPÍTULO III

##### DAS OBRIGAÇÕES DO SERVIÇO

Art. 11. Conforme preconiza o Estatuto da Criança e Adolescente, as entidades que executam Serviço de Acolhimento Institucional deverão adotar os seguintes princípios:

I. Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II. Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III. Atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV. Desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V. Não desmembramento de grupos de irmãos;

VI. Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescente acolhidos;

VII. Participação na vida da comunidade local;

VIII. Preparação gradativa para o desligamento;

IX. Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Art. 12. – São obrigações do Serviço de Acolhimento Institucional: I - Observar os direitos e garantias de que são titulares crianças e adolescentes;

II - Não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão do acolhimento;

III - Oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;

IV- Preservar a Identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade a criança/adolescente;

IV- Diligenciar no sentido de restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;

V- Comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;

VII- Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;

VII- Oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária das crianças/ adolescentes atendidos;

VIII- Oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;

IX- Propiciar escolarização e profissionalização;

X- Propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;

XI- Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;

XII- Proceder ao estudo social e pessoal de cada caso;

XIII- Providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem;

XIV- Manter arquivo de anotações onde conste data e circunstâncias do atendimento, nome da criança/ adolescente, seus pais ou responsáveis, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento de sua formação, relação de seus pertences e demais dados que



possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.

#### CAPÍTULO V

##### DO ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS

Art. 13. A equipe técnica do Serviço de Acolhimento realizará também intervenções com a família de origem das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, com ações pautadas em:

I. Realizar estudo psicossocial para a elaboração do Plano de Atendimento Individual (PIA), com vistas à promoção da reintegração familiar;

II. Delinear medidas que contribuam para o fortalecimento da capacidade da família para o desempenho do papel de cuidado e proteção, bem como para sua gradativa participação nas atividades que envolvam a criança e o adolescente (por exemplo, a viabilização de encontros das famílias com as crianças e os adolescentes e a flexibilização de visitas ao acolhimento);

III. Proporcionar, de modo construtivo, a conscientização por parte da família de origem dos motivos que levaram à retirada da criança ou do adolescente de seu ambiente familiar;

IV. Possibilitar a reintegração familiar de forma gradativa, com o objetivo de fortalecer as relações familiares e as redes sociais de apoio da família (como por exemplo, visitas domiciliares e entrevistas, grupos de mães/pais/famílias, encontros entre a família e a criança/adolescente, estudos de caso, etc.);

V. Realizar encaminhamento da família para a rede de serviços local, segundo as demandas identificadas;

VI. Realizar reuniões periódicas entre as equipes dos serviços de acolhimento e os profissionais dos demais serviços envolvidos no acompanhamento das famílias (saúde, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Justiça da Infância e da Juventude, etc.), com o objetivo de manter permanente articulação com os demais atores envolvidos no acompanhamento da família, planejando intervenções conjuntamente e discutindo o desenvolvimento do processo;

VII. A equipe do serviço realizará o acompanhamento psicossocial que deverá contribuir para: a) a conscientização da dinâmica de relacionamento intra-familiar e padrões violadores nos relacionamentos; b) o desenvolvimento de novas estratégias para a resolução de conflitos; c) o fortalecimento da auto-estima e das competências da família; d) a conscientização por parte da família, de sua importância para a criança e o adolescente; e) o desenvolvimento da autonomia e da auto-sustentabilidade; entre outros;

VIII. Possibilitar as famílias esquema de visitação flexível e baseado nas observações da realidade familiar e das dificuldades de acesso da família ao serviço (horários de trabalho, distância, transporte, etc.)

IX. Após a reintegração familiar da criança/adolescente em sua família de origem a equipe técnica do serviço irá realizar o acompanhamento egresso da criança e sua família por um período de 6 (seis) meses;

X. Durante o período de acolhimento, o serviço deverá encaminhar relatórios para a Justiça da Infância e da Juventude com periodicidade mínima semestral, de modo a subsidiar o acompanhamento da situação jurídico-familiar de cada criança/adolescente e a avaliação por parte da Justiça da possibilidade de reintegração familiar ou necessidade de encaminhamento para família substituta.

XI. No caso de encaminhamento da criança/adolescente para adoção, realizar-se-á um planejamento entre a equipe do serviço de acolhimento e da Justiça da Infância e da Juventude com vistas à aproximação gradativa e construção do vínculo entre adotantes e criança/adolescente a ser adotado.

#### CAPÍTULO VI

##### DO FLUXO DE CONTRA REFERÊNCIA

Art. 14. No caso de desinstitucionalização da criança/adolescente, realizar-se-á a contra referência através de reunião da equipe técnica do serviço de acolhimento institucional com a rede de atendimento socioassistencial, para que possam ser norteadas as intervenções futuras necessárias à esse núcleo familiar.

#### CAPÍTULO VII

##### DA COORDENAÇÃO E DOS SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS

Art. 15. As atividades do Serviço serão administradas por um coordenador, executadas pela equipe técnica e educadoras, sob a supervisão dos órgãos competentes.

Parágrafo único: As atribuições das funções de que trata este artigo serão definidas no Manual de Normas do Serviço de Acolhimento.

Art. 16. A equipe de referência será definida de acordo com a NO-B-RH/SUAS e Orientação Técnicas: Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, a saber:

I. Coordenador;

II. Equipe Técnica:

a) Assistente Social

b) Psicólogo

c) Pedagogo Social

III. Equipe de apoio operacional

#### CAPÍTULO VIII

##### DOS DIREITOS E DEVERES DA COORDENAÇÃO, DA EQUIPE TÉCNICA, DAS EDUCADORAS SOCIAIS.

Art. 17. São Direitos da Coordenação, da Equipe Técnica, e das Educadoras sociais.

I - Ter local e material apropriado para o desempenho da função;

II- Ser respeitado e tratado com dignidade;

II- Ter capacitação necessária e atualizada para o melhor desempenho e desafios da função;

III- Participar dos estudos e discussões do Regimento Interno e do Manual de Normas do Serviço de Acolhimento.

IV- Participar das reuniões da entidade.

Art. 18. São deveres da coordenação, da equipe técnica e das educadoras sociais:

I. Zelar pela integridade física e moral das crianças/adolescentes, conforme diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

II. Primar pela disciplina geral das crianças/adolescentes e da instituição;

III. Estar atento à conservação e manutenção do patrimônio da casa;

IV. Tratar a todos com dignidade e respeito;

V. Cumprir e fazer cumprir as determinações do Regimento Interno, do Manual de Normas e da Instituição ACEIAS;

VI. Participar das reuniões convocadas pela entidade;

VII. Buscar o aperfeiçoamento profissional;

VIII. Zelar pelos direitos e deveres das crianças/adolescente acolhidas, conforme Regimento Interno e Manual de Normas do Serviço de Acolhimento.

#### CAPÍTULO IX

##### DOS DIREITOS E DEVERES DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Art. 19. São direitos das crianças e adolescentes acolhidos, os elencados no art.11. e art. 12. deste Regimento Interno.

Art. 20. São deveres das crianças e adolescentes acolhidos:

I - Respeitar os colegas, os funcionários, bem como os visitantes;

II- Acatar as normas e orientações da instituição;

II- Zelar pelos bens patrimoniais da Casa Lar;

III- Participar das atividades educativas programadas;

IV- Desempenhar as atividades para as quais for solicitado;

V- Favorecer o espírito de fraternidade nas relações com os funcionários e colegas, em clima de mútua colaboração e respeito;

VI- Manter a higiene e o asseio pessoal;

VII- Efetuar, sempre que possível, a limpeza de seu quarto e lavagem de roupas de uso pessoal, conforme as condições e idade de cada criança/adolescente e a programação do programa;

VIII- Seguir os horários e as programações da dinâmica Institucional.

IX- Frequência Escolar.

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Serviço de Acolhimento Institucional desenvolverá suas ações em consonância com as diretrizes estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Proposta Pedagógica, Regimento Interno, Manual de Normas, Resoluções, Portarias e Leis vigentes.

Os casos omissos no presente Regimento Interno serão resolvidos pela coordenação do Serviço.

O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação.

Caçador, novembro de 2017.

Janete Rodrigues

Assistente Social – Cress 1087

Vanessa Martinazzo Semianko

Psicóloga CRP 12/09345

Maria de Lourdes Roman Ross Ceratti

Coordenadora

## RESOLUÇÃO 34 - CMAS

Publicação Nº 1425789

RESOLUÇÃO Nº 34/2017, de 31 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Projeto Solidariedade executado pela Associação Esporte Clube Flamengo-AFHAGO.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO cópia recebida do Regimento Interno do Projeto Solidariedade executado pela Associação Esporte Clube Flamengo-AFHAGO.

CONSIDERANDO o Parecer Técnico 03/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONSIDERANDO o Parecer 09/2017 da comissão de legislação do CMAS.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia trinta e um de outubro de 2017, Ata nº 292.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno do Projeto Solidariedade executado pela Associação Esporte Clube Flamengo- AFHAGO.

Art. 2º. Faz parte integrante da presente resolução, como anexo, cópia do Regimento Interno do Projeto Solidariedade executado pela Associação Esporte Clube Flamengo- AFHAGO.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 31 de outubro de 2017.

Marizete Fátima Iaczinski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

## RESOLUÇÃO 35 - CMAS

Publicação Nº 1425792

RESOLUÇÃO Nº 35/2017, de 31 de outubro de 2017.

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Centro Social Marista- CESMAR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO cópia recebida do Regimento Interno do Centro Social Marista- CESMAR.

CONSIDERANDO o Parecer Técnico 05/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONSIDERANDO o Parecer 11/2017 da comissão de legislação do CMAS.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia trinta e um de outubro de 2017, Ata nº 292.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno do Centro Social Marista-CESMAR.

Art. 2º. Faz parte integrante da presente resolução, como anexo, cópia do Regimento Interno do Centro Social Marista- CESMAR

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 31 de outubro de 2017.

Marizete Fátima Iaczinski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

## RESOLUÇÃO 35 - CMAS ANEXO

Publicação Nº 1425793

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA- ABEC  
CENTRO SOCIAL MARISTA CAÇADOR

Regimento Interno

2017

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA- ABEC  
CENTRO SOCIAL MARISTA CAÇADOR

REGIMENTO INTERNO

O presente documento estabelece normas acerca da competência e funcionamento do serviço executado pelo Centro Social Marista Caçador, mantido pela Associação Brasileira de Educação e Cultura –ABEC.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Do funcionamento e finalidade da unidade

Art. 1º. O Centro Social Marista Caçador, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.982.352/0046-13, localizado na Avenida Albinio Philippe Potrich, n.º 1880, lote Santa Terezinha, bairro Martello, CEP 80.500-000, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, mantido pela Associação Brasileira de Educação e Cultura, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.982.352/0001-11, integra a Rede Marista de Solidariedade-RMS, que atua na promoção e na defesa dos direitos

da criança e do adolescente e executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV e o Projeto Cidadania.

§1º. O Centro Social Marista Caçador é uma entidade prestadora de serviços socioassistenciais, devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS sob o n.º09 de 13/04/2015, e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes-CMDCA sob o n.º38, de 05/09/2016.

§2º. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é referenciado ao Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, localizado no bairro Martello, na cidade de Caçador/SC.

§3º. O público alvo são crianças e adolescente de 06 a 17 anos e suas famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e/ou pessoal, residentes no território.

Art. 2º. São objetivos do Centro Social Marista Caçador:

I – Objetivo geral: atuar na garantia do atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias, por meio de projetos realizados numa perspectiva de emancipação dos sujeitos e de transformação pessoal e comunitária.

II – Objetivos específicos:

II.I - Promover acolhida às crianças e adolescentes e suas famílias;  
II.II - Potencializar a compreensão e análise crítica dos diversos contextos na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento das mesmas, enquanto sujeitos de direitos, capazes de construir o conhecimento de forma participativa, solidária e autônoma, considerando as questões socioculturais da comunidade;

II.III - Contribuir na ampliação de trocas culturais e de vivências, desenvolvendo o sentimento de pertença e de identidade;

II.IV - Proporcionar momentos que favoreçam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II.V - Fortalecer a cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares.

II.VI - Incentivar a socialização e a convivência comunitária.

II.VII- Promover a participação das famílias no espaço do Centro Social, com o intuito de fortalecer os vínculos comunitários e integração dos mesmos com os educandos.

Art. 3º. Para a efetivação dos objetivos propostos, são realizadas atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários.

Art. 4º. O horário de funcionamento do Centro Social Marista Caçador é de segunda-feira a sexta-feira, das 7h:30min às 17h:50min.

Art. 5º. O horário de atendimento aos educandos e familiares é de segunda à quinta-feira das 08horas às 11h:45min e das 13horas às 16h:45min, conforme cronograma especificado no art. 6º.

Parágrafo Único: As sextas-feiras são dedicadas às formações internas, planejamentos e avaliações do serviço desenvolvido.

Art. 6º. Para o desenvolvimento do serviço, o Centro Social Marista Caçador observará o seguinte cronograma:

I - Período Matutino:

a) Das 08h às 08h:30min - Acolhida dos educandos e café da manhã;

b) Das 08h:30min às 10h:30min - Realização dos projetos em grupos;

c) Das 10h:30min às 11h:30min - Período de convivência;

d) Das 11h:30min às 11h:45min - Almoço e saída dos educandos.

II - Período vespertino:

a) Das 13h às 13h30min - Acolhida e almoço;

b) Das 13h30min às 15h30min - Realização dos projetos em grupos;

c) Das 15h30min às 16h15min - Período de convivência;

d) Das 16h15min às 16h45min - Lanche e saída dos educandos.

§1º. O encontro com as famílias no Projeto Cidadania acontece nas terças-feiras das 13h30min até as 16h30min.

§2º. Surgindo a necessidade de desenvolver atividades noutros dias e horários para favorecer a participação dos educandos e das famílias, poderá haver expediente diferenciado.

§3º. A acolhida das crianças e adolescentes é realizada pelo educador social, que contribuirá na inserção dos mesmos nos grupos; a recepção às famílias é realizada pela equipe administrativa; o atendimento familiar é realizado pela equipe técnica psicossocial, que seguirá a perspectiva da inclusão da família nos indicadores de vulnerabilidades e identificação de encaminhamentos para a Rede Socioassistencial.

Da capacidade

Art. 7º. A capacidade de atendimento é de 150 crianças e adolescentes por período.

Art.8º. A capacidade de atendimento de familiares poderá variar conforme o desenvolvimento do projeto Cidadania.

Da territorialidade

Art. 9º. O território de abrangência do Centro Social Marista Caçador compreende o bairro Martello no Município de Caçador/SC.

Da forma de acesso

Art. 10º. A forma de acesso no Centro Social Marista Caçador, observado o número de vagas, é decorrente de:

I. Demanda espontânea das famílias;

II. Encaminhamentos da rede socioassistencial;

III. Encaminhamento das demais políticas públicas.

Art.11. Considera-se em situação prioritária para inclusão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social –SUAS, as crianças e adolescentes, nas seguintes situações:

I - em situação de isolamento;

II - trabalho infantil;

III - vivência de violência e/ou negligência;

IV - fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;

V - em situação de acolhimento;

VI - em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;

VII -egressos de medidas socioeducativas;

VIII -situação de abuso e/ou exploração sexual;

IX - com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

X - crianças e adolescentes em situação de rua;

XI - vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

Parágrafo Único: Em caso de vagas remanescentes, estas serão disponibilizadas para o público do território, conforme faixa etária estabelecida no Art. 1º deste regimento interno.

## Das equipes de trabalho

Art.12. Para o desenvolvimento do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o Centro Social Marista Caçador contará com as seguintes equipes de trabalho:

I- Equipe Interdisciplinar: formada por Diretor, Coordenador Pedagógico, Assistente Social, Psicólogo, Assistente de Pastoral e Supervisora Administrativa.

II- Equipe Pedagógica: formada por estagiários, agente de pastoral e educadores sociais de nível médio e superior nas diversas linguagens.

III- Equipe Administrativa: formada por assistente administrativo, jovem aprendiz e analista de suporte.

IV- Equipe de Apoio: formada por auxiliar de apoio, cozinheira, auxiliar de cozinha, auxiliar de manutenção e auxiliar de serviços gerais.

Art. 13. Os elementos referentes ao trabalho contratual dos profissionais do Centro Social Marista Caçador, dentre eles a carga horária semanal, seguirá o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

## Das atribuições

Art.14. Compete a Direção do Centro Social Marista Caçador:

I - Responsável pela gestão do Centro Social na liderança e articulação das diferentes áreas em consonância com as deliberações da Mantenedora.

II - Representar o Centro Social perante a comunidade local, aos órgãos públicos, conselhos, fóruns e rede local, conforme aprovação da Mantenedora quando forem instâncias de deliberação e articulação política.

III- Favorecer a articulação, a participação em rede e a constituição de parcerias, que viabilizem a melhoria dos Serviços e Programas Institucionais.

IV-Participar de reuniões da rede socioassistencial, juntamente com a equipe técnica, para discussão dos casos, que sejam referenciados aos territórios.

V- Articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas setoriais;

VI- Registrar as informações dos atendimentos e acompanhamentos no Sistema de Informações das Unidades Sociais - SIUS;

VII – Acompanhar a frequência diária dos funcionários do Centro Social;

VIII - Organizar a escala de férias, assegurando o pleno funcionamento do Centro Social, nos termos da pertinente legislação;

IX - Coordenar o processo de escolha e atribuições de turnos/ horários de trabalho e de salas/grupos;

X - Apurar ou fazer apurar irregularidades de que venha a tomar conhecimento no âmbito do Centro Social, adotando as medidas que forem necessárias;

XI - Diligenciar para que o prédio e os bens patrimoniais do Centro Social sejam mantidos e preservados, coordenar e orientar toda a equipe quanto ao uso dos equipamentos e materiais de consumo, bem como aquisição, manutenção e conservação dos bens patrimoniais, realizando o seu inventário anualmente;

XII - Delegar atribuições, quando se fizer necessário;

XIII - Cumprir com zelo e presteza as atribuições de sua função;

Parágrafo único: A substituição do Diretor observará a legislação vigente e as orientações da mantenedora.

Art. 15. Compete ao Assistente Social:

I- Atender, orientar e acompanhar os educandos e suas famílias;

II-Desenvolver ações de prevenção, promoção e proteção de vínculos familiares e comunitários, tanto em nível individual quanto coletivo, buscando a minimização e superação de riscos sociais e vulnerabilidades, respeitando princípios éticos;

III-Identificar e analisar necessidades decorrentes das expressões da questão social, diagnosticar, elaborar projetos, planejar, implementar e agir de forma coerente com referenciais teóricos;

IV-Contribuir politicamente nos espaços urbanos/territórios articulando, sempre que possível, com os movimentos sociais;

V-Registrar informações sobre o acompanhamento familiar no Sistema de Informações de Unidades Sociais – SIUS;

VI- Realizar atendimento individualizado e visita domiciliar às famílias;

Art.16. Compete ao Psicólogo:

I-Atender, orientar e acompanhar os educandos e suas famílias;

II-Atuar em projetos com o compromisso ético e político de aprofundar a natureza social do fenômeno psicológico, buscando compreender como se dá a constituição do sujeito a partir das relações sociais vividas por meio de intervenções individuais e coletivas que interfira na organização da vida social;

III-Acompanhar os processos e interfaces entre os Serviços e Programas a partir das orientações institucionais e deliberações da Equipe Interdisciplinar;

IV-Participar de reuniões e atividades que envolvam a elaboração e execução dos projetos desenvolvidos junto à comunidade;

V-Facilitar processos de identificação, construção e atualização de potenciais pessoais, grupais e comunitários, de modo a fortalecer atividades e positividade já existentes nas interações sociais propiciando formas de convivência familiar e comunitária que favoreçam a criação de laços afetivos entre os envolvidos;

VI-Registrar todas as ações executadas pelo profissional no Centro Social nos Sistemas Interno mantendo esses relatos atualizados e ordenados;

VII- Realizar atendimento individualizado e visita domiciliar às famílias;

Art.17. Compete ao Coordenador Pedagógico:

I-Coordenar a oferta de atendimento, desenvolvimento de projetos e acompanhamento de educadores (no que se refere a seus planejamentos, projetos e responsabilizar-se por suas práticas educativas);

II- Desenvolver projetos de Formação Contínua dos Educadores, por meio das reuniões pedagógicas, grupos de estudos, semanas de formação, paradas mensais e outros;

III-Favorecer a integração dos novos educadores com os demais colaboradores da Unidade;

IV-Participar das reuniões da Equipe Interdisciplinar responsabilizando-se pelos processos pedagógicos;

V-Acompanhar/executar projetos firmados por meio de parcerias e garantir o registro adequado dos processos em desenvolvimento, considerando as especificidades;

VI-Registrar as informações dos atendimentos e acompanhamentos no Sistema de Informações das Unidades Sociais – SIUS.

Art. 18. Compete ao Supervisor Administrativo:

I -Controlar a operacionalização dos processos administrativos;

II- Participar da elaboração da política administrativa, colaborando com informações, sugestões e experiências, a fim de contribuir para a definição de objetivos gerais e específicos e a articulação da área administrativa com as demais áreas;

III-Supervisionar, organizar, comandar, coordenar e controlar as atividades realizadas pelos subordinados, verificar se as tarefas estão sendo realizadas no prazo e com a qualidade necessária, checar cumprimento de horários, distribuir tarefas, determinar correções,



realizando a supervisão de equipe de apoio e desenvolvimento de projetos, e ser responsável por toda área administrativa da empresa como RH, DP, Rotinas Fiscais, Contábeis e Administração geral do dia-a-dia;

IV- Elaborar toda a parte orçamentária do plano de ação da Unidade;

V- Estruturar contratos de trabalhos dos colaboradores conforme grade horária;

VI- Contribuir em todo processo de articulação do território em parceria com os demais gestores, certificando-se da execução e avaliação dos resultados;

VII- Supervisionar e orientar as atividades de segurança, manutenção, cozinha e limpeza, validar cardápios da Unidade, visando assegurar a agilidade e qualidade nos serviços;

VIII- Elaborar propostas de eventos de formações internos e externos acompanhando sua execução, consolidando os resultados;

IX- Providenciar contratos de parceria da Unidade, documentação, arquivando a versão final;

X- Responsabilizar-se com a divulgação de anúncios de processos seletivos da Unidade, encaminhamentos, seleção e entrevistas;

XI- Participar dos grupos de trabalho, participar da acolhida dos educandos, promover a escuta;

#### Art. 19. Compete ao Assistente de pastoral:

I- Fomentar, desenvolver e articular projetos voltados a valores universais que visam a dignidade e respeito às diferenças singulares de cada ser humano;

II- Diagnosticar necessidades interpessoais, propondo e sistematizando projetos específicos em nível local, interno e externo;

III- Promover a comunicação e a integração em seu âmbito de atuação, através de momentos reflexivos sobre o "eu" e o "outro";

IV- Organizar a documentação e registros dos projetos e ações desenvolvidas em interface com os demais Serviços e Programas;

V- Dinamizar encontros de formação, reuniões, cursos, encontros com educandos, famílias, comunidade e colaboradores, visando uma convivência harmoniosa e agradável;

VI- Promover a cultura da paz entre todos os envolvidos com os serviços prestados, bem como no seu território;

#### Art. 20. Compete aos Educadores Sociais:

I- Acolher os educandos;

II- Organizar e desenvolver atividades coletivas na unidade e/ou na comunidade;

III- Atuar com crianças e adolescentes em projetos interdisciplinares e de múltiplas linguagens que abordem temas com foco na defesa e promoção dos direitos das infâncias e juventudes;

IV- Utilizar da criatividade, comunicação, pesquisa, politicidade e dinamismo para mediar os projetos;

V- Acompanhar e mediar os educandos na execução das atividades;

VI- Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais na unidade e/ou na comunidade;

VII- Participar dos processos formativos da instituição, assim como, das reuniões de equipe, planejamento, registros, avaliação de processos, fluxos de trabalho e avaliação do impacto do nosso trabalho;

VIII- Acompanhar e registrar a assiduidade dos educandos por meio de instrumentais específicos, como listas de frequências;

#### Art. 21. Compete ao Assistente Administrativo:

I- Executar tarefas de rotinas Administrativas, Compras, RH e Financeiro da unidade;

II- Controlar convênios, parcerias e contratos, mantendo a Equipe de Trabalho informada sobre a vigência, prestação de contas e datas de renovação;

III- Preparar as previsões de pagamentos conforme necessidade e

dentro dos prazos estabelecidos pelo Grupo Marista;

IV- Classificar as notas fiscais de fornecedores segundo os centros de custo adequados, para efeitos contábeis, de fluxo de caixa e de custos;

V- Analisar e lançar dados para a folha de pagamento, verificando cálculos de horas, descontos, férias, rescisões de contratos de trabalho e, visando o seu correto processamento e cumprimento dos prazos legais;

VI- Encaminhar colaboradores para realização dos exames relacionados à Saúde Ocupacional (Admissional, Retorno ao Trabalho, Mudança de Função, Periódico e Demissional);

VII- Lançar as notas fiscais e outros documentos nos sistemas;

#### Art. 22. Compete ao Jovem Aprendiz:

I- Executar com zelo e diligência as tarefas necessárias à sua formação técnico-profissional programado, através de atividades teóricas e práticas;

II- Auxiliar no atendimento ao público e nas atividades administrativas, tais como, arquivamento de documentos, entrega de materiais e equipamentos, possibilitando a experienciar o cotidiano do setor administrativo, exercendo um aprendizado profissional significativo;

III- Cumprir as normas disciplinares de segurança, os regulamentos internos de trabalho, avisos, circulares, instruções e ordens de serviços;

IV- Auxiliar no desenvolvimento de atividades da unidade, possibilitando um aprendizado na prática;

V- Participar das formações da Unidade, em conjunto com todas as equipes, visando o desenvolvimento pessoal e profissional;

VI- Conviver com os atendidos, possibilitando interação com os mesmos contribuindo com seu desenvolvimento pessoal e profissional;

#### Art. 23. Compete ao Analista de Suporte:

I- Executar assistência à instalação, documentação e manutenção de softwares básicos e de comunicação de dados instalados no Centro Social, visando o perfeito funcionamento do ambiente operacional e de comunicação de dados;

II- Configurar e operar os equipamentos e sistemas locais;

III- Zelar pela segurança dos equipamentos e serviços de Tecnologia da Informação e os dados contidos nos equipamentos;

IV- Realizar suporte aos usuários no que tange aos aspectos técnicos;

V- Realizar a manutenção e configuração física da rede (cabeamento, crimpagem de cabos, manutenção e organização de Switches);

VI- Realizar a manutenção de equipamentos (formatação, configuração, troca de peças e update);

VII- Manter documentação atualizada das redes e procedimentos de trabalho;

#### Art. 24. Compete ao Auxiliar de Apoio Administrativo:

I- Executar tarefas de rotinas administrativas e atendimento na Unidade;

II- Atender visitantes, educandos e comunidade;

III- Realizar matrículas via sistema interno;

IV- Prestar atendimento telefônico, fornecendo as informações necessárias e encaminhando as chamadas para os colaboradores ou anotando os recados;

V- Tirar cópias de documentos diversos.

VI- Receber e enviar comunicações e documentos por correio, e-mail, fax ou malote;

VII- Organizar arquivos ativos e inativos.

VIII- Auxiliar nas rotinas administrativas do Centro Social.

#### Art. 25. Compete a Cozinheira:

I- Preparar refeições a serem servidas no Centro Social conforme cardápio, receitas e procedimentos estabelecidos;  
II- Receber e armazenar adequadamente os gêneros alimentícios;  
III- Preparar refeições conforme técnica adequada para cada gênero alimentício;  
IV- Aplicar os princípios de limpeza, higiene e aproveitamento de alimentos;  
V- Organizar e controlar o depósito de materiais e gêneros alimentícios, verificando estoque, estado e prazo de conservação;  
VI- Executar e manter a limpeza e a ordem do ambiente e equipamentos da cozinha e refeitório, garantindo condições de higiene adequadas às normas sanitárias;  
VII- Zelar pela guarda e conservação dos equipamentos e materiais utilizados;  
VIII- Comunicar ao Superior imediato necessidade de reparos em utensílios e equipamentos da cozinha;  
IX- Realizar periodicamente a lista de compras dos produtos e utensílios e repassá-la para Supervisor Administrativo;  
X- Coordenar a rotina e as atividades da cozinha;  
XI- Realizar a adequada separação do lixo;  
XII- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade;

**Art. 26. Compete ao Auxiliar de Cozinha:**

I- Apoiar a preparação das refeições e organização do ambiente de trabalho;  
II- Apoiar o preparo de refeições conforme técnica adequada para cada gênero alimentício;  
III- Aplicar os princípios básicos de limpeza, higiene e aproveitamento de alimentos;  
IV- Coletar as sobras das refeições e armazenar ou descartar conforme necessidade;  
V- Executar e manter a limpeza e a ordem do ambiente e equipamentos;  
VI- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade;  
VII- Interagir com educandos sempre que possível ou quando lhe couber.

**Art. 27. Compete ao Auxiliar de Manutenção:**

I- Executar tarefas de manutenção no Centro Social;  
II- Realizar a limpeza e a conservação das instalações e equipamentos do Centro Social;  
III- Executar serviços de manutenção predial nas áreas de alvenaria e pintura (consertos de pisos, calhas, paredes, azulejos e pinturas em geral), instalações elétricas (troca de lâmpadas, interruptores e pequenos reparos), instalações hidráulicas (desentupimento de pias, ralos e canos, caixa d'água, troca de válvulas e reparos) e marcenaria (troca de fechaduras e dobradiças, conserto de portas, mesas e cadeiras), utilizando materiais e ferramentas adequadas;  
IV- Manter limpo os locais onde foram realizados os serviços de manutenção, removendo entulhos, varrendo e limpando resíduos e manchas.  
V- Executar os serviços de jardinagem, decoração paisagística, pulverização e poda de plantas e árvores.  
VI- Zelar pela conservação do local de trabalho e pelas ferramentas e equipamentos utilizados na execução dos trabalhos.  
VII- Efetuar a adequada coleta, separação e descarte do lixo.  
VIII- Realizar montagem, desmontagem e recolocação de móveis, equipamentos e similares;

**Art. 28. Compete ao Agente de pastoral**

I-Apoiar a equipe na condução dos processos/projetos da unidade.  
II-Implantar as ações da PJM da unidade, contribuindo para a execução do Plano de Ação de Pastoral.  
III-Auxiliar na dinamização de encontros de formação, reuniões, cursos, retiros com educandos e colaboradores.  
IV-Auxiliar na organização e ambientação de espaços para eventos.

V-Contribuir para a formação de grupos de jovens visando o bom relacionamento interpessoal, respeitando as diversidades culturais.  
VI-Auxiliar na elaboração e confecção de materiais específicos de pastoral.  
VII-Dinamizar as atividades/formação utilizando técnicas modernas e criativas (música, técnicas de dinâmicas de grupo, etc.).  
VIII-Ajudar no registro e na sistematização das ações da pastoral.

**Art.29. Compete ao Auxiliar de Serviços gerais**

I-Fazer trabalhos de limpeza nas diversas dependências das instalações do Centro Social.  
II-Executar a higienização e desinfecção em salas, móveis, objetos e outros equipamentos.  
III-Efetuar a adequada coleta, separação e descarte do lixo.  
V-Interagir com educandos sempre que possível ou quando lhe couber.  
VI- Responsabilizar-se pelo bom uso, controle e avaliação nos aspectos quantitativos e qualitativos dos produtos utilizados para higienização do Centro Social/Educacional.

**Art. 30. São competências comuns aos colaboradores do Centro Social Marista- Caçador:**

I – Acolher as famílias e educandos de forma cordial;  
II – Garantir sigilo sobre as informações relativas aos atendidos;  
III–Contribuir no desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território;  
IV- Participar dos momentos de formações internas e externas relacionados ao Serviço desenvolvido com a validação do gestor imediato;  
V- Respeitar os horários de expediente;  
VI- Zelar pelo trabalho em equipe, favorecendo um ambiente agradável e acolhedor;  
VII- Comunicar ao gestor imediato sempre que precisar se ausentar do trabalho ou faltar.

VII- Cuidar dos espaços, equipamentos de uso comum;  
VIII- Conhecer e respeitar as normas internas do estabelecimento e de sua mantenedora.

**DA METODOLOGIA DE TRABALHO**

**Das reuniões da equipe interdisciplinar**

Art.31. Os integrantes da equipe interdisciplinar se reunirão semanalmente para tratar de assuntos relacionados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e dinâmica da Unidade.

§1º. As reuniões acontecerão às terças-feiras pela manhã, com maior número de integrantes da equipe.

§2º. Havendo necessidade de reuniões extraordinárias, a equipe se reunirá em dia e horário oportuno.

**Das reuniões da equipe Pedagógica**

Art. 32. Os integrantes da equipe Pedagógica farão reuniões semanalmente para avaliar e planejar as ações realizadas no serviço de Convivências e Fortalecimento de Vínculos.

§1º. As reuniões acontecerão às sextas-feiras no período da manhã.

§2º. Havendo necessidade de reuniões extraordinárias, a equipe se reunirá conforme a necessidade.

**Das reuniões com a equipe Administrativa e Apoio**

Art. 33. Os membros da equipe se reunirão uma vez por mês com



toda a equipe de apoio e/ou administrativo, visando a integração dos processos práticos da rotina das equipes, promovendo dinâmicas, mediando conflitos e favorecendo a organização, em um clima de compromisso ético e solidário.

#### Da formação continuada dos colaboradores

Art. 34. A formação continuada tem a intenção de garantir que os processos formativos tenham incidência política e sejam realizados de forma participativa.

§1º. Todo início de ano será elaborado o plano de formação com a participação de todos os colaboradores.

§2º. Os temas emergentes serão apontados, avaliados e validados pelos colaboradores após diagnóstico realizado pelos mesmos.

§3º. Os espaços para que os processos formativos se concretizem poderão ser: integração, reuniões pedagógicas, administrativas, equipe interdisciplinar, parada mensal, imersões em outras unidades sociais, comitês, formações externas, autoformação da equipe interdisciplinar, assessorias individuais e assessoria corporativa da Rede Marista.

§4º. Os colaboradores participarão sempre que necessário de formações junto a rede socioassistencial, contribuindo assim com os processos internos e o fortalecimento dos vínculos entre o Centro Social e demais integrantes da Rede de Atendimento.

#### DO PROCESSO DE TRABALHO

Art.35. A equipe de Assessores da Diretoria Executiva de Ação Sociais (DEAS) ficará responsável pela assessoria da equipe Interdisciplinar no Centro Social Marista Caçador.

§1º. A Supervisora Administrativa será referência da equipe Administrativa e de Apoio.

§2º. O Coordenador Pedagógico será referência da equipe Pedagógica.

§3º. A equipe Interdisciplinar ficará referenciada ao Diretor do Centro Social Marista.

#### DAS NORMAS DE CONVÍVIO

Art. 36. As normas de convívio fundamentam-se nos direitos, deveres que devem ser observados por todos e apoiados em princípios legais, de solidariedade, ética, diversidade cultural, autonomia e gestão democrática.

§1º. Os direitos e deveres individuais e coletivos são aqueles previstos na Constituição da República, bem como os especificados no Estatuto da Criança e do Adolescente, neste Regimento Interno e nas demais legislações e normas complementares atinentes.

§2º. As Normas de Convívio no Centro Social terão como finalidade o bom funcionamento dos trabalhos e o respeito mútuo entre seus membros, para obtenção dos objetivos previstos neste Regimento Interno, visando, ainda:

- I. Assegurar a proteção integral da criança e adolescente;
- II. Assegurar a formação ética e moral das crianças e adolescentes, desenvolvendo habilidades sociais, a fim de torná-las cidadãos autônomos e participativos nos diversos aspectos da vida social;
- III. Orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito do Centro Social, assegurando a interação cidadã entre todos.

#### DOS COLABORADORES

Art. 37: Os colaboradores que atuam nas diversas funções do Centro Social têm como direito:

- I. Ser respeitado na condição de profissional e no desempenho de suas funções;
- II. Participar de formações continuadas, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento profissional;
- III. Utilizar-se dos espaços de aprendizagem do Centro Social para o desenvolvimento de suas atividades;

Art. 38: É dever dos colaboradores:

- I. Assumir o posicionamento filosófico e educativo do Centro Social;
- II. Contribuir para que o Centro Social cumpra a sua função, no âmbito de sua competência;
- III. Colaborar com as atividades de articulação na comunidade educativa;
- IV. Manter o ambiente favorável ao desenvolvimento das atividades;
- V. Cumprir e fazer cumprir os horários das atividades;
- VI. Ser assíduo, comparecendo pontualmente ao Centro Social nas horas efetivas de trabalho e quando convocado para outras atividades programadas e decididas pela Direção;
- VII. Registrar diariamente sua frequência;
- VIII. Comunicar, com antecedência, eventuais atrasos e faltas;
- IX. Zelar pela conservação e preservação dos espaços de aprendizagem;
- X. Comparecer no Centro Social para o exercício de suas atribuições devidamente identificado e com o material necessário para o desenvolvimento de suas funções;
- XI. Ser exemplo de conduta ética perante seus colegas e demais públicos envolvidos;
- XII. Evitar participar de ações que venham a gerar situações de desconforto ou de constrangimento aos demais colegas;
- XIII. Respeitar e tratar a todos com civilidade e polidez para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável e ético;
- XIV. Atender com profissionalismo as decisões de seus gestores;
- XV. Ler, compreender e praticar o Código de Conduta e os demais procedimentos da Organização;
- XVI. Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Interno.

Art. 39: É vedado aos colaboradores:

- I. Tomar decisões individuais que venham a prejudicar as atividades;
- II. Discriminar, usar de violência simbólica, agredir verbalmente e/ou fisicamente qualquer membro da comunidade;
- III. Expor colegas de trabalho, educandos ou qualquer membro da comunidade a situações constrangedoras;
- IV. Retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao Centro Social;
- V. Ocupar-se com atividades alheias à sua função, durante o período de trabalho;
- VI. Exercer comércio nas dependências do Centro Social;
- VII. Comparecer ao local de trabalho com trajes inadequados e/ou que desatendam aos protocolos de higiene e segurança do trabalho;
- VIII. Receber pessoas estranhas ao funcionamento do Centro Social durante o período de trabalho, sem a prévia autorização da Direção, exceto ao funcionário que atua na portaria e recepção, após devida identificação;
- IX. Deixar as crianças desacompanhadas em qualquer ambiente do Centro Social;
- X. Ausentar-se do Centro Social sem a prévia autorização da Direção;
- XI. Transferir para outras pessoas o desempenho do encargo que lhe foi confiado;

XII. Divulgar, por qualquer meio, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome do Centro Social, sem a prévia autorização da Direção;

XIII. Promover excursões, jogos, coleta, listas de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, envolvendo o nome do Centro Social, sem a prévia autorização da Direção;

XIV. Coagir ou aliciar seus subordinados ou colegas para atividades político-partidárias, ideológicas, comerciais ou religiosas;

XV. Utilizar meios tecnológicos de comunicação e informação para divulgar quaisquer manifestações de preconceito ou difamação contra o Centro Social ou contra participantes de seu projeto educativo;

XVI. Divulgar por qualquer meio, imagens do Centro Social, de educandos ou de qualquer pessoa integrante da comunidade, sem prévia e expressa autorização;

XVII. Interferir sobre dados dos sistemas informatizados da Instituição ou contribuir com o autor da interferência, por acesso não autorizado, quebra de integridade das informações ou alteração de mensagens.

Art. 40: Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento serão apurados pela Direção e equipe eventualmente designada, ouvindo-se os envolvidos e registrando-se em ata, com as respectivas assinaturas (ou de duas testemunhas, no caso de recusa), sendo possível a aplicação de penalidade, de acordo com a gravidade do ato praticado, e enquadramento disciplinar nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas.

#### DOS EDUCANDOS

Art. 41: Constituem-se direitos dos educandos:

I. Ter assegurado o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e permanência no Centro Social;

II. Ter valorizada a construção da sua identidade pessoal, em permanente desenvolvimento, baseada nos valores de iniciativa, criatividade e responsabilidade;

III. Expressar sentimentos e ideias relacionadas às situações de aprendizagem vivenciadas no contexto do Centro Social;

IV. Receber cuidados necessários para seu desenvolvimento físico, mental e social;

V. Ser respeitado por todos os educadores, colaboradores e colegas;

VI. Ter a sua individualidade respeitada pela comunidade, sem discriminação de qualquer natureza;

VII. Usufruir de todos os benefícios de caráter educativo, recreativo, cultural e social que o Centro Social proporciona.

VIII. Receber orientação e assistência para realização das atividades, sendo-lhes garantidas as formas de acesso e utilização coletiva dos diferentes ambientes que compõem o Centro Social;

IX. Manifestar-se e recorrer à autoridade responsável quando se sentir prejudicado;

X. Ausentar-se do Centro Social, em caso de necessidade, desde que autorizado pelo Diretor ou, na ausência deste, por outro membro da Equipe Gestora e devidamente acompanhado dos pais ou responsável;

#### DOS PAIS/RESPONSÁVEIS

Art. 42. Os responsáveis legais pelos educandos, além dos direitos outorgados por toda a legislação aplicável, têm ainda as seguintes prerrogativas:

I. Ser respeitado na condição de responsável legal e participante das atividades desenvolvidas pelo Centro Social;

II. Sugerir aos diversos setores do Centro Social, ações que viabilizem melhor o funcionamento das atividades;

III. Ter conhecimento das disposições contidas neste Regimento,

IV. Participar cooperativamente das atividades organizadas pelo

Centro Social.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. Os casos omissos surgidos na aplicação deste documento serão solucionados pela equipe interdisciplinar e consequentemente pelos demais colaboradores do Centro Social Marista Caçador.

Art. 44. No momento da integração do novo colaborador será repassado o Regimento Interno, o qual deverá realizar a leitura do presente documento antes de sua atuação.

Art. 45. O presente documento poderá ser revisado, em qualquer momento, diante da identificação de necessidade, pela equipe interdisciplinar, com posterior conhecimento e validação dos demais colaboradores.

Caçador, 2017.

**Caibi****PREFEITURA****DECRETO 189/2017**

Publicação Nº 1425794

DECRETO Nº. 189/2017 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal nº. 2475/2016, de 13 de dezembro de 2016, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2017, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

**QUADRO I****ÓRGÃO 09 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA****UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA****278120023.2.006 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS****3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas****(386) Fonte: 0100 Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2017 da fonte de recursos 0100 Recursos Ordinários no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 09 de novembro de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016**

Publicação Nº 1426525

EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016

Processo Licitatório nº 085/2016. Modalidade Pregão Presencial RP nº 045/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI PARA O EXERCÍCIO DE 2017, COM VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2017. Órgão gerenciador. MUNICÍPIO DE CAIBI. Conforme segue:

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
POSTO CENTRAL CAIBIENSE LTDA EPP	03.637.707/0001-00	Rua Marechal Floriano nº 591	Caibi -SC	89.888-00

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente aditivo tem por objeto o reajuste dos valores dos combustíveis registrados.

§1º (primeiro) A alteração é devida tendo em vista o aumento no preço dos combustíveis alterando o preço de R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos) por litro de Óleo Diesel tipo S 500 para R\$ 3,36 (três reais e trinta e seis centavos) por litro, e o óleo diesel S-10 adquirido por R\$ 3,36 (três reais e trinta e seis centavos) por litro para R\$ 3,46 (três reais e quarenta e seis centavos) de acordo com o previsto na alínea "d" do inciso II, artigo 65 caput da Lei Federal nº 8.666/93,

§ 2º (segundo): O aumento será concedido ao saldo existente a partir de 10 de Novembro de 2017

Caibi –SC 09 de Novembro de 2017

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2016**

Publicação Nº 1426539

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO  
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2016**

Processo Licitatório nº 085/2016. Modalidade Pregão Presencial RP nº 045/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI PARA O EXERCÍCIO DE 2017, COM VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2017. Órgão gerenciador. MUNICIPIO DE CAIBI. Conforme segue:

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
COOPERATIVA A1	03.470.626/0050-38	Rua Independência nº 585, esquina com a 7 de setembro	Caibi -SC	89.888-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente aditivo tem por objeto o aumento dos valores dos combustíveis registrados.

§ 1º (primeiro) A alteração é devida tendo em vista o aumento no preço dos combustíveis de 3,96(três reais e noventa e seis centavos), por litro de gasolina comum para R\$ 4,08(quatro reais e oito centavos) de acordo com o previsto na alínea "d" do inciso II, artigo 65 caput da Lei Federal nº 8.666/93,

§ 2º (segundo): O aumento será concedido ao saldo existente no dia 10/11/2017  
Caibi -SC 09 de Novembro de 2017.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016**

Publicação Nº 1426531

**EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO  
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016**

Processo Licitatório nº 086/2016. Modalidade Pregão Presencial RP nº 046/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2017, COM VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2017. Órgão gerenciador. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Conforme segue:

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
POSTO CENTRAL CAIBIENSE LTDA	03.637.707/0001-00	Rua Marechal Floriano nº 590	Caibi -SC	89.888-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente aditivo tem por objeto o reajuste dos valores dos combustíveis registrados.

§1º (primeiro) A alteração é devida tendo em vista o aumento no preço dos combustíveis alterando o preço de R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos) por litro de Óleo Diesel tipo S 500 para R\$ 3,36 (três reais e trinta e seis centavos) por litro, e o óleo diesel S-10 adquirido por R\$ 3,36(três reais e trinta e seis centavos) por litro para R\$ 3,46(três reais e quarenta e seis centavos) de acordo com o previsto na alínea "d" do inciso II, artigo 65 caput da Lei Federal nº 8.666/93,

§ 2º (segundo): O aumento será concedido ao saldo existente a partir de 10 de Novembro de 2017  
Caibi -SC 09 de Novembro de 2017.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2016**

Publicação Nº 1426551

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO  
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2016**

Processo Licitatório nº 086/2016. Modalidade Pregão Presencial RP nº 046/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2017, COM VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2017. Órgão gerenciador. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Conforme segue:

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
COOPERATIVA A1	03.470.626/0050-38	Rua Independência nº 585, esquina com a 7 de setembro	Caibi -SC	89.888-000

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente aditivo tem por objeto o aumento dos valores dos combustíveis registrados.

§ 1º (primeiro) A alteração é devida tendo em vista o aumento no preço dos combustíveis de 3,96(três reais e noventa e seis centavos), por litro de gasolina comum para R\$ 4,08(quatro reais e oito centavos) de acordo com o previsto na alínea "d" do inciso II, artigo 65 caput da Lei Federal nº 8.666/93,

§ 2º (segundo): O aumento será concedido ao saldo existente no dia 10/11/2017  
Caibi –SC 09 de Novembro de 2017.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2017**

Publicação Nº 1426492

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2017

4º(QUARTO) TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 053/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a adição de quantitativos nos termos previstos na cláusula décima primeira do contrato nº 053/2016, referente a Contratação de empresa para execução de reperfilagem asfáltica sobre calçamento existente, drenagem pluvial, meio fio e sinalização nas Ruas Independência, Avenida Progresso, Rua Machado de Assis, Rua do Comercio, Rua Marechal Floriano, na Avenida Pátria, Rua Ricardo Valduga e na Rua Sete de Setembro, localizado no município de Caibi –SC.

VALOR: adição de R\$ 25.116,35(vinte e cinco mil, cento e dezesseis reais e trinta e cinco centavos)

FIRMADO: 07/11/2017

VIGÊNCIA: 31/12/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2016

MODALIDADE: Tomada de Preços Nº 001/2016

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2017**

Publicação Nº 1426511

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2017

5º(QUINTO) TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 053/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a supressão de quantitativos nos termos previstos na cláusula décima primeira do contrato nº 053/2016, referente a Contratação de empresa para execução de reperfilagem asfáltica sobre calçamento existente, drenagem pluvial, meio fio e sinalização nas Ruas Independência, Avenida Progresso, Rua Machado de Assis, Rua do Comercio, Rua Marechal Floriano, na Avenida Pátria, Rua Ricardo Valduga e na Rua Sete de Setembro, localizado no município de Caibi –SC

VALOR: supressão de R\$ 18.642,41(dezoito mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e um centavos)

FIRMADO: 07/11/2017

VIGÊNCIA: 31/12/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2016

MODALIDADE: Tomada de Preços Nº 001/2016

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2017**

Publicação Nº 1426517

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2017

1º(PRIMEIRO) TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 146/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: SILVESTREIN &amp; SILVESTREIN LTDA ME

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a adição de quantitativos nos termos previstos na cláusula décima segunda do contrato original nº 146/2017 referente a Aquisição de Tubos, Mangueiras, Cordão e Redes de Led, Estrelas e demais Materiais para Ornamentação Natalina na Praça Municipal Pedro Antonio Bigaton e nas Ruas da Cidade de Caibi –SC.

VALOR: 7.123,48 (um mil cento e vinte e três reais e quarenta e oito centavos)

FIRMADO: 08/11/2017

VIGÊNCIA: 31/12/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 050/2017

# Camboriú

## PREFEITURA

### RESULTADO PR 36/17 - FMS

Publicação Nº 1425776

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU  
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2017-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:  
"DESERTA NOS ITENS 01 - 02 - 09 - 12 - 13 - 15 - 19 - 24 - 26 - 29 - 30 - 31 - 33 E 38"  
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 13 de Novembro de 2017.  
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
PREFEITO MUNICIPAL



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATUAL 106/2017

Publicação Nº 1425765

ADITIVO CONTRATUAL Nº 106/2017

#### TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONSIDERANDO o OFÍCIO Nº 031PL/2017 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 72/2017 (originado do Processo Licitatório nº 41/2017, modalidade Tomada de Preços);

CONSIDERANDO a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de vigência do Contrato nº 72/2017, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 72/2017.

#### Cláusula Primeira – Do prazo

O prazo de execução e vigência do Contrato nº 72/2017 fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, até o dia 19 de dezembro de 2017, contando a partir de 20 de outubro de 2017.

#### Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 72/2017 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 20 de outubro de 2017.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	MARCELO BENVENUTTI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. Contratado
---	--

### ADITIVO CONTRATUAL 34/2017

Publicação Nº 1425809

ADITIVO CONTRATUAL Nº 34/2017FMS

Considerando a necessidade da continuação dos serviços prestados pela empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS KARINA MAGNO DOS SANTOS SS LTDA - ME, contratada pelo Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, através do Contrato nº 32/2017 (firmado através do Processo de Inexigibilidade nº 28/2017, modalidade Credenciamento) referente o Credenciamento 01/2017, tendo como prestação de serviços em exames laboratoriais para os pacientes do SUS.

As partes acordam o seguinte:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC (CNPJ: 01.941.360/0001-50) E DE OUTRO LADO A LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS KARINA MAGNO DOS SANTOS SS LTDA - ME, CNPJ 07.839.411/0001-14.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – PREÇO

O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços especificados na cláusula segunda, o valor total de R\$ 18.333,00 (dezoito mil trezentos e trinta e três reais), sendo o valor unitário segundo a tabela abaixo:

ITEM	EXAMES	UNID	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	DOSAGEM DE ACIDO URICO	SERV	126	R\$ 1,85	R\$ 233,10
02	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	SERV	126	R\$ 1,85	R\$ 233,10
03	DOSAGEM DE AMILASE	SERV	63	R\$ 2,25	R\$ 141,75
04	ANTIBIOGRAMA	SERV	63	R\$ 4,98	R\$ 313,74
05	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	SERV	126	R\$ 2,80	R\$ 352,80
06	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	SERV	63	R\$ 1,85	R\$ 116,55
07	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	SERV	63	R\$ 3,51	R\$ 221,13

08	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	SERV	63	R\$ 3,51	R\$ 221,13
09	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	SERV	63	R\$ 2,73	R\$ 171,99
10	CONTAGEM DE PLAQUETAS	SERV	63	R\$ 2,73	R\$ 171,99
11	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	SERV	63	R\$ 2,73	R\$ 171,99
12	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	SERV	63	R\$ 2,73	R\$ 171,99
13	DOSAGEM DE CREATININA	SERV	63	R\$ 1,85	R\$ 116,55
14	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	SERV	63	R\$ 5,62	R\$ 354,06
15	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	SERV	63	R\$ 2,73	R\$ 171,99
16	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO DO CONTEUDO CERVICO-VAGINAL	SERV	63	R\$ 2,80	R\$ 176,40
17	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	SERV	63	R\$ 3,70	R\$ 233,10
18	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	SERV	63	R\$ 2,83	R\$ 178,29
19	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	SERV	63	R\$ 1,37	R\$ 86,31
20	DOSAGEM DE FERRITINA	SERV	63	R\$ 15,59	R\$ 982,17
21	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	SERV	63	R\$ 3,51	R\$ 221,13
22	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	SERV	63	R\$ 3,63	R\$ 228,69
23	HEMATOCRITO	SERV	63	R\$ 1,53	R\$ 96,39
24	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	SERV	63	R\$ 1,53	R\$ 96,39
25	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	SERV	63	R\$ 7,86	R\$ 495,18
26	HEMOGRAMA COMPLETO	SERV	63	R\$ 4,11	R\$ 258,93
27	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	SERV	63	R\$ 18,55	R\$ 1.168,65
28	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	SERV	63	R\$ 18,55	R\$ 1.168,65
29	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	SERV	63	R\$ 18,55	R\$ 1.168,65
30	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	SERV	63	R\$ 18,55	R\$ 1.168,65
31	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-H-CV)	SERV	63	R\$ 18,55	R\$ 1.168,65
32	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	SERV	63	R\$ 10,00	R\$ 630,00
33	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	SERV	63	R\$ 9,25	R\$ 582,75
34	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	SERV	126	R\$ 5,77	R\$ 727,02
35	LEUCOGRAMA	SERV	126	R\$ 2,73	R\$ 343,98
36	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	SERV	126	R\$ 8,12	R\$ 1.023,12
37	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	SERV	63	R\$ 1,65	R\$ 103,95
38	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	SERV	63	R\$ 1,65	R\$ 103,95
39	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	SERV	63	R\$ 1,65	R\$ 103,95
40	DOSAGEM DE POTASSIO	SERV	63	R\$ 1,85	R\$ 116,55
41	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	SERV	63	R\$ 2,83	R\$ 178,29
42	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	SERV	126	R\$ 2,04	R\$ 257,04
43	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	SERV	126	R\$ 17,16	R\$ 2.162,16
44	DOSAGEM DE SODIO	SERV	126	R\$ 1,85	R\$ 233,10
45	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	SERV	126	R\$ 2,83	R\$ 356,58
46	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	SERV	63	R\$ 2,73	R\$ 171,99
47	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	SERV	126	R\$ 16,97	R\$ 2.138,22
48	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	SERV	126	R\$ 18,55	R\$ 2.337,30
49	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	SERV	126	R\$ 2,01	R\$ 253,26
50	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	SERV	126	R\$ 2,01	R\$ 253,26
51	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	SERV	63	R\$ 3,51	R\$ 221,13
52	DOSAGEM DE UREIA	SERV	63	R\$ 1,85	R\$ 116,55
53	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	SERV	126	R\$ 2,73	R\$ 343,98
54	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	SERV	63	R\$ 2,83	R\$ 178,29
55	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	SERV	63	R\$ 7,85	R\$ 494,55
56	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	SERV	63	R\$ 2,01	R\$ 126,63
57	DOSAGEM DE CALCIO	SERV	63	R\$ 1,85	R\$ 116,55
58	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	SERV	63	R\$ 1,65	R\$ 103,95
59	DOSAGEM DE LIPASE	SERV	63	R\$ 2,25	R\$ 141,75
60	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	SERV	63	R\$ 2,83	R\$ 178,29
61	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	SERV	63	R\$ 1,40	R\$ 88,20
62	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	SERV	63	R\$ 17,16	R\$ 1.081,08
TOTAL					27.327,51

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.04	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica
Função	10	Saúde
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutico
Programa	56	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia
Projeto	2.028	Realização de Diagnóstico dos Pacientes
Elemento de Despesa	3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros <input type="checkbox"/> Pessoa Jurídica (Dot.53)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 32/2017 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 17 de outubro de 2017.

CAROLINA DA COSTA TELMA Gestora do Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE	KARINA MAGNO DOS SANTOS LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS KARINA MAGNO DOS SANTOS SS LTDA - ME CONTRATADA
---	--

**ADITIVO CONTRATUAL 35/2017 FMS**

Publicação N° 1425856

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO N° 35/2017 FMS

Objeto: aquisição de 2.000 (dois mil) litros de óleo diesel S500 para os veículos do Fundo Municipal de Saúde. Consoante processo licitatório nº 27/2016, modalidade Pregão, sistema de Registro de Preços.

Dotação orçamentária: As despesas oriundas do presente contrato correrão pôr conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.10	Manutenção das Atividades da Estratégia Saúde da Família
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	52	Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Saúde
Projeto	2.114	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo Dot.31

Valor: R\$ R\$ 5.780,00

Vigência: 23/10/2017 a 31/12/2017.

Contratada: AUTO POSTO JK LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Gestora

**DECRETO N° 10.883 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação N° 1424768

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 10.827 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.02 -	Serviços de Transporte e Frota	

26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 13 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017

Publicação Nº 1426569

### EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2017

O Município de CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público o EDITAL DE ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017.

Art.1º Consta do Anexo I do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas.

Art.2º Consta do Anexo II do presente Edital a lista de candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas.

Art.3º Fica aberto o prazo recursal contra o indeferimento das inscrições nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2017, conforme cronograma do Edital.

Para que não se alegue ignorância, o presente edital será fixado no Mural Sede da Prefeitura Municipal Campo Alegre/SC., publicado no Diário Oficial dos Municípios (<https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/>), no site do município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) e no site da empresa SC TREINAMENTOS [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br)

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

### ANEXO I

Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Docência na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
741547	09/01/1977	Adriana Tascheck Schreiner
735566	18/01/1990	Aline Lurdes Salvador Da Rocha
725998	26/12/1991	Ana Carolina Blodorn
742886	10/12/1978	Andreia Kiatkoski
726416	22/03/1972	Andreia Tavares
721680	27/10/1974	Angela Maria De Souza
722241	16/03/1992	Carla Da Silva
731583	17/10/1974	Catia Irene Kerscher Weiss
723723	16/11/1989	Charline De Andrade
726968	27/09/1983	Cleidiane Munhoz Fuckner
738295	21/04/1979	Cristiane De Oliveira Bayerl

721052	09/03/1990	Cristiane Thomas Da Silva Veiga
740428	25/05/1989	Denise De Freitas Araujo
721258	02/05/1969	Dinacir Drevek
721953	21/11/1985	Dircineia Rodrigues Nunes
742073	12/06/1969	Elsa Maria Veiga De Almeida
726732	21/05/1984	Eva Uhlig
723906	27/02/1969	Eviliane Osnilda Cubas Munhoz
731351	12/11/1994	Evilin Ferraz Dos Santos
721865	17/06/1979	Fabiana Oliveira Camargo Schadeck
738754	10/03/1981	Fabiane Vicente Belli Greffin
726330	31/01/1992	Fernanda Xavier
721600	25/03/1989	Fernanda Cubas Hubner
730106	26/08/1988	Flavia Raquel Stahelin Cchaloupeck
728595	07/07/1993	Franciele Paloma Maiberg
738627	04/11/1971	Gerson Engler
723653	03/01/1981	Giseli Hirt Ferreira
725509	17/03/1995	Heloisa Train Malinovski
729513	25/01/1968	Icleia Ignes Duvoisin Vicenzi
727693	22/12/1987	Isolete Tchoke Zoellner
722364	15/05/1989	Jacinta Zezetko Woyakeivicz
724822	28/07/1991	Jessica Maiara Danna
740148	15/12/1991	Joice Hlawatsch
738122	11/06/1984	Josiane De Fatima Leandro Santos Rank
742268	29/12/1978	Josiliane Ossovsky Dos Santos
722434	09/09/1989	Juliane Fernandes
736451	11/09/1975	Jussara Antunes Tibes
737522	04/11/1987	Karin Elaine Wagner De Lima
732231	04/05/1974	Laurita Medeiros Dzin
740531	15/09/1982	Leila Das Dores Dias Furtado
742062	18/05/1967	Leticia Kosmala Fanes
725016	20/07/1979	Lilian Schneider
722913	06/08/1978	Lucia Drygla Mendes
741768	22/06/1987	Lucieli Batista
742284	21/01/1976	Marcia Teresinha De Paula Becker
736516	21/12/1965	Maria Margarete Giese Rosa
735046	18/09/1961	Maria Da Graca Ribeiro Da Silva
729751	08/04/1982	Maria Ivone Wischral Madruga
730179	02/04/1988	Maria Nogueira De Lima Silva
735649	07/05/1969	Marilda Peres De Lima
743672	18/03/1984	Mariley Da Silva
741189	30/09/1968	Marli Teresinha Schumacher Da Silva Soares
729453	13/08/1980	Matilde Eufrazio Partoski
731169	12/12/1969	Natalia Wojciechosky
728622	03/08/1972	Neusa Terezinha Chupel
730411	30/09/1965	Odila Antunes
722541	06/03/1982	Patricia Padilha Dos Santos
735806	29/07/1989	Patricia Schoffel
727080	17/07/1985	Priscila Elaine Saroviski Pereira
721355	03/02/1983	Raquel Muehlbauer Blodorn
731152	03/05/1988	Roberta Sofia Cordeiro Da Cruz
722709	07/08/1976	Rosani De Jesus Linzmeyer
737786	04/04/1987	Rosemeri Vieira De Souza
739682	19/05/1988	Rosilane Hirt

739222	17/03/1974	Sandra Mara Lang
721210	20/08/1975	Sandra Pruchneski
741848	24/01/1985	Sheila Cristina Mits
721018	27/10/1978	Sheyla Suchomel Alves
725525	30/04/1979	Silvana Camargo
731375	28/08/1964	Silvane Berti Galkowski
722596	27/04/1985	Silvane Ramos
741020	20/10/1984	Simone Aparecida Alves Rohrbacher
721191	22/08/1987	Sirlei Libmann De Jesus
743215	08/06/1988	Suelen Aparecida Hummelgen
724460	20/02/1994	Tais Buba Kotovicz
740984	02/09/1989	Tais Cristina Aleixo De Toledo
734022	01/02/1982	Vanderleia Prussak Bialobok
742826	14/06/1985	Vanessa Stal Batista
736077	16/02/1984	Veridiane Aparecida De Melo
723702	01/10/1977	Viviane Emanuele Ferreira
732507	26/12/1970	Waldirene Woichekoski Kruczkiewicz

## Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Docência na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
742213	02/03/1997	Ana Luiza De Lima
726941	11/11/1986	Andrieli Rosana Rosa
721222	11/02/1997	Bianca Munch
742121	12/09/1990	Carla Andrea Veiga
733575	24/01/1997	Carolini Silva
725033	09/09/1968	Clarete Da Luz Dos Santos Cubas
741247	01/07/1984	Claudineia Rocha
732291	19/03/1987	Daniela Terezinha Marciniak
739823	23/03/1998	Daniele Ferreira Da Silva
737986	30/11/1996	Dara Munhoz
729657	24/12/1981	Dineuza Maria Martini Quost
737425	24/09/1971	Edicler Munhoz
725134	23/06/1981	Elisangela Aparecida Siqueira
721143	15/02/1992	Emelyn Ehlike
735211	12/01/1997	Fabiola Augustin
735239	10/11/1995	Fernanda Rafaela Rudnick
721933	17/05/1989	Franciele Huwe Wergutz Weiss
721821	02/12/1999	Gabriele Ferreira
741644	29/11/1995	Graziele Ferreira Da Silva Emer
740328	07/08/1995	Jennifer Emmerich De Lima
722816	20/12/1991	Jucelia Ribas Das Neves Lopes
738180	05/04/1987	Karina Baptista Moreira
738675	21/07/1986	Keity Karina De Oliveira
728836	21/04/1988	Keity Tatiana De Bomfim
726554	22/01/1979	Leandro Esteve Brandt Destro
738289	04/10/1977	Leia Feliciano
723541	21/11/1986	Leticia Brunello Reizer
723790	06/01/1979	Luci Leidi Odia
737408	21/12/1997	Maria Machado
738531	07/03/1980	Matilde Aparecida Baechtold
741449	28/12/1978	Noeli De Fatima Fernandes Stuepp
740304	05/01/1992	Stefany Santos Sangurgo

## Professor II - Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - HABILITADO



Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
741437	10/05/1992	Anderson Henning
741809	27/09/1989	Andreik Wollner
740528	16/01/1991	Annie Evelyn De Lima
738419	20/03/1979	Carlos Onofre
740916	03/12/1985	Cheila Tatiane Wollner
735650	06/08/1970	Gederson Furtado
722150	04/11/1980	Grasiele Da Silva
740697	20/03/1988	Inacio Savitsky
741870	31/03/1994	Jaison Ferreira
740482	23/01/1992	Jessica Cristina Witt
721931	20/06/1978	Joao Lindomar Batista
728881	11/05/1988	Jonas Da Silva De Sousa
738611	12/06/1990	Kelly Sacht
729591	24/07/1987	Lucas De Farias
737341	05/09/1974	Luciana Yarenhuk Da Silva
743827	14/05/1983	Marcelo Batista
723220	12/05/1967	Marcio Oliveira De Souza
724311	26/02/1976	Marcos Gutknecht
735417	27/09/1961	Rogério Jorge Scarpim
742285	15/10/1981	Rosemir Franco
730042	19/09/1988	William Cothovisky

## Professor II - Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
738034	21/05/1980	Alexandre Marczak
737843	16/03/1993	Daniele Neppl
733484	13/10/1993	Erivelton Firmo De Camargo
735610	10/12/1974	Eulalia Gorniack Custodio
741605	31/10/1994	Fernanda Guerreiro Valuthky
740450	16/01/1996	Igor Matheus Rudnick
735361	02/10/1993	Jairo Felipe Da Silva
739445	02/12/1992	Janine Aparecida Stelzner
739101	23/07/1985	Marciel Siqueira
731951	06/06/1999	Mellanie Merie Cunha Zoellner
727868	19/08/1996	Paulo Felipe Cipriani
730745	19/02/1981	Rodinei Soares Nardo
735636	05/02/1995	Rodrigo Aparecido Dos Santos
724305	10/10/1997	Thalia Falquevicz

## Professor III - Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
735664	01/09/1967	Hortencia Maria De Liz
721218	14/03/1982	Valdiane Aparecida Fuckner

## Professor III - Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
741208	19/12/1994	Andressa Alves Martins
724818	25/03/1994	Bianca Rosa
727598	03/11/1990	Bruna Helena Alves
732831	23/04/1994	Dandara Neidert
721311	03/02/1994	Emelli Tallita Rohde Ribeiro
732972	04/04/1996	Fabiola Rodrigues Vieira
722925	25/04/1996	Gabriela Luciana Machado

721749	20/01/1991	Luana Jaciara De Lima
737037	03/02/1999	Milena Kachubowski

Professor III - Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA  
 Não há candidatos neste cargo Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
730231	07/12/1994	Gisele Kubichen

Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
725077	20/02/1998	Alexandre Jose Grossl

Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
721528	03/07/1994	Andressa Camila Fiamoncini
731000	05/04/1987	Clara Fischer Reis
735374	22/02/1982	Ederson Idalencio
724644	17/04/1990	Suelen Eliza Vier Dreveck

Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
728904	28/06/1993	Camila Michele Wackerhage
721809	11/06/1986	Cleiton Jesiel Da Maia
725153	01/09/1989	Clemerson Luis De Britto
735120	08/04/1988	Diego Jose Andrade De Oliveira
740279	19/12/1989	Gustavo De Castro Alves Machado
741082	01/01/1992	Juliana Piaz Kocan

Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA  
 Não há candidatos neste cargo Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
743134	25/02/1986	Ademar Dremel
740273	11/10/1992	Andre Lucas Nunes Da Rocha Popadiuk
729204	09/03/1972	Gleice Swirkowsky
721654	29/07/1980	Josias Geraldo Pinheiro
742291	26/05/1991	Luciana Leal Ramthun

Professor V - Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
735720	19/12/1975	Marines Ferreirademello Do Amaral
731061	12/08/1995	Tatiane Labas

Professor V - Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA

Não há candidatos neste cargo Professor V - Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
732781	04/04/1978	Lucelia Baier Branco
737134	29/03/1984	Rafael De Carvalho

Professor VI - Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
735442	14/09/1993	Bruna Zigovski Biaobock
721075	30/12/1988	Gabriela Tibes Bueno
738162	08/11/1970	Silvana Rhenius Vidal Martins Kubiak
741345	23/10/1991	Tais Aparecida Odia Uhlig
741629	02/09/1990	Tiago Lopes Rodrigues

726270	04/05/1968	Zelia Aparecida Veloze do Amaral
--------	------------	----------------------------------

Professor VI - Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA  
 Não há candidatos neste cargo Professor VI - Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
723421	26/02/1990	Cristiano Schneider
743107	05/06/1992	Elizandro Sueik Candido Da Silva
743713	20/05/1991	Joao Pedro Carvalho Figueiredo
723926	07/03/1976	Jorge Kuiava
743403	10/04/1998	Lucas Antonio Duarte

Professor VII - Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
731355	10/06/1995	Alana De Castilho Do Nascimento
732209	07/11/1981	Eliane De Cassia Kubiaki Machado
740174	01/01/1988	Fabiane Do Rocio Nascimento
741576	30/08/1992	Jessica Guerreiro Valuthky
722702	22/08/1985	Rafaela De Cesare Parmezan Toledo

Professor VII - Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA  
 Não há candidatos neste cargo Professor VII - Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
727001	29/06/1989	Daiane Rodrigues Cardoso

Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
737631	15/09/1994	Claudio Fernando Zeszotko
729039	29/03/1994	Tania Kornatzki

Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA  
 Não há candidatos neste cargo Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
725765	05/12/1992	Caio Miazzi Vieira
732503	20/12/1980	Giseli De Fatima Rodrigues Fischer
741271	28/10/1981	Margarete Regina Hacke Rohrbacher

Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
739716	07/01/1976	Josi Simone Muehlbauer Martinez

Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
733945	18/06/1983	Julia Grasiela Borges

Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
740365	05/09/1978	Denize Cristina Barbosa Dias Bauer
740851	01/06/1974	Mahira Aparecida Boettcher Bahr

## ANEXO II

Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Docência na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
724272	02/01/1981	Adriane Mallon
743764	23/11/1984	Alessandra Fritz

722438	04/02/1984	Chirlei Roberta Da Cruz Silva
732531	19/01/1984	Cilmara Czornei Lima
740087	15/05/1976	Clemair Da Silva Junior Mrocza
737871	01/08/1966	Dileia Dana
723659	15/06/1981	Giovane Stepanski Fuckner
724004	04/03/1988	Josiane Machado
725283	31/07/1987	Juliana Maria Prazmoski De Souza Sassi
734229	02/04/1982	Leidi Anne
728841	03/04/1975	Marilene Antonovicz
725596	25/04/1988	Michelli Venske Possamai
721125	22/07/1990	Regina Grosskopf
727244	21/08/1979	Renata Schaadt
742853	14/12/1973	Sandra Maria Do Rosario Noronha Da Silva
721094	04/03/1987	Sirlei Da Cruz Martins
732941	31/07/1986	Tatiane Bueno Oliveira
742220	25/10/1993	Thays Regina Diniz De Castro
732836	25/11/1986	Vanessa Maura Bertoli Rank

## Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Docência na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
740577	28/06/1976	Adriana De F Guedes
725076	24/05/1996	Agata Fernanda Da Silva Leite
721830	18/01/1985	Alessandra Alves Da Silva Nagel
739299	10/04/1998	Beatriz Pereira De Lima
740503	13/05/1996	Bianca Eiselt
742089	12/09/1990	Bruna Martha Brueckheimer Seefeld
724747	13/11/1970	Dalva Terezinha Grah Dos Santos
735753	29/02/1972	Dilma Fagundes
734850	28/03/1998	Josiele Melnek
743274	09/03/2000	Leidy Laura De Lima Groskopf
724894	07/04/1983	Pamella Katiuscia Da Rosa Santos
737150	13/09/1981	Sueli Angela Michalski

## Professor II - Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
726203	22/07/1982	Adricia Neumann
729870	19/12/1991	Egon Heinz Stüber
737343	21/02/1960	Henrique De Almeida Machado
731083	28/06/1995	Kelly Vieira
735081	14/04/1995	Pedro Henrique Maia Montijo
730482	26/12/1986	Taciane Aparecida Da Rosa

## Professor II - Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
740368	28/07/1987	Cristiane Floriani Gassner
725854	28/09/1999	Liliane Simoes Dos Santos
735782	17/08/1995	Thaiana Resende Ferraz

## Professor III - Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - HABILITADO

Não há candidatos neste cargo Professor III - Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
726105	07/11/1990	Alana Maros De Lima
725286	04/03/1993	Alexandre Alberto Pochai Socreppa
738933	24/06/1996	Angelica Adeline Do Prado
742110	14/02/1977	Elisia Cristina Mazon Da Maia

742461	16/04/1997	Jennifer Calixto Da Silva
726113	13/11/1983	Tania Maros Fischer
721113	12/03/1983	Wanderleia Do Rocio De Siqueira Cardoso

Professor III - Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA  
 Não há candidatos neste cargo Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
722660	01/04/1967	Carla Luciane Fuckner Kotovicz
733506	15/09/1995	Cleisson Pacheco Santos

Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA  
 Não há candidatos neste cargo Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO  
 Não há candidatos neste cargo Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO  
 Não há candidatos neste cargo Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA  
 Não há candidatos neste cargo Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
739169	23/07/1985	Fabiano Merim
725316	14/05/1985	Luciana Dos Santos Ramos

Professor V - Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
731447	26/03/1978	Maristela De Almeida Pereira Martins
731057	21/12/1982	Monica Miranda

Professor V - Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
724675	07/02/1980	Rosemeri Machado

Professor V - Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
737739	18/08/1998	Thayane Evangelista

Professor VI - Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
721079	14/04/1982	Cleide Josiane Honorio Teixeira Leite
742407	16/02/1969	Sirlei Diedzitsch Guerreiro Do Amaral

Professor VI - Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA  
 Não há candidatos neste cargo Professor VI - Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
742097	14/02/1977	Gilmar Da Maia
723564	15/07/1996	Giovana Paray

Professor VII - Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
732730	21/03/1990	Lorena Skibinski Da Silva
721851	21/01/1971	Luciane De Souza Wosniak

Professor VII - Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA  
 Não há candidatos neste cargo Professor VII - Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
731058	29/08/1996	Bruna Worell

Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO  
 Não há candidatos neste cargo Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA  
 Não há candidatos neste cargo Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
729515	13/04/1981	Waldir Quost Junior

Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
721225	27/04/1988	Loiva Diesel

Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
721217	20/08/1977	Tereza Raksa

Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO  
Não há candidatos neste cargo

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2017 FMAS

Publicação Nº 1425872

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2017 FMAS

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de Serviço Móvel Pessoal, com fornecimento de 04 (quatro) linhas habilitadas com serviços conforme abaixo:

02 (duas) linhas com serviços de voz e dados, com o fornecimento de 02 (duas) Estação Móvel e aparelho celular em comodato;

01 (uma) linha com serviço de voz, com o fornecimento de 01 (uma) Estação Móvel e aparelho celular em comodato;

01 (uma) linha apenas com serviços de voz, com chip GSM de corte triplo.

Dotação orçamentária: Dotações Orçamentárias dos respectivos exercícios financeiros classificadas como "outros serviços de serviços – pessoa jurídica"

Vigência: 07/11/2017 a 31/12/2017.

Do valor total: Despesa mensal estimada em R\$ 386,00 (trezentos e oitenta e seis reais).

Contratado: TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Marcia Regina Schadeck Friedrich  
Gestora

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2017

Publicação Nº 1425759

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2017

Objeto: aquisição de 8.000 litros de óleo diesel S10 consoante processo licitatório nº. 106/2016 na modalidade Pregão (presencial), como Registro de Preços

Dotação orçamentária: - Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: - - Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.02 – Serviço de Transporte e Frota; Função: 26 – Transporte; Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário; Programa – Frota Municipal; Atividade: 2.112 – Manutenção da Frota Municipal; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recursos: 1.0002 – Ordinários;

Vigência: 16/10/2017 a 31/12/2017

Do valor total: R\$ 23.536,00 (vinte e três mil quinhentos e trinta e seis reais).

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

## PORTARIA Nº 14.793 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1426591

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 14.793 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:



Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, Matrícula Funcional nº 000495, Registro no Sistema sob nº 954517, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo III lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 13 de novembro de 2017 á 02 de dezembro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente assinada e protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 17 de outubro de 2017 sob nº 13653.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
13 de novembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 14.794 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1426595

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 14.794 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal JOSÉ CARLOS NENENVE CORDEIRO, Matrícula Funcional nº 000084, Registro no Sistema sob nº 867200, ocupante do Cargo Público de Especialista em Assuntos Educacionais, exercendo a Função Gratificada de Diretor Pedagógico Administrativo da Educação Básica, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 06 de novembro de 2017 a 06 de janeiro de 2018.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput deste artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 06 de novembro de 2018 a 20 de novembro de 2017; o período de 21 de novembro de 2017 a 06 de janeiro de 2018 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 06 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
13 de novembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.795 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1426697

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 14.795 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde do Servidor Público Municipal, PEDRO IVONEI GORNIACK, Matrícula Funcional nº 000702, Registro no Sistema sob nº 955146, no Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, por motivo de doença, pelo período de 06 de novembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. A Licença prorrogada que trata o caput do artigo 1º desta Portaria será custeada pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 06 de novembro de 2017.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 13 de novembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 14/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 26\_17 - SOCIAL

Publicação Nº 1425404

#### AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2017

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 27 de Novembro de 2017 às 14h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE UNIFORMES SOB MEDIDA PARA SERVIDORES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h e das 13h15min às 17h, diariamente.

Campos Novos, 14 de novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal.

### AVISO PP 40/2017 - GÁS P13 - SAÚDE

Publicação Nº 1425461

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 29/11/2017 às 09:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÁS P13 PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.campos-novos.sc.gov.br](http://www.campos-novos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 14 de Novembro de 2017.

SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA

Secretaria Municipal de Saúde

### DECRETO Nº. 7.875/17 DE 10/11/2017 SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1426494

DECRETO Nº 7.875/17 de 10/11/2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei

nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/16 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do município o valor de R\$ 151.791,35 (Cento e cinquenta e um reais, setecentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

1.010 – Pavimentação e asfaltamento de ruas

165-4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-Aplicações Diretas  
..... R\$ 151.791,35

Art.2º - Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos e do projeto/atividade do superávit financeiro do exercício anterior/recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 10 de novembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 220H/17

Publicação Nº 1425896

PORTARIA Nº 220/17 DE 02/10/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CREMIR DIAS DE OLIVEIRA

Atilano Junk Laffin, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CREMIR DIAS DE OLIVEIRA, para exercer a função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03 e posteriores reajustes. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de Outubro de 2017

Atilano Junk Laffin

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

**PORTARIA Nº 230H/17**

Publicação Nº 1425894

PORTARIA Nº 230/17 DE 16/10/17  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAQUELINE VICENTE

Atilano Junk Laffin, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário JAQUELINE VICENTE, para exercer a função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03 e posteriores reajustes. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Outubro de 2017.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
16 de Outubro de 2017

Atilano Junk Laffin  
Administrador Geral  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

# Canoinhas

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PMC N° 001/2017

Publicação N° 1426617

#### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PMC N° 001/2017

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS faz saber a quem possa interessar que realizará CONCURSO PÚBLICO para preenchimento de vagas de provimento efetivo e de emprego público de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva. Este edital reger-se-á pelas instruções especiais contidas neste Edital e demais disposições legais vigentes.

#### 1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
14/11/2017	Publicação do Edital
17/11/2017 até às 23h59min do dia 17/12/2017	Período de Inscrições
17/11/2017 a 01/12/2017	Período para solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição
11/12/2017	Divulgação preliminar da lista de isentos do pagamento da taxa de inscrição
12/12/2017 a 13/12/2017	Prazo para recurso
14/12/2017	Divulgação definitiva da lista de isentos do pagamento da taxa de inscrição
17/11/2017 a 18/12/2017	Prazo para pagamento da taxa de inscrição
03/01/2018	Publicação da relação de inscritos e divulgação do local de provas
04/01/2018 e 05/01/2018	Prazo para recurso
09/01/2018	Homologação das Inscrições
17/11/2017 a 12/01/2018	Período para envio dos documentos para a Prova de Títulos
14/01/2018	Data provável para realização das provas objetivas
14/01/2018	Publicação do gabarito provisório (após as 20 horas)
15/01/2018 e 16/01/2018	Prazo para recurso
24/01/2018	Julgamento dos Recursos e Publicação das Notas da Prova Objetiva, de Títulos e da Classificação Provisória
25/01/2018 e 26/01/2018	Prazo para recurso
30/01/2018	Julgamento dos Recursos
A partir de 30/01/2018	Homologação do Resultado Final

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Concurso e/ou da Comissão Executora, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

#### 2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. Quadro de cargos, vagas, carga horária semanal, habilitação mínima e vencimento:

2.1.1. Cargos de nível superior:

Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
Advogado	Curso superior em direito com registro na OAB.	2 + CR	-	20h	2.527,57	O, T
Advogado - Assistência Social	Curso superior em direito com registro na OAB.	1 + CR	-	20h	2.527,57	O, T
Contador	Curso superior em Contabilidade e respectivo registro no Conselho Profissional.	1 + CR	-	40h	3.396,01	O, T

Enfermeiro	Curso superior em Enfermagem e respectivo registro no Conselho Profissional.	1 + CR	-	40h	2.976,24	O, T
Engenheiro Civil	Curso superior em Engenharia Civil e respectivo registro no Conselho Profissional.	1 + CR	-	40h	3.396,01	O, T
Farmacêutico	Curso superior em Farmácia e respectivo registro no Conselho Profissional.	1 + CR	-	30h	3.080,31	O, T
Médico Cancerologista Cirúrgico	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional. RQE (Registro de Qualificação de Especialidade).	1 + CR	-	10h	3.125,40	O, T
Médico Cardiologista	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional. RQE (Registro de Qualificação de Especialidade).	1 + CR	-	10h	3.125,40	O, T
Médico Cirurgião Geral	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional.	1 + CR	-	10h	3.125,40	O, T
Médico Clínico Geral Região Interiorana	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional.	1 + CR	-	20h	6.250,85	O, T
Médico Generalista - ESF	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional.	1 + CR	-	40h	12.939,66	O, T
Médico Ginecologista/Obstetra	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional. RQE (Registro de Qualificação de Especialidade).	2 + CR	-	10h	3.125,40	O, T
Médico Neurologista	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional. RQE (Registro de Qualificação de Especialidade).	1 + CR	-	10h	3.125,40	O, T
Médico Ortopedista	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional. RQE (Registro de Qualificação de Especialidade).	1 + CR	-	10h	3.125,40	O, T
Médico Pediatra	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional. RQE (Registro de Qualificação de Especialidade).	2 + CR	-	10h	3.125,40	O, T
Médico Plantonista - 30h	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional.	4 + CR	-	30h	9.071,10	O, T
Médico Plantonista - 24h	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional.	6 + CR	-	24h	7.256,88	O, T
Médico Plantonista - 36h	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional.	2 + CR	-	36h	10.885,63	O, T
Médico Urologista	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional.	1 + CR	-	10h	3.125,40	O, T
Terapeuta Ocupacional	Curso superior em Terapia Ocupacional e respectivo registro no Conselho Profissional.	1 + CR	-	40h	3.396,01	O, T

#### 2.1.2. Cargos de nível médio/técnico:

Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
Agente Administrativo	Ensino médio completo ou equivalente.	1 + CR	-	40h	2.127,58	O
Agente Comunitário de Saúde – Microárea: Alto das Palmeiras (*)	Ensino médio completo e residir na área de atuação.	1 + CR	-	40h	1.277,54	O
Agente Sanitário	Ensino médio completo.	2 + CR	-	40h	2.127,58	O
Auxiliar de Odontólogo	Ensino médio completo, curso de nível técnico em Saúde Bucal e registro no respectivo Conselho Profissional.	2 + CR	-	40h	937,90	O
Cuidador de Idoso	Ensino médio completo.	1 + CR	-	Turno de 24/72h	937,90	O
Técnico em Enfermagem	Ensino médio completo, curso técnico e registro no respectivo Conselho Profissional.	1 + CR	-	40h	2.127,58	O
Motorista	Ensino médio completo e carteira nacional de habilitação categoria "D".	1 + CR	-	40h	1.324,38	O

\* – Emprego Público, todos os demais cargos são Estatutários.

#### 2.1.3. Cargos de nível fundamental/alfabetizado:

Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
Servente (Feminino)	Ser alfabetizado.	01 + CR	-	40h	937,90	O
Servente (Masculino)	Ser alfabetizado.	01 + CR	-	40h	937,90	O

#### 2.1.4. Legendas Utilizadas:

Tipo de Prova "O": Aplicação de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.

Tipo de Prova "T": Aplicação de Prova de Títulos, de caráter classificatório.



Vagas PNE: Vagas Reservadas a Portadores de Necessidades Especiais (vide Item 4 do Edital).  
CR: Cadastro Reserva.

2.1.5. Os candidatos nomeados nas vagas para cargo público estarão subordinados ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas, Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e suas alterações.

2.1.6. Os candidatos nomeados nas vagas para emprego público serão regidos pela Lei Complementar Municipal nº 0015/2007, CLT e legislação correlata e sua remuneração não está vinculada aos salários previstos no quadro permanente de pessoal do Poder Público Municipal.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços e contatos atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Concurso sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Concurso deverá acompanhar, através dos meios de comunicação da administração municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Concurso.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br) e [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Concurso, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

2.5. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

2.5.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

2.5.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.5.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

2.5.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.5.5 - Carteira de Identidade;

2.5.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.5.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

2.5.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

2.5.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.5.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.5.11 - Certidão de nascimento;

2.5.12 - Certidão de casamento ou união estável;

2.5.13 - PIS/PASEP (frente e verso);

2.5.14 - Número de conta bancária;

2.5.15 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;

2.5.16 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;

2.5.17 - Cópia da Carteira de Trabalho;

2.5.18 - Comprovante de endereço;

2.5.19 - Cópia autenticada do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso;

2.5.20 - Demais documento que o município vier a exigir.

2.6 A admissão dos candidatos aprovados no Concurso dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação neste Concurso iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

3.2. A inscrição será efetuada apenas via internet sendo que o candidato deverá acessar o site ([www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br)) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

3.2.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá ler atentamente o Edital e seus Anexos para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

3.3. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

3.3.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.3.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.3.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.3.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

3.3.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão ou em valor inferior ao estipulado no respectivo boleto.

3.3.6. O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar o seu deferimento, mediante a publicação da "listagem provisória de inscritos", prevista no cronograma (item 1 deste Edital), onde sua inscrição deve constar no rol das "inscrições homologadas ou deferidas".

3.3.7. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução

da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso.

3.3.8. Não será aceita inscrição via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional ou ainda fora do prazo estabelecido.

3.4. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme prazo determinado neste Edital.

3.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Concurso.

3.6. A Prefeitura Municipal de Canoinhas e a Empresa SC TREINAMENTOS não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

3.8. Os candidatos poderão se inscrever em até dois cargos, desde que as provas sejam realizadas em horário/períodos diferentes (vide item 6 do edital).

3.9. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo encaminhando requerimento preenchido (Anexo II) via postal por SEDEX com AR até o último dia de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.) até o último dia de inscrição.

3.9.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos  
Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC  
CEP 89120-000

Requerimento de condições especiais para realização de prova

Remetente/Nome: \_\_\_\_\_

Município e nº do Edital: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

3.9.2. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.9.2.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

3.9.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito conforme o item 3.9, durante o período da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.9.3.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário de início das provas.

3.9.3.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

#### 4. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.

4.1.1. Para os cargos aprovados nesta condição, a aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, bem como deverá encaminhar, via postal por SEDEX com AR, até o último dia de inscrições o original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da necessidade especial e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular dos cargos emitido nos últimos 12 meses.

4.2.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos  
Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC  
CEP 89120-000

Documentação para concorrer às vagas reservadas para pessoas com necessidades especiais

Remetente/Nome: \_\_\_\_\_

Município e nº do Edital: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

4.4. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

4.5. Os candidatos aprovados no Concurso serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e, o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão) para o exercício do cargo.

4.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

4.7. Considera-se pessoa com deficiência, nos termos da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999.

4.8. Caso a aplicação do percentual de 5% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

## 5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO E DAS ISENÇÕES

5.1. O valor da taxa de inscrições:

- a) Para os cargos de nível Fundamental/Alfabetizado é de R\$ 40,00 (quarenta reais).
- b) Para os cargos de nível Médio e/ou Técnico é de R\$ 60,00 (sessenta reais).
- c) Para os cargos de Nível Superior é de R\$ 100,00 (cem reais).

5.2. São isentos da taxa de inscrição neste Concurso:

- a) O candidato que esteja desempregado;
- b) O candidato doador de sangue residente no território canoinhense.

5.2.1. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue residente no território canoinhense deverá enviar até a data prevista no cronograma, os seguintes documentos:

5.2.1.1. Requerimento de Isenção (Anexo VII), completamente preenchido e assinado, assinalando a opção "doador de sangue".

5.2.1.2. Cópia do comprovante provisório de inscrição.

5.2.1.3. Cópia autenticada de comprovante de residência no município.

5.2.1.4. Cópia autenticada ou original de comprovação da condição de doador de sangue que deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 3 (três), vezes ao ano.

5.2.1.5. O candidato deve encaminhar a documentação dos itens acima, via postal por SEDEX com AR, até a data prevista no cronograma deste edital, conforme o item 5.2.3.

5.2.1.6. A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Concurso.

5.2.2. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por estarem desempregados deverá enviar até a data prevista no cronograma, os seguintes documentos:

5.2.2.1. Requerimento de Isenção (Anexo VII), completamente preenchido e assinado, assinalando a opção "desempregado" e declarando que não é detentor de cargo público e declarando que não possui outra fonte de renda.

5.2.2.2. Cópia do comprovante provisório de inscrição.

5.2.2.3. Cópia autenticada da carteira de trabalho, da página com os dados do candidato, da página do último registro de emprego e da página seguinte que deve estar em branco;

5.2.2.4. Comprovante de inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal - CadÚnico.

5.2.2.5. Encaminhar a documentação do item acima, via postal por SEDEX com AR, até a data prevista no cronograma deste edital, conforme o item 5.2.3.

5.2.2.6. A constatação de falsidade nas declarações apresentadas, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Concurso.

5.2.3. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos  
Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC  
CEP 89120-000

Documentação para isenção de taxa de inscrição

Remetente/Nome: \_\_\_\_\_

Município e nº do Edital: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

5.2.4. O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Isenção.

5.2.5. Sendo indeferido o pedido de isenção da taxa de inscrição, restará ao candidato pagamento da respectiva taxa de inscrição até a data limite constante no boleto.

5.2.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

5.2.7. Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção, acompanhado dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

5.2.8. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda fora do prazo.

## 6. DA PRIMEIRA ETAPA DO CONCURSO: PROVA OBJETIVA

6.1. PROVA OBJETIVA (PO) de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente edital e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo 1, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.1.1. Serão considerados aprovados neste Concurso Público os candidatos que atingirem nota igual ou superior a 50% (5,0 pontos) na prova objetiva.

6.1.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 6.3.

6.2. A prova objetiva para os cargos de NÍVEL SUPERIOR e DE NÍVEL FUNDAMENTAL/ALFABETIZADO será realizada na data provável de 14 de janeiro de 2018, considerando os seguintes horários:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	8h e 45min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	9h e 15min
Início da prova	9h e 30min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até as	10h e 30min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	12h e 30min

6.2.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 9h e 15 minutos, sob qualquer alegação.

6.2.2. O tempo total de realização das provas já compreende o tempo necessário para preenchimento do cartão-resposta.

6.3. A prova objetiva para os cargos de NÍVEL MÉDIO ou TÉCNICO será realizada na data provável de 14 de janeiro de 2018, considerando os seguintes horários:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	13 e 30min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	14h e 00min
Início da prova	14h e 15min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até as	15h e 15min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	17h e 15min

6.3.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 14h e 00minutos, sob qualquer alegação.

6.3.2. O tempo total de realização das provas já compreende o tempo necessário para preenchimento do cartão-resposta.

6.3. A Prova Objetiva será composta do seguinte programa de provas:

6.3.1. Para os cargos de NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E SUPERIOR terá 50 questões, distribuídas da forma abaixo:

PROVA OBJETIVA	DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	10	0,16	4,00
	Matemática	10		
	Conhecimentos Gerais e Atualidades	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Técnicos do cargo, Legislação e Informática Básica	25	0,24	6,00
	TOTAL	50	10,00	

6.3.2. Para os cargos de NÍVEL FUNDAMENTAL/ALFABETIZADO terá 40 questões, distribuídas da forma abaixo:

PROVA OBJETIVA	DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
----------------	-------------	--------------------	-----------------------	-------------------------

Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	10	0,20	4,00
	Matemática	5		
	Conhecimentos Gerais e Atualidades	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Técnicos do cargo e Legislação	20	0,30	6,00
	TOTAL	40	10,00	

#### 6.4. Normas para ingresso e prestação da Prova Objetiva

6.4.1. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

6.4.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

6.4.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

6.5. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato sob pena de ser excluído do Concurso:

6.5.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Concurso, bem como consultar livros ou apontamentos;

6.5.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

6.5.3. Fazer uso de telefone celular, relógios ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

6.5.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local e na forma indicados pelo fiscal;

6.5.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Concurso, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

6.5.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.5.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Concurso.

6.6. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, inclusive com detector de metais, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

6.7. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

6.8. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

6.9. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

6.9.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.

6.9.2. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

6.9.3. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

6.9.4. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.

6.9.5. Serão considerados sem efeito, os cartões-resposta entregues sem a assinatura do candidato.

6.10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

6.10.1. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

6.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

6.11.2. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, ao representante da Comissão Executiva do Concurso.

6.12. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

6.13. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, a resposta será corrigida no gabarito final.

6.14. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.



**7. DA SEGUNDA ETAPA DO CONCURSO: PROVA DE TÍTULOS**

7.1. A PROVA DE TÍTULOS para todos os cargos de NÍVEL SUPERIOR a ser computada a todos os candidatos aprovados na prova objetiva será realizada no período de 17 de novembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018 sendo que o candidato deverá enviá-lo, na forma dos itens a seguir, via postal por SEDEX com AR onde no exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos

Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC

CEP 89120-000

**DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS**

Remetente/Nome: \_\_\_\_\_

Município e nº do Edital: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

7.1.1. Os candidatos deverão efetuar os seguintes procedimentos para a apresentação dos títulos:

- Preencher devidamente o Anexo III numerando e ordenando corretamente os títulos a serem apresentados.
- Todas as folhas (cópias reprográficas autenticadas em cartório ou cópias simples para os documentos que possuírem código para verificação de autenticidade) deverão ser paginadas (Exemplo: 1/5, 2/5... 5/5), de acordo com a ordem do título preenchido no formulário de avaliação de títulos.
- Os títulos devem ser grampeados na ordem de paginação com o Anexo III como primeira folha e ser acondicionados em envelope fechado e opaco.
- Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, ou sem o devido preenchimento do formulário de avaliação de títulos (Anexo III) ou ainda fora do prazo e horários determinados.

7.2. A Prova de Títulos (PT) será de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos, conforme a seguir:

Títulos (concluídos) Descrição Pontuação	Descrição	Pontuação por Título	Pontuação Máxima
Certificado de pós-graduação	Doutorado	4,00	4,00
	Mestrado	3,00	3,00
	Especialização (mínimo 360 h/a)	1,00	3,00

I. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

II. Não serão pontuados os títulos que constituírem requisito básico para o exercício do cargo.

III. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos.

IV. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

V. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

VI. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Concurso.

VII. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

VIII. A Comissão responsável pelas análises dos títulos poderá solicitar ao candidato outro(s) documento(s) que achar conveniente para confirmar as informações prestadas.

7.3. Para os demais cargos não haverá Prova de Títulos.

7.4. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

**8. DAS NOTAS, DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO**

8.1. Para todos os cargos de NÍVEL SUPERIOR a nota final será:

$PO = 80\% + PT = 20\%$ , onde a fórmula final será  $PO \times 0,8 + PT \times 0,2$ .

8.2. Para os DEMAIS CARGOS a nota final será:

$PO = 100\% = NF$ .

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PT = Prova de Títulos

NF = Nota Final

8.3. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

8.3.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais casos, será:

8.3.1. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;



8.3.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais;

8.3.3. Que tiver maior idade.

8.3.4. Que tiver maior número de filhos.

8.4. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

8.4.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;

b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for impar, a ordem será decrescente.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

9.1.1. Da impugnação do presente Edital;

9.1.2. Do não deferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição;

9.1.3. Do não deferimento do pedido de inscrição;

9.1.4. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

9.1.5. Da nota da prova objetiva;

9.1.6. Da nota da prova de títulos;

9.1.7. Da classificação Provisória.

9.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento no Município de Canoinhas.

9.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa SC TREINAMENTOS – [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br), no campo RECURSOS, disposto na área referente a este Concurso. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

9.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

9.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Concurso constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

## 10. DA VALIDADE DO CONCURSO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, a contar de sua homologação final podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

10.2. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

10.3. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município, sendo que a admissão é de competência do Município, dentro da validade do Concurso Público ou de sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

10.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

10.5. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município.

10.6. A comunicação para admissão neste Concurso Público será publicada no Município e realizada individualmente e diretamente ao candidato obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação.

10.7. O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Concurso Público.

10.8. Caso o candidato convocado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a admissão, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração convocará o próximo candidato classificado.

10.9. O candidato convocado terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura da notificação para entregar a documentação exigida no setor de Recursos Humanos e efetivamente assumir o cargo.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Concurso, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Canoinhas e nos sítios [www.sconcursos.com](http://www.sconcursos.com).

br e [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

11.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

11.3. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Concurso, sendo a Comissão Executora competente também para julgar, em decisão irrecorrível e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

Prefeitura Municipal de Canoinhas, em 14 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

## ANEXO I

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

#### CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS GERAIS PARA O CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO

##### LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos – O verbo – Estrutura do período, da oração e da frase – Ortografia, acentuação e pontuação – Denotação e conotação – Fonologia – Classes Gramaticais – Formação de Palavras.

##### MATEMÁTICA:

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Juros Simples.

##### CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES:

História e geografia do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do Brasil e de Santa Catarina. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal.

#### CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS GERAIS PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

##### LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

##### MATEMÁTICA:

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação e Interpretação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Cálculos algébricos, produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas, simplificação de expressões algébricas; Equações, Inequações, sistemas polinomiais de 1º e 2º grau; Sequências e Progressões; Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares; Análise Combinatória; - Probabilidade; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Estudo de funções: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica e trigonométrica; Geometria Plana e Espacial, trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência e cônicas; Polinômios e equações polinomiais.

##### CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES:

História e geografia do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal.

#### CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO:

##### ADVOGADO e ADVOGADO - ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIREITO CONSTITUCIONAL: Poder Constituinte. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade das leis e atos normativos: Sistemas difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. Princípios Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos poderes. Defesa do Estado e instituições democráticas. Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Disposições constitucionais gerais e transitórias. Emendas constitucionais. Lei de Responsabilidade Fiscal. Legislação vigente.

DIREITO ADMINISTRATIVO: Direito Administrativo. Fontes do Direito Administrativo. Interpretação do Direito Administrativo. Sistemas Administrativos. Administração Pública. Poderes

Administrativos. Atos Administrativos e Atos da Administração. Princípios da Administração Pública. Contratos Administrativos. Licitação. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Improbidade Administrativa. Bens públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Controle da Administração. Legislação vigente.

DIREITO CIVIL: Direito Civil. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Bens. Fatos jurídicos.

Atos jurídicos. Negócio jurídico. Prescrição e decadência. Prova. Direito as Obrigações. Contratos em geral. Contratos em espécie. Responsabilidade civil. Legislação vigente.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** Processo de Conhecimento. Atos Processuais. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Processo e Procedimento. Procedimento Ordinário. Processo nos Tribunais. Recursos. Processo de Execução. Processo Cautelar. Procedimentos Especiais. Ação

Rescisória. Mandado de Segurança. Ação de Execução Fiscal. Legislação vigente.

**DIREITO DO TRABALHO:** Direitos Constitucionais dos trabalhadores. Normas gerais e específicas de tutela do trabalho: Segurança e medicina do trabalho. Contrato de trabalho. Consolidação das Leis Trabalhistas. Legislação vigente.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO:** Justiça do Trabalho. Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Processo judiciário do trabalho. Processo em Geral. Dissídios Individuais. Dissídios Coletivos. Execução. Recursos. Legislação vigente.

**DIREITO TRIBUTÁRIO:** Normas gerais de Direito Tributário. Fontes do Direito Tributário. Norma tributária: vigência, aplicação, interpretação e integração. Tributo: conceito, natureza jurídica e espécies. Hipótese de incidência: conceito e aspectos. Fato gerador. Obrigações tributárias: conceito e espécies, sujeitos ativo e passivo. Obrigação principal e acessória. Crédito tributário: conceito, natureza, lançamento, modalidades e revisão do lançamento, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Responsabilidade tributária. O Sistema Tributário Nacional: limitações constitucionais ao poder de tributar, imunidade tributária, competência tributária, tributos federais, estaduais e municipais. Administração tributária. Repartição das receitas tributárias. Garantias e privilégios do crédito tributário.

Lei Orgânica Municipal. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### AGENTE ADMINISTRATIVO

Técnicas de redação oficial conforme Manual de Redação Oficial da Presidência da República. Princípios de Direito Administrativo. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos; classificação; espécies; extinção, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Mérito do ato administrativo. Discricionariedade. Teoria dos motivos determinantes. Contratos Administrativos: aspectos gerais e especiais, abrangendo a formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão; Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judiciário da administração. Lei 4.320/64 e suas alterações. Lei Complementar 101/2000 e suas alterações. Planejamento Estratégico. Generalidades administrativas e Contábeis. Código Tributário Nacional; Tributos; Tarifas e Preços Públicos. Atualidades relativas à profissão. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações. Lei de Improbidade Administrativa. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Lei Orgânica do Município e emendas. Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas). Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde. Cadastramento de famílias. Pré-Natal. Parto e Nascimento Humanizado, Puerpério. Aleitamento materno. Vigilância epidemiológica. Conceitos básicos: endemias, epidemia, pandemia, hospedeiros, reservatório, vetores de doenças, via de transmissão de doenças. Indicadores de saúde. Interpretação demográfica. Saneamento Básico Meio Ambiente (água, Solo e Saúde). Higiene pessoal (bucal). Saúde da criança, do adolescente, da mulher (exames de prevenção ao câncer de mama e cervico-uterino), do homem (exames de prevenção ao câncer de próstata), do idoso. Prevenção a acidentes da criança e do idoso. Direitos da criança. Direito dos idosos. Alimentação e nutrição. Planejamento familiar. Prevenção e combate ao uso de drogas. Conhecimento sobre as principais doenças Infecciosas e Parasitárias, DST/AIDS, coqueluche, dengue, difteria, doença de chagas, escarlatina, esquistossomose, febre amarela, febre tifóide, hanseníase, hepatites, leptospirose, malária, meningite, parotidite, poliomielite, raiva, rubéola, sarampo, tétano, tuberculose, varicela e outras doenças do aparelho respiratório e circulatório. Biologia e controle de roedores, escorpiões e outros peçonhentos. Calendário de vacinas. PSF (programa de saúde da família). Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### AGENTE SANITÁRIO

Noções de instalações hidrossanitárias e de coleta e tratamento e emissão de dejetos sólidos em edificações para fins habitacionais, comerciais, industriais e de prestação de serviços; Noções de tratamento de lixo orgânico, tóxico, poluente, danoso ao meio ambiente; Normas de higiene e de segurança para a saúde pública na produção, manuseio, armazenagem e comercialização de alimentos; Normas de comercialização de produtos como remédios e agrotóxicos; Normas de segurança para abate, distribuição e comercialização de carnes; Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil, A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis, Agentes infecciosos e suas propriedades, Conceitos Básicos usados em Epidemiologia, Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva, Indicadores de Saúde (medidas de saúde coletiva-coeficiente, taxa) e utilização nos serviços de saúde, Lei nº 8.080/90 e Lei 12.401/11. Epidemiológica das doenças imunoprevisíveis, Vigilância Epidemiológica das doenças transmitidas por vetores, Vigilância Epidemiológica das doenças diarreicas, Vigilância Epidemiológica das Zoonoses, Sistema de Informação em Epidemiologia (notificação, investigação, fluxo das informações), SUS e a vigilância epidemiológica. Saneamento. Mapeamento/territorialização. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário. Diagnóstico comunitário. Risco e gerenciamento de risco sanitário. Conceitos: Abrangência, instrumentos de atuação, poder de polícia, emissão de autos e documentos legais. Riscos ocupacionais e Saúde do Trabalhador. Infrações à legislação sanitária e suas sanções -

Lei Federal 6437/77. Alimentos: Manipulação, Armazenamento Transporte. Doenças Transmitidas por Alimentos. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - Lei Federal 9782/99 e suas alterações e regulamentações. Código de Posturas do Município. Normas gerais de saúde em Santa Catarina – Lei/SC 6.320/83 e suas alterações e Decretos regulamentadores. Política Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal Nº 11.445, de 2007) e Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal Nº 12.305, de 2010). Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### AUXILIAR DE ODONTÓLOGO

Conhecimentos básicos da função; Processamento de radiografias; Orientação para a saúde bucal; Acolhimento e preparo de paciente para o atendimento; Noções da rotina de um consultório dentário; Noções de arquivos específicos da odontologia: fichas de pacientes, radiografias, documentações; Esterilização de materiais; Limpeza e desinfecção do meio de trabalho; Conhecimento de todos os instrumentos utilizados nas práticas odontológicas; Materiais dentários: indicação, proporção e manipulação; preparo de bandeja; Medidas de proteção individual; Noções de microbiologia Parasitologia; doenças transmissíveis na prática odontológica; Biossegurança, ergonomia e controle de infecção no consultório; Normas de desinfecção e esterilização; Noções de ergonomia aplicadas à odontologia. Etiologia e comportamento da cárie dental. Anatomia bucal e dental. Primeiros Socorros. Estratégia de Saúde da Família. Atualidades relativas à profissão. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município. Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas). Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### CONTADOR

Princípios de Direito Administrativo. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos; classificação; espécies; extinção, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Mérito do ato administrativo. Discricionariedade. Teoria dos motivos determinantes. Contratos Administrativos: aspectos gerais e especiais, abrangendo a formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão; Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judiciário da administração; Normas Constitucionais sobre Administração Pública: artigos 37 a 41 da Constituição Federal. Técnicas de redação oficial conforme Manual de Redação Oficial da Presidência da República. Contabilidade Pública: Conceito, Campo de Atuação e Regimes Contábeis. Receita Pública: Conceito e Classificação. Receita Orçamentária. Receita Extra Orçamentária. Codificação. Estágios. Restituição e Anulação de Receitas. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e Classificação. Despesa Orçamentária e Despesa Extra Orçamentária. Classificação Econômica. Classificação Funcional-Programática. Codificação. Estágios. Restos a Pagar. Dívida Pública. Regime de Adiantamento. Créditos Adicionais. Escrituração das operações típicas das Entidades Públicas: do Sistema Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Auditoria: Noções gerais sobre auditoria: conceituação e objetivos. Auditoria interna, externa e fiscal: conceito, objetivos, forma de atuação, responsabilidades e atribuições. Procedimentos de auditoria. Normas de execução dos trabalhos de auditoria. Estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos. Aplicação dos procedimentos de auditoria. Documentação de auditoria. Continuidade normal dos negócios da entidade. Tipos de Parecer do auditor. Fraude e erro. Auditoria das contas de resultado: receitas, despesas e custos. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações. Lei de Improbidade Administrativa. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Lei Orgânica do Município. Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas). Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### CUIDADOR DE IDOSO

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Atendimento ao público. Conhecimentos inerentes ao Programa – CRAS, à Proteção Social Básica, Proteção Social Especial. LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). Declaração Universal dos Direitos Humanos; Noções sobre a Política Nacional de Assistência Social; Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Sistema Único de Assistência Social. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 (Resolução nº 145, de 15 de Outubro de 2004 - DOU 28/10/2004). Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. Dispõe o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Acompanhante Hospitalar do Idoso. Alimentação do idoso: Alimentação saudável. Grupos de Alimentos. Noções de Geriatria e Gerontologia. Características anatomo-fisiológicas do envelhecimento. Doenças prevalentes no idoso: Metodologia da assistência aplicada ao idoso portador de doenças crônico-degenerativas em tratamento clínico. Noções de primeiros socorros. Procedimentos técnicos básicos em ambiente domiciliar: aspectos variados de riscos e agravos cotidianos. Noções de farmacologia e administração de medicamentos: vias de administração de medicamentos. Noções de biomecânica: mecânica corporal, posicionamento e mudança de decúbito. Transporte do idoso. Deambulação e locomoção. Restrição de movimentos e segurança. Cuidados de higiene e promoção do bem estar físico: princípios básicos de higiene. Higiene oral. Banho no leito. Banho de aspersão. Higiene íntima. Troca de fraldas. Cuidados com sondas vesicais. Prevenção e cuidados de feridas. Atividades físicas



e lúdicas nos idosos. Lei Orgânica do Município. Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas). Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### ENFERMEIRO

Atenção à saúde da mulher no ciclo reprodutivo. Planejamento e Assistência de enfermagem ao parto, préparto, puerpério (Baixo e Alto Risco), urgências e emergências maternas. Planejamento e assistência de Enfermagem à Criança na Unidade Pediátrica e UTI Neonatal com distúrbio gastrointestinal, respiratório, geniturinário, hematológico, cardiovascular, endócrino, neurológico, e metabólico. Atenção humanizada à mulher, criança e família. Aspectos básicos da assistência de enfermagem médico-cirúrgica. Assistência de enfermagem ao paciente portador de doença crônico-degenerativa, causas da doença e métodos de tratamento. Assistência de enfermagem pré e pós-operatória com ações de enfermagem na realização de curativos. Assistência de enfermagem ao indivíduo acometido de distúrbios cardiovasculares, renais e respiratórios, em situações de urgência/emergência e em Unidade de Terapia Intensiva. Assistência de enfermagem nos distúrbios e/ou afecções imunológicas e de doenças infecto-parasitárias. Prevenção e controle da Infecção Hospitalar. Terapia medicamentosa. Intervenções de enfermagem no preparo, esterilização. Atualidades relativas à profissão. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município. Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas). Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### ENGENHEIRO CIVIL

Projetos de obras civis. Projetos de Topografia; Planialtimetria; Projetos Arquitetônicos; Execução e Projetos Estruturais (concreto, aço, madeira e rochas); Execução e Projetos de instalações hidrossanitárias e elétricas. Execução e projeto de Fundações e Contêntes. Mecânica dos solos. Execução e Projeto de instalações especiais e Telefonia. Instalação de Elevadores. Execução e Projeto de Instalações de ventilação, exaustão e Ar condicionado. Execução e Projeto de instalações de Combate a Incêndio. Projetos de Estações de tratamento de água, estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias de água e estações elevatórias de esgoto. Especificação normalizada de materiais e serviços. Propriedades dos materiais de construção civil. Programação de obras. Orçamento e composição de custos unitários, parciais e totais: levantamentos quantitativos. Planejamento e cronograma físico-financeiro: PERT-CPM. Gerenciamento de obras. Construção. Procedimentos normalizados de: organização do canteiro de obras; execução de fundações (fundações rasas e fundações profundas). Vedações: Alvenarias e sistemas de vedações industrializados, vedações pré-moldadas; estruturas de concreto, aço e madeira; coberturas e impermeabilização; esquadrias; pisos e revestimentos; pinturas, instalações (água, esgoto, eletricidade; telefonia; instalações especiais); fiscalização de obras; acompanhamento da aplicação de recursos (medições, emissão de fatura etc.); controle de materiais (cimento, agregados, aditivos, concreto usinado, aço, madeira, materiais cerâmicos, vidro, etc.); controle de execução de obras e serviços terceirizados. Hidráulica e Hidrologia; Irrigação e drenagem, barragens, canais. Solos e obras de terra (barragens, estradas, aterros etc.). Saneamento básico e saneamento ambiental (disposição de resíduos, aterros sanitários etc.). Obras de Infraestrutura urbana e rural. Estradas e pavimentação rígida e flexível. Terraplenagem. Legislação e Engenharia legal. Legislação Ambiental. Licitações e contratos. Legislação específica para obras de engenharia civil. Vistoria e elaboração de pareceres. Princípios de planejamento e de orçamento público. Elaboração de orçamentos. Normas Regulamentadoras de Saúde e segurança no trabalho. Noções de geoprocessamento. Engenharia de Avaliação: Noções da normalização de Avaliação de imóveis urbanos. Normas de desenho técnico; desenho auxiliado por computador - AutoCAD. Procedimentos de construção civil de acordo com as normas da ABNT. Normalização de serviços. Estatuto das Cidades - Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Da Tributação e Orçamento, Da Ordem Econômica e Financeira - Art. 145 a 181). Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações. Lei de Improbidade Administrativa. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Lei Orgânica do Município e emendas. Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas). Noções de Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### FARMACÊUTICO

Código de ética profissional. PORTARIA GM/MS nº 1554 de 30 de julho de 2013, assim como as demais normativas que vieram a alterá-la. (Principalmente a Portaria SCTIE/MS nº 29, de 22 de junho de 2015). PORTARIA Nº 1.555, DE 30 DE JULHO DE 2013. DELIBERAÇÃO 501/CIB/13, de 27 de novembro de 2013. DELIBERAÇÃO 398/CIB/14, de 25 de setembro de 2014. PORTARIA Nº 571, DE 5 DE ABRIL DE 2013. Utilização de testes rápidos para diagnóstico de HIV e triagem para sífilis e hepatites virais na Atenção Básica. PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011, especificamente no tocante aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. PORTARIA MS Nº 3.124, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012. PORTARIA MS nº 729, de 13 de maio de 2005. DELIBERAÇÃO 053/CIB/16, de 31 de março de 2016. Dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéias. Farmacocinética. Farmacodinâmica. Agonistas e antagonistas adrenérgicos. Drogas que atuam no sistema nervoso central: hipnóticos, sedativos e ansiolíticos. Drogas anticonvulsivantes; hipnoanalgésicos; drogas antidepressivas; analgésicos e antiinflamatórios (esteroidais e não esteroidais); drogas diuréticas; drogas cardiovasculares; antihipertensivos, antiarrítmicos. Drogas que atuam no sistema gastrointestinal: fármacos que controlam a acidez gástrica. Drogas antiparasitárias: escabícida e parasitocida. Drogas antimicrobianas: penicilinas, cefalosporinas, cloranfenicol, eritromicina, aminoglicosídeos. Interações farmacológicas: interação medicamento Estrutura física e organizacional da farmácia popular; Gerenciamento de medicamentos e de produtos farmacêuticos de uso hospitalar; Seleção de medicamentos, Sistema de Distribuição de Medicamentos; Comissão de Farmácia e Terapêutica; Papel da Farmácia no Controle das Infecções Hospitalares; Farmacovigilância Hospitalar; Farmacoeconomia; Farmacoeconomia; Terapia Antineoplásica (quimioterapia); Nutrição Parenteral; Estudos de utilização de medicamentos; Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica; Cálculos em Farmácia Hospitalar. Medicamentos Genéricos (Lei Federal 9787/1999) Medicamentos Controlados Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária (Ministério da Saúde 344/98). Atualidades relativas à profissão. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº

8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município. Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas). Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### MÉDICO CANCEROLOGISTA CIRÚRGICO

Todo o conteúdo de Médico Clínico Geral e mais: Proliferação celular. Cinética celular. Biologia molecular de células malignas. Quimioterapia antineoplásica. Terapêutica biológica: imunologia tumoral, anticorpos monoclonais, imunoterapia. Doença de Hodgkin. Linfomas não-Hodgkin. Mieloma múltiplo. Leucemias agudas e crônicas. Metástases de primário desconhecido. Tratamento de apoio na doença neoplásica. Farmacologia das drogas antitumorais. Modificadores da resposta biológica. Fatores de crescimento da medula óssea. Avaliação das respostas terapêuticas em oncologia clínica. Avaliação do estado geral em oncologia clínica. Avaliação da sobrevida. Emergências oncológicas. Tratamento da dor oncológica. Complicações do tratamento quimioterápico. Tratamento de suporte em oncologia: Epidemiologia, história natural, patologia, diagnóstico, estadiamento, prognóstico, indicações cirúrgicas, radioterapias e quimioterapias de tumores do(a): cabeça, pescoço, pulmão, mediastino, esôfago, estômago, pâncreas, sistema hepatobiliar, cólon do reto, canal anal, rim, bexiga, próstata, pênis, testículo e ginecológicos (vulva, vagina, cérvix e endométrio). Sarcomas uterinos. Doença trofoblástica gestacional. Câncer de ovário. Câncer de mama; sarcomas das partes moles; sarcomas ósseos. Câncer de pele. Melanoma. Oncologia cirúrgica. Oncologia molecular. Ginecologia oncológica. Clínica Geral. Conceitos básicos de oncologia. Princípios. Do tratamento multidisciplinar. Tratamento de tumores. Emergência oncológica clínica ou cirúrgica.

#### MÉDICO CARDIOLOGISTA

Todo o conteúdo de Médico Clínico Geral e mais: Anatomia e fisiologia do aparelho cardiovascular. Semiologia do aparelho cardiovascular. Métodos diagnósticos: eletrocardiografia, ecocardiografia, medicina nuclear, hemodinâmica, ressonância magnética, radiologia. Cardiopatias congênitas cianóticas e acianóticas: diagnóstico e tratamento. Hipertensão arterial. Isquemia miocárdica. Síndromes clínicas crônicas e agudas: fisiopatologia, diagnóstico, tratamento e profilaxia. Doença reumática. Valvopatias. Diagnóstico e tratamento. Mio-cardiopatias. Diagnóstico e tratamento. Insuficiência cardíaca congestiva. Doença de Chagas. Arritmias cardíacas. Diagnóstico e tratamento. Distúrbios de condução. Marca-passos artificiais. Endocardite infecciosa. Hipertensão pulmonar. Síncope. Doenças do pericárdio. Doenças da aorta. Embolia pulmonar. Cor pulmonar. Patologias sistêmicas e aparelho cardiovascular. Infecções pulmonares.

MÉDICO CLÍNICO GERAL REGIÃO INTERIORANA, MÉDICO GENERALISTA – ESF, MÉDICO CIRURGIÃO GERAL E MÉDICOS PLANTONISTAS Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares: insuficiência cardíaca, insuficiência coronária, arritmias cardíacas, doença reumática, trombooses venosas, hipertensão arterial, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias, gastrite e úlcera péptica, colicistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon, insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólitos e do sistema ácido base, nefrolitíase, infecções urinárias, hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal, anemias hipocrônicas, macrocíticas e homolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios da coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão: osteoartrite, doença reumatóide juvenil, gota, tufos eritematosos sistêmicos, artrite infecciosa, doença do colágeno; neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias, alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão; infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leishmaniose, malária, tracoma, estreptococcias, estafilococcias, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; escabiose. Código de Ética. Atualidades relativas à profissão. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município. Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas). Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

Todo o conteúdo de Médico Clínico Geral e mais: Embriologia e anatomia do aparelho urogenital feminino. Fisiologia menstrual – controle neuroendócrino. Esteroidogênese. Semiologia ginecológica. Desenvolvimento puberal normal e anormal. Malformações genitais e ginecologias. Planejamento reprodutivo e contracepção. Amenorréias. Sangramento genital. Hemorragia uterina anormal. Vulvovaginites. Doenças sexualmente transmissíveis. Doença inflamatória pélvica. Dor pélvica crônica. Incontinência urinária e defeitos do assoalho pélvico. Mioma uterino. Endometriose. Dismenorréia. Síndrome Pré-Menstrual. Climatério. Doenças Benignas da Mama. Infertilidade conjugal e Reprodução Assistida. Emergências Ginecológicas. Doenças malignas da mama. Propedêutica mamária. Câncer de colo uterino. Câncer de endométrio. Tumores anexiais. Câncer de ovário. Câncer de vulva. Outros tumores ginecológicos. Bases e Técnicas da Cirurgia Ginecológica. Complicações pós-operatórias. Procedimentos cirúrgicos minimamente invasivos. Endoscopia ginecológica – procedimentos histeroscópicos. Endoscopia ginecológica – procedimentos laparoscópicos. Técnicas diagnósticas e terapêuticas em uroginecologia.

#### MÉDICO NEUROLOGISTA

Todo o conteúdo de Médico Clínico Geral e mais: Anatomia e fisiologia do sistema nervoso central e periférico. Semiologia e exame físico neurológico. Doença cerebrovascular: isquemia e hemorragia. Tumores do SNC. Epilepsia: etiopatogenia, classificação internacional,



tratamento medicamentoso, estado de mal convulsivo. Hipertensão intracraniana. Doenças desmielinizantes. Demências. Neuropatias periféricas. Doenças neurológicas com manifestações extra-piramidais. Síndromes miastênicas. Diagnóstico de traumatismo crânio-encefálico. Doenças infecciosas e parasitárias do SNC. Distúrbio do sono. Preenchimento da declaração de óbito. Cefaléia.

#### MÉDICO ORTOPEDISTA

Todo o conteúdo de Médico Clínico Geral e mais: Anatomia do sistema musculoesquelético e Articular. Exame físico e semiologia ortopédica. Fraturas, luxações e lesões ligamentares do esqueleto axial: mecanismo causal, classificação, diagnóstico e tratamento. Fraturas do membro superior no adulto e na criança: mecanismo causal, classificação, diagnóstico e tratamento. Fraturas do membro Inferior no adulto e na criança: mecanismo causal, classificação, diagnóstico e tratamento. Afecções Infecciosas do aparelho osteomioarticular. Patologias congênitas do esqueleto axial, membros superiores e membros inferiores, na criança e no adulto. Vias de acesso em cirurgia traumato-ortopédicas. Lesões tumorais e pseudo tumorais na criança e no adulto, que afetam o aparelho osteomioarticular. Desordens adquiridas acometendo a cartilagem de crescimento. Embriologia, fisiologia do aparelho osteomioarticular. Propedêutica e tratamento das deformidades angulares e rotacionais, que acometem o esqueleto axial e apendicular. Radiologia convencional e avançada: TC, RM, US. Navegação. Propedêutica e tratamento das afecções degenerativas que acometem o esqueleto axial e apendicular. Doenças Ocupacionais Relacionadas ao Trabalho-DORT (ex- L.E.R.). Afecções da Coluna Vertebral-Cervicobraquialgias, Dorsalgias, Lombalgias e Lombociatalgias Agudas e Crônicas. Urgências em Traumato-ortopédicas e Emergências Traumato-ortopédicas. Doenças Osteometabólicas.

#### MÉDICO PEDIATRA

Todo o conteúdo de Médico Clínico Geral e mais: Crescimento e desenvolvimento da criança: do período neonatal à adolescência. Alimentação da criança e do adolescente. Morbidade e mortalidade na infância. Imunizações na criança e adolescência. Prevenção de acidentes na infância. Assistência à criança vítima de violência. Anemias. Parasitoses intestinais. Distúrbios do crescimento e desenvolvimento. Baixa estatura. Obesidade. Infecções urinárias. Hematúrias. Enurese. Encoprese. Constipação crônica funcional na infância. Atendimento ambulatorial da criança com necessidades especiais. Dificuldades escolares. Distúrbios psicológicos mais frequentes em pediatria. Dores recorrentes na infância. Abordagem do sopro cardíaco na criança. Adenomegalias. Infecções congênitas. Asma brônquica. Abordagem do lactente chiador. Infecções de vias aéreas superiores e inferiores. Infecções pulmonares bacterianas. Tuberculose na criança.

#### MÉDICO UROLOGISTA

Todo o conteúdo de Médico Clínico Geral e mais: Anatomia, fisiologia, embriologia e anomalias do sistema geniturinário. Semiologia e Exame clínico no paciente urológico. Exames laboratoriais e de imagem em urologia. Litíase e infecções do trato geniturinário. Traumatismo do sistema geniturinário. Neoplasias benignas e malignas do sistema geniturinário. Prevenção e diagnóstico precoce dos tumores do aparelho genital masculino. Bexiga neurogênica. Doenças vasculares do aparelho geniturinário. Tuberculose do aparelho geniturinário. Doenças específicas dos testículos. Urgências do aparelho geniturinário. Doenças sexualmente transmissíveis. Disfunção erétil. Infertilidade. Cirurgias do aparelho geniturinário. Cirurgias vídeo laparoscópicas em urologia. Transplante renal.

#### MOTORISTA

Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Legislação e Sinalização de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Manutenção e reparos no veículo. Noções básicas de mecânica de automóveis. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Lei Orgânica do Município e emendas. Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas). Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

#### SERVENTE (MASCULINO E FEMININO)

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Noções de limpeza e higiene; Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; Limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Uso e cuidado com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo; Limpeza de ruas e coleta de lixo; Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc; Pequenos reparos em instalações, mobiliários e utensílios; Limpeza interna e externa de prédios, banheiros, laboratórios, escolas, bem como de móveis e utensílios; Vigilância de patrimônio; Prevenção de acidentes; Noções de segurança no trabalho; Noções de primeiros socorros. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico. Equipamentos de Proteção Individual. Lei Orgânica do Município e emendas. Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas). Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

#### TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Procedimentos básicos da enfermagem. Técnicas, Tipos de Curativos, Administração de Medicamentos (dilução, dosagem, vias e efeitos colaterais). Medidas de controle das doenças transmissíveis; doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis. Imunização: Conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação, contra indicações, doses, vias de administração, efeitos colaterais), conservação de vacinas e soros (cadeia de frio). Esterilização: conceito, método de esterilização. Assistência de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: No controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das patologias: hipertensão arterial, pneumonias, hemorragia digestiva, diabetes mellitus, acidente vascular cerebral, traumatismos (distensão, entorses e fraturas). Primeiros Socorros. A inserção dos Serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética e Lei do Exercício Profissional. Funcionamento os sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico.

Promoção da saúde e modelos de vigilância. Estratégia de Saúde da Família. Atuação nos programas do Ministério da Saúde. Educação em saúde. Doenças de notificação compulsória. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós operatório. Assistência de enfermagem em urgência e emergência. Atualidades relativas à profissão. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município. Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas). Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### TERAPEUTA OCUPACIONAL

Conteúdos básicos das ciências biológicas: anatomia humana; bioquímica; citologia; histologia e embriologia. Prática da Terapia Ocupacional. Fundamentos da Terapia Ocupacional. Constituição do Campo. Tendências contemporâneas em Terapia Ocupacional. Atividades e recursos terapêuticos: atividade lúdica; recursos tecnológicos; próteses e órteses; psicomotricidade. Terapia Ocupacional no Campo Social. Terapia Ocupacional em Saúde do Trabalhador. Terapia Ocupacional e Deficiência Mental. Terapia Ocupacional e Reabilitação Física: abordagens terapêuticas neuromotoras e ortopédicas. Terapia Ocupacional no contexto hospitalar. Terapia Ocupacional aplicada a gerontologia e geriatria. Interface arte e saúde. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Código de Ética. Constituição Federal, do art. 196 ao 200. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - Política Nacional de Atenção Básica. Lei Orgânica do Município. Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas). Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

#### ANEXO II

##### REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Concurso nº \_\_\_\_\_ da Prefeitura Municipal \_\_\_\_\_, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_requer a Vossa Senhoria:

I – ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte:  
Fonte \_\_\_\_\_ Nº da Fonte \_\_\_\_\_

II – ( ) Sala de Amamentação:  
Nome do acompanhante: \_\_\_\_\_

III – ( ) Intérprete de Libras.

IV – ( ) Outra necessidade:  
Especificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Nestes Termos.  
Pede Deferimento.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

#### ANEXO III

##### FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_.  
Nº do CPF: \_\_\_\_\_ Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_.  
Cargo: \_\_\_\_\_.

Títulos Apresentados para a Prova de Títulos:

( ) Doutorado ou ( ) Mestrado ou ( ) Pós Graduação

Ordem	Título/Instituição	Cidade/UF
Pág.2		
Pág.3		
Pág.4		
Pág.5		
Pág.6		
Pág.7		
Pág.8		
Pág.9		
Pág.10		

Obs.: A página 1 refere-se a este anexo.

\* Numere os títulos anexados com o número de ordem informado neste formulário.

Declaro que entreguei na data abaixo, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial do Concurso. Declaro ainda que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverei apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará em minha exclusão do certame, sem prejuízo das sanções legais, bem como de que não serão aceitos títulos em desconformidade ao descrito no edital.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

## ANEXO IV

## REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Concurso nº \_\_\_\_\_ da Prefeitura Municipal \_\_\_\_\_, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria isenção da Taxa de Inscrição:

(Assinale a sua opção)

## 1) ( ) DOADOR DE SANGUE

Anexar: Comprovante provisório de inscrição, comprovante de no mínimo 3 (três) doações nos últimos 12 meses e comprovante de residência no Município de Canoinhas.

## 2) ( ) DESEMPREGADO

Anexar: Comprovante provisório de inscrição, Fotocópia do comprovante de renda (contracheque) ou declaração escrita de que se encontra desempregado acompanhado de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho, e apresentar cópia do número de Identificação Social – NIS atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal, bem como, informando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº. 6.135, de 2007. Assinalando esta opção, declaro sob as penas da lei, que não sou detentor de cargo público e que não possuo outra fonte de renda.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura do candidato)

## ANEXO V

## ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Advogado:

I - Representar judicialmente o município e fundações; II - Cobrar judicialmente a dívida ativa do município; III - Defender em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, os atos e prerrogativas do Prefeito; IV - Exercer funções de consultoria jurídica da Administração, no plano superior, bem como emitir pareceres normativos ou não, para fixar a interpretação governamental de leis ou atos administrativos; V - Elaborar minutas de informações a serem prestada ao Judiciário em mandados de segurança impetrados contra ato do Prefeito e de outras autoridades que forem indicados em forma regulamentar; VI - propor ao Prefeito o encaminhamento de representação para a declaração de inconstitucionalidade de normas, minutar a correspondente petição, bem como as informações que devam ser prestadas pelo Prefeito na forma da legislação específica; VII - defender os interesses do Município junto aos contenciosos administrativos; VIII - assessorar o Prefeito, cooperando na elaboração legislativa; IX - opinar sobre providências de ordem jurídica aconselhadas pelo interesse público e pela

aplicação das leis vigentes; X - propor ao Prefeito a edição de normas legais ou regulamentares de natureza geral; XI - propor ao Prefeito, para os órgãos da Administração direta ou indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, medidas de caráter jurídico que visem proteger-lhes o patrimônio ou aperfeiçoar as práticas administrativas; XII - propor ao Prefeito medidas que julgar necessárias a uniformização da jurisprudência administrativa; XIII - elaborar minutas padronizadas dos termos de convênios e contratos a serem firmados pelo Município; XIV - Opinar, por determinação do Prefeito, sobre as consultas que devam ser formuladas pelos órgãos da Administração direta e indireta ao Tribunal de Contas e demais órgãos de controle financeiro e orçamentário; XV - Opinar previamente com referência ao cumprimento de decisões judiciais e, por determinação do prefeito, nos pedidos de extensão de julgados, relacionados com a Administração direta estadual; XVI - Opinar, sempre que solicitado, nos processos administrativos em que haja questão correlata ou que neles possa influir como condição de prosseguimento; XVII - manter atualizada a coletânea de leis municipais, bem como a legislação federal e estadual de interesse do Município; XX - expedir instruções; XXI - determinar a propositura de ações que entender necessárias à defesa e ao resguardo dos interesses do Município; XXII - autorizar, mediante delegação de competência do Prefeito: a) a não propositura ou a desistência de medida judicial, especialmente quando o valor do benefício pretendido resultar em improbabilidade de resultado favorável; b) a dispensa da interposição de recursos judiciais cabíveis, ou a desistência dos interpostos, especialmente quando contraindicada a medida em face da jurisprudência; c) a não execução de julgados quando a iniciativa for infrutífera, notadamente pela inexistência de bens do executado; XXIII - desempenhar outras atribuições afim que lhes forem expressamente cometidas pelo Prefeito; XXIV - Compete ainda aos Advogados Municipais o controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo e a defesa dos interesses legítimos do Município.

#### Advogado - Assistência Social:

Orientação jurídico social e assessoria jurídica no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e atribuições dos demais advogados do Município; oferecer atendimento no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e atribuições dos demais advogados do Município; receber denúncias; prestar orientação jurídica aos usuários do CREAS; fazer encaminhamentos processuais; proferir palestras sobre os direitos dos usuários do serviço; esclarecer procedimentos legais aos técnicos do serviço; participar de palestras informativas a comunidade; fazer estudo permanente acerca do tema da violência; manter atualizado os registros de todos os atendimentos; participar de todas as reuniões da equipe; defesa e garantia de direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei Federal Nº 8.742, de 1993; acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; elaboração, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo; realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário; realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito; trabalho em equipe interdisciplinar; alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas; participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas; participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas; para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informação e procedimentos; fazer estudo permanente acerca do tema violação de direitos; outras atribuições definidas para a função de advogado, observado o disposto na NOB/SUAS e/ou por meio de Resolução do Conselho Nacional da Assistência Social e/ou Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

#### Contador

Elaborar os atos de contabilidade e orçamento, planejando, elaborando e executando as tarefas de acordo com as exigências legais; realizar os serviços de contabilidade, analisando e estudando contabilmente os elementos integrantes do balanço e elaborar relatórios; efetuar estudos financeiros e contábeis; desenvolver estudos e projetos de controle contábil e orçamentário; aperfeiçoar os sistemas de contabilidade; elaborar e acompanhar a execução das leis orçamentárias municipais; acompanhar a execução orçamentária e financeira; desenvolver estudos visando à elaboração da lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual; elaborar projetos sobre abertura de créditos suplementares e outros; elaborar a prestação de contas de unidades ou setores e do município; assinar balanços, balancetes e outros documentos inerentes; emitir pareceres, informações e outros; preparar relatórios e planilhas em meios eletrônicos; executar outras tarefas correlatas e aquelas determinadas pelos superiores hierárquicos. Desenvolver suas atividades profissionais de acordo com as atribuições vinculadas a Resolução 560/1983 e suas alterações e, no caso de revogação desta, pela que venha a substituí-la.

#### Enfermeiro

Realizar atividades de nível superior de elevada complexidade, relativas ao desenvolvimento e implementação de ações de educação, prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde individual e coletiva; sistematizar a assistência de enfermagem nas diferentes fases do ciclo vital e nas diversas unidades de saúde, zelando pela efetividade e eficácia dos resultados; identificar e atuar em situações de risco à saúde; supervisionar, orientar, dimensionar a equipe de enfermagem; participar da elaboração de protocolos de assistência e atuar em equipe multiprofissional; realizar o atendimento, prescrevendo os cuidados de enfermagem e medicamentos conforme protocolos técnicos, participar do planejamento, execução e avaliação das atividades a serem desenvolvidas na instituição por residentes e/ou estagiários; participar das atividades de ensino e pesquisa dentro de seu ambiente de atuação; executar suas atividades de acordo com as normas técnicas de biossegurança, bem como supervisionar e orientar a equipe multidisciplinar no uso correto de EPIs; desenvolver ações de vigilância em saúde; atuar no gerenciamento de riscos, elaborar e monitorar indicadores de assistência, qualidade e moral; atuar na prevenção de agravos relacionados ao ambiente de trabalho, como também nas ações de vigilância à saúde do trabalhador; prover recursos materiais, bem como dimensionamento e monitoramento de sua manutenção preventiva e corretiva; prover capacitação da equipe envolvida no manuseio de novos equipamentos; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade.

#### Engenheiro Civil

Estudar, avaliar e elaborar projetos de engenharia na área de construção civil, supervisionar, coordenar e fiscalizar sua execução, bem como executar outras atividades que, por sua natureza, estejam inseridas no âmbito das atribuições do cargo e da área de atuação; viabilizar, confeccionar, estudar projetos e examinando as características favoráveis e desfavoráveis para a construção da obra projetada ou que afetem a mesma, para apurar a natureza dos materiais que devem ser utilizados na construção; consultar outros especialistas da área de engenharia e arquitetura, trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido, para decidir sobre as exigências técnicas e estéticas



relacionadas a obra a ser executada; indicar tipos e qualidade de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e efetuando cálculo aproximado dos custos para elaborar o projeto da construção; preparar o programa de execução do trabalho, elaborando projetos, croquis, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários, para possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento das obras; orientar e fiscalizar a execução de projetos arquitetônicos; participar da fiscalização das posturas urbanísticas; analisar projetos de obras particulares, de loteamentos, desmembramento e remembramento de terrenos; dirigir a execução de projetos, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam as obras, para assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de qualidade e seguranças recomendados; elaborar o projeto final, de construção ou reforma de conjuntos urbanos, edificações públicas e outras obras de pavimentação em geral, drenagem e saneamento; elaborar normas e acompanhar licitações; acompanhar e controlar a execução de obras que estejam sob encargos de terceiros, atestando o cumprimento das especificações técnicas determinadas e declarando o fiel cumprimento do contrato; participar da fiscalização do cumprimento das normas de postura urbanísticas e de obras, conforme disposto na legislação municipal; observar, opinar, oferecer sugestões, revisar e discutir trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; periciar projetos e obras; participar das atividades administrativas de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; realizar estudos, elaborar e emitir pareceres, informes técnicos, relatórios e ou fazer exposições sobre situações ou problemas identificados; executar outras atribuições afins.

**Farmacêutico:**

Coordenar e gerenciar os serviços prestados pelas Farmácias Municipais. Coordenar a dispensação dos medicamentos e correlatos de acordo com as normas existentes. Coordenar e gerenciar os servidores sob sua responsabilidade. Subministrar produtos médicos e cirúrgicos, seguindo o receituário médico, controlar entorpecentes e produtos equiparados, anotando em mapas, guias e livros, atendendo as disposições legais. Executar serviço de gerenciamento na sua área de formação, controlar através de planilha de dados o fluxo dos medicamentos. Garantir o atendimento de organização dos serviços e o cumprimento da legislação sanitária e farmacêutica.

**Médico Cancerologista Cirúrgico:**

Diagnosticar e tratar as doenças oncológicas, empregando meios clínicos e cirúrgicos, buscando a cura, recuperação parcial ou métodos paliativos no alívio das dores ou sintomas decorrentes; Realizar as atribuições de Médico e demais atividades inerentes ao cargo.

**Médico Cardiologista**

Realizar exames subsidiários em cardiologia, cardiopatias congênitas; Realizar exames de Insuficiência Cardíaca Congestiva; Realizar exames de hipertensão pulmonar; Realizar exames para aterosclerose; Realizar exames de doença arterial coronária; Realizar exames de arritmias cardíacas, de miocardiopatias e doenças do pericárdio; Realizar terapêutica em cardiologia; Atuar na prevenção em cardiologia (primária e secundária); Organizar os serviços de saúde de acordo com as atribuições do cargo público; Organizar estatísticas de saúde de sua área de atuação (epidemiologia, vigilância sanitária e epidemiológica); Expedir atestados médicos; Respeitar a ética médica; Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; Guardar sigilo da atividade inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; Apresentação de relatórios semestrais de atividades para análise; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

**Médico Cirurgião Geral:**

Consulta clínica; anamnese e exame físico; prescrição médica para tratamento conservador; solicitação de exames complementares ao diagnóstico; encaminhamentos para internação ou transferência para especialidade; emissão de diagnóstico médico; dentre outras atribuições.

**Médico Clínico Geral Região Interiorana:**

Consulta clínica; anamnese e exame físico; prescrição médica para tratamento conservador; solicitação de exames complementares ao diagnóstico; encaminhamentos para internação ou transferência para especialidade; emissão de diagnóstico médico; dentre outras atribuições.

**Médico Generalista – ESF:**

Realizar consultas clínicas na área adstrita; Executar ações de assistência integral às crianças, adolescentes, adultos e idosos; Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde e quando necessário no domicílio; Realizar atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias de intervenção na atenção básica definidas na NOAS; Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; Fomentar criação de grupos de patologias específicas; Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; Encaminhar aos serviços de maior complexidade, garantindo a continuidade do tratamento na Unidade de Saúde da Família, por meio do sistema de referência a contra-referência; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar internação hospitalar perante avaliação; Solicitar exames complementares; Atestar óbitos; Identificar os problemas e os fatores de risco aos quais a população adstrita está exposta; Participar junto à equipe na elaboração das ações para a promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação; Valorizar a relação médico-paciente e médico - família a fim de criar vínculo, afeto e respeito; Prestar assistência integral ao indivíduo sob sua responsabilidade; Conhecer a realidade das famílias pelas quais é responsável, em relação aos fatores sociais, culturais, religiosos, econômicos, demográficos e epidemiológicos; Participar junto à equipe nos procedimentos de vigilância à saúde e vigilância epidemiológica; Discutir com a comunidade e com a equipe sobre o conceito de cidadania, enfatizando os direitos à saúde e as bases legais; Participar do processo de programação, planejamento das ações e organização do processo de trabalho das Unidades de Saúde da Família; Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, diabéticos, saúde mental, entre outros; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

**Médico Ginecologista/Obstetra:**

Consulta clínica em ginecologia e obstetrícia; anamnese e exame físico; prescrição médica para tratamento conservador; solicitação de exames complementares ao diagnóstico; encaminhamentos para internação ou transferência; emissão de diagnóstico médico; notificação de agravos de notificação compulsória; realização de cauterização, implante de DIU, planejamento familiar, acompanhamento de pré-natal, acompanhamento no puerpério e outras atividades pertinentes à especialidade.

**Médico Neurologista:**

Consulta neurológica; anamnese e exame físico; prescrição médica para tratamento conservador; solicitação de exames complementares ao

diagnóstico; encaminhamentos para internação ou transferência; emissão de diagnóstico médico, dentre outras atribuições.

**Médico Ortopedista:**

Consulta em ortopedia e traumatologia; anamnese e exame físico; prescrição médica para tratamento conservador; solicitação de exames complementares ao diagnóstico; encaminhamentos para internação, fisioterapia ou transferência; emissão de diagnóstico médico; realização de procedimentos ortopédicos ambulatoriais (gesso, tala gessada, contenções, pequenas cirurgias), tratamento conservador após alta hospitalar, dentre outras atribuições.

**Médico Pediatra:**

Consulta clínica pediátrica; avaliação do crescimento e desenvolvimento da criança; solicitação de exames complementares ao diagnóstico; prescrição de tratamento conservador; emissão de diagnóstico médico; atendimento de urgências/emergências a nível ambulatorial; encaminhamento para internamento ou transferência; notificação de casos de baixo peso e estatura, desnutrição ou doenças de notificação compulsória; tratamento conservador após alta hospitalar, dentre outras atribuições.

**Médico Plantonista:**

Os médicos deverão cumprir rigorosamente a escala mensal e realizar suas atividades laborais em regime de plantão noturno durante a semana e diurno e noturno nos finais de semana e feriados, de urgência e emergência, (12) doze horas por dia, 24 ou 36 horas por semana, de acordo com a escala rotativa de plantões pré-acordada entre a Secretaria Municipal Saúde, os profissionais médicos e chefia imediata do Pronto Atendimento Municipal. Atender a demanda conforme protocolo de atendimento de urgência e emergência. Realizar passagem de plantão dos pacientes sob seus cuidados. Prestar atendimento de assistência integral aos usuários do SUS do município de Canoinhas, efetuando exames médicos, diagnóstico, prescrevendo medicamentos e aplicando recursos de medicina preventiva e/ou terapêutica para promover a saúde e bem estar ao paciente, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida na rede de urgência e emergência e encaminhamentos necessários para internação ou transferências. Prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento a pacientes tanto adultos como crianças e adolescentes, em demanda espontânea, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos. Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com protocolo de acolhimento definidas pela Secretaria Municipal de Saúde e Portarias do Ministério da Saúde. Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários analisar e interpretar seus resultados; emitir diagnósticos; prescrever tratamentos; orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão; Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar (caso indicado) contatar com a Central de Regulação Médica, e demais meios disponíveis para colaborar com a organização e regulação do sistema de atenção às urgências. Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico. Fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão intensivista e de assistência pré-hospitalar; garantir a continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso. Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos, boletim de atendimento de urgência, declaração de óbitos, comunicação de acidente de trabalho, prontuários assim como outros determinados pela SMS. Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Instituição. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho; executar outras tarefas correlatas à sua área de competência. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado. Obedecer ao Código de Ética Médica.

**Médico Urologista:**

Consulta clínica urológica; anamnese e exame físico; prescrição médica para tratamento conservador; solicitação de exames complementares ao diagnóstico; encaminhamentos para internação ou transferência; emissão de diagnóstico médico; dentre outras atribuições.

**Terapeuta Ocupacional:**

Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento da comunidade afim de executar métodos e técnicas terapêuticas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental; Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorre das relações de incapacidade mental, parcial ou total; Articular com outras Secretarias Municipais e outros órgãos do Município a implantação de projetos na área de Terapia Ocupacional, em especial com crianças e idosos; Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo nas unidades escolares aspectos preventivos ligados a assuntos de Terapia Ocupacional, inclusive da APAE, caso haja convênio firmado pela municipalidade com esta entidade; Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do raciocínio e da mente; Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Terapia Ocupacional; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; Executar outras atividades correlatas.

**Agente Administrativo:**

Executar trabalhos que envolvam a interpretação e aplicação das leis e normas administrativas; Redigir expediente administrativo; Proceder à aquisição guarda e distribuição de material; Examinar processos; Redigir pareceres e informações; Redigir expedientes administrativos, tais como: memorandos, cartas, ofícios, relatórios, revisar quanto ao aspecto redacional ordens de serviços, instruções, exposições de motivos; Realizar ou orientar coleta de preços que possam ser adquiridos sem concorrência; Efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos; Fazer levantamentos de bens patrimoniais; Eventualmente realizar trabalhos datilográficos, operar com terminais eletrônicos; Realizar atividades afins.

**Agente Comunitário de Saúde - Microárea: Alto das Palmeiras – Emprego Público:**

Realizar mapeamento de sua área; Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; Identificar áreas de risco; Realizar ações e atividades no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas,



particularmente aquelas em situações de risco; Realizar por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, realizando encaminhamentos conforme situação apresentada; Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; Promover a educação e a mobilização comunitária, visando o desenvolvimento de ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente; Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade, que possam ser potencializados pela equipe; Traduzir para a Equipe a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; Auxiliar a equipe na promoção e proteção da saúde; Notificar aos serviços de saúde as doenças que necessitam vigilância; Estimular a participação comunitária; Atuar no controle das doenças epidêmicas; Acompanhar as condições de saúde das crianças, gestantes, hipertensos, diabéticos, entre outros; Prestar orientações sobre cuidados com a higiene; Realizar orientações de saúde à população de maneira integral; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

#### Agente Sanitário:

Visitar estabelecimentos com a finalidade de verificar as condições de higiene e Limpeza dos mesmos; Autuar os estabelecimentos em situação irregular; Fazer relatórios de visitas; Prestar esclarecimentos quanto às normas de higiene e limpeza; Preencher os formulários devidos, para execução dos trabalhos; Executar demais tarefas inerentes à função; Fiscalizar habitações e estabelecimentos comerciais e de serviços, excetuando-se os estabelecimentos comerciais e de serviços sob a responsabilidade de profissionais cuja a escolaridade seja a superior completa na área da saúde; Fiscalizar piscinas de uso coletivo restrito, tais como: as de clubes, condomínios, escolas associações, hotéis, motéis e congêneres; Fiscalizar as condições sanitárias das instalações prediais de águas e esgotos; Fiscalizar quanto à regularização das condições sanitárias das ligações de água e esgoto à rede pública; Fiscalizar estabelecimentos de serviços, tais como: barbearias, salões de beleza, casas de banho, estabelecimentos esportivos de ginástica, cultura física, natação e congêneres, asilos, creches e similares; Fiscalizar estabelecimentos de ensino, hotéis, motéis e congêneres, clubes recreativos e similares, lavanderias e similares, agências funerárias, velórios, necrotérios, cemitérios e crematórios, no tocante às questões higiênico-sanitárias; Fiscalizar estabelecimentos que comercializem e distribuam gêneros alimentícios, bebidas e águas minerais; Fiscalizar estabelecimentos que fabriquem e/ou manipulem gêneros alimentícios e envasem bebidas e águas minerais; Encaminhar para análise laboratorial alimentos e outros produtos para fins de controle; Apreender alimentos, mercadorias e outros produtos que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente; Efetuar interdição de produtos, embalagens e equipamentos em desacordo com a legislação sanitária vigente; Efetuar interdição parcial ou total do estabelecimento fiscalizado; Expedir autos de intimação, de interdição, de apreensão, de coleta de amostras e de infração e aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas por legislação específica; Fazer cumprir a legislação sanitária federal, estadual e municipal em vigor; Exercer o poder de polícia do Município na área de saúde pública; Elaborar réplica fiscal em processos oriundos de atos em decorrência do poder de polícia sanitária do Município; Relatar ou proferir voto nos processos relativos aos créditos do Município, enquanto membros de Juntas de Julgamentos e de Recursos Fiscais Sanitários; Executar outras atividades correlatas à área fiscal, a critério da chefia imediata; Elaborar Boletim Mensal de Apuração e Controle de Pontos (BOLMAP), que será entregue para conferência em data determinada por norma de serviço; Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos pelos auxiliares de Fiscalização; Executar outras tarefas semelhantes; Dirigir veículo da frota municipal, sempre que necessário para execução das tarefas relativas ao exercício de seu cargo, devendo estar devidamente habilitado para condução do veículo e observar as normas de trânsito.

#### Auxiliar Odontólogo:

Preparar os pacientes para as consultas; proceder a desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados; participar de atividade de educação individual e coletiva em saúde bucal, como escovação, supervisionada, orientação de escovação, uso de fio dental, entre outros, sob a supervisão do odontólogo; preparar e organizar o instrumental e materiais necessário para o trabalho; instrumentar o cirurgião dentista durante a realização de procedimentos clínicos; cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; agendar o paciente e orientá-lo quanto ao retorno e a preservação do tratamento; acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe em relação a saúde bucal; executar outras atividades correlatas que lhe foram atribuídas.

#### Cuidador de Idoso

Realizar atividades visando o desenvolvimento afetivo, cognitivo, psicomotor as diferenças individuais do idoso; Receber idoso com carinho e entusiasmo em seu abrigo; Propiciar um ambiente seguro no decorrer de sua adaptação; Executar atividades diversas de lazer, tais como jogos, brincadeiras, dentre outras; Contribuir para que os materiais de atividades lúdicas estejam sempre ao alcance dos idosos; Organizar a casa de modo a facilitar o bom andamento dos trabalhos da rotina da casa; Alimentar os idosos que ainda não conseguem fazê-lo sozinhos; Propiciar em seus momentos de alimentação a autonomia de comerem sozinhos; Acompanhar, orientar e incentivar os idosos nos horários das refeições; Realizar as trocas de fraldas dos idosos que necessitem das mesmas; Acompanhar e orientar quanto ao banho dos idosos; Orientar e/ou realizar escovação dos dentes dos idosos; Participar de cursos de capacitação sempre que convidado; Participar de reuniões administrativas e de estudo de caso sempre que convidado; Participar do momento de desligamento dos idosos, quando possível; Realizar relatórios diários da dinâmica da casa, atividades desenvolvidas, ocorrências médicas e comportamentais dos idosos; Repassar as informações obtidas à equipe técnica; Receber os idosos encaminhados até a Casa e verificar se possuem documentos e objetos pessoais; Propiciar um ambiente seguro no decorrer de sua adaptação; Repassar informações quanto aos problemas evidenciados na Casa.

#### Técnico em Enfermagem:

Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação, supervisão das atividades e na prevenção e controle de doenças em geral; Prestar cuidados integrais a pacientes em Unidades Preventivas de Saúde sob a supervisão do Enfermeiro; Auxiliar na tabulação de dados para relatórios de produtividade nos serviços de saúde; Executar tratamentos prescritos e de rotina nas unidades de saúde sob a supervisão do Enfermeiro; Distribuir medicamentos nas unidades de saúde sob orientação prévia; Executar tarefas referentes à conservação, validade e aplicação de vacinas; Integrar a equipe de saúde; Executar outras atividades correlatas que lhe forem solicitadas..

#### Motorista:

Terá como atribuições conduzir os veículos de propriedade do Município de Canoinhas, compreendidos por caminhões, ônibus, ambulâncias e automóveis em viagens intermunicipais, interestaduais e nas corridas realizadas dentro do território do município e executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

#### Servente Feminino

Executar serviços braçais nas diversas Secretarias da Prefeitura, tais como abrangendo creches, parques infantis, escolas municipais, em serviço de copa, cozinha, limpeza, limpeza pública em ruas e avenidas, praças, parques e jardins, nos prédios públicos, entre outras.

#### Servente Masculino

Executar serviços braçais nas diversas Secretarias da Prefeitura, tais como em obras públicas, limpeza pública em prédios, em praças, parques e jardins, ruas e avenidas, na coleta de lixo, nos trabalhos ligados à agricultura, nas oficinas de transporte e manutenção, entre outras.

## **EDITAL Nº05 /2017 IV FÓRUM MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Publicação Nº 1425702

### EDITAL Nº05 /2017

Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 3.804 /2005 e no Decreto Municipal nº 107/1992, convoca as Entidades, Movimentos Sociais e Municípios da cidade de Canoinhas a participarem do IV Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com a Eleição das Entidades para composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), conforme as regras fixadas neste Edital:

### REGULAMENTO DA ELEIÇÃO PARA A NOVA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

Art. 1º Poderão participar deste fórum as entidades da sociedade civil organizada, com efetiva atuação no município de Canoinhas/SC, especialmente as que atuam na área de alimentos, nutrição, educação e organização popular e que apresentarem na data da inscrição cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

Art. 2º O Fórum elegerá 08 (oito) entidades não governamentais representantes da sociedade civil organizada, com atuação no município, especialmente as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular que irão compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Canoinhas, para o biênio 2017/2019, podendo uma recondução.

Parágrafo Único: Somente será admitida no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA a participação de entidades juridicamente constituídas.

Art. 3º O credenciamento das entidades interessadas em compor o COMSEA, com exceção dos representantes do Governo Municipal que serão indicados pelo Prefeito Municipal, será efetuado junto a Coordenação Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional situada na Rua Almeida Cardoso, n. 822 – Centro – Canoinhas/SC, Fone (47) 3622-7139, no período de 10/11/2017 à 17/11/2017, nos horários matutino das 08h00m às 12h00m e vespertino das 13h00m às 15h00m, através de formulário específico fornecido pelo COMSEA, no local da inscrição. No caso das entidades, estas deverão apresentar e anexar junto ao formulário de inscrição:

- Fotocópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Fotocópia de seu Estatuto da Entidade;
- Fotocópia da Ata de Posse da Diretoria;
- Formulário de Inscrição da Entidade preenchido com fotocópia do RG e CPF de um representante da Entidade para participar do Fórum como Delegado, com direito a voto;
- Ofício de Nomeação de dois representantes da Entidade para compor o referido Conselho, sendo estes, um Titular e um Suplente, caso a entidade seja eleita;

§ 1º Os documentos acima relacionados deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 17 de novembro de 2017, bem como o preenchimento do formulário de inscrição da entidade em anexo, na Coordenação Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional situada na Rua Almeida Cardoso, n. 822 – Centro – Canoinhas/SC, Fone (47) 3622-7139

Parágrafo único: No caso de não preenchimento mínimo de vagas, ficará o COMSEA, por meio de deliberação ex-officio autorizado a promover a colocação das entidades faltantes.

Art. 4 A divulgação final das candidaturas, pela Comissão Eleitoral, ocorrerá até o dia 20 de novembro de 2017, por meio de edital.

Art. 5º O Fórum das entidades não governamentais será realizado no dia 23 de novembro de 2017, às 9h, no auditório da Câmara de Vereadores do município de Canoinhas sito a Rua 3 de maio nº 150 – Centro Canoinhas – SC.

§ 1º A comissão eleitoral será composta pelos seguintes conselheiros do COMSEA:

- I – Jéssica de Jesus Vieira, Presidente da Comissão;
- II – Adelina Berns, Vice-Presidente; e
- III – Ricardo Olsen Rodrigues, Assessor.

§ 2º Compete à comissão eleitoral;

- I – avaliar a documentação de inscrição das entidades;
- II – dar a conhecer os pedidos de inscrições indeferidas;
- III – designar um secretário para elaborar a ata do Fórum e auxiliar na condução dos trabalhos;
- IV – acompanhar o processo eleitoral; e

V – fazer a apuração dos votos.

§ 3º Caberá ao presidente da Comissão Eleitoral dirigir os trabalhos, esclarecendo dúvidas e resolvendo de pronto as eventuais questões de ordem.

Art. 6º A eleição será realizada no dia 23 de novembro de 2017 com início às 09h00m, tendo como local a Câmara de Vereadores do município de Canoinhas sito à Rua 3 de maio nº 150 – Centro Canoinhas – SC.

Art. 7º O voto direto e secreto será exercido pelo delegado, nomeado pela entidade a que representa, em cédula contendo o nome das entidades candidatas, previamente rubricada pela Comissão Eleitoral, que deverá ser depositada em local determinado pela Comissão.

§ 1º Cada entidade terá direito a um único delegado.

§ 2º O representante da entidade, no ato da votação, deverá se apresentar a comissão eleitoral informando a que entidade representa.

§ 3º Cada delegado deverá votar em até 02 (duas) entidades candidatas.

§ 4º Será considerada nula a cédula que apresentar mais de 02 (dois) candidatas assinaladas.

§ 5º Caso tenha entidades com o mesmo número de votos, em caso de empate, a Entidade constituída legalmente por período maior de tempo preencherá a vaga.

§ 6º A Cédula de votação será confeccionada e distribuída pelos membros da Comissão Eleitoral.

Art. 8º Havendo somente 08 (oito) entidades inscritas e concorrendo as vagas, a eleição poderá ser feita por aclamação, de comum acordo com as entidades inscritas.

Art. 9º Os representantes do governo municipal serão livre de escolha do Prefeito.

Art. 10º É cabível a impetração de recurso de qualquer fase deste edital no prazo de até 02 dias.

Art. 11º Os casos omissos serão decididos pela comissão Eleitoral, formada pelo conselho para acompanhamento das eleições neste fórum.

Art. 12º A função de conselheiro do COMSEA não é remunerada, sendo seus serviços considerados relevantes e de interesse público.

Canoinhas, 09 de Novembro de 2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito Municipal de Canoinhas

IV FÓRUM MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO COMSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA CANOINHAS/SC

#### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE ENTIDADE

##### I - Identificação da Entidade:

Nome da Entidade: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Nome do Representante Legal: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Atividade Principal da Entidade: \_\_\_\_\_

Segmento que deseja representar no COMSEA:

( ) Entidade que atua na área de alimentos, nutrição, educação e organização popular.

##### II – Identificação do Delegado (representante da Entidade no Fórum):

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Canoinhas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante Legal da Entidade: \_\_\_\_\_

- Anexar CNPJ da Entidade
- Anexar fotocópia da Ata de Posse da Diretoria da Entidade;
- Anexar fotocópia do Estatuto da Entidade;
- Anexar Cópia de Documentos RG e CPF do Representante da Entidade e do Delegado.

**LEI Nº 6.127/2017**

Publicação Nº 1425511

LEI Nº. 6.127/2017

**"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.399 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Povo de Canoinhas, através de seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º- O artigo 1º da Lei Municipal nº 3.399/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Ficam instituídos os Benefícios Eventuais de Assistência Social no Município de Canoinhas, em conformidade com a Resolução nº 212, de 19 de outubro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS."

Art. 2º- O artigo 2º da Lei Municipal nº 3.399/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - A concessão dos Benefícios Eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435, de julho de 2011."

Art. 3º- O artigo 3º da Lei Municipal nº 3.399/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios da cidadania e nos direitos humanos e sociais.

§1º - O benefício eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social;

§2º - O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

§3º - Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais: a criança, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública."

Art. 4º - O artigo 4º da Lei Municipal nº 3.399/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar, por conta própria, com as necessidades urgentes e com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§1º - Contingências sociais são situações que podem deixar as famílias ou indivíduos em situações de vulnerabilidade e fazem parte da condição real da vida em sociedade, tais como: acidente, nascimentos, mortes, desemprego, enfermidades, situação de emergência, estado de calamidade pública entre outros.

§2º - Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo social e/ou parecer, elaborado por Assistente Social, que compõe as equipes de referência dos equipamentos sociais – CRAS e CREAS – e/ou Assistente Social de referência, vinculado ao órgão gestor de Assistência Social, responsável pela concessão dos benefícios eventuais.

§3º - O estudo que trata no artigo 4º no §2º poderá ser dispensado em caso de indivíduo e/ou sua família já serem acompanhados pelas equipes do SUAS, em âmbito municipal, especificamente junto aos serviços socioassistenciais ofertados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e/ou no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

§4º - Os benefícios eventuais poderão ser concedidos pelo profissional de referência da Secretaria Municipal de Assistência Social nos casos dos Serviços de Proteção Social Básica, que não houver cobertura de CRAS."

Art. 5º- O artigo 5º da Lei Municipal nº 3.399/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - O acesso aos benefícios eventuais instituídos por esta Lei é garantido às famílias cujos membros tenham renda per capita mensal igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo vigente no País, considerados para esse cálculo todos os membros da família residentes no mesmo domicílio.

§1º - Na comprovação das necessidades para a concessão de benefício eventual são vedadas quaisquer situações vexatórias e de constrangimento nos procedimentos de atendimento e avaliação adotados para a comprovação das necessidades, objeto desta Lei.

§2º - A comprovação da renda será autodeclaratória.

§3º - Nos casos de vulnerabilidade que não se enquadrarem nos critérios previstos no caput do artigo 5º, será realizada avaliação mediante parecer do assistente social.

Art. 6º- O artigo 6º da Lei Municipal nº 3.399/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - Os benefícios eventuais, integrados aos serviços e programas disponíveis na Política Pública de Assistência Social no Município de Canoinhas são:

I - Auxílio natalidade;

II - Auxílio funeral;

III - Situação de vulnerabilidade temporária;

IV - Calamidade Pública.

Parágrafo Único - Para requerimento e acesso aos Benefícios Eventuais deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - Certidão de Nascimento em caso de Natalidade;

II - Certidão de Óbito e documento comprobatório das despesas emitido pela prestadora de serviços conveniada em caso de Auxílio Funeral;

III - Documentos pessoais (CPF e RG do requerente);

IV - Comprovante de residência."

Art. 7º- O artigo 7º da Lei Municipal nº 3.399/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - O benefício eventual, na forma de auxílio natalidade, bem como, os critérios, as despesas e os serviços oferecidos serão regulamentados por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social e Decreto Municipal.

§1º - O alcance do benefício auxílio natalidade poderá ocorrer na seguinte condição:

I - Necessidades do recém-nascido;

II - Apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido; e

III - Apoio à família no caso de morte da mãe.

§2º - Em caso de impossibilidade dos pais, o benefício pode ser



solicitado por um representante familiar com idade superior a 18 anos, desde que munido dos documentos necessários para a concessão.

§3º - O requerimento do auxílio natalidade deverá ser efetuado até 30 dias após o nascimento.”

Art. 8º- O artigo 8º da Lei Municipal nº 3.399/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - O benefício eventual, na forma de auxílio funeral, bem como, os critérios, as despesas e os serviços oferecidos pelo Município e pela prestadora serão regulamentados por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social e Decreto Municipal.

§1º - O benefício eventual, na forma de auxílio funeral, constituir-se em parcela única, não contributiva, de assistência social, sob a forma de prestação de serviços, para reduzir a vulnerabilidade e riscos provocados por morte de membro da família.

§2º - No que se refere ao traslado este será concedido quando:

I - O óbito ocorrer fora do município;

II - O sepultamento ocorrer no interior.

§3º - O requerimento do auxílio funeral deverá ser efetuado até 30 dias após o óbito.”

Art. 9º- Fica acrescido, à Lei Municipal nº 3.399/2001, o artigo 9º, com a seguinte redação:

“Art. 9º - Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com vínculos familiares rompidos, inseridos ou não nos Serviços de Alta Complexidade o Coordenador do Serviço/Entidade/Responsável deverá solicitar o auxílio funeral na Secretaria Municipal de Assistência Social ou de acordo com as áreas de abrangência de CRAS.”

Art. 10 - Fica acrescido, à Lei Municipal nº 3.399/2001, o artigo 10, com a seguinte redação:

“Art. 10 - Pode requerer o auxílio, o cônjuge, os filhos (com idade superior a 18 anos), os pais ou na inexistência deste um representante, desde que munido dos documentos necessários a sua concessão.”

Art. 11 - Fica acrescido à Lei Municipal nº 3.399/2001, o artigo 11, com a seguinte redação:

“Art. 11 - O benefício eventual ofertado nas situações de vulnerabilidade temporária, bem como os critérios, as despesas e os serviços serão regulamentados por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social e Decreto Municipal.”

Art. 12 - Fica acrescido à Lei Municipal 3.399/2001, o artigo 12, com a seguinte redação:

“Art. 12 - Para fins desta Lei, entende-se por situação de vulnerabilidade temporária a que caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - Riscos: ameaça de sérios padecimentos, corresponde a ameaça, ou seja, indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social;  
II - Perdas: equivalem a privação de bens e de segurança material;  
e  
III - Danos: são agravos sociais e ofensas a integridade pessoal e familiar.

§1º - Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - Da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a manutenção social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação;

c) domicílio;

II - Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - Da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - De desastres e de calamidade pública; e

V - De outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§2º - Nos casos de situação de vulnerabilidade temporária poderão ser fornecidos os seguintes benefícios:

a. Auxílio Alimentação;

b. Auxílio Passagem;

c. Auxílio Fotos (para documentos).”

Art. 13 - Fica acrescido à Lei Municipal nº 3.399/2001, o artigo 13, com a seguinte redação:

“Art. 13 - Para atendimento de necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária dos usuários e atendimento as vítimas de calamidade pública, poderão ser criados outros benefícios eventuais, por meio de Decreto Municipal de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do §2º do art. 22 da Lei nº 8.742, de 1993.

§1º - Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas e altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada.”

Art. 14 - Fica acrescido à Lei Municipal nº 3.399/2001, o artigo 14, com a seguinte redação:

“Art. 14 - Ao Município compete:

I – A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento e a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II – A realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III – Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à normatização e à operacionalização dos benefícios eventuais;

IV – A articulação com as políticas sociais setoriais e de defesa de direitos municipais para o atendimento integral da família beneficiária;

V – O cadastramento das famílias no Cadastro Único e nos demais serviços socioassistenciais.”

Art. 15 - Fica acrescido à Lei Municipal nº 3.399/2001, o artigo 15, com a seguinte redação:

“Art. 15 - O Município deverá promover ações que viabilizem e garantam a ampla e periódica divulgação dos benefícios eventuais e dos critérios para sua concessão.”

Art. 16 - Fica acrescido à Lei Municipal nº 3.399/2001, o artigo 16, com a seguinte redação:

"Art. 16 - Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social fiscalizar a aplicação desta Lei bem como estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social."

Art. 17 - Fica acrescido à Lei Municipal nº 3.399/2001, o artigo 17, com a seguinte redação:

"Art. 17 - As despesas decorrentes da concessão dos benefícios eventuais de que trata essa Lei correrão por conta do Fundo Municipal de Assistência Social, devendo constar dotação orçamentária própria consignada no orçamento anual."

Art. 18 - Fica acrescido à Lei Municipal 3.399/2001, o artigo 18, com a seguinte redação:

"Art.18 – Não são provisões da política de assistência social, conforme Resolução CNAS nº 3, de 09 de dezembro de 2010 os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de rodas, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamentos de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do Município, transportes de doentes (exceto quando se tratar de deslocamentos para perícias do INSS), leites (medicinais, com prescrição médica e laudo, emitido por profissional médico) e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso."

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## LEI Nº 6.129/2017

Publicação Nº 1425435

LEI Nº. 6.129/2017

"AUTORIZA PODER EXECUTIVO A REALIZAR CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Canoinhas a realizar contratação emergencial para serviços relativos a concessão dos Serviços Públicos de exploração, controle e manutenção do estacionamento rotativo de veículos nas vias e logradouros públicos deste município, pelo prazo de até 45 (quarenta) dias, prorrogável por igual período ou, anterior a este prazo, caso se finalize processo licitatório para a referida contratação.

Art. 2º. A contar da assinatura do contrato com o licitante vencedor do novo processo licitatório, fica imediatamente encerrado o contrato emergencial autorizado pela presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## LEI Nº 6.132/2017

Publicação Nº 1425448

LEI Nº. 6.132/2017

"AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse público no exercício financeiro de 2017, a título de transferência voluntária, como subvenção social, na forma de convênio, à entidade abaixo relacionada:

I – Hospital Santa Cruz de Canoinhas, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.192.096/0001-64, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, até o valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), destinados a cobrir as despesas com material hospitalar, medicamentos, despesas com pessoal e encargos sociais, material de expediente, material de limpeza e outros materiais e serviços que concorram para manutenção das atividades da referida entidade.

Art. 2º. O valor a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Trabalho apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único. A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, e posterior à data de vigência do mesmo, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64, salvo justificativa fundamentada para atender o interesse público.

§ 1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000, em especial o que trata os artigos 25



e 26, e, ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14 e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 2º. Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de termos de ajuste com esta municipalidade.

Art. 5º. Não se aplicam as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, conforme o disposto no seu próprio art. 3º, inciso IV, este que excetua a aplicação da mesma quando da celebração de convênios e contratos com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199, da Constituição Federal.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde  
Função 10: Saúde  
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses  
Proj./Ativ. 2.062 – Apoio ao HSCC  
3.3.50.00.00.00.00 – Transf. Inst. Privadas SFL ..... 75.000,00  
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Art. 7º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder

Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social  
Função 8: Assistência Social  
Subfunção 244: Assistência Comunitária  
Programa 10: Assistência Social Responsável  
Proj./Ativ. 2.041 – Manutenção do FMAS/SEMAS  
3.3.50.00.00.00.00 – Transf. Inst. Privadas SFL ..... 75.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 8º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas.

Art. 9º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 10 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/11/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 17/2017

Publicação Nº 1425909

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 123/2017, MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 17/2017, QUE TEM POR OBJETO A SELEÇÃO DE PROPOSTA DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL QUE MANIFESTE INTERESSE NA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTO HABITACIONAL EM ÁREA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS A SER DOADA PARA O FAR (FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL), VINCULADO AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV – 2, VINCULADO AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR.

Aos 13 (treze) dias do mês de novembro do ano de 2017, às 14h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Diogo Carlos Seidel e Sra. Karina de Cassia Kohler Wendt, nomeados pela Portaria nº 959/2017, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame (conforme previsto na ata publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina DOM/SC do dia 01/11/2017), qual seja: ENCOPLAC ENGENHARIA CONSTRUÇÃO PLANEJAMENTO CANOINHAS LTDA, sem representante presente. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelo servidor Sr. Mauricio Afonso Sobczak e estagiária Srta. Bianca Todt), as quais estavam acondicionadas em um envelope maior o qual estava devidamente lacrado e rubricado. Aberto o envelope maior verificou-se que no interior do mesmo encontravam-se os envelopes de propostas das empresas ENCOPLAC ENGENHARIA CONSTRUÇÃO PLANEJAMENTO CANOINHAS LTDA e ROCRIS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, os quais, da mesma forma estavam devidamente lacrados e rubricados (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelo servidor Sr. Mauricio Afonso Sobczak e estagiária Srta. Bianca Todt). Passou-se então a abertura da proposta da licitante habilitada. Aberta a proposta, a pontuação para execução da totalidade dos serviços previstos no edital. As empresas ficaram classificadas conforme a pontuação na tabela abaixo:

LICITANTE	Apresentação de projeto arquitetônico completo, conforme relação anexa a este edital.		Disponibilizar unidades adaptadas ao uso por pessoas com deficiência		PRAZO DE EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO		AREA DE LAZER		COBERTURA		PISO		NÚMERO DE UNIDADES	
	m2	PONTOS	%	PONTOS	Meses	PONTOS	SIM/NÃO	PONTOS	SIM/NÃO	PONTOS		PONTOS	UNIDADES	PONTOS

ENCOPLAC ENGENHARIA CONSTRUÇÃO PLANEJAMENTO CANOINHAS LTDA	43,23	4	100	3	24	0	NÃO	0	NORMAL	0	NORMAL	0	71	3
--	-------	---	-----	---	----	---	-----	---	--------	---	--------	---	----	---

A classificação foi realizada em conformidade com o item 7.10 do edital. A Comissão de licitação declarou a empresa ENCOPLAC ENGENHARIA CONSTRUÇÃO PLANEJAMENTO CANOINHAS LTDA vencedora da licitação com o projeto apresentado marcando 10 (dez) pontos. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e testemunhas abaixo.

Adilson Fernando Ribeiro Karina de Cassia Kohler Wendt Diogo Carlos Seidel  
Presidente Secretária Membro

Mauricio Afonso Sobczak Bianca Todt

### **PUBLICAÇÃO DE AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 22/2017**

Publicação Nº 1425501

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 168/2017  
TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 22/2017

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, comunica que as empresas GM INSTALADORA LTDA - ME, CNPJ 14.623.473/0001-50, interpôs recurso administrativo contra a sua inabilitação no referido processo e, a empresa QUANTUM ENGENHARIA LTDA, CNPJ 82.094.640/0001-72, interpôs recurso contra a habilitação da empresa CLÉRCIO FRANCISCO GEMRA ME. A íntegra dos recursos estão disponíveis no endereço eletrônico: [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), no link licitações, na pasta do respectivo processo.

Adilson Fernando Ribeiro  
Presidente

# Capinzal

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO FINAL CHAMADA PÚBLICA EDITAL 059/2017

Publicação Nº 1425908

RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA  
EDITAL Nº 059/2017

ORDEM	CANDIDATO
1º	Alexandre Roca Nascimento

### Lei nº 3.272/2017

Publicação Nº 1426484

LEI No 3.272, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, na forma da dotação orçamentária descrita no quadro a seguir:

0101	PODER LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01	LEGISLATIVA	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01.031.0001.1001	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS PARA O LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-001	Aplicações Diretas	000	000	R\$	50.000,00
	Total			R\$	50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na forma do quadro a seguir:

0101	PODER LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01	LEGISLATIVA	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
0101.01.031.0001.1003	AMPLIAÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-003	Aplicações Diretas	000	000	R\$	50.000,00
	Total	000	000	R\$	50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 10 de novembro de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário de Administração e Finanças

### Lei nº 3.273/2017

Publicação Nº 1426516

LEI Nº 3.273, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Institui o tema "Empreendedorismo" na rede Municipal de Ensino do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o tema Empreendedorismo no Ensino Fundamental das Escolas da Rede Municipal de Capinzal.  
Parágrafo único. Caberá às escolas, citadas no artigo 1º, incluir e ministrar na forma de tema transversal, em projeto extracurricular, com o nome de: Empreendedorismo.

Art. 2º Entende-se por Empreendedorismo o aprendizado pessoal que, impulsionado pela motivação, criatividade e iniciativa, capacita para a descoberta vocacional, a percepção de oportunidades e a construção de um projeto de vida.

Art. 3º Compete a Secretaria Municipal de Educação pela sua coordenação pedagógica, oferecer as orientações necessárias aos professores para o desenvolvimento do tema.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos previstos nesta lei, poderão ser celebrados convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades da sociedade civil organizada e iniciativa privada.

Art. 5º No tema Empreendedorismo, a escola deverá atender os seguintes preceitos:

- I – noções de empreendedorismo, plano de negócios e empreendedorismo rural (optativo de acordo com a demanda);
- II – identificação de oportunidades, preparação para o mercado de trabalho e primeiro emprego;
- III – construção de competências profissionais, habilidades sociais e marketing pessoal;
- IV- motivação para superação de obstáculos, estímulo à criatividade formando alunos autônomos, éticos e responsáveis;
- V- construção de conhecimentos em economia familiar;
- VI- orientação vocacional e planejamento de carreira;
- VII- orientação e educação financeira;
- VIII- ampliação da relação aluno/escola e comunidade;

Art. 6º Fica sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Capinzal, por meio da sua Secretaria competente, regulamentar e implementar ações pedagógicas que efetivamente garantam a inserção do tema "Empreendedorismo" nas atividades e ou programas que compõem o Ensino Fundamental.

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado praticar atos que regulamentem essa Lei no prazo máximo de até 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação, com sua aplicabilidade para o Ano Letivo subsequente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 13 de novembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

## CÂMARA MUNICIPAL

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PARECER DE REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 07

Publicação Nº 1425889

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei Legislativo nº 07, de 2017, de autoria do Vereador Gilmar Junior da Silveira-PSD, dispõe sobre a instituição da disciplina de "Empreendedorismo" na rede Municipal de Ensino do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto, a esta Comissão, o parecer de Redação Final do Projeto de Lei Legislativo nº 07, de 2017.

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 7, DE 26 DE MAIO DE 2017.

Institui o tema "Empreendedorismo" na rede Municipal de Ensino do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o tema Empreendedorismo no Ensino Fundamental das Escolas da Rede Municipal de Capinzal.

§ 1º Caberá as escolas, citadas no artigo 1º, incluir e ministrar na forma de tema transversal, em projeto extracurricular, com o nome de: Empreendedorismo.

Art. 2º Entende-se por Empreendedorismo o aprendizado pessoal que, impulsionado pela motivação, criatividade e iniciativa, capacita para a descoberta vocacional, a percepção de oportunidades e a construção de um projeto de vida.

Art. 3º Compete a Secretaria Municipal de Educação pela sua coordenação pedagógica, oferecer as orientações necessárias aos professores para o desenvolvimento do tema.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos previstos nesta lei, poderão ser celebrados convênios com órgãos públicos federais,

estaduais e municipais, entidades da sociedade civil organizada e iniciativa privada.

Art. 5º Na disciplina de Empreendedorismo, a escola deverá atender os seguintes preceitos:

- I – noções de empreendedorismo, plano de negócios e empreendedorismo rural (optativo de acordo com a demanda);
- II – identificação de oportunidades, preparação para o mercado de trabalho e primeiro emprego;
- III – construção de competências profissionais, habilidades sociais e marketing pessoal;
- IV- motivação para superação de obstáculos, estímulo à criatividade formando alunos autônomos, éticos e responsáveis;
- V- construção de conhecimentos em economia familiar;
- VI- orientação vocacional e planejamento de carreira;
- VII- orientação e educação financeira;
- VIII- ampliação da relação aluno/escola e comunidade;

Art. 6º Fica sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Capinzal, por meio da sua Secretaria competente, regulamentar e implementar ações pedagógicas que efetivamente garantam a inserção do tema “Empreendedorismo” nas atividades e ou programas que compõem o Ensino Fundamental.

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado praticar atos que regulamentem essa Lei no prazo máximo de até 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação, com sua aplicabilidade para o Ano Letivo subsequente.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), em 10 de outubro de 2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final  
Os Membros desta CCJ acompanham o voto do Relator  
Membros

Vereador Renato Marcelo Markus-PR  
Presidente

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-PMDB Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB  
Membro/Relator Membro

## **COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARECER PRELIMINAR PROJETO DE LEI Nº 33/2017**

Publicação Nº 1425957

### **COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARECER PRELIMINAR**

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 33/2017 - Ementa: estima a receita e fixa a despesa do Município de Capinzal para o exercício financeiro de 2018.

Relator: Vereador Lucas Antônio Dorini

1 – Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, onde o Presidente avocou a relatoria do mesmo. O Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 27/10/2017, sob o nº 4543, lido no expediente da Sessão Plenária do dia 7/11/2017 e publicado no DOM em 1/11/2017, sob o nº 2.375. Nesta Comissão de Orçamento, o PL foi recebido em 31/10/2017, onde foi exarado o parecer favorável pela Assessoria Jurídica desta Casa, quanto a sua legalidade e

constitucionalidade. Da mesma forma o PL atende ao disposto no artigo 165, III, da Constituição Federal, artigos 96 e 97, da Lei Orgânica, artigo 1º, III, da Lei Complementar Municipal nº 048/2001, artigo 22 da Lei nº 4.320/1964 e na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado é legal e constitucional, sendo de competência do Prefeito a iniciativa do Projeto, o qual estima a receita e fixa as despesas do Município de Capinzal para o exercício financeiro do ano de 2018, ambas no valor de R\$ 99.603.971,25 (noventa e nove milhões, seiscentos e três mil, novecentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos). Esta relatoria emite o Parecer Preliminar, na forma do parágrafo 1º do art. 150 do Regimento Interno. Na sequência, deverá ser realizada a audiência pública, na forma do parágrafo 3º do art. 150, do RI, e após aberto o prazo de 5 dias para apresentação de emendas parlamentares, seguindo com a apresentação do Parecer Final.

3. Voto do Relator: Pelo exposto, este relator é favorável a tramitação regimental do Projeto de Lei nº 33/2017. Sala das Comissões, em 7 de outubro de 2017.

Vereador Lucas Antônio Dorini  
Relator.

4. Parecer da Comissão: Os Membros desta Comissão acolhem na íntegra o voto do Relator, e exaram o Parecer favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 33/2017. Sala das Comissões, em 7/11/2017.

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.  
Vereadores Membros

Vereador Lucas Antônio Dorini-PMDB  
Presidente/Relator

Vereador Bruno Michel Fávero-SD Vereador Rafael Edgar Tonial-PSB



# Catanduvas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.324, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1425781

DECRETO nº 2.324/2017, de 08 de Novembro de 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº 2.555/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 503.000,00 (Quinhentos e três mil reais), por conta do superávit financeiro do Exercício anterior 2016 e Anulação parcial das dotações do exercício 2017 na fonte que especifica.

Órgão: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS
Unidade Orçamentária: 25.01 FUNDO MUN. DE SAUDE DE CATANDUVAS
Projeto Atividade: 25.01.10.301.0025.2.091 – APLICAÇÃO DIRETAS
Elemento de Despesa: (33)3.3.90.00.00.00 0.0.00302 Aplicações Diretas
R\$ ..... 50.000,00
Projeto Atividade: 25.01.10.301.0025.2.091 – APLICAÇÃO DIRETAS
Elemento de Despesa: (35)3.1.90.00.00.00 0.0.00302 Aplicações Diretas
R\$ ..... 200.000,00
Projeto Atividade: 25.01.10.301.0025.2.092 – APLICAÇÃO DIRETAS
Elemento de Despesa: (34)3.1.90.00.00.00 0.0.00302 Aplicações Diretas
R\$ ..... 193.000,00
Projeto Atividade: 25.01.10.301.0025.2.089 – APLICAÇÃO DIRETAS
Elemento de Despesa: (10)3.3.90.00.00.00 0.0.00102 Aplicações Diretas
R\$ ..... 60.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro do exercício anterior e anulação parcial das dotações do exercício 2017, das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 00302 – Superavit Financeiro

Fonte Financiadora: Superavit Financeiro

Descrição da Fonte: Recursos Ordinários

Valor do Superavit : R\$ 443.000,00

Órgão: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Proj/Ativ: 25.01.10.301.0025.2.089 – Aplicações Diretas

Despesa: (09) 3.1.90.00.00.00.102 – Aplicações Diretas –

Valor anulado: R\$ 60.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 08 de novembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

### DECRETO Nº 2.325, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1425785

DECRETO nº 2.325/2017, de 08 de novembro de 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº 2.555/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), por conta do Superavit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte que especifica.

Órgão: 04 – EDUCAÇÃO CULTURA TURISMO
Unidade Orçamentária: 04.05 FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA
Projeto Atividade: 04.05.13.392.0049.2.030 – APLICAÇÃO DIRETAS
Elemento de Despesa: (139)3.3.90.00.00.00 0.0.0300 Aplicações Diretas
R\$ ..... 60.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes DE Superavit Financeiro do exercício 2016 na fonte que especifica:

Fonte de Recursos: 300 – Superavit Fianceiro

Fonte Financiadora: Superavit Financveiro

Descrição da Fonte: Recursos Ordinários

Valor do Excesso: R\$ 60.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 08 de novembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 2.326, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1426446

DECRETO nº 2.326/2017, de 10 de Novembro de 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº 2.555/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:



Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Catanduvas no valor de R\$ 1.019.000,00 (Hum milhão e dezenove mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO

Proj/Ativ: 04.122.0006.1.080 – Manutenção Das Atividades Do Gabinete

Despesa: (02) 3.1.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 60.000,00

Órgão: 04 – EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO

Unidade: 04.01 – EDUCAÇÃO

Proj/Ativ: 12.361.0018.2.017 – Manutenção Do Ensino Fundamental

Despesa: (22) 3.1.90.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 330.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade: 06.01 – SERVIÇOS URBANOS

Proj/Ativ: 15.451.0046.1.037 Pavimentação De Ruas

Despesa: (52) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 250.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade: 06.01 – CONSTRUÇÃO DE GARAGEM P/MAQUINAS

Proj/Ativ: 15.452.0046.1.041 – Construção de Garagem P/Maquinas

Despesa: (61) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 140.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade: 06.02 – CONSERVAÇÃO/REPAROS BENS IMÓVEIS

Proj/Ativ: 26.782.0039.2.053 – Conservação Reparos de Imóveis

Despesa: (75) 3.3.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 60.000,00

Órgão: 30 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 30.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj/Ativ: 08.244.0028.2.077 – Manutenção Das Atividades Fundo Social

Despesa: (15) 3.1.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 109.000,00

Órgão: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Proj/Ativ: 10.301.0025.2.091 – Manutenção Das Atividades Sec. Saude

Despesa: (14) 3.3.90.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial/total das seguintes dotações:

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade: 06.02 – DIVISÃO DE TRANSPORTES

Proj/Ativ: 26.782.0039.1.052 Transportes Rodoviaros

Despesa: (63) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 50.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade: 06.03 – DIVISÃO DE INDUSTRIA E COMERCIO

Proj/Ativ: 11.334.0060.2.055 Apoio a Empresas

Despesa: (79) 3.3.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 60.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade: 06.05 – PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Proj/Ativ: 20.606.0048.2.063 Manutenção Das Atividades Agropecuarias

Despesa: (86) 3.1.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 200.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade: 06.06 – DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL

Proj/Ativ: 18.541.0072.2.180 Manutenção Das Atividades Meio Amb. Defesa Civil

Despesa: (91) 3.1.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 40.000,00

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Unidade: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Proj/Ativ: 18.542.0072.2.182 Manutenção Das Atividades Meio Ambiente

Despesa: (113) 3.1.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 30.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade: 08.01 – SANEAMENTO BASICO

Proj/Ativ: 17.512.0070.1.081 Const. Galerias Pluviais e Obras Complementares

Despesa: (106) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 150.000,00

Órgão: 09 – FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INT. SOCIAL

Unidade: 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INT. SOCIAL

Proj/Ativ: 16.482.0061.1.112 Aquisição Terrenos e Const. Casas Populares

Despesa: (110) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 100.000,00

Despesa: (112) 4.5.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 200.000,00

Órgão: 30 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 30.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj/Ativ: 08.244.0028.1.102 – Aquisição de Bens Moveis e Imoveis

Despesa: (07) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 14.000,00

Órgão: 30 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 30.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj/Ativ: 08.244.0028.1.178 – Construção/Amp Aquisicao de Espaços Sociais

Despesa: (10) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 25.000,00

Órgão: 30 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 30.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj/Ativ: 08.244.0028.2.078 – Conservação Reforma Espaços Sociais

Despesa: (17) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 20.000,00

Órgão: 30 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 30.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj/Ativ: 08.244.0028.2.084 – Transferencia a Entidades Assistenciais

Despesa: (20) 4.4.50.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 20.000,00

Órgão: 30 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 30.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj/Ativ: 08.244.0028.2.185 – Manutenção Das Atividades Do Fundo Do Idoso

Despesa: (04) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 30.000,00

Órgão: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Proj/Ativ: 10.301.0025.1.111 – Ampliação Reforma Espaço Saude

Despesa: (05) 4.4.90.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 70.000,00

Órgão: 07 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Unidade: 07.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Proj/Ativ: 28.122.0069.0.074 Precatorios Sentenças Judiciais

Despesa: (103) 4.6.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas/SC em 10 de novembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 2.327, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1426448

DECRETO nº 2.327/2017, de 10 de novembro de 2017.

“HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017 DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo com Edital de nº 002/2017, de 02 de outubro de 2017, destinado à contratação de servidor no cargo de Engenheiro Civil, atualmente vago, em caráter temporário, no Município de Catanduvas/SC, conforme anexo já publicado no Mural desta Prefeitura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 10 de novembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## LEI Nº 2.597/2017, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1425768

LEI Nº 2.597/2017, de 10 de novembro de 2017.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, conforme prevê o art. 13 da Lei Orgânica Municipal, uma área rural com 3.738,72 metros quadrados, sendo parte de uma área maior com 113.129,05 metros quadrados, constante da matrícula n. 5.300 do CRI da Comarca de Catanduvas (SC), de propriedade de ARAMIS HEBERLE JÚNIOR e sua mulher ROSANA SCHAUFFLER HEBERLE, situada na localidade Linha Banhado Grande, em Catanduvas(SC).

Art. 2º. A área ora recebida em doação, corresponde as estradas situadas no acesso e no interior das chácaras, conforme projeto de desmembramento, que passarão a integrar a malha viária do Município como sendo estrada municipal.

Art. 3º. Os custos do processo de transferência de propriedade da área descrita no art. 1º. desta Lei, serão de responsabilidade do Município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas, 10 de novembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 10 de novembro de 2017.

## LEI Nº 2.598/2017, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1425774

LEI Nº 2.598/2017, de 10 de novembro de 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EFETUAR ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS PARA O EXERCÍCIO 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Catanduvas no valor de R\$ 1.019.000,00 (Hum milhão e dezenove mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO

Proj/Ativ: 04.122.0006.1.080 – Manutenção Das Atividades Do Gabinete

Despesa: (02) 3.1.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 60.000,00

Órgão: 04 – EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO

Unidade: 04.01 – EDUCAÇÃO

Proj/Ativ: 12.361.0018.2.017 – Manutenção Do Ensino Fundamental

Despesa: (22) 3.1.90.00.00.0.1.01 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 330.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade: 06.01 – SERVIÇOS URBANOS

Proj/Ativ: 15.451.0046.1.037 Pavimentação De Ruas

Despesa: (52) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 250.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Unidade: 06.01 – CONSTRUÇÃO DE GARAGEM P/MAQUINAS

Proj/Ativ: 15.452.0046.1.041 – Construção de Garagem P/Maquinas

Despesa: (61) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 140.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA  
Unidade: 06.02 – CONSERVAÇÃO/REPAROS BENS IMÓVEIS  
Proj/Ativ: 26.782.0039.2.053 – Conservação Reparos de Imóveis  
Despesa: (75) 3.3.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 60.000,00

Órgão: 30 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade: 30.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Proj/Ativ: 08.244.0028.2.077 – Manutenção Das Atividades Fundo Social  
Despesa: (15) 3.1.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 109.000,00

Órgão: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Unidade: 25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Proj/Ativ: 10.301.0025.2.091 – Manutenção Das Atividades Sec. Saude  
Despesa: (14) 3.3.90.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial/total das seguintes dotações:

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA  
Unidade: 06.02 – DIVISÃO DE TRANSPORTES  
Proj/Ativ: 26.782.0039.1.052 Transportes Rodoviaros  
Despesa: (63) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 50.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA  
Unidade: 06.03 – DIVISÃO DE INDUSTRIA E COMERCIO  
Proj/Ativ: 11.334.0060.2.055 Apoio a Empresas  
Despesa: (79) 3.3.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 60.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA  
Unidade: 06.05 – PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL  
Proj/Ativ: 20.606.0048.2.063 Manutenção Das Atividades Agropecuarias  
Despesa: (86) 3.1.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 200.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA  
Unidade: 06.06 – DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL  
Proj/Ativ: 18.541.0072.2.180 Manutenção Das Atividades Meio Amb. Defesa Civil  
Despesa: (91) 3.1.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 40.000,00

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE  
Unidade: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE  
Proj/Ativ: 18.542.0072.2.182 Manutenção Das Atividades Meio Ambiente  
Despesa: (113) 3.1.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 30.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA  
Unidade: 08.01 – SANEAMENTO BASICO  
Proj/Ativ: 17.512.0070.1.081 Const. Galerias Pluviais e Obras Complementares  
Despesa: (106) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 150.000,00

Órgão: 09 – FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INT. SOCIAL  
Unidade: 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INT.

## SOCIAL

Proj/Ativ: 16.482.0061.1.112 Aquisição Terrenos e Const. Casas Populares

Despesa: (110) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 100.000,00  
Despesa: (112) 4.5.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 200.000,00

Órgão: 30 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade: 30.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Proj/Ativ: 08.244.0028.1.102 – Aquisição de Bens Moveis e Imoveis  
Despesa: (07) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 14.000,00

Órgão: 30 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade: 30.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Proj/Ativ: 08.244.0028.1.178 – Construção/Amp Aquisicao de Espaços Sociais  
Despesa: (10) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 25.000,00

Órgão: 30 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade: 30.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Proj/Ativ: 08.244.0028.2.078 – Conservação Reforma Espaços Sociais  
Despesa: (17) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 20.000,00

Órgão: 30 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade: 30.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Proj/Ativ: 08.244.0028.2.084 – Transferencia a Entidades Assistenciais  
Despesa: (20) 4.4.50.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 20.000,00

Órgão: 30 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Unidade: 30.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Proj/Ativ: 08.244.0028.2.185 – Manutenção Das Atividades Do Fundo Do Idoso  
Despesa: (04) 4.4.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 30.000,00

Órgão: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Unidade: 25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Proj/Ativ: 10.301.0025.1.111 – Ampliação Reforma Espaço Saude  
Despesa: (05) 4.4.90.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 70.000,00

Órgão: 07 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
Unidade: 07.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
Proj/Ativ: 28.122.0069.0.074 Precatorios Sentenças Judiciais  
Despesa: (103) 4.6.90.00.00.0.1.00 – Aplicações Diretas –  
Valor a suplementar: R\$ 10.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas/SC, 10 de novembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 10 de novembro de 2017.

**PORTARIA Nº 7368 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425910

PORTARIA P/7368/17 de 13.09.2017

"Nomeia por concurso,  
SIMONE ANDERSON"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da lei Complementar Municipal nº 19/02, Edital 003/2016 e Decreto nº 2.144, de 21 de março de 2016

**RESOLVE**

NOMEAR, por concurso SIMONE ANDERSON, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 003/2016 e Decreto 2.144/2016, com efeitos a partir da data de 13 de setembro de 2017, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 13 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7321/17.

**PORTARIA Nº 7369 DE 10 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425926

PORTARIA P/7369/17, de 10.09.2017

"Concede licença para tratar de interesses particulares Everaldo Gabriel da Costa"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 102, da Lei Complementar nº 19/02,

**RESOLVE**

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a), Everaldo Gabriel da Costa, Licença para tratar de Interesses Particulares ao Funcionário, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Defesa Civil, Nível CE-26A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Início da licença:

18 de setembro de 2017

Término da licença:

17 de setembro de 2019

Catanduvas, 18 de setembro 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7313/17

**PORTARIA Nº 7370 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425927

PORTARIA P/7370/17 de 21.09.2017.

"Nomeia por concurso,  
LETÍCIA MIOTTO"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da lei Complementar Municipal nº 19/02, Edital 003/2016 e Decreto nº 2.144, de 21 de março de 2016

**RESOLVE**

NOMEAR, por concurso LETÍCIA MIOTTO, para o Cargo de Auxiliar Administrativo, Nível CE-41A 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 003/2016 e Decreto 2.144/2016, com efeitos a partir de 21 de setembro de 2017, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

**PORTARIA Nº 7371 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425928

PORTARIA P/7371/17, de 21.09.2017

"Revoga Portaria anterior do Servidor"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

**RESOLVE**

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7226/17, que concedeu Função Gratificada de Coordenação da Tributação, Nível FG-05, do Servidor CARLOS AUGUSTO CZECH, retornando ao seu Cargo de Origem de Fiscal de Obras e Posturas, Nível-CE-70F, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7226/17.

**PORTARIA Nº 7372 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425929

PORTARIA P/7372/17, de 21.09.2017

"Revoga Portaria anterior do Servidor"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

**RESOLVE**



REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7233/17, que concedeu Função Gratificada de Coordenador de Construção, Nível FG-05, do Servidor DIEGO GREZELLE, retornando ao seu Cargo de Origem de Agende Administrativo, Nível-CE-55B, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7233/17

#### **PORTARIA Nº 7373 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425930

PORTARIA P/7373/17, de 21.09.2017

"Revoga Portaria anterior da Servidora"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

##### **RESOLVE**

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7236/17, que concedeu Função Gratificada de Coordenação de Recepção, Nível FG-05, da Servidora ANTONIA LUCIA BATISTA HENRICH, retornando ao seu Cargo de Origem de Agente Administrativo, Nível-CE-55F, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7236/17

#### **PORTARIA Nº 7374 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425931

PORTARIA P/7374/17, de 21.09.2017

"Revoga Portaria anterior da Servidora"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

##### **RESOLVE**

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7228/17, que concedeu Função Gratificada de Coordenação de Materiais e Patrimônio, Nível FG-05, da Servidora ANA PAULA BEGNINI, retornando ao seu Cargo de Origem de Agente Administrativo, Nível-CE-55F, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7228/17

#### **PORTARIA Nº 7375 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425932

PORTARIA P/7375/17, de 21.09.2017

"Revoga Portaria anterior da Servidora"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

##### **RESOLVE**

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7229/17, que concedeu Função Gratificada Coordenação do Movimento Econômico Municipal, Nível FG-05, da Servidora ROSA MARIA DOS SANTOS BRITO, retornando ao seu Cargo de Origem de Auxiliar Administrativo, Nível-CE-41A, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7229/17

#### **PORTARIA Nº 7376 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425934

PORTARIA P/7376/17, de 21.09.2017

"Revoga Portaria anterior da Servidora"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

##### **RESOLVE**

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7235/17, que concedeu Função Gratificada de Coordenação de Programas de Sociais, Nível FG-05, da Servidora ALICE PAGANINI, retornando ao seu Cargo de Origem de Auxiliar Administrativo, Nível-CE-42E, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7235/17.

#### **PORTARIA Nº 7377 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425936

PORTARIA P/7377/17, de 21.09.2017

"Revoga Portaria anterior da Servidora"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

##### **RESOLVE**

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7231/17, que concedeu Função Gratificada de Gerente de Projetos Culturais, Nível FG-05, da Servidora Marta Angela Borella Menegat, retornando ao seu Cargo de Origem de Auxiliar Administrativo, Nível-CE-45F, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura

e Desporto, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7231/17.

#### **PORTARIA Nº 7378 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425938

PORTARIA P/7378/17, de 21.09.2017

“Revoga Portaria anterior da Servidora”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7232/17, que concedeu Função Gratificada de Gerente de Projetos Culturais, Nível FG-05, da Servidora MIKELI GAVAZZONI, retornando ao seu Cargo de Origem de Auxiliar Administrativo, Nível-CE-41A, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7232/17

#### **PORTARIA Nº 7379 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425939

PORTARIA P/7379/17, de 21.09.2017

“Revoga Portaria anterior da Servidora”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7230/17, que concedeu Função Gratificada de Ouvidor Municipal e Protocolo, Nível FG-05, da Servidora Katiussia Dalacosta Specar, retornando ao seu Cargo de Origem de Agente Administrativo, Nível-CE-55F, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7230/17

#### **PORTARIA Nº 7380 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425940

PORTARIA P/7380/17, de 21.09.2017

“Revoga Portaria anterior do Servidor”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7234/17, que concedeu Função Gratificada de Responsável de Assistência Técnica, Nível FG-06, do Servidor ALDOCIR MARCON, retornando ao seu Cargo de Origem de Auxiliar Administrativo, Nível-CE-41C, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7234/17.

#### **PORTARIA Nº 7381 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425941

PORTARIA P/7381/17, de 21.09.2017

“Revoga Portaria anterior da Servidora”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

REVOGAR, no interesse público, a Portaria, que concedeu Função Gratificada de Responsável de Limpeza Urbana, Nível FG-06, da Servidora AYMARA TEREZINHA ATZ, retornando ao seu Cargo de Origem de Auxiliar Administrativo, Nível-CE-41A, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7127/17.

#### **PORTARIA Nº 7382 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425942

PORTARIA P/7382/17, de 21.09.2017

“Revoga Portaria anterior da Servidora”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

REVOGAR, no interesse público, a Portaria, que concedeu Função Gratificada de Responsável de Manutenção, Nível FG-06, da Servidora ALDA BRITO DEPINÉ, retornando ao seu Cargo de Origem de Telefonista, Nível-CE-41E, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste



cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7127/17.

#### **PORTARIA Nº 7383 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425943

PORTARIA P/7383/17, de 21.09.2017

"Revoga Portaria anterior do Servidor"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

REVOGAR, no interesse público, a Portaria, que concedeu Função Gratificada de Supervisor de Informática, Nível FG-02, do Servidor MICHEL CRITOFFER FAVERO, retornando ao seu Cargo de Origem de Agende Administrativo, Nível-CE-55F, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7129/17.

#### **PORTARIA Nº 7384 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425945

PORTARIA P/7384/17, de 21.09.2017

"Revoga Portaria anterior da Servidora"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7227/17, que concedeu Função Gratificada de Coordenação de Arrecadação de Tributos, Nível FG-07, da Servidora DEBORA DE ANDRADE, retornando ao seu Cargo de Origem de Agende Administrativo, Nível-CE-53C, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7227/17.

#### **PORTARIA Nº 7385 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425947

PORTARIA P/7385/17, de 21.09.2017

"Revoga Portaria anterior da Servidora"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

RESOLVE

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7225/17, que concedeu Função Gratificada de Coordenação de Recepção, Nível FG-05, da Servidora DAMARES DE ANDRADE, retornando ao seu Cargo de Origem de Agende Administrativo, Nível-CE-53C, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 21 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7225/17.

#### **PORTARIA Nº 7386 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425951

PORTARIA P/ 7386/17, de 22.09.2017

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Patricia Dri Moraes, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 200 horas.

RESOLVE:

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Patricia Dri Moraes, ocupante do cargo de Psicóloga, Nível CE-96 1,A, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-96 -1 Ref A, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Psicóloga, NÍVEL CE96 -1 Ref."F", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, com os vencimentos dele constante

Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01 de julho de 2017.

Catanduvas, 22 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 6068/14.

**PORTARIA Nº 7387 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425953

PORTARIA P/ 7387/17, de 22.09.2017

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Dircema Matias Giumbeli, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 40 horas.

**RESOLVE:**

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Dircema Matias Giumbeli, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Nível CE-31,D, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-31 Ref E, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Agente Comunitário de Saúde, NÍVEL CE-31 Ref."E", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos dele constante

Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01 de julho de 2017.

Catanduvas, 22 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6596/15.

**PORTARIA Nº 7388 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425956

PORTARIA P/ 7388/17, de 22.09.2017

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Juliana do Carmo Esteves Rodrigues, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 240 horas.

**RESOLVE:**

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Juliana do Carmo Esteves Rodrigues, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Nível CE-31,D, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-32 Ref D, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Agente Comunitário de Saúde, NÍVEL CE-32 Ref."D", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos dele constante

Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01 de julho de 2017.

Catanduvas, 22 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6225/14.

**PORTARIA Nº 7389 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425958

PORTARIA P/ 7389/17, de 22.09.2017

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Gilvana Makoswki Turcatto, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 40 horas.

**RESOLVE:**

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Gilvana Makoswki Turcatto, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Nível CE-31,D, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-31 Ref E, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Agente Comunitário de Saúde, NÍVEL CE-31 Ref."E", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos dele constante

Esta Portaria tem efeitos retroativo a 01 de julho de 2017.

Catanduvas, 22 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6599/15.

**PORTARIA Nº 7390 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425959

PORTARIA P/7390/17, de 22.09.2017

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Elisangela Reato Bittencourt, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 40 horas.

**RESOLVE:**

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Elisangela Reato Bittencourt, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Nível CE-31,E, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-31 Ref F, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Agente Comunitário de Saúde, NÍVEL CE-31 Ref."F", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos dele constante

Esta Portaria tem efeitos retroativo a 01 de julho de 2017.

Catanduvas, 22 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6600/15.

**PORTARIA Nº 7391 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425960

PORTARIA P/7391/17, de 22.09.2017

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Silmara de Fatima Bandeira Medeiros, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) Que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 80 horas.

**RESOLVE:**

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Silmara de Fatima Bandeira Medeiros, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Nível CE-31- C, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-31 Ref E, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Agente Comunitário de Saúde, NÍVEL CE-31 Ref."E", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos dele constante

Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01 de julho de 2017.

Catanduvas, 22 de setembro de 2017

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7034/16.

**PORTARIA Nº 7392 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425961

PORTARIA P/7392/17, de 22.09.2017

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Rosilene Verde Brustolin, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 40 horas.

**RESOLVE:**

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Rosilene Verde Brustolin, ocupante do cargo de Farmacêutica, Nível CE-99-1,B, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-99-1 Ref.C, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Farmacêutica, NÍVEL CE-99-1 Ref."C", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos dele constante

Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01 de julho de 2017.

Catanduvas, 22 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7033/16

**PORTARIA Nº 7393 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425965

PORTARIA P/7396/17, de 22.09.2017

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Debora de Andrade, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 480 horas.

**RESOLVE:**

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Debora de Andrade, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Nível CE-51-C, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-53 Ref C, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Agente Administrativo, NÍVEL CE-53 Ref."C", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos dele constante

Esta Portaria tem efeitos retroativo a 01 de julho de 2017.

Catanduvas, 22 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7384/17.

**PORTARIA Nº 7394 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425966

PORTARIA P/7396/17, de 22.09.2017

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Debora de Andrade, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 480 horas.

**RESOLVE:**

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Debora de Andrade, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Nível CE-51-C, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-53 Ref C, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Agente Administrativo, NÍVEL CE-53 Ref."C", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos dele constante

Esta Portaria tem efeitos retroativo a 01 de julho de 2017.

Catanduvas, 22 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7384/17.

**PORTARIA Nº 7395 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1426056

PORTARIA P/ 7395/17, de 22.09.2017

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Liliane Duerling, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal n.º 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 400 horas.

**RESOLVE:**

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Liliane Deuerling, ocupante do cargo de Psicóloga, Nível CE-76,B, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-77 Ref.F, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Psicóloga, NÍVEL CE-77 Ref."F", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos dele constante

Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01 de julho de 2017.

Catanduvas, 22 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6214/14.



**PORTARIA Nº 7396 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1426450

PORTARIA P/7396/17, de 22.09.2017

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO E REALIZA ENQUADRAMENTO DE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas(SC), no uso de suas atribuições que lhe confere e com fulcro no § 4º do art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 66/10 de 21 de junho de 2010, e considerando:

a) Que o(a) servidor(a) Debora de Andrade, protocolou requerimento postulando promoções funcionais, com base na Lei Complementar Municipal nº 66/10, apreciado pela Assessoria Jurídica com parecer favorável;

b) que o(a) servidor(a) mencionado apresentou comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua, num total de 480 horas.

**RESOLVE:**

Conceder progressão funcional horizontal por interesse de qualificação a(o) servidor(a) Debora de Andrade, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Nível CE-51-C, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para dar-lhe ascensão para o Nível CE-53 Ref C, em decorrência de apresentação de comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área em que atua;

Determinar o enquadramento do(a) servidor(a) supra mencionado(a), pela transposição de classes, para que faça constar nos seus assentamentos funcionais de classes, cargo de Agente Administrativo, NÍVEL CE-53 Ref."C", no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos dele constante

Esta Portaria tem efeitos retroativo a 01 de julho de 2017.

Catanduvas, 22 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7384/17.

**PORTARIA Nº 7397 DE 22 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1426452

PORTARIA P/7397/17, de 22.09.2017

"Revoga Portaria anterior da Servidora"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

**RESOLVE**

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7141/17, que concedeu Função Gratificada de Gerente de Projetos Culturais, Nível FG-05, da Servidora JULIANA MEDEIROS, retornando ao seu Cargo de Origem de Agente de Copa e Higienização, com 25 horas semanais Nível-CE-01-A, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 01 de setembro de 2017.

Catanduvas, 22 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7141/17

**PORTARIA Nº 7398 DE 28 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1426453

PORTARIA P/7398/17, de 28.09.2017

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, SUELYN OTILIA KLASSEN"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

**RESOLVE:**

DEMITIR, no interesse da Administração Pública Municipal, SUELYN OTILIA KLASSEN, ocupante do Cargo Enfermeiro, Nível CE-96-1A, 40 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

Este ato tem seus efeitos a partir da presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/7357/17.

Catanduvas, 28 de setembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 7357/17.

**PORTARIA Nº 7399 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1426457

PORTARIA P/7399/17, de 02.10.2017

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, VANESSA CRISTINA PARENTI"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

**RESOLVE:**

DEMITIR, a Servidor(a) VANESSA CRISTINA PARENTI, ocupante do Cargo Professor (a) de Artes, Nível MG-513A, 20 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos retroativo a data de 30 de setembro, quando o(a) Servidor(a) deixou de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/7335/17.

Catanduvas, 02 de outubro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 7335/17.

**PORTARIA Nº 7400 DE 03 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1426458

PORTARIA P/7400/17, de 03.10.2017

"Nomeia para Cargo em Comissão, EDU HENRIQUE DE AZEVEDO"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001 e Lei Complementar 130/16 de

23 de agosto de 2016.  
RESOLVE

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, EDU HENRIQUE DE AZEVEDO, para as funções do Cargo em Comissão de Responsável Clínico, Nível CC-06A, com (20:00 horas semanais no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando o nominado Servidor passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 03 de outubro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/6834/16.

#### **PORTARIA Nº 7402 DE 27 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1426461

PORTARIA P/7402/17, de 27.10.2017  
"Revoga Portaria anterior do Servidor"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

#### **RESOLVE**

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/7351/17, que Designou o Servidor Robson dos Santos, para o desenvolver as atividades na Vigilância Sanitária, na Secretaria Municipal de Saúde, retornando ao seu Cargo de Origem de Motorista, Nível-CE-36A, no de Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos a partir da presente data.

Catanduvas, 27 de outubro de 2017.  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7351/17.

#### **PORTARIA Nº 7403 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1426470

PORTARIA P/7403/17, de 01.11.2017  
"Concede Licença-Prêmio a  
SILMARA DE FATIMA BANDEIRA MEDEIROS"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 106A, da Lei Complementar nº 01/08,

#### **RESOLVE**

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a) 01 (uma) Licença-Prêmio a(o) funcionário(a) SILMARA DE FATIMA BANDEIRA MEDEIROS, com Efetividade, no Cargo de Agente Comunitária de Saúde, Nível- CE-31E, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo em seus vencimentos.

Período aquisitivo do direito à licença:  
24 de janeiro 2011 a 23 de janeiro de 2016

Período de gozo:  
01 de novembro 2017 a 30 de janeiro de 2018

Catanduvas, 01 de novembro de 2017  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

Ao Anterior: P/7391/17.



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### PP 033/2017 PCS

Publicação N° 1425495

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 33/2017 PCS

Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de material hidráulico para Município de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 28/11/2017.

Abertura: dia 28/11/2017, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 14 de novembro de 2017.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

# Cerro Negro

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 043/2017**

Publicação Nº 1425451

MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2017 - PMCN

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais para confecção de kits de higiene e enxoval.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 27/11/2017.

Abertura: às 10h00 do dia 27/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.cerronegro.sc.gov.br](http://www.cerronegro.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 13 de novembro de 2017.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 434.2017

Publicação Nº 1425410

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 434/2017

- CONSIDERANDO a aprovação no Concurso Público nº. 001/2017;
- CONSIDERANDO a nomeação através da Portaria nº 415/2017 de 16 de outubro de 2017;
- CONSIDERANDO a apresentação dos documentos previstos no art. 15 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99;
- CONSIDERANDO que os servidores têm lotação na Administração Central;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar PATRICIA ANDREIA SULSBACH, nomeada para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira - 40 horas, pela Portaria nº. 415/2017, de 16 de outubro de 2017, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 09.11.17.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de novembro de 2017.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 439.2017

Publicação Nº 1425698

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 339/2017

CONSIDERANDO o resultado do Concurso Público nº 001/2017, A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso II, Art. 40 da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 318/2017, de 11.07.2017, que admite em caráter temporário JAMICHEL RICHARD RAITZ, para exercer as funções do cargo de Farmacêutico – ACT 15 horas, a partir de 14.11.2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de novembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 440.2017

Publicação Nº 1425671

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 440/2017

- CONSIDERANDO a aprovação no Concurso Público nº. 001/2017;
- CONSIDERANDO a nomeação através da Portaria nº 415/2017 de 16 de outubro de 2017;
- CONSIDERANDO a apresentação dos documentos previstos no art. 15 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99;
- CONSIDERANDO que os servidores têm lotação na Administração Central;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar CINCLER GROSS, nomeado para ocupar o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico - 15 horas, pela Portaria nº. 415/2017, de 16 de outubro de 2017, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 14.11.17.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de novembro de 2017.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 441.2017

Publicação Nº 1425707

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 441/20175

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01/02/2016 à 31/01/2017, a SANDRA REGINA CHIQUIO, Matrícula nº 1446/06, ocupante do cargo em Comissão de Diretor de Ensino, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 13.11.2017 à 12.12.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de novembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

## **EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2017**

Publicação Nº 1426809

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2017 - PM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017- SRP

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 29 de novembro de 2017, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios e produtos de panificação em geral para atender a necessidade oriunda de eventos especiais de interesse público como, cursos, seminários e encontros, promovidos pelo Município de Chapadão do Lageado, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no presente Edital e Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, estarão disponíveis no site do município: [www.chapadaodolageado.sc.gov.br](http://www.chapadaodolageado.sc.gov.br) ou poderão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br) endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 14 de novembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### ATO 002 PS/003/2017 DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E AS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS DO EDITAL N° 003/2017 DOPROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE CULTURA

Publicação N° 1426680

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
Processo Seletivo Edital 003/2017 – Secretaria de Cultura

Ato 002 PS/003/2017

DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E AS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS  
DO EDITAL N° 003/2017 DOPROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE CULTURA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal dePROCESSO SELETIVO da Secretaria de Cultura, tornapúblico o que segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS as inscrições constantes no anexo I deste ato por ordem alfabética de cargos.
2. Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes do anexo II deste ato, não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição.
3. Os recursos contra o indeferimento das inscrições poderão ser interpostos nos dias 16 e 17 de novembro de 2017, nos termos do Edital.

Chapecó (SC), 14 de novembro de 2017.  
Luciano José Buligon  
Prefeito de Chapecó

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
Processo Seletivo Edital 003/2017 – Secretaria de Cultura

#### Anexo I – Inscrições Homologadas

Seq.	Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Status Inscrição
01	018	Aline Santana	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
02	053	Antonio Marcos Moreira Pinto	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
03	031	Cassiano Augusto Pereira	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
04	029	Daniel Kulba Soares	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
05	075	Endryk Casagrande	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
06	074	Flávio Antônio de Lima	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
07	045	Gabriel Kulba Soares	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
08	020	Geazy de Melo de Oliveira	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
09	068	Isaias de França Alves	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
10	028	Jhan Carla dos Santos	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
11	010	João Amilton Corvalão	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
12	054	Jonas Fernando Martins	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
13	049	Julio Cesar de Amaral	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
14	026	Osiel Ferreira Camargo	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
15	065	Samuel dos Santos Machado	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
16	030	Sandro Pertine Mendes de Jesus	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
17	041	Taliandra Triches	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
18	078	Washington Luís Ribeiro Pereira	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
19	005	Wesley Barbosa	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
20	016	Camile Pandolfo Tramontini Carvalho	Ensino Superior AC - Instrutor de Artes Cênicas: Jazz/Dança Contemporânea	deferida/homologada
21	032	Gabrieli Maroso dos Santos	Ensino Superior AC - Instrutor de Artes Cênicas: Jazz/Dança Contemporânea	deferida/homologada
22	042	Michele Born Flach	Ensino Superior AC - Instrutor de Artes Cênicas: Jazz/Dança Contemporânea	deferida/homologada
23	071	Vanessa S. Pescador	Ensino Superior AC - Instrutor de Artes Cênicas: Jazz/Dança Contemporânea	deferida/homologada

24	007	Andressa Bianca Neves de Oliveira	Ensino Superior AC - Instrutor de Artes Cênicas: Teatro	deferida/homologada
25	066	Fabiane Biazus	Ensino Superior AC - Instrutor de Artes Cênicas: Teatro	deferida/homologada
26	058	Jaqueline Werlang	Ensino Superior AC - Instrutor de Artes Cênicas: Teatro	deferida/homologada
27	073	Luis Gustavo ParoliChiappa	Ensino Superior AC - Instrutor de Artes Cênicas: Teatro	deferida/homologada
28	004	Manolo Augusto Kottwitz	Ensino Superior AC - Instrutor de Artes Cênicas: Teatro	deferida/homologada
29	040	Valéria Souza Figueira	Ensino Superior AC - Instrutor de Artes Cênicas: Teatro	deferida/homologada
30	017	Adriano Santos Michelin	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
31	043	Alice Santana	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
32	051	Anderson Amaral	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
33	033	Cinthia Fernandes Matias	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
34	055	Daniel Stringini da Rosa	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
35	009	Eduardo LuisTrierweiler	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
36	023	Eliseu dos Santos Alves	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
37	013	Eloá Vanessa DallZott	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
38	015	Gustavo Alberto Sjlander	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
39	070	Jandir Bernardi	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
40	006	Maira Francini Fortes	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
41	038	Marcelo OnettaFermiano	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
42	003	Maurício Minozzo	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
43	047	Sidinea de Amaral	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada
44	062	Thiago Busch	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	deferida/homologada

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Processo Seletivo Edital 003/2017 – Secretaria de Cultura

## Anexo II – Inscrições Indeferidas

Seq.	Nº Inscrição	Candidato	Cargo	Status Inscrição
01	024	Alexandre Jorge de Oliveira	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
02	046	Cleomar Mariano da Cruz	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
03	062	Gabriel Gustavo Phillip Mallmann	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
04	052	Gustavo Lima Prates	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
05	027	Ivair Carvalho da Silva	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
06	036	Janete Figueiró Secco	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
07	011	Jean F. de Souza	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
08	021	Lucas Gosch Alves	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
09	076	Plinio Vezaro	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
10	022	QuerenHapuqueBarrabarra	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
11	037	Renan Alfredo Bott	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
12	060	SamairAndre de Vargas	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
14	039	Tiago Regert Pereira	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
15	067	Udean Lucena do Nascimento Junior	Ensino Médio 2º Grau AC - Instrutor de Música	Indeferida
16	048	Jamile Dal-Cin	Ensino Superior AC - Instrutor de Artes Cênicas: Jazz/Dança Contemporânea	Indeferida
17	050	Patricia do Nascimento	Ensino Superior AC - Instrutor de Artes Cênicas: Jazz/Dança Contemporânea	Indeferida
18	072	Rosana Figueiredo da Silva	Ensino Superior AC - Instrutor de Artes Cênicas: Teatro	Indeferida
19	044	André Knoener	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	Indeferida
20	014	Patricia Oviedo Carrilho	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	Indeferida
21	079	Ronei Bernardo	Ensino Superior AC - Instrutor de Música	Indeferida

## EDITAL SEDUC Nº 028/2017

Publicação Nº 1426681

## EDITAL SEDUC Nº 028/2017

Convoca candidatos interessados para inscrição e respectiva escolha de vagas visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2017 e apresenta correspondente Quadro de Vagas mediante Chamada Pública, conforme Edital SEDUC Nº 001/2017.

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 002/2016, TORNA PÚBLICO o



presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC N° 001/2017, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 20 de dezembro de 2016, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 001/2017 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
16/11/2017	13:30h	Educação Física

2. DO QUADRO DE VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
Educação Física	20	VESP	EBM ANDRE ANTONIO MARAFON	20/11 a 20/12/2017
Educação Física	20	MAT	EBM ANDRE ANTONIO MARAFON	20/11 a 20/12/2017
Educação Física	20	VESP	EBM DIOGO ALVES DA SILVA	20/11 a 20/12/2017
Educação Física	30	MAT/VESP	EBM GOIO-ÊN/EBM LAGEADO LISO	20/11 a 20/12/2017

2.1. As vagas apresentadas na referida Chamada Pública motivam-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

Município de Chapecó, 14 de novembro de 2017.

SANDRA MARIA GALERA

Secretária de Educação

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 449/17

Publicação Nº 1425524

DECRETO SAF/Nº. 449/17, de 24 de outubro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

CONCEDER a

MARIA MARGARETE LENHANI, Recepcionista, nomeada pelo Decreto SAF/N. 358/09, de 23 de julho de 2009, gratificação de função de 15%(quinze por cento) a partir de 01 de novembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de outubro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 450/17

Publicação Nº 1425530

DECRETO SAF/Nº. 450/17, de 24 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

o cargo de CINTIA BÚRIGO GAVA, portadora do CPF nº. 035.939.809-08, nomeada pelo Decreto SAF/N. 356/15, de 12 de agosto de 2015, de Diretor de Departamento, para ASSESSOR ESPECIAL, a partir de 01 de novembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de outubro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 451/17

Publicação Nº 1425531

DECRETO SAF/Nº 451/17, de 30 de outubro de 2017.

INSTITUI COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE COCAL DO SUL, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica instituída a Comissão responsável com a finalidade de coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Saúde –PMS de Cocal do Sul, para o quadriênio 2018/2021.

Art. 2º A Comissão será constituída pelos membros a seguir, sob a

coordenação da Secretária de Saúde Pública:

SINARA MARIA CRIPPA MILANEZ – Secretária de Saúde Pública;  
ANDRÉA GHISI ORTIGOSSA – representante do CAPS;  
DENISE BECKER FELICIANO SILVEIRA – representante da Vigilância Sanitária;  
GIANE CARVALHO CARNIATO – representante do setor de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria;  
GILMARA CORREA VIEL – representante da Unidade de Referência e Vigilância Epidemiológica;  
GIOVANA GALATO SANTA ROSA – representante da Saúde Bucal;  
MARIA DE FÁTIMA BÚRIGO – representante do Serviço Social e  
MORGANA BOSA MACCARI – representante da Atenção Básica.  
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de outubro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 452/17

Publicação Nº 1425532

DECRETO SAF/Nº. 452/17, de 31 de outubro de 2017.

FIXA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SERVIÇO OPERACIONAL).

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º. De 01 de novembro a 10 de dezembro de 2017, o horário de expediente da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Serviço Operacional), será das 06:00 horas as 12:00 horas.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 31 de outubro de 2017.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 453/17

Publicação Nº 1425534

DECRETO SAF/Nº. 453/17, de 06 de novembro de 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições resolve

NOMEAR

OZAI CORREA, portador do CPF nº. 025.415.989-39, Técnico em Saúde Bucal 40 horas, para atuar no ESF Guanabara, em substituição a titular em auxílio maternidade, a partir de 06 de novembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de novembro de 2017.  
CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 454/17**

Publicação Nº 1425535

DECRETO SAF/Nº. 454/17, de 06 de novembro de 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições resolve

NOMEAR

LEONARDO SILVESTRI, portador do CPF nº. 045.812.829-50, membro do Conselho Tutelar, em substituição ao titular em auxílio doença, a partir de 06 de novembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de novembro de 2017.  
CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 455/17**

Publicação Nº 1425536

DECRETO SAF/Nº. 455/17, de 06 de novembro de 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

CARLA BÚRIGO, portadora do CPF nº. 056.203.479-07, Professora ACT nomeada pelo Decreto SAF/N. 188/17, de 07 de março de 2017, a partir de 01 de novembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de novembro de 2017  
CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 456/17**

Publicação Nº 1425537

DECRETO SAF/Nº. 456/17, de 06 de novembro de 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

CARLA BÚRIGO, portadora do CPF nº. 056.203.479-07, Diretora de Departamento, para atuar na Secretaria de Obras, a partir de 01 de novembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de novembro de 2017  
CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 457/17**

Publicação Nº 1425538

DECRETO SAF/Nº. 457/17, de 06 de novembro de 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

THIAGO MARTINELLI DÁRIO, portador do CPF nº. 077.444.969-14, Médico Clínico Geral ESF, 20 horas, em substituição ao titular em auxílio doença, a partir de 01 de novembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de novembro de 2017  
CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 458/17**

Publicação Nº 1425539

DECRETO SAF/Nº. 458/17, de 06 de novembro de 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

MONIQUE PIUCCO, Servente de Limpeza, nomeada pelo Decreto SAF/N. 266/17, de 17 de maio de 2017, a partir de 06 de novembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de novembro de 2017  
CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 459/17**

Publicação Nº 1425540

DECRETO SAF/Nº. 459/17, de 06 de novembro de 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por término de Contrato de Trabalho por prazo determinado, ANA

PAULA LUIZ, portadora do CPF nº 052.201.719-33, Professor ACT nomeada pelo Decreto SAF/N. 411/17, de 06 de setembro de 2017, a partir de 06 de novembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de novembro de 2017.  
CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

## DECRETO SAF/N. 460/17

Publicação Nº 1425541

DECRETO SAF/Nº. 460/17, de 07 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO  
BEATRIZ APARECIDA ZAPELINI DA ROSA, Monitor Grupo de Mães, nomeada pelo Decreto SAF/N. 350/17, de 26 de julho de 2017, a partir de 07 de novembro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de novembro de 2017.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

## DECRETO SAF/N. 462/17

Publicação Nº 1425544

DECRETO SAF/N. 462/17, de 07 de novembro de 2017.

SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - CMDE.

O PRFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

SUBSTITUIR  
Vicervânio Bez Fontana por ANGELA MARIA MENDES ANJO como membro suplente, representante da Associação Empresarial de Cocal do Sul, para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE de Cocal do Sul, nomeado através do Decreto SAF/n. 161/17, de 24 de fevereiro de 20017, a partir desta data.  
Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de novembro de 2017.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

## DECRETO SAF/N. 463/17

Publicação Nº 1425546

DECRETO SAF/N. 463/17, de 08 de novembro de 2017.  
SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.381, de 07 de novembro de 2017.  
DECRETA  
Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte

dotação orçamentária:

Secretaria de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas		
ÓRGÃO	05	
Manutenção dos Serviços Administrativos	2.006	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	30.000,00

Secretaria de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas		
ÓRGÃO	05	
Manutenção dos Serviços Contábeis, Financeiros e Arrecadação	2.007	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	70.000,00

Secretaria de Obras Viárias. Edif., San. Transp. e Serv. Públicos		
ÓRGÃO	09	
Manutenção da Secret. de Obras, Transp. e Serv.	2.035	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	180.000,00

TOTAL .....	.....	480.000,00
.....	.....	

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, são reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações:

Secretaria de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas		
ÓRGÃO	05	
Manutenção dos Encargos Gerais	2.001	
Elemento	Descrição	Valor
3.2.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	90.000,00

Secretaria de Educação, Esporte e Cultura		
ÓRGÃO	07	
Manutenção do Departamento da Cultura	2.052	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	15.000,00

Secretaria de Educação, Esporte e Cultura		
ÓRGÃO	07	
Manutenção do Departamento de Esportes	2.019	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	20.000,00

Secretaria de Educação, Esporte e Cultura		
ÓRGÃO	07	
Manutenção de Eventos Municipais	2.053	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	25.000,00

Secretaria de Des. Econ., Meio Ambiente, Turismo e Comunicações		
ÓRGÃO	10	
Incentivo ao Desen. Turístico e Geração de Renda	2.050	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	50.000,00

Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref. Tansp. Serv. Públicos		
ÓRGÃO	09	
Infraestrutura de Águas e Saneamento	1.031	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	110.000,00

TOTAL .....	.....	480.000,00
.....	.....	

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gadzinski, 08 de novembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

# Concórdia

## PREFEITURA

### AVISO DE EXCLUSÃO DE LOTE - PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2017 – PMC AQUISIÇÃO DE BENS

Publicação Nº 1425638

#### AVISO DE EXCLUSÃO DE LOTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 258/2017 PMC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2017- PMC  
Aquisição de Bens

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, torna publico para o conhecimento dos interessados a EXCLUSÃO do LOTE 02 do Pregão PRESENCIAL Nº 65/2017- PMC - aquisição de materiais diversos (elétrico, ferramentas, equipamentos de segurança, automação de portão, portão de ferro, piso laminado, vidros, manutenção de veículos) com instalação, para manutenção das Escolas, Centros de Educação Infantil, Secretarias de Urbanismo e Obras e Secretaria Municipal de Transportes, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Concórdia, SC, 13 de novembro de 2017.  
Márcia Marli Vanzo Calderoli  
Secretária Municipal de Educação

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Publicação Nº 1425641

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017 – PMC  
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de engenharia mecânica na elaboração de projetos e fiscalização de obras, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço por Item  
Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 29/11/2017.  
Abertura: dia 29/11/2017 às 14h00min.  
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 10 de novembro de 2017.

WAGNER ISIDORO SIMIONI  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017 – PMC AQUISIÇÃO DE BENS

Publicação Nº 1425637

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017 – PMC  
AQUISIÇÃO DE BENS

Objeto: Aquisição de cestas alimentação e peru para os servidores públicos municipais ativos e inativos, com base na Lei Complementar Municipal nº 732/2017 e Decreto nº 6.188/2017, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Item  
Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 30/11/2017.  
Abertura: dia 01/12/2017 às 08h30min.  
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 13 de novembro de 2017.  
NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

### EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2017 - PMC

Publicação Nº 1425623

ATA RP Nº : 102/2017  
Tipo Aditivo : Rescisão Contratual  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP  
Licitação : Pregão Presencial 15/2017  
Objeto : Registro de Preço para possível aquisição de material genético em atendimento ao Programa de Inseminação Artificial, de acordo com a Lei Complementar nº 717/2016, Programa de Fomento a atividade agropecuária e seu desenvolvimento tecnológico sustentável,, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.  
Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/11/2017

### PORTARIA FUMDEMA Nº 17/2017

Publicação Nº 1426623

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

PORTARIA Nº 17/2017, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto



nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal nº 401, de 27 de abril de 2005, e considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da agenda mundial.

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir como parte da Iniciativa Lixo Zero do Programa de Educação e Qualidade Ambiental, os seguintes Ativadores Socio-ambientais:

- I - Ecoponto da República, promovendo a interação da cultura com o ambiente;
- II - Ecoponto Educador, que será expresso na forma “eco.educador” com funcionamento intermitente e itinerante;
- III - Desafio de Coleta, sensibilizando para destinação de determinados resíduos em momentos específicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2017.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

GILBERTO ANTÔNIO ROMANI  
Superintendente da FUMDEMA

## CÂMARA MUNICIPAL

## BALANCETE FINANCEIRO 10/2017

Publicação Nº 1425389

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Outubro  
Página: 1

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>313.210,51</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>304.610,00</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	203.451,37
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	99.674,63
		INVESTIMENTOS	1.484,00
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>8.600,51</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.600,51
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>311.416,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	311.416,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>614.338,77</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>631.939,66</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	38.074,21	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	73.345,68
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	317.989,70	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	263.054,05
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	258.274,86	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	295.539,93
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>502.269,14</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>482.873,74</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	502.269,14	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	482.873,74
<b>TOTAL</b>	<b>1.428.023,91</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.428.023,91</b>

CONCORDIA, 13/11/2017

ARTEMIO ORTIGARA  
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE  
Contador CRC SC 022.843/O-5

**IPRECON - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO DE 2017 - IPRECON**

Publicação Nº 1425401

Pág 1 / 2

**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**Prestação de Contas  
Balancete Financeiro  
Período de Referência: Outubro / 2017

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>2.229.442,65</b>
Ordinária		0,00
Vinculada		2.229.442,65
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>0,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>116.814,15</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		(45.073,47)
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		161.887,62
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>143.569.476,35</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		150.473,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		8.761,72
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		143.410.240,69
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>145.915.733,15</b>

<b>DISPÊNDIOS</b>		
	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>878.220,87</b>
Ordinária		0,00
Vinculada		878.220,87
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>162.724,81</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		162.724,81
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>144.874.787,47</b>

Identificador: WPR1491103-1735-CTFI-248255491 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

IPM Sistemas Ltda

13/11/2017 07:51



# IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Prestação de Contas  
Balancete Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2017

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Caixa e Equivalentes de Caixa		21.885,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		8.761,72
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		144.844.140,45
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>145.915.733,15</b>

## Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 13/11/2017, Hora emissão 07:51:37

Notas:

ONEIDE BERTOLINI  
Contadora  
CRC/SC 027.452/O-5

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN  
Diretora-Presidente

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-1735-CTFI-248255-491 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

13/11/2017 07:51

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO ADM 63/2017

Publicação Nº 1425345

Extrato DO CONTRATO ADM N. 63/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 35/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA

OBJETO: Constitui-se como objeto do presente termo a prorrogação até 31/12/2017 da vigência do Contrato Administrativo n. 35/2017, que possui o seguinte objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE REMENDOS PROFUNDOS E RECUPERAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA AO LONGO DA EMCA 005 (RODOVIA MUNICIPAL QUE LIGA O CENTRO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA AO DISTRITO DE FERNANDO MACHADO)".

JUSTIFICATIVA: A presente prorrogação de vigência faz-se necessária devido a alteração unilateral existente nos autos (acréscimo quantitativo), conforme requerimento da Contratada e despacho do Fiscal de Contrato - Engenheiro Civil Valdemar Martins.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA.

Cordilheira Alta/SC, 07/11/2017.

### EXTRATO CONTRATO ADM 64/2017

Publicação Nº 1425346

Extrato DO CONTRATO ADM N. 64/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº 117/2017

PREGÃO PRESENCIAL 53/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: MR COMÉRCIO E SERVIÇO DE SOM LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCO E LINÓLEO PARA O ESPETÁCULO DE DANÇA DE CORDILHEIRA ALTA QUE OCORRERÁ NA DATA DE 14/12/2017, conforme especificações constantes na tabela abaixo:

Lote 2:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	1,00	un	KIT ILUMINAÇÃO: 04 MINI BRUT; 05 REFLETORES ELIPSOIDAL; 01 CONSOLE DIGITAL AVOLITES; 24 CANAIS DE DIMMER; 12 REFLETORES PAR LED 3W; 18 REFLETORES PAR 64 1.000W.	MR SOM	1.950,00	1.950,00

Lote 3:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
3	1,00	un	SONORIZAÇÃO: SERVIÇO DE SOM COM PA CONTENDO 08 CAIXAS LINE ARRAY, 05 CAIXAS DE SOM SUB GRAVE E 02 CAIXAS PARA DELAY; 02 MONITORES DE PALCO; 02 MICROFONES SEM FIO E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS (NOTEBOOK, CABEAMENTO)	MR SOM	1.400,00	1.400,00

Lote 4:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
4	1,00	un	CORTINADO PARA ESPETÁCULO: 01 CORTINA PRETA MEDINDO 12MX4,5M, COM ABERTURA NO CENTRO, PARA FRENTE DO PALCO; 01 TECIDO PRETO PARA CICLORAMA, MEDINDO 12MX4,5MX PARA FUNDO DE PALCO; 08 COXIAS MEDINDO 1,5MX4M; CORTINA PRETA MEDINDO 10MX4,5 PARA FECHAR AS LATERAIS DO PALCO; MONTAGEM DE GRID EM ALUMÍNIO TRELIÇADO PADRÃO Q30 TAMANHO 12MX10MX5M COM UMA TRAVESSA CENTRAL PARA SUPORTE DE ILUMINAÇÃO.	MR SOM	1.900,00	1.900,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2017 meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, II, da Lei 8.666/93.

VALOR: O valor global deste contrato é de R\$ 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente contrato correrão a cargo do Proj./Atividade nº 2.065– Elemento 3.3.90, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2017.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Marcio Jorge de Azevedo

Cordilheira Alta/SC, 09/11/2017.

**EXTRATO CONTRATO ADM 65/2017**

Publicação Nº 1425347

Extrato DO CONTRATO ADM N. 65/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº 117/2017

PREGÃO PRESENCIAL 53/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: EDUARDO JOSE HEINECK ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCO E LINÓLEO PARA O ESPETÁCULO DE DANÇA DE CORDILHEIRA ALTA QUE OCORRERÁ NA DATA DE 14/12/2017, conforme especificações constantes na tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	un	LOCAÇÃO DE 01 TABLADO PARA PALCO COM TAMANHO 14MX12MX0,8M A 1,0M (COMPOSTO DE PRATICÁVEIS MODULARES DE 2MX1M, PISO EM COMPENSADO NAVAL 22MM) EM BOM ESTADO SEM DESNÍVEIS, COM ACABAMENTO NA PARTE FRONTAL EM SAIA PRETA, EM ÓTIMO ESTADO, 02 ESCADAS DE ACESSO. 01 LINÓLEO EM BOM ESTADO, MEDINDO 12MX10M.	PADOCK	6.100,00	6.100,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31/12/2017, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, II, da Lei 8.666/93.

VALOR: O valor global deste contrato é de R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente contrato correrão a cargo do Proj./Atividade nº 2.065– Elemento 3.3.90, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2017.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Eduardo Jose Heineck

Cordilheira Alta/SC, 09/11/2017.

**EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO  
PROC.118/2017**

Publicação Nº 1425708

**EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº54/2017

JULGAMENTO: Menor preço por item.

PROCESSO: 118/2017

SOLICITANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TAPETES DE FIBRA DE SISAL NATURAL, COM RECURSO PROVENIENTE DO PROGRAMA BRASIL CARINHO-SO- FNDE.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$4.925,00 (quatro mil novecentos e vinte e cinco reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira declara vencedora a empresa: SCS COMÉRCIO LTDA EPP, no valor de R\$4.925,00 adjudicado em favor da empresa mencionada, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir; Cordilheira Alta, SC, em 13 de Novembro de 2017.

Adriana De Cezaro Moresco  
Pregoeiro

**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 47/2017**

Publicação Nº 1426806

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público dispensa de licitação conforme a baixo especifica:

PROCESSO: 119/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 47/2017

SOLICITANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar pesquisa junto aos municípios de Cordilheira Alta, visando coletar dados para avaliar a qualidade do serviço público, bem como planejar ações governamentais futuras.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II do da Lei nº 8.666/93.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$7.000,00 (sete mil reais).

Cordilheira Alta, SC, em 27 de Outubro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

**EXTRATO RATIFICAÇÃO DISPENSA 48/2017**

Publicação Nº 1426810

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2017 PROCESSO 122/2017

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta torna público que ratificou o ato do Secretário de Administração, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso V, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para contratação de empresa especializada para confecção de convites para espetáculo de dança de Cordilheira Alta que ocorrerá na data de 14/12/2017, no valor total de R\$ 789,98 (setecentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos).

Cordilheira Alta, 08 de novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal



## LRF 5º BIMESTRE

Publicação Nº 1425704

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>20.449.881,70</b>	<b>20.449.881,70</b>	<b>3.659.507,59</b>	<b>17,90</b>	<b>18.178.874,99</b>	<b>2.271.006,71</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	20.364.481,70	20.364.481,70	3.327.907,53	16,34	17.792.331,72	2.572.149,98
IMPOSTOS	2.110.530,00	2.110.530,00	265.318,31	12,57	1.638.627,24	471.902,76
TAXAS	1.622.530,00	1.622.530,00	250.547,52	15,44	1.431.745,22	190.784,78
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	481.000,00	481.000,00	14.770,79	3,07	206.882,02	274.117,98
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	198.000,00	198.000,00	44.189,24	22,32	247.580,69	-49.580,69
RECEITA PATRIMONIAL	198.000,00	198.000,00	44.189,24	22,32	247.580,69	-49.580,69
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	187.121,70	187.121,70	12.257,90	6,55	177.123,57	9.998,13
RECEITA DE SERVIÇOS	187.121,70	187.121,70	12.257,90	6,55	177.123,57	9.998,13
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	783.500,00	783.500,00	151.534,00	19,34	748.414,08	35.085,92
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.808.350,00	16.808.350,00	2.788.474,46	16,59	14.633.925,24	2.174.424,76
TRANSF. DE CONV.	16.569.043,00	16.569.043,00	2.740.227,25	16,54	14.428.482,79	2.140.560,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	239.307,00	239.307,00	48.247,21	20,16	205.442,45	33.864,55
MULTAS E JUROS DE MORA	276.980,00	276.980,00	66.133,62	23,88	346.660,90	-69.680,90
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	66.680,00	66.680,00	11.279,46	16,92	63.313,33	3.366,67
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	500,00	500,00	38.301,89	7.660,38	40.584,19	-40.084,19
RECEITAS DIVERSAS	201.000,00	201.000,00	16.087,87	8,00	239.589,98	-38.589,98
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>8.800,00</b>	<b>8.800,00</b>	<b>464,40</b>	<b>5,28</b>	<b>3.173,40</b>	<b>5.626,60</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<b>85.400,00</b>	<b>85.400,00</b>	<b>331.600,06</b>	<b>388,29</b>	<b>386.543,27</b>	<b>-301.143,27</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	2.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	2.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	200,00	200,00	329.842,00	164.921,00	329.842,00	-329.642,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100,00	100,00	329.842,00	329.842,00	329.842,00	-329.742,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	73.000,00	73.000,00	1.758,06	2,41	27.217,35	45.782,65
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.400,00	9.400,00	0,00	0,00	29.483,92	-20.083,92
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.300,00	9.300,00	0,00	0,00	0,00	9.300,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.483,92</b>	<b>-29.383,92</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>20.449.881,70</b>	<b>20.449.881,70</b>	<b>3.659.507,59</b>	<b>17,90</b>	<b>18.178.874,99</b>	<b>2.271.006,71</b>

Continua 1/3

Continua 2/3

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>20.449.881,70</b>	<b>23.765.326,65</b>	<b>3.364.980,53</b>	<b>18.978.834,31</b>	<b>4.786.492,34</b>	<b>3.879.334,94</b>	<b>17.644.517,48</b>	<b>6.120.809,17</b>	<b>16.742.406,26</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>534.357,51</b>	<b>—</b>	<b>1.436.488,73</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>20.449.881,70</b>	<b>23.765.326,65</b>	<b>3.364.980,53</b>	<b>18.978.834,31</b>	<b>—</b>	<b>3.879.334,94</b>	<b>18.178.874,99</b>	<b>—</b>	<b>18.178.874,99</b>
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Cordilheira Alta, 10/11/2017

ALTEMIR PEDERSSETTI PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO
--	--	---

**RRRO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)**

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.737.780,00	1.737.780,00	1.572.547,75	90,49		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	430.000,00	430.000,00	360.355,78	83,80		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	293.289,99	293,29		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	850.000,00	850.000,00	529.139,38	62,25		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	242.530,00	242.530,00	248.960,07	102,65		
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	15.700,00	15.700,00	17.490,69	111,41		
Dívida Ativa dos Impostos	86.000,00	86.000,00	113.049,79	131,45		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	13.550,00	13.550,00	10.262,05	75,73		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.689.000,00	16.689.000,00	13.775.032,31	82,54		
Cota-Parte FPM	7.200.000,00	7.200.000,00	5.252.515,00	72,95		
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	6.801,11	680,11		
Cota-Parte IPVA	605.000,00	605.000,00	543.272,14	89,80		
Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	7.834.275,15	92,17		
Cota-Parte IPI-Exportação	145.000,00	145.000,00	110.070,61	75,91		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	238.000,00	238.000,00	28.098,30	11,81		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	38.000,00	38.000,00	28.098,30	73,94		
Outras	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.426.780,00	18.426.780,00	15.347.580,06	83,29		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.665.250,00	1.665.250,00	1.840.140,95	110,50		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.665.250,00	1.665.250,00	1.840.140,95	110,50		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.279.466,04	4.993.171,34	4.307.293,68	86,26	3.950.245,28	79,11
Pessoal e Encargos Sociais	2.080.134,92	2.249.067,92	1.879.735,42	83,58	1.879.735,42	83,58
Outras Despesas Correntes	2.199.331,12	2.744.103,42	2.427.558,26	88,46	2.070.509,86	75,45
DESPESAS DE CAPITAL	133.530,00	185.000,00	133.314,00	72,06	133.314,00	72,06
Investimentos	133.530,00	185.000,00	133.314,00	72,06	133.314,00	72,06

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	133.530,00	185.000,00	133.314,00	72,06	133.314,00	72,06
Investimentos	133.530,00	185.000,00	133.314,00	72,06	133.314,00	72,06
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	4.412.996,04	5.178.171,34	4.440.607,68	85,76	4.083.559,28	78,86
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	962.267,84	1.428.172,14	999.318,80	22,50	968.801,87	23,72
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	960.167,84	1.289.472,14	860.956,02	19,39	830.439,09	20,34
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	12.100,00	138.700,00	138.362,78	3,12	138.362,78	3,39
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	962.267,84	1.428.172,14	999.318,80	22,50	968.801,87	23,72
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	3.450.728,20	3.749.999,20	3.441.288,88	77,50	3.114.757,41	76,28
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						
						812.620,40

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	4.356.600,56	5.057.572,82	4.413.513,94	99,15	4.063.215,54	99,28
Vigilância Sanitária	88.421,94	150.424,98	37.893,74	0,85	29.343,74	0,72
<b>TOTAL</b>	<b>4.445.022,50</b>	<b>5.207.997,80</b>	<b>4.451.407,68</b>	<b>100,00</b>	<b>4.092.559,28</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V(i+i) - (15 \times IIIb)/100]$ 

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Cordilheira Alta, 10/11/2017

ALTEIR PEDERSSETTI PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	SOLANGE MARIA DERIVANOSKI LANZARIN CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE II
---	---	--

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Cordilheira Alta, 10/11/2017

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		20.449.881,70	
Previsão Atualizada		20.449.881,70	
Receitas Realizadas		18.178.874,99	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.846.790,71	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		20.449.881,70	
Créditos Adicionais		3.315.444,95	
Dotação Atualizada		23.765.326,65	
Despesas Empenhadas		18.978.834,31	
Despesas Liquidadas		17.644.517,48	
Despesas pagas		16.742.406,26	
Superávit Orçamentário		534.357,51	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas		18.978.834,31	
Despesas Liquidadas		17.644.517,48	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida		22.308.149,13	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	242.709,09
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	23.181,97	0,00	23.181,96
EXECUTIVO	23.181,97	0,00	23.181,96
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	29.666,66	0,00	29.666,66
EXECUTIVO	29.666,66	0,00	29.666,66
<b>TOTAL:</b>	<b>52.848,63</b>	<b>0,00</b>	<b>52.848,62</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
			<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.166.617,26	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.573.576,42	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.800,00
Despesa de Capital Líquida		1.228.606,44	1.994.620,16

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				329.842,00	-329.642,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	0,00
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>					
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	Valor apurado até o Bimestre	3.114.757,41	15,00		20,29
	Limite Constitucional Anual				
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>					
Valor apurado no exercício corrente					
Total das despesas/RCL (%)					0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 10/11/2017

ALTEIR PEDERSSETTI	SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		% (d/Total d)	SALDO (e) = (a-d)	
			Até o Bimestre (b)			Até o Bimestre (d)				
			No Bimestre	% (b/Total b)		No Bimestre	% (d/Total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	20.449.881,70	23.765.326,65	3.364.980,53	18.978.834,31	100,00	4.786.492,34	17.644.517,48	100,00	6.120.809,17	
	Legislativa	860.000,00	860.000,00	107.140,99	656.440,49	3,46	203.559,51	632.127,63	3,58	227.872,37
	Ação Legislativa	860.000,00	860.000,00	107.140,99	656.440,49	3,46	203.559,51	632.127,63	3,58	227.872,37
	Administração	2.643.700,00	2.603.260,00	373.231,40	2.337.172,85	12,31	266.087,15	442.002,88	12,46	405.310,65
	Administração Geral	2.643.700,00	2.603.260,00	373.231,40	2.337.172,85	12,31	266.087,15	442.002,88	12,46	405.310,65
	Assistência Social	784.650,00	942.806,90	116.998,57	566.310,97	2,98	376.495,93	555.582,25	3,15	387.224,65
	Assistência Comunitária	784.650,00	942.806,90	116.998,57	566.310,97	2,98	376.495,93	555.582,25	3,15	387.224,65
	Saúde	4.445.022,50	5.207.997,80	705.029,72	4.451.407,68	23,45	756.590,12	4.092.559,28	23,19	1.115.438,52
	Atenção Básica	4.356.600,56	5.057.572,82	704.546,63	4.413.513,94	23,25	644.059,88	4.063.215,54	23,03	994.357,28
	Vigilância Sanitária	88.421,94	150.424,98	483,09	37.893,74	0,20	6.183,09	29.343,74	0,17	121.081,24
	Educação	4.259.598,00	5.614.678,42	832.636,42	4.082.899,45	21,51	1.531.778,97	3.922.607,02	22,23	1.692.071,40
	Ensino Fundamental	3.544.848,00	4.249.063,74	699.823,10	3.532.647,05	18,61	716.416,69	3.452.383,78	19,57	796.679,96
	Ensino Médio	602.000,00	612.489,65	127.742,36	512.873,98	2,70	99.615,67	445.426,50	2,52	167.063,15
	Ensino Superior	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00
	Educação Infantil	43.250,00	709.250,00	0,00	0,00	0,00	709.250,00	0,00	0,00	709.250,00
	Educação de Jovens e Adultos	22.000,00	14.000,00	2.696,00	10.228,50	0,05	3.771,50	8.682,50	0,05	5.317,50
	Educação Especial	45.000,00	27.375,03	2.374,96	27.149,92	0,14	225,11	18.114,24	0,09	11.260,79
	Cultura	292.400,00	232.400,00	0,00	129.441,80	0,68	102.958,20	129.441,80	0,73	102.958,20
	Difusão Cultural	292.400,00	232.400,00	0,00	129.441,80	0,68	102.958,20	129.441,80	0,73	102.958,20
	Direitos da Cidadania	17.000,00	17.000,00	3.433,15	14.213,15	0,07	2.786,85	3.433,15	0,08	2.786,85
	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	17.000,00	17.000,00	3.433,15	14.213,15	0,07	2.786,85	3.433,15	0,08	2.786,85
	Urbanismo	3.810.211,20	4.158.643,53	876.199,34	3.866.158,05	20,37	292.465,48	3.364.159,30	19,07	794.484,23
	Serviços Urbanos	3.810.211,20	4.158.643,53	876.199,34	3.866.158,05	20,37	292.465,48	3.364.159,30	19,07	794.484,23
	Habituação	11.200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00
	Habituação Rural	7.100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
	Habituação Urbana	4.100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
	Agricultura	1.934.600,00	2.747.039,06	289.444,09	1.923.193,48	10,13	823.945,58	1.876.946,02	10,64	870.093,04
	Extensão Rural	1.934.600,00	2.747.039,06	289.444,09	1.923.193,48	10,13	823.945,58	1.876.946,02	10,64	870.093,04
	Comércio e Serviços	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
	Administração Geral	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
	Energia	198.500,00	398.300,94	3.934,50	145.830,99	0,77	252.469,95	32.676,01	0,75	265.131,85
	Energia Elétrica	198.500,00	398.300,94	3.934,50	145.830,99	0,77	252.469,95	32.676,01	0,75	265.131,85
	Desporto e Lazer	364.500,00	429.500,00	53.772,57	287.321,56	1,51	142.178,44	58.555,01	1,53	159.243,30
Desporto Comunitário	364.500,00	429.500,00	53.772,57	287.321,56	1,51	142.178,44	58.555,01	1,53	159.243,30	
Encargos Especiais	828.000,00	553.000,00	3.159,78	518.443,84	2,73	34.556,16	101.775,36	2,58	97.494,11	
Administração Geral	18.000,00	18.000,00	3.159,78	15.581,76	0,08	2.418,24	15.581,76	0,09	2.418,24	

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2



Continuação 2/2

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Encargos Especiais	20.449.881,70	23.765.326,65	3.364.980,53	18.978.834,31	4.786.492,34	3.879.334,94	17.644.517,48	6.120.809,17
Refinanciamento da Dívida Interna	828.000,00	553.000,00	3.159,78	518.443,84	34.556,16	101.775,36	455.505,89	97.494,11
Serviço da Dívida Interna	520.000,00	292.000,00	0,00	291.041,20	958,80	48.506,90	242.534,50	49.465,50
	290.000,00	243.000,00	0,00	211.820,88	31.179,12	50.108,68	197.389,63	45.610,37
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>20.449.881,70</b>	<b>23.765.326,65</b>	<b>3.364.980,53</b>	<b>18.978.834,31</b>	<b>4.786.492,34</b>	<b>3.879.334,94</b>	<b>17.644.517,48</b>	<b>6.120.809,17</b>

FONTE:

Cordilheira Alta, 10/11/2017

ALTEMIR PEDERSSETTI PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO
--	--	---

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017	
ESPECIFICAÇÃO		Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	TOTAL (ULT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>2.317.043,44</b>	<b>2.889.305,74</b>	<b>1.386.486,56</b>	<b>2.201.505,78</b>	<b>2.141.406,97</b>	<b>1.987.090,07</b>	<b>2.083.707,88</b>	<b>2.006.128,16</b>	<b>2.144.512,41</b>	<b>2.229.776,58</b>	<b>1.932.800,92</b>	<b>1.957.217,73</b>	<b>25.766.965,24</b>	<b>23.662.188,70</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		138.190,25	137.470,15	87.349,13	219.628,94	335.932,07	180.879,95	187.590,88	118.601,44	139.771,07	123.555,45	132.831,50	132.488,81	1.914.287,64	2.110.530,00
I.R.T.U.		2.501,86	4.134,04	1.492,39	45.656,29	225.879,94	15.420,50	23.267,48	17.073,47	21.706,39	2.575,50	1.412,72	5.866,10	366.591,68	430.000,00
I.R.U.F.		20.761,98	50.236,39	307,68	15.915,13	21.174,53	27.741,15	27.957,34	32.215,36	32.946,19	28.202,43	30.465,63	32.053,93	318.993,44	242.530,00
I.S.S.		49.331,77	49.323,50	42.214,10	42.454,35	51.723,53	55.150,34	48.837,07	55.982,07	62.572,16	51.609,67	55.956,58	62.639,51	627.794,65	850.000,00
I.T.B.I.		54.340,00	18.890,36	16.983,50	87.100,00	5.500,00	9.500,00	78.100,00	4.400,00	11.301,64	18.252,00	36.078,07	24.074,78	366.490,35	100.000,00
Outras Receitas Tributárias		11.254,64	14.915,86	26.351,46	28.594,17	31.654,07	53.067,96	9.438,99	8.930,54	11.242,69	22.821,35	6.918,50	7.862,49	233.052,52	488.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		213.767,00	20.385,36	21.369,64	26.576,67	38.067,43	26.028,95	24.094,95	23.349,78	22.743,62	21.163,21	20.954,51	23.234,73	286.282,75	198.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		16.952,45	15.381,99	22.003,66	21.634,50	28.078,88	19.674,08	22.494,82	17.414,65	17.926,45	15.638,45	13.322,44	12.246,43	222.967,98	187.121,70
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		55.292,84	61.976,26	49.690,54	51.156,79	115.114,76	74.694,27	91.258,84	64.946,14	69.213,65	80.224,09	72.328,08	79.236,92	865.673,28	783.300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.052.911,96	2.615.675,88	1.689.764,41	1.860.088,58	1.591.032,74	1.674.408,27	1.730.570,11	1.715.513,47	1.834.631,85	1.955.664,57	1.643.944,62	1.683.330,99	22.667.517,45	20.106.068,00
Cota-Parte do FPM		836.988,98	1.311.543,46	557.722,59	714.986,63	447.982,93	539.743,28	612.245,57	594.316,40	728.619,34	494.289,46	415.056,66	470.355,00	7.695.831,30	7.200.000,00
Cota-Parte do ICMS		751.644,06	827.242,98	825.527,23	733.224,40	788.941,98	797.907,83	730.017,04	786.739,04	786.237,05	782.073,82	855.975,47	807.631,29	9.413.162,19	8.500.000,00
Cota-Parte do IPVA		38.895,98	18.249,75	29.445,35	43.474,50	63.256,24	48.770,21	62.678,12	65.655,97	59.097,76	63.952,33	48.174,49	57.769,17	600.417,87	605.000,00
Cota-Parte do ITR		305,12	19,02	6,21	60,78	56,00	45,07	45,07	15,93	45,90	27,36	1.359,81	5.152,69	7.125,25	1.000,00
Outras Transferências Correntes		263.173,99	297.768,00	92.517,16	186.900,57	129.882,26	101.204,69	145.510,47	131.718,39	103.573,23	444.304,02	130.735,75	152.988,48	2.151.717,01	2.067.058,00
Transferências de LC 61/1996		11.458,81	12.191,08	10.373,33	11.406,52	8.963,52	10.823,47	10.155,45	10.210,67	11.470,41	10.733,63	11.484,79	14.468,82	133.729,50	145.000,00
Transferências do FUNDEB		2.928,49	2.928,49	2.928,49	2.928,49	2.928,49	2.928,49	2.928,49	2.928,49	2.928,49	2.928,49	2.928,49	2.928,49	33.955,28	38.000,00
Transferências do FUNDEB		156.516,53	175.733,10	171.363,71	164.145,35	169.139,98	173.103,89	167.122,27	174.047,24	162.776,33	167.474,12	177.387,82	172.775,71	2.031.598,05	1.550.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		22.399,14	38.216,10	16.051,98	22.439,90	33.181,11	31.134,55	27.667,48	66.302,68	60.225,77	23.523,91	36.419,77	26.713,85	407.266,14	276.980,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>		<b>323.844,11</b>	<b>374.597,63</b>	<b>285.175,50</b>	<b>301.192,33</b>	<b>258.401,87</b>	<b>280.019,74</b>	<b>283.597,25</b>	<b>281.949,38</b>	<b>255.096,08</b>	<b>270.777,07</b>	<b>267.164,01</b>	<b>271.837,14</b>	<b>3.458.846,11</b>	<b>3.297.706,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		323.844,11	374.597,63	285.175,50	301.192,33	258.401,87	280.019,74	283.597,25	281.949,38	255.096,08	270.777,07	267.164,01	271.837,14	3.458.846,11	3.297.706,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>		<b>1.993.199,33</b>	<b>2.514.308,11</b>	<b>1.801.310,06</b>	<b>1.900.313,45</b>	<b>1.883.005,10</b>	<b>1.707.070,33</b>	<b>1.800.120,63</b>	<b>1.724.178,78</b>	<b>1.889.416,33</b>	<b>1.959.002,51</b>	<b>1.685.636,91</b>	<b>1.685.680,59</b>	<b>22.308.149,13</b>	<b>20.364.481,70</b>
FONTE:															
Cordilheira Alta, 13/11/2017															
ALTEIR PEDERSETTI	SILVANA MAGIONI FAVERO														
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO														
	CONTADOR - CROSC 028463-0-6														

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

## PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>				
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
AORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FONTE:  
Cordilheira Alta, 10/11/2017

---

ALTEMIR PEDERSSETTI SOLANGE MARIA DERVANOSKI L. SILVANA MAGIONI FAVERO  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO CONTADORA - CRC/SC 028483/O TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	291.041,20	97.013,60	48.506,70
DEDUÇÕES (II)	2.322.065,03	3.185.328,36	2.964.350,40
Disponibilidade de Caixa	2.322.065,03	3.185.328,36	2.964.350,40
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.351.731,69	4.193.247,77	3.866.461,62
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	29.666,66	1.007.919,41	902.111,22
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2017 (Vlc - Vla)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Cordilheira Alta, 10/11/2017

ALTEIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO



Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	20.177.360,00	17.615.208,15	15.579.741,68
Receita Tributária	2.110.530,00	1.638.627,24	1.452.108,14
I.P.T.U.	430.000,00	360.355,78	355.209,73
I.S.S.	850.000,00	529.139,38	555.855,01
I.T.B.I.	100.000,00	293.289,99	196.899,46
I.R.R.F.	242.530,00	248.960,07	170.796,46
Outras Receitas Tributárias	488.000,00	206.882,02	173.347,48
Receita de Contribuição	198.000,00	247.580,69	245.270,44
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	198.000,00	247.580,69	245.270,44
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	187.121,70	177.123,57	173.077,85
(-) Aplicações Financeiras	187.121,70	177.123,57	173.077,85
Transferências Correntes	16.808.350,00	14.633.925,24	13.058.347,67
F.P.M.	5.760.000,00	4.494.796,15	4.093.723,84
I.P.V.A	484.000,00	434.618,47	409.732,35
I.C.M.S.	6.800.000,00	6.267.421,01	5.784.034,41
Convênios	239.307,00	205.442,45	139.618,99
Outras Transferências Correntes	3.525.043,00	3.231.647,16	2.631.238,08
Demais Receitas Correntes	1.060.480,00	1.095.074,98	824.015,43
Dívida Ativa	201.000,00	239.589,98	145.184,21
Diversas Receitas Correntes	859.480,00	855.485,00	678.831,22
RECEITAS DE CAPITAL (II)	85.400,00	386.543,27	583.745,51
Operações de Crédito (III)	2.800,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	73.000,00	27.217,35	26.851,65
Alienação de Ativos (V)	200,00	329.842,00	0,00
Transferências de Capital	9.400,00	29.483,92	556.893,86
Convênios	100,00	29.483,92	556.893,86
Outras Transferências de Capital	9.300,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	9.400,00	29.483,92	556.893,86
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	20.186.760,00	17.644.692,07	16.136.635,54

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	20.462.100,05	17.348.363,31	15.821.840,32	16.415.911,04	14.994.724,89
Pessoal e Encargos Sociais	9.314.767,34	8.016.416,60	6.834.397,74	8.013.583,30	6.828.864,44
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	8,75	0,00	8,75
Outras Despesas Correntes	11.147.332,71	9.331.946,71	8.987.433,83	8.402.327,74	8.165.851,70
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	20.462.100,05	17.348.363,31	15.821.831,57	16.415.911,04	14.994.716,14
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.223.226,60	1.630.471,00	1.225.138,53	1.228.606,44	639.326,36
Investimentos	2.931.226,60	1.339.429,80	931.727,00	986.071,94	394.421,35
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	292.000,00	291.041,20	293.411,53	242.534,50	244.905,01
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.931.226,60	1.339.429,80	931.727,00	986.071,94	394.421,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	80.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X + XV + XVI + XVII)	23.473.326,65	18.687.793,11	16.753.558,57	17.401.982,98	15.389.137,49
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVII)	-3.286.566,65	-1.043.101,04	-616.923,03	242.709,09	747.498,05
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.846.790,71	-	1.846.790,71	0,00
Superávit Financeiro	-	1.846.790,71	-	1.846.790,71	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Cordilheira Alta, 10/11/2017

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (i+g) - (h)	Saldo Total L = (e+K)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)					
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>									
<b>EXECUTIVO</b>									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA									
Sect. Munic. da Agric. Ind. e Comercio	0,00	23.666,66	23.666,66	0,00	0,00	23.181,96	0,00	0,01	0,01
Sect. Munic. da Infra-Estrutura	0,00	23.666,66	23.666,66	0,00	0,00	23.181,96	0,00	0,01	0,01
Secretaria Munic. da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.323,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Munic. de Adm. Fazenda e Planejamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.975,96	0,00	0,01	0,01
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.786,80	0,00	0,00	0,00
	-	-	-	-	1.096,20	1.096,20	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>23.666,66</b>	<b>23.666,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23.181,96</b>	<b>0,00</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>

FONTE:

Cordilheira Alta, 10/11/2017

ALTEMIR PEDERSSETTI PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	SOLANGE MARIA DERWANSKI LANZARIN CONTADORA - CRCSC 0284630-6	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO
--	---	---

**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.737.780,00	1.737.780,00	1.572.547,75	90,49
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	507.050,00	507.050,00	448.025,10	88,36
1.1.1- IPTU	430.000,00	430.000,00	360.355,78	83,80
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	77.050,00	77.050,00	87.669,32	113,78
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	293.289,99	293,29
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	293.289,99	293,29
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	888.200,00	888.200,00	582.272,59	65,56
1.3.1- ISS	850.000,00	850.000,00	529.139,38	62,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	38.200,00	38.200,00	53.133,21	139,09
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	242.530,00	242.530,00	248.960,07	102,65
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	16.489.000,00	16.489.000,00	14.067.816,17	85,32
2.1- Cota-Parte FPM	7.200.000,00	7.200.000,00	5.545.298,86	77,02
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.200.000,00	7.200.000,00	5.252.515,00	72,95
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	292.783,86	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	7.834.275,15	92,17
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	38.000,00	38.000,00	28.098,30	73,94
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	145.000,00	145.000,00	110.070,61	75,91
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	6.801,11	680,11
2.6- Cota-Parte IPVA	605.000,00	605.000,00	543.272,14	89,80
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	18.226.780,00	18.226.780,00	15.640.363,92	85,81
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	276.000,00	276.000,00	291.746,16	105,71
5.1- Transferências do Salário-Educação	180.000,00	180.000,00	189.680,08	105,38
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	41.000,00	41.000,00	41.996,80	102,43
5.4- Transferências Diretas - PNATE	55.000,00	55.000,00	60.069,28	109,22
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	233.907,00	233.907,00	166.253,06	71,08
6.1- Transferências de Convênios	233.807,00	233.807,00	166.253,06	71,11
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	100,00	100,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	2.450,00	2.450,00	12.196,30	497,81
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	512.357,00	512.357,00	470.195,52	91,77

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.297.708,00	3.297.708,00	2.755.004,37	83,54
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.440.000,00	1.440.000,00	1.050.502,71	72,95
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.700.000,00	1.700.000,00	1.566.854,14	92,17
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.600,00	7.600,00	5.619,60	73,94
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	29.000,00	29.000,00	22.014,09	75,91
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	108,00	108,00	1.360,16	1.259,41
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	121.000,00	121.000,00	108.653,67	89,80
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.550.000,00	1.550.000,00	1.699.338,42	109,63
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.550.000,00	1.550.000,00	1.699.338,42	109,63
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	-1.747.708,00	-1.747.708,00	-1.055.665,95	60,40

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.201.635,40	1.873.375,42	1.573.576,42	84,00	1.573.576,42	84,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.201.635,40	1.873.375,42	1.573.576,42	84,00	1.573.576,42	84,00
14- OUTRAS DESPESAS	350.200,00	161.784,00	161.583,86	99,88	161.583,86	99,88
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	350.200,00	161.784,00	161.583,86	99,88	161.583,86	99,88
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.551.835,40	2.035.159,42	1.735.160,28	85,26	1.735.160,28	85,26
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.735.160,28
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						92,60
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						9,51
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-2,11
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 <sup>2</sup>						33.724,02
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	20.000,00	292.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.155.998,00	3.814.322,02	3.171.768,85	83,15	3.110.951,31	81,56
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.551.835,40	2.035.159,42	1.735.160,28	85,26	1.735.160,28	85,26
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.604.162,60	1.779.162,60	1.436.608,57	80,75	1.375.791,03	77,33
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.175.998,00	4.106.322,02	3.171.768,85	77,24	3.110.951,31	75,76
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-1.055.665,95
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-1.055.665,95
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						4.166.617,26
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						26,64
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	180.000,00	417.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.463.600,00	1.651.356,40	1.459.523,85	88,38	1.360.048,96	82,36
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	1.643.600,00	2.068.356,40	1.459.523,85	70,56	1.360.048,96	65,76
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	4.819.598,00	6.174.678,42	4.631.292,70	75,00	4.471.000,27	72,41
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.699.338,42	189.680,08
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.699.338,42	189.680,08
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.699.338,42	189.680,08

Cordilheira Alta, 10/11/2017

ALTEIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.



Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)</b>	<b>2.800,00</b>	<b>0,00</b>			<b>2.800,00</b>
<b>DESPESAS</b>					
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	3.223.226,60	1.630.471,00	1.228.606,44	0,00	1.592.755,60
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>3.223.226,60</b>	<b>1.630.471,00</b>	<b>1.228.606,44</b>	<b>0,00</b>	<b>1.592.755,60</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-3.220.426,60</b>	<b>-1.630.471,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-1.589.955,60</b>

FONTE:

Cordilheira Alta, 10/11/2017

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN  
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 274/2017

Publicação Nº 1425666

DECRETO Nº 274, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PAGAMENTO ECEPCIONAL DE HORAS EXTRAS DOS OCUPANTES DOS CARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 005/2003 e,

Considerando o disposto no Artigo 60, Parágrafo Único da Lei Complementar nº. 005, de 14 de abril de 2003;

Considerando que o Município realiza a recuperação das estradas em geral, com reabertura, sargeteamento e cascalhamento das mesmas;

Considerando os laudos da EPAGRI – CIRAM (em anexo) onde constam os registros elevados de chuvas nos últimos dias;

Considerando que estes eventos (níveis elevados de chuvas) causaram diversos estragos nas vias rurais, e é de urgência a restauração destas vias;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de horas extras pelo prazo de 90 dias a partir desta data, podendo ser prorrogado em caso de necessidade. As horas serão executadas exclusivamente pelos servidores ocupantes dos cargos de Operador de Máquinas, Motorista e Auxiliar de Serviços Gerais, envolvidos nos serviços de recuperação emergencial das estradas municipais, lotados na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Fica a cargo do Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, a autorização e o controle das horas-extras a serem realizadas pelos servidores, que deverá ser realizado mensalmente através de relatório próprio, e entregue ao departamento de Recursos Humanos para inclusão na Folha de Pagamento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 09 de novembro de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. de Adm. Planej. E Finanças

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### **ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTAS - PROCESSO 12/2017 FMS - TOMADA DE PREÇOS**

Publicação Nº 1426527

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO 12/2017 – FMS  
TOMADA DE PREÇOS – ABERTURA DE PROPOSTAS

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados à Tomada de Preços 12/2017 FMS, que ocorrerá a continuidade do processo com abertura dos envelopes de propostas: 16.11.2017 às 16.30:00 horas, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores de Correia Pinto. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria.

Objeto: REFORMA/AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

Correia Pinto/SC, 13 de novembro de 2017.  
Celso Rogerio Alves Ribeiro  
Prefeito

### **ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTAS - PROCESSO 42/2017 PMCP - TOMADA DE PREÇOS**

Publicação Nº 1426497

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO 42/2017 – PMCP  
TOMADA DE PREÇOS – ABERTURA DE PROPOSTAS

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados à Tomada de Preços 42/2017 PMCP, que ocorrerá a continuidade do processo com abertura dos envelopes de propostas: 16.11.2017 às 14.30:00 horas, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores de Correia Pinto. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria.

Objeto: REFORMA/AMPLIAÇÃO DE UMA SALA DE AULA NA CRECHE CRIANÇA FELIZ. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

Correia Pinto/SC, 13 de novembro de 2017.  
Celso Rogerio Alves Ribeiro  
Prefeito

### **TOMADA DE PREÇO Nº 58/2017 PMCP**

Publicação Nº 1426546

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO 58/2017 – PMCP  
TOMADA DE PREÇO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIAS DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, COMPREENDENDO O CONJUNTO DE ATIVIDADES REALIZADAS INTEGRADAMENTE QUE TENHAM POR OBJETIVO O ESTUDO, O PLANEJAMENTO, A CONCEITUAÇÃO, A CONCEPÇÃO, A CRIAÇÃO, A EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIÇÃO E SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DA PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO E DEMAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO, COM O INTUITO DE ATENDER AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E AO DIREITO À INFORMAÇÃO, DE DIFUNDIR IDÉIAS, PRINCÍPIOS, INICIATIVAS OU INSTITUIÇÕES OU DE INFORMAR O PÚBLICO EM GERAL SOBRE OS ATOS E REALIZAÇÕES DO ANUNCIANTE. Menor Preço Global. Abertura dos envelopes: 13.12.2017 às 09:00 horas. Base Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, mediante aplicação, de forma complementar, Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, Decreto nº 57.690/66, Decreto nº 4.563/02, Decreto nº 6.555/08, a instrução normativa SECOM nº 04, de 21 de dezembro de 2010, Decreto nº 3722/01, a instrução normativa SLTI/MP nº 02, de 11 de outubro de 2010 e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

Correia Pinto/SC, 13 de novembro de 2017.  
Celso Rogerio Alves Ribeiro  
Prefeito

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### ERRATA 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2017

Publicação Nº 1425661

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Errata Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 09/2017.

Partes: Município de Cunha Porã e a Fundação Hospitalar e Assistencial de Cunha Porã.

Processo Licitatório nº. 16/2017. Dispensa por Inexigibilidade 04/2017.

Onde se lê: Valor Aditado R\$ 90.000,00. Leia-se: Valor Aditado: R\$ 45.000,00.

Alexandre Lenciana Fagundes- Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

### ERRATA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 099/2017.

Publicação Nº 1425875

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Errata Contrato Administrativo nº 099/2017

Onde se lê: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DA RETROESCAVADEIRA JCB 3C.

Leia-se: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DA RETROESCAVADEIRA JCB01.

Processo Licitatório: nº 1117/2017.

Modalidade: Dispensa por Limite nº. 1041/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 139/2017.

Publicação Nº 1425431

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 0139/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a empresa L e Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA – ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA, COM EXECUÇÃO DE OBRA (E FORNECIMENTO DE MATERIAIS) NO NOVO PARQUE DE EXPOSIÇÕES, LOCALIZADO NA LINHA GLORIA.

Processo Licitatório nº 1759/2017 na modalidade Tomada de Preço nº. 07/2017.

Valor Total: R\$ 27.799,93.

Data: 10/11/2017.

JAIRO Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

# Cunhataí

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 103/2017

Publicação Nº 1426822

DECRETO N.º 103/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º, § 1º, Inciso I da Lei Municipal n.º 863 de 07 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ, no valor de R\$- 2.600,00(Dois Mil e Seiscentos Reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS SERV URB E DESENV.	11
Unidade	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS SERV URB E DESENV.	1
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS	13
Atividade	Manutenção das Atividades de Planejamento Urbanos	2.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.16.000000- (140)
		2.600,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Provável Excesso de Arrecadação para o Exercício Financeiro de 2017 na destinação de Recursos DR nº 10.16 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE no valor de R\$ - 2.600,00(Dois Mil e Seiscentos Reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Registre-se

Cunhataí – SC, 13 de novembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº 104/2017

Publicação Nº 1426825

DECRETO Nº 104/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso III da Lei Municipal n.º 863 de 07 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 1.500,00(Um Mil e Quinhentos Reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS SERV URB E DESENV.	11
Unidade	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS SERV URB E DESENV.	1
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS	13
Atividade	Manutenção das Atividades de Planejamento Urbanos	2.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
		Valor

3.3.90.00	Aplicação Direta	01.16.000000- (140)	1.500,00
-----------	------------------	---------------------	----------

Art. 2º. Para a cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, será através da redução total na seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS SERV URB E DESENV.	11
Unidade	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS SERV URB E DESENV.	1
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS	13
Atividade	Manutenção das Atividades de Planejamento Urbanos	2.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.16.000000- (141)
		1.500,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.  
Registre-se e Publique-se.

Cunhataí – SC, 13 de novembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

## DECRETO MUNICIPAL Nº 105/2017

Publicação Nº 1426836

DECRETO Nº 105/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso II da Lei Municipal n.º 863 de 07 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 7.219,24,00(Seete Mil, Duzentos e Dezenove Reais com Vinte e Quatro Centavos), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS SERV URB E DESENV.	11
Unidade	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS SERV URB E DESENV.	1
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS	13
Atividade	Manutenção das Vias Públicas/Segurança pública - Convênio Multas de Trânsito	2.038
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	03.56.000000- (178)
		7.219,24

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2016, conforme Decreto n.º 003/2017, na Destinação de Recurso Superávit Financeiro de recursos S.F Recursos Ordinários - DR n.º 03.56 no valor de R\$ - 7.219,24(Seete Mil, Duzentos e Dezenove Reais com Vinte e Quatro Centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.  
Registre-se e Publique-se.

Gabinete do prefeito, 13 de novembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal



**DECRETO MUNICIPAL Nº 106-2017**

Publicação Nº 1426846

DECRETO Nº 106/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

DESIGNA EQUIPE ADMINISTRATIVA PARA ESTUDO, AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DA REFORMA DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 77, c/c o inciso I do Artigo 100 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade da reformulação da legislação tributária municipal vigente; e,

CONSIDERANDO o previsto nos incisos I e II da Cláusula Segunda do Termo de Cooperação Técnica N. 092/2014/MP, celebrado em 17/02/2014 entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Cunhataí:

**DECRETA**

Art. 1º Fica constituída a Equipe Administrativa, a qual terá a incumbência de discutir, avaliar e elaborar o projeto de lei complementar que disporá sobre a reforma do Código Tributário do Município (Lei Complementar Municipal nº 001/2004), com o auxílio e apoio da empresa de consultoria contratada através do Contrato nº 24/2017, sendo composta pelos seguintes servidores municipais:

I – Kátia Bárbara Heinzen Baron

II – Maicon Schmitz

III – Leomiro Rafael Hoss

IV – Bruna Jaqueline Bankov Ebeling

V – Vilson Wildner

Art. 2º A 'Equipe Administrativa' ficará vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e não gerará ônus para o Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí, 14 de novembro de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

Publicação Nº 1426454

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

O Instituto de Previdência social dos Servidores Públicos de Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL E SEGREGAÇÃO DE MASSA, PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS. CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 30/11/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 30/11/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 13 de Novembro de 2017.

Marisa Lemos Guetten Maciel

Presidente do Fundo

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017

Publicação Nº 1426696

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONCERTO DOS VEICULOS ONIBUS PLACA QHE4195 E DUCATO PLACA MKK0965, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 27/11/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 09:00 horas do dia 27/11/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 13 de Novembro de 2017.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

### NOTIFICAÇÃO 001/2017

Publicação Nº 1425903

#### NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §2º do art. 37 da Lei n. 6.766/1979 e na Lei Complementar n. 048/2006 que institui normas sobre o parcelamento do Solo, fica ROSA DE JESUS CAMARGO, em local incerto e não sabido, NOTIFICADA da obrigação de promover a regularização do loteamento IRREGULAR constituído sobre o imóvel urbano localizado a rua Augusto Groener, objeto da matrícula imobiliária 16.724 do Cartório de registro de imóveis desta comarca de acordo com os padrões urbanísticos estabelecidos nos diplomas legais citados de acordo com o parecer técnico anexo, devendo, especialmente, apresentar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias um relatório circunstanciado do local, indicando a quantidade de lotes existentes na área, e sua divisão, bem como, no mesmo prazo, apresentar projeto de loteamento de acordo com a Lei n. 048/2006, sob pena de interdição e aplicação de multa prevista na Lei.

Deve ainda indicar, no prazo de 60 dias:

- Quais os equipamentos de infraestrutura existentes no loteamento e a viabilidade de instalação desses especificando ainda a quantidade das vias existentes;
- Quais edificações são passíveis de regularização de acordo com as normas municipais e a lei do parcelamento do solo;
- Qual a declividade total do imóvel integral não loteado, não podendo atingir a porcentagem superior a 30%
- se há viabilidade de se manter instalado o loteamento no local;

Após a data estipulada, poderá, caso entenda pela viabilidade do loteamento, proceder a regularização, caso em que será exigida a caução de lotes de sua propriedade caso não existam prestações a receber.

Curitibanos, 13 de novembro de 2017.

Diego Luiz F. Granemann

Anajara Melo

Felipe Franklin Stakowski

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 237/2017

Publicação Nº 1426706

#### REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 237/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA, HIDRÁULICA, ALVENARIA, MARCENARIA, SERRALHERIA, FUNILARIA JARDINEGEM E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS PELO

PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 30/11/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 30/11/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 13 de Novembro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

# Descanso

## PREFEITURA

### LEI 1563/2017 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 450.000,00

Publicação Nº 1425732

LEI Nº 1563/2017, de 13 de novembro de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 450.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade:	06.09	DPTO.DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ.	12.365.0006.1.007	Constr.e/ou Ampl.Escolas de Creches
4.4.90.00.00.00.00.00.0517		Aplicações Diretas (48) 450.000,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior, a redução em igual valor das dotações orçamentárias vigentes, conforme especificado abaixo:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade:	06.09	DPTO.DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ.	12.361.0006.2.019	Manut. Func. e Ampl. Serviço Transporte Escolar
4.4.90.00.00.00.00.00.0517		Aplicações Diretas (44) 50.000,00
Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade:	06.09	DPTO.DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ.	12.365.0006.1.008	Constr.e/ou Ampl.Escolas de Pré Escolas
4.4.90.00.00.00.00.00.0517		Aplicações Diretas (50) 400.000,00
T O T A L è		450.000,00

Art. 3º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 - Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

Art. 4º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 13 de novembro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico - Adm.RH/DP

### LEI 1564/2017 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 120.000,00

Publicação Nº 1425736

LEI Nº 1564/2017, de 13 de novembro de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 120.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), para reforço das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade:	06.09	DPTO.DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ.	12.361.0006.2.017	Manut.Modernização e Func. Dpto. de Educação
4.4.90.00.00.00.00.00.0501		Aplicações Diretas (29) 70.000,00

Órgão:	08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		
Unidade:	08.12	DPTO.DE TRANSPORTES		
Proj./Ativ.	26.782.0009.2.027	Manut.Dpto.Transp.Frotas de Equip.e Rodov.Munic.		
4.4.90.00.00.00.00.0612		Aplicações Diretas		50.000,00
T O T A L è				120.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior servirá de recursos, conforme especificado abaixo:

I - A redução da dotação orçamentária;

Órgão:	08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		
Unidade:	08.12	DPTO.DE TRANSPORTES		
Proj./Ativ.	26.782.0009.2.027	Manut.Dpto.Transp.Frotas de Equip. e Rodov. Munic.		
3.3.90.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (85)		70.000,00

II – Cancelamento parcial da dotação orçamentária autorizada pela Lei Municipal nº 1511/2017, Decreto 857/2017-SF de 30 de janeiro de 2017;

Órgão:	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DESENV. ECONOMICO	
Unidade:	05.07	DPTO.DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Proj./Ativ.	22.661.0003.1.003	Const. e/ou Ampl. Áreas e Pavilhões p/Novas Indústrias	
4.4.90.00.00.00.00.0612		Aplicações Diretas (166)	50.000,00
T O T A L è			120.000,00

Art. 3º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 – Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Art. 4º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 13 de novembro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

## **LEI 1565/2017 RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)**

Publicação Nº 1425737

LEI Nº 1565/2017, de 13 de novembro de 2017.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 1079/2011.

Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição n.º 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: [http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543\\_edicao\\_2218\\_assinado.pdf](http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218_assinado.pdf)).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 13 de novembro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

**LEI 1566/2017 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE ATÉ R\$ 80.000,00**

Publicação Nº 1425740

LEI Nº 1566/2017, de 13 de novembro de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE ATÉ R\$ 80.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária vigente abaixo especificada:

Órgão:	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade:	12.22	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Proj./Ativ.	10.301.0023.2.059	Manutenção Atividades de Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.0529		Aplicações Diretas	80.000,00

Art. 2º Servirão de recursos para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior, a redução em igual valor das dotações orçamentárias vigentes, abaixo especificadas:

Órgão:	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade:	12.22	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Proj./Ativ.	10.122.0023.2.058	Manutenção e Funcionamento Atividades do FMS	
3.3.90.00.00.00.00.00.0529		Aplicações Diretas (4)	60.000,00
Órgão:	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade:	12.22	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Proj./Ativ.	10.122.0023.2.058	Manutenção e Funcionamento Atividades do FMS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0529		Aplicações Diretas (5)	20.000,00
T O T A L è			80.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional especial constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 – Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 13 de novembro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

**LEI 1567/2017 AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA NO VALOR DE ATÉ R\$ 13.000,00 PARA O CTG – CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS CANDEEIRO DO OESTE, ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 1425742

LEI Nº 1567/2017, de 13 de novembro de 2017.

AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA NO VALOR DE ATÉ R\$ 13.000,00 PARA O CTG – CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS CANDEEIRO DO OESTE, ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com a importância de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais), para o CTG – CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS CANDEEIRO DO OESTE, entidade sem fins lucrativos, objetivando a manutenção das atividades.

Art. 2º Os recursos ora autorizados serão repassados em parcela única ou em conformidade com o cronograma a ser apresentado pela entidade beneficiada e de acordo com as disponibilidades financeiras do erário público municipal.

Art. 3º A entidade beneficiada prestará contas, dentro das normas e prazos legais, objetivando demonstrar o fiel cumprimento desta Lei.

Art. 4º Fica igualmente o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Unidade:	06.10	DPTO.DE CULTURA	
Proj./Ativ.	13.392.0007.2.024	Manut. Desenv. Atividades Culturais, Literárias e Artísticas	
3.3.50.00.00.00.00.00.0500		Transf. à Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	13.000,00



Art. 5º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, a redução da dotação orçamentária constante da Lei de Meios vigente a seguir especificada:

Órgão:	08.00	SECRET.MUNIC.DE TRANSPORTES
Unidade:	08.12	DPTO.DE TRANSPORTES
Proj./Ativ.	26.782.0009.2.027	Manut. Dpto. de Transportes, Frotas de Equip. e Rodov. Munic.
3.3.90.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas (85)	13.000,00

Art. 6º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 - Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Art. 7º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 8º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 13 de novembro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

## **LEI 1568/2017 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE ATÉ R\$ 2.000,00**

Publicação Nº 1425745

LEI Nº 1568/2017, de 13 de novembro de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE ATÉ R\$ 2.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para dotações orçamentárias conforme abaixo especificadas:

Órgão:	13.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
Unidade:	13.23	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
Proj./Ativ.	28.846.0027.0.002	Pagto. de Despesas Diversas ao Encargo do Município
3.1.71.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas	720,60
3.3.71.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas	1.077,40
4.4.71.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas	202,00
T O T A L è		2.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior servirá de recursos a redução parcial da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Unidade:	08.12	DPTO.DE TRANSPORTES
Proj./Ativ.	26.782.0009.2.027	Manut.Dpto.Transp.Frotas de Equip. e Rodov. Munic.
3.3.90.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas (85)	2.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional especial constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 - Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 13 de novembro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

**LEI 1569/2017 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 209.000,00**

Publicação Nº 1425747

LEI Nº 1569/2017, de 13 de novembro de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 209.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 209.000,00 (duzentos e nove mil reais), para reforço das dotações orçamentárias vigentes abaixo especificadas:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Unidade:	06.09	DPTO.DE EDUCAÇÃO	
Proj./Ativ.	12.361.0006.2.018	Manut.Func.da Rede de Ensino Fundamental	
	3.1.90.00.00.00.00.00.0504	Aplicações Diretas (31)	50.000,00
	3.1.90.00.00.00.00.00.0505	Aplicações Diretas (32)	61.000,00
Proj./Ativ.	12.365.0006.2.022	Manutenção e Funcionamento de Creches	
	3.1.90.00.00.00.00.00.0505	Aplicações Diretas (53)	98.000,00
		T O T A L Ø	209.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, servirá de recursos o remanejamento das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Unidade:	06.09	DPTO.DE EDUCAÇÃO	
Proj./Ativ.	12.361.0006.2.018	Manut.Func.da Rede de Ensino Fundamental	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0505	Aplicações Diretas (34)	70.000,00
Proj./Ativ.	12.361.0006.2.019	Manut.Func.e Ampl.Serviço Transporte Escolar	
	3.1.90.00.00.00.00.00.0505	Aplicações Diretas (38)	10.000,00
Proj./Ativ.	12.365.0006.2.022	Manutenção e Funcionamento de Creches	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0505	Aplicações Diretas (55)	30.000,00
Proj./Ativ.	12.365.0006.2.023	Manut.Func.Redes Ensino Pré-Escolar	
	3.1.90.00.00.00.00.00.0504	Aplicações Diretas (58)	75.000,00
	3.1.90.00.00.00.00.00.0505	Aplicações Diretas (59)	13.000,00
	3.3.90.00.00.00.00.00.0505	Aplicações Diretas (61)	11.000,00
		Total	209.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 - Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 209.000,00 (duzentos e nove mil reais)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 13 de novembro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico - Adm.RH/DP

**LEI 1570/2017 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 40.000,00**

Publicação Nº 1425749

LEI Nº 1570/2017, de 13 de novembro de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R\$ 40.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para reforço das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Unidade:	06.10	DPTO.DE CULTURA	
Proj./Ativ.	13.392.0007.2.024	Manut. Desenv. Atividades Culturais, Literárias e Artísticas	

3.3.90.00.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas (66)	40.000,00
----------------------------	-------------------------	-----------

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior servirá de recursos, conforme especificado abaixo:

I - A redução da dotação orçamentária;

Órgão:	08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Unidade:	08.12	DPTO.DE TRANSPORTES
Proj./Ativ.	26.782.0009.2.027	Manut.Dpto.Transp.Frotas de Equip. e Rodov. Munic.
3.3.90.00.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas (85)	40.000,00

Art. 3º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2014/2017 - Lei Municipal nº 1264/2013 e alterações para o exercício de 2017, da LDO 2017 - Lei Municipal nº 1497/2016 e da LOA 2017 - Lei Municipal nº 1502/2016, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 4º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 13 de novembro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 34.2017**

Publicação Nº 1425517

**PORTARIA Nº 34/2017, de 10 de novembro de 2017.**

REAJUSTA OS VALORES PREVISTOS NO ANEXO I, DA LEI 1391/2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE AS VIAGENS OFICIAIS E A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES E SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**VLADEMIR ORO**, Presidente da Câmara de Vereadores de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei, RESOLVE:

**Art. 1º** - Fica instituído o reajuste dos valores previstos no Anexo I, da Lei 1391/2014, que dispõe sobre as diárias dos vereadores e servidores do Poder Legislativo Municipal, conforme tabela anexa, nos moldes estabelecidos no art. 21 do referido diploma legal.

**Art. 2º** - Para o reajuste, houve a utilização do coeficiente representativo da variação da inflação, representada pelo IGPM/FGV, sendo: reajuste de 4,78% referente a variação mensal do IGPM/FGV de 11/2014 a 04/2015; reajuste de 10,17% referente a variação mensal de IGPM/FGV de 05/2015 a 04/2016; reajuste de 3,34% referente a variação mensal de IGPM/FGV de 05/2016 a 04/2017;

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrárias.

Salão Nobre Prefeito Ângelo Bedin,  
Em 10 de novembro de 2017.

**VLADEMIR ORO**  
Presidente da Câmara

Registrada e Publicada na presente data.  
Em 10 de novembro de 2017.

Vanessa Cristina Staub  
Secretária Executiva

Simone Ap. Lorencini  
Assessora Jurídica

Juliane Carmem Dalmolin  
Contadora

**ANEXO I**

<b>ORDEM</b>	<b>PRESIDENTE DA CÂMARA</b>	<b>VEREADORES</b>	<b>SERVIDORES DO LEGISLATIVO</b>
A	62,33	62,33	48,21
B	93,52	93,52	72,36
C	124,75	124,75	96,49
D	156,00	156,00	120,63
E	187,20	187,20	144,78
F	218,46	218,46	168,99
G	249,74	249,74	193,13
H	280,91	280,91	217,26
I	312,12	312,12	241,40
J	343,36	343,36	265,55
L	374,59	374,59	289,69
M	405,76	405,76	313,92
N	437,04	437,04	337,05
O	468,21	468,21	362,19
P	498,69	498,69	386,33
Q	530,67	530,67	410,59
R	561,94	561,94	434,63
S	593,13	593,13	458,77
T	624,32	624,32	482,91
U	655,57	655,57	507,06
V	686,77	686,77	531,20
X	718,05	718,05	555,41
Z	749,32	749,32	579,56

# Dionisio Cerqueira

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 5-2017 - HOMOLOGAÇÃO - FIA

Publicação Nº 1425617

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/17  
HOMOLOGAÇÃO: 10/11/17  
CONTRATADO: RAJÚ INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. PARA A INF. E ADOLE. DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, PARA AS CRIANÇAS QUE PARTICIPAM DA ESCOLINHA DE FUTSAL DO PROGRAMA 'RESGATANDO VIDAS' JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA SC  
VALOR DA DESPESA: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)  
DATA:  
13/11/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
- Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 5/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/17  
HOMOLOGAÇÃO: 10/11/17  
CONTRATADO: COM TRANSP E CONFECÇÕES LAMB LTDA - EPP  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. PARA A INF. E ADOLE. DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, PARA AS CRIANÇAS QUE PARTICIPAM DA ESCOLINHA DE FUTSAL DO PROGRAMA 'RESGATANDO VIDAS' JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA SC  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.888,00 (seis mil oitocentos e oitenta e oito reais)  
DATA:  
13/11/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
- Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 5/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/17  
HOMOLOGAÇÃO: 10/11/17  
CONTRATADO: ZOOM INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. PARA A INF. E ADOLE. DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, PARA AS CRIANÇAS QUE PARTICIPAM DA ESCOLINHA DE FUTSAL DO PROGRAMA 'RESGATANDO VIDAS' JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA SC  
VALOR DA DESPESA: R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais)  
DATA:  
13/11/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 68-2017 - HOMOLOGAÇÃO - PMDC

Publicação Nº 1425649

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/17  
HOMOLOGAÇÃO: 13/11/17  
CONTRATADO: COM TRANSP E CONFECÇÕES LAMB LTDA - EPP  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS REFERENTE AO PROERD (PROGRAMA DE RESISTENCIA AS DROGAS), PARA AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.807,20 (seis mil oitocentos e sete reais e vinte centavos)  
DATA: 13/11/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

### PREGÃO PRESENCIAL 13-2017 - CONTRATO 10-2017 - FMAS

Publicação Nº 1425542

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 010-2017 FMAS  
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
Contratada...: MOZART MOREIRA DA SILVA ME  
Valor ..... : 16.700,00 (dezesseis mil setecentos reais)  
Vigência ..... : Início: 10/11/2017 Término: 09/05/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA, COM SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE CERCA, PINTURA, COBERTURA E PISO DO CRAS DO BAIRRO TRES FRONTEIRAS, LOCALIZADO NA RUA VEREADOR ARGEMIRO PERREIRA, Nº 224, NO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC  
Dionísio Cerqueira, 13 de Novembro de 2017

### PREGÃO PRESENCIAL 13-2017 - HOMOLOGAÇÃO - FMAS

Publicação Nº 1425558

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/17  
HOMOLOGAÇÃO: 10/11/17  
CONTRATADO: MOZART MOREIRA DA SILVA ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA, COM SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE CERCA, PINTURA, COBERTURA E PISO DO CRAS DO BAIRRO TRES FRONTEIRAS, LOCALIZADO NA RUA VEREADOR ARGEMIRO PERREIRA, Nº 224, NO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC  
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.700,00 (dezesseis mil setecentos reais)  
DATA: 13/11/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.



# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE LEILÃO Nº 58/2017

Publicação Nº 1426482

#### EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2017

LEILÃO PÚBLICO N. 01/2017

O Município de Doutor Pedrinho/SC, com sede na Rua Brasília, nº02, centro, Doutor Pedrinho/SC, CNPJ: 79.373.775/0001-62, por intermédio da Prefeitura Municipal e em conformidade com a legislação e normas pertinentes, comunica aos interessados, que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE (simultâneo) no dia 05 de dezembro de 2017 às 10:00 horas de bens móveis inservíveis constantes no anexo I do edital sendo: (01 veículo, 01 caminhão, 01 compressor, sucatas, 01 lote de madeiras e 01 painel placar, implementos agrícolas). Leilão Presencial com endereço nas

dependências da Secretaria de Obras (Garagem Municipal) localizada na Rua Santa Catarina, nº. 326 e Online(simultâneo) no site [www.zampierileilao.com.br](http://www.zampierileilao.com.br), que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação na forma que dispõe a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, através dos Leiloeiros Públicos Oficiais Srs. Marcos Alessandro Zampieri matrícula nº AARC/322, Sr. Nelson Zampieri, matrícula AARC/323 e Sr. Jefferson Eduardo Zampieri matrícula AARC/137. INFORMAÇÕES: O Edital completo bem como os demais elementos informativos poderá ser obtido através do site [www.doutorpedrinho.sc.gov.br](http://www.doutorpedrinho.sc.gov.br) ou no site dos leiloeiros [www.zampierileilao.com.br](http://www.zampierileilao.com.br), e informações nos fones: PREFEITURA(47) 3388-0148 no setor de Patrimônio da Prefeitura com o Sra. Neuza Fátima Girelli, ou pelo fone (47) 3337.0445 ou (47) 9609.4767 e-mail [zampieri@zampierileilao.com.br](mailto:zampieri@zampierileilao.com.br), diretamente com os Leiloeiros.

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 1425893

Ata da Trigesima Sexta Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, do Segundo Período Ordinário, da Primeira Sessão Legislativa, da Oitava Legislatura do Município. Em sete de novembro de dois mil e dezessete (07/11/2017), com início às 19:30 hs, reuniu-se a Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a presença da totalidade de seus parlamentares, tendo na Presidência o Vereador Tony Tadeu Nones; Vice-Presidência o Vereador Luiz Henrique Stollmeier; 1º Secretário o Vereador Luizinho Pereira da Silva; e 2º Secretário o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, no pequeno expediente, o Presidente registrou a prévia entrega de cópia da Ata da Trigesima Quinta Sessão Ordinária realizada no dia 24/10/2017 aos Senhores Vereadores, disponibilizado na própria sede e publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), colocando-a em discussão, e, não havendo manifestações, submeteu a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, passando-se para assinaturas. Dando continuidade, convidou o Senhor Vereador Luizinho Pereira da Silva, 1º Secretário, a fazer a leitura do expediente, assim constituído: a) Convite recebido do Gabinete da Prefeitura para a Audiência Pública para discussão e aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), a realizar-se no dia 08 de novembro, às 19h, na Associação dos Servidores Públicos; b) Mensagem de agradecimento recebida das Unidades de Educação Infantil do Município, em referência a doação realizada pelos Vereadores desta Casa para o Natal das Crianças; c) Comunicado recebido do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Educação; d) Ofício recebido da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, solicitando a divulgação em mural da Câmara dos cursos EAD disponíveis no mês de novembro; e) Convite da Escola do Legislativo para o Seminário Regional pelo fim da violência doméstica contra a mulher no dia 16 de novembro, das 08 às 18 horas, no Auditório J da FURB; f) Projeto de Lei Ordinária nº 10/2017 de iniciativa da Prefeitura visando a autorização desta Casa Legislativa para concessão de auxílio financeiro no valor de R\$ 3.937,00 para Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL destinado a custear despesas com a realização de baile após o sorteio da Promoção Natal Encantado; O Senhor Presidente encaminha o Projeto de Lei Ordinária nº 010/2017 para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação para apreciação. Aberto o grande expediente em tema livre, não houve vereadores inscritos, de forma que se prosseguiu na pauta da sessão, abrindo-se espaço para “Comunicação de Lideranças”, sem qualquer registro de manifestação pelos Líderes. A seguir, sem proposições pautadas para “Ordem do dia”, passou-se para a “Palavra Livre” pela ordem de inscrição, onde: a) o Vereador Merquides Martins parabeniza o senhor Marcelo Scipietz pela sua participação no 2º Desafio Vale Europeu de Mountain Bike, onde conseguiu a primeira colocação no desafio; b) o Vereador Amélio Alves Fernandes parabeniza a Igreja Evangélica Luterana pelos 500 anos de reforma, registrando também todo trabalho social desenvolvido pela Igreja. Concluída a “Palavra Livre”, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para a próxima Sessão Ordinária que se realizará no dia 14 de novembro do ano corrente, às 19:30 horas, na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

**PAUTA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA**

Publicação Nº 1426580

PAUTA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DO SEGUNDO PERÍODO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC  
- 14 DE NOVEMBRO DE 2017 -

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II - Pequeno Expediente:

- Deliberação da Ata da Sessão anterior;

- Leitura do Expediente;

- Apresentação de Proposição;

III – Grande Expediente:

- Tema Livre;

IV – Comunicação de Lideranças:

- Palavra aos Líderes;

V – Ordem do Dia:

- Projeto de Lei Ordinária nº 010/2017 – “Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Câmara de Dirigentes lojistas. ”

- Apresentação de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

- Apresentação de Parecer da Comissão de Economia e Finanças;

- Primeira discussão e votação;

VI – Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VII – Encerramento, com convocação da próxima Sessão.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 2017.

TONY TADEU NONES

GECIMARI CORDEIRO

Presidente da Câmara

Assessoria Legislativa (FG)

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 00902017

Publicação Nº 1426859

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0090/2017

Contratante: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Faxinal dos Guedes

Contratado: ADRIANA MACIEL CHAVES ME

Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEI DOCE ENCANTO.

O Preço Global que é da ordem de R\$ 157.366,37 (cento e cinquenta e sete mil trezentos e sessenta e seis reais e trinta e sete centavos)

Prazo de execução da obra é de novembro de 2017, e terá vigência da data da assinatura do presente instrumento contratual, com validade para um período compreendido de 5 meses.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de Novembro 2017.

CLEUSA BRUSAMARELLO

Secretária Municipal de Educação e Cultura

### EXTRATO DE CONTRATO 00912017

Publicação Nº 1426861

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0091/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, mais FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratado: EPBAZI LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO.

O Preço Global que é da ordem de R\$ 48.600,00 (quarenta e oito mil e seiscentos reais).

Prazo de execução será da data da assinatura do presente instrumento contratual até o encerramento definitivo do processo seletivo.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de Novembro 2017.

CLEUSA BRUSAMARELLO

Secretária de Educação e Cultura

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI

Secretária de Saúde

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO Nº. 2128/2017

Publicação Nº 1426848

#### ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 2128/2017

Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 41/2017

As 09:30 horas do dia 13 de novembro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 059/2017, para realizar a abertura dos envelopes, classificação da proposta de preço e realizar a habilitação da proponente interessada em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DA MAQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DOOSAN DX140LC. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório a seguinte empresa:

Código Fornecedor	Nome do Fornecedor
364	AUTO MECÂNICA IVAL LTDA - ME

Iniciada a sessão com a presença do representante da empresa participante, sendo que é a única empresa presente e se enquadrar como ME, com isso, passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a classificação da Proposta de preços do Processo Licitatório foi adjudicado à empresa AUTO MECÂNICA IVAL LTDA - ME como vencedora, conforme item abaixo:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	2,00	PÇ	FILTRO DE COMBUSTÍVEL P5502881/FC5613	89,00
2	2,00	UND	FILTRO DE COMBUSTÍVEL BLINDADO	145,00
3	80,00	PÇ	ELETRODO DE SOLDA MIG	5,50
4	1,00	UND	ANEL ORING 15 X 3,2 MM.	6,50
5	1,00	UND	PARAFUSO ALLEN 8 X 40MM.	4,50
6	0,20	MTS	TUBO MECÂNICO 50x90	84,00
7	2,00	PÇ	FILTRO DE LUBRIFICANTE P550371	185,00
8	1,00	PÇ	FILTRO HIDRÁULICO DX140	262,50
9	1,00	PÇ	COLA BRANCA USO MECÂNICO (SELADOR) 100g	40,00
10	2,00	PÇ	ARRUELA DE PRESSÃO 5/8	0,90
11	2,00	PÇ	PARAFUSO DE AÇO 16x50mm	3,25
12	2,00	PÇ	ANEL ORING 18mm	9,80
13	1,00	PÇ	REPARO CONCHA K9002308 DX140	382,50
14	1,00	PÇ	REPARO BRAÇO K9005434 DX140	408,00
15	2,00	PÇ	REPARO K9005356	343,00
16	1,00	PÇ	PISTÃO K1024766	1.171,60
17	2,00	PÇ	EIXO K1024764	865,00
18	4,00	PÇ	BUCHA K1011893	450,80
19	4,00	PÇ	VEDADOR 21809020	292,70
20	4,00	PÇ	ANEL 58017000	5,67
21	4,00	PÇ	TRAVA K1011895	160,00
22	26,00	KG	CHAPA DE FERRO 5/8	5,80
23	11,00	HR	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAR PROTEÇÃO ROLETE GUIAS DESLIZANTE	120,00
24	13,00	HR	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAR GUIA	120,00
25	17,00	HR	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA TROCAR REPARO PISTÃO, DO ESTICADOR DE ESTEIRA, MONTAR PROTETOR E MONTAR RODA GUIA	120,00
26	16,50	HR	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA COLOCAR MOTOR GIRO, MONTAR PISTÃO COM CONCHA/BRAÇO, TROCAR REPARO PISTÃO CONCHA/BRAÇO, DRENAGEM DO ÓLEO HIDRÁULICO, TROCA DO ÓLEO MOTOR TRAÇÃO, TROCA DO FILTRO HIDRAULICO/LUBRIFICANTE/COMBUSTÍVEL.	120,00
27	5,50	HR	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA TROCAR CANO HIDRÁULICO CILINDRO, CORTAR E SOLDAR CANO.	120,00
28	6,80	HR	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA DOS RADIADORES, LIMPEZA DO CABEÇOTE DO FILTRO DE DIESEL E CONserto DO CHICOTE ELÉTRICO	120,00

O valor total é de R\$ 18.177,78 (Dezoito mil e cento e setenta e sete reais e setenta e oito centavos).

Encerada a fase de julgamento da proposta e rodada de lances, o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente pois atendeu todas as exigências contidas no edital.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete.

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM	ROSMARI ZANELLA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 50/2017

Publicação Nº 1426852

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 50/2017

Processo Licitatório nº. 2128/2017

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 41/2017

Validade da ata de R.P.: 30(trinta) dias contados a partir do dia 13/11/2017

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa AUTO MECÂNICA IVAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.735.563/0001-53, estabelecida na AC BR 282, KM 602,5, Linha Chinelo Queimado, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. Valcinei Signori, inscrito no CPF/MF sob nº. 036.531.729-26 e Identidade nº. 3.331.693, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2128/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 41/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto e MANUTENÇÃO DA MAQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DOOSAN DX140LC, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	MARCA	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	2,00	PÇ	SAKURA	FILTRO DE COMBUSTÍVEL P5502881/FC5613	89,00
2	2,00	UND	SAKURA	FILTRO DE COMBUSTÍVEL BLINDADO	145,00
3	80,00	PÇ	GERDAU	ELETRODO DE SOLDA MIG	5,50
4	1,00	UND	NOK	ANEL ORING 15 X 3,2 MM.	6,50
5	1,00	UND	FEY	PARAFUSO ALLEN 8 X 40MM.	4,50
6	0,20	MTS	GERDAU	TUBO MECÂNICO 50x90	84,00
7	2,00	PÇ	SAKURA	FILTRO DE LUBRIFICANTE P550371	185,00
8	1,00	PÇ	SAKURA	FILTRO HIDRÁULICO DX140	262,50
9	1,00	PÇ	TREEBOND	COLA BRANCA USO MECÂNICO (SELADOR) 100g	40,00
10	2,00	PÇ	FEY	ARRUELA DE PRESSÃO 5/8	0,90
11	2,00	PÇ	FEY	PARAFUSO DE AÇO 16x50mm	3,25
12	2,00	PÇ	NOK	ANEL ORING 18mm	9,80
13	1,00	PÇ	HIGH TECH	REPARO CONCHA K9002308 DX140	382,50
14	1,00	PÇ	HIGH TECH	REPARO BRAÇO K9005434 DX140	408,00
15	2,00	PÇ	HIGH TECH	REPARO K9005356	343,00
16	1,00	PÇ	DOOSAN	PISTÃO K1024766	1.171,60
17	2,00	PÇ	DOOSAN	EIXO K1024764	865,00
18	4,00	PÇ	DOOSAN	BUCHA K1011893	450,80
19	4,00	PÇ	DOOSAN	VEDADOR 21809020	292,70
20	4,00	PÇ	DOOSAN	ANEL 58017000	5,67
21	4,00	PÇ	DOOSAN	TRAVA K1011895	160,00
22	26,00	KG	DEDINI	CHAPA DE FERRO 5/8	5,80
23	11,00	HR		SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAR PROTEÇÃO ROLETE GUIAS DESLIZANTE	120,00
24	13,00	HR		SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAR GUIA	120,00
25	17,00	HR		SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA TROCAR REPARO PISTÃO, DO ESTICADOR DE ESTEIRA, MONTAR PROTETOR E MONTAR RODA GUIA	120,00

26	16,50	HR	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA COLOCAR MOTOR GIRO, MONTAR PISTÃO COM CONCHA/BRAÇO, TROCAR REPARO PISTÃO CONCHA/BRAÇO, DRENAGEM DO ÓLEO HIDRÁULICO, TROCA DO ÓLEO MOTOR TRAÇÃO, TROCA DO FILTRO HIDRÁULICO/LUBRIFICANTE/COMBUSTÍVEL.	120,00
27	5,50	HR	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA TROCAR CANO HIDRÁULICO CILINDRO, CORTAR E SOLDAR CANO.	120,00
28	6,80	HR	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA DOS RADIADORES, LIMPEZA DO CABEÇOTE DO FILTRO DE DIESEL E CONserto DO CHICOTE ELÉTRICO	120,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - As peças a serem cotadas para o conserto da máquina deverá ser Originais da Fabricante da Máquina.

IV - A empresa deverá entregar a máquina após a conclusão dos serviços em pleno funcionamento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 2128/2017.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a realização dos serviços será de 10 dias contados após a emissão da autorização de compra e Serviço.

VII - As despesas para o Transporte da Máquina para realização dos serviços e devolução após a conclusão dos mesmos, será de responsabilidade da empresa vencedora.

VIII - Garantia mínima de 06 meses dos serviços e peças, sendo que o transporte da máquina dentro do prazo de garantia será por conta da empresa vencedora.

IX - As peças defeituosas retiradas da máquina deverão ser devolvidas ao município no ato da entrega da máquina após a conclusão dos serviços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Funcionário descrito abaixo:

Funcionário – Paulo Roberto Begnini

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.



II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Elementos de Despesa:

3.3.90.30.39.00.00 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS;

3.3.90.39.17.00.00 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTO.

Projeto atividade:

267820025.2.033000 - MANUTENÇÃO ATIV. SECR. INFRA - ESTRUTURA E TRANSP.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 30 dias, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 13 dias do mês de novembro de 2017.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		VALCINEI SIGNORI
CPF: 503.319.819-04		CPF: 036.531.729-26
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**DECRETO Nº. 106/2017**

Publicação Nº 1426850

**DECRETO nº. 106/2017**

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 2128/2017, e dá outras providências.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 059/2017/2017, sobre o processo de licitação nº. 2128/2017, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DA MAQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DOOSAN DX140LC.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

AUTO MECANICA IVAL LTDA	R\$ 18.177,78
-------------------------	---------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 13 dias do mês de novembro de 2017.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFER	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATUAL N.º 128/2017

Publicação Nº 1425635

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ADM. N.º: 128/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADO: SENHOR JÚLIO RAMOS LUZ, Leiloeiro PÚBLICO Oficial
OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços autônomos de realização de leilão de bens públicos, de forma presencial e online (através da Internet), sem custo/remuneração ao MUNICÍPIO. Parágrafo único. A presente contratação decorre da inexigibilidade de licitação, com fundamento na Instrução Normativa DREI nº 17/2013, ante o comprovado e notório saber dos LEILOEIROS OFICIAIS.
FORMOSA DO SUL, 10 DE NOVEMBRO DE 2017.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 75/2017

Publicação Nº 1426593

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº.: 75/2017

Inexigibilidade de Licitação Nº.: 13/2017

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRÓTESES DENTÁRIAS

CONTRATADO: ALEXANDRE SILVESTRI ECKER ME

VALOR: R\$ 82.550,00 (oitenta e dois mil quinhentos e cinquenta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei 8.666/93 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição

CAPUT: É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição

FORMOSA DO SUL, 13 de novembro de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2017

Publicação Nº 1425575

#### EXTRATO CONTRATUAL Nº 129/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ESCULTURAS PARA A DECORAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL, REFERENTE ÀS FESTIVIDADES NATALINAS 2017, DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL.

CONTRATADO: ELETRICA CAVALLI LTDA - EPP

VALOR: R\$ 17.556,00 (dezessete mil quinhentos e cinquenta e seis reais)

Vigência: Início: 13/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 70/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2017

Formosa Do Sul, 13 de Novembro de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2017

Publicação Nº 1426596

#### EXTRATO CONTRATUAL Nº 130/2017

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRÓTESES DENTÁRIAS

CONTRATADO: ALEXANDRE SILVESTRI ECKER ME

VALOR: R\$ 82.550,00 (oitenta e dois mil quinhentos e cinquenta reais)

Vigência: Início: 13/11/2017 Término: 12/11/2018

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 75/2017

Inexigibilidade de Licitação Nº.: 13/2017

Formosa Do Sul, 13 de Novembro de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 38/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/ PMF/2017

Publicação Nº 1425437

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 58/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 38/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços técnicos para elaboração de projetos de pavimentação e complementares em vias públicas do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 11/09/2018  
3ª Publicação

### AVISO DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA O Nº. 167/PMF/2017

Publicação Nº 1425383

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Concorrência Pública o Nº. 167/PMF/2017

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo, a contratação de empresa especializada para execução de serviços braçais de coleta de lixo urbano no município de Forquilha/SC, para o exercício de 2018.

DATA DE ABERTURA: Dia 15 de dezembro de 2017 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 13 de novembro de 2017.  
VALDECIR TISCOSKI  
Presidente da Comissão de Licitação

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 168/PMF/2017;

Publicação Nº 1425705

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 168/PMF/2017;

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino

de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 29 de novembro de 2017 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 13 de novembro de 2017.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### DECRETO Nº. 191 DE 09 DE NOVEMBRO 2017.

Publicação Nº 1426844

DECRETO Nº. 191 DE 09 DE NOVEMBRO 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso V da Lei Municipal nº 2.225 de 29 de dezembro de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2017, no valor de R\$ 291.231,39 (duzentos e noventa e um mil, duzentos e trinta e duzentos e trinta e um reais, trinta e nove centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

1.005 – Construção, Ampliação, Reforma e Reeq. Unidades Escolares

053 – 4490.00.01.96 – Aplicações Diretas .....R\$ 91.231,39

2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental

085 – 3390.00.01.01 – Aplicações Diretas .....R\$ 200.000,00

TOTAL .....R\$ 291.231,39

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, na despesa 053 será utilizada como fonte de recursos a arrecadação referente ao Termo de Repasse FNDE/PAR Nº 32332/2014, creditado na conta 27.419-4, do Banco do Brasil S/A, lançado na rubrica 2.4.7.1.02.00 – Transferência de Convênios da União destinados a Programas da Educação e na despesa 085 será anulada a dotação abaixo:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental

077 – 3190.00.01.01 – Aplicações Diretas .....R\$ 200.000,00

TOTAL .....R\$ 291.231,39

Art. 3 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de novembro de 2017.  
DIMAS KAMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de novembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 192 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1425669

DECRETO Nº. 192 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I da Lei Municipal nº 2.225 de 29 de dezembro de 2016; DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2017, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde	
2.050 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
009 – 3190.00.02.73 – Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 19.102,08	
015 – 3390.00.02.73 – Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 35.897,92	
024 – 4490.00.02.71 – Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 20.000,00	
TOTAL .....	
.....R\$ 75.000,00	

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, nas despesas 009 e 015, será utilizado como fonte de recursos o excesso de arrecadação lançado na rubrica 1.7.2.2.33.99.00 – Outras Transferências do SUS - Estado no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) e na despesa 24 será anulado as dotações abaixo:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde	
2.050 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
011– 3190.00.02.71 – Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 10.000,00	
020– 3390.00.02.71 – Aplicações Diretas .....	
.....R\$ 10.000,00	
TOTAL .....	
.....R\$ 75.000,00	

Art. 3 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de novembro de 2017.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de novembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

**NOTA DE REVOGAÇÃO 18/2017**

Publicação Nº 1426857

NOTA DE REVOGAÇÃO 18/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 155/PMF/2017

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição e carga de argila, com ISC/CBR (índice de suporte Califórnia) mínimo de 8% e expansão menor que 2%, para terraplanagem da implantação da Avenida Max Arns.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pela pregoeira, a Sra. Érika de Luca Tiscoski Back, no dia treze de novembro de dois mil e dezessete, às oito horas, a mesmo certificou-se que não ascenderam ao certame nenhum interessado. Diante do exposto fica revogado o Pregão Presencial nº. 155/PMF/2017, considerando a participação deserta.

Forquilha/SC, 13 de novembro de 2017.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0052-2017-PMF

Publicação Nº 1426577

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0261/2017 – PMF  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0052/2017– PMF

A Prefeita de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0052/2017, nos seguintes termos: Objeto: Aquisição de peças para reposição, filtros diversos, óleo lubrificantes e mão de obra mecânica, para reposição referente a revisão preventiva das 1000 H/T da retroescavadeira Randon RD406 frota 327. Contratada: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 85.199.578/0001-71. Prazo de Vigência: novembro a dezembro de 2017. Valor Total do Contrato: R\$ 5.185,45 (cinco mil cento e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), e será pago em uma única parcela. Fundamento Legal: Art. 24, XVII, da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 10 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0053-2017-PMF

Publicação Nº 1426578

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0263/2017 – PMF  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0053/2017– PMF

A Prefeita de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0053/2017, nos seguintes termos: Objeto: Aquisição de peças de reposição, filtros diversos, óleo lubrificante e mão de obra mecânica, para reposição referente a revisão da 750 H/T do rolo compactador XCMG mod.XS122PDBR. Contratada: JHC LOCAÇÕES EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob nº 23.461.242/0001-88. Prazo de Vigência: 25 de agosto a 25 de setembro de 2017. Valor Total do Contrato: R\$ 2.703,20 (dois mil setecentos e três reais e vinte centavos), e será pago em uma única parcela. Fundamento Legal: Art. 24, XVII, da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 13 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PP0087-2017 ARAUJO E ABREU

Publicação Nº 1426496

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0183/2017 – PMF  
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0087/2017 – PMF  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0062/2017 - PMF

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS, UTENSÍLIOS DE COZINHA E EQUIPAMENTOS, PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

NOTIFICADA: ARAÚJO E ABREU COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA GASTRONOMIA LTDA ME

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público

interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa ARAÚJO E ABREU COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA GASTRONOMIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Benjamin Constant nº 2, Bairro Centro, em Caçador/SC, CEP 89.500-000, inscrita no CNPJ sob o nº 75.408.153/0001-71, neste ato representada pelo sócio administrador, Sr. José César de Araújo, a tomar ciência acerca da Notificação constante dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da Notificação foi encaminhado via e-mail fornecido nos autos. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

O prazo para apresentação da defesa prévia e comprovação formal das razões que motivaram é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo Central da Prefeitura, junto à Secretaria-Executiva, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br)

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 13 de novembro de 2017.

Roalves Jorge Polese

Pregoeiro

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PP0087-2017 TEPEL COM PROD ALIMENTÍCIOS

Publicação Nº 1426498

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0183/2017 – PMF  
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0087/2017 – PMF  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0062/2017 - PMF

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS, UTENSÍLIOS DE COZINHA E EQUIPAMENTOS, PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

NOTIFICADA: TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua XV de Novembro nº 357, sala 02, Bairro Centro, em Videira/SC, CEP 89.560-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.930.192/0001-84, neste ato representada pelo sócio administrador, Sr. Deoclecio Varisa, a tomar ciência acerca da Notificação constante dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da Notificação foi encaminhado via e-mail fornecido nos autos. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

O prazo para apresentação da defesa prévia e comprovação formal das razões que motivaram é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do



prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo Central da Prefeitura, junto à Secretaria-Executiva, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br)

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 13 de novembro de 2017.

Roalves Jorge Polese

Pregoeiro

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PP0087-JHONATAN BAGATOLI ME**

Publicação Nº 1426500

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0183/2017 – PMF  
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0087/2017 – PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0062/2017 - PMF

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS, UTENSÍLIOS DE COZINHA E EQUIPAMENTOS, PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

NOTIFICADA: JHONATAN BAGATOLI ME

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa JHONATAN BAGATOLI ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Juscelino K. de Oliveira nº 117, Bairro Seminário, em Taió/SC, CEP 89.190-000, inscrita no CNPJ sob o nº 22.992.632/0001-11, neste ato representada pelo proprietário, Sr. Jhonatan Bagatoli, a tomar ciência acerca da Notificação constante dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da Notificação foi encaminhado via e-mail fornecido nos autos. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

O prazo para apresentação da defesa prévia e comprovação formal das razões que motivaram é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo Central da Prefeitura, junto à Secretaria-Executiva, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br)

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 13 de novembro de 2017.

Roalves Jorge Polese

Pregoeiro

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DECISÃO ENDPA 4009-2017 - TECNOAGUA**

Publicação Nº 1425899

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4009/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0002/2017 – SF  
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2017 – SF  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2017 – SF  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0002/2017 (AT17SF02)

A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO – SANEFRAI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 06.017.932/0001-23, NOTIFICA a empresa TECNOAGUA POÇOS ARTESIANOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Capitão Rocha nº 3636, bairro Bonsucesso, na cidade de Guarapuava/SC (85.035-170), inscrita no CNPJ sob o nº 05.681.736/0001-96, neste ato representada pela sócio administradora, Sra. Mirian Dal Pizzol, a tomar ciência acerca da Decisão de aplicação de sanção constante nos autos do processo em epígrafe. O inteiro teor da Decisão foi encaminhado via e-mail da empresa fornecido nos autos. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

O prazo para apresentação de recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 é de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo Central da Prefeitura, junto à Secretaria-Executiva, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br)

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 13 de novembro de 2017.

ILDO LUCAS

Presidente da SANEFRAI

## **EXTRATO DA AT17FMS55**

Publicação Nº 1426507

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FMS55  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.

Fornecedor: RESTAURANTE ZENERE LTDA EPP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação futura de empresa do ramo para fornecimento de refeições preparadas e acondicionadas em embalagem tipo marmite, e sucos, de forma parcelada, para alimentação de servidores que trabalham na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), SAMU, motoristas de plantão e servidores que trabalham nas campanhas de vacinação.

Data da Ata: 13.11.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 13.11.2017 a 31.10.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0034/2017 – FMS.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0019A/2017 – FMS.

Registro de Preços: nº 0014/2017 – FMS.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unitário-R\$
1	5.500	Unid.	FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO - preparada conforme as Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos Operacionais Padronizados estabelecidos na Resolução - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002 da ANVISA seguindo a seguinte estrutura de cardápio e gramatura mínima por porção: 2 tipos de salada com no mínimo 30 gr de cada tipo; 1 prato principal de no mínimo 150 gramas; 2 guarnições com no mínimo 100 gramas de cada; 1 porção de arroz branco de no mínimo 220 gramas; 1 porção de feijão de no mínimo 100 gramas. A salada, o prato principal e guarnições deverão ser de acordo com os tipos descritos abaixo e deverão seguir os limites de incidência para cada tipo. Os alimentos devem ser acondicionados em embalagens descartáveis aluminizadas taradas "tipo marmitex" contendo peso mínimo de 730 gramas. Obs: O peso deverá ser considerado de produto pronto.	21,00
2	1.100	Unid.	PREPARADO SÓLIDO PARA REFRESCO DIVERSOS SABORES. Ingredientes: açúcar, polpa de fruta desidratada, acidulante ácido cítrico, aspartame, citrato de sódio, corantes artificiais e vitamina C. Embalagens individuais com 35 g do produto para diluição em 1 litro de água. Devendo constar na embalagem: data de validade, ingredientes e registro no Ministério da Agricultura. Sem glúten. MARCA REGISTRADA: TRINK	1,20

Fraiburgo (SC), 13 de novembro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

**RECURSOS FEDERAIS 13.11.2017**

Publicação Nº 1425694

**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
16.10.2017	FNDE	Salário-Educação	234.395,54
05.10.2017	FNDE	PNATE Fundamental	11.101,48
05.10.2017	FNDE	PNATE Infantil	919,87
05.10.2017	FNDE	PNATE Médio	3.087,24

Secretaria de Finanças

**DIVULGA CLASSIFICAÇÃO AMPLIAÇÃO (1)**

Publicação Nº 1425693

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES



DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DE INSCRITOS NO EDITAL DE AMPLIAÇÃO 002/2017

A COMISSÃO PARA ANÁLISE DO PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DE PROFESSORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, NOMEADA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 214 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017 DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DE INSCRITOS NO EDITAL DE AMPLIAÇÃO 002/2017:

QUADRO I - Professores Ensino Fundamental - Anos Iniciais					
ORDEM CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROFESSOR	TOTAL PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE		OBSERVAÇÃO
			TEMPO EFETIVO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL	HORAS/CURSO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
1º	Aydir FatimaBalvedi	110	20 anos 8 meses	428 horas	Indeferido – Item 3.1 Edital – Item 4
2º	Monica Gaio Greef	110	19 anos 8 meses	418 horas	DEFERIDO
3º	Vania Aparecida F. Kaefer	110	19 anos 8 meses	290 horas	DEFERIDO
4º	Claudete Garces da Cruz	110	19 anos 7 meses	311 horas	DEFERIDO
5º	Terezinha Fortes Melo	110	5 anos 8 meses	552 horas	DEFERIDO
6º	Cristiane Terezinha Pereira Guedes	110	5 anos 8 meses	496 horas	DEFERIDO
7º	Jucimara Aparecida Martins Vaz Krenz	110	5 anos 8 meses	200 horas	DEFERIDO
8º	Rosenilda de Fatima Ribeiro	110	2 anos 10 meses	298 horas	DEFERIDO
9º	Elaine Fatima Andrade Matias	110	2 anos 10 meses	229 horas	DEFERIDO
10º	Aricler Pepes Domingues	105	5 anos 8 meses	233 horas	DEFERIDO
11º	Rosangela Aparecida S. Dias	90	20 anos 8 meses	125 horas	DEFERIDO
12º	Monica Cristina de Barros Sestren	90	19 anos 8 meses	120 horas	DEFERIDO
13º	Helena Silva Frigotto	90	17 anos 8 meses	162 horas	DEFERIDO
14º	Sandra Soletti	90	5 anos 8 meses	120 horas	DEFERIDO
15º	Sirlei Miliani Muller	30	5 anos 8 meses	40 horas	Indeferido – Item 3.1 Edital – Itens 2 e 4
16º	Lucia Amelia Sartori	20	19 anos 8 meses	33 horas	DEFERIDO
17º	Gerusa Krueger Zanon	10	5 anos 8 meses	0 horas	Indeferido – Item 3.1 Edital – Item 2

**QUADRO II - Professores Ensino Fundamental - Anos Finais - Educação Física**

ORDEM CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROFESSOR	TOTAL PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE		OBSERVAÇÃO
			TEMPO EFETIVO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL	HORAS/CURSO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
1º	Elaine Regina da Cruz	100	5 anos 8 meses	155 horas	DEFERIDO
2º	Roberto Rivelino Lemos	82	14 anos 8 meses	146 horas	DEFERIDO
3º	Roseli Alves Souza Gemo	70	6 anos 8 meses	133 horas	DEFERIDO
4º	Maurício Vicente Bartolomeu	68	14 anos 8 meses	103 horas	Indeferido – Item 3.1 Edital – Item 4
5º	Nedilson Ribeiro	50	6 anos 8 meses	84 horas	Indeferido – Item 3.1 Edital – Item 2
6º	Maurício Ciceri	35	5 anos 8 meses	38 horas	Indeferido – Item 3.1 Edital – Item 2

**QUADRO III - Professores Ensino Fundamental - Anos Finais - Geografia**

ORDEM CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROFESSOR	TOTAL PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE		OBSERVAÇÃO
			TEMPO EFETIVO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL	HORAS/CURSO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
1º	Lucia Bernadete Oliveira Panisson	118	19 anos 8 meses	223 horas	DEFERIDO
2º	Sirlei de Fatima da Cruz dos Pasos	100	6 anos 8 meses	143 horas	DEFERIDO
3º	Juliana Tibes Ribeiro Calais	80	6 anos 8 meses	112 horas	DEFERIDO
4º	Luiz Juliano de Almeida	30	5 anos 8 meses	50 horas	DEFERIDO

**QUADRO IV - Professores Ensino Fundamental - Anos Finais - Língua Inglesa**

ORDEM CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROFESSOR	TOTAL PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE		OBSERVAÇÃO
			TEMPO EFETIVO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL	HORAS/CURSO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
1º	Ana Paula Cordeiro	60	5 anos 8 meses	116 horas	DEFERIDO
2º	Fabiana das Graças de Oliveira	60	5 anos 8 meses	77 horas	DEFERIDO
3º	Eleticia Marciane Dal Magro Perazzoli	50	5 anos 8 meses	64 horas	DEFERIDO
4º	Eliane de Melos	50	5 anos 8 meses	48 horas	DEFERIDO

QUADRO V - Professores Ensino Fundamental - Anos Finais - Arte				
ORDEM CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROFESSOR	TOTAL PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE	
			TEMPO EFETIVO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL	HORAS/CURSO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1º	Marilene Aparecida Sutil Vier	110	5 anos 8 meses	300 horas
2º	Elenita Zambonin	90	5 anos 7 meses	124 horas
3º	Ana Paula Pontel	80	5 anos 8 meses	106 horas
4º	Claudete Tibes Zonta	70	6 anos 8 meses	80 horas
5º	Cintia Regiane Both	60	5 anos 8 meses	60 horas
				Indeferido – Item 3.1 Edital – Item 2

QUADRO VI - Professores Ensino Fundamental - Anos Finais - Matemática				
ORDEM CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROFESSOR	TOTAL PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE	
			TEMPO EFETIVO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL	HORAS/CURSO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1º	Fernanda de Lima Rigo	100	3 anos 11 meses	155 horas
2º	Sandro Emanuel Caripuna	94	14 anos 8 meses	158 horas
3º	Aline Weber	40	6 anos 8 meses	32 horas
4º	Ravel Ribeiro	20	5 anos 0 meses	20 horas
				DEFERIDO

QUADRO VII - Professores Ensino Fundamental - Anos Finais - Língua Portuguesa				
ORDEM CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROFESSOR	TOTAL PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE	
			TEMPO EFETIVO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL	HORAS/CURSO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
1º	Jacira Alves Ribeiro	70	19 anos 8 meses	60 horas
2º	Juliana Padilha Ribeiro	60	6 anos 9 meses	78 horas
3º	Andreza Fuzinato Cakderan	30	4 anos 0 meses	49 horas
				DEFERIDO

QUADRO X - Professores Educação Infantil						
ORDEM CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROFESSOR	TOTAL PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE			OBSERVAÇÃO
			TEMPO EFETIVO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL	HORAS/CURSO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	IDADE	
1°	Rosangela Luciano	130	6 anos 9 meses	327 horas	03/10/1973	DEFERIDO - Inscrita Edital 001/2017 ampliação estará vinculada ao Resultado Remanescente
2°	Michele Hildebrando Polese	130	6 anos 9 meses	266 horas	06/12/1981	DEFERIDO
3°	Rubia Correia	130	6 anos 9 meses	230 horas	21/06/1984	DEFERIDO
4°	Dulce Rigo de Morais	130	6 anos 9 meses	219 horas	09/07/1967	DEFERIDO
5°	Karina Machado de Souza	110	6 anos 9 meses	176 horas	28/07/1983	Indeferido – Item 3.1 Edital – Item 2
6°	Luciane Faber Didomenico	110	6 anos 9 meses	167 horas	20/05/1983	DEFERIDO
7°	Arlete Alves dos Santos Gonçalves	110	6 anos 9 meses	169 horas	18/08/1965	DEFERIDO
8°	Margareth Correa Paulino	110	6 anos 9 meses	162 horas	07/12/1967	DEFERIDO
9°	Marizete Pires Mineiro	100	6 anos 9 meses	152 horas	08/09/1978	DEFERIDO
10°	Vera Lucia Mozzer de Oliveira	100	6 anos 9 meses	140 horas	21/10/1964	DEFERIDO
11°	Diana Fatima Ribeiro	100	6 anos 9 meses	140 horas	13/03/1977	DEFERIDO
12°	Ana Tiara Dornelles	100	6 anos 7 meses	159 horas		DEFERIDO - Inscrita Edital 001/2017 ampliação estará vinculada ao Resultado Remanescente
13°	Monica Campanharo Zanella	90	6 anos 9 meses	169 horas	01/04/1989	DEFERIDO
14°	Mariana Bitencourt Dias	90	6 anos 9 meses	126 horas	04/09/1985	DEFERIDO
15°	Ana Elba Chaves Ferreira da Silva	90	6 anos 9 meses	124 horas	16/02/1983	DEFERIDO
16°	Juliane Teresinha Cordeiro	84	6 anos 9 meses	120 horas	06/04/1978	DEFERIDO - Inscrita Edital 001/2017 ampliação estará vinculada ao Resultado Remanescente
17°	Angelicla Melo Mathias	80	6 anos 9 meses	120 horas	17/12/1975	DEFERIDO - Processora Cedida- Poderá ampliar somente quando retornar para a educação
18°	Maria Elizabeth Pereira Santos	80	19 anos 8 meses	154 horas	06/06/1978	DEFERIDO
19°	Jane Aparecida Ozório	80	6 anos 9 meses	112 horas	15/08/1958	DEFERIDO
		80	6 anos 9 meses	108 horas	30/07/1968	DEFERIDO



20°	Neiva Aparecida Campanharo Xavier	80	5 anos 6 meses	107 horas	01/09/1959	DEFERIDO - Em Auxílio Doença - Poderá ampliar somente quando retornar
21°	Lucildes Dalagnol Gareis	75	5 anos 3 meses	115 horas	16/10/1982	DEFERIDO
22°	Odete Didomenico Santos	70	6 anos 9 meses	95 horas	28/08/1963	DEFERIDO
23°	Lucimere R. Correa de Oliveira	70	6 anos 9 meses	94 horas	18/02/1974	DEFERIDO
24°	Adriana de Cassia Rousseng Inacio	70	6 anos 9 meses	92 horas	01/03/1969	DEFERIDO
25°	Francieli Teresinha Comerlato Alves	70	6 anos 9 meses	84 horas	28/06/1981	DEFERIDO
26°	Adriana Leffer Luciano Caripuna	70	6 anos 9 meses	80 horas	07/08/1975	DEFERIDO
27°	Fernanda de Freitas Subtil	70	4 anos 11 meses	90 horas	05/01/1978	DEFERIDO
28°	Odete Meimberg	65	19 anos 8 meses	82 horas	22/02/1978	DEFERIDO
29°	Viviane Aparecida Ferreira Mozzer	60	6 anos 9 meses	108 horas	18/12/1977	DEFERIDO
30°	Eliane Teresinha de Souza Anton	60	6 anos 9 meses	103 horas	06/12/1973	DEFERIDO
31°	Valéria Mathias	60	6 anos 9 meses	103 horas	22/02/1989	DEFERIDO - Inscrita Edital 001/2017 ampliação estará vinculada ao Resultado Remanescente
32°	Daniela Pillon Delfes	60	6 anos 9 meses	97 horas	25/08/1981	DEFERIDO - Inscrita Edital 001/2017 ampliação estará vinculada ao Resultado Remanescente
33°	Nilva de Fatima Zanon	60	6 anos 9 meses	74 horas	24/10/1967	DEFERIDO
34°	Viviane de Corduva Ronchi	60	6 anos 9 meses	73 horas	29/01/1980	Indeferido - Item 3.1 Edital - Item 4
35°	Arminda do Amaral Pereira	60	6 anos 9 meses	72 horas	21/04/1965	DEFERIDO
36°	Silvia Maria Moreira Gatti	60	6 anos 9 meses	66 horas	17/03/1981	DEFERIDO
37°	Solange de Paula Pereira	60	6 anos 9 meses	62 horas	09/05/1967	DEFERIDO
38°	Adriana Justimiano Toffoli	60	6 anos 9 meses	62 horas	04/10/1976	Indeferido - Item 3.1 Edital - Item 2
39°	Joice Aparecida Andrade	60	6 anos 9 meses	60 horas	21/11/1957	DEFERIDO
40°	Maria da Gloria Palhano	60	6 anos 9 meses	60 horas	17/05/1974	DEFERIDO
41°	Cristiane Aparecida dos Santos Andrade	50	6 anos 9 meses	59 horas	14/11/1978	DEFERIDO
42°	Viviane Silva	50	6 anos 9 meses	56 horas	17/03/1983	DEFERIDO
43°	Jacy Terezinha Padilha de Almeida	50	6 anos 9 meses	89 horas	26/09/1955	DEFERIDO
44°	Iluir Trombetta	50	6 anos 9 meses	50 horas	10/09/1961	DEFERIDO
45°	Lilian Schirmer	50	6 anos 8 meses	42 horas	02/11/1984	DEFERIDO
46°	Patricia Fragoso Possa	50	6 anos 6 meses	93 horas	04/04/1988	DEFERIDO
47°	Marcia de Fatima da Cruz Savian	50	5 anos 1 mês	95 horas	24/08/1965	DEFERIDO
48°	Gisliani A. P. de Freitas	44	6 anos 9 meses	78 horas	16/01/1980	DEFERIDO
49°	Marisa Alves da Cruz	40	19 anos 7 meses	76 horas	22/01/1973	DEFERIDO
50°	Elizabeth Canonica Rissardi	40	6 anos 9 meses	72 horas	11/02/1974	DEFERIDO
51°	Janice dos Santos	40	6 anos 9 meses	30 horas	14/02/1977	DEFERIDO
52°	Iluir Tibes dos Santos	40	6 anos 9 meses	36 horas	09/02/1982	DEFERIDO
53°	Queila Maria Vizolli Chaves	40	6 anos 9 meses	25 horas	05/08/1981	DEFERIDO
54°	Michelly Ferlin Hildebrando dos Santos	40	6 anos 6 meses	71 horas	29/11/1980	DEFERIDO
55°	Rosangela Lima da Rocha	30	6 anos 9 meses	45 horas	19/10/1976	DEFERIDO
56°	Eliane Aparecida Moraes da Silva	30	6 anos 9 meses	0 horas	18/08/1975	DEFERIDO
57	Loreni Marcelino Alves Saó		19 anos 6 meses	0 horas	10/08/1977	DEFERIDO

Cabe recurso de acordo com item 7 edital 002/2017.

Fraiburgo, 10 de novembro de 2017.

# Garopaba

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO 128/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação N° 1425826

CONVOCAÇÃO 128/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
MARIA REGINA NEVES AMARO  
Candidato(a): 245118  
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
Classificação: 10º LUGAR

Garopaba, 06 de novembro de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 10º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 205/2017

Publicação Nº 1425484

DECRETO Nº 205 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

“Dá publicidade a composição da Diretoria do Conselho Municipal de Educação - COMED”.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II e III da Lei nº 1960, de 15/12/2016.

DECRETA:

ART. 1º - A Diretoria do Conselho Municipal de Educação – COMED ficou assim constituída:

- Presidente: Lucileide de Fátima Bueno Feldhaus
- Vice-Presidente: Cibebe Rodriguez
- Secretária: Marlene Terezinha Amaral

ART. 2º - Este Conselho exercerá seu mandato até agosto de 2021.

ART. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

Publicação Nº 1425721

MUNICIPIO DE GARUVA  
GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1440/2017  
REQUERIDO: SIDNEY VIEIRA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

O MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, nesta cidade de Garuva - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.848/0001-59, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. RODRIGO ADRIANY DAVID, pela presente, INTIMA, nos termos do Art. 135, § 2º da Lei Complementar Municipal nº 24/2004 o Sr. SIDNEY VIEIRA, pessoa física, CPF n. 599.866.549-04 tendo seu ultimo endereço de conhecido a Estrada Sol Nascente, n. 980, nesta cidade de Garuva – SC, atualmente em lugar incerto e não sabido, quanto à imposição da penalidade e multa ambiental no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme ficou decidido no Processo Administrativo n. 1440/2017, onde foi lavrada a autuação de infração. Nos termos do Art. 136 no mesmo diploma dar-se ainda ciência ao Intimado que querendo poderá apresentar recursos e as razões do recursos contra a decisão que concluiu pela aplicação da penalidade, no prazo de dez dias, a contar da data da presente intimação. Fica ainda Intimado para nos termos do Art. 138 da Lei Complementar Municipal nº 24/2004, caso não apresentado recurso no prazo de dez dias, o Intimado tem trinta dias úteis, contados da presente publicação para de forma voluntária pagar a multa, sendo que não fazendo o processo será encaminhada ao setor jurídico competente da Prefeitura Municipal para intentar a sua cobrança judicial.

Garuva, 10 de novembro de 2017.  
RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2016

Publicação Nº 1425906

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 004/2016, ORIUNDO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2016, CELEBRADO ENTRE O CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E EMPRESA IPM SISTEMAS LTDA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ nº 81.144.610/0001-60, com sede na Rua Castro Alves, nº 44, Bairro Centro, CEP 89248-000 na cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente Sr. OZIEL FERNANDES MATTOS, portador do CPF 902.353.399-20, RG 3.229.741-6 SSP-SC residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a IPM SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 01.258.027/0001-41, com sede administrativa na Avenida Trompowsky, nº 354, 7º andar, conj. 701, centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Cep: 88.015-300, neste ato representada por seu administrador, Sr. ALDO LUIZ MEES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 292.867.519-15, doravante denominada CONTRATADA, com fulcro na alínea no inciso IV, do art. 57, da Lei de Licitações, celebram este TERMO ADITIVO mediante as seguintes cláusulas e

condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Com fulcro no inciso IV, do Art. 57 da Lei 8.666/93, bem como na Cláusula 5.1.1 do Contrato original, fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de 01 de novembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO:

O presente termo aditivo tem seu fundamento no artigo 57, inciso II e IV da Lei de Licitações.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, produzindo efeitos a partir da publicação no diário oficial dos municípios conforme resolução 0010/2014.

Garuva (SC), 01 de novembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA IPM SISTEMAS LTDA.  
OZIEL FERNANDES MATTOS  
Contratante

ALDO LUIZ MEES  
Contratada

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2017

Publicação Nº 1426568

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 187/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2017

OBJETO: Aquisição de produtos químicos para tratamento de água à serem utilizados nas estações de tratamento I, II, IV, V e VI do município de Gaspar/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 28/11/2017, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar/SC, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABER-TURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 13/11/2017

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente do SAMAE

### DECRETO Nº 7.751, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1425692

DECRETO Nº 7.751, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICI-PAIS DE GASPAR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos Servidores Públicos Municipais de Gaspar, no período compreendido entre 21 de dezembro de 2017 a 12 de janeiro de 2018, retornando às atividades no dia 15 de janeiro de 2018.

Art. 2º Os servidores em gozo de férias coletivas terão deduzidos 23 (vinte três) dias do respectivo período aquisitivo de férias.

Art. 3º No período de férias coletivas, o Chefe do Poder Executivo, o Dirigente da Autarquia e da Fundação Municipal de Esportes e Lazer deverão organizar escalas de plantão nos setores considerados prioritários, de modo a garantir a prestação de serviços básicos à população, sendo os respectivos servidores excetuados, integral ou parcialmente, do gozo de férias de que trata o presente Decreto.

Art. 4º O presente Decreto alcança, além dos servidores da administração direta, os Servidores do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar e da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Gaspar.

Art. 5º Este Decreto não se aplica à Secretaria Municipal de Educação, que deverá observar escala própria de férias coletivas, a ser elaborada na forma da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 7.752, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1425378

DECRETO Nº 7.752, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSEN-TADORIA DA SERVIDORA ROSANE NATALINA BORNHOFEN BAR-BOSA.

KLEBER EDSON WAN-dALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Técnica de Vigilância Sanitária, da servidora ROSANE NATALINA BORNHOFEN BARBOSA, inscrita no CPF sob o nº 756.016.999-68, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 067/2003, em virtude de apos-entadoria por tempo de contribuição, a partir de 01º de novembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de novembro de 2017.

Gaspar, 08 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-dALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 7.753, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1425816

DECRETO Nº 7.753, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.744, de 24 de novembro de 2016, artigo 6º, incisos II, V e VI,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Educação:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 73 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$20.000,00
Unidade: 07 Educação Fundamental	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 361 Ensino Fundamental	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 93 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Dotação: 94 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
--	---------------

Art. 2º Por conta das anulações do artigo anterior ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Educação:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação
--

Unidade: 06 Educação Infantil
-------------------------------

Função: 12 Educação
---------------------

Subfunção: 365 Educação Infantil
----------------------------------

Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil
--

Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil
---

Dotação: 83 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$20.000,00
--	--------------

Unidade: 07 Educação Fundamental
----------------------------------

Função: 12 Educação
---------------------

Subfunção: 361 Ensino Fundamental
-----------------------------------

Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental
---

Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental
--

Dotação: 95 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
--	---------------

Dotação: 103 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
---	---------------

Dotação: 102 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
---	---------------

Art. 3º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa:

Órgão: 03 Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa
---

Unidade: 15 Polícia Militar - Trânsito
--

Função: 06 Segurança Pública
------------------------------

Subfunção: 181 Policiamento
-----------------------------

Programa: 0018 Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar
--

Atividade: 2084 Manutenção da Polícia Militar Trânsito PM
---

Dotação: 48 3.3.30.00.00.00.00.00 Transferências a Estados e ao Distrito Federal	R\$ 60.000,00
--	---------------

Art. 4º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento Territorial
--

Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento Territorial
--

Função: 04 Administração
--------------------------

Sub-Função: 122 Administração Geral
-------------------------------------

Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento Territorial
--

Atividade: 2088 Manutenção das Ações da Secretaria
--

Dotação: 294 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
---	---------------

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
---

Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social
---

Função: 08 Assistência Social
-------------------------------

Subfunção: 244 Assistência Comunitária
--

Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
---

Projeto: 1199 Construção e Implantação de CRAS
--

Dotação: 72 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 3.600,00
--	--------------

Projeto: 1197 Garantir Adeq.do C.Fortal.Vínculos Crianças e Adolescentes
--

Dotação: 71 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 4.600,00
--	--------------

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 01/2007

Publicação Nº 1425371

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 01/2007

Partes: Município de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001-02) e Instituto Nacional do Seguro Social, por Intermédio da Gerência Executiva do Inss em Blumenau (CNPJ nº 29.979.036/0001-40)

Objeto: O presente instrumento visa a renovação do prazo de vigência, por 5 (cinco) anos, do Termo de Convênio nº 01/2007, que tem por objeto a instalação de Unidade de Atendimento Previcidade no Município de Gaspar.

Prazo: 5 (cinco) anos a contar da data da publicação deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviço do INSS.

Gaspar/SC, 01º de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

HERMAN ALVES GOMES DA SILVA | Gerente Executivo do INSS em Blumenau/SC

## PORTARIA Nº 5.307, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1425375

PORTARIA Nº 5.307, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

COLOCA À DISPOSIÇÃO DA CIDASC OS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, a partir de 03 de junho de 2017, os servidores abaixo especificados:

I. Ângela Cristina Semann, ocupante do cargo efetivo de Médica Veterinária, e Mauricio Pamplona, ocupante do cargo efetivo de Médico Veterinário, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura, para executar serviços de inspeção de produtos de origem animal; e

II. Alexandre Bohn, ocupante do cargo efetivo de Agente do IN-CRA, lotado Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura, para executar atividades de auxiliar administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03 de junho de 2017, e revogando a portaria nº 4.031, de 13 de junho de 2016.

Gaspar, 10 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

# Gravatal

## PREFEITURA

### CTR 68/2017 4 ELEMENTOS OPERADORA DE ECOTURISMO LTDA

Publicação Nº 1425767

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA CRIAÇÃO, CONFECÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE DECORAÇÃO ARTÍSTICA URBANA E SERVIÇOS DE MONTAGEM, DESMONTAGEM E ACONDICIONAMENTO PARA O NATAL NAS ÁGUAS 2017 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: 4 ELEMENTOS OPERADORA DE ECOTURISMO LTDA.

ENDEREÇO: Av Pedro Zappelini, S/N, Termas do Gravatal – Gravatal/SC.

CNPJ: 06.084.298/0001-41

VALOR: R\$ 40.001,00 (Quarenta e um mil Reais).

VENCIMENTO: 31/12/2017.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas demais alterações. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 31 de outubro de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO 01.2017 (ADITIVO DE PRAZO) MARTEPLAN TERRAPLAGENS & SERVIÇOS LTDA EPP CONTRATO 66.2017.DOCX

Publicação Nº 1426647

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : Ad01/17Cont66/17 - Contrato Nº: 66/2017  
Contratante...: MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
Contratada....: MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVICOS LTDA - ME  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 13/11/2017 Término: 13/05/2018  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS PROJETADA "B", RUA PROJETADA "A", RUA MIGUEL ARNO KLEIN E RUA OSVALDO RADAPELLI TOTALIZANDO ÁREA DE 4.623M² RELATIVO AO CONTRATO DE REPASSE Nº829645/2016, CONVENIO Nº 829645 COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO BÁSICO. ADITIVO DE PRAZO.

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 133.2017.DOCX

Publicação Nº 1426866

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/17  
HOMOLOGAÇÃO: 14/11/17  
CONTRATADO: GRAFICA BAROZZI EIRELI - EPP  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CALENDÁRIOS PARA O ANO DE 2018 COM TODAS AS DATAS COMEMORATIVAS E DEMAIS EVENTOS QUE ACONTECERÃO DURANTE O ANO, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.958,00 (quatro mil novecentos e cinquenta e oito reais)

### MINUTA EDITAL DE CREDENCIAMENTO 03.17 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ELABORAÇÃO DE LAUDOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS.DOC

Publicação Nº 1426811

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2017  
Processo Licitatório nº 139/2017 – Inexigibilidade de Licitação nº 07/2017  
O município de Guaraciaba, SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.821.216/0001-82, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. ROQUE LUIZ MENEGHINI, com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE LAUDOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS E RURAIS. Para tanto, estará recebendo até as 09h00min do dia 27 de novembro de 2017, na Prefeitura

Municipal de GUARACIABA, no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rua Ademar de Barros, nº 85, Guaraciaba – SC, os requerimentos e documentos pertinentes ao credenciamento de acordo com o presente Edital; maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br). A análise da documentação para o referido credenciamento ocorrerá no dia 27 de novembro de 2017, a partir das 09h00min, no mesmo local e endereço anteriormente citado e permanecerá aberto aos demais interessados até 31/12/2017.

Guaraciaba 14 de novembro de 2017.  
Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

### TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 48.2016 DF CONFECÇÕES LTDA EPP.DOC

Publicação Nº 1426805

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 48/2016  
Art. 78, incisos I e IV da Lei 8.666/93

O Município de Guaraciaba, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Ademar de Barros, 85, na cidade de Guaraciaba, SC, inscrito no CNPJ nº 82. 821.216/0001-82, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Roque Luiz Meneghini, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 626.965.139-53, residente e domiciliado na Rua Olavo Bilac S/N, Centro, município de Guaraciaba, SC, doravante denominado CONCEDENTE, e, de outro lado, a empresa DF CONFECÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Olavo Bilac nº1280, sala 02, Centro, da cidade de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 12.979.924/0001-60, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador Srº Felipe Casanova, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias S/N, Centro da cidade de Guaraciaba/SC, inscrito (a) no CPF sob o nº053.634.099-41, RG 4442903, daqui por diante denominado (a) CONCESSIONÁRIO, têm entre si justos e acordados a rescisão do Contrato nº 48/2016, oriundo do Processo Licitatório nº 35/2016, Concorrência nº 01/2016, nos seguintes termos:

Considerando, que a empresa DF CONFECÇÕES LTDA EPP até o momento não realizou nenhuma obra sobre o LOTE URBANO Nº 02-B, DA SUBDIVISÃO DA GLEBA 02 (DE PARTE DA CHÁCARA Nº 33), COM ÁREA DE 1.170,00 M2, (SEND0 930,00 M2 EDIFICÁVEL E 240,00 M2 NÃO EDIFICÁVEL) SEM CONSTRUÇÕES, SITO NA RUA JUBELINO PASINATTO, NA CIDADE DE GUARACIABA-SC.

Considerando, que a empresa não cumpriu com o estabelecido no contrato 48/2016 mais especificamente descrito na "CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

2.1 - Para efeitos deste contrato serão considerados como encargos:

a) Iniciar as atividades em até 06 (seis) meses contados a partir da assinatura do presente contrato, podendo este prazo ser prorrogado por mais 06(seis) meses, desde que haja causa devidamente justificada, que será analisada pelo Conselho Municipal da Indústria e Comércio e pelo Executivo."

Considerando, que após vistoria in loco do fiscal de obras e posturas do Município constatando que sobre referido lote não possui nenhuma edificação e;

Considerando, o ofício 061/2017 da Secretaria de Indústria e Comércio e Turismo do Município com a devida análise da assessoria jurídica do Município.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Fica rescindido o contrato original nº 48/2016, firmado pelas partes em 18 de março de 2016, a partir da presente data, justificado pelo Art. Art. 78, incisos I e IV da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrente da presente rescisão contratual, fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegio ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas ou mais vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Guaraciaba, 13 de novembro de 2017.

ROQUE LUIZ MENEHINI	FELIPE CASANOVA,
PREFEITO MUNICIPAL	DF CONFECCÕES LTDA EPP
CONCEDENTE	CONCESSIONÁRIA

### **TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 50.2016 GT BEBIDAS ARGENTINO EIRELI ME.DOC**

Publicação Nº 1426807

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 50/2016  
Art. 78, incisos I e IV da Lei 8.666/93

O Município de Guaraciaba, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Ademar de Barros, 85, na cidade de Guaraciaba, SC, inscrito no CNPJ nº 82. 821.216/0001-82, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Roque Luiz Meneghini, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 626.965.139-53, residente e domiciliado na Rua Olavo Bilac S/N, Centro, município de Guaraciaba, SC, doravante denominado CONCEDENTE, e, de outro lado, a empresa GT BEBIDAS ARGENTINO EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida Rua Olavo Bilac nº800, Centro da cidade de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº14.209.140/0001-89, neste ato representada pela sua Administradora Srta Diana Paula Argentino, residente e domiciliada na Rua Olavo Bilac S/N, na cidade de Guaraciaba/SC, inscrita no CPF sob o nº046.906.559-10, RG 3.492.431 SSP/SC, daqui por diante denominado (a) CONCESSIONÁRIA, têm entre si justos e acordados a rescisão do Contrato nº 50/2016, oriundo do Processo Licitatório nº 35/2016, Concorrência nº 01/2016, nos seguintes termos:

Considerando, que a empresa GT BEBIDAS ARGENTINO EIRELI ME até o momento não realizou nenhuma obra sobre OS LOTES RURAIS 99 E 100, COM ÁREA DE 2.438,44 M², LOCALIZADOS NO DISTRITO INDUSTRIAL SITO À RODOVIA BR 163, LINHA ENCAN-TADO, MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, MATRÍCULA Nº36.812.

Considerando, que a empresa não cumpriu com o estabelecido no contrato 50/2016 mais especificamente descrito na "CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

2.1 - Para efeitos deste contrato serão considerados como encargos:

a) Iniciar as atividades em até 06 (seis) meses contados a partir da assinatura do presente contrato, podendo este prazo ser prorrogado por mais 06(seis) meses, desde que haja causa devidamente

justificada, que será analisada pelo Conselho Municipal da Indústria e Comércio e pelo Executivo."

Considerando, que após vistoria in loco do fiscal de obras e posturas do Município constatando que sobre referido lote não possui nenhuma edificação e;

Considerando, o ofício 062/2017 da Secretaria de Indústria e Comércio e Turismo do Município com a devida análise da assessoria jurídica do Município.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Fica rescindido o contrato original nº 50/2016, firmado pelas partes em 18 de março de 2016, a partir da presente data, justificado pelo Art. Art. 78, incisos I e IV da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrente da presente rescisão contratual, fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegio ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas ou mais vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Guaraciaba, 13 de novembro de 2017.

ROQUE LUIZ MENEHINI	DIANA PAULA ARGENTINO,
PREFEITO MUNICIPAL	GT BEBIDAS ARGENTINO EIRELI ME
CONCEDENTE	CONCESSIONÁRIA

# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PROCESSO LICITATÓRIO 131/2017

Publicação Nº 1425529

#### JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 131/2017.

MODALIDADE: Pregão Presencial.

TIPO: Menor Preço por item.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL), POR QUILOMETRAGEM LIVRE, PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC), DURANTE 12 (DOZE) MESES CONSECUTIVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA

RECORRENTE: ÉLCIO SILVA - ME.

RECORRENTE: GUIA VEÍCULOS LTDA.

#### I- DAS PRELIMINARES:

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pelas empresas ÉLCIO SILVA - ME e GUIA VEÍCULOS LTDA.

#### II – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO:

Foi manifestado e motivado pelas empresas recorrentes ÉLCIO SILVA - ME e GUIA VEÍCULOS LTDA, a intenção de recorrer na sessão pública realizada no dia 12/09/2017 do Pregão Presencial Nº 131/2017, conforme registrado em ata.

Concedido o prazo de 03 (três) dias para protocolar as razões do recurso, no dia 12/09/2017 e 14/09/2017, respectivamente as recorrentes deram entrada no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), sendo então as razões de recurso, tempestiva e atendendo aos pressupostos atinentes ao recebimento e conhecimento do recurso no que diz respeito à representação da empresa ante a Administração Pública.

#### III - RELATÓRIO:

A Recorrente ÉLCIO SILVA - ME alegou em síntese que:

- foi desclassificada pela falta do atestado de capacidade técnica original, sendo que o representante da empresa possuía o atestado original no ato da sessão, sendo que o Edital não veda a autenticação de documento por parte do Pregoeiro durante o certame.
- Destaca ainda que a empresa classificada em primeiro lugar não possui escritório em Santa Catarina, não gerando assim renda dos impostos com multas, compra de veículo (ICMS) e emplacamento. Requereu ao final o provimento do recurso, para reconsiderar a decisão, habilitando-a no certame.

A Recorrente Guia Veículos Ltda, em apertada síntese alega que constatou na documentação da empresa Campinas Rent A Car – Élcio Silva – Me, que o Atestado de Capacidade Técnica não estava em conformidade com o Edital, pois não estava autenticado; o número de veículos solicitado para o item 01 é de 11 (onze) veículos e o atestado comprovou a locação de apenas 3 (três), bem menos do que os 50% (cinquenta por cento) que seriam razoáveis, o que não pode ser aceito por não comprovar a capacidade de executar o objeto.

Este é o relatório.

#### IV – DO MÉRITO:

No tocante a alegação da Recorrente Guia Veículos Ltda, de que o Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa Élcio Silva – Me, que não supria a exigência do Ato Convocatório, quando o referido documento deveria apresentar no mínimo 50% (cinquenta por cento) de 11 (onze) veículos, importante destacar o que solicita o Edital, senão vejamos:

10.6.4. Da Qualificação Técnica:

a) Atestado (s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução satisfatória de serviços similares ao objeto da presente licitação.

Nota-se que o Edital em momento algum menciona o quantitativo mínimo que o proponente deveria comprovar solicita apenas que seja demonstrado a execução satisfatória de serviços similares ao objeto da licitação, a finalidade da licitação é a locação de veículos, Analisando o Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela Recorrente Élcio Silva – Me, se verifica o fornecimento de objetos similares ao licitado, o que pode ser constatado no Atestado emitido pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, de fls. 218, que certifica a locação de 03 (três) veículos, preenchendo assim os requisitos do Edital.

No que tange à ausência de autenticação no atestado de capacidade técnica, apresentado pela empresa Élcio Silva – Me, salvo melhor juízo, em que pese a autenticação constitua requisito formal, quando não contestada a veracidade do documento apresentado, não constitui motivo relevante para gerar a inabilitação da licitante. Neste sentido é o entendimento dos Tribunais pátrios, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE PROPONENTE. DOCUMENTO DECLARATÓRIO SEM AUTENTICAÇÃO. POSTERIOR APRESENTAÇÃO DO ORIGINAL EM SEDE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. FORMALISMO EXARCEBADO QUE NÃO PODE ACARREAR A INABILITAÇÃO DO LICITANTE. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE DEVE PRIMAR PELA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E PELOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSOS DESPROVIDOS.

(Resp. n. 797.170/MT, Relatora: Ministra Denise Arruda, j. 17/10/2006)." (TJSC, Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada n. 2014.018059-0, de Joinville, rel. Des. Paulo Ricardo Bruschi, Terceira Câmara de Direito Público, j. 23-09-2014).

"MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. AUSÊNCIA DE AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTO. MERA IRREGULARIDADE. APELO IMPROVIDO. MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO. (3FLS.)" (Apelação e Reexame Necessário Nº 70000294660, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Rodrigues Bossle, Julgado em 03/04/2000)

Além do mais, tanto a doutrina quanto a jurisprudência têm se manifestado acerca das exigências formais e editalícias, no sentido de prevalecer o interesse público, flexibilizando exigências, que na prática, não trazem prejuízo ao certame.

Nesse sentido, destaca-se ainda o entendimento da relatoria do Des. Roque Joaquim Volkweiss do TJRS, que ao analisar caso semelhante, destacou que "A exigência de autenticação somente pode prevalecer para determinar a inabilitação quando houver suspeita de falsidade, a qual afetaria o conteúdo e a lisura das fotocópias. No processo licitatório busca-se a melhor proposta para atender o interesse público. Em consequência, não pode mera irregularidade, que não traga qualquer prejuízo, dar causa à exclusão de concorrentes no certame." (Apelação Cível Nº 598541902, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS).

Frise-se que o requisito do edital acima mencionado praticamente repisa aquele constante no caput do art. 32 da Lei n. 8.666/93: "os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

No entanto, há que se levar em consideração que essa providência,



muito embora seja a regra, não pode ser considerada absoluta, ainda mais no presente caso, já que não foi apontada qualquer suspeita de falsidade ou fraude, até mesmo porque a própria Recorrente, Elcio Silva – Me, possuía o documento original em mãos no momento da sessão.

Sob essa ótica, é de se atentar que a decisão de inabilitar a empresa Elcio Silva – Me está revestida de relevante carga de rigor formal e merece ser reformada.

Ademais, a verificação das condições de aceitação dos documentos apresentados na licitação deve ser feita com observância aos requisitos que se prestam à sua finalidade, as condições de aceitação devem ser feitas sem apego exagerado das formalidades uma vez que, possa afastar do certame ofertas válidas e participantes qualificados.

Nesse sentido é oportuno buscarmos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e para isto cito as precisas lições de Marçal Justen Filho:

“A Administração está constrangida a adotar alternativa que melhor prestigie a racionalidade do procedimento e seus fins. Não seria legal encampar decisão que impusesse exigências dissociadas da realidade dos fatos ou condições de execução impossível. O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor conseqüências de severidade incompatível com a irrelevância dos defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais...” (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2000).

No presente caso, o teor de infração ao instrumento convocatório, mostrou-se mínimo, envolvendo chamado erro formal, razão pela qual há de se utilizar o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

Nos casos em que uma questão formal não inviabiliza a essência jurídica do ato, é dever da Administração considerá-lo como válido, aplicando o princípio do formalismo moderado, quando a infração ao instrumento convocatório não ofende à essência do interesse que a forma visa exteriorizar.

#### V – DA DECISÃO:

A Pregoeira no uso de suas atribuições e em obediência a Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93, bem como, em respeito aos princípios licitatórios, INFORMA que em referência aos fatos apresentados e da análise realizada nas razões, OPINA à autoridade superior competente pela seguinte decisão:

Preliminarmente, CONHECER do recurso formulado pela empresa Recorrente Elcio Silva – Me, para no mérito PROVER em sua totalidade, tornando-a HABILITADA no processo licitatório 131/2017, bem como CONHECER do recurso formulado pela empresa Recorrente Guia Veículos Ltda, porém no mérito, IMPROVER o recurso em sua totalidade, vez que os argumentos apresentados não foram suficientes para manter a decisão de inabilitação da empresa Elcio Silva – Me.

Desta feita, submeto o presente processo à autoridade superior para decisão, salientando que esta é desvinculada deste parecer informativo.

Guaramirim (SC), 26 de setembro de 2017

Paola Vieira Carriço Finatti  
Pregoeira  
Portaria 473/2016

Processo Licitatório nº 131/2017 PMG

#### Decisão em Recurso Administrativo

Considerando o explanado à fls. 303/306, acompanho a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, por suas próprias razões e fundamentos, a fim de julgar IMPROCEDENTE o recurso interposto pela empresa GUIA VEÍCULOS LTDA, bem como julgar PROCEDENTE o recurso interposto pela empresa ELCIO SILVA ME, tornando-a habilitada no processo licitatório n. 131/2017.

Guaramirim, 23 de outubro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito de Guaramirim

#### DECRETO Nº. 843/2017

Publicação Nº 1426532

##### DECRETO Nº. 843/2017

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

##### DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
0008.0244.0009.2065 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 6.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provém da anulação do item abaixo relacionado:

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
0008.0244.0009.2065 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social  
3339000000000000 - Aplicações diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

#### DECRETO Nº. 844/2017

Publicação Nº 1426476

##### DECRETO Nº. 844/2017

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 100.503,87 (cem mil, quinhentos e três reais, oitenta e sete centavos).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

##### DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito suplementar no valor de R\$ 100.503,87 (cem mil, quinhentos e três reais, oitenta e sete centavos), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim  
0008.0244.0009.2070 - Manutenção de Programas de Desenvolvimento Social 3339000000000000 - Aplicações diretas  
01353000 - Transferência de Recursos do Fnas .....  
..... R\$ 4.952,30  
03350000 - Transf.sist.único Assistência social-suas/união  
..... R\$ 80.215,07  
03353000 - Transferência de Recursos do Fnas .....  
..... R\$ 15.336,50

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm do superávit apurado no balanço do exercício anterior nos vínculos 03350000, no valor de R\$ 80.215,07 (oitenta mil, duzentos e quinze reais e sete centavos), 03353000, no valor de R\$ 15.336,50 (quinze mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) e do excesso de arrecadação apurado no exercício, no vínculo 01353000, no valor de 4.952,30 (quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de novembro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

#### EXTRATO DO CONTRATO 68/2017- PMG

Publicação Nº 1425467

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO 68/2017- PMG  
Processo Licitatório nº: 172/2017- PMG

Modalidade: Pregão Presencial  
Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA INTERVENIENTE PARA COORDENAÇÃO E GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS, OBJETIVANDO A CONCESSÃO DE ESTÁGIO A ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN, inscrita no CNPJ sob o nº 03.233.240/0001-24 e inscrição Estadual isenta, estabelecida na Rua Azevedo Portugal, n.º

#### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2017

Publicação Nº 1426503

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 06/2017- PMG  
Processo de Licitação: 157/2016 - PMG

Modalidade: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM 06 (SEIS) RUAS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA BRDE MUNICÍPIOS.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, 1720, Figueirinha, Guaramirim (SC).

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

1.369, bairro Centro, município de Guarapuava, Estado do Paraná.  
Valor: R\$ 12.312,00 (doze mil, trezentos e doze reais)

Data da Assinatura: 01/11/2017 Vigência: 31/10/2018

GUARAMIRIM (SC), 13/11/2017  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO 25/2017

Publicação Nº 1425762

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 25/2017- PMG

Processo de Licitação: 209/2016 - PMG

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA OSVALDO BEBER, COM EXTENSÃO DE 330 METROS, ATRAVÉS DE REPASSE DO MINISTÉRIO DAS CIDADES.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: Empreiteira de Mão de Obra Adrimar, inscrita no CNPJ sob o nº 03.574.370/0001-20, estabelecida na Rodovia SC 495, 2.034.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) Os valores inicialmente contratados sofrem supressão de R\$ 28.104,65 (vinte e oito mil, cento e quatro reais e sessenta e cinco centavos), de acordo com os itens 4.1.3, 4.1.4, 4.2.3, 4.2.4, conforme o anexo de justificativa/parecer técnico de aditivo de supressão de obra (anexo ao processo 209/2016).

b) Os valores inicialmente contratados sofrem acréscimo de R\$ 19.445,58 (dezenove mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), de acordo com os itens 4.1.5 e 4.2.5 conforme o anexo de justificativa/parecer técnico de aditivo de supressão de obra (anexo ao processo 209/2016).

Data da Assinatura: 24/10/2017 Vigência 31/12/2017.

GUARAMIRIM (SC), 13/11/2017  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

a) O aditivo de R\$ 144.922,16 (cento e quarenta mil, novecentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos), conforme planilha abaixo:

Ruas	Valor Contratado	Percentual Aditivado.	Valor Suprimido.	Valor do Aditivo
Lote 02 – Rua Irineu Vilela Veiga	R\$ 239.150,00	7,32% (aproximadamente)	X	R\$ 17.509,96
Lote 03 – Bonifacio Bento de Azevedo	R\$ 606.120,00	9,19% (aproximadamente)	R\$ 3.114,00	R\$ 55.679,40
Lote 04 – Estanislau Vick	R\$ 979.000,00	7,64% (aproximadamente)	X	R\$ 74.846,80
		Subtotal	R\$ 3.114,00	R\$ 148.036,16
Valor total do aditivo no contrato				R\$ 144.922,16

Data da Assinatura: 08/11/2017 Vigência 12/03/2018.

GUARAMIRIM (SC), 13/11/2017

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

## PRIMEIRO ADITIVO DO TERMO DE COMPROMISSO ENTRE ENTES PÚBLICOS Nº. 020/2016

Publicação Nº 1425382

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO TERMO DE COMPROMISSO ENTRE ENTES PÚBLICOS Nº. 020/2016

OBJETO DO CONVÊNIO: Primeiro Aditivo do Termo de Compromisso Entre Entes Públicos que entre si celebram os Municípios de Guaramirim, Massaranduba e Schroeder através dos respectivos Fundos Municipais e a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Guaramirim visando formalizar a contratação dos serviços de saúde, relativos ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192.

ALTERAÇÃO: CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS: § 1º Os recursos correspondentes as participações dos municípios de Massaranduba e Schroeder serão repassados mensalmente para o Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim na Conta Corrente nº. 30239-2, Agência nº. 2095-8 do Banco do Brasil, conforme o quadro acima, que por sua vez integralizará a parte correspondente ao município de Guaramirim, mais o repasse do Ministério da Saúde/FNS, e então fará o repasse ao CBV GMIRIM.

GUARAMIRIM (SC), 13/11/2017.

Ivone Úrsula Kinas Gonçalves da Luz

Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

Dieter Helmuth Gaedtke

Associação de Serviços Sociais

Voluntários de Guaramirim

Suzane Elisa Froelich Reinke

FMS Massaranduba

Osvaldo Jurck

Prefeito de Schroeder

## TERMO DE REVOGAÇÃO - ITEM 02 - PROCESSO 131/2017

Publicação Nº 1425533

TERMO DE REVOGAÇÃO ITEM 02

PREGÃO PRESENCIAL 131/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL), POR QUILOMETRAGEM LIVRE, PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC), DURANTE 12 (DOZE) MESES CONSECUTIVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA

O Prefeito Municipal de Guaramirim - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em cumprimento às prerrogativas constantes do art. 38, IX c/c o art. 49, caput da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações e, ainda, com base na solicitação do Secretário de Administração e Finanças, Jair Tomelin e Parecer da Procuradoria, REVOGA o item 02 (Aluguel - Carro tipo van 15+1 lugares) da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 131/2017, por não haver mais interesse público na referida contratação.

Cumpra-se

Guaramirim (SC), 09 de novembro de 2017.

Luiz Antonio Chiodini

Prefeito Municipal



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 180\_2017

Publicação Nº 1426827

Decreto Municipal nº 180/2017

Declara de Utilidade Pública parte de imóvel para fins de prolongamento de ruas e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial seu artigo 63, inciso V; combinado com os artigos 2º e 6º do Decreto Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941; mais o que estabelece o Art. 1275, inciso V do Código Civil Brasileiro:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, como declarada está, para fins de prolongamento de rua, o imóvel urbano compreendido pela PARTE DA CHÁCARA nº.31, com área de 3.315,0m², (Três mil, trezentos e quinze metros quadrados), sem benfeitorias, situado no perímetro urbano do Município de Guarujá do Sul, SC, matriculada sob nº 5.584 do CRI – Cartório de Registro de Imóveis de São José do Cedro, SC, que consta pertencer a HELIO DUPONT, com os limites e confrontações de acordo com memorial descritivo do futuro Loteamento Gnoatto, assinado pelo Engenheiro Agrônomo Maicol Kirchener Schenkel, CRA/SC sob nº 099579-4.

Parágrafo único – O presente imóvel, ora declarado de utilidade pública, é de interesse do Município e se destina para prolongamento da rua que dara acesso ao loteamento Gnoatto, em implantação.

Art. 2º - A presente declaração de utilidade pública é feita em caráter de urgência.

Art. 3º - Para cobrir as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em

13 de Novembro de 2017

66º ano da Fundação e 55º ano da Instalação.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário da Administração e Fazenda

# Guatambú

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 104/2017

Publicação Nº 1426802

Estado de Santa Catarina  
Município de Guatambu  
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº.104/2017.

Pregão Presencial nº. 49/2017.

Tipo: Menor preço unitário Por Item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO; LOCAÇÃO E MONTAGEM DE ILUMINAÇÃO; SERVIÇO DE PREPARAÇÃO E MONTAGEM DE BOLO, PARA FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO E EVENTOS ORGANIZADOS PELO ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 27/11/2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 27/11/2017.

O Edital poderá ser obtido no site [www.guatambu.sc.gov.br](http://www.guatambu.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102.

Guatambu, SC, 13 de Novembro de 2017.  
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 105/2017

Publicação Nº 1426804

Estado de Santa Catarina  
Município de Guatambu  
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº.105/2017.

Pregão Presencial nº. 50/2017.

Tipo: Menor preço unitário Por Item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO AOS GRUPOS DO NASF E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 28/11/2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 28/11/2017.

O Edital poderá ser obtido no site [www.guatambu.sc.gov.br](http://www.guatambu.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102.

Guatambu, SC, 13 de Novembro de 2017.  
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1372/2017

Publicação Nº 1425853

PORTARIA Nº 1372/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor WILLIAM SHI SENG YEH (Matr. 2680), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "D", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 13 de novembro de 2017 a 24 de novembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Novembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1373/2017

Publicação Nº 1425902

PORTARIA Nº 1373/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor JOÃO ELSO FERREIRA (Matr. 353), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "I", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de setembro de 2016 e 09 de setembro de 2017, para serem gozadas a partir de 13 de novembro de 2017 a 12 de dezembro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Novembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1374/2017

Publicação Nº 1425904

PORTARIA Nº 1374/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 14 (catorze) dias de Férias não usufruídas, conforme Portaria Nº. 255/2017, da Servidora MELISSA DEMO (Matr. 2551), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, Nível – 12/3, Referência "D", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de fevereiro de 2015 e 06 de fevereiro de 2016, para serem gozadas a partir de 13 de novembro de 2017 a 26 de novembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Novembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1375/2017

Publicação Nº 1426672

PORTARIA Nº 1375/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

NOMEAR, sem ônus para o erário municipal, o Senhor Junior Adelar Arenhart, Corretor de Imóveis, registrado no CRECI-SC sob o nº 13.993; o Senhor Odair Trevisol (matr. 334), Servidor deste município, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, designado para o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Projetos Técnicos; e o Senhor Adriano Baretta Mandryk (matr. 2875), Servidor deste município, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Arquiteto Urbanista, para avaliação locativa do seguinte Imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal, com as seguintes descrições:

- 01 Imóvel Público Municipal (terreno urbano com benfeitorias), Matrícula 4.311 do Cartório de Registro de Imóveis de Herval d'Oeste, localizado neste Município – Avenida Beira Rio, centro, com área de 1.755,42 m²;

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Novembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 326/2017

Publicação Nº 1425801

PORTARIA Nº 326, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Flávia Lenita Pelentir	01.01.2016 a 31.12.2016	06.11.2017 a 15.11.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

### PORTARIA Nº 327/2017

Publicação Nº 1425803

PORTARIA Nº 327, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar ao servidor público municipal vinculado a Secretaria Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Antonio Enori Gonçalves da Silva	12.03.2015 a 11.03.2016	16.11.2017 a 30.11.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.  
IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

### PORTARIA Nº 328/2017

Publicação Nº 1425804

PORTARIA Nº 328, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

“NOMEIA O SR. CAIO MURILO TRAGANCIN RINALDI PARA O CARGO COMISSONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, bem como o art. 3º, da Lei n.º 584, de 07 de junho de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. CAIO MURILO TRAGANCIN RINALDI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Educação – Nível CC-3, criado pela Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 404, de 22.05.2009, com os subsídios fixados em Lei; facultando-se a opção pelo vencimento de conformidade com o Art. 17, da Lei Municipal nº 044/97.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

# Ibirama

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 4.150, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE MARINA MAIGE KOEPEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1425898

DECRETO nº 4.150, de 10 de novembro de 2017.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE MARINA MAIGE KOEPEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, conforme prevê o art. 5º, alínea “m” do Decreto-Lei 3.365/1941, para fins de desapropriação via amigável e/ou judicial, o imóvel registrados no Cartório de Registros de Imóveis sob nº 19.009, do Livro 2 RG e de propriedade de Marina Maige Koepsel, conforme cópia anexa, sendo:

Área a desapropriar: O terreno urbano, designado pelo lote nº 03, situado no lado ímpar da Rua Doutor Getúlio Vargas, esquina com o lado par da Rua Castro Alves, bairro Bela Vista, cidade e Comarca de Ibirama, SC, com a área de 855,69 m<sup>2</sup> (oitocentos e cinquenta e cinco metros e sessenta e nove decímetros quadrados), confrontando na FRENTE, com a Rua Doutor Getúlio Vargas, em 26,60 metros; nos FUNDOS, com o lote nº 2 do mesmo desmembramento, em linhas de 14,50 metros, 10,20 metros, 3,50 metros e 11,00 metros, com lote nº 01 do mesmo desmembramento, em 20,00 metros, e com terras de Efi e Dorly Treitinger (matrícula nº 18.051 no livro 2-RG), em 11,89 metros; do lado DIREITO, com Rua Castro Alves, em 15,40 metros, e do lado ESQUERDO, com terras de Guinter Ditmar Koepsel (matrícula nº 18.050 no livro 2-RG), em 55,40 metros, sem edificação.

Art. 2º O imóvel mencionado no artigo anterior, declarado de Utilidade Pública, terá por finalidade a construção de um trevo ligando a Rua Dr. Getúlio Vargas à Ponte do Ponto Chic.

Art. 3º A indenização do referido imóvel se dará pelo justo preço, avaliado através da comissão de avaliação mediante laudo circunstanciado.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de novembro de 2017.  
ADRIANO POFFO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
Secretário de Administração e Finanças

### **INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO Nº 97/2017**

Publicação Nº 1425890

MUNICIPIO DE IBIRAMA.

INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO Nº 97/2017.

Objeto: Credenciamento de empresa para implementar e desenvolver o programa de regularização fundiária neste município de Ibirama, conforme legislação pertinente. Credenciada: CONSTRUTORA GAM EIRELI - ME, número inscrição CNPJ 25.332.492/0001-43, estimado nos valores unitários conforme edital de Credenciamento nº 82/2017 - Ibirama, 13 de novembro de 2017. Adriano Poffo – Prefeito Municipal.

### **LEI Nº 3.303, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017 - INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE ATENÇÃO AO IDOSO NO MUNICÍPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 1426705

LEI Nº 3.303, de 13 de novembro de 2017.

“INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE ATENÇÃO AO IDOSO NO MUNICÍPIO DE IBIRAMA”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no município de Ibirama a Semana Municipal de Atenção ao Idoso, que será realizada, anualmente na semana do dia 1º de outubro.

Art. 2º São objetivos da Semana Municipal de Atenção ao Idoso:

I- Contribuir para o fortalecimento da imagem do idoso em nossa sociedade e conquistar o respeito das demais gerações;

II- Sensibilizar a sociedade da possibilidade de participação da pessoa idosa nas diversas atividades cotidianas da comunidade;

III- Proporcionar comunicação, convívio social e troca de experiências entre os idosos e demais gerações;

IV- Orientar o idoso sobre os problemas de saúde característicos da idade através de palestras e outras atividades educativas;

V- Sensibilizar a sociedade quanto à longevidade da pessoa humana;

VI- Estimular a prática esportiva para a promoção da saúde e do bem estar, buscando elevar a autoestima do idoso.

Art. 3º O poder Público Municipal, havendo viabilidade buscará parcerias para organizar, divulgar e executar as ações da Semana Municipal de Atenção ao Idoso com organizações sociais e assistências, comunidades religiosas, associações civis e comerciais, conselho municipal do idoso e outras instituições que visem a



atenção ao idoso.

Art. 4º- A semana municipal de Atenção ao Idoso é destinada as pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais de idade.

Art. 5º- A Semana Municipal de Atenção ao Idoso será organizada pelos departamentos responsáveis pelas ações municipais que envolvam a pessoa idosa, em especial o departamento municipal do idoso.

Art. 6º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 13 de novembro de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº 3.304, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017 - DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM – E OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1426707

LEI Nº 3.304, de 13 de novembro de 2017.

“DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM – E OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei fixa normas de inspeção e fiscalização sanitárias, no Município de Ibirama, para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de produtos de origem animal, e dispõe sobre o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, dando outras providências.

§ 1º As atividades de inspeção sanitária e atenção à sanidade agropecuária, dentro da jurisdição do Município, cabem ao Serviço de Inspeção Municipal-SIM.

§ 2º O Serviço de Inspeção Municipal - SIM será prestado de acordo com esta Lei e com os princípios e regras da sanidade agropecuária, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, em conformidade com a Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, Lei Federal nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, Lei Federal nº 9.712, de 20 de novembro de 1998, Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, Lei nº 8.078/1990 e outras normas e regulamentos provenientes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI.

Art. 2º Inspeção sanitária de produtos de origem animal é o processo sistemático de inspeção, fiscalização, acompanhamento, monitoramento, avaliação e controle sanitário, compreendido da

matéria-prima até a elaboração do produto final.

§ 1º Depois de instalada, a inspeção sanitária poderá ser executada de forma permanente ou periódica.

§ 2º A inspeção poderá ser executada de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais:

I – entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

§ 3º Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção poderá ser executada de forma periódica:

I – os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares expedidas pelo órgão ou entidade competente para inspecionar e fiscalizar, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

§ 4º A inspeção sanitária se dará, dentre outros:

I – nos estabelecimentos fornecedores de matérias-primas de origem animal, naqueles que recebem animais, matérias-primas, produtos, subprodutos e seus derivados para beneficiamento ou industrialização, com o objetivo de obtenção de alimentos e bebidas para comercialização, e nos estabelecimentos fabricantes desses produtos, excluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares;

II – nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal, em caráter complementar, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e nos produtos no estabelecimento industrial.

§ 5º Estão sujeitos à Alvará de Localização e Licença, conforme disposto no art. 190, da Lei Complementar nº 23 de 04 de dezembro de 2001.

Art. 3º Estão sujeitos à inspeção e fiscalização prevista nesta Lei:

I – carnes e seus derivados;  
II – leite e seus derivados;  
III – mel, a cera de abelha e seus derivados;  
IV – ovos e seus derivados;  
V – pescado e seus derivados;  
VI – outros produtos de origem animal;  
VII – os produtos alimentícios artesanais.

Art. 4º A inspeção sanitária é um serviço oficial, devendo ser executada por servidor público concursado no cargo de Médico Veterinário e devidamente habilitado do quadro da Secretaria de Agricultura do Município.

§ 1º Os servidores públicos designados para integrar a equipe responsável pela inspeção terão suas funções estabelecidas na forma desta Lei, de seu regulamento, de normativas do CIM-AMAVI e da Legislação Federal e Estadual vigentes, em consonância com as atribuições da categoria profissional estabelecidas em lei.

§ 2º Nos casos de vacância do cargo efetivo de médico veterinário, em caráter de emergência pelo risco à saúde pública pela falta de responsável pelo serviço de inspeção, poderá ser contratado profissional em caráter temporário para atender o serviço de inspeção, por tempo não superior a 12 (doze) meses, na forma da Lei.



Art. 5º A responsabilidade pelas atividades de inspeção sanitária e atenção à sanidade agropecuária do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, no âmbito de sua jurisdição, caberá a Secretaria Municipal da Agricultura.

§ 1º Para facilitar o desenvolvimento das atividades em consonância com o SUASA, o Município poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com outros Municípios através do CIM-AMAVI, com o Estado de Santa Catarina e com a União.

§ 2º O Município e os estabelecimentos interessados deverão promover adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI individualmente, por meios próprios, ou através do CIM-AMAVI, quando então os procedimentos adotados no âmbito local deverão estar em consonância com as deliberações tomadas no âmbito do CIM-AMAVI.

§ 3º Após a adesão do Serviço de Inspeção Municipal - SIM ao SUASA os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

Art. 6º São princípios a serem observados nos serviços de inspeção sanitária:

- I – promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural familiar de pequeno porte;
- II – ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;
- III – promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço.

Art. 7º O Município de Ibirama poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com outros municípios, Estado de Santa Catarina e a União, bem como se consorciar e delegar a consórcio público de direito público o Serviço de Inspeção Sanitária para facilitar o desenvolvimento das atividades e a sua execução em conjunto com outros municípios.

§ 1º O produto inspecionado e certificado por órgão ou entidade responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal-SIM, desde que reconhecida a equivalência entre este e o Serviço de Inspeção Estadual-SIE, mediante convênio ou instrumento congênere entre as autoridades competentes, poderá ser comercializado em todo o território estadual.

§ 2º O Serviço de Inspeção Municipal-SIM poderá solicitar diretamente, ou por intermédio de consórcio público, sua adesão ao SUASA.

§ 3º Após a adesão do Serviço de Inspeção Municipal-SIM ao SUASA os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

Art. 8º A fiscalização sanitária referente ao controle sanitário dos produtos de origem animal e vegetal após a etapa de elaboração, compreendida a armazenagem, o transporte, a distribuição e a comercialização até o consumo final, será de responsabilidade da Secretaria da Saúde do Município, juntamente com a Vigilância Sanitária, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares, em conformidade ao estabelecido na Lei nº 8.080/1990.

§ Único A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária entre os órgãos responsáveis pelos serviços.

Art. 9º O Serviço de Inspeção Municipal-SIM respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas

de produção, incluindo a agroindústria rural familiar de pequeno porte.

Art. 10º Todas as ações de inspeção e fiscalização sanitárias serão executadas visando à segurança alimentar e a educação sanitária, buscando o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral, no cumprimento de normas e regulamentos estabelecidos pelo Serviço de Inspeção e pela Vigilância Sanitária do Município, em consonância com a legislação pertinente.

§ 1º Para tanto, buscar-se-á a cooperação com as demais instâncias do SUASA, instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão, e consórcios públicos.

§ 2º O Serviço de Inspeção Municipal - SIM e o trabalho da Vigilância Sanitária serão desenvolvidos em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade.

Art. 11º A segurança alimentar e nutricional abrange a produção, o processamento e a industrialização, a comercialização, a distribuição, o consumo de alimento seguro, a utilização biológica dos alimentos – incluindo-se a água e as sementes – e sua relação holística com o desenvolvimento humano, a informação e a biodiversidade.

§ Único Será constituído um Conselho de Inspeção Sanitária e Segurança Alimentar com a participação de representante das Secretarias Municipais da Agricultura e da Saúde, para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

Art. 12º Será criado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e fiscalização sanitária, gerando registros auditáveis, cuja alimentação e manutenção do sistema será de responsabilidade do órgão ou entidade competente pelo Serviço de Inspeção Municipal-SIM.

Art. 13º A inspeção efetuada pelo Serviço de Inspeção Municipal-SIM concederá ao produto inspecionado o devido registro, de acordo com as normas e critérios específicos previstos em regulamento, observada também, subsidiariamente, a legislação federal e estadual sobre o assunto.

§ 1º Para obter o registro no SIM o estabelecimento deverá apresentar requerimento instruído e dirigido à autoridade competente, solicitando a inspeção, e atender a toda documentação exigida pelo processo de registro estabelecido na legislação regulamentar.

§ 2º O registro deverá ser estampado no produto, através de carimbo ou rótulo, e conterá as informações pertinentes as suas características, prazo de validade e demais elementos fixados em regulamento.

Art. 14º Os estabelecimentos já existentes, para se adequarem a esta lei, deverão apresentar os respectivos projetos para aprovação do registro no Serviço de Inspeção Municipal - SIM, definidos em decreto regulamentar.

Art. 15º Deverá ser submetido à aprovação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM todo e qualquer projeto visando à construção, instalação, reforma ou ampliação do estabelecimento.

Art. 16º Fica proibido o transporte, comercialização e o consumo de qualquer produto de origem animal sem o registro no Serviço de Inspeção Municipal-SIM ou em órgão similar estadual ou federal.

Art. 17º As instalações do estabelecimento produtor de alimentos

obedecerão preceitos normativos mínimos de construção, equipamentos e práticas de fabricação, especificados pela regulamentação desta Lei e pela legislação aludida no seu art. 1º.

Art. 18º A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos deverão seguir padrões de sanidade e fabricação definidos em regulamento, portarias, instruções normativas e manuais específicos referidos na legislação pertinente.

Art. 19º A embalagem de produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas legais vigentes.

§ Único Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no caput deste artigo.

Art. 20º Sem prejuízo da responsabilidade penal, a infração à legislação referente ao Serviço de Inspeção Municipal-SIM acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- I – advertência escrita;
- II – multa;
- III – apreensão e perda das matérias-primas ou dos produtos;
- IV – suspensão das atividades e cassação de licença sanitária;
- V – interdição total ou parcial do estabelecimento;
- VI – cancelamento do registro no SIM.

§ 1º O valor da multa referida no inciso II do caput será fixado pela autoridade competente para inspecionar e fiscalizar, não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário, sendo que:

- I – na fixação da pena de multa deve-se atender, principalmente, a situação econômica do infrator e se o ato foi praticado mediante ardil, simulação, desacato e embaraço à ação fiscal;
- II – a multa pode ser aumentada até o triplo, se a autoridade competente considerar que, em virtude da situação econômica do infrator, é ineficaz, embora aplicada no máximo;
- III – o valor da multa será atualizado, quando da cobrança, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, índice de correção monetária oficial do governo federal.

§ 2º A interdição de que trata o inciso V do caput poderá ser levantada, após atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 3º Se a interdição não for levantada, será efetuada a cassação do alvará de Licença de Localização e Funcionamento, no prazo de:

- I – 10 (dez) dias, quando a autuação ocorrer em virtude de adulteração do produto;
- II – 30 (trinta) dias, quando a autuação ocorrer pelo não atendimento das condições higiênico-sanitárias exigidas.

§ 5º As multas não isentam o infrator da apreensão ou da inutilização do produto, da interdição total ou parcial de instalações, da suspensão de atividades, da cassação do registro do estabelecimento ou da ação cível ou criminal, quando tais medidas couberem.

Art. 21º Ficam instituídas as taxas de inspeção e fiscalização e de serviços públicos constantes do Anexo Único desta Lei, decorrentes da atuação institucional do Serviço de Inspeção Municipal-SIM.

§ Único O valor das taxas será reajustado, anual e automaticamente, na primeira quinzena do mês de dezembro, pela variação acumulada do período de 12 (doze) meses do Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, ou na falta deste, por outro índice que o substitua.

Art. 22º As taxas instituídas têm como fato gerador:

- I – a prática de atos em razão do exercício do poder de polícia;
- II – a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos que compõem o Serviço de Inspeção Municipal-SIM, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Art. 23º O valor da taxa deverá ser pago em postos bancários, devidamente autorizados a receber os valores dos tributos e multas pelo órgão ou entidade competente pela inspeção e fiscalização sanitária.

§ Único A autoridade competente pode, em casos ou situações excepcionais, autorizar o recebimento do valor da taxa em locais ou por estabelecimentos ou pessoas diversos daqueles compreendidos nas disposições do caput.

Art. 24º O contribuinte da obrigação tributária é a pessoa jurídica ou física beneficiária do serviço prestado, e o responsável tributário pelo pagamento a pessoa que o solicitou.

Art. 25º Competem aos agentes do Serviço de Inspeção Municipal-SIM os atos típicos de lançamento, arrecadação, controle e fiscalização das taxas, sem prejuízo do exercício da competência originária dos fiscais da Tributação Municipal para a prática dos atos de lançamento e fiscalização dos demais tributos de competência do Município.

§ Único A competência dos agentes do SIM compreendem, inclusive, a aplicação de penalidades pelo inadimplemento da obrigação tributária ou pelo descumprimento desta Lei.

Art. 26º Os recursos financeiros arrecadados em decorrência da cobrança de taxas, preços públicos e multas no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal-SIM:

- I – devem ser aplicadas exclusivamente na melhoria, modernização, expansão, realização dos serviços de inspeção e fiscalização e de outras atividades do SIM;
- II – podem ser destinados a fundos ou reservas financeiras para a aquisição de infraestrutura para o serviço.

Art. 27º As receitas decorrentes da aplicação das penas pecuniárias, bem como das taxas remuneratórias pelos serviços prestados em decorrência desta Lei, pertencerão ao órgão ou entidade competente para prestar os serviços de inspeção e fiscalização e desenvolver as demais atividades no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal-SIM.

Art. 28º Fica autorizado o Município de Ibirama a firmar gestão associada com consórcio público de direito público do qual é membro consorciado, para a prestação dos serviços de inspeção e fiscalização sanitária e outras atividades, e exercer outras competências relativas ao Serviço de Inspeção Municipal-SIM, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 11.107 de 2007 e sua regulamentação vigente.

Art. 29º Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal-SIM serão fornecidos pelas verbas alocadas no Orçamento do Município, os constantes de contrato de rateio firmado com consórcio público, os oriundos da cobrança de tarifas ou taxas pelos serviços prestados junto aos estabelecimentos assistidos ou inspecionados e de recursos das demais instâncias do SUASA.

Art. 30º As infrações às normas previstas nesta Lei serão apuradas

em processo administrativo próprio, juntamente as sanções e penalidades, sem prejuízo da responsabilidade de natureza cível e penal cabível.

§ Único As penalidades serão aplicadas pelo Serviço de Inspeção Municipal – SIM e terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 31º Serão considerados responsáveis por infrações as pessoas físicas ou jurídicas fornecedores de matérias-primas ou de produtos de origem animal, proprietários/locatários ou arrendatários de estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal - SIM ou que expedirem ou transportarem matérias-primas ou produtos de origem animal.

§ Único A responsabilidade a que se refere o caput abrange as infrações cometidas por quaisquer empregados ou prepostos das pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades industriais e comerciais de produtos de origem animal ou de matérias primas.

Art. 32º Se houver evidência ou suspeita de que um produto de origem animal represente risco à saúde pública ou tenha sido alterado, adulterado ou falsificado, o Serviço de Inspeção Municipal - SIM deverá adotar isolada ou cumulativamente, as seguintes medidas cautelares:

- I - apreensão do produto;
- II - suspensão provisória do processo de fabricação ou de suas etapas; e
- III coleta de amostras do produto para realização de análises laboratoriais.

§ 1º Sempre que necessário, será determinada a revisão dos programas de autocontrole dos estabelecimentos.

§ 2º A retomada do processo de fabricação ou a liberação do produto sob suspeita será autorizada caso o Serviço de Inspeção Municipal - SIM constata a inexistência ou a cessação da causa que motivou a adoção da medida cautelar.

§ 3º O disposto no caput não afasta as competências de outros órgãos fiscalizadores, na forma da legislação.

Art. 33º Caracterizam embargo à ação fiscalizadora, sem prejuízo de outras previsões desta lei, quando o infrator:

- I - embarçar a ação de servidor no exercício de suas funções, visando a dificultar, retardar, impedir, restringir ou burlar os trabalhos de fiscalização;
- II - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir, tentar subornar servidor;
- III - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
- IV - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;
- V - construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação do Serviço de Inspeção Municipal;
- VI - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;
- VII - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referente à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos, ou cometer qualquer sonegação de informação que, direta ou indiretamente, interesse ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM e ao consumidor;
- VIII - fraudar documentos oficiais;
- IX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo Serviço de Inspeção

Municipal - SIM;

- X - não cumprir os prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, em atendimento a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações; ou
- XI - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 34º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR será a instância local de discussão, sugestão e definição de assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e sobre a criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

§ Único No âmbito do CIM-AMAVI será constituído um Conselho de Inspeção Sanitária e Segurança Alimentar com a participação de representantes das Secretarias Municipais da Agricultura, da Saúde ou equivalentes, para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

Art. 35º Os casos omissos ou duvidosos na execução da presente lei, bem como de sua regulamentação, serão resolvidos através de normativas da Secretaria de Agricultura e/ou do CIM-AMAVI, desde que estejam de acordo com as normas citadas no art. 1º desta lei e tenham sido discutidas no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR.

Art. 36º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 37º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.997, de 16 de agosto de 2013.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 13 de novembro de 2017.  
ADRIANO POFFO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO  
Taxas do Serviço de Inspeção Municipal – SIM

FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DO ESTABELECIMENTO	UNIDADE	VALOR EM UFM
A) EMISSÃO DE CERTIFICADO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA	UNIDADE	0,5
B) APROVAÇÃO DE PROJETOS NÃO RESIDENCIAIS, SUJEITOS À APROVAÇÃO DO SIM	POR M² DE ÁREA CONSTRUÍDA	0,003
C) VISTORIA PARA ENCERRAMENTO DE ATIVIDADE DE ESTABELECIMENTO REGISTRADO OU ALTERAÇÃO DE REGISTRO OU DE ENDEREÇO	UNIDADE	1
D) REGISTRO DO ESTABELECIMENTO	UNIDADE	0,5
E) REGISTRO DE PRODUTOS, RÓTULOS OU EMBALAGENS	UNIDADE	1

**LEI Nº 3.305, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1426715

LEI Nº 3.305, de 13 de novembro de 2017.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O orçamento do Município de Ibirama, para o exercício de 2018, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - As prioridades e metas fiscais da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;
- II - A estrutura dos orçamentos;
- III - As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;
- IV - A disposição sobre dívida pública municipal;
- V- As disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII - As disposições gerais.

**CAPÍTULO II  
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 2º As prioridades e metas da administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas nos Anexos I e II desta lei.

§ 1º Os recursos estimados na lei orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nos Anexos I e II desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º Os anexos de prioridades e metas conterão, no que couber, o disposto no § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**CAPÍTULO III  
DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO**

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 4º A Lei Orçamentária para 2018, evidenciará as Receitas e Despesas das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as Despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação, conforme Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:

- I - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;
- II - Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas;
- III - Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas;
- IV - Programa de trabalho;
- V- Programa de trabalho de governo – Demonstrativo de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;
- VI - Demonstrativo da despesa por funções, e subfunções conforme o vínculo com os recursos;
- VII - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções;
- VIII - Demonstrativo da despesa por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária;
- IX - Planilha da despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;
- X - Demonstrativo da evolução da receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XI - Demonstrativo do orçamento fiscal e da seguridade social.
- XII - Demonstrativo da evolução da despesa realizada, no mínimo por categoria econômica, natureza da despesa e modalidade de aplicação, dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e para os dois seguintes;
- XIII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no Artigo 14 da LRF.
- XIV - Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
- XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na LDO.
- XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018.
- XVII - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos derivados da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.
- XVIII - Demonstrativo da apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o Exercício de 2018.

§ 1º Os fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

**CAPÍTULO IV  
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

Art. 5º Os orçamentos para o exercício de 2018 obedecerão ao princípio da transparência e do equilíbrio entre Receitas e Despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

Art. 6º Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhados de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos.

Art. 7º Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimar, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.



Art. 8º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas dos resultados primário e nominal e para recondução do montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, observado ainda a destinação de recursos, para as seguintes despesas abaixo:

- I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como convênios operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;
- III- Redução dos gastos com combustíveis, peças e serviços de manutenção da frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - Redução dos investimentos programados, desde que ainda não iniciados.

§ Único Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 9º A compensação de que trata o artigo 17, parágrafo 2º da LRF, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizado a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no demonstrativo específico do Anexo III desta Lei.

§ Único Considera-se despesa obrigatória de caráter continuado aquela despesa corrente derivada de lei ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Art. 10º Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO IV desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 11º O Orçamento para o exercício de 2018 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,10% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício, e serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO IV.

§ Único Os recursos da Reserva de Contingência destinados a Riscos Fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2018, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 12º Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses

só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 13º O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras.

Art. 14º Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o Art. 43, parágrafo 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos, para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos Artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal;

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 15º As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2017, são as constantes do Anexo III desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 16º A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas deverá observar as disposições e os requisitos contidos na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, bem como, dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 17º Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário e financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa ou inexigibilidade.

§ Único Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda o valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 18º As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na locação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

§ Único As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Anexo V desta lei.

Art. 19º Despesas de custeio de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 20º A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 21º A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a portaria STN nº. 163/2001.

Art. 22º Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo II desta lei e alterações posteriores.

Art. 23º Durante a execução orçamentária o Poder Executivo poderá utilizar ainda os recursos do Superávit Financeiro, do Excesso de Arrecadação e de recursos de Convênios ou de Operações de Crédito não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, para a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento da Prefeitura e dos Fundos.

Art. 24º O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, parágrafo 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, dos custos individualizados das construções e das pavimentações, do custo unitário do aluno do ensino fundamental e do ensino infantil, do custo unitário da destinação final da tonelada de lixo por habitante, do custo unitário do atendimento nas unidades de saúde por habitante, dentre outros.

Art. 25º Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas, e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26º Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2018, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 27º As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica.

Art. 28º A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e de conformidade com a resolução do Senado Federal.

Art. 29º Ultrapassado o limite de endividamento definido nesta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 30º O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ Único Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 31º A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo obedecerá aos limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 33º O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I - Redução das despesas com horas extras;
- II - Exoneração de servidores ocupantes de cargo de comissão;
- III - Redução de vantagens concedidas a servidores;
- IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 34º Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18 parágrafo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Ibirama, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

§ Único Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 35º A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36º O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais de natureza tributária aos contribuintes, com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita, e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 37º Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38º Os tributos inscritos em dívida ativa, não arrecadados, cujos valores acumulados por contribuinte, for menor que as custas de execução judicial não serão ajuizados.

Art. 39º O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 40º O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o final do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 41º O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 2º, da Emenda Constitucional nº 25, de 14/02/2000.

Art. 42º Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43º Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44º O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, durante o exercício de 2018.

Art. 45º O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e extrajudiciais.

Art. 46º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 47 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 13 de novembro de 2017.  
ADRIANO POFFO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 3.306, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017 - FIXA CONTRIBUIÇÃO À UCAVI**

Publicação Nº 1426717

LEI Nº 3.306, de 13 de novembro de 2017.

"FIXA CONTRIBUIÇÃO À UCAVI".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), o repasse mensal da Câmara Municipal de Ibirama, a título de contribuição à UCAVI- União de Câmaras de Vereadores do Alto Vale do Itajaí.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações do exercício de 2017 e subsequentes.

Art. 3º A entidade, prestará contas com a Câmara Municipal de Vereadores, através de seus balanços, comprovado a aplicação dos recursos objeto do presente ato.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.221, de 17 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 13 de novembro de 2017.  
ADRIANO POFFO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 785**

Publicação Nº 1425418

Portaria nº 785, de 02 de outubro de 2017.  
Concede licença para  
Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) ELIZETE PRAZER DE ANHAIA, sob a matrícula nº 31801-2, ocupante do cargo EFETIVO de SERVENTE/MERENDEIRA, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

### **PORTARIA Nº 786**

Publicação Nº 1425419

Portaria nº 786, de 02 de outubro de 2017.

"Concede Licença Prêmio".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

**CONCEDER**

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 02/04/2008 a 02/04/2013, a pedido do(a) servidor(a) JUVANIO JOSÉ DE ANDRADE, sob a matrícula nº 8842-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE VEÍCULOS, vinculado(a) à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 11 de setembro de 2017 a 09 de novembro de 2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 10 de novembro de 2017, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra., de 02 de outubro de 2017.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

**CONCEDER**

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 02/04/2008 a 02/04/2013, a pedido do(a) servidor(a) JUVANIO JOSÉ DE ANDRADE, sob a matrícula nº 8842-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE VEÍCULOS, vinculado(a) à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 11 de setembro de 2017 a 09 de novembro de 2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 10 de novembro de 2017, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 787**

Publicação Nº 1425420

Portaria nº 787, de 02 de outubro de 2017.

“Concede Gratificação”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 117, § 5º, da Lei Complementar nº 67 de 18 de dezembro de 2007,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder gratificação, ao(a) servidor(a) SANDRA BACHMANN, sob a matrícula nº 12181-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) na Secretaria de Assistência Social e Habitação, conforme dispõe o art. 117, § 5º da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro 2007, na função dos serviços de Supervisão dos cadastros dos beneficiários do Bolça Família.

Art. 2º - Perceberá, enquanto perdurar a designação, a gratificação de 10% (dez por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 788**

Publicação Nº 1425422

Portaria nº 788, de 02 de outubro de 2017.

“Prorroga Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

**P R O R R O G A R**

Art. 1º - A Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 06/08/2008 a 06/08/2013, do(a) servidor(a) FLÁVIA ESKELSEN, sob a matrícula nº 7153-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença será prorrogada pelo prazo de 30 (trinta) dias, a pedido do(a) servidor(a), a partir de 16 de outubro de 2017, até 14 de novembro de 2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 16 de novembro de 2017, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Fianças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 789

Publicação Nº 1425423

Portaria nº 789, de 02 de outubro de 2017.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo Simplificado nº 005/2016 e ainda considerando que: a) existe um grande fluxo de Servente/Merendeiras que entram em benefício de auxílio maternidade e doença, bem como, outras licenças previstas em Lei; b) dar continuidade ao funcionamento de serviços essenciais como limpeza e da merenda escolar; c) que possuímos várias vagas excedentes em função do número de alunos; d) necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência iminente; e) atender as demais Secretarias que também demandam desses serviços; f) a servidora efetiva, está em Licença ou afastada; g) conforme reza a Lei nº 2.126/2001, Art. 2º., VIII, 3º., IV e 4º., contratação de pessoal em caráter temporário,

### RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter substituição temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001, o (a) Sr (a) JULIO DUARTE, sob a matrícula nº 538000-00, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado (a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício na CEI Vice Prefeito Sigolf Radloff.

Art. 2º - O (a) contratado (a) exercerá suas funções até o fim do ano letivo, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 831,59 (oitocentos e trinta e um reais, cinquenta e nove centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Fianças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 790

Publicação Nº 1425424

Portaria nº 790, de 02 de outubro de 2017.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 003/2015 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

### NOMEAR

Art. 1º - JOSIANE DOS SANTOS, sob a matrícula nº 62429817-0, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE/MERENDEIRA, Nível “I”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 831,59 (oitocentos e trinta e um reais, cinquenta e nove centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 791

Publicação Nº 1425432

Portaria nº 791, de 02 de outubro de 2017.

Concede licença para

Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

### CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) MARISTELA DIOGO, sob a matrícula nº 37958-3, ocupante do cargo EFETIVO de SERVENTE/MERENDEIRA, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 02 de outubro de 2017.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 792**

Publicação Nº 1425433

Portaria nº 792, de 02 de outubro de 2017.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 003/2015 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - LEONARDO FELIPE MARTINS, sob a matrícula nº 6232523-1, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível “II”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 887,04 (oitocentos e oitenta e sete reais, quatro centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 793**

Publicação Nº 1425434

Portaria nº 793, de 02 de outubro de 2017.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - MARCOS DA SILVA, sob a matrícula nº 9822-2, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta horas

semanais) e vencimentos de R\$ 1.351,46 (um mil trezentos e cinquenta e um reais, e quarenta e seis centavos)

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 794**

Publicação Nº 1425436

Portaria nº 794, de 02 de outubro de 2017.

“Concede Adicional de Insalubridade”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007 e com base na Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Adicional de Insalubridade ao(a) servidor(a) MARCOS DA SILVA, sob a matrícula nº 9822-2, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, por realizar trabalhos e operações em contato permanente com pacientes ou com material infecto contágio, conforme Portaria nº 3.214/78-NR 15 – Anexo 14, do Ministério do Trabalho e Renda.

Art. 2º - O Adicional de Insalubridade para o cargo será de 20 % (vinte por cento), calculado sobre o salário mínimo vigente no país.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 02 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 795**

Publicação Nº 1425438

Portaria nº 795, de 04 de outubro de 2017.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores



Públicos do Município de Ibirama, resolve:

#### NOMEAR

Art. 1º - JORGE MESSIAS KUSTER MORAES, sob a matrícula nº 313106-1, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, Nível "I", referência "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 887,04 (oitocentos e oitenta e sete reais, quatro centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 04 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

#### PORTARIA Nº 796

Publicação Nº 1425439

Portaria nº 796, de 04 de outubro de 2017.

"Exonera a pedido do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

#### EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - CELENITA ANA BOZZETTO, sob a matrícula nº 62417029-0, do cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) por meio da portaria nº 262, de 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 04 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

#### PORTARIA Nº 797

Publicação Nº 1425441

Portaria nº 797, de 09 de outubro de 2017.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) VALDIR SCHATZ, matrícula nº 13129-03, ocupante do cargo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, relativas ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2016, para serem gozadas no período de 09/10/2017 a 07/11/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 08/11/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

#### PORTARIA Nº 798

Publicação Nº 1425454

Portaria nº 798, de 09 de outubro de 2017.

"Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

#### NOMEAR

Art. 1º - IRENE STACHOLSKI, sob a matrícula nº 161683-0, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta horas semanais) e vencimentos de R\$ 1.351,46 (um mil trezentos e cinquenta e um reais, e quarenta e seis centavos)

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 799**

Publicação Nº 1425455

Portaria nº 799, de 09 de outubro de 2017.

"Concede Adicional de Insalubridade".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007 e com base na Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1º - Adicional de Insalubridade ao(a) servidor(a) IRENE STACHOLSKI, sob a matrícula nº 161683-0, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, por realizar trabalhos e operações em contato permanente com pacientes ou com material infecto contágio, conforme Portaria nº 3.214/78-NR 15 – Anexo 14, do Ministério do Trabalho e Renda.

Art. 2º - O Adicional de Insalubridade para o cargo será de 20 % (vinte por cento), calculado sobre o salário mínimo vigente no país.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 09 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 800**

Publicação Nº 1425551

Portaria nº 800, de 11 de outubro de 2017.

"Concede Férias"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Art. 131 e 136, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao (a) funcionário (a) IAGO FELIPE TOTTENE, matrícula nº 28835-03, servidor publico EFETIVO ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 09/03/2016 a 08/03/2017, para serem gozadas no período de 16/11/2017 a 25/11/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 26/11/2017.

Art. 2º - Serão convertidos em pecúnia 10 (dez) dias das férias do referido servidor, com base no art. 136, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 11 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 801**

Publicação Nº 1425552

Portaria nº 801, de 11 de outubro de 2017.

"Concede Férias"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Art. 131 e 136, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao (a) funcionário (a) KLAUS BRODWOLF, matrícula nº 26891-02, servidor publico EFETIVO ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 31/01/2016 a 30/01/2017, para serem gozadas no período de 16/11/2017 a 25/11/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 26/11/2017.

Art. 2º - Serão convertidos em pecúnia 10 (dez) dias das férias do referido servidor, com base no art. 136, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 11 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 802**

Publicação Nº 1425553

Portaria nº 802, de 16 de outubro de 2017.

Concede licença para

Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) MARILDA LISBOA, sob a matrícula nº 238520-1, ocupante do cargo EFETIVO de SERVENTE/MERENDEIRA, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 16 de outubro de 2017.



Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

### **PORTARIA Nº 803**

Publicação Nº 1425555

Portaria nº 803, de 16 de outubro de 2017.

“Concede gratificação por nível de escolaridade”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 35 da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007;

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder a gratificação de 5% (cinco por cento), ao(a) servidor(a) ETAJANE RAQUEL TASSO EYERKAUFER, sob a matrícula nº 6229565-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, por ter concluído o grau de escolaridade de nível superior, conforme dispõe o Art. 35 da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

### **PORTARIA Nº 804**

Publicação Nº 1425556

Portaria nº 804, de 17 de outubro de 2017.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

#### **NOMEAR**

Art. 1º - MAICON KARSTEN, sob a matrícula nº 62429922-0, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, Nível “I”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 887,04 (oitocentos e oitenta e sete reais, quatro centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

### **PORTARIA Nº 805**

Publicação Nº 1425557

Portaria nº 805, de 17 de outubro de 2017.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

#### **NOMEAR**

Art. 1º - HUMBERTO HANK, sob a matrícula nº 414662-0, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, Nível “I”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 887,04 (oitocentos e oitenta e sete reais, quatro centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 806**

Publicação Nº 1425559

Portaria nº 806, de 17 de outubro de 2017.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1º - LUCAS FIGUEREDO, sob a matrícula nº 20877-2, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, Nível “I”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 887,04 (oitocentos e oitenta e sete reais, quatro centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 807**

Publicação Nº 1425560

Portaria nº 807, de 17 de outubro de 2017.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1º - GUIDO PENZ, sob a matrícula nº 26948-4, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, Nível “I”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 887,04 (oitocentos e oitenta e sete reais, quatro centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 808**

Publicação Nº 1425561

Portaria nº 808, de 17 de outubro de 2017.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1º - GIULIO DIOLA FERREGUETTI, sob a matrícula nº 62429949-0, para exercer o cargo de provimento efetivo de OPE-RADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS (Caminhões, ônibus e Micro Ônibus com capacidade de transporte acima de 20(vinte) passageiros), Nível “V”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O servidor, terá carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.199,26 (um mil, cento e noventa e nove reais, vinte e seis centavos) mensais e gratificação de produtividade, conforme item 3 do anexo I da Lei nº 2.707, de 09 de fevereiro de 2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 809**

Publicação Nº 1425562

Portaria nº 809, de 17 de outubro de 2017.

“Concede gratificação por atribuição”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007, e ainda com base na Lei nº 2.707, de 09 de fevereiro de 2010,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder a gratificação por atribuição – GAA, ao servidor(a) GIULIO DIOLA FERREGUETTI, sob a matrícula nº 62429949-0, ocupante do cargo de provimento EFETIVO de OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, como operador de Caminhões e Ônibus, lotado na Secretaria de Obras, conforme dispõe a Lei nº 2.707, de 09 de fevereiro de 2010.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 810**

Publicação Nº 1425563

Portaria nº 810, de 17 de outubro de 2017.

“Nomeia servidor(a) para emprego público”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com a Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1º - WILLIAND SCHMITZ, sob a matrícula nº 62402269-02, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, Nível “I”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado(a) à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.200,12 (mil, duzentos reais, doze centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra,  
de 17 de outubro de 2017.

“Nomeia servidor(a) para emprego público”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com a Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1º - WILLIAND SCHMITZ, sob a matrícula nº 62402269-02, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, Nível “I”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado(a) à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.200,12 (mil, duzentos reais, doze centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 811**

Publicação Nº 1425567

Portaria nº 811, de 17 de outubro de 2017.

“Nomeia servidor(a) para emprego público”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com a Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1º - ROSELI BACK CENSI, sob a matrícula nº 238791-0, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, Nível “I”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado(a) à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.200,12 (mil, duzentos reais, doze centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 812**

Publicação Nº 1425570

Portaria nº 812, de 17 de outubro de 2017.

"Nomeia servidor(a) para emprego público".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com a Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1º - CLAUDIA SCHAD TESTONI, sob a matrícula nº 620718-0, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, Nível "I", referência "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado(a) à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.200,12 (mil, duzentos reais, doze centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 813**

Publicação Nº 1425571

Portaria nº 813, de 17 de outubro de 2017.

"Nomeia servidor(a) para emprego público".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com a Lei Complementar nº 57, de 27 de dezembro de 2006, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1º - JAQUELINE NASS, sob a matrícula nº 62405900-0, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, Nível "I", referência "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado(a) à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.200,12 (mil, duzentos reais, doze centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 814**

Publicação Nº 1425574

Portaria nº 814, de 18 de outubro de 2017.

"Exonera do Quadro de Pessoal".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

**EXONERAR,**

Art. 1º - NISLENE ROSENBROCK SCHULZ, sob a matrícula nº 62407163-2, do cargo de provimento temporário de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 575 de 28 de abril de 2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 18 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 815**

Publicação Nº 1425576

Portaria nº 815, de 19 de outubro de 2017.

"Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 003/2015 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

**NOMEAR**

Art. 1º - NISLENE ROSENBROCK SCHULZ, sob a matrícula nº 62407163-3, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE/MERENDEIRA, Nível "I", referência "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 831,59 (oitocentos e trinta e um reais, cinquenta e nove centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 19 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 816**

Publicação Nº 1425578

Portaria nº816, de 23 de outubro de 2017.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO, sob a matrícula nº 62430149-0, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de ASSISTENTE SOCIAL, Nível “XII”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.779,07 (dois mil, setecentos e setenta e nove reais, sete centavos) mensais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 23 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 817**

Publicação Nº 1425579

Portaria nº 817, de 23 de outubro de 2017.  
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) ISMAEL GROBER, matrícula nº 31364-01, ocupante do cargo de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, relativas ao período

aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015, para serem gozadas no período de 23/10/2017 a 06/11/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 07/11/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 23 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 818**

Publicação Nº 1425582

Portaria nº 818, de 23 de outubro de 2017.  
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) FRANCISCO ADRIANO, matrícula nº 7196-01, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, relativas ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2016, para serem gozadas no período de 23/10/2017 a 06/11/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 07/11/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 23 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 819**

Publicação Nº 1425586

Portaria nº 819, de 23 de outubro de 2017.

“Concede o pagamento retroativo de gratificação por nível de escolaridade”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 35 da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder o pagamento retroativo da gratificação de 5% (cinco por cento), ao(a) servidor(a) ETAJANE RAQUEL TASSO



EYERKAUFER, sob a matrícula nº 6229565-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, por ter concluído o grau de escolaridade de nível superior, conforme dispõe o Art. 35 da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007, considerando que a servidora concluiu sua graduação em 13 de outubro de 2014.

Art. 2º - O pagamento será efetuado em sua folha de pagamento em 05 (cinco) parcelas iguais de R\$ 562,18 (quinhentos e sessenta e dois reais, dezoito centavos).

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 23 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 820

Publicação Nº 1425593

Portaria nº 820, de 25 de outubro de 2017.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - PATRICIA DE OLIVEIRA, sob a matrícula nº 219622-0, ocupante do emprego público de AUXILIAR ODONTOLÓGICO - CLT, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da portaria nº 371 de 22 de abril de 2015.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 25 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 821

Publicação Nº 1425594

Portaria nº 821, de 26 de Outubro de 2017.

Designa fiscais para os Contratos Administrativos do Município de Ibirama.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que o artigo 67 da Lei nº 8666/1993 dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 4.142 de 24 de outubro de 2017 que “Regulamenta a atribuição dos responsáveis pela fiscalização dos contratos administrativos previsto no Artigo 67 da Lei 8.666/1993”.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os responsáveis pela fiscalização dos contratos administrativos do Município de Ibirama de acordo com o Anexo Único que passa a fazer parte integrante da Presente Portaria.

Art. 2º - Ocorrendo alterações, o Anexo Único da presente Portaria será atualizado mensalmente, e publicado no site [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br)

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 26 de Outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

ANEXO ÚNICO

Entidade: Prefeitura Municipal



Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
45/2013	Serviços especializados destinados para manutenção de pontos de rede de no mínimo 100 mbps e 2.024 kbps e provimento de acesso a internet com link dedicado em fibra optica de 10 mg full, para esta municipalidade.	Jean Ednei Koepsel	47-33578521	jean@ibirama.sc.gov.br
39/2014	Concessão de uso a título oneroso, do espaço físico denominado tirolesa urbana, localizada neste município, para exploração dos equipamentos e publicidade deste espaço	Norberto Weinrich	47-33574442	turismo@ibirama.sc.gov.br
89/2014	Construção de uma escola com área de 854,00 m2 - espaço educativo urbano ii - 06 salas de aula / FNDE, no Bairro Areado, neste município, conforme respectivo projeto de engenharia	Leonardo Rodrigo Bachmann	47-33578559	engleonardo@ibirama.sc.gov.br
101/2014	Contratação de empresa especializada na área de engenharia sanitária e ambiental para realizar a gestão dos resíduos sólidos urbanos compactáveis e recicláveis, produzidos no perímetro urbano do município de Ibirama-SC.	Jeizer André Poffo	47-33578562	jeizerandre@ibirama.sc.gov.br

## ANEXO ÚNICO

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
47/2015	Execução das obras de construção de 03 (três) pórticos turísticos neste município de Ibirama, conforme respectivos projetos de engenharia.	Leonardo Rodrigo Bachmann	47-33578559	engleonardo@ibirama.sc.gov.br
42/2015	Execução da obra de construção de ponte em concreto armado e pré-moldado vão 100,80 m (incluindo cabeceiras e acessos) em ligação entre a rua Leopoldo Monich com Marcílio João da Silveira - centro deste município de Ibirama.	Alvaro Kramel – Engenheiro Civil – Prestação de Serviços.	47-999741170	
96/2015	Telefonia Móvel	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
97/2015	Execução da obra de construção de uma escola com área de 867,79 m2 - espaço educativo urbano II - 06 salas de aula / FNDE, no Bairro Nova Stettin, neste município, conforme respectivo projeto de engenharia	Cristiane Schattemberg	47-33578559	cris@ibirama.sc.gov.br
13/2016	Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.	Jean Ednei Koepsel	47-33578521	jean@ibirama.sc.gov.br

18/2016	Fornecimento de licença de uso de software para gestão da educação municipal, desenvolvido para plataforma Linux, sob a arquitetura Web, com acesso simultâneo de usuários, utilizando banco de dados relacional entre os Municípios Consorciados ao CIM-AMAVI	Suely Sandra Silva	47-33578509	educacim@ibirama.sc.gov.br
---------	--	--------------------	-------------	----------------------------

## ANEXO ÚNICO

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
2/2016	Transporte Escolar	Ronald Karsten	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
3/2016	Transporte Escolar	Ronald Karsten	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
4/2016	Transporte Escolar	Ronald Karsten	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
6/2016	Transporte Escolar	Ronald Karsten	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
7/2016	Transporte Escolar	Ronald Karsten	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
8/2016	Transporte Escolar	Ronald Karsten	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
9/2016	Transporte Escolar	Ronald Karsten	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
25/2016	Transporte Escolar	Ronald Karsten	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
26/2016	Transporte Escolar	Ronald Karsten	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
37/2016	Transporte Escolar	Ronald Karsten	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
55/2016	Transporte Escolar	Ronald Karsten	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
60/2016	Execução da obra de pavimentação com lajotas de concreto, drenagem e sinalização viária em 2.382,76 m2 – e= 296,00 da Rua Amanda Grosch, neste município de Ibirama, conforme projeto executivo.	Leonardo Rodrigo Bachmann	47-33578559	engleonardo@ibirama.sc.gov.br
73/2016	Contratação de seguros para veículos da frota pertencente ao município de Ibirama.	Rubens Fusinato	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
01/2017	Manutenção, conservação e ajardinamento de ruas, praças, pátios de escolas e centros de educação infantil e demais locais de propriedade desta municipalidade.	Edson Luis Bittencourt	47-33578515	sedema@ibirama.sc.gov.br
02/2017	Manutenção, conservação e ajardinamento de ruas, praças, pátios de escolas e centros de educação infantil e demais locais de propriedade desta municipalidade.	Edson Luis Bittencourt	47-33578515	sedema@ibirama.sc.gov.br

## ANEXO ÚNICO

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
03/2017	Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para o município de Ibirama.	Edson Luis Bittencourt	47-33578515	sedema@ibirama.sc.gov.br
06/2017	Execução da mão-de-obra, com fornecimento de materiais elétricos para manutenção e/ou ampliação de iluminação pública e/ou extensão de rede de energia no município de Ibirama.	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
08/2017	Prestação de serviço de pedreiro, carpinteiro, servente de obras e pintor para realização de pequenos reparos em prédios públicos desta municipalidade.	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br

09/2017	Recuperação/ reposição de 1.500 m2 de pavimentação em lajotas e paralelepípedos, e serviços com fornecimento de material destinados para recuperação/ reposição de passeios públicos 700 m2 em ruas deste município de Ibirama	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
11/2017	Transmissão de programa institucional do município de Somunic (prefeitura municipal e fundo municipal de saúde), com inserções de 30', abordando temas do poder executivo através de vídeos institucionais.	Sheyla Clarinda Germano	47-33578554	comunicacao@ibirama.sc.gov.br

## ANEXO ÚNICO

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
12/2017	Arbitragem destinadas para realização das competições esportivas que serão promovidas pela C.M.E..	Jimenis Reiner	47-33573234	cme@ibirama.sc.gov.br
14/2017	Arrendamento de parte de um imóvel na localidade de Rio Sellin, neste município de Ibirama, para extração de saibro destinado para recuperação de estradas vicinais municipais.	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
15/2017	Serviços de publicidade institucional do Município de Ibirama, por meio de imprensa falada (rádios AM e FM), com abrangência no município de Ibirama.	Sheyla Clarinda Germano	47-33578554	comunicacao@ibirama.sc.gov.br
18/2017	Serviços de publicidade institucional do Município de Ibirama, por meio de imprensa falada (rádios AM e FM), com abrangência no município de Ibirama	Sheyla Clarinda Germano	47-33578554	comunicacao@ibirama.sc.gov.br
19/2017	Transmissão de programa institucional do município de Ibirama (prefeitura municipal e fundo municipal de saúde), com inserções de 30', abordando temas do poder executivo através de vídeos institucionais.	Sheyla Clarinda Germano	47-33578554	comunicacao@ibirama.sc.gov.br

## ANEXO ÚNICO

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
36/2017	Manutenção, conservação e ajardinamento de ruas, praças, municipalidade.	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
40/2017	Prestação de serviços de transporte de material para conservação de estradas vicinais (caminhão basculante com capacidade mínima de 12,00 m3 de carga)	Rubens Fusinato	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
41/2017	Elaboração e readequações de projetos e atualização de orçamento de projetos de pavimentações diversas, e elaboração de projetos de construção civil	Cristiane Schattemberg	47-33578559	cris@ibirama.sc.gov.br

42/2017	Prestação de serviços, de topografia e levantamento planialtimétrico cadastral	Cristiane Schattemberg	47-33578559	cris@ibirama.sc.gov.br
43/2017	Prestação de serviços de locação de 01 (um) rolo compactador, para a execução de serviços de manutenção das vias públicas vicinais	Rubens Fusinato	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
45/2017	Serviços de publicidade institucional do MUNICÍPIO DE IBIRAMA, por meio de imprensa escrita, com periodicidade diária, semanal, quinzenal e mensal	Sheyla Clarinda Germano	47-33578554	comunicacao@ibirama.sc.gov.br

## ANEXO ÚNICO

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
46/2017	Serviços de publicidade institucional do MUNICÍPIO DE IBIRAMA, por meio de imprensa escrita, com periodicidade diária, semanal, quinzenal e mensal	Sheyla Clarinda Germano	47-33578554	comunicacao@ibirama.sc.gov.br
47/2017	Prestação de serviços para elaboração de projeto de parque urbano público em área aproximada de 23.000,00 m²	Cristiane Schattemberg	47-33578559	cris@ibirama.sc.gov.br
48/2017	Locação de impressoras laser multifuncionais, incluindo serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva, fornecimento de suprimentos (exceto papel)	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
49/2017	Locação de impressoras laser multifuncionais, incluindo serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva, fornecimento de suprimentos.	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
54/2017	Serviços especializados e materiais destinadas para manutenção da central telefônica e demais componentes.	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
16/2017	Licenciamento de Software Sistema govgestão, módulos geração de SIFONFI, SIOPE, SIOPS e Preenchimento da IN20 TCE-SC.	Jean Edinei Koepsel	47-33578521	jean@ibirama.sc.gov.br

## ANEXO ÚNICO

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
60/2017	Serviços com fornecimento de materiais para manutenção da rede distribuição de energia elétrica, extensão de rede interna escola Veronica Keil, deslocamento de poste rua professor Walter Kretzer, deslocamento de poste estrada geral rio Sellin Baixo, deslocamento de poste estrada geral carrapato, extensão de rede para ip estrada geral Ribeirão das Pedras.	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br

66/2017	Execução da obra de construção de uma ponte pênsil com estrutura em concreto e tabuleiro em madeira, extensão de 131,94 m, ligando as ruas Hamônia e Guarani	Leonardo Rodrigo Bachmann	47-33578559	engleonardo@ibirama.sc.gov.br
80/2017	Fornecimento de uniformes profissionais.	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
81/2017	Fornecimento de uniformes para a Banda Municipal.	Gregory Peter Kietzer	47-33574442	cultura@ibirama.sc.gov.br
69/2017	Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Merenda Escolar.	Fabiana Radloff	47-33578510	fabiana@ibirama.sc.gov.br
70/2017	Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Merenda Escolar.	Fabiana Radloff	47-33578510	fabiana@ibirama.sc.gov.br
71/2017	Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Merenda Escolar.	Fabiana Radloff	47-33578510	fabiana@ibirama.sc.gov.br

## ANEXO ÚNICO

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
72/0217	Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Merenda Escolar.	Fabiana Radloff	47-33578510	fabiana@ibirama.sc.gov.br
73/2017	Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Merenda Escolar.	Fabiana Radloff	47-33578510	fabiana@ibirama.sc.gov.br
74/2017	Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Merenda Escolar.	Fabiana Radloff	47-33578510	fabiana@ibirama.sc.gov.br
75/2017	Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Merenda Escolar.	Fabiana Radloff	47-33578510	fabiana@ibirama.sc.gov.br
76/2017	Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Merenda Escolar.	Fabiana Radloff	47-33578510	fabiana@ibirama.sc.gov.br
77/2017	Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Merenda Escolar.	Fabiana Radloff	47-33578510	fabiana@ibirama.sc.gov.br
78/2017	Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Merenda Escolar.	Fabiana Radloff	47-33578510	fabiana@ibirama.sc.gov.br
79/2017	Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Merenda Escolar.	Fabiana Radloff	47-33578510	fabiana@ibirama.sc.gov.br
83/2017	Execução das obras de fechamento (91,35 m2) e drenagem (15,00m2) da quadra do Centro de Educação Infantil Moisés Amaral, Bairro São Miguel.	Leonardo Rodrigo Bachmann	47-33578559	engleonardo@ibirama.sc.gov.br

## ANEXO ÚNICO

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
85/2017	Materiais didáticos pedagógicos destinados para manutenção das atividades dos centros de educação infantil.	Maira Jennrich da Costa	47-33578573	maira@ibirama.sc.gov.br
86/2017	Materiais didáticos pedagógicos destinados para manutenção das atividades dos centros de educação infantil	Maira Jennrich da Costa	47-33578573	maira@ibirama.sc.gov.br

87/2017	Extensão e instalação da rede de IP com fornecimento de material, local: Rio Rafael - contendo 02 postes dt 10x300; 01 poste dt 11x300; 01 poste dt 12x300, e substituição de IP com fornecimento de material, local: praça Olavo Bilac.	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
88/2017	Disponibilização de plataforma multifuncional para identificação, levantamento, gestão de dados e informações através de aplicativo doado de módulo de ouvidora com base integrada.	Jean Edinei Joepsel	47-33578521	jean@ibirama.sc.gov.br
89/2017	Aquisição de lajota sextavada de concreto classe 35 fck e meio fio de concreto, para pavimentação rua Santana, Serra São Miguel	Cristiane Schattemberg	47-33578559	cris@ibirama.sc.gov.br
35/2017	Transporte Escolar	Ronald Karsten	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br

## ANEXO ÚNICO

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
59/2017	Execução da obra de construção de uma quadra coberta poliesportiva a = 541,98 m2 em estrutura de concreto armado pré-moldado, a ser executado à Rodovia BR 470, km 117,40 Bairro Anchieta.	Leonardo Rodrigo Bachmann	47-33578559	engleonardo@ibirama.sc.gov.br
84/2017	Fornecimento de sistema informatizado de gestão, em ambiente web, provimento de data-center, com manutenção de cópia do banco de dados em ambiente de informática do contratante, por meio de redundância ou download, incluindo ainda serviços de instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção, garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico relacionados a cada módulo de programas.	Jean Ednei Koepsel	47-33578521	jean@ibirama.sc.gov.br

## ANEXO ÚNICO

Entidade: Fundo Municipal de Saúde

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
36/2013	Serviços especializados destinados para coleta, transporte e destino final dos resíduos de serviços da saúde.	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br



38/2013	Contratação de empresa para prover sistema de gestão pública e serviços, incluindo serviços de instalação, migração de dados, parametrização, implantação, treinamento, provimento de datacenter para emissão de nfe-s e gestão da saúde pública, manutenção legal e corretiva e suporte técnico.	Jean Edinei Koepsel	47-33578521	jean@ibirama.sc.gov.br
03/2016	Prestação de serviços de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor, procedimento/código 03.01.07.007-5, da Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, em conformidade com a Portaria MS/GM nº 1.635, de 12 de setembro de 2002 e Portaria MS/SAS nº 728, de 10 de outubro de 2002 ou outra que venha substituí-la.	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br

## ANEXO ÚNICO

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
05/2015	Prestação de serviços de assessoria na realização e manutenção do programa de medicamentos excepcionais (medex) e judiciais (medjud)	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br
01/2017	Manutenção, conservação e ajardinamento de pátios de unidades de saúde.	Edson Bittencourt	47-33578515	sedema@ibirama.sc.gov.br
02/2017	Realização de consultas médicas e exames e procedimentos, de forma complementar, nos estabelecimentos próprios do município e outros, dos serviços na rede básica de saúde e na rede de atenção especializada.	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br
03/2017	Serviços de assessoria técnica na secretaria municipal de saúde.	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br
04/2017	Serviços de assessoria técnica na secretaria municipal de saúde.	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br
06/2017	Prestação de serviço médico, especializado em pediatria.	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br
09/2017	Serviços especializados e materiais destinados para manutenção dos consultórios odontológico das unidades saúde.	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br

## ANEXO ÚNICO

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
----------------	--------	--	-----------------------	---------------------

10/2017	Construção de unidade básica de saúde em alvenaria: a = 445,85 m2, localizada: rua alvin duwe esquina com a rua magdalena aichinger, s/nº.	Leonardo Rodrigo Bachmann	47-33578559	engleonardo@ibirama.sc.gov.br
11/2017	Realização de consultas médicas e terapias e exames e procedimentos, de forma complementar, nos estabelecimentos próprios do município e outros, dos serviços na rede básica de saúde e na rede de atenção especializada.	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br
12/2017	Realização de consultas médicas e terapias e exames e procedimentos, de forma complementar, nos estabelecimentos próprios do município e outros, dos serviços na rede básica de saúde e na rede de atenção especializada.	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br
13/2017	Realização de consultas médicas e terapias e exames e procedimentos, de forma complementar, nos estabelecimentos próprios do município e outros, dos serviços na rede básica de saúde e na rede de atenção especializada.	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br

## ANEXO ÚNICO

Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
14/2017	Realização de exames e procedimentos, de forma complementar, nos estabelecimentos próprios do município e outros, dos serviços na rede básica de saúde e na rede de atenção especializada.	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br
15/2017	Realização de exames e procedimentos, de forma complementar, nos estabelecimentos próprios do município e outros, dos serviços na rede básica de saúde e na rede de atenção especializada.	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br
16/2017	Prestação de serviços de saúde, atendimento médico em psiquiatria e terapia ocupacional para atendimento no centro de atenção psicossocial - caps	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br
17/2017	Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados para manutenção dos serviços de saúde - psf/unidade básica de saúde Tiradentes.	Ramiro Diego Staudinger	47-33578529	ramiro@ibirama.sc.gov.br
18/2017	Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados para manutenção dos serviços de saúde - psf/unidade básica de saúde Tiradentes.	Ramiro Diego Staudinger	47-33578529	ramiro@ibirama.sc.gov.br
19/2017	Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados para manutenção dos serviços de saúde - psf/unidade básica de saúde Tiradentes.	Ramiro Diego Staudinger	47-33578529	ramiro@ibirama.sc.gov.br

ANEXO ÚNICO				
Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
20/2017	Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados para manutenção dos serviços de saúde - psf/unidade básica de saúde Tiradentes.	Ramiro Diego Staudinger	47-33578529	ramiro@ibirama.sc.gov.br
21/2017	Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados para manutenção dos serviços de saúde - psf/unidade básica de saúde Tiradentes.	Ramiro Diego Staudinger	47-33578529	ramiro@ibirama.sc.gov.br
23/2017	Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados para manutenção dos serviços de saúde - psf/unidade básica de saúde Tiradentes.	Ramiro Diego Staudinger	47-33578529	ramiro@ibirama.sc.gov.br
24/2017	Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados para manutenção dos serviços de saúde - psf/unidade básica de saúde Tiradentes.	Ramiro Diego Staudinger	47-33578529	ramiro@ibirama.sc.gov.br
25/2017	Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados para manutenção dos serviços de saúde - psf/unidade básica de saúde Tiradentes.	Ramiro Diego Staudinger	47-33578529	ramiro@ibirama.sc.gov.br
26/2017	Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados para manutenção dos serviços de saúde - psf/unidade básica de saúde Tiradentes.	Ramiro Diego Staudinger	47-33578529	ramiro@ibirama.sc.gov.br
27/2017	Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados para manutenção dos serviços de saúde - psf/unidade básica de saúde Tiradentes.	Ramiro Diego Staudinger	47-33578529	ramiro@ibirama.sc.gov.br

ANEXO ÚNICO				
Nº do Contrato	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
28/2017	Aquisição de equipamentos e mobiliário destinados para manutenção dos serviços de saúde - psf/unidade básica de saúde Tiradentes.	Ramiro Diego Staudinger	47-33578529	ramiro@ibirama.sc.gov.br
29/2017	Aquisição de veículo novo destinado para manutenção dos serviços de saúde - psf/unidade básica de saúde Tiradentes.	Ramiro Diego Staudinger	47-33578529	ramiro@ibirama.sc.gov.br
30/2017	Realização de procedimentos de fisioterapia realizados em estabelecimento próprio do prestador obedecendo a critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br
05/2017	Execução da obra de construção de uma clinica de fisioterapia, com área de 112,31 m2, na área central deste município.	Cristiane Schattemberg	47-33578559	cris@ibirama.sc.gov.br

#### ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO				
Nº da Ata	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato

52, 53, 54, 55, 56.	Pneus e Câmaras de Ar	Rubens Fusinato	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
51	Kit Natalino	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
57, 58, 59	Merenda Escolar	Fabiana Radloff	47-33578510	
49, 50	Equipamentos de Informática	Ramiro Diego Staudinger	47-33578529	ramiro@ibirama.sc.gov.br
46, 47, 48	Ar Condicionado	Ramiro Diego Staudinger		
45	Recauchutagem de Pneus	Rubens Fusinato	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
35	Sêmen Bovino	Edson Bittencourt	47-33578515	sedema@ibirama.sc.gov.br
34	Cestas Básicas	Carla Renata Goedert Modinger		
36, 37, 38, 39, 40 41, 42, 43, 44	Materiais de Expediente	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
29, 30, 31, 32, 33	Materiais de Limpeza	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
24, 25, 26, 27, 28	Filtros, Óleo e Graxa	Rubens Fusinato	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
19	Marmitas	Rubens Fusinato	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
20, 21, 22	Gás e Água Mineral	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
17, 18	Recuperação de Pavimentação – Lajotas, Paralelepípedo e Passeio Público.	Marcondes Ullmann	47-33578561	marcondes@ibirama.sc.gov.br
16	Recuperação Pavimentação – Asfalto	Marcondes Ullmann	47-33578561	marcondes@ibirama.sc.gov.br
15	Madeira Serrada	Rubens Fusinato	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
14	Base Bica Corrida	Rubens Fusinato	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
08	Oxigênio Industrial	Rubens Fusinato	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
07	Pó de Brita, Areia Industrial, Pedra Rachão, Brita.	Rubens Fusinato	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br
09, 10	Viagens Intermunicipais	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
ANEXO ÚNICO				
Nº da Ata	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
06	Passagens Aéreas	Francisco Carlos Martins	47-33578558	franciscomartins@ibirama.sc.gov.br
01, 02, 03, 04, 05	Merenda Escolar	Fabiana Radloff	47-33578510	fabiana@ibirama.sc.gov.br

#### ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO ÚNICO				
Nº da Ata	Objeto	Servidor Responsável pela Fiscalização	Telefone para Contato	e-mail para contato
01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13	Medicamentos	Chislân Camargo de Andrade	47-33578613	farmácia@ibirama.sc.gov.br
14, 15, 16, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35.	Material Médico Hospitalar	Morgana Gnich	47-33578650	morgana@ibirama.sc.gov.br
17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26.	Medicamentos	Chislân Camargo de Andrade	47-33578613	farmácia@ibirama.sc.gov.br
36, 37	Pneus, Câmaras de Ar.	Rubens Fusinato	47-33578522	obras@ibirama.sc.gov.br

Ibirama, 25 de Outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 822**

Publicação Nº 1425595

Portaria nº822, de 26 de outubro de 2017.

"Exonera do Quadro de Pessoal  
por motivo de seu falecimento".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

**E X O N E R A R**

Art. 1º - A servidora Aposentada ANNITA REICH, sob a matrícula nº 4537-1, ocupante do cargo de PROFESSORA, do Quadro de Pessoal Aposentado da Prefeitura Municipal, devido a seu falecimento ocorrido no dia 14 de outubro de 2017, conforme Certidão de Óbito nº 107300 01 55 2017 4 00019 063 0007618 38.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 26 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 823**

Publicação Nº 1425596

Portaria nº 823, de 26 de outubro de 2017.

"Altera redação da Portaria nº 282,  
de 17 de março de 2014".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o Concurso Público nº 001/2017, e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

**A L T E R A R**

Art. 1º - A redação da Portaria nº 282, de 17 de março de 2014, a qual nomeou o servidor JOSEMAR TESTONI, sob a matrícula nº 36382-3, do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, para o qual foi nomeado através do Concurso Público nº 001/2013, considerando que o servidor prestou novo Concurso Público, sob o nº 001/2017, o qual foi aprovado para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS (Trator de Esteiras, Escavadeira Hidráulica e Motoniveladora), com direito a gratificação de produtividade prevista no item 1, do anexo I, da Lei nº 2.707, de 09 de fevereiro de 2010, ficando inalteradas as demais informações.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 26 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 824**

Publicação Nº 1425597

Portaria nº 824, de 30 de outubro de 2017.

"Prorroga Licença Prêmio".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

**P R O R R O G A R**

Art. 1º - A Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 13/02/2007 a 13/02/2012, do(a) servidor(a) MARI-LEUSA CIMARDI MULLER, sob a matrícula nº 10138-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença será prorrogada pelo prazo de 90 (noventa) dias, a pedido do(a) servidor(a), a partir de 30 de outubro de 2017, até 27 de fevereiro de 2018, devendo retornar aos trabalhos no dia 28 de fevereiro de 2018, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 30 de outubro de 2017.  
Adriano Poffo  
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 825**

Publicação Nº 1425599

Portaria nº 825, de 31 de outubro de 2017.  
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.  
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) MIRIAN AMARAL, matrícula nº 311081-00, ocupante do cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo de 05/01/2016 a 04/01/2017, para serem gozadas no período de 29/11/2017 a 08/12/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 09/12/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 826**

Publicação Nº 1425601

Portaria nº 826, de 31 de outubro de 2017.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) CARINA SUELEN STREY, matrícula nº 36277-05, ocupante do cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, relativas ao período aquisitivo de 14/06/2016 a 13/06/2017, para serem gozadas no período de 06/11/2017 a 15/11/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 16/11/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 827**

Publicação Nº 1425602

Portaria nº 827, de 31 de outubro de 2017.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) DANIEL SERSCHON, matrícula nº 5827-02, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, relativas ao período aquisitivo de 03/07/2015 a 02/07/2016, para serem gozadas no período de 06/11/2017 a 20/11/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 21/11/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 828**

Publicação Nº 1425603

Portaria nº 828, de 31 de outubro de 2017.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - JOSIE CAMILA BARBI, sob a matrícula nº 28703-1, ocupante do emprego público de PSICÓLOGO - CLT, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da portaria nº 190 de 01 de março de 2010.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## **PORTARIA Nº 829**

Publicação Nº 1425604

Portaria nº 829, de 31 de outubro de 2017.

“Exonera a pedido do Quadro de Pessoal”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

EXONERAR A PEDIDO,

Art. 1º - CAMILA SAFFIER, sob a matrícula nº 621897-2, do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL, Nível DAS-4, vinculado(a) à Secretaria de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Ibirama, para o(a) qual foi nomeado(a) através da Portaria nº 074, de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 830

Publicação Nº 1425605

Portaria nº 830, de 31 de outubro de 2017.

“Desconto de horas inativas”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

### RESOLVE

Art. 1º - Descontar dos servidores municipais abaixo relacionados, horas inativas em função de faltas não justificadas, conforme relação anexa.

NOME	CARGO	HORAS INATIVAS
Andrieti Simas	Servente/Merendeira	06h00min
Angela Elena Zibell	Servente/Merendeira	38h00min
Christian James Henschel	Professor	04h00min
Elizete Prazer de Anhaia	Servente/Merendeira	32h00min
Julio Duarte	Servente/Merendeira	01h00min
Karine Tais de Oliveira	Servente/Merendeira	24h00min
Mirian Nikel	Professor	16h00min
Rafaella L. P. Avancini	Professor	04h00min
Rodrigo da Rosa	Professor	04h00min
Rosvita Zanella	Servente/Merendeira	32h00min
Sonia Maria Leandro	Servente/Merendeira	05h00min

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 831

Publicação Nº 1425606

Portaria nº 831, de 31 de outubro de 2017.

“Desconto de horas inativas referente ao ponto eletrônico”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

### RESOLVE

Art. 1º - Descontar dos servidores municipais abaixo relacionados, horas inativas em função de falta(s) sem justificativa(s), conforme relatório do cartão ponto do período de agosto/setembro de 2017.

NOME	CARGO	HORAS INATIVAS
Alisson Verissimo Oliveira Lopes	Odontólogo	03h07min
Cibelle B. Moraes Zandonai	Fonoaudiólogo	04h53min
Clarice Pimenta	Servente/Merendeira	01h15min
Daiana Zanella	Agente Administrativo	09h50min
Elisana Pinto Gramkow	Técnico em Enfermagem	08h41min
Enedina da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	08h00min
Fabiana Regina Radloff	Nutricionista	05h28min
Graciela de Oliveira Alves	Psicólogo	02h10min
Janete Eskelsen	Técnico em Enfermagem	07h38min
Joelma Amaral	Servente/Merendeira	04h03min
Josimara Fernanda Olsson	Auxiliar Odontológico	01h31min
Luciane Estevo	Técnico em Enfermagem	01h23min
Marco Aurelio Follador	Médico	06h32min
Maria Aurea Bragança dos Santos	Odontólogo	01h11min
Mariana Zumblick	Odontólogo	14h27min
Michelle Riane K. H. Bitten-court	Odontólogo	01h51min
Nicole Correa	Gerente	04h10min
Orlando Almeida Reginatto	Odontólogo	09h40min
Roseli Maria Lucas	Auxiliar Odontológico	08h14min
Suely Sandra Silva	Professor	08h05min

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

## PORTARIA Nº 832

Publicação Nº 1425607

Portaria nº 832, de 31 de outubro de 2017.

“Altera Carga Horária”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 110. inciso II, alínea “b”, c/c a Lei Complementar nº 21, de 04 de dezembro de 2001, c/c a Lei Complementar nº 033, de 26 de agosto de 2003.

### RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária, do(a) servidor(a) CINTIA CARLA GONÇALVES HAAS MULLER, sob a matrícula nº 555185-1, ocupante do cargo de PROFESSOR(A) - ACT vinculado(a) à Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 2.427,44 (dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais, quarenta e quatro centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

### PORTARIA Nº 833

Publicação Nº 1425608

Portaria nº 833, de 31 de outubro de 2017.

“Altera Carga Horária”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 110. inciso II, alínea “b”, c/c a Lei Complementar nº 21, de 04 de dezembro de 2001, c/c a Lei Complementar

nº 033, de 26 de agosto de 2003.

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária, do(a) servidor(a) KELLIN PETERSEN, sob a matrícula nº 35661-5, ocupante do cargo de PROFESSOR(A) - ACT vinculado(a) à Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 2.427,44 (dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais, quarenta e quatro centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

### PORTARIA Nº 834

Publicação Nº 1425610

Portaria nº 834, de 31 de outubro de 2017.

“Promoção por Antiguidade”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 59º, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários, a evolução funcional dos servidores e a reorganização do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama,

RESOLVE

Art. 1º - Fica promovido pelo critério de antiguidade, conforme prevê o Artigo 13º, inciso I, da Lei Complementar nº 064, de 11 de dezembro de 2007, o servidor abaixo relacionado, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, passando da referência salarial, conforme abaixo discriminado, com os vencimentos previstos em Lei.

Mat.	N o m e	Nível	Ref. Anterior	Ref. Proposto
30180-1	Moacir Hajek	VII	A-01	A-02

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 835**

Publicação Nº 1425612

Portaria nº 835, de 31 de outubro de 2017.

“Concede Licença Prêmio”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

**CONCEDER**

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 01/02/2017, a pedido do(a) servidor(a) FABIANI TENFEN SOBERANSKI, sob a matrícula nº 3227-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 01 de novembro de 2017 a 30 de novembro de 2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 01 de dezembro de 2017, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 836**

Publicação Nº 1425613

Portaria nº 836, de 31 de outubro de 2017.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) BENISIO PETERS, matrícula nº 27863-01, ocupante do cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, relativas ao período aquisitivo de 16/11/2015 a 15/11/2016, para serem gozadas no período de 06/11/2017 a 20/11/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 21/11/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 837**

Publicação Nº 1425614

Portaria nº 837, de 31 de outubro de 2017.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) efetivo(a) PEDRO HENRIQUE SCHATZ BENINCA, matrícula nº 23264-03, ocupante do cargo de FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA, relativas ao período aquisitivo de 09/04/2016 a 08/04/2017, para serem gozadas no período de 04/12/2017 a 18/12/2017, devendo retornar aos trabalhos no dia 19/12/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 838**

Publicação Nº 1425616

Portaria nº 838, de 31 de outubro de 2017.

“Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) RAFAEL AUGUSTO ESKELSEN, sob a matrícula nº 11410-8, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, vinculado(a) a Secretaria de Assistência Social e Habitação, portador(a) da CNH na categoria AB, com validade até 21/11/2021, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEICULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

**PORTARIA Nº 839**

Publicação Nº 1425620

Portaria nº 839, de 31 de outubro de 2017.

"Relação de Atestados Médicos".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1º - Aos funcionários Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestados médicos apresentados.

Nº	N o m e	Período do Atestado	Função	Secretaria	Dia (s)
01	Adenir Vicente Santana	16/10/17 a 30/10/17	Servente de Obras e Serviços	Obras	15
02	Aginaldo Luis Bona	21/09/2017	Agente Administrativo	Adm.	01
03	Albertina da Silva	20/09/2017	Auxiliar Administrativo	Sedema	½
04	Aline Cristina de Santanna	05/09/17 a 07/09/17	Professor	Educação	03
05	Aline Gonçalves	13/09/2017	Professor	Educação	01
06	Aline Gonçalves	05/10/2017	Professor	Educação	01
07	Almerina Maba	18/10/17 a 20/10/17	Professor	Educação	03
08	Alvarita Moretto	10/09/17 a 11/09/17	Técnico em Enfermagem	Saúde	02
09	Anair Burg	21/09/2017	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	01
10	Andréia da Silva	28/09/17 a 29/09/17	Técnico em Enfermagem	Saúde	02
11	Andreia Voigt Duwe	15/09/2017	Técnico em Enfermagem	Saúde	½
12	Andreia Voigt Duwe	28/09/2017	Técnico em Enfermagem	Saúde	½
13	Andreia Voigt Duwe	11/10/2017	Técnico em Enfermagem	Saúde	01
14	Andreia Voigt Duwe	17/10/17 a 18/10/17	Técnico em Enfermagem	Saúde	02
15	Andrieti Simas	02/10/2017	Servente/Merendeiro	Educação	01
16	Angela Carla Baucelli	25/09/17 a 26/09/17	Professor	Educação	02
17	Angela Maria Silva	17/10/2017	Servente/Merendeira	Educação	01
18	Arnaldo Fuhrmann	06/10/2017	Professor	Educação	½
19	Betina Serschon	15/09/2017	Agente Administrativo	Saúde	½
20	Betina Serschon	09/10/2017	Agente Administrativo	Saúde	½
21	Betina Serschon	17/10/17 a 24/10/17	Agente Administrativo	Saúde	08
22	Carla R. G. Modinger	14/09/17 a 15/09/17	Agente Administrativo	Ass. Social	02
23	Catia Morgana Strey	10/10/17 a 11/10/17	Servente/Merendeira	Educação	02
24	Celenita Ana Bozzeto	02/10/17 a 03/10/17	Servente/Merendeira	Educação	02
25	Cibelle B. M. Zandonai	19/09/2017	Fonoaudiólogo	Saúde	01
26	Daniel Meirelles Morand	06/09/2017	Professor	Educação	01
27	Dilma Cardoso	05/10/17 a 09/10/17	Servente/Merendeira	Educação	05
28	Eliane Schroeder	05/09/17 a 14/09/17	Servente/Merendeira	Educação	10
29	Elizete Prazer de Anhaia	26/09/2017	Servente/Merendeira	Educação	01
30	Enedina da Silva	15/09/2017	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	½
31	Etaiane R. T. Eyerkauser	16/10/2017	Agente Administrativo	Educação	½
32	Fabiana Cristóvão da Silva	19/10/2017	Auxiliar Odontológico	Saúde	01
33	Fabiola Voss	16/10/17 a 18/10/17	Professor	Educação	03
34	Fernanda Cristina Lach	20/09/2017	Professor	Educação	01
35	Francisco Carlos Martins	04/10/2017	Diretor de Departamento	Adm.	01
36	Heitor Koprowski	03/10/2017	Fiscal de Tributos	Adm.	½
37	Isileia Estevão	04/10/2017	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	01
38	Isileia Estevão	10/10/2017	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	01
39	Ivone Tibes Carlin	19/09/2017	Servente/Merendeira	Saúde	01
40	Ivone Tibes Carlin	27/09/2017	Servente/Merendeira	Saúde	½
41	Jaqueline Josiane Coelho	16/10/17 a 20/10/17	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	05
42	Josie Camila Barbi	13/09/2017	Psicólogo	Saúde	½
43	Josie Camila Barbi	22/09/2017	Psicólogo	Saúde	01
44	Josie Camila Barbi	11/10/2017	Psicólogo	Saúde	½
45	Josie Camila Barbi	20/10/2017	Psicólogo	Saúde	½
46	Karine Tais de Oliveira	28/09/17 a 29/09/17	Servente/Merendeira	Educação	02
47	Lilian Elizabeth Martins	25/09/2017	Diretor de Departamento	Saúde	½
48	Luciana Gonçalves	02/10/17 a 04/10/17	Servente/Merendeira	Educação	03
49	Luciana Gonçalves	05/10/2017	Servente/Merendeira	Educação	½

50	Luciane Costa	16/10/17 a 19/10/17	Servente/Merendeira	Educação	04
51	Lucineide Debroski Howe	06/10/2017	Professor	Educação	01
52	Lucineide Debroski Howe	18/10/17 a 19/10/17	Professor	Educação	02
53	Magaly H. Arns	05/09/2017	Professor	Educação	½
54	Magaly H. Arns	25/09/2017	Professor	Educação	01
55	Mara Rubia Kroger Garcia	19/10/2017	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	½
56	Marcia Cristina Ferreira	10/10/2017	Odontólogo	Saúde	01
57	Marciana Kleinschmidt	19/09/17 a 21/09/17	Professor	Educação	03
58	Margarete Olimpia Felippi	20/09/2017	Psicólogo	Saúde	01
59	Maristela Diogo	14/09/17 a 15/09/17	Servente/Merendeira	Educação	02
60	Maristela Diogo	18/09/17 a 19/09/17	Servente/Merendeira	Educação	02
61	Michele Damásio Mota	04/10/17 a 05/10/17	Telefonista/Recepcionista	Saúde	02
62	Michelle R. K. H. Bittencourt	02/10/2017	Odontólogo	Saúde	01
63	Naiara Roeder	26/09/2017	Servente/Merendeira	Educação	01
64	Natalício D. dos Reis	20/09/2017	Operador de Veículos	Ass. Social	01
65	Nislene R. Schulz	06/10/2017	Servente/Merendeira	Educação	½
66	Nislene R. Schulz	11/10/2017	Servente/Merendeira	Educação	01
67	Paloma Severino	03/10/2017	Auxiliar Odontológico	Saúde	½
68	Patrícia Carvalho Fossa	04/10/2017	Agente Administrativo	Sedema	01
69	Priscila dos S. Patrocínio	14/09/2017	Diretor de Departamento	Ass. social	01
70	Ramiro Diego Staundinger	06/10/2017	Agente Administrativo	Adm.	01
71	Regiane da Cunha	02/10/17 a 15/10/17	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	14
72	Rosa Maria Beltramini	10/10/2017	Servente/Merendeira	Adm.	01
73	Rosangela Zeferino Soares	25/09/17 a 27/09/17	Servente/Merendeira	Educação	03
74	Sergio da Silva	16/10/2017	Servente de Obras e Serviços	Obras	01
75	Silvana Galdino da Silva	27/09/17 a 29/09/17	Médico	Saúde	03
76	Silvana Galdino da Silva	11/10/2017	Médico	Saúde	01
77	Silvana Galdino da Silva	18/10/2017	Médico	Saúde	01
78	Silvana Gonçalves Franz	02/10/17 a 04/10/17	Professor	Educação	03
79	Silvia Heidrich	19/09/17 a 20/09/17	Servente/Merendeira	Educação	02
80	Silvia Heidrich	21/09/17 a 30/09/17	Servente/Merendeira	Educação	10
81	Sueli Sandra Silva	28/09/2017	Professor	Educação	½
82	Talita Luana Schlup	19/09/17 a 21/09/17	Professor	Educação	03
83	Thais Pitol da Silva	11/09/2017	Professor	Educação	01
84	Thais Pitol da Silva	22/09/2017	Professor	Educação	½
85	Thais Pitol da Silva	06/09/2017	Professor	Educação	01
86	Vilma Severino	03/10/2017	Servente/Merendeira	Saúde	½
87	Viviana Jacinto de Lima	05/10/2017	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	01
88	Viviana Jacinto de Lima	19/10/2017	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	01
89	Vivina Koepsel Bambinetti	27/09/2017	Diretor de Departamento	Saúde	01
90	Total Geral				172

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 31 de outubro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.



# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 068 - 2017 MUL - PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1426854

PROCESSO Nº. 534/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/2017 – MUL FUNDO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJE-TO	REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CADASTRO RESERVA DOS CARGOS PARA A PREFEITURA E OS FUNDOS MUNICÍPAIS, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 29/11/2017 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 29/11/2017 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site <a href="http://www.ilhota.sc.gov.br">www.ilhota.sc.gov.br</a> e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br">licitacao3@ilhota.sc.gov.br</a> - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826. Horário de Expediente da Prefeitura: Até 29/09 o horário de expediente é 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 e após das 07:00h às 13:00h.	

ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 14 de Novembro de 2017.

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 069 - 2017 FMS - SRP - MAN. SERV. ODONT. COM MATERIAIS

Publicação Nº 1425900

PROCESSO Nº. 540/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2017 – FMS REGISTRO DE PREÇO Fundo Municipal de Saúde	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - POR ITEM
OBJE-TO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ILHOTA/SC, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 28/11/17 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 28/11/17 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e subsidiariamente as Leis Complementares Nº. 123/2006 e Nº. 147/2014 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

#### MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 07h às 13h

ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 13 de novembro de 2017.

### AVISO DE REVOGAÇÃO RP 2017-013 - MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EQUIPAMENTOS SAÚDE

Publicação Nº 1425400

#### AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ilhota informa que o Processo Licitatório nº 163/2017, na modalidade Registro de Preço nº 013/2017 FMS, tipo menor por lote, foi revogado com base no art. 49 da Lei 8.666/93 e justificativa fundamentada no processo. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecida junto ao setor de Licitações na Prefeitura Municipal de Ilhota, rua Modesto Vargas, nº 160, Centro – Ilhota.

Ilhota, 13 de novembro de 2017.

DIOGO WERNER  
Secretário de Administração



# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO N° 083

Publicação N° 1426864

DECRETO N°. 83 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DECRETA LUTO OFICIAL.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito do Município de Imaruí-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

CONSIDERANDO o fatídico passamento do Senhor JOSÉ VIEIRA, ocorrido neste dia 13 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO que o ilustre extinto teve atuação destacada na área social, tendo sido um dos Fundadores e Maestro da Banda Municipal Unidos de Imaruí; e

CONSIDERANDO sua destacada atuação na construção da juventude deste Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial, por três dias, em todo o território do Município, em sinal de pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ VIERIA, ocorrido em 13 de novembro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 13 de novembro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

# Imbituba

## PREFEITURA

### PORTARIA PMI/SEAD N° 742/2017

Publicação N° 1425888

PORTARIA PMI/SEAD N° 742, de 10 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, admitido em 28 de agosto de 2017, através da PORTARIA PMI/SEAD N° 620/2017, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Dalvânio João Borges	Professor – II 20h	018.644.379-01	01/11/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 10 de novembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

# Imbuia

## PREFEITURA

### EDITAL 12/2017 FMS

Publicação N° 1426815

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IMBUÍIA

Divisão de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2017.

Tipo "Menor Preço" (ITEM), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais Aquisições parceladas de materiais hospitalares/laboratoriais, para o fundo municipal de Saúde do Município de Imbuia, conforme o Edital de Licitação n.º 12/2017. LEGISLAÇÃO: Lei n.º10.520/02, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Bernardino de Andrade, nº 86, Imbuia/SC, às 07h30min, de 28/11/2017. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (47) 3557-2419. Em 14/11/2017. AMILTON MACHADO – PREFEITO EM EXECÍCIO.

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 935/17

Publicação Nº 1425716

. DECRETO Nº 935/17

. De 13 de novembro de 2017

HOMOLOGA EDITAL E CLASSIFICAÇÃO FINAL DE REMOÇÃO SERVIDORES EFETIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 105/10 e Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica homologado o Edital e a classificação final de Remoção SED 001/2017, dos servidores efetivos lotados na Secretaria de Educação do Município de Indaial, conforme Anexo I e Anexo II, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 13 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

#### ANEXO I

##### EDITAL DE REMOÇÃO SED 001/2017

Dispõe sobre o processo de Remoção dos Servidores Efetivos lotados na Secretaria de Educação do Município de Indaial.

O Município de Indaial, através da Secretaria de Educação, em conformidade com a Lei Complementar Municipal Nº 113/2011, torna público as inscrições e apresenta critérios para Remoção dos Servidores Efetivos, lotados junto à Secretaria de Educação de Indaial.

##### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 Processo de remoção é a movimentação dos profissionais da educação de uma para outra instituição educacional na rede municipal de ensino, sem que se modifique sua situação funcional.

1.2 Será disponibilizado para remoção vagas decorrentes de aposentadoria, falecimento, exoneração e da ampliação do número de turmas. Os cargos de lotação que surgirem na data da escolha de vagas, devido à movimentação dos servidores, serão disponibilizados imediatamente no decorrer do concurso de remoção.

1.3 A remoção por escolha de vagas excedentes antecederá a remoção por permuta.

1.4 O profissional inscrito que não conseguir a remoção almejada permanecerá com a lotação original.

##### 2. INSCRIÇÕES PARA REMOÇÃO:

2.1 Os servidores do Quadro Efetivo da Secretaria de Educação de Indaial (Orientadores Educacionais, Supervisores Escolares, Pedagogos, Professores, Secretários Escolares, Auxiliares de Creche e Agentes Educacionais) interessados na remoção, deverão efetuar sua inscrição de 23 de outubro a 1 de novembro de 2017, na Escola ou na Unidade de Educação Infantil onde trabalham, apresentando o requerimento padrão devidamente preenchido e assinado.

##### 3. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO	DESEMPATE
1-Tempo de Serviço	1 ponto por mês de efetivo exercício na Secretaria de Educação, considerando-se a fração de 15 (quinze) dias ou mais, como 1 (um) mês. O tempo de serviço será contado até 31 de outubro de 2017.	2 - Maior Escolaridade 3 - Maior Idade

##### 4. DA PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOS:

4.1- A classificação dos profissionais inscritos será exposta no dia 8 de novembro de 2017 na Secretaria de Educação de Indaial e no site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

##### 5. DO RECURSO:

5.1 - O candidato poderá recorrer do resultado da classificação, através de requerimento devidamente fundamentado protocolado na Secretaria de Educação nos dias 9 e 10 de novembro 2017.

#### 6. DA ESCOLHA DE VAGAS:

6.1 Para a escolha das vagas será respeitada a classificação homologada no dia 13 de novembro de 2017.

6.2 O funcionário que não comparecer no horário marcado para a escolha de vagas perderá a vez para os subsequentes da lista de classificação, até o momento em que se fizer presente.

6.3 Os efeitos legais da Escolha de Vagas para Remoção entrarão em vigência a partir do início do ano letivo de 2018.

#### 7. CRONOGRAMA PARA ESCOLHA DE VAGAS:

7.1 – Conforme cronograma de escolha, os funcionários inscritos para remoção chegarão mais tarde ou sairão mais cedo da Instituição Educacional, de modo a ausentar-se apenas no horário agendado para escolha de vaga.

CARGO	DATA	HORÁRIO
Professores de Disciplinas Específicas	Ensino Religioso	27/11/2017
	Professores de Informática Pedagógica	27/11/2017
	Artes	27/11/2017
	Inglês	27/11/2017
	História	27/11/2017
	Ciências	27/11/2017
	Geografia	27/11/2017
	Português	27/11/2017
	Matemática	27/11/2017
	Educação Física	27/11/2017
Professores de Educação Infantil	28/11/2017	8h
Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	28/11/2017	10horas
Supervisoras Escolares, Orientadores Educacionais e Pedagogos	28/11/2017	13horas
Secretários Escolares	28/11/2017	13h30min
Agentes Educacionais	28/11/2017	14h
Auxiliares de Creche	28/11/2017	14h30min

#### 8. DA REMOÇÃO POR PERMUTA:

8.1–Na remoção por permuta, prevista no parágrafo 3º do artigo 104 da Lei Complementar Municipal Nº 113/2011, serão observadas as seguintes condições:

§ Requerimentos em duas vias contendo local, turno(s), turma(s) ou aulas dadas na disciplina de lotação atual e da lotação por permuta de ambos os interessados, a ser entregue na Secretaria de Educação até o dia 1 de dezembro de 2017;

§ A carga horária a ser permutada poderá ser fracionada (10, 20, 30 ou 40 das 40 horas semanais, por exemplo), porém, não será permitido ao professor vincular um mesmo turno de trabalho com mais de uma pessoa;

§ O processo de permuta não será desfeito no decorrer do ano letivo, nem automaticamente ao final do ano letivo, pois a permuta caracteriza troca de lotação a pedido do professor;

§ Análise e deferimento da Secretaria de Educação;

#### 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1- A inscrição do servidor no concurso de remoção implicará o conhecimento e a aceitação tácita das disposições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

Ozinil Martins de Souza  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Indaial, 16 de outubro de 2017.

REQUERIMENTO PARA REMOÇÃO 2017

Ilmo. Secretário de Educação de Indaial - SC

\_\_\_\_\_, servidor (a) público municipal, data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, ocupante do cargo efetivo de \_\_\_\_\_, lotado na \_\_\_\_\_, vem mui respeitosamente requerer Inscrição para Remoção de Profissionais Efetivos da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o artigo 104 da Lei Complementar Municipal Nº113/2011 e de acordo com as condições e critérios expressos no Edital de Remoção SED 001/2017:

Nestes termos, pede deferimento.

Indaial, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do (a) servidor(a)

PONTUAÇÃO (Campo de preenchimento da SED)

CRITÉRIO	MESES	PONTUAÇÃO
Tempo de Serviço		

#### REQUERIMENTO PARA PERMUTA 2017

Ilmo. Secretário de Educação de Indaial - SC

\_\_\_\_\_, ocupante do cargo efetivo de \_\_\_\_\_, carga horária \_\_\_\_ semanais, com lotação no turno matutino na Unidade Escolar \_\_\_\_\_ e no turno vespertino na Unidade Escolar \_\_\_\_\_, solicito remoção por permuta com o (a) professor(a) \_\_\_\_\_, lotado(a) no turno matutino na Unidade Escolar \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e no turno vespertino na Unidade Escolar \_\_\_\_\_, conforme parágrafo 3º do artigo 104 da Lei Complementar Municipal Nº 113/2011.

Estou ciente de que, conforme o item 8 do Edital de Remoção 001/2017, na remoção por permuta serão observadas as seguintes condições:  
§ Requerimentos de ambos os interessados em duas vias contendo local, turno(s), turma(s) ou aulas dadas na disciplina de lotação atual e da lotação por permuta, a ser entregue na Secretaria de Educação até o dia 1 de dezembro de 2017.

§ A carga horária a ser permutada poderá ser fracionada (10, 20, 30 ou 40 das 40 horas semanais, por exemplo), porém, não será permitido ao professor vincular um mesmo turno de trabalho com mais de uma pessoa;

§ Análise e deferimento da Secretaria de Educação.

Nestes termos, peço deferimento.

Indaial, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Requerente

#### ANEXO II

#### CLASSIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INSCRITOS PARA REMOÇÃO

#### EDITAL SED 001/2017

#### DISCIPLINAS ESPECÍFICAS

#### PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO – Escolha de vagas para remoção – 27/11/2017 – 13horas

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
-------	-------------------------	-----------

#### PROFESSOR DE INFORMÁTICA – Escolha de vagas para remoção – 27/11/2017 – 13h15min

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	DÉBORA MABEL CRISTIANO	93
2.	MARCIANO SCHEITZ	74

#### PROFESSOR DE ARTES – Escolha de vagas para remoção – 27/11/2017 – 13h30min

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	LIDIANE APARECIDA SABINO	116
2.	TAYLA BRANCO GESSER	32
3.	DEBORA CARLINI REINECKE	21
4.	DEBORA CORREA DE SOUZA SANTOS NESPOLO	9



## PROFESSOR DE INGLÊS – Escolha de vagas para remoção – 27/11/2017 – 14horas

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	MAITÊ MELISSA KLOCK	117

## PROFESSOR DE HISTÓRIA – Escolha de vagas para remoção – 27/11/2017 – 14h30min

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	itamar dellani	165
2.	suely vehmuth	117
3.	neide de fátima vargas	117
4.	valdemar julio jacomeli	76
5.	gláucia franco schramm	45
6.	patricia rachadel manzke	9

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS – Escolha de vagas para remoção – 27/11/2017 – 15horas

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA – Escolha de vagas para remoção – 27/11/2017 – 15h30min

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	MARTHIAL ALEXANDRE MELLO	117

## PROFESSOR DE PORTUGUÊS – Escolha de vagas para remoção – 27/11/2017 – 16horas

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	rodrigo uliano	117
2.	denise alves	45

## PROFESSOR DE MATEMÁTICA – Escolha de vagas para remoção – 27/11/2017 – 16h30min

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	LEONORA RUDIGER	157
2.	ANA MARIA WOLECK	153
3.	ROSE MARY ANACLETO	151
4.	MARIA ZENILDA DA LUZ	45
5.	VILSON REBLIN	33

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – Escolha de vagas para remoção – 27/11/2017 – 17horas

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	claudio rubino krutzmann	295
2.	ana paula fonseca alkimin assis	150
3.	BRUNA DEODONA FERRARI	93
4.	MARIA ANGELICA BLOCK	45
5.	DIEGO FRANCISCO CATÃO	45
6.	MARIA APARECIDA MACHADO KRAUSS	43
7.	JOACIR TASCHNER	33
8.	ELIZANDRA COLPANI DE OLIVEIRA	33
9.	DANIELA CRISTINA FINK	22
10.	MARCELO LABES	21
11.	KELLY TICIANA SCHUMANN	9
12.	TAIS FABIANE SCHROEDER EVALD	9

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Escolha de vagas para remoção 28/11/2017 – 8horas

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	DEIZE ALEXANDRA BASTOS	259
2.	ANDREA DE SOUZA	118
3.	SILVIA REGINA DA SILVA	118
4.	VIVIANE AGOSTINI	108
5.	ANDRESSA TAIS DOS SANTOS	89
6.	LUCIA DE FATIMA RODRIGUES DA SILVA	87
7.	ANGELA MARIA KLEMMANN	78
8.	MARINEZ SCHIMIT DE LIMA MARQUES	69
9.	ALMELINDA SCHOVINDEN	69
10.	MARIA GLÓRIA MACHADO NETA RIBEIRO	46
11.	JANE MARY MACEDO	46
12.	CAMILA KLUG OLIVEIRA	46
13.	ANGELA MULLER CAMARGO	46
14.	rafaella pocrivieski schaffer	46
15.	LETÍCIA CONCEIÇÃO MENSOR	46
16.	ROSANI HACKBARTH	45
17.	MARIA BERNADETE MARQUES DA SILVA	45
18.	SALETE ARMIDES CHIARELLO CORREA	45
19.	SANDRA REGINA DA SILVA SCHULZ	45
20.	SOLANGE A. S. PELISSARI	45
21.	CLAUDIA FATIMA BARTZEN PORTO	45
22.	debora sampaio galdino pereira	45
23.	PATRICIA VALERIA BRANCHER	34
24.	eliane lerner	34
25.	vanessa regina de oliveira	34
26.	SIMONE PARASKI STOLF	33
27.	FABIANA RAQUEL GAULKE	33
28.	FERNANDA DO NASCIMENTO	33
29.	SILVANE KUREK BAIL	33
30.	charlene novaes kienen	21
31.	vivian medeiros da silva	21
32.	JOSIANE APARECIDA MATTOS	21
33.	CINTIA SCHMITT KREUTZFELDT	21
34.	JOCIMARI ADRIANO RIBEIRO ZAGER	21
35.	CRISTIANE QUINTINO DE FARIAS	21
36.	CHRISTIANA SUCHARA ZUCHI	9
37.	DAIANA OLIANI FELIPPE	9

## PROFESSOR ANOS INICIAIS – Escolha de vagas para remoção 28/11/2017 – 10horas

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	SUSANA RODRIGUES BOZAN	356
2.	CELINE POLTRONIERI DE OLIVEIRA	344
3.	RUBIA WALDIRENE SPECK LOES	341
4.	LEILA TAFNER MAMMES	285
5.	SONYA SANTA MARIA	266
6.	NEIDE NOLLI FUCK	261
7.	IZABEL MENGARDA	260
8.	MARLIZE TRAEBERT	260
9.	THICIANA POLTRONIERI NOCETTI	248
10.	ANDREIA MARIA KRUEGER TOMELIN	45

11.	NILZA STEFFEN	9
12.	JULIANA LENZI	9
13.	ELAINE CHRITINA REBOUÇAS DE ARAUJO	9
14.	KELLY CRISTINA NERI	9
15.	SABRINA ISAURA CARLINI	9
16.	JOICE MARIANA WITHOEFT	9
17.	JANETE PANDINI	6
18.	JOELMA DEMONTI TISO	3
19.	HELENA LERNER	3

## ORIENTADOR E PEDAGOGO – Escolha de vaga para remoção – 28/11/2017 – 13horas

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	ANELISE FEUSER	117
2.	DANIELA ABRÃO GAUER	101
3.	SILMARA KLEMMANN	33
4.	FABIANA BARTZEN	33
5.	ADRIANA FERRAREIS EBERTZ	33
6.	MARIZE GRUBNER	33
7.	LARISSA TATIANA DA VEIGA SILVA	33
8.	ODAIR JOSE ZAGER	9
9.	ALVARO LUCIO OLIVEIRA SOARES	9

## SECRETÁRIO ESCOLAR – Escolha de vaga para remoção – 28/11/2017 – 13h30min

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	JÉSSICA NATHASCHA PRADA	33

## AGENTES EDUCACIONAIS – Escolha de vagas para remoção: 28/11/2017 – 14 horas

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	PONTUAÇÃO
1.	ELIANE GONÇALVES DO ROZARIO	101
2.	ELZA DA SILVA	98

## AUXILIARES DE CRECHE – Escolha de Vagas para remoção: 28/11/2017 – 14h30min

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	DEBORA DAIANE MARTIM KLING	166
2.	DANIELE GRACIANO	151
3.	ALAIDES TROMBELLI	137
4.	IZALENE ZANLUCA KOPSCH	118
5.	FABIANA BARRETO	116
6.	CLEISIMARA GUILANDE	93
7.	CLEOMILDA FRANKE DA SILVA	92
8.	CELMA APARECIDA VIEIRA PACO	92
9.	MARILIN RODRIGUES DA ROSA MAFRA	91
10.	MARISA LEAL KAMMER	70
11.	ADELINA C. DE SOUZA LEONEL DOS SANTOS	70
12.	NILZA ANTONIO MAFRA CUNHA	68
13.	IARA A. DOS SANTOS BRESSANINI	68
14.	RAMONA FERNANDES GOMES KISNER	67
15.	IONE LEA PEREIRA KLEIN	67
16.	SILVIA CILENE P. SILVA	66
17.	MÔNICA PATRICIA SANCHEZ AIRES	66
18.	KARINE GUARDA	64
19.	JILMARA SILVA GOMES JANÚRIO ANTUNES	55

20.	HELUZIA AP. ANACLETO BUTTNER	55
21.	SIMONI S. DOS SANTOS	55
22.	SAMARA REGINA SCHWARZ	55
23.	SIRLEI MARAFIGO	50
24.	GISELE GRABNER	33
25.	CHARLENE PEREIRA THONERN	33
26.	PHATRICIA CORREA DE SOUZA SANTOS	33
27.	KERLY BIA MAYER	33
28.	VIVIANA DA SILVA	33
29.	ANDRESSA JAQUELINE FELIPPE	33
30.	ROBERTA REGINA COELHO LOPES	33
31.	TATIANE TONIAL STAROSCKY	33
32.	LUCILENE VANDERLINDE DA CONCEIÇÃO	33
33.	GABRIELLE DE PAULA SILVA DE SOUZA	33
34.	SUELLEN GEBHARDT	29
35.	LIGIA CRISTIANI MICHELS MORBACH	28
36.	CAMILA DO AMARAL	21
37.	DAIANE PAULINE ESPINDOLA	20
38.	TATIANE S. MACHADO	20
39.	FRANCIELE CRISTINA CAETANO	20
40.	CLEICIELI APARECIDA ERMONGE	19
41.	DEIZE CRISTINA LOCH	19
42.	LUANA NAISA DA SILVA	18
43.	JODECIA LUIZ	17

Indaial, 13 de novembro de 2017.

Ozinil Martins de Souza  
Secretário de Educação

## DECRETO Nº 937/17

Publicação Nº 1425723

. DECRETO Nº 937/17  
. De 13 de novembro de 2017

ANULA E SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2101.3319100000000000	01180000	200.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2101.3319000000000000	01180000	200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 13 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**LEI Nº 5490/2017**

Publicação Nº 1425715

. LEI Nº 5490  
. de 09 de novembro de 2017

ALTERA A LEI 2316 DE 23 DE FEVEREIRO DE 1994, QUE FIXA NORMAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL À TAXÍMETRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
(Autoria: vereador Osvaldo Metzner).

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta-se o inciso VI da alínea "a" do art. 2º da Lei nº 2316 de 23 de fevereiro de 1994.

VI – Apresentem Certidão Negativa exigida pelo artigo 329, da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

Art. 2º O Inciso V da alínea "b" do artigo 2º da Lei nº 2316 de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

V – Dispor de sede no Município; (NR)

Art. 3º São revogados os incisos VI e VII da alínea "b" do art. 2º da Lei nº 2316, de 1994.

Art. 4º Acrescenta-se o inciso VIII da alínea "b" do art. 2º da Lei nº 2316, de 1994.

VIII – Apresentem Certidão Negativa exigida pelo artigo 329, da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

Art. 5º O inciso V do art. 11 da Lei nº 2316, de 1994 passa a vigorar com a seguinte redação:

V – Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada, no caso de requerente empregado de empresa permissionária ou microempreendedor individual; (NR)

Art. 6º O inciso I do art. 27 da Lei nº 2316, de 1994 passa a vigorar com a seguinte redação:

I – Oito horas diárias, se conduzidos apenas pelo motorista profissional autônomo (permissionário) ou condutor empregado de empresa permissionária ou microempreendedor individual; (NR)

Art. 7º O caput do artigo 29 da Lei nº 2316 de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29. A empresa permissionária será obrigada a observar as seguintes exigências: (NR)

Art. 8º Acrescenta-se o inciso XVIII do art. 29 da Lei nº 2316, de 1994.

XVIII – Dispor de uso de área mínima de quatrocentos metros quadrados de área coberta e instalação para escritório.

Art. 9º Acrescenta o art. 30-A. à Lei nº 2316 de 23, de 1994.

Subseção III – Do Microempreendedor Individual

Art. 30-A. Outorgada a permissão, o microempreendedor individual será obrigado a observar as seguintes exigências:

I – Ser inscrito no cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

II – Estar inscrito na Receita Federal como optante pelo Simples Nacional, enquadrado no respectivo CNAE e estar em dia com as obrigações pecuniárias junto ao Sistema de Recolhimentos em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – SIMEI;

III – Ser proprietário de até dois veículos ou arrendatário, em caso de "leasing";

IV – Manter o(s) veículo(s) em boas condições de tráfego;

V – Havendo inclusão de condutor auxiliar, deverá apresentar o contrato de prestação de serviço, contrato de trabalho ou Carteira de Trabalho registrada, nos termos do artigo 96 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional nº 94, de 29 de novembro de 2011;

VI – Manter o sistema de controle operacional do(s) veículo(s) que permita informar ao órgão da Prefeitura, qual o condutor que, em determinado dia e horário se encontrava ao volante do veículo;

VII – Manter atualizados a contabilidade, dados estatísticos e outros que forem solicitados pelo órgão da Prefeitura, para fins de controle;

VIII – Atender as obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e outras que lhe são correlatas, fornecendo esses dados, quando solicitados para fins de fiscalização;

IX – Entregar ao órgão competente da Prefeitura relação de condutores registrados e mantê-la atualizada;

X – Manter sempre atualizado o certificado de permissão, alvará de licença, ISS, registro e autorização de condutores empregados, renovando-se nos prazos previstos e providenciando o imediato cancelamento nos casos respectivos;

XI – Requerer a autorização prévia para toda e qualquer alteração, transferência ou substituição pretendida;

XII – Não paralisar o serviço de taxi;

XIII – Controlar e fazer com que seu empregado, se for o caso, cumpra rigorosamente as disposições da presente lei;  
XIV – Apresentar o(s) veículo(s) para vistoria técnica, comprometendo-se a sanar as irregularidades no prazo estipulado; e  
XV – Na condução do veículo, manter apenas motorista profissional inscrito no Cadastro Municipal de Condutores.

Art. 10. Acrescenta o seguinte art. à Lei nº 2316, de 1994.

Art. 32-A. Ao microempreendedor individual fica conferido os seguintes direitos:

I – Registrar até um empregado, arcando com todas as responsabilidades deste, seja INSS, FGTS, férias remuneradas, 13º salário, todos os benefícios exigidos pela lei, mesmo que seja um familiar, pois ainda assim, continuará sendo funcionário com direitos e obrigações protegidos por legislação trabalhista.

II – Os direitos conferidos ao motorista profissional autônomo no que couber.

Art. 11. O inciso I e II do art. 53 da Lei nº 2316, de 1994 passam a vigorar com a seguinte redação:

I – A empresa permissionária e o microempreendedor individual que deixar de atender aos requisitos de idoneidade e capacidade financeiras, técnica ou administrativas;

II – A empresa permissionária e o microempreendedor individual que solicitar a recuperação judicial, decretada a falência ou entrar em processo de dissolução;

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 09 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RODRIGO KOENIG FRANÇA  
Procurador-Geral do Município

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

## LEI Nº 5491/2017

Publicação Nº 1425710

. LEI Nº 5491

. de 09 de novembro de 2017

OFICIALIZA O “FIM DE SEMANA GOSPEL” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(Autoria: Vereador Paulo Sérgio Metzner, José Klock e Diego Pandini).

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica oficializado o “FIM DE SEMANA GOSPEL”, no município de Indaial.

Art. 2º O evento acontecerá anualmente, no segundo fim de semana do mês de novembro.

Parágrafo único – A organização do evento poderá ser promovida por entidades privadas em parceria com o poder público.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 09 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RODRIGO KOENIG FRANÇA  
Procurador-Geral do Município

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2017**

Publicação Nº 1425663

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL****FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS**

Processo Licitatório nº 181/2017

Edital de Inexigibilidade nº 008/2017-28983

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação da Associação de Bandas de Jaraguá do Sul e Região.

Entrega dos envelopes: 14/11/2017

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

Ozinil Martins de Souza – Diretora Executiva

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 182/2017**

Publicação Nº 1425664

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL****FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH**

Processo Licitatório nº 182/2017

Edital de Pregão Presencial nº 008/2017-37941

Com Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Permissão de exploração comercial do nome do 33º Torneio de Verão.

Entrega dos envelopes: 29/11/2017 - 10h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 29/11/2017 - 11h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic1@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

Márcio Moisés Selhorst – Diretor Executivo

# Ipira

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 060/2017-PMI

Publicação Nº 1426709

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPIRA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 060/2017 - PMI

Pregão Presencial nº 043/2017 - PMI

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preços para futura contratação de empresa para prestar serviços de vigilância orgânica para o Evento da Noite das Lanternas a realizar-se no dia 25 de novembro de 2017. Entrega dos envelopes até às 08:45 horas do dia 23 de novembro de 2017. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0\*\*49) 3558-0451 – E-mail: [neocir@ipira.sc.gov.br](mailto:neocir@ipira.sc.gov.br).

Ipira (SC), 10 de novembro de 2017.

Emerson Ari Reichert

Prefeito Municipal

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### PROCEDIMENTO DE ADMINISTRATIVO 141/2017

Publicação Nº 1426629

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2017

**OBJETO:**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DO PARECER TECNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA PARA IMOVEIS DO MUNICIPIO DE IPORA DO OESTE

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando os investimentos de melhorias a serem executados nas ruas Pedro Kosmann e Jose Scalabrin, com a obra de asfalto, ficando tais lotes pertencentes as determinadas vias, passarão a ser melhor avaliadas, aumentando o valor venal;

Considerando a legislação sobre contribuição de melhorias;

Considerando que o valor do serviço permite a dispensação de procedimento licitatório;

Considerando que serão avaliados 18 imóveis;

Considerando a necessidade de parecer técnico de avaliação mercadológica dos imóveis;

DO CONTRATADO: JAIME ARCARI - CPF: 039.267.839-07 - RG: 4.356.115 - Rua Bem Viver, 98  
Loteamento Bom Jardim - Iporã do Oeste - SC

**DO VALOR:**

R\$ 7.560,00 (sete mil e quinhentos e sessenta reais).

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

A presente Dispensa de licitação tem sua fundamentação legal no artigo 24, Inciso II, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, onde consta:

Art. 24... II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

**DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS:**

11.01. 2046 – 333903606 – 01000000

Nereu Jose Barth

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2017

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Respalado no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer da Assessoria Jurídica Municipal, objeto do Processo Administrativo nº 141/2017, AUTORIZO a contratação direta, através de dispensa de licitação nº 040/2017, visando a contratação de profissional para prestação de serviço de elaboração do parecer técnico de avaliação mercadológica para imóveis do Município de Iporã do Oeste, no valor total de R\$ 7.560,00 (sete mil e quinhentos e sessenta reais).

HOMOLOGO a exposição de motivos e autorizo a dispensa de Procedimento Licitatório, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93;

AUTORIZO a Contratação de profissional para prestação de serviço de elaboração do parecer técnico de avaliação mercadológica para

imóveis do Município de Iporã do Oeste.

Adotem-se as medidas necessárias para a efetivação da aquisição ora autorizada.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial do Município, para que produza os efeitos legais.  
Iporã do Oeste, SC, 13 de novembro de 2017.

Lucio Mallmann

Prefeito Municipal

Contrato Publico 099/2017

Município de Iporã do Oeste e Jaime Arcari

**Ipuacú****PREFEITURA****CT PREF 68.2017**

Publicação Nº 1425648

CONTRATO PREF N.º 68 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONTRATADA: TRR GILIOLI LTDA, CNPJ nº 00.619.380/0001-47

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 41/2016, Pregão Presencial Pref n.º 28/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 04/2017 de 16 de janeiro de 2017. Ampliação em 25% de meta sob o item 01.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada, de combustíveis e lubrificantes diversos, para uso da prefeitura e fundos da municipalidade, para o exercício de 2017, conforme descrito na solicitação de Compras/ abertura de processo de Licitação emitida pelo Sr. Prefeito Municipal Interino Jair Bianchini na data de 19 de dezembro de 2016, na qual se retratam também os valores unitários e máximos para este processo licitatório de acordo com especificações contidas no Anexo I - Termo de referência deste edital. O presente contrato consiste na ampliação em 25% da quantidade licitada inicialmente quanto ao item 01 Diesel tipo S10 ou S50. Correspondendo a seguir tabela elucidando os quantitativos e valores atualizados:

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR R\$ TOTAL
01	25.000	Lt	Diesel S10 ou S50	3,02	75.500,00

VIGÊNCIA: 13 de novembro de 2017 e perdurará até a data de 12 de novembro de 2018

**DECRETO Nº 271 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017. EXONERA À PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA.**

Publicação Nº 1425403

DECRETO Nº 271

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

EXONERA À PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o art. 39, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº. 011/2005;

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Servidora ALINE BORGES FAVERO, EXONERADA a pedido do Cargo de Agente de Copa e Limpeza - 40h., contratada através do Processo Seletivo 001/2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú- SC, em 07 de novembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**DECRETO Nº 272 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1426473

DECRETO Nº 272

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 5º da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da Programação de despesa:

05.00 – Secretaria de Educação

Projeto/Atividade n. 12.361.120.1.2.037 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1136 – Salário Educação

Despesa: 31 – R\$ 1.350,00

06.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.023 – Manutenção das Atividades do FUNREBOM

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 0100 – Ordinários

Despesa: 65 – R\$ 1.507,00

Para Programação de despesa:

05.00 – Secretaria de Educação

Projeto/Atividade n. 12.361.120.1.2.037 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 1136 – Salário Educação

Despesa: 36 – R\$ 1.350,00

06.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 06.182.0601.2.023 – Manutenção das Atividades do FUNREBOM

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0100 – Ordinários

Despesa: 64 – R\$ 1.507,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 07 de novembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 196 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017. ALTERA HORÁRIO DE ATENDIMENTO DE SERVIDORA CEDIDA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, PREVISTO NA PORTARIA 116/2017.**

Publicação Nº 1426475

PORTARIA Nº 196

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA HORÁRIO DE ATENDIMENTO DE SERVIDORA CEDIDA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, PREVISTO NA PORTARIA 116/2017.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor; e Considerando o número reduzido de profissionais técnicos atuando junto a Unidade de Saúde Central;

RESOLVE:

Art. 1º. A partir da presente data, a Servidora ANGELITA APARECIDA SCHUCK D'AGOSTINI, ocupante do cargo em provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM – 40h., desempenhará suas funções de acordo com o que segue:

ü Segundas e quartas-feiras à servidora atuará junto a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

ü Terças, quintas e sextas-feiras desempenhará suas funções junto a Unidade de Saúde Central.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 07 de novembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **Edital 0002/2017**

Publicação Nº 1425886

#### **EXTRATO EDITAL**

Processo Licitatório Câmara Municipal nº 02/2017 Tomada de Preço 01/2017

Modalidade: Compras e Serviços.

O Presidente da Câmara Municipal de Ipuacu - SC, TORNA PÚBLICO que, até as 14:00 horas do dia 05 de Dezembro de 2017 estará RECEBENDO os documentos e propostas de preços dos interessados em participar da Licitação para o licenciamento e locação de aplicativos de gestão pública, integrados e não exclusivos, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, sendo os seguintes sistemas: sistema de contabilidade pública; sistema de compras e licitações; sistema de folha de pagamento; sistema de patrimônio público; sistema de recursos humanos e portal da transparência. Em conformidade com a Lei 8.666/93. E a ABERTURA dos envelopes será no mesmo dia, a partir das 14:30 horas. Informações pelo fone (49)34490050 e pelo e-mail: [contabilidade@cmvipuacu.sc.gov.br](mailto:contabilidade@cmvipuacu.sc.gov.br) ou [camara@cmvipuacu.sc.gov.br](mailto:camara@cmvipuacu.sc.gov.br). Ladair Colpo - Presidente da Câmara Municipal.



# Ipumirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.324 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2.017/PM

Publicação Nº 1425769

DECRETO Nº 2.324 de 13 de novembro de 2.017  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 10.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.788 de 17 de outubro de 2.016 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.017 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.793 de 14 de dezembro de 2.016, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.017 – LOA,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 144, Projeto/Atividade 20.605.0019.2.050 – Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 3390000000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0081 – Convênio SDR Seara, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 10.000,00.  
TOTAL GERAL .....  
R\$ 10.000,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0081 - Convênios SDR Seara, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 10.000,00.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 10.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 13 de novembro de 2.017.

Ipumirim-SC, 13 de novembro de 2.017  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 87/2017/PM

Publicação Nº 1426519

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 87/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO

PRESENCIAL Nº 41/2017, Processo de Licitação nº 69/2017, homologado em 09 de novembro de 2017.

Objeto: aquisição de uma escavadeira hidráulica nova, ano de fabricação 2017, com a utilização de recursos do MAPA, contrato de repasse nº 844228/2017, operação nº 1042190-78, e conforme demais características constantes do anexo III do edital.

Valor: R\$ 388.500,00 (Trezentos e Oitenta e Oito Mil Quinhentos Reais)

Assinatura: 10/11/2017 Vigência: 10/11/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: BMC HYUNDAI SA, situada na RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, S/N, KM 315, BAIRRO ITATIAIA, CIDADE DE ITATIAIA-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.168.536/0001-25.

### LEI Nº 1812 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2.017/PM

Publicação Nº 1425528

LEI Nº 1812 de 13 de novembro de 2.017  
CONCEDE KIT DE NATAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017

O PREFEITO DE IPUMIRIM-SC, Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Kit de natal aos servidores da Prefeitura Municipal para o exercício de 2017.

Parágrafo Único- Fica estimado o valor máximo por kit de R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrá por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 13 de novembro de 2.017  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal

# Iraceminha

## PREFEITURA

### ERRATA AO EDITAL CC 02/2017

Publicação Nº 1425724

ERRATA AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA - CONCESSÃO Nº. 02/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2017

Para que os interessados em participar do presente processo licitatório, possam fazê-lo com igualdade de condições, interpretando corretamente os itens especificados na presente, e para que ninguém alegue o desconhecimento, vimos através do presente, informar que a abertura das propostas referente ao processo licitatório que tem por finalidade:

CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL CONFORME PROJETO ESTRUTURAL A SER CONSTRUÍDO NA ÁREA INDUSTRIAL, SITUADA NA BR-282, KM 617, NO MUNICÍPIO DE IRACEMINHA, A SEGUIR IDENTIFICADO:

Uma área de terra medindo 1.755,29 m<sup>2</sup> localizada junto a Parte do Lote colonial rural nº 70, da seção Tarairas, situado no Município de Iraceminha – SC, comarca de Maravilha, localizado na área industrial do município, sito as margens da BR 282 acesso à Iraceminha - SC, onde será instalado o Pavilhão Industrial, com área construída total de 613,00m<sup>2</sup>.

1. No Edital de Licitação nº 073/2017, no que diz o item IV - DA PARTICIPAÇÃO:

No subitem 4.2.3 Para comprovação da qualificação técnica:

c) Atestado de visita emitida pela própria empresa informando que tenha visitado e tomado conhecimento do local para constatar as condições do barracão e do terreno, e se inteirando de todas as condições que possam orientar a elaboração completa da proposta.

O mesmo subitem (4.2.3) passa a vigorar a seguinte descrição:

c) Atestado de visita emitida pela Administração Municipal informando que a empresa proponente tenha visitado e tomado conhecimento do local para constatar as condições do barracão e do terreno, e se inteirando de todas as condições que possam orientar a elaboração completa da proposta. O Atestado de Visita Técnica será fornecido pelo servidor público responsável pela visita técnica, sendo assinada pelo Responsável da Empresa Proponente e pelo Servidor Público responsável.

Tendo em vista, que a alteração não afeta a formulação das propostas, torna-se desnecessária a republicação da mesma, com amparo no § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93.

Desde já nos colocamos a disposição para maiores dúvidas e esclarecimentos.

Iraceminha/SC, 14 de Novembro de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

# Irani

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2017

Publicação Nº 1426653

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 086/2017  
Pregão Presencial nº 042/2017  
Contrato Administrativo nº 146/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI  
Contratada: AMILTON DE COL - ME  
Objeto: Aquisição de Equipamentos Agrícolas destinados ao Fundo de Desenvolvimento Agropecuário  
Valor total: R\$ 86.760,00 (oitenta e seis mil setecentos e sessenta reais).  
Vigência: 16/10/2017 a 31/12/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2017

Publicação Nº 1426656

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IRANI

Processo Licitatório nº 086/2017  
Pregão Presencial nº 042/2017  
Contrato Administrativo nº 147/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI  
Contratada: COMERCIAL DE FERRAGENS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PINHAL LTDA-ME  
Objeto: Aquisição de Equipamentos Agrícolas destinados ao Fundo de Desenvolvimento Agropecuário.  
Valor total: R\$ 12.975,00 (doze mil novecentos e setenta e cinco reais).  
Vigência: 16/10/2017 a 31/12/2017.

# Irineópolis

## PREFEITURA

### PORTARIA N° 400/2017

Publicação N° 1425883

PORTARIA N.º 400/2017.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, e, amparado nas disposições contidas no Art. 181 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, nº 004/2017, instaurado através da Portaria nº 342/2017 de 20/09/2017.

Art 2nd - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 09 de Novembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2017, PP 038/2017

Publicação Nº 1425502

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 061/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2017 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 004 de 06 de janeiro de 2017, senhor Pregoeiro Ronei Trevisol, Silviane Carla Mertins e Julcimar Antonio Zotti, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº. 061/2017, Pregão Presencial nº 038/2017, objetivando aquisição de peças e contratação de mão de obra para recuperação do motor Cummins 6BT, do caminhão prancha MBE 6276. Apresentaram envelopes de Propostas de Preços e Documentação as seguintes empresas: EURO TRUCK INJEÇÃO ELETRÔNICA DIESEL LTDA ME, RAFAEL FELIPE PERSIO EPP, PERSIO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, RAMPAZZO AUTO PEÇAS LTDA EPP e AUTO MECANICA ITAENSE LTDA EPP, neste ato, representadas pelos Senhores Antônio Marcos França, Cleiton Cesar Valcarenghi, Paulo Cesar Dias Baptista, Jones Petto Muraski, a empresa AUTO MECANICA ITAENSE LTDA EPP não enviou representante; As empresas EURO TRUCK INJEÇÃO ELETRÔNICA DIESEL LTDA ME, RAFAEL FELIPE PERSIO EPP, RAMPAZZO AUTO PEÇAS LTDA EPP e AUTO MECANICA ITAENSE LTDA EPP comprovaram a condição de micro empresa ou empresa de pequeno porte. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que as licitantes atenderam à disposição da Lei. Abertos os envelopes de propostas de preços, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrado no sistema COMPRAS. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue: a empresa EURO TRUCK INJEÇÃO ELETRÔNICA DIESEL LTDA ME se sagrou vencedor no lote 01, do edital com o valor total de R\$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos reais). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por lote. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura dos envelopes de documentação da licitante vencedora do certame; O envelope foi aberto, os documentos nele contido foram rubricados pelos licitantes presentes, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; da análise da documentação, restou em HABILITAR a empresa vencedora por cumprir os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima o Participante do certame a apresentar para a assinatura da ata de registro de preços documento de qualificação do profissional habilitado pertencente ao seu quadro de funcionários ou caso terceirize os serviços deverá identificar a empresa que prestará o serviço e de igual forma a qualificação de seu funcionário e comprovação do vínculo empregatício; e ainda colocar na nota fiscal o número do processo e o número da Ata de Registro de Preços; manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação; Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e entregue pessoalmente aos licitantes presentes.

Ronei Trevisol  
PregoeiroSilviane Carla Mertins  
Equipe de ApoioJulcimar Antonio Zotti  
Equipe de apoioEURO TRUCK INJEÇÃO ELETRÔNICA DIESEL LTDA ME  
LicitanteRAFAEL FELIPE PERSIO EPP  
LicitantePERSIO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA  
LicitanteRAMPAZZO AUTO PEÇAS LTDA EPP  
Licitante

### AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

Publicação Nº 1426495

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que realizou Dispensa de Licitação nº 006/2017, em prol da ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA CRUZEIRO (AERC), CNPJ nº. 86.262.623/0001-58, para locação de espaço físico, conforme Lei Municipal nº 2.514 de 19 de setembro de 2017, pelo prazo de 12 meses. O valor a ser pago pela locação é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Fundamentação legal: Art. 24, inciso X da Lei nº. 8.666/93. Itá SC., 13 de novembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

### DECRETO N. 068/2017

Publicação Nº 1425916

DECRETO Nº 068/2017, de 02 de outubro de 2017.

"Dispõe Sobre a Abertura de Credito Adicional Suplementar e dá outras providências".

PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I e II do art. 4º e art. 5º da Lei Municipal nº 2.490, de 06 de dezembro de 2016 e Inciso I e II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 295.868,00 (duzentos e noventa e cinco mil, oitocentos e sessenta e oito reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.490, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
2.003 – Manut. Atividades da Sec. Administração e Fazenda

**Suplementação**

3.3.40.00.00.00.00.1000 Transferências a Municípios	15.000,00
---	-----------

**Anulação**

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

**04.00 – Secretaria Municipal dos Transportes****04.01 – Departamento Municipal de Estradas e Rodagem****2.007 – Manutenção Atividades do DMER****Suplementação**

3.3.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	2.000,00
--	----------

**Anulação**

4.4.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	2.000,00
--	----------

**05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente****05.01 – Departamento Municipal de Agricultura****2.010 – Manutenção Departamento de Agricultura****Suplementação**

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	47.000,00
--	-----------

**Anulação**

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	46.000,00
3.3.50.00.00.00.00.1000 Transferências a Instituições	1.000,00

**06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer****06.01 – Departamento de Educação****2.014 – Manutenção Ensino Fundamental****Suplementação**

3.1.90.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	4.000,00

**Anulação**

4.4.90.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	24.000,00
--	-----------

**2.015 – Transporte Escolar Ensino Fundamental****Suplementação**

3.1.90.00.00.00.00.1001 Aplicações Diretas	13.000,00
3.1.90.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	37.000,00

**Anulação**

3.3.90.00.00.00.00.1001 Aplicações Diretas	13.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	37.000,00

**2.017 – Manutenção e Apoio Frequência Ensino Médio e Profissional****Suplementação**

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

**Anulação**

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

**2.018 – Apoio ao Ensino Superior e Especialização****Suplementação**

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

**Anulação**

3.3.50.00.00.00.00.1000 Transferências a Instituições	15.000,00
---	-----------

**2.019 – Manutenção Pré-Escolar****Suplementação**

3.1.90.00.00.00.00.1018 Aplicações Diretas	49.000,00
--	-----------

**Anulação**

3.1.90.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	19.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	15.000,00

**2.020 – Manutenção Creche Municipal****Suplementação**

3.1.90.00.00.00.00.1001 Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

**Anulação**

3.3.90.00.00.00.00.1001 Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

**06.02 – Departamento de Esportes e Lazer****2.021 – Manutenção Atividades Departamento de Esportes****Suplementação**

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	5.000,00
--	----------

**Anulação**

3.3.50.00.00.00.00.1000 Transferências a Instituições	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	2.000,00

**07.00 – Secretaria de Assistência Social****07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social****2.052 – Proteção Social Básica****Suplementação**

3.3.90.00.00.00.00.3052 Aplicações Diretas	1.738,00
4.4.90.00.00.00.00.1063 Aplicações Diretas	1.280,00

**Anulação**

3.3.90.00.00.00.00.1063 Aplicações Diretas	1.280,00
4.4.90.00.00.00.00.3052 Aplicações Diretas	1.738,00

**2.061 – Manutenção Conselho Tutelar****Suplementação**

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	16.000,00
--	-----------

**Anulação**

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	9.000,00

**08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico****08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Serviços****2.027 – Capitalização e Transferência a Itá Hidromineral****Suplementação**

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	29.850,00
--	-----------

**Anulação**

4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	29.850,00
--	-----------

**09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos****09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos****2.008 – Manutenção de Atividades Departamento de Urbanismo****Suplementação**

3.3.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

**Anulação**

4.4.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do art. 5º da Lei Municipal 2.490, conforme programação a seguir:



09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.050 – Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.1424 Aplicações Diretas	245.850,00
--	------------

Fonte de recursos – 1424: Convênios/Contratos Transf. União

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 29.181,11 (vinte e nove mil, cento e oitenta e um reais e onze centavos), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.490 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

0.001 – Encargos Gerais do Município

3.3.90.00.00.00.00.1016 Aplicações Diretas	10,00
--	-------

Fonte de recursos – 1016: Recursos CIDE

04.00 – Secretaria Municipal dos Transportes

04.01 – Departamento Municipal de Estradas e Rodagem

2.007 – Manutenção Atividades do DMER

3.3.90.00.00.00.00.1016 Aplicações Diretas	1.141,11
--	----------

Fonte de recursos – 1016: Recursos CIDE

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.015 – Transporte Escolar Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.1022 Aplicações Diretas	8.030,00
--	----------

Fonte de recursos – 1022: Convênio Transporte Escolar Estado

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.02 – Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

2.023 – Manutenção Atividades Fundo da Infância e Adolescência

3.3.90.00.00.00.00.1078 Aplicações Diretas	20.000,00
--	-----------

Fonte de recursos – 1078: Recursos FIA – Demais Recursos

Art. 4º Fica anulado o artigo 3º do Decreto nº 25/2017, que abriu crédito adicional suplementar no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) utilizando fonte de recursos indevida como excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.490 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.050 – Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.1524 Aplicações Diretas	245.850,00
--	------------

Fonte de recursos – 1524: Convênios/ Contratos Descentralizados

Art. 5º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.490, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.032 – Manter Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.3064 Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 6º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.490 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031 – Manutenção Atividades Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.1064 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

Fonte de recursos – 1064: Transferência SUS – Atenção Básica

Art. 7º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência a Saúde do Servidor de Itá, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.490, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

12.00 – Fundo Assistência Saúde do Servidor Público de Itá

12.01 – Fundo Assistência Saúde do Servidor Público de Itá

2.042 – Serviços Assistenciais a Saúde do Servidor

3.3.90.00.00.00.00.3043 Aplicações Diretas 150.000,00

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC,  
02 de outubro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# Itapema

## PREFEITURA

### EXTRATO 04.109.2017 - NATAL

Publicação Nº 1426664

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:  
Pregão Presencial nº. 04.109.2017

Objeto: Registro de Preços – Locação e instalação de materiais para Decoração Natalina, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.109.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 15:00(quinze) horas do dia 24(vinte e quatro) de novembro de 2017

Abertura do Pregão: 24(vinte e quatro) de novembro de 2017, às 15:01(quinze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone “licitações – pregão – pasta 04.109.2017” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 13 de novembro de 2017.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 148/2017 – PREGÃO – 04.094.2017 AQUISIÇÃO DE AREIA FINA PARA EVENTO “CIRCUITO BRASILEIRO DE VÔLEI DE PRAIA - OPEN”, A SE REALIZAR NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA.

Publicação Nº 1426722

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

#### HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 148/2017 – PREGÃO – 04.094.2017

BASE LEGAL: Art.15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO: Aquisição de areia fina para evento “Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia - Open”, a se realizar no Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.094.2017.

VALOR TOTAL: R\$ 87.199,00 (oitenta e sete mil cento e noventa e nove reais).

PRAZO: 02(dois) dias após recebimento da autorização de fornecimento.

EMPRESA: BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

Itapema, 27 de outubro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 180, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1425522

DECRETO Nº 180, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

03.041 - Secret. Mun. da Administração, Obras e Serviços Urbanos  
04.122.0010.1033 Construção e reforma de prédios públicos

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 10.000,00

06.03 - Secret. Mun. Educ. Cult. e Desporto - Outras Fontes  
27.812.0073.2022 - Manutenção das Atividades do Setor de Cultura e Esportes  
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
R\$ 50.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 10 de novembro de 2017.

Itapiranga, SC., 10 de novembro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretaria Municipal de Administração.

### LEI MUNICIPAL Nº 3.107 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1425525

LEI MUNICIPAL Nº 3.107, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017  
AUTORIZA A ALIENAÇÃO E BAIXA DE BENS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar por modalidade legal, o bem inservível do Patrimônio Municipal, constante no Anexo Único, da presente Lei.

Art. 2º A avaliação do bem descrito no Anexo Único da presente Lei será efetuada por comissão especificamente nomeada para este

fim, através de Decreto.

Art. 3º Fica igualmente o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a baixa do respectivo bem junto ao patrimônio municipal.

Art. 4º Para as despesas da aplicação da presente Lei serão utilizados os recursos do orçamento vigente.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 10 de novembro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretaria de Administração.

### ANEXO ÚNICO

### REDAÇÃO FINAL Nº 3.107, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM
12374	VEICULO LOGAN EXPRESSION 1.6 PLACA MIN 0857 ANO 2011/2012

### PORTARIA Nº 272/2017

Publicação Nº 1426613

Portaria nº 272 de 7 de novembro de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º. Revogar a Portaria nº 24 de 1º/2/2013 que concede o pagamento de Gratificação no percentual de 35% (trinta e cinco por cento) a Servidora Municipal Maldi Maria Covari Heinen sob matrícula nº 4101/01, para exercer as funções de Diretora de Creche, com 40 horas semanais.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entre em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 15/9/2017.

Itapiranga SC, 7 de novembro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 273/2017**

Publicação Nº 1426615

Portaria nº 273 de 13 de novembro de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora Eliana Simon, matrícula nº 14176/02 para substituir as férias da servidora Marilice Welter Henn, ocupante do cargo de Tesoureiro, no período 13/11/2017 até 27/11/2017.

Parágrafo único. A designação prevista no caput deste artigo, acarretará ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga-SC, 13 de novembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

## QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 186/2017

Publicação Nº 1425755

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/1

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo:</b> 186/2017      <b>Licitação:</b> 186/2017 - PR  <b>Fornecedor:</b> 143711 - ALICE SOEHN WELTER 06096551640      <b>Data da Homologação:</b> 17/10/2017</p>									
1	80445	JOGO DE LENÇOL CASAL TAMANHO 1,90M X 1,40M X 0,30M OU TAMANHO 1,90 M X 1,40M X 0,20M, 100% ALGODÃO, 30/1 PENTEADA, COM ELASTICO, COR LISA, QUE NÃO DA BOLINHA, COM DUAS FRONHAS 100% ALGODÃO, 30/1 PENTEADA PARA TRAVESEIRO, ESTAMPADAS QUE COMBINEM COM O LENÇOL, DEVERÁ SER ENTREGUE EMBALADO PARA PRESENTE.	LV	UND	1.100,000	0,0000	38,9000	42.790,00	Venceu
<b>Total do Fornecedor</b> →					1.100,000			42.790,00	

Itapiranga, 9 de Novembro de 2017.

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA: 011/2017-CMI.

Publicação Nº 1426695

Ata: 011/2017

Reunião: EXTRAORDINÁRIA

Data: 14/09/2017

Horário: 14h00

Local: Conselho Municipal da Saúde

Aos quatorze dias do mês de setembro de 2017, no Conselho Municipal do Idoso, situado na rua do Príncipe, 2169, Itapema do Norte, Itapoá, às 14h00 foi efetuada a contagem dos presentes, não houve quórum. Em nova contagem realizada às 14h09 houve quórum estando presentes os conselheiros Elisa Gonzalez Corso (OAB), Genésio Tavares (Rotary), Janaina Mayara Bittencourt Carvalho (SMAS), Fátima Cilene da Costa Leite (AIART), Licélia Maria Pedroso Vida (SMAS), Maria Alzira Coneglian Vianna (ACAPPI), Claudio Roberson Lemonie (SMTIC), Roseli Itner (SAF) Lana Roselia Quadros Bevilacqua (ACOPOF) e Ilza de Lourdes Barbosa Czarnecki (SME). Relata-se a presença da Sra. Secretária Municipal de Assistência Social Elisiane de Souza Martins, da diretora de Assistência Social, Sra. Célia Maria Konell e da presidente do CMAS, Sra. Elaine Cristina Alves. A presidente do CMI, Sra. Elisa Gonzalez Corso deu boas vindas a todos, informando que a reunião possuirá gravação de áudio e que hoje o conselho tem uma pauta especial e para isso convidou-se a secretária Elisiane, a Sra. Elaine, presidente conselho de Assistência e a Sra. Mara Fantin que não veio. A Sra. Mara mandou uma carta a secretaria executiva explicando o porque da ausência dela. Na continuidade a presidente Elisa explicou aos conselheiros que a Sra. Mara Fantin explicou ao Marcos (secretário executivo) que não poderia vir pois tinha outra reunião marcada há mais de quatro meses. Mencionou ainda a presidente que o Marcos encaminhou e-mail a Sra. Mara solicitando confirmação do que ela lhe havia relatado e então inciou a Sra. presidente, a leitura do e-mail do secretário Marcos apresentando a justificativa da ausência e reiterando a fala dela de que "a instituição não recebeu ou recebe qualquer tipo de ajuda ou promessa de ajuda por parte do Sr. prefeito. Que, como qualquer cidadão brasileiro, os idosos que necessitem do SUS terão seus direitos respeitados no município. Foi esta a fala do Sr. Prefeito quando da reunião com o Sr. prefeito". Relata o e-mail do secretário Marcos que a Sra. Mara encaminhou a carta anexada ao seu e-mail e diz que a narrativa do secretário Marcos "está ok sua narrativa" na continuidade foi lida aos presentes pela presidente do CMI a carta encaminhada pela Sra. Mara Fantin porém antes questionou aos presentes se todos tinham conhecimento do que se tratava essa reunião. Em questão de ordem o conselheiro Genésio perguntou por que a Sra. Secretária e a presidente do CMAS estavam fora da mesa. A presidente então solicitou que as convidadas se sentassem à mesa. Questionou novamente a presidente se todos tinham conhecimento do motivo desta reunião extraordinária. Como não houve questionamentos, a presidente iniciou a leitura da carta emitida pela Sra. Mara Fantin. A presidente Elisa, após a leitura da carta esclareceu que a esta reunião foi convocada na reunião passada para esclarecer dúvida sobre a redação da Ata 009.2017. Convidou à palavra os interessados. Na ausência de pronunciamento, convidou a Sra. Secretária da Assistência que inicialmente declinou do convite solicitando que a Sra. presidente do conselho da Assistência se pronunciasse. A presidente do CMAS, Sra. Elaine Cristina Alves disse que primeiro gostaria de saber qual é a dúvida, que recebeu um convite para estar na reunião mas que não sabia o que seria discutido. A vice-presidente Janaina, em função de ter conduzido a reunião anterior, solicitou a palavra narrando a reunião anterior onde a conselheira

Lana trouxe o questionamento sobre a redação da ata, que a interpretação da ata dava a entender que a Sra. Mara, presente a reunião, expôs que o prefeito disse que ele ofereceria os serviços para aos idosos do Lar. A conselheira Janaina continuou relatando que essa foi a interpretação trazida pela Conselheira Lana ao conselho. Que esta interpretação foi levada até o prefeito, que a prefeitura disponibilizaria uma pessoa para ir até o Lar dos Idosos. A Sra. vice-presidente narrou que este não foi o entendimento do conselho. Que a Sra. Mara trouxe ao conselho que, como qualquer outro munícipe de Itapoá, idoso, tem prioridade no atendimento se assim o médico indicar a necessidade, por exemplo, se precisar de psicólogo, então será feito encaminhamento para o Centro de Reabilitação. Foi isso que ela (Mara) trouxe ao conselho. Sobre a conversa que a Sr. Mara teve com o prefeito, extraiu-se que "O serviço que o residencial deve prestar, está sendo prestado com a ajuda da prefeitura". A vice-presidente Janaina entende que a prefeitura não pode negar a ninguém o atendimento, que o atendimento é para todos". Continuou o relato afirmando que foi esse o entendimento no conselho, mas parece que foi outra informação que chegou ao prefeito e que esta reunião foi convocada para esclarecer o fato, por conta de um erro da ata, na verdade, que esta foi a conclusão que o conselho chegou. Que foram consideradas as hipóteses de reescrever-se a ata, arrumar-se a ata, retificar-se a ata ou fazer-se a reunião extraordinária. Que em votação o conselho deliberou pela execução de reunião extraordinária. Na continuidade, a Sra. Secretária da Assistência, Elisiane solicitou a leitura do trecho da ata anterior que gerou a dúvida. A vice-presidente efetuou a leitura do trecho da ata anterior. A presidente do CMAS solicitou a palavra e discorreu que em primeiro ponto, não chegou informação equivocada ao prefeito. Que ela, como presidente do Conselho da Assistência, "o qual deve e compete fiscalizar os recursos do Fundo de Assistência, que inclusive é o responsável pelas despesas deste conselho (do idoso) leu com bastante preocupação". Destacou que "não para no artigo 44 da Resolução Anvisa, que continua, que a fala continua como se fosse dele (prefeito) (trecho ininteligível)... que desta forma considera que atende os requisitos legais de atendimento aos idosos, que efetuou visita ao idoso Sr. José, que dá a entender que a fala é do prefeito. Que conforme denúncia apresentada ao idoso, que alto grau de dependência do idoso não pode ser atendida pela instituição, que sugere que o conselho do idoso requiera do município a disponibilização de um cuidador. Continuou a Sra. presidente do CMAS: Que primeiro o município não pode disponibilizar cuidadores desta forma e se isso for feito através de sugestão do conselho a secretaria (de Assistência) para a disponibilização de cuidador, isto vai refletir diretamente no orçamento da secretaria. Esclareceu ainda a Sra. presidente do CMAS que lê todas as atas dos conselhos publicadas que lhe são do interesse, como lê pauta de câmara e portal da transparência. Que ela, como presidente perguntou a Sra. secretária se ela sabia "disso aqui". Tem algum idoso que vai pedir recurso ou alguma coisa? Sabe disso aqui? Relatou a presidente do CMAS que o município teve um caso de uma munícipe chamada Adriana, originada do judiciário, que houve o desembolso de R\$ 1.500,00 por mês por um bom tempo até poder reduzir. Que isso faz um impacto nos recursos no Fundo. A Secretária relatou a presidente que nada sabia. Disse a Sra. presidente do CMAS que questionou ao prefeito. "Marlon você realmente disse isso, que era (trecho inaudível) Por que aqui você envolve o Fundo da Saúde e lá ... para colocar uma pessoa, se essa pessoa for uma pessoa que necessite de atendimento da Assistência vai ter uma Assistência,..." Relata a Sra. presidente do CMAS que o prefeito disse "Não, não disse isso, não foi com estes termos, o que eu disse é que se está dentro da política da saúde é atendido



pela política da saúde, como todo cidadão". Continuou a presidente do CMAS que perguntou à conselheira Lana, a qual não estava presente na reunião, relatando o texto confuso, por que dá a entender obrigatoriedade, que relatou ao Marcos (secretário executivo) que o texto está confuso, "veja com o pessoal se tem como para melhorar esta escrita, por que isso aqui vai dar problema". Questionou a presidente do CMI: "Como vai dar problema?" Responde a presidente do CMAS que se uma pessoa pegar (a ata) e solicitar o custeio da Assistência através de pedido... Perguntou a presidente do CMI: "Por causa desta ata?". Respondeu a Sra. presidente do CMAS que se esta ata for levada ao Ministério Público, por exemplo, o Ministério Público sabe que não, mas se ele entender que deve ser custeado pela secretaria, como é que faz? Relatou a presidente do CMI que a ata não fala nada neste sentido. A presidente do CMAS citou parte do trecho da ata anterior (009.2017), sendo: "Deve ser disponibilizado ... cuidador para auxílio de um cuidador do idoso". Esclareceu a Sra. Presidente do CMAS que encaminharam a ata ao prefeito para esclarecer, pois aqui envolve a Saúde, a Assistência. Questão de disponibilizar cuidador envolve recurso. Que então perguntou para a secretária e a conselheira Lana para que pudessem verificar o que aconteceu e ela, enquanto secretária, me falasse o que fazer, que quando ela questionou o Marcos, foi no sentido de verificar a confusão, que ele leu e disse que realmente ficou faltando uma vírgula ou alguma coisa para a melhor interpretação do texto. Que foi só o que foi dito. Que não existe nada de outra pessoa, que falou... que procurou a secretária, que perguntou ao Marlon a respeito disso aqui por que justamente dá a entender que foi ele quem falou, pelo menos a escrita diz assim, e que perguntei a Lana que disse que nesta reunião não estava presente. Pedindo a palavra o conselheiro Claudio Lemonie expressou que estava presente à reunião, que todas essas as palavras vieram realmente da Sra. Mara, que foram faladas por ela junto com as declarações que ela fez, sobre a parceria que fez com o Farol, com apresentação das entidades e tudo o mais, que realmente o que está escrito aqui não reflete bem o que foi dito por ela. Mas que a questão de interpretação, não cabe ao judiciário, que se o judiciário disser que vai ter, assim como já existem casos, que se ele (judiciário) disser que vai ter que ser cuidado, ele (o judiciário) não vai precisar da ata para isso. Que já tem esta prerrogativa e que vai fazer, que vai pedir para cuidar e pronto, o município vai ter que arcar com isso e é indiferente da ata, que a ata não fará diferença nenhuma para isso, que a gente já tem casos que acontecem dessa forma, então não faz diferença nenhuma, que vê que existe uma pequena correção que poderia ter sido feita e não precisava de todo o alarde, com o que corroborou o conselheiro Genésio Tavares. O conselheiro Genésio questionou se o assunto da ata foi resolvido. A presidente Elisa disse que ainda não, consultando aos presentes se alguém gostaria de adicionar alguma posição. A secretária Elisiane disse que em seu olhar tem que se ter o cuidado sim com a questão da vírgula, a vírgula tem que ser colocada aqui, que em algum momento parece que o prefeito dá continuidade na fala da Sra. Mara, e que nesse conselho aqui, acha que todos tem a consciência de saber e entender que ela, Elisiane, representando a Assistência, não pode gerar despesa. Que quando a Sra. Mara sugere que o conselho requeira do município a disponibilidade, acha que neste momento, antes de pôr em ata, caberia posição do conselho, que secretaria de assistência não pode gerar esta despesa. A presidente do CMI questionou como o conselho deveria ter se posicionado antes do pedido dela (Mara). A Sra. Secretária explanou que deveria haver a explicação de que a Assistência não poderia gerar a despesa. A presidente Elisa expôs que não cabe em assembleia falar isso, que o conselho estava aqui para ouvi-la, ela trouxe os requerimentos, pedidos e relatórios dela, depois ao final foi dito que o conselho vai analisar. Que a análise de todos os requerimentos, todos os pedidos que ela fez é posterior. A secretária Elisiane diz que na continuidade, em sua opinião, não querendo fazer "um bafafá" dever haver um cuidado.... (discussão ininteligível) A presidente Elisa relata que esta é a terceira reunião em que o assunto está sendo discutido. A presidente do CMAS

questiona quem fez o "bafafá" ao que a presidente Elisa responde "todos nós". A presidente do CMAS responde "Ah, todos vocês, por que eu não fiz "bafafá" nenhum por que eu procurei a pessoa certa, o Prefeito..." (discussão ininteligível) .... A presidente Elisa questionou a presidente do CMAS por que questionou a Lana se ela nem estava na reunião, por que não ela (a presidente do CMI)? (discussão ininteligível). Continuou a presidente do CMAS: "perguntei à secretária, depois perguntei ao prefeito, depois perguntei pro membro... (discussão ininteligível)." ... Questionou a presidente do CMI por que a presidente do CMAS no lugar de falar com o Marcos, não ligou para ela (Elisa). A presidente do CMAS novamente perguntou "que bafafá" que deu. Se ela falou com as pessoas certas. (discussão ininteligível)..... Diz a presidente do CMI que estamos perdendo tempo. A presidente do CMAS diz que se o Conselho do Idoso está perdendo tempo, ela não o sabe. (discussão ininteligível) A presidente do CMI diz haver assuntos mais importantes a tratar, que não uma ata que não gera nada, nunca vai pedir recurso, continua a presidente do CMI que não foi essa a intenção. A presidente do CMAS expõe que não concorda em dizer que estão criando tumulto ou "bafafá", que ela se restringiu a falar com as pessoas e isso não saiu para outro lugar, então não sabe de que "bafafá" estão falando. A presidente do CMI diz que ela sabe de que "bafafá" vocês estão falando. A presidente do CMAS questiona qual é então o "bafafá" .... pergunta se é ela que o está causando, .... A presidente do CMI relata que já ouviu fora daqui, e que se já ouviu fora daqui é por que alguém levou para fora, significa desgaste ao conselho, no mínimo. Que não vai mais perder tempo com isso, que vai tratar apenas da ata. Relata a presidente do CMI que a Sra. Mara esteve no conselho, que falou tudo que ela quis, que o conselho ouviu tudo que ela disse e que foi escrito tudo que o conselho achou que deveria ser escrito. Lembrou a todos que quem estava presente não achou defeito nenhum na redação da ata, ponto. Expressou a presidente que foram sete frases que os presentes podem ver no item "a" (da ata 009.2017), sete frases da Sra. Mara, foram quatorze linhas ditas por ela, só que foi falado o nome dela apenas na primeira (linha), lendo os trechos iniciais das frases escritos na ata anterior, e que no entendimento dela, em sua interpretação, se ela pegasse um texto desse, com conteúdo desconhecido, ela veria que é uma sequência de assuntos descritos pela Sra. Mara, que é a única nomeada lá (na redação da ata). Que jamais ela entenderia que o Sr. prefeito disse que daria isso ou aquilo, que desse texto não sai esta ideia, de jeito nenhum, não sai essa ideia, é impossível. A presidente Elisa relata que todas as frases da ata em questão começam desta forma. Continua a presidente Elisa que tem pontos na redação. Que ela disse, que efetuou, que tem. É como se escrevesse lá: A Sra. Mara disse dois pontos: 1. tal e tal, 2. tal e tal. 3. tal e tal. É isso aqui, a redação foi feita desse jeito. Que não entende como foi atribuído ao prefeito uma coisa desse tipo e nem tá dizendo aqui, Ela está dizendo que ela vai solicitar um recurso ou um atendimento especial, ou alguma coisa. Ela vai, Ela fez. Não o conselho. E como o que conselho vai dizer para ela "Ah não, você não pode pedir isso ou não vai pedir aquilo?". Nós não temos este poder de referência perante a ILPI. De jeito nenhum. Ela faz o que ela quiser. Quando vier pro conselho, o conselho vai dizer se pode ou não pode, se está em conformidade com a legislação ou não. Este é o nosso papel. E se o Ministério Público pegar isso aqui, jamais, como disse o conselheiro (Lemonie), jamais vai dizer que o município deve gastar se há legislação em contrário, que é a mesma coisa que se eu chegar aqui e dizer "Ah quero que o conselho me dê um carro". E aí? As pessoas tem obrigação de dizer: A fulana veio aqui e disse que queria um carro. Só. É isso que aconteceu. A presidente Elisa se colocou completamente contrária em alterar qualquer coisa na redação (da ata) até por que já fazem dois meses. Questionou alterar uma redação, que só deu discussão por que alguém entendeu errado (discussão ininteligível). A secretária da Assistência questionou sobre uma suposta fala do Sr. prefeito, "...que efetuou visita ao Lar do Idoso", tendo a explicação da vice-presidente Janaina que os "quês" fazem referência à Sra. Mara. Solicitando a palavra, a conselheira Ilza relatou

que se está discutindo apenas “no papel” que na realidade, tem muito idoso que uma hora vai precisar, sim, que estamos discutindo no papel, mas que na realidade não se sabe quanto idoso está precisando. E na hora que o idoso precisar, vai recorrer a quem? A um órgão particular? O município não tem obrigação de cuidar?... (discussão ininteligível).... Solicitando a palavra, a conselheira Fátima relatou que em reuniões passadas foi deixado bem claro para o Lar que isso não seria possível, (que não haveria disponibilização de recursos humanos para a ILPI) tanto é que eles fizeram a contratação para conseguirem registro por mais seis meses. (discussão ininteligível).... A presidente Elisa relata que se atribuir ao prefeito isso aqui: “o prefeito informa que uma vez prescrita pelo médico o município disponibilizará o atendimento ao idoso”. Que se atribuir ao prefeito isso aqui, que deve a próxima frase também tem que se atribuir a ele e não a ela. Que diz que desta forma entende que a ILPI cumpre o atendimento aos idosos. Quer dizer, o prefeito disse isso? Que a ILPI cumpre o atendimento? O prefeito não disse, não foi isso. Não é isso. É a Mara, É a Mara, É a Mara que está falando. É questão de redação. (trecho ininteligível).... O conselheiro Genésio Tavares questiona que diferença vai fazer se foi o prefeito ou ela que falou. Não muda nada. É a lei que vai o que precisa ser. Não é o prefeito nem ela. Vamos cumprir o que está na lei e acabou. (ao fundo pessoa não identificada diz: “A Lei é pra isso”). Continua o conselheiro Genésio: Ficar discutindo se for ele ou se for ela, é fofoca entre eles, não é nosso. Não diz respeito ao conselho. (discussão ininteligível).... Na continuidade a vice-presidente Janaina relata que acredita que o conselho tem que ler a ata de todas as reuniões por que duvida que não tenha uma reunião que não tenha um, um... complementa o conselheiro Genésio: Uma vírgula. Continua a vice-preside: e que não tenha uma pessoa que não vá fazer uma interpretação diferente. A Sra. Secretária Elisiane expõe: Mas é por que se tratar de uma atribuição mais séria. Com o que corroborou a vice-preside Janaina. A presidente Elisa consultou o conselho para votar a alteração da ata. Por questão de ordem, a presidente do CMAS consulta o conselho se os convidados estão dispensados. A presidente Elisa responde que estão dispensados e agradece a presença. Os convidados deixam o local da reunião às 14h38. O conselheiro Lemonie questiona a presidente se todos os questionamentos falados até aqui com as devidas explicações estão na ata. A presidente responde que não sabe pois a ata será lida ao final. Continuou o conselheiro Lemonie que se estiver esta ata explicando o que aconteceu naquela o texto explicando o que aconteceu naquela... (trecho ininteligível).... Questiona a presidente do CMI se alguém mais tem algo a acrescentar ao assunto, não tendo o pronunciamento de ninguém. Relata a presidente que a situação serviu para que o conselho preste mais atenção na hora de ler a ata, antes de assinar. Mesmo que a reunião esteja atrasada. A conselheira Roseli diz que acredita que as reuniões precisam ser mais objetivas, que se fica batendo muito em um assunto e que ao final acaba-se atrapalhando, que ninguém quer ler a ata. Que tem que ser mais objetivo. A conselheira Maria Alzira explanou a necessidade de haver maior cuidado na redação final das atas por que outra pessoa pode ter outra interpretação. Foi o que aconteceu. Foi pela falta de que todo mundo ser congruente na mesma escrita. A vice-presidente Janaina completa que o conselho deve pensar em quem não participou da reunião. A conselheira Maria Alzira explanou a necessidade de ler com cuidado. Não havendo mais pontos a serem esclarecidos, posto em votação, os conselheiros, de forma unânime votaram por manter o teor da ata 009.2017 inalterada. Em novo ponto a conselheira Janaina apresentou o relatório elaborado pela comissão, explanando as modalidades de acolhimento e recursos humanos/técnicos envolvidos. A conselheira Janaina esclareceu que, dependendo da modalidade de acolhimento, são necessários diversos recursos, que a documentação presente no conselho não deixa claro qual a modalidade em que a instituição está enquadrada. A conselheira Lana esclareceu que em conversa que teve com a Sra. Ana, psicóloga do CRAS a mais ou menos um ano atrás, esta ressaltou a necessidade de contratação de profissionais Psicólogo e Assistente

Social pela ILPI. A comissão relatou a necessidade de esclarecimentos adicionais pela instituição. A secretaria executiva relata que a solicitação da comissão foi encaminhada nesta data a Sra. Mara Fantin. A conselheira Janaina esclareceu que em seu entendimento, a ILPI deve apresentar o Balanço para a transparência da instituição. A presidente Elisa discordou pois no entendimento dela, não há obrigação legal que a instituição apresente o balanço do exercício, salvo se apresentada fundamentação legal neste sentido. A presidente sugere que a comissão se reúna novamente para avaliar quais os requisitos documentais para o registro de ILPI no conselho. A reunião da comissão ocorrerá dia 19/09/2017 às 14h00 no conselho da saúde. Em novo ponto a presidente Elisa relatou que a entidade Pró-Itapoá consultou-a para a execução de projetos incentivado pela Lei de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda. Que solicitará projetos à instituição os quais serão encaminhados ao CMI. Não havendo mais assuntos a serem tratados, encerra-se a reunião às 15x57. Em função de dúvidas sobre as falas das convidadas, a plenária decidiu pela oitiva de parte da gravação desta reunião para complementação desta ata será assinada em próxima reunião. Próxima reunião ordinária ocorrerá 29/09/2017 às 09h00. Ausentes os conselheiros: Iani Maria Gomes (Céu Azul), Ana P. Carlesso (AMIC), Carlos Antônio Zehnder (Maria Isabel), Silvia Helena Batista Marcondes (AIART), Elenita Seben Reichardt Jung (SME), Simoni Dias Fernandes de Souza (SMS), Joseane Maria Soares de Lima (SMS), Ricardo Oliveira Haponiuk (SMMA) e Roseli Gonçalves Pinheiro (SAF). Assinam a presente os conselheiros abaixo:

Elisa Gonzalez Corso (OAB)
Genésio Tavares (Rotary)
Maria Alzira Coneglian Vianna (ACAPPI)
Lana Roselia Quadros Bevilaqua (ACOPOF)
Fátima Cilene da Costa Leite (AIART)
Janaina Mayara Bittencourt Carvalho (SMAS)
Licélia Maria Pedroso Vida (SMAS)
Ilza de Lourdes Barbosa Czarnecki (SME)
Claudio Roberson Lemonie (SMTC)
Roseli Itner (SAF)
Elisiane de Souza Martins (SMAS)
Célia Maria Konnel (SMAS)
Elaine Cristina Alves (CMAS)

## ATA: 014/2017-CMI.

Publicação Nº 1426520

Ata: 014/2017  
Reunião: EXTRAORDINÁRIA  
Data: 13/11/2017  
Horário: 09h00  
Local: SCFV

Aos treze dias do mês de novembro de 2017, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, situado na avenida das Nações Unidas, 340, Itapoá, às 09h05 foi efetuada a contagem dos presentes, não houve quórum. Em nova contagem realizada às 09h31 não houve quórum novamente. estavam presentes os conselheiros Elisa Gonzalez Corso (OAB), Genésio Tavares (Rotary), Maria Alzira Coneglian Vianna (ACAPPI), Silvia Helena Batista Marcondes (AIART), Lana Roselia Quadros Bevilaqua (ACOPOF). Em função da ausência de quórum, marca-se extraordinária para o dia 17.11.2017 às 09h00. Justificaram a ausência: Carlos A. Zehnder (MARIA IZABEL), Roseli Itner (SAF), Janaina Mayara Bittencourt Carvalho (SMAS) e Licélia Maria Pedroso Vida (SMAS). Ausentes os conselheiros: Janaina Mayara Bittencourt Carvalho (SMAS) e Licélia Maria Pedroso Vida (SMAS), Ilza de Lourdes Barbosa Czarnecki (SME), Elenita Seben Reichardt Jung (SME), Simoni Dias Fernandes de Souza (SMS), Joseane Maria Soares de Lima (SMS), Claudio

Roberson Lemonie (SMTTC), Ricardo Oliveira Haponiuk (SMMA), Roseli Itner (SAF) e Roseli Gonçalves Pinheiro (SAF). Nada mais havendo a ser tratado, encerra-se a reunião às 09h34. Assinam a presente:

Elisa Gonzalez Corso (OAB)
Genésio Tavares (Rotary)
Maria Alzira Coneglian Vianna (ACAPPI)
Lana Roselia Quadros Bevilaqua (ACOPOF)
Silvia Helena Batista Marcondes (AIART)

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 75/2017**

Publicação Nº 1426651

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 75/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: L & E COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP, com sede á Rua Edgar Linhares nº770, Galpão 121, Bairro Nova Esperança, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP:88.336-210, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.915.456/0001-68 e Inscrição Estadual nº 256573646, representada neste ato pelo procurador Sr. ARILSON JOSÉ ALVES, portador do CNPF/MF nº 249.019.099-20 e do CI. RG nº 645370 – SSP/SC.

Licitação: PREGÃO Nº 92/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2017 - PROCESSO Nº 125/2017.

Objeto: Aquisição de produtos de higiene para atender a Instituição de Acolhimento Recanto Feliz e para compor as cestas de Benefícios Eventuais oferecidas pela Secretaria de Assistência Social, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 25.340,78

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Itapoá, 13 de novembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

# Jaborá

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 105/2017

Publicação Nº 1425798

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 105, de 13 de novembro de 2017.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo relacionado, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

- Matheus Alves Vidal

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13/11/2017.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 14/novembro/2017.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Publicação Nº 1426849

#### Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s) MARLENE ROSANE FE-LHAUER, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2013, cargo de Agente Comunitário de Saúde.

### CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO 001/2013

Publicação Nº 1425406

#### Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s) MORGAN LANZARIN, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2013, cargo de Fisioterapeuta.

### CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO 001/2013

Publicação Nº 1426442

#### Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s) RODOLFO OLIVEIRA MAZIERO, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2013, cargo de Farmacêutico Bioquímico.

### DECISÃO Nº 109/2017GAPREF

Publicação Nº 1426847

#### DECISÃO/GAPREF

Decisão nº 109/2017GAPREF

Pregão Presencial nº 46/2016/FMS

Requerente: Secretaria da Saúde/FMS

Requerido: Clínica Odontológica 19 de Dezembro Ltda. - EPP

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

I - Trata-se de pedido de aplicação de SANÇÃO à Requerida acima nominado por descumprimento do disposto na Ata de Registros de Preços nº 195/2016, Pregão Presencial nº 46/2016/FMS, homologado em 20 de dezembro de 2016, cujo objeto é o fornecimento de próteses dentárias totais (superiores e inferiores) destinadas para o Centro de Especialidades Odontológicas Policlínica João Biron, CEO, ao longo de 12 meses e de acordo com a conveniência da

Administração.

De outro norte, defende-se a Contratada dizendo que as falhas cometidas não são de grande monta, de que não há prova de que a falha seja exclusivamente dela e, ademais, exíguo o prazo de 5 (cinco) dias para envio das mercadorias.

É a síntese!

#### II - FUNDAMENTO E DECIDO

II.I - Em sede preliminar, observe-se este Mandatário decide de acordo com o art. 71, XXII, da Lei Orgânica do Município.

II.II - Ao mérito, então.

Pois muito bem.

Pretende a Secretaria da Saúde sejam aplicadas as penalidades dispostas na Ata de Registros de Preços nº 195/2016, Pregão Presencial nº 46/2016/FMS, homologado em 20 de dezembro de 2016, por reiterado descumprimento contratual, eis que, assegura, a Notificação Extrajudicial e as mensagens eletrônicas pedindo cumprimento contratual não surtiram efeito positivo em relação à contratada.

Assim, diz às fls. 1/3 (f.v.) dos autos:

Considerando que a empresa contratada não vem cumprindo com as obrigações exigidas no edital, com relação aos itens adjudicados, no que tange ao dever de cumprir o prazo de entrega dos materiais solicitados e em coordenar, supervisionar e executar os serviços contratados, conforme descrição abaixo:

Na data de 24/01/2017, foi enviado e-mail a Clínica Odontológica 19 de Dezembro Ltda, solicitando que as moldeiras fossem desenvolvidas juntamente com a segunda etapa (dentro da caixinha), moldeira individual e placa em cera; que as etiquetas nas caixas deveriam ser digitalizadas; que as moldagens deveriam estar em Jaraguá em 5 (cinco) dias corridos; Horário de coleta de prótese; encaminhar material de consumo e a escala de cor de dentes. No dia 26/01/2017, foi repassando o e-mail a outro responsável pela Clínica, pois não houve retorno. Neste mesmo dia, a Clínica respondeu, questionando sobre o prazo de entrega de cinco dias, se seria quando da data do atendimento ou quando da entrada das peças no laboratório. A resposta da Auxiliar em Saúde Bucal, foi citando a Clausula Quarta, que informa os pagamentos, prazo e local de entrega.

No dia 03/02/2017, foi enviado e-mail solicitando esclarecimentos a respeito da prótese da paciente de Matrícula Olostech nº 1110113, que havia dado saída dia 27/01/2017, com retorno programado (de acordo com o prazo especificado de cinco dias corridos), para o dia 01/02/2017, e que a mesma não veio e não foi comunicado com antecedência que não chegaria na data marcada, prejudicando o atendimento e sendo necessário a remarcação da consulta da paciente. Foi solicitado um retorno referente ao caso e a contratada informou que a peça seria entregue neste mesmo dia. Foi comunicado através de e-mail (06/02/2017) que a peça havia chegado com dois dias de atraso e a contratada ainda assim pediu que mandasse em anexo uma foto da filipeta. Encaminhado a Ordem de Serviço.

Foi solicitado pelo Dr. Márcio José Ferraza (Odontólogo), porque os antagonistas estavam vindo quebrados nas caixas e citando



exemplo de nome de paciente, bem como foto da peça, em e-mail do dia 06/02/2017.

Consta uma solicitação de esclarecimento, via ouvidoria do SUS, Ministério da Saúde, Departamento de Ouvidoria do SUS de nº 2094379, com data de 13/02/2017, da paciente Matrícula Olostech nº 1456713, solicitando esclarecimentos porque o laboratório que fez a "dentadura", não fez conforme solicitação do Dr. Márcio José Ferraza, tendo que voltar seu pedido e aguardar para uma nova "dentadura" e por quanto tempo mais ficará esperando.

Novamente, foi necessário desmarcar consulta e reagendar outra paciente de Matrícula Olostech nº 1383095, que havia feito moldagem inicial no dia 08/02/2017 e encaminhando no mesmo dia para o laboratório com retorno para 13/02/2017 e até a presente data não havia sido entregue. Novamente sem aviso prévio que não seria entregue.

Houve questionamento do serviço do CEO à contratada, referente ao paciente de Matrícula Olostech nº 425171, que foi entregue sem o antagonista e a pergunta se referia ao que estaria acontecendo, considerando que num dia vem quebrado e em outro vem sem o antagonista (E-mail 17/02/2017).

No dia 20/02/2017, foi informado a contratada que houve a troca da prótese total superior acrilizada da paciente de Matrícula Olostech nº 1255755 e que se fez necessário provar uma a uma na boca da paciente, até encontrar a certa, gerando desconforto e constrangimento para os profissionais e paciente, que havia aguardado por um tempo para a que sua prótese chegasse (e-mail ). Como resposta, o laboratório se compromete a ter mais cuidado e que o montante de peças é grande e questiona sobre prazo de entrega e qualidade técnica do trabalho. Mesmo assim, a Auxiliar de Saúde Bucal, Débora, reforça que algumas peças chegam com atraso e outras com antecedência, que é encaminhado e-mail todas as vezes que ocorrem os erros, bem como das peças em gesso vazados muito finos e com quebra fácil, inviabilizando o trabalho e com isso, gerando um gasto desnecessário de material de moldagem que poderia ser utilizado para outro paciente em processo inicial de confecção de prótese dentária total e ressalta que é o terceiro ano que trabalha com este laboratório e sempre comunicou esses descuidos, mas os mesmos não são solucionados.

Segue um foto em anexo de um modelo quebrado, do paciente de Matrícula Olostech nº 24954048, via e-mail, no dia 21/02/2017, não contendo o encaixe correto para confecção da prótese dentária superior e como poderia ser solucionado o caso, gerando mais uma vez, problemas com o agendamento dos pacientes.

Conforme a Cláusula Nona, das Obrigações da Contratada, esta compromete-se sob sua inteira responsabilidade, Coordenar, Supervisionar e Executar os serviços contratados, mas a equipe recebe e-mail, datado em 03/03/2017, da contratada, perguntando qual a previsão para gerar a nota fiscal para pagamento e a resposta foi solicitando a relação de pacientes com a próteses que foram acrilizadas para devida conferência para posteriormente gerar a nota fiscal.

No dia 08/05/2017, a Auxiliar em Saúde Bucal (Débora), encaminhou e-mail a empresa contratada informando que a empresa Bauer (que coleta o material no CEO), não havia passado para coletar os mesmos e que as peças deveriam estar de volta na data de 10/05/2017, pois ocorrem os agendamentos dos pacientes de acordo com o serviço contratado e solicita que seja organizado o prazo de entrega dos serviços.

Como a empresa contratada, aparentemente não realiza o controle do material que deve ser devolvido ao CEO, novamente foi necessário encaminhar e-mail solicitando o envio de 02 moldeiras faltantes necessárias para o atendimento dos pacientes do dia 10/05/2017. Informa também que no dia 11/05/2017 foram atendidos os pacientes agendados e encaminhado ao Laboratório Contratado 22 moldeiras (11 pares de moldeiras), e somente retornaram 15 moldeiras, faltando 7. Solicita como deve proceder para o pagamento das mesmas.

Referente a paciente Matrícula Olostech nº 25354283, a peça saiu de Jaraguá do Sul dia 19/05/2017, e deveria estar no CEO,

confeccionada, até o dia 25/05/2017. Em e-mail encaminhado no dia 24/05/2017, a empresa comunica que seria comprado os dentes, mas até a data de 29/05/2017, a empresa não havia se manifestado com relação a compra e tão pouco, quando estaria pronta para poder agendar o retorno da paciente. Salienta novamente, que o prazo havia sido extrapolado em duas vezes. Como a empresa, não está organizada com os seus compromissos e sem controle de entregas, responde o e-mail, solicitando a confirmação da chegada da peça. O que não ocorreu, a peça não chegou. Na data de 05/06/2017 foi novamente cobrado a entrega da peça, agora apresentando um atraso de entrega de 16 dias.

Novamente se fez necessário informar a empresa sobre o atraso das peças, não cumprindo o prazo de entrega de 5 dias corridos e sem o controle das peças que foram enviadas para serem confeccionadas, bem como uma lista contendo o nome dos pacientes que seriam desmarcados na semana pela falta de entrega do serviço, totalizando 24 pacientes (e-mail enviado dia 05/06/2017).

Todos os meses, o serviço de prótese do CEO – Jaraguá do Sul, tem que conferir a listagem dos serviços realizados, corrigindo o nome do paciente e o serviço, pois sempre ocorrem divergências nas informações e solicitação de cobrança incorreta e, enquanto a listagem não confere, não é encaminhado para pagamento a nota fiscal (troca dos e-mails enviado dia 02, 03, 05, 06, 07 e 08/06/2017), lembrando que a Cláusula Nona, refere-se as Obrigações da Contratada e esta compromete-se sob sua inteira responsabilidade, Coordenar, Supervisionar e Executar os serviços contratados.

Outra reclamação por parte do serviço de prótese do CEO, foi na data de 19/06/2017, com relação ao tamanho dos dentes, porque as vezes o tamanho é inadequado para a boca do paciente, mesmo realizando todos os traçados na cera para servir de referência e alguns pacientes necessitam de tamanho menor. Foi solicitado qual o tamanho dos dentes que a empresa possuía e um modelo de cada, com sua referência, mas não foi respondido a esta solicitação enviada pelo Dr. Márcio José Ferraza.

A Auxiliar de Saúde Bucal, Débora, solicitou através do e-mail enviado dia 17/07/2017, justificativa dos atrasos das peças dos seguintes pacientes de Matrícula Olostech nº 1302637, 26328380, 1917444, 267842, 387513, 25132226 e 165472 com data prevista de retorno para o dia 17/07/2017 e que ainda não haviam chegado e que toda a semana é solicitado justificativa de peças que não chegaram e que não foi cumprido o prazo. No mesmo e-mail foi solicitado justificativa a respeito da caixa etiquetada com o nome da paciente de Matrícula Olostech nº 1919648 sem as peças dentro. Sem resposta da empresa.

Conforme vem acontecendo todos os meses, foi solicitado pela empresa contratada, a relação correta dos serviços prestados para que fosse emitida a nota fiscal para o pagamento das próteses do mês de junho. Em e-mail enviado dia 17/07/2017, a empresa como não tem controle do que realizou de seus serviços, e em desconformidade de informações repassadas ao Dr. Márcio justifica que não poderia ficar esperando para liberar o pagamento após a quarta verificação da listagem. O Dr. Márcio como tem o controle de todos os procedimentos realizados, informa que a listagem está incorreta e que não iria autorizar o pagamento sem estar correto. Após várias trocas de e-mail o Dr. Márcio na data de 19/07/2017, encaminhou uma listagem, apontando onde estava a inconsistência das informações e a solicitação incorreta da cobrança dos serviços, para que a empresa alterasse e encaminhasse a nota fiscal para pagamento, totalizando cinco vezes que a listagem foi solicitada para conferência e ainda assim quem fez a correção da mesma foi o serviço de prótese do CEO e não a empresa que deveria ter o controle, conforme Cláusula Nona.

Em e-mail enviado no dia 21/07/2017, com fotos anexadas, para justificar a reclamação, o serviço de prótese do CEO – Jaraguá do Sul solicita esclarecimentos a respeito de: 1. Da caixa da paciente de Matrícula Olostech nº 1919648, que veio vazia (conforme descrito anteriormente); 2. De uma caixa (como segue na foto) com etiqueta não digitalizada e a peça estava trocada com a de outro paciente (foi necessário iniciar o trabalho desde o início); 3. Da



reclamação que a equipe escuta dos pacientes, quanto a demora e a dificuldade de trabalhar desta forma; 4. A prótese da paciente de matrícula Olostech nº 267842 veio trocada e estava dentro da caixa da Matrícula Olostech nº 1919648, na qual é material jogado fora, tempo perdido e reclamação dos pacientes, por falta de controle e organização da empresa contratada; 5. Foto do modelo de gesso quebrado e mal vazado e que não é a primeira vez que acontece; 6. Salienta a dificuldade de trabalho, que passa muito tempo corrigindo erros que não deveriam acontecer, por descuido e falta de controle e organização da empresa contratada e por fim, solicita material: caixinha para embalagem das peças; saco plástico e fita larga e que os problemas devam ser solucionados.

No dia 08/06/2017, a Secretaria de Saúde respondeu a mais uma solicitação de atendimento via Ouvidoria do SUS, da paciente de Matrícula Olostech nº 1951402, quanto ao gasto e tempo investido na confecção de sua prótese dentária, a qual foi finalizada pelo prestador em desacordo com as orientações do dentista. Referente a situação colocada pela paciente, quanto ao retorno a fila de espera devido ao erro do Laboratório Credenciado, foi esclarecido que a mesma não teve o processo de protetização interrompido, tendo a mesma feito remontagem de modelos na data de 22/05/2017 e nova moldagem na data de 30/05/2017 e quanto ao valor financeiro investido, fica ao Laboratório Credenciado, o prejuízo financeiro, conforme Contrato e Prestação de Contas e que o mesmo só recebe a partir do momento que as próteses são devidamente finalizadas e entregues ao paciente.

Em e-mail enviado ao Laboratório Credenciado, foi solicitado providências e esclarecimentos a respeito das próteses dos pacientes de Matrícula Olostech nº 981046, 1452482 e 1506518, devido a não entrega dentro do prazo de cinco dias corridos, nem a comunicação de que a mesma estaria atrasada e novamente a necessidade de remarcação dos pacientes, prejudicando o andamento dos serviços e que tal falha está se repetindo com frequência.

No dia 21/08/2017, mais uma vez foi encaminhado e-mail a empresa contratada para esclarecimento a respeito de atraso de envio de peças de próteses, bem como a reclamação do odontólogo encaminhando fotos de trabalhos que estavam sendo entregues de má qualidade.

A demora das respostas e pareceres dos questionamentos e solicitações que a equipe do CEO faz ao Laboratório Credenciado, inviabiliza o seguimento do serviço, prejudicando tanto o serviço como os pacientes e, mais uma vez, a solicitação foi feita no dia 22/08/2017, comunicando falta de caixinhas, sacos plásticos, moldeiras que haviam sido orientado para que as mesmas retornassem com o rodete de cera (dentro da caixinha) e a resposta se deu somente no dia 25/08/2017, e como sempre, sem organização e controle, solicitando a quantidade que havia sido pedida para providenciar um quantitativo maior para não acontecer novamente.

Da análise aos autos, tem-se que de fato a Secretaria de origem não se manteve omissa diante do arguido descumprimento contratual, tanto é que expediu a Notificação extrajudicial já mencionada, como ainda, inúmeras mensagens eletrônicas, conforme se depreende das fls. 21/86.

Detendo-se aos autos retira-se que existe razão à Secretaria da Saúde, porquanto o contrato não tem sido cumprido com o rigor que deve ser atendida a Coisa Pública, aliás assumem caráter de gravidade ainda maior, pois, na outra ponta, deixa municípios em situação delicada e sem atendimento, pois não se olvida da importância e da urgência de uma prótese àquele que tem a dentição natural prejudicada.

É um despautério, ademais, o argumento da empresa de que o prazo de 5 (cinco) dias é exíguo para o cumprimento das obrigações.

Ora, ao aderir o edital e, inclusive, sagrar-se campeã, sabia das regras, conquanto estão claramente dispostas na "cláusula quarta,

subitens 4.2 a 4.21" (fl. 17), ou imaginava a vencedora que tão logo assinasse contrato poder-se-ia flexibilizar as regras de maneira que lhe aprovesse?

É consabido que o Edital Licitatório faz lei entre as partes, ao anuir com as regras do certame, anui-se com a Lei, bem por isso:

A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso --- o melhor negócio --- e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração.

Ainda:

E, no dizer do ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles a vinculação ao instrumento convocatório é:

[...] Princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (grifado)

E Joel de Niebuhr Menezes quanto ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório:

[...] Os licitantes, ao analisarem o instrumento convocatório, devem ter condições de precisar tudo o que serão obrigados a fazer, caso saiam vencedores do certame. E por outro lado, a Administração Pública só pode exigir aquilo que efetivamente estiver no instrumento convocatório salvo, futuramente, se alterar o contrato, dentro das balizas legais, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro. [...]

Ademais, em sede de defesa, a empresa apresenta justificativas que, com todo respeito, em nada acrescentam em favor, ao contrário, retira-se dali um amontoado de explicações destituídas de provas, quando, ao contrário, as mensagens eletrônicas comprovam que a Secretaria apenas cobrava o cumprimento das regras previstas e com as quais a vencedora do certame anuiu.

Não há de se acolher ainda o argumento de que não cabe "culpa exclusiva" da contratada porque não há provas de que apenas ela errou nos moldes, mas que nunca questionou. Ao contrário, rediga-se, as mensagens trocadas dão conta de que a contratada deu causa à confusão contratual.

Na verdade, o que parece, lendo a defesa da contratada, é que se assumiu um compromisso com a Coisa Pública para o qual não se estava logisticamente e tecnicamente preparada.

Gize-se que, ao apresentar declaração de capacidade técnica e assinar, posteriormente, o contrato o participante do certame, assume-se a responsabilidade de obedecer ao cronograma posto pela Secretaria de origem.

Passa-se da hora de que se entenda que quem contrata com a Administração Pública contrata com o Dinheiro Público e, bem por isso, não se pode falar em razoabilidade de serviço, mas em

excelência, uma vez que a conta é paga pela população!

Ademais, com todo respeito à contratada, mas erra ao falar da "razoabilidade" (fl. 92), referindo-se, por certo, supremacia do "princípio da razoabilidade e da proporcionalidade", porquanto a supremacia, no caso concreto, é a do interesse público e demanda o interesse público que aquele que contrata com a Administração cumpra à risca o pactuado, sob pena de responder por isso, sempre, por óbvio, nos limites da Lei.

Bem por isso, traz-se aqui do Edital Pregão Presencial nº 46/2016/FMS, o mesmo que foi vencido pela contratado, sem se descuidar das demais disposições lá postas, as responsabilidades da empresa contrata, quase todas repetidas na Ata de Registro nº 195/2016:

#### 4. JULGAMENTO

4.1. O Município de Jaraguá do Sul poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, porventura necessário.

4.2. O Município de Jaraguá do Sul realizará, através da Gerência de Saúde Ocupacional, visitas às instalações dos Serviços interessados, visando emitir parecer técnico sobre os aspectos relativos as condições de atendimento, segurança, aparelhagem, corpo funcional e técnico.

4.3. Após a análise e visitas, o Município, com base no parecer dos técnicos da Gerência de Saúde Ocupacional, emitirá Carta de Aceitação ou Recusa do Credenciamento.

4.4. A recusa será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos pelo Edital de Credenciamento.

#### 5. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

5.1. Prestar o atendimento dos exames conforme especificado na cláusula terceira deste Termo de Credenciamento, mediante autorização da Gerência de Saúde Ocupacional.

5.2. Oferecer aos servidores os recursos necessários ao seu atendimento.

5.3. Apresentar, por escrito, as razões pelo não atendimento de serviços previamente autorizados, se for o caso.

5.4. Não permitir que terceiros utilizem os serviços credenciados.

5.5. Realizar, dentro dos custos já previstos, os exames clínicos e laboratoriais credenciados, nos prazos, tipos, quantidades e qualidades solicitadas em ato formal do Município, por intermédio da Gerência de Saúde Ocupacional.

5.6. Manter as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento.

5.7. Apresentar relatórios dos serviços prestados juntamente com a nota fiscal mensal.

5.8. Comunicar à Gerência de Saúde Ocupacional, até o 1º dia útil subsequente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

5.9. Permitir o livre acesso à Equipe Técnica da Gerência de Saúde Ocupacional e/ou fiscal do contrato nos locais onde os serviços são prestados.

5.10. Seguir as diretrizes da Política Nacional de Humanização.

5.11. A CREDENCIADA fica responsável por todos os ônus, tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas à execução dos serviços.

5.12. A CREDENCIADA responsabilizar-se-á por todos os danos causados ao CREDENCIANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

5.13. Para atendimento das requisições e solicitações do município, nas dependências da CREDENCIADA, no mínimo por 08 (oito) horas diárias e 05 (cinco) dias por semana.

5.14. A CREDENCIADA será responsável pelo material necessário à prestação dos serviços, bem como, das coletas, incluído nesse caso, todo e qualquer insumo imprescindível para a realização do procedimento.

5.15. Para execução dos serviços, a CREDENCIADA, se responsabilizará pelas condições técnicas, utilizando reagente de qualidade e demais métodos compatíveis com os padrões de qualidade.

5.16. Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação assumidas na assinatura deste Termo de Credenciamento.

5.17 – Em caso de renovação do Termo de Credenciamento é necessário a apresentação dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento, atualizados.

Transgredidas as regras, conforme fica claro na instrução processual, também tem-se no edital e na Ata já mencionados, a aplicação de sanções:

#### 10. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1. pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão do contrato, aplicar à contratada as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

I - advertência;

II - multa na forma prevista no item 10.3;

III - suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração

Pública, por prazo não superior a dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. as multas aplicadas na execução do contrato serão descontadas dos pagamentos devidos à contratada, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.3. poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, relativa ao mês da ocorrência, quando a contratada:

a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

b) transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização por escrito do Município;

c) executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da

obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;

d) desatender as determinações da fiscalização;

e) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;

f) não iniciar, sem justa causa, a execução do contrato no prazo fixado;

g) não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;

h) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao do Município e/ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

10.4. as multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

Evidente que se trata o caso concreto de inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, porquanto:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Na espécie, a questão deve ser resolvida quanto à observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, logo, em deixando a licitante de fornecer o equipamento de acordo com as características exigidas, não pode alegar ofensa aos seus direitos

o fato de a Administração lhe exigir a multa contratualmente prevista, na medida em que descumpriu sua parte no contrato, e, em assim agindo, está sujeita às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação de regência.

Também, por analogia, da mesma jurisprudência, cujo caso analisado é de origem deste mesmo município:

[...] porquanto a empresa deixou de cumprir sua parte no contrato firmado ao não fornecer o equipamento exigido na licitação, sujeitando-se, por conseguinte, às sanções administrativas aplicáveis à hipótese, ressaltando-se que entre as normas que regem o procedimento licitatório, encontra-se o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e, se a Administração entendeu ser mais eficiente o imunoanalisador automatizado, de piso, o fez, por motivos de conveniência e oportunidade, não podendo a agravante fornecer maquinário diverso do licitado, descumprindo exigência do edital, da qual tinha pleno conhecimento, necessário registrar, como dito alhures.

Também:

A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso --- o melhor negócio --- e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Imposição do interesse público, seu pressuposto é a competição. Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração.

Assim, resta dizer da penalidade a se aplicar.

Muito bem. Do rol de penalidades definidas as cláusulas punitivas já aqui mencionadas e aceitas as condições contratuais pelo fornecedor dos materiais (fls. 16/20, o documento assinado está no setor de Licitações), resta definida a possibilidade relacionada à aplicação de sanção punitiva de natureza pecuniária e restritiva.

Quanto ainda à aplicação da penalidade prevista e atendendo o limite posto na Lei de Licitações no art. 87, eis que:

Art.87.Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos

resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1o Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2o As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3o A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Ademais, a própria Lei 10.520/2002, a já mencionada Lei do Pregão, impõe ao Ente Público o dever de aplicar as penalidades, conquanto retira-se do art. 7º de tal texto legiferante:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Até por quê, é do Superior Tribunal de Justiça :

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. LICITAÇÃO E CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL. RESCISÃO UNILATERAL E APLICAÇÃO DE MULTA. PREVISÃO NA LEI E NO CONTRATO ADMINISTRATIVO. LEGALIDADE DO ATO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. (STJ – RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA: RMS 45524 RS 2014/0108243-9, T2 – Segunda Turma, Publicação DJe 24/02/2016, Julgamento 16 de Fevereiro de 2016, Relator Ministro Humberto Martins) (Grifei)

Ainda:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. INEXECUÇÃO PARCIAL. APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE SUSPENSÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO E MULTA. LEGALIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.

I – Verificado que foi garantido a parte a apresentação de defesa prévia e recurso em processo administrativo, não há que se falar em cerceamento de defesa.

II – Nos termos do art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução parcial do contrato autoriza a sua rescisão, cabendo à Administração, nessa hipótese, aplicar as penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da referida lei.

III – Constatando-se que o ato indigitado coator foi produzido em conformidade com a lei e precedido de regular processo administrativo, não merece procedência a alegação de nulidade.

IV – Segurança denegada. (TJ-MA – MANDADO DE SEGURANÇA: MS 250272008 MA, Órgão Julgador São Luis, Julgamento 10 de Março de 2009, Relator Jorge Rachid Mubárack Maluf) (Grifei)

Por todos os fundamentos expostos é que decido pela penalização da empresa vencedora do certame e plenamente possível a aplicação das penalidades apontadas pela Secretaria de origem em seu relatório final.

**III – DISPOSITIVO**

Diante do exposto, determino em relação à empresa Clínica Odontológica 19 de Dezembro Ltda. - EPP referente ao Certame nº46/2016 (FMS), Ata de Registros nº 195/2016 (fls. 4/20):

a) APLICAÇÃO DE MULTA no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato;

b) a SUSPENSÃO da empresa na participação de licitação, bem como de celebração de contratos com o Município de Jaraguá do Sul pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir de sua notificação;

c) o DESCREDENCIAMENTO da empresa do cadastro de fornecedores, enquanto perdurar a suspensão impedindo-a de participar de licitação com o Poder Público Municipal;

d) haja compensação entre eventuais valores contratuais a serem pagos no Contrato relativo ao Certame nº46/2016 (FMS), Ata de Registros nº 195/2016 (fls. 4/20) pelo Município com o valor da

multa a ser aplicada no item “a” desta decisão, emitindo-se documento de arrecadação municipal do saldo a pagar, pela empresa, à Administração.

d) enviem-se ao autos à Controladoria-Geral para que oriente a efetivação da decisão junto à Secretaria da Saúde, inclusive sobre os registros a se fazer em relação ao setor de Licitações.

e) efetivada a decisão, não havendo pendências, enviem-se-os à Controladoria-Geral do Município para as formalizações de estilo.

Cumpra-se.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.  
Após todos os trâmites legais, arquivem-se.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2017.  
Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito em exercício

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS 2017**

Publicação Nº 1425591

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista que os demais proprietários de imóveis da mesma rua que apresentavam situação semelhante (ausência de calçada) foram notificados, com fundamento nos termos dos artigos 230 e 231 da Lei 1182/88, e artigo 2º da Lei 470/73, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado (a)	CPF	Notificação	Medida Determinada	Prazo para Cumprimento
Luiz Alberto Ling Linhares	147.095.119-37	22727/2017	Ausência Parcial de Calçada no imóvel cadastro 27555. Deverá finalizar a construção da calçada.	30 dias

Considera-se notificado o contribuinte acima listado no prazo de 30 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, incorrerá o notificado nas penas do Art 123 do Código Tributário Municipal e/ou do Art. 8º da Lei Ordinária 470/73, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS 2017**

Publicação Nº 1425589

**EDITAL - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10-A da Lei 1182/88, Art. 54 Caput e Art. 54 §4 da Lei Municipal 3528/2004, CIENTIFICA o (a) contribuinte abaixo identificado (a) acerca do auto de infração emitido:

Autuado (a)	CPF	Auto de Infração	Fato Gerador	Valor da Multa	Prazo para recolhimento
CUPINSECT CONTROLE DE PRAGAS LTDA ME	24.642.512/0001-40	2228/2017	Panfletos Publicitários da empresa Cupinsect colocados nos vidros dos carro estacionados na via pública na R. Marina frutuoso, Centro – Jaraguá do Sul/SC. Já autuado em 28/11/2016 pelo mesmo fato. Reincidência conforme Art. 54 §7 da Lei Municipal 3528/2004.	R\$ 349,16	30 dias

Considera-se autuado o contribuinte acima listado a contar da publicação deste, podendo, dentro do prazo para recolhimento acima indicado, apresentar defesa por escrito à repartição competente.

O pagamento da multa não isenta o infrator da obrigação de fazer ou desfazer e do cumprimento às exigências das demais autoridades competentes.

A multa não paga no prazo estabelecido será inscrita em dívida ativa, para cobrança executiva fiscal, acrescida de correção monetária, juros



moratórios e outros encargos cabíveis.

O infrator com débito tributário inscrito em dívida ativa fica impedido de transacionar a qualquer pretexto com o poder público.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.

## EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 202/2017

Publicação Nº 1426549

### EDITAL

CONCORRÊNCIA N.º 202/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para construção e reforma de equipamentos comunitários, anexo ao conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida "Érica Modrock", localizado na Rodovia BR 280, Rodovia Federal Prefeito Engelbert Oechsler no Bairro Ribeirão Cavalo em Jaraguá do Sul SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital. REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 14 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br) sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.181.384,38 (hum milhão cento e oitenta e um mil trezentos e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 07 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

JONAS GERMANO SCHMIDT

Secretário Municipal da Saúde

MARIA SANTIN CAMELLO

Secretária da Assistência Social e Habitação

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 348/2017

Publicação Nº 1426562

EXTRATO DE CONTRATO Nº 348/2017

PROCESSO: Pregão Presencial nº 123/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: CELETA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA - ME

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados de vigilância armada e desarmada, e serviços de brigadistas para a 29ª Schützenfest – edição 2017 em conformidade com o Anexo IX – Cronograma dos Serviços e Anexo XI– Termo de Referência, anexos do edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2017.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS : Os recursos orçamentários para o exercício de 2017 serão os seguintes:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	365	080 Próprios
13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	366	0536 Próprios

DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelos serviços de brigadistas, o valor de R\$ 7.398,00 (sete mil trezentos e noventa e oito reais) pela execução total do contrato. PAGAMENTOS: O pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução total dos serviços e a finalização do evento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº. 209, de 20/05/99.

DOS PRAZOS: O prazo para execução dos serviços de brigadistas, serão prestados no período de 10 a 20 de novembro de 2017, perfazendo 274 (duzentas e setenta e quatro) horas, em conformidade com os Anexos IX e XI deste edital. A vigência deste contrato é igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 11/10/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Elizeu Taborda.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 352/2017**

Publicação Nº 1426564

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 352/2017**

PROCESSO: Pregão Presencial nº 123/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: ORGANIZAÇÕES PLENA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados de vigilância armada e desarmada, e serviços de brigadistas para a 29ª Schützenfest – edição 2017 em conformidade com o Anexo IX – Cronograma dos Serviços e Anexo XI– Termo de Referência, anexos do edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2017.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS : Os recursos orçamentários para o exercício de 2017 serão os seguintes:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	365	080 Próprios
13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	366	0536 Próprios

DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, o valor de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) por hora trabalhada na vigilância desarmada e R\$ 22,90 (vinte e dois reais e noventa centavos) por hora trabalhada na vigilância armada, totalizando R\$ 66.185,90 (sessenta e seis mil cento e oitenta e cinco reais e noventa centavos) pela execução total do contrato. PAGAMENTOS: O pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução total dos serviços e a finalização do evento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº. 209, de 20/05/99.

DOS PRAZOS: PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: O prazo para execução dos serviços de vigilância desarmada serão prestados no período de 09 a 19 de novembro de 2017 compreendendo o total de 2.539 (duas mil, quinhentas e trinta e nove) horas e os serviços de vigilância armada através de 02 (dois) seguranças serão prestados no período de 08 a 20 de novembro de 2017, durante 24h, compreendendo 451 (quatrocentas e cinquenta e uma) horas, em conformidade com os Anexos IX e XI deste edital. A vigência deste contrato é igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 11/10/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Silvio Soares Fragoso.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 203/2017**

Publicação Nº 1425369

**LEI COMPLEMENTAR Nº 203/2017**

Altera Dispositivos da Lei Complementar Municipal Nº 30/2003, de 09 de Dezembro de 2003, Alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 59/2006, de 22 de Dezembro de 2006, 107/2010, de 13 de Dezembro de 2010, e 185/2016, de 20 de Dezembro de 2016, que Dispõem sobre a Instituição, no Município de Jaraguá do Sul, da Contribuição Para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip), Prevista no Artigo 149-A, da Constituição Federal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,  
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º O artigo 2º, da Lei Complementar Municipal Nº 30/2003, de 09/12/2003, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 59/2006, de 22/12/2006, 107/2010, de 13/12/2010, e 185/2016, de 20/12/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º A receita proveniente da arrecadação da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) é destinada, exclusivamente, ao custeio, manutenção e investimento na iluminação pública do Município."

Art.2º O artigo 3º, da Lei Complementar Municipal Nº 30/2003, de 09/12/2003, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 59/2006, de 22/12/2006, 107/2010, de 13/12/2010, e 185/2016, de 20/12/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3º Constitui fato gerador da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip):

I - o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município;

II - a propriedade imobiliária de imóvel urbano não edificado, que não disponha de ligação regular de energia elétrica.

§1º Os órgãos da Administração Pública Municipal Direta, suas Autarquias e Fundações são isentas da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip).

§2º Na hipótese do inciso II, a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) será apurada, na forma da Tabela II, do Anexo Único, desta Lei Complementar, mediante aplicação da seguinte fórmula:



Valor Anual COSIP = mt testada do imóvel x 4% UPM (Unidade Padrão Municipal)

§3º O recolhimento da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip), previsto neste artigo, será lançado, anualmente, e discriminado, individualmente, junto à cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

§4º Caso o imóvel gerador da Contribuição possua mais de uma testada, será considerada para cálculo do tributo apenas uma delas, sendo aquela lançada junto ao cadastro municipal.

§5º O valor máximo para qualquer das hipóteses previstas neste artigo e Anexo Único será de, no máximo, 1 (uma) UPM (Unidade Padrão Municipal)."

Art.3º O artigo 4º, da Lei Complementar Municipal Nº 30/2003, de 09/12/2003, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 59/2006, de 22/12/2006, 107/2010, de 13/12/2010, e 185/2016, de 20/12/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4º A Contribuição de que trata o artigo 1º desta Lei Complementar corresponderá ao custo do serviço de iluminação pública, de acordo com os níveis de consumo de energia elétrica e/ou testada do imóvel, conforme especificam as Tabelas I e II, constantes do Anexo Único, da presente Lei Complementar.

Parágrafo único. Os valores das Tabelas I e II, constantes do Anexo Único, desta Lei Complementar, serão atualizados a cada exercício pelo mesmo índice aplicado à Unidade Padrão Municipal (UPM) de que trata o §1º, do artigo 276, do CTM."

Art.4º O artigo 5º, da Lei Complementar Municipal Nº 30/2003, de 09/12/2003, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 59/2006, de 22/12/2006, 107/2010, de 13/12/2010, e 185/2016, de 20/12/2016, passa a vigorar com a seguinte redação, revogados os incisos I a IV, do mesmo artigo:

"Art.5º Ficam isentos do pagamento da contribuição os órgãos da Administração Direta Municipal, suas Autarquias e Fundações."

Art.5º A Tabela I, da Lei Complementar Municipal Nº 30/2003, de 09/12/2003, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 59/2006, de 22/12/2006, 107/2010, de 13/12/2010, e 185/2016, de 20/12/2016, passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo Único, que integra esta Lei Complementar, acrescida a Tabela II ao mesmo Anexo.

Art.6º Integra a presente Lei Complementar o Anexo Único, contendo as Tabelas I e II.

Art.7º Esta Lei Complementar entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

MÁRCIO ERDMANN

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

## LEI COMPLEMENTAR Nº 203/2017 - ANEXO

Publicação Nº 1425376

### ANEXO ÚNICO

#### DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 203/2017

##### TABELA I

###### \* CONTRIBUINTES RESIDENCIAIS

FAIXAS DE CONSUMO (Kwh)	VALOR (R\$)
0000 a 0030	3,25
0031 a 0050	6,50
0051 a 0100	10,14
0101 a 0200	12,68
0201 a 0500	15,22
0501 a 1000	20,30
Acima de 1000	25,31

###### \* CONTRIBUINTES NÃO RESIDENCIAIS

FAIXAS DE CONSUMO (Kwh)	VALOR (R\$)
0000 a 0030	6,50
0031 a 0050	10,14
0051 a 0100	12,66
0101 a 0200	17,74
0201 a 0500	25,31
0501 a 1000	30,39

Acima de 1000	51,30
---------------	-------

## \* CONTRIBUINTES RURAIS

FAIXAS DE CONSUMO (Kwh)	VALOR (R\$)
0000 a 0100	6,50
0101 a 0200	12,68
0201 a 0500	15,22
0501 a 1000	20,30
Acima de 1000	25,31

## \* CONTRIBUINTES PRIMÁRIOS

FAIXAS DE CONSUMO (Kwh)	VALOR (R\$)
0000 a 2000	73,58
2001 a 5000	110,35
5001 a 10000	147,17
Acima de 10000	294,35

## TABELA II

## \* IMÓVEIS URBANOS NÃO EDIFICADOS

METRAGEM TESTADA IMÓVEL	UNIDADE PADRÃO MUNICIPAL
Mt x	4% UPM/ANO

**LEI COMPLEMENTAR Nº 203/2017 - ANEXO LINK**

Publicação Nº 1426528

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 203/2017

ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR

MUNICIPAL Nº 203/2017

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o Anexo Único da Lei Complementar Municipal Nº 203/2017 encontra-se disponível no link abaixo:

<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=19019>

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 1117/2017**

Publicação Nº 1426829

PORTARIANº 1117/2017

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por implemento de idade do servidor público municipal OSMAR ANDREATTA, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 983;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 520/2017/Semad-DGP, de 10/11/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de MÉDICO, em virtude da aposentadoria voluntária por implemento de idade do servidor público municipal OSMAR ANDREATTA, concedida através da Portaria Nº 704/2017, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/11/2017.

**PORTARIA Nº 1118/2017**

Publicação Nº 1426831

PORTARIANº 1118/2017

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal ROSI COGROSSI FERREIRA, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 913; CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 520/2017/Semad-DGP, de 10/11/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal ROSI COGROSSI FERREIRA, concedida através da Portaria Nº 706/2017, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/11/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1119/2017**

Publicação Nº 1426832

PORTARIANº 1119/2017  
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal VILMA THOMAZELLI, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 907; CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 520/2017/Semad-DGP, de 10/11/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA I, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal VILMA THOMAZELLI, concedida através da Portaria Nº 690/2017, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/11/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1120/2017**

Publicação Nº 1426835

PORTARIANº 1120/2017  
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal LORIVAL PEDRO PELLIN, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 455/2012; CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 520/2017/Semad-DGP, de 10/11/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição do servidor público municipal LORIVAL PEDRO PELLIN, concedida através da Portaria Nº 698/2017, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/11/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1121/2017**

Publicação Nº 1426837

PORTARIANº 1121/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 520/2017/Semad-DGP, de 10/11/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/11/2017, LORIVAL PEDRO PELLIN da função gratificada de SUPERVISOR DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DA PRODUÇÃO, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 720/2017, de 13/07/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1122/2017**

Publicação Nº 1426838

PORTARIANº 1122/2017  
Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição - regra específica de magistério - da servidora pública municipal AUREA APARECIDA MAENCHEN, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 908;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 520/2017/Semad-DGP, de 10/11/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - LICENCIATURA PLENA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição - regra específica de magistério - da servidora pública municipal AUREA APARECIDA MAENCHEN, concedida através da Portaria Nº 699/2017, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 06/11/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 1123/2017

Publicação Nº 1426840

PORTARIANº 1123/2017

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 909;

CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 520/2017/Semad-DGP, de 10/11/2017, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de SECRETÁRIA DE ESCOLA, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS, concedida através da Portaria Nº 705/2017, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 06/11/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 1124/2017

Publicação Nº 1426841

PORTARIANº 1124/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 214, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 217/2017/Semad-GAS, de 09/11/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REMANEJAR a servidora pública municipal ROSANE VERA MAIA PEREIRA, matrícula 8296, do cargo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer, temporariamente, no período de 02/10/2017 a 02/10/2018, as atribuições do cargo de Coordenadora Pedagógica, junto à Secretaria Municipal de Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Gerência de Assistência ao Servidor para acompanhar o período de remanejamento da servidora.

Art.4º Comunique-se à Secretaria Municipal da Administração para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/10/2017, revogadas as Portarias Nºs 180/2012, de 08/02/2012, e 891/2016, de 26/10/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 1125/2017

Publicação Nº 1426842

PORTARIANº 1125/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, e 199/2017, de 26/07/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1303/2017/PGM, de 07/11/2017, da Procuradoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 13/11/2017, MARIANA ARAÚJO MARCÓRIO CASTRO, matrícula 11006, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DO CONTENCIOSO GERAL, da Procuradoria-Geral Adjunta do

Contencioso, da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## **PORTARIA Nº 1126/2017**

Publicação Nº 1426843

PORTARIANº 1126/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 03/10/2017, a servidora pública municipal MARA LÚCIA BINI, matrícula 8783, para desempenhar as atribuições de SECRETÁRIA EXECUTIVA do seguinte Órgão Colegiado que integra o Poder Executivo Municipal:

- Conselho Municipal da Cidade de Jaraguá do Sul (Comcidade).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/10/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito



# Joaçaba

## PREFEITURA

### 79/2015 FMS TA 01

Publicação Nº 1426631

#### CONTRATO Nº 79/2015/FMS – TA 02

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário, CELSO VILMAR BRANCHER, e a empresa FOCO PROPAGANDA LTDA, inscrita no CNPJMF sob o nº 01.191.137/0001-33, com sede na Rua 29 de julho, 313 – sala 11, doravante denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo Sr. Osmar Wilhner, portador da Carteira de Identidade nº 14/R 2.130.385 e CPF nº 629.830.249-20, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 79/2014/FMS, firmado em 23/11/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 13/2015/FMS – TP 2/2015/FMS, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir programas de prevenção à saúde, campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde e atos gerais da Secretaria Municipal de Saúde ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no §1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO e a CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor máximo previsto no subitem 3.2 do contrato original (R\$ 250.000,00), fica acrescido em R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), correspondentes a 15%, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Diante do acréscimo, o valor máximo previsto para as despesas inerentes a esta contratação passa a ser de R\$ 287.500,00 (duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais), a contar de 23 de novembro de 2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 23 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer

outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 06 de novembro de 2017.  
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CELSO VILMAR BRANCHER - Secretário

FOCO PROPAGANDA LTDA  
CONTRATADA  
OSMAR WILHNER

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### DECRETO N 5250

Publicação Nº 1425806

DECRETO Nº 5.250 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/16 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 19.665,75 (dezenove mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 19 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Proj./Atividade: 2.006 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0202.0 - R\$ 19.665,75 (4)

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 19 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Proj./Atividade: 2.006 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0202.0 - R\$ 19.665,75 (6)

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 13 de novembro de 2017.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito



**DECRETO Nº 5.249 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1426437

DECRETO Nº 5.249 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

cria Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal - GEMAT dispõe sobre suas atribuições e dá outras providências.

O Prefeito de Joaçaba(SC), no uso das suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica criado o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal - GEMAT, com a finalidade de coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração Tributária Municipal, sendo constituído pelos seguintes membros:

- I – Jorge Luiz Dresch - matrícula 12685;
- II – Adones Marciano - matrícula 11327;
- III – Eliana Zardo Schumautz - matrícula 7296;
- IV – João Carlos Toledo Sampaio - matrícula 11324;
- V – Fabiano Grando Poletto - matrícula 9440;
- VI – Luiz Fernando Vaccari – matrícula 11355;
- VII – Fernanda Braga - matrícula 12237
- VIII – Rosângela Pelicioli - matrícula 8252.

Art. 2º - O Grupo Especial de Trabalho, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras da área de Administração Tributária, terá as seguintes atribuições específicas:

I – Identificar e selecionar os principais problemas, e suas causas, existentes na Administração Tributária do município e que vêm limitando a exploração eficiente do seu potencial de receita, nas seguintes áreas e interseções:

- a) Organização e gestão;
- b) Legislação tributária;
- c) Cadastros fiscais;
- d) Lançamento e arrecadação dos tributos;
- e) Cobrança amigável e judiciária;
- f) Acompanhar, autorizar e fiscalização a aplicação dos recursos do PMAT;
- g) Anistias e isenções;
- h) Estudos econômico-tributários;
- i) Atendimento ao contribuinte;
- j) Sistema e tecnologia de informação;
- k) Relações intra e interinstitucionais;
- l) Outras áreas correlatas.

II - Propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e o equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da administração tributária no BNDES, bem como em outros órgãos oficiais.

Art. 3º. A coordenação do Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal – GEMAT será realizada pelo Secretário Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, Jorge Luiz Dresch.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 4.804/2015.

Joaçaba(SC), em 10 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**DECRETO Nº 5.251 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1426438

DECRETO Nº 5.251 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Adota Critérios para a Escolha de Turmas na Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Art. 17 da Lei Complementar Nº210/2011, que especifica:

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º – A adoção dos seguintes critérios para a escolha de turmas pelos professores do quadro efetivo da Rede Municipal de Ensino, lotados nas unidades escolares ou centros de educação infantil, fica assim constituído:

- a) Maior tempo de lotação na unidade escolar;
- b) Maior tempo de serviço efetivo na rede municipal de ensino;
- c) Maior habilitação na área de atuação;
- d) Maior tempo de serviço na rede municipal de ensino;
- e) Sorteio.

Parágrafo Único – No ato da escolha das turmas, o professor readaptado e o professor que estiver gozando de licença sem vencimento não terão direito de escolha.

Art. 2º - A escolha deverá ser realizada na última semana de Novembro do ano de 2017, sendo que a lotação somente terá validade para o ano letivo de 2018.

Art. 3º - As Escolas e Centros de Educação Infantil Municipais deverão, após as escolhas, encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, documento contendo o nome do professor, a vaga escolhida e a assinatura do mesmo até a data de 30 de novembro.

Art. 4º - O professor convocado para a escolha de vagas, que não comparecer no dia e hora marcados, ou não enviar representante mediante procuração, perderá o direito a escolha, ficando com a vaga remanescente.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 5.037 de 06 de dezembro de 2016.

Joaçaba(SC), em 13 de novembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**EXTRATO DO PL 80/2017/PMJ - CC 07/2017/PMJ**

Publicação Nº 1425876

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2017/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 07/2017/PMJ

Objeto: Permissão para a exploração do serviço público de remoção e guarda de veículos apreendidos ou recolhidos em decorrência de infrações de trânsito, aplicação de medidas administrativas ou penalidades. Tipo: Maior Oferta. Forma de Julgamento: Maior Oferta. Data da abertura: Dia 19/12/2017, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 19/12/2017 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 13 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

VILSON SARTORI

Secretário de Infraestrutura

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO EDITAL PP 013/2017 - MATERIAL GRÁFICO**

Publicação Nº 1426469

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 041/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N. 013/2017

A CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor FRANCISCO MOREIRA LOPES, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL tipo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos Lei Federal n. 10.520/2002, Lei Complementar n. 123/2006, Decreto Municipal n. 2.879/2006 e Decreto Municipal n. 4.388/2013, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal n. 8.666/1993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes:

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de serviços de encadernação e fornecimento de materiais gráficos e afins, visando a atender as necessidades da Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC, em conformidade com as especificações do Edital e anexos.

FORMA DE JULGAMENTO: menor preço por item.

CRENCIAMENTO: até às 14 horas do dia 1º de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba – SC, localizada na Rua Tiradentes, n. 872, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba – SC.

ABERTURA DA SESSÃO: dia 1º de dezembro de 2017, às 14h30min na Câmara Municipal de Vereadores (endereço acima descrito).

O Edital na íntegra se encontra disponível no site <http://camarajoacaba.sc.gov.br/> e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (049) 3527-2900, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 13 de novembro de 2017.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PREGÃO JHL0062/2017 PUBLICAÇÃO JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL**

Publicação Nº 1425907

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0073/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0062/2017  
PROTOCOLO JHL 2932/2017

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0062/2017 – Licitação 0073/2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÕES DO SIMAE EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA ESTADUAL NO EXERCÍCIO DE 2018, EM ATENDIMENTO A LEI 8666/93.

Da Entrega dos Envelopes: até as 9h00min do dia 27/11/2017 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 27/11/2017 às 9h10min, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 14/11/2017 a 27/11/2017.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 13 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

**ERRATA PREGÃO 0064/2017 - SIMAE**

Publicação Nº 1426868

**ERRATA**

Simae - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Pregão Presencial JHL 0064/2017

Licitação nº 0075/2017

Protocolo 2971/2017

Objeto: Contratação de serviços de administração, na condição de agente de integração, do programa de concessão de vagas de estágio remunerado

O Diretor Presidente do Simae torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação Pregão Presencial n.º 0064/2017, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Alteração da data de entrega dos envelopes e abertura da sessão (Preâmbulo e item 7.1 do Edital)

a) Fica alterada a data de credenciamento e recebimento dos Envelope nº 1º (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) para: até às 9h do dia 28/11/2017;

b) Fica alterada a data de abertura da sessão pública para: dia 28/11/2017 às 9h 10min

2º Alteração – Alteração do item 12.2.1 do Edital e no item 4.2.1 da Minuta do Contrato (Anexo X)

Onde se lê:

12.2.1 O Simae fará o repasse mensal ao Agente de Integração, dos valores correspondentes às bolsas-auxílio, vales transporte e recessos remunerados devidos aos estagiários, juntamente com o valor correspondente à taxa de administração, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços.

Leia-se:

12.2.1 O Simae fará o pagamento ao Agente de Integração, dos valores correspondentes à taxa de administração, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços.

3º Alteração - Fica suprimido as alíneas "r" e "s" do item 9 do Termo de Referência

4º Alteração – Acrescenta-se o item 6 do Termo de Referência a alínea "b" com a seguinte redação:

b) O Simae fará o pagamento da bolsa de estágio mais o auxílio transporte diretamente ao estágio.

Joaçaba, 14 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do Simae

## ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO 0005/2017 - SIMAE

Publicação Nº 1425381

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0005/2017

Autorizo por meio desta, a empresa Andrade Construções Ltda a iniciar a execução de rede de abastecimento de água nas localidades de Serra Alta, município de Herval d'Oeste/SC, lote 1 pertinente ao Processo Licitatório JHL 0059/2017, Tomada de Preços JHL 0005/2017, Protocolo JHL 2078/2017 formalizada pelo Termo de Contrato JHL 0105/2017, de 25 de outubro de 2017. O valor total ora contratado é aquele consignado na proposta apresentada e declarada como vencedora no Processo de Licitação, ou seja, R\$ 407.334,30 (quatrocentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta centavos) com prazo de execução de 04 (quatro) meses, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 07 de novembro de 2017.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

Contratado: Andrade Construções Ltda

Responsável: Simar José Rosa

Sócio Administrador

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## PORTARIA JHL 387/2017

Publicação Nº 1426501

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 387/2017 DE 13.11.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Volnei Jacob Muller(Mat. 156), ocupante do Cargo de Provimento

Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. D-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.01.2016 a 01.01.2017, para serem fruídas no período de 16.11.2017 à 05.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de novembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 13 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

# José Boiteux

## PREFEITURA

### Lei 1.126/2017

Publicação Nº 1425892

Lei nº 1.126, de 10 de Novembro de 2017.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CEDER MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL AOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA QUE DECLARAREM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, BEM COMO PARA AS ENTIDADES, AUTARQUIAS, ÓRGÃOS E EMPRESAS PÚBLICAS DO ESTADO E DA UNIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder máquinas, equipamentos e pessoal aos Municípios do Estado de Santa Catarina que declararem Situação de Emergência – SE ou Estado de Calamidade Pública – ECP.

Parágrafo único. As máquinas, equipamentos e pessoal de que trata o caput deste artigo, serão cedidos para o reestabelecimento dos serviços públicos essenciais, tais como desobstrução e recuperação de vias limítrofes, estendendo-se também setores de saúde, trânsito e segurança, a juízo do município cedente.

Art. 2º O controle de máquinas, equipamentos e pessoal cedido, será de competência do Poder Executivo Municipal cedente, que deverá atuar conjuntamente com o órgão competente do município beneficiado com a presente lei.

Art. 3º Fica também autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a ceder máquinas, equipamentos e pessoal as Entidades, Autarquias, Órgãos e Empresas Públicas do Estado e da União, mediante solicitação justificada por seu responsável legalmente indicado.

Parágrafo único. As máquinas, equipamentos e pessoal de que trata o caput deste artigo, serão cedidos para atender os serviços públicos essenciais sob a forma de cooperação.

Art. 4º As despesas de locomoção das máquinas, equipamentos e pessoal, até os municípios atingidos, correrão por conta de dotações orçamento municipal vigente.

Art. 5º O Executivo Municipal expedirá decreto especificando as máquinas, os equipamentos e pessoal a serem cedidos, estipulando um prazo determinado pela cessão.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

José Boiteux, 10 de Novembro de 2017.

Jonas Pudewell  
Prefeito Municipal

# Lages

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO PE 302/2017 PML, ANULAÇÃO DE ITENS PP 97/2017 PML

Publicação Nº 1425848

#### ANULAÇÃO

REF:PREGÃO ELETRÔNICO Nº 302/2017 – PML.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MICRO-COMPUTADORES E NOTEBOOKS PARA DIVERSAS SECRETARIAS.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário da Administração, fundamentado no parecer da Douta Procuradoria Geral do Município, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 1º do art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, delibera pela "ANULAÇÃO" do Processo em epígrafe. Cumpra-se e publique-se.

#### ANULAÇÃO DE ITENS

REF:PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2017 – PML.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI'S PARA MOTOCICLISTAS E FUNCIONÁRIOS DA COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – DIRETRAN.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário da Administração, fundamentado no parecer da Douta Procuradoria Geral do Município, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 1º do art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, delibera pela "ANULAÇÃO" dos itens 1, 2, 3, 4, 6 e 8 do Processo em epígrafe. Cumpra-se, comunique-se e publique-se.

Lages, 14 de novembro de 2017.

Antônio César Alves de Arruda  
Secretário de Administração e Fazenda

### EXTRATO ARP 32-A/2017 - MATHEUS ZAGO - SMS

Publicação Nº 1426552

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 32-A/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017

PROCESSO Nº 75/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos para a realização de manutenção em todas as unidades de saúde, pronto atendimento, policlínica e setores da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 10(dez) dias a contar da data da assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro: Brusque;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas

Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 38/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 5.081,95 (cinco mil e oitenta e um reais e noventa e cinco centavos), sendo:

MATHEUS VIEIRA ZAGO – EPP – CNPJ nº 10.515.077/0001-58 – Rua Nilo Peçanha, nº 49, bairro Frei Rogério, CEP 88508-500, Lages/SC.

Lages, 31 de outubro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 32-B/2017 - MATIC - SMS

Publicação Nº 1426556

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 32-B/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017

PROCESSO Nº 75/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos para a realização de manutenção em todas as unidades de saúde, pronto atendimento, policlínica e setores da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 10(dez) dias a contar da data da assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro: Brusque;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 38/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 5.491,25 (cinco mil e quatrocentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos), sendo:

MATIC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP – CNPJ nº 25.012.595/0001-26 – Avenida Videira, nº 560, bairro Santa Mônica, CEP 89580-000, Fraiburgo/SC.



Lages, 31 de outubro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 32-C/2017 - PR COMÉRCIO - SMS**

Publicação Nº 1426559

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 32-C/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017

PROCESSO Nº 75/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos para a realização de manutenção em todas as unidades de saúde, pronto atendimento, policlínica e setores da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 10(dez) dias a contar da data da assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro: Brusque;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 38/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 9.863,70 (nove mil e oitocentos e sessenta e três reais e setenta centavos), sendo:

PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP – CNPJ nº 24.878.609/0001-26 – Rua Martinho Nerbass, nº 30, bairro Centro, CEP 88502-180, Lages/SC.

Lages, 31 de outubro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 32-D/2017 - SOMA - SMS**

Publicação Nº 1426560

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 32-D/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017

PROCESSO Nº 75/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos para a realização de manutenção em todas as unidades de saúde, pronto atendimento, policlínica e setores da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 10(dez) dias a contar da data da assinatura da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado, na Rua Cruz e Souza – 368 - Bairro: Brusque;

2.4 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar o recebimento definitivo, se aprovado(s);

2.5 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS**

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 38/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 5.380,30 (cinco mil e trezentos e oitenta reais e trinta centavos), sendo:

SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA – ME – CNPJ nº 26.044.069/0001-00 – Rua Plácido Damiani, nº 1200, sala 4, bairro Frei Rogério, CEP 88508-070, Lages/SC.

Lages, 31 de outubro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO CONTRATO 06/2017 FMASH**

Publicação Nº 1425365

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 06/2017 FMAS

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

LOCADOR: MARIA DA GRAÇA GONÇALVES E SOUZA, inscrita no CPF sob n.º 179.173.529-00, RG nº 255.667, residente e domiciliado na Rua Estrada Manoel Leôncio de Souza Brito n.º 4.657 – Bairro Vargem Pequena CEP: 88.052-400 na cidade de Florianópolis/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 93/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 05/2017, correlato ao processo administrativo nº 09/2017, datada de homologação 22/02/2017.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a rua frei Gabriel, 848 bairro universitário Lages/SC - para o uso do Centro POP.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;

2.3 Do Contrato, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;

#### **CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

O valor a ser pago ao mês será de R\$ 4.995,00 (quatro mil novecentos e noventa e cinco reais.).

Lages, 22 de fevereiro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito municipal

**PP 47/2017 SMS, PP 108/2017 PML**

Publicação Nº 1425833

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Presencial 47/2017 SMS

Objeto: Registro de Preços para confecção de Jalecos sob medida, para o Setor de estratégia e Saúde da Família.

Abertura: 01/12/2017 às 09h

Valor Estimado Mensal: R\$ 31.265,00

Modalidade: Pregão Presencial 108/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Conservação, Manutenção, Melhoria e Recuperação da Sinalização de Meios-Fios em diversas Ruas e Avenidas.

Abertura: 04/12/2017 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 57.170,00

Da retirada dos Editais: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 14 de novembro de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

Credenciamento, para até às 08:30 h do dia 28/11/2017;  
Recebimento das Propostas e Abertura da Sessão Pública, até às 09:00 h do dia 28/11/2017;

Oferecimento de Lances, das 10:00 h às 10:30 h do dia 28/11/2017, acrescido do período aleatório. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 14 de novembro de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

**RERRATIFICAÇÃO Nº 02 PP 98/2017 PML, RERRATIFICAÇÃO PE 309 PML/SMS**

Publicação Nº 1425843

**RERRATIFICAÇÃO Nº 02**

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2017 – PML

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO ELETRÔNICO E GUARDA ELETRÔNICA COM DISPONIBILIZAÇÃO WEB, DE DOCUMENTOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que está-se disponibilizando no site, DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES ao NOVO ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA, publicado anteriormente.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 21/11/2017, para às 13:30 horas do dia 06/12/2017. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**RERRATIFICAÇÃO**

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 309/2017 – PML/SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO SUV PARA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E UM VEÍCULO AUTOMOTIVO 1.0 PARA ATIVIDADES DO PROERD.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

Incluir nas especificações do item 2: "mínimo 04 (quatro) apoios de cabeça";

No item 02, onde se lê: pneus 175/70/r15, leia-se pneus 175/60/R15;

Incluir nas especificações dos itens 01 e 02, a possibilidade de apresentar veículo com direção hidráulica, elétrica ou eletrohidráulica.

Em consequência, adia-se os prazos para:

Impugnação, até às 23:59 h do dia 23/11/2017;

Apresentação de pedidos de esclarecimentos, para até às 23:59 h do dia 22/11/2017;

# Laguna

## PREFEITURA

### PORTARIA SEDUC 03/2017

Publicação N° 1426860

PORTARIA SEDUC N° 03/2017

Designa Comissão de Alteração de Atribuição de Exercício (Remoção) e Alteração de carga horária dos servidores da Secretaria de Educação e Esportes de Laguna/SC.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, no uso de suas atribuições, em conformidade com a lei, Complementar n° 138 de 12 de junho de 2006,

RESOLVE:

Art. 1° Designar as servidoras EDNA CRISTINA DA ROSA CARDOSO, matrícula n° 1701/04, JAMILLE MILITÃO DE SOUZA, n° 4214/01, JANAINA PREVE COSTA, matrícula n°4021/02, para sob a coordenação da primeira, comporem a Comissão de Alteração de Atribuição de Exercício (Remoção) e Alteração de carga horária dos servidores da Secretaria de Educação e Esportes.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 13 de Novembro de 2017.

KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO  
Secretária de Educação e Esportes

### PREGÃO 28/2017-PML

Publicação N° 1425626

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO 28/2017 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para a aquisição de tubo industrial de uso na sinalização vertical do Município, dia 27 de novembro de 2017, às 17:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 14 de novembro de 2017.

Waldomiro Souza Netto - Pregoeiro

### TOMADA 04/2017-PML

Publicação N° 1425630

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA de PREÇOS 04/2017– PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, para a contratação de empresa especializada para a execução da sinalização turística vertical no Município, constituída de pórticos, placas e assemelhados, no dia 30 de novembro, as 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 14 de novembro de 2017.

Waldomiro Souza Netto / Presidente da COPELI

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 172/2017

Publicação Nº 1426610

#### DECRETO Nº 172/2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A REMOÇÃO DE UMA FIGUEIRA LOCALIZADA NA PRAÇA "ZELI ANTÔNIO CUNHA" NO DISTRITO DE BARRO BRANCO, MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica e Legislação vigente

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação da área de lazer voltada para crianças através da implantação de um parque infantil, com área aproximada de 200m²;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do espaço físico do bem público de uso comum através da remoção da referida figueira;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a remoção da Figueira localizada na Praça Zeli Antonio Cunha, distrito de Barro Branco, neste município, para implantação do Parque Infantil, que irá contribuir com o bem estar social dos moradores daquele distrito. A referida figueira está localizada no ponto indicado através das coordenadas geográficas 28º24'51.34"S e 49º24'53.37"O.

Art. 2º - A remoção da figueira mencionada no artigo anterior tem com o objetivo específico a implantação de um parque infantil.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 154/PMLM/2017

Publicação Nº 1425510

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 154/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 29/11/2017 às 09h00min.  
Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.  
Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição parcelada de material de hidro sanitário e poste padrão CELESC para casas atingidas pela enchente de janeiro de 2017 conforme relatório social da Secretaria de Assistência Social de Lauro Muller/SC, conforme condições

fixadas em Termo de referência e demais condições constantes neste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível no site: [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 13 de novembro de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 157/PMLM/2017

Publicação Nº 1425514

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 157/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 29/11/2017 às 10h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material permanente (ar condicionado) para atendimento das demandas da Secretaria de Educação de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em termo de referência e demais condições deste edital, bem como Termo PAR nº201401714 Processo nº 23400007262201400 firmado com FNDE.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível no site: [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 13 de novembro de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

### TOMADA DE PREÇO Nº. 155/PMLM/2017

Publicação Nº 1425516

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER  
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº. 155/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 30/11/2017 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução das obras de drenagem nas comunidades de Capivara Baixa, Paulo Dal Ponte – Sumaré, José Tomaz Cardoso – Rio Bonito, Rua Maria Kovalski Luciano – Bela Vista, Estrada Geral Santa Rosa, Rua Nove de Abril – Arizona, Rua Paulo Gabriel – Km 01, Estrada Geral Santa Rosa, conforme recursos oriundos da defesa civil da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil Processo nº 59053.000264/2017-47 e demais condições fixadas neste edital, projetos e memoriais e

anexos que complementam esse ato convocatório.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível no site: [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 13 de novembro de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

## **TOMADA DE PREÇO Nº. 156/PMLM/2017**

Publicação Nº 1425520

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº. 156/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 30/11/2017 às 10h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução das obras de drenagem na comunidade de Itanema, conforme recursos oriundos da defesa civil da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil Processo nº 59053.000264/2017-47 e demais condições fixadas neste edital, projetos e memoriais e anexos que complementam esse ato convocatório.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível no site: [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 13 de novembro de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro



# Lebon Regis

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1425600

Estado de Santa Catarina  
Município de Lebon Régis

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Segundo Quadrimestre de 2017

Lei Complementar nº101/2000, Art. 9º, § 4º

#### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às 19:00 do dia 3 de Outubro de 2017, reuniram-se no Município de Lebon Regis, Estado de Santa Catarina, tendo por local Câmara de Vereadores de Lebon Régis, cito à rua Waldir Ortigari, 509, os integrantes responsáveis pela realização da Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2017. Everaldo Kojikoski Dando continuidade, passou a apresentar as metas realizadas onde fora inicialmente destacada a evolução da Receita Orçamentária e da Receita Corrente Líquida nos últimos cinco anos até o quadrimestre em questão. A seguir, fora demonstrada a Execução Orçamentária, bem como as Metas de Arrecadação, constatando-se que a receita total prevista para o período era de R\$ 17.051.186,64, sendo R\$16.043.746,64 de Receitas Correntes e R\$ 1.007.440,00 de Receitas de Capital. A receita efetivamente realizada registra o montante de R\$ 17.128.044,13 para as Receitas Correntes e R\$ 650.983,70 para as Receitas de Capital que resultou numa arrecadação de R\$ 17.779.027,83. Os dados apresentados nesta Audiência Pública demonstram que a receita arrecadada ficou maior que aquela prevista para o período. Na avaliação do cronograma de desembolso, foi demonstrado que a despesa total prevista para o período era de R\$ 17.051.186,64, sendo R\$ 15.250.306,64 de Despesa corrente e R\$ 1.786.613,36 para as Despesas de Capital. Constatou-se que o total da despesa realizada até o quadrimestre foi de R\$ 15.982.229,64 em Despesas Correntes e R\$ 947.347,43 em Despesas de Capital, totalizando R\$ 16.929.577,07. O resultado da análise do confronto das receitas arrecadadas com as despesas liquidadas demonstra valores Positivo, ou seja, enquanto as receitas do período registram a cifra de R\$ 17.779.027,83, as despesas somam a importância de R\$ 16.929.577,07, resultando num Superávit na ordem de R\$ 849.450,76. O Resultado Primário realizado até o Segundo Quadrimestre 2017 registra o valor de R\$ 430.997,93 enquanto que a previsão constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias aponta o montante de R\$ -24.885,40, ou seja, o valor apurado até o período em análise está acima do previsto no valor de R\$ 406.112,53. Ainda, com relação à apuração do Resultado Primário, destaca-se que as receitas primárias Arrecadadas até o Quadrimestre foram de R\$ 17.096.993,31 ficando acima das despesas primárias, que registram a importância de R\$ 16.665.995,38. O demonstrativo do Resultado Nominal apresentado nesta Audiência Pública registrou ao término do Quadrimestre em análise a importância de R\$ (-1.612.584,93), ficando R\$ (-960.384,53), acima da previsão estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual prevê como meta o montante de R\$ (-652.200,40). Acerca da aplicação dos recursos em Saúde, fora demonstrado que os gastos atingiram 25,72%, evidenciando o cumprimento do constante no Art. nº 198 da Constituição Federal, combinando com o disposto no § 1º do Art. nº77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Analisando as despesas realizadas com Saúde, no

montante de R\$ 4.553.890,50, constatou-se que R\$ 1.762.349,34 foram realizados com recursos vinculados e outras fontes, enquanto que R\$ 2.791.541,16 foram realizados com recursos próprios. Conforme demonstrado na Audiência, os gastos realizados com Educação atingiram 27,02% das receitas resultantes de impostos e transferências, resultando no cumprimento do disposto no Artigo nº 212 da Constituição Federal. De acordo com os dados apresentados, o Município aplicou na função educação o montante de R\$ 6.309.569,67, deste total R\$ 6.060.464,48 fora aplicado em Ensino Fundamental e R\$ 249.105,19 fora aplicado em Educação Infantil. No tocante à aplicação de recursos na remuneração dos profissionais do magistério do ensino fundamental, fora gasto até o quadrimestre em análise o montante de R\$ 3.532.694,14, o que equivale a 78,46% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constatou-se que o Município aplicou a maior o valor de R\$ 831.112,64 e encontra-se cumprindo com o disposto na legislação vigente. Ainda nesta Audiência fora demonstrada a despesa realizada com pessoal Consolidada, a qual, levando em conta os últimos 12 meses, atingiu 52,50% ficando abaixo dos limites prudencial e máximo, o Poder Executivo atingiu 49,61% ficando abaixo dos limites prudencial e máximo e o Poder Legislativo 2,89% ficando abaixo dos limites prudencial e máximo, em relação a Receita Corrente Líquida do Município. Atendendo o disposto no Art. nº20, Inciso III, alínea 'a', da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com referência aos restos a pagar inscritos e remanescentes no final do exercício anterior no valor de R\$ 614.723,81, constatou-se que até o Segundo Quadrimestre fora pago o montante de R\$ 456.601,91, permanecendo o saldo de R\$ 158.121,90 a ser pago no próximo quadrimestre. Baseando-se nos valores orçados para o exercício, o Município previu R\$ 25.576.780,00 para serem aplicados em Investimentos. Até o período em análise, os investimentos totalizam o valor de R\$ 17.915.798,85. Convertendo o valor previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias em uma média mensal, chegou-se ao valor de R\$ 2.239.474,86 e comparando este à média mensal dos investimentos efetivamente realizados, concluiu-se que o Município atingiu apenas 62,29% do previsto. Assim, estando apresentados os quadros demonstrativos das Metas Fiscais, a equipe coordenadora agradeceu aos presentes e nada mais havendo a tratar encerrou a Audiência, da qual lavrou-se a presente ata, que passa a ser assinada pela equipe coordenadora e demais interessados.

Lebon Régis (SC), 3 de Outubro de 2017

### CMDCA - RESOLUÇÃO Nº 15/2017

Publicação Nº 1425799

#### RESOLUÇÃO nº 15/2017

Regulamenta as destinações ao Fundo Municipal da Infância e da Adolescência – FIA, com dedutibilidade do Imposto de Renda.

Considerando a necessidade de atualizar os mecanismos de operacionalização das destinações de recursos ao FIA, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Lebon Régis, reunido ordinariamente em 26 de outubro de 2017;

#### RESOLVE

Art. 1º Pela regulamentação da Chancela de Projetos do Fundo da Infância e da Adolescência do Município de Lebon Régis/SC, nos termos desta Resolução.



**CAPÍTULO I****DAS DESTINAÇÕES DOS CONTRIBUINTES DO IMPOSTO DE RENDA**

Art. 2º As doações de recursos financeiros por pessoas físicas ou jurídicas, na forma da Instrução Normativa vigente da Receita Federal, serão efetuadas por meio de depósito bancário específico na Conta Corrente do FIA.

Art. 3º As doações poderão ser feitas a projetos aprovados (doações específicas/vinculadas) ou diretamente ao FIA.

§1º Quando a doação for inespecífica, os recursos comporão o montante do FIA, que terá seu repasse normatizado por deliberação do CMDCA.

§2º Quando a doação for específica/vinculada, o doador deverá optar por um dos projetos aprovados pelo CMDCA e constantes da relação disponível no site do Conselho.

§3º O valor da doação poderá financiar o projeto escolhido total ou parcialmente, sendo que, quando parcial, o financiamento poderá ser complementado por outros doadores.

§4º A transferência dos recursos, objeto das doações específicas/vinculadas de que trata esta Deliberação, será efetivada mediante formalização de Termo de Fomento, não sendo exigido o chamamento público nas hipóteses previstas nos Artigos 30 e 31 da Lei Federal 13.019, de 31 de Julho de 2014.

§5º O repasse dos recursos dar-se-á em conta corrente específica a ser informada pela Organização da Sociedade Civil proponente, a qual deverá prestar contas dos recursos financeiros recebidos, respeitando as normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Serão redirecionados ao FIA, necessariamente, os valores decorrentes de:

I – saldos quando do término da validade do projeto, desde que a entidade proponente não possua outra proposta vigente;

II – extinção da entidade proponente ou encerramento das atividades propostas no projeto aprovado;

III – devolução em razão da não execução de parcerias firmadas por convênios ou Termos de Fomento ou Colaboração.

Parágrafo Único: As destinações dos rendimentos das aplicações financeiras das doações depositadas no FIA, enquanto não repassadas as entidades, serão deliberados em plenária pelo CMDCA.

**CAPÍTULO II****DO REGISTRO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS**

Art. 5º A proposta de projeto de organização não governamental somente será considerada aprovada se a proponente estiver devidamente registrada no CMDCA, bem como estiver com o cadastro atualizado ou em análise para renovação do mesmo.

**CAPÍTULO III****DA CHANCELA DOS PROJETOS**

Art. 6º É competência do CMDCA chancelar projetos, autorizando a captação e doação dirigidas, de acordo com a Lei Municipal nº 1.481/2014;

§1º Chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao FIA destinados a projetos aprovados pelo CMDCA.

§2º A captação de recursos ao FIA, referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto.

§3º O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos não deverá ser superior a 02 (dois) anos.

§4º Decorrido o tempo estabelecido no parágrafo anterior, havendo interesse da instituição proponente, o projeto poderá ser submetido a um novo processo de chancela.

§5º A chancela do projeto não deve obrigar seu financiamento pelo

FIA, caso não tenha sido captado valor suficiente, sendo oportunizado à instituição a readequação do Plano de Trabalho.

Art. 7º. Os projetos apresentados para aprovação do CMDCA devem observar a multiplicidade de linhas de atuação e intersetorialidade do sistema de garantia de direitos, não estando adstrita apenas a uma Política Pública, obedecendo aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 8º Autorização para a captação de Recursos é um documento emitido pelo CMDCA (ANEXO VIII)

Art. 9º Os projetos que não se enquadrarem em um dos objetivos indicados no Art. 15º desta resolução, não serão submetidos à análise.

Art. 10º Os critérios a serem adotados para análise e aprovação dos projetos serão:

I - estar em acordo com as legislações vigentes da área da Infância e da Adolescência e da presente deliberação;

II - responder a um problema relevante identificado no município;

III – atribuição de notas a cada projeto, conforme critérios estabelecidos no Anexo IV;

Art. 11º O órgão responsável pela administração da conta do FIA deve emitir recibo em favor do doador, o qual será assinado pelo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, especificando:

I - número de ordem;

II - nome, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e endereço do emitente;

III - nome, CNPJ ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do doador;

IV - data da doação e valor efetivamente recebido; e

V - ano-calendário a que se refere a doação.

§ 1o O comprovante de que trata o caput deste artigo pode ser emitido anualmente, desde que discrimine os valores doados mês a mês.

§ 2o No caso de doação em bens, o comprovante deve conter a identificação dos bens, mediante descrição em campo próprio ou em relação anexa ao comprovante, informando também se houve avaliação, o nome, CPF ou CNPJ e endereço dos avaliadores.

§ 3º Os valores captados mediante pagamento de DARF estarão disponíveis para utilização no referido projeto após o repasse pela Receita Federal do Brasil ao FIA.

§4º Os recursos decorrentes dos rendimentos de aplicações financeiras poderão ser utilizados no projeto, nas mesmas rubricas aprovadas pelo CMDCA, sem a necessidade de realização de aditivos.

Art. 12º Os recursos do FIA não podem ser utilizados:

I - Para manutenção dos órgãos públicos encarregados da Proteção e atendimento de crianças e adolescentes, aí compreendidos o Conselho Tutelar e o próprio CMDCA, o que deverá ficar a cargo do orçamento das Secretarias e/ou Departamentos aos quais aqueles estão administrativamente vinculados;

II - Para manutenção das entidades não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes, por força do disposto no art. 90, caput, da Lei Federal nº 8.069/1990, podendo ser destinados apenas aos programas de atendimento por elas desenvolvidos, nos moldes desta Lei;

III - Para o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

**CAPÍTULO IV****DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Art. 13º O CMDCA receberá, a qualquer tempo, propostas voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes, as quais serão analisadas pelo Conselho e, após chanceladas, irão compor o Banco de

**Projetos do FIA.**

§ 1º As propostas deverão ser apresentadas na forma do Anexo VII da presente Resolução, Modelo Padrão da Proposta e do Plano de Trabalho.

§ 2º Caso a Organização da Sociedade Civil desista de um projeto chancelado, inserido no Banco de Projetos, poderá remanejar para outro projeto vigente da Entidade e também inserido no Banco de Projetos, os recursos eventualmente remanescentes.

Art. 14º Poderão apresentar propostas para chancela e inclusão no Banco de Projetos do FIA as Organizações da Sociedade Civil e as Entidades que possuam ações relacionadas aos direitos da criança e do adolescente, devidamente inscritas no CMDCA.

§ 1º A Organização ou Entidade proponente deverá ser, necessariamente, a executora da proposta apresentada e aprovada.

§ 2º Do total de recursos captados pelas entidades por meio da Chancela de Projetos, 20% (vinte por cento) ficará retido no FIA e será direcionado ao financiamento de projetos das Organizações da Sociedade Civil.

Art. 15º As propostas apresentadas para chancela e inclusão no Banco de Projetos do FIA deverão contemplar projetos que tenham por objetivo o atendimento direto a crianças, adolescentes e suas famílias, visando à garantia, à promoção e à efetivação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, e enquadrar-se em, pelo menos, uma das seguintes áreas de atuação:

- I – garantia do direito à convivência familiar e comunitária;
- II – atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco;
- III – atenção ao adolescente autor de ato infracional;
- IV – garantia de direitos para crianças e adolescentes em situação de rua;
- V – enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes;
- VI – erradicação do trabalho infantil;
- VII – promoção ao direito à saúde, à cultura, ao esporte, lazer, educação e à assistência social;
- VIII – prevenção e tratamento das necessidades decorrentes do uso e abuso de álcool e outras drogas;
- IX – atenção às crianças e aos adolescentes internados por motivo de saúde;
- X – aprendizagem e qualificação profissional.

Art. 16º A análise e a aprovação dos projetos observarão:

- I – a legislação vigente, especialmente a Lei Federal 8.069, de 13 de Julho de 1990 e a regulamentação do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência – FIA;
- II – a capacidade da proposta em resolver a situação problema identificada no projeto;
- III – a apresentação da documentação que encontra-se em anexo a essa resolução;
- IV – o cumprimento dos requisitos previstos nesta deliberação.

Art. 17º As propostas chanceladas e inscritas no Banco de Projetos ficarão aptas à captação de recursos por dois anos contados da data de sua inclusão no site do CMDCA.

Parágrafo único: O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado, por igual período e uma única vez, por solicitação escrita da entidade e mediante aprovação do CMDCA, desde que já tenha sido aportado ao projeto.

Art. 18º Ocorrendo a arrecadação de valor superior ao previsto no Plano de Aplicação aprovado pelo CMDCA, a proponente poderá:

- I – apresentar nova proposta para chancela e inclusão no Banco de Projetos, observando os trâmites desta Resolução, utilizando-se do valor excedente como aporte inicial;
- II – solicitar o remanejamento do valor excedente para outro

projeto de sua entidade, vigente no Banco dos Projetos do FIA;

Parágrafo único. Ocorrendo a situação prevista no caput e não havendo manifestação expressa da proponente no prazo de sessenta dias após a confirmação do crédito do depósito, o valor excedente será redirecionado ao FIA.

Art. 19º Havendo arrecadação inferior ao previsto no Plano de Aplicação aprovado pelo CMDCA, poderá a proponente:

- I – apresentar novo plano de aplicação para o resgate dos recursos captados, desde que não haja alteração do objetivo do projeto;
- II – solicitar, nos termos desta Deliberação, a prorrogação do prazo de captação, se for o caso;
- III – solicitar o remanejamento do valor arrecadado para outro projeto de sua entidade, chancelado e vigente no Banco do Projetos do FIA.

Parágrafo único. Em não havendo manifestação expressa da proponente no prazo de sessenta dias anteriores ao encerramento do prazo de captação, ou sendo impossível a consecução do objeto com o valor arrecadado, este será redirecionado ao FIA.

Art. 20º Arrecadado o valor total do projeto, este será automaticamente retirado do Banco de Projetos e do site do CMDCA.

**CAPÍTULO V****DA ANÁLISE, DA HABILITAÇÃO DOS PROJETOS E DO RESGATE DOS RECURSOS**

Art. 21º A habilitação da proposta para chancela e inserção no Banco de Projetos observará o seguinte fluxo:

- I – apresentação e protocolo da proposta nos termos desta resolução, junto a Secretaria Executiva do CMDCA.
- II – análise da proposta, do plano de trabalho e do plano de aplicação pela Comissão de Gerenciamento e Análise de Projetos do CMDCA;
- III – análise financeira e contábil pela Controladoria Geral do Município;
- IV – Parecer da Procuradoria Geral do Município;
- IV – aprovação pelo CMDCA;
- V – inclusão do projeto no site do CMDCA em área destinada ao Banco de Projetos do FIA.

§ 1º A Secretaria Executiva somente receberá e protocolará as propostas que forem apresentadas com toda a documentação exigida, bem como atendam a todos os requisitos desta deliberação.

§ 2º O Parecer Comissão de Gerenciamento e Análise de Projetos do CMDCA, deverá indicar pelo menos:

- I – se as informações apresentadas pela Proponente condizem com a realidade da entidade e das comunidades que serão beneficiadas pelo projeto;
- II – se a proposta está de acordo com os aspectos essenciais da política da criança e do adolescente.

§3º - Aos órgãos da administração pública considerarão a premência na tramitação da deliberação dos recursos, considerando a prioridade absoluta da criança e do adolescente.

Art. 22º O resgate dos recursos captados poderá ser total ou parcial.

§ 1º O resgate será total quando a OSC tiver captado integralmente os recursos previstos no plano de trabalho e, neste caso, precederá de:

- I – solicitação da OSC proponente dirigida ao Presidente do CMDCA;
- II – Parecer da Comissão de Gerenciamento e Análise de Projetos do CMDCA;
- III – deliberação do plenário do CMDCA.

§ 2º O resgate será parcial quando a OSC abaixo do valor previsto no plano de trabalho e, neste caso, precederá de:

I – protocolo de solicitação da OSC proponente junto Secretaria Executiva do CMDCA, dirigida ao Presidente do CMDCA;  
II – apresentação de Plano de Trabalho e Plano de Aplicação devidamente redimensionados ao valor que será resgatado;  
III – apresentação de toda a documentação constante em anexo;  
IV – Parecer da Comissão de Gerenciamento e Análise de Projetos do CMDCA ;  
V – deliberação do plenário do CMDCA.

#### CAPÍTULO VI PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 23º As prestações de contas deverão seguir as normatizações dos órgãos de Controle Interno do Poder Executivo e Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - Caso haja necessidade de alteração no Plano de Aplicação, com remanejamento superior a 15% do valor total do projeto, a entidade deverá solicitar aprovação do CMDCA, que deliberará em reunião do colegiado.

Art. 24º Os projetos aprovados serão avaliados anualmente pelo CMDCA, e seus resultados divulgados no sítio eletrônico:www.lebonregis.sc.gov.br

Art. 25º A Organização não-governamental e/ou programa governamental que apresentar pendências e/ou irregularidades na prestação de contas dos recursos liberados pelo CMDCA, apenas terão direito a novas liberações de recursos, após a regularização das pendências e/ou irregularidades notificadas pelas áreas de acompanhamento da Prefeitura Municipal de Lebon Régis.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26º É dever da proponente acompanhar e monitorar todas as fases e prazos referentes à tramitação de suas propostas e manutenção de seus projetos no Banco de Projetos do FIA.

Art. 27º Os projetos já aprovados, bem como os recursos captados e seus rendimentos não estão sujeitos a esta Resolução, devendo ser deliberados pelo CMDCA.

Art. 28º A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 10 de novembro de 2017.  
Lucas Alan Burlin  
PRESIDENTE

### CMDCA - RESOLUÇÃO Nº 15/2017 - CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECUSOS FINANCEIROS AO CMDCA LEBON RÉGIS/SC

Publicação Nº 1425805

(ANEXO VIII)

#### CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECUSOS FINANCEIROS AO CMDCA LEBON RÉGIS/SC

Autorização n.º 01/2017 Resolução do CMDCA: 01/2017

Entidade Proponente:

Nome do projeto:

Valor a ser captado:

Início da captação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Término da captação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Metas: Atendimento de Crianças e adolescentes....

Objeto: Aquisição de material permanente, materiais de consumo, contratação de pessoal, etc .....

Assinatura presidente do Conselho  
Carimbo do Conselho

### CMDCA - RESOLUÇÃO Nº 15/2017 - CRITÉRIOS AVALIATIVOS (ANEXO IV)

Publicação Nº 1425807

#### CRITÉRIOS AVALIATIVOS (ANEXO IV)

1. Os critérios de avaliação são serão julgados através de pontuação, considerando-se os parâmetros estabelecidos abaixo:

Critérios	Pontuação
I. Cumprimento dos objetivos - adequação ao tema/diretriz; qualidade técnica do Projeto, metodologia aplicada, clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos, atividades e resultados esperados; quantidade de atendimentos.	Peso 5,0
II. Atendimento a área de vulnerabilidade social.	Peso 1,0
III. Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade).	Peso 3,0
IV. Sustentabilidade do projeto, ou seja, a continuidade após convênio.	Peso 1,0

1.1 O critério de desempate serão os elencados no item acima na ordem em que se encontram.

**CMDCA - RESOLUÇÃO Nº 15/2017 - PLANO DE TRABALHO**

Publicação Nº 1425802

## Plano de Trabalho (ANEXO VII)

## 1 – Dados Cadastrais

Órgão Entidade Concedente Município de Lebon Régis/ Fundo Municipal da Infância e Adolescência				CNPJ
Endereço Rua				
Cidade Lebon Régis	UF SC	CEP 89515-000	DDD Telefone (049) 3247-1067	Esfera Administrativa Municipal
Nome do Responsável Douglas Fernando Mello				CPF
Cédula de Identidade/ Órgão Expedidor		Cargo/Função Prefeito		

Órgão / Entidade Proponente Nome da Entidade				CNPJ
Endereço Rua , nº Bairro				
Cidade Lebon Régis	UF SC	CEP	DDD / Telefone (049)	Entidade Filantrópica Sem Fins Lucrativos
Conta corrente	Banco Banco do Brasil		Agência	Praça de Pagamento Lebon Régis
Nome do Responsável				CPF
Cédula de Identidade / Órgão Expedidor				Função Presidente
Endereço e telefone residencial Rua, nº Bairro – Lebon Regis-SC				CEP 89.515-000

## 2 – Descrição

Título:	Período de Execução	
Nome do Projeto	Início –	Término –
Objeto: O presente projeto tem por objeto auxílio financeiro do Município/FIA visando a manutenção do Projeto...		
Justificativa: No máximo 10 linhas – Descreva porque o projeto de sua entidade é importante para as crianças e adolescentes de Lebon Regis.		
Detalhamento da ação: Descreva detalhadamente o projeto que será executado. Se a proposta for trabalhar com cursos profissionalizantes, a matriz curricular pode ser colocada em anexo à parte, caso não queira detalhar aqui.		
Público alvo: Quem serão os beneficiários do projeto.		
Metas:	Quantidade de crianças e adolescentes que serão atendidos	
Turno em que o projeto acontece:		
Dias de execução do projeto:		
Valor a ser captado:		
Valor Total do Projeto:		
Duração do projeto (nº de meses):		
OBJETIVOS		
5.1 Geral		
Qual o impacto, mudança de contexto, que este projeto visa causar?		

## 5.2 ESPECIFICOS

Informe quais são as condições/situações que serão contempladas devido à realização das ações propostas neste projeto. Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis. O que vai ser feito para atingir o objetivo geral.

## 3 – Metas

N.º	Descrição	Qtde.	Qtde. pessoas	Duração
1	Oferecer curso de auxiliar administrativo, etc	3 turmas	80 alunos	12 meses
2	Oferecer oficina de violão, etc	4 turmas	60 alunos	6 meses
3	Conforme a necessidade de cada projeto acrescentar outros elementos	1		
	T OTAL			

## 4 - Cronograma de Execução (de acordo com as metas estabelecidas acima)

Meta	Especificação	Início	Término
01	Oferecer curso de auxiliar administrativo, etc	02/2018	02/2019
02	Oferecer oficina de violão, etc	02/2018	08/2018
	Reuniões com a família		
	Reuniões da equipe		

## 5 - Plano de Aplicação

Natureza da Despesa	Especificação	Valor Total	Valor mensal	Concedente R\$	Proponente R\$
Material permanente	Aquisição de computador	5.000,00		5.000,00	
Material de consumo	Gêneros alimentícios	12.000,00	1.000,00	12.000,00	
	Material de expediente	12.000,00	1.000,00	12.000,00	
	Material de higiene e limpeza	12.000,00	1.000,00	12.000,00	
	Outras, de acordo com o projeto apresentado				
Contratação de Serviços de terceiros pessoa física	RPAs, se houver Manutenção/serviços prestados por pessoas físicas				
Contratação de Serviços de terceiros pessoa jurídica	Manutenção de computador, manutenção de equipamentos em geral		0,00		
Serviços de água e esgoto		6.000,00	500,00	6.000,00	
Serviços de energia elétrica		6.000,00	500,00	6.000,00	
Outras despesas poderão ser acrescentadas, de acordo com cada projeto apresentado					
Total Geral =>			0,00		

Observação: Para contratação de pessoal utilizar planilha em Excel (ANEXO VI)

## 6- Cronograma de desembolso

Tipo de Despesa e Desdobramento	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Total
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO													
MATERIAL DE EXPEDIENTE													
MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO													
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO													

MANUTENÇÃO CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS													
SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA													
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO													
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES													
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE													
VENCIMENTOS E SALÁRIOS													
13º SALÁRIO													
FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL													
FGTS													
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS													
OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS													
TOTAL													

Concedente – descrever a forma de utilização dos recursos mês a mês de acordo com o projeto apresentado.

#### 7 – Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Lebon Régis, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste Plano de Trabalho/Atendimento.

PEDE DEFERIMENTO.

Local e data: Lebon Regis, de de 2017.

Proponente:

xxxxxxx,

Presidente da entidade

8 - Aprovado pelo Concedente

Local e data: Lebon Regis, de de 2017.

Concedente:

Lucas Alan Burlin  
Presidente do CMDCA  
Lebon Regis

### CMDCA 15/2017 - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS:

Publicação Nº 1425800

ENTIDADE:

UNIDADE INTERVENIENTE:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS:

1. Ofício de solicitação em papel timbrado da entidade, dirigida ao CMDCA;
2. Plano de Trabalho preenchido, rubricado e assinado pela Entidade;
3. Comprovante de Inscrição no CMDCA de Lebon Régis;
4. CNPJ da entidade – original impresso (internet);
5. Cópia do Estatuto Social da entidade, e suas alterações, devidamente registrado em cartório;
6. Cópia da Lei de Utilidade Pública Municipal;
7. Cópia da Ata de Posse da atual Diretoria da entidade;
8. Cópia do RG e do CPF do Presidente da Instituição e comprovante de residência;
9. Declaração de Responsabilidade de recebimento, aplicação na

forma do avençado e prestação de contas dos recursos públicos (ANEXO I);

10. Declaração de Contrapartida, quando for o caso (ANEXO II);

11. Declaração de Adimplência (ANEXO III);

12. Declaração De Não Vínculo Ao Poder Público (ANEXO IV);

13 . Declaração de compromisso com a divulgação da parceria entre entidade e

CMDCA/FIA (modelo ANEXO V)

14. No caso de aquisição de materiais de consumo, apresentar relação dos bens a serem adquiridos com quantidade, custo unitário e custo total.

OBS: Se o projeto for aprovado, a entidade deverá apresentar 03 (três) orçamentos antes de aquisição de quaisquer elementos de despesa.

#### CERTIDÕES NEGATIVAS

15 Certidão Negativa de Débito Municipal - Vigente;

16. Certidão de Regularidade da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), que pode ser obtida via internet, através do endereço Vigente;



17. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas Vigente.  
Informamos que no decorrer do processo de análise na minuta para lavratura do Convênio, poderão ser solicitados mais documentos com o intuito de completar as informações dos documentos listados.

18. Certidão de Regularidade do FGTS;

19. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Esta CND abrange as Contribuições Previdenciárias)

20. Certidão Liberatória expedida pelo TCE/SC;

21. Prova de funcionamento regular da instituição mediante atestado expedido pelos órgãos Estadual ou Municipal de desenvolvimento social, de saúde, educação, cultural ou autoridades legalmente constituídas;

22. Declaração que não emprega menor, conforme disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (Modelo Anexo III);

23. Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses, (Redação acrescida pelo Decreto nº 5583/2013);

#### ANEXO I

##### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Na qualidade de representante legal da .....  
..... estabelecida no endereço .....  
....., inscrita no CNPJ nº .....  
....., declaramos para os devidos fins que nos comprometemos a receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo Fundo da Infância e Adolescência - FIA, na forma de Convênio/Subvenção.

Para maior clareza, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Nome do (a) Responsável  
Cargo/ nome da Instituição

#### ANEXO II

##### DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA (ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS)

Declaro que esta Instituição (nome) dispõe dos recursos financeiros (ou em bens e serviços economicamente mensuráveis), no valor de R\$ 00,00 (valor por extenso), necessários para compor a contrapartida ao repasse de recursos disponibilizados pela CONCEDENTE destinados a (descrever o objeto do convênio, o mesmo que se encontra no Projeto Técnico/Termo de Referência e no Plano de Trabalho).

Declaro ainda que, na hipótese de eventual necessidade de aporte adicional de recursos, esta Instituição se compromete com sua integralização, durante a vigência do Convênio que vier a ser celebrado.

Local e data.

Nome do(a) Responsável  
Cargo/ nome da Instituição

#### ANEXO III

##### DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA (ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS)

Eu ..... presidente da instituição, inscrito no CPF nº ..... declaro, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que esta instituição não se encontra em mora e

nem em débito junto a órgão ou entidade da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Por ser expressa da verdade, firma a presente declaração.

Local e data.

Nome do(a) Responsável  
Cargo/ nome da Instituição

#### ANEXO IV

##### DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO AO PODER PÚBLICO (ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS)

Declaro, para os devidos fins, que nenhum dos dirigentes desta Instituição é agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Local e data.

Nome do(a) Responsável  
Cargo/ nome da Instituição

#### ANEXO V

##### DECLARAÇÃO

DECLARO estar ciente da obrigatoriedade da entidade não governamental e/ou programa governamental proponente do projeto .....", de divulgar o apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), veiculação em mídia impressa, digital, TV, apresentações, adesivos,..., constando a parceria existente com este Conselho, conforme os modelos do CMDCA.

Sendo que a veiculação em mídia impressa, digital, TV, apresentações, entre outras ter o formato em tamanho de acordo com as demais logos publicadas.

Local e data.

##### NOME DO RESPONSÁVEL

Presidente, Diretor, Gerente, Coordenador da Entidade ou Programa/Secretário Municipal (poderá constar mais de uma assinatura se for o caso)

#### EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2017 PREGÃO PRESENCIAL NºPR19/2017\_RP15 PROCESSO LICITATÓRIO Nº42/2017

Publicação Nº 1425823

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2017  
PREGÃO PRESENCIAL NºPR19/2017\_RP15 PROCESSO LICITATÓRIO Nº42/2017

OBJETO: A presente licitação visa a implantação do Sistema de REGISTRO DE PREÇOS, para eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de limpeza e destinação final de resíduos de fossa séptica, desentupimento de redes de esgoto, auto vácuo, hidro jateamento, auto bomba, para atendimento às

necessidades do Município, Fundos, Departamentos e Autarquia. O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS resolve através desta registrar os preços do seguinte fornecedor: 4054 - WLPN TRANSPORTES DE RESIDUOS LTDA-ME (00.553.801/0001-84) Valor total de R\$R\$ 146.773,00. Vigência a partir de 31/07/2017 até 31/07/2018.

Lebon Regis, 31/07/2017.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS/SC AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017 REGISTRO DE PREÇOS Nº 31**

Publicação Nº 1426441

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS/SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2017 –  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 31

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC, através do pregoeiro oficial, nomeado pelo Decreto nº 027/2017, torna público a instauração de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: A presente licitação visa a implantação do Sistema de REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição futura e eventual de enxoval infantil a serem concedidos a título de auxílio natalidade às parturientes acompanhadas pelo serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, de acordo com a Lei Municipal nº 1488/2014, conforme especificações contidas no Termo de Referência - ANEXO I, desde Edital. Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09:00 do dia 29/11/2017. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09h10min. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 13 de novembro de 2017. José Vanderlei de Campos – Pregoeiro Oficial

**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº IN09/2017 - PROCESSO Nº 72/2017.**

Publicação Nº 1426444

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC  
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade Nº IN09/2017 - PROCESSO Nº 72/2017.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em nucleação de nuvens para modificação artificial de evento climático com monitoramento e combate ao granizo. Data de Homologação: 13/11/2017 - LICITANTE HOMOLOGADO: AGF ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA - ME - CNPJ: 03.910.392/0001-14, com o valor total de R\$ 81.632,65 (oitenta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais com sessenta e cinco centavos). Lebon Regis, 13 de novembro de 2017. Douglas Fernando de Mello - Prefeito Municipal

**Leoberto Leal****PREFEITURA****DECRETO N.º 120/2017**

Publicação Nº 1426734

DECRETO Nº 120, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.257 de 29 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no orçamento da seguridade social no valor de R\$ 10.000,00 de acordo com as seguintes especificações:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.000,00
Função	10	Saúde	10.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	10.000,00
Programa	0006	SAÚDE COM EXCELÊNCIA	10.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Funcionamento e Manutenção da Estratégia da Família - ESF	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	01.0064.10	Atenção Básica/Funcionamento e Manutenção da Estratégia da Família - ESF	10.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR .....			10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.000,00
Função	10	Saúde	10.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	10.000,00
Programa	0006	SAÚDE COM EXCELÊNCIA	10.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Funcionamento e Manutenção da Estratégia da Família - ESF	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	10.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	01.0064.10	Atenção Básica/Funcionamento e Manutenção da Estratégia da Família - ESF	10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 13 de novembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

**DECRETO N.º 121/2017**

Publicação Nº 1426737

DECRETO Nº 121, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.257 de 29 de novembro de 2016;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no orçamento da seguridade social no valor de R\$ 10.000,00 de acordo com as seguintes especificações:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.000,00
Função	10	Saúde	10.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	10.000,00
Programa	0006	SAÚDE COM EXCELÊNCIA	10.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Funcionamento e Manutenção da Estratégia da Família - ESF	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso/ Detalhamento	01.0002.00	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	10.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR .....			10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.000,00
Função	10	Saúde	10.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	10.000,00
Programa	0006	SAÚDE COM EXCELÊNCIA	10.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Funcionamento e Manutenção da Estratégia da Família - ESF	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	10.000,00
Fonte de Recurso/ Detalhamento	01.0002.00	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 13 de novembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

**DECRETO N.º 122/2017**

Publicação Nº 1426739

DECRETO N.º 122, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.257 de 29 de novembro de 2016;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 1.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.000,00
Função	10	Saúde	1.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	1.000,00
Programa	0006	Saúde com Exelência	1.000,00
Projeto/ Atividade	2.059	Funcionamento e Manutenção do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	1.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	1.000,00

Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0064	Atenção Básica	1.000,00
Detalhamento	13	Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	1.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			1.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação, com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.000,00
Função	10	Saúde	1.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	1.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	1.000,00
Projeto/ Atividade	2.059	Funcionamento e Manutenção do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	1.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0064	Atenção Básica	1.000,00
Detalhamento	13	Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	1.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 13 de novembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO

Publicação Nº 1426570

EXTRATO DO TERMO GRATUITO DE CONCESSÃO DE USO Nº 001/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
TERMO GRATUITO DE CONCESSÃO DE USO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte Termo Gratuito de Concessão de Uso:

Entidade Concessionária: CLUBE UNIÃO DOS IDOSOS LINDOIENSES  
Fundamentação Legal: Lei nº 1.377, de 07 de novembro de 2017.  
Objeto: outorga de Concessão de Uso Gratuito de 01 (um) imóvel de propriedade do Município.  
Vigência: 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período.  
Assinatura: 10 de novembro de 2017  
GENIR LOLI  
PREFEITO MUNICIPAL



# Luis Alves

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017 (FMS)

Publicação Nº 1425568

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017  
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.  
Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA POSTO DE SAÚDE CENTRAL AMÉRICO LUCIANI E DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Conforme determinado pelo Fundo Municipal de Saúde, altera-se a descrição do Item 01 do Termo de Referência, sendo, que, onde se lê: "Armário... com 40 portas de correr, puxadores calha de alumínio e prateleiras internas", leia-se: "Armário... com 04 portas de correr, puxadores calha de alumínio e prateleiras internas". Desta forma, verificando-se claramente o erro de digitação, fica mantida a data de abertura dos envelopes.

Luiz Alves, 13 de novembro de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 18/2017 (FME)

Publicação Nº 1425458

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017  
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.  
Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DURANTE O ANO LETIVO PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h30min horas do dia 28/11/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 08h15min horas do dia 28/11/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 14 de novembro de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 17/2017 (FME)

Publicação Nº 1425457

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017  
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.  
Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃO, BOLO, MASSINHA E CUCA) PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 14h15min horas do dia 28/11/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 14h30min horas do dia 28/11/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 14 de novembro de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RESULTADO FINAL - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017 – PML

Publicação Nº 1425390

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE RESULTADO FINAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017 – PML

Processo Administrativo nº 006/2017- PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, apresenta o RESULTADO FINAL do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017, Processo Administrativo nº 006/2017- PML, nos seguintes termos:

- Objeto: O presente Chamamento Público se destina a selecionar Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos para firmar parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo é a seleção de 1 (um) projeto que contemple a realização da ornamentação no período pré-natalino e o desenvolvimento das festividades do Natal 2017, por intermédio de: a) Instalação de ornamentação natalina em trechos da Avenida 16 de Fevereiro; trechos da Rua Frei João; trechos da Rua Rui Barbosa; Praça Municipal e arredores durante o período pré-natalino; b) Apresentações artísticas, instalação de brinquedos infláveis para as crianças e iluminação natalina em frente à Praça Municipal, bem como a contratação de Papai Noel que atenderá os visitantes no período em que a casa do Papai Noel estiver aberta à visitação; c) Retirada da decoração e da iluminação natalina após concluída as comemorações em alusão ao período de Natal do ano de 2017.

- Organizações da Sociedade Civil vencedora:  
\* CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA.  
- Valor: R\$75.000,00

A Entidade atende aos requisitos (habilitação) para celebração do Termo de Fomento.

Luzerna (SC), 13 de novembro de 2017.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/FMS /2017 - "PATROCÍNIO DA 3ª CAMINHADA ECOLÓGICA DE LUZERNA

Publicação Nº 1426654

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/FMS /2017  
"PATROCÍNIO DA 3ª CAMINHADA ECOLÓGICA DE LUZERNA"

A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social torna público, para ciência dos interessados, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR os PATROCÍNIOS referente ao EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/FMS /2017 - "PATROCÍNIO DA 3ª CAMINHADA ECOLÓGICA DE LUZERNA", nos seguintes termos:

- Objeto: Seleção de propostas visando ao estabelecimento de

parcerias com empresas e/ou entidades privadas que se interessem em apresentar propostas de projetos com custeio mediante patrocínio, copatrocínio ou doação para realização da "3ª caminhada ecológica de Luzerna", evento integrante do Projeto Maratona da Saúde.

- Patrocinadores:

- \* LEVIN DROGARIA LTDA
- \* PORTAL TRANSPORTES LTDA
- \* CANISIO JOSÉ BOESING
- \* ECOBAN BANHEIROS QUIMICOS LTDA – ME
- \* EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
- \* PRONER SUPERMERCADO - LUZERNA

Luzerna/SC, 13 de novembro de 2017.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI  
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

### PL 089/2017 - PP 065/2017 - MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICINADO - PML

Publicação Nº 1426663

MUNICIPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE EDITAL  
Processo Licitatório nº 089/2017 - PML  
Pregão Presencial nº 065/2017 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à contratação de empresa para manutenção de aparelhos de ar condicionado de diversas potências, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e insumos necessários à realização dos serviços, de acordo com as especificações constantes do Anexo I deste Edital, para atender as necessidades da Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 27 de novembro de 2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 27 de novembro de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)  
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

### PORTARIA 134

Publicação Nº 1425854

PORTARIA Nº 134/17 de 13 de novembro de 2017.

"NOMEIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO E GESTORA DA PARCERIA PREVISTA NO TERMO DE FOMENTO Nº 009/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de suas

atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR, os servidores abaixo relacionados para compor a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria prevista no TERMO DE FOMENTO Nº 009/2017, do MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), em cumprimento do disposto na alínea "h", do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014:

DIRCE APARECIDA DALLA COSTA RIBEIRO DA SILVA

DIEGO OLIARI

JANE ELISA OTTO BRANDALISE

Art.2º- Atendendo ao dispositivo legal previsto na alínea "g", do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 fica nomeado como gestora da parceria firmada no TERMO DE FOMENTO Nº 009/2017, a servidora REGINA CARIN JACOBY CUREAU.

Art.3º- Os serviços realizados por esta Comissão e Gestora serão gratuitos.

Art.4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de novembro de 2017.

Luzerna(SC), 13 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### portaria 3743

Publicação Nº 1425672

PORTARIA Nº 3743, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

“INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PROCESSANTE, NOS TERMOS DO ART. 203 DA LC 68/2014, PARA FINS QUE ESPECIFICA”

Considerando que:

Chegou ao conhecimento do gestor municipal, que a servidora Sra. LUCILA CARMEM SERIGHELLI, investida no cargo de auxiliar administrativo, exercendo função gratificada, no cumprimento de suas atribuições, teria agido de forma irregular, e em benefício próprio, bem como contrários aos princípios legais, causando prejuízo ao erário, por conta do episódio narrado na comunicação interna que foi encaminhada pela Secretária da Saúde pedindo providências, para apuração do ocorrido.

Em síntese colhe-se que a Servidora Lucila, se valendo das suas prerrogativas teria adquirido em nome do Município recarga de créditos para celulares de particulares, inclusive de aparelho particular seu e da filha, o que se caracteriza ilegal. Tais fatos só pesam em desfavor da mesma pelas provas que acompanham o comunicado interno, consistentes nas conversas pelo whatsapp entre a funcionária da empresa que efetuou a recarga dos celular, bem como cobrança realizada diretamente à Secretária denunciante.

Além disso, outro fato que teria sido considerado irregular, diz respeito à falta de realização de orçamentos para veículos da frota da saúde, sem a devida autorização.

#### RESOLVE:

Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO que visa unicamente apurar os fatos por Comissão Especial, nos termos do art. 203, da Lei Complementar Municipal n. 68/2014, mediante emissão de relatório conclusivo, conforme dispõe o art. 208 da respectiva Lei Complementar.

Outrossim, diante dos fatos se torna imprescindível o afastamento da investigada da função para qual restou designada, revogando-se a nomeação da função gratificada, cessando efeitos da Portaria nº3597/2017.

Junte-se ao processo a Portaria a comunicação interna e os documentos que a acompanham.

Os atos do processo realizar-se-ão no Paço Público, sede deste Município, que deverá ser concluído no prazo de 60 dias, prorrogáveis por igual prazo se necessário for, observando-se os procedimentos processuais legais.

Na instrução do feito, deverão os membros da comissão ouvir os envolvidos sobre os fatos supra mencionados, bem como eventuais testemunhas arroladas pela investigada, bem como seja oficiado à empresa JS PNEUS DE SALTO VELOSO, para os esclarecimentos pertinentes a investigação que ora se instaura.

Nomeio COMISSÃO DISCIPLINAR na pessoa dos seguintes funcionários: PRESIDENTE:Juliana Sonda; SECRETÁRIOS: Marlise Scapin e Luciana Eloy de Andrade;

Nomeio a servidora Juliana Sonda oficial para os atos citatórios.

O presidente da comissão dirigirá o processo administrativo, competindo-lhe:

I – convocar e presidir as reuniões da comissão;

II – exercer o poder de polícia nas reuniões;

III – assegurar ao acusado o direito ao contraditório e ampla defesa;

IV – determinar a produção das provas necessárias à instrução do processo;

V – velar pelo rápido andamento do processo, cumprindo os prazos determinados;

VI – prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Administração, que representa;

VII – orientar a elaboração do Relatório Final de modo a que represente a verdade real obtida no processo;

VIII – orientar os atos da comissão de forma que as provas sejam apreciadas com isenção;

IX – não retardar, sem motivo justo, o andamento da instrução do processo;

X – substituir o secretário da comissão em suas faltas ou impedimentos;

XI – comunicar à autoridade competente a falta de qualquer membro da comissão, podendo solicitar sua substituição;

XII – assinar, com o secretário, todos os atos da comissão;

Ao secretário da comissão compete:

I - redigir os ofícios, mandados, e demais atos da comissão;

II – executar as ordens emanadas da presidência promovendo citações e intimações;

III- comparecer a todas as reuniões do colegiado, ou não podendo, fazê-lo, comunicar com antecedência ao presidente para que promova sua substituição para o ato;

IV – ter sob sua guarda e responsabilidade, os autos do processo e demais papéis da comissão;

V – fornecer, com autorização do presidente, certidão de qualquer ato do processo.

Observe-se para todos os fins os critérios procedimentais pertinentes e vinculados à administração pública e os princípios legais correspondentes.

Publique-se esta Portaria para todos os fins legais.

Macieira, 10 de Novembro de 2017.

ZELIR CITADIN – PREFEITO

## RELATORIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 5 BIMESTRE 2017

Publicação Nº 1425654

Município de Madeira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)		
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA AGROPECUÁRIA OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSF. DE CONV. OUTRAS RECEITAS CORRENTES REC DECOR DE APORTES PERIOD P/ AMORT DE DEF ATU RPPS MULTAS E JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA REC DECOR DE APORTES PERIOD P/ AMORT DE DEF ATU RPPS RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	13.581.000,00 13.580.982,00 369.684,00 319.216,00 23.848,00 26.620,00 360.000,00 310.000,00 50.000,00 809.194,00 809.194,00 3.630,00 3.630,00 56.050,00 11.914.036,00 11.808.036,00 106.000,00 68.388,00 0,00 16.040,00 16.940,00 12.090,00 0,00 23.318,00 18,00 18,00 18,00	13.581.000,00 13.580.982,00 369.684,00 319.216,00 23.848,00 26.620,00 360.000,00 310.000,00 50.000,00 809.194,00 809.194,00 3.630,00 3.630,00 56.050,00 11.914.036,00 11.808.036,00 106.000,00 68.388,00 0,00 16.040,00 16.940,00 12.090,00 0,00 23.318,00 18,00 18,00 18,00	2.164.527,54 2.090.772,54 51.239,40 50.359,48 879,92 0,00 31.608,31 26.485,25 5.123,06 146.629,90 146.629,90 0,00 0,00 14.969,19 1.824.527,43 1.816.494,99 8.032,44 16.798,31 5.000,00 10.546,46 3.664,23 532,26 5.000,00 2.055,36 73.755,00 73.755,00 73.755,00	15,94 15,39 13,86 15,78 3,69 0,00 8,78 8,54 10,25 18,12 18,12 0,00 0,00 26,71 15,31 15,38 7,58 24,56 0,00 65,75 21,63 4,40 0,00 8,81 409.750,00 409.750,00 409.750,00	11.276.580,39 10.907.128,91 293.818,19 285.798,18 8.020,01 0,00 250.524,53 223.358,82 27.165,71 1.060.117,06 1.060.117,06 0,00 0,00 29.852,53 9.215.116,40 9.145.562,20 69.554,20 47.700,20 10.000,00 13.393,60 10.304,98 11.109,55 10.000,00 12.892,07 369.451,48 369.451,48 369.451,48	83,03 80,31 79,48 89,53 33,63 0,00 69,59 72,05 54,33 131,01 131,01 0,00 0,00 53,26 77,35 77,45 65,62 69,75 0,00 83,50 60,83 91,89 0,00 55,29 2.052.508,22 2.052.508,22 2.052.508,22	2.304.419,61 2.673.853,09 75.865,81 33.417,82 15.827,99 26.620,00 109.475,47 86.641,18 22.834,29 -250.923,06 -250.923,06 3.630,00 3.630,00 26.197,47 2.698.919,60 2.862.473,80 36.445,80 20.687,80 -10.000,00 2.646,40 6.635,02 980,45 -10.000,00 10.425,93 -369.433,48 -369.433,48 -369.433,48	
	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	646.194,40	646.194,40	46.084,50	7,13	424.773,57	65,73	221.420,83
	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.227.194,40	14.227.194,40	2.210.612,04	15,54	11.701.353,96	82,25	2.525.840,44
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>14.227.194,40</b>	<b>14.227.194,40</b>	<b>2.210.612,04</b>	<b>15,54</b>	<b>11.701.353,96</b>	<b>82,25</b>	<b>2.525.840,44</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.227.194,40	14.227.194,40	2.210.612,04	15,54	11.701.353,96	82,25	2.525.840,44
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>							
Superávit Financeiro	—	461.279,58	—	—	321.557,23	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	461.279,58	—	—	321.557,23	—	—
		0,00	—	—	0,00	—	—
<b>DESPESAS</b>							
	<b>DOTAÇÃO INICIAL (d)</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>SALDO (g) = (e-f)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>SALDO (i) = (e-h)</b>	<b>DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)</b>
			<b>No Bimestre</b>		<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>							
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>13.581.000,00</b>	<b>14.595.426,52</b>	<b>1.462.361,11</b>	<b>9.895.734,58</b>	<b>4.699.691,94</b>	<b>9.055.803,45</b>	<b>8.893.970,17</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.209.788,00	12.894.972,85	1.435.221,16	9.527.158,30	3.357.814,55	8.756.760,54	8.595.228,86
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.670.729,60	6.696.396,87	1.038.145,77	5.164.856,35	1.531.540,52	5.157.878,19	5.144.363,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.535.501,80	6.185.019,38	397.075,39	4.362.301,95	1.822.717,43	3.598.882,35	3.450.865,06
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>364.557,00</b>	<b>703.798,67</b>	<b>27.139,95</b>	<b>368.576,28</b>	<b>335.222,39</b>	<b>299.042,91</b>	<b>298.741,31</b>
INVESTIMENTOS	362.357,00	701.598,67	27.139,95	368.576,28	333.022,39	299.042,91	298.741,31
INVERSOES FINANCEIRAS	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>1.006.655,00</b>	<b>1.006.655,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.006.655,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.006.655,00	1.006.655,00	0,00	0,00	1.006.655,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>646.194,40</b>	<b>646.194,40</b>	<b>88.525,26</b>	<b>473.000,40</b>	<b>173.194,00</b>	<b>469.895,92</b>	<b>469.895,92</b>

Continuação 2/4



Município de Madeira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>646.194,40</b>	<b>646.194,40</b>	<b>88.525,26</b>	<b>473.000,40</b>	<b>173.194,00</b>	<b>88.637,23</b>	<b>469.895,92</b>	<b>176.298,48</b>	<b>469.895,92</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>14.227.194,40</b>	<b>15.241.620,92</b>	<b>1.550.886,37</b>	<b>10.368.734,98</b>	<b>4.872.885,94</b>	<b>1.968.992,84</b>	<b>9.525.699,37</b>	<b>5.715.921,55</b>	<b>9.363.866,09</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>14.227.194,40</b>	<b>15.241.620,92</b>	<b>1.550.886,37</b>	<b>10.368.734,98</b>	<b>4.872.885,94</b>	<b>1.968.992,84</b>	<b>9.525.699,37</b>	<b>5.715.921,55</b>	<b>9.363.866,09</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.332.618,98</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.175.654,59</b>	<b>—</b>	<b>2.337.487,87</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>14.227.194,40</b>	<b>15.241.620,92</b>	<b>1.550.886,37</b>	<b>11.701.353,96</b>	<b>—</b>	<b>1.968.992,84</b>	<b>11.701.353,96</b>	<b>—</b>	<b>11.701.353,96</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>646.194,40</b>	<b>646.194,40</b>	<b>46.084,50</b>	<b>7,13</b>	<b>424.773,57</b>	<b>65,73</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>646.194,40</b>	<b>646.194,40</b>	<b>46.084,50</b>	<b>7,13</b>	<b>424.773,57</b>	<b>65,73</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	646.194,40	646.194,40	46.084,50	7,13	424.773,57	65,73
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	646.194,40	646.194,40	46.084,50	7,13	424.773,57	65,73

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>646.194,40</b>	<b>646.194,40</b>	<b>88.525,26</b>	<b>473.000,40</b>	<b>173.194,00</b>	<b>88.637,23</b>	<b>469.895,92</b>	<b>176.298,48</b>	<b>469.895,92</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	646.194,40	646.194,40	88.525,26	473.000,40	173.194,00	88.637,23	469.895,92	176.298,48	469.895,92

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	646.194,40	646.194,40	88.525,26	473.000,40	173.194,00	88.637,23	469.895,92	176.298,48	469.895,92

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.224.241,76

Macieira, 13/11/2017

EDEMAR NICOLAU KUHN

DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2016	589.015,00	336.363,06	252.651,94	7.671.395,89
2017	538.376,20	289.757,88	248.618,32	7.920.014,21
2018	515.630,28	285.174,75	230.455,53	8.150.469,74
2019	491.075,93	298.698,09	192.377,84	8.342.847,58
2020	462.006,98	327.956,45	134.050,53	8.476.898,11
2021	428.973,41	337.438,19	91.535,22	8.568.433,33
2022	402.652,17	327.729,30	74.922,87	8.643.356,20
2023	382.972,82	321.238,56	61.734,26	8.705.090,46
2024	363.191,21	339.976,05	23.215,16	8.728.305,62
2025	336.508,59	337.308,71	-800,12	8.727.505,50
2026	317.018,26	338.443,59	-21.425,33	8.706.080,17
2027	297.093,12	347.642,27	-50.549,15	8.655.531,02
2028	275.354,43	361.536,65	-86.182,22	8.569.348,80
2029	252.741,06	381.659,66	-128.918,60	8.440.430,20
2030	228.720,80	388.605,46	-159.884,66	8.280.545,54
2031	209.291,70	398.366,18	-189.074,48	8.091.471,06
2032	189.521,48	394.549,32	-205.027,84	7.886.443,22
2033	174.531,53	390.291,54	-215.760,01	7.670.683,21
2034	160.272,06	407.554,32	-247.282,26	7.423.400,95
2035	139.720,70	415.184,80	-275.464,10	7.147.936,85
2036	122.628,10	398.754,20	-276.126,10	6.871.810,75
2037	113.712,73	392.839,18	-279.126,45	6.592.684,30
2038	1.012.005,99	384.298,39	627.707,60	7.220.391,90
2039	91.657,20	381.107,92	-289.450,72	6.930.941,18
2040	80.061,33	365.680,03	-285.618,70	6.645.322,48
2041	72.944,67	344.722,51	-271.777,84	6.373.544,64
2042	68.201,90	340.696,67	-272.494,77	6.101.049,87
2043	58.372,71	329.584,78	-271.212,07	5.829.837,80
2044	51.329,04	377.047,57	-325.718,53	5.504.119,27
2045	24.871,93	357.547,60	-332.675,67	5.171.443,60
2046	2.138,44	377.712,10	-375.573,66	4.795.869,94
2047	18.026,60	327.306,44	-309.279,84	4.486.590,10
2048	12.147,41	319.431,87	-307.284,46	4.179.305,64
2049	5.780,97	274.988,12	-269.207,15	3.910.098,49
2050	5.499,55	274.988,12	-269.488,57	3.640.609,92
2051	4.333,09	255.846,59	-251.513,50	3.389.096,42
2052	3.274,43	238.081,01	-234.806,58	3.154.289,84
2053	2.202,39	222.479,57	-220.277,18	2.934.012,66
2054	766,01	204.027,49	-203.261,48	2.730.751,18
2055	727,47	186.976,78	-186.249,31	2.544.501,87
2056	690,08	170.894,34	-170.204,26	2.374.297,61
2057	653,79	157.725,11	-157.071,32	2.217.226,29
2058	0,00	143,76	-143,76	2.217.082,53
2059	0,00	130.651,12	-130.651,12	2.086.431,41
2060	0,00	118.529,18	-118.529,18	1.967.902,23
2061	0,00	107.104,37	-107.104,37	1.860.797,86
2062	0,00	96.620,07	-96.620,07	1.764.177,79
2063	0,00	86.961,53	-86.961,53	1.677.216,26
2064	0,00	77.970,04	-77.970,04	1.599.246,22
2065	0,00	69.719,49	-69.719,49	1.529.526,73
2066	0,00	61.506,47	-61.506,47	1.468.020,26
2067	0,00	54.452,03	-54.452,03	1.413.568,23
2068	0,00	48.070,98	-48.070,98	1.365.497,25
2069	0,00	41.966,58	-41.966,58	1.323.530,67
2070	0,00	36.897,95	-36.897,95	1.286.632,72
2071	0,00	32.301,45	-32.301,45	1.254.331,27
2072	0,00	28.004,00	-28.004,00	1.226.327,27
2073	0,00	24.036,48	-24.036,48	1.202.290,79
2074	0,00	20.601,79	-20.601,79	1.181.689,00
2075	0,00	17.530,86	-17.530,86	1.164.158,14

**Município de Macieira - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2016 a 2090**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	14.845,39	-14.845,39	1.149.312,75
2077	0,00	12.557,34	-12.557,34	1.136.755,41
2078	0,00	10.408,44	-10.408,44	1.126.346,97
2079	0,00	8.556,98	-8.556,98	1.117.789,99
2080	0,00	7.017,52	-7.017,52	1.110.772,47
2081	0,00	5.725,68	-5.725,68	1.105.046,79
2082	0,00	4.583,16	-4.583,16	1.100.463,63
2083	0,00	3.589,23	-3.589,23	1.096.874,40
2084	0,00	2.794,24	-2.794,24	1.094.080,16
2085	0,00	2.002,66	-2.002,66	1.092.077,50
2086	0,00	1.535,35	-1.535,35	1.090.542,15
2087	0,00	1.002,38	-1.002,38	1.089.539,77
2088	0,00	777,55	-777,55	1.088.762,22
2089	0,00	604,78	-604,78	1.088.157,44
2090	0,00	0,00	0,00	1.088.157,44

Projeção atuarial elaborada em 13/06/2017 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Macieira, 13/11/2017

EDEMAR NICOLAU KUHN  
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREVISO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		R\$ 1,00					
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)			SALDO (c) = (a-b)		
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00				0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00				0,00		
	0,00				0,00		
DESPESAS							
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital	605,00	450,00	450,00	450,00	0,00	0,00	155,00
Investimentos	605,00	450,00	450,00	450,00	0,00	0,00	155,00
	605,00	450,00	450,00	450,00	0,00	0,00	155,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (Ib - (If + IIfg))				SALDO ATUAL (k) = (III + IIIfj)	
Valor(III)	0,00	-450,00				-450,00	

FONTE:

Macieira, 13/11/2017

EDEMAR NICOLAU KUHN  
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)								
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			333.716,00	333.716,00	307.646,73	92,19		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			35.200,00	35.200,00	32.755,97	93,06		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			33.000,00	33.000,00	18.348,75	55,60		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			70.000,00	70.000,00	75.378,46	107,68		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			181.016,00	181.016,00	159.315,00	88,01		
			2.420,00	2.420,00	0,00	0,00		
Divida Ativa dos Impostos			10.880,00	10.880,00	11.109,55	102,11		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			1.200,00	1.200,00	10.739,00	894,92		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)								
			12.089.490,00	12.089.490,00	8.994.557,32	74,40		
Cota-Parte FPM			7.600.000,00	7.600.000,00	5.252.515,00	69,11		
Cota-Parte ITR			10.000,00	10.000,00	11.633,82	116,34		
Cota-Parte IPVA			154.000,00	154.000,00	127.094,07	82,53		
Cota-Parte ICMS			3.740.000,00	3.740.000,00	3.253.143,79	86,98		
Cota-Parte IPI-Exportação			60.000,00	60.000,00	45.716,58	76,19		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			525.490,00	525.490,00	304.454,06	57,94		
Desoneração ICMS (LC 87/96)			19.360,00	19.360,00	11.670,20	60,28		
Outras			506.130,00	506.130,00	292.783,86	57,85		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			12.423.206,00	12.423.206,00	9.302.204,05	74,88		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			608.488,00	608.488,00	603.541,14	99,19		
Provenientes da União			608.488,00	608.488,00	603.541,14	99,19		
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS			2,00	2,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			19.500,00	19.500,00	23.202,15	118,99		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			627.990,00	627.990,00	626.743,29	99,80		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
					Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES			3.048.559,40	3.486.529,60	2.581.520,19	74,04	2.383.544,05	68,36
Pessoal e Encargos Sociais			2.153.600,00	2.156.625,40	1.709.697,19	79,28	1.707.558,06	79,18
Outras Despesas Correntes			894.959,40	1.329.904,20	871.823,00	65,56	675.985,99	50,83
DESPESAS DE CAPITAL			78.002,00	94.157,03	36.206,95	38,45	36.206,95	38,45
Investimentos			78.002,00	94.157,03	36.206,95	38,45	36.206,95	38,45

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	78.002,00	94.157,03	36.206,95	38,45	36.206,95	38,45
	78.002,00	94.157,03	36.206,95	38,45	36.206,95	38,45
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	3.126.561,40	3.580.686,63	2.617.727,14	73,11	2.419.751,00	67,58
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	613.490,00	1.017.615,23	467.471,46	17,86	443.642,26	18,33
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	608.488,00	1.012.613,23	467.471,46	17,86	443.642,26	18,33
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	5.002,00	5.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	613.490,00	1.017.615,23	467.471,46	17,86	443.642,26	18,33
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	2.513.071,40	2.563.071,40	2.150.255,68	82,14	1.976.108,74	81,67
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						21,24
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						580.778,13

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º									
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
TOTAL (VIII)				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26									
				-		-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)									
				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica				3.093.621,40	3.502.970,83	2.619.268,42	99,30	2.421.712,28	99,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial				5.720,00	6.339,47	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária				30.220,00	74.367,58	16.358,72	0,62	12.678,72	0,52
Vigilância Epidemiológica				20.000,00	20.008,75	2.100,00	0,08	2.100,00	0,09
TOTAL				3.149.561,40	3.603.686,63	2.637.727,14	100,00	2.436.491,00	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Madeira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Madeira, 13/11/2017

EDEMAR NICOLAU KUHN  
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026

NADA A DECLARAR

FONTE:

Macieira, 13/11/2017

EDEMAR NICOLAU KUHN  
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

Município de Macieira - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		14.227.194,40		
Previsão Atualizada		14.227.194,40		
Receitas Realizadas		11.701.353,96		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		321.557,23		
DESPESAS				
Dotação Inicial		14.227.194,40		
Créditos Adicionais		1.014.426,52		
Dotação Atualizada		15.241.620,92		
Despesas Empenhadas		10.368.734,98		
Despesas Liquidadas		9.525.699,37		
Despesas pagas		9.363.866,09		
Superavit Orçamentário		2.175.654,59		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		10.368.734,98		
Despesas Liquidadas		9.525.699,37		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		13.819.302,65		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.605.980,46		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		381.738,70		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.224.241,76		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-100.000,00	0,00	0,00
Resultado Primário		-804.637,40	1.115.537,53	-138,64
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	784.381,21	0,00	124.746,74	659.634,47
EXECUTIVO	784.381,21	0,00	124.746,74	659.634,47
TOTAL:	784.381,21	0,00	124.746,74	659.634,47
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.741.422,49	25%	30,43
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		780.957,08	60%	76,07
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		299.042,91	404.755,76	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Macieira - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		538.376,20	336.508,59	139.720,70	5.499,55
Despesas Previdenciárias (V)		289.757,88	337.308,71	415.184,80	274.988,12
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		248.618,32	-800,12	-275.464,10	-269.488,57
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				450,00	155,00
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			1.976.108,74	15,00	21,24
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Macieira, 13/11/2017

EDEMAR NICOLAU KUHN

ZELIR CITADIN

DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

PREFEITO MUNICIPAL



Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
		(a)		(b)	% (b/Total b)			% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	13.581.000,00	14.595.426,52	1.462.361,11	9.895.734,58	95,44	1.880.355,61	9.085.803,45	95,07
Ação Legislativa	677.000,00	677.000,00	90.903,14	534.171,50	5,15	97.979,84	520.820,84	5,47
Administração	677.000,00	677.000,00	90.903,14	534.171,50	5,15	97.979,84	520.820,84	5,47
Administração Geral	1.825.000,00	1.866.934,19	212.341,54	1.498.147,18	14,45	281.149,25	1.319.984,74	13,86
Segurança Pública	1.825.000,00	1.866.934,19	212.341,54	1.498.147,18	14,45	281.149,25	1.319.984,74	13,86
Policiaimento	24.084,00	30.146,00	992,75	11.316,83	0,11	1.454,79	10.886,44	0,11
Assistência Social	24.084,00	30.146,00	992,75	11.316,83	0,11	1.454,79	10.886,44	0,11
Assistência ao Idoso	426.001,00	433.001,00	30.122,84	244.793,96	2,36	44.684,04	207.655,89	2,18
Assistência à Criança e ao Adolescente	28.000,00	35.000,00	7.258,52	27.887,24	0,27	8.367,93	25.286,51	0,27
Assistência Comunitária	20.000,00	20.000,00	124,00	16.650,61	0,16	1.931,28	8.687,44	0,09
Previdência Social	378.001,00	378.001,00	22.740,32	200.256,11	1,93	34.364,83	173.681,94	1,82
Previdência do Regime Estatutário	646.194,40	646.194,40	96.831,54	387.886,96	3,74	100.430,58	381.738,70	4,01
Saúde	646.194,40	646.194,40	96.831,54	387.886,96	3,74	100.430,58	381.738,70	4,01
Atenção Básica	2.960.367,40	3.439.058,66	376.764,22	2.500.090,44	24,11	450.498,12	2.298.015,99	24,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.823.621,40	3.232.970,83	354.496,24	2.413.676,82	23,28	423.445,93	2.218.259,81	23,29
Vigilância Sanitária	5.720,00	6.339,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	30.220,00	74.367,58	1.748,95	16.358,72	0,16	3.108,95	12.678,72	0,13
Alimentação e Nutrição	20.000,00	20.008,75	0,00	2.100,00	0,02	0,00	2.100,00	0,02
Abastecimento	79.805,00	86.371,03	7.548,03	54.983,90	0,53	10.972,24	52.006,46	0,55
Educação	1.001,00	19.001,00	12.971,00	12.971,00	0,13	12.971,00	12.971,00	0,14
E ensino Fundamental	2.874.148,60	2.944.550,83	351.813,78	2.277.077,42	21,95	443.849,36	2.082.928,09	21,87
E ensino Médio	2.826.148,60	2.896.550,83	351.393,78	2.258.871,62	21,79	439.591,86	2.072.284,79	21,75
E ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	8.000,00	8.000,00	0,00	8.000,00	0,08	3.037,50	3.637,50	0,04
Educação Especial	20.000,00	20.000,00	420,00	1.705,80	0,02	420,00	1.705,80	0,02
Cultura	10.000,00	10.000,00	0,00	8.500,00	0,08	800,00	5.300,00	0,06
Difusão Cultural	100.000,00	100.000,00	0,00	4.329,00	0,04	0,00	4.329,00	0,05
Urbanismo	100.000,00	100.000,00	0,00	4.329,00	0,04	0,00	4.329,00	0,05
Infra-Estrutura Urbana	343.145,00	628.835,45	0,00	535.016,25	5,16	111.755,47	399.698,20	4,20
Serviços Urbanos	40.002,00	325.692,45	0,00	250.465,50	2,42	61.566,78	181.022,13	1,90
Habitação	303.143,00	303.143,00	0,00	284.550,75	2,74	50.188,69	218.676,07	2,30
Habitação Urbana	10.201,00	10.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.201,00	10.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Saneamento	13.581.000,00	14.595.426,52	1.462.361,11	9.895.734,58	95,44	1.880.355,61	9.055.803,45	5.539.623,07
	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
Saneamento Básico Rural	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
Gestão Ambiental	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Agricultura	1.055.001,00	1.106.021,41	128.713,55	753.832,88	7,27	152.696,66	721.409,39	384.612,02
Promoção da Produção Vegetal	25.001,00	25.001,00	0,00	1.950,00	0,02	0,00	1.950,00	23.051,00
Produção Industrial	1.030.000,00	1.081.020,41	128.713,55	751.882,88	7,25	152.696,66	719.459,39	361.561,02
Indústria	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Promoção Industrial	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Comércio e Serviços	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00
Turismo	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00
Transporte	1.320.142,00	1.393.767,98	173.877,75	963.061,08	9,29	180.237,22	935.868,74	457.899,24
Transporte Rodoviário	1.320.142,00	1.393.767,98	173.877,75	963.061,08	9,29	180.237,22	935.868,74	457.899,24
Desporto e Lazer	55.001,00	55.001,00	0,00	22.041,30	0,21	196,87	21.068,17	33.932,83
Desporto Comunitário	55.001,00	55.001,00	0,00	22.041,30	0,21	196,87	21.068,17	33.932,83
Encargos Especiais	244.556,60	244.556,60	0,00	163.969,78	1,58	15.443,41	151.399,26	93.157,34
Outros Encargos Especiais	244.556,60	244.556,60	0,00	163.969,78	1,58	15.443,41	151.399,26	93.157,34
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>1.006.655,00</b>	<b>1.006.655,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.006.655,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Legislativa	646.194,40	646.194,40	88.525,26	473.000,40	4,56	88.637,23	469.895,92	176.298,48
Ação Legislativa	13.000,00	13.000,00	1.930,70	6.470,78	0,06	2.042,67	5.505,43	7.494,57
	13.000,00	13.000,00	1.930,70	6.470,78	0,06	2.042,67	5.505,43	7.494,57
Administração	50.000,00	50.000,00	7.387,34	36.682,33	0,35	7.387,34	36.682,33	13.317,67
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	7.387,34	36.682,33	0,35	7.387,34	36.682,33	13.317,67
Saúde	270.000,00	270.000,00	36.255,23	205.591,60	1,98	36.255,23	203.452,47	66.547,53
Atenção Básica	270.000,00	270.000,00	36.255,23	205.591,60	1,98	36.255,23	203.452,47	66.547,53
Educação	183.194,40	183.194,40	25.520,65	133.358,83	1,29	25.520,65	133.358,83	49.835,57
Ensino Fundamental	183.194,40	183.194,40	25.520,65	133.358,83	1,29	25.520,65	133.358,83	49.835,57
Agricultura	70.000,00	70.000,00	8.298,88	43.813,89	0,42	8.298,88	43.813,89	26.186,11
Produção Industrial	70.000,00	70.000,00	8.298,88	43.813,89	0,42	8.298,88	43.813,89	26.186,11

Continuação 2/3

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

[illegible]

Macieira, 13/11/2017

EDENAR NICOLAU KUHN	ZELIR CITADIN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE	PREFEITO MUNICIPAL

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**Município de Madureira - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.510.398,59</b>	<b>2.192.881,84</b>	<b>1.226.028,98</b>	<b>1.438.305,85</b>	<b>1.194.002,38</b>	<b>1.185.571,14</b>	<b>1.252.193,59</b>	<b>1.212.988,50</b>	<b>1.508.897,94</b>	<b>1.216.024,59</b>	<b>1.289.289,69</b>	<b>1.126.376,54</b>	<b>16.350.855,61</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	60.794,90	38.594,47	19.974,89	16.549,16	34.708,78	23.883,34	56.197,04	26.591,44	38.665,61	22.023,53	27.572,97	23.665,43	369.684,00
IPTU	0,00	65,51	0,00	0,00	0,00	10.623,15	10.892,03	4.536,50	3.332,37	816,70	2.354,27	238,95	35.200,00
IRPJ/F	36.749,65	30.861,03	14.247,26	6.702,60	21.698,73	8.655,69	32.621,13	14.528,22	19.454,95	17.024,98	15.475,69	9.007,65	181.016,00
I.S.S.	13.477,79	7.204,43	3.619,82	7.281,30	9.248,95	7.415,42	14.603,21	4.424,40	7.270,62	3.654,38	6.724,60	8.632,76	70.000,00
I.T.B.I.	10.318,25	586,00	2.107,81	0,00	405,00	0,00	1.522,51	0,00	8.362,60	326,47	706,63	4.918,53	33.000,00
Outras Receitas Tributárias	189,21	78,50	0,00	2.565,36	3.356,10	276,08	117,67	579,81	245,07	0,00	311,58	593,24	50.468,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.810,67	47.012,75	28.741,34	25.728,41	26.831,50	26.727,20	27.203,91	27.546,11	28.431,19	27.705,56	27.709,98	3.898,33	360.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	50.114,73	185.049,53	123.750,29	147.381,97	136.579,55	77.203,96	60.065,43	74.214,98	171.901,12	122.368,86	105.228,14	41.401,76	868.194,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.630,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	537,05	1.830,40	220,00	584,45	1.488,11	2.860,91	1.778,35	3.746,83	0,00	4.093,59	5.712,74	9.256,45	56.050,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.368.195,03	1.916.402,35	1.048.491,14	1.244.862,43	985.518,65	1.048.241,45	1.104.918,72	1.076.857,02	1.266.960,18	1.000.170,96	1.108.396,45	1.041.024,67	14.230.706,00
Cota-Parte do FPM	838.988,98	1.014.257,63	557.722,59	714.986,63	447.982,63	539.743,28	612.245,57	594.316,46	435.635,48	494.288,46	415.096,66	470.355,00	7.600.000,00
Cota-Parte do ICMS	296.084,84	324.763,66	342.182,89	304.533,50	319.368,26	331.398,76	303.201,33	318.453,28	319.239,60	323.731,84	355.510,60	335.433,73	3.740.000,00
Cota-Parte do IPVA	12.455,88	9.730,11	4.912,92	11.203,13	15.516,65	13.137,30	16.501,47	12.583,06	11.086,55	17.350,96	11.537,45	13.163,68	154.000,00
Cota-Parte do ITR	0,00	13,44	0,00	0,00	0,00	133,91	0,00	0,00	0,00	1.135,46	1.301,29	9.061,17	10.000,00
Outras Transferências Correntes	126.577,81	459.826,66	36.689,73	110.303,17	96.942,45	54.892,45	67.970,52	72.341,86	387.923,68	88.365,30	215.499,23	94.887,35	1.647.348,00
Transferências da LC 61/199	4.498,57	4.786,06	4.308,41	4.737,52	3.722,86	4.495,36	4.217,91	4.240,85	4.764,06	4.459,05	4.762,16	6.009,40	60.000,00
Transferências da LC 87/196	1.149,68	1.149,68	1.167,02	1.167,02	1.167,02	1.167,02	1.167,02	1.167,02	1.167,02	1.167,02	1.167,02	1.167,02	18.360,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.439,47	101.674,91	101.506,58	97.841,46	100.318,48	103.181,27	99.615,90	103.743,65	96.873,79	99.672,88	103.582,04	110.947,32	1.000.000,00
Rec Decor de Aportes Período p/ Amort. de Def Aut RPPS	6.006,21	24.092,34	4.846,32	1.199,43	8.875,77	3.548,28	28,14	5.030,02	2.719,84	9.650,09	14.699,41	7.128,90	68.388,00
Rec Decor de Aportes Período p/ Amort. de Def Aut RPPS	6.006,21	24.092,34	4.846,32	1.199,43	8.875,77	3.548,28	28,14	5.030,02	2.719,84	9.650,09	14.699,41	7.128,90	68.388,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>252.599,90</b>	<b>315.277,97</b>	<b>208.000,58</b>	<b>230.276,65</b>	<b>182.115,73</b>	<b>201.610,62</b>	<b>211.699,88</b>	<b>204.990,63</b>	<b>180.208,42</b>	<b>183.493,64</b>	<b>182.901,05</b>	<b>168.477,89</b>	<b>2.626.672,00</b>
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	22.194,50	44.317,95	25.941,76	22.873,24	24.584,28	23.595,22	24.233,33	24.826,45	25.772,05	25.067,24	25.067,24	1.448,03	310.000,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	230.435,40	270.960,02	182.058,82	207.343,41	157.551,45	178.015,40	187.466,55	180.154,18	154.436,37	168.426,40	157.833,83	167.029,86	2.316.672,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.257.798,69</b>	<b>1.877.703,87</b>	<b>1.018.028,40</b>	<b>1.208.029,20</b>	<b>1.011.886,63</b>	<b>983.960,52</b>	<b>1.040.493,71</b>	<b>1.008.057,87</b>	<b>1.328.689,52</b>	<b>1.032.530,95</b>	<b>1.106.388,64</b>	<b>957.896,65</b>	<b>13.270.982,00</b>

FONTE:  
Madureira, 13/11/2017

EDUARDO NOLAU KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

## PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	1.646.194,40	1.646.194,40	1.605.980,46	1.778.215,54
Recarga de Contribuições dos Segurados				
Civil	310.000,00	310.000,00	223.358,82	220.582,74
Ativo	310.000,00	310.000,00	223.358,82	220.582,74
Inativo	300.000,00	300.000,00	198.532,37	220.582,74
Pensionista	10.000,00	10.000,00	24.826,45	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais				
Civil	646.194,40	646.194,40	424.773,57	429.831,93
Ativo	646.194,40	646.194,40	424.773,57	429.831,93
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				
Recarga Patrimonial	690.000,00	690.000,00	947.848,07	1.127.800,87
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	690.000,00	690.000,00	947.848,07	1.127.800,87
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>1.646.194,40</b>	<b>1.646.194,40</b>	<b>1.605.980,46</b>	<b>1.778.215,54</b>

Continua 1/3

Município de Macieira - SC  
 Continuação 2/3  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)						
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	31.906,24	0,00	28.782,37
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	31.906,24	0,00	28.782,37
PREVIDÊNCIA (V)	646.194,40	646.194,40	387.886,96	267.228,41	381.738,70	267.228,41
Benefícios - Civil	0,00	0,00	358.410,80	267.228,41	358.410,80	267.228,41
Aposentadorias	0,00	0,00	300.417,22	230.533,50	300.417,22	230.533,50
Pensões	0,00	0,00	57.993,58	36.694,91	57.993,58	36.694,91
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	646.194,40	646.194,40	29.476,16	0,00	23.327,90	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	646.194,40	646.194,40	29.476,16	0,00	23.327,90	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (IV + V)</b>	<b>646.194,40</b>	<b>646.194,40</b>	<b>387.886,96</b>	<b>299.134,65</b>	<b>381.738,70</b>	<b>296.010,78</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.218.093,50</b>	<b>1.479.080,89</b>	<b>1.224.241,76</b>	<b>1.482.204,76</b>
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						1.000.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
AORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			5.129.709,12		4.219.531,30	
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FONTE:  
Macieira, 13/11/2017

---

EDEMAR NICOLAU KUHN      ZELIR CITADIN  
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE      PREFEITO MUNICIPAL

Município de Macieira - SC

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.514.431,49	2.269.646,24	2.346.416,57
Disponibilidade de Caixa	1.514.431,49	2.269.646,24	2.346.416,57
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.514.431,49	2.447.317,69	2.508.249,85
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	177.671,45	161.833,28
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2017 (Vlc - Vla)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-100.000,00</b>

FONTE:

Macieira, 13/11/2017

EDEMAR NICOLAU KUHN  
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.417.982,40	10.271.785,42	9.151.862,49
Receita Tributária	369.684,00	293.818,19	260.337,53
I.P.T.U.	35.200,00	32.755,97	40.404,90
I.S.S.	70.000,00	75.378,46	55.757,52
I.T.B.I.	33.000,00	18.348,75	33.917,63
I.R.R.F.	181.016,00	159.315,00	119.942,18
Outras Receitas Tributárias	50.468,00	8.020,01	10.315,30
Receita de Contribuição	1.006.194,40	675.298,10	677.129,92
Receitas Previdenciárias	956.194,40	648.132,39	650.414,67
Outras Contribuições	50.000,00	27.165,71	26.715,25
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	809.194,00	1.060.117,06	1.246.620,29
(-) Aplicações Financeiras	809.194,00	1.060.117,06	1.246.620,29
Transferências Correntes	11.914.036,00	9.215.116,40	8.109.952,08
F.P.M.	6.080.000,00	4.202.012,29	3.894.844,41
I.P.V.A	123.200,00	101.675,28	91.093,82
I.C.M.S.	2.992.000,00	2.602.523,41	2.271.124,85
Convênios	106.000,00	69.554,20	48.351,80
Outras Transferências Correntes	2.612.836,00	2.239.351,22	1.804.537,20
Demais Receitas Correntes	128.068,00	87.552,73	104.442,96
Dívida Ativa	12.090,00	11.109,55	14.420,93
Diversas Receitas Correntes	115.978,00	76.443,18	90.022,03
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18,00	369.451,48	108.295,67
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	369.451,48	108.295,67
Convênios	18,00	369.451,48	108.295,67
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	369.451,48	108.295,67
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.418.000,40	10.641.236,90	9.260.158,16

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.531.167,25	10.000.158,70	9.289.262,12	9.226.656,46	8.580.005,27
Pessoal e Encargos Sociais	7.342.591,27	5.637.856,75	5.139.367,17	5.627.774,11	5.125.375,36
Juros e Encargos da Dívida (IX)	3.556,60	0,00	1.395,11	0,00	1.395,11
Outras Despesas Correntes	6.185.019,38	4.362.301,95	4.148.499,84	3.598.882,35	3.453.234,80
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.527.610,65	10.000.158,70	9.287.867,01	9.226.656,46	8.578.610,16
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	703.798,67	368.576,28	479.003,01	299.042,91	226.152,92
Investimentos	701.598,67	368.576,28	451.018,58	299.042,91	198.168,49
Inversões Financeiras	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.000,00	0,00	27.984,43	0,00	27.984,43
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	702.798,67	368.576,28	451.018,58	299.042,91	198.168,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.006.655,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	15.237.064,32	10.368.734,98	9.738.885,59	9.525.699,37	8.776.778,65

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.819.063,92</b>	<b>272.501,92</b>	<b>-478.727,43</b>	<b>1.115.537,53</b>	<b>483.379,51</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	<b>362.060,42</b>	-	<b>321.557,23</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	362.060,42	-	321.557,23	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-804.637,40</b>

Macieira, 13/11/2017

\_\_\_\_\_  
EDEMAR NICOLAU KUHN  
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

\_\_\_\_\_  
ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP NÃO PROCESSADOS													
		Inscritos				Cancelados (d)	Pagos (c)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (h+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+h)	
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)										
PODER/ÓRGÃO															
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	-	-	-	280.106,54	504.274,67	124.746,74	124.746,74	-	659.634,47	659.634,47	659.634,47		
EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	280.106,54	504.274,67	124.746,74	124.746,74	0,00	659.634,47	659.634,47	659.634,47		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	0,00	0,00	0,00	280.106,54	504.274,67	124.746,74	124.746,74	0,00	659.634,47	659.634,47	659.634,47		
SECRET. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E DESENH		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	339.786,30	96.096,13	96.096,13	0,00	244.670,17	244.670,17	244.670,17		
SECRET. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E I		0,00	0,00	0,00	0,00	280.106,54	164.508,37	29.650,61	29.650,61	0,00	414.964,30	414.964,30	414.964,30		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	0,00	0,00	0,00	280.106,54	504.274,67	124.746,74	124.746,74	0,00	659.634,47	659.634,47	659.634,47		

EDMAR NICOLAU KUHN	ZELIR CITADIN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE	PREFEITO MUNICIPAL

**MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	333.716,00	333.716,00	307.646,73	92,19
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	48.500,00	48.500,00	54.604,52	112,59
1.1.1- IPTU	35.200,00	35.200,00	32.755,97	93,06
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	13.300,00	13.300,00	21.848,55	164,27
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	33.000,00	33.000,00	18.348,75	55,60
1.2.1- ITBI	33.000,00	33.000,00	18.348,75	55,60
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	71.200,00	71.200,00	75.378,46	105,87
1.3.1- ISS	70.000,00	70.000,00	75.378,46	107,68
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	-	1.200,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	181.016,00	181.016,00	159.315,00	88,01
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	11.583.360,00	11.583.360,00	8.701.773,46	75,12
2.1- Cota-Parte FPM	7.600.000,00	7.600.000,00	5.252.515,00	69,11
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.600.000,00	7.600.000,00	5.252.515,00	69,11
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.740.000,00	3.740.000,00	3.253.143,79	86,98
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	19.360,00	19.360,00	11.670,20	60,28
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	45.716,58	76,19
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	11.633,82	116,34
2.6- Cota-Parte IPVA	154.000,00	154.000,00	127.094,07	82,53
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>11.917.076,00</b>	<b>11.917.076,00</b>	<b>9.009.420,19</b>	<b>75,60</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	140.410,00	140.410,00	136.010,89	96,87
5.1- Transferências do Salário-Educação	115.000,00	115.000,00	112.215,72	97,58
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	24.200,00	24.200,00	21.377,60	88,34
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.210,00	1.210,00	2.417,57	199,80
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	70.002,00	70.002,00	69.554,20	99,36
6.1- Transferências de Convênios	70.002,00	70.002,00	69.554,20	99,36
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	352.945,00	352.945,00	343.008,48	97,18
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>563.357,00</b>	<b>563.357,00</b>	<b>548.573,57</b>	<b>97,38</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.316.672,00	2.316.672,00	1.740.346,27	75,12
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.520.000,00	1.520.000,00	1.050.502,71	69,11
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	748.000,00	748.000,00	650.620,38	86,98
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.872,00	3.872,00	2.334,00	60,28
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.000,00	12.000,00	9.143,66	76,20
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	2.326,73	116,34
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	30.800,00	30.800,00	25.418,79	82,53
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.005.324,00	1.005.324,00	1.026.609,39	102,12
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.000.000,00	1.000.000,00	1.019.683,37	101,97
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.324,00	5.324,00	6.926,02	130,09
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.316.672,00</b>	<b>-1.316.672,00</b>	<b>-720.662,90</b>	<b>54,73</b>

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	903.194,40	928.156,27	780.957,08	84,14	780.957,08	84,14
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	903.194,40	928.156,27	780.957,08	84,14	780.957,08	84,14
14- OUTRAS DESPESAS	102.129,60	102.129,60	53.824,84	52,70	53.824,84	52,70
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	102.129,60	102.129,60	53.824,84	52,70	53.824,84	52,70
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.005.324,00	1.030.285,87	834.781,92	81,02	834.781,92	81,02
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						834.781,92
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						76,07
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						5,24
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						18,69

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						24.961,87
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 <sup>2</sup>						24.961,87

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	20.000,00	20.000,00	1.705,80	8,53	1.705,80	8,53
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.787.921,00	2.812.882,87	2.211.073,02	78,61	2.025.979,81	72,03
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.005.324,00	1.030.285,87	834.781,92	81,02	834.781,92	81,02
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.782.597,00	1.782.597,00	1.376.291,10	77,21	1.191.197,89	66,82
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.807.921,00	2.832.882,87	2.212.778,82	78,11	2.027.685,61	71,58
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-720.662,90
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						6.926,02
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-713.736,88
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						2.741.422,49
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						30,43

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	116.210,00	151.826,24	91.807,31	60,47	90.313,69	59,48
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	203.015,00	219.405,15	152.334,02	69,43	144.994,08	66,09
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	319.225,00	371.231,39	244.141,33	65,77	235.307,77	63,39
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	3.127.146,00	3.204.114,26	2.456.920,15	76,68	2.262.993,38	70,63
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00			0,00
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00			0,00
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00			0,00

Continuação 3/3

**MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.019.683,37	112.215,72
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.926,02	2.417,57
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.026.609,39	114.633,29
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.026.609,39	114.633,29

Macieira, 13/11/2017

EDEMAR NICOLAU KUHN

DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>					
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	703.798,67	368.576,28	299.042,91	0,00	335.222,39
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>703.798,67</b>	<b>368.576,28</b>	<b>299.042,91</b>	<b>0,00</b>	<b>335.222,39</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-703.798,67</b>	<b>-368.576,28</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-335.222,39</b>

FONTE:

Macieira, 13/11/2017

EDEMAR NICOLAU KUHN	ZELIR CITADIN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE	PREFEITO MUNICIPAL

# Mafra

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 138/2017

Publicação N° 1426445

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 138/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando Pregão Presencial para contratação de empresa especializada para instalação e fornecimento de rede de Internet por fibra óptica, destinada ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 30/11/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, n° 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 e 3642-4009.

Mafra (SC), 13 de novembro de 2017.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 242/2017

Publicação N° 1426447

#### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 242/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ODETI E BRUNA BICHOS DE PELUCIA LTDA ME

CNPJ N°: 04.452.336/0001-46

Valor Registrado: R\$ 18.400,00 (dezoito mil quatrocentos reais).

Objeto: Aquisição de leões de pelúcia, mascote do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD), destinados a Polícia Militar.

Origem: Processo n° 574/2017, Pregão Presencial - RP n° 141/2017.

Data de Assinatura: 13 de novembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 13 de novembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

# Maracajá

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2017

Publicação Nº 1425725

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ  
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 090/2017.  
Contratante: Município de Maracajá/SC.  
Contratada: MARLISE FELIPPE - ME  
Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de uma catraca para controle de acesso aos visitantes no Parque Ecológico de Maracajá.  
Vigência: Até 02/10/2018  
Data de Assinatura: 02/10/2017.  
Maracajá/SC, 13 de Novembro de 2017.  
Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal  
Contratante

Marlise felippe  
Proprietária  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2017

Publicação Nº 1425726

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ  
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 091/2017.  
Contratante: Município de Maracajá/SC.  
Contratada: TICKET MAIS EVENTOS LTDA - ME  
Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para aquisição, implantação e treinamento de Software/Sistema de gestão para controle de catraca de acesso aos visitantes do Parque Ecológico de Maracajá.  
Vigência: Até 02/10/2018  
Data de Assinatura: 02/10/2017.  
Maracajá/SC, 13 de Novembro de 2017.  
Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal  
Contratante

Richard Fidelis Cardoso  
Representante Legal  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 092/2017

Publicação Nº 1425727

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ  
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 092/2017.  
Contratante: Município de Maracajá/SC.  
Contratada: DAIANY CUNHA DE OLIVEIRA  
Objeto: A presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para Aluguel de Brinquedos Infláveis, pintura facial e pipoca e algodão doce, para atendimento as atividades do

de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ☐ SCFV/CRAS e também nos eventos, campanhas e datas comemorativas do Município de Maracajá.

Vigência: Até 31/12/2017  
Data de Assinatura: 11/10/2017.  
Maracajá/SC, 13 de Novembro de 2017.  
Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal  
Contratante

Daiany Cunha De Oliveira  
Proprietária  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 094/2017

Publicação Nº 1425728

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ  
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 094/2017.  
Contratante: Município de Maracajá/SC.  
Contratada: ANTÔNIO LUIZ SCARDUELLI  
Objeto: O presente contrato tem por objeto é a locação de um pavilhão de alvenaria, sito a Rua Nereu Ramos, Centro, Maracajá/SC, com aproximadamente 633m<sup>2</sup> de área construída, em uma área composta de 06 (seis) terrenos, totalizando aproximadamente 3.780m<sup>2</sup>, conforme confrontações constantes nas matrículas nº 597, 600, 601, 602, 603 e 843, do Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá ☐ SC, que será destinado para a instalação do Pátio de Máquinas do Município de Maracajá/SC.  
Vigência: Até 31/10/2018  
Data de Assinatura: 25/10/2017.  
Maracajá/SC, 13 de Novembro de 2017.  
Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal  
Locatário

Antônio Luiz Scarduelli  
Locador

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 095/2017

Publicação Nº 1425731

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ  
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 095/2017.  
Contratante: Município de Maracajá/SC.  
Contratada: ENGENHARIA MULTIPLA LTDA – ME  
Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração, reforma e adaptação de projetos técnicos de engenharia e arquitetura, que configurem a operacionalização de Programas do Governo Federal, Governo Estadual e do Município de Maracajá.  
Vigência: Até 31/12/2017  
Data de Assinatura: 31/10/2017.  
Maracajá/SC, 13 de Novembro de 2017.  
Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal  
Contratante

Deividi Matos De Borba  
Sócio Proprietário  
Contratada



## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 058/2017

Publicação Nº 1425402

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

**Número do Registro de Preços: 9/2017      Data do Registro: 10/11/2017      Válido até: 10/11/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO para confecção de camisetas (P, M, G, GG, XG, E XXG) em malha PV, diversas cores, que serão utilizadas pelos grupos do Centro de Convivência do Idoso, Inclusão Produtiva e CRAS, em reuniões, palestras, viagens, campanhas e datas comemorativas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	CAMISETA GOLA-POLO - manga curta, com estampa na frente e nas duas mangas, nas quantidades e tamanhos: P (24), M (32), G (32), GG (34), XG (14) e XXG (12). Tecido: em malha PV, cores e estampas a escolher.	UN	BEM NATURAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME (10447)	BEM NATURA	30,4578	1
2			ANGELINA VOLPATO BAGIO 93843542953 (111435)	LESSA	30,4912	2
3			CASTELAN IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA (110532)	CASTELAN	30,7390	3
2	CAMISETA - manga curta, com estampa na frente e nas duas mangas e costas nas quantidades e tamanhos: P (23), M (45), G (45), GG (51), XG (41) e XXG (41). Tecido: em malha PV, cores e estampas a escolher.	UN	BEM NATURAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME (10447)	BEM NATURA	18,6677	1
2			ANGELINA VOLPATO BAGIO 93843542953 (111435)	LESSA	18,6882	2

Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

**Número do Registro de Preços: 9/2017      Data do Registro: 10/11/2017      Válido até: 10/11/2018**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO para confecção de camisetas (P, M, G, GG, XG, E XXG) em malha PV, diversas cores, que serão utilizadas pelos grupos do Centro de Convivência do Idoso, Inclusão Produtiva e CRAS, em reuniões, palestras, viagens, campanhas e datas comemorativas.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
			CASTELAN IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA (110532)	CASTELAN	18,8237	3

Página: 3/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 10/11/2017		Válido até: 10/11/2018		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO para confecção de camisetas (P, M, G, GG, XG, E XXG) em malha PV, diversas cores, que serão utilizadas pelos grupos do Centro de Convivência do Idoso, Inclusão Produtiva e CRAS, em reuniões, palestras, viagens, campanhas e datas comemorativas.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2017**

**PROCESSO Nº 58/2017**

(10447) - BEM NATURAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME  
(110532) - CASTELAN IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA  
(111435) - ANGELINA VOLPATO BAGIO 93843542953

Maracajá, 10 de Novembro de 2017.

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 647/2017

Publicação Nº 1425348

DECRETO Nº 647, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 240/2017 da Secretaria de Educação e Cultura,

Que foram chamados todos os candidatos aprovados para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do Processo Seletivo Edital nº 004/2016,

Que está sendo elaborado novo processo seletivo para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 8 de novembro a 22 de dezembro de 2017, da servidora IANDARA NUNES GONÇALVES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 085.431.639-60, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 8 de novembro de 2017.

Maravilha – SC, 13 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 648/2017

Publicação Nº 1425349

DECRETO Nº 648, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 240/2017 da Secretaria de Educação e Cultura,

Que foram chamados todos os candidatos aprovados para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do Processo Seletivo Edital nº 001/2016,

Que está sendo elaborado novo processo seletivo para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 1º de novembro a 22 de dezembro de 2017, da servidora JESSICA BRAGANHOLO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 095.882.169-07, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2017.

Maravilha – SC, 13 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 649/2017

Publicação Nº 1425362

DECRETO Nº 649, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 242/2017 da Secretaria de Educação e Cultura,

O afastamento pelo INSS da servidora Rosilei Vasiack,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 9 de novembro a 9 de dezembro de 2017, da servidora IRMA ALBA LEMES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 568.103.859-91, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 9 de novembro de 2017.

Maravilha – SC, 13 de novembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Massaranduba

## PREFEITURA

### LEI Nº 1837/2017

Publicação Nº 1425398

LEI Nº 1837/2017

Cria a Comissão de Coordenação do GEMELLÁGGIO entre as cidades do Valle Del Biois e Massaranduba e da outras providências

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, (SC), no uso de suas atribuições legais e constitucionais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criada a Comissão Municipal em Pró Gemellaggio (cidade irmãs) com objetivo de traçar metas voltadas a realização, efetivação e concretização do Gemellaggio com a Região do Valle Del Biois na província de Belluno, Regione de Veneto, Itália, compostos pelas cidades Falcade, Canale d'Agordo, Vallada Agordina, Cencenighe e San Tomaso Agordino.

Art. 2º A Comissão Municipal de que trata a presente Lei será composta por:

I- Até três representantes do Poder Executivo, escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo;

II- Até três membros da Associação Bellunessi nel Mondo de Jaraquá do Sul e Região, se assim o desejarem escolhidos entre seus membros;

III- Até seis membros da etnia Italiana do Município de Massaranduba se assim o desejarem escolhidos entre seus membros.

§1º Entre os representantes será escolhido um Presidente, um Vice Presidente e um Secretário.

§2º Os integrantes da Comissão Municipal que exercem simultaneamente cargos públicos exercerão suas tarefas dentro do expediente normal de trabalho, sem prejuízo de suas atividades originárias e sem acréscimo remuneratório a seus vencimentos.

§3º A nomeação dos membros será através de Portaria do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º O Poder Público Municipal, através desta Comissão, promoverá as medidas de sua atribuição necessárias a assegurar o maior intercâmbio e aproximação entre as cidades-

irmãs, de que trata este artigo, especialmente no âmbito das relações culturais, sociais e econômicos assim definidos:

I - a busca do fortalecimento dos laços de amizade entre as cidades;

II - acordos e programas de ação com o fim de fomentar o mais amplo conhecimento recíproco, para fundamentar os intercâmbios sociais, culturais e econômicos, em especial os relativos à organização, administração e gestão urbana;

III - a troca de informações e a difusão em ambas as comunidades das obras culturais, turísticas, desportivas, políticas e sociais, que respondam a seus respectivos interesses;

IV - convênios, através de programas e projetos de colaboração que se estabelecerão nos diferentes campos de atuação;

V - a facilitação dos contatos entre empresas ou instituições interessadas e os órgãos competentes relativos aos setores responsáveis pelos convênios em cada país;

VI - outros programas de cooperação técnica entre ambas as cidades que poderão ser firmados de acordo com o mútuo interesse

das partes;

VII - a realização de acordos bilaterais visando à troca de conhecimentos sobre as raízes étnicas, folclóricas e musicais de cada um dos países nos quais se situam as cidades-irmãs constantes deste artigo;

VIII - a busca do incremento do intercâmbio estudantil entre as escolas municipais e estaduais, com a instituição de prêmios aos melhores alunos, promoção de viagens de estudos, de turismo popular e a criação de comitês de apoio formados por pais e professores.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 10 de Novembro de 2017

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68.2017 PP 50.2017 - BOMBONAS DE ÁGUA

Publicação Nº 1425344

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE BOMBONAS DE ÁGUA DESTINADOS AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA (SC) CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 28/11/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 28/11/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 6 de novembro de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal



# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO SAMAE Nº 09-2017

Publicação Nº 1426530

Estado de Santa Catarina  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 09/2017  
Contratante: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO  
Contratado: ANGOLINI & ANGOLINI LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES DE PVC DEFOFO, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SAMAE DE MELEIRO/SC  
Valor: R\$ 2.595,00  
Vigência: Início: 26/10/2017 Término: 31/12/2017.  
Data da assinatura: 26 de Outubro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO SAMAE Nº 10-2017

Publicação Nº 1426533

Estado de Santa Catarina  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 10/2017  
Contratante: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO  
Contratado: ASPERBRÁS TUBOS E CONEXÕES LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES DE PVC DEFOFO, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SAMAE DE MELEIRO/SC  
Valor: R\$ 38.885,00  
Vigência: Início: 26/10/2017 Término: 31/12/2017.  
Data da assinatura: 26 de Outubro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO SAMAE Nº 11-2017

Publicação Nº 1426534

Estado de Santa Catarina  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 11/2017  
Contratante: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO  
Contratado: MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA - ME  
Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES DE PVC DEFOFO, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SAMAE DE MELEIRO/SC  
Valor: R\$ 11.580,00  
Vigência: Início: 26/10/2017 Término: 31/12/2017.  
Data da assinatura: 26 de Outubro de 2017.

### LEI Nº 1765-2017

Publicação Nº 1425359

LEI Nº 1.765/2017 de 23 de outubro de 2017.  
INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE MELEIRO PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

#### CAPÍTULO I

#### DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art.1º. Esta lei institui o Plano Plurianual (PPA) do município para o exercício de 2018 a 2021, em cumprimento do disposto no §1º do art. 165 da Constituição Federal e do art. 102, I, combinado com a Lei Orgânica do Município de Meleiro.

Art.2º. O Plano Plurianual é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental e orientar a definição de prioridades.

Parágrafo Único - Para fins desta Lei, considera-se:

- I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;
- II – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;
- III – Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;
- IV – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
- V – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;
- VI – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;
- VII – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 3º. O Plano Plurianual tem como diretrizes:

- I – valorização do cidadão-usuário como motivo de qualquer ação governamental;
- II – participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;
- III – prioridade nas ações que envolvem o desenvolvimento humano;
- IV – a estrita observação dos princípios da administração pública na gestão, insculpidos no art. 37, caput, da Constituição Federal.

#### CAPÍTULO II

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 4º. O Plano Plurianual reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços, que reúnem um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 5º. A cada meta são associadas ações orçamentárias:

§ 1º. As ações declaram as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias (atividades, projetos ou operações especiais) e de outras medidas de caráter não orçamentário.

§ 2º. As ações que se caracterizarem por projetos serão identificadas por subtítulos (localizador de gasto) utilizados especialmente para especificar a localização física da ação.

Art. 6º. As codificações dos programas serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

Art. 7º. Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:

I – Demonstrativo da previsão da receita para o quadriênio 2018-2021;

II – Demonstrativo das Despesas Planejadas para o quadriênio 2018-2021 e

III - Demonstrativo dos Programas e Ações para o quadriênio 2018-2021

### CAPÍTULO III

#### DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS

Art. 8º. Os Programas constantes do Plano Plurianual estarão expressos nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 9º. Os Valores previstos no Plano Plurianual serão automaticamente atualizados pelas leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais.

Parágrafo Único: O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 10. O Plano Plurianual somente poderá ser alterado por lei específica para esta finalidade.

Art. 11. O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

I – incluir, excluir ou alterar:

a) ações não orçamentárias, previstas nos objetivos e diagnósticos dos programas.

b) os indicadores de desempenho;

c) as Metas;

d) o Órgão e a Unidade Responsável; e

e) os subtítulos (localizadores de gasto) que não sejam originados de emendas impositivas.

Parágrafo Único: Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

### CAPÍTULO IV

#### DA AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PLANO

Art. 12. A lei de diretrizes orçamentárias definirá anualmente e para cada exercício a forma de avaliação dos resultados dos Programas de Governo, conforme prevê a Lei Complementar n. 101, de 2000, art. 4º, inciso I, alínea "e".

Art. 13. O município manterá atualizado o plano e o divulgará no Portal Transparência, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 23 de outubro de 2017

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. E Finanças

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 018/2017

Sr. Presidente, Senhores Vereadores,

Encaminho para apreciação Dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei que trata do PPA - Plano Plurianual do Município de Meleiro para o quadriênio 2018/2021, que engloba a Prefeitura, os Fundos Municipais, o SAMAE e a Câmara de Vereadores.

No âmbito da administração pública o PPA garante o cumprimento dos dispositivos constitucionais relacionados à educação, à saúde, à proteção social, ao processo legislativo, aos direitos dos servidores públicos, entre outros.

O Plano Plurianual é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental e orientar a definição de prioridades, cujas ações resultaram das propostas advindas dos mais diversos setores da sociedade, discutidas e aprovadas nas audiências públicas e nas ações do planejamento interno do Governo Municipal.

O PPA, uma vez discutido e aprovado no processo legislativo, é uma importante peça de planejamento que direcionará as prioridades da Administração Municipal para os próximos quatro anos.

As ações a serem desenvolvidas visam atender os anseios da população no que se refere a melhoria da qualidade de vida, a geração de emprego e renda e demais aspectos de cidadania e valorização do cidadão-usuário como motivo de qualquer ação governamental;

II – participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;

III – prioridade nas ações que envolvem o desenvolvimento humano;

IV

Os valores financeiros destinados a cada programa governamental foram estimados com base no histórico orçamentário e financeiro do Município, estimando-se um crescimento médio anual de 5,0%, incluída a correção inflacionária, parâmetros compatíveis com as metas econômicas do Governo Federal, considerando-se os aspectos econômicos momentaneamente vivenciados no país.

A partir do PPA serão produzidos os orçamentos anuais, em conformidade com as leis de diretrizes que anualmente serão previamente discutidas em audiências públicas, na forma prevista nos regulamentos e dispositivos pertinentes da Lei Orgânica Municipal.

Na forma do regimento interno da Câmara de Vereadores, coloco à disposição dos Senhores Vereadores, os técnicos e Agentes Políticos da Municipalidade, para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1766-2017**

Publicação Nº 1425357

LEI Nº 1.766 de 23 de outubro de 2017

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2018 DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2018, em conformidade com o Plano Plurianual - PPA 2018/2021, serão elaboradas e executadas observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I – as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;

II – as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2018 extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;

III – a estrutura dos orçamentos da Prefeitura e dos Fundos Municipais;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa a arrecadação;

VIII – as disposições gerais.

**I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, com base nos Anexos I e II que integram a presente Lei, serão elaboradas e disponibilizadas por meio do sistema informatizado que registra os dados contábeis relacionados aos orçamentos do Município, na forma estabelecida pelo Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – eSfinge – do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único: O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social e o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se aplicam, em função da adoção pelo Município do Regime Geral da Previdência Social;

**II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018**

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I e II de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária: aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XI – receita não financeira: receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos;

XII – despesa não financeira: despesa total do exercício, excluída a referentes a juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estes, com a identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e Fundações Municipais e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2018. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2018. (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os anexos de que trata este artigo poderão ser apresentados de forma individualizada, conjunta ou conjugada entre os diversos anexos, de forma a diminuir as informações repetidas e/ou irrelevantes.

§ 2º O Orçamento Geral do Município será apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora cada Fundo com orçamento e contabilidade próprios.

§ 4º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Projeto/Atividade.

§ 5º O orçamento dos Fundos Municipais descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 6º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigir sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 8º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "1.00" – Ordinários, do orçamento fiscal.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, e seus Fundos. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

§ 1º - O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e demais dispositivos relacionados ao pagamento de precatórios.

§ 2º - O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento de estado de calamidade e situações de emergência, para atendimento dos dispositivos do Decreto Federal 7.257/2010 e legislação análoga.

Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Artigo 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a Agente Político ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Agente Político ou servidor Municipal.



Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único: O Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos interessados legalmente constituídos, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 - Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações: (Art. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito e alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  
II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e  
IV – Dotação para material de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para implementação, ou não, do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.10 do artigo 2º desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2018 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, proporcionalmente ao montante estabelecido no Plano Plurianual. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos

fiscais imprevistos, podendo ser utilizados os saldos remanescentes para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para atendimento de despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e atendimento dos riscos fiscais demonstrados no ANEXO III desta Lei. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, serem utilizados na proporção de 1/12 do saldo, mediante autorização legislativa, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação; a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer, ou estiver garantido, o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000;

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual, os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada, cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF);

§ 3º - Os recursos provenientes de operação de crédito, recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito especial ou suplementar.

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá, em qualquer caso, de autorização em lei específica ou lei geral que a regule. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º - Nas transferências de recursos, parcerias com o setor privado e outras modalidades análogas serão observados, no que couber, as disposições da Lei Federal 13.019/2014.

§ 2º - Não se aplicam os dispositivos desse artigo, para os casos das contribuições devidas às entidades municipalistas e consórcios intermunicipais em que o Município for associado ou consorciado.

§ 3º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 14 de dezembro do exercício fiscal, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 23 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 farão parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados nos Anexos IV e V desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstos recursos na lei orçamentária e firmados por convênios, acordos ou ajustes previamente autorizados pelo Poder Legislativo. (Art. 62 da LRF)

Art. 26 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 27 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto/Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, com autorização expressa na Lei Orçamentária Anual. (Art. 167, VI da CF).

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 29 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde,

entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – Anexo VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e o cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 - A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal e demais disposições pertinentes, na forma prescrita na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35 - O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

§ 1º - Quando as despesas com pessoal excederem ao limite prudencial estabelecido na LRF, poderão ser realizadas horas extras somente para os serviços de

transporte escolar e transporte de enfermos, bem como para o atendimento de calamidade pública ou situação de emergência, devidamente homologada pela Defesa Civil Estadual.



§ 2º - Em qualquer circunstância, serão realizadas horas extras somente com prévia autorização da autoridade competente, justificado o interesse público e comprovada a excepcionalidade da despesa.

Art. 37 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;  
II – eliminação das despesas com horas extras;  
III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;  
IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;  
V – acordo para demissão voluntária, em conformidade com a legislação municipal.

Art. 38 - Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Meleiro, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 40 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 41 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

Art. 42 – Alteração de alíquotas, bases de cálculo e normas tributárias do Município não poderão ser realizadas pela Administração Municipal sem prévia autorização legislativa, verificados os princípios constitucionais vigentes.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, observados, no que couberem, os dispositivos da Constituição

Federal, que a apreciará e a devolverá para sanção até ao final do exercício de 2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 – O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria, poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais a empresas para a instalação de novas indústrias, desde que sejam comprovadas vantagens sociais entre outras, a geração de emprego e renda, bem como, de incremento de recursos do retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 45 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 46 - Durante o exercício de 2018 o Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 47 - Por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas à qualquer tempo, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade, em especial quando indicadas pelos órgãos de controle externo e de gestão.

Art. 48 – No decorrer do exercício de 2018, na forma da legislação em vigor e verificado o interesse público, o Município poderá instituir fundos, fundações, autarquias, empresas públicas, secretarias e órgãos na administração direta e indireta, bem como extinguir ou alterar o funcionamento de fundos, secretarias e órgãos já existentes.

Art. 49 - No exercício de 2018 o Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria N.º 828/2011 do Ministério da Fazenda e regulamentos internos que se fizerem necessários.

Art. 50. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Meleiro, 23 de outubro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secret. Adm. e Finanças

JUSTIFICATIVA AO PE N.º 019/2017.

Sr. Presidente, Senhores Vereadores,

Encaminho para apreciação Dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei que trata da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de Meleiro para o exercício de 2018, com os Programas, Ações e Metas extraídos do PPA do quadriênio 2018/2021, que engloba a Prefeitura, os Fundos Municipais e a Câmara de Vereadores.

As metas físicas e fiscais da LDO, cujas ações resultaram das propostas inseridas no PPA, advindas do Plano de Gestão do Governo Municipal e dos mais diversos setores da sociedade, discutidas e aprovadas nas audiências públicas, é uma importante peça de planejamento que direcionará as prioridades da Administração Municipal para o próximo exercício. As ações a serem desenvolvidas farão parte da Lei Orçamentária Anual que será oportunamente produzida e apresentada para apreciação da Câmara.

No âmbito da administração pública a LDO estabelece as regras gerais para a gestão fiscal e garante o cumprimento dos dispositivos constitucionais relacionados à educação, à saúde, à proteção social, ao processo legislativo, aos direitos dos servidores públicos, entre outros previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os valores financeiros destinados a cada programa governamental

para o exercício de 2018 foram estimados com base no histórico orçamentário e financeiro do Município, estimando-se o montante consolidado de receitas na ordem de R\$ 35.000.000,00, conforme se extrai dos ANEXOS que integram o presente Projeto de Lei.

Prioritariamente, foram inseridas nas metas físicas e fiscais da LDO, aquelas que visam atender os anseios da população no que se refere à melhoria da qualidade de vida, à geração de emprego e renda e demais aspectos de cidadania.

Na forma do regimento interno da Câmara de Vereadores, coloco à disposição dos Senhores Vereadores, os técnicos e Agentes Políticos da Municipalidade, para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

## NOTIFICAÇÃO PARTIDOS POLÍTICOS 10.2017

Publicação Nº 1426538

### NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Outubro de 2017 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
10.2017	Federal	DNPM – CEFEM	5.906,64
10.2017	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	5.987,54
10.2017	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
10.2017	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	18.260,00
10.2017	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	18.252,00
10.2017	Federal	PSB – Programa Saúde Bucal	2.230,00
10.2017	Federal	NASF – Núcleo de apoio da Saúde da Família	12.000,00
10.2017	Federal	PMAQ – Programa Melhoria Acesso da Qualidade	13.000,00
10.2017	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	5.276,37
10.2017	Federal	PAB – Fixo – Emenda Parlamentar	500.000,00
10.2017	Federal	PVS - (Programa de Vigilância Sanitária)	1.257,44
10.2017	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
10.2017	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	6.562,08
10.2017	Federal	PBF – Programa Bolsa Família	1.430,00
10.2017	Federal	SE – Salário Educação	37.412,44
10.2017	Federal	PNATE – Transporte Escolar	5.803,56
10.2017	Federal	PNAE – Merenda Escolar	11.867,60
10.2017	Federal	PNAC – Apoio a Creches	52.948,48
10.2017	Estadual	TE – Transporte Escolar	17.087,67
10.2017	Estadual	CIDE – Contribuição Intervenção Econômica	5.745,48
10.2017	Estadual	FEAS – Transf. Fundo Estadual Assist. Social	6.115,87
10.2017	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	2.648,63
10.2017	Estadual	PCF (Programa Co- financiamento)	5.775,00
10.2017	Estadual	OT (Outras Transferências)	2.500,00
10.2017	Estadual	Receita de Convênio nº 1.046/2016	13.887,92
10.2017	Estadual	Receita de Convênio nº 1.713/2016	31.746,02
		Total	811.966,41

Eder Mattos  
Prefeito Municipal

Adair Pasini  
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

**PORTARIA Nº 344-2017**

Publicação Nº 1425481

PORTARIA n.º 344/2017

TRATA DA NOMEAÇÃO DE DIRETOR DE PAVIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1349/2009, de 30 de março de 2009 e suas alterações, e Lei nº 1768/2017 de 09 de novembro de 2017, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O Senhor LUCAS MARTINS CARBONI, para ocupar o cargo em comissão de Diretor de Pavimentação e Infraestrutura, nível de referência DAS 2, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Novembro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

## BALANÇO ORÇAMENTARIO 5ª BIM DE 2017

Publicação Nº 1426540

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.000.000,00	34.000.000,00	3.950.596,06	11,62	19.807.065,48	14.192.934,52
	29.192.000,00	29.192.000,00	3.922.820,22	13,44	18.718.747,77	10.473.252,23
	3.809.000,00	3.809.000,00	245.346,17	6,44	2.057.893,50	1.751.106,50
	2.420.000,00	2.420.000,00	224.011,08	9,26	1.697.189,62	722.810,38
	1.289.000,00	1.289.000,00	21.335,09	1,66	360.703,88	928.296,12
	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
	318.000,00	318.000,00	45.524,46	14,32	217.955,26	100.044,74
	318.000,00	318.000,00	45.524,46	14,32	217.955,26	100.044,74
	217.500,00	217.500,00	17.055,95	7,84	128.233,91	89.266,09
	217.500,00	217.500,00	17.055,95	7,84	128.233,91	89.266,09
	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	949.000,00	949.000,00	139.058,13	14,65	591.242,85	357.757,15
	22.309.500,00	22.309.500,00	3.413.779,56	15,30	15.422.012,66	6.887.487,34
	21.726.500,00	21.726.500,00	3.347.858,20	15,41	14.946.110,40	6.780.389,60
	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	76.931,60	-67.931,60
	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
	572.000,00	572.000,00	65.921,36	11,52	398.970,66	173.029,34
	1.539.000,00	1.539.000,00	62.055,95	4,03	301.409,59	1.237.590,41
	492.000,00	492.000,00	19.864,17	4,04	89.426,94	402.573,06
	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	4.263,31	45.736,69
	681.000,00	681.000,00	31.784,92	4,67	169.394,41	511.605,59
	316.000,00	316.000,00	10.406,86	3,29	38.324,93	277.675,07
	4.808.000,00	4.808.000,00	27.775,84	0,58	1.088.317,71	3.719.682,29
	3.010.000,00	3.010.000,00	0,00	0,00	740.000,00	2.270.000,00
	3.010.000,00	3.010.000,00	0,00	0,00	740.000,00	2.270.000,00
51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	85.700,00	-34.700,00	
39.000,00	39.000,00	0,00	0,00	85.700,00	-46.700,00	
12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	
28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	
1.719.000,00	1.719.000,00	27.775,84	1,62	262.617,71	1.456.382,29	
1.719.000,00	1.719.000,00	27.775,84	1,62	262.617,71	1.456.382,29	

Continua 1/3

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	34.000.000,00	34.000.000,00	3.950.596,06	11,62	19.807.065,48	58,26	14.192.934,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.000.000,00	34.000.000,00	3.950.596,06	11,62	19.807.065,48	58,26	14.192.934,52
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	34.000.000,00	34.000.000,00	3.950.596,06	11,62	19.807.065,48	58,26	14.192.934,52
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	704.761,41	—	—	350.137,59	—	—
Superávit Financeiro	—	704.761,41	—	—	350.137,59	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	34.000.000,00	38.167.094,24	3.030.810,31	21.849.032,68	16.318.061,56	3.898.898,52	18.155.626,94	20.011.467,30	17.171.455,30
DESPESAS CORRENTES	24.871.750,00	26.685.681,59	2.466.872,63	18.781.393,74	7.904.287,85	3.453.120,33	15.891.314,95	10.794.366,64	15.313.842,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.104.500,00	14.615.868,03	1.883.868,42	9.654.830,48	4.961.037,55	1.898.419,09	9.641.680,36	4.974.187,67	9.520.877,36
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	300.000,00	5.117,30	92.117,30	207.882,70	19.232,44	71.571,98	228.428,02	71.571,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.467.250,00	11.769.813,56	577.886,91	9.034.445,96	2.735.367,60	1.535.468,80	6.178.062,61	5.591.750,95	5.721.393,45
DESPESAS DE CAPITAL	9.108.250,00	11.461.412,65	563.937,68	3.067.638,94	8.393.773,71	445.778,19	2.264.311,99	9.197.100,66	1.857.612,51
INVESTIMENTOS	8.238.250,00	10.591.412,65	563.937,68	2.758.433,23	7.832.979,42	386.222,51	1.984.306,98	8.607.105,67	1.577.607,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	870.000,00	870.000,00	0,00	309.205,71	560.794,29	59.555,68	280.005,01	589.994,99	280.005,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>34.000.000,00</b>	<b>38.167.094,24</b>	<b>3.030.810,31</b>	<b>21.849.032,68</b>	<b>16.318.061,56</b>	<b>3.898.898,52</b>	<b>18.155.626,94</b>	<b>20.011.467,30</b>	<b>17.171.455,30</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>34.000.000,00</b>	<b>38.167.094,24</b>	<b>3.030.810,31</b>	<b>21.849.032,68</b>	<b>16.318.061,56</b>	<b>3.898.898,52</b>	<b>18.155.626,94</b>	<b>20.011.467,30</b>	<b>17.171.455,30</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>									
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>34.000.000,00</b>	<b>38.167.094,24</b>	<b>3.030.810,31</b>	<b>21.849.032,68</b>	<b>16.318.061,56</b>	<b>3.898.898,52</b>	<b>18.155.626,94</b>	<b>20.011.467,30</b>	<b>17.171.455,30</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.651.438,54</b>	<b>—</b>	<b>2.635.610,18</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>34.000.000,00</b>	<b>38.167.094,24</b>	<b>3.030.810,31</b>	<b>21.849.032,68</b>	<b>—</b>	<b>3.898.898,52</b>	<b>19.807.065,48</b>	<b>—</b>	<b>19.807.065,48</b>
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

MELEIRO, 13/11/2017

EDER MATTOS Prefeito Municipal	ADAIR PASINI Contador CRC/SC 02298410-3	DIOGENES PAZINI MANFREDINI Agente Controle Interno
-----------------------------------	--	---

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças



## DEMONSTRATIVO DESPESAS POR FUNÇÃO 5º BIM DE 2017

Publicação Nº 1426542

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
PREO - Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	34.000.000,00	38.167.094,24	3.030.810,31	21.849,032.68	100,00	3.898.898,52	18.155.626,94	20.011.467,30
Ação Legislativa	1.050.000,00	1.050.000,00	104.421,07	634.122,64	2,90	124.540,56	629.219,13	420.780,87
Administração	1.050.000,00	1.050.000,00	104.421,07	634.122,64	2,90	124.540,56	629.219,13	420.780,87
Administração Geral	2.550.000,00	2.550.000,00	272.340,08	2.079.497,77	9,52	357.198,96	1.772.831,49	777.168,51
Assistência Social	2.550.000,00	2.550.000,00	272.340,08	2.079.497,77	9,52	357.198,96	1.772.831,49	777.168,51
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.305.000,00	1.823.978,42	116.913,01	768.621,25	3,52	156.596,27	647.792,27	1.176.186,15
Assistência Comunitária	184.000,00	391.528,91	33.618,41	270.322,07	1,24	60.144,88	233.740,34	157.788,57
Saúde	1.121.000,00	1.432.449,51	83.294,60	498.299,18	2,28	96.451,39	414.051,93	1.018.397,58
Atenção Básica	6.400.000,00	6.938.978,16	469.804,25	4.721.375,97	21,61	721.603,27	3.985.004,08	2.953.974,08
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.063.500,00	4.116.113,53	352.734,82	2.583.825,40	11,83	431.293,41	2.160.574,56	1.955.538,97
Suporte Profilático e Terapêutico	1.669.500,00	1.824.136,53	92.139,39	1.453.980,60	6,65	244.101,42	1.208.714,82	614.421,71
Vigilância Sanitária	330.000,00	343.731,96	6.377,03	269.317,21	1,23	27.245,71	205.670,47	138.061,49
Vigilância Epidemiológica	120.000,00	144.144,93	15.488,92	70.150,44	0,32	15.898,62	64.941,91	79.203,02
Investimentos	20.000,00	62.035,66	3.064,11	18.709,16	0,09	3.064,11	18.709,16	43.326,50
Educação	197.000,00	448.815,55	-0,02	325.393,16	1,49	0,00	325.393,16	123.422,39
Alimentação e Nutrição	8.930.000,00	9.400.018,53	884.948,41	6.040.929,13	27,65	1.174.947,23	5.363.179,55	4.036.838,98
Ensino Fundamental	530.000,00	592.051,73	684,30	540.888,15	2,48	82.567,28	364.302,50	227.749,23
Ensino Superior	5.752.500,00	5.781.543,49	524.837,11	3.433.635,70	15,72	660.283,84	3.040.018,28	2.741.525,21
Educação Infantil	115.000,00	115.000,00	3.434,00	79.327,40	0,36	15.359,98	65.975,18	49.024,82
Educação de Jovens e Adultos	2.422.500,00	2.801.423,31	355.993,00	1.943.107,88	8,89	407.936,13	1.857.683,59	943.739,72
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Cultura	70.000,00	70.000,00	0,00	44.000,00	0,20	8.800,00	35.200,00	34.800,00
Diffusão Cultural	630.000,00	650.000,00	63.333,11	236.361,84	1,08	76.756,67	216.179,12	433.820,88
Urbanismo	630.000,00	650.000,00	63.333,11	236.361,84	1,08	76.756,67	216.179,12	433.820,88
Infra-Estrutura Urbana	7.938.000,00	10.009.230,92	863.884,54	4.886.826,48	22,37	897.258,09	3.747.643,52	6.261.587,40
Serviços Urbanos	4.470.500,00	6.033.919,08	517.337,50	1.823.770,62	8,35	345.269,61	1.559.770,62	4.534.148,46
Habituação	3.467.500,00	3.915.311,84	346.547,04	3.063.055,86	14,02	551.988,48	2.187.872,90	1.727.438,94
Habituação Rural	177.000,00	177.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177.000,00
Habituação Urbana	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
Saneamento	126.000,00	126.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.000,00
Saneamento Básico Rural	1.900.000,00	2.317.888,21	127.314,07	1.144.897,26	5,24	106.759,59	605.581,75	1.712.306,46
Saneamento Básico Urbano	86.000,00	86.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.000,00
	1.814.000,00	2.231.888,21	127.314,07	1.144.897,26	5,24	106.759,59	605.581,75	1.626.306,46

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.000.000,00	38.167.094,24	3.030.810,31	21.849.032,68	16.318.061,56	3.898.898,52	18.155.626,94	20.011.467,30
Agricultura	1.300.000,00	1.430.000,00	63.984,18	573.800,76	856.199,24	104.918,66	506.436,80	923.563,20
Extensão Rural	1.300.000,00	1.430.000,00	63.984,18	573.800,76	856.199,24	104.918,66	506.436,80	923.563,20
Indústria	170.000,00	170.000,00	23.498,00	27.958,40	142.041,60	27.958,40	27.958,40	142.041,60
Promoção Industrial	170.000,00	170.000,00	23.498,00	27.958,40	142.041,60	27.958,40	27.958,40	142.041,60
Desporto e Lazer	420.000,00	420.000,00	35.252,29	173.318,17	246.681,83	47.290,67	169.589,74	250.410,26
Desporto Comunitário	420.000,00	420.000,00	35.252,29	173.318,17	246.681,83	47.290,67	169.589,74	250.410,26
Encargos Especiais	1.210.000,00	1.210.000,00	5.117,30	561.323,01	648.676,99	103.070,15	484.211,09	725.788,91
Serviço da Dívida Interna	1.210.000,00	1.210.000,00	5.117,30	561.323,01	648.676,99	103.070,15	484.211,09	725.788,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>34.000.000,00</b>	<b>38.167.094,24</b>	<b>3.030.810,31</b>	<b>21.849.032,68</b>	<b>16.318.061,56</b>	<b>3.898.898,52</b>	<b>18.155.626,94</b>	<b>20.011.467,30</b>

FONTE:

MELEIRO, 13/11/2017

ADAIR PASINI  
Contador CRC/SC 022984/0-3

EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

DIOGENES PAZINI MANFREDINI  
Agente Controle Interno

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## RECEITA CORRENTE LIQUIDA 5ª BIM DE 2017

Publicação Nº 1426544

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
		Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	TOTAL (U.L.T. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.210.786,01	3.061.726,18	1.786.245,94	2.089.532,54	1.989.630,82	2.298.926,93	2.164.145,30	2.037.582,54	2.164.446,31	2.082.110,08	1.891.365,92	2.469.240,53	26.246.745,10
	IPTU	123.673,64	180.985,34	112.694,19	159.540,30	257.731,16	518.720,34	194.800,82	165.338,77	176.940,62	226.611,13	148.151,06	97.195,11	2.392.552,48
	IRPJ	3.084,16	4.834,11	3.154,31	47.857,86	84.157,97	239.151,85	27.825,61	25.695,22	25.694,00	10.956,48	6.354,59	3.182,46	450.590,97
	I.R.R.F.	24.399,00	40.230,50	36.947,86	47.857,86	26.679,11	13.874,53	41.133,93	33.672,05	34.861,04	31.493,22	29.226,63	26.380,40	390.927,37
	I.S.S.	42.363,77	69.746,20	39.692,05	45.866,80	83.898,42	39.077,43	45.059,06	54.042,53	63.296,78	62.547,20	57.979,24	46.916,85	623.411,43
	I.T.B.I.	43.113,26	49.847,04	19.751,39	7.028,65	35.071,98	101.637,36	45.263,63	24.544,69	31.821,67	103.199,71	40.504,22	8.044,29	910.247,89
	Outras Receitas Tributárias	10.513,45	16.167,49	13.448,78	42.407,74	57.993,68	122.985,17	35.466,59	27.394,28	21.298,13	18.414,42	19.675,98	7.659,11	387.394,82
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	23.143,72	44.100,26	3.678,12	23.154,55	22.006,99	27.694,54	24.094,73	24.767,49	22.962,81	23.861,57	22.756,56	22.765,90	285.199,24
	RECEITA PATRIMONIAL	-21.471,13	7.680,55	9.596,48	10.688,23	14.857,97	13.009,97	18.533,75	14.814,65	15.577,07	14.314,64	10.541,26	6.300,50	215.000,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	59.397,59	63.857,78	50.846,54	52.746,07	55.461,24	53.727,69	57.857,49	57.599,53	62.940,57	61.070,19	66.519,47	72.539,66	949.000,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.010.233,09	2.659.014,55	1.590.871,59	1.822.000,13	1.596.006,67	1.696.968,41	1.655.206,76	1.715.101,07	1.852.735,04	1.726.149,32	1.613.810,76	2.237.969,22	22.946.956,63
DEDUÇÕES (II)	Cota-Parte do FPM	838.388,98	1.031.695,33	557.722,59	714.966,63	447.992,93	539.743,28	612.245,57	594.316,40	728.619,34	494.298,46	415.036,66	470.355,00	8.000.000,00
	Cota-Parte do ICMS	475.628,84	523.466,66	532.712,85	473.498,33	496.593,89	515.269,33	471.427,12	495.141,25	495.970,23	505.197,19	553.921,08	522.975,31	6.092.772,08
	Cota-Parte do IPI/A	71.932,52	42.547,55	40.336,37	60.589,26	96.159,65	78.168,89	101.176,66	100.650,04	92.895,55	93.126,36	91.389,67	92.082,40	1.400.000,00
	Cota-Parte do ITR	240,52	302,96	105,82	0,00	98,90	195,72	790,91	104,03	325,23	1.005,87	14.943,44	8.423,98	20.000,00
	Outras Transferências Correntes	298.742,25	652.179,68	119.475,79	246.149,25	221.218,95	180.837,66	337.847,42	209.673,21	210.260,47	296.228,11	185.093,44	798.149,55	4.136.500,00
	Transferências da LC 61/1999	7.250,97	7.714,35	6.698,84	7.396,08	5.789,43	6.999,54	6.593,14	6.593,81	7.407,33	6.591,26	7.403,67	9.343,60	200.000,00
	Transferências da LC 87/1996	1.853,10	1.853,10	1.814,52	1.814,52	1.814,52	1.814,52	1.814,52	1.814,52	1.814,52	1.814,52	1.814,52	1.814,52	100.000,00
	Transferências do FUNDEB	395.395,91	399.254,92	332.001,81	317.616,03	327.280,39	334.964,79	323.376,44	336.775,81	315.439,37	324.523,35	343.108,28	334.629,86	4.380.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.809,10	106.090,70	18.395,02	21.423,26	42.846,79	19.575,98	13.678,73	60.060,43	33.290,20	30.103,23	28.594,81	32.471,14	1.539.000,00
	DEDUÇÕES (II)	279.178,75	321.516,06	227.876,59	251.646,80	209.691,30	228.433,89	230.796,31	233.730,25	236.850,07	220.678,70	217.001,65	220.998,77	2.855.391,14
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	279.178,75	321.516,06	227.876,59	251.646,80	209.691,30	228.433,89	230.796,31	233.730,25	236.850,07	220.678,70	217.001,65	220.998,77	2.855.391,14
	RECEITA CORRENTE LIQUIDA (II) = (I - II)	1.931.607,26	2.740.210,12	1.558.369,35	1.837.885,74	1.779.949,52	2.071.493,04	1.933.348,99	1.803.852,29	1.927.596,24	1.861.431,38	1.674.364,27	2.248.241,76	28.172.500,00
	FONTE													
	MELEIRO, 13/11/2017													
EDER MATOS	ADAIR PASINI	DIOGENES FAZINI MANFREDINI												
	Profilho Municipal	Agente Controlador Interno												
JULIO CESAR DE OLIVEIRA														
	Secretário de Administração e Finanças													

# Modelo

## PREFEITURA

### ATA Nº 098-2017 JULGAMENTO DE PEDIDO DE REVISÃO DE PREÇOS - POSTO MODELO

Publicação Nº 1425363

ATA Nº 098/2017  
PEDIDO DE REVISÃO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1700/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL R.P. 049/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1756/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL R.P. 052/2016 FMS

As 11:30 horas do dia 10/11/17, na dependência da Prefeitura Mun. de Modelo, reuniram-se o Pregoeiro e equipe de apoio, designada pelo Decreto nº 191/2017 do Senhor Prefeito Municipal para APRECIÇÃO E PARECER do pedido de revisão de preços de combustíveis, solicitado pelo fornecedor POSTO MODELO LTDA, conforme segue abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, referente ao pregão nº 049/2016 e;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, referente ao pregão nº 052/2016, que visam a aquisição de combustíveis.

Consta na solicitação de revisão de preços, que o governo federal elevou o valor dos combustíveis nas companhias distribuidoras no período de 30 de outubro e 09 de novembro de 2017, tendo alta de R\$ 0,259 (duzentos e cinquenta e nove milésimos de real) por litro de Diesel – S10, e alta de R\$ 0,315 (trezentos e quinze milésimos de real) por litro de gasolina comum. A justificativa é acompanhada de matéria do site G1, disponível em <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/petrobras-aprova-reajustes-de-23-na-gasolina-e-de-19-para-diesel.ghml> acesso em 10 de novembro de 2017 às 11h50..

Observa esta comissão que se trata de fato do príncipe, onde há uma atividade estatal que gera desequilíbrio econômico financeiro nos contratos administrativos decorrentes dos processos licitatórios supra citados, motivo este que se deve conceder a solicitada revisão.

Contudo, os valores dos itens decorrentes dos pregões acima, com a revisão de preços, tornam-se os seguintes:

Lote	Item	Descrição	Und.	Vlr. Unit.
1	1	GASOLINA COMUM	lts	4,475
1	3	OLEO DIESEL S10	lts	3,734

Salvo melhor juízo, este é o parecer do Pregoeiro e equipe de apoio,  
Que será enviado para o Sr. Prefeito e o Sr. Gestor do Fundo Municipal de Saúde, para que decidam sobre esta revisão.

Eder Schlosser da Silva Janete Toseto Eder Alexandre Jung  
Pregoeiro Secretária Apoio

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 165-2017 EXAMES LABORATORIAIS FMS - LABORATORIO FADK

Publicação Nº 1425396

Extrato de Contrato nº 165/2017  
Processo Licitatório nº 1103/2017  
Pregão Presencial nº 047/2017  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC. CNPJ: 11.511.812/0001-18  
Contratada: LABORATÓRIO FADK LTDA ME, CNPJ nº 12.755.192/0001-25  
Valor: R\$ 2.457,00

Assinado em: 13/11/2017

Vigente até: 31/12/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO FRACIONADA DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS, A SEREM PRESTADOS PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, DENTRO DOS LIMITES QUANTITATIVOS FIXADOS E DE ACORDO COM OS VALORES E NORMAS DO SUS E DO EDITAL.

Modelo/SC, 13 de novembro de 2017.

ERNO MICHIELIN  
Gestor do FMS

**EXTRATO DE CONTRATO N° 166-2017 MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA-HIGIMIX**

Publicação N° 1425416

Extrato de Contrato n° 166/2017

Processo Licitatório n° 330/2017

Pregão Presencial n° 023/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC. CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: HIGIMIX SISTEMAS DE HIGIENIZAÇÃO LTDA EPP, CNPJ n° 17.002.863/0001-09

Valor: R\$ 430,00

Assinado em: 13/11/2017

Vigente até: 31/12/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADA AOS DEPARTAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO.

Modelo/SC, 13 de novembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2017

Publicação Nº 1425473

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

EMPRESAS REGISTRADAS: BORCK BRUCH E WEBER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 11.812,00 (onze mil oitocentos e doze reais), CN METALÚRGICA LTDA – ME- VALOR REGISTRADO R\$ 5.766,00 (cinco mil setecentos e sessenta e seis reais), CONTATTO INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 37.469,80 (trinta e sete mil quatrocentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos) e EVM FÁBRICA DE REBOQUES LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 297,50 (duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

OBJETO: Registro de preços para eventual à aquisição de materiais diversos para ornamentação natalina e materiais elétricos que serão utilizados para decoração Natalina do Município de Mondaí, incluindo as escolas municipais, departamento de cultura e turismo, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações, modelos e quantitativos descritos no Anexo I deste edital, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

ORIGEM: Pregão Presencial nº. 077/2017.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 12 de Novembro de 2018.

Mondaí – SC, 13 de Novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal



# Monte Castelo

## PREFEITURA

### REPUBLICAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 054/2017

Publicação Nº 1426554

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

Modalidade Pregão Presencial nº 054/17

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA (comum e aditivada), ÓLEO DIESEL S-10 e ÓLEO DIESEL S-500 com abastecimento diretamente em bomba da(s) empresa(s) licitante(s), SOB A FORMA FRACIONADA conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 15h00min do dia 14/11/2017 às 14h00min do dia 27/11/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 27/11/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitações.

Obs.: É imprescindível a retirada do arquivo de itens sob pena de desclassificação.

HORARIO DE EXPEDIENTE: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 14 de Novembro de 2017.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### 5º EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDITAL 02-2016

Publicação Nº 1426720

Edital de Convocação Referente Concurso Público Edital nº 002/2016

O senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

às 13:00 horas, ou no endereço eletrônico [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br).

Morro da Fumaça (SC), 13 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

### FISCAL DO MEIO AMBIENTE - FUMAF

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
2º	CAIO SALLE PEREIRA

Morro da Fumaça, 14 de Novembro de 2017.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

### REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO  
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N. 114/2017

Publicação Nº 1426728

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2017. O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça/SC, Sr. Agenor Coral, torna público que fica RETIFICADO o anexo I do Processo Licitatório em epígrafe, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS EM MADEIRA PLÁSTICA. RECURSO CONV. nº 2017TR001629. A RELAÇÃO COM DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO MÁXIMO ENCONTRA-SE NO ANEXO I DO EDITAL." Para incluir no Anexo I – Detalhamento do Objeto – as seguintes considerações:

FORMA DE ENTREGA: os objetos que versam o presente certamente deverão ser entregues e instalados nos locais indicados pela Prefeitura Municipal no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após assinatura do Contrato. As cores dos brinquedos serão definidas pela Secretaria de educação em conjunto com a Secretaria de Planejamento.

Os demais itens do edital permanecem inalterados. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 20 de Novembro de 2017, às 08:30 horas. O edital e seus anexos na íntegra encontram-se a disposição para consultar ou obter através do endereço Rua 20 de Maio, nº. 100, Centro, Morro da Fumaça/SC, Horário das 08:00 horas

# Navegantes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO -- CONCORRÊNCIA 177/2017 PMN

Publicação Nº 1426703

PREFEITURA DE NAVEGANTES – CONCORRÊNCIA 177/2017 PMN  
Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Concorrência visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de organização, planejamento e realização de processo seletivo e concurso público, com elaboração, impressão e aplicação de provas para provimento de funções de nível médio e de nível superior, através da Secretaria Municipal de Educação do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 18/12/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 18/12/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Emílio Vieira – Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 172/2017 PMN

Publicação Nº 1426701

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 172/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial visando permissão para exploração de publicidade, organização, divulgação e realização do projeto verão 2017/2018 em toda orla da praia de Navegantes, através da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte. Entrega/envelopes: 27/11/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 27/11/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Emílio Vieira – Prefeito.

### DECRETO 495/2017 INSTITUI O USO OBRIGATÓRIO DO CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1425670

DECRETO Nº 495 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017  
INSTITUI O USO OBRIGATÓRIO DO CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de identificação dos servidores no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde diante dos municípios;  
CONSIDERANDO que através da padronização e uso do crachá os municípios possuirão maior segurança podendo identificar os servidores, inclusive nos atendimentos residenciais.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Navegantes, o uso do crachá de identificação institucional nos termos deste Decreto.

Art. 2º O crachá de identificação funcional é de uso obrigatório durante todo o expediente de trabalho, interno ou externo, pelos seguintes servidores:

- I – Detentores de cargos de provimento efetivo;
- II – Detentores de cargo de provimento em comissão – CPC;
- III – Os ocupantes de função pública estável;
- IV – Os designados para as funções de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias;
- V – Contratados nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 1º O crachá deve ser portado em lugar visível.

§ 2º Compete ao superior hierárquico dos respectivos servidores a fiscalização do uso obrigatório do crachá.

§ 3º Excetuam-se da obrigatoriedade de uso do crachá o Secretário Municipal da Saúde e o Secretário Adjunto.

Art. 3º O crachá de identificação funcional servirá para a identificação do servidor perante os cidadãos, autoridades, superiores hierárquicos e demais servidores, bem como para contribuir para a melhoria entre servidores e munícipes.

Parágrafo único. O crachá de identificação e o cordão para crachá deverão conter as seguintes características:

I – Crachá com foto confeccionado em PVC de fundo branco, frente colorida e verso branco, na espessura de 0,76mm; com visualização na vertical; medindo 8,5 x 5,4 cm; contendo nome do funcionário, função e logotipo da secretaria de saúde com a arte determinada pela mesma.

II - Cordão para crachás confeccionado em poliéster na cor azul; medindo 10mm de largura x 80cm de comprimento (aberto); prendedor de solda em níquel liso, com presilha porta-crachás retráteis tipo ioiô, com dizeres saúde em letras maiúsculas, silkado na cor branca.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Saúde, através de seu Departamento de Recursos Humanos, o controle da emissão, guarda e cancelamento do crachá de identificação funcional.

§ 1º Na hipótese de extravio, perda, roubo ou furto do crachá de identificação funcional o servidor deverá comunicar imediatamente o seu superior hierárquico, solicitando a expedição de segunda via.

§ 2º O servidor arcará com as despesas de confecção e de emissão da segunda via do crachá, quando comprovado sua culpa, sendo o referido valor descontado da folha de pagamento, nos termos deste Decreto.

Art. 5º O crachá deverá ser devolvido ao seu superior hierárquico, o qual encaminhará ao Departamento de Recursos Humanos:

- I - Quando ocorrer demissão, exoneração, destituição ou aposentadoria de servidor;
- II - Nos casos de suspensão, afastamentos e licenças sem remuneração.

§ 1º No caso do inciso II o crachá ficará sob a guarda do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde, sendo devolvido quando do retorno ao exercício.

§ 2º O descumprimento do disposto neste artigo será registrado no prontuário do servidor como porte indevido de crachá de

identificação funcional.

Art. 6º O descumprimento do disposto neste Decreto constitui-se em falta disciplinar, sujeita a aplicação das penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 7º O presente Decreto aplica-se à Secretaria Municipal de Saúde, devendo as autoridades competentes dar cumprimento aos seus termos.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

KARLILE CUGNIER

Secretária de Administração e Logística

## DECRETO Nº 501 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1426462

DECRETO Nº 501 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ESPECIAL, no orçamento/2017, da Secretaria Municipal de Obras, para inclusão da Ação: Implantação do molhe no rio gravatá – etapa 1".

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições concedidas pelo art. 9º da Lei Municipal nº 2755 de 27 de agosto de 2013 (PPA-2014-2017) e pela Lei Municipal nº 3236 de 13 de novembro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial até o valor de R\$ 577.506,70 (Quinhentos e Setenta e Sete Mil, Quinhentos e Seis Reais e Setenta Centavos), no orçamento/2017, da Secretaria Municipal de Obras, para inclusão da Ação: Implantação do molhe no rio gravatá – etapa 1, conforme detalhamento a seguir:

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

02 – Diretoria de Serviços Públicos

15.452.0019 – 1.110 - Implantação do molhe no rio gravatá – etapa 1

Fonte de Recursos – 13400 – Transferências de Convênios da União/Outros

4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 77.506,70

Art. 2º - Os recursos orçamentários para a abertura do crédito especial acima mencionado, terão origem no excesso de arrecadação das seguintes fontes de recursos:

13400 - Transferências de Convênios da União/Outros  
Ministério da Integração Nacional, Convênio Siconv nº 828215/2016;  
10000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes, 13 de Novembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito

## DECRETO Nº 502 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1426464

DECRETO Nº 502 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ESPECIAL, até o valor de R\$ 700.000,00 (Setecentos Mil Reais), no orçamento do exercício de 2017, da unidade gestora: Prefeitura, para inclusão da modalidade de aplicação 91 (Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social), grupos de despesas: Juros e Encargos da Dívida (2) e Amortização da Dívida (6), da ação: 0.001 – Amortização da Dívida Pública".

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições concedidas pelo art. 9º da Lei Municipal nº 2755 de 27 de agosto de 2013 (PPA-2014-2017) e pela Lei Municipal nº 3237 de 13 de novembro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de até R\$ 700.000,00 (Setecentos Mil Reais), no orçamento/2017, da unidade gestora: Prefeitura, para inclusão da modalidade de aplicação "91" (Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social), grupos de despesas: Juros e Encargos da Dívida (2) e Amortização da Dívida (6), da ação: 0.001 – Amortização da Dívida Pública, conforme detalhamento a seguir:

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

01 – Diretoria do Tesouro

28.843.0006 – 0.001 – Amortização da Dívida Pública

Fonte de Recursos: 10000 - Recursos Ordinários

3.2.91.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida – Apl. Diretas R\$

20.000,00 4.6.91.00.00.00 – Amortização da Dívida – Apl. Diretas R\$ 680.000,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para a abertura do crédito especial, acima mencionado, terão origem na anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

03 – Diretoria de Pavimentações

26.782.0019 – 1.039 – Pavimentações de Vias Públicas

Fonte de Recursos: 10000 - Recursos Ordinários

161 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 700.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes, 13 de Novembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito

## EXTRATO CONTRATUAL Nº 271/2017 PMN

Publicação Nº 1426689

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 271/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada: GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA.

CNPJ.: 09.391.371/0001-16

Vigência.: Início.: 01/11/2017 Término: 30/04/2018.

Licitação: PP067/2015.

Recursos: Dotação.: 4.4.90.00.00.00.00.

Objeto: Quinto Termo Aditivo visando a prorrogação do prazo de

vigência do Contrato nº 115/2015, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LEVANTAMENTO CADASTRAL, FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E TREINAMENTO DE SISTEMAS, PARA MODELAGEM DE DADOS MUNICIPAIS POR MEIO DO PMAT - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, conforme Pregão Presencial nº 067/2015.

Navegantes, 31 de outubro de 2017.

## EXTRATO CONTRATUAL Nº 278/2017 PMN

Publicação Nº 1426521

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 278/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada...: TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.

Vigência ..... : Início: 12/11/2017 Término: 11/11/2018.

Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 190/2012

Recursos ..... : Dotação: 2054 3.3.90.00.000.00.00.00,

2.037 3.3.90.00.00.00.00, 2.009 3.3.90.00.00.00.00, 2.075

3.3.90.00.00.00.00.00, 2.067 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.097

3.3.90.00.00.00.00.00, 2.082 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.094

3.3.90.00.00.00.00.00, 2.089 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.108

3.3.90.00.00.00.00.00, 2.088 3.3.90.00.00.00.00.00, 2.098

3.3.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Sétimo Termo Aditivo visando a Renovação/prorrogação do Contrato nº 194/2013, referente à Contratação de Agência de Publicidade e Propaganda para serviços de planejamento, pesquisa, criação, produção e veiculação, de material para televisão, rádio e internet no Município de Navegantes/SC, conforme Concorrência Pública nº190/2012.

Navegantes, 10 de novembro de 2017.

## LEI Nº 3236 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1426456

LEI Nº 3236 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ESPECIAL, no orçamento/2017, da Secretaria Municipal de Obras, para inclusão da Ação: Implantação do molhe no rio gravatá – etapa 1”.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições concedidas pelo art. 9º da Lei Municipal nº 2755 de 27 de agosto de 2013 (PPA-2014-2017). Faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial até o valor de R\$ 577.506,70 (Quinhentos e Setenta e Sete Mil, Quinhentos e Seis Reais e Setenta Centavos), no orçamento/2017, da Secretaria Municipal de Obras, para inclusão da Ação: Implantação do molhe no rio gravatá – etapa 1, conforme detalhamento a seguir:

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

02 – Diretoria de Serviços Públicos

15.452.0019 – 1.110 - Implantação do molhe no rio gravatá – etapa 1

Fonte de Recursos – 13400 – Transferências de Convênios da União/Outros

4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 77.506,70

Art. 2º - Os recursos orçamentários para a abertura do crédito especial acima mencionado, terão origem no excesso de arrecadação das seguintes fontes de recursos:

13400 - Transferências de Convênios da União/Outros

Ministério da Integração Nacional, Convênio Siconv nº 828215/2016;

10000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes, 13 de Novembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito

## LEI Nº 3237 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1426459

LEI Nº 3237 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a abertura de CRÉDITO ESPECIAL, até o valor de R\$ 700.000,00 (Setecentos Mil Reais), no orçamento do exercício de 2017, da unidade gestora: Prefeitura, para inclusão da modalidade de aplicação 91 (Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social), grupos de despesas: Juros e Encargos da Dívida (2) e Amortização da Dívida (6), da ação: 0.001 – Amortização da Dívida Pública”.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições concedidas pelo art. 9º da Lei Municipal nº 2755 de 27 de agosto de 2013 (PPA-2014-2017). Faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de até R\$ 700.000,00 (Setecentos Mil Reais), no orçamento/2017, da unidade gestora: Prefeitura, para inclusão da modalidade de aplicação “91” (Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social), grupos de despesas: Juros e Encargos da Dívida (2) e Amortização da Dívida (6), da ação: 0.001 – Amortização da Dívida Pública, conforme detalhamento a seguir:

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

01 – Diretoria do Tesouro

28.843.0006 – 0.001 – Amortização da Dívida Pública

Fonte de Recursos: 10000 - Recursos Ordinários

3.2.91.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida – Apl. Diretas R\$

20.000,00 4.6.91.00.00.00 – Amortização da Dívida – Apl. Diretas

R\$ 680.000,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para a abertura do crédito especial, acima mencionado, terão origem na anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

03 – Diretoria de Pavimentações

26.782.0019 – 1.039 – Pavimentações de Vias Públicas

Fonte de Recursos: 10000 - Recursos Ordinários

161 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 700.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes, 13 de Novembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito



**PORTARIA 3036/2017 NOMEIA POR CONCURSO**

Publicação Nº 1426550

PORTARIA N º 3036 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. ALBERTO AKIO SATO, para exercer o cargo efetivo de EDUCADOR SOCIAL NOTURNO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO, 40 horas semanais, a partir de 17/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE OUTUBRO DE 2017.

.

EMILIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3114/2017 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1426571

PORTARIA N º 3114 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) NARA ROSANE GONÇALVES PRESTES, matrícula 283202, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 01/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3137/2017 LICENÇA PREMIO**

Publicação Nº 1426583

PORTARIA N º 3137 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ANTONIO CARLOS PEREIRA (matrícula 399302), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40 horas, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 01.11.2017 a 29.01.2018, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de novembro de 2017 a 29 de janeiro de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 03.11.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3155/2017 LICENÇA PARA ASSUNTOS PARTICULARES**

Publicação Nº 1426581

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emilio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 3155 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER a licença para tratamento de assuntos particulares a servidora MARIA CRISTIANE DA CONCEIÇÃO CHAVES, ocupante do cargo de Monitora de Educação Infantil, com 30 horas, pelo período de 01/11/2017 a 01/11/2019.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**PORTARIA 3164/2017 NOMEIA POR CONCURSO**

Publicação Nº 1426558

PORTARIA N º 3164 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. LEONARDO ROBERTO HUBER, para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO MÉDIO PORTE, 40 horas semanais, a partir de 01/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01/11/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3165/2017 NOMEIA POR CONCURSO**

Publicação Nº 1426555

PORTARIA N º 3165 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a Sra. GRAZIELA FEIJÓ VIEIRA, para exercer o cargo efetivo de AUDITOR, 40 horas semanais, a partir de 03/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 03/11/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3179/2017 LICENÇA PREMIO**

Publicação Nº 1426587

PORTARIA N º 3179 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) MARCIA DA COSTA OLIVEIRA LIBORIO (matrícula 115402), pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais efetiva no cargo de SUPERVISORA ESCOLAR – 40 horas, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 06.11.2017 a 05.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de novembro de 2017 a 05 de dezembro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 09.11.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3193/2017 LICENÇA PREMIO**

Publicação Nº 1426590

PORTARIA N º 3193 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) HELOISA DEMETRIO (matrícula 452004), pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais efetiva no cargo de PROFESSORA – 40 horas, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 13.11.2017 a 12.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13 de novembro de 2017 a 12 de dezembro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 13.11.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3110,3111,3129/2017 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1426600

PORTARIA Nº 3110 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) PATRICIA DUARTE CIDRAL , matrícula 452814 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 12/09/2017 a 01/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3111 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) PATRICIA DUARTE CIDRAL , matrícula 452809 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 12/09/2017 a 01/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3129 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ELIANE CURBANI PATINO , matrícula 63321501 ocupante do cargo EFETIVO de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 02/09/2017 a 01/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3113, 3160/2017 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1426609

PORTARIA Nº 3113 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SORAIA APARECIDA DOS SANTOS , matrícula 6332401 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 01/11/2017 a 02/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3160 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SIRLEI TEREZINHA WOLFART , matrícula 1675203 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 05/10/2017 a 06/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3151, 3152, 3153, 3154/2017 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1426573

PORTARIA N º 3151 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VALDELIRIA MIOTTO, matrícula 433306, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 04/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3152 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JOAO DE SOUZA CAROLINA, matrícula 6285402, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 04/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3153 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) NAYARA DOS SANTOS, matrícula 6294503, ocupante do cargo ACT de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 03/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3154 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ROSIMAR APARECIDA DA SILVA VICENTE, matrícula 1987602, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 04/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3156,3157,3158,3159/2017 LICENÇA PREMIO**

Publicação Nº 1426585

PORTARIA N º 3158 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) VERONICE APARECIDA THONI (matrícula 1801602), pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais efetiva no cargo de ENFERMEIRA – 40 horas, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 06.11.2017 a 05.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de novembro de 2017 a 05 de dezembro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 06.11.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3157 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) RODRIGO TORRI VIEIRA (matrícula 6262801), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de DENTISTA – 40 horas, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 01.11.2017 a 30.11.2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de novembro de 2017 a 30 de novembro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 06.11.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3156 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) MARIA VERONICA DE OLIVEIRA SANTOS FERNANDES (matrícula 1779504), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE SERVIÇO GERAIS – 40 horas, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 06.11.2017 a 05.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de novembro de 2017 a 05 de dezembro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 06.11.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3159 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) MARIA TEREZA DE SOUZA NOGUEIRA (matrícula 6194801), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40 horas, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 06.11.2017 a 05.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de novembro de 2017 a 05 de dezembro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 06.11.2017, revogadas as disposições em

contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIAS 3162,3163/2017 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1426611

PORTARIA Nº 3162 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VIVIANE PIERRE DOS SANTOS , matrícula 143908 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 12/10/2017 a 07/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3163 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SARITA CARDOSO , matrícula 453203 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 30/10/2017 a 03/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**PORTARIAS 31638 , 3171/2017 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1426574

PORTARIA N º 3168 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JULIANO SANTOS VIEIRA, matrícula 189301, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 08/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3171 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) PATRICIA BAJADARES DA SILVA, matrícula 63311301, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE ABRIGO, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 04/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3169,3170,3172,3173/2017 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1426612

PORTARIA Nº 3170 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARA SILVA OLIVEIRA BUSATTO , matrícula 139317 ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 24/10/2017 a 24/10/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3169 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARA SILVA OLIVEIRA BUSATTO , matrícula 139317 ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 30/10/2017 a 01/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3172 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VALDNEIA LUCIANE SOUZA DE LIMA , matrícula 379703 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 03/10/2017 a 08/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3173 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JAQUELINE WALTRIK, matrícula 1741704 ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 20/09/2017 a 08/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3182, 3183/2017 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1426576

PORTARIA N º 3183 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) RAMILIO AMANDIO, matrícula 162702, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 08/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3182 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARA SILVA OLIVEIRA BUSSATO, matrícula 139317, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE ABRIGO, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 02/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3187,3188,3189/2017 LICENÇA SAÚDE**

Publicação Nº 1426579

PORTARIA N º 3188 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ELIAS SOARES PINHEIRO JUNIOR, matrícula 6230302, ocupante do cargo COMISSIONADO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 01/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3187 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VITOR RAFAEL OLIVEIRA AUGUSTO, matrícula 63384601, ocupante do cargo EFETIVO de MOTORISTA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 10/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVAGANTES, 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3189 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de



maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MAGDA ANGELITA DE FREITAS SOARES DE ANDRADE, matrícula 6294903, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 10/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**RESOLUÇÃO Nº 006/2017 COMUSA**

Publicação Nº 1425680

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – COMUSA  
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

**RESOLUÇÃO Nº 006/2017**

O Conselho Municipal de Saúde de Navegantes, no uso de suas atribuições, com base nas competências instituídas pela Lei Municipal nº 3044 de 20 de outubro de 2015, em sua Reunião Extraordinária realizada em 07 de Novembro de 2017,

**APROVA:**

O Edital do Processo Eleitoral para eleição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Navegantes – COMUSA – para o biênio 2017/2019, tendo o mandato início em 12/2017 e término em 12/2019, conforme segue:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES – COMUSA PARA O BIÊNIO 2017/2019, E DISPOSIÇÕES DO PROCESSO DE ELEIÇÃO.

O Conselho Municipal de Saúde de Navegantes, no uso de suas atribuições, com base nas competências instituídas pela Lei Municipal nº 3044 de 20 de outubro de 2015, e com base na Lei Federal 8.142/1990 e de acordo com a Resolução 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, por este edital público

CONVOCA TODOS OS INTERESSADOS A PARTICIPAR DO PROCESSO DE ELEIÇÃO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES – COMUSA, COM O MANDATO INICIANDO EM 12/2017 E TÉRMINO 12/2019, O QUAL REALIZAR-SE-Á NO DIA 27/11/2017 DAS 8H ÀS 18H, SENDO A URNA FIXA LOCALIZADA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER E DO HOMEM - CRMH, SITUADO A RUA DEP. NILTON KUCKER Nº 545 NO CENTRO DE NAVEGANTES, ALEM DE UMA URNA VOLANTE PERCORRENDO TODOS OS LOCAIS DE TRABALHO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, DAS 8H AS 17H.

**REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL****CAPÍTULO I  
DO OBJETO**

Art. 1º - As eleições para membros do Conselho Municipal de Saúde de Navegantes, mandato 2017 a 2019, reger-se-ão pela Lei

Municipal 3.044 de 20 de outubro de 2015 e pelo presente Regulamento.

**CAPÍTULO II  
DAS VAGAS**

Art. 2º - O Conselho Municipal de Saúde de Navegantes será composto por 12 (doze) membros titulares, de forma paritária, conforme dispõe a Lei Federal 8.142 de 1.990, devendo ter a seguinte composição e representação:

I - Segmento GESTOR / PESTADOR DE SERVIÇO AO SUS: 03 (três) membros irão compor 25% (vinte e cinco por cento) de gestores representantes do Poder Público Municipal e representantes dos prestadores de serviços privados e filantrópicos, vinculados ao Sistema Municipal de Saúde, sendo as vagas divididas da seguinte maneira: 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e seu respectivo suplente; 02 (dois) representantes dos prestadores de serviços de saúde filantrópicos ou privados sob gestão municipal;

II - Segmento TRABALHADOR: 03 (três) membros irão compor 25% (vinte e cinco por cento) de trabalhadores dos serviços de saúde pública municipal, filantrópicos e privados sob gestão municipal;

III - Segmento USUÁRIO: 06 (seis) membros irão compor 50% (cinquenta por cento) de representantes dos Usuários do Sistema Único de Saúde.

**CAPÍTULO III  
DAS INSCRIÇÕES****DAS INSCRIÇÕES DO SEGMENTO GESTOR / PESTADOR DE SERVIÇO AO SUS**

Art. 3º - As inscrições para participar do Conselho Municipal de Saúde como representante do Gestor ou dos prestadores de serviços privados ou filantrópicos, vinculados ao Sistema Municipal de Saúde, obedecerá ao que segue:

I – O representante do Gestor, com seu respectivo suplente, deverá ser indicado, através de ofício endereçado ao Conselho Municipal de Saúde pelo Secretário Municipal de Saúde, os quais deverão ser apresentados na data e horário designada para a eleição dos membros do Conselho Municipal de Saúde;

II – Os representantes dos Prestadores de Serviço ao SUS deverão indicar seus representantes mediante ofício assinado pelo representante legal do Prestador, indicando o nome e a função do seu representante junto ao prestador, os quais deverão ser apresentados na data e horário designada para a eleição dos membros do Conselho Municipal de Saúde;

**DAS INSCRIÇÕES DO SEGMENTO TRABALHADOR**

Art. 4º - Os trabalhadores que tenham interesse em se inscrever como candidato do processo eleitoral do Conselho Municipal de Saúde deverão realizar suas inscrições no período de 09 a 17 de novembro de 2017, das 8h às 12h e das 13:30h às 17:30h, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada a Av. Conselheiro João Gaya nº 1052, ou através do email: comusa@navegantes.sc.gov.br, mediante ficha de inscrição a qual deverá constar o nome do Candidato, sua função a qual é efetivo, numero da matricula, e local onde desempenha suas funções laborais e foto.

Art. 5º - Poderão ser eleitos Conselheiros, os profissionais ocupantes dos seguintes cargos efetivos: Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar de enfermagem, Auxiliar de Consultório Dentário, Técnico em Saúde Bucal, Técnico de Enfermagem, Enfermeiro, Médico, Dentista, Técnico em Radiologia, Motorista Socorrista do SAMU, Agente de Combate a Endemias, Fisioterapeuta, Farmacêutico,

Fonoaudiólogo, Nutricionista, Psicólogo, Bucal, Terapeuta Ocupacional e Veterinário.

Parágrafo Único: Não será permitida a inscrição de profissional de saúde que possua cargo ou função de confiança.

Art. 6º - O dia 22 de novembro fica reservado ao Conselho Municipal de Saúde, para análise das inscrições de candidatura, verificando se preenchem todos os requisitos contidos neste regulamento.

Parágrafo Único – Fica o período de 21 a 26 de novembro reservado aos candidatos para realizarem sua campanha.

#### DAS INSCRIÇÕES DO SEGMENTO USUÁRIO

Art. 7º - As inscrições para participar da Eleição do Conselho Municipal de Saúde como representante dos usuários deverão ser efetuadas junto ao Fórum das Entidades não Governamentais, entidade sem fins lucrativos o qual publicará edital específico para tal finalidade.

### CAPÍTULO V

#### DAS ELEIÇÕES

##### DA ELEIÇÃO DOS GESTORES / PRESTADORES DE SERVIÇO AO SUS

Art. 8º - O representante dos gestores serão indicados pelo Secretário Municipal de Saúde, pois sendo sua vaga única, restando automaticamente eleito.

Art. 9º - Os representantes dos prestadores serão eleitos de forma democrática entre seus pares durante a assembleia.

Parágrafo Único: Não é permitido o voto por procuração.

Art. 10º - O processo de escolha dos Conselheiros representantes dos Prestadores de Serviço inicia às 18h, no mesmo dia e local designado para a eleição dos Conselheiros.

Art. 11 - Estão aptos a votar os candidatos que foram designados pelos seus respectivos prestadores, ou aqueles que foram indicados, via ofício específico, para participarem do processo de eleição.

##### DA ELEIÇÃO DOS TRABALHADORES

Art. 12 - Os representantes dos trabalhadores serão eleitos de forma democrática entre seus pares em assembleia.

Parágrafo Único: Não é permitido o voto por procuração.

Art. 13 - São considerados trabalhadores aptos para votar, todos os que estiverem lotados na secretaria municipal de saúde e que comparecerem ao local de votação munidos de documento de identificação com foto.

Art. 14 – A relação com todos os candidatos aptos a concorrerem a vaga de Conselheiro de Saúde será afixada na entrada do local de votação e na mesa de votação.

Art. 15 – O eleitor ao votar, preencherá a lista de presença e receberá uma cédula em branco, contendo espaço para preencher o nome do seu candidato.

Parágrafo Único: Após preenchida a cédula, o eleitor depositará o voto na urna de votação.

Art. 16 – Serão eleitos os três trabalhadores mais votados, sendo eleitos suplentes do quarto ao sexto mais votado.

Parágrafo Único: Na vacância dos suplentes, poderão ser nomeados como suplentes, os demais candidatos, obedecendo a quantidade de votos, em ordem decrescente dos votos.

##### DA ELEIÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 17 - Os representantes dos usuários serão eleitos pelo Fórum

das Entidades não Governamentais o qual indicará seis entidades que designarão seus titulares e suplentes os quais terão assento no Conselho Municipal de Saúde de Navegantes

Art. 18 – Após proceder a escolha dos representantes, o Fórum das Entidades não Governamentais oficiará o Conselho Municipal de Saúde indicando as entidades eleitas com seus respectivos representantes de cada entidade.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 – Findado o processo eleitoral, o Conselho Municipal de Saúde de Navegantes editará Resolução com o resultado da eleição e enviará ao Prefeito Municipal para que este edite Portaria nomeando os Conselheiros eleitos.

Art. 20 – A posse dos Conselheiros eleitos será realizada na primeira reunião ordinária subsequente a eleição, na qual será dada posse pelo conselho anterior e procedido a eleição do Presidente, Vice Presidente e Secretário do novo Conselho Municipal de Saúde de Navegantes.

Art. 21 – Os casos omissos neste Regulamento serão avaliados e julgados pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Navegantes.

Navegantes, 07 de Novembro de 2017.

Francisco Eduardo Johannsen

Presidente COMUSA Navegantes

### TERMO DE JULGAMENTO

Publicação Nº 1425879

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

#### TERMO DE JULGAMENTO

Processo de Sindicância nº 18/2017, instaurado pela Portaria nº 2537 de 23 de agosto de 2017.

Sindicada: S.A.M.

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº 2537 de 23 de agosto de 2017 foi instaurado Processo de Sindicância para apurar circunstâncias que envolvem a servidora S.A.M. durante afastamento para gozo de auxílio-doença. A denúncia foi recebida, designou-se e instalou-se Comissão de Processo de Sindicância, com a oitiva da sindicada, secretária de administração à época, médico do trabalho, bem como de outros servidores na qualidade de testemunhas.

É o Relatório.

A Comissão de Processo de Sindicância apurou o caso, e de acordo com o relatório da Comissão, muito embora haja publicações em redes sociais fls. 8/13 e 33/40, não comprova a irregularidade no afastamento para gozo de auxílio doença, assim, não há prova inequívoca da execução do ato irregular, ou seja, faltam provas da materialidade do ato infracional, sugerindo ARQUIVAMENTO dos autos por insuficiência de provas.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003.

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo de Sindicância, no que concerne ao ARQUIVAMENTO dos autos nº 18/2017.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 9 de novembro de 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito

## TERMO DE JULGAMENTO

Publicação Nº 1425877

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES

### TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo Disciplinar n.º. 19/2017, instaurado pela Portaria n.º. 2125 de 17 de julho de 2017.  
Indiciado: A apurar  
Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria n.º. 2125 de 17 de julho de 2017 foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar possível acúmulo ilegal de cargos públicos, da servidora J.K.B..

Conforme decisão exarada em processo administrativo disciplinar, designou-se e instalou-se nova Comissão, com a oitiva da servidora J.K.B. e dado a esta o direito ao contraditório e ampla defesa.

É o Relatório.

Na instrução, verificou-se irregularidade no ato de nomeação no que tange à carga horária, e ainda, sobre a acumulação ilegal de cargos públicos.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 7/2003 (Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes).

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, no que concerne:

- A NOMEAÇÃO POR CONCURSO PÚBLICO, edital n. 001/2012, para exercer a função de Professora de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de Ciências, com CARGA HORÁRIA 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, retroagindo à data de 18/2/2013;
- A ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO – PORTARIA n.º 1291 de 26 de fevereiro de 2014;

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 10 de novembro de 2017.

EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito

## TERMO DE JULGAMENTO

Publicação Nº 1425878

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

### TERMO DE JULGAMENTO

Processo de Sindicância n.º. 15/2017, instaurado pela Portaria n.º. 2406 de 7 de agosto de 2017.

Sindicado: (A) W.J.S..

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria n.º. 2406 de 7 de agosto de 2017 foi instaurado Processo de Sindicância para apurar possível inobservância do dever funcional por parte do servidor W.J.S..

A denúncia foi recebida, designou-se e instalou-se Comissão de Processo de Sindicância, com a oitiva do denunciante, do sindicado, bem como de outros servidores na qualidade de testemunhas.

É o Relatório.

A Comissão de Processo de Sindicância apurou o caso, e de acordo com o relatório da Comissão, muito embora haja denúncia de possível mau comportamento do sindicado, não há prova inequívoca da execução do ato irregular, ou seja, faltam provas da materialidade do ato infracional, sugerindo ARQUIVAMENTO dos autos por insuficiência de provas.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003.

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo de Sindicância, no que concerne ao ARQUIVAMENTO dos autos n.º. 15/2017.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 31 de outubro de 2017.

EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### PORTARIA 133/2017 FÉRIAS JOÃO CARLOS BABARESCO

Publicação Nº 1425464

PORTARIA nº 133, de 13 de novembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

#### CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

#### R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida 20 (vinte) dias de Férias para o Servidor Municipal JOÃO CARLOS BABARESCO, ocupante do cargo de Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento, a ser usufruída no período de 26.12.2017 a 14.01.2018, referente ao período 01.01.2017 a 31.12.2017.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 13 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 275/2017

Publicação Nº 1426867

DECRETO Nº. 275/2017 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), no Projeto Atividade 2.001 – Câmara Municipal de Vereadores, na modalidade de aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta – na Fonte 01.00 - Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01 Câmara Municipal de Vereadores

Função: 01 Legislativa

Sub-Função: 31 Ação Legislativa

Programa: 001 Processo Legislativo

Projeto/Atividade: 1.001 Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 8.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), provenientes da anulação de dotação da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01 Câmara Municipal de Vereadores

Função: 01 Legislativa

Sub-Função: 31 Ação Legislativa

Programa: 001 Processo Legislativo

Projeto/Atividade: 1.001 Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 8.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS.

Assessor Jurídico



# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 241/2017

Publicação Nº 1425782

PORTARIA Nº 241/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 047/2017, CAROLINA DE ANDRADE, matrícula nº 7428, para exercer o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade de Saúde Básica Trinta Réis - Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 13 de março de 2017 a 12 de março de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

### CONTRATO Nº 128/2017

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora CAROLINA DE ANDRADE, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Servidão Acácio Vieira da Rosa, nº 35, Bairro Vargem Pequena, Município de Florianópolis, portadora do CPF nº 084.112.929-08, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado

das atribuições no cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade de Saúde Básica Trinta Réis - Bairro Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 9.266,88 (nove mil duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 13 de março de 2017 a 12 de março de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com



as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de março de 2017.  
Gian Francesco Voltolini      Carolina de Andrade  
Prefeito Municipal              Contratada

Maxiliano de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de março de 2017.

#### TESTEMUNHA:

Izabela Daros  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 649/2017

Publicação Nº 1426566

#### PORTARIA Nº 694/2017

##### Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

#### RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 618/2017 "B" que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21/12/2016, e convocado pelo Decreto nº 032/2017, LUJIANI MENDES FERREIRA, matrícula nº 7620, para exercer o cargo de Professor de Matemática Não Habilitado, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Trinta Réis, município de Nova Trento, a contar de 12 de novembro de 2017 até 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Jucilania Tamanini, afastada conforme Portaria nº 689/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 287/2017

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LUJIANI MENDES FERREIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Rua Júlio César Teixeira Correa, nº 66,

Bairro Tajuba I, município de São João Batista, portadora do CPF nº 080.842.509-90, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor de Matemática Não Habilitado, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Trinta Réis, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste Termo Aditivo, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.719,93 (hum mil, setecentos e dezenove reais e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo é firmado pelo período de 12 de novembro de 2017 até 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Jucilania Tamanini, afastada conforme Portaria nº 689/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado Termo Aditivo.

Nova Trento, em 13 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi    Lujiane Mendes Ferreira  
Secretário Mun. de Educação                      Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo em 13 de novembro de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

### PORTARIA Nº 681/2017 "B" (RETIFICAR)

Publicação Nº 1425764

#### PORTARIA Nº 681/2017 "B"

##### Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21/12/2016, e convocado pelo Decreto nº 032/2017, LUJIANI MENDES FERREIRA, matrícula nº 7620, para exercer o cargo de Professor de Matemática Não Habilitado, com 40 (quarenta)

horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Trinta Réis, município de Nova Trento, a contar de 01 de novembro de 2017 até 11 de novembro de 2017, em substituição a titular Jucilania Tamanini, afastada conforme Portaria nº 674/2017 "A".

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 287/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LUJIANI MENDES FERREIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Júlio Cezar Teixeira Correa, nº 66, Bairro Tajuba I, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 080.842.509-90, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor de Matemática Não Habilitado, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Trinta Réis, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.719,93 (hum mil setecentos e dezenove reais e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de novembro de 2017 a 11 de novembro de 2017, em substituição a titular Jucilania Tamanini, afastada conforme Portaria nº 674/2017 "A".

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

(Contrato nº 287/2017)

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário M. de Educação

Lujiani Mendes Ferreira  
Contratada

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de novembro de 2017.

#### TESTEMUNHA:

Ivana Regina Cadore  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 688/2017

Publicação Nº 1426557

#### PORTARIA Nº 688/2017

Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

#### RESOLVE:

Concede Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal MÔNICA RAQUEL RAISER, matrícula nº 7464, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência "A", Educação Infantil, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, centro, do Quadro de Servidores deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15

(quinze) dias, a contar de 09 de novembro de 2017 a 23 de novembro de 2017, conforme atestado médico datado de 09/11/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 688/2017 "A"**

Publicação Nº 1426565

PORTARIA Nº 688/2017 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

### **RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria nº 623/2017, que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, GISLAINE MATIAS OLIVEIRA, matrícula nº 7517, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré Escola), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 09 de novembro de 2017 até 23 de novembro de 2017, em substituição a titular Mônica Raquel Raiser, afastada conforme Portaria nº 688/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 204/2017**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora GISLAINE MATIAS OLIVEIRA, brasileira, amasiada, residente e domiciliada na Rua Santo Inácio, nº 536, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 067.409.709-20, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada

e o seguinte:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Não Habilitado, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré Escola), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento,

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 09 de novembro de 2017 até 23 de novembro de 2017, em substituição a titular Mônica Raquel Raiser, afastada conforme Portaria nº 688/2017.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 09 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Gislaine Matias Oliveira  
Contratada

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de novembro de 2017.

### **TESTEMUNHA:**

Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

## **PORTARIA Nº 689/2017**

Publicação Nº 1426567

PORTARIA Nº 689/2017

Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

### **RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 674/2017 "A" que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal JUCILANIA TAMANINI, matrícula nº 6567, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência C, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, do Quadro de Servidores Efetivos deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 08 de novembro de 2017 a 05 de fevereiro de 2018, conforme atestado médico datado de 08/11/2017, aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 690/2017**

Publicação Nº 1425760

PORTARIA Nº 690/2017  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, de com o Artigo 102 da Lei 1.668/99 de 22/12/1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

#### **RESOLVE:**

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal FABRICIO LEONEL DA SILVA, matrícula nº 7606, no cargo de Professor de Português Não Habilitado, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Distrito Agutí, Município de Nova Trento e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho Distrito de Claraíba, pelo período de 14(quatorze) dias, a contar de 08 de novembro de 2017 até 21 de novembro de 2017, conforme atestado médico datado de 08/11/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação, em exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 691/2017**

Publicação Nº 1425766

PORTARIA Nº 691/2017  
Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 102, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Municipal),

#### **RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 629/2017 que CONCEDEU Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal ROSIANE MELO

CORDEIRO, matrícula nº 6631, concursada no cargo de Professora Nível III, (Ensino Fundamental – Português), Referência C, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Agutí e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 28 de outubro de 2017 a 26 de dezembro de 2017, conforme resultado pericial datado de 09/11/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### DECLARAÇÃO RREO - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 1425412

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

#### DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A Administração Municipal comunica aos interessados, que o RREO do 5º Bimestre do exercício de 2017, previsto na Lei Complementar nº 101/00, de 04 de maio 2000, foi devidamente publicado no sítio eletrônico oficial desta instituição <http://www.novaveneza.sc.gov.br> no dia 13/11/2017.

Nova Veneza (SC), 13 de novembro de 2017.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS POLICARPI  
Contador CRC/SC 024696/O-7

Abertura: às 9:00 horas do dia 29/11/2017.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 13 de novembro de 2017.  
Rogério José Frigo  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 171/2017

Publicação Nº 1425428

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 171/2017

Objetivo: Contratação de empresa especializada, para realizar a reforma do campo de futebol de areia localizado na Vila São José, em Caravaggio, Nova Veneza/SC.

Abertura: às 11:00 horas do dia 29/11/2017.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 13 de novembro de 2017.  
Rogério José Frigo  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 172/2017

Publicação Nº 1425697

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 172/2017

Objetivo: Aquisição de material elétrico destinado a manutenção do Centro Educacional Terezinha Paseto Spillere.



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### AVISO DO RESULTADO DO PREGÃO PM Nº 031/2017

Publicação Nº 1425615

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017  
PREGÃO PRESENCIAL 031/2017

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 031/2017 – Aquisição de forma parcelada de carga de gás GLP (Gás Liquefeito do petróleo) acondicionado em botijão de 13 e 45 Kg, para manutenção das diversas secretárias do Município de Novo Horizonte/SC. Que na data de sua realização: Dia 13/11/2017 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante a saber: ROZELI G. FRANCHINI (2859). Sendo que consagrou-se vencedora com valor global de 8.900,00 (Oito mil e novecentos reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz às exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se a rigor habilitada quanto à documentação exigida; o preço cotado está dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 031/2017, e adjudico os itens a empresa vencedora. Os autos seguirão para análise, para posterior homologação pela autoridade competente.

Novo Horizonte/SC, em 13 de Novembro de 2017.

SILVANI ZILIO MOSCHEN  
Pregoeira

### EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 071/2017

Publicação Nº 1425868

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 071/2017  
Contratante...: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
Contratada...: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME  
Valor ..... : R\$ 54.005,70 (Cinquenta e quatro mil, cinco reais e setenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/11/2017 Término: 31/01/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 028/2017  
Recursos ..... : Dotação: 128-60.01-08.244.0017-2.030-3.3.90.00-109 – Manutenção Fundo Mun. Assistência Social  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 06 (SEIS) BANHEIROS DE 2,64 M2 CADA E 01 CASA EM MADEIRA DE 22,50 M2, PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA DESTE MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes do edital e abaixo:

Novo Horizonte/SC, em 13 de Novembro de 2017 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 047/2017

Publicação Nº 1425867

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 13/11/2017  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 06 (SEIS) BANHEIROS DE 2,64 M2 CADA E 01 CASA EM MADEIRA DE 22,50 M2, PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA DESTE MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes do edital e abaixo:  
CONTRATADO: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 54.005,70 (Cinquenta e quatro mil, cinco reais e setenta centavos)  
DATA: 13/11/2017 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal



EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017

Publicação Nº 1425621

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 13/11/2017		Válido até: 13/11/2018			
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de carga de gás GLP (Gás Liquefeito do petróleo) acondicionado em botijão de 13 e 45 Kg, para manutenção das diversas secretárias do Município de Novo Horizonte/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Carga de gás de cozinha GLP (Gás Liquefeito do Petróleo) acondicionado em botijão de 13 Kg, e suas condições deverão estar de acordo com as normas da ANP e ABNT. (33066)	UN	ROZELI G. FRANCHINI (2859)	Supergasbras	0	65,0000	1

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017

Número do Registro de Preços: 10/2017		Data do Registro: 13/11/2017		Válido até: 13/11/2018			
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de carga de gás GLP (Gás Liquefeito do petróleo) acondicionado em botijão de 13 e 45 Kg, para manutenção das diversas secretárias do Município de Novo Horizonte/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Carga de gás de cozinha GLP (Gás Liquefeito do Petróleo) acondicionado em botijão de 45 Kg, e suas condições deverão estar de acordo com as normas da ANP e ABNT. (33067)	UN	ROZELI G. FRANCHINI (2859)	Supergasbras	0	250,0000	1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2017**

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

(2859) - ROZELI G. FRANCHINI

Novo Horizonte, 13 de Novembro de 2017.

# Orleans

## PREFEITURA

### 4.177 ABRE CREDITO POR EXCESSO DE ARRECDAÇÃO

Publicação Nº 1425409

DECRETO N. 4.177 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2689 de 21 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – SECRETAIRA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

08.02 – Departamento de Serviços Urbanos

2.021 – Manutenção e Sinalização de Trânsito

F.R. 01.0100 Aplicações Diretas

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 61.474,38

F.R. 01.0101 Convênio Polícia Militar

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.637,97

TOTAL \_\_\_\_\_ R\$ 71.112,35

Art.2º Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, ficam utilizadas as seguintes fontes de recursos:

F.R. - 01.0100 Aplicações Diretas R\$ 61.474,38

F.R. 01.0101 Convênio Polícia Militar R\$ 9.637,97

Total \_\_\_\_\_  
R\$ 71.112,35

Art.3º Este decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans/SC, 03 de novembro de 2017, 131 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN

Secretário de Administração.

### CONTRATO Nº 114/2017 PREFEITURA

Publicação Nº 1425629

Contrato Nº.: 114/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: CATANEO CÓPIAS E IMPRESSÕES

Valor ..... : 980,00 (novecentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 10/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 98.202,29

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA A DECORAÇÃO NATALINA , MATERIAL GRÁFICO E SERVIÇO DE CAMINHÃO MUNCK PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO 1º NATAL ENCANTADO 2017.

Orleans, 10 de Novembro de 2017

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO Nº 115/2017 PREFEITURA

Publicação Nº 1425631

Contrato Nº.: 115/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: ELETRO-JO COMÉRCIO DE ILUMINAÇÃO LTDA

Valor ..... : 42.116,50 (quarenta e dois mil cento e dezesseis reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 10/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 98.202,29

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA A DECORAÇÃO NATALINA , MATERIAL GRÁFICO E SERVIÇO DE CAMINHÃO MUNCK PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO 1º NATAL ENCANTADO 2017.

Orleans, 10 de Novembro de 2017

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO Nº 116/2017 PREFEITURA

Publicação Nº 1425632

Contrato Nº.: 116/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP

Valor ..... : 10.680,00 (dez mil seiscentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 10/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 98.202,29

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA A DECORAÇÃO NATALINA , MATERIAL GRÁFICO E SERVIÇO DE CAMINHÃO MUNCK PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO 1º NATAL ENCANTADO 2017.

Orleans, 10 de Novembro de 2017

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO Nº 117/2017 PREFEITURA

Publicação Nº 1425636

Contrato Nº.: 117/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: AG CALDAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP

Valor ..... : 3.200,00 (três mil e duzentos reais)

Vigência ..... : Início: 10/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 98.202,29

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA A DECORAÇÃO NATALINA , MATERIAL GRÁFICO E SERVIÇO DE CAMINHÃO MUNCK PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO 1º NATAL ENCANTADO 2017.

Orleans, 10 de Novembro de 2017

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO Nº 158/2017 PREFEITURA**

Publicação Nº 1426668

PROCESSO Nº 158/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 28/11/2017 às 09h00min. Abertura das Propostas: dia 28/11/2017, às 09h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)  
Orleans - SC, 13 de Novembro de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017 FMS**

Publicação Nº 1425507

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 1/10  
 Processo Nº.: 66/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2017**

No dia 13 do mês de Novembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA MIGUEL COUTO - 800, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 035.783.269-84, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 28/2017, Processo Licitatório nº. 66/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ESFS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE ORLEANS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
175	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	16, 22, 29, 31, 34, 44, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 60, 61
54	ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME	2, 4, 5, 6, 10, 11, 13, 14, 17, 19, 24, 27, 28, 30, 32, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 53, 58, 59
31	METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1, 7, 18, 20, 26, 33, 36, 37, 38, 47

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	DOUGLAS BECKER PISKE	066.129.249-50
ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME	05.948.061/0001-07	VILMAR GONÇALVES	647.449.659-20
METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	JEFERSON MENDES	987.128.109-91

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ESFS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE ORLEANS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 31 - METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AFASTADOR FAREBEUF	un	ABC	30,000	8,2500	247,50
7	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO, ALTURA REGULÁVEL CONSTRUÍDA EM TUBOS DE 7/8" X 0,9MM; BASE EM TRIPÉ DE FERRO FUNDIDO, HASTE EM AÇO INOX 3/4" X 0,9MM, APOIO DE BRAÇO EM CHAPA AÇO INOX COM ALMOFADA 0,80MM. ALTURA MÍNIMA: 0,80M ALTURA MÁXIMA: 1,08M	un	OLIMEDIC	5,000	120,0000	600,00
18	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTE, CAPACIDADE 3 LITROS 10 U	un	DESCARBOX	1.000,000	1,9500	1.950,00
20	CLOREXIDINA 0,2% SOLUÇÃO AQUOSA DE 1LITRO	l	RIOQUIMICA	100,000	7,9000	790,00
26	DETERGENTE ENZIMÁTICO 1000ML COM 5 ENZIMAS	fr	KELDRIN	150,000	19,1900	2.878,50
33	ESFIGMOMANOMETRO BRAÇADEIRA GRANDE PARA OBESO	un	ACCUMED/PF	10,000	71,3000	713,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 2/10  
 Processo Nº.: 66/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

**Fornecedor: 31 - METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
36	MASCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO DE OXIGENIO COM RESERVATORIO	un	MD	30,000	9,7500	292,50
37	NEBULIZADOR PORTATIL	un	DARU/NEBUL	10,000	109,8000	1.098,00
38	OTOSCÓPIO DE CABO METÁLICO REVESTIDO DE PLÁSTICO. CONTENDO 05 ESPÉCULOS CONES CURTOS: - ESPÉCULO Nº 1 - 2,5 MM - ESPÉCULO Nº 2 - 4,0 MM - ESPÉCULO Nº 3 - 5,0 MM - ESPÉCULO Nº 4 - 7,0 MM - ESPÉCULO Nº 5 - 9,0 MM	un	MD/MARK II	10,000	275,0000	2.750,00
47	PINÇA DENTE DE RATO 12 CM.	un	RICHARDS	30,000	8,6300	258,90

**Fornecedor: 54 - ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	AFASTADOR DOYEN	un	ABC	30,000	125,0000	3.750,00
4	AFASTADOR VOLKMANN	un	STARK	30,000	49,3400	1.480,20
5	AMBÚ ADULTO REANIMADOR MANUAL DE SILICONE FLEXÍVEL E FÁCIL AJUSTE A FACE, COM VÁLVULA UNIDIRECIONAL DE SILICONE, BALÃO, EXTENSÃO DE OXIGÊNIO, VÁLVULA DE ENTRADA DE OXIGÊNIO E RESERVATÓRIO. PRODUTO AUTOCLAVÁVEL.	un	PHARMATEX	30,000	118,5000	3.555,00
6	AMBÚ INFANTIL REANIMADOR MANUAL DE SILICONE FLEXÍVEL E FÁCIL AJUSTE A FACE, COM VÁLVULA UNIDIRECIONAL DE SILICONE, BALÃO, EXTENSÃO DE OXIGÊNIO, VÁLVULA DE ENTRADA DE OXIGÊNIO E RESERVATÓRIO. PRODUTO AUTOCLAVÁVEL.	un	PHARMATEX	30,000	118,5000	3.555,00
10	BENGALA ARTICULAVEL PARA DEFICIENTE VISUAL, TAMANHO M BENGALA ARTICULAVEL PARA DEFICIENTE VISUAL, COMPOSTO POR 05 GOMOS EM ALUMINIO COM 1/2 DE DIAMETRO, CONTENDO ELASTICO ROLICO DUPLO, DIAMETRO 3,0MM COM POSIÇÃO POLIESTER 59% ELASTODIENO 41% COM PONTEIRA E CABO CONFECCIONADOS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COMPRIMENTO 1,22M, TAMANHO M	un	ALO	10,000	57,7000	577,00
11	BENGALA ARTICULAVEL PARA DEFICIENTE VISUAL, TAMANHO G BENGALA ARTICULAVEL PARA DEFICIENTE VISUAL, COMPOSTO POR 05 GOMOS EM ALUMINIO COM 1/2 DE DIAMETRO, CONTENDO ELASTICO ROLICO DUPLO, DIAMETRO 3,0MM COM POSIÇÃO POLIESTER 59% ELASTODIENO 41% COM PONTEIRA E CABO CONFECCIONADOS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE COMPRIMENTO 1,27M, TAMANHO G	un	ALO	10,000	57,7000	577,00
13	FAIXA ELASTICA CARCI BAND AMARELO 1,5 MT	un	CARCI	10,000	18,0000	180,00
14	FAIXA ELASTICA CARCI BAND ROXO 1,5 MT	un	CARCI	10,000	34,0000	340,00
17	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTEANTE, CAPACIDADE 7 LITROS 10 U	un	SAFEPACK	2.000,000	2,5900	5.180,00
19	CPR. STAT. PADS ELETRODOS MULTIFUNÇÃO ADULTO COM SENSOR DE RCP.	un	ZOLL	5,000	1.140,0000	5.700,00
24	DETECTOR FETAL DE MESA; FAIXA DE MEDIÇÃO DE FCF: 30 A 240 BPM. CICLAGEM DE 6.000 A 60.000 E FREQUÊNCIA DE TRABALHO 2MHZ ±10%. ALIMENTAÇÃO CHAVEADA QUE OPERA DE 110 A 230 V ±10% E FREQUÊNCIA DE 50/60HZ. DIÂMETRO MÁXIMO DO FOCO ULTRASSÔNICO: 50 MM. PROFUNDIDADE MÁXIMA DO FEIXE ULTRASSÔNICO: 200 A 250 MM. CONTROLE DE VOLUME DIGITAL: 9 NÍVEIS (1 - 9). CONTROLE DE TONALIDADE DIGITAL: 10 NÍVEIS (0 - 9). ALOJAMENTO PARA TRANSDUTOR NA LATERAL DO GABINETE. SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO OU GRAVADOR DE SOM. POSSUI FUSÍVEL DE PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA DA CORRENTE ELÉTRICA. PESO LÍQUIDO: 1,8KG. DIMENSÕES: (L.P.A) 217X250X100MM. POTENCIA: 32 VA/ 15W. POTENCIA ULTRASSÔNICA: 5MH/CM². GARANTIA: 2 ANOS.	un	MEDPEJ	9,000	611,0000	5.499,00
27	ELETRODO 3CM REDONDO ADESIVO C/4	pt	CARCI	10,000	18,3500	183,50
28	ELETRODO DE SILICONE DE 5CM EM METRO	m	ARKTUS	10,000	13,7500	137,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 3/10  
 Processo Nº.: 66/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

**Fornecedor: 54 - ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
30	ELETRO CALTERIO CONTROLE DE POTÊNCIA: SUAVE E LINEAR, O QUE PERMITE SUA APLICAÇÃO DESDE MICRO E NEURO ATÉ MÉDIAS CIRURGIAS COM EXCELENTES RESULTADOS. SINALIZAÇÃO AUDIOVISUAL: AO UTILIZAR O EQUIPAMENTO. CIRCUITO BIPOLAR: DE ALTA EFICIÊNCIA, PODENDO SER UTILIZADAS 4 FORMAS DE ONDA E POTÊNCIA DE SAÍDA, ADEQUADAS ESPECIFICAMENTE A CADA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO.	un	TRANSMAI	8,000	2.330,0000	18.640,00
32	ESFIGMOMANOMETRO BRAÇADEIRA PARA ADULTO	un	SOLIDOR	10,000	60,7500	607,50
35	LENÇOL HOSPITALAR DE PAPEL DESCARTÁVEL 100% CELULOSE VIRGEM DE ALTA QUALIDADE, USADO PARA CUBRIR MACAS, MEDINDO 50CM X50 METROS, PRONTO PARA USO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL TERMO AJUSTÁVEL, CAIXA COM 10 ROLOS COR BRANCA.	un	MEDPAPER	300,000	6,3600	1.908,00
39	PINÇA HEMOSTATICA RETA	un	STARK	30,000	17,8200	534,60
40	PINÇA HEMOSTATICA CRILE	un	STARK	30,000	17,8200	534,60
41	PORTA AGULHA MAYO	un	STARK	30,000	10,2700	308,10
42	PINÇA POZZI RETA.	un	STARK	30,000	25,3500	760,50
43	PINÇA CRILE DELICADA RETA .	un	STARK	30,000	17,8200	534,60
45	PINÇA KELLY RETA.	un	STARK	30,000	17,8200	534,60
46	PINÇA CLINICA.	un	LM	30,000	5,5300	165,90
48	PINÇA ROCHESTER.	un	STARK	30,000	15,0800	452,40
49	PINÇA MOSQUITO RETA.	un	STARK	30,000	15,7500	472,50
50	PINÇA MOSQUITO CURVA.	un	STARK	30,000	15,7500	472,50
53	SONDA DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL PEDIATRICA 06FR PRODUZIDAS EM POLIURETANO, ADAPTAM-SE FACILMENTE À ANATOMIA DO PACIENTE; COMPOSTA POR TUBO RADIOPACO EM TODA SUA EXTENSÃO; ACOMPANHAM FIO-GUIA EM AÇO INOX PRÉ-LUBRIFICADO COMPOSTO POR 7 FIOS TRANÇADOS E PONTA ATRAUMÁTICA; PONTEIRA REDUZIDA PARA PROPORCIONAR MAIS CONFORTO AO PACIENTE	un	SOLUMED	50,000	9,1800	459,00
58	CONJUNTO TALAS ORTOPÉDICAS, MATERIAL METAL, TIPO MOLDÁVEIS, QUANTIDADE PEÇAS 3, TAMANHO 15X3/ 36X3/ 54X3 POL, ACABAMENTO SUPERFICIAL EMBORRACHADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LAVÁVEL	un	MARIMAR	10,000	40,0900	400,90
59	TENTA CANULA, INSTRUMENTAL PARA GUIAR A PONTA DO BISTURI. CONFECCIONADO EM AÇO INOX	un	STARK	30,000	3,4300	102,90

**Fornecedor: 175 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	CENTRIFUGA DE BANCADA MOTOR DE INDUÇÃO TAMPA COM CHAVE DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; DISPLAY DE CONTROLE COM DISPLAY DE CRISTAL LIQUIDO COM BACKLIGHT; AVISO DE FIM DE PROCESSO; RAMPA DE ACELERAÇÃO E FRENAGEM COM TEMPO FIXO; VOLTAGEM: 220V EQUIPADO COM UM ROTOR DO ÂNGULO DE 12 LUGARES PARA OS TUBOS COM UM VOLUME ATÉ DE 15ML E UMA VELOCIDADE MÁXIMA DE 4.500 REV/MINUTO	un	Centrilab	1,000	2.610,0000	2.610,00
22	CLOREXIDINA 0,12% SOLUÇÃO BUCAL FRASCO DE 250ML	fr	Rioquímica	100,000	7,7000	770,00
29	ELETRODOS PEDIÁTRICOS PEDI PADZ II	un	Zoll	5,000	1.665,0000	8.325,00
31	ESFIGMOMANOMETRO BRAÇADEIRA INFANTIL	un	Glicomed-Acc	10,000	61,5000	615,00
34	LANTERNA CLINICA DE ALTA PERFORMANCE COM ILUMINAÇÃO LED 5V CONFECCIONADA EM LIGA DE ALUMÍNIO ESPACIAL LEVE DE ALTA QUALIDADE; ILUMINAÇÃO BRILHANTE LED PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO; 14,3CM DE COMPRIMENTO. REGAREGAVEL 220VOLTS	un	MD	10,000	11,0000	110,00
44	PINÇA ANATOMICA DISSECÇÃO 12 CM	un	Abc	30,000	8,7800	263,40
51	REPELENTE SPRAY 100ML ATÉ 10 HORAS DE PROTEÇÃO	fr	Reckitt	300,000	12,2500	3.675,00
52	SERINGA DESCARTÁVEL 60 ML PARA ALIMENTAÇÃO	un	SR	500,000	1,4900	745,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 4/10  
 Processo Nº.: 66/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

**Fornecedor: 175 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
54	SONDA DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL INFANTIL 08FR PRODUZIDAS EM POLIURETANO, ADAPTAM-SE FACILMENTE À ANATOMIA DO PACIENTE; COMPOSTA POR TUBO RADIOPACO EM TODA SUA EXTENSÃO; ACOMPANHAM FIO-GUIA EM AÇO INOX PRÉ-LUBRIFICADO COMPOSTO POR 7 FIOS TRANÇADOS E PONTA ATRAUMÁTICA; PONTEIRA REDUZIDA PARA PROPORCIONAR MAIS CONFORTO AO PACIENTE	un	Solumed	50,000	9,1700	458,50
55	SONDA DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL ADULTO 08FR PRODUZIDAS EM SILICONE TRANSLÚCIDO COM LINHA RADIOPACA AZUL E CONECTORES EM POLIPROPILENO, SÃO FLEXÍVEIS E ADAPTAM-SE FACILMENTE À ANATOMIA DO PACIENTE, PERMITINDO UMA INTRODUÇÃO SUAVE E SEM TRAUMAS; SÃO DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, POIS A DIETA NÃO SE DEPOSITA NAS PAREDES DA Sonda, O QUE É VERIFICADO FACILMENTE ATRAVÉS DO SEU TUBO TRANSLÚCIDO; ACOMPANHAM FIO-GUIA EM AÇO INOX COMPOSTO POR SETE (7) FIOS TRANÇADOS E PONTA ATRAUMÁTICA PRÉ-LUBRIFICADO EM SILICONE.	un	Solumed	50,000	9,6000	480,00
56	SONDA DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL ADULTO 10FR PRODUZIDAS EM SILICONE TRANSLÚCIDO COM LINHA RADIOPACA AZUL E CONECTORES EM POLIPROPILENO, SÃO FLEXÍVEIS E ADAPTAM-SE FACILMENTE À ANATOMIA DO PACIENTE, PERMITINDO UMA INTRODUÇÃO SUAVE E SEM TRAUMAS; SÃO DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, POIS A DIETA NÃO SE DEPOSITA NAS PAREDES DA Sonda, O QUE É VERIFICADO FACILMENTE ATRAVÉS DO SEU TUBO TRANSLÚCIDO; ACOMPANHAM FIO-GUIA EM AÇO INOX COMPOSTO POR SETE (7) FIOS TRANÇADOS E PONTA ATRAUMÁTICA PRÉ-LUBRIFICADO EM SILICONE.	un	Solumed	50,000	9,6000	480,00
57	SONDA DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL ADULTO 12FR PRODUZIDAS EM SILICONE TRANSLÚCIDO COM LINHA RADIOPACA AZUL E CONECTORES EM POLIPROPILENO, SÃO FLEXÍVEIS E ADAPTAM-SE FACILMENTE À ANATOMIA DO PACIENTE, PERMITINDO UMA INTRODUÇÃO SUAVE E SEM TRAUMAS; SÃO DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, POIS A DIETA NÃO SE DEPOSITA NAS PAREDES DA Sonda, O QUE É VERIFICADO FACILMENTE ATRAVÉS DO SEU TUBO TRANSLÚCIDO; ACOMPANHAM FIO-GUIA EM AÇO INOX COMPOSTO POR SETE (7) FIOS TRANÇADOS E PONTA ATRAUMÁTICA PRÉ-LUBRIFICADO EM SILICONE.	un	Solumed	50,000	9,4900	474,50
60	TINTURA DE BENJOIM 20%BENJOIM FRASCO COM 100 ML	fr	Rioquímica	100,000	9,0000	900,00
61	VASELINA SOLIDA 90 GRAMAS	fr	Rioquímica	100,000	6,3000	630,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 5/10

Processo Nº.: 66/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 6/10  
Processo Nº.: 66/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 7/10  
Processo N°: 66/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 28/2017

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 8/10  
Processo Nº.: 66/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 9/10  
Processo Nº.: 66/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 10/10  
Processo N°.: 66/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 28/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 13 de Novembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

**Empresas Participantes:**

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME	CNPJ: 05.948.061/0001-07	_____
METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22	_____

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017 FMS**

Publicação Nº 1425509

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/9

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Processo Nº.: 67/2017

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2017****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2017**

No dia 13 do mês de Novembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA MIGUEL COUTO - 800, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 035.783.269-84, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 29/2017, Processo Licitatório nº. 67/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E COPA PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
1038	ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP	4, 8, 9, 13, 17, 20
957	GILMAR SANI - ME	3, 7, 12
1041	NOVA CASA MOVEIS EIRELI - ME	2, 6, 14, 15, 16, 18
374	TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME	19, 21
1057	VMLX ELETRONICOS EIRELI - EPP	1, 10, 11

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP	28.358.842/0001-39	ARTEDANIO SILVA VIERIA	715.671.949-15
GILMAR SANI - ME	14.588.459/0001-62	GUILHERME ALEXANDRE	084.739.809-99
NOVA CASA MOVEIS EIRELI - ME	26.747.361/0001-90	RAQUEL RICKEN DE MATTIA	016.324.199-63
TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME	07.865.917/0001-06	JANE MERI MACHADO	629.711.079-49
VMLX ELETRONICOS EIRELI - EPP	03.800.477/0001-40	VALCIR MOTA	048.428.279-47

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

**AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E COPA PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 2/9  
 Processo Nº.: 67/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2017

**Fornecedor: 374 - TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
19	PROJETOR MULTIMÍDIA -CARACTERÍSTICAS DE EXIBIÇÃO: RESOLUÇÃO SVGA (800X600). 3.200 ANSI LUMES DYNAMIC BLACK 20.000:1 HDMI 3D COM 144HZ 24P -USABILIDADE APRIMORADA: ALTO FALANTE INTEGRADO 3W RETORNO INSTANTÂNEO DO MODO DE ECONOMIA DE ENERGIA. -FACILIDADE DE USO: CORREÇÃO DE IMAGEM ATÉ 40 GRAUS. AUTO CORREÇÃO DE IMAGEM. -FUNCIONALIDADE ECO-FRIENDLY: VIDA ÚTIL DE VIDA COM LAMINA ATÉ 10.000 HORAS NO MODO EXTREMEECO. CARACTERÍSTICA TÉCNICA. SISTEMA DE PROJEÇÃO-DLP. RESOLUÇÃO NATIVA DE 800X600 RESOLUÇÃO MÁXIMA DE: UXGA (1.600X1.200), WUXGA (1.920X1.200) CONTRASTE:20.000:1 BRILHO: 3.000 ANSI LUMENS (ECO) ENTRADA/CONEXÃO-1HDMI (VÍDEO, ÁUDIO HDCP) *2PC ÁUDIO(STEREO). DURAÇÃO DA LAMINA: DURAÇÃO DE 4.000 HORAS (STANDART) 6.000 HORAS (ECO) 10.000 HORAS (EXTREMEECO) -ACOMPANHAMENTO: BOLSA PARA TRANSPORTE, CONTROLE REMOTO, MANUAIS DE CD, CERTIFICADO DE GARANTIA, CABO DE FORÇA E CABO VGA	un	PC TOP	1,000	2.450,0000	2.450,00
21	TV 32 SMART TV, CONVERSOR DIGITAL E ENTRADAS HDMI E USB WIF, 220V COM SUPORT E INSTALAÇÃO	un	AOC	1,000	1.440,0000	1.440,00

**Fornecedor: 957 - GILMAR SANI - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ARMARIO DUAS PORTAS ALTO COM CHAVE DE 80X50X1,60 CM COM PRATELEIRAS, EM MDF 30MM COR BRANCO	un	SANI MÓVEIS	3,000	754,0000	2.262,00
7	BALCÃO DE PIA COM DUAS PORTAS E 3 GAVETAS, COM TAMPO DE PEDRA, EM MDF 30 MM, COR BRANCO, MEDINDO 75X60X130 CM.	un	SANI MÓVEIS	1,000	528,0000	528,00
12	FORNO MICROONDAS CAPACIDADE MINIMA DE 32 LITROS, 220V, COR BRANCO FORNO DE MICROONDAS CAPACIDADE DE 30 A 32 LITROS - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: POTÊNCIA DE 900 A 1000 WATTS, 10 NÍVEIS DE POTÊNCIA, FUNÇÃO TIMER, RELÓGIO, TENSÃO DE 220 V, GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. FORNO DE MICROONDAS	un	Panasonic NN	1,000	527,5000	527,50

**Fornecedor: 1038 - ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ARQUIVO 4 GAVETÕES PARA PASTA SUSPENSA EM AÇO, COM CHAVE, MEDINDO (AXLXP) 133X56X60 CM.	un	RCH	2,000	429,5000	859,00
8	BEBEDOURO ÁGUA - BEBEDOURO ÁGUA - 220V, ALTURA 44 CM, LARGURA 31 CM, PROFUNDIDADE 38 CM, PESO 11,00 KG, PARA USO EM MESA, TERMOSTATO REGULÁVEL, ÁGUA GELADA E NATURAL, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO 0,5 LITRO (NATURAL) E 2,3 LITROS (GELADA), CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO GARRAFÃO DE 10 E 20 LITROS, COR BRANCO, COM SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO.	un	MASTERFRIC	2,000	368,8000	737,60
9	CADEIRA GIRATÓRIA COM RODÍZIO E BRAÇO ( CADEIRA GIRATÓRIA,	un	GIROKOK	6,000	170,7500	1.024,50
13	FOGÃO COOKTOP ELÉTRICO. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 2 QUEIMADORES, COM BOTÕES DE ACENDIMENTO INDIVIDUAIS; MESA VITROCERÂMICA; ACENDIMENTO AUTOMÁTICO; POTÊNCIA DOS QUEIMADORES 1,70 KW E 1,20KW; COM INDICADOR DE CALOR RESIDUAL.	un	BASTEMP	1,000	950,0000	950,00
17	MESA PLÁSTICA, CONJUNTO DE MESA MATERIAL PLÁSTICO, FORMATO QUADRADO, COR BRANCA, COMPRIMENTO 70, LARGURA 70, ALTURA 72, MODELO QUADRADO ACOMPANHA 4 BANQUETAS EM PLÁSTICO, COR BRANCA, COM CAPACIDADE PARA 140KG NA CLASSE BY. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONJUNTO EMPILHÁVEL. GARANTIA DE ATÉ 12 (DOZE) MESES POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	un	GIRO	1,000	168,6600	168,66
20	SUPORTE PARA MICROONDAS, COM BRAÇO, FIXO NA PAREDE. PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 31 CM E MÁXIMA DE 44CM. LARGURA MÍNIMA DE 33 CM E MÁXIMA DE 55 CM. PRODUZIDO EM AÇO CARBONO E PINTURA ELETROSTÁTICA.	un	BRASFORM	1,000	45,0000	45,00

**Fornecedor: 1041 - NOVA CASA MOVEIS EIRELI - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ARMÁRIO AÉREO, PARA COPA/COZINHA, MEDINDO 1200 X 350 X 650 MM (L X P X A), ESTRUTURADO EM MDF 30 MM	un	DE MATTIA	1,000	379,0000	379,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 3/9

Processo Nº.: 67/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2017

**Fornecedor: 1041 - NOVA CASA MOVEIS EIRELI - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	BALCÃO COM DUAS PORTAS BAIXO (BALCÃO 2 PORTAS DE 90X42X76 CM COM DIVISÓRIAS HORIZONTAIS, EM MDF 30MM, NA COR BRANCO	un	DE MATTIA	2,000	421,0000	842,00
14	GAVETEIRO COM 5 GAVETAS E RODÍZIO EM MDF, 30MM MEDIDAS 54X45X65 CM COR BRANCO	un	DE MATTIA	2,000	318,0000	636,00
15	GELADEIRA INVERSE DUAS PORTAS COM CAPACIDADE ACIMA DE 540 LITROS 220 VOLTS COR BRACO.	un	ELECTROLUX	1,000	3.840,0000	3.840,00
16	MESA AUXILIAR PARA COMPUTADOR E IMPRESSORA (MEDINDO 70X75X60 CM (LXAXP) PÉS PAINEL, EM MDF, 30MM), COR BRANCO	un	DE MATTIA	2,000	195,0000	390,00
18	MESA COM GAVETEIRO DUAS GAVETAS 1200MM X 760MM X 600MM, C/ GAVETEIRO FIXO COM CHAVES E 02 GAVETAS EM MDF 30MM, PÉS PAINEL COR BRANCO	un	DE MATTIA	3,000	406,0000	1.218,00

**Fornecedor: 1057 - VMLX ELETRONICOS EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AR CONDICIONADO SPLIT QUENTE E FRIO 9000 BTUS, SELO DE CONSUMO CLASSE A 220 V GAS REFRIGERANTE R410A, COM CONTROLE REMOTO, E INSTALADO E GARANTIA DE DOZE MESES MAIS MANUTENÇÃO PREVENTIVA DEVERÁ SER REALIZADA NECESSARIAMENTE POR EMPRESA AUTORIZADA DA MARCA DO EQUIPAMENTO. 2 MANUTENÇÕES PREVENTIVAS - LIMPEZA E VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA, SENDO: A PRIMEIRA APÓS 6 (SEIS) MESES DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO, E A SEGUNDA AO FINAL DE 11 (ONZE) MESES DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO E ANTERIORMENTE AO TÉRMINO DA GARANTIA.	un	AGRATTO	2,000	1.248,9900	2.497,98
10	CADEIRA DE APROXIMAÇÃO (CADEIRA DE APROXIMAÇÃO FIXA, 4PÉS, POLIPROPILENO PRETO)	un	METALCAD	4,000	77,0000	308,00
11	CADEIRA FIXA: CADEIRA PLÁSTICA SEM BRAÇO TIPO POLTRONA EMPILHÁVEL MONOBLOCO, ENCOSTO FECHADO; CARACTERÍSTICAS: DIMENSÕES MÍNIMAS L X P X A (CM): 57X55X86 CM, CAPACIDADE PARA, NO MÍNIMO, 120 KG, MATERIAL: POLIPROPILENO (PP) 100% VIRGEM COM ANTI UV; USO IRRESTRITO: AMBIENTE INTERNO E EXTERNO; CHUVA E SOL; COMERCIAL E RESIDENCIAL; APROVADA E CERTIFICADA; COR: BRANCO. COM SELO DO INMETRO	un	MOR	15,000	42,8000	642,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 4/9

Processo Nº.: 67/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 5/9  
Processo Nº.: 67/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2017

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 6/9  
Processo Nº.: 67/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2017

## **CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

## **CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 7/9

Processo Nº.: 67/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

## **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 8/9  
Processo N°. 67/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 29/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 9/9

Processo Nº.: 67/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 13 de Novembro de 2017.

---

**LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

**Empresas Participantes:**

ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP

CNPJ: 28.358.842/0001-39

GILMAR SANI - ME

CNPJ: 14.588.459/0001-62

NOVA CASA MOVEIS EIRELI - ME

CNPJ: 26.747.361/0001-90

TM SCHLICKMANN &amp; CIA LTDA ME

CNPJ: 07.865.917/0001-06

VMLX ELETRONICOS EIRELI - EPP

CNPJ: 03.800.477/0001-40



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2017 PREFEITURA**

Publicação Nº 1425775

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 143/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2017**

No dia 13 do mês de Novembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a), JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 63/2017, Processo Licitatório nº. 143/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES, ÁRVORES, ADUBO E SUBSTRATO PARA EMBELEZAR A CIDADE Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10019	AGRO DG COMERCIAL AGRICOLA LTDA	
11880	BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA. - EPP	2, 3
10524	COLINA JARDINAGEM E COMERCIO DE PLANTAS LTDA EPP	1, 4
9309	LAIDE BAGGIO SCREMIN & CIA LTDA ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AGRO DG COMERCIAL AGRICOLA LTDA	03.198.284/0001-60	LEANDRO DELLA GIUSTINA	001.005.189-90
BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA. - EPP	10.257.026/0001-73	RONALDO POLLHEIM	902.239.939-72
COLINA JARDINAGEM E COMERCIO DE PLANTAS LTDA EPP	11.366.157/0001-51	RAFAEL BROGNOLI PALADINI	037.389.969-66
LAIDE BAGGIO SCREMIN & CIA LTDA ME	08.038.138/0001-91	LAIDE BAGGIO SCREMIN	489.379.249-00

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES, ÁRVORES, ADUBO E SUBSTRATO PARA EMBELEZAR A CIDADE  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10524 - COLINA JARDINAGEM E COMERCIO DE PLANTAS LTDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MUDAS DE ARVORES PARA ARBORIZAÇÃO DA CIDADE, COM APROXIMADAMENTE 1,5 MTS DE ALTURA, TIPO BOLAÇO DE OURO, PAU DE FERRO, IPÊ, CANELA DOCE E MANACÁ DA SERRA.	un	COLINA	500,000	15,5000	7.750,00
4	FLORES DA ÉPOCA CONTENDO 15 MUDAS POR CAIXA, TIPO. AÇUCENA, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, MINI CRISÂNTEMO, CALENDOLA, SÁLVIA COLORIDA, CELOSIA OU RABO DE GALO, ONZE HORAS, IMPATINS, TORRENIA OU AMOR PERFEITO, VERON, CRAVINEA, TAJETE E VINCA OU RIGUEIRINHA.	un	COLINA	800,000	9,4500	7.560,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**Página: 2/7  
Processo Nº.: 143/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2017**Fornecedor: 11880 - BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA. - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	SUBSTRATO	kg	MAXFERTIL	10.000,000	0,7000	7.000,00
3	ADUBO 4 - 14 - 8	kg	YARA	10.000,000	1,6700	16.700,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 3/7  
Processo N°: 143/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 63/2017

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 143/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 143/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 143/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 7/7  
Processo N°: 143/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 63/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 13 de Novembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

AGRO DG COMERCIAL AGRICOLA LTDA	CNPJ: 03.198.284/0001-60	_____
BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA. - EPP	CNPJ: 10.257.026/0001-73	_____
COLINA JARDINAGEM E COMERCIO DE PLANTAS LTDA EPP	CNPJ: 11.366.157/0001-51	_____
LAIDE BAGGIO SCREMIN & CIA LTDA ME	CNPJ: 08.038.138/0001-91	_____

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2017 PREFEITURA**

Publicação Nº 1425779

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 144/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/2017**

No dia 13 do mês de Novembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a), JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 64/2017, Processo Licitatório nº. 144/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11853	ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP	
11857	GILMAR SANI - ME	
11881	NOVA CASA MOVEIS EIRELI - ME	
505	ORLEANS INFORMATICA EPP	
11092	PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME	1, 2, 3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP	28.358.842/0001-39	NADINE ALBERTON VIEIRA	076.271.039-08
GILMAR SANI - ME	14.588.459/0001-62		-
NOVA CASA MOVEIS EIRELI - ME	26.747.361/0001-90	RAQUEL RICKEN DE MATTIA	016.324.199-63
ORLEANS INFORMATICA EPP	02.315.593/0001-00	EVERTON CORREA	867.665.389-53
PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME	10.936.352/0001-07	LEANDRO ALBERTO KERBER	770.863.410-53

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

**AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES**

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11092 - PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MESA REFEITÓRIO INFANTIL 2,50MT C/02 BANCOS NA COR (OVO) MESA DE REFEITÓRIO COM BANCOS AVULSO, TAMPO EM MDF 15MM DE ESPESSURA REENGROSSADO COM MAIS 15MM TOTALIZANDO 30 MM NAS BORDAS. REVESTIDO EM FÓRMICA COM PERFIL EM PVC OU FÓRMICA. ESTRUTURA EM AÇO TUBO 40X30 TIPO MONOBLOCO COM TRATAMENTO INOXIDÁVEL E PINTURA ELETROSTÁTICA EPOXI PÓ. PRODUTO APROVADO PELO INMETRO, MAIS RECOMENDADO PARA CRECHES E ESCOLAS. COM GARANTIA DE DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	un	REIFLEX	2,000	760,0000	1.520,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 144/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2017

**Fornecedor: 11092 - PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	MESA 1,20X60 25MM PÉ DE FERRO NA COR OVO. EM MATERIAL MDF 15MM, ESTRUTURA DOS PÉS EM FERRO PINTURA EPOXI, COM MADEIRA NO MEIO ENTRE OS FERROS COM 02 GAVETAS. COM GARANTIA DE DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	un	REIFLEX	5,000	210,0000	1.050,00
3	CADEIRA FIXA ESTOFADA 4 PÉS - CADEIRA SECRETÁRIA ESTOFADA FIXA 4 PÉS GARFO DUPLO NO ENCOSTO, ESTRUTURA EM TUBO 3/4, ESPUMA, PORCA GARRA, ESTOFADA. COM GARANTIA DE DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	un	REIFLEX	5,000	76,5000	382,50
4	MESA SEXTAVADA INFANTIL C/06 CADEIRAS - CONJUNTO DE MESA ESCOLAR INFANTIL SEXTAVADA COM 6 CADEIRAS . CARACTERÍSTICAS :CADEIRAS MEDINDO : ASSENTO 30 CM X 30 CM . ENCOSTO: 30 CM X 16 CM .ALTURA DO CHÃO AO ASSENTO : 33 CM. ALTURA TOTAL CADEIRA INFANTIL , DO CHÃO AO FIM DO ENCOSTO : 66 CM RECOMENDAMOS O MODELO INFANTIL PARA CRIANÇAS ATÉ 6 ANOS MESA COM DIMENSÕES: 90 CM DE DIAMETRO E ALTURA APROXIMADA 55 CM. COM GARANTIA DE DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	un	REIFLEX	7,000	425,0000	2.975,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 144/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2017

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 144/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 144/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 6/7  
Processo N°.: 144/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 64/2017

### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 144/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 13 de Novembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP	CNPJ: 28.358.842/0001-39	_____
GILMAR SANI - ME	CNPJ: 14.588.459/0001-62	_____
NOVA CASA MOVEIS EIRELI - ME	CNPJ: 26.747.361/0001-90	_____
ORLEANS INFORMATICA EPP	CNPJ: 02.315.593/0001-00	_____
PAULINEIA LOTTERMANN REIS - ME	CNPJ: 10.936.352/0001-07	_____

# Ouro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 472

Publicação Nº 1426628

DECRETO Nº 472, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, caput, inciso VI, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 2.463, de 14 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 408.905,87 (quatrocentos e oito mil, novecentos e cinco reais e oitenta e sete centavos), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

02.01.04.122.0002.2002. Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.0.1.000000.(009). Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
---	-----	----------

02.01.04.122.0002.2058. Manutenção da Casa da Cidadania

3.3.90.00.00.0.1.000000.(015). Aplicações Diretas	R\$	300,00
---	-----	--------

04.01.04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.1.90.00.00.0.1.000000.(023). Aplicações Diretas	R\$	8.700,00
3.3.90.00.00.0.1.000000.(025). Aplicações Diretas	R\$	14.500,00
3.3.90.00.00.0.3.349999.(325). Aplicações Diretas	R\$	324,97

04.02.28.845.0015.0003. Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor

3.3.90.00.00.0.1.070000.(036). Aplicações Diretas	R\$	100,00
3.3.90.00.00.0.3.000000.(241). Aplicações Diretas	R\$	5.400,00

05.01.12.122.0004.2008. Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.00.00.0.1.000000.(039). Aplicações Diretas	R\$	4.800,00
---	-----	----------

05.02.12.306.0004.2009. Merenda Escolar

3.3.90.00.00.0.3.360000.(336). Aplicações Diretas	R\$	504,40
---	-----	--------

05.02.12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.0.1.010000.(055). Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
3.3.90.00.00.0.1.180000.(056). Aplicações Diretas	R\$	9.200,00

05.02.12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

3.1.90.00.00.0.1.010000.(059). Aplicações Diretas	R\$	10.700,00
3.3.90.00.00.0.1.360000.(061). Aplicações Diretas	R\$	30.000,00

05.02.12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.0.1.010000.(069). Aplicações Diretas	R\$	12.000,00
3.3.90.00.00.0.1.180000.(070). Aplicações Diretas	R\$	9.700,00
4.4.90.00.00.0.1.010000.(071). Aplicações Diretas	R\$	360,00

05.02.12.367.0004.2016. Manutenção da Educação Especial

3.3.90.00.00.0.3.010000.(320). Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
---	-----	----------

05.03.13.392.0005.2017. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal

3.3.90.00.00.0.1.000000.(076). Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
---	-----	----------

05.03.13.392.0005.2019. Desenvolvimento de atividades artístico-culturais

3.3.90.00.00.0.1.000000.(079). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

05.04.27.812.0006.2021. Apoio ao esporte amador

3.3.90.00.00.0.1.003010.(083). Aplicações Diretas	R\$	5.100,00
---	-----	----------

05.04.27.812.0006.2022. Manutenção e melhorias dos ginásios de esportes

4.4.90.00.00.0.1.000000.(322). Aplicações Diretas	R\$	8.207,73
4.4.90.00.00.0.1.641180.(323). Aplicações Diretas	R\$	40.969,83



## 06.01.10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.3.90.00.00.0.1.020000.(093). Aplicações Diretas	R\$	16.000,00
3.3.90.00.00.0.1.339999.(335). Aplicações Diretas	R\$	9.188,91

## 06.01.10.301.0007.2026. Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.3.90.00.00.0.1.020000.(111). Aplicações Diretas	R\$	300,00
---	-----	--------

## 06.01.10.302.0007.2028. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

3.3.90.00.00.0.1.020000.(119). Aplicações Diretas	R\$	95.000,00
---	-----	-----------

## 06.01.10.304.0007.2029. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.0.3.384010.(239). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

## 06.01.10.306.0007.2031. Manutenção do Programa de Alimentação e Nutrição

3.3.90.00.00.0.1.020000.(132). Aplicações Diretas	R\$	1.800,00
---	-----	----------

## 07.01.26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

3.3.90.00.00.0.1.000000.(140). Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
3.3.90.00.00.0.1.070000.(141). Aplicações Diretas	R\$	6.000,00

## 08.01.06.181.0009.2034. Manutenção da sinalização de trânsito

3.3.90.00.00.0.1.120000.(156). Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
3.3.90.00.00.0.3.120000.(249). Aplicações Diretas	R\$	5.000,00

## 08.01.06.181.0009.2035. Manutenção do convênio com a Polícia Civil

3.3.90.00.00.0.3.110000.(270). Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
---	-----	----------

## 08.01.06.181.0009.2036. Manutenção de convênio com a Polícia Militar

3.3.90.00.00.0.1.100000.(160). Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
---	-----	----------

## 08.01.15.452.0010.2038. Manutenção dos serviços urbanos

3.3.90.00.00.0.1.000000.(164). Aplicações Diretas	R\$	25.100,00
---	-----	-----------

## 08.01.15.452.0010.2041. Manutenção da iluminação pública

3.3.90.00.00.0.1.080000.(173). Aplicações Diretas	R\$	2.750,00
---	-----	----------

## 09.01.20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

3.1.90.00.00.0.1.000000.(178). Aplicações Diretas	R\$	33.000,00
3.3.90.00.00.0.1.000000.(179). Aplicações Diretas	R\$	2.800,00
3.3.90.00.00.0.3.004010.(250). Aplicações Diretas	R\$	0,03

## 11.01.08.243.0014.2049. Manutenção do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.0.1.000000.(196). Aplicações Diretas	R\$	14.400,00
3.3.90.00.00.0.1.000000.(197). Aplicações Diretas	R\$	2.000,00

## 11.01.08.244.0014.2053. Manutenção da Assistência Social

3.3.90.00.00.0.1.000000.(215). Aplicações Diretas	R\$	3.700,00
TOTAL	R\$	408.905,87

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 18.229,40 (dezoito mil, duzentos e vinte e nove reais e quarenta centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

000000. Recursos Ordinários	R\$	5.400,00
004010. Recursos Ordinários: Agricultura	R\$	0,03
010000. Receitas de Impostos: Educação	R\$	4.000,00
110000. Convênio de Trânsito: Civil	R\$	2.000,00
120000. Convênio de Trânsito: Prefeitura	R\$	5.000,00
349999. TC União/Outros: Diversos	R\$	324,97
360000. Salário Educação	R\$	504,40
384010. Transferências SUS/União: VGS/Vig. Sanitária	R\$	1.000,00
TOTAL	R\$	18.229,40

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 236.216,47 (duzentos e trinta e seis mil, duzentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

000000. Recursos Ordinários	R\$	60.407,73
003010. Recursos Ordinários: Desporto	R\$	5.100,00
020000. Receitas de Impostos: Saúde	R\$	55.800,00
070000. Contribuição: CIDE	R\$	6.100,00
080000. Contribuição: COSIP	R\$	2.750,00
100000. Convênio de Trânsito: Militar	R\$	2.000,00
120000. Convênio de Trânsito: Prefeitura	R\$	5.000,00
180000. FUNDEB: Remuneração Magistério	R\$	18.900,00
339990. TC União/Saúde: Diversos	R\$	9.188,91
360000. Salário Educação	R\$	30.000,00
641180. TC Estado/Outros: Quadra de Esportes Caçador	R\$	40.969,83
TOTAL	R\$	236.216,47

III - a anulação parcial de dotação, no montante de R\$ 154.460,00 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta reais), nas seguintes programações orçamentárias:

02.01.04.122.0002.2002. Manutenção do Gabinete do Prefeito

4.4.90.00.00.0.1.000000.(010). Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
---	-----	----------

02.01.04.122.0002.2058. Manutenção da Casa da Cidadania

4.4.90.00.00.0.1.000000.(016). Aplicações Diretas	R\$	300,00
---	-----	--------

04.01.04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

4.4.90.00.00.0.1.000000.(028). Aplicações Diretas	R\$	23.200,00
---	-----	-----------

05.01.12.122.0004.2008. Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.0.1.000000.(038). Aplicações Diretas	R\$	4.800,00
---	-----	----------

05.02.12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.0.1.010000.(053). Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
---	-----	----------

05.02.12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

3.3.90.00.00.0.1.010000.(060). Aplicações Diretas	R\$	10.700,00
---	-----	-----------

05.02.12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.1.010000.(067). Aplicações Diretas	R\$	12.360,00
---	-----	-----------

05.03.13.392.0005.2017. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal

4.4.90.00.00.0.1.000000.(077). Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
---	-----	----------

05.03.13.392.0005.2019. Desenvolvimento de atividades artístico-culturais

4.4.90.00.00.0.1.000000.(080). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

06.01.10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.1.90.00.00.0.1.020000.(092). Aplicações Diretas	R\$	16.000,00
---	-----	-----------

06.01.10.301.0007.2026. Manutenção do Programa Saúde Bucal

4.4.90.00.00.0.1.020000.(113). Aplicações Diretas	R\$	300,00
---	-----	--------

06.01.10.302.0007.2028. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

3.1.90.00.00.0.1.020000.(117). Aplicações Diretas	R\$	41.000,00
---	-----	-----------

07.01.26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

3.1.90.00.00.0.1.000000.(139). Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
---	-----	----------

08.01.15.452.0010.2038. Manutenção dos serviços urbanos

3.1.90.00.00.0.1.000000.(163). Aplicações Diretas	R\$	25.100,00
---	-----	-----------

11.01.08.244.0014.2053. Manutenção da Assistência Social

3.1.90.00.00.0.1.000000.(214). Aplicações Diretas	R\$	3.700,00
TOTAL	R\$	154.460,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 2 de outubro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

## LEI COMPLEMENTAR Nº 42

Publicação Nº 1425655

LEI COMPLEMENTAR Nº 42, DE 8 DE NOVEBRO DE 2017.

Dispõe sobre a Taxa de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre a reformulação e regulamentação da Taxa de Coleta de Lixo instituída pela Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980.

Art. 2º A hipótese de incidência/fato gerador da Taxa de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TCRS é a utilização efetiva ou potencial do serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição diretamente pelo Município ou mediante concessão.

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se resíduos sólidos aqueles gerados em imóveis edificadas para atividades diversas, assim classificadas as atividades:

I - residencial;

II - comercial;

III - industrial.

§ 2º A Taxa de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TCRS não contempla os serviços de coleta e destinação final de resíduos de serviços de saúde, entulhos e resíduos de obras, matérias resultante de poda, descarte de móveis (móveis em geral, máquinas e equipamentos domésticos e eletrônicos), resíduos industriais, materiais contaminantes, bem como outros resíduos que necessitem de tratamento especial para sua destinação final.

§ 3º São resíduos sólidos passíveis de coleta e destinação final pelo Município, contemplados pelo fato gerador da TCRS:

I - lixo domiciliar: os produzidos nas unidades habitacionais;

II - lixo comercial: os produzidos nos estabelecimentos cuja atividade é o comércio e a prestação de serviço, excluindo-se os resíduos resultantes da atividade, estes não serão coletados pelo Município e não estão inclusos na taxa;

III - lixo industrial: o produzido nos estabelecimentos cuja atividade é a indústria, excluindo-se os resíduos resultantes da atividade, estes não serão coletados pelo Município e não estão inclusos na taxa.

§ 4º Quando o estabelecimento produzir resíduos de natureza diversa será enquadrado pela atividade preponderante do estabelecimento.

Art. 3º Contribuinte da TCRS é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor de imóvel edificado, situado em localidade ou logradouro alcançado pelos serviços públicos de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos.

Art. 4º A TCRS tem como base de cálculo o custo previsto do serviço, prestado ou posto à disposição, rateado entre os contribuintes, conforme a frequência da coleta e o número de economias existentes no imóvel.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei Complementar considera-se economia a unidade de núcleo familiar, atividade econômica ou institucional, distinta em um mesmo imóvel.

Art. 5º O valor da TCRS será obtido através da seguinte fórmula:

$TCRS = UCR \times FAE \times FCR \times UEI$ , onde:

I - UCR é a Unidade de Custo da Coleta de Resíduos Sólidos;

II - FAE é o Fator da Atividade Econômica das unidades econômicas existentes no imóvel;

III - FCR é a Frequência de Coletas de Resíduos Sólidos colocadas à disposição;

IV - UEI é o número de unidades econômicas existentes no imóvel.

§ 1º A Unidade de Custo da Coleta de Resíduos Sólidos - UCR será obtida através da seguinte fórmula:

$UCR = CTC / IRC$ , onde:

I - CTC é o Custo Total dos Serviços de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos, que se refere o art. 4º desta Lei Complementar;

II - IRC é o Índice de Rateio dos Contribuintes que incide o fato gerador da TCRS e será obtido através da seguinte fórmula:

$IRC = [(FCR \times TER \times FAE) + (FCR \times TEC \times FAE)]$ , onde:

a) FCR é a Frequência de Coletas de Resíduos colocadas à disposição;

b) TER é o Total de Economias Residenciais servidas pela Coleta de Resíduos;

c) TEC é o Total de Economias Comerciais e Industriais servidas pela Coleta de Resíduos;

d) FAE é o Fator de Atividade Econômica das unidades econômicas existentes no imóvel.

§ 2º As unidades econômicas existentes no imóvel terão os seguintes Fatores de Atividades Econômicas:

I - FAE residencial = 1,0 (um);

II - FAE comercial = 1,5 (um vírgula cinco);

III - FAE industrial = 1,5 (um vírgula cinco).

Art. 6º A TCRS será calculada anualmente, tendo por base o custo previsto do serviço rateado entre os contribuintes potenciais, de acordo com o art. 4º desta Lei Complementar e será fixada através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º A Taxa de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TCRS será lançada conjuntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e seu pagamento será nas mesmas condições e prazos estabelecidos para o IPTU.

Art. 8º O processo de transição da metodologia de cálculo da Taxa de Coleta de Lixo para a Taxa de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TCRS, nos exercícios de 2018 a 2020, efetuar-se-á da seguinte forma:

I - para os exercícios financeiros de 2018, 2019 e 2020, a TCRS será calculada com base no Anexo Único desta Lei Complementar;

II - a base de cálculo será o Valor de Referência - VR, instituído pela Lei nº 428, de 1980, vigente em 1º de janeiro de cada um dos exercícios;

III - sobre a base de cálculo será aplicado o percentual estabelecido no Anexo Único desta Lei Complementar;



IV - aos contribuintes residentes no Distrito de Santa Lúcia será aplicado um redutor de 50% (cinquenta por cento) sobre a base de cálculo, exclusivamente para o período estabelecido neste artigo;

V - o lançamento e o pagamento obedecerão os critérios estabelecidos no art.7º desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A partir do exercício financeiro de 2021, será obrigatória a aplicação da metodologia de cálculo da Taxa de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TCRS estabelecida por esta Lei Complementar.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos legais conforme estabelece a alínea "c" do inciso III do art. 150 da Constituição Federal.

Art. 10. Ficam revogados os artigos 56 a 60 da Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980.

Ouro, 8 de novembro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

#### ANEXO ÚNICO

#### BASE DE CÁLCULO DA TAXA DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - TCRS ANUAL

Atividade Econômica	Percentual Anual sobre o Valor de Referência - VR		
	2018	2019	2020
Residencial	16%	24%	36%
Comercial	24%	36%	54%
Industrial	24%	36%	54%

### LEI Nº 2.492

Publicação Nº 1425653

LEI Nº 2.492, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017.

Institui a Semana Municipal da Alimentação Saudável.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído a Semana Municipal da Alimentação Saudável, no âmbito do município de Ouro, que será celebrada anualmente na semana do dia 16 de outubro.

Parágrafo único. A Semana ora instituída passará a constar no Calendário Oficial do Município.

Art. 2º Durante a Semana Municipal da Alimentação Saudável, o Município poderá promover e apoiar eventos de conscientização da população, especialmente nas escolas da rede municipal de ensino, sobre os benefícios da alimentação saudável, enfatizando a importância dos alimentos orgânicos e agroecológicos para a saúde da população e para o meio ambiente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 8 de novembro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 11 / 2017

Publicação Nº 1425771

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE OURO

CONTRATADA: Dorvalino Bareta Turismo Eireli - ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada em transportes coletivos de passageiros, para realização de serviço de transporte coletivo intermunicipal dos integrantes do programa Vereador Mirim, instituído pela Lei Municipal nº 2.481/2017, com saída da Praça Pio XII, no município de Ouro/SC e destino a Assembléia Legislativa de Santa Catarina – ALESC na cidade de Florianópolis/SC, e posterior retorno.

VALOR: R\$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais) parcela única.

DATA DA ASSINATURA: 14 de novembro de 2017.

Câmara Municipal de Vereadores Ouro (SC), em 14 de novembro de 2017.

Claudir Duarte

Presidente

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 064/2017

Publicação Nº 1425245

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 064/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 089/2017

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Aquisição de matérias de consumo e permanentes, a serem utilizados na realização do Natal 2017, conforme edital e anexos. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min dia 28 de novembro de 2017. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h15min dia 28 de novembro de 2017. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 13 de novembro de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

# Palhoça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.285, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1426714

DECRETO Nº 2.285, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o encerramento do Exercício Financeiro e Orçamentário do Município de Palhoça para 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica determinado o dia 08 de dezembro de 2017, como prazo final para realização e respectivo empenhamento das despesas da Prefeitura Municipal, das Fundações, das Autarquias, e dos Fundos para o exercício corrente.

Parágrafo Único. Excetuam-se desta data limite as despesas referentes a folha de pagamento, contratos da dívida fundada, as originárias de encargos sociais e outras despesas complementares relativos a eventuais ajustes das despesas por competência.

Art. 2º Todas as despesas realizadas neste exercício, juntamente com os respectivos documentos fiscais, devem ser encaminhados até o dia 20 de dezembro de 2017 à Secretaria Municipal Administração/Finanças, para devida análise e liquidação, excetuadas aquelas provenientes de convênios e financiamentos para obras que deverão aguardar a liberação dos recursos.

Parágrafo Único. Fica pendente para entrega até dia 09/01/2018 a data para recebimento dos documentos fiscais, que por força de contrato deverá ocorrer a liquidação somente após o 31/12/2017, junto a Secretaria Municipal Administração/Finanças.

Art. 3º Os empenhos/ Autorizações de fornecimento de compra de material e serviços, referentes ao exercício de 2017, e que não foram liquidadas, serão anuladas, cabendo ao secretário da pasta comunicar ao fornecedor o cancelamento da compra da mercadoria e ou serviços, por descumprimento do prazo de entrega que deverá ocorrer até 20 de dezembro de 2017, conforme legislação que afere a receita por regime de caixa e a despesa por competência.

Art. 4º Serão reempenhadas automaticamente somente as despesas contratuais de obras não executadas até 31 de dezembro e que ultrapassarem o exercício de 2017.

Art. 5º Fica suspenso para o exercício de 2018, os bloqueios de dotações e empenhamento das despesas das secretarias, fundos fundações e autarquias, para aquisição de novas contratações de obras, serviços, e materiais para o exercício de 2018, até a comprovação da eficácia de planejamento dos pedidos de compras por prioridade das despesas de caráter continuado por estimativa de janeiro a dezembro de 2018, entendendo-se as despesas, com vale alimentação, vale transporte, passe de aluno, vigilância, software, combustíveis e lubrificantes, merenda escolar, locação, serviços de comunicação, serviços de apoio operacional água, luz, lixo, e outros de caráter continuado.

Parágrafo Único. As despesas de caráter continuado são aquelas autorizadas em Lei e/ou aquelas que não podem sofrer interrupção causando danos para a administração.

Art. 6º Fica determinado o dia 16 de janeiro de 2018, data limite para lançamentos contábeis para fins de fechamento dos Balances/Balanços dos Fundos, Fundações, e Autarquias, Câmara Municipal, relativos ao exercício de 2017.

Art. 7º As despesas consignadas no orçamento do exercício de 2018, ficarão contingenciadas em 30%, e liberadas gradualmente após a avaliação das metas fiscais da receita e despesas do primeiro quadrimestre de 2018.

Art. 8º A contratação das despesas de caráter continuado para o exercício de 2018 todas inclusive as de pessoal, deverão ter a aprovação do Comitê Gestor com antecedência de 10 dias.

Art. 9º As eventuais exceções às regras contidas no presente Decreto somente terão validade com o aval do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de novembro de 2017.

Camilo Nazareno Pagani Martins

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2.287, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1426716

decreto Nº 2.287, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.444, de 21 de dezembro de 2016, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 50.000,00, (cinquenta mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

35:00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTOS E ESGOTO - SAMAE

35:01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTOS E ESGOTO – SAMAE

2.135 – Funcionamento e Manutenção das Águas de Palhoça R\$ 50.000,00

424 3.3.93.00.00.00.00.00.0.180133 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentárias abaixo:

35:00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTOS E ESGOTO - SAMAE

35:01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTOS E ESGOTO - SAMAE

2.135 – Funcionamento e Manutenção das Águas de Palhoça R\$ 50.000,00

422 3.1.90.00.00.00.00.00.0.180133 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 10 de novembro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**PORTARIA 94**

Publicação Nº 1426472

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 94/2017

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR as servidoras RENATA ANSELMO MAFRA COELHO E JOZIANE FARIAS PEREIRA, para substituir os membros CLAUDIA MARTTINI, E RUTNEIA GONÇALVES DEFREY na comissão de Processo Administrativo Disciplinar no processo nº 3232/2016.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 09 de novembro de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****PREGÃO PRESENCIAL 55/2017**

Publicação Nº 1426725

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 55/2017, objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em plataformas elevatórias instaladas nas Unidades de Saúde Vila Nova, Pacheco, Pinheira, Médio Aririú, Passagem do Maciambú e CEAP – Ponte do Imaruim, bem como nos elevadores maca, instalado na UPA, incluindo o fornecimento de peças, ferramentas e equipamentos necessários à prestação dos serviços, no dia 27 de novembro de 2017, às 13:30hs, recebimento dos envelopes contendo as propostas e documentações, abertura das propostas, lances e abertura dos documentos de habilitação, Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net. Maiores informações fones: (48) 3047-5585 ou 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas. Palhoça, 13 de novembro de 2017. Rosiméri Hilda Coelho Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

**PROCESSO SELETIVO 007/2017**

Publicação Nº 1425912

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
EDITAL Nº 007/2017

O Município de Palhoça, torna público que se acham abertas às inscrições ao Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Saúde, para preenchimento de vagas, de cargos constantes dos Quadros de Pessoal, previsto na Lei Municipal n. 2.508, de 13 de fevereiro de 2007 e Artigo 117 da LC n. 235/2016, com carga horária de: 40 horas semanais: Motorista e Assistente Administrativo. As inscrições poderão ser efetuadas no período de 15/11/2017 à 29/11/2017, no endereço eletrônico: <http://www.palhoca.atende.net>, em Recursos Humanos, bem como o edital encontra-se publicado no mesmo endereço eletrônico. Palhoça, 13 de novembro de 2017. Camilo Nazareno Pagani Martins Prefeito Municipal.

**PROCESSO SELETIVO 008/2017**

Publicação Nº 1425913

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
EDITAL Nº 008/2017

O Município de Palhoça, torna público que se acham abertas às inscrições ao Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Saúde, para preenchimento de vagas, de cargos constantes dos Quadros de Pessoal, previsto na Lei Municipal n. 2.508, de 13 de fevereiro de 2007 e Artigo 117 da LC n. 235/2016, Cargos com carga horária de: 30 horas semanais: Psicólogo, Fisioterapeuta, Médico Veterinário e Nutricionista. As inscrições poderão ser efetuadas no período de 15/11/17 à 29/11/17 no endereço eletrônico: <http://www.palhoca.atende.net>, em Recursos Humanos, bem como o edital encontra-se publicado no mesmo endereço eletrônico. Palhoça, 13 de novembro 2017. Camilo Nazareno Pagani Martins Prefeito Municipal.

**PROCESSO SELETIVO 009/2017**

Publicação Nº 1425914

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
EDITAL Nº 009/2017

O Município de Palhoça, torna público que se acham abertas às inscrições ao Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Saúde, para preenchimento de vagas, de cargos constantes dos Quadros de Pessoal Lei Municipal n. 2.508, de 13 de fevereiro de 2007, Artigo 117 da LC n. 235/2016, nº 80, de 14 de dezembro de 2009, nº 221, de 15 de junho de 2016 e Lei nº 3002, de 01 de abril de 2009, Cargos com carga horária de: 10/30/40 horas semanais: Médico ESF 40 horas, Médico Pediatra 10 horas, Médico Plantonista Pediatra 30 horas e Médico Psiquiatra 10 horas. As inscrições poderão ser efetuadas no período de 15/11/17 à 29/11/17 no endereço eletrônico: <http://www.palhoca.atende.net>, em Recursos Humanos, bem como o edital encontra-se publicado no mesmo endereço eletrônico. Palhoça, 13 de novembro 2017. Camilo Nazareno Pagani Martins Prefeito Municipal.

# Palma Sola

## PREFEITURA

### DECRETO 080/2017

Publicação Nº 1426798

Decreto n. 080, de 07 de Novembro de 2017.

Declara Situação de Emergência as áreas afetadas pelas chuvas no Município de Palma Sola e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso XXV, do artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, pelo artigo 07 do Decreto Federal 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela resolução nº 03 do Conselho Nacional de defesa Civil,

CONSIDERANDO que a situação de emergência é caracterizada pelo reconhecimento, pelo Poder Público, de situação anormal, provocada por fatores adversos, cujo desastre tenha causado danos superáveis;

CONSIDERANDO que a grande precipitação de chuvas torrenciais, de mais de 140 milímetros, ocorridas nos dias 03 e 04 de Novembro provocaram enxurradas e alagamentos em todo o território do Município, conforme FIDE (Formulário de Informações do desastre);

CONSIDERANDO que a precipitação desse grande volume de água ocorreu em um pequeno intervalo de tempo, resultando em significativos danos materiais, bem como prejuízos econômicos e sociais constantes no Formulário FIDE, em anexo;

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável a Declaração de Situação de emergência.

CONSIDERANDO que esse reconhecimento tem início com a expedição de decreto pelo Prefeito Municipal, ouvida a Comissão Municipal de Defesa Civil, devendo ser imediatamente remetido à Diretoria Estadual de Defesa Civil, para posterior homologação pelo Governador do Estado.

Decreta:

Art. 1º - Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre FIDE e demais documentos anexos a este decreto classificado e codificado como Enxurradas (COBRADE – 13214, conforme IN/MI nº1/2012)

Art. 2º - Autoriza a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município de Palma Sola, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC e autoriza o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos desastres, a reabilitação do cenário e reconstruções.

Art. 3º. – Autoriza a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à Comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil COMDEC.

Art. 4º. – De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV, do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente a:

1. Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
2. Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único: Será responsabilizado o Agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto Lei 3.365, de 21 de junho de 1941. Autoriza o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de responsabilidade Fiscal, LC 101/2000, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de materiais e bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 dias, podendo ser prorrogado por igual período, até completar um máximo de 270 dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,  
em 07 de Novembro de 2017.  
Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal



Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento

## ANEXO I

### DIRETORIA DE DEFESA CIVIL E MEIO AMBIENTE

PARECER TÉCNICO Nº: 01/2017

Interessado: Prefeitura Municipal Palma Sola  
Assunto: Decretação e reconhecimento de Situação de Emergência  
Referência: 13214  
Desastre: Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas. (conforme IN/MI nº 1/2012)]

### DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

COBRADE: 13214 – Tempestades Local/Convectiva – Chuvas Intensas.

Data 04/11/2017

Início às 05h00min horas da manhã.

Duração: 04 horas.

Em decorrência das chuvas intensas que assolaram a região e o município de Palma Sola, no fim do mês de outubro início de novembro, afetando a capacidade de percolação do solo no município, que fora atingido por grandes volumes de chuvas, com aproximadamente 140 mm, em áreas no perímetro urbano e da zona rural, comprometendo o sistema de drenagem e também viário do município, ocasionado quedas de barreiras, movimentação de massas, entupimento de bueiros, quedas de árvores, quedas de pontes, lixiviamento de estradas, erosão em lavouras e estradas, alagamentos, danos a pontilhões e pontes, percas de sementes, grãos e pastagens.

### DA DESCRIÇÃO DOS DANOS MATERIAIS

Infraestrutura ou imóvel afetado	Tipo de dano	Nº danificado	Nº destruído	Breve descrição do dano
Ponte sob o Rio Tracutinga (linha São Paulo)	Estrutura de cabeceira comprometida	1	-	Provocado pelo grande volume de água no rio e entulhos (galhos e árvores)
Ponte sob o rio Tracutinga (Linha São Paulo)	Ponte submersa/ danos nas cabeceiras.	1	-	Provocado pelo grande volume de água no rio e entulhos (galhos e árvores).
Ponte sob o Rio Tracutinga (linha Santa Catarina)	Perca total,	-	1	Provocado pelo grande volume de água no rio e entulhos (galhos e árvores).
Pontilhão na comunidade de Santa Lucia/Santa Terezinha.	Perca parcial, queda de parte do pontilhão.	2	-	Provocado pelo grande volume de água no rio e entulhos (galhos e árvores).
Cabeceiras de pontes. (Linhas Aparecida, São Vicente, Triches, São Paulo, Santa Terezinha, Perini, Progresso do Oeste, Nova União.	Lixiviamento de estrutura de cascalho – acesso a pontes.	8	-	Provocado pelo grande volume de água no rio e entulhos (galhos e árvores).
Bueiros	Trancados ou danificados, deslocadas e com quedas de massas e barreiras	61	-	Provocado pelo grande volume de água e entulhos.
Bueiros de drenagem Urbana	Trancados ou danificados,	35	-	Provocado pelo grande volume de água e entulhos.
Estradas Gerais e secundárias	Lixiviamento, queda de barreira, problemas na drenagem.	150 km	-	Provocado pelo grande volume de água e entulhos.
Galeria Urbana	Trancados ou danificados,	02	-	Provocado pelo grande volume de água e entulhos.
Terreno ginásio.	Deslocamento de massas (urbano)	01	-	Provocado pelo grande volume de água.

### DA ANÁLISE

Com o solo encharcado pelas chuvas de outubro e especialmente do dia 04 de novembro, a capacidade de drenagem tanto da área urbana quanto rural do município de Palma Sola, ficou seriamente comprometida, além disso, o lixiviamento de lavouras situadas no interior contribuíram para o entupimento de bueiros e galerias, quedas de barreiras em estradas e acesso a propriedades rurais, vale ressaltar a queda de pontes, danos estruturais, que interromperam o fluxo e a logística da zona rural. Com os altos volumes de precipitação pluviométrica a economia agrícola sofreu com grande percas; sendo 10 % da cobertura de solo de áreas já plantadas, 20 % das sementes e insumos, perca de 20% na produção do trigo, queda de 15% da produção de leite. Soma se a isso um período de grave crise financeira tanto para o poder público, quanto para a iniciativa privada, o que torna os investimentos mais escassos e a resposta do município afeta outros serviços que também dependem de investimento. Para tanto, principalmente no que se refere a correção de infraestrutura que demonstrou-se neste evento, insuficiente para enfrentar chuvas de altos volumes (pontes, galerias, pontilhões) é necessário o auxílio do governos de instancias

superiores (federal e estadual).

#### DA CONCLUSÃO

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, conclui-se que os requisitos estabelecidos na IN/MI nº 02/2016 para a decretação de situação de emergência foram cumpridos.

Desta forma, sugere-se a decretação de situação de emergência, e posterior remessa da documentação ao Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil para fins de reconhecimento da Situação de Emergência declarada no município, caso haja necessidade de ajuda complementar por parte do Governo Federal ou a concessão de algum direito ou benefício que tenham como um dos critérios, o reconhecimento federal.

É o parecer.

Palma Sola, 07 de Novembro de 2017.

Douglas Fernando Ribeiro

Diretor de Defesa Civil e Meio Ambiente

### DECRETO 081/2017

Publicação Nº 1426799

Decreto n. 081, de 07 de Novembro de 2017.

**TORNA SEM EFEITO A INSTITUIÇÃO DE TURNO ÚNICO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

CLEOMAR JOSE MANTELLI, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos VI, XXV e XXX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o inciso XIV, do art. 7º, mais o § 3º, do art. 39, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO o Decreto 080/2017, de 07 de Novembro de 2017, que declara Situação de Emergência no Município de Palma Sola,

CONSIDERANDO a necessidade de execução dos serviços da Secretaria de Infraestrutura e obras por período integral, de modo a retomar a normalidade das estradas localizadas no interior do Município.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica sem efeito o Decreto nº 080/2017 para os servidores vinculados à Secretaria de Infraestrutura e obras, incidindo a jornada de trabalho das 8:00 às 11:45 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 2º Em caso de necessidade este Decreto poderá ser revisto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,  
em 07 de Novembro de 2017.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 159/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº. 07/2017

Publicação Nº 1425915

CONTRATO: 159/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 73/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 07/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: NEURI JORGE REOLON - ME

OBJETO: RESTAURAÇÃO E PINTURA ARTÍSTICA NOS QUATRO PÁSSAROS E DOS TRONCOS DO MONUMENTO DAS AVES, LOCALIZADO NO CALÇADÃO CENTRAL DE PALMA SOLA E READEQUAÇÃO DO PAPAGAIO, CARACTERIZANDO O PAPAGAIO-DE-PEITO-ROXO.

VALOR TOTAL: 7.330,00

VIGÊNCIA: 10/12/2017

ASSINATURA: 10/11/2017

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Papanduva

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 2736, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017 - APROVA MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL**

Publicação Nº 1425421

Decreto nº 2736, de 01 de novembro de 2017.

#### **APROVA MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL.**

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e  
Considerando a aprovação do Manual de Procedimentos para Atendimento à Educação pelo Conselho Municipal de Educação,

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica aprovado o Manual de Procedimentos para Atendimento à Rede Municipal de Educação Infantil de Papanduva, constante no Anexo Único, que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Fica a Secretaria Municipal da Educação responsável para cumprir com o estabelecido no manual, podendo baixar regulamentos, caso necessário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 01 de novembro de 2017.

Luiz Henrique Saliba  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski  
Secretária da Administração

### **DECRETO Nº 2737, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017 - APROVA REMEMBRAMENTO E DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS, QUE IDENTIFICA.**

Publicação Nº 1425545

Decreto nº 2737, de 07 de novembro de 2017.

#### **APROVA REMEMBRAMENTO E DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS, QUE IDENTIFICA.**

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

#### **DECRETA**

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de CLEVERSON JOSÉ BEJE, com a área totalizando em 331,48m<sup>2</sup>(trezentos e trinta e um metros e quarenta e oito décimos quadrados), objeto das matrículas 8.607/8.608, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas/SC, localizado no lado par da

Rua Eugenio Sidorak, distante 32,95 metros da esquina do ímpar da Rua Ladislau Tabalipa, nas Coordenadas E: 585744.156 e N: 7079043.122, com base no Ponto OPP, Lote "A1-B", neste Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, fica REMEMBRADO, passando a constar com a seguinte Área:

Descrição do Lote "A1-B" – 33  
1,48m<sup>2</sup>

Frente:- 13,00 metros com o Município pela Rua Eugênio Sidorak, lado par;  
Fundos:- 11,83 metros com a Matrícula nº 9.741-Itaiópolis/SC de Maria da Graça Alves de Oliveira;  
Lado Direito:- 22,61 metros com a Matrícula nº 8.607-Papanduva/SC-Lote "A2" de Adriano Wormsbecker; 1,18 metros e 3,08 metros com a Matrícula nº 5.513-Papanduva/SC de Aristides Antonio Sonaglio, Lote "B";  
Lado Esquerdo:- 25,79 metros com a Matrícula nº 7.926-Papanduva/SC de Maria Wormsbecker Pires.

Art. 2º. Fica retificado o imóvel urbano de propriedade de ADRIANO WORMSBECKER, com a área total de 780,88m<sup>2</sup> (setecentos e oitenta metros e oitenta e oito décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Ladislau Tabalipa, esquina com o lado par da Rua Eugênio Sidorak, nas Coordenadas E: 585731.582 e N: 7079012.667, com base no Ponto OPP, Lote "A", neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 8.607, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em três áreas, sendo:

Descrição do Lote "A1" – 71,48m<sup>2</sup>

Após o desmembramento, o Lote "A1" deverá ser lembrado na Matrícula 8.608-Papanduva/SC de Cleverson José Beje

Localização: O imóvel está localizado nas Coordenadas E: 585730.609 e N: 7079062.717, com base no Ponto OPP.

Frente:- 13,00 metros com a Matrícula nº 8.608-Papanduva/SC de Cleverson José Beje, Lote "B";  
Fundos:- 11,83 metros com a Matrícula nº 9.741-Itaiópolis/SC de Maria da Graça Alves de Oliveira;  
Lado Direito:- 2,61 metros com o Lote "A2" Desmembrado; 1,18 metros e 3,08 metros com a Matrícula nº 5.513-Papanduva/SC de Aristides Antonio Sonaglio, Lote "B";  
Lado Esquerdo:- 5,79 metros com a Matrícula nº 7.926-Papanduva/SC de Maria Wormsbecker Pires.

Descrição do Lote "A2" – 399,25m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Eugenio Sidorak, distante 14,89 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Ladislau Tabalipa, nas Coordenadas E: 585737.264 e N: 7079026.428, com base no Ponto OPP.

Frente:- 18,06 metros com o Município pela Rua Eugenio Sidorak, lado par;  
Fundos:- 18,03 metros com a Matrícula nº 5.513-Papanduva/SC de Aristides Antonio Sonaglio, Lote "B";  
Lado Direito:- 13,19 metros, 1,15 metros e 8,17 metros com o Lote "A3" Desmembrado;  
Lado Esquerdo:- 20,00 metros com a Matrícula nº 8.608-Papanduva/SC de Cleverson José Beje, Lote "B"; 2,61 metros com o Lote

"A1" Desmembrado.

Descrição do Lote "A3" – 310,15m<sup>2</sup>

Edificada uma casa mista

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Ladislau Tabalipa, esquina com o lado par da Rua Eugenio Sidorak, nas Coordenadas E: 585731.582 e N: 7079012.667, com base no Ponto OPP.

Frente:- 20,44 metros com o Município pela Rua Ladislau Tabalipa, lado ímpar;

Fundos:- 13,19 metros, 1,15 metros e 8,17 metros com o Lote "A2" Desmembrado;

Lado Direito:- 14,99 metros com a Matrícula nº 5.513-Papanduva/SC de Aristides Antonio Sonaglio, Lote "B";

Lado Esquerdo:- 14,89 metros com o Município pela Rua Eugenio Sidorak, lado par.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2728, de 19 de setembro de 2017.

Município de Papanduva, 07 de novembro de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski

Secretária da Administração

## **DECRETO Nº 2738, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017 - REAJUSTA O VALOR DOS SERVIÇOS DE PLANTÕES OU DE PERÍODOS DE SOBREAVISOS DO SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1425547

Decreto nº 2738, de 07 de novembro de 2017.

REAJUSTA O VALOR DOS SERVIÇOS DE PLANTÕES OU DE PERÍODOS DE SOBREAVISOS DO SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas nos Incisos III e VI do Art. 59, da Lei Orgânica Municipal; combinado com o Art. 1º, da Lei nº 2046, de 13 de abril de 2015,

DECRETA

Art. 1º. O valor dos plantões ou de períodos de sobreaviso do SAMAE de que trata a lei n. 2046, de 13 de abril de 2015, fica reajustado pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor – INPC em 4,44%, período de 01.03.2016 a 28.02.2017.

Parágrafo único. O reajuste concedido neste artigo é extensivo aos servidores municipais que realizam serviços de plantão ou sobreaviso no SAMAE.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a aplicação deste decreto serão cobertas com recursos próprios do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 1º de março de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 07 de novembro de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski

Secretária da Administração

## **LEI2142 - 2017 - AUTORIZA A CONSTRUÇÃO DO "MARCO LEONISTICO" PELO LIONS CLUBE DE PAPANDUVA, NA FORMA QUE ESPECIFICA.**

Publicação Nº 1425634

LEI Nº 2142, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA A CONSTRUÇÃO DO "MARCO LEONISTICO" PELO LIONS CLUBE DE PAPANDUVA, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A Mesa da Câmara Municipal de Papanduva, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea 'e' do Regimento Interno,

Faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva sanciona o seguinte,

LEI

Art. 1º. Esta lei autoriza o Lions Clube Papanduva a construir no canteiro central da Avenida Papa João XIII, nas proximidades do Portal de Papanduva, o obelisco denominado "Marco Leonístico" simbolizando a instituição.

Parágrafo único: Todas as despesas para a construção do referido obelisco será de responsabilidade do Lions Clube Papanduva, não gerando nenhum tipo de despesas aos cofres públicos.

Art. 2º. As dimensões do referido obelisco será definido pelo Lions Clube Papanduva, em conjunto com um representante do setor de Projetos com conhecimento técnico.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 31 de outubro de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski

Secretária da Administração

## **LEI2143 - 2017 - ALTERA O ART. 1º DA LEI 2116, DE 17 DE MARÇO DE 2017 -**

Publicação Nº 1425624

LEI Nº 2143, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera o Art. 1º da Lei nº 2116, de 17 de março de 2017.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,



Faz saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte

**LEI**

Art. 1º. O Art. 1º da Lei nº 2116, de 17 de março de 2017 passa a constar e vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, aos vencimentos e proventos de todos os Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Pensionistas, Empregados Públicos, Conselheiros Tutelares, Agentes Políticos e Servidores das Autarquias Municipais.

§ 1º. ...

§ 2º. ...”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 31 de outubro de 2017.

Luiz Henrique Saliba  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski  
Secretária da Administração

**PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 028-2017**

Publicação Nº 1426483

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 041/2017, datado em 26 de Junho de 2017, vinculada ao processo licitatório na modalidade CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017. Objeto: O acréscimo de 25 % ao quantitativo dos itens relacionados: ITEM 012 – Suco de uva integral no valor total de R\$ 2.958,75 ( dois mil e novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos). CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: CELESTINO FALKIEVICZ. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 13 de Novembro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

**PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 039-2017**

Publicação Nº 1426480

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 039/2017, datado em 26 de Junho de 2017, vinculada ao processo licitatório na modalidade CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017. Objeto: O acréscimo de 25 % aos quantitativos dos itens relacionados: ITEM 05 (batata doce-convencional /entrega quinzenais direto nas unidades), valor total de R\$214,37 (duzentos e quatorze reais e trinta e sete centavos); ITEM 06 (brócolis ramoso ou cabeça convencional / entregas quinzenais e semanais direto nas unidades), valor total de R\$ 503,12 (quinhentos e três reais e doze centavos); ITEM 07 (couve-flor convencional / entregas quinzenais e semanais direto nas unidades, no valor total de R\$ 348,00 (trezentos e quarenta e oito reais); ITEM 100 (repolho verde convencional / entregas semanais nas unidades, no valor total de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais). CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA:

JOSÉ KASMAREK. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 13 de Novembro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

**PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 040-2017**

Publicação Nº 1426485

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 040/2017, datado em 26 de Junho de 2017, vinculada ao processo licitatório na modalidade CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017. Objeto: O acréscimo de 25 % ao quantitativo dos item relacionado: ITEM 010 – Morango a granel / entrega semanal nos CEIs, valor total de R\$ 1.665,00 (mil e seiscentos e sessenta e cinco reais). CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: MARIA URBANEK GMACH. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 13 de Novembro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

**PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 041-2017**

Publicação Nº 1426488

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 041/2017, datado em 26 de Junho de 2017, vinculada ao processo licitatório na modalidade CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017. Objeto: O acréscimo de 25 % ao quantitativo dos itens relacionados: ITEM 02 – Acelga cabeça -convencional – entregas semanais e quinzenais direto nas unidades, valor total de R\$ 188,00 (cento e oitenta reais), ITEM 05 – Batata doce – convencional, valor total de R\$ 214,37 (duzentos e quatorze reais e trinta e sete centavos); ITEM 06 – Brócolis ramoso ou cabeça convencional – entregas quinzenais e semanais direto nas unidades, valor total de R\$ 503,12 (quinhentos e três reais e doze centavos); ITEN 11 – Repolho verde – convencional / entregas semanais nas unidades, valor total de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais). CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: VILMAR PAITER. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 13 de Novembro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

**PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 47-2017  
PAULINEIA LOTTERMANN**

Publicação Nº 1426575

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 047/2017, datado em 21 de Julho de 2017. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: PAULINEIA LOTTERMANN REIS. Objeto: ACRÉSCIMO de 01 (um) item número 050 (MOCHO MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO/FERRO PINTADO ENCOSTO POSSUI REGULAGEM A GÁS), no valor de R\$ 138,00 (cento e trinta e oito reais). Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 13 de Novembro de 2017. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

**RETIFICAÇÃO DA ATA Nº 066/2017**

Publicação Nº 1426474

RETIFICAÇÃO DA ATA de SRP nº 066/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Objeto : Ata de SRP nº 066/2017, referente ao Pregão Presencial nº 066/2017. Objeto: SRP para fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE . Contratadas : MERCADO ODACHOWSKI LTDA – ME no valor de R\$ 145.906,00 (cento e quarenta e cinco mil e novecentos e seis reais) ; IRMÃOS MARTINS DISTRIBUIDORA LTDA – EPP no valor de R\$ 27.164,00 (vinte e sete mil e cento e sessenta e quatro reais) ; FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA – EPP , no valor de R\$61.632,00 (sessenta e um mil e seiscentos e trinta e dois reais) ; AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA , no valor de R\$41.820,10(quarenta e um mil e oitocentos e vinte reais e dez centavos) ; LOUDES DEORACKI JANCOSKI , no valor de R\$ 6.700,50 ( seis mil e setecentos reais e cinquenta centavos) ; PAPELARIA SÃO BENTO LTDA – EPP , no valor de R\$ 13.355,00 (treze mil e trezentos e cinquenta e cinco reais). Vigência: validade 01 ANO a partir da assinatura. Base legal : 8666/93.

Papanduva, 07 de Novembro de 2017.

Luiz Henrique- Prefeito municipal



# Paraíso

## PREFEITURA

**628-660-2017**

Publicação Nº 1425429

PORTARIA Nº 628/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. NERI SILVA DOS PASSOS, inscrito no CPF sob Nº 736.636.979-91, matrícula Nº 1214, o qual ocupa o cargo efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais oitenta e dois centavos), para viagem a São Miguel do Oeste - SC, no dia 09/10/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de outubro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de outubro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 629/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. JEISON DIESEL, inscrito no CPF sob Nº 060.849.189-64, matrícula Nº 1561, o qual ocupa o cargo efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais oitenta e dois centavos), para viagem a São Miguel do Oeste - SC, no dia 10/10/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de outubro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de outubro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 630/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de acordo com o Artigo nº 66 da Lei Municipal nº 255/1997, em conformidade com a recomendação do Ministério Público e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, em virtude de sua aposentadoria ocorrida em 05/07/2017 (Benefício nº 182.580.138-7), conforme carta de concessão de benefício emitida pelo INSS em 04/09/2017, o servidor público municipal Sr. AMARILDO GENERO, inscrito no CPF sob Nº 538.166.099-53, com matrícula nº 017, admitido em 01/02/1993, do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, determinando o pagamento das verbas rescisórias, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 19 de outubro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e  
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 19 de outubro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 631/2017

Dispõe sobre o pagamento de Adicional de Insalubridade a servidores da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR o pagamento retroativo, em uma única parcela, de Adicional de Insalubridade Grau Médio de 20%, aos empregados públicos ocupantes do cargo de Agente de Saúde, valores que não foram adicionados em suas respectivas folhas de pagamento, referentes aos servidores e competências conforme segue, em virtude de tal direito ter sido reconhecido por sentenças em ações judiciais:

NOME	COMPETÊNCIAS	VALOR (R\$)
Arleni Ternus de Souza	03/2017 a 09/2017	1.311,80
Ezilha Espírito Santo	04/2017 a 09/2017	1.124,40
Jociane Cielo	11/2016 a 09/2017	2.038,60
Luciane Terezinha Canesso	03/2017 a 09/2017	1.311,80
Salette Pilla	12/2016 a 09/2017	1.862,60
Silvia Marines Rodrigues	02/2017 a 09/2017	1.499,20
Susana Koch	03/2017 a 09/2017	1.311,80
Zenilda Markendorf	01/2017 a 09/2017	1.686,60

Art. 2º Os valores acima especificados deverão ser adicionados na folha de pagamento do mês de outubro/2017 de cada servidor.

Art. 3º CONCEDER E DETERMINAR o acréscimo mensal na folha de pagamento dos servidores acima relacionados, o valor correspondente ao Adicional de Insalubridade Grau Médio de 20%, a partir do mês de OUTUBRO / 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 19 de outubro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e  
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 19 de outubro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 632/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. CLEIDIMAR AURELIO PILLA, inscrito no CPF sob Nº 031.874.189-02, matrícula Nº 668, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) para viagem a Itapiranga - SC, no dia 17/10/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta portaria correrão pela dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 19 de outubro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 19 de outubro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 633/2017

Dispõe sobre o pagamento de Horas Extras a servidores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Decreto Nº 1212/2009, de 25/02/2009, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o pagamento de Horas Extras (Evento 22), referentes ao período de 21/09/2017 a 20/10/2017, conforme relatórios emitidos pelos Secretários / Responsáveis, aos servidores e na quantidade conforme relação que segue:

Matric.	Nome	Cargo	Quantidade Horas Extras
1778	Adimilson Farencena	Motorista	13,50
13	Albino Ferreira Prestes	Operador de Máq. e Equip. II	11,75
582	Bernadete B. Schütz	Servente	35
1535	Carla Simsen	Servente	30
745	Cleidimar Aurélio Pilla	Motorista	44
70	Danilo José Almeida	Motorista	44
1213	Délcio João Bergmann	Motorista	44
1082	Denise Aparecida Bacin	Assistente Social	24
1510	Dirlei Gnovatto	Operador de Máq. e Equip. I	9,50
123	Enir Ferreira Prestes	Operador de Máq. e Equip. I	21
595	Filisbina Conceição Biazzi	Servente	30
26	Florindo Telles de Souza	Motorista	15,50
634	Gilmar Antonio Pilla	Auxiliar de Serviços Gerais	20
1485	Ivone Kappel	Merendeira	15
1085	Jair Vaz	Motorista	44
1543	Joel Vaz	Auxiliar de Serviços Gerais	14
1561	Jeison Diesel	Motorista	44
1292	Laércio Scheffer	Engenheiro Civil	40
1511	Leandro Roberto Ruedel	Operador de Máq. e Equip. I	17
1086	Lenoir Angelo Almeida	Motorista	44
41	Marlete Stanga	Técnica em Enfermagem	22
82	Marquinhos Bariviera	Operador de Máq. e Equip. I	44
1214	Neri Silva dos Passos	Motorista	44
93	Paulino Leão	Profissional Especializado	20
1084	Paulo Sérgio Gheno	Auxiliar de Serviços Gerais	20
668	Pedro Gilberto Ruedel	Operador de Máq. e Equip. I	18
1155	Roberto Carlos Leão	Motorista	44
1129	Roberto Miguel Bellato	Motorista	44
45	Valdesir Julian	Operador de Máq. e Equip. I	8,50
1087	Valmir Vichinieski	Operador de Máq. e Equip. I	44

Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento dos servidores relacionados no mês de OUTUBRO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 23 de outubro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 23 de outubro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 634/2017

Dispõe sobre o pagamento de Horas de Plantão a servidores da Secretaria de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Decreto Nº 1803/2016 de 13/04/2016, Anexo I, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o pagamento de Horas de Plantão (Evento 407), referentes ao período de 21/09/2017 a 20/10/2017, conforme relatórios emitidos pelos secretários / responsáveis, aos servidores, na quantidade e percentual conforme relação que segue:

Matric.	Nome	Cargo	Lotação	Quantidade de Plantões	Percentual
745	Cleidimar Aurélio Pilla	Motorista	Secret. Saúde	08	62%
1085	Jair Vaz	Motorista	Secret. Saúde	08	62%
1086	Lenoir Angelo Almeida	Motorista	Secret. Saúde	08	62%
1155	Roberto Carlos Leão	Motorista	Secret. Saúde	04	62%
1129	Roberto Miguel Bellato	Motorista	Secret. Saúde	07	62%

Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento dos servidores relacionados no mês de OUTUBRO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 23 de outubro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 23 de outubro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 635/2017

Dispõe sobre concessão de diárias ao Prefeito Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob Nº 563.501.399-68, matrícula Nº 1695, o qual ocupa o cargo eletivo de PREFEITO MUNICIPAL e está lotado no Gabinete do Prefeito Municipal, 2,50 (Duas e Meia) diárias no valor de R\$ 1.570,05 (Um mil, quinhentos e setenta reais e cinco centavos), para viagem a Brasília - DF, nos dias 25 a 27/10/2017, em atendimento às finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 24 de outubro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 24 de outubro de 2017.

Servidor Responsável

**PORTARIA Nº 636/2017**

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. ELISANDRO DOS SANTOS COSTA, inscrito no CPF sob Nº 028.708.259-86, matrícula Nº 1697, o qual ocupa o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO e está lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 83,73 (Oitenta e três reais e setenta e três centavos), para viagens a São Miguel do Oeste - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 30 de outubro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 30 de outubro de 2017.

Servidor Responsável

**PORTARIA Nº 638/2017**

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, ao servidor público municipal DARCY SCHEFFLER, inscrito no CPF sob Nº 525.784.299-87, matrícula Nº 047, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de PROFISSIONAL ESPECIALIZADO e está lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, no período de 01/11/2017 a 30/11/2017 (Gozo real das férias no período de 06/11/2017 a 05/12/2017), referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/09/2016 e 31/08/2017, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

**PORTARIA Nº 639/2017**

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal e dá outras providências.

Considerando que, a servidora pública que desempenha a função está em licença maternidade;  
Considerando a necessidade e o interesse público na continuidade dos trabalhos e programas na área de Assistência Social;  
Considerando que, está em andamento Concurso Público para o cargo;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 01/11/2017 a 09/04/2018, a Sra. GISELE EDUARDA SCHNEIDER, inscrita no CPF sob Nº 012.427.839-62, RG 6.273.785 - SSP/SC com matrícula Nº 1786, em conformidade com a Lei Nº 531/2001, e alterações posteriores, em especial a Lei Complementar Nº 003/2017 de 06/04/2017, Art. 2º e 4º, para ocupar o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível 029-SAU-3, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Família e Assuntos da Juventude, com carga horária de 40 horas semanais, com atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de novembro de 2017.  
Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de novembro de 2017.

Servidor Responsável  
PORTARIA Nº 640/2017  
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. MARLENE FURLAN GIACOMINI, inscrita no CPF sob Nº 736.831.919-53, matrícula Nº 1701, a qual ocupa o cargo comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASSUNTOS DA JUVENTUDE e está lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Família e Assuntos da Juventude), 03 (Três) diárias no valor de R\$ 921,09 (Novecentos e vinte e um reais e nove centavos) para viagem a Florianópolis - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de novembro de 2017.  
Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de novembro de 2017.

Servidor Responsável  
PORTARIA Nº 642/2017  
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. ANDRÉIA PAULA GUARESI, inscrita no CPF sob Nº 037.831.729-69, matrícula Nº 1185, a qual ocupa o cargo efetivo de ORIENTADORA EDUCACIONAL e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 02 (Duas) diárias no valor de R\$ 251,20 (Duzentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), para viagem a São Carlos - SC, no período de 06/11 a 08/11/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 03 de novembro de 2017.  
Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 03 de novembro de 2017.

Servidor Responsável  
PORTARIA Nº 643/2017  
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.



O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. ANDRIELI DOS SANTOS COSTA, inscrita no CPF sob Nº 058.158.799-59, matrícula Nº 1708, a qual ocupa o cargo temporário de PROFESSOR II e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 02 (Duas) diárias no valor de R\$ 251,20 (Duzentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), para viagem a São Carlos - SC, no período de 06/11 a 08/11/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 03 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 03 de novembro de 2017.

Servidor Responsável  
PORTARIA Nº 644/2017  
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. MARCOS EDUARDO PRETTO, inscrito no CPF sob Nº 050.472.899-74, matrícula Nº 1678, o qual ocupa o cargo efetivo de CONTROLADOR INTERNO e está lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 3,50 (Três e meia) diárias no valor de R\$ 781,55 (Setecentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), para viagem a Joaçaba - SC, nos dias 06/11 a 09/11/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 03 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 03 de novembro de 2017.

Servidor Responsável  
PORTARIA Nº 645/2017  
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. ELISANDRO DOS SANTOS COSTA, inscrito no CPF sob Nº 028.708.259-86, matrícula Nº 1697, o qual ocupa o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO e está lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 83,73 (Oitenta e três reais e setenta e três centavos), para viagem a São Miguel do Oeste - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 646/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. ANDRÉ SCHMITT ZANIN, inscrito no CPF sob Nº 053.841.139-28, matrícula Nº 1698, o qual ocupa o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 83,73 (Oitenta e três reais e setenta e três centavos), para viagem a São Miguel do Oeste - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 647/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. VANDO REBELATO, inscrito no CPF sob Nº 061.489.529-47, matrícula Nº 1715, o qual ocupa o cargo comissionado de DIRETOR DA DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO, e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 83,73 (Oitenta e três reais e setenta e três centavos), para viagem a São Miguel do Oeste - SC, acompanhando Secretários Municipais e atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 648/2017

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO /SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97 de 03/02/1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, ao servidor público municipal PEDRO DISEGNA, inscrito no CPF sob Nº 477.339.779-91, matrícula Nº 066, o qual

ocupa o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS II, e está lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, no período de 01/11/2017 a 30/11/2017, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04/04/2015 e 03/04/2016, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/11/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 06 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 06 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 649/2017

Dispõe sobre a concessão de prorrogação do afastamento para tratamento de saúde a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 255/1997 de 03/02/1997, Artigo 142 e seguintes, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER prorrogação da licença para tratamento de saúde até 28/12/2017, a servidora pública municipal KELIN BALDIN, matrícula Nº 1628, inscrita no CPF sob nº 047.554.419-60, a qual foi nomeada por prazo determinado pela Portaria Nº 166/2016 de 15/02/2016 para a função de PROFESSOR II – Informática, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, conforme atestado médico apresentado nesta data, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 06 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 06 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 650/2017

Dispõe sobre a prorrogação da contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a contratação por prazo determinado (CONTRATO II), até 15/12/2017, da Sra. HALES REGINA DE CAMPOS, portadora da RG Nº 5.625.130, inscrita no CPF sob Nº 093.467.799-93, matrícula Nº 1741, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, para exercer o cargo de PROFESSOR I (Informática – Não habilitada), Nível 491-DOCE-31 Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, em substituição a titular do cargo Kelin Baldin, legalmente afastada no período, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 651/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. DANIELA APARECIDA BONDAN, inscrita no CPF sob Nº 081.627.079-13, matrícula Nº 1783, a qual ocupa o cargo efetivo de FISCAL TRIBUTÁRIO e está lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 01 (Uma) diária no valor de R\$ 111,65 (Cento e onze reais e sessenta e cinco centavos), para viagens a São Miguel do Oeste – SC, nos dias 13 e 14/11/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 07 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e  
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 07 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 652/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO /SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal VALDESIR JULIAN, admitido em 25/10/1993, matrícula Nº 045 o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS I, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a razão de 12% (Doze por cento) sobre o salário base do cargo, referente à quarta progressão funcional por Tempo de Serviço (8º Triênio), incorporando-se a este, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25/10/2014 e 24/10/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 022-TSG-2, Classe/Referência B-5. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do servidor a partir do mês de novembro/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 07 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e  
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 07 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 653/2017

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o restante das FÉRIAS (15 dias), as quais foram interrompidas por força da Portaria Nº 164/2017, ao servidor público

municipal Sr. LAÉRCIO SCHEFFER, inscrito no CPF sob Nº 017.658.059-02, matrícula Nº 1292, o qual ocupa o emprego público no cargo de ENGENHEIRO CIVIL, e está lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, no período de 08/11/2017 a 22/11/2017, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03/01/2015 e 02/01/2016, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 08 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 08 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 654/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. JEISON DIESEL, inscrito no CPF sob Nº 060.849.189-64, matrícula Nº 1561, o qual ocupa o cargo efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais oitenta e dois centavos), para viagem a São Miguel do Oeste - SC, realizada no dia 05/11/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 08 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 08 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 655/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. NERI SILVA DOS PASSOS, inscrito no CPF sob Nº 736.636.979-91, matrícula Nº 1214, o qual ocupa o cargo efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais oitenta e dois centavos), para viagem a São Miguel do Oeste - SC, no dia 12/11/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 08 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 08 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 656/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. VANDO REBELATO, inscrito no CPF sob Nº 061.489.529-47, matrícula Nº 1715, o qual ocupa o cargo comissionado de DIRETOR DA DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO, e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 02 (Duas) diárias no valor de R\$ 279,12 (Duzentos e setenta e nove reais e doze centavos), para viagem a Dionísio Cerqueira e Itapiranga - SC, nos dias 09 e 10/11/2017, passando por diversos municípios e atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 08 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 08 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 657/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. PAULA ROBERTA BACIN, inscrita no CPF Nº 091.978.629-40, matrícula Nº 1702, a qual ocupa o cargo comissionado de GERENTE GERARL DE COMPRAS e está lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 69,78 (Sessenta e nove reais e setenta e oito centavos), para viagem a Maravilha - SC, no dia 10/11/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 08 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 08 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 658/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Nº 531/2001, Lei Nº 614/2002 e suas alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, o servidor público municipal a Sr. ARNO FRITZEN, inscrito no CPF sob Nº 627.176.859-87, matrícula nº 1700, o qual foi nomeado pela Portaria Nº 004/2017 de 02/01/2017, do cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 09 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 09 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 659/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Nº 531/2001, Lei Nº 614/2002 e suas alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, o servidor público municipal a Sr. SIDINEI PASTORE, inscrito no CPF sob Nº 033.825.569-95, matrícula nº 1707, o qual foi nomeado pela Portaria Nº 060/2017 de 02/01/2017, do cargo comissionado de DIRETOR DA DIVISÃO DE AGROPECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 10 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 10 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 660/2017

Dispõe sobre a nomeação de pessoal para cargo comissionado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Sr. SIDINEI PASTORE, inscrito no CPF sob Nº 033.825.569-95, com matrícula Nº 1787, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 614/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Nível 048-DAS-1, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º O servidor fica vinculado ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 13 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e  
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 13 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 007/2017

Publicação Nº 1426712

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 007/2017  
O MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, a Comissão Permanente de Licitações, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 01/12/2017 às 14h30min, com entrega dos envelopes até às 14h15min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na Modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO (DRAGAGEM) - REMOÇÃO DE OBSTRUÇÕES NATURAIS, DO LEITO DA BARRA DO RIO MAMPITUBA, MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, VISANDO UMA NAVEGAÇÃO SEGURA, FACILITANDO O ACESSO (ENTRADA E SAÍDA) DE BARCOS PESQUEIROS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E DEMAIS DETERMINAÇÕES EM ANEXO AO EDITAL.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES - SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira. Informações pelo Fone: (48) 3548-0035. Passo de Torres - SC, 13 de Novembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONVÊNIO 008/2017 PMPT

Publicação Nº 1425733

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Extrato do Convênio nº 008/2017/PMPT  
Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE PASSO DE TORRES  
Valor SEM VALOR  
Vigência: Início 09.11.2017 Término: 31.12.2018  
Objeto: Ceder em comodato um bem móvel com as seguintes características, veículo tipo automóvel, Celta LS 1.0, 2 portas, Flex, Série RENAVAL 428651992 e Placas MJF: 6371.  
Passo de Torres, 09 de Novembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 231/2017

Publicação Nº 1425738

PORTARIA Nº 231, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

"EXONERA POR APOSENTADORIA POR IDADE, MARIA LUCI SILVEIRA DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar por Aposentadoria por idade, Maria Luci Silveira

dos Santos, do Cargo de Servente.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 232/2017

Publicação Nº 1425741

PORTARIA Nº 232, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

"EXONERA POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, JOÃO ALTERISMO ROLDÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, João Alterismo Roldão, do Cargo de Braçal.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 233/2017

Publicação Nº 1425743

PORTARIA Nº 233, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

"EXONERA POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, SONIA BEATRIZ RODRIGUES DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Sonia Beatriz Rodrigues dos Santos, do Cargo de servente.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 234/2017**

Publicação Nº 1425744

PORTARIA Nº 234, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“EXONERA POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DOMINGOS EZEQUIEL PERES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Domingos Ezequiel Peres, do Cargo de motorista.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 235/2017**

Publicação Nº 1425746

PORTARIA Nº 235, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que

lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1 - Conceder férias aos servidores públicos municipais, abaixo relacionado, no período de: 01/11/2017 à 30/11/2017.

Secretaria Municipal de Saúde:

- Antonio Carlos Biff – Período Aquisitivo: 02/02/2014 à 01/05/2015.

- Marcello Santino Teixeira – Período Aquisitivo: 01/03/2016 à 28/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 236/2017**

Publicação Nº 1425748

PORTARIA 236 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Carine Evaldt da Rosa, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora Pública Municipal, Carine Evaldt da Rosa, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 237/2017**

Publicação Nº 1425751

PORTARIA 237 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Claire Luciane Martins dos Santos, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora Pública Municipal, Claire Luciane Martins dos Santos, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças.

Finanças em 01 de novembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Ciente e de Acordo

Simone Teixeira da Silva  
Servidora

**PORTARIA 238/2017**

Publicação Nº 1425752

PORTARIA Nº. 238, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA SIMONE TEIXEIRA DA SILVA, PARA PRESTAR SERVIÇOS JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NA BIBLIOTECA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a Servidora Pública Simone Teixeira da Silva, matrícula nº 819, para prestar serviços na Biblioteca Municipal vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 01 de Novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres em, 01 de novembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e

# Passos Maia

## PREFEITURA

### RECURSO 9º PARCELA MERENDA ESCOLAR

Publicação Nº 1425364

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA -SC  
RECURSO 9º PARCELA MERENDA ESCOLAR  
VALOR: 6.246,60  
DATA: 07/11/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 10 de novembro de 2017.

### RECURSO PAB FIXO

Publicação Nº 1425373

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA -SC  
RECURSO PAB FIXO  
VALOR: 10.206,00  
DATA: 03/11/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 10 de novembro de 2017.

### RECURSO 9º PARCELA TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação Nº 1425366

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA -SC  
RECURSO 9º PARCELA TRANSPORTE ESCOLAR  
VALOR: 8.162,29  
DATA: 09/11/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 10 de novembro de 2017.

### RECURSO PISO FIXO DA VIGILANCIA EM SAUDE

Publicação Nº 1425374

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA -SC  
RECURSO PISO FIXO DA VIGILANCIA EM SAUDE  
VALOR: 1.255,22  
DATA: 01/11/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 10 de novembro de 2017.

### RECURSO BOLSA FAMILIA

Publicação Nº 1425367

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA -SC  
RECURSO BOLSA FAMILIA  
VALOR: 1.430,00  
DATA: 30/10/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 10 de novembro de 2017.

### RECURSO PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA

Publicação Nº 1425377

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA -SC  
RECURSO PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA  
VALOR: 6.676,00  
DATA: 03/11/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 10 de novembro de 2017.

### RECURSO CRAS

Publicação Nº 1425368

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA -SC  
RECURSO CRAS  
VALOR: 6.000,00  
DATA: 06/11/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 10 de novembro de 2017.

### RECURSO SCFV – SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS

Publicação Nº 1425379

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA -SC  
RECURSO SCFV  
VALOR: 6.872,50  
DATA: 06/11/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 10 de novembro de 2017.

### RECURSO EQUIPE DE SAUDE BUCAL- UNIDADE ORTODONTICA

Publicação Nº 1425370

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA -SC  
RECURSO EQUIPE DE SAUDE BUCAL- UNIDADE ORTODONTICA  
MOVEL  
VALOR: 4.680,00  
DATA: 03/11/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 10 de novembro de 2017.

### RECURSO IGD SUAS

Publicação Nº 1425372

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA -SC  
RECURSO IGD SUAS  
VALOR: 933,57  
DATA: 01/11/2017  
Leomar Roberto Listoni  
Passos Maia, 10 de novembro de 2017.

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 28/2015

Publicação Nº 1425453

#### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 28/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 28/2015, que celebram o Município de Paulo Lopes, através do Fundo Municipal de Saúde e a APAE - Associação de pais e Amigos dos Excepcionais de Paulo Lopes - SC para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial em reabilitação da deficiência intelectual e/ou distúrbio do espectro autista aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Paulo Lopes, através do Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, com sede a Rua José Pereira da Silva s/nº, centro Paulo Lopes SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.365/0001-32, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NADIR CARLOS RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº. 415.919.099-53, residente em Paulo Lopes/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULO LOPES - APAE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.626.330/0001-84, com sede na Rua Ana Raupp de Sá s/nº, bairro: Freitas, Paulo Lopes SC, com Estatuto Social registrado no Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, sob o nº 1011, Protocolo 510, Folhas 01, Livro A-12, e posteriores alterações, neste ato representado pela sua representante legal Sra. SELMA SIDELMA MARTINS GONÇALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 056.355.459-20, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de n.º 28/2015 para fazer constar as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 28/2015 por 12 (doze) meses, à partir de 06/11/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO

A prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina o Inciso II do Artigo 57 da Lei nº. 8.666/93 e cláusula décima quarta do contrato em epígrafe.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Paulo Lopes, 06 novembro de 2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES	SELMA SIDELMA MARTINS GONÇALVES
Prefeito Municipal CONTRATANTE	Presidente CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:  
CPF n.º CPF n.º

#### Parecer Jurídico

Nos termos do parágrafo único do Art. 38 da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, examinei as cláusulas e parágrafos do presente Termo Contratual.

A assinatura deste Contrato, assim como a lavratura dos documentos preliminares, obedeceu ao determinado pela referida legislação.

Pelo preenchimento dos requisitos legais, aprovo a assinatura do presente Termo Contratual.

Paulo Lopes, 06 de novembro de 2017.

FRANCIELY APARECIDA LOPES SOARES  
Procurador do Município  
OAB/SC 47759.B

### 444/2017

Publicação Nº 1426794

#### PORTARIA Nº 444/2017

Torna sem efeitos a Portaria Nº 427/2017 que designou os novos membros para compor o Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal Vigente,

#### RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO a Portaria Nº 427/2017 que designou os novos membros para compor o Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 13 de novembro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 14 de novembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração



**445/2017**

Publicação Nº 1426795

## PORTARIA Nº 445/2017

Designa os novos membros para compor o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), conforme determinação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal Vigente,

## RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os novos membros para compor o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), conforme determinação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, indicados por seus respectivos segmentos:

## 1 Representantes dos Profissionais da Área de Educação e Alunos:

Titular: Gisely Souza Santos Prudêncio  
Suplente: Denize Aparecida da Rosa Nascimento  
Titular: Carine Pereira Borges  
Suplente: Juliana Cardoso de Sousa Nunes

## 2 Representante dos Pais e Alunos

Titular: Maisa Rodrigues Jaques Correa  
Suplente: Katia Aline de Lima  
Titular: Érica Iesca Rodrigues  
Suplente: Odailton Liberato Balança

## 3 Executivo Municipal

Titular: Ana Maria Lopes Demétrio  
Suplente: Maria Aparecida de Jesus

## 4 Legislativo Municipal

Titular: Márcio Valdemiro Raulino  
Suplente: Haylor Fraga Cargnin

## 5 Representante da Sociedade Local

Titular: João Gregório Martins  
Suplente: José de Abreu Pereira

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes em 13 de novembro de 2017.  
Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 14 de novembro de 2017.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 155/2017 - PMP

Publicação Nº 1425864

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA NAJ EMPREITEIRA LTDA ME PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE TUBOS E GALERIAS.

CONTRATO Nº 155/2017-PMP de 01/11//2017  
DERIVADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 045/2017-PMP  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2017-PMP  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2017  
HOMOLOGADO EM 26/07/2017

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa NAJ EMPREITEIRA LTDA ME, estabelecida à Rua Luiz Manoel do Nascimento, nº 668, Bairro Gravatá, na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.980.713/0001-12, CEP: 88.372-540, telefone para contato (47) 3065-7638, 99137-7579, 99107-6760, endereço eletrônico: pedrosouzams@hotmail.com, representada neste ato pelo Sr. PEDRO DE SOUZA, CPF sob o nº 824.411.119-49, Sócio-Administrador, residente à Rua Luiz Manoel do Nascimento, nº 668, Bairro Gravatá, na cidade de Navegantes/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo, conforme Parecer Jurídico 372/2017/PGM e de acordo com a Lei 8.666/1993 e alterações, mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato é decorrente de conversão de saldo da Ata de Registro de Preços 45/2017-PMP, vinculada ao Processo Licitatório nº 044/2017 - PMP, Pregão Presencial SRP nº 031/2017, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a fornecer execução de serviços de colocação de tubos e galerias para manutenção e ampliação de rede pluvial do Município de Penha, conforme solicitação nº 355/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, nas especificações e quantidades especificadas no Anexo I – Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, através De Comunicação Interna nº 742/2017.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em colocação de galerias diversos tamanhos (2.00x2.50cm, 2.00x2.00cm, 1.50x3.00cm rebaixamento, escoramento metálico e bomba de sucção e nivelamento topográfico para ampliação da rede pluvial do Município de Penha.	Metro Linear	800	R\$ 570,78	R\$ 456.624,00
2	Contratação de empresa especializada em colocação de tubos de 60 cm, rebaixamento, escoramento metálico e bomba de sucção e nivelamento topográfico para manutenção e ampliação da rede pluvial do Município de Penha.	Metro Linear	1.153	R\$ 57,84	R\$ 66.689,52
3	Contratação de empresa especializada em colocação de tubos de 80 cm, rebaixamento, escoramento metálico e bomba de sucção e nivelamento topográfico para manutenção e ampliação da rede pluvial do Município de Penha.	Metro Linear	660	R\$ 76,35	R\$ 50.391,00
4	Contratação de empresa especializada em colocação de tubos de 100 cm, rebaixamento, escoramento metálico e bomba de sucção e nivelamento topográfico para manutenção e ampliação da rede pluvial do Município de Penha.	Metro Linear	1.133	R\$ 107,19	R\$ 121.446,27
TOTAL GERAL				R\$ 695.150,79	

#### CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato (saldo da Ata de Registro de Preços 45/2017-PMP), para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 695.150,79 (seiscentos e noventa e cinco mil, cento e cinquenta reais e setenta e nove centavos).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável requisitante, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor.

2.2 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão

negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria Requisitante.

2.3 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica);

2.4 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

#### CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 - Departamento Operacional

Funcional: 15.451.0013.2.040 - Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (131)

#### CLÁUSULA QUINTA

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, para a efetiva execução do objeto do presente contrato, pelo valor por hora/homem trabalhada:

a) ter disponibilidade de no mínimo 4 (quatro) profissionais na área conforme a necessidade da execução dos serviços;

b) responsabilizar-se pela mobilização e transporte dos profissionais até o Município de Penha (no local da prestação de serviço), bem como ao local de origem, sem custos para o Município;

c) realizar os serviços de acordo com normas técnicas e legislações pertinentes vigentes ao tipo de serviço solicitado, bem como determinações de órgãos competentes, disponibilizando pessoal qualificado para a perfeita execução do objeto, sinalização necessária e limpeza do local;

d) as despesas com locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, se necessárias, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação de serviços serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada.

e) executar os serviços conforme a necessidade e solicitação da Secretaria de Serviços Urbanos, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

f) substituir de imediato qualquer funcionário que vier a faltar com respeito ou causar qualquer problemas para o setor em que a empresa estiver realizando serviços.

#### CLÁUSULA OITAVA

8 - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA

9 - São obrigações da CONTRATADA:

a) fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) cumprir a data para execução dos serviços, não sendo aceito os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento e do Anexo I, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

f) a falta de pessoal para execução dos serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

g) comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

- h) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - Caso a vencedora venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o MUNICÍPIO, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - O fornecimento dos serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados por responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, a quem caberá fiscalização com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 01 de novembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

NAJ EMPREITEIRA LTDA ME  
Pedro de Souza  
Contratada

#### TESTEMUNHAS

Nome Completo:  
CPF nº.:

Nome Completo:  
CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário Municipal de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

### **DECRETO Nº 3226/2017 ALTERA O INCISO XVIII DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 3126 DE 13 DE JANEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1426781

DECRETO Nº 3226/2017

ALTERA O INCISO XVIII DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 3126 DE 13 DE JANEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso XVIII do artigo 1º do Decreto nº 3126, de 13 de janeiro de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

“(…)

XVIII. 15 de novembro, Proclamação da República, quarta-feira, feriado nacional, somente para a Secretaria de Saúde e Educação, devendo as demais Secretarias cumprirem o expediente normal e, dia 17 de novembro, sexta-feira, ponto facultativo para as demais Secretarias e expediente normal para a Secretaria de Educação e Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha/SC, 13 de novembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário da Administração

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 27/2017 - FMS**

Publicação Nº 1426687

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017-FMS

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de diagnóstico por imagem digital (mamografia) com o fornecimento de materiais, insumos e mão de obra de profissionais especializados necessários a perfeita execução dos serviços para suprir necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, visando a conclusão da lista de espera das Unidades de Saúde, conforme solicitação nº 552/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 29/11/2017 às 9:30 horas

Local: Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser

obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 as 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 13 de novembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 28/2017 - FMS**

Publicação Nº 1426691

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017-FMS  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de pneus novos (sem uso), devidamente certificados pelo INMETRO e serviços de montagem, balanceamento e geometria para veículos da frota da Secretaria de Saúde, conforme solicitação nº 564/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 29/11/2017 às 14:30 horas

Local: Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 as 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 13 de novembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

### **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO –EDITAL 04/2017 LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

Publicação Nº 1426614

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO –EDITAL 04/2017  
LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais publica a relação das inscrições deferidas do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº. 04/2017, destinado a formação de cadastro de reserva de NUTRICIONISTAS, conforme segue:

Número da Inscrição	Nome completo
01	CARINE BAUMGARTEL
02	MONICA ROSA MACHADO
03	MELISSA WAGNER NEPPEL

04	ANDRESSA LORENZONI FRIZZO
05	TIELI CERUTTI DE ALMEIDA
06	PENELOPE VIZONI MATTOS PEDROSO DE OLIVEIRA
07	JÉSSICA DOS REIS
08	DORIZETE DA PARECIDA RIBEIRO
09	ISETE REGINA DONATO BAPTISTOTI
10	ANGELICA APARECIDA FLORES
11	JULIANA MALINOVSKI
12	TATIANE WOSNES
13	LAÍS SABRINE DE OLIVEIRA
14	SANDY APARECIDA BARTHOLO
15	JERUSA ANGELICA GARCIA
16	KARINA DIAS
17	MARIANA TEODORO DOS SANTOS

PENHA/SC, 14 de novembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL



# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0304/2017

Publicação Nº 1425642

PORTARIA Nº 0304/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder afastamento por auxílio doença à servidora de acordo com a tabela abaixo;

VIVIANE DA ROSA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
-----------------------	-----------------------------

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Novembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 0305/2017

Publicação Nº 1425643

PORTARIA Nº 0305/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Contratar os servidores conforme tabela abaixo:

PATRICIA BORGES MARTINS	ENFERMEIRA
ROSILDA MARIANO MARCONDES AGUIAR	ASSESSOR DE SECRETARIA

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 06 de Novembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 0306/2017

Publicação Nº 1425644

PORTARIA Nº 0306/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Dispensar a pedido os Servidores de acordo com a tabela abaixo;

DALCI CAMILO FLOR	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
CLAUDIO VINICIUS CORDIEL DA SILVA	PROFESSOR

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 06 de Novembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 0307/2017

Publicação Nº 1425645

PORTARIA Nº 0307/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Dispensar a pedido a Servidora de acordo com a tabela abaixo;

JULIANA CARDOSO BOTAN DE AGUIAR	FARMACEUTICA
---------------------------------	--------------

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 07 de Novembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 30 2017 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 1425342

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 40/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE TODOS OS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 28/11/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 14 de novembro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 31 2017 - COMBUSTÍVEL

Publicação Nº 1425360

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 41/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ÓLEO DIESEL B S-10 PARA CONSUMO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 27/11/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail [licita@petrolandia.sc.gov.br](mailto:licita@petrolandia.sc.gov.br). Petrolândia, 14 de novembro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO 375

Publicação Nº 1426721

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 375/2017.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Jucimara Zitterell Simionato  
CPF n. 020.157.349-02  
Endereço: Linha São Paulinho - Interior  
Tangará - SC

#### PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Jucimara Zitterell Simionato, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004, Lei Complementar Municipal n. 194 de 20 de dezembro de 2013 e pelo edital de processo seletivo nº 005/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental - Área I, ano letivo de 2017, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015, Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004 e Lei Complementar Municipal n. 194 de 20 de dezembro de 2013 que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.225,52 (Hum mil, duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos) devidamente corrigido conforme reajuste salarial.

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais, e filiação ao RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. O contrato vigorará da data de 06 de novembro de 2017 até o retorno da servidora efetiva Rosana Misturini Bogoni.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e ministrar aulas orientando a aprendizagem, zelar pela ordem e organização da sala de aula participar do processo de planejamento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, cooperar com o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, zelar pela aprendizagem do aluno, manter atualizado sobre a legislação do ensino, ser pontual com o horário estabelecido, cumprir as horas atividades na escola, participar de reuniões pedagógicas, encontros, atividades cívicas, culturais, formaturas e conselhos de classe.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

##### 4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

##### 4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 06 de novembro de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Jucimara Zitterell Simionato

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome: Nome:

CPF: CPF:

## DECRETO 4695

Publicação Nº 1426704

DECRETO Nº 4.695, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Município de Pinheiro Preto no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 30

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:138 - Transferência do SUS/União

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, decorre da anulação da seguinte dotação orçamentária do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais):

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 269

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:138 - Transferência do SUS/União

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## DECRETO 4697

Publicação Nº 1426702

DECRETO Nº 4.697, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANULA ATO QUE CONCEDEU APOSENTADORIA AO SERVIDOR ALBERTO BOGONI NETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no Processo de Expediente nº 038/2016, que tem por objeto a revisão do Processo de Aposentadoria do servidor ALBERTO BOGONI NETO;

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal de Contas de Santa Catarina proferida no Processo APE nº – 15/00573776 que reconheceu a nulidade do processo aposentatório do servidor público municipal, tendo em vista que não havia implementado o tempo de contribuição;

CONSIDERANDO ter sido respeitado o direito ao devido processo legal e o direito à ampla defesa;

CONSIDERANDO que o Instituto de Previdência do Município de Pinheiro Preto não tem competência para editar atos de concessão ou anulação de aposentadoria,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o ato concessório da aposentadoria do servidor ALBERTO BOGONI NETO, consubstanciado no Decreto nº 3.835, de 29 de maio de 2.013, devendo o mesmo ser readmitido incontinenti no cargo e nível que ocupava quando da concessão do benefício invalidado.

Art. 2º Fica declarado sem efeitos as Portarias editadas pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto de nºs 013/2017, 014/2017 e 019/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 3.835, de 29 de maio de 2013.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 13 de novembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**EDITAL TESTE SELETIVO 004**

Publicação Nº 1426630

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

**EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 004 /2017**

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito, PEDRO RABUSKE, no uso de suas atribuições legais, torna público que encontram-se abertas as inscrições para a realização de PROCESSO SELETIVO visando à contratação de servidores para o preenchimento de vagas de PROVIMENTO TEMPORÁRIO e formação de CADASTRO DE RESERVA - PERÍODO DE 14/11/2017 A 29/11/2017, para as funções/cargo abaixo especificadas:

CARGO/FUNÇÃO	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA	SALÁRIO R\$	TIPO DE PROVA
Atendente de creche I	2 +CR	40h	Ensino médio, cursando magistério ou pedagogia.	R\$ 1.075,84	P.O
Atendente de creche II	4+CR	40h	Formação em Magistério	R\$ 1.324,15	P.O
Professor Regente de Creche	2+CR	40h	Formação em curso superior de Licenciatura Plena em Pedagogia.	R\$ 2.642,73	P.O + T
Profissional de apoio I	3+CR	20h ou 40h	Formação em nível médio.	R\$ 908,37(20h) R\$1.816,74(40h)	P.O
Profissional de apoio II		20h ou 40 h	Formação em Magistério	R\$ 954,96(20h) R\$ 1.909,92	P.O
Servente	2+CR	40h	Formação em nível Fundamental – 4º Série do ensino fundamental	R\$1.282,74	P.O
Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil	9 +CR	20h	Formação em curso superior de Licenciatura Plena em Pedagogia.	R\$ 1.452,10	P.O + T
Professor de Educação Física	1+CR	10h ou 20h	Formação em curso superior de Licenciatura Plena em Educação Física.	R\$726,05(10h) R\$1.452,10(20h)	P.O + T
Professor (Arte)	2+CR	10h ou 20h	Formação em curso superior de Licenciatura Plena em Artes.	R\$726,05(10h) R\$1.452,10(20h)	P.O + T
Professor (ministrar aulas de língua estrangeira - Inglês)	1+CR	10h ou 20h	Formação em curso superior de Licenciatura Plena em Língua Estrangeira Inglês ou Licenciatura em Pedagogia.	R\$726,05(10h) R\$1.452,10(20h)	P.O + T
Operário Braçal	3+CR	40hs	Nível fundamental – 4º Série do ensino fundamental	R\$ 1.286,63	P.O

I - A guia do boleto bancário e o comprovante de inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico [www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br) .

II - O edital do Processo Seletivo encontra-se publicado no site do Município: [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br) e da empresa responsável pelo teste seletivo, GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM, sediada em Joaçaba/SC, [www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br)

III - Maiores informações pelos telefones 49 3562 2000 ou 49 3522-3791

Centro administrativo de Pinheiro Preto, 13 de novembro de 2017.

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO

**PORTARIA 409**

Publicação Nº 1426719

PORTARIA Nº 409, DE 06 DE Novembro DE 2017.

NOMEIA Jucimara Zitterell Simionato PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente para educação infantil - ÁREA I.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004, 117/2005 e 194/2013, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 005/2015, e

Considerando o Edital ratificador do Processo Seletivo, publicado em 26 de janeiro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios;  
Considerando a Portaria 400/2017 que concede 01 (um) mês de licença prêmio a servidora efetiva Rosana Misturini Bogoni;  
Considerando o ofício 182/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Jucimara Zitterell Simionato, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 020.157.349-02, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente para educação infantil - ÁREA I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 06 de novembro de 2017 e término com o retorno da servidora efetiva Rosana Misturini Bogoni, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de novembro de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de novembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 408/2017**

Publicação Nº 1426711

PORTARIA Nº408, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO 004/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e considerando o Processo Seletivo nº 004/2017

**RESOLVE:**

Art 1º - Fica instituída a Comissão Especial Do Processo Seletivo nº 004/2017, nomeando para compô-la os seguintes servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo:

I – Rosangela Lidivina Gallas, professora

II – Roseli Baldissera Mazutti, professora

III – Vera Luci de Oliveira Zanella, professora

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto, 06 de novembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 410/2017**

Publicação Nº 1426710

PORTARIA N.410 , 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS REFERENTE LICITAÇÃO Nº 081/2017.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o disposto no item 2 – Parágrafo Único do Edital de Licitação nº081/2017, Modalidade Pregão Presencial;

Considerando a necessidade de verificar a qualidade e registro no Inmetro dos brinquedos,

**RESOLVE:**

Art. 1º Institui comissão para fins de análise das amostras dos brinquedos referente licitação nº 081/2017, nomeando para compô-la os seguintes membros:

I – Jussara Trevizol Einsweiler – Secretária de Educação;

II – Gianna Dalmolin – Diretora de Departamento de Ensino;

III – Rosana dos Santos – Diretora de Ensino Infantil;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto –SC, 06 de Novembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA Nº 411 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1426708

PORTARIA Nº 411 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 020/2017 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 020/2017, modalidade TOMADA DE PREÇOS, visando a contratação de empresa para execução de obra de engenharia, consistente na pavimentação do estacionamento da sala de fisioterapia, a Unidade de Saúde de Pinheiro Preto e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. JO CAMARGO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 11.840.650/0001-61, o preço global de R\$ 25.384,90 (vinte e cinco mil trezentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

# Piratuba

## PREFEITURA

### EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 002/2017

Publicação Nº 1426477

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2017

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 002/2017

O MUNICÍPIO DE PIRATUBA, SC, com sede na Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, cidade de Piratuba, CEP 89.667 000, inscrito no CNPJ sob nº 82.815.481/0001-58, fone (49) 3553-0288, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 10:00h do dia 06 de dezembro de 2017, tendo como local o Centro de Eventos, localizado na Rua Florianópolis, nº 246, Centro, Piratuba, SC. O leilão será conduzido pela Comissão E ASSESSORADO PELA EMPRESA MAISATIVO INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA (SUPERBID), para venda à vista de bens móveis inservíveis, conforme lote, bens e valor mínimo de lance inicial a seguir:

Lote	Nome do produto	Valor Mínimo Venda
1	MITSUBISHI PAJERO DAKAR D 3.2, 2013/2013, PL.: MLV-5524 (SC), CH.: 93XJRKH8WD-CD12835	R\$ 70.000,00
2	CHEVROLET SPIN 1.8L MT LTZ, 2013/2014, PL.: MKY-8730 (SC), CH.: 9BGJC75Z0EB232870	R\$ 21.000,00
3	VOLKSWAGEN SPACEFOX TREND GII 1.6, 2013/2014, PL.: MLC-8185 (SC), CH.: 9BWPB-45Z0E4031889	R\$ 17.500,00
4	VOLKSWAGEN GOL 1.0, 2005/2005, PL.: MCP-6653 (SC), CH.: 9BWCA05X15T144040	R\$ 4.750,00
5	ÔNIBUS IVECO CITYCLASS 70C17, 2015/2015, PL.: QHN-5022 (SC), CH.: 93ZL68C01F8464174	R\$ 55.000,00
6	ÔNIBUS MERCEDES BENZ OF 1113, 1986/1986, PL.: AFP-5595 (SC), CH.: 34405811706424	R\$ 3.000,00
7	TRATOR DE PNEUS JOHN DEERE 5605 4X4, 2007, SÉRIE: CQ5605A070132	R\$ 10.000,00
8	TRATOR DE PNEUS JOHN DEERE 5605 4X4, 2007, CAP: 4500 Kg, SÉRIE: BM5605X070613 (XC05605A070613)	R\$ 18.500,00
9	TRATOR DE PNEUS JOHN DEERE 5605 4X4, 2007, CAP: 4500 Kg, SÉRIE: BM5605X080005	R\$ 18.500,00
10	RETROESCAVADEIRA JCB 3C PLUS 4X4, 2011, SÉRIE: JCB1771899JCB	R\$ 30.800,00
11	RETROESCAVADEIRA JCB 4CX 4X4, 2007, CAP: 8000 Kg, SÉRIE: 1331263 (JCB-4CX4WC71331263)	R\$ 18.000,00
12	DISTRIBUIDOR DE ADUBOS ORGANICOS LIQUIDOS MEPEL DAOL - 4000	R\$ 600,00
13	DISTRIBUIDOR DE ADUBOS ORGANICOS SÓLIDOS MEPEL DAOL - 4000 REBOCÁVEL 6M³	R\$ 900,00
14	CONJUNTO CONCHA DIANTEIRA STARA PAD 500E 2007	R\$ 2.750,00
15	GARFO ENLEIRADOR, CONCHA TRATOR E RODA DE FERRO	R\$ 1.200,00
16	CAÇAMBA METÁLICA BASCULANTE MODESSA 2010	R\$ 200,00
17	CAÇAMBA METÁLICA BASCULANTE LIBRELATO	R\$ 200,00
18	SUCATA DE CAROCERIA METÁLICA BASCULANTE	R\$ 100,00
19	SUCATA DE 10 CARCAÇAS DE PNEUS	R\$ 100,00

Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "licitações" ou [www.superbid.net](http://www.superbid.net), ou ainda pelos telefones Fone (49) 3553 0288, na Prefeitura ou (11) 4950-9400 com a empresa SUPERBID. Aplicase à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

PIRATUBA (SC), 10 de novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO MALTAURO  
SUPERVISOR DE COMPRAS

### PORTARIA N. 495/2017

Publicação Nº 1425498

PORTARIA Nº495/2017

ALTERA PORTARIA Nº 397/2017 QUE CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017 e considerando conforme justificativa da Secretaria Municipal de Educação e Esportes através do ofício nº393/2017, de 01 de novembro de 2017.

ALTERA

LUAN SCHNEIDER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Linha Divisa, município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº5.182.476 e CPF sob o nº090.610.149-21, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível NT-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, em substituição ao titular Lindomar dos Santos, afastado temporariamente por Processo Administrativo Disciplinar.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 15 de dezembro de 2017, ou até o retorno do titular.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 06 de novembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 06 de novembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA N. 496/2017**

Publicação Nº 1425500

PORTARIA Nº496/2017

**ALTERA PORTARIA Nº 454/2017 QUE CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017 e considerando conforme justificativa da Secretaria Municipal de Educação e Esportes através do ofício nº394/2017, de 01 de novembro de 2017.

**ALTERA**

LUAN SCHNEIDER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Linha Divisa, município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº5.182.476 e CPF sob o nº090.610.149-21, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível NT-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, em substituição ao titular Lindomar dos Santos, afastado temporariamente por Processo Administrativo Disciplinar.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 15 de dezembro de 2017, ou até o retorno do titular.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 06 de novembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 06 de novembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA N. 497/2017**

Publicação Nº 1425505

PORTARIA Nº497/2017

**CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 001/2017, resultado através do Decreto nº 769/2017, de 28 de abril de 2017.

**CONTRATA**

EDINÉIA PEREIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Frederico Laske, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.544.587 e CPF sob o nº

106.828.609-13, para exercer em caráter temporário do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS, constante no Anexo I, Grupo D, da lei complementar nº 67/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 20-INI do Anexo III da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 09 de novembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 09 de novembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 081/2017**

Publicação Nº 1425682

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 081/2017

Objeto: Registro de Preços para possível fornecimento e instalação de materiais para sinalização viária.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 27/11/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 27/11/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 10 de Novembro de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### PORTARIA 195/2017

Publicação Nº 1426479

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 0195/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 61 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001. RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao (as) Servidor (es) Público (a) Municipal da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social no período de 13/11/2017 a 22/11/2017, conforme relação:

- ALEXANDRE ANTONIO DALMAGRO, Odontólogo, referente ao período aquisitivo de 07/03/2015 a 06/03/2016.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 13 de Novembro de 2017.

JUARES BET  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

### PORTARIA 196/2017

Publicação Nº 1426493

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 0196/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 61 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001. RESOLVE:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias ao (as) Servidor (es) Público (a) Municipal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento no período de 16/11/2017 a 30/11/2017, conforme relação:

- GIOVANI JOSÉ MINUZZI, Contador, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017.

Paragrafo Único. De conformidade com o artigo nº 68 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, concede 1/3 em Abono Pecuniário, do dia 21/11/2017 a 30/11/2017.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 13 de Novembro de 2017.

JUARES BET  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

### TC043\_2017

Publicação Nº 1425770

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO CONTRATUAL

Termo de Compromisso: 043/2017

Contratante: Município de Planalto Alegre.

Contratada: FLORICULTURA FLORA EFAPI EIRELI ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES E OUTROS, VISANDO ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE.

Valor do Contrato: 28.130,00 (vinte e oito mil cento e trinta reais).

Vigência: 12 meses

Licitação: Registro de preço nº 054/2017

Planalto Alegre- SC em 13 de novembro de 2017

JUARES BET

Prefeito

# Pomerode

## PREFEITURA

### **1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 009 / 2017 - SAÚDE - ACRÉSCIMO / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE**

Publicação Nº 1425852

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### **2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 009 / 2017 - SAÚDE ACRÉSCIMO**

Processo Administrativo n.º 010 / 2017.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2017.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA HERMANN WEEGE, N.º 677 - CENTRO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.756,54 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO DO FUNDO CATARINENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE-INVESTSAÚDE - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA N.º 0000018689 / PROGRAMA TRANSFERÊNCIA N.º 2017006489 E CONTRAPARTIDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE/SC.

Acréscimo de valores unitários em 41,22% - R\$265.945,43 (duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 41,22%, por tratar-se de obra de reforma de unidade de saúde, em função do levantamento dos itens e quantitativos do projeto elétrico licitado não corresponder com o projeto elaborado a ser executado, existindo a necessidade de adequação da planilha, conforme justificativa e planilha orçamentária / quantitativa anexa, em conformidade com a CLÁUSULA NONA do Contrato Administrativo n.º 009 / 2017 - SAÚDE e de acordo com o Artigo 65, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93. Ass.: Rafael Ramthun, Secretário Municipal de Saúde de Pomerode, Contratante; Jean Carlos da Silva – Sócio Administrador, L.C. Empreiteira de Mão-de-Obra Ltda. - ME, Contratada.

Pomerode / SC, 10 de Novembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

### **1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 009 / 2017 - SAÚDE - SUPRESSÃO / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE**

Publicação Nº 1425849

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### **1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 009 / 2017 - SAÚDE SUPRESSÃO**

Processo Administrativo n.º 010 / 2017.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2017.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA HERMANN WEEGE, N.º 677 - CENTRO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.756,54 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO DO FUNDO CATARINENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE-INVESTSAÚDE - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA N.º 0000018689 / PROGRAMA TRANSFERÊNCIA N.º 2017006489 E CONTRAPARTIDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE/SC.

Supressão de valores unitários em 33,95% - R\$219.076,44 (duzentos e dezenove mil, setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

Justificativa: Supressão de valores unitários em 33,95%, em função do levantamento dos itens e quantitativos do projeto elétrico licitado não corresponder com o projeto elaborado a ser executado, existindo a necessidade de adequação da planilha, conforme justificativa e planilha orçamentária / quantitativa anexa, em conformidade com a CLÁUSULA NONA do Contrato Administrativo n.º 009 / 2017 - SAÚDE e de acordo a Lei Federal n.º 8.666/93.

Ass.: Rafael Ramthun, Secretário Municipal de Saúde de Pomerode, Contratante; Jean Carlos da Silva – Sócio Administrador, L.C. Empreiteira de Mão-de-Obra Ltda. - ME, Contratada.

Pomerode / SC, 10 de Novembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

### **3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021 / 2016 - PRAZO**

Publicação Nº 1425462

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### **3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021 / 2016 PRAZO**

Processo Administrativo n.º 013 / 2016.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.



Contratado: CONSTRUTORA TERTEL LTDA - EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO 2 [PROINFÂNCIA / FNDE], A SER INSTALADO NA RUA FREDERICO BLANK, S/N.º, BAIRRO RIBEIRÃO AREIA, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 890,73 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR N.º 49312.

Prorrogação – 120 dias – prazo final – 14/02/2018.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 021/2016 e Lei Federal n.º 8.666/93, devido a condições climáticas desfavoráveis e alterações do projeto licitado, conforme justificativa anexa.

Pomerode / SC, 04 de Outubro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

### **3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022 / 2017 - ACRÉSCIMO**

Publicação Nº 1425855

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022 / 2017  
ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 013 / 2017.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002 / 2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA CARL REINKE - BAIRRO RIBEIRÃO AREIA, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO N.º 2016TR001735, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU E O MUNICÍPIO DE POMERODE / SC - PROCESSO N.º SDR15 3952/2016.

Acréscimo de valores unitários em 18,58% - R\$39.023,45 (trinta e nove mil, vinte e três reais e quarenta e cinco centavos).

Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 18,58% devido à execução de serviços em extensão superior à prevista inicialmente (virador e complementação de drenagem pluvial) e à complementação de serviços necessários à funcionalidade da obra, porém não previstos na planilha orçamentária, conforme justificativa e planilha orçamentária / quantitativa anexa e de acordo com a CLÁUSULA NONA do Contrato Administrativo n.º 022 / 2017 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante; Maurício Vogelsanger – Sócio Administrador, Paviplan Pavimentação Ltda., Contratada.

Pomerode / SC, 10 de Novembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

### **8.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2016 - PRAZO / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE**

Publicação Nº 1425469

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

8.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003 / 2016  
PRAZO

Processo Administrativo n.º 005 / 2015.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2015.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: CONSTRUTORA TERTEL LTDA. - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, A SER INSTALADA NA RUA MORRO STRASSMANN, S/N.º, BAIRRO REGA, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 321,44 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UBS - CONSTRUÇÃO - PROPOSTA N.º 11436910000114003 E CONTRAPARTIDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE/SC.

Prorrogação – 90 dias – prazo final – 27/01/2018.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 90 (noventa) dias, em conformidade com o disposto na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 003/2016 e Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista que são de competência do Fundo Municipal de Saúde a execução de serviços externos e que demonstram ser necessários para a conclusão do restante da obra pela CONTRATADA.

Pomerode / SC, 18 de Outubro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

### **CONVÊNIO N.º 005/2017**

Publicação Nº 1426677

CONVÊNIO N.º 005/2017

CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE POMERODE E A FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, 525 - Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. ÉRCIO KRIEK,



Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 605.728.259-00 e Cédula de Identidade nº 2.026.174, residente e domiciliado na Rua Itália, 07, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE, e a FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 79.363.511/0001-28 com sede na Rua XV de novembro, 525, Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sra. Darli Bahr Bernadino, brasileira, inscrita no CPF sob nº 291.331.909-25, portadora da Cédula de Identidade n. 337.192/SSP/SC, residente e domiciliado na Rua XV de novembro, 8758, Bairro: Testo Central, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente Conveniada, com fundamento na Instrução Normativa 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina de 13 de junho de 2012, firmam o presente Convênio de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Convênio tem como objeto o repasse de R\$ 27.000,00 (Vinte e Sete Mil Reais) à Conveniada, destinados a manutenção do Centro Cultural de Pomerode.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 O prazo do presente Convênio será da assinatura do presente convênio até 31 de dezembro de 2017 e a prestação de contas apresentada até 31/12/2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente convênio, de que trata a cláusula primeira, o Conveniente repassará a Conveniada, o valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete Mil Reais), a serem pagos em parcela única de acordo com o plano de trabalho, que será depositado na conta bancária nº 172.970-5, Banco SICOOB-MAXICRÉDITO, aberta especificamente para atender o objeto do presente Convênio.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 O pagamento será feito através da seguinte dotação orçamentária:

12 – Secretaria de Turismo, Cultura
01 – Diretoria de Políticas Culturais
0013.0392.0130.2084 – Subvenção Social - Cultura
3350000000000000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
01000000 – Recursos Ordinários

-

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

5.1 Disponibilizar o valor estipulado, nos termos da cláusula terceira deste convênio;

5.2 Realizar, à conta de suas dotações orçamentárias, o repasse financeiro de que trata o presente convênio, mediante a apresentação de prestação de contas conforme IN14/2012 do TCE/SC.

5.3 Acompanhar a execução física do objeto da seguinte forma: através da secretária de turismo acompanhar a execução do plano.

5.4 Publicar este convênio no Diário Oficial dos Municípios.

5.5 Examinar a regularidade da prestação de contas conforme IN14/2012 TCE-SC.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

6.1 Prestar contas na forma legal e contábil, em até 60 (sessenta) dias da quantia recebida, na forma do convênio, de acordo com a IN14/2012 do TCE-SC e anexo VII da mesma, cumprindo o plano de trabalho deferido no processo de concessão

6.2 A não observância do item 6.1 sem justificativa implicará na suspensão da liberação de novas parcelas, até que a mesma seja apresentada ao órgão competente.

6.3 A prestação de Contas deverá ser entregue na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária da Prefeitura Municipal através de protocolo.

6.4 A entidade e os responsáveis pela mesma deverão manter atualizado seu cadastro na Prefeitura Municipal de Pomerode informando especialmente as alterações de endereço.

6.5 A entidade deverá aplicar os recursos quando a execução for superior a trinta dias, sendo dessa forma os rendimentos devem ser comprovados através de extrato da conta aplicação podendo ser utilizados no objeto ou devolvidos para o concedente, assim como os recursos não utilizados.

6.6 Eximir o conveniente de qualquer responsabilidade concernente a previdência social e encargos trabalhistas, referente ao pessoal destinado à execução do objeto deste convênio.

6.7 Fornecer fotos e relatórios dos eventos e demais documentos pertinentes ao projeto.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RENÚNCIA E RESCISÃO

A rescisão do presente convênio poderá ser:

7.1 Determinada por ato unilateral de uma das partes, em face do não cumprimento das cláusulas pela outra, devendo ser feito por escrito;

7.2 Amigável, por acordo entre as partes, a qualquer tempo;

7.3 Ocorrendo a superveniência de normas legais ou eventos que o tornem material ou formalmente inviável.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 O beneficiário está proibido de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria do concedente, sob pena de devolução dos recursos.

8.2 A ausência da prestação de contas ou no caso de irregularidade por parte da conveniada, implicará na devolução de valores atualizados mencionados na cláusula terceira deste termo de ajuste e tem por base os capítulos VI E VII da IN14/2012 do TCE-SC.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Pomerode – Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e convenientes, as partes assinam o presente Termo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Pomerode/SC, 30 de Outubro de 2017.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

Darli Bahr Bernadino  
Presidente Fundação Cultural

Testemunhas:

CPF:

CPF:

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 069 / 2017

Publicação Nº 1426436

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 069 / 2017

Processo Administrativo n.º 079 / 2017.

Convite para Compras e Serviços n.º 013 / 2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA. EPP.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PEÇAS PUBLICITÁRIAS, BEM COMO, ANÚNCIOS INDIVIDUAIS, ALÉM DE TODO O QUALQUER MATERIAL QUE COMPOÑHA A IDENTIDADE VISUAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS E FUNDAÇÃO, INCLUINDO DIFERENTES PLATAFORMAS E MEIOS (IMPRESSO, ONLINE, RADIOFÔNICO, TELEVISIVO E AUDIOVISUAIS), CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$70.110,00 (setenta mil e cento e dez reais).

Prazo de vigência contratual: 180 dias corridos, iniciando em 08/11/2017 e com término previsto para o dia 07/05/2018. Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Serviço.

Ass.: Ércio Kriek – Prefeito Municipal de Pomerode – Contratante / Jorge Gava Destro Filho – Sócio Administrador / Procurador – Cliczoom Propaganda e Publicidade Ltda. EPP – Contratada.

Pomerode / SC, 07 de Novembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

### RESOLUÇÃO Nº 016/2017/COMAS

Publicação Nº 1426839

#### RESOLUÇÃO Nº 016/2017/COMAS

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo dos Serviços/Programas do Governo Federal, Sistema Único da Assistência Social ano 2016.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com as deliberações da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 25 de outubro de 2017, e

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprova o Demonstrativo dos Serviços/Programas do Governo Federal do Sistema Único da Assistência Social, ano de 2016 do município de Pomerode, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 25 de outubro de 2017.

Elaine Molina Petito

Vice- Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode – COMAS

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

### EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03 - 2015

Publicação Nº 1425350

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE

(Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: FRANTIESKA ARAUJO BIRCK ME

CNPJ n.º 18.301.637/0001-83

SERVIÇO CONTINUADO DE LIMPEZA DO SISTEMA DE FILTROS DA ETA I CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 20.031,70 (VINTE MIL E TRINTA E UM REAIS E SETENTA CENTAVOS)

POMERODE 02/10/2017.

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### EXTRATO PP30/2017

Publicação Nº 1425696

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 096/2017 de 11 de Maio de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 29/11/2017, às 10:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE ENFEITES DE NATAL, DESTINADOS A ORNAMENTAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 13/11/2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

### EXTRATO PP39/2017

Publicação Nº 1425695

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 096/2017 de 11 de Maio de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 30/11/2017, às 10:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA CELULAR E PACOTE DE DADOS COM MINIMODEM PLANO 4G, PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE/SC, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos Anexo I e conforme condições constantes deste Edital.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 13/11/2017.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2017 PREGÃO Nº 52/2017 ASSISTÊNCIA

Publicação Nº 1426597

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor: RS 26.072,80 (Vinte e Seis Mil Setenta e Dois Reais e Oitenta Centavos). O julgamento será por MENOR PREÇO POR ÍTEM. Recebimento dos Envelopes até às 13:00 horas e 30 minutos (horário de Brasília) do dia 05/12/2017. Abertura da Sessão às 14 horas (horário de Brasília) do dia 05/12/2017. Edital e anexos, disponíveis no site do município [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br). Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com) ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 13 de Novembro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 002/2017

Publicação Nº 1425543

Classificação Provisória do Processo de Remoção  
Edital nº 002/2017

Nº	EDUCAÇÃO INFANTIL
1º	Claudianes Antão
2º	Leliane Cristina Laureano Santiago
3º	Andressa Mateus Godoi
4º	Selma Cristina da Cunha Pereira Vieira
5º	Daniela de Fátima Amaral
6º	Joice Serpa Pinheiro
7º	Juliana Pinheiro Mafra
8º	Elisabete da Silva Mafra

Nº	ENSINO FUNDAMENTAL
1º	Jacire Serpa dos Santos
2º	Ivete Ibandina Baltazar Batista
3º	Márcia Helena Mafra

Obs.: A lista acima tem por base o tempo de serviço exercido na função que o servidor deseja a remoção.

### DECRETO Nº 1688, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1425873

DECRETO Nº 1688, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2563/2017.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar na importância de R\$ 346.000,00 (Trezentos e quarenta e seis mil reais) ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Funcional programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 – Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 329.000,00

Órgão: 19 – Fundação Municipal de Esportes  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Esportes

Funcional programática: 27.812.0027

Atividade: 2.081 – Manutenção das Escolinhas de Esporte

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 17.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações parcial das dotações orçamentárias abaixo descritas na importância de R\$ 346.000,00 (Trezentos e quarenta e seis mil reais).

Órgão: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Funcional programática: 15.451.0021

Projeto: 1.004 – Construção de Abrigos para Passageiros

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 30.000,00

Projeto: 1.005 – Construção de Obras de Arte

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 59.000,00

Projeto: 1.007 – Pavimentação e Urbanização de Ruas e Avenidas

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 240.000,00

Órgão: 19 – Fundação Municipal de Esporte

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Esporte

Funcional programática: 27.812.0027

Atividade: 2.047 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 17.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo SC, aos 6 dias do mês de novembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

### LEI MUNICIPAL Nº 2566, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1425585

LEI MUNICIPAL Nº 2566, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº 2440, de 11 de outubro de 2016, e dá outras providências. Autor: Vereador Jonatha Carlo Cabral.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº 2440, de 11 de outubro de 2016, o qual passará a ter a seguinte redação:

Art. 2º Fica denominada "Laura Matias Claudio", a quadra esportiva localizada no bairro Santa Luzia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.



Porto Belo - SC, aos 7 dias do mês de novembro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## **LEI MUNICIPAL Nº 2567, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425587

LEI MUNICIPAL Nº 2567, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017

Dá denominação à Rua. Autor: Vereador Altino Torquato dos Santos Junior.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "PIER LUIGI COMO", a Rua "B" do Loteamento Jardim Tatiana, com Código Logradouro nº 200, que tem seu início na Rua Mario Walendowski, e tem seu término no Sindicato da Fiação Têxtil de Blumenau, no Bairro Perequê, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 7 dias do mês de novembro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## **LEI MUNICIPAL Nº 2568, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425590

LEI MUNICIPAL Nº 2568, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

Revoga a Lei Municipal nº 2413 de 19 de julho de 2016. Autor: Vereador Joel Orlando Lucinda.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 2413 de 19 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de novembro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## **PORTARIA FAMAP Nº 001/2017**

Publicação Nº 1426621

PORTARIA FAMAP Nº 001/2017

Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental - APA da Ponta do Araçá (APA do Araçá).

A presidente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PORTO BELO – FAMAP, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 14, IX da Lei Municipal 1950/2011, faz saber o seguinte:

CONSIDERANDO:

a) CONSIDERANDO, que a Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso

comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, incumbindo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as atuais e futuras gerações, nos termos do seu artigo 225;

b) considerando, que a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelece, em seu artigo 27, que todas as Unidades de Conservação devem dispor de Plano de Manejo;

c) CONSIDERANDO, que o Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, dispõe, em seu artigo 12, que o Plano de Manejo da unidade de conservação, elaborado pelo órgão gestor, será aprovado em portaria do órgão executor;

d) CONSIDERANDO, que a criação, instituição, implantação e administração de espaços territoriais especialmente protegidos, no Município de Porto Belo, estão previstas nos artigos 44, 45 e 46, da Lei Municipal nº 1.947, de 17 de outubro de 2011, que estabelece a Política Municipal do Meio Ambiente;

e) CONSIDERANDO, que o Decreto Municipal nº 395, de 30 de abril de 2008, criou a Área de Proteção Ambiental - APA da Ponta do Araçá – APA do Araçá;

f) CONSIDERANDO, que a APA do Araçá está localizada em Zona Especial de Conservação Ambiental - ZECA, conforme estabelecido no Anexo I da Lei Complementar Municipal 33/2011 (Plano Diretor), o qual determina, em seu anexo III, que os parâmetros urbanísticos das ZECAs serão definidos nos Planos de Manejo.

g) CONSIDERANDO, que o Plano de Manejo da APA do Araçá, após longo e detalhado processo de discussão e análise, foi aprovado pelo seu Conselho Gestor, na reunião ordinária de 5 de agosto de 2016, conforme previsto no artigo 5º do Decreto Municipal nº 395/2008;

h) CONSIDERANDO, que na reunião Conselho Gestor da APA da Ponta do Araçá, ocorrida em 30/05/2017 houve reconhecimento do vício de origem da Portaria 001/2016, de 11 de outubro de 2016 que houvera homologado o Plano de Manejo da APA do Araçá;

i) CONSIDERANDO, que o reconhecimento do vício de origem na Portaria 001/2016, não surte efeitos contra as decisões do Conselho Gestor da APA Municipal da Ponta do Araçá tomadas na reunião de 05 de agosto de 2016;

j) CONSIDERANDO, que o artigo 16, do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor;

k) CONSIDERANDO, que na reunião do Conselho Gestor da APA Municipal da Ponta do Araçá, ocorrida em 30 de maio de 2017, os conselheiros referendaram e ratificaram a remessa do Plano de Manejo da APA do Araçá, para que a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PORTO BELO – FAMAP, procedesse a homologação com observância de suas recomendações.

Resolve:

Art. 1º - Fica homologado o Plano de Manejo da APA Municipal da Ponta do Araçá, com a redação recomendada pelo Conselho Gestor da APA do Araçá e aprovado na reunião de 05 de agosto de 2016.

Art. 2º - O Plano de Manejo é o instrumento que estabelece as normas de uso, ocupação do solo e zoneamento no âmbito da APA municipal da Ponta do Araçá, sendo composto de quatro volumes: I. Plano Básico;



- II. Planejamento e Encartes Temáticos;
- III. Relatório Antropológico;
- IV. Zoneamento e Normas para o Uso e Ocupação do Solo.

Art. 3º - O texto completo do Plano de Manejo da APA Municipal da Ponta do Araçá estará disponível para consulta pública nos seguintes locais: na sede da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Porto Belo - FAMAP, na Coordenação dos Conselhos de Porto Belo e no sítio da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Art. 4º - Fica garantido aos proprietários de imóveis abrangidos na área da APA do Araçá, que tenham sofrido vedação do direito de ocupação/edificação, apresentarem suas proposições e projetos para análise, solicitando adequação do Plano de Manejo ou ocupação diferenciada.

Parágrafo único. As proposições para alteração do Plano de Manejo da APA do Araçá, ou ocupação diferenciada deverão observar as seguintes orientações:

- I. Os "CONSIDERANDOS", desta portaria constituem parâmetros e condições que devem ser observados como orientação de linhas gerais;
- II. Os pedidos de alteração do Plano de Manejo, ou ocupação diferenciada deverão observar o disposto no artigo 14, I, artigo 15 e seus parágrafos da Lei 9.985/2000;

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 07 de junho de 2017.

Ana Paula Carvalho Silva Bunn

Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAMAP

# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1425656

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 053/2017 – Educação.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 023/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de produtos para manutenção da Alimentação Escolar. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 30 de novembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 13 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 166/2017

Publicação Nº 1425657

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 241/2017.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 166/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para aquisição de equipamentos de segurança contra incêndio para as Unidades de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 28 de novembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 13 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 167/2017

Publicação Nº 1425658

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 242/2017 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 167/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de material de expediente para manutenção da Secretaria de Saúde. O

recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 01 de dezembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 13 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 168/2017

Publicação Nº 1425660

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 243/2017.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 168/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção da Companhia de Bombeiros Militar de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 29 de novembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 13 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 011/2017

Publicação Nº 1425895

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 244/2017.

Extrato de Edital de Tomada de Preços 011/2017.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, para execução de pavimentação asfáltica de trecho da Rua Alemanha, incluindo material e mão de obra. O recebimento dos envelopes se dará até às 08h30min do dia 30 de novembro de 2017 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 13 de novembro de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 063/2017**

Publicação Nº 1426481

PORTARIA Nº 063, de 13 de novembro de 2017.

Altera a composição da Comissão de Monitoramento e Avaliação constituída através da Portaria nº 053, de 02 de outubro de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterada a Comissão de Monitoramento e Avaliação para os casos de inexigibilidade previstos na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com a finalidade específica de monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, constituída através da Portaria nº 053, de 02 de outubro de 2017, que passa a conter a seguinte composição:

- I- Dinarte Ribeiro Guedes Neto – Presidente;
- II- Fernanda Paola Stasiak de Moura Camargo – Secretária;
- III- Roberto Consentins Torma – Membro;
- IV- Afonso Wasmann Neto – Suplente;
- V- Ruan Guilherme Wolf – Suplente.

Art. 2º É de responsabilidade da Comissão de Monitoramento e Avaliação repassar à Chefia de Recursos Humanos, até o dia 20 do mês subsequente, Relatório das Fiscalizações ocorridas no período.

Art. 3º A gratificação por participação em Comissões, constante no Artigo 105 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, somente será paga aos membros da Comissão no mês em que for entregue o Relatório das Fiscalizações.

Art. 4º A Comissão responderá solidariamente por todos os atos praticados pela mesma, salvo se posição individual divergente devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de novembro de 2017.

ELISEU MIBACH MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 116/2017 DE 07/11/2017 CANCELA DÉBITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1425446

DECRETO Nº 116/2017 de 07/11/2017

Cancela Débitos Tributários Municipais e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que a Lei Complementar Municipal nº 009/2.017 isentou os Micro Empreendedores Individuais dos custos relativos à renovação do Alvará de Localização e Funcionamento;

CONSIDERANDO, que a Lei Complementar Federal 147/2.014 em seu art. 4º, §3º, já isentava o Micro Empreendedor Individual do pagamento da taxa desde 07.08.2.014;

CONSIDERANDO, o lançamento da TLLF pelo setor de Tributos deste Município e a necessidade de adequar o sistema à legislação sem que tal importe em renúncia de receita e, evitando onerar o Município com os custos de diligências judiciais e sucumbência final;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam CANCELADOS os tributos lançados aos Micro Empreendedores Individuais, a título de Taxa de Localização e Licença de Licenciamento – TLLF, relativos aos anos de 2.015 à de 2.017, por expressa afronta à Lei Federal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Pouso Redondo (SC), 07 de Novembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 2.677/2017 DE 10/11/2017. AUTORIZA O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO A EFETUAR O PROTESTO DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, DISPENSA O AJUIZAMENTO DE EXECUÇÕES FISCAIS DE BAIXO VALOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1425450

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO CNPJ 83.102.681/0001-26 Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina [www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br)

LEI Nº 2.677/2017 de 10/11/2017.

Autoriza o Município de Pouso Redondo a efetuar o Protesto de Certidão De Dívida Ativa, dispensa o Ajuizamento de Execuções Fiscais de Baixo Valor e dá outras Providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, na forma da Lei Orgânica do Município de Pouso Redondo, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a enviar para

protesto, as certidões de dívida ativa dos créditos tributários e não-tributários do Município, constituídos na forma da legislação em vigor, independentemente do valor, bem como os títulos executivos judiciais condenatórios de quantia certa transitados em julgado.

Parágrafo único - A cobrança da dívida ativa poderá ser efetivada administrativamente, judicialmente ou por meio de protesto, podendo ser adotada uma ou outra isolada ou cumulativamente, sem benefício de ordem.

Art. 2º Compete ao Município de Pouso Redondo, por meio do Departamento de Tributos e Fazenda Pública levar à protesto os seguintes títulos:

I - a Certidão da Dívida Ativa (CDA) emitida pela Fazenda Pública Municipal em favor do Município de Pouso Redondo, independentemente do valor do crédito, e cujos efeitos do protesto alcançarão, também, os responsáveis tributários apontados no artigo 135 da Lei Federal nº 5.172, de 25.10.1966 (Código Tributário Nacional), desde que seus nomes constem da Certidão de Dívida Ativa;

II - a sentença judicial condenatória de quantia certa em favor do Município de Pouso Redondo, desde que transitada em julgado, independentemente do valor do crédito.

§ 1º Efetivado o protesto sem que o devedor tenha, no prazo legal, quitado o débito, a Procuradoria do Município fica autorizada a ajuizar a ação executiva do título em favor do Município, ou, sendo o caso, a requerer o prosseguimento da fase de cumprimento de sentença, com todos os valores devidamente atualizados, sem prejuízo da manutenção do protesto no cartório competente.

§ 2º Uma vez quitado integralmente ou parcelado o débito pelo devedor, inclusive dos honorários advocatícios dos emolumentos cartorários e das custas judiciais, o Município de Pouso Redondo concederá a carta de anuência à baixa do protesto ao Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos, bem como a extinção ou a suspensão da ação de execução eventualmente ajuizada.

§ 3º Na hipótese de descumprimento do parcelamento o Município de Pouso Redondo fica autorizado a levar a protesto a integralidade do valor remanescente apurado e devido.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no § 3º, as parcelas inadimplidas de parcelamentos concedidos pela Administração Tributária poderão ser levadas a protesto, individualmente, mediante expedição de certidão específica relativa a parcela não paga.

Art. 3º Cabe ao do Departamento de Tributos e Fazenda Pública efetuar o controle da regularidade dos títulos que serão levados a protesto nos termos da legislação vigente.

Art. 4º O Município de Pouso Redondo fica autorizado a efetuar o protesto dos respectivos títulos, nas ações de execução fiscal em curso, bem como nas sentenças judiciais que se encontram em fase de cumprimento de sentença na data da publicação desta lei, observado o disposto no artigo 2º.

Art. 5º Somente ocorrerá o cancelamento do protesto após o pagamento total da dívida, incluídas as custas judiciais, honorários advocatícios e emolumentos cartorários ou o parcelamento daquela com o pagamento da primeira parcela.

Art. 6º Fica a Procuradoria do Município autorizada a não ajuizar execuções de créditos tributários de baixo valor, considerando-se como tal o montante correspondente ao salário mínimo nacional.

Parágrafo Único – O limite previsto no caput deve ser considerado em relação a cada sujeito passivo, depois de somados todos os débitos que possua inscritos em dívida ativa do Município.

Art. 7º A autorização de que trata o art. 6º não impede a cobrança administrativa, o protesto extrajudicial, bem como inscrição do devedor no cadastro de inadimplentes Municipal.

Art. 8º Os créditos tributários ou não tributários, inscritos em dívida ativa, os quais não estejam em situação de suspensão ou interrupção prescricional, após o decurso do prazo de 05 (cinco) anos de sua constituição definitiva, cujas execuções não tenham sido ajuizadas, por força do valor mínimo para tanto exigido, ou por falta de requisito formal, serão cancelados.

Art. 9º. O chefe do executivo poderá, mediante Decreto, regulamentar o disposto nesta Lei.

Parágrafo Único - Cabe ao Secretário Municipal de Administração e Finanças mediante portaria, a expedição de normas complementares para o cumprimento desta Lei e seu regulamento.

Art. 10. Convênio a ser firmado com os Cartórios de Protesto regulará a remessa e retirada dos títulos, bem como dos respectivos valores.

§ 1º Os tabelionatos fornecerão ao Município de Pouso Redondo, mensalmente ou quando solicitado, certidão, em forma de relação, dos protestos vigentes, dos retirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa ou outro meio, nem mesmo parcialmente.

§ 2º A certidão na forma de relação será fornecida gratuitamente, sem nenhum ônus para o Município de Pouso Redondo, e os tabelionatos serão responsáveis pelas informações que enviarem.

§ 3º A apresentação a protesto poderá ser realizada por meio eletrônico.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Pouso Redondo/SC, 10 de novembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

e zoonoses, técnico de segurança do trabalho, pedagogo social, terapeuta ocupacional, pedreiro, operador de britador, engenheiro civil, fonoaudiólogo, dentre ou, devido a alterações no edital, Onde retifica-se:

Acrescenta-se a condição de participação diferenciada para Micro Empresas e Empresas de Pequeno porte, conforme segue:

Fica incluída no edital cláusula que restrinja o certame apenas à participação de Microempresas ou de Empresas de Pequeno Porte, no entanto caso não participem ao menos três licitantes nesse enquadramento, por força do que dispõe o art. 49, inciso II, da lei 123/2006, deve-se permitir a participação das demais empresas interessadas e que atendam aos demais requisitos independente do seu enquadramento previsto pela lei citada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas

Os interessados deverão retirar novo edital com as devidas alterações na Prefeitura, no mesmo endereço, no site [www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br), e maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700/8737.

Pouso Redondo, 13 de Novembro de 2017.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

## **PROCESSO 074 2017 PR 060 2017 RETIFICAÇÃO TESTE SELETIVO**

Publicação Nº 1426640

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº60 /2017/ PROCESSO Nº074/2017

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a retificação do Edital de Pregão Presencial nº 60/2017, DE OBJETO Contratação de empresa para prover teste seletivo, para contratação de profissionais em caráter temporário, para prestação de serviços referente ao planejamento, organização, elaboração de provas e execução de Processo Seletivo para os cargos de Agente de serviços de agente de serviços de obras (masculino), agente de controle de endemias

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2017

Publicação Nº 1426427

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

#### EXTRATO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 28 (vinte e oito) de novembro de 2017, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto é a escolha mais vantajosa para a aquisição de 02 (duas) ensiladeiras coletoras de forragem para manutenção do atendimento aos produtores rurais do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2017.

Ademir Domingos Miotto  
Prefeito Municipal



## Presidente Nereu

## PREFEITURA

## DECRETO 85/2017

Publicação Nº 1426649

Número da Lei:  
1508

Ano da Lei:  
2016

Data da Lei:  
09/01/2016

DECRETO Nº 85, de 10 de novembro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00( cinquenta mil reais )

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3339000000000000.01020000	50.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3319000000000000.01020000	50.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 10 de novembro de 2017

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal  
CPF: 767.132.029-34

ALINE LESKE TILLMANN  
CONTADOR  
CRC: 24474 /SC

**ERRATA DE EDITAL DE PREGÃO Nº 45/2017 VISANDO A AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS ALMOFADADOS PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU CONFORME PROPOSTA Nº019697 PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA Nº 2017006866**

Publicação Nº 1425566

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

ERRATA AO PREGÃO PRESENCIAL n.º 45/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS ALMOFADADOS PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU CONFORME PROPOSTA Nº019697 PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA Nº 2017006866

Onde se lê: com abertura prevista para o dia 17/11/2017 às 09:00 horas.

Lê-se: com abertura prevista para o dia 27/11/2017 às 09:00 horas.

Motivo: alterações no edital no anexo III termo de referência. Maiores Informações: de segunda a sexta-feira das 08:00 hs às 11:30 hs e das 13:30 hs às 17:00 horas com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108.

Presidente Nereu, 10 de novembro de 2017. ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal

**EDITAL Pregão Nº 45/2017**

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 319 de 07/09/2017 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 45/2017, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento por item, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

**1. DO OBJETO**

0.1. Constitui objeto do presente certame. AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS ALMOFADADOS PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU CONFORME PROPOSTA Nº019697 PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA Nº 2017006866

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 27 de novembro de 2017.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 27/11/2017 às 09:15 horas.

**II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:****1. III**

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45 /2017.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC  
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45 /2017.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC  
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 27 de novembro 2017 às 9:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

**III - DO CREDENCIAMENTO:****2. IV**

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

#### IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

#### V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, noventa (90) dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2017 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

#### VI - DA HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.1.13 Certidão Simplificada expedida pela junta comercial do estado, a fim de obter o direito de micro empresa.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

## VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

### 4. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

## VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

### 5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o

máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

#### IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

##### 6. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

#### X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:XI

##### 7. XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

#### XI - DA CONTRATAÇÃO:XI

##### 8.

##### XII

11.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

11.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

#### XII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XII

##### XIII



12.1 Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

05
001
1008
34905210000000
01620100

### XIII - DO PAGAMENTO:

#### 14 XIV

13.1 O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

13.1 Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

### XIV - DO REAJUSTE:XV

14.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 12 (doze) meses contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

### XV- DAS PENALIDADES:XVI

#### 15 XVI

15.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

### XVI - DA RESCISÃO:XVII

#### 16 XVII

16.1. A rescisão do presente poderá ser:

16.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

16.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

16.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

16.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

### XVII- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII

#### 17 II

17.1. A empresa vencedora obriga-se a:

17.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

17.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

17.1.3 Executar os objetos licitados solicitação da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo cinco (05) dias úteis após solicitação através de ordem de compra, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu. Localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

18.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

18.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

18.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer produto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

18.1.7 Será recusado o produto, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes projeto básico parte integrante deste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

18.1.8 Arcar com quaisquer despesas com deslocamento para realização do objeto licitado;

18.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

18.1.10 Os produtos fornecidos com características diferentes da especificação técnica, serão corrigidos, correndo os tributos, e demais despesas decorrentes por conta da fornecedora.

18.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;



18.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo – Termo Referência

#### XIX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: XIX

19.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

18.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no edital.

18.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

#### XX - DA VIGÊNCIA: XX

19 O objeto da licitação tem vigência até 31/12/2017, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente no final da execução do objeto licitado, podendo ser prorrogado se for de interesse das partes.

#### XXI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

21.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

20.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

20.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

20.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

20.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

20.5.1 Adiada a abertura da licitação;

20.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

20.5.3 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO II - Contrato;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

ANEXO X - Modelo de Proposta (Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA).

20.5.4 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail [compras@presidentenereu.sc.gov.br](mailto:compras@presidentenereu.sc.gov.br).

20.5.5 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

20.5.6 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo está se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 27 de outubro de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ..../20....

#### DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

Pessoa de contato: \_\_\_\_\_

CNPJ da empresa: \_\_\_\_\_

Nome completo de quem retirou o edital: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. ..../20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

Assinatura

CPF nº. \_\_\_\_\_

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ..../20....

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na Praça Leão Dehon, Em Presidente Nereu -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Isamar de Melo, inscrito no CPF sob o n.º 767.132.029-34, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, .....pessoa Jurídica/física, inscrita no CNPJ/CPF sob N.º, com sede .....Nº ...., Centro, Município de ..... , Estado de ..... , ora em diante denominado de CONTRATADO, tem entre si acordado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS ALMOFADADOS PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU CONFORME PROPOSTA Nº019697 PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA Nº 2017006866

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão CONFORME PROPOSTA Nº019697 PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA Nº 2017006866

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME ENTREGA DOS PRODUTOS E APRESENTAÇÃO DE DOC. FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 31 de dezembro de 2017, ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo cinco (05) dias úteis, após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 45/2017, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

Assinatura:

\_\_\_\_\_  
Prefeito Municipal Pregoeiro

Assinaturas fornecedores

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Item	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Unit. Máximo	Cotação Máxima
1	<p>Conjunto educacional didático para o desenvolvimento de atividades psicomotoras e cognitivas dirigido para educação infantil com 46 peças, sendo formado por modelos e formas variadas e densidades mínima d20 consideradas apropriadas ao desenvolvimento de atividades primárias com crianças de até 50 kg de 0 a 6 anos. Os materiais deverão ser fabricados de matéria-prima sustentáveis de pvc com revestimento interno em poliéster nas cores primárias com costuras em nylon altamente resistentes em material lavável sem risco de rachadura, descolorimento, atóxico, higienizável e deverá possuir durabilidade suficientemente forte a fim de evitar descosturas, rasgos, quebra-dura durante o uso. O conjunto didático deverá atender as exigências mínimas do desenvolvimento psicomotor das crianças com sistema fechamento para segurança em todas as peças. O conjunto deverá</p> <p>Acompanha material didático impresso e áudio visual composto por coleção c/ (4) livros e (1) dvd sendo material didático para professores em impressão colorida e dvd com áudio no idioma em português com orientações didático-pedagógica tendo como base o RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil com o objetivo de articular a ação pedagógica como promotora de aprendizagem e desenvolvimento integral da criança. Devendo ainda, LIVRO e DVD, apresentar respectivamente amplo conteúdo impresso e audiovisual para todos o conjunto didático para o desenvolvimento psicomotor, a descrição da intenção pedagógica, dos conteúdos, dos objetos, das variedades de práticas contextualizadas e das atividades lúdicas.</p> <p>Acompanha capacitação presencial de especialistas em questão de 4 horas para potencializar o uso do material</p>	4	UNIDADE	R\$22.900,00	R\$ 91.600,00
		Total Geral:		R\$22.900,00	R\$ 91.600,00

OBS: Conjunto educacional didático para o desenvolvimento de atividades psicomotoras e cognitivas, dirigido para educação infantil, com 46 peças, sendo formado por modelos e formas variadas, assim distribuídas:

- 1 (uma) peça com 57 a 59 cm de comprimento, 47 a 49 cm de largura e 14 a 16 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 57 a 59 cm de comprimento, 57 a 59 cm de largura e 09 a 11 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 67 a 69 cm de comprimento, 47 a 49 cm de largura e 9 a 11 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 45 a 47 cm de comprimento, 44 a 46 cm de largura e 19 a 21 cm de altura;
- 2 (duas) peças com 45 a 47 cm de comprimento, 44 a 46 cm de largura e 24 a 26 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 44 a 46 cm de comprimento, 27 a 29 cm de largura e 21 a 23 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 44 a 46 cm de comprimento, 43 a 45 cm de largura e 19 a 21 cm de altura;
- 5 (cinco) peças com 55 a 57 cm de comprimento, 35 a 37 cm de largura e 6 a 7 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 71 a 73 cm de comprimento, 68 a 70 cm de largura e 19 a 21 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 69 a 71 cm de comprimento, 59 a 61 cm de largura e 39 a 41 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 69 a 71 cm de comprimento, 59 a 61 cm de largura e 39 a 41 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 79 a 81 cm de comprimento, 59 a 61 cm de largura e 10 a 11 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 79 a 81 cm de comprimento, 59 a 61 cm de largura e 11 a 12 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 62 a 64 cm de comprimento, 44 a 46 cm de largura e 10 a 11 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 84 a 86 cm de comprimento, 59 a 61 cm de largura e 10 a 11 cm de altura;
- 2 (duas) peças com 81 a 83 cm de comprimento, 41 a 43 cm de largura e 14 a 15 cm de altura;
- 2 (duas) peças com 59 a 61 cm de comprimento, 59 a 61 cm de largura e 15 a 16 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 59 a 61 cm de comprimento, 29 a 31 cm de largura e 29 a 31 cm de altura;
- 2 (duas) peças com 29 a 31 cm de comprimento, 14 a 15 cm de largura e 15 cm de altura;
- 2 (duas) peças com 29 a 31 cm de comprimento, 14 a 15 cm de largura e 15 a 16 cm de altura;
- 2 (duas) peças com 59 a 61 cm de comprimento, 14 a 15 cm de largura e 15 a 16 cm de altura;
- 2 (duas) peças com 59 a 61 cm de comprimento, 15 a 16 cm de largura e 15 a 16 cm de altura;
- 2 (duas) peças com 59 a 61 cm de comprimento, 29 a 31 cm de largura e 29 a 31 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 29 a 31 cm de comprimento, 29 a 31 cm de largura e 10 a 11 cm de altura;
- 2 (duas) peças com 106 a 108 cm de comprimento, 29 a 31 cm de largura e 19 a 20 cm de altura;
- 2 (duas) peças com 106 a 108 cm de comprimento, 29 a 31 cm de largura e 19 a 20 cm de altura;
- 2 (duas) peças com 106 a 108 cm de comprimento, 29 a 31 cm de largura e 20 a 21 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 144 a 146 cm de comprimento, 126 a 128 cm de largura e 4 a 4,5 cm de altura;
- 1 (uma) peça com 49 a 51 cm de comprimento, 49 a 51 cm de largura e 29 a 31 cm de altura;
- 2 (duas) peças com 49 a 51 cm de comprimento, 49 a 51 cm de largura e 49 a 51 cm de altura;

As peças terão densidade mínima d20, consideradas apropriadas ao desenvolvimento de atividades primárias com crianças de até 50 kg de 0 a 6 anos.

Os materiais deverão ser fabricados de matéria-prima sustentáveis de pvc com revestimento interno em poliéster nas cores primárias com costuras em nylon altamente resistentes em material lavável sem risco de rachadura, descolorimento, atóxico, higienizável e deverá possuir durabilidade suficientemente forte a fim de evitar descosturas, rasgos, quebra-dura durante o uso. O conjunto didático deverá atender as

exigências mínimas do desenvolvimento psicomotor das crianças com sistema fechamento para segurança em todas as peças. O conjunto deverá acompanhar material didático impresso e áudio visual composto por coleção c/ (4) livros e (1) dvd, sendo material didático para professores em impressão colorida e dvd com áudio no idioma em português com orientações didático-pedagógicas, tendo como base o RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, com o objetivo de articular a ação pedagógica como promotora de aprendizagem e desenvolvimento integral da criança. O LIVRO e DVD, devem, ainda, apresentar, respectivamente, amplo conteúdo impresso e audiovisual para todos, o conjunto didático para o desenvolvimento psicomotor, a descrição da intenção pedagógica, dos conteúdos, dos objetos, das variedades de práticas contextualizadas e das atividades lúdicas.

Acompanha capacitação presencial de especialistas em questão de 4 horas para potencializar o uso do material.

O conjunto deverá ter selo do INMETRO.

#### ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

#### DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....  
DATA

.....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
CARIMBO DA EMPRESA

#### ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

#### CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ..... (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20 .....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

#### ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

#### DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL Nº. ..../20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

#### ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

#### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº.

..../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

#### ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

#### DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa ..... (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

#### ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20 .....

#### DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa ..... , CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

#### ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (Deverá conter os dizeres deste modelo de proposta)  
(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO ESTADUAL \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

RUA: \_\_\_\_\_ Nº. \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ FONE: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Apresentamos nossa proposta para visando à AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS ALMOFADADOS PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU CONFORME PROPOSTA Nº019697 PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA Nº 2017006866, da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Presencial nº. ..../20 ....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.



Item	Produto	Quantidade	MARCA	Preço Unit. Máximo	Cotação Máxima
1	<p>Conjunto educacional didático para o desenvolvimento de atividades psicomotores e cognitivos dirigido para educação infantil com 46 peças, sendo formado por modelos e formas variadas e densidades mínimas d20 consideradas apropriadas ao desenvolvimento de atividades primárias com crianças de até 50 kg de 0 a 6 anos. Os materiais deverão ser fabricados de matéria-prima sustentáveis de pvc com revestimento interno em poliéster nas cores primárias com costuras em nylon altamente resistentes em material lavável sem risco de rachadura, descolorimento, atóxico, higienizável e deverá possuir durabilidade suficientemente forte a fim de evitar descosturas, rasgos, quebra-dura durante o uso. O conjunto didático deverá atender as exigências mínimas do desenvolvimento psicomotor das crianças com sistema fechamento para segurança em todas as peças. O conjunto deverá</p> <p>Acompanha material didático impresso e áudio visual composto por coleção c/ (4) livros e (1) dvd sendo material didático para professores em impressão colorida e dvd com áudio no idioma em português com orientações didático-pedagógica tendo como base o RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil com o objetivo de articular a ação pedagógica como promotora de aprendizagem e desenvolvimento integral da criança. Devendo ainda, LIVRO e DVD, apresentar respectivamente amplo conteúdo impresso e audiovisual para todos o conjunto didático para o desenvolvimento psicomotor, a descrição da intenção pedagógica, dos conteúdos, dos objetos, das variedades de práticas contextualizadas e das atividades lúdicas.</p> <p>Acompanha capacitação presencial de especialistas em questão de 4 horas para potencializar o uso do material</p>	4			
		Total Geral:			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado e me comprometo a entregar os produtos no prazo estipulado neste edital, caso contrário sofri as penalidades da lei.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: \_\_\_\_\_ .

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

## PORTARIA 365/2017

Publicação Nº 1425386

PORTARIA Nº. 365 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte  
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias (20 dias) a VILSON PETRI, Motorista, pelo período de 30 de outubro de 2017 a 28 de Novembro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 01/11/2015 à 31/10/2016.

Parágrafo Único – Em conformidade com a Art. 115, § 6º da Lei Complementar Nº. 001/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, os 10 (dez) Últimos dias de suas férias foram indenizados.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 30 de Outubro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 366/2017**

Publicação Nº 1425387

PORTARIA Nº. 366 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

**PORTARIA**

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor(a) JOSE KRAUS, ocupante do cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL, a pedido do mesmo.

Art. 2.º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 01 de Novembro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 367/2017**

Publicação Nº 1425391

PORTARIA N.º 367 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA CUMPRIMENTO DE HORÁRIO COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

**DESIGNA**

Art. 1.º - Designa à servidora DENICEDE FATIMA ELISEU, Agente de Serviços Gerais, com a carga horária de 35 horas semanais, para cumprir sua jornada de trabalho conforme abaixo;

**HORÁRIO SECRETÁRIA DE CULTURA**

SEGUNDA-FEIRA	Das 13h30min às 17h00min
TERÇA-FEIRA	Das 13h30min às 17h00min
QUARTA-FEIRA	Das 08h00min às 11h30min 13h30min às 17h00min Das 13h30min às 17h00min
QUINTA- FEIRA	Das 08h00min às 11h30min 13h30min às 17h00min
SEXTA-FEIRA	Das 08h00min às 11h30min 13h30min às 17h00min

**HORÁRIO ESCOLA MUNICIPAL V. JAIME GILI**

SEGUNDA-FEIRA	Das 19h00min às 22h30
TERÇA-FEIRA	Das 19h00min às 22h30
QUINTA- FEIRA	Das 19h00min às 22h30

Art. 2.º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Presidente Nereu, 07 de Novembro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 281, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1426834

DECRETO Nº. 281 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016 e Lei 876, de 17 e maio de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PROJ./ATIV.: 16.482.0033.2.033 – Manutenção do Fundo Habitacional

MODALIDADE:	(206) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	8.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2016 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 13 de novembro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 5º BIM**

Publicação Nº 1425754

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	12.900.000,00	12.900.000,00	1.953.413,68	15,14	10.463.900,91	81,12
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.326.650,00	11.326.650,00	1.913.416,08	16,89	10.365.389,31	91,51
IMPOSTOS	398.800,00	398.800,00	82.232,89	20,62	420.179,69	105,36
TAXAS	360.600,00	360.600,00	77.006,46	21,36	361.577,82	100,27
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	38.200,00	38.200,00	5.226,43	13,68	58.601,87	153,41
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	45.000,00	45.000,00	10.316,90	22,93	51.499,23	114,44
RECEITA PATRIMONIAL	45.000,00	45.000,00	10.316,90	22,93	51.499,23	114,44
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	164.440,00	164.440,00	32.873,29	19,99	221.876,33	134,93
RECEITA DE SERVIÇOS	164.440,00	164.440,00	32.873,29	19,99	221.876,33	134,93
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	158.000,00	158.000,00	65.808,66	41,65	336.397,68	212,91
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.529.320,00	10.529.320,00	1.710.616,39	16,25	9.281.088,35	88,15
TRANSF. DE CONV.	10.445.320,00	10.445.320,00	1.683.563,80	16,12	9.153.174,79	87,63
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	84.000,00	84.000,00	27.052,59	32,21	127.913,56	152,28
MULTAS E JUROS DE MORA	31.090,00	31.090,00	11.567,95	37,21	54.348,03	174,81
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.340,00	7.340,00	2.361,43	32,17	9.670,05	131,74
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	5.000,00	5.000,00	2.814,51	56,29	15.256,59	305,13
RECEITAS DIVERSAS	13.250,00	13.250,00	6.227,07	47,00	28.316,56	213,71
RECEITAS DE CAPITAL	5.500,00	5.500,00	164,94	3,00	1.104,83	20,09
ALIENAÇÃO DE BENS	1.573.350,00	1.573.350,00	39.997,60	2,54	98.511,60	6,26
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	40.529,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	40.529,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.573.350,00	1.573.350,00	39.997,60	2,54	57.982,60	3,69
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	17.985,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.573.350,00	1.573.350,00	39.997,60	2,54	39.997,60	2,54
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.900.000,00	12.900.000,00	1.953.413,68	15,14	10.463.900,91	81,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

[illegible]

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>12.900.000,00</b>	<b>15.936.713,07</b>	<b>1.831.394,61</b>	<b>11.029.996,58</b>	<b>4.906.716,49</b>	<b>2.333.128,06</b>	<b>9.447.965,39</b>	<b>6.488.747,68</b>	<b>9.436.342,73</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	—	—	—	—	—	—	1.015.935,52	—	1.027.558,18
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>12.900.000,00</b>	<b>15.936.713,07</b>	<b>1.831.394,61</b>	<b>11.029.996,58</b>	—	<b>2.333.128,06</b>	<b>10.463.900,91</b>	—	<b>10.463.900,91</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

PRINCESA , 13/11/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI  
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON  
Controlador Interno



## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO 5º BIM

Publicação Nº 1425757

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
RRRO - Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	12.900.000,00	15.936.713,07	1.831.394,61	11.029.996,58	100,00	2.333.128,06	9.447.965,39	6.488.747,68
Ação Legislativa	550.000,00	550.000,00	72.090,70	379.052,09	3,44	72.053,54	354.883,04	195.116,96
Administração	550.000,00	550.000,00	72.090,70	379.052,09	3,44	72.053,54	354.883,04	195.116,96
Administração Geral	1.733.675,00	1.850.378,78	235.155,43	1.504.213,67	13,64	290.977,66	1.323.567,73	526.811,05
Administração Financeira	1.442.675,00	1.544.378,78	204.569,40	1.306.263,03	11,84	296.096,48	1.151.363,42	393.015,36
Assistência ao Idoso	86.000,00	86.000,00	783,93	45.635,39	0,41	1.101,10	34.110,81	51.889,19
Assistência à Criança e ao Adolescente	58.000,00	73.000,00	13.287,07	58.217,65	0,53	17.197,66	47.083,80	25.916,20
Segurança Pública	147.000,00	147.000,00	16.515,03	94.097,60	0,85	16.622,42	91.009,70	55.990,30
Policimento	41.800,00	54.306,50	4.674,00	28.499,88	0,26	6.937,28	22.213,42	32.093,08
Defesa Civil	37.800,00	50.306,50	4.674,00	27.921,76	0,25	6.859,16	21.635,30	28.671,20
Assistência Social	4.000,00	4.000,00	0,00	578,12	0,01	78,12	578,12	3.421,88
Assistência à Criança e ao Adolescente	631.340,00	849.599,83	145.774,59	540.378,87	4,90	168.104,15	458.851,77	390.738,06
Assistência Comunitária	4.000,00	6.395,00	6.395,00	6.395,00	0,06	1.279,00	1.279,00	5.116,00
Saúde	627.340,00	843.194,83	138.379,59	533.983,87	4,84	166.825,15	457.572,77	385.622,06
Atenção Básica	2.467.458,40	3.345.907,29	510.320,21	2.736.166,66	24,81	502.706,55	2.254.322,30	1.091.594,99
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.372.158,40	3.203.793,25	497.005,13	2.642.513,48	23,96	480.699,29	2.211.351,49	992.441,76
Vigilância Sanitária	67.000,00	88.030,04	8.880,00	76.688,80	0,70	17.512,30	26.778,00	61.252,04
Vigilância Epidemiológica	13.750,00	13.750,00	76,00	1.783,09	0,02	135,88	1.172,52	12.577,48
Educação	14.550,00	40.334,00	4.359,08	15.181,29	0,14	4.359,08	15.020,29	25.313,71
Alimentação e Nutrição	2.466.471,00	2.972.600,84	474.339,70	2.380.105,92	21,58	526.602,37	2.242.445,85	730.154,99
Ersino Fundamental	45.300,00	58.770,98	3.844,03	37.471,60	0,34	5.788,03	19.344,89	39.426,09
Ersino Médio	1.445.895,00	1.677.447,49	237.963,33	1.259.686,42	11,42	273.140,54	1.195.208,09	482.239,40
Ersino Superior	52.345,00	87.533,73	1.510,68	36.266,39	0,33	6.354,76	32.977,43	54.556,30
Educação Infantil	60.000,00	75.000,00	16.222,67	68.168,38	0,62	13.485,88	60.367,98	14.632,02
Educação Especial	827.931,00	1.038.848,64	214.798,99	943.533,13	8,55	220.833,16	906.547,46	132.301,18
Cultura	35.000,00	35.000,00	0,00	35.000,00	0,32	7.000,00	28.000,00	7.000,00
Urbanismo	30.000,00	60.000,00	10.822,18	53.385,98	0,48	34.939,78	44.916,98	15.083,02
Infra-Estrutura Urbana	30.000,00	60.000,00	10.822,18	53.385,98	0,48	34.939,78	44.916,98	15.083,02
Serviços Urbanos	621.400,00	1.394.111,65	90.182,89	959.597,61	8,70	270.457,37	721.153,43	672.958,22
Transporte Rodoviário	5.300,00	690.138,64	125,86	504.774,00	4,58	160.581,87	315.336,61	374.800,03
	85.500,00	126.373,01	15.200,00	84.821,25	0,77	31.818,59	67.310,78	59.062,23
	530.600,00	577.600,00	74.857,03	370.002,36	3,35	78.056,91	338.504,04	239.095,96

Continua 1/2

PRINCESA, 13/11/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS Pretório Municipal	KELI FERNANDA MEOTTI Contadora CRC/SC - 025787/O-2	SIMONE MARLI NIELSSON Controle Interno
---	---	---

Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL 5º BIM**

Publicação Nº 1425811

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

## ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00

**Município de PRINCESA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2016 a 2090**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2017 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

PRINCESA , 13/11/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI  
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELS  
Controle Interno

## Publicação Nº 1425773

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS Prefeito Municipal	KELI FERNANDA MEOTTI Contadora CRC/SC - 0256787/O-2	SIMONE MARLI NIELSSON Controlador Interno
---	--	--

## Publicação Nº 1425813

RRERO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00				40.529,00	-40.529,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00				0,00	0,00	
	0,00				40.529,00	-40.529,00	
DESPESAS							
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital	54.843,85	54.843,85	54.843,85	54.843,85	0,00	0,00	0,00
Investimentos	54.843,85	54.843,85	54.843,85	54.843,85	0,00	0,00	0,00
	54.843,85	54.843,85	54.843,85	54.843,85	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (fb - (lff + llg))				SALDO ATUAL (k) = (lll + lljj)	
Valor(III)	0,00					-14.314,85	

FONTE:

PRINCESA, 13/11/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS	KELI FERNANDA MEOTTI	SIMONE MARLI NIELSSON
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC - 025787/O-2	Controlador Interno



## DEMONSTRATIVO DA SAÚDE 5º BIM

Publicação Nº 1425817

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	382.040,00	382.040,00	382.026,31	100,00	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	59.000,00	59.000,00	87.985,03	149,13	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	49.000,00	49.000,00	55.105,86	112,46	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	57.476,37	57,48	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	158.500,00	158.500,00	164.926,09	104,05	
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	990,00	990,00	795,30	80,33	
Dívida Ativa dos Impostos	10.700,00	10.700,00	11.521,31	107,68	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.850,00	3.850,00	4.216,35	109,52	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.212.600,00	10.212.600,00	8.719.769,99	85,38	
Cota-Parte FPM	6.400.000,00	6.400.000,00	5.252.515,00	82,07	
Cota-Parte ITR	1.100,00	1.100,00	1.560,51	141,86	
Cota-Parte IPVA	245.000,00	245.000,00	166.186,18	67,83	
Cota-Parte ICMS	3.500.000,00	3.500.000,00	3.242.329,83	92,64	
Cota-Parte IPI-Exportação	51.000,00	51.000,00	45.550,57	89,31	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.500,00	15.500,00	11.627,90	75,02	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.500,00	15.500,00	11.627,90	75,02	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>10.594.640,00</b>	<b>10.594.640,00</b>	<b>9.101.796,30</b>	<b>85,91</b>	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (d)	(d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	500.200,00	500.200,00	521.283,48	104,22	
Provenientes da União	470.050,00	470.050,00	489.852,72	104,21	
Provenientes dos Estados	30.150,00	30.150,00	31.430,76	104,25	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	21.090,00	21.090,00	19.547,41	92,69	
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>521.290,00</b>	<b>521.290,00</b>	<b>540.830,89</b>	<b>103,75</b>	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		%
			Até o Bimestre (f)	(f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	2.428.358,40	3.156.579,89	2.614.672,99	82,83	
Pessoal e Encargos Sociais	1.411.000,00	1.523.354,01	1.285.753,19	83,99	
Outras Despesas Correntes	1.017.358,40	1.633.225,88	1.348.919,80	82,59	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	37.350,00	187.577,40	121.193,67	64,61	10.891,60	5,81
Investimentos	37.350,00	187.577,40	121.193,67	64,61	10.891,60	5,81
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>2.465.708,40</b>	<b>3.344.157,29</b>	<b>2.735.866,66</b>	<b>81,81</b>	<b>2.254.141,52</b>	<b>67,41</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	505.200,00	1.151.295,48	836.135,96	30,56	614.254,27	27,25
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	500.200,00	1.006.108,08	725.953,41	26,53	614.254,27	27,25
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	5.000,00	145.187,40	110.182,55	4,03	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>505.200,00</b>	<b>1.151.295,48</b>	<b>836.135,96</b>	<b>30,56</b>	<b>614.254,27</b>	<b>27,25</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	<b>1.960.508,40</b>	<b>2.192.861,81</b>	<b>1.899.730,70</b>	<b>69,44</b>	<b>1.639.887,25</b>	<b>72,75</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						<b>18,02</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						<b>274.617,80</b>

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PRINCESA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2016	9.695,06	1.956,89	7.425,97	2.269,09		0,00
TOTAL	9.695,06	1.956,89	7.425,97	2.269,09		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º						
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00		0,00			0,00
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00		0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-		-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	2.372.158,40	3.203.793,25	2.642.513,48	96,59	2.211.351,49	98,10
	67.000,00	88.030,04	76.688,80	2,80	26.778,00	1,19
	12.000,00	12.000,00	1.483,09	0,05	991,74	0,04
14.550,00	40.334,00	15.181,29	0,55	15.020,29	0,67	
	2.465.708,40	3.344.157,29	2.735.866,66	100,00	2.254.141,52	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PRINCESA , 13/11/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito MunicipalKELI FERNANDA MEOTTI  
Contadora CRC/SC - 026787/O-2SIMONE MARLI NIELSSON  
Controlador Interno

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO- PRIVADAS 5º BIM**

Publicação Nº 1425822

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

PRINCESA , 13/11/2017

\_\_\_\_\_  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
KELI FERNANDA MEOTTI  
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

\_\_\_\_\_  
SIMONE MARLI NIELSSON  
Controle Interno

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO 5º BIM

Publicação Nº 1425810

Município de PRINCESA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.964.776,34	940.027,20	463.907,15	0,00	2.024.749,14
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.964.776,34	940.027,20	463.907,15	0,00	2.024.749,14
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.964.776,34	-940.027,20	-	-	-2.024.749,14
FONTE:					

FONTE:

PRINCESA, 13/11/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI  
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON  
Controle Interno



DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVID 5º BIM

Publicação Nº 1425780

Município de PRINCESA - SC				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO				
R\$ 1,00				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)				
Recatta de Contribuições dos Segurados				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta de Contribuições Patronais				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				
Recatta Patrimonial				
Recattas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recattas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recattas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recattas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recattas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recattas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
AORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/3

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FONTE:  
PRINCESA , 13/11/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS Prefeito Municipal	KELI FERNANDA MEOTTI Contadora CRC/SC - 026578/O-2	SIMONE MARLI NIELSSON Controle Interno
---	---	---

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL 5° BIM**

Publicação N° 1425791

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.400.661,57	4.757.312,66	4.370.284,05
Disponibilidade de Caixa	3.400.661,57	4.757.312,66	4.370.284,05
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.400.973,77	4.763.373,48	4.381.906,71
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	312,20	6.060,82	11.622,66
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Out 2017 (VIc - VIa)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>889.056,75</b>

FONTE:

PRINCESA , 13/11/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI  
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON  
Controle Interno

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO 5º BIM**

Publicação Nº 1425795

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.162.210,00	10.143.512,98	9.102.479,00
Receita Tributária	398.800,00	420.179,69	380.836,89
I.P.T.U.	53.100,00	84.069,50	63.049,36
I.S.S.	100.000,00	57.476,37	91.246,06
I.T.B.I.	49.000,00	55.105,86	32.411,23
I.R.R.F.	158.500,00	164.926,09	141.347,83
Outras Receitas Tributárias	38.200,00	58.601,87	52.782,41
Receita de Contribuição	45.000,00	51.499,23	50.841,16
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	45.000,00	51.499,23	50.841,16
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	164.440,00	221.876,33	289.602,09
(-) Aplicações Financeiras	164.440,00	221.876,33	289.602,09
Transferências Correntes	10.529.320,00	9.281.088,35	8.412.368,94
F.P.M.	5.360.000,00	4.494.796,15	4.093.723,84
I.P.V.A	196.000,00	132.949,67	128.932,46
I.C.M.S.	2.800.000,00	2.593.864,79	2.353.004,67
Convênios	84.000,00	127.913,56	82.248,90
Outras Transferências Correntes	2.089.320,00	1.931.564,18	1.754.459,07
Demais Receitas Correntes	189.090,00	390.745,71	258.432,01
Dívida Ativa	13.250,00	28.316,56	18.517,55
Diversas Receitas Correntes	175.840,00	362.429,15	239.914,46
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.573.350,00	98.511,60	645.247,71
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	40.529,00	0,00
Transferências de Capital	1.573.350,00	57.982,60	645.247,71
Convênios	1.573.350,00	39.997,60	645.247,71
Outras Transferências de Capital	0,00	17.985,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.573.350,00	57.982,60	645.247,71
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.735.560,00	10.201.495,58	9.747.726,71

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.945.316,73	10.089.969,38	10.310.008,43	8.984.058,24	9.324.682,86
Pessoal e Encargos Sociais	6.529.146,97	5.109.028,70	5.348.990,26	5.097.021,40	5.345.323,71
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	400,01	0,00	400,01
Outras Despesas Correntes	6.416.169,76	4.980.940,68	4.960.618,16	3.887.036,84	3.978.959,14
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.945.316,73	10.089.969,38	10.309.608,42	8.984.058,24	9.324.282,85
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.964.776,34	940.027,20	1.980.952,21	463.907,15	1.617.345,31
Investimentos	2.962.776,34	940.027,20	1.969.347,39	463.907,15	1.605.740,49
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	11.604,82	0,00	11.604,82
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.964.776,34	940.027,20	1.969.347,39	463.907,15	1.605.740,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	26.620,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X + XV + XVI + XVII)	15.936.713,07	11.029.996,58	12.278.955,81	9.447.965,39	10.930.023,34
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVII)	-3.201.153,07	-828.501,00	-2.531.229,10	753.530,19	-1.182.296,63
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.747.534,64	-	1.365.091,46	0,00
Superávit Financeiro	-	1.747.534,64	-	1.365.091,46	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			-164.440,00

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PRINCESA , 13/11/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI  
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON  
Controlador Interno



## DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR 5º BIM

Publicação Nº 1425797

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS				RS 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos			Cancelados (d)	Pagos (c)	Saldo e = (aH) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (H)	Saldo Total L = (e+k)			
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)	Em Exercícios Anteriores (f)				Em 31 de Dezembro de 2016 (g)									
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	312,20	61,84	250,36	-0,00	-	66.134,45	50.857,98	50.857,98	15.276,47	0,00	0,00	0,00			
EXECUTIVO	0,00	312,20	61,84	250,36	-0,00	0,00	66.134,45	50.857,98	50.857,98	15.276,47	0,00	0,00	0,00			
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.536,59	27.217,01	27.217,01	13.319,58	0,00	0,00	0,00			
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.543,95	2.543,95	2.543,95	0,00	0,00	0,00	0,00			
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410,00	410,00	410,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.996,79	7.134,06	7.134,06	11.822,73	0,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00	140,00	140,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.485,85	4.989,00	4.989,00	1.496,85	0,00	0,00	0,00			
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE PRINCESA	0,00	312,20	61,84	250,36	-0,00	0,00	25.597,86	23.640,97	23.640,97	1.956,89	-0,00	-0,00	-0,00			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	312,20	61,84	250,36	-0,00	0,00	25.597,86	23.640,97	23.640,97	1.956,89	-0,00	-0,00	-0,00			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-			
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	312,20	61,84	250,36	-0,00	0,00	66.134,45	50.857,98	50.857,98	15.276,47	0,00	0,00	0,00			

FONTE

PRINCESA, 13/11/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito MunicipalKELI FERNANDA MEOTTI  
Contadora CRC/SC - 026787/O-2SIMONE MARLI NIELSSON  
Controlador Interno

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

**DEMONSTRATIVO EDUCAÇÃO 5º BIM**

Publicação Nº 1425808

**MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	382.190,00	382.190,00	382.026,31	99,96
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	72.650,00	72.650,00	101.307,75	139,45
1.1.1- IPTU	59.000,00	59.000,00	87.985,03	149,13
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	13.650,00	13.650,00	13.322,72	97,60
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	49.150,00	49.150,00	55.105,86	112,12
1.2.1- ITBI	49.000,00	49.000,00	55.105,86	112,46
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	150,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	101.890,00	101.890,00	60.686,61	59,56
1.3.1- ISS	100.000,00	100.000,00	57.476,37	57,48
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	1.890,00	1.890,00	3.210,24	169,85
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	158.500,00	158.500,00	164.926,09	104,05
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.452.600,00	10.452.600,00	9.012.553,85	86,22
2.1- Cota-Parte FPM	6.640.000,00	6.640.000,00	5.545.298,86	83,51
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.400.000,00	6.400.000,00	5.252.515,00	82,07
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	70.000,00	70.000,00	292.783,86	418,26
2.2- Cota-Parte ICMS	3.500.000,00	3.500.000,00	3.242.329,83	92,64
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	15.500,00	15.500,00	11.627,90	75,02
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	51.000,00	51.000,00	45.550,57	89,31
2.5- Cota-Parte ITR	1.100,00	1.100,00	1.560,51	141,86
2.6- Cota-Parte IPVA	245.000,00	245.000,00	166.186,18	67,83
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>10.834.790,00</b>	<b>10.834.790,00</b>	<b>9.394.580,16</b>	<b>86,71</b>

## RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	193.565,00	193.565,00	187.759,64	97,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	120.000,00	120.000,00	122.160,45	101,80
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	42.000,00	42.000,00	26.021,10	61,95
5.5- Outras Transferências do FNDE	30.000,00	30.000,00	29.996,80	99,99
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.565,00	1.565,00	9.581,29	612,22
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	78.000,00	78.000,00	111.847,06	143,39
6.1- Transferências de Convênios	78.000,00	78.000,00	111.847,06	143,39
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	12.400,00	12.400,00	21.048,11	169,74
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>283.965,00</b>	<b>283.965,00</b>	<b>320.654,81</b>	<b>112,92</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.042.520,00	2.042.520,00	1.743.951,98	85,38
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.280.000,00	1.280.000,00	1.050.502,71	82,07
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	700.000,00	700.000,00	648.465,04	92,64
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.100,00	3.100,00	2.325,50	75,02
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	10.200,00	10.200,00	9.110,15	89,32
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	220,00	220,00	312,07	141,85
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	49.000,00	49.000,00	33.236,51	67,83
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.128.000,00	1.128.000,00	1.112.768,55	98,65
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.120.000,00	1.120.000,00	1.108.041,05	98,93
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	8.000,00	8.000,00	4.727,50	59,09
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-922.520,00</b>	<b>-922.520,00</b>	<b>-635.910,93</b>	<b>68,93</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.015.200,00	1.132.679,38	1.010.932,72	89,25	1.010.932,72	89,25
13.1- Com Educação Infantil	507.600,00	601.600,00	599.890,62	99,72	599.890,62	99,72
13.2- Com Ensino Fundamental	507.600,00	531.079,38	411.042,10	77,40	411.042,10	77,40
14- OUTRAS DESPESAS	112.800,00	108.800,00	51.589,17	47,42	51.089,17	46,96
14.1- Com Educação Infantil	56.400,00	52.400,00	29.549,17	56,39	29.549,17	56,39
14.2- Com Ensino Fundamental	56.400,00	56.400,00	22.040,00	39,08	21.540,00	38,19
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.128.000,00	1.241.479,38	1.062.521,89	85,59	1.062.021,89	85,54
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.062.021,89
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						90,85
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						4,59
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						4,56

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						23.479,38
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 <sup>2</sup>						23.479,38

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	678.125,00	801.125,00	751.505,16	93,81	738.647,52	92,20
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	991.000,00	1.019.479,38	757.304,18	74,28	741.391,67	72,72
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	564.000,00	587.479,38	433.082,10	73,72	432.582,10	73,63
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	427.000,00	432.000,00	324.222,08	75,05	308.809,57	71,48
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	1.669.125,00	1.820.604,38	1.508.809,34	82,87	1.480.039,19	81,29
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-635.910,93
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						4.727,50
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-631.183,43
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						2.111.222,62
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						22,47

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	120.700,00	217.904,85	174.467,99	80,07	140.131,19	64,31
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	181.265,00	271.412,38	170.105,29	62,67	141.647,56	52,19
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	301.965,00	489.317,23	344.573,28	70,42	281.778,75	57,59
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	1.971.090,00	2.309.921,61	1.853.382,62	80,24	1.761.817,94	76,27
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	23.479,38	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.119.858,81	122.160,45
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.069.045,13	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	1.069.045,13	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.727,50	4.357,80
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	79.020,56	126.518,25
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	79.020,56	126.518,25

PRINCESA , 13/11/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI  
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON  
Controle Interno

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO 5º BIM**

Publicação Nº 1425828

Município de PRINCESA - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		12.900.000,00	
Previsão Atualizada		12.900.000,00	
Receitas Realizadas		10.463.900,91	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.365.091,46	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		12.900.000,00	
Créditos Adicionais		3.036.713,07	
Dotação Atualizada		15.936.713,07	
Despesas Empenhadas		11.029.996,58	
Despesas Liquidadas		9.447.965,39	
Despesas pagas		9.436.342,73	
Superavit Orçamentário		1.015.935,52	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas		11.029.996,58	
Despesas Liquidadas		9.447.965,39	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida		13.541.547,02	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		889.056,75	0,00
Resultado Primário		-164.440,00	-458,24
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	66.134,45	15.276,47	50.857,98
EXECUTIVO	66.134,45	15.276,47	50.857,98
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	312,20	250,36	61,84
EXECUTIVO	312,20	250,36	61,84
<b>TOTAL:</b>	<b>66.446,65</b>	<b>15.526,83</b>	<b>50.919,82</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.111.222,62	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.010.932,72	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		463.907,15	2.500.869,19

Continua 1/2

Município de PRINCESA - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

  

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	40.529,00	-40.529,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	54.843,85	0,00

  

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.639.887,25	15,00	18,02

  

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PRINCESA, 13/11/2017

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
 Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI  
 Contadora CRC/SC - 026787/O-2

SIMONE MARLI NIELSSON  
 Controle Interno



# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### RESUMO PUBLICAÇÃO-2017-MATERIAL MÉDICO E DE ENFERMAGEM (2)

Publicação Nº 1425812

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 – REGISTRO DE PREÇOS - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - O Fundo Municipal de Saúde do Município de Rancho Queimado, torna público que até às 10:00 horas do dia 28 de novembro de 2017, estará recebendo propostas para aquisição de material médico e de enfermagem para as Unidades de Saúde do Município, conforme descritos no anexo I do Edital. O edital na sua íntegra, contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site [www.ranchoqueimado.sc.gov.br](http://www.ranchoqueimado.sc.gov.br). Rancho Queimado/SC, em 13 de novembro de 2017 – Maria Aparecida da Silva Melo Abreu – Secretário Municipal de Saúde.

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0058/2017 - PMRA

Publicação Nº 1426682

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0058/2017 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0081/2017 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0058/2017 - PMRA, tendo como Objeto: Registro de preços para aquisição futura de 01 (um) veículo automotor novo ZERO KM, tipo Micro-ônibus. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 28/11/2017, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: [licita@riodasantas.sc.gov.br](mailto:licita@riodasantas.sc.gov.br). BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22 em horário de expediente. Rio das Antas (SC), 13 de novembro de 2017. Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2017, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1425494

DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2017, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.  
HOMOLOGA O TERMO DE COOPERAÇÃO S/Nº.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 08 de Novembro de 2017, aprovou e ele promulga o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO

Art.1º- Fica HOMOLOGADO o "Termo de Cooperação S/Nº".

Parágrafo Único – Referido Termo de tem como objetivo firmar Cooperação entre o Município de Rio das Antas e o Estado de Santa Catarina através da 10ª Agência de Desenvolvimento Regional - Caçador para cedência de um Vigia, pelo Município, para atender a EEB Santos Anjos em razão da entrega da obra pela Empresa Construtora, evitando possível depredação, bem como, a cessão de um caminhão para transportar os móveis da Escola, que esta funcionando nas instalações do Clube Avaí, para o novo prédio.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 09 DE NOVEMBRO DE 2017.  
VALMIR INÁCIO RIGO  
Presidente

Registrado em livro próprio e publicado no Mural do Átrio da Câmara na mesma data.

VANESSA CRISTINA COMACHIO  
Assessora Legislativa

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 012/2017, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1425496

DECRETO LEGISLATIVO Nº 012/2017, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.  
HOMOLOGA O TERMO DE CONVÊNIO Nº 2017TR1658.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 08 de Novembro de 2017, aprovou e ele promulga o seguinte:

#### DECRETO LEGISLATIVO

Art.1º- Fica HOMOLOGADO o "Termo de Convênio Nº 2017TR1658".

Parágrafo Único – Referido Termo de tem como objetivo firmar Convênio entre o Município de Rio das Antas e o Estado de Santa Catarina através da Agência de Desenvolvimento Regional – Caçador, este convênio visa à transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 12.605,04 (doze mil, seiscentos e cinco reais e quatro centavos) para execução do objeto: aquisição de material para custeio de 07 geradores do sistema antigranizo. Com o intuito de prevenir danos materiais nas áreas agrícolas e no município em geral.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALMIR INÁCIO RIGO

Presidente

Registrado em livro próprio e publicado no Mural do Átrio da Câmara na mesma data.

VANESSA CRISTINA COMACHIO

Assessora Legislativa

## **DECRETO LEGISLATIVO Nº 013/2017, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425499

DECRETO LEGISLATIVO Nº 013/2017, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº01.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 08 de Novembro de 2017, aprovou e ele promulga o seguinte:

### **DECRETO LEGISLATIVO**

Art.1º- Fica HOMOLOGADO o “Projeto de Decreto Legislativo Nº01”.

Art. 2º - Fica instituído o turno único de trabalho na Câmara Municipal de Vereadores de Rio das Antas de 6 (seis) horas diárias, das 07:h00m às 13h:00m, de Segunda a Sexta-feira, com exceção às terças-feiras, onde o horário será das 13h:00m às 19h:00m em virtude da realização das sessões ordinárias.

Art. 3º - O horário de atendimento em turno único especificado no artigo 1º será mantido no período compreendido entre o dia 13 de novembro de 2017 até o dia 16 de fevereiro de 2018.

Parágrafo Único – Por interesse ou necessidade pública, o Legislativo Municipal poderá antecipar o término do período relativo ao turno único, previsto no “caput” deste artigo.

Art. 4º - Cessado o turno único, os servidores retornarão ao cumprimento da jornada de trabalho especificada em Lei para seus cargos, cujo cumprimento ficará apenas suspenso temporariamente em decorrência deste Decreto Legislativo.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir da data prevista no artigo 2º.

RIO DAS ANTAS, 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALMIR INÁCIO RIGO

Presidente

Registrado em livro próprio e publicado no Mural do Átrio da Câmara na mesma data.

VANESSA CRISTINA COMACHIO

Assessora Legislativa

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO NR 55 DOM

Publicação Nº 1426771

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO NR 55/2017

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS NR 03/2017

O Município de Rio do Campo torna público a RETIFICAÇÃO da Publicação do Extrato de Edital de Licitação – Processo Nº 55/2017, na modalidade Tomada de Preços nº 03/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios – SC – Edição nº 2381, página 1131, no dia 10.11.2017; ONDE SE LÊ: “prazo máximo para entrega dos envelopes documentos e propostas para o dia 24 de novembro de 2017 até as 09h00min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 09h05min”, LEIA-SE: “prazo máximo para entrega dos envelopes documentos e propostas para o dia 30 de novembro de 2017 até as 09h00min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 09h05min.” As demais informações permanecem inalteradas.

Rio do Campo, 13 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis - Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 466 DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA MADALENA KALESKI

Publicação Nº 1426772

Portaria nº. 466, de 09 de Novembro de 2017.

“Concede licença para tratamento de saúde e auxílio doença a servidora MADALENA KALESKI”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença para tratamento de saúde e auxílio doença a servidora MADALENA KALESKI, de acordo com atestado de incapacidade emitido pelo Dr. Vitor Rausis Lima – CRM 2294, em anexo, pelo período de 09 de novembro de 2017 a 08 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 09 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 467 DISPÕE SOBRE A LICENÇA MATERNIDADE DA SERVIDORA ELISANGE ANDRÉIA SEMPTKOWSKI NEIDECK

Publicação Nº 1426773

Portaria nº. 467, de 10 de novembro de 2017.

“Dispõe sobre Licença Maternidade da Servidora elisange andréia semptikoski neideck”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Licença Maternidade a servidora ELISANGE ANDREIA SEMPTKOSKI NEIDECK, matrícula 34250, de acordo com atestado médico expedido pelo médico Dr. Marlos H. da Silveira – CRM/SC 9612 em 08 de novembro de 2017, anexo, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início no dia 08 de novembro de 2017 e término no dia 06 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 08 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 10 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 468 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DA SERVIDORA ANA PAULA DE MELLO**

Publicação Nº 1426774

Portaria nº. 468, de 10 de novembro de 2017.

“Dispõe sobre a contratação de ANA PAULA MELLO, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011 e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar ANA PAULA MELLO, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Ensino fundamental, Nível Básico 1 – ACT não habilitado, com carga horária de 15 (quinze) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 10 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 469 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR FABIO SOARES DA SILVA**

Publicação Nº 1426775

Portaria nº. 469, de 10 de novembro de 2017.

“Concede Férias ao Servidor FÁBIO SOARES DA SILVA”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor FÁBIO SOARES DA SILVA, Matrícula 33787, 30 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 15/08/2015 à 14/08/2016, tendo como período de gozo: 13 de novembro a 12 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 13 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 10 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA N° 470 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ANDRÉA GIOVANA LEITE ANDREANI**

Publicação N° 1426776

Portaria n°. 470, de 10 de novembro de 2017.

“Concede Férias a Servidora ANDRÉA GIOVANA LEITE ANDREANI”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei n° 960, de 09 de setembro de 1994,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora ANDRÉA GIOVANA LEITE ANDREANI, Matrícula 13003, 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 18/12/2013 à 17/12/2014, tendo como período de gozo: 13 a 22 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 13 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 10 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA N° 471 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE JOÃO MARCOS DE BRITO**

Publicação N° 1426777

Portaria n°. 471, de 13 de novembro de 2017.

“Nomeia JOÃO MARCOS DE BRITO para exercer o cargo Efetivo de Técnico Agrícola”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em razão de aprovação obtida no Concurso Público, aberto pelo edital 01/2015 e homologado pelo Decreto n° 3.196, de 10 de junho de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o Senhor JOÃO MARCOS DE BRITO inscrição n° 08, do Concurso Público n° 01/2015, RG n° 6.033.488– SSP/SC, CPF n° 079. 353.999-48, para exercer o cargo efetivo de Técnico Agrícola, com carga horária de 40 horas semanais, Grupo III, Nível X, anexo III, do quadro geral de cargos de provimento efetivo, da Lei n° 1.570, de 02 de janeiro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 14 de novembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 13 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO AVALIAÇÃO E EDIFICAÇÕES 06.10.17

Publicação Nº 1425891

#### REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VALORES BÁSICOS DO METRO QUADRADO DO TERRENO E DAS EDIFICAÇÕES

Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala de Licitações, localizado no térreo da Prefeitura Municipal, sita a Praça 25 de Julho, nº 01, os membros que compõem a Comissão para Avaliação e Definição dos Valores Básicos do Metro Quadrado dos Terrenos e Edificações nomeada através do Decreto Municipal nº 1.533, datado de vinte e nove de novembro de 2010, e alterações posteriores conforme Decreto nº 3531, de 07 de agosto de 2013 e Decreto 4068, de 21 de maio de 2014 e Decreto nº 4155, de 27 de junho de 2014, Decreto 4607, de 19 de março de 2015; Decreto Nº

5413, de 14 de julho de 2016; Composta pelos seguintes membros: Representando a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí – AEAVI, o Sr. Valdemiro Avi Filho, como membro titular e o Sr. Antônio Carlos de Oliveira, membro suplente; representando a Associação Empresarial de Rio do Sul – ACIRS, o Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, como membro titular e o Sr. Volir José Correia, membro suplente; como representantes dos corretores de imóveis, os senhores: Juliano Ohf Dalfovo e Valdecir Luchtenberg como membros titulares. Levi Ernani Dalfovo e Leonardo Deola, como membros suplentes; sendo representantes da Secretaria de Planejamento o Sr. Marcelo Slomp, como membro titular e o Sr. Thomas Henry Grandberg, como membro suplente; como representantes da Secretaria de Administração, a Sra. Iara Paladino Maia como membro titular e a Sra. Maisa da Luz, como membro suplente. Tendo como representantes da Secretaria da Fazenda, do Departamento de Arrecadação, o Sr. Jonny Schmidt, como membro titular e a Sra. Patricia Raquel Mayr como membro suplente; e do Departamento de Fiscalização Tributária, o Sr. José Luiz do Nascimento, como membro titular e o Sr. Rafael Irineu Fachini, como membro suplente. Sob a presidência do Sr. Sandro Renato Sofka, Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário, contando com a presença dos seguintes membros:

Sr. Juliano Ohf Dalfovo, Sr. Valdecir Luchtenberg, Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, Sr. Rafael Irineu Fachini, Sra. Patricia Raquel Mayr, Sr. Marcelo Slomp, Sra. Iara Paladino Maia e a Sra. Lisiane França, que secretariou os trabalhos. Dando início aos trabalhos apresentou-se a pauta para processar, analisar e julgar os seguintes protocolos de revisão de valor venal: Protocolo 168123/2017, em que é requerente RDH Reflorestamento S/A, que em seu requerimento solicita a não incidência do imposto sob a transmissão de bens "inter vivos" (ITBI), devido ao fato de a referida transmissão ocorrer por motivo de integralização de capital, não gerando receita relacionada à venda ou locação, dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 7508, localizado na Rua Chile, no bairro Sumaré, cujo valor estabelecido é de R\$ 93.571,49; 2) cadastro imobiliário 14659, localizado na Rua Padre Francisco Spaeth, no bairro Santana, cujo valor estabelecido é de R\$ 382.137,30; 3) cadastro imobiliário 14658, localizado na Rua Padre Francisco Spaeth, no bairro Santana, cujo valor estabelecido é de R\$ 210.140,99; por força da incidência de ITBI na transação supracitada e por unanimidade dos membros presentes, resolve-se manter o valor venal dos imóveis supraditos uma vez que estes valores estão em conformidade aos seus valores de mercado; Protocolo 167653/2017, em que é requerente Societatem Empreendimentos LTDA, que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação de valor venal dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 761249, localizado na Rua B do Loteamento Italia, no bairro Barragem, em nome de Arno Avi e Outros, cujo valor estabelecido é de R\$ 194.336,64; 2) cadastro imobiliário 761230, localizado na Rua C do Loteamento Italia, no bairro Barragem, em nome de Arno Avi e Outros, cujo valor estabelecido é de R\$ 245.028,41; por unanimidade resolvem afastar os laudos contraditórios apresentados por estarem eivados de vício, uma vez que ferem o inc. II do § 2º do art. 1º do decreto nº 121, de 10 de abril de 2007, conforme consulta ao quadro societário da requerente; dessa forma indefere-se o pleito; Protocolo 167847/2017, em que é requerente Ariana Christen, que em seu requerimento de revisão solicita a reavaliação de valor venal para fins de ITBI do imóvel de cadastro imobiliário 64260, localizado na Rodovia Vereador Carlos Probst, no bairro Albertina, cujo valor estabelecido é de R\$ 780.315,21; por unanimidade resolvem acatar o pleito e conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial do imóvel supramencionado, por entender que o valor estabelecido está dissonante ao valor de mercado. Em razão da conclusão da pavimentação de diversas ruas após a conclusão dos trabalhos para atualização da Planta Genérica de Valores o Executivo Municipal solicitou que a Comissão procedesse os estudos para apurar eventual valorização imobiliária advinda da melhoria executada pelo Poder Público Municipal, considerando que o Art. 37 da Constituição Federal determina que a Administração Pública, deve obedecer ao princípio da legalidade e da mesma forma a Lei Orgânica do Município de Rio do Sul determina que a Administração Pública obedecerá aos Princípios Constitucionais de Legalidade, Finalidade, Impessoalidade, Publicidade, Moralidade, Probidade, Eficiência, entre outros. E, que as obras de melhoria executadas foram concluídas após o encerramento dos trabalhos da Comissão Municipal de Avaliação do Valor Básico do Metro Quadrado, quando da revisão da Planta Genérica de Valores, aplicados no exercício de 2014, bem como, as ruas em questão podem ter sofrido valorização imobiliária e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000, de 04 de maio de 2000, em seu Art. 11, disciplina que a responsabilidade na gestão fiscal corresponde a previsão e efetiva arrecadação dos tributos municipais. Assim, como compete ao Município instituir, prever e efetivamente arrecadar todos os tributos de sua competência constitucional. Isto significa que cada esfera de governo deverá explorar adequadamente a sua base tributária e, consequentemente, ter capacidade de estimar qual será a sua receita. Isso auxilia o cumprimento das metas fiscais e a alocação das receitas para as diferentes despesas. E, como ocorreu um fato novo que não foi analisado pela Comissão Municipal, eis que a conclusão das obras de pavimentação das ruas ocorreu após a conclusão dos trabalhos para adequação e revisão da pauta de valor, deve ser efetuada a análise e apuração se destas obras de melhoria, resultou em valorização imobiliária, para tanto, o executivo pleiteou a análise para adequar o valor tributável a realidade encontrada. Portanto, a Comissão analisou a situação e verificou que o valor do metro quadrado do terreno atualmente aplicado faz jus à valorização proveniente das obras de melhoria, não sendo necessário efetuar ajustes da Planta Genérica de Valores das ruas concluídas no ano de 2014: 1) Rua Altamiro Gastão, localizada no Bairro Barragem; 2) Rua Jose John, localizada no Bairro Barragem; 3) Rua José Severiano Neves, localizada no Bairro Barragem; 4) Rua Laureci Rosa dos Santos, localizada no Bairro Barragem; 5) Rua Sofia Kopp, localizada no Bairro Barragem; 6) Rua Tangara, localizada no Bairro Barragem; 7) Rua Adolfo Bet, localizada no Bairro Fundo Canoas; 8) e Rua Ângelo Tomio, localizada no Bairro Centro/Jardim América. Nada mais havendo, o presidente encerrou a reunião e eu, Lisiane França, digitei a

presente ata, que após lida e aprovada será pelos presentes assinada.

Sandro Renato Sofka  
Presidente da Comissão  
Rio do Sul, 06 de outubro de 2017

Nome: Valdecir Luchtenberg	Nome: Marcelo Figueiredo Luciano
Entidade: CORRETORES	Entidade: ACIRS
Nome: Juliano Ohf Dalfovo	Nome: Rafael Irineu Fachini
Entidade: CORRETORES	Entidade: FAZENDA
Nome: Iara Paladino Maia	Nome: Marcelo Slomp
Entidade: ADMINISTRAÇÃO	Entidade: PLANEJAMENTO
Nome: Patricia Raquel Mayr	Nome: Lisiane França
Entidade: FAZENDA	SECRETÁRIA DA COMISSÃO

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO AVALIAÇÃO E EDIFICAÇÕES 17.10.17

Publicação Nº 1425870

### REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VALORES BÁSICOS DO METRO QUADRADO DO TERRENO E DAS EDIFICAÇÕES

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala de Licitações, localizado no térreo da Prefeitura Municipal, sita a Praça 25 de Julho, nº 01, os membros que compõem a Comissão para Avaliação e Definição dos Valores Básicos do Metro Quadrado dos Terrenos e Edificações nomeada através do Decreto Municipal nº 1.533, datado de vinte e nove de novembro de 2010, e alterações posteriores conforme Decreto nº 3531, de 07 de agosto de 2013 e Decreto 4068, de 21 de maio de 2014 e Decreto nº 4155, de 27 de junho de 2014, Decreto 4607, de 19 de março de 2015; Decreto Nº

5413, de 14 de julho de 2016; Composta pelos seguintes membros: Representando a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí – AEA VI, o Sr. Valdemiro Avi Filho, como membro titular e o Sr. Antonio Carlos de Oliveira, membro suplente; representando a Associação Empresarial de Rio do Sul – ACIRS, o Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, como membro titular e o Sr. Volir José Correia, membro suplente; como representantes dos corretores de imóveis, os senhores: Juliano Ohf Dalfovo e Valdecir Luchtenberg como membros titulares. Levi Ernani Dalfovo e Leonardo Deola, como membros suplentes; sendo representantes da Secretaria de Planejamento o Sr. Marcelo Slomp, como membro titular e o Sr. Thomas Henry Grandberg, como membro suplente; como representantes da Secretaria de Administração, a Sra. Iara Paladino Maia como membro titular e a Sra. Maisa da Luz, como membro suplente. Tendo como representantes da Secretaria da Fazenda, do Departamento de Arrecadação, o Sr. Jonny Schmidt, como membro titular e a Sra. Patricia Raquel Mayr como membro suplente; e do Departamento de Fiscalização Tributária, o Sr. José Luiz do Nascimento, como membro titular e o Sr. Rafael Irineu Fachini, como membro suplente. Sob a presidência do Sr. Sandro Renato Sofka, Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário, contando com a presença dos seguintes membros:

Sr. Juliano Ohf Dalfovo, Sr. Valdecir Luchtenberg, Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, Sr. Valdemiro Avi Filho, Sr. José Luiz do Nascimento, Sr. Jonny Schmidt, Sr. Marcelo Slomp, Sra. Iara Paladino Maia e a Sra. Lisiane França, que secretariou os trabalhos. Iniciando a reunião apresentou-se a pauta para processar, analisar e julgar a valorização imobiliária advinda da melhoria executada pelo Poder Público Municipal, dando continuidade ao trabalho já iniciado na reunião ocorrida em 06/10/2017. A Comissão ratificou o entendimento de que as ruas analisadas estão com seus valores atuais de metro quadrado conformes aos valores de mercado, haja vista a retração ocorrida no mercado imobiliário nos últimos anos. Permanecem assim os valores definidos para os logradouros em questão quando da reestruturação da Planta Genérica de Valores no ano de 2013. Ressaltou-se que os valores de metro quadrado precisam ser reavaliados como um todo, numa reestruturação integral da pauta de valores, de forma a respeitar o princípio de igualdade que rege a Administração Pública. Assim sendo, não coube valorização para as ruas: 1) Rua Valdemiro da Silva, localizada no Bairro Barra do Trombudo; 2) Rua Cuniberto Guse, localizada no Bairro Bela Aliança; 3) Rua Ademar José Kniess, localizada no Bairro Barragem; 4) Rua Albertina Ignez Erkmann, localizada no Bairro Barragem; 5) Beco Piçarras, localizado no Bairro Bremer. Nada mais havendo, o presidente convocou os membros da Comissão para nova reunião a ser realizada no dia 20/10/2017 e encerrou a reunião e eu, Lisiane França, digitei a presente ata, que após lida e aprovada será pelos presentes assinada.

Sandro Renato Sofka  
Presidente da Comissão  
Rio do Sul, 17 de outubro de 2017

Nome: Valdecir Luchtenberg	Nome: Marcelo Figueiredo Luciano
Entidade: CORRETORES	Entidade: ACIRS
Nome: Juliano Ohf Dalfovo	Nome: Valdemiro Avi Filho
Entidade: CORRETORES	Entidade: AEA VI

Nome: Iara Paladino Maia	Nome: Marcelo Slomp
Entidade: ADMINISTRAÇÃO	Entidade: PLANEJAMENTO
Nome: Jonny Schmidt	Nome: José Luiz do Nascimento
Entidade: FAZENDA	Entidade: FAZENDA

Nome: Lisiane França  
SECRETÁRIA DA COMISSÃO

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO AVALIAÇÃO E EDIFICAÇÕES 20.10.17

Publicação Nº 1425859

### REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VALORES BÁSICOS DO METRO QUADRADO DO TERRENO E DAS EDIFICAÇÕES

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala de Licitações, localizado no térreo da Prefeitura Municipal, sita a Praça 25 de Julho, nº 01, os membros que compõem a Comissão para Avaliação e Definição dos Valores Básicos do Metro Quadrado dos Terrenos e Edificações nomeada através do Decreto Municipal nº 1.533, datado de vinte e nove de novembro de 2010, e alterações posteriores conforme Decreto nº 3531, de 07 de agosto de 2013; Decreto 4068, de 21 de maio de 2014; Decreto nº 4155, de 27 de junho de 2014; Decreto 4607, de 19 de março de 2015; Decreto Nº 5413, de 14 de julho de 2016; Decreto Nº 6513, de 13 de setembro de 2017; composta pelos seguintes membros: Representando a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí – AEA VI, o Sr. Valdemiro Avi Filho, como membro titular e o Sr. Antonio Carlos de Oliveira, membro suplente; representando a Associação Empresarial de Rio do Sul – ACIRS, o Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, como membro titular e o Sr. Volir José Correia, membro suplente; como representantes dos corretores de imóveis, os senhores: Juliano Ohf Dalfovo e Valdecir Luchtenberg como membros titulares. Levi Ernani Dalfovo e Leonardo Deola, como membros suplentes; sendo representantes da Secretaria de Planejamento o Sr. Marcelo Slomp, como membro titular e o Sr. Thomas Henry Grandberg, como membro suplente; como representantes da Secretaria de Administração, a Sra. Iara Paladino Maia como membro titular e a Sra. Maisa da Luz, como membro suplente. Tendo como representantes da Secretaria da Fazenda, do Departamento de Arrecadação, o Sr. Jonny Schmidt, como membro titular e a Sra. Patricia Raquel Mayr como membro suplente; e do Departamento de Fiscalização Tributária, o Sr. José Luiz do Nascimento, como membro titular e o Sr. Rafael Irineu Fachini, como membro suplente. Sob a presidência do Sr. Sandro Renato Sofka, Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário, contando com a presença dos seguintes membros:

Sr. Juliano Ohf Dalfovo, Sr. Valdecir Luchtenberg, Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, Sr. Valdemiro Avi Filho, Sr. Rafael Irineu Fachini, Sr. Jonny Schmidt, Sr. Marcelo Slomp, Sra. Iara Paladino Maia e a Sra. Lisiane França, que secretariou os trabalhos. Dando início aos trabalhos apresentou-se a pauta para processar, analisar e julgar o seguinte protocolo de revisão de valor venal: Protocolo 168587/2017, em que é requerente Construtora e Incorporadora Ayla Ltda Epp, que em seu requerimento de revisão solicita a reavaliação de valor venal para fins de ITBI dos imóveis de cadastros imobiliários: 44582, 44583, 44584, 44585, 44586, 44587, 44581, 44580 e 44579, localizados na Rua Augusto Sofka, no Bairro Fundo Canoas, cujo valor estabelecido é, em média, de R\$ 112.000,00; por unanimidade resolvem acatar o pleito de modo que, para fins de ITBI, o valor de metro quadrado a ser considerado para os imóveis supramencionados deve ser de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais). Além disso, avaliou-se o valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 5052 para fins de ITBI, em nome de Nelson Weiss, localizado na Estrada Rondônia, no Bairro Boa Vista, cujo valor estabelecido é de R\$ 467.121,19; por unanimidade resolvem acatar o pleito e conceder uma redução de valor venal, apenas para fins de ITBI, de 50% (cinquenta por cento) no valor venal territorial e predial do imóvel supramencionado, por entender que o valor estabelecido está dissonante ao valor de mercado; além disso, determina-se a correção da topografia do referido imóvel de "Plano" para "Irregular". Em seguida, processou-se, analisou-se e julgou-se a valorização imobiliária advinda da melhoria executada pelo Poder Público Municipal, dando continuidade ao trabalho já realizado nas reuniões anteriores. Por unanimidade entendeu-se que não cabe valorização para as ruas: 1) Rua Criciúma, localizada no Bairro Laranjeiras; 2) Rua Emílio Wutzow, localizada no Bairro Canta Galo; 3) Rua Ida Lenz, localizada no Bairro Canta Galo; 4) Rua João Pasqualini, localizada no Bairro Canta Galo; 5) Rua Augusto Sofka, localizado no Bairro

Fundo Canoas; 6) Rua Teófilo Sofka, localizada no Bairro Fundo Canoas; 7) Rua Francisco Altamir Wagner, localizada no Bairro Fundo Canoas; 8) Beco Samuel Hoffmann, localizado no Bairro Fundo Canoas; 9) Rua Guido Vota, localizado no Bairro Fundo Canoas; 10) Rua Mafalda Lingner Porto, localizada no Bairro Progresso; 11) Rua Imaruí, localizada no Bairro Santana; 12) Estrada São José, localizado no Bairro Santana; 13) Rua Luiz Gavioli, localizada no Bairro Taboão; 14) Rua Das Orquídeas, localizado no Bairro Taboão. Nada mais havendo, o presidente convocou os membros da Comissão para a nova reunião a ser realizada no dia 23/10/2017 e encerrou a reunião e eu, Lisiane França, digitei a presente ata, que após lida e aprovada será pelos presentes assinada.

Sandro Renato Sofka  
Presidente da Comissão  
Rio do Sul, 20 de outubro de 2017

Nome: Valdecir Luchtenberg	Nome: Marcelo Figueiredo Luciano
Entidade: CORRETORES	Entidade: ACIRS
Nome: Juliano Ohf Dalfovo	Nome: Valdemiro Avi Filho
Entidade: CORRETORES	Entidade: AEA VI

Nome: Iara Paladino Maia	Nome: Marcelo Slomp
Entidade: ADMINISTRAÇÃO	Entidade: PLANEJAMENTO
Nome: Jonny Schmidt	Nome: Rafael Irineu Fachini
Entidade: FAZENDA	Entidade: FAZENDA

Nome: Lisiane França  
SECRETÁRIA DA COMISSÃO

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO AVALIAÇÃO E EDIFICAÇÕES 23.10.17

Publicação Nº 1425887

### REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VALORES BÁSICOS DO METRO QUADRADO DO TERRENO E DAS EDIFICAÇÕES

Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala de Licitações, localizado no térreo da Prefeitura Municipal, sita a Praça 25 de Julho, nº 01, os membros que compõem a Comissão para Avaliação e Definição dos Valores Básicos do Metro Quadrado dos Terrenos e Edificações nomeada através do Decreto Municipal nº 1.533, datado de vinte e nove de novembro de 2010, e alterações posteriores conforme Decreto nº 3531, de 07 de agosto de 2013; Decreto 4068, de 21 de maio de 2014; Decreto nº 4155, de 27 de junho de 2014; Decreto 4607, de 19 de março de 2015; Decreto Nº 5413, de 14 de julho de 2016; Decreto Nº 6513, de 13 de setembro de 2017; composta pelos seguintes membros: Representando a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí – AEA VI, o Sr. Valdemiro Avi Filho, como membro titular e o Sr. Antonio Carlos de Oliveira, membro suplente; representando a Associação Empresarial de Rio do Sul – ACIRS, o Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, como membro titular e o Sr. Volir José Correia, membro suplente; como representantes dos corretores de imóveis, os senhores: Juliano Ohf Dalfovo e Valdecir Luchtenberg como membros titulares. Levi Ernani Dalfovo e Leonardo Deola, como membros suplentes; sendo representantes da Secretaria de Planejamento o Sr. Marcelo Slomp, como membro titular e o Sr. Thomas Henry Grandberg, como membro suplente; como representantes da Secretaria de Administração, a Sra. Iara Paladino Maia como membro titular e a Sra. Maisa da Luz, como membro suplente. Tendo como representantes da Secretaria da Fazenda, do Departamento de Arrecadação, o Sr. Jonny Schmidt, como membro titular e a

Sra. Patricia Raquel Mayr como membro suplente; e do Departamento de Fiscalização Tributária, o Sr. José Luiz do Nascimento, como membro titular e o Sr. Rafael Irineu Fachini, como membro suplente. Sob a presidência do Sr. Sandro Renato Sofka, Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário, contando com a presença dos seguintes membros: Sr. Juliano Ohf Dalfovo, Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, Sr. Valdemiro Avi Filho, Sr. Rafael Irineu Fachini, Sr. Jonny Schmidt, Sr. Marcelo Slomp, Sra. Iara Paladino Maia e a Sra. Lisiane França, que secretariou os trabalhos. Iniciando a reunião apresentou-se a pauta para processar, analisar e julgar a valorização imobiliária advinda da melhoria executada pelo Poder Público Municipal, dando continuidade ao trabalho já realizado nas reuniões anteriores. A Comissão entendeu que não houve valorização imobiliária para os logradouros: 1) Rua

Antonio Tonon, localizada no Bairro Barragem; 2) Estrada Dos Quintino, localizada no Bairro Bremer; 3) Estrada Rondônia, localizada no Bairro Boa Vista; 4) Rua Das Flores, localizada no Bairro Eugênio Schneider; 5) Rua Chapecó, localizada no Bairro Boa Vista; 6) Rua Goiás, localizada no Bairro Boa Vista; 7) Rua Espírito Santo, localizada no Bairro Boa Vista; 8) Rua Atlântida, localizada no Bairro Eugênio Schneider; 9) Rua Padre Pedro Francisco Heisel, localizada no Bairro Budag; 10) Rua Severino Lenzi, localizada no Bairro Canta Galo; 11) Rua João Marchi, localizada no Bairro Valada São Paulo; 12) Rua Recanto Alegre, localizada no Bairro Laranjeiras; 13) Ladeira Porto Seguro, localizada no Bairro Laranjeiras; 14) Rua Salvador, localizada no Bairro Laranjeiras; 15) Estrada São Bento, localizada no Bairro Progresso; 16) Rua Ruy Barbosa, localizada no Bairro Sumaré; 17) Rua João Fronza, localizada no Bairro Taboão; 18) Rua Seleta Fronza, localizada no Bairro Taboão; 19) Travessa Enio Padilha, localizada no Bairro Taboão; 20) Rua Conselheiro, localizada no Bairro Taboão; 21) Rua Imperador, localizada no Bairro Taboão; 22) Rua João Ledra, localizada no Bairro Taboão; 23) Rua Luis Pasteur, localizada no Bairro Budag; 24) Estrada Do Redentor, localizada no Bairro Canta Galo; 25) Rua Lauro Muller, localizada no Bairro Budag; 26) Rua Oswaldo Kriek, localizada no Bairro Sumaré; 27) Rua João Hoffmann, localizada no Bairro Fundo Canoas. Nada mais havendo, o presidente encerrou a reunião e eu, Lisiane França, digitei a presente ata, que após lida e aprovada será pelos presentes assinada.

Sandro Renato Sofka  
Presidente da Comissão  
Rio do Sul, 23 de outubro de 2017

Nome: Valdemiro Avi Filho	Nome: Marcelo Figueiredo Luciano
Entidade: AEA VI	Entidade: ACIRS
Nome: Juliano Ohf Dalfovo	Nome: Rafael Irineu Fachini

Entidade: CORRETORES	Entidade: FAZENDA
Nome: Iara Paladino Maia	Nome: Marcelo Slomp
Entidade: ADMINISTRAÇÃO	Entidade: PLANEJAMENTO
Nome: Jonny Schmidt	Nome: Lisiane França
Entidade: FAZENDA	SECRETÁRIA DA COMISSÃO

**DECRETO Nº 6661, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1425353

DECRETO Nº 6661, de 09 de novembro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016  
DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais), por conta da tendência de excesso de arrecadação, as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.094	Blatb – Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01382900	Emenda Parlamentar – Incremento ao PAB	R\$	200.000,00
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.080	Blmac – Manutenção da Gestão Plena - Mac		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01382800	Emenda Parlamentar - MAC	R\$	385.000,00
	TOTAL	R\$	585.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
09 de novembro de 2017  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**LEI 5873**

Publicação Nº 1425628

LEI Nº 5.873, de 09 de novembro de 2017.

“ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 5318, DE 10 DE AGOSTO DE 2012, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE ADOÇÃO DE PRAÇAS, PÚBLICAS, PRAÇAS ESPORTIVAS E DE ÁREAS VERDES NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;



Art. 1º Altera o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 5.318, de 10 de agosto de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º...

Parágrafo único. Ficam excluídas da participação as pessoas jurídicas relacionadas a cigarros, bem como, outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos na presente lei.”

Art. 2º Altera o art. 3º da Lei nº 5.318, de 10 de agosto de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º As entidades da sociedade civil, as associações de moradores, as sociedades de amigos de bairro, as pessoas físicas e as empresas interessadas em participar do Programa de Adoção de Praças Públicas, Praças Esportivas e Áreas Verdes deverão apresentar carta de intenção, indicando a área pública de seu interesse, perante a Secretaria competente:

I - no caso de Praças Públicas e Praças Esportivas, para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDEC;

II - no caso de Áreas Verdes, para a Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA.”

Art. 3º Altera o art. 12 da Lei nº 5.318, de 10 de agosto de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. A entidade, pessoa física ou jurídica adotante ficará autorizada, após a assinatura do Termo de Parceria, a afixar, na área adotada, uma placa padronizada alusiva ao processo de colaboração com o Poder Executivo Municipal, bem como o objetivo da adoção, conforme modelo a ser estabelecido pela Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA, num prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrada em vigor desta Lei.”

Art. 4º Altera o art. 13 da Lei nº 5.318, de 10 de agosto de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. A colocação de placa indicativa da cooperação nas praças públicas, praças esportivas e áreas verdes, deverá observar a seguinte determinação:

Parágrafo único. 1 (uma) uma placa, com dimensões máxima de 1,20m de altura x 1,00m de largura, afixadas a uma altura máxima de 1,00m do solo.”

Art. 5º Altera o art. 17, da Lei nº 5.318, de 10 de agosto de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Independentemente de iniciativa dos particulares, a Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA poderá iniciar o processo, objetivando obter a cooperação para a conservação de áreas públicas, indicando a área, os serviços pretendidos e placa permitida para o local, observadas as disposições nesta Lei.”

Art. 6º Altera o art. 19 da Lei nº 5.318, de 10 de agosto de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. Os serviços a serem realizados em razão do convênio deverão ser acompanhados e controlados pela Secretaria de Desenvolvimento – SEDEC, no caso de praças públicas e esportivas; e para a Secretaria Infraestrutura – SEINFRA, no caso de Áreas Verdes, conforme o caso, de modo que não venham a ser desvirtuados ou causar prejuízo ao interesse público.”

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

09 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

## LEI 5874

Publicação Nº 1425622

LEI Nº 5.874, de 09 de novembro de 2017.

“ DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO VIDAS EM TRÂNSITO, NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Vidas em Trânsito, com sede nesta cidade, na Ladeira Brasília, nº 800, Condomínio Brasília, apartamento nº 203 – Bloco B, no Bairro Laranjeiras, fundada em 4 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

09 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul



**LEI 5875**

Publicação Nº 1425627

LEI Nº 5.875, de 09 de novembro de 2017.

“INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DEFICIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal de Prevenção às Deficiências, a ser realizada, anualmente, no período de 21 a 28 de agosto.

Art. 2º Na Semana Municipal de Prevenção às Deficiências serão desenvolvidas ações educativas com a realização de debates, manifestações públicas, seminários e palestras, com foco na prevenção de deficiências.

§1º A prevenção de deficiências a que alude o caput deste artigo abrange:

I - a prevenção primária, que se desenvolve mediante ações de promoção da saúde e de proteção da integridade física e psíquica dos cidadãos;

II - a prevenção secundária, mediante detecção, diagnóstico, prevenção e intervenção precoce;

III - a prevenção terciária, mediante ações destinadas a limitar ou reduzir a deficiência do indivíduo.

§2º As deficiências a que se refere o caput deste artigo compreendem todos os tipos, sejam as físicas, as intelectuais, as auditivas, as visuais ou as múltiplas, sejam as de caráter transitório ou permanente, bem como suas causas, considerando os indivíduos nos diferentes ciclos da vida, de forma a garantir, inclusive, a abordagem de especificidades.

Art. 3º As ações desenvolvidas durante a Semana Municipal de Prevenção às Deficiências poderão envolver entidades governamentais e não governamentais, das esferas, municipal e estadual, na divulgação de informações à população, destacando as medidas preventivas das deficiências.

§1º A divulgação das informações a que se refere o caput deste artigo far-se-á mediante a distribuição de folhetos, cartazes e cartilhas, a realização de seminários, palestras e cursos bem como por intermédio dos meios de comunicação, inclusive com a apresentação de vídeos educativos e a promoção de eventos culturais correlacionados ao tema.

§2º Na Semana Municipal de Prevenção às Deficiências poderão participar lideranças de movimentos e organizações de pessoas com deficiências, e seus familiares, com o objetivo de contribuir com conteúdo e experiências específicos do tema.

Art. 4º A Semana Municipal de Prevenção às Deficiências fará parte do calendário oficial de eventos do município, e será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, no que couber.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

09 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

**PORTARIA 1356/DGP**

Publicação Nº 1426491

PORTARIA Nº 1356/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 267 e 268, da Lei Complementar Nº 309/2015 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 31/10/2017 até 29/12/2017 a servidora ROSA MARIA MATEUS, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Femenino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

**PORTARIA 1357/DGP**

Publicação Nº 1426499

PORTARIA Nº1357/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 16/10/2017 até 12/02/2018 a servidora CINTIA LUSIA BATISTI ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1358/DGP**

Publicação Nº 1426504

PORTARIA Nº1358/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 16/10/2017 até 12/02/2018 a servidora JANAINA MARTINEZ MAGDALENA ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Femenino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1359/DGP**

Publicação Nº 1426506

PORTARIA Nº 1359/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no que dispõe o Art. 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença à Gestante, no período de 09/10/2017 até 05/02/2018, a servidora municipal PATRICIA PEREIRA ocupante da função de Monitor Escolar(ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1360/DGP**

Publicação Nº 1426508

PORTARIA Nº 1360/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no que dispõe o Art. 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 10/10/2017 a 08/12/2017, a servidora municipal MARCIA APARECIDA RIZZO ocupante da função de cargo Monitor Escolar (ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1362/DGP**

Publicação Nº 1426510

PORTARIA Nº 1362/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 06/10/2017 até 03/01/2018, a servidora municipal SILVANA APARECIDA DEMETRIO NEUBER ZELINSKI ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1363/DGP**

Publicação Nº 1426512

PORTARIA Nº 1363/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1214/DGP, de 22/09/2017, pelo período de 09/10/2017 até 07/11/2017, a servidora municipal ANGELINA DE CASTRO RODRIGUES FRANÇA ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Femenino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1364/DGP**

Publicação Nº 1426515

PORTARIA Nº 1364/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1082/DGP, de 24/08/2017, pelo período de 16/10/2017 até 13/01/2018, a servidora municipal RUBIANA CARLA SLOMP ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1393/DGP**

Publicação Nº 1426518

PORTARIA Nº 1393/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 19/10/2017 até 17/11/2017, a servidora municipal MARGARETH CREUTZBERG ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1394/DGP**

Publicação Nº 1426526

PORTARIA Nº 1394/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 28/09/2017 até 11/11/2017, a servidora municipal RITA DE CASSIA GUTJAHR ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de serviços Gerais Femenino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1395/DGP**

Publicação Nº 1426529

PORTARIA Nº 1395/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 23/10/2017 até 21/11/2017, a servidora municipal SANDRA APARECIDA HARDT ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1396/DGP**

Publicação Nº 1426535

PORTARIA Nº 1396/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1213/DGP, de 22/09/2017, pelo período de 15/10/2017 até 26/10/2017, ao servidor municipal ADRIANO RUCK ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1397/DGP**

Publicação Nº 1426541

PORTARIA Nº 1397/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1123/DGP, de 29/09/2017, pelo período de 27/11/2017 até 24/11/2017, a servidora municipal MARIZE OSSEMER LUNELLI ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1398/DGP**

Publicação Nº 1426545

PORTARIA Nº 1398/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 257 ao 262, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1122/DGP, de 31/08/2017, pelo período de 04/11/2017 até 02/01/2018, a servidora municipal MARLISE DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1399/DGP**

Publicação Nº 1426553

PORTARIA Nº 1399/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Promover a READEQUAÇÃO, a partir 26/10/2017 até 23/04/2017, da servidora municipal , ocupante do cargo de provimento efetivo Professor MARIANA MINATTI GIACOMINI, em conformidade com o Art. 33, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, devendo o servidor executar atividades somente com crianças acima de quatro anos conforme parecer da Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf

**PORTARIA 1400/DGP**

Publicação Nº 1426561

PORTARIA Nº1400/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 263, da Lei Complementar Nº 309/2015 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 30/10/2017 até 26/02/2018 a servidora EMELLIN LUANA SORGATTO ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Rf



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2017**

Publicação Nº 1426808

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS PARA ATENDER O ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 28/11/2017, às 13:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 14:30h do dia 28/11/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento - licitações

Rio do Sul (SC), 13 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

JANARA MAFRA  
Secretária de Educação

**RESUMO DO CONTRATO Nº 115/2017**

Publicação Nº 1425651

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 115/2017

Pregão Presencial nº 079/2017

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Clercio Francisco Gemra - ME;

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de mão-de-obra e materiais para a manutenção e reforma do sistema elétrico nas unidades de educação infantil: CEI Titio Karan, CEI Adelaide Ledra, CEI Francisco Fleisner, CEI Egídio Dalmarco, CEI Ilse Soldatelli e CEI Cinderela.

Valor: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

Prazo de Execução: 30 dias;

Recurso: Próprio;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

**RESUMO DO CONTRATO Nº 120/2017**

Publicação Nº 1426698

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2017

Pregão Presencial Nº 77/2017

Validade: 12 meses

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina,

inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 77/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE FOLHAS A4 e ENVELOPES TIMBRADOS. PARA DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA EPP, neste ato representado por RICARDO DANILO HACKBARTH	78.218.187/0001-91
SR ARTES GRAFICAS EIRELI - ME, neste ato representado por ALEX PINTO DE CAMPOS	95.775.367/0001-93
GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA, neste ato representado por LUIS JUNIOR DE CRISTO	13.919.051/0001-63

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE FOLHAS A4 e ENVELOPES TIMBRADOS. PARA DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 433233 - GRAFICA GUARAMIRIM LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Envelopes saco branco, tamanho 18 x 25 cm, sulfite 90 gr, impressao 4 x 0, sangrada.	U	GRAFICA GUARAMIRIM	30.000	R\$0,19	R\$5.700,00
4	Envelope officio, timbrado, sulfite 75 gr, impressao 4 x 0, sangrada.	U	GRAFICA GUARAMIRIM	30.000	R\$0,14	R\$4.200,00
Total do Fornecedor:						R\$9.900,00
Total Geral dos Itens:						R\$9.900,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos )

Rio do Sul (SC), 24 de Outubro de 2017  
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA EPP  
RICARDO DANILO HACKBARTH  
CONTRATADA

PAULO JOSÉ CUNHA  
Prefeito Municipal em Exercício

#### RESUMO DO CONTRATO Nº 121/2017

Publicação Nº 1426699

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2017

Pregão Presencial Nº 77/2017

Validade: 12 meses

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 77/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE FOLHAS A4 e ENVELOPES TIMBRADOS. PARA DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA EPP, neste ato representado por RICARDO DANILO HACKBARTH	78.218.187/0001-91
SR ARTES GRAFICAS EIRELI - ME, neste ato representado por ALEX PINTO DE CAMPOS	95.775.367/0001-93
GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA, neste ato representado por LUIS JUNIOR DE CRISTO	13.919.051/0001-63

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE FOLHAS A4 e ENVELOPES TIMBRADOS. PARA

DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31550959 - GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Folha A4 timbrada, (21 x 29,7 cm), papel 90 gr, cores 4 x 0, sangrada.	U	ALTA DEFINIÇÃO	100.000	R\$0,06	R\$6.000,00
2	Envelopes saco branco, tamanho 24 x 34 cm, sulfite 90 gr, impressao 4 x 0, sangrada.	U	ALTA DEFINIÇÃO	30.000	R\$0,28	R\$8.400,00
Total do Fornecedor:						R\$14.400,00
Total Geral dos Itens:						R\$14.400,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos )

Rio do Sul (SC), 24 de Outubro de 2017  
GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA  
LUIS JUNIOR DE CRISTO  
CONTRATADA

PAULO JOSÉ CUNHA  
Prefeito Municipal em Exercício

## TERMO DE PERMISSÃO DE USO MINISTER 014/2017

Publicação Nº 1426514

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 014/2017.

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA LANCHONETE MINISTER LTDA EPP.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 – Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, inscrito no CPF sob o nº 054.215.249-57, doravante denominado PERMITENTE, e de outro lado a empresa LANCHONETE MINISTER LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.360.650/0001-00, com estabelecimento comercial situado no Calçadão Osni José Gonçalves, nº 62 – Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representada pela Sra. NORMELIA GOETTEN DE LIMA, inscrita no CPF sob o nº 671.443.069-87, doravante denominada PERMISSONÁRIA, resolvem firmar o presente Termo de Permissão de Uso, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

É objeto do presente Termo de Cessão de Uso, a permissão de uso, onerosa e a título precário, de área especificada no projeto anexo ao protocolo 165493/2017, situado no Calçadão Osni José Gonçalves, imóvel de propriedade do PERMITENTE, localizado em frente ao imóvel da PERMISSONÁRIA.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

O presente instrumento destina-se a instalação de um deck de madeira destinado à acomodação de mobiliário, para atendimento da clientela da PERMISSONÁRIA e ao público em geral.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA PERMISSONÁRIA

A PERMISSONÁRIA deverá utilizar única e exclusivamente o bem objeto deste Termo de Permissão de Uso para as finalidades descritas.

Fica estabelecido que todas as despesas concernentes à execução e manutenção do projeto em Anexo, correrão por conta da PERMISSONÁRIA.

A PERMISSONÁRIA compromete-se em não apresentar qualquer tipo de propaganda ou apologia a alguma marca na área objeto do Termo de Permissão de Uso, nem nos mobiliários instalados.

A PERMISSONÁRIA é responsável pela manutenção, colocação e retirada dos mobiliários.

### CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRA PRESTAÇÃO

O PERMISSIONÁRIO, pagará mensalmente à PERMITENTE, a título da presente permissão o valor de R\$ 350.00 (trezentos e cinquenta reais) mensais, cujos pagamentos deverão ocorrer até o dia 05 (cinco) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal, cujo valor será reajustado em conformidade com a variação que vier a sofrer a UFM, ou outra sigla que venha à substituí-la;

Os pagamentos realizados extemporaneamente pelo PERMISSIONÁRIO sofrerão, além da correção monetária (pelo índice acima mencionado), multa moratória de 10% (dez por cento), acrescidos de juros legais de 1% (um por cento) ao mês.

#### DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo de Permissão de Uso, tem como fundamento legal o § 2º, do artigo 89, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, bem como o Decreto nº 5635, de 11 de novembro de 2016.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Permissão de Uso tem seu prazo determinado, com início na data de publicação do respectivo no Diário Oficial dos Municípios e término após 10 (dez) anos, ou até eventual rescisão, ou mesmo por denúncia de qualquer das partes, sendo a posse do bem transferida na mesma data ao PERMITENTE.

O presente Termo de Permissão de Uso pode ser prorrogado no interesse comum das partes, a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo final do Termo, por intermédio de aditivo e pelo prazo que vierem a ajustar PERMITENTE e PERMISSIONÁRIA.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RESTITUIÇÃO

Terminado o prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso, o bem cedido deverá ser devolvido ao PERMITENTE, mediante Termo de Recebimento depois da retirada do deck e dos mobiliários.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Permissão de Uso poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observado o disposto nas cláusulas do Termo de Permissão de Uso.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Permissão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes, e respeitado seu prazo de vigência.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo de Permissão de Uso, podendo, os casos omissos, serem resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo de Permissão de Uso, acompanhado de suas testemunhas adiante firmadas.

Rio do Sul (SC), 10 de novembro de 2016.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ Prefeito do Município de Rio do Sul	NORMELIA GOETTEN DE LIMA Preposta da Lanchonete Minister Ltda EPP
---	--

#### TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 86/2017. MODALIDADE: CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA FINALIDADE: CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM ÁREA DE 890,73M² - PROGRAMA PROINFANCIA - PROJETO CONVENCIONAL 2 – FNDE

Publicação Nº 1426625

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 86/2017.

MODALIDADE: Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia

FINALIDADE: CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM ÁREA DE 890,73m² - PROGRAMA PROINFANCIA - PROJETO CONVENCIONAL 2 – FNDE

#### ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS

Às 09:00 horas, do dia 13/11/2017, reuniram-se na sala de licitações do PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS, os membros da Comissão de Licitações, nomeada pel(o)a Portaria nº 395/2017 composta por PEDRO CLAUDINO DOS SANTOS JÚNIOR, PAULA WACKER-NAGEL e MIKAEL FELIPE SPIESS, para procederem a abertura dos envelopes de propostas das empresas habilitadas:

Cód Fornecedor	Empresa
65455	EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP
138860	HABITARK ENGENHARIA LTDA

Dando continuidade a sessão, a Comissão de Licitações procedeu a abertura dos envelopes de propostas, sendo as mesmas conferidas e rubricadas por todos os presentes. Em seguida, a Comissão analisou e verificou que as propostas apresentadas cumprem com o exigido no edital, sem representantes presentes ao ato, considerando o empate fictício, nos termos do art. 44 §1º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como o parecer jurídico e decisão encartados aos autos, fica intimada o representante da empresa Êxito Construções Civis Ltda EPP para que, querendo, efetue novo lance, reapresentando as planilhas apresentadas, no prazo de dois dias, sob pena de renúncia e preclusão.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Rio dos Cedros, 13/11/2017.

PAULA WACKERNAGEL

Presidente

MIKAEL FELIPI SPIESS

Membro

PEDRO CLAUDINO DOS SANTOS JÚNIOR

Membro

### EDITAL DE RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

Publicação Nº 1426636

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de Licitação: Por Item

Forma de Julgamento: Menor Preço

#### EDITAL DE RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para o conhecimento dos interessados, o presente EDITAL DE RETIFICAÇÃO a fim de ALTERAR A DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Onde se lê:

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento dos envelopes de propostas e do envelope de habilitação:

Data: 14/11/2017 Hora: 08:45

Local: Setor de Protocolo, térreo Rua Nereu Ramos, 205 89121-000 - Rio dos Cedros - SC

Limite para impugnação ao edital:

Até 02 (dois) dias úteis antes da abertura das propostas.

Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas e habilitação:

Data: 14/11/2017 Hora: 19:00

Local: Salão Nobre da Prefeitura de Rio dos Cedros Rua Nereu Ramos, 205 89121-000 - Rio dos Cedros - SC

Leia-se:

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento dos envelopes de propostas e do envelope de habilitação:

Data: 17/11/2017 Hora: 08:45

Local: Setor de Protocolo, térreo Rua Nereu Ramos, 205 89121-000 - Rio dos Cedros - SC

Limite para impugnação ao edital:

Até 02 (dois) dias úteis antes da abertura das propostas.

Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas e habilitação:

Data: 17/11/2017 Hora: 09:00

Local: Salão Nobre da Prefeitura de Rio dos Cedros Rua Nereu Ramos, 205 89121-000 - Rio dos Cedros - SC

Rio dos Cedros, 13 de Novembro de 2017.

MIRIA ELIETE SCHMID FLORIANI

Secretária de Educação




# Romelândia

## PREFEITURA

### PORTARIA 8599/2017

Publicação Nº 1425652

PORTARIA Nº 8599/2017

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### RESOLVE:

Exonerar a pedido Servidora Pública Municipal Srª ANELISE DA SILVA BITENCOURT cargo de FARMACEUTICA, 20 HORAS SEMANAIS, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 13 de novembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

### REDAÇÃO FINAL LEI LEGISLATIVA 02/2017 EMENDA LEI ORGANICA MUNICIPAL

Publicação Nº 1425384

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N. 002/2017

ACRESCENTA OS INCISOS IV, V, VI e VII, AO ARTIGO 7º DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Os Vereadores que abaixo subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com base no Art. 25, da Lei Orgânica Municipal de Romelândia, apresentam a presente proposta de emenda à Lei Orgânica, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica Aprovado o acréscimo dos incisos IV, V, VI e VII ao Art. 7º, da Lei Orgânica Municipal de Romelândia;

Art. 2º Os Incisos IV, V, VI e VII do Art. 7º da Lei Orgânica Municipal, passara a ter a seguinte redação:

IV - Toda e qualquer alienação de bens moveis e imóveis pertencentes ao Município de Romelândia, SC, deverão passar por aprovação prévia do Poder Legislativo Municipal;

V - A solicitação de Alienação de que trata o inciso anterior, devera ser devidamente apresentado por Projeto de Lei Municipal, constando a relação dos bens que pretende se alienar, bem como o real motivo de sua alienação;

VI - Além da devida apresentação e justificativa da alienação do bem, devera constar avaliação do valor venal do bem em que se busca a alienação;

VII - Após devidamente deliberado e aprovado pelo poder Legislativo, o Projeto de Lei em questão, será liberado a sua futura alienação;

Art. 3º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, bem como revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Sala das sessões, aos 07 dias do mês de novembro de 2017.

Vereador Valdecir de Oliveira

Presidente

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.608, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1425479

LEI Nº 1.608, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER CESSÃO DE USO GRATUITO DE TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA CÂMARA DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada e promulgada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a CESSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO, com prazo de 40 (quarenta) anos, a área de 451,50 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta e um vírgula cinquenta metros quadrados), localizado no terreno urbano de propriedade do MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, devidamente registrado e matriculado sob o nº. 7.827 do Cartório de Registro de Imóveis de Videira/SC, tendo como confrontações ao norte com a Rua Padre Rombaldi, ao Oeste com o Fundo Municipal de Saúde, ao Leste e ao Sul com terras da Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Art. 2º. A área a ser cedida da matrícula nº. 7.827 do Cartório de Registro de Imóveis de Videira/SC, será destinada exclusivamente à construção e reforma da Sede Própria da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso/SC, devendo constar do Termo de Cessão os seguintes encargos e ônus:

I – que o Poder Executivo Municipal deverá proceder a construção e reforma da sede, realizando os procedimentos necessários (licitação, execução da obra e fiscalização), devendo a conclusão da obra ser efetivada até o final de 2018;

II – que a construção e reforma se constituirá na ampliação da atual estrutura onde já está localizada, sem qualquer ônus ou custos para o Poder Executivo Municipal;

III – as despesas decorrentes da execução das obras e serviços necessários para a construção da Sede de que trata esta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento/2018 da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso/SC;

IV – constará também do Termo de Cessão, o direito recíproco entre o Cedente e a Cessionária na utilização dos espaços externos de acesso à Câmara Municipal e à Prefeitura.

V – a vedação de desvio de finalidade, como a venda, doação, ou não edificação no prazo estipulado, sob pena de revogação imediata do Termo de Cessão da área;

Art. 3º. A presente medida é do interesse público municipal, visto que a construção da Sede da Câmara de Vereadores é antigo anseio dos Vereadores e de toda a população, sendo possível a concentração definitiva em apenas um só local os Poderes Executivo e Legislativo, facilitando assim o melhor acesso a todos os cidadãos, além de proporcionar economia, visto que, a construção da sede da Câmara Municipal em outro local acarretará um custo elevado, muito maior que a edificação e reforma do local onde ela está sediada atualmente.

Art. 4º. Para a realização da presente Cessão, fica desde já dispensada a licitação pública, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 31, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso.

Art. 5º A Cessão de que trata a presente Lei atende aos requisitos constantes da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal 4.320/64.

Art. 6º. Com conclusão da edificação no prazo constante no inciso I, do artigo 2º desta Lei, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a inserir em seu patrimônio e realizar a venda por concorrência pública/leilão do terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 400,00m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados), constante do lote nº. 14, quadra nº. 03, no Loteamento João De Bortoli, situado na Rua Izidoro de Bortoli, em Salto Veloso/SC, com as seguintes confrontações: ao Norte, 20,00 metros com o lote 13, ao Sul, 20,00 metros com a Rua Izidoro de Bortoli, ao Leste 20,00 metros com área pública "B" e ao Oeste, 20,00 metros com o lote nº. 12, devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira/SC sob o nº. 16.359, o qual era destinado anteriormente para a Sede Própria da Câmara de Vereadores de Salto Veloso.

Art. 7º As despesas decorrentes do cumprimento da presente lei, exceto aquelas de competência da Câmara de Vereadores, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente do Município.

Art. 8º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Salto Veloso/SC, 13 de novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **LEI Nº 1.609, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1425480

LEI Nº 1.609, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CEDER MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL AOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA QUE DECLARAREM SITUAÇÃO DE EMERGENCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, BEM COMO, RECEBER AJUDA DESTES MUNICÍPIOS EM CASO DE NECESSIDADE.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada e promulgada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a ceder máquinas, equipamentos e pessoal aos Municípios do Estado de Santa Catarina que declararem Situação de Emergência – SE ou Estado Calamidade Pública – ECP.

Parágrafo único. As máquinas, equipamentos e pessoal serão cedidos para o restabelecimento dos serviços públicos essenciais, tais como desobstrução e recuperação de vias limítrofes, estendendo-se também setores de saúde, trânsito e segurança, a juízo do município cedente.

Art. 2º. O controle de máquinas, equipamentos e pessoal cedido, será de competência do Poder Executivo Municipal cedente, devendo basear-se no parecer do órgão de defesa civil do Município de Salto Veloso.

Art. 3º. As despesas de locomoção das máquinas, equipamentos e pessoal, até os municípios atingidos, correrão por conta de dotações orçamento municipal vigente.

Art. 4º. O Executivo Municipal expedirá decreto especificando as maquinas, os equipamentos e pessoal a serem cedidos, estipulando um prazo determinado pela cessão.

Art. 5º. Fica o Chefe do poder Executivo Municipal autorizado também a receber ajuda dos Municípios do Estado de Santa Catarina em caso de necessidade, especialmente quando houver situação de emergência ou de calamidade pública.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Salto Veloso/SC, 13 de novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL  
Secretário de Administração e Finanças

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS 207 A 229

Publicação Nº 1425905

ESTADO DE SANTA CATARINA				
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA				
EXTRATO CONTRATUAL				
<p>Contrato Nº.: 207/2017  Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  Contratada.: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  Valor ..... : 160.367,10 (cento e sessenta mil trezentos e sessenta e sete reais e dez centavos)  Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  Recursos ..... : Dotação:  Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.</p>				
Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017				
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA				
PREFEITA MUNICIPAL				
-----				
<p>Contrato Nº.: 208/2017  Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  Contratada.: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA  Valor ..... : 27.692,50 (vinte e sete mil seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)  Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  Recursos ..... : Dotação:  Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.</p>				
Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017				
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA				
PREFEITA MUNICIPAL				
-----				
<p>Contrato Nº.: 209/2017  Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  Contratada.: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.  Valor ..... : 177.042,10 (cento e setenta e sete mil e quarenta e dois reais e dez centavos)  Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  Recursos ..... : Dotação:  Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.</p>				
Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017				
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA				
PREFEITA MUNICIPAL				
-----				

Contrato Nº.: 210/2017  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
 Contratada.: CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
 Valor ..... : 183.262,10 (cento e oitenta e três mil duzentos e sessenta e dois reais e dez centavos)  
 Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 211/2017  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
 Contratada.: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP  
 Valor ..... : 5.706,00 (cinco mil setecentos e seis reais)  
 Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 212/2017  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
 Contratada.: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA  
 Valor ..... : 141.594,14 (cento e quarenta e um mil quinhentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos)  
 Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 213/2017  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
 Contratada.: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA  
 Valor ..... : 187.263,29 (cento e oitenta e sete mil duzentos e sessenta e três reais e vinte e nove centavos)  
 Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 214/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

Contratada.: AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -

Valor ..... : 590.479,60 (quinhentos e noventa mil quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos)

Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 215/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

Contratada.: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

Valor ..... : 145.194,09 (cento e quarenta e cinco mil cento e noventa e quatro reais e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 216/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

Contratada.: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor ..... : 35.305,00 (trinta e cinco mil trezentos e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL



Contrato Nº.: 217/2017  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
 Contratada.: S&R DISTRIBUIDORA LTDA  
 Valor ..... : 54.915,80 (cinquenta e quatro mil novecentos e quinze reais e oitenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 218/2017  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
 Contratada.: A G KIENEN & CIA LTDA  
 Valor ..... : 78.335,40 (setenta e oito mil trezentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 219/2017  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
 Contratada.: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES  
 Valor ..... : 19.273,00 (dezenove mil duzentos e setenta e três reais)  
 Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 220/2017  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
 Contratada.: AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA  
 Valor ..... : 24.430,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e trinta reais)  
 Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL	
-----	

Contrato Nº.: 221/2017  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
 Contratada.: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
 Valor ..... : 43.126,20 (quarenta e três mil cento e vinte e seis reais e vinte centavos)  
 Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017	
-----	

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA	
-----------------------------	--

PREFEITA MUNICIPAL	
-----	

Contrato Nº.: 222/2017  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
 Contratada.: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.  
 Valor ..... : 25.697,50 (vinte e cinco mil seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017	
-----	

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA	
-----------------------------	--

PREFEITA MUNICIPAL	
-----	

Contrato Nº.: 223/2017  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
 Contratada.: ILG COMERCIAL LTDA - ME  
 Valor ..... : 109.894,80 (cento e nove mil oitocentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017	
-----	

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA	
-----------------------------	--

PREFEITA MUNICIPAL	
-----	

Contrato Nº.: 224/2017  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA  
 Contratada.: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA  
 Valor ..... : 112.226,80 (cento e doze mil duzentos e vinte e seis reais e oitenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 225/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

Contratada.: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

Valor ..... : 71.244,70 (setenta e um mil duzentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos)

Vigência ..... : Início: 21/09/2017 Término: 21/09/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal da Saúde.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 226/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

Contratada.: LASA PREPARACAO DE TERRENOS LTDA - ME

Valor ..... : 109.170,00 (cento e nove mil cento e setenta reais)

Vigência ..... : Início: 20/09/2017 Término: 20/09/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hora maquina de trator de esteira para terraplenagem, manutenção da nova área industrial e para execução de serviços de recuperação de estradas vicinais na zona rural e urbana do município, através da Secretaria da Indústria, Comércio e Agricultura e Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme anexos do edital.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 227/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

Contratada.: ERMEN CAMILO BERTOTTO - ME

Valor ..... : 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)

Vigência ..... : Início: 20/09/2017 Término: 20/09/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 65/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de hora maquina de trator de esteira para terraplenagem, manutenção da nova área industrial e para execução de serviços de recuperação de estradas vicinais na zona rural e urbana do município, através da Secretaria da Indústria, Comércio e Agricultura e Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme anexos do edital.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 228/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

Contratada.: TATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SAUDE, ODONTO-M

Valor ..... : 26.640,00 (vinte e seis mil seiscentos e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 25/09/2017 Término: 25/09/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais personalizados para campanhas de conscientização e prevenção, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme anexos do edital.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 229/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

Contratada.: KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA - ME

Valor ..... : 30.403,50 (trinta mil quatrocentos e três reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 25/10/2017 Término: 25/09/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais personalizados para campanhas de conscientização e prevenção, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme anexos do edital.

Santa Cecília, 13 de Novembro de 2017

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

## Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 186 AO 218/2017

Publicação Nº 1425753

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>		Folha: 1/11
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL</b>		
CNPJ: 80.989.965/0001-98 RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400 C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC		<b>Mês/Ano da Assinatura:</b> <b>Outubro/2017.</b>

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

**Contratado:** MURILO DA ROSA PAGANI  
**C.P.F.:** 054.326.609-54

**Modalidade:**

**Número da Licitação:**

**Número do Processo:**

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 186/2017

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SETOR DE AGRICULTURA, PRESTANDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA AGRICULTORES DO MUNICÍPIO E EXTENSÃO RURAL, ORIENTANDO OS PRODUTORES SOBRE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, COMERCIALIZAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS. COM CARGA HORÁRIA DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS.

**Data da Assinatura:** 02/10/2017

**Data da Publicação no Diário Oficial:**

**Vigência:** 02/10/2017 a 31/12/2017

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 7.500,00

**Forma de Pagamento:** mensal

**Contratado:** STECKERT ENGENHARIA LTDA - EPP

**CNPJ:** 10.920.074/0001-08

**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

**Número da Licitação:** 84/2017

**Número do Processo:** 84/2017

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 187/2017

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO E PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL.

**Data da Assinatura:** 05/10/2017

**Data da Publicação no Diário Oficial:**

**Vigência:** 05/10/2017 a 31/12/2017

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 9.800,00

**Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** ELETROHAHN LTDA - EPP

**CNPJ:** 09.447.271/0001-64

**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

**Número da Licitação:** 84/2017

**Número do Processo:** 84/2017

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 188/2017

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO E PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL.

**Data da Assinatura:** 05/10/2017

**Data da Publicação no Diário Oficial:**

**Vigência:** 05/10/2017 a 31/12/2017

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 6.574,08

**Forma de Pagamento:** À Vista



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 2/11

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ARA PRODUÇÕES LTDA ME - ME**CNPJ:** 10.803.650/0001-29**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 98/2017**Número do Processo:** 98/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 189/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE ARTISTA PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL DO GÊNERO GAUCHO, DE RENOME NACIONAL, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1H30MIN DE SHOW, NO DIA 19/11/2017, A QUAL INTEGRARÁ A PROGRAMAÇÃO OFICIAL DO EVENTO DA "7ª POLVILHANA - FESTA DO POLVILHO E DA BANANA DE SANTA ROSA DO SUL", A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 14/11/2017 À 19/11/2017 NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL-SC.**Data da Assinatura:** 05/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/10/2017 a 30/11/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.850,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** T.E. DA SILVA GONCALVES**CNPJ:** 20.105.766/0001-48**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 16/2017**Número do Processo:** 16/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 190/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO, REFORMA E PEQUENOS REPAROS EM ALVENARIA E MADEIRA, DESTINADOS A CONSERVAÇÃO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 05/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.760,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ANDRÉ JOSÉ MARTINS 02970219905**CNPJ:** 17.966.719/0001-84**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 5/2017**Número do Processo:** 5/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 191/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PINTURA E RE-PINTURA, LAVAGEM E PEQUENOS REPAROS DESTINADOS A CONSERVAÇÃO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 05/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.712,00**Forma de Pagamento:** À Vista



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 3/11

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** LIVRARIA DOMEK EIRELI - EPP  
**CNPJ:** 17.246.830/0002-87  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 32/2017 **Número do Processo:** 32/2017 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 192/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

**Data da Assinatura:** 10/10/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 10/10/2017 a 31/12/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 28.159,39 **Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** RAFAEL BROGNOLI PALADINI  
**C.P.F.:** 037.389.969-66  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 93/2017 **Número do Processo:** 93/2017 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 193/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE 12.000M² (DOZE MIL METROS QUADRADOS) DE GRAMA MANTEIGA E ESMERALDA EM PLACAS DE 40X40 CENTÍMETROS, LIVRES DE ERVAS DANINHAS QUE SERÃO PLANTADAS PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS, JARDINS, PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL/SC.

**Data da Assinatura:** 16/10/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 16/10/2017 a 31/12/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 91.000,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** CHAPELAO LTDA - ME  
**CNPJ:** 10.526.006/0001-50  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 96/2017 **Número do Processo:** 96/2017 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 194/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DE CAMISETAS PARA A CCO (COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA) DA 7ª POLVILHANA (FESTA DO POLVILHO E DA BANANA) DE SANTA ROSA DO SUL, A SER REALIZADA ENTRE OS DIAS 14/11/2017 A 19/11/2017.

**Data da Assinatura:** 16/10/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 16/10/2017 a 31/12/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 5.350,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 4/11

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** DAIANE FERREIRA ONORIO 05144061940**CNPJ:** 27.288.218/0001-40**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 96/2017**Número do Processo:** 96/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 195/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COBERTURA MIDIÁTICA DO EVENTO COM FILMAGENS E FOTOGRAFIA DA 7ª POLVILHANA (FESTA DO POLVILHO E DA BANANA) DE SANTA ROSA DO SUL, A SER REALIZADA ENTRE OS DIAS 14/11/2017 A 19/11/2017.**Data da Assinatura:** 16/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 16/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.800,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** REDE DE COMUNICAÇÕES AMORIM LTDA -EPP**CNPJ:** 03.607.966/0001-44**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 96/2017**Número do Processo:** 96/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 196/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSERÇÕES RADIOFÔNICAS E VINCULAÇÃO EM MÍDIAS IMPRESSAS DA 7ª POLVILHANA (FESTA DO POLVILHO E DA BANANA) DE SANTA ROSA DO SUL, A SER REALIZADA ENTRE OS DIAS 14/11/2017 A 19/11/2017.**Data da Assinatura:** 16/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 16/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 14.630,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** VIEIRA E MELLO SOLUCOES GRAFICAS LTDA. - ME**CNPJ:** 23.945.719/0001-09**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 96/2017**Número do Processo:** 96/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 197/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO GRÁFICO DE CONFEÇÃO DE FOLDERS, BANNERS, OUTDOOR (FORNECIMENTO E LOCAÇÃO), LONAS E CONVITES PARA A 7ª POLVILHANA (FESTA DO POLVILHO E DA BANANA) DE SANTA ROSA DO SUL, A SER REALIZADA ENTRE OS DIAS 14/11/2017 A 19/11/2017.**Data da Assinatura:** 16/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 16/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.072,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 5/11

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** COMIM METALMOBILE LTDA - ME**CNPJ:** 78.837.051/0001-60**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 97/2017**Número do Processo:** 97/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 198/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TRÊS PORTAS DE ROLO AUTOMÁTICO E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 02 ESCADAS (ESCALA, CORRIMÃO E GUARDA-CORPO) E GUARDA CORPO PARA MEZANINO, PARA O PAVILHÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS.**Data da Assinatura:** 17/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 17/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 79.315,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA**CNPJ:** 03.725.261/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 99/2017**Número do Processo:** 99/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 199/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** FORNECIMENTO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, DURANTE EXERCÍCIO DE 2017.**Data da Assinatura:** 23/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 23/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.771,52**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** FC BUS LTDA ME**CNPJ:** 11.190.176/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 102/2017**Número do Processo:** 102/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 203/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO E REPAROS NA AMBULÂNCIA FURGÃO PL MID 7908, ANO 2010, INCLUINDO PEÇAS E SERVIÇOS.**Data da Assinatura:** 25/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 25/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.449,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 6/11

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** CANTO TELHAS DE ALUZINCO LTDA - ME

**CNPJ:** 28.633.141/0001-60

**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL

**Número da Licitação:** 103/2017

**Número do Processo:** 103/2017

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 202/2017

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 220M² DE PORCELANATO POLIDO RETIFICADO, NAS DIMENSÕES 60X120CM, PARA COLOCAÇÃO NO MEZANINO DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS.

**Data da Assinatura:** 25/10/2017

**Data da Publicação no Diário Oficial:**

**Vigência:** 25/10/2017 a 31/12/2017

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 15.180,00

**Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** VALMORE SCHEFFER DE MELO-MEI

**CNPJ:** 27.266.762/0001-90

**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL

**Número da Licitação:** 104/2017

**Número do Processo:** 104/2017

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 201/2017

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS ALUNOS DO SETOR DE ENSINO E PARA OS ALUNOS E IDOSOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

**Data da Assinatura:** 25/10/2017

**Data da Publicação no Diário Oficial:**

**Vigência:** 25/10/2017 a 31/12/2017

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 12.217,00

**Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** LIVRARIA DOMEK EIRELI - EPP

**CNPJ:** 17.246.830/0002-87

**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL

**Número da Licitação:** 100/2017

**Número do Processo:** 100/2017

**Outra Entidade:** Não

**Número do Contrato ou Aditivo:** 200/2017

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE TECIDOS E AVIAMENTOS PARA CONFEÇÃO DE ROUPAS E ADEREÇOS PARA AS APRESENTAÇÕES DAS ESCOLAS NO FESTIVAL DE FOLCLORE E NA VII POLVILHANA (FESTA DO POLVILHO E DA BANANA).

**Data da Assinatura:** 25/10/2017

**Data da Publicação no Diário Oficial:**

**Vigência:** 25/10/2017 a 31/12/2017

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:**

**Valor:** 24.320,70

**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 7/11

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** HOINATZ SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME**CNPJ:** 02.746.492/0001-94**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 105/2017**Número do Processo:** 105/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 204/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA NÃO ARMADA DURANTE O EVENTO 7ª POLVILHANA - FESTA DO POLVILHO E DA BANANA DE SANTA ROSA DO SUL, A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 14/11/2017 À 19/11/2017.**Data da Assinatura:** 27/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 27/10/2017 a 30/11/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.970,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CHAPELAO LTDA - ME**CNPJ:** 10.526.006/0001-50**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 105/2017**Número do Processo:** 105/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 205/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇO DE LOCUÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO 7ª POLVILHANA - FESTA DO POLVILHO E DA BANANA DE SANTA ROSA DO SUL, A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 14/11/2017 À 19/11/2017.**Data da Assinatura:** 27/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 27/10/2017 a 30/11/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** DALSSASSO & CIA LTDA - ME**CNPJ:** 05.335.950/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 105/2017**Número do Processo:** 105/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 206/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULO PIROTÉCNICO PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO 7ª POLVILHANA - FESTA DO POLVILHO E DA BANANA DE SANTA ROSA DO SUL, A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 14/11/2017 À 19/11/2017.**Data da Assinatura:** 27/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 27/10/2017 a 30/11/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 8/11

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** SOMVERIO SONORIZAÇÕES E EVENTOS LTDA-ME  
**CNPJ:** 03.447.697/0001-31  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 107/2017 **Número do Processo:** 107/2017 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 207/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO 7ª POLVILHANA - FESTA DO POLVILHO E DA BANANA DE SANTA ROSA DO SUL, A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 14/11/2017 À 19/11/2017.

**Data da Assinatura:** 27/10/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 27/10/2017 a 30/11/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 31.490,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** MIX LOCAÇÕES DE BENS MOVEIS LTDA ME  
**CNPJ:** 08.802.866/0001-28  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 107/2017 **Número do Processo:** 107/2017 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 208/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE GERADOR PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO 7ª POLVILHANA - FESTA DO POLVILHO E DA BANANA DE SANTA ROSA DO SUL.

**Data da Assinatura:** 27/10/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 27/10/2017 a 30/11/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 20.860,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA  
**CNPJ:** 00.456.865/0001-67  
**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
**Número da Licitação:** 110/2017 **Número do Processo:** 110/2017 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 214/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** REF.: LICENCIAMENTO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DA LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ADIANTE ESPECIFICADOS, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO NECESSÁRIO À OPERACIONALIZAÇÃO DESTES SISTEMAS.

**Data da Assinatura:** 31/10/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 01/11/2017 a 30/11/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 4.658,50 **Forma de Pagamento:** À Vista



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 9/11

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** ROMANO COMERCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO  
**CNPJ:** 11.496.657/0001-08  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 84/2016 **Número do Processo:** 84/2016 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 215/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** REF.: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E S10), PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, DURANTE O EXERCÍCIO 2017.

**Data da Assinatura:** 31/10/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 31/10/2017 a 31/12/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 18.700,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** ROMANO COMERCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO  
**CNPJ:** 11.496.657/0001-08  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 85/2016 **Número do Processo:** 85/2016 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 216/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** REF.: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E MATERIAIS DE LIMPEZA PESADA PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, DURANTE O EXERCÍCIO 2017.

**Data da Assinatura:** 31/10/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 31/10/2017 a 31/12/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 4.996,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** GUIMARÃES E MELO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-EPP  
**CNPJ:** 11.164.402/0001-48  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 106/2017 **Número do Processo:** 106/2017 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 211/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS DE PALCOS E CAMAROTES, CAMARIM, ESTANDES, TENDAS ABERTAS, TENDA GALPÃO, PASSARELAS, PISOS EM DECK DE MADEIRA, TABLADO DE MADEIRA, GRADES PARA SEGURANÇA, BARRICADAS, BAIAS DE FERRO, E SANITÁRIOS PORTÁTEIS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO 7ª POLVILHANA - FESTA DO POLVILHO E DA BANANA DE SANTA ROSA DO SUL, A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 14/11/2017 À 19/11/2017.

**Data da Assinatura:** 31/10/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 31/10/2017 a 30/11/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 8.697,80 **Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 10/11

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.  
**CNPJ:** 61.074.175/0001-38  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 101/2017 **Número do Processo:** 101/2017 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 212/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA DE SANTA ROSA DO SUL.

**Data da Assinatura:** 31/10/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 31/10/2017 a 31/12/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 920,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** SILVA & SILVA ESTRUTURAS METALICAS LTDA - ME  
**CNPJ:** 08.380.504/0001-96  
**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL  
**Número da Licitação:** 106/2017 **Número do Processo:** 106/2017 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 210/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS DE PALCOS E CAMAROTES, CAMARIM, ESTANDES, TENDAS ABERTAS, TENDA GALPÃO, PASSARELAS, PISOS EM DECK DE MADEIRA, TABLADO DE MADEIRA, GRADES PARA SEGURANÇA, BARRICADAS, BAIAS DE FERRO, E SANITÁRIOS PORTÁTEIS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO 7ª POLVILHANA - FESTA DO POLVILHO E DA BANANA DE SANTA ROSA DO SUL, A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 14/11/2017 À 19/11/2017.

**Data da Assinatura:** 31/10/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 31/10/2017 a 30/11/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 139.870,80 **Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - EPP  
**CNPJ:** 09.035.354/0001-46  
**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
**Número da Licitação:** 50/2016 **Número do Processo:** 50/2016 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 209/2017  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO MUNICIPAL DE EVENTOS, LOCALIZADO NA RUA SANTA CATARINA NO BAIRRO MOINHOS DE VENTO, Nº826, NESTE MUNICÍPIO. COM ÁREA A SER CONSTRUÍDA DE 1.009,72M².

**Data da Assinatura:** 31/10/2017  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 31/10/2017 a 30/11/2017  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 0,00 **Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 11/11

CNPJ: 80.989.965/0001-98  
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400  
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2017.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** COMÉRCIO DE BEBIDAS DO SUL LTDA - ME**CNPJ:** 07.924.158/0001-05**Modalidade:** Leilão**Número da Licitação:** 95/2017**Número do Processo:** 95/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 217/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: VENDA DE ESPAÇO NA VII FESTA POLVILHANA PARA O DIREITO DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE BEBIDAS (CERVEJA, ÁGUA, REFRIGERANTE, ETC), DURANTE TODOS OS DIAS DO EVENTO, DE 14/11/2017 A 19/11/2017.**Data da Assinatura:** 31/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 31/10/2017 a 30/11/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 20.300,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**CNPJ:** 61.074.175/0001-38**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 101/2017**Número do Processo:** 101/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 213/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA DE SANTA ROSA DO SUL.**Data da Assinatura:** 31/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 31/10/2017 a 31/12/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 920,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME**CNPJ:** 13.442.044/0001-13**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 83/2017**Número do Processo:** 83/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 218/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE CALÇADA DE 43X90MT, COM ASSENTAMENTO DE PISOS INTERTRAVADOS 16 FACES (PAVIESS), PAVER DE CONCRETO TÁTIL E MEIO - FIO, NO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS.**Data da Assinatura:** 31/10/2017**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 31/10/2017 a 30/11/2017**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 96/2017

Publicação Nº 1425619

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 96/2017

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: AIRTON KERBES ME.

Objeto: Contratação de serviços especializados para realização de Concurso Público no município de Santa Terezinha do Progresso/SC, compreendendo as fases: elaboração do edital, disponibilizar site oficial para as inscrições, coordenar e receber as inscrições, fazendo a respectiva homologação, elaborar todas as provas escritas com questões inéditas, aplicar e corrigir as provas escritas e práticas, recrutar e treinar os fiscais de sala no dia da prova, proceder à classificação dos candidatos, divulgação dos resultados e demais atividades afins.

Processo Licitatório nº. 78/2017.

Tomada de Preços nº. 06/2017.

Valor: R\$ 20.890,00 (vinte mil oitocentos e noventa reais).

Vigência: 09 de novembro de 2017 a 09 de março de 2018.

Assinatura: 09 de novembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 242/2017

Publicação Nº 1425584

DECRETO Nº 242/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado o servidor Leandro De Paula, matrícula 12700/01, do cargo de Chefe de Setor, lotado no Departamento de Gestão e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,  
em 10 de Novembro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 243/2017

Publicação Nº 1426863

DECRETO Nº 243/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado a pedido do servidor ROGERIO MAICON NUNES, matrícula 12742/02, do cargo de Operador de Maquinas Agrícolas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,  
em 14 de Novembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

## **DECRETO MUNICIPAL N° 244/2017**

Publicação N° 1426865

DECRETO N° 244/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido da servidora MARLI MAKOSKI, matrícula 5959/02, do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,  
em 14 de Novembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

## **DECRETO MUNICIPAL N° 241/2017**

Publicação N° 1425580

DECRETO N° 241/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado a pedido do servidor CLEITON WEISS, matrícula 12670/02, do cargo de Operador de Retro-escavadeira, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,  
em 09 de Novembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO 73/2017

Publicação Nº 1425486

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº.	73/2017
Processo nº.	90/2017
Dispensa nº.	12/2017
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	VALMOR BREZOLIN
Objeto	Locação de imóvel para funcionamento da Biblioteca Pública Municipal Paulo Freire.
Valor	2.681,00 (dois mil seiscentos e oitenta e um reais)
Vigência	06 de setembro de 2017 à 31 de dezembro de 2017.
Santiago do Sul – SC, 06 de setembro de 2017.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
PREFEITO MUNICIPAL	

### CONTRATO 74/2017

Publicação Nº 1425488

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL – TERMO ADITIVO	
Contrato Nº	74/2017
Cont. Principal	66/2017
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	Reequilíbrio de valor de combustíveis.
Vigência	14 de setembro a 31 de dezembro de 2017.
Valor	R\$ 4.244,99 (quatro mil duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos).
Santiago do Sul-SC, 14 de setembro de 2017.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
Prefeito Municipal	

### CONTRATO 75/2017

Publicação Nº 1425489

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.75/2017	
Processo licitatório nº.92/2017	
Tomada de Preços nº.05/2017	
Empresa: AIRTON KERBES - ME	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E TESTE SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PODER PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC. COMPREENDENDO: ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, CORREÇÃO DAS PROVAS E ENTREGA DE RESULTADOS	
Valor R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).	
Validade de contrato até 31/12/2017	
SANTIAGO DO SUL, 02 de outubro de 2017.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
PREFEITO MUNICIPAL	



**CONTRATO 76/2017**

Publicação Nº 1425490

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.76/2017
Processo licitatório nº.102/2017
Tomada de Preços nº.06/2017
Empresa: PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELI – ME.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS EM ASSESSORIA NA ÁREA CONTÁBIL, RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DO PASEP E ASSESSORIA AO CONTROLE INTERNO NA REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS.
Valor R\$ 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais).
Validade de contrato até 28/02/2018
SANTIAGO DO SUL, 27 de outubro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO 77/2017**

Publicação Nº 1425491

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL – TERMO ADITIVO	
Contrato Nº	77/2017
Cont. Principal	66/2017
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	Aumento de quantidade de combustíveis Óleo Diesel S10 em 3500 litros e Gasolina Comum em 750 litros para utilização pela frota de veículos e máquinas do município de Santiago do Sul
Vigência	06 de novembro a 31 de dezembro de 2017.
Valor	R\$ 14.852,50 (quatorze mil oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).
Santiago do Sul-SC, 06 de novembro de 2017.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
Prefeito Municipal	

**CONTRATO 78/2017**

Publicação Nº 1425493

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL – TERMO ADITIVO	
Contrato Nº	78/2017
Cont. Principal	66/2017
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	Reequilíbrio de valor de combustíveis.
Vigência	10 de novembro a 31 de dezembro de 2017.
Valor	R\$ 2.507,10 (dois mil quinhentos e sete reais e dez centavos)
Santiago do Sul-SC, 10 de novembro de 2017.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
Prefeito Municipal	

**CONTRATO FMS 25/2017**

Publicação Nº 1425483

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL – TERMO ADITIVO

Contrato Nº	25/2017
Cont. Principal	18/2017
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	Reequilíbrio de valor de combustíveis.
Vigência	10 de novembro a 31 de dezembro de 2017.
Valor	R\$ 380,12 (trezentos e oitenta reais e doze centavos)
Santiago do Sul-SC, 10 de novembro de 2017.	
LILIAN BLANGER	
Gestora do FMS	

**DECRETO Nº289/2017 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1426780

DECRETO Nº289/2017 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.031 – Manut. Atividades Estruturais de Saúde da Família

Atividade: 2.031 – Manut. Atividades Estruturais de Saúde da Família

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.38–Aplicações Diretas .....R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Excesso de Arrecadação verificado até a presente data na Rubrica 4.1.7.2.1.38.01.00.00 FMS -Transferência de Recursos do SUS/UNIÃO – Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais/Incremento Temporário do Piso da Atenção Básica - PAB, disponíveis na Conta Corrente Nº.25.807-5 Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 07 de novembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

**TOMADA DE PREÇOS 07/2017**

Publicação Nº 1425513

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº. 115/2017.

Edital: TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2017.

Objeto: Execução de obra de ampliação e reforma do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social de Santiago do Sul.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 28 de novembro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 28 de novembro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br).

SANTIAGO DO SUL, 09 de novembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### LISTAGEM PORTARIAS Nº 14/11

Publicação Nº 1425417

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 2663, de 10 de novembro de 2017. Concede Progressão Vertical, a partir de 27 de setembro de 2017, Rosalina Telma Zigowski, Instrutor de Recriação, Grupo Ocupacional 03, Classe D, passando do Nível III para o Nível IV – Especialização. SEMAS.

Portaria nº 2664, de 10 de novembro de 2017. Concede Progressão Vertical, a partir de 3 de outubro de 2017, Marcos Favero Polati, Odontólogo, Grupo Ocupacional 07, Classe B, passando do Nível I para o Nível II – Especialização. SEMUS.

Portaria nº 2665, de 10 de novembro de 2017. Concede Progressão Vertical, a partir de 18 de outubro de 2017, Rosemari Alves Vieira Vitaczik, Auxiliar de Consultório Dentário, Grupo Ocupacional 03, Classe B, passando do Nível I para o Nível II – Ensino Técnico. SEMUS.

Portaria nº 2666, de 10 de novembro de 2017. Concede Progressão Vertical, a partir de 23 de outubro de 2017, Laercio Bueno da Silva, Operador de Máquina I – em extinção, Grupo Ocupacional 04, Classe B, passando do Nível I para o Nível II – Ensino Médio. SEMOB.

Portaria nº 2667, de 10 de novembro de 2017. Concede Progressão Vertical, a partir de 26 de outubro de 2017, Regina Batista Miguel Benitez, Odontólogo - ESF, Grupo Ocupacional 07, Classe B, passando do Nível I para o Nível II – Especialização. SEMUS.

Portaria nº 2668, de 10 de novembro de 2017. Concede Progressão Vertical, a partir de 31 de outubro de 2017, Tatyana Sarah Susin, Odontólogo Endodontista, Grupo Ocupacional 07, Classe B, passando do Nível I para o Nível II – Especialização. SEMUS.

Portaria nº 2669, de 10 de novembro de 2017. Concede Progressão Vertical, a partir de 3 de novembro de 2017, Elvis Wigando Baum, Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Classe B, passando do Nível I para o Nível II – Graduação. SECAD.

Portaria nº 2670, de 10 de novembro de 2017. Concede Progressão Vertical, a partir de 6 de novembro de 2017, José Tadeu de Santana Junior, Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Classe B, passando do Nível I para o Nível II – Ensino Técnico. SEMAS.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

### PORTARIA IPRESBS Nº373/2017

Publicação Nº 1425857

PORTARIA IPRESBS Nº 373/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 31/10/2017 a 14/12/2017, a servidora SOLANGE JUVER KAISEKAMP ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 16/10/2017 a 30/10/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/10/2017.

São Bento do Sul, 09/11/2017  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº374/2017**

Publicação Nº 1425858

PORTARIA IPRESBS Nº. 374/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/11/2017 a 31/03/2018 concedido a servidora CIRO ALVES FILHO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 107/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2017.

São Bento do Sul, 09/11/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº375/2017**

Publicação Nº 1425860

PORTARIA IPRESBS Nº 375/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 02/11/2017 a 30/11/2017, a servidora LUCINDA ISABEL ZOLLNER KROHL ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 18/10/2017 a 01/11/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/11/2017.

São Bento do Sul, 09/11/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº376/2017**

Publicação Nº 1425861

PORTARIA IPRESBS Nº 376/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 03/11/2017 a 19/01/2018, a servidora MARIA SENHORINHA DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 19/10/2017 a 02/11/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/11/2017.

São Bento do Sul, 09/11/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº377/2017**

Publicação Nº 1425862

## PORTARIA IPRESBS Nº 377/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/11/2017 a 27/11/2017, o servidor GILMAR SCHWIRKOWSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 27/10/2017 a 10/11/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/11/2017.

São Bento do Sul, 09/11/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº378/2017**

Publicação Nº 1425863

## PORTARIA IPRESBS Nº 378/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 14/11/2017 a 28/11/2017, a servidora CLEUSA DA ROSA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 30/10/2017 a 13/11/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/11/2017.

São Bento do Sul, 10/11/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº379/2017**

Publicação Nº 1425865

## PORTARIA IPRESBS Nº 379/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 06/11/2017 a 19/02/2018, a servidora RUBIA DA SILVA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período, 04/10/2017 a 04/10/2017 e 23/10/2017 a 05/11/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/11/2017.

São Bento do Sul, 10/11/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente



**PORTARIA IPRESBS Nº380/2017**

Publicação Nº 1425866

PORTARIA IPRESBS Nº. 380/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/11/2017 a 28/02/2018 concedido a servidora ANA MARIA MOCELIN ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 167/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2017.

São Bento do Sul, 10/11/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

---

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

---

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 64/2017**

Publicação Nº 1426747

Pregão Presencial nº 64/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 64/2017

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 28 de novembro de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de Serviço de consultoria para elaboração do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, em atendimento as resoluções 307/2002 e 448/2012 do CONAMA, bem como ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no ANEXO I do edital.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECRETO CTB Nº 73/2017

Publicação Nº 1426582

Decreto CTB Nº 73/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Excesso de Arrecadação um Crédito Suplementar no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01.12.782.0002.2.054-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de novembro de 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 40/2017 - CONVITE Nº 18/2017

Publicação Nº 1426724

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 40/2017

(Lei nº 8.666/93, art. 21)

Modalidade de licitação: CONVITE Nº 18/2017

Síntese do objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE TUBOS DE CONCRETO, FERRO, TELHAS, TIJOLOS DE LAJE COM VIGOTES, PARA USO NA RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA MALHA VIÁRIA EM SÃO BONIFÁCIO. Sessão de entrega de envelopes: 23 de Novembro de 2017, à Comissão de Licitações, às 13h30.

Sessão de Julgamento: 23 de Novembro de 2017, às 14h00.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 14 de Novembro de 2017. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 52/2017 - CONVITE Nº 19/2017

Publicação Nº 1426723

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 52/2017

(Lei nº 8.666/93, art. 21)

Modalidade de licitação: CONVITE Nº 19/2017

Síntese do objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE NITROGENIO LIQUIDO PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DESTE MUNICÍPIO. Sessão de entrega de envelopes: 22 de Novembro de 2017, à Comissão de Licitações, às 13h30.

Sessão de Julgamento: 22 de Novembro de 2017, às 14h00.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 14 de Novembro de 2017. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal

# São Domingos

## PREFEITURA

**DEC 241 DE 13 NOVEMBRO DE 20 17**

Publicação Nº 1426679

DECRETO Nº 241, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Admite servidor aprovado em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0043, de 26/07/2012; e:

- Considerando a solicitação do Secretário Municipal de Saúde, Gilmar Antonio Brandalize;
- Considerando que o Setor de Vigilância Sanitária conta com número reduzido de servidores para atender as demandas do setor;
- Considerando o último levantamento do índice de infestação por Aedes Aegypti – LIRAA, objetivando a identificação de criadouros e a situação de infestação, constatou-se que o município encontra-se em situação de alerta com índice de 2,9%;
- Considerando que desde o início do ano de 2016, foram encontrados 170 focos do mosquito Aedes Aegypti no município, fazendo com que seja considerado “município infestado” pela Diretoria de Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina;
- Considerando que 100% da área urbana do município está infestada;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido, com o objetivo de atender a necessidade temporária, o Senhor Wellington Salvio Barbosa, para exercer o cargo público de Fiscal de Vigilância Sanitária, Admitido em Caráter Temporário, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão do servidor mencionado será de 24 meses de acordo com o inciso III da Lei Complementar 043 de 26 de julho de 2012, ou até a realização do Concurso Público.

§ 2º O servidor integrará o Quadro Anexo I – Cargos Públicos – Grupo 3 – Serviços Auxiliares (SAUXI), Código 31.05, com 40 (quarenta) horas semanais, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Florianópolis para São Domingos (SC), 13 de novembro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Publicação Nº 1425399

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL - FUCISF, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.356.713/0001-42, cuja sede da administração está localizada na rua babitonga nº62 torre 2, Centro -São Francisco do Sul-SC, neste ato representada por Andréa de Oliveira, Diretora Presidente da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul ☐ FUCISF, torna público o presente Edital, que estabelece os procedimentos para o processo de escolha dos conselheiros representantes da sociedade civil que irão compor o Conselho Municipal de Cultural de São Francisco do Sul-SC.

#### I ☐ DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

De acordo com o Decreto Municipal n. 1340/2011, que regulamenta a Lei Municipal n. 848/2009, compete ao Conselho Municipal de Cultura:

I - propor, acompanhar, avaliar e fiscalizar ações de políticas públicas para o desenvolvimento da Cultura a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre na preservação do interesse público;

II - incentivar estudos, eventos, atividades permanentes e pesquisas na área da Cultura;

III - propor e analisar políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor cultural;

IV - Colaborar na articulação das ações entre entidades públicas e privadas da área da Cultura;

V - analisar e emitir opinativos, quando provocado, sobre questões técnico-culturais;

VI - estudar e sugerir medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento das atividades e investimentos realizados pela Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul;

VII - incentivar a permanente atualização do cadastro das entidades culturais do município;

VIII - buscar articulação com outros Conselhos e entidades afins, objetivando intercâmbios, acúmulo de experiências e ações conjuntas quando possível;

IX - definir diretrizes para a política cultural a ser implementada pela administração municipal;

X - definir critérios para a celebração de convênios entre a administração pública municipal e organizações públicas ou privadas, a serem firmados por intermédio da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul;

XI - sugerir ou organizar campanhas com o objetivo de incentivar ou desenvolver a cultura do Município;

XII - aprovar seu regimento interno e submetê-lo a homologação do Prefeito.

#### II - DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

O Conselho Municipal de Cultura ☐ CMC é constituído por 16 (dezesesseis) membros titulares e seus respectivos suplentes, garantindo a representação da Administração e das diversas formas de manifestação do universo cultural de São Francisco do Sul, por meio de entidades legalmente constituídas no município, com a seguinte composição:

##### I – GOVERNAMENTAIS

a) representante do Instituto do Patrimônio Arquetônico e Artístico Nacional;

b) representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

c) representante da Secretaria Municipal de Esportes;

d) representante da Secretaria Municipal de Turismo e Lazer;

e) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca;

f) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

g) representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Porto;

h) representante da Secretaria Municipal de Finanças.

##### II - NÃO GOVERNAMENTAIS

a) representante do Comércio e Indústria local do Município;

b) representante do segmento de letras e artes;

c) Representante do segmento do folclore;

d) representante das entidades carnavalescas;

e) representante do segmento de artesãos;

f) representante do segmento de etnias;

g) representante de entidade não governamental ligada à música;

h) representante de entidade não-governamental ligada à preservação do patrimônio histórico e promoção da cultura.

§ 1º Além dos membros especificados nos incisos anteriores, comporá o Conselho, na qualidade de presidente nato, o diretor da Fundação Cultural;

§ 2º O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, admitida a recondução por uma única vez e por igual período;

§ 3º Os membros indicados pelo Poder Executivo Municipal deverão ser servidores efetivos ou detentores de cargos em comissão, em exercício na Administração Municipal;

§ 4º O vice-presidente do Conselho e o secretário serão escolhidos mediante votação entre os membros que o compõem, na primeira reunião após a posse e nomeação pelo Prefeito Municipal dos membros governamentais e não governamentais;

§ 5º Somente poderão ser eleitos para os cargos referidos no parágrafo anterior os membros titulares.

### III □ DO PROCESSO DE ELEIÇÃO

Os candidatos que representem a sociedade civil serão eleitos democraticamente, na data de 28 de novembro de 2017, no Cine Teatro X de Novembro, na Rua Hercílio Luz, nº 50, Centro, São Francisco do Sul-SC, durante o evento do 2º Fórum de Cultura do Município de São Francisco do Sul.

As entidades envolvidas no processo de indicação e escolha dos conselheiros deverão cadastrar-se na Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul até a data de 27 de novembro de 2017, atendendo os seguintes requisitos mínimos de acordo com o Decreto 1340/2011:

I - ser associação, sociedade ou similar com, no mínimo, 01 (um) ano de comprovadas atividades legais no Município de São Francisco do Sul, sem fins lucrativos;

II - ser entidade cujos objetivos representem o segmento cultural numa das áreas de atuação mencionadas no inciso II do art. 3º do Decreto n. 1340/2011.

3.1 São impedidos de participar como candidatos no processo eleitoral agentes públicos contratados de quaisquer dos Poderes Municipais.

3.2 Poderão votar os maiores de 16 anos;

3.3 Poderão candidatar-se os maiores de 18 anos;

3.4 A representação da sociedade civil contemplará os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólicas, cidadã e econômica da cultura na sua composição;

3.5 Os membros da sociedade civil devem comprovar atuação de no mínimo um ano na área que pretendem participar ou formação acadêmica em uma das áreas que pretendem concorrer como conselheiro;

3.6 Os membros titulares da sociedade civil serão substituídos pelos suplentes sempre que deixarem de residir no município, renunciarem ao mandato ou em caso de ausência a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas no período de doze meses, sem justificativa;

3.7 Os interessados em eleger os conselheiros representantes da sociedade civil deverão ser :

a) maior de 16 anos;

b) inscrever-se e participar do Fórum Municipal de Cultura;

c) apresentar cédula de identidade ou documento equivalente com foto para fins de cadastramento à condição de eleitor.

### IV - DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições para as instituições interessadas em candidatar-se a uma cadeira no conselho de cultura serão realizadas entre 13 de novembro de 2017 e 27 de novembro de 2017, esporadicamente no dia 28 de novembro de 2017 no Cine teatro X de novembro até as 11h (dia do fórum).

4.2. Os candidatos à função de conselheiro deverão apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

a) ficha de inscrição devidamente preenchida (anexo I), contendo currículo de vínculo com a área e breve texto informando sua intenção na participação do Conselho Municipal de Cultura;

b) cópia de documentos que comprovem pelo menos um ano de atuação nas áreas não governamentais, descritas no item II deste edital, considerando-se hábil à comprovação os seguintes documentos: matérias de jornais, declarações emitidas por instituições públicas ou privadas, declarações pessoais assinadas e registradas em cartório, certificados ou outro documento que ateste efetivamente a realização das atividades;

c) documento oficial de identidade;

d) comprovante de residência na cidade de São Francisco do Sul;

e) declaração de que não exerce cargo comissionado, função gratificada ou possuir qualquer vínculo com o Poder Público do Município de São Francisco do Sul.

### V- DA ELEIÇÃO

5.1. A eleição do conselho será realizada no dia 28 de novembro de 2017, a partir das 13h no local de realização do Fórum Municipal de Cultura, que será amplamente divulgado;

5.2. A FUCISF designará uma Comissão eleitora, composta por três representantes para analisar a situação dos documentos apresentados durante o período das inscrições, coordenar o processo eleitoral e realizar a apuração dos votos, ou por meio de decisão colegiada devidamente motivada resolver questões omissas não previstas no edital;

5.3. Antes do ato de votação, os candidatos terão 5min para expor o seu currículo e apresentar os motivos de sua candidatura;

5.4. A eleição será realizada mediante aclamação dos participantes do Fórum Municipal de Cultura;

5.5. Os inscritos ausentes no dia da eleição serão desclassificados do processo eleitoral;

5.6. serão individualizados os processos de escolha dos representantes titulares e suplentes representantes da sociedade civil, de cada segmento cultural que formarão o conselho;

5.7. caso haja mais de um candidato para cada uma das vagas a serem preenchidas, será procedida eleição por contagem de votos;

5.8. Encerrada a votação, a Comissão eleitoral realizará a contagem dos votos e sua apuração, bem como a relação anexa com os nomes e assinaturas dos eleitores e dos candidatos que tiverem participado do pleito;

5.9. Serão considerados eleitos os candidatos com maior número de votos, respeitando o segmento para o qual se inscreveu;

5.10. serão considerados suplentes os candidatos com a segunda maior votação, respeitando o segmento para o qual se inscreveu;

5.11. do resultado da eleição caberá recurso à Comissão Eleitoral, no prazo de 5 dias úteis após o ato da eleição do conselho;

5.12. as razões dos recursos deverão ser protocoladas por escrito na sede da FUCISF;

5.13. o recurso será julgado pela Comissão eleitoral, que caso necessário dará oportunidade de ampla defesa, a quem possa ser prejudicado.

São Francisco do Sul, 10 de novembro de 2017.

Andréa de Oliveira

Diretora Presidente da FUCISF  
ANEXO I

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA  
PEDIDO DE REGISTRO DE INSCRIÇÃO

**DADOS PESSOAIS**

nome completo: \_\_\_\_\_

data de nascimento: \_\_/\_\_/\_\_

RG. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

TELEFONE DE CONTATO (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

ENTIDADE A QUE PERTENCE: \_\_\_\_\_

deseja se candidatar ao cargo de Conselheiro Municipal de Cultura?

( ) sim ( ) não

Se sim, envie em anexo a este formulário o seu currículo de vínculo com a área e os documentos exigidos no edital.

São Francisco do Sul(SC), 10 de novembro de 2017.

assinatura

**PP 044/2017**

Publicação Nº 1425485

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
LICITAÇÃO Nº 044/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria Nº 12.632, de 27 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08:30 horas do dia 23 de novembro de 2017, na sala de reuniões do Setor de Licitações, situado à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações.

**1. DO OBJETO**

1.1. Fornecimento de combustível, para os veículos da Frota da Secretaria Municipal de Saúde, para os Veículos Programa de Atenção Básica, Veículos do Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças – ECD, Veículos em Saúde e veículos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.1.2. O prazo estimado para o consumo dos produtos constantes nesta licitação será de 06 (seis) meses.

**2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.**

2.1. Local: Sala de Licitações, Praça Doutor Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro imprerterivelmente até às 08:30 (oito e trinta) horas do dia 23 de novembro de 2017.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: 08:30 (oito e trinta) horas do dia 23 de novembro de 2017, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

**3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO**

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: 06 (seis) meses;

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro.

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: o veículo abastecerá na bomba de combustível da Contratada, sendo que, o combustível somente deverá ser fornecido após a guia autorizada pela Contratante



**3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2061 - Manutenção do Programa de Atenção Básica
Elemento de Despesa	339030 01 – Aplicações diretas
Vínculo do Recurso	013801 – Piso de Atenção Básica

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2063 – Epidemiologia e controle e de doenças ECD
Elemento de Despesa	339030 01 – Aplicações diretas
Vínculo do Recurso	013801 – Piso de Atenção Básica

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2064 - Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária
Elemento de Despesa	339030 01 – Aplicações diretas
Vínculo do Recurso	33806 – Vigilância em Saúde

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2068 – Serviço de Atendimento Móvel SAMU
Elemento de Despesa	339030 01 – Aplicações diretas
Vínculo do Recurso	013809 – Serviço de Atendimento de urgência SAMU

**3.6. PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado 15 (quinze) dias após entrega das notas fiscais que devem ser faturadas quinzenalmente, condicionado a apresentação de atestado de recebimento dos mesmos pelo fiscal do contrato e Secretaria.

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Minuta do Contrato

Anexo VI. Recibo de Retirada de Edital

#### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostos.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

#### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal

circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 7.1, 7.2, 7.2.1 e 7.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 7.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

**9.1. DOS ENVELOPES:**

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO N° 044/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO N° 044/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 9 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 11 deste Edital.

**10. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

- a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);
- b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;
- c) indicação individualizada das características, descrições de que os produtos sejam compatíveis com o os que estejam sendo cotados e deverão estar de acordo com as exigências constantes no Anexo I, não admitindo propostas alternativas.

10.3 O licitante deverá mencionar na sua proposta:

- a) a distância entre o posto e o prédio do Fundo Municipal de Saúde, sito à rua Manoel A. Bueno, nº 387 – Rocio Grande;
  - a.1) a distância poderá ser verificada por meio de diligência nos termos do artigo 43, § 3º, da Lei de Licitações nº 8.666/93 e alterações;
- 10.3.1. Declarar que arcará gratuitamente com o combustível necessário para abastecer o veículo quando o trajeto entre o posto e o prédio do Fundo Municipal de Saúde, supramencionados, for superior à 4,5Km, distância esta que será multiplicada por dois (ida e volta) e considerando para tanto que o veículo tenha a seguinte relação de consumo: 7 Km/lt.
- 10.4. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.5. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.7. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.8. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.9. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

**11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO**

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

## 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

## 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições

oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;

b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;

c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;

d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

#### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

##### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope N° 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS A CAPACIDADE JURIDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira;

OBS: Os documentos relacionados nas alíneas do item "13.1.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

##### 14.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5452, de 1° de maio de 1943, de acordo com a Lei n° 12.440/2011.

g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

##### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a

apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

b.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante  
Passivo Circulante

#### 14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

14.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.5 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.6. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.7. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.8. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.9. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.10. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.11.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

#### 14. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.



## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;

g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância

aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 06 de novembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Aquisição de Combustível (gasolina comum e óleo diesel).

**2. FINALIDADE**

Abastecimento dos veículos leves, e furgões, incluindo ambulância, do Programa de Atenção Básica, Epidemiologia e Controle de Doenças, e Serviço Móvel de Urgência (SAMU), para o período de 06 meses, por se tratar de produto de uso contínuo, renovável pelo mesmo período, até o limite de 60 meses, reajustável conforme reajuste do órgão oficial competente.

**3. JUSTIFICATIVA**

Faz-se necessário a aquisição de combustível para que a Secretaria de Saúde possa exercer suas funções no atendimento a população, no transporte de pessoal, pacientes, materiais e equipamentos em geral.

**4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

Lote 02 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS - ECD					
ITEM	PRODUTO	UN	QTD	PREÇO UN	TOTAL
1	Gasolina comum	litros	3.500	R\$ 3,781	R\$ 13.233,50
Valor total estimado:				R\$ 13.233,50	

Lote 01 PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB					
ITEM	PRODUTO	UN	QTD	PREÇO UN	TOTAL
1	Gasolina comum	litros	14.000	R\$ 3,781	R\$52.934,00
2	Diesel S-10	litros	12.000	R\$ 3,185	R\$38.220,00
Valor total estimado:				R\$ 91.154,00	

Lote 03 VIGILÂNCIA EM SAÚDE					
ITEM	PRODUTO	UN	QTD	PREÇO UN	TOTAL
1	Gasolina comum	litros	3.500	R\$ 3,781	R\$ 13.233,50
Valor total estimado:				R\$ 13.233,50	

Lote 04 SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU					
ITEM	PRODUTO	UN	QTD	PREÇO UN	TOTAL
1	Diesel S-10	litros	2.000	R\$ 3.185	6.370,00
Valor total estimado:				R\$ 6.370,00	

Valor Total estimado: R\$ 123.991,00

**FORMA DE PAGAMENTO:**

Em até 15 dias após a entrega das notas fiscais que devem ser faturadas quinzenalmente.

**FORMA DE ENTREGA:**

O veículo abastecerá na bomba do posto de combustível do próprio vencedor. Sendo que, o combustível será fornecido mediante apresentação de guia autorizada pela Saúde.

**PERÍODO DE EXECUÇÃO:**

Por um período de 06 (seis) meses.

Nádia Moreira Raposo  
Secretária Municipal de Saúde

**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N° 044/2017**

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL E A EMPRESA .....

Instrumento Particular de Contrato que entre si fazem o MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC., entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. sob nº 03.264.792/0001-08, neste ato representado pelo seu Gestor, Sr. Lincon Machado Carmargo, brasileiro, casado, Funcionário Público, inscrito no CPF. sob nº 032.572.739-24, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Mario Roberto Robaina, nº523 Água Branca e de outro lado a empresa ..... , pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF. sob nº ..... , estabelecida ..... , neste ato representada por seu ..... , inscrito no CPF sob nº ..... , residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório – PREGÃO Nº 044/2017, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017, de conformidade com a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações, têm entre si justo e acertado o seguinte:

#### CLÁUSULA 1ª – OBJETO

1.1 O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento de combustível, para os veículos da Frota da Secretaria Municipal de Saúde, para os Veículos Programa de Atenção Básica, Veículos do Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças – ECD, Veículos em Saúde e veículos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, em conformidade com as especificações constantes do Termo de referência e Proposta da Contratada, parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, sendo :

#### CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ ..... , totalizando R\$ ..... ( ..... ), cujo pagamento dar-se-á à CONTRATADA em até trinta dias, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e o respectivo comprovante de abastecimento.

#### CLÁUSULA 3ª – DOS RECURSOS

3.1 As despesas decorrentes deste Contrato estão consignadas no orçamento do exercício de 2016, e correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2061 - Manutenção do Programa de Atenção Básica
Elemento de Despesa	339030 01 – Aplicações diretas
Vínculo do Recurso	013801 – Piso de Atenção Básica

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2063 – Epidemiologia e controle e de doenças ECD
Elemento de Despesa	339030 01 – Aplicações diretas
Vínculo do Recurso	013801 – Piso de Atenção Básica

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2064 - Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária
Elemento de Despesa	339030 01 – Aplicações diretas
Vínculo do Recurso	33806 – Vigilância em Saúde

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	2068 – Serviço de Atendimento Móvel SAMU
Elemento de Despesa	339030 01 – Aplicações diretas
Vínculo do Recurso	013809 – Serviço de Atendimento de urgência SAMU

#### CLÁUSULA 4ª – ALTERAÇÃO DE PREÇOS

4.1 No caso de haver alteração de preços dos combustíveis pelo Governo Federal, os preços estabelecidos neste Contrato serão fixados no mesmo percentual.

#### CLÁUSULA 5ª – PENALIDADES

5.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, o Município poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

- advertência, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;
- multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total empenhado, em virtude de atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de cinco dias;
- multa de 2% (dois por cento), sobre o valor integral do empenho, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois)

anos.

5.2. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

5.3. A sanção prevista na alínea "d", do subitem 5.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

5.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

5.5. As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à contratada, se houver, ou cobradas judicialmente.

#### CLÁUSULA 6ª - RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, nas seguintes condições:

6.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

c) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

6.1.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

6.1.3 Judicial, nos termos da legislação;

6.2 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### CLÁUSULA 7ª - ENCARGOS

7.1 Todos os encargos de natureza previdenciária, trabalhista, e quaisquer outros que venham a decorrer do Contrato ora ajustado correrão por conta da CONTRATADA, comprometendo-se a mesma a apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Finanças, cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, sob pena da não liberação do pagamento.

#### CLÁUSULA 8ª – PRAZO E FORNECIMENTO

8.1 O presente Contrato passará a vigorar a partir da data de sua assinatura, pelo período de 06 (seis) meses, prorrogável por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

8.2 Os produtos relacionados na cláusula primeira serão solicitados de acordo com a sua necessidade, mediante apresentação de requisição devidamente assinada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

8.3 Os produtos deverão ser fornecidos diariamente (inclusive sábados domingos e feriados), 24 horas por dia, conforme solicitação do Setor de Transporte da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA 9ª - FORO

9.1 Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca.

E, por estarem acordes, assinam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo. São Francisco do Sul, 00 de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
NADIA MOREIRA RAPOSO

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

#### ANEXO III

PREGÃO Nº 044/2017

#### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_

(nome da empresa)

sediada \_\_\_\_\_

(endereço completo)

declara, sob as penas da lei, que CUMPRE todos os requisitos habilitatórios do Pregão nº 044/2017 do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul-SC.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome completo do representante da empresa ou proprietário, nº da C.I.)

(assinatura)

#### ANEXO IV

PREGÃO Nº 044/2017

#### PROCURAÇÃO

Por este instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, outorga poderes a \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, para representá-la no Pregão



nº 044/2017 do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul-SC, podendo o mandatário praticar todos os atos relativos ao certame, notadamente: formular ofertas, inclusive verbais; assinar os documentos da licitação; negociar preços; e interpor recursos ou renunciar ao direito de propô-los.

(assinatura, nome e CPF do mandante)

#### ANEXO V

PREGÃO Nº 044/2017

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_  
(nome do profissional ou da empresa)

(endereço completo)

declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão nº 044/2017, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome completo do representante da empresa ou proprietário, nº da C.I.)

(assinatura)

#### ANEXO VI

044/2017

#### DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_  
(nome da empresa)

sediada \_\_\_\_\_

(endereço completo)

declara, sob as penas da lei, que CUMPRE o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome completo do representante ou proprietário da empresa, nº da C.I.)

(assinatura)

#### ANEXO VII

#### RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

044/2017

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Fundo Municipal de Saúde e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao Setor de Licitação por e-mail no endereço [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br)

A não remessa do recibo exime o Pregoeiro da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: \_\_\_\_\_

C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura

**PP 045/2017**

Publicação Nº 1425482

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
LICITAÇÃO Nº 045/2017**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº. 13.697 de 11/01/2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08:30 (oito e trinta) horas do dia 24 de novembro de 2017, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Doutor Getúlio Vargas, nº 01 - Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

**1. DA LICITAÇÃO****1.1 – DO OBJETO**

1.1.1. Aquisição de aparelhos de ar condicionado, computadores, eletrodomésticos, móveis para escritório, móveis sob medida, equipamentos e móveis hospitalares e odontológicos, e materiais de uso geral para equipar as novas unidades de Estratégia de Saúde da Família – ESF, nos bairros Acaraí, Sandra Regina e Vila da Glória em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.1.2. O prazo estimado para o fornecimento dos produtos constantes nesta licitação será de acordo com a necessidade da Secretaria.

**2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.**

2.1. Local: Sala de Licitações, Praça Doutor Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro impreterivelmente até às 08:30 (oito e trinta) horas do dia 24 de novembro de 2017.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: 08:30 (oito e trinta) horas do dia 24 de novembro de 2017 ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

**3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO**

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: conforme necessidade da Secretaria;

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro.

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: A entrega deverá ocorrer no prazo de 10 dias corridos, após solicitação do Fundo Municipal de Saúde.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
Elemento de Despesa	344952-08 – Aparelhos, equip. utensílios medico odontológicos , laboratorial e hospitalar
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
Elemento de Despesa	344952-12 – Aparelhos e utensílios domésticos
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
Elemento de Despesa	344952-35 – Equipamentos de Processamento de dados
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa	344952-42 – Mobília em Geral
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
Elemento de Despesa	344952-99 – Outros equipamentos e materiais permanentes
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

3.6. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após entrega do objeto do contrato, condicionado a apresentação de atestado de recebimento dos mesmos pelo fiscal do contrato e Secretaria.

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Minuta do Contrato;

Anexo VII. Recibo de Retirada de Edital;

#### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

#### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 7.1, 7.2, 7.2.1 e 7.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 7.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 045/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 045/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos

no Item 9 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 11 deste Edital.

#### 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

c) indicação individualizada da marca, características, e descrições de que os produtos sejam compatíveis com o os que estejam sendo cotados e deverão estar de acordo com as exigências constantes no Anexo I, não admitindo propostas alternativas.

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluído todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

#### 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

#### 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexeqüíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúbia interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexeqüíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

#### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope N° 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS A CAPACIDADE JURIDICA



- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
  - b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato Consolidado, devidamente arquivado no Registro do Comércio, em se tratando de Sociedades Empresárias e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;
  - c) Registro do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova de diretoria em exercício;
  - d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira;
- OBS: Os documentos relacionados nas alíneas do item "13.1.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

#### 14.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

#### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.
- b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- b.4. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;
- b.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante  
Passivo Circulante

#### 14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

14.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.5 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.6. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.7. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.8. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.9. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.10. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.11.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

#### 14. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

#### 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

#### 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

#### 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

#### 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto

ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e o respectivo comprovante de abastecimento.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 09 de novembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ....., representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ....., e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ....., portador (a) da Cédula de Identidade RG nº .....e CPF nº ....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº 045/2017, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 045/2017

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 045/2017

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 045/2017 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de ..... , Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017



Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO V

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao:  
Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº. 045/2017

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2017, cujo objeto é a Aquisição de ....., de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO  
PREGÃO Nº 045/2017

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Instrumento Particular de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 01.744.089/0001-63, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Srº. Lincon Machado Carmargo, brasileiro, casado, Funcionário Público, inscrito no CPF. sob nº 032.572.739-24, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Mario Roberto Robaina, nº523 Água Branca e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, No \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrita no CPF. sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada na \_\_\_\_\_, No \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade \_\_\_\_\_, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório Nº 045/2017 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, de conformidade com a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações, têm entre si justo e acertado o seguinte:

## CLÁUSULA 1ª – OBJETO

1.1 Aquisição de aparelhos de ar condicionado, computadores, eletrodomésticos, móveis para escritório, móveis sob medida, equipamentos e móveis hospitalares e odontológicos, e materiais de uso geral para equipar as novas unidades de Estratégia de Saúde da Família – ESF, nos bairros Acaraí, Sandra Regina e Vila da Glória em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

## CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 Perfaz o presente contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_, irrecorrível, cujo pagamento dar-se-á à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após entrega do pedido, mediante apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, atestando o recebimento dos produtos.

## CLÁUSULA 3ª – DOS RECURSOS

3.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
Elemento de Despesa	344952-08 – Aparelhos, equip. utensílios medico odontológicos , laboratorial e hospitalar
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa	344952-12 – Aparelhos e utensílios domésticos
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
Elemento de Despesa	344952-35 – Equipamentos de Processamento de dados
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
Elemento de Despesa	344952-42 – Mobília em Geral
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
Elemento de Despesa	344952-99 – Outros equipamentos e materiais permanentes
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

#### CLÁUSULA 4ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1 Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, o Município poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

- a) advertência, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;
- b) multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total empenhado, em virtude de atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de cinco dias;
- c) multa de 2% (dois por cento), sobre o valor integral do empenho, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

4.2 Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

4.3. A sanção prevista no item 4.1 alínea "d", poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

4.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

4.5. As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à contratada, se houver, ou cobradas judicialmente.

#### CLÁUSULA 5ª - RESCISÃO CONTRATUAL

5.1 O presente Contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações.

#### CLÁUSULA 6ª - ENCARGOS

6.1 A CONTRATADA assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, bem como dos demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA 7ª – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1 A entrega deverá ser feita em conforme solicitação da Secretaria e com o Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA 8ª – VIGÊNCIA

8.1 O presente contrato passará a vigorar na data de sua assinatura, por um período de 120 (cento e vinte) dias.

**CLÁUSULA 8ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- h) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- i) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- j) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.
- l) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

8.2 As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

8.3 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

8.4 As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

8.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.6 Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

8.7 Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

**CLÁUSULA 9ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 A CONTRATANTE se obriga a:

- a) efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento;
- b) comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na entrega do objeto;

**CLÁUSULA 10ª – FISCALIZAÇÃO**

10.1 A fiscalização do contrato será exercida pelo Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC por meio de servidor designado.

Fiscalizador: \*\*\*\*\*

10.2 A fiscalização se reserva o direito de recusar e/ou devolver os produtos que estiverem em desacordo ou que não atenderem as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

10.3 A entrega dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da contratante, com atribuições específicas, devidamente designado em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666-93, ao qual caberá:

- a) responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editais;
- b) certificar a entrega dos produtos, encaminhando cópia desta certificação à Secretaria Municipal de Finanças;
- c) pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade.
- d) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul;
- e) notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula deste contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração, para ser anexada ao contrato;
- f) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da CONTRATANTE;
- g) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Parágrafo Primeiro

A contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com este Contrato.

#### CLÁUSULA 11ª - BASE LEGAL

11.1 Onde este Contrato for omissivo, prevalecerão as normas da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA 12ª - FORO

12.1 Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca.

E, por estarem acordes, assinam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

NADIA MOREIRA RAPOSO GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SOCIAL		
CONTRATANTE		CONTRATADA
TESTEMUNHAS:		
CPF:		
CPF:		

São Francisco do Sul, 00 de \_\_\_\_\_ de 2016

#### ANEXO VII

#### RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

#### PREGÃO Nº 000

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
Elemento de Despesa	344952-08 – Aparelhos, equip. utensílios medico odontológicos , laboratorial e hospitalar
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
Elemento de Despesa	344952-12 – Aparelhos e utensílios domésticos
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
Elemento de Despesa	344952-35 – Equipamentos de Processamento de dados
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa	344952-42 – Mobília em Geral
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

Unidade Orçamentária	2701 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade	1050 - Manutenção do Programa de Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial
Elemento de Despesa	344952-99 – Outros equipamentos e materiais permanentes
Vínculo do Recurso	33815 Transferência SUS PMAQ

/2017

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre o Fundo Municipal de Saúde e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao Setor de Licitação por meio do e-mail: [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br)

A não remessa do recibo exime o Pregoeiro da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: \_\_\_\_\_  
C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura

## PP 094/2017

Publicação Nº 1425487

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 094/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.448 de 30 de agosto de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08:30 horas do dia 27 de novembro de 2017, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

#### 1. DA LICITAÇÃO

##### 1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de materiais de construção, pintura e utensílios para Secretaria de Obras, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

#### 2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 08:30 do dia 27 de novembro de 2017.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: Será às 08:30 do dia 27 de novembro de 2017, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

#### 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: 15 dias após a solicitação da Secretaria .

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1503 – Secretaria Municipal de Obras e Serv. Públicos
Projeto Atividade	2075 – Manutenção da Atividades das Sec. de Obras
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos Ordinários
Elemento de Despesa	333903024 – Material para manutenção de Bens Móveis

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

#### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

#### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex ou pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao Pregoeiro (a) até 02 (dois) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro (a).

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designada outra data para realização do pregão.

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;



- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 094/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 094/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

**CNPJ**

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

**10. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

c) indicação individualizada da marca de cada item, características e descrições de que os produtos sejam compatíveis com os que estejam sendo cotados e deverão estar de acordo com as exigências constantes do Anexo I, não se admitindo propostas alternativas.

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluído todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

**11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO**

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão

corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúbia interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexeqüíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

#### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

##### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

a) serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

###### 14.1.1. RELATIVOS A CAPACIDADE JURIDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato Consolidado, devidamente arquivado no Registro do Comércio, em se tratando de Sociedades Empresárias e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;
- c) Registro do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira;

OBS: Os documentos relacionados nas alíneas do item "13.1.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

###### 14.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

###### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

###### 14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

14.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.5 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.6. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/

validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.7. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.8. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.9. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.10. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.11.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

## 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a



proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

#### 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

#### 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

#### 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro (a) avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados a Autoridade Competente, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro (a), ou, quando houver recurso pela própria Autoridade Competente, que decidirá quanto à contratação.

#### 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO



20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

- I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;
- II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;
- III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;
- IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;
- V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal no Setor de Contabilidade, devidamente visada por funcionário autorizado pela Secretaria Municipal de Educação, comprovando a entrega do objeto.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 09 de novembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Aquisição de Materiais para a Secretaria Municipal de Obras, para limpeza urbana (capinação, varrição e pinturas de vias e praças públicas), que foi assumido pelo município, período consumo, exercício 2017.

#### 2. OBJETIVO/FINALIDADE



Manutenção e Prevenção do Patrimônio Público Municipal, sendo, ruas e praças públicas do Município de São Francisco do Sul.

### 3. JUSTIFICATIVA

Faz-se necessário a aquisição destes materiais para a manutenção e prevenção do patrimônio público municipal, (capinação, varrição e pinturas de vias e praças públicas), serviços estes que foram assumidos pelo nosso Município a partir de 2017, deixando o mesmo de ser terceirizado. Para a central da Secretaria Municipal de Obras, Secretaria dos Balneários, Praia do Ervino, Tendência do Distrito do Sai-Vila da Glória.

### 4. DO VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO

Os valores unitários do lote estimados para a aquisição pretendida deverão obedecer a planilha de preços máximos aceitáveis, constante no Anexo I – Termo de Referência – Item 5 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, tendo como base a média obtido em pesquisa de preços de mercado, válido somente para o realinhamento da proposta da empresa VENCEDORA.

### 5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto a ser adquirido deverá guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições constantes no Edital do Pregão, sendo:

LOTE Único- Materiais

Item	Especificações	Unid.	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
1	Pincel médio 2in cabo plástico com cerdas de 50mm	Unid.	40	R\$ 5,27	R\$ 210,80
2	Pincel Pequeno 1in cabo plástico com cerdas de 25mm	Unid.	40	R\$3,56	R\$ 142,40
3	Pincel Grande 3in cabo plástico com cerdas de 76mm	Unid.	40	R\$ 9,38	R\$ 375,20
4	Lixa grossa nº 80 para massa e madeira 44g A80 folha 225x275mm	Unid.	50	R\$ 1,73	R\$ 86,50
5	Lixa fina nº100 multiuso folha 225x275mm A230 P100 vermelha	Unid.	50	R\$ 1,52	R\$ 76,00
6	Fita adesiva crepe com marcador longo na cor branca 50 mm X 50 mm	Rolo	20	R\$ 15,62	R\$ 312,40
7	Removedor de tinta lata com 3,6litros removedor em gel para esmaltes, texturas, vernizes e stains uso profissional	Galão	6	R\$ 481,68	R\$ 2.890,08
8	Espátula grande reta 120mm lisa 12cm aço cabo anatômico de madeira estabilizada	Unid.	15	R\$ 9,62	R\$ 144,30
9	Espátula média reto 80mm liso aço com cabo pvc	Unid.	15	R\$ 6,20	R\$ 93,00
10	Tinta branca acrílica 18 litros, aplicação exterior / interior, acabamento fosco, composição básica, emulsão de resina acrílica, pigmentos cargas minerais e aditivos bactericidas fungicidas e algicidas	Galão	15	R\$ 201,39	R\$ 3.020,85
11	Tinta azul acrílica de 18 litros, aplicação exterior / interior, acabamento fosco, composição básica emulsão de resina acrílica, pigmentos cargas minerais e aditivos bactericidas fungicidas e algicidas	Galão	15	R\$ 188,06	R\$ 2.820,90
12	Tinta vermelha acrílica de 18 litros, aplicação exterior / interior acabamento fosco, composição básica, emulsão de resina acrílica, pigmentos cargas minerais e aditivos bactericidas fungicidas e algicidas	Galão	15	R\$ 150,78	R\$ 2.261,70
13	Tinta zarcão de 3,6 litros para pintura de ferros, fundo anticorrosivo indicado para superfícies ferrosas, externas e internas.	Lata	11	R\$ 55,50	R\$ 610,50
14	Rolo p/pintura de parede de lã de carneiro 9mm antirrespingo com garfo	Unid.	20	R\$ 15,02	R\$ 300,40
15	Rolo p/pintura de parede de lã de carneiro 9mm antirrespingo com garfo	Unid.	20	R\$ 15,02	R\$ 300,40
16	Rolo p/pintura de parede de lã de carneiro 9mm antirrespingo com garfo	Unid.	20	R\$ 15,02	R\$ 300,40
17	Estopa para limpeza de pintura com malha costurada, retalhos de malha de algodão	Kg	50	R\$ 6,75	R\$ 337,50
18	Saco de lixo 50 litros, pacote com 10 unidades reforçado preto com 60 litros 63x80 micra 0,07	Unid.	480	R\$ 4,43	R\$ 2.126,40
19	Saco de lixo de 100 litros, pacote com 10 unidades reforçado preto 75x105 micra 0,10	Unid.	570	R\$ 6,65	R\$ 3.790,50

20	Saco de lixo de 150 litros, pacote com 10 unidades reforçado preto 90x115 micra 0,10	Unid.	200	R\$ 8,88	R\$ 1.776,60
21	Cabo para enxada de madeira 1,20 de altura	Unid.	20	R\$ 8,18	R\$ 163,50
22	Cabos de pá de madeira 1,20 altura	Unid.	20	R\$ 8,80	R\$ 176,00
23	Rastele de juntar folhas 30in de ferro cabo de madeira com 12 dentes	Unid.	30	R\$ 15,88	R\$ 476,40
24	Vassoura comum multiuso material sintético, cabo metal	Unid.	60	R\$ 23,69	R\$ 1.421,40
25	Vassoura Piaçava cabo madeira fixo	Unid.	50	R\$ 25,88	R\$ 1.294,00
26	Pazinha de juntar lixo para varredor de rua uso externo resistente inox e cabo de madeira	Unid.	50	R\$ 17,17	R\$ 858,50
27	Bandeja recipiente para pintura em polipropileno 4,0 litros para rolo até 23cm Altura: 80mm Largura: 300mm Comprimento: 380mm preta grande	Unid.	20	R\$ 6,06	R\$ 121,20
28	Brocha para pintura cabo plástico 18 cm	Unid.	50	R\$ 10,73	R\$ 536,50
					R\$ 27.024,33

R\$ 27.024,33 (Vinte e sete mil, vinte e quatro reais e trinta e três centavos)

· OBSERVAÇÃO: Os itens do lote deverão conter indicação individualizada da marca e das características do material que esteja sendo cotado, que deverá estar de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência.

#### 6. LOCAIS PARA ENTREGA

- Secretaria Municipal de Obras, localizada na Rua Don Fernando Trejo Y Sanabria, nº 635 - Bairro Acaraí, São Francisco do Sul;

#### 7. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme descrito na Requisição de Despesa n. 104/2017 da Secretaria Municipal de Obras.

#### 8. FISCALIZAÇÃO

Fica o servidor Jorge Macedo, Assessor Executivo, designado pela Secretaria Municipal de Obras, para fiscalizar o contrato.

#### 9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado.

O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

#### 10. ACEITAÇÃO DO OBJETO

De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n. 8.666/1993.

#### 11. SANÇÕES

De acordo com o artigo 78 e seguintes da Lei n. 8.666/1993.

#### 12. AMOSTRAS

A empresa vencedora, deverá apresentar na Secretaria Municipal de Obras, sito a Rua Don Fernando Trejo Y Sanabria, nº 635 - Bairro Acaraí, São Francisco do Sul, amostras de todos os itens, num prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o certame, sendo 1 (uma) amostra de cada item, com a devida identificação numérica, para análise e aprovação da Secretaria de Obras. A empresa vencedora, cujas amostras foram aprovadas, poderá deduzir da quantidade total dos produtos a serem entregues, as amostras entregues e aprovadas na Secretaria de Obras.

#### 13. FORMA E PRAZO DE ENTREGA

Lote único deverá ser feita em uma única vez, na sede da Secretaria de Obras, localizada na Rua Dom Fernando & Trejo, nº 635, Acaraí, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a solicitação da Assessoria Administrativa da Secretaria de Obras, após assinatura do contrato.

#### 14. PAGAMENTO

Os pagamentos dos produtos do lote serão realizados mensalmente, em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal, vigência do contrato/2107, conforme a entrega dos produtos.

#### 15. PERÍODO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

A vigência e a execução do contrato é para o exercício de 2017

-----  
Sérgio Murilo de Carvalho Oliveira  
Secretário Municipal de Obras

#### ANEXO II

#### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ....., representada neste ato por seu(s) sócios

(qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ..... , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ..... , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2017, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 094/2017

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2017, cujo objeto é a Aquisição de parque infantil colorido em plástico rígido e cama empilhável, com instalação inclusa,, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

### ANEXO IV

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 094/2017

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

### ANEXO V

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 094/2017

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 094/2017 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de ..... , Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO Nº 094/2017.

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC E A EMPRESA

Instrumento Particular de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 83.102.269/0001-06, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrita no CPF. sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada na \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade \_\_\_\_\_, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000/2017 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017, de conformidade com a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações, têm entre si justo e acertado o seguinte:

## CLÁUSULA 1ª – OBJETO

1.1 O Presente Contrato tem por objeto a aquisição de materiais de construção e ferramentas para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações constantes do Edital, Anexo I e proposta da vencedora, parte integrante deste Contrato.

## CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Perfaz o presente contrato o valor total de R\$ \_\_\_\_\_, irrevogável, cujo o pagamento dar-se-á à CONTRATADA, mensalmente, em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal, durante os 06 meses de vigência do contrato, para o LOTE 01 e para o LOTE 02 será realizado em uma única vez, após a entrega total dos produtos, em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal.

2.2. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

2.3. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## CLÁUSULA 3ª – DOS RECURSOS

3.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Recursos Utilizados	
Código Reduzido:	208
Órgão:	15 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade:	3 – Gerência de Administração Regional
Ação:	2075– Manutenção das Atividades da Sec. de Obras com Serviços Públicos
Vínculo:	1000000 – Recursos Ordinários



Recursos Utilizados	
Subelemento:	333903024000000 – Material para Manutenção de Bens Imóveis

**CLÁUSULA 4ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

4.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

g) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

h) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

i) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

j) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

l) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

4.2 As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

4.3 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

4.4 As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

4.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.6 Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

4.7 Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

**CLÁUSULA 5ª - RESCISÃO CONTRATUAL**

5.1 O presente Contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações.

#### CLÁUSULA 6ª - ENCARGOS

6.1 A CONTRATADA assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, bem como dos demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA 7ª – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1 A entrega dos materiais será feita conforme solicitação da Secretaria

#### CLÁUSULA 8ª – VIGÊNCIA

8.1 O presente contrato passará a vigorar a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017

#### CLÁUSULA 9ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA se obriga a:

- a) entregar o objeto em estrita conformidade com as disposições deste Contrato, seus anexos, e com os Termos da Proposta de Preços da CONTRATADA;
- b) fornecer o objeto gradativamente, conforme solicitação da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.
- c) responsabilizar-se pela qualidade dos materiais fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados a Administração Municipal;
- d) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
- e) aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- f) manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação;
- g) cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;
- h) o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado;
- i) responsabilizar-se pela entrega dos materiais conforme estabelecido neste Contrato e Termo de Proposta da Contratada, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
- j) arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento dos materiais

#### CLÁUSULA 10ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 A CONTRATANTE se obriga a:

- a) efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento;
- b) comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na entrega do objeto;

#### CLÁUSULA 11ª – FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização do contrato será exercida pelo servidor Fernando Bilk, assessor Executivo, designado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

11.2. A fiscalização se reserva o direito de recusar e/ou devolver os produtos que estiverem em desacordo ou que não atenderem as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

11.3. A entrega dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da contratante, com atribuições específicas, devidamente designado em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666-93, ao qual caberá:

- a) responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;
- b) certificar a entrega dos produtos, encaminhando cópia desta certificação à Secretaria Municipal de Finanças;
- c) pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade.
- d) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul;
- e) notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula deste contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração, para ser anexada ao contrato;
- f) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da CONTRATANTE;
- g) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Parágrafo Primeiro: A contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com este Contrato.

#### CLÁUSULA 12ª - BASE LEGAL

12.1 Onde este Contrato for omissivo, prevalecerão as normas da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA 13ª – FORO

13.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca.

E, por estarem acordes, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Francisco do Sul, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

RENATO GAMA LOBO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL		
CONTRATANTE		XXXXXXXXXXXX
TESTEMUNHAS:		CONTRATADA
CPF:		
CPF:		

### PP 095/2017

Publicação Nº 1425504

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 095/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.448 de 30 de agosto de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 10h00 (dez) horas do dia 27 de novembro de 2017, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

#### 1. DA LICITAÇÃO

##### 1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de material de expediente para os CMEI's e Escolas da rede Pública Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

#### 2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 10h00 (dez ) horas do dia 27 de novembro de 2017.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: Será às 10h00 (dez ) horas do dia 27 de novembro de 2017, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

#### 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: 15 dias após a solicitação da Secretaria .

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	1401 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura Gerencia de Ensino
Projeto Atividade	2022 – Manutenção da Atividades das Sec. Educação com Ensino Fundamental
Vínculo do Recurso	1010000 – Rec. de impostos e de transf. de imp-educ
Elemento de Despesa	333903016 – Material de Expediente

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

#### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

#### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex ou pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao Pregoeiro (a) até 02 (dois) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro (a).

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designada outra data para realização do pregão.

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 095/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 095/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa

e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

c) indicação individualizada da marca de cada item, características e descrições de que os produtos sejam compatíveis com os que estejam sendo cotados e deverão estar de acordo com as exigências constantes do Anexo I, não se admitindo propostas alternativas.

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluído todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

## 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

## 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.



12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;

d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

#### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

##### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

a) serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

###### 14.1.1. RELATIVOS A CAPACIDADE JURIDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato Consolidado, devidamente arquivado no Registro do Comércio, em se tratando de Sociedades Empresárias e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;

c) Registro do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira;

OBS: Os documentos relacionados nas alíneas do item "13.1.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

###### 14.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.

g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

###### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

b.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante  
Passivo Circulante

#### 14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

14.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.5 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.6. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.7. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.8. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.9. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.10. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.11.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

#### 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

#### 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão

pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento

dos requisitos, o Pregoeiro (a) avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados a Autoridade Competente, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro (a), ou, quando houver recurso pela própria Autoridade Competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal no Setor de Contabilidade, devidamente visada por funcionário autorizado pela Secretaria Municipal de Educação, comprovando a entrega do objeto.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar



à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
- f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.
- i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;
- j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.



23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 09 de novembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

#### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO

Aquisição de material de expediente.

##### 2. OBJETIVO / FINALIDADE

Distribuição aos Cmeis e Escolas da rede Pública Municipal de Ensino.

##### 3. JUSTIFICATIVA

Atender as necessidades de materiais dos professores e dos alunos, garantindo um aprendizado de ótima qualidade a todos os alunos da Rede Pública Municipal de Ensino.

##### 4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

###### LOTE 01

Item	Especificações	Qtde.	Unidade de medida	Valor Média	Valor Total
1	Alfinete para mapa, colorido, tipo redondo, 8mm, embalagem com 50 unidades.	10	Caixa	R\$ 7,00	R\$70,00
2	Borracha macia para apagar lápis grafite, de vinil, medindo aproximadamente 42x21x11mm, com capa/cinta protetora (plástica). Embalagem com 18 unidades.	3	Caixa	R\$ 31,70	R\$ 95,10
3	Bloco adesivo pequeno 3,8cm x 5cm, com 100 folhas, embalagem com 4 unidades.	10	Pacote	R\$ 10,60	R\$ 106,00
4	Bloco adesivo médio 76mm x 76mm, com 100 folhas, embalagem com 4 unidades.	10	Pacote	R\$ 13,10	R\$ 131,00
5	Barbante cru, 100% algodão, fio 4/8, embalagem (rolo) com 600gr.	35	Rolo	R\$ 16,43	R\$ 575,17
6	Caixa Plástica para Arquivo Morto em Polionda, medidas mínimas: 35x13x-25cm, embalagem com 5 unidades.	50	Pacote	R\$ 43,75	R\$ 2.187,50
7	Cartolina 50 x 66 cm, gramatura 150; diversas cores.	4000	Unidade	R\$ 1,87	R\$ 7.466,67
8	Cola colorida, 23 gramas cada, cores diversas, embalagem contendo 6 unidades.	70	Caixa	R\$ 13,43	R\$ 940,33
9	Caneta quadro branco recarregável, nas cores: azul, preta, vermelho, verde.	100	Unidade	R\$ 14,37	R\$ 1.436,67
10	Caneta para retroprojeto 2mm, para escrita em acetato, PVC e poliéster. Tinta à base de álcool. Cores sortidas. Embalagem 06 unidades.	70	Estojo/Caixa	R\$ 41,30	R\$ 2.891,00
11	Caneta esferográfica, tampa ventilada, ponta média de cobre de 1.00m, com esfera de tungstênio, cor tampa indicando cor da tinta azul, tubo transparente, hexagonal, com respiro no meio da caneta, 1ª qualidade, embalagem com 50 unidades	15	Caixa	R\$ 79,67	R\$ 1.195,00
12	Caneta esferográfica, tampa ventilada, ponta média de cobre de 1.00m, com esfera de tungstênio, cor tampa indicando cor da tinta preto, tubo transparente, hexagonal, com respiro no meio da caneta, 1ª qualidade, embalagem com 50 unidades.	3	Caixa	R\$ 79,67	R\$ 239,00

13	Caneta esferográfica, tampa ventilada, ponta média de cobre de 1.00m, com esfera de tungstênio, cor tampa indicando cor da tinta vermelho, tubo transparente, hexagonal, com respiro no meio da caneta, 1ª qualidade, embalagem com 50 unidades.	2	Caixa	R\$ 79,67	R\$ 159,33
14	Cola branca, embalagem com de 1kg.	50	Tubo/Frasco	R\$ 25,93	R\$ 1.296,67
15	Cola em bastão 36g, embalagem com 06 unidades.	80	Pacote/Caixa	R\$ 46,40	R\$ 3.712,00
16	Corretivo em fita/roller, 5mmx6m.	35	Unidade	R\$ 12,43	R\$ 435,17
17	Elástico látex amarelo; nº 18; embalagem com aproximadamente 100 gramas (+- 110 a 125 unidades)	10	Pacote	R\$ 6,37	R\$ 63,67
18	Estilete estreito; Trava automática; Lâmina 9mm de aço carbono extensível interna; Cores sortidas: preto, azul, amarelo e vermelho.	40	Unidade	R\$ 4,67	R\$ 186,67
19	Estilete largo; Trava automática; Lâmina 18mm de aço carbono extensível interna; Cores sortidas.	40	Unidade	R\$ 8,90	R\$ 356,00
20	Fita adesiva transparente 12x40, embalagem com 4 rolos.	35	Pacote	R\$ 9,30	R\$ 325,50
21	Fita adesiva transparente 48x50, embalagem com 5 rolos.	35	Pacote	R\$ 31,43	R\$ 1.100,17
22	Fita adesiva dupla face papel 18x30, embalagem com 4 rolos.	35	Pacote	R\$ 50,00	R\$ 1.750,00
23	Fita crepe 25x50, embalagem com 5 rolos.	35	Pacote	R\$ 38,30	R\$ 1.340,50
24	Fita crepe 18x50, embalagem com 5 rolos.	35	Pacote	R\$ 29,47	R\$ 1.031,33
25	Glitter/ purpurina, cores diversas, embalagem com 6 potes contendo 3 gramas cada.	35	Caixa	R\$ 14,00	R\$ 490,00
26	Grampeador de mesa médio 26/6, capacidade de grampear 20 folhas de papel de 75g/m², pintura epóxi (líquida). Apoio da base em polietileno e coberto em resina termoplástica. Dimensões aproximadas: 20,4 x 6 x 6,4 cm; Fabricado em chapa de aço; Base de fechamento do grampo com duas posições (grampo fechado e aberto), em aço, com acabamento niquelado; Estojo de alojamento dos grampos em chapa de aço; Mola resistente com retração automática; Capacidade de carga de meio pente de grampos 26/6.	10	Unidade	R\$ 32,63	R\$ 326,33
27	Grampo 26/6 galvanizado, embalagem com 5.000 unidades.	30	Caixa	R\$ 7,70	R\$ 231,00
28	Grampo 23/10 galvanizado, embalagem com 5.000 unidades.	30	Caixa	R\$ 20,30	R\$ 609,00
29	Lápis grafite HB nº 2, com envoltório do grafite inteiriço, sem emendas, em madeira sextavada, marca do fabricante impressa; embalagem com 72 unidades.	2	Caixa	R\$ 61,97	R\$ 123,93
30	Livro Ata, unidade com 100 folhas, formato 203mm x 298mm.	20	Unidade	R\$ 25,17	R\$ 503,33
31	Livro protocolo correspondência 1/4, 100 folhas.	10	Unidade	R\$ 18,77	R\$ 187,67
32	Marcador permanente multiuso, ponta sintética chanfrada, escreve em qualquer superfície, resistente a água e a luz secagem rápida, tinta sem adição de xileno e tolueno, ponta grossa, cores diversas, embalagem com 4 unidades.	20	Estojo/Caixa	R\$ 36,30	R\$ 726,00
33	Massa de modelar, 180 gramas, embalagem com 12 cores.	200	Caixa	R\$ 7,60	R\$ 1.520,00
34	Pasta Aba e Elástico; Ofício; Lombo 30mm ; 100% plástica; Material leve, atóxico, resistente e 100% reciclável. Cor: cristal/transparente.	100	Unidade	R\$ 8,43	R\$ 843,33
35	Pasta aba elástico ofício simples, 100% plástica (PP); Material leve, atóxico, resistente e 100% reciclável; Sem lombo; Cor: Transparente/Cristal; Dimensões Aproximadas 235 largura x 350 altura mm.	100	Unidade	R\$ 4,17	R\$ 416,67
36	Pasta A/Z, na cor preta; tamanho Ofício; Lombo Largo, com visor.	30	Unidade	R\$ 31,43	R\$ 943,00
37	Placa de EVA 40 x 60cm, com espessura de 02mm, cores diversas, embalagem com 10 unidades.	1000	Pacote	R\$ 36,33	R\$ 36.333,33
38	Prendedor de papel (tipo grampo MOL) 32mm, embalagem com 12 unidades.	10	Caixa	R\$ 24,43	R\$ 244,33

39	Prendedor de papel (tipo grampo MOL) 25mm, embalagem com 12 unidades.	10	Caixa	R\$ 21,60	R\$ 216,00
40	Pincel marca texto, cores diversificadas, embalagem com 12 unidades.	10	Caixa	R\$ 33,07	R\$ 330,67
41	Pasta plástica "L" pp 0,15, tamanho A4, cores incolor/transparente, embalagem com 10 unidades.	20	Pacote	R\$ 16,33	R\$ 326,67
42	Pasta catálogo, cor preto, com 100 env. Ofício com parafuso de metal, cor preto.	10	Unidade	R\$ 57,97	R\$ 579,67
43	Pasta catálogo, cor preto, com 50 env. Ofício com parafuso de metal	10	Unidade	R\$ 54,47	R\$ 544,67
44	Percevejo latonado; Composto em arame e chapa de aço; Com tratamento anti-ferrugem; Pontas perfurantes; embalagem com 100 unidades.	10	Caixa	R\$ 5,93	R\$ 59,33
45	Papel dupla face 48 x 60cm, 180gr, cores diversas, embalagem com 20 unidades.	50	Pacote	R\$ 26,80	R\$ 1.340,00
46	Papel de presente com estampas diversas, medida 50 x 60cm, embalagem com 03 unidades.	200	Pacote	R\$ 8,57	R\$ 1.173,33
47	Papel crepom, medida 48 cm x 2mts cada, nas cores diversas.	1000	Unidade	R\$ 4,33	R\$ 4.333,33
48	Papel Kraft natural puro, gramatura de 80g/m², largura 60cm, bobina com 150m.	70	Rolo/Bobina	R\$ 153,30	R\$ 10.731,00
49	Pincel atômico 1100p; Escrita grossa; Recarregável; Tinta à base de álcool; nas cores: preto, vermelho, azul; embalagem com 12 unidades.	5	Caixa	R\$ 9,60	R\$ 48,00
50	Pistola aplicadora de cola quente, tamanho P (pequeno); Potência: 8W, Temperatura de operação 165°C, Espessura Bastão: 7-0 ~ 7,5mm (fina)	15	Unidade	R\$ 37,63	R\$ 564,50
51	Pistola aplicadora de cola quente, tamanho G (grande); Potência: 17W; Temperatura de operação 193°C; Espessura Bastão: 11,0 ~ 11,5mm (grossa)	10	Unidade	R\$ 53,22	R\$ 532,17
52	Pincel Chato para pintura nº 10; Cerda branca; Cabo longo; Virola em alumínio; para tintura a base de água tecido, tela, papel.	70	Unidade	R\$ 5,53	R\$ 387,33
53	Pincel Chato para pintura nº 8; Cerda branca; Cabo longo; Virola em alumínio; para tintura a base de água, tecido, tela, papel.	70	Unidade	R\$ 4,38	R\$ 306,83
54	Pincel Chato para pintura nº 6; Cerda branca; Cabo longo; Virola em alumínio; para tintura a base de água, tecido, tela, papel.	70	Unidade	R\$ 3,77	R\$ 263,37
55	Pincel Chato para pintura nº 4; Cerda branca; Cabo longo; Virola em alumínio; para tintura a base de água, tecido, tela, papel.	70	Unidade	R\$ 3,53	R\$ 247,33
56	Refil de cola quente, bastão de silicone grossa c/ 30cm (11,2mmx30) embalagem com 1kg.	20	Pacote	R\$ 55,63	R\$ 1.112,67
57	Refil de cola quente, bastão de silicone fina c/ 30cm (7,5mmx30) embalagem Com 1kg.	20	Pacote	R\$ 55,63	R\$ 1.112,67
58	Refil para caneta quadro branco, 5,5 ml, na cores: azul, preta, vermelho, verde.	45	Unidade	R\$ 6,40	R\$ 288,00
59	Tesoura multiuso forjada; com 21cm, Cabo plástico anatômico; Lamina em aço inoxidável.	25	Unidade	R\$ 13,47	R\$ 336,67

60	Tesoura Escolar, de ponta arredondada, cabo de 100% polipropileno e lâmina de corte produzida em aço inoxidável; espessura mínima de chapa: 1,2 mm. A tesoura deve possuir corte limpo e eficiente, devendo vir afiada de fábrica. Os olhais da tesoura devem ter formato anatômico. Lâminas, fixadas por meio de parafuso metálico ou rebite, sem folgas e sem prejuízo de sua função. Comprimento: 13 cm.	50	Unidade	R\$ 6,93	R\$ 346,67
61	Tinta guache, pote com 250 ml; cores diversas.	170	Unidade	R\$ 9,23	R\$ 1.569,67
62	Tinta facial pasta d'água 15ml, cores diversificadas, embalagem com 6 unidades.	100	Caixa	R\$ 22,13	R\$ 2.213,33
63	Tinta para tecido, 15 ml, cores diversas, embalagem com 06 unidade.	20	Caixa	R\$ 23,47	R\$ 469,33
64	TNT - Tecido Não Tecido, cores diversificadas, rolo/bobina de 1,40 m x 50 metros.	50	Rolo/Bobina	R\$ 156,00	R\$ 7.800,00
VALOR TOTAL LOTE 01					R\$ 110.361,87

## LOTE 02

Item	Especificações	Qtde.	Unidade de medida	Valor Média	Valor Total
01	Papel sulfite A4,75 gramas, cor branca, embalagem com 4 resmas.	400	Caixa	R\$ 251,60	R\$ 100.640,00
VALOR TOTAL LOTE 02					R\$ 100.640,00

5.

## CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade orçamentária – 14001

Programa – 019

Projeto-Atividade – 2022/10100

## 6. FISCALIZAÇÃO

A execução será acompanhada por um servidor da secretaria designado pela Secretária Municipal de Educação.

## 7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado.

O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

## 8. ACEITAÇÃO DO OBJETO

De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n. 8.666/1993.

## 9. SANÇÕES

De acordo com os artigos 78 e seguintes da Lei n. 8.666/1993.

## 10. LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA

A entrega deve ser feita no Depósito da Secretaria de Educação situado na Rua Flordoaldo Nóbrega, 635, Acaraí, em 01 (uma) única entrega até 15 dias após emissão da ordem de compras.

## 11. PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal.

## 12. AMOSTRA

A empresa vencedora deverá apresentar amostra dos materiais, do Lote Único, num prazo de até cinco dias úteis após o certame, para análise e aprovação do produto, no setor de Compras da Secretaria Municipal de Educação, localizada no Centro Integrado Multiuso, na Rua Barão do Rio Branco, nº 217 – Centro, neste município.

## 13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do contrato será para o exercício de 2017, sendo que a entrega e execução será realizada em 01 (uma) única vez em até 15 dias após emissão da ordem de compras.

Aldair Nascimento Carvalho

Secretário Municipal de Educação

## ANEXO II

## MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

## Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ..... , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ..... , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... , e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ..... , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2017, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

## CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

## ANEXO III

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 095/2017

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2017, cujo objeto é a Aquisição de parque infantil colorido em plástico rígido e cama empilhável, com instalação inclusa,, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO IV

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 095/2017

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

## CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO V

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 095/2017

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 095/2017 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de ..... , Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

**PP 096/2017**

Publicação Nº 1425506

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

## LICITAÇÃO Nº 096/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.448 de 30 de agosto de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08:30 (oito e trinta) dia 28 de novembro de 2017, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

## 1. DA LICITAÇÃO

## 1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de kits escolares para distribuição aos alunos dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental da rede Pública Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

## 2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 08h30 do dia 28 de novembro de 2017.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: Será às 08h30 do dia 28 de novembro de 2017, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

## 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: 15 dias após a emissão da Ordem de Compras .

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:



Unidade Orçamentária	1401 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura Gerencia de Ensino
Projeto Atividade	2022 – Manutenção da Atividades das Sec. Educação com Ensino Fundamental
Vínculo do Recurso	1010000 – Rec. de impostos e de transf. de imp-educ
Elemento de Despesa	333903299 – Outros materiais de distribuição gratuita

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

#### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

#### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex ou pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao Pregoeiro (a) até 02 (dois) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro (a).

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designada outra data para realização do pregão.

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 028/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 028/2017  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa

e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

c) indicação individualizada da marca de cada item, características e descrições de que os produtos sejam compatíveis com os que estejam sendo cotados e deverão estar de acordo com as exigências constantes do Anexo I, não se admitindo propostas alternativas.

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluído todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

## 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

## 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;

d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

#### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

##### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

a) serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

###### 14.1.1. RELATIVOS A CAPACIDADE JURIDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato Consolidado, devidamente arquivado no Registro do Comércio, em se tratando de Sociedades Empresárias e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;

c) Registro do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira;

OBS: Os documentos relacionados nas alíneas do item "13.1.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

###### 14.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.

g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

###### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

b.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante  
Passivo Circulante

#### 14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

14.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.5 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.6. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.7. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.8. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.9. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.10. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.11.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

#### 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

#### 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão



pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento

dos requisitos, o Pregoeiro (a) avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados a Autoridade Competente, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro (a), ou, quando houver recurso pela própria Autoridade Competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal no Setor de Contabilidade, devidamente visada por funcionário autorizado pela Secretaria Municipal de Educação, comprovando a entrega do objeto.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar

à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
- f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.
- h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.
- i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;
- j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 09 de novembro de 2017.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

#### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO

Aquisição de Kits escolares.

##### 2. OBJETIVO / FINALIDADE

Distribuição aos alunos dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, da rede Pública Municipal de Ensino

##### 3. JUSTIFICATIVA

Atender as necessidades de materiais dos alunos, garantindo um aprendizado de ótima qualidade à todos os alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino.

##### 4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Lote Único – Kits escolares Anos Iniciais e Finais

Item	Especificação	Quantidade/ Unid	Valor Unitário	Valor Total
01	Kit Escolar Anos Iniciais nº 1: 06 cadernos brochura, pequenos, 1/4, costurado, capa dura, com 96 folhas. 01 caderno de desenho grande, sem seda, sem margem, espiral, 96 folhas, medidas mínimas de 200 x 275mm. 02 lápis preto de grafite HB nº 2, com envoltório do grafite inteiriço, sem emendas, em madeira sextavada, marca do fabricante impressa. 01 régua plástica, transparente, de 30 cm, não flexível, com graduação precisa. 01 borracha macia para apagar lápis grafite, de vinil, medindo aproximadamente 42x21x11mm, com capa plástica. 01 apontador plástico com depósito, para lápis, comprimento mínimo de 5cm, lâmina de aço temperado, formato regular ou circular, cor diversa. 01 caixa de lápis de cor, estojo com 12 lápis redondo de cores vivas, comprimento 175 mm, perfil redondo aproximadamente 7,2 mm, corpo brilhante na cor da mina, composição pigmentos, aglutinantes e carga inerte. Caixa com 12 unidades de cores diferentes. Produzido com materiais totalmente atóxicos. Certificado pelo Inmetro. Lápis fácil de apontar, produto não perecível, qualidade assegurada, tabela de cores impressa na embalagem.	1.200 kits	R\$ 47,40	R\$ 56.880,00

02	<p>Kit Escolar Anos Finais nº 2:</p> <p>01 caderno de 10 matérias espiral, capa dura, com 200 folhas.</p> <p>01 caderno de desenho grande, sem seda, sem margem, espiral, 48 folhas, medidas mínimas de 200 x 275mm.</p> <p>01 lápis preto de grafite HB nº 2, com envoltório do grafite inteiriço, sem emendas, em madeira sextavada, marca do fabricante impressa.</p> <p>01 régua plástica, transparente, de 30 cm, não flexível, com graduação precisa.</p> <p>01 borracha macia para apagar lápis grafite, de vinil, medindo aproximadamente 42x21x11mm, com capa plástica.</p> <p>01 apontador plástico com depósito, para lápis, comprimento mínimo de 5cm, lâmina de aço temperado, formato regular ou circular, cor diversa.</p> <p>02 canetas esferográfica, tampa ventilada, ponta média de cobre de 1.00m, com esfera de tungstênio, cor tampa indicando cor da tinta azul, tubo transparente, hexagonal, com respiro no meio da caneta, 1ª qualidade.</p> <p>01 caneta esferográfica, tampa ventilada, ponta média de cobre de 1.00m, com esfera de tungstênio, cor tampa indicando cor da tinta preto, tubo transparente, hexagonal, com respiro no meio da caneta, 1ª qualidade.</p> <p>01 caneta esferográfica, tampa ventilada, ponta média de cobre de 1.00m, com esfera de tungstênio, cor tampa indicando cor da tinta vermelho, tubo transparente, hexagonal, com respiro no meio da caneta, 1ª qualidade.</p> <p>01 caixa de lápis de cor, estojo com 12 lápis redondo de cores vivas, comprimento 175 mm, perfil redondo aproximadamente 7,2 mm, corpo brilhante na cor da mina, composição pigmentos, aglutinantes, carga inerte. Caixa com 12 unidades de cores diferentes. Produzido com materiais totalmente atóxicos. Certificado pelo Inmetro. Lápis fácil de apontar, produto não perecível, qualidade assegurada, tabela de cores impressa na embalagem.</p>	2.300 kits	R\$ 38,73	R\$ 89.079,00
VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO				R\$145.959,00

## 5. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade orçamentária – 14001

Programa – 019

Projeto-Atividade – 2022/10100

## 6. FISCALIZAÇÃO

A execução será acompanhada por um servidor da secretaria designado pela Secretária Municipal de Educação.

## 7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado.

O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

## 8. ACEITAÇÃO DO OBJETO

De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n. 8.666/1993.

## 9. SANÇÕES

De acordo com os artigos 78 e seguintes da Lei n. 8.666/1993.

## 10. LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA

A entrega deve ser feita no Depósito da Secretaria de Educação situado na Rua Flordoaldo Nóbrega, 635, Acaraí e nas Escolas Municipais abaixo relacionadas, conforme cronograma a ser encaminhado pela Assessoria Administrativa da Secretaria de Educação.

Nome das Escolas	Endereço
EBM Álvaro Tancredo Dippold	Rua Binot Palmier de Goneville, s/n, Acaraí
EBM CAIC Irmã Joaquina Busarello	Rua Flordoaldo Nóbrega, 635, Acaraí
EBM Dr. Franklin de Oliveira	Rod. Duque de Caxias, s/n, Reta
EBM Dr. Rogério Zattar	Rod. Duque de Caxias, s/n, Sandra Regina
EBM Ida Beatriz B. de Camargo	Rua Praia Grande, 434, Majorca
EBM João Dias	Estrada Geral do Forte, s/n, Forte
EBM Waldemar da Costa	Rua Willi Lenh, 01, Água Branca
EM Antonio Canuto	Estrada Geral da Ribeira, s/n, Ribeira
EM Francisco Anselmo Corrêa	Estrada Geral da Laranjeira, s/n, Laranjeiras
EM Izidoro Curvello	Rua Binot Paulmier de Goneville, s/n, Tapera
EM Lúcio Patrício de Mira	Estrada Geral da Gamboa, s/n, Gamboa
EM Morro da Cruz	BR 280, s/n, Morro da Cruz
EM Rudolpho Fischer	Rua 25 de Dezembro, s/n, Morro Grande
EM Ramiro Bueno da Rocha	Estrada Geral do Ervino, s/n, Praia do Ervino
EBM João Germano Machado	Rod. Duque de Caxias, s/n, Iperoba
EM Estaleiro	Estrada geral do Estaleiro, s/nº, Vila da glória
Depósito da Secretaria de Educação, anexo à EBM CAIC	Rua Flordoaldo Nóbrega, 635, Acaraí

## 11. FORMA DE ENTREGA

Os Kits devem ser montados e acondicionados em embalagens plásticas resistentes, transparentes, vedados, sendo a embalagem no tamanho ajustável ao material, sem folga, contendo a identificação do item na embalagem (Kit nº 1 e Kit nº 2).

## 12. PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal.

## 13. AMOSTRA

A empresa vencedora deverá apresentar amostra do Item 1 – Kit Escolar Anos Iniciais e do Item 2 – Kit Escolar Anos Finais, do Lote Único, num prazo de até cinco dias úteis após o certame, para análise e aprovação do produto, no setor de Compras da Secretaria Municipal de Educação, localizada no Centro Integrado Multiuso, na Rua Barão do Rio Branco, nº 217 – Centro, neste município.

## 14. VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do contrato será para o exercício de 2017, sendo que a entrega e execução será realizada em 01 (uma) única vez em até 15 dias após emissão da ordem de compras.

Aldair Nascimento Carvalho  
Secretário Municipal de Educação

## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ..... , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ..... , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... , e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ..... , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2017, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

## CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

## ANEXO III

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC  
A/C. Pregoeiro (a) Oficial  
Edital de Pregão Presencial nº 096/2017

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 000/2017, cujo objeto é a Aquisição de parque infantil colorido em plástico rígido e cama empilhável, com instalação inclusa,, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO IV



## MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 096/2017

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO V

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 096/2017

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 096/2017 que a Proponente ..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de ..... , Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

# São João Batista

## PREFEITURA

### DECRETO 3257/2017

Publicação N° 1426451

DECRETO 3257/2017

Dispõe acerca das atribuições delegadas pelo Chefe do Poder Executivo a Assessora de Gabinete.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XII, da Lei Orgânica do Município e o Artigo 7º da Lei Municipal nº 3.729/2017, decreta:

Art. 1º Ficam delegadas atribuições a Assessora de Gabinete, Rosane Sartori Rosa, da seguinte forma:

I – assinar processos administrativos funcionais, Portarias e Atos funcionais, autorizações para contratações e nomeações, e os demais documentos e autorizações funcionais, da administração direta e indireta;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 13 de novembro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

### EXTRATO EDITAL - N° 001/2017

Publicação N° 1425456

#### EXTRATO EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA - SC torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2017 – ADMINISTRAÇÃO que abre inscrições afim de a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 10 de Novembro de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Município de São João Batista - SC: (<http://www.sjbatista.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br/>).

São João Batista - SC, 10 de novembro de 2017.

DANIEL NETTO CANDIDO

Prefeito Municipal

### EXTRATO EDITAL - N° 002/2017

Publicação N° 1425459

#### EXTRATO EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA - SC torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 002/2017 – EDUCAÇÃO que abre inscrições afim de a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal – Educação, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 10 de Novembro de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Município de São João Batista - SC: (<http://www.sjbatista.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br/>).

São João Batista - SC, 10 de novembro de 2017.

DANIEL NETTO CANDIDO

Prefeito Municipal

**EXTRATO EDITAL - Nº 003/2017**

Publicação Nº 1425460

**EXTRATO EDITAL**

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA - SC torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017 – SAÚDE que abre inscrições afim de selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 10 de Novembro de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Município de São João Batista - SC: (<http://www.sjbatista.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br>).

São João Batista - SC, 10 de novembro de 2017.

DANIEL NETTO CANDIDO

Prefeito Municipal

**EXTRATO EDITAL - Nº 004/2017**

Publicação Nº 1425466

**EXTRATO EDITAL**

O SERVIÇO DE INFRA-ESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL - SISAM torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2017 – SISAM que abre inscrições afim de selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos no seu quadro de pessoal, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 10 de Novembro de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Município de São João Batista - SC: (<http://www.sjbatista.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br>).

São João Batista - SC, 10 de novembro de 2017.

DANIEL NETTO CANDIDO

Prefeito Municipal

**EXTRATO EDITAL - Nº 005/2017**

Publicação Nº 1425468

**EXTRATO EDITAL**

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUMAB torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 005/2017 – FUMAB que abre inscrições afim de selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos no seu quadro de pessoal, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 10 de Novembro de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Município de São João Batista - SC: (<http://www.sjbatista.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br>).

São João Batista - SC, 10 de novembro de 2017.

DANIEL NETTO CANDIDO

Prefeito Municipal

**EXTRATO EDITAL - Nº 006/2017**

Publicação Nº 1425470

**EXTRATO EDITAL**

A FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES - FUBE torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 006/2017 – FUBE que abre inscrições afim de destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos no seu quadro de pessoal, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 10 de Novembro de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Município de São João Batista - SC: (<http://www.sjbatista.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br>).

São João Batista - SC, 10 de novembro de 2017.

DANIEL NETTO CANDIDO

Prefeito Municipal

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 122.17 MAT ELETRONICO

Publicação Nº 1426487

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0122/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de equipamentos eletrônicos para a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e para as diversas secretarias do Município de São João do Oeste.

Onde lia-se: Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 16 de novembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 16 de novembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal.

Passa a Lêr- se: Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 28 de novembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 28 de novembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal.

Além de estar sendo incluído os itens 5.2.3 e 11.3 no edital.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 13 de novembro de 2017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

### AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 131.17 EQUIPAMENTOS AGRICOLAS

Publicação Nº 1426490

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0131/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de diversos equipamentos agrícolas para a secretaria de agricultura do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 28 de novembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 28 de novembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal.

Retifica-se os valores máximos dos itens 02 e 03 do Anexo I do edital.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 13 de novembro de 2017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO 103/2017 - HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS (ANTES DOS RECURSOS), EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 003/2017

Publicação Nº 1426821

DECRETO Nº. 103/2017, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS (ANTES DOS RECURSOS), EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 003/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e o indeferimento das inscrições (antes dos recursos) dos candidatos inscritos no Edital de Processo Seletivo Público para Emprego Público nº 003/2017 da Prefeitura Municipal de São João do Oeste – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 01 – MICRO ÁREA 02			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	8	Carmelice Gabriel Bouffleur	Deferida

2	6	Merise Schneider	Deferida
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	7	Cleunice Spiess Kessler	Deferida
2	9	Juliane Nitsch	Deferida
3	4	Simone Rockenbach	Deferida

Art. 2º. Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo Público para Emprego Público nº 003/2017, do Município de São João do Oeste – SC, as seguintes inscrições:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 01 – MICRO ÁREA 02			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	5	Alexandro Fernandes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	2	Carlise Wagner	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
2	1	Maiara Turcato	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
3	3	Marcilei Wagner	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.

Art. 3º. Os candidatos com as inscrições indeferidas terão os dias 20 e 21.10.2017 para interpor recurso pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste – SC, 19 de Outubro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado

Em data supra.

## DECRETO 129/2017 - HOMOLOGA O RESULTADO APÓS A CORREÇÃO DOS CARTÕES DE RESPOSTA RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

Publicação Nº 1426817

DECRETO Nº. 129/2017, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO APÓS A CORREÇÃO DOS CARTÕES DE RESPOSTA RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, o Resultado após a correção dos cartões de resposta, destinado ao provimento dos cargos abaixo relacionados:

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Total	Class.
112	Silvia Specht Klunk	30/04/1970	5,00	1,50	0,50	7,00	1º
136	Francieli Bottega Schneider	19/03/1993	5,50	1,00	0,00	6,50	2º
35	Lunara Isabele Bouffleur	12/11/1997	4,50	1,00	1,00	6,50	3º
56	Marciane Preis Teloeken	01/08/1996	3,50	1,50	1,00	6,00	4º
20	Claudia Schmitz	04/02/1993	5,00	0,50	0,00	5,50	5º
12	Tatiane Meurer Carpes	23/02/1979	3,50	1,00	0,50	5,00	6º





18	Verediana Seberino	03/01/1985	4,50	0,00	0,00	4,50	7º
137	Verenice Rafaela Feyh	27/10/1996	4,00	0,50	0,00	4,50	8º
83	Carla Wermuth	01/03/1999	2,50	1,00	1,00	4,50	9º
143	Indianara Brancalione	25/08/1996	2,00	1,50	0,50	4,00	10º
80	Karine Stein	31/12/1997	2,50	0,50	0,50	3,50	Desc.
81	Karoline Stein	31/12/1997	2,50	0,50	0,00	3,00	Desc.
133	Eduarda Carolina Hammes	31/10/1998	2,00	0,50	0,50	3,00	Desc.
146	Vanessa Dos Santos Weschenfelder	Faltante					Desc.

## ESTAGIÁRIO (ENSINO SUPERIOR)

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Total	Class.
99	Júlia Eich	02/07/1993	3,50	1,00	0,00	4,50	1º
114	Luana Inês Wermuth Groth	30/05/1995	2,50	1,50	0,50	4,50	2º
15	Anderson Engel Wirth	08/11/1999	3,50	0,00	0,50	4,00	3º
48	Joice Kothe	22/07/1999	3,00	1,00	0,00	4,00	4º
108	Alessandra Hentges	Faltante					Desc.

## SERVENTE

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Total	Class.
42	Roseneida Brisola	28/02/1985	6,00	0,00	1,50	7,50	1º
135	Marlise Ebbing Ternus	30/12/1989	6,00	0,00	1,50	7,50	2º
68	Tatiane Schneider	19/03/1993	5,50	0,50	1,50	7,50	3º

## INSTRUTOR DE DANÇA E APRENDIZAGEM RÍTMICA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.
8	Thaise Marcia Gotz	13/12/1994	4,50	0,56	0,40	1,40	6,86	1º
44	Iara Thais Wermuth	14/11/1994	4,50	0,28	0,60	0,00	5,38	2º

## INSTRUTOR DE ESPORTES

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.
59	Stéfano Becker Kothe	23/02/1996	4,50	0,28	0,20	0,00	4,98	1º

## INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.
73	Felipe De Andrade Alves	16/09/1986	5,00	0,84	0,20	0,00	6,04	1º
25	William Meier	14/06/1996	5,50	0,28	0,20	0,00	5,98	2º
126	Jaíne Grutzmann	10/08/1996	4,00	0,28	0,00	0,00	4,28	3º
82	Raquel De Sousa	14/05/1995	3,00	0,28	0,20	-	3,48	Desc.

## INSTRUTOR DE MÚSICA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.
69	Jaqueline Grützmann	09/09/1999	3,00	0,56	0,00	-	3,56	Desc.
98	Sabrina Grasel Alovizi	06/11/1998	2,00	0,56	0,20	-	2,76	Desc.
39	Sandro Dos Santos Moraes	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.
101	Franciele Carla De Valle	21/04/1991	2,50	0,00	0,40	-	2,90	Desc.

144	Cleyton Rafael De Souza Milleo	Faltante							Desc.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO									
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.	
3	Karine Schneiders	05/10/1994	4,00	0,00	0,40	0,00	4,40	1º	
122	Acídio Pecos Valduga	17/07/1987	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO									
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.	
132	Tais Regina Pavan	19/10/1992	3,00	0,56	0,20	-	3,76	Desc.	
134	Amanda Schneider	14/08/1997	2,50	0,00	0,20	-	2,70	Desc.	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO									
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.	
124	Josiani Pauli	20/02/1990	6,00	0,84	0,60	1,40	8,84	1º	
26	Luciane Dresch Hendges	05/11/1981	6,00	0,84	0,00	1,40	8,24	2º	
38	Michele Kaufmann Gonzalez	19/11/1991	6,00	0,28	0,40	1,37	8,05	3º	
105	Daiane Dill	13/01/1990	5,50	0,28	0,60	1,40	7,78	4º	
33	Josenara Tais Heck	23/07/1995	5,50	0,84	0,40	1,00	7,74	5º	
28	Patrícia Maldaner	02/05/1994	5,50	0,56	0,20	1,40	7,66	6º	
89	Aline Elisa Schneider Weber	28/02/1990	5,50	0,28	0,40	1,40	7,58	7º	
30	Siamara Meier	06/06/1993	5,00	0,56	0,60	1,40	7,56	8º	
120	Rúbia Mara Weber Eidt	03/02/1987	5,50	0,28	0,20	1,40	7,38	9º	
91	Ediane Ripplinger Melz	18/09/1989	5,00	0,56	0,40	1,40	7,36	10º	
47	Marciele Schaefer	23/04/1993	5,00	1,12	0,20	1,00	7,32	11º	
88	Rosilene Gabriel Schneider	17/03/1983	5,50	0,28	0,20	1,31	7,29	12º	
43	Livia Maria Negrini	13/08/1985	5,00	0,56	0,20	1,40	7,16	13º	
106	Suelyn Caroline Reis	11/08/1992	5,50	0,00	0,20	1,40	7,10	14º	
58	Luana Mueller	23/07/1993	5,00	0,28	0,40	1,40	7,08	15º	
51	Débora Alana Flach	25/11/1996	5,00	0,56	0,60	0,80	6,96	16º	
22	Vanessa Inelve Previdi	01/07/1995	5,50	0,56	0,60	0,00	6,66	17º	
2	Aline Theobald Klunck	19/03/1990	4,50	0,56	0,40	1,16	6,62	18º	
27	Claudete Hofstatter	29/08/1991	4,50	0,00	0,40	1,40	6,30	19º	
1	Karine Klement Feyh	17/04/1993	4,00	0,28	0,40	1,40	6,08	20º	
11	Graciely Kuhn	11/07/1996	4,50	0,56	0,20	0,80	6,06	21º	
76	Juline Kuhn Meier	29/04/1988	5,50	0,28	0,00	0,00	5,78	22º	
24	Jaqueline Meier	04/12/1996	4,00	0,28	0,40	0,96	5,64	23º	
97	Kelin De Cezaro Vogt	04/11/1994	4,00	0,28	0,20	1,00	5,48	24º	
117	Karine Inês Kunst	15/01/1993	4,50	0,56	0,40	0,00	5,46	25º	
50	Daniele Schneider	Faltante							Desc.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO									
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.	
139	Ana Lucia Martins Parolin	04/08/1977	4,00	0,00	0,20	0,00	4,20	1º	
130	Luisa Korbes Heberle	21/07/1998	3,00	0,00	0,00	-	3,00	Desc.	
PROFESSOR DE INFORMÁTICA - HABILITADO									
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.	

140	Guilherme Andre Paier	16/01/1995	2,50	0,28	0,20	-	2,98	Desc.
PROFESSOR DE INFORMÁTICA - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.
121	Matheus Endler Haas	17/09/1997	3,50	0,28	0,20	-	3,98	Desc.
PROFESSOR DE MUSICALIZAÇÃO - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.
138	Solange Pauli	24/03/1994	4,00	0,28	0,20	0,74	5,22	1º
PROFESSOR DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.
6	Elizangela Salete Spironello	04/09/1983	3,00	0,56	0,60	1,00	5,16	1º
46	Vilson José Gabriel	01/12/1981	3,00	0,28	0,20	-	3,48	Desc.
64	Josiel Pietro Biasi	10/06/1993	2,50	0,28	0,40	-	3,18	Desc.
116	Raquel Paulus	Faltante						Desc.
PROFESSOR DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.
40	Aline Schmitz Kirchhof	20/12/1991	2,00	0,56	0,00	-	2,56	Desc.
PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	MT	Títulos	Total	Class.
4	Fernanda Maria Finger	29/04/1988	6,00	0,84	0,60	1,40	8,84	1º
62	Beatriz Rasch	30/09/1970	6,00	0,56	0,40	1,40	8,36	2º
21	Marlise Inês Heck Herschaft	17/10/1965	6,00	0,28	0,20	1,40	7,88	3º
16	Cristiana Schröder	07/04/1988	5,00	0,56	0,40	1,40	7,36	4º
127	Ani Beatriz Ostgen Kipper	18/04/1991	4,00	0,84	0,40	0,80	6,04	5º
90	Jaqueline Bettio	22/03/1989	4,50	0,28	0,40	1,40	6,58	6º
34	Rose Mere Sulzbacher Matte	07/01/1971	4,00	0,28	0,40	1,40	6,08	7º
119	Janaina Dewes	20/10/1993	3,50	0,00	0,20	-	3,70	Desc.

Art. 2º. Somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática), conforme disposto em edital.

Art. 3º. A prova de títulos será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva, somente para efeitos de classificação.

Art. 4º. Os candidatos terão os dias 09 e 10 de novembro de 2017 para interposição de recurso somente em face da correção dos cartões de resposta, pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 5º. Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste – SC, 08 de Novembro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado

Em data supra.

**DECRETO 133/2017 - HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS (APÓS OS RECURSOS), EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 003/2017**

Publicação Nº 1426814

DECRETO Nº. 133/2017, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS (APÓS OS RECURSOS), EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 003/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições (após os recursos) dos candidatos inscritos no Edital de Processo Seletivo Público para Emprego Público nº 003/2017 da Prefeitura Municipal de São João do Oeste – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 01 – MICRO ÁREA 02			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	8	Carmelice Gabriel Bouffleur	Homologada
2	6	Merise Schneider	Homologada
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	7	Cleunice Spiess Kessler	Homologada
2	9	Juliane Nitsch	Homologada
3	4	Simone Rockenbach	Homologada

Art. 2º. Por este decreto permanecem indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo Público para Emprego Público nº 003/2017, do Município de São João do Oeste – SC, as seguintes inscrições:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 01 – MICRO ÁREA 02			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	5	Alexandro Fernandes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	2	Carlise Wagner	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
2	1	Maiara Turcato	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.
3	3	Marcilei Wagner	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.1, alínea "d" do edital.

Art. 3º. Foram homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo Público para Emprego Público nº 003/2017, do Município de São João do Oeste – SC.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste – SC, 09 de Novembro de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado

Em data supra.

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 36/2017**

Publicação N° 1425786

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 36/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Neimar Trasel- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 22/2017

OBJETO: "Regime de preços para eventual contratação de empresa para transporte de pacientes para tratamento e consultas especializadas em outras cidades em veículo tipo van."

VALOR: R\$ 120.000,00

PRAZO: 14.11.2017 até 13.11.2018

São João do Oeste – 14 de novembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### ERRATA PROCESSO 80/2017

Publicação Nº 1426729

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
ERRATA DE LICITAÇÃO

Processo Nº 80/2017  
Pregão Presencial Nº: 59/2017  
Objeto: Aquisição de Retroescavadeira para Secretaria Municipal de Obras e Viação.

NO ANEXO I:

Onde se lê:

(...) peso operacional máximo de 7.200 Kg(...)

Leia-se:

(...) peso operacional mínimo de 7.200 Kg(...)

São Joaquim, 13 de novembro de 2017  
Raquel Moreira Henrique Fernandes  
Diretora de Compras

### PROCESSO 85/2017 PMSJ

Publicação Nº 1425756

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 85/2017  
Pregão Presencial 62/2017  
Objeto: Aquisição de um veículo tipo caminhonete pickup 4x4 e de sua transformação em veículo de emergência, para o Corpo de Bombeiros Militar do Município.  
Tipo: Menor Preço por Lote  
Data: 28/11/2017 15:00 horas  
Valor estimado: 188.439,60  
O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.  
São Joaquim, 13 de novembro de 2017  
Giovani Nunes  
Prefeito Municipal

### RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO PROCESSO 80/2017

Publicação Nº 1426727

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL 59/2017, APRESENTADA PELA EMPRESA MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA.

Ref.: Pregão Presencial nº 59/2017 - Processo Licitatório nº 80/2017  
Assunto: Impugnação referente ao objeto da presente licitação descrito no anexo I do Edital supra mencionado, recebido em 13/11/2017.

Conforme item 19.6 do Edital, é TEMPESTIVA a impugnação apresentada.

RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO.

- O impugnante alega direcionamento do objeto, principalmente pela especificação de potência de motor e peso operacional.

Diante das razões apresentadas pela empresa Macromaq Equipamentos LTDA, a Diretora de Compras buscou as CONTRARRAZÕES, junto com a Secretária requisitante, que assim se posicionou:

- Justificando as especificações exigidas pela necessidade de máquina que opere em serviço rodoviário, inclusive, a potência do motor e peso operacional, foram encontradas em pelo menos 3(três) marcas de máquina disponíveis no mercado, conforme anexo.



**DECISÃO**

Diante do exposto Diretora de Compras entende que a RAZÃO não assiste à impugnante.

Considera-se, portanto, IMPROCEDENTE a impugnação ao Objeto do Edital, apresentada pela empresa Macromaq Equipamentos LTDA. Entretanto, verificando ter havido um erro de digitação, tendo um peso mínimo e não máximo de 7.200 Kg, decidiu-se publicar errata retificando a informação.

Tendo em vista o NÃO ACOLHIMENTO DA IMPUGNAÇÃO decide-se pela continuidade do processo licitatório.

Publique-se no DOM/SC e site da prefeitura de São Joaquim.

São Joaquim 13 de novembro de 2017.

Raquel Moreira Henrique Fernandes

Diretora de Compras

# São José

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 299/2017

Publicação Nº 1425952

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 299/2017 – PR 061/2017 – Processo 296/2017 – Proc. Adm. 4318/2017 – Fornecedor: L&M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE “CESTAS BÁSICAS” (AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO) DESTINADAS ÀS FAMÍLIAS ATENDIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOSÉ/SC Valor da ATA: R\$ 784.728,00 (setecentos e oitenta e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 01 de novembro de 2017.

### CONTRATO/CT: Nº 102/2017

Publicação Nº 1425948

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 102/2017 – IN 025/2017 – Processo 630/2017 – Proc. Adm. 8811/2017 - Contratado: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO E PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SETUF. Objeto: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – SETUF, PARA FORNECIMENTO DE CRÉDITOS ELETRÔNICOS PARA PASSE ESCOLAR COM CESSÃO DE USO DO CARTÃO E O SERVIÇO DE CARGA A BORDO DE CRÉDITO ELETRÔNICO ATRAVÉS DO APLICATIVO “SIS” PARA OS ALUNOS DA REDE MINUCIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Valor: R\$ 3.952,50 (três mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos). Data da Assinatura do Contrato: 1º de novembro de 2017.

### CONTRATO/CT: Nº 103/2017

Publicação Nº 1425954

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 103/2017 – DL 463/2017 – Processo 639/2017 – Proc. Adm. 9223/2017 - Contratado: LÚCIO JOAQUIM ELLER – EPP. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO SUTENT 50MG PARA ATENDER PACIENTE DE DEMANDA JUDICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência deste contrato será de 90 (noventa) dias e o prazo de entrega total do medicamento será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras. Valor: R\$ 250.110,80 (duzentos e cinquenta mil, cento e dez reais e oitenta centavos) R\$ 19.460,00 (dezenove mil, quatrocentos e sessenta reais). Data da Assinatura do Contrato: 06 de novembro de 2017.

### CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 1426770

#### CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA

O Presidente da Junta de Infrações Ambientais do Município de São José – JARIA, Agostinho Mignoni Junior, Diretor Operacional da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto Municipal nº 22.344/2006, que regulamenta a competência, funcionamento, organização e atribuições da JARIA, vem a público, conforme o disposto no artigo 9º do referido decreto, convocar os membros da Junta, nomeados por meio da Portaria nº 003/2017/FMADS, para no dia 15 de dezembro do corrente, às 14:00, no auditório da sede do Jardim Botânico de São José, localizado na Rua Cauassú, s/n, Loteamento Jardim Botânico, Potecas, neste Município, realizarem o julgamento dos recursos interpostos nos processos abaixo relacionados:

- \*Processo nº 24085/2011 - DE FARIAS CONSTRUÇÃO.  
Relator(a): Marcos Vinícius Modolo Sebastiani
- \*Processo nº 239/2014 – IVANOR GAZZONI.  
Relator(a): Marcos Vinícius Modolo Sebastiani
- \*Processo nº 8996/2013 – MOISÉS CANDIDO PEREIRA.

Relator(a): Marcos Vinícius Modolo Sebastiani

· \*Processo nº 12782/2014 – ROSENET SOUZA MARTINS.

Relator(a): Marcos Vinícius Modolo Sebastiani

· \*Processo nº 20182/2014 – JAT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Relator(a): Dra. Carina Bonassa Vieira

· Processo nº 10475/2014 – BASSAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Relator(a): Carina Bonassa Vieira

· Processo nº 21189/2014 – BASSAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Relator(a): Carina Bonassa Vieira

· Processo nº 10887/2016 –BASSAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Relator(a): Carina Bonassa Vieira

· Processo Nº1667/2012 – JANIO DE SOUZA

Relator(a): Carina Bonassa Vieira

· Processo nº 16326/2014 –CASAN Companhia Catarinense de Água e Saneamento

Relator(a): Carina Bonassa Vieira

\* Processo nº 17231/2013–ANÉLIO BATISTA

Relator(a): Agostinho Mignoni Junior

· Processo nº 23060/2014– MÓVEIS PRATIC COMERCIAL

Relator(a): Agostinho Mignoni Junior

· Processo nº 6121/2014– PEDRO JACI MARTINS.

Relator(a): Agostinho Mignoni Junior

· Processo Nº10887/2016 – AM CONSTRUÇÕES LTDA

Relator(a): Agostinho Mignoni Junior

Dessa forma, distribuídos os processos aos seus respectivos relatores, intimem-se os interessados para que tenham ciência da presente convocação, bem como do dia e hora da sessão de julgamento.

Fica designado, desde já, Jéferson Medeiros da Silva, pertencente ao quadro de servidores desta Fundação como secretário da sessão. Sem mais para o momento.

São José, 13 de novembro de 2017.

Agostinho Mignoni Junior

Presidente da JARIA

Decreto Municipal nº 8017/2017 e Portaria nº 003/2017

## LEI COMPLEMENTAR N.º 081 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1426440

DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO, A GUARDA, O DEPÓSITO E LEILÃO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS E AUTORIZAÇÃO PARA O EXECUTIVO MUNICIPAL EFETUAR A EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORMA DIRETA OU INDIRETA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Poder Executivo, mediante certame licitatório, concederá a exploração do serviço público para remoção, guarda e estadia de veículos automotivos retidos em operações de fiscalização de transporte e trânsito urbano e a nível rodoviário, bem como os abandonados do município de São José.

Parágrafo único. [VETADO]

Art. 2º - Na qualidade de Autoridade de Trânsito do Município caberá ao Titular da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito o controle e fiscalização do funcionamento deste serviço.

Art. 3º - [VETADO]

Art. 4º - As tarifas serão fixadas por Decreto Municipal e poderão ser reajustadas com base no INPC.

Art. 5º - [VETADO]

Art. 6º - Todos os veículos apreendidos serão encaminhados ao pátio de depósito, onde o funcionário responsável deverá promover a abertura de processo administrativo composto de um relatório escrito, com fotos sobre o estado do veículo, seus pertences e acessórios.

Art. 7º - [VETADO].

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal expedirá Decreto, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, regulamentando as disposições da presente Lei, com a finalidade de instituir procedimentos técnicos e administrativos para a sua execução.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Ordinária N.º 5.441 de 06 de outubro de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 10 de novembro de 2017.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **MENSAGEM DE VETO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 007/2017**

Publicação Nº 1426443

### **MENSAGEM DE VETO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 007/2017**

Excelentíssimo Senhor ORVINO COELHO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de São José, e demais pares, venho informar o veto parcial ao Projeto de Lei N.º 007/2017, que "DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO, A GUARDA, O DEPÓSITO E LEILÃO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS E AUTORIZAÇÃO PARA O EXECUTIVO MUNICIPAL EFETUAR A EXPLO- RAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORMA DIRETA OU INDIRETA", com fulcro nos §§ 1º e 2º do artigo 53 da Lei Orgânica do Município, uma vez ter constatado contrariedade ao interesse público, consoante demonstrado em Mensagem de Veto, que segue em anexo.

Sendo o tinha para o momento, renovo votos de elevada estima e consideração.

Paço Municipal, em São José (SC), 10 de novembro de 2017.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

Excelentíssimo Senhor ORVINO COELHO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de São José, e demais pares, venho informar o veto parcial ao Projeto de Lei N.º 007/2017, que "DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO, A GUARDA, O DEPÓSITO E LEILÃO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS E AUTORIZAÇÃO PARA O EXECUTIVO MUNICIPAL EFETUAR A EXPLO- RAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORMA DIRETA OU INDIRETA", com fulcro nos §§ 1º e 2º do artigo 53 da Lei Orgânica do Município, uma vez ter constatado contrariedade ao interesse público, ilegalidade e inconstitucionalidade naquele dispositivo ora vetado, consoante demonstrado em Mensagem de Veto, que segue em anexo.

Inicialmente, convém destacar que a inclusão do parágrafo único no artigo primeiro obrigando a concessionária a se instalar no Município de São José irá acarretar em uma restrição ao caráter competitivo do certame licitatório, além de onerar consideravelmente a prestação de serviço.

Apesar de haver o interesse público para que ocorra a guarda dos veículos em uma região próxima ao Município, a legislação não pode res- tringir a instalação da empresa ao território Josefense. Há de se considerar que São José possui bairros que ficam mais distantes da região central do Município do que outros Municípios propriamente ditos.

A restrição do caráter competitivo que impede a participação de empresas a participarem do certame licitatório é proibida por lei, de acordo com o inciso I, § 1º do artigo 3º da Lei 8666/93, conforme segue:

"Art. 3º .....

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991."

Cumprir destacar que a localização é sim primordial para a execução satisfatória da prestação do serviço, pois a guarda dos veículos remo- vidos, apreendidos ou retirados de circulação não deve estar localizada a muitos quilômetros do Município, o que logicamente seria muito custoso para aqueles que tiverem seus carros retirados de circulação. Desta forma consideramos há a necessidade de delimitação de um raio para a instalação da empresa concessionária (que será aplicado no edital de licitação), porém, a inclusão do Parágrafo Único no artigo 1º irá restringir demais o caráter competitivo do certame, devendo ser vetado.

Outra alteração legislativa contrária ao interesse Público é a redução do prazo de concessão. Em seu texto original, o artigo 3º fixava em 10 anos o prazo de concessão para o serviço de remoção, guarda e depósito dos veículos retirados de circulação, contudo, a emenda modifi- cativa parlamentar reduziu o prazo de concessão para 05 anos, e isso consequentemente irá aumentar os custos para o cidadão, uma vez que a empresa vencedora terá que diluir todo o montante investido em somente 5 anos.

Desta forma, por tal situação onerar a prestação de serviços trazendo prejuízos a população josefense e por configurar manifesta contrarie- dade ao interesse público, o artigo 3º deve ser vetado.

O artigo 5º dispõe sobre a isenção do pagamento das tarifas de serviço, os proprietários de veículos que por motivo de roubo, furto ou restrição judicial tenham seus veículos apreendidos. O mesmo artigo também determinava que estes veículos fossem encaminhados a competente delegacia de Polícia, contudo uma emenda legislativa fez com o que estes veículos fossem recolhidos para o pátio da empresa concessionária. A manutenção da emenda parlamentar no texto legislativo fará com que o Município traga para si uma responsabilidade que é do Estado e do Poder Judiciário Catarinense.

São muitos os veículos apreendidos com as supracitadas ações e trazendo essa responsabilidade para o Município fará com que o local para guarda dos veículos apreendidos tenha que ser aumentando consideravelmente isso irá ter reflexos no custo das taxas cobradas pelo Município. Portanto, o artigo 5º deve ser vetado.

Atualmente é muito complicado para todos os entes públicos cumprirem todas as obrigações impostas pela legislação e não há motivos para o Município de São José absorver essa responsabilidade

O artigo 7º dos autógrafos encaminhados para sanção possui uma emenda parlamentar que, em síntese, obriga a empresa concessionária a manter o serviço de liberação dos veículos recolhidos aberto de domingo a domingo, 24 horas por dia.

A presente obrigação aumentará consideravelmente os custos da empresa concessionária, que automaticamente terá que transmitir estes

custos para o cidadão. Mantendo esta possibilidade de retirada dos veículos a empresa concessionária terá um aumento com relação a horas extras dos funcionários e principalmente com a segurança do local, pois obrigatoriamente será reforçada para manter a integridade dos funcionários e veículos apreendidos.

Conforme dispõe o próprio artigo 7º, para que ocorra a liberação do veículo o proprietário terá que comprovar o pagamento das multas, das taxas de apreensão e demais tributos incidentes, contudo, não adianta o pátio estar aberto para retirada do veículo se os proprietários não conseguirem emitir as respectivas guias ou comprovarem a compensação bancária dos valores pagos.

Portanto, é facilmente perceptível que as emendas parlamentares aprovadas são contrárias ao interesse público, pois aumentariam consideravelmente os custos da concessão pública.

São essas as razões, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, que me levaram a concluir pelo veto parcial ao Projeto de Lei Complementar N.º 007/2017, a fim de vetar, especificamente, o parágrafo único do artigo 1º, o artigo 3º, o artigo 5º e o artigo 7º dos autógrafos aprovados pela Câmara Municipal.

Aproveito a oportunidade para reiterar, a Vossas Excelências, votos de estima e consideração.

Paço Municipal, em São José (SC), 10 de novembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## RESOLUÇÃO Nº 048/2017/CMAS

Publicação Nº 1426769

RESOLUÇÃO Nº 048/2017/CMAS

APROVA RELATÓRIO FINAL XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José - CMAS/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/2005 e conforme deliberado na Reunião Plenária Ordinária de 19 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

CONSIDERANDO, Resolução CNAS Nº 23 de 15/12/2016 – Estabelece normas gerais para a realização das Conferências de Assistência Social em âmbito Nacional, Estadual e Distrito Federal;

CONSIDERANDO, Decreto Nº 8246/2017 – Dispõe sobre a Convocação da XI Conferência Municipal de Assistência Social do Município de São José;

CONSIDERANDO a realização da XI Conferência Municipal de Assistência Social de São José realizada nos dias 25 e 26 de julho de 2017, tendo como tema “ Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS”.

CONSIDERANDO deliberação da Plenária Ordinária de 19 de outubro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório Final da XI Conferência Municipal de Assistência Social de São José,

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José (SC), 19 de outubro de 2017.

LUIZ ANDRÉ CERCAL

Presidente CMAS/SJ

## REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2017

Publicação Nº 1425944

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2017 – Processo nº 269/2017 – Proc. Adm. 4343/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES MÓVEL PESSOAL- SMP, COM TECNOLOGIA DIGITAL, NA MODALIDADE PÓS-PAGO E ACESSO A INTERNET, INCLUSIVE SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS PARA ACESSO A INTERNET E CUSTOS DE TARIFAS POR MINUTOS PARA CHAMADAS LOCAIS, PARA LIGAÇÕES ORIGINADAS DE TODAS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUA LIGADAS. O Município de São José informa a todos os interessados que está REVOGANDO o Processo Administrativo nº 4343/2017, Compras nº 269/2017 – Pregão Eletrônico nº 049/2017, por razões de interesse público.

**TERMO ADITIVO/TA N° 073/2016-02**

Publicação N° 1425949

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA n° 073/2016-02 – CC 015/2015 - Proc. Adm. 7176/2016 – Contratado: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE 44 (QUARENTA E QUATRO) RUAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato n° 073/2016 por mais 12 (doze) meses a partir do dia 13/09/2017. Data da assinatura: 13 de setembro de 2017

**TERMO ADITIVO/TA N° 097/2014-07**

Publicação N° 1425955

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA n° 097/2014-07 – PR 001/2014 - Processo 002/2014 – Proc. Adm. 9256/2017 - Contratado: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS. Objeto: LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. DO ACRÉSCIMO QUALITATIVO: Fica acrescido qualitativamente o Contrato original em 3,347% (três inteiros e trezentos e quarenta e sete milésimos por cento), o que representa o valor mensal de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) e o montante anual de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais); O percentual supracitado corresponde à inclusão da licença de uso e manutenção do Módulo PRONIM E-Social. A título de treinamento, implantação e liberação da versão do respectivo módulo, será paga parcela única no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) a ser faturada após a conclusão das atividades descritas, certificadas e concluídas. Data da assinatura: 26 de outubro de 2017.



# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 239/2017/SF

Publicação Nº 1426813

DECRETO Nº. 239/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.670/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

"470"4.4.90.52.00.00.1.0707 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$6.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação de recursos de transferências de convênio assistência social - Estado, Fonte nº1.0707, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais), das seguintes dotações:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

"385"3.3.90.39.00.00.1.0707 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 240/2017/SF

Publicação Nº 1426816

DECRETO Nº. 240/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG – FUNDEB

"116"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo ..... R\$20.000,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"147"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo ..... R\$40.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), Recursos Fundeb 40%, Fonte 1.0019, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG – FUNDEB

"115"3.3.90.14.00.00.1.0019 Diárias – Civil ..... R\$20.000,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL  
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
"150"3.3.90.39.00.00.1.0019 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 de novembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 241/2017/SF

Publicação Nº 1426818

DECRETO Nº. 241/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 6.271,20 (seis mil duzentos e setenta e um reais e vinte centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE  
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMA - SJCEDRO  
"268"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$6.271,20

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 6.271,20 (seis mil duzentos e setenta e um reais e vinte centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE  
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMA - SJCEDRO  
"272"3.3.90.47.00.00.1.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas ..... R\$3.225,00  
"273"3.3.93.47.00.00.1.0000 Outras Taxas ..... R\$3.046,50

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 de novembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 242/2017/SF

Publicação Nº 1426819

DECRETO Nº. 242/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$10.600,00 (dez mil e seiscentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.021 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL

“133”3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$10.600,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor de R\$10.600,00 (dez mil e seiscentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 243/2017/SF

Publicação Nº 1426820

DECRETO Nº. 243/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$43.000,00 (quarenta e três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.020 ENSINO FUNDAMENTAL – SALÁRIO EDUCAÇÃO

“131”3.3.90.39.00.00.1.0058 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$30.000,00

“132”4.4.90.52.00.00.1.0058 Equipamentos e Material permanente ..... R\$13.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Salário - Educação, Fonte 1.0058 no valor de R\$43.000,00 (quarenta e três mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

## EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.143/2017

Publicação Nº 1425478

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº143/2017

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº143/2017, Edital de Pregão Nº143/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, VISANDO MANUTENÇÃO/CONCERTOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, AR CONDICIONADO, COM SERVIÇO DE SOLDA MIG E SERVIÇO DE CHAPEAÇÃO/PINTURA em VEÍCULOS DA LINHA LEVE e VEÍCULOS TIPO VAN DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 28/11/2017, no Setor de

Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 623/2017**

Publicação Nº 1426826

PORTARIA Nº 623/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com os Incisos IX e XI, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a alínea b, Inciso III, do Art. 83º, da Lei Municipal nº 2.020/1993, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à Servidora Pública Municipal Cleitiane Mônica Toigo, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços I, Matrícula 3007, 08 (oito) dias de licença pelo falecimento de seu pai, Neudir Toigo, no período de 10 a 17 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de novembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 13 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 624/2017**

Publicação Nº 1426828

PORTARIA Nº 624/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com os Incisos IX e XI, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a alínea b, Inciso III, do Art. 83º, da Lei Municipal nº 2.020/1993, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao Servidor Público Municipal Volnei Luiz Dallo, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agropecuário, Grupo ATM, Nível 04, Matrícula 358, 08 (oito) dias de licença pelo falecimento de seu pai, Italino Mauricio Dallo, no período de 12 a 19 de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de novembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 13 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 625/2017**

Publicação Nº 1426830

PORTARIA Nº 625/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060 de 13 de junho de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Olga da Silva Martins Ferrari, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível 03, Classe A, Matrícula 2629, o 2º (segundo) triênio, referente ao período de 07/10/2014 a 06/10/2017, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 06% (seis por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de novembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 13 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 626/2017**

Publicação Nº 1426833

PORTARIA Nº 626/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de seu cargo, e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 184, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993 e Lei Municipal nº 4.173/2013, de 10 de dezembro de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º. Fica concedido 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade à servidora pública municipal Gabriela Toigo, ocupante do cargo comissionado de Coordenador do CRAS, Grupo DAC, Nível 26, Matrícula nº 3176, no período de 01 de novembro de 2017 a 29 de abril de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 13 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2017 - PR Nº 134/2017

Publicação Nº 1426845

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/11/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA O PROJETO “NATAL DOS SONHOS E AEPETI” A SEREM UTILIZADAS PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE PARTICIPAM DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS OFERTADO PELO NÚCLEO DE ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE – NACA VINCULADO À SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 14 de Novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5.781, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1426851

DECRETO Nº 5.781, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o art. 43, § 1º, inc. III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.01.0000	15 Aplicação Direta	R\$ 10.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inc. III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.04.122.4503.2.006.3.1.90.00.00.00.00.01.0000	13 Aplicação Direta	R\$ 10.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 5.782, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1426853

DECRETO Nº 5.782, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

02.00	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM		
02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM		
04.122.4502.2.002 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000	159	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal**DECRETO Nº 5.783, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1426856

DECRETO Nº 5.783, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.01.0000	85 Aplicação Direta	R\$ 30.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

08.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

08.01 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034.3.1.90.00.00.00.00.01.0000	81 Aplicação Direta	R\$ 30.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 016/2017, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1425884

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 016/2017, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015; Decreto nº 5.677, de 31 maio de 2017; e Decreto nº 5.777, de 09 de novembro de 2017.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA VETERANOS DE SÃO LOURENÇO D' OESTE; CNPJ nº 80.635.485/0001-29.

Objeto: Permissão de Uso Onerosa do Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste, em virtude da realização de evento que consiste na 23ª Festa do Chopp, a ser promovido na data de 02 de dezembro de 2017, pela Permissionária.

Valor: R\$ 9.295,41 (nove mil duzentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos), correspondendo a 84,03 (oitenta e quatro vírgula zero três) UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, conforme estabelecido no Decreto nº 5.607/2017.

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento até o dia 30 de novembro de 2017.

Data de Assinatura: 10/11/2017.

Vigência: de 1º a 04 de dezembro de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Permitente e Associação Atlética Veteranos de São Lourenço d' Oeste - pela permissionária.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1425882

LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Altera os § 1º e § 2º do art. 25-M da Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979, redação dada pela Lei Complementar nº 109/2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os § 1º e § 2º do art. 25-M da Lei nº 298, de 18 de dezembro de 1979, com redação dada pela Lei Complementar nº 109/2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 25-M .....

§ 1º. Juntamente com o requerimento o interessado deverá apresentar documentação comprobatória do enquadramento nas hipóteses de isenção, sendo exigidos esses últimos apenas para os novos solicitantes.

§ 2º. O pedido de isenção será renovado anualmente, necessitando somente a apresentação do interessado junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, que verificará a manutenção das condições exigidas no art. 25-L, caput, e encaminhará a lista dos beneficiados a Secretaria Municipal de Fazenda para que proceda a isenção do IPTU do ano seguinte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 001, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425844

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE  
COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 001, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PRESIDENTE DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso VI da Lei Complementar nº 080/2007 e com base no Artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor municipal MOACIR JOSE BAESSO, ocupante do cargo efetivo de Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas, matrícula nº 2/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de Janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2016.

PAULO CESAR PEDRO ALVES  
Presidente da Autarquia

Publicado no DOM/SC em:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

### **PORTARIA Nº 002, DE 07 NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425845

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE  
COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 002, DE 07 NOVEMBRO DE 2017.

O PRESIDENTE DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso VI da Lei Complementar nº 080/2007 e com base no Artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor municipal JOEL ANTONIANO GARCIAS, ocupante do cargo efetivo de Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas, matrícula nº 4/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de Janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2017.

PAULO CESAR PEDRO ALVES  
Presidente da Autarquia

Publicado no DOM/SC em:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

### **PORTARIA Nº 003, DE 07 NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425847

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE  
COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 003, DE 07 NOVEMBRO DE 2017.

O PRESIDENTE DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso VI da Lei Complementar nº 080/2007 e com base no Artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor municipal MARCELO NERI GUIDINI, ocupante do cargo efetivo de Articulador de Atividades Desportivas e Recreativas, matrícula nº 3/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de Janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2017.

PAULO CESAR PEDRO ALVES  
Presidente da Autarquia

Publicado no DOM/SC em:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

**PORTARIA Nº 1.147, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425508

PORTARIA Nº 1.147, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública Municipal MARINEIVA VANNIN BAZZO, ocupante do cargo efetivo de Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, matrícula nº 443/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 07 a 10 de novembro de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus afeitos a partir de 07 de novembro de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.148, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1425512

PORTARIA Nº 1.148, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público ELCIO EUGENIO ETGES, ocupante em comissão de GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, matrícula nº 3223/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15 a 29 de dezembro de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 1.149, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425515

PORTARIA Nº 1.149, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público JACKSON LUIZ DE MELLO, ocupante em efetivo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, matrícula nº 3244/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016, e no período de 10 a 24 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA Nº 1.150, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425518

PORTARIA Nº 1.150, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal KAMILA TOMAZI CATANI, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, matrícula nº 3275/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017, a 09 de janeiro de 2018 referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Parágrafo Único: Férias que tinham sido interrompidas pela Port: 415 de 23 de fevereiro de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

## **PORTARIA Nº 1.151, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1425523

PORTARIA Nº 1.151, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público RENNÃ HIGOR FEDRIGO, ocupante em comissão de PRESIDENTE DE AUTARQUIA, matrícula nº 35/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de dezembro de 2017, a 09 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 133/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1426693

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 133/2017  
Processo Licitatório nº 225/2017  
Pregão Presencial nº 152/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DESTINADA AOS ORGANIZADORES E COORDENADORES DA MERCOLEITE-FEIRA DE GADO LEITEIRO, GADO DE CORTE E SEMINÁRIO DE PECUÁRIA DE LEITE QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 14 A 19 DE NOVEMBRO DE 2017, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES RINEU GRANZOTTO COM 13ª EDIÇÃO DA FAISMO/2017, NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC, CONFORME CONVÊNIO Nº 2017TR001442, PROCESSO Nº SDR 01 00002110/2017 (AR011604171), DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: CHOPERIA CHOPP CHAPLIN LTDA

VALOR: Aditado em R\$ 1.950,00

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: AIRTO MOSS

São Miguel do Oeste, SC., 13 de novembro de 2017

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 134/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1425650

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 134/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 246/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2017

OBJETO: LOCAÇÃO DE TENDA DE 10 X 10M, PARA UTILIZAÇÃO JUNTO A MERCOLEITE-FEIRA DE GADO LEITEIRO, GADO DE CORTE E SEMINÁRIO DE PECUÁRIA DE LEITE QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 14 A 19 DE NOVEMBRO DE 2017, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES RINEU GRANZOTTO COM 13ª EDIÇÃO DA FAISMO/2017, NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, CONFORME CONVÊNIO Nº 2017TR001442, PROCESSO Nº SDR 01 00002110/2017 (AR011604171), DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA

VALOR: Aditado em R\$ 1.800,00

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: PLOUDECIR VALNEI MALLMANN

São Miguel do Oeste, SC., 13 de novembro de 2017

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 64/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1425569

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2017 ☐ PR 165/2017 ☐ PROCESSO LICITATÓRIO 245/2017 ☐ OBJETO: FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEIO FIO E GRADES PARA BOCA DE LOBO DESTINADOS PARA A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL..

Fornecedores:

LUMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP, vencedora dos itens 2 no valor de R\$ 69.250,00 (sessenta e nove mil e duzentos e cinquenta reais).

METALURGICA GELLER LTDA - ME, vencedora dos itens 1 no valor de R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais)

Total da Licitação: R\$ 119.050,00 (cento e noventa e nove mil e cinquenta reais).

ASSINATURA: 08/11/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 65/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1425581

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2017 □ PR 167/2017 □ PROCESSO LICITATÓRIO 247/2017 □ OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMPUTADORES E NOTEBOOK PARA AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL..

Fornecedores:

LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME , vencedora dos itens 1 no valor de R\$ 137.550,00 (cento e trinta e sete mil e quinhentos e cinquenta reais).

Total da Licitação: R\$ 137.550,00 (cento e trinta e sete mil e quinhentos e cinquenta reais).

ASSINATURA: 10/11/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 66/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1425583

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66/2017 □ PR 168/2017 □ PROCESSO LICITATÓRIO 249/2017 □ OBJETO: FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REGADOR, ENXADA AÇO, VASOS DE FLOR E DEMAIS MATERIAIS DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO DE ORNAMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA LIMPEZA, JARDINAGEM DAS RUAS E CANTERIOS DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

FLORESTAL JP LTDA , vencedora dos itens 13, 18 no valor de R\$ 6.160,00 (seis mil e cento e sessenta reais).

NOVAMIL E MPREENDIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA – EPP, vencedora dos itens 1 a 12, 15, 17, 19, 21 no valor de R\$ 21.968,00 (vinte e um mil e novecentos e sessenta e oito reais)

Total da Licitação: R\$ 28.128,00 (vinte e oito mil e cento e vinte e oito reais).

ASSINATURA: 13/11/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

**CONTRATO 135/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1425564

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

CONTRATO 135/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 24/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DA CONTINUAÇÃO DA RUA OLIVIO CAPOANI, BAIRRO SALETE DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE □ SC, CONFORME CONVÊNIO Nº 2017TR0399, PROCESSO Nº SDR01 000000623/2017 (AR01522171), DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

CONTRATADO: NIVELTER TERRAPLANAGENS E OBRAS EIRELI - ME

VALOR: R\$ 81.771,96

VIGÊNCIA: 02 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: OTMAR NIEDERLE

São Miguel do Oeste, SC., 13 de novembro de 2017

**CONTRATO 136/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1426683

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

CONTRATO 136/2017

Processo Licitatório nº 250/2017

Pregão Presencial nº 169/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A  
VALOR: R\$ 2.152,00  
VIGÊNCIA: 12 meses  
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER  
ASSINA pela CONTRATADA: MARCELO WAIS  
São Miguel do Oeste, SC., 13 de novembro de 2017

### **CONTRATO 19/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1426686

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXT. CONTRATO 19/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A PERMANÊNCIA DO IDOSO DEJANDIR PEREIRA, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL AUTOS Nº 0900112-35.2016.8.24.0067, NO LAR DIVINA PROVIDÊNCIA – NUPAI, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS – SC, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, PARA O PERÍODO DE 12 MESES  
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE PROFISSIONAIS AMIGOS DOS IDOSOS - NUPAI  
VALOR: 6.529,20  
VIGENCIA: 12 MESES  
Assina pela CONTRATANTE: MARTA REGINA SOTILLI  
Gestora do Fundo  
Assina pela CONTRATADA: ADEMAR HENCHEN  
São Miguel do Oeste, 20 de outubro de 2017

### **CONTRATO 20/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1426688

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXT. CONTRATO 20/2017  
Processo Licitatório nº 250/2017  
Pregão Presencial nº 169/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURO PARA OS VEICULOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.  
VALOR: 764,00  
VIGENCIA: 12 MESES  
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A  
Assina pela CONTRATANTE: MARTA REGINA SOTILLI  
Gestora do Fundo  
Assina pela CONTRATADA: MARCELO WAIS  
São Miguel do Oeste, 13 de novembro de 2017

### **CONTRATO 5/2017 - AGRICOLA**

Publicação Nº 1426690

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA  
EXT. CONTRATO 5/2017  
Processo Licitatório nº 250/2017  
Pregão Presencial nº 169/2017  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURO PARA OS VEICULOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.  
VALOR: R\$ 153,00  
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A  
VIGÊNCIA: 12 meses  
ASSINA pela CONTRATANTE: RENATO ROMANCINI  
ASSINA pela CONTRATADA: MARCELO WAIS São Miguel do Oeste, SC., 13 de novembro de 2017.

**CONTRATO 84/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1426684

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. CONTRATO 84/2017

Processo Licitatório 92/2017

Inexigibilidade de Licitação 18/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNAÇÃO EM CLINICA PSIQUIATRICA DE RECUPERAÇÃO CONFORME COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE 1ª VARA CIVIL AUTOS Nº 0001169-79.2017.8.24.0067, PARA INTERNAÇÃO DO MENOR J. D. S. T., DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, PARA O PERIODO DE 06 MESES.

VALOR: R\$ 24.000,00

CONTRATADO: HOSPITAL SÃO JORGE LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 06 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo

ASSINA pela CONTRATADA: SACHA FUCHS DOS SANTOS

São Miguel do Oeste, SC., 07 de novembro de 2017

**CONTRATO 85/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1426685

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. CONTRATO 85/2017

Processo Licitatório nº 250/2017

Pregão Presencial nº 169/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURO PARA OS VEICULOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

VALOR: R\$ 993,00

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A

VIGÊNCIA: 12 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo

ASSINA pela CONTRATADA: MARCELO WAIS

São Miguel do Oeste, SC., 13 de novembro de 2017

**PROC 53/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1425639

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Futuro e eventual contratação de profissionais para ministrar as oficinas de capacitação e planejamento desenvolvidos pelos Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 28 de novembro de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 13 de novembro de 2017.

MARTA REGINA SOTILLI

Secretaria Municipal de Assistência Social

**PROCESSO Nº 261/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1425380

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 261/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Futuro e eventual aquisição de luminária para iluminação pública a Led destinados para a manutenção e modernização do Sistema de Iluminação Pública no Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 27 de novembro de 2017.

Abertura: 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 13 de novembro de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

**PROCESSO Nº 262/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1426471

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 262/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de impressão de caderno personalizado, encadernações com espiral capar transparente na frente e preta no verso, agendas escolares para o ano letivo de 2018, destinados aos alunos das Escolas do Ensino Fundamental e aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 28 de novembro de 2017.

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 13 de novembro de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**PROCESSO Nº 263/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1426548

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 263/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de materiais pedagógicos destinados para as Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 29 de novembro de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 13 de novembro de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

## REVOGAR EDITAL

Publicação Nº 1425343

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE  
SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 87/2017

Edital Pregão Presencial nº 57/2017

O Senhor Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando o Memorando que não houve participantes no referido processo licitatório, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 10 de novembro de 2017.

Leonir Caron

Secretário Municipal de Saúde

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº134/2017

Publicação Nº 1426788

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO Nº134/2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1.082/2016.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais) por conta do Superávit Financeiro nas dotações abaixo identificadas:

#### 06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.8-2.044 – Func. e Manutenção da Cultura R\$ 3.726,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 3.726,00

#### 07- SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010-2.077– Func. e Manutenção da Coord. de Obras R\$ 40.274,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 40.274,00

#### 10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.027 – Funcionamento e Manut. da Agricultura R\$ 8.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 13 de novembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº135/2017

Publicação Nº 1426789

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO Nº135/2017

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 7º da Lei 1.082/2016.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.



**07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

07.01.15.452.0010.2.077 – Funcionamento e Manutenção da  
Coordenadoria de Obras R\$ 2.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

07.01.15.452.0010.2078 – Func. e Manutenção da Coordenadoria  
de Serviços Públicos R\$ 501,10

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 501,10

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 501,10

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 13 de novembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.308/2017, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1426824

DECRETO Nº 4.308/2017, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

09.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 42.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

09.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 10.000,00

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 7.700,00

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Obras e Instalacoes R\$ 13.300,00

3.3.90.34.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outras Desp.de Pessoal Dec.de Contratos de Terc. R\$ 11.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 6 de Novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 138/2017-PMS

Publicação Nº 1425324

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 138/2017-PMS

Dispensa de Licitação nº. 83/2017-PMS - Processo nº. 240/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: WALDENIR HANG, CRECI/SC sob nº 20.207F, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3069, sala 02, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Locação de imóvel comercial, para abrigar a Delegacia de Polícia do Município de Schroeder. Imóvel localizado na Rua Mal. Castelo Branco, 4400, Centro Norte, Schroeder. Área privada de 100,00m², garagem para dois veículos, estacionamento para veículos na frente do imóvel, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação de imóvel comercial, para abrigar a Delegacia de Polícia do Município de Schroeder. Imóvel localizado na Rua Mal. Castelo Branco, 4400, Centro Norte, Schroeder. Área privada de 100,00m², garagem para dois veículos, estacionamento para veículos na frente do imóvel.	05	Meses	1.000,00	5.000,00
VALOR R\$ TOTAL					5.000,00

Valor do contrato: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) correspondente ao objeto descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento, pago o valor mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Data da Assinatura: 13/11/2017 – Vigência: 05 meses

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 139/2017-PMS

Publicação Nº 1425385

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 139/2017-PMS  
Dispensa de Licitação nº. 84/2017-PMS  
Processo nº. 241/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: M. SCHMITT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº. 06.746.099/0001-51, estabelecida na Rua Teresópolis, nº 81, Bairro Guanabara, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.207-500.

Objeto: Aquisição de bobina para relógio ponto para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Bobinas para relógio ponto, papel termo sensível, de acordo com portaria 1510/2009 MTE, com medidas 57mm x 300m	25	Unidade	625,00	625,00
TOTAL R\$					625,00

Valor do contrato: R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais).

Data da Assinatura: 13/11/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 140/2017-PMS

Publicação Nº 1425526

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 140/2017-PMS  
Dispensa de Licitação nº. 85/2017-PMS  
Processo nº. 242/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo

Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NC COMUNICAÇÕES SA, inscrita no CNPJ sob nº. 79.227.963/0013-16, estabelecida na Rua Caçador, nº 112, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-610.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de assinatura diária do jornal A Notícia para atender as necessidades do gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Assinatura do Jornal A Notícia, na modalidade: segunda a sábado - anual, no período de novembro 2017 a novembro 2018.	01	Unidade	862,90	862,90
TOTAL R\$					862,90

Valor do contrato: R\$ 862,90 (oitocentos e sessenta e dois reais e noventa centavos).

Data da Assinatura: 13/11/2017 – Vigência: 13/12/2018

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO CONTRATO Nº. 141/2017-PMS

Publicação Nº 1426467

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 141/2017-PMS

Tomada de Preços nº. 15/2017-PMS - Processo nº. 185/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para reforma da Delegacia de Polícia Cível, localizada na Rua Paulo Jahn, Centro, neste Município de Schroeder/SC compreendendo uma área de 175,80 m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 144.331.74 (cento e quarenta e quatro mil trezentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos)

Data da Assinatura: 13/11/2017 – Vigência: 31/12/2017

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

## I ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 17/2017-PMS

Publicação Nº 1425361

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

### I ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 17/2017-PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 235/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e itens referente ao Edital de Tomada de Preços nº. 17/2017-PMS, para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) reforma e ampliação na estrutura do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol, localizada na Rua Guilherme Zastrow, neste Município de Schroeder/SC, com área toda de 454,80m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, ficando assim determinado:

Leiam-se:

I – DO LOCAL, DA DATA, DO HORÁRIO DA ABERTURA DO PROCESSO:

1.1.Os envelopes nº. 01 - Habilitação, nº. 02 – Proposta Comercial, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinado, a saber:

a) Data: 30 de novembro de 2017.

b) Local: Prefeitura de Schroeder (SC).

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro,

Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h

d) Abertura do processo: às 14h15min

### III – DOS VALORES:

3.1. Fica estabelecido, nos termos do inciso III do art. 31 e art. 56 § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, a garantia e manutenção da proposta, no valor de 1% (um por cento) do valor total estimado do objeto da contratação, a saber: R\$ 242.957,17 (duzentos e quarenta e dois mil novecentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), podendo o proponente optar pelas seguintes modalidades:

4.2- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 30 de novembro de 2017 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1.

O Anexo III – Orçamento e Anexo IV - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, devidamente alterados, ficarão disponibilizados na íntegra no site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Schroeder, 14 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

## I ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2017–FAS

Publicação Nº 1425700

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

### I ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2017–FAS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 25/2017-FAS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 04/2017-FAS, para a contratação de empresa especializada em Pacote Day Use para encerramento do Serviço de Convivência do CRAS da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leiam-se:

1.2 Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 05 de dezembro de 2017.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 05 de dezembro de 2017 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1 - b.

Schroeder, 13 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

## TERMO ADITIVO Nº. A51/2017 – PMS

Publicação Nº 1425735

TERMO ADITIVO Nº. A51/2017 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2017-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.398.513/0001-53, estabelecida na Rua Bernardo Dornbusch nº. 589, Piso Superior sala 01, Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.259-100, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Almir Daufenbach, inscrito no CPF sob o nº 637.139.509-20.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 42/2017-PMS, celebrado em 17 de abril de 2017, proveniente do Processo nº. 33/2017-PMS, modalidade Pregão Presencial nº. 14/2017-PMS, para contratação de empresa especializada para serviço de locação e de manutenção de máquinas multifuncionais incluindo instalação, assistência técnica, manutenção preventiva, manutenção corretiva dos equipamentos, fornecimento de peças e de todo o material de consumo, exceto papel para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido aditivo feito pela Diretoria de Informática, da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças no valor de R\$ 14.100,00 (quatorze mil e cem reais), para o período de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal em Exercício de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 aditivado ao contrato o valor de R\$ 14.100,00 (quatorze mil e cem reais), passando a ser o valor do contrato inicial para R\$ 23.426,73 (vinte e três mil, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e três centavos).



LOTE	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	<p>Item 2 - 04 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 8.000 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 72.000 páginas para o período de 09 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de normal, A4) deve ser de no mínimo 26 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 50 folhas, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 50 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Possuir Driver/Emulação para PostScript ou BR-Script. Processador 450MHz, Memória Interna 64MB. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 25 até 400%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p> <p>Modelo de referencia ou similar: HP M2727nf</p>	96.000	páginas/mês	0,047	
	<p>Item 3 - 03 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 17.000 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 153.000 páginas para o período de 09 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 35 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 50 folhas, Impressão frente e verso (duplex) automático, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 50 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Software incluso da fabricante para scanner em rede. Possuir Driver/Emulação para PostScript ou BR-Script. Processador 800MHz, Memória Interna 256MB. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Duplex, Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows. Velocidade de Digitalização mínima de 20ppm a 200ppi.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 25 até 400%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p> <p>Modelo de referencia ou similar: HP M425dn</p>	204.000	páginas/mês	0,047	4.512,00 9.588,00
TOTAL R\$					14.100,00

Cláusula 3ª - Fica a partir deste, alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência", no item 14.2 prorrogando a vigência do contrato para o período de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 2ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 42/2017-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 13 de novembro de 2017.

CONTRATADA:

REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA. - EPP

Almir Daufenbach

CPF nº 637.139.509-20

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

**TERMO ADITIVO Nº. A52/2017 – PMS**

Publicação Nº 1425777

TERMO ADITIVO Nº. A52/2017 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 32/2016-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.719.963/0001-77, estabelecida na Rua Getulio Vargas, nº 2729, Centro, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.103-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Cristiane Longhi Tortelli inscrita no CPF sob o nº. 924.808.370-68, portadora da carteira de identidade nº. 6.564.264-SESPDC/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 32/2016-PMS, celebrado em 06 de abril 2016, proveniente do Processo de licitação nº. 44/2016 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 23/2016–PMS, para contratação de empresa especializada em serviços de monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme tele monitorado mediante sinais por linha telefônica, a serem realizados em Unidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no valor de R\$ 21.192,00 (vinte e um mil cento e noventa e dois reais), para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” aditivado em todos os itens a quantidade de 12 meses, para o período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, totalizando o valor de R\$ 21.192,00 (vinte e um mil cento e noventa e dois reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	JARDIM DE INFÂNCIA CHAPÉUZINHO VERMELHO, Rua 03 DE OUTUBRO, 261 (01 Central de alarme; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	132,00	1.584,00
02	CRECHE PROFESSORA CRISTIANE ZERBIN, Rua MARIO ZERBIN, 60 (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 07 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	91,00	1.092,00
03	E.M.E.F. SANTOS TOMASELLI, Rua CANDIDO TOMASELLI, 884 (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 07 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	91,00	1092,00
04	JARDIM DE INFANCIA ABELINHA FELIZ, Rua ERICH FROEHNER, 4013 (01 Central de alarme; 01 Teclado; 06 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	84,00	1.008,00
05	ESCOLA MUNIC. CLARICE LANGE JACOBI, Rua RIO DE JANEIRO (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 11 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	132,00	1.584,00
06	ESCOLA MUNICIPAL EMILIO DA SILVA, RUA PAULO JAHN, 215 (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	121,00	1.452,00

07	ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA, Rua ITROUPAVA AÇU (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 08 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes, 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	147,00	1.764,00
08	CRECHE MUNICIPAL GIRASSOL, Rua GUILHERME ZASTROW, 58 (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	132,00	1.584,00
09	ESCOLA MUNICIPAL SARITA BECK REZENDE, Rua DOM PEDRO, 820 (01 Central de alarme 748; 01 Teclado; 14 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	104,00	1.248,00
10	ESCOLA MUNICIPAL FRIDA HEIN KRAUSE, Rua MAL. CASTELO BRANCO, 8382 (01 Central de alarme 738; 01 Teclado; 12 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	132,00	1.584,00
11	BIBLIOTECA MUNICIPAL CRUZ E SOUZA, Rua Paulo Jahn (01 Central de alarme 728; 01 Teclado; 05 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	80,00	960,00
12	CHECHE DE SCHROEDER I, Rua Guaramirim, nº 313 (01 Central de alarme SP 6000; 01 Teclado K32; 15 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	157,00	1.884,00
13	CHECHE PRIMEIROS PASSOS I, Rua Marguerita Tomaselli, nº 110 (01 Central de alarme SP 6000 01 Teclado K32; 7 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	91,00	1.092,00
14	ESCOLA MUNICIPAL CASTRO ALVES, Estrada Duas Mamas, nº 3000 (01 Central de alarme SP 6000 01 Teclado K32; 8 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	104,00	1.248,00
15	ESCOLA MUNICIPAL LEONETE BAUER WALZ, Rua Marechal Castelo Branco, nº 3000 (01 Central de alarme SP 6000 01 Teclado K32; 6 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	84,00	1.008,00
16	ESCOLA MUNICIPAL VALI JORCK VOIGT, Rua Gustavo Streit, nº 3000 (01 Central de alarme SP 6000 01 Teclado K32; 6 Sensores IVP (Infravermelho passivo); 02 Sirenes; 01 Bateria; 01 Transformador; 01 Caixa para Central);	12	Mês	84,00	1.008,00
TOTAL R\$					21.192,00

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 21.192,00 (vinte e um mil cento e noventa e dois reais), alterando o valor total do contrato para R\$ 58.278,00 (cinquenta e oito mil, duzentos e setenta e oito reais).

Cláusula 3ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018 a vigência do contrato.

Cláusula 4ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 32/2016-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 13 de novembro de 2017.

CONTRATADA:

CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

Cristiane Longhi Tortelli

CPF nº. 924.808.370-68

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

**TERMO ADITIVO Nº. A53/2017 – PMS**

Publicação Nº 1425850

TERMO ADITIVO Nº. A53/2017 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 125/2016-PMS

CONTRATANTE/LOCATÁRIA: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA/LOCADORA: IVANA LACY BEHRENS, inscrita no CPF sob o nº. 600.864.329-15, portadora da carteira de identidade nº. 1.582.312-SSP-SC, residente na Rua Blumenau, nº 123, Centro, neste Município de Schroeder/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 125/2016-PMS, celebrado em 08 de dezembro 2016, proveniente da Dispensa de licitação nº. 66/2016-PMS, Processo nº. 208/2016-PMS, para aluguel imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem para atender as necessidades do Conselho Tutelar do Município de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido de aditivo feito pelo Conselho Tutelar no valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), para prorrogação de prazo para o período 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 65, I, B c/c 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 11ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” aditivado no o item 01 a quantidade de 12 meses, para o período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, totalizando o valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aluguel Imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem, pagamento de água e luz, internet, telefone. A taxa de lixo deve ser inclusa no contrato sob responsabilidade do Município. O imóvel esta localizado na Rua Blumenau, nº 123, Centro, na cidade de Schroeder/SC.	12	Mês	1.100,00	13.200,00
TOTAL R\$					13.200,00

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), alterando o valor total do contrato para R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais).

Cláusula 3ª – Fica alterada a Cláusula Décima Primeira “da vigência e da renovação” no item 11.2, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018 a vigência do contrato.

Cláusula 4ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 125/2016-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 13 de novembro de 2017.  
CONTRATADA:

IVANA LACY BEHRENS  
CPF nº. 600.864.329-15  
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

## TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 053.350.739-18

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 15/2017-PMS**

Publicação Nº 1426468

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 15/2017-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 15/2017-PMS, PROCESSO Nº. 185/2017-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para reforma da Delegacia de Polícia Cível, localizada na Rua Paulo Jahn, Centro, neste Município de Schroeder/SC compreendendo uma área de 175,80 m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse..

Vencedor: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 144.331.74 (cento e quarenta e quatro mil trezentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos)

Data da Assinatura: 13/11/2017 – Vigência: 31/12/2017

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 04/2017-FAS (SEQUÊNCIA 01)**

Publicação Nº 1425413

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 4/2017 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 25/2017 Data do Processo: 11/10/2017

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 12/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em Pacote Day Use para encerramento do Serviço de Convivência do CRAS da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa HOTEL VALE DAS PEDRAS LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Constatou-se que a empresa HOTEL VALE DAS PEDRAS LTDA. - EPP apresentou Contrato Social com data de verificação da autenticação na internet expirada, conforme consulta ao site da JUCESC sendo este de 11/04/2017 e a JUCESC mantém o documento disponível para verificação por 90 dias, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 e deve ser apresentado de acordo com o edital no item 4.1.3.1, sendo assim o representante da empresa HOTEL VALE DAS PEDRAS LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa HOTEL VALE DAS PEDRAS LTDA. - EPP. A empresa HOTEL VALE DAS PEDRAS LTDA. - EPP cotou o item 02 acima do valor de referência visto que o representante não pode dar lance e baixar os valores, os itens serão cancelados. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão. Será devolvido o envelope de habilitação da empresa HOTEL VALE DAS PEDRAS LTDA. - EPP. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

Schroeder, 13 de Novembro de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Ana Paula Kreis	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camardo	- ..... - Equipe de Apoio
Eloir José Wendt	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

ALAOR PALACIO JUNIOR - ..... - Representante



**ATA PREGÃO PRESENCIAL 121/2017-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

Publicação Nº 1425897

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 121/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: <b>228/2017</b> Data do Processo: <b>19/10/2017</b>
Folha: 1/2	

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 202/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de veículo para atender as necessidades do Destacamento da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa LIBERTE VEÍCULOS LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa LIBERTE VEÍCULOS LTDA. está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa LIBERTE VEÍCULOS LTDA. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Verificou-se que no edital houve um erro de valores pois usou-se o valor de referência de um orçamento onde não havia a previsão de plotagem e giroflex, sendo que no orçamento o segundo menor valor (R\$79.090,00) engloba a plotagem e o giroflex. Constatando vencedora a empresa LIBERTE VEÍCULOS LTDA., sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa LIBERTE VEÍCULOS LTDA. apresentou CND de FGTS vencida em 09/11/2017 documento exigido no edital no item 7.1.4, apresentou Alvará de Licença e Localização e Alvará Sanitário sem autenticação, documento exigido no edital no item 7.1.6 o mesmo deve ser apresentado de acordo com o edital no item 7.4 e apresentou Certidão de Falência e Concordata da Comarca de Blumenau sendo que a empresa está participando com sua filial da Comarca de Jaraguá do Sul, este documento é exigido no edital no item 7.1.13, sendo assim a empresa LIBERTE VEÍCULOS LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, de acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 24 de novembro de 2017, às 16h30min, para apresentação de nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação, de acordo com as exigências do edital, caso contrario será considerada inabilitada. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

Schroeder, 13 de Novembro de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Ana Paula Kreis	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Elbir José Wendt	- ..... - Equipe de Apoio

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 121/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: **228/2017**  
Data do Processo: **19/10/2017**

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 202/2017 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

FERNANDO HENRIQUE LICKFELD LOPES

- ..... - Representante

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 09/2017-SANEAMENTO

Publicação Nº 1425572

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017

**Número do Registro de Preços:** 9/2017      **Data do Registro:** 13/11/2017      **Válido até:** 13/11/2018  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria de Sa

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	COLETA E ANÁLISE de Coliformes Totais (52 análises mensais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	11,4300	1
2			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	14,3400	2
3			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	41,0200	3
2	COLETA E ANÁLISE de Bactérias Heterotróficas (16 mensais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	15,4200	1
2			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	18,7500	2
3			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	53,2200	3
3	COLETA E ANÁLISE de Cloro Residual Livre (52 mensais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	7,3700	1
2			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	8,8500	2
3			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	25,2900	3
4	COLETA E ANÁLISE de Clostridérias (3 mensais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	50,2800	1
2			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	51,8500	2
3			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	148,1500	3

Página: 2/8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017**

**Número do Registro de Preços: 9/2017      Data do Registro: 13/11/2017      Válido até: 13/11/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria de Sa

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	COLETA E ANÁLISE de Trihalometanos (2 trimestrais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	59,0300	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	61,6200	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	176,0600	3
6	COLETA E ANÁLISE PARA ÁGUA TRATADA PORTARIA MS Nº 29/14 DE 12/12/2011 DO MINISTERIO DA SAUDE (COMPLETA) SEMESTRAL (2 anuais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	1.005,6500	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	1.086,2750	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	3.102,6700	3
7	COLETA E ANÁLISE PARA ÁGUA BRUTA CONAMA 357 (COMPLETA) (6 anuais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	804,5200	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	781,7600	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	2.233,5000	3
8	COLETA E ANÁLISE de Cor aparente (52 análises mensais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	6,0300	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	5,5800	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	15,9500	3

Página: 3/8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017**

**Número do Registro de Preços: 9/2017      Data do Registro: 13/11/2017      Válido até: 13/11/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria de Sa

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	COLETA E ANÁLISE de Turbidez (52 análises mensais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	6,3700	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	3,3200	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	9,5100	3
10	COLETA E ANÁLISE de Fluoretos (52 análises mensais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	8,7100	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	12,5600	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	35,9000	3
11	COLETA E ANÁLISE de pH (52 análises mensais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	6,0300	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	3,7800	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	10,8300	3
12	COLETA E ANÁLISE de alumínio residual em água tratada (4 mensais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	10,0500	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	11,9600	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	34,1900	3

Página: 4/8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017**

**Número do Registro de Preços: 9/2017      Data do Registro: 13/11/2017      Válido até: 13/11/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria de Sa

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	COLETA E ANÁLISE de alcalinidade em água bruta (Frequência esporádica conforme necessidade)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	6,7000	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	5,9800	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	17,0900	3
14	COLETA E ANÁLISE de Escherichia coli em água tratada (62 mensais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	10,7200	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	14,3500	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	41,0200	3
15	COLETA E ANÁLISE de teor de Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub> em sulfato de alumínio (Método Cálculo Estequiométrico). (Frequência esporádica conforme necessidade)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	6,7000	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	6,7900	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	19,4300	3
16	COLETA E ANÁLISE de Hipoclorito de sódio para determinação da concentração de cloro ativo. (Frequência esporádica conforme necessidade)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	15,4200	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	17,7100	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	50,6000	3



Página: 5/8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017**

**Número do Registro de Preços: 9/2017      Data do Registro: 13/11/2017      Válido até: 13/11/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria de Sa

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Gosto e odor (2 trimestrais)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	13,4000	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	6,9300	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	19,8300	3
18	Cloro total	UN	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	13,4000	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	7,9700	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	22,7900	3
19	Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	12,0600	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	12,5600	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	35,9000	3
20	Demanda Química de Oxigênio (DQO)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	12,0600	1
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	12,5600	2
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	35,9000	3

Página: 6/8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017**

Número do Registro de Preços: 9/2017      Data do Registro: 13/11/2017      Válido até: 13/11/2018						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria de Sa						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
21	Fósforo Total	UN	ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	12,0900
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	12,3000
			BIOAGRI AMBIENTAL LTDA. (13741)		0	35,1600
22	Oxigênio Dissolvido (OD)	UN	ECO SYSTEM - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA (12732)		0	6,0300
			LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP (10630)		0	5,6000

Página: 78

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017**

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 13/11/2017		Válido até: 13/11/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria de Sa					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BIOAGRIAMBIENTAL LTDA. (13741)		0	16,0000	3

Página: 8/8

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017

Número do Registro de Preços: 9/2017							Data do Registro: 13/11/2017		Válido até: 13/11/2018		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria de Sa											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2017  
PROCESSO Nº 13/2017  
(10630) - LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP  
(12732) - ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA  
(13741) - BIOAGRI AMBIENTAL LTDA.

Schroeder, 13 de Novembro de 2017.

**DISPENSA Nº 84/2017-PMS**

Publicação Nº 1425352

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 84/2017 - DL**

Processo Nr.: 241/2017  
Data: 13/11/2017

Folha: 1/2

Fornecedor: M. SCHMITT COMER. DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA

Código: 11591

Endereço: RUA TERESOPOLIS, Nº 81

Cidade: Joinville - SC

CNPJ: 06.746.099/0001-51

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aquisição de bobina para relógio ponto para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	25,00	Bobinas para relógio ponto, papel termo sensível, de acordo com portaria 1510/2009 MTE, com medidas 57mm x 300m	UN	25,00	625,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Os relógios pontos REP só aceitam o registro do ponto quando existe papel para impressão, e não há mais bobinas em estoque; O processo 190/2017 que prevê a compra de bobinas está em aguardo da defesa da empresa pelo relógio ponto não atender a especificação do edital;

Schroeder, 13 de Novembro de 2017

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 84/2017 - DL**Processo Nr.:** 241/2017  
**Data:** 13/11/2017

Folha: 2/2

10/11/2017

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 10 de Novembro de 2017

**Valor da Despesa:**

625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



**DISPENSA Nº 85/2017-PMS**

Publicação Nº 1425426

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 85/2017 - DL**

**Processo Nr.: 242/2017**  
**Data: 13/11/2017**

Folha: 1/2

**Fornecedor: NC COMUNICAÇÕES SA**

Código: 13745

Endereço: rua caçador, 112

Cidade: Joinville - SC

CNPJ: 79.227.963/0013-16

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de assinatura diária do jornal A Notícia para atender as necessidades do gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Assinatura do Jornal A Notícia, na modalidade: segunda a sábado - anual, no período de novembro 2017 a novembro 2018.	UN	862,90	862,90

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

A dispensa justifica-se pelo interesse em dar continuidade a assinatura anual do Jornal A Notícia.

Schroeder, 13 de Novembro de 2017

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 85/2017 - DL**Processo Nr.:** 242/2017  
**Data:** 13/11/2017

Folha: 2/2

09/11/2017

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Novembro de 2017

**Valor da Despesa:**

862,90 (oitocentos e sessenta e dois reais e noventa centavos)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1339

Publicação Nº 1425933

DECRETO Nº 1339, de 13 de novembro de 2017

Abre crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 1903, de 23 de dezembro que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e combinado com a alínea “a” e “b”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1901, de 20 de dezembro de 2016, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2017 e com o inciso I e II do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão:	9	SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE										
Unidade:	1	Departamento da Cidade										
Projeto Atividade:	2039	Gestão de Parcerias de Trânsito com a Segurança Pública e Radiopatrulha										
Modalidade:	207	44900000000000				Aplicações Diretas				10.000,00		
		0.3.0000										
								TOTAL ..... R\$				10.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro na fonte de recursos:

Fonte: 0.3.0000 – Rec. Ordinários – Sup. Financeiro.... R\$ 10.000,00

TOTAL GERAL .....R\$ 10.000,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 13 de novembro de 2017

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de novembro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

### EDITAL Nº 50/2017

Publicação Nº 1425778

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 50/2017

Convoca aprovado em concurso público para nomeação, posse e exercício, nos termos do Edital do Concurso Público nº. 001/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, inciso I do art. 9º e art. 11 da lei complementar nº. 18/2003, combinadas com as disposições do capítulo IX – do Provimento de Vagas do Edital de Concurso Público nº. 001/2015,

CONVOCA:

Art. 1º Fica convocada para admissão imediata, considerando-se para tal o período de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento da interessada, respeitada a ordem de classificação, a candidata aprovada no Concurso Público nº. 001/2015, para a vaga constante no Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º A convocada por este Edital, deverá comparecer até o dia 12 de dezembro de 2017, no Departamento de Recursos Humanos, sito a Av. Anita Garibaldi, 371, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e receber a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:30 horas.

Art. 3º O não comparecimento do candidato para apresentação da documentação especificada no Termo de Convocação previsto no artigo anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Parágrafo único. O candidato convocado, impossibilitado de comparecer no prazo previsto no artigo 2º do presente Edital e início de

atividades previsto no presente artigo, poderá requerer diretamente ao titular da Secretaria de Administração a prorrogação do prazo até a data de início de suas atividades, podendo ser deferido ou indeferido o requerimento mediante interesse público.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 13 de novembro de 2017.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de novembro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

#### ANEXO - I

#### CARGO – ADJUNTO ADMINISTRATIVO:

Nº INSC	CANDIDATO	POSIÇÃO
276791	Daniela Gazola Cestari	2º

Seara - SC, 13 de novembro de 2017.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de novembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário de Administração

### PORTARIAS 445/2017 A 450/2017

Publicação Nº 1426666

Portaria nº. 445/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 05/2017, resolve, Contratar, Arnildo Edmundo Zuze, em caráter temporário, para exercer a função de Servente Externo, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 40, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de novembro de 2017 a 12 de novembro de 2018, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 13 de novembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de novembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário de Administração

Portaria nº. 446/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, resolve,

Nomear, Ederson Lucas Grooders, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Executivo do Gabinete do Prefeito - EXE, Anexo I-A, do Gabinete do Prefeito Municipal, com vencimentos previstos no Nível CC- 050, Lei Complementar nº 024/2006, a partir de 01 de novembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2017.

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº. 023/2017.

Seara – SC., em 13 de novembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de novembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº 447/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da

Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, resolve,  
Nomear, Nilton Antônio Silveira Dutra, para o exercício do cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Projetos - COOR, da Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente, Nível CC-040, Anexo I-G, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da mesma Lei, a partir de 16 de novembro de 2017.  
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de novembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de novembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº 448/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2.006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, resolve,

Nomear, Enio Ernesto Braatz, para o exercício do cargo de Provimento em Comissão de Auxiliar de Secretaria - AUXI, da Secretaria Municipal da Cidade, Nível CC-010, Anexo I-H, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da mesma Lei, a partir de 01 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de novembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de novembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 449/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 27/2008, resolve,

Atribuir função, A servidora Bruna Mariani, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, constante no anexo I, da lei complementar nº. 56/2012, categoria Ensino Superior, nível inicial, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, lei complementar nº. 21/2003, diante da demanda de trabalho burocrático junto a Secretaria da Educação, devido aos encaminhamentos de encerramento do atual ano letivo e início do próximo, referente a rematrículas, matrículas, auxílios transporte, contratação de professores, enturmações de alunos, registros de cursos, boletins, diários de classe, bem como, implantação do sistema Educação Cloud, a partir de 20 de novembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 13 de novembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de novembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 450/2017. O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 85 da lei complementar 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, resolve,

Revogar, A Portaria nº. 169/2017, de 07 de fevereiro de 2017, que concede gratificação de função ao servidor Eloi Marcos Erig, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Servente Externo, Nível 20, Grupo D – Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 31 de outubro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2017.

Seara – SC, 13 de novembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 13 de novembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2017**

Publicação Nº 1425647

Fundo Municipal da Saúde de Seara  
Processo Licitatório nº. 049/2017 – FMS.  
Edital de Pregão Presencial nº. 021/2017 – FMS – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo até às 08h30min do dia 29/11/2017, "envelope de credenciamento, da proposta, e documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara - SC. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos telefones (49) 3452-8327.

Seara, SC, 13 de novembro de 2017.

Flávio Joel Zolet  
Secretário Municipal de Saúde



# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 189/2017

Publicação Nº 1425447

DECRETO Nº 189, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em especial a Lei nº 1.091/2017, de 09 de novembro de 2017,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Serra Alta – SC (Lei nº 1.069/2016, de 30 de novembro de 2016), crédito adicional suplementar no valor de R\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais), para a inclusão nos seguintes programas:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração

Projeto/Atividade: 2.300 – Manutenção da Administração Geral

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00

Despesa: 8

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 – Manutenção da Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0008 – Transferências do FUNDEB ..... R\$ 250.000,00

Despesa: 30

Projeto/Atividade: 2.540 – Manutenção da Creche

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0008 – Transferências do FUNDEB ..... R\$ 50.000,00

Despesa: 41

Órgão: 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Agricultura

Projeto/Atividade: 2.010 – Assistência ao Produtor Rural

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00

Despesa: 58

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 2.120 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 75.000,00

Despesa: 74

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 475.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais), serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração

Projeto/Atividade: 2.300 – Manutenção da Secretaria de Administração

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00

Despesa: 11

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 – Manutenção do Ensino Básico

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0009 – Transferências do FUNDEB ..... R\$ 300.000,00

Despesa: 31

Órgão: 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Agricultura

Projeto/Atividade: 2.010 – Assistência ao Produtor Rural

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00

Despesa: 60

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 2.120 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 75.000,00

Despesa: 77

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 09 de novembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de administração

## DECRETO 190/2017

Publicação Nº 1425430

DECRETO Nº 190, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA – SC”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em especial a Lei nº 1.092/2017, de 09 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Serra Alta – SC (Lei nº 1.069/2016) Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para a inclusão no seguinte programa:

ENTIDADE 2:

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0002 – Receita de Impostos e Transferências ..... R\$ 350.000,00

Despesa: 05

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

ENTIDADE 1:

Órgão: 02.00 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Recursos Ordinários

Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00

Despesa: 01

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração

Projeto/Atividade: 2.001 – Contribuição a Entidades Municipalistas

Natureza da Despesa: 3.3.50.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 30.000,00

Despesa: 07

Projeto/Atividade: 2.320 – Festividades do Município

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 40.000,00

Despesa: 12

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Finanças

Projeto/Atividade: 2.400 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 100.000,00

Despesa: 25

Órgão: 05.00 – SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento de Cultura

Projeto/Atividade: 2.700 – Manutenção das Atividades Culturais

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 40.000,00

Despesa: 50

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento De Obras e Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 1.120 – Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 90.000,00

Despesa: 68

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 09 de novembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI

Secretário de administração

## DECRETO 191/2017

Publicação Nº 1425935

DECRETO Nº 191/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SALETE CERIZOLLI PRIOR DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores e,

CONSIDERANDO o art. 32, Inciso IV, da Lei nº 498/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, mediante concessão de aposentadoria, a Sra. SALETE CERIZOLLI PRIOR, portadora do CPF nº. 646.707.329-00, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º No que tange às férias da referida servidora, estabelecidas no Decreto 177/2017, de 16 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01/01/2017 a 31/12/2017, estas ficam automaticamente canceladas, sendo indenizadas no ato da rescisão contratual.

Art. 3º Aplica-se a exoneração deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 13 de novembro de 2017.  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

Publicação Nº 1425911

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL  
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: ATÉ DIA 29/11/2017 ÀS 09:00 HORAS  
ABERTURA DOS ENVELOPES: DIA 29/11/2017 ÀS 09:15 HORAS

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Presidente, Sr. JACI MARIN, com sede na Rua 28 de Abril nº 370, Sala 01, Centro, fone (49) 33640112, e-mail camara@serraalta.sc.gov.br, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL – EXECUÇÃO INDIRETA, e forma de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os documentos para o credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Compras e Licitações do órgão licitante, sito no endereço mencionado no preâmbulo, até o horário estipulado para o início da sessão pública de abertura dos envelopes e processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por Sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, bem como, pela comissão permanente de licitação devidamente nomeado pelo Presidente da Câmara, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

#### DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I.

1.2 Os aplicativos deverão possuir cadastro único de pessoas compartilhado por toda a solução licitada, evitando-se assim a duplicidade de cadastros. Alternativamente, serão aceitos aplicativos que embora não possuam tal funcionalidade, possuam todas as integrações requisitadas no Anexo I do Edital e contenham rotina automática para identificação e eliminação dos cadastros duplos, bem como atendam às trocas de informações exigidas entre todos os aplicativos licitados.

1.3. Os aplicativos licitados poderão funcionar a partir de base de dados única ou a partir de bases distintas, observadas neste último caso as integrações mínimas que interligarão todos os aplicativos licitados, que poderão ser apresentados em executável único ou em vários, sem necessidade de vinculação modular idêntica à requisitada no presente edital.

1.4. Poderão também participar da licitação empresas que apenas sublicenciem/revendam aplicativos de terceiros, caso em que estarão desde logo cientes da obrigação contratual de manter os aplicativos licitados em acordo com as exigências de ordem legal federal e estadual.

1.5. Os aplicativos deverão permitir vários acessos simultâneos às mesmas rotinas, ou ainda rotinas diferentes por usuários diferentes ao mesmo tempo.

1.6. Oferecer total segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações:

- Controlar o acesso ao aplicativo através de uso de hierarquia de senhas;
- Inviabilizar o acesso ao banco de dados com ferramentas de terceiros;
- Não permitir a alteração de dados por outro meio que não seja o aplicativo ou suas ferramentas.

1.7. Possuir controle de permissões de acesso de cada usuário dentro de cada aplicativo:

- As autorizações ou desautorizações, por usuário ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito a partir do login do usuário;
- O aplicativo não deverá exigir a reconfiguração das permissões a cada exercício inaugurado.

1.8. Possuir consulta rápida aos dados cadastrais do aplicativo generalizada através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do aplicativo, dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o aplicativo seja executado através de um browser, não desenvolvido pela proponente.

1.9. Os relatórios apresentados deverão estar no formato gráfico, para serem impressos em impressoras laser ou à jato de tinta, possibilitando:

- Permitir a visualização dos relatórios em tela;
- Permitir o "zoom" dos relatórios emitidos em tela;
- Permitir adicionar informações adicionais no cabeçalho e rodapé do relatório, demonstrando, no mínimo:
  - usuário;
  - data/hora de emissão;
  - comentário adicional;
  - seleção utilizada para a emissão.
- Salvar os relatórios em arquivos para posterior impressão;
- Salvar os relatórios em arquivo PDF com a possibilidade de assinar digitalmente;
- Salvar os dados dos relatórios em formato texto, csv, html, ou xls, para utilização em planilha;
- Permitir selecionar no momento da impressão do relatório qualquer impressora disponível no Windows, possibilitando, no mínimo:
  - escolher tamanho de papel;
  - configurar margens;
  - selecionar intervalos de páginas;
  - indicar o número de cópias a serem impressas;
  - e demais opções disponíveis na impressora.

1.10. As atualizações deverão estar disponíveis na internet ou serem remetidas em mídia digital, devendo ser automaticamente atualizado nos casos em que o aplicativo fique hospedado em datacenter sob responsabilidade da proponente.

1.11. Os aplicativos deverão permitir a operabilidade com ou sem uso do mouse (ex: habilitação das teclas "enter" e "tab"), salvo nos casos dos aplicativos lícitados em ambiente web que sejam executados com o uso o navegador de internet que não reconheça os comandos do aplicativo subliminar.

1.12. Os aplicativos deverão permitir abrir mais de uma opção do menu principal, simultaneamente, sem a necessidade de se fazer novo acesso ao aplicativo. Por exemplo, manter aberto ao mesmo tempo cadastros e relatórios distintos.

1.13. Os aplicativos deverão possuir help 'online', sensível ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas. Esta documentação deverá conter tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto. A consulta deverá ser feita por capítulos ou por palavras-chaves que remetem a um determinado trecho da documentação.

1.14. Os relatórios de operações realizadas pelos usuários deverão conter as seguintes informações:

- Usuário;
- Data/hora de entrada e saída da operação;
- Descrição da operação (cadastro, processo, relatório).

1.15. A solução deverá operar por transações, de modo que os dados recolhidos em uma transação fiquem imediatamente disponíveis no banco de dados, devendo ser imediatamente validados.

1.16. O aplicativo operacional para o servidor de banco de dados deverá ser do tipo multiplataforma (windows/linux) e nas estações clientes devem se enquadrar: estação windows 95/98 ou superior ou thinclient acessando serviços de terminal remoto do servidor WTS, ou, ainda, rodar a partir de um datacenter sob responsabilidade da proponente.

1.17. Deverão permitir o cadastro e o processamento de relatórios em lotes de um ou mais relatórios que terão como saída a impressora ou um arquivo no formato PDF. Deverá ter a característica de agrupar os relatórios em um único arquivo e numerar as páginas dos relatórios de forma que fique contínua.

1.18. Deverá permitir a personalização do menu do aplicativo pelo usuário, possibilitando:

- Alterar as descrições e teclas de acessibilidade;
- Adicionar/alterar a teclas de atalho;
- Inserir ícones na barra de ferramentas do aplicativo;
- Inserir menus de acesso rápido para relatórios do aplicativo ou específicos do usuário;
- Copiar o menu de outros usuários.

1.19. Possuir o acesso rápido aos cadastros do aplicativo, de acordo com o campo que está selecionado, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do aplicativo, salvo nos casos dos aplicativos lícitados em ambiente web que sejam executados com o uso o navegador de internet que não reconheça os atalhos do aplicativo subliminar.

1.20. Possuir o acesso rápido aos relatórios do aplicativo, de acordo com o cadastro que está aberto, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do aplicativo, salvo nos casos dos aplicativos lícitados em ambiente web que sejam executados com o uso

o navegador de internet que não reconheça os atalhos do aplicativo subliminar...

1.21. Permitir adicionar critérios personalizáveis para cadastros. As regras do cadastro poderão ser definidas pelo usuário e ser configuradas para as operações de:

- Inserção;
- Alteração;
- Exclusão.

1.22. Possuir auditoria automática nas tabelas de todos os aplicativos:

- Registrar todas as operações de inclusão, exclusão e alteração efetuadas;
- Registrar a data, hora e usuário responsável pela alteração;
- Registrar as informações anteriores para possibilitar a consulta dos dados historicamente, antes da alteração efetuada;
- Dispor de ferramentas de consulta onde seja possível criar consultas através da escolha de campos e tabelas de forma visual, com a geração automática do script de consulta SQL;
- Possibilitar a criação de consulta aos dados das tabelas de auditoria em linguagem SQL com o uso de todos os comandos compatíveis com ela e com o banco de dados.

1.23. Permitir gerenciar os usuários conectados ao banco de dados, possibilitando:

- Identificar as máquinas conectadas;
- Aplicativos;
- Data/hora da última requisição;
- Desconectar usuários;
- Enviar mensagens para os usuários.

1.24. Permitir reconstrução do banco de dados, possibilitando minimizar o tamanho do banco de dados, em função das transações que já foram excluídas e continuam ocupando espaço.

1.25. Permitir realizar backup do banco de dados, com as seguintes funcionalidades:

- Permitir configurar a periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de backup do banco de dados;
- Permitir configurar os usuários que poderão executar o backup do banco de dados;
- Permitir agendamento do backup;
- Permitir efetuar a compactação e descompactação do backup realizado para fins de armazenamento, inclusive quando disparado pelo agendamento;
- Permitir efetuar o backup da base de dados enquanto os usuários estão trabalhando nos aplicativos;
- Possibilitar o backup incremental (somente das alterações executadas);
- Possuir relatório de backups efetuados;

1.26. Realizar o backup automaticamente, nos casos em que o banco de dados permaneça hospedado em Datacenter sob responsabilidade da proponente.

1.27. Permitir realizar validação do banco de dados, com as seguintes funcionalidades:

- Verificação de índices e tabelas corrompidas;
- Permitir configurar a periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de validação do banco de dados;
- Permitir configurar usuários que poderão executar validação do banco de dados;
- Possuir relatórios de validações efetuadas;

1.28. Permitir realizar atualização do aplicativo e do banco de dados de forma padronizada através de setups de instalação com instruções passo a passo, possibilitando:

- configurar a atualização automatizada dos aplicativos (auto-atualização), através da rede local, possibilitando definir vários repositórios de acesso;
- configurar os usuários que poderão executar a atualização do banco de dados;
- garantir que a atualização de banco seja executada sem nenhum usuário conectado ao aplicativo e não permitir que durante a atualização os usuários acessem o aplicativo;
- garantir que caso algum erro ocorra durante a atualização, o aplicativo não possa mais ser acessado até que seja solucionado;
- possuir relatórios de atualizações efetuadas.

1.30. Permitir enviar as informações previamente processadas por e-mail, que podem ser no formato TXT ou HTML.

1.31. Permitir criar consultas com a finalidade de "Alerta", consultas que só irão disparar um determinado e-mail se tal situação ocorrer. Por exemplo: criar uma consulta para o aplicativo da contabilidade onde será enviado um e-mail caso o limite de gastos com o pessoal seja ultrapassado.

1.32. Permitir que o usuário crie diversas consultas e agrupe todas em uma única lista de execução, possibilitando ainda que a execução de um script seja agendada através do agendador de tarefas do aplicativo operacional.

1.33. Os aplicativos deverão garantir a integridade relacional dos dados.

1.34. Os aplicativos deverão permitir gerar os arquivos em formato PDF.



1.35. Os aplicativos deverão permitir o envio de informações por SMS.

1.36. Os aplicativos deverão rodar em ambiente desktop, sob a arquitetura cliente x servidor, sem necessidade do uso de navegadores ou aplicativos de internet, exceto quanto aos aplicativos expressamente solicitados em ambiente web, ficando ressalvada ainda a possibilidade de, durante a execução contratual e de comum acordo entre os contratantes, modificar-se o ambiente operacional dos aplicativos.

1.37. Os demais elementos técnicos em que se apoiarão a contratação, incluindo os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade exigidos, estão dispostos no Anexo I do Edital, facultando-se ao proponente interessado a formulação de esclarecimentos e de visita aos locais de prestação dos serviços visando outros esclarecimentos que reputar pertinentes.

#### DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital;

Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal e quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93).

Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei 8.666/93.

A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso, ressalvado às proponentes o direito de impugnar o texto editalício e usar dos recursos e expedientes cabíveis em defesa de seus interesses, na forma da lei.

Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte

As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

#### DO CREDENCIAMENTO

Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.

A empresa participante deste processo licitatório que enviar representante legal deverá, até o horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando os seguintes documentos, em cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação:

Caso o representante seja sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar:

Cópia do ato constitutivo ou do contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

Cópia da cédula de identidade;

Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

Caso o representante seja preposto da empresa proponente, deverá apresentar:

Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento dos quais conste, no mínimo, os poderes para representar a empresa neste processo licitatório, assinar propostas e declarações, negociar preços, ofertar lances, interpor recursos ou deles desistir, assumir compromissos de toda ordem e renunciar a prazos processuais, dispensada a exigência de reconhecimento de firma conforme Dec. Nº 63.166/68;

Cópia da cédula de identidade;

Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social (dispensada no caso de apresentação de procuração pública);

Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do Licitante, desde que a documentação constante dos envelopes de proposta e habilitação comprove a legitimidade do respectivo subscritor. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.

A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante.

Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo de licitação, deverão ser entregues separadamente dos envelopes da Proposta e da Documentação.

Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do pregão.

#### DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá conter, no mínimo, indicação inequívoca de que a proponente cumpre todos os requisitos de habilitação dispostos neste edital e seus anexos, fora dos envelopes nº 01 e 02.

Caso o referido documento não seja apresentado na forma estabelecida acima, o Pregoeiro poderá suprir tal formalidade através de declaração a ser firmada pelo representante legal do participante durante a sessão, desde que o mesmo tenha poderes para firmá-la.

A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes lacrados e rubricados, contendo em sua parte externa o nome deste órgão, a modalidade e número desta licitação, a indicação do número envelope ("envelope 01 – proposta de preços" ou "envelope 02 – documentos de habilitação"), e a identificação inequívoca da proponente através de sua razão social e CNPJ.

#### DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 01 "DA PROPOSTA"

O Envelope nº 01 "Da Proposta" deverá conter os seguintes elementos:

Carta proposta, na forma impressa, de acordo com o modelo do Anexo II, contendo:

Razão social da empresa, CNPJ, endereço e telefone;

Preço unitário e total do item cotado e valor global da proposta, em moeda corrente nacional, incluso de taxas, fretes, impostos e descontos, conforme o caso, não sendo admitidos quaisquer outros adicionais ou supressões, após a abertura dos envelopes. Os preços unitários poderão ser cotados com até 02 (dois) dígitos após a vírgula;

Especificações pertinentes ao objeto desta licitação;

Local e data;

Assinatura do representante legal da proponente.

Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas no Anexo II – Orçamento estimado dos itens da licitação, parte integrante deste Edital.

Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total cotados, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.

Para a proposta apresentada será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, independentemente de declaração expressa.

A empresa vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.

A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.

Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

O Pregoeiro considerará como formais erros e outros aspectos que não impliquem em nulidade do procedimento.

Com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.

Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser considerados pelo Pregoeiro, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

#### DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 02 "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

Para a habilitação no presente processo os interessados deverão apresentar no Envelope 02 - Documentos de Habilitação, os documentos a seguir relacionados:

Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original acompanhado das alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.1.1. A empresa que apresentar, conforme o subitem 3.2 deste edital, o Ato Constitutivo/Contrato Social no ato de credenciamento do seu representante para participação da presente Licitação, fica dispensada de apresentá-lo dentro do envelope da habilitação.

Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ/MF, expedido no máximo há sessenta dias contados da data limite para entrega dos envelopes;

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Seguridade Social, bem como para com a Fazenda Estadual e Municipal;

Certificado de Regularidade perante o FGTS – CRF;

Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Declaração expressa pela proponente atestando que a mesma goza de boa situação financeira, dispondo dos índices de liquidez geral – ILG, de solvência geral – ISG e de liquidez corrente – ILC, iguais ou superiores a 1,0, conforme Balanço Patrimonial do último exercício financeiro, exigível a apresentado na forma da lei.

Apresentação de Atestado de fiel cumprimento, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente implantou aplicativos similares aos solicitados no presente edital.

Atestado fornecido pelo órgão licitante, de que a empresa proponente recebeu este edital, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais onde serão executados os serviços para o cumprimento das obrigações objeto da licitação de acordo com o Anexo VIII. Caso a proponente dispense a visita e deixe de apresentar o referido atestado, deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as condições e circunstâncias relacionadas à execução dos serviços e se responsabilizará por quaisquer custos relacionados à execução do contrato, ainda que imprevistos em sua proposta.

Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, não empregando menores em trabalho perigoso, noturno ou insalubre, bem como não empregando menores de dezoito anos em qualquer trabalho, salvo na eventual condição de aprendiz, a partir dos catorze anos;

Os documentos descritos nos subitens 6.1.1 ao 6.1.7 acima, poderão ser substituídos, em todo ou em parte, pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral atualizado, emitido pelo órgão licitante, e caso ocorra o vencimento de qualquer um dos documentos, este deverá ser apresentado atualizado junto com o Certificado.

Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal.

6.3.1. As empresas que quiserem autenticar documentos junto ao órgão licitante deverão apresentá-los acompanhados dos originais sessenta minutos antes do prazo final para protocolo dos envelopes, junto ao Departamento de Compras e Licitações.

A Equipe de Apoio do Pregão poderá proceder à consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET. Não serão considerados os documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou e-mail.

No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.18.7 e seguintes do presente Edital.

Fica dispensada a exigência de reconhecimento de firma em qualquer documento produzido no País quando apresentado para fazer prova perante repartições e entidades públicas federais da administração direta e indireta, conforme art. 1º do Dec. 63.166/68.

## 7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

O credenciamento dos interessados em participar do certame, assim como, o recebimento da proposta de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá até o horário marcado para início da sessão de processamento do pregão e no local indicados no preâmbulo deste Edital. Ultrapassado o prazo previsto acima estará encerrado o credenciamento, bem como o recebimento dos envelopes e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

Após o credenciamento, será aberta a sessão de processamento do pregão, momento em que os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Serão desclassificadas as propostas que não atenderem quaisquer das exigências deste Edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, bem como aquelas que consignarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação, e ainda, àquelas que consignarem vantagens não previstas ou baseadas em oferta das demais licitantes.

Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração.

As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº 123/2006.

O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço oferecido, decidindo motivadamente a respeito.

A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

Quando houver mais de um item a ser licitado, o envelope dos documentos de habilitação será aberto após o final da etapa de lances de todos os itens.

Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes.

Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados,

no mesmo ato, os Licitantes presentes.

Para o bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

Da preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea "a" do subitem 7.18.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.12 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.18.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "b" do subitem 7.18.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

O disposto no subitem 7.18.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.18.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no ato de credenciamento de acordo com o disposto no subitem 2.7, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

#### DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

A adjudicação será feita pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

A adjudicação do objeto à proponente vencedora ficará vinculada à demonstração e comprovação de que os aplicativos ofertados atendem plenamente as funcionalidades previstas no Anexo I deste Edital.

Quando da definição do proponente vencedor, será marcada a data para a demonstração prevista no subitem anterior.

Caberá à Entidade designar os técnicos para a avaliação dos aplicativos demonstrados.

#### DA CONTRATAÇÃO

Fica estabelecido que com o licitante vencedor será celebrado contrato, conforme Anexo III, que deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação para este fim, devendo neste ato, a Contratada indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras informações. A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato dentro do prazo previsto caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades previstas no item 11 do presente Edital.

#### DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cabe ao órgão licitante:

Tomar todas as providências necessárias à execução do presente processo de licitação;

Fiscalizar a execução do contrato proveniente do presente processo licitatório;

Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o item 14, deste Edital;

Providenciar a publicação do extrato do contrato decorrente do presente processo;



Demais obrigações contidas na Minuta do Contrato (Anexo III).

Cabe à proponente vencedora:

Executar o objeto da presente licitação conforme o disposto no subitem 1.2 - Da Forma de Execução e no Anexo I – Projeto Básico, deste Edital;

Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

Demais obrigações contidas na Minuta do Contrato (Anexo III).

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos aplicativos de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de 0,5% do total estimado para a contratação por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias).

Multa de 10% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

Multa de 10% sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

As penalidades aludidas acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

#### DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

Amigavelmente, por acordo mútuo, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

O descumprimento, por parte da proponente vencedora, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao órgão licitante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

Fica reservado ao órgão licitante o direito de rescindir total ou parcialmente o contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista à proponente vencedora, direito algum de reclamações ou indenização.

#### DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, DEMAIS PRAZOS E DO ACOMPANHAMENTO

A adjudicação proveniente do presente processo licitatório terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Não constituindo renúncia ou alteração de tal prazo a confecção de contrato com prazo inicial de vigência limitada às dotações vigentes do exercício em execução ou de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

A qualquer momento poderá a Câmara revogar o contrato derivado da presente licitação, por motivo de interesse público devidamente justificado pela Administração, sendo assegurado à empresa contratada o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. Também fica reservado à Administração o direito de revogar o contrato a partir do décimo terceiro mês da contratação, mediante comunicação à empresa contratada com no mínimo noventa dias de antecedência.

O prazo para assinatura do contrato será de no máximo 05 (cinco) dias após a notificação da vencedora, o que deverá ocorrer em até 03 (três) dias úteis após a homologação do certame.

O prazo para execução das etapas de conversão, implantação de todos os aplicativos licitados e treinamento será aquele indicado no Anexo I do Edital, sendo contado a partir da emissão da Autorização de Fornecimento.

A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### DA FORMA DE PAGAMENTO, DA NOTA FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O pagamento mensal do licenciamento será realizado via boleto bancário até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, importando os valores conforme a proposta apresentada no processo de licitação, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal devidamente liquidada pelo setor competente.

O pagamento dos serviços técnicos eventuais do órgão licitante, quando contratados, será realizado via boleto bancário em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

Os valores contratados serão automaticamente reajustados, independentemente de termo aditivo contratual, depois de decorrido 12 meses da apresentação da proposta, com base no índice IGP-M acumulado no período. Os efeitos financeiros do reajuste iniciarão a partir do mesmo dia do prazo limite acima estabelecido.

Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

#### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Funcional 2.100 - Manutenção do Poder Legislativo Municipal.

Elemento 3.3.90 – Aplicações Diretas

O órgão licitante bloqueará nos próximos exercícios, em seu orçamento, os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

#### DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Caberá ao Chefe do Poder Legislativo, revogar, anular ou homologar esta Licitação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e suas alterações. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Após este prazo a comunicação que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, não terá o efeito de impugnação legal.

Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 atualizada, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Municipal nº 119/2017 e suas alterações.

No interesse da Câmara Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93, atualizada, sendo que a interposição de impugnação não respondida até o momento da abertura dos envelopes não impedirá a participação das proponentes impugnantes.

Integram o presente Edital:

Anexo I – Projeto Básico.

Anexo II – Orçamento estimado dos itens da licitação.

Anexo III – Minuta do Contrato.

Anexo IV – Modelo de Termo de Credenciamento

Anexo V – Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos

Anexo VI – Modelo de Declaração de Idoneidade

Anexo VII – Modelo de Declaração de Não exploração de Menores

Anexo VIII – Modelo de Atestado de Visita Técnica

Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, através de documento formal e endereçado ao Pregoeiro do Município, na sede da entidade ou para o e-mail [camara@serraalta.sc.gov.br](mailto:camara@serraalta.sc.gov.br).

Para dirimir questões decorrentes do presente processo licitatório fica eleito o foro da comarca de Modelo SC, por mais privilegiado que outro possa ser.

Serra Alta/SC, em 14 de novembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

JACI MARIN – PRESIDENTE

#### ANEXO I

#### PROJETO BÁSICO

#### DETALHAMENTO DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em licenciamento de uso de aplicativos gestão Pública

Serviços de Migração, Implantação, Treinamento inicial;

Serviços de suporte técnico, quando solicitado;

Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.

Serviços de treinamento reforço para aplicativos implantados, quando solicitado;

Com intuito de um melhor dimensionamento do parque computacional do ente licitante, para assegurarmos que todos os computadores da rede interna compartilharão a demanda de processamento de dados gerada pela execução dos aplicativos licitados, desonerando-se o servidor e otimizando o resultado do processamento global, serão obrigatoriamente exigidos aplicativos cujo processamento seja executado na própria estação cliente, mediante a instalação do executável e demais arquivos correlatos diretamente nesta, os quais deverão



ser automaticamente atualizados a partir do servidor de banco de dados. Em caráter excepcional, os aplicativos que por sua natureza ou finalidade sejam editacionalmente requisitados em ambiente web ficam desobrigados do atendimento da presente regra.

Os aplicativos deverão ser multitarefa, permitindo ao usuário o acesso a diversas rotinas simultaneamente em uma única janela do aplicativo a partir de um único login, com possibilidade de minimizar e maximizar quando desejar, realizando várias consultas ou operações simultaneamente.

Os aplicativos deverão possuir consulta rápida aos dados cadastrais, generalizada através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do aplicativo aos cadastros, dispensando-se a funcionalidade nos casos em que o aplicativo seja executado através de um browser, não desenvolvido pela CONTRATANTE.

Os aplicativos deverão permitir a sua total operabilidade com ou sem uso do mouse (habilitação das teclas "enter" e "tab").

Os aplicativos desktop deverão permitir abrir mais de uma opção do menu principal, simultaneamente, sem a necessidade de se fazer novo acesso ao aplicativo. Por exemplo, manter aberto ao mesmo tempo cadastros e relatórios distintos na mesma janela da barra de ferramentas sem necessidade de novo login.

Os aplicativos deverão possuir help 'online', sensível ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas. Esta documentação deverá conter tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto. A consulta deverá ser feita por capítulos ou por palavras-chaves que remetam a um determinado trecho da documentação.

Os aplicativos deverão permitir o cadastro e o processamento de relatórios em lotes de um ou mais relatórios que terão como saída à impressora ou um arquivo no formato PDF. Deverá ter a característica de agrupar os relatórios em um único arquivo e numerar as páginas dos relatórios de forma que fique contínua.

Os aplicativos deverão permitir a personalização do menu dos aplicativos desktop pelo usuário, possibilitando:

Alterar as descrições e teclas de acessibilidade (ALT+);

Adicionar/alterar a teclas de atalho (CTRL+, SHIFT+, ALT+ etc.);

Inserir ícones na barra de ferramentas do aplicativo;

Inserir menus de acesso rápido para relatórios do aplicativo ou específicos do usuário;

Copiar o menu de outros usuários.

Possuir o acesso rápido aos relatórios do aplicativo, de acordo com o cadastro que está aberto, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do aplicativo.

Possuir auditoria automática nas tabelas de todos os aplicativos:

Registrar todas as operações de inclusão, exclusão e alteração efetuadas;

Registrar a data, hora e usuário responsável pela alteração;

Registrar as informações anteriores para possibilitar a consulta dos dados historicamente, antes da alteração efetuada;

Disponer de ferramentas de consulta onde seja possível criar consultas através da escolha de campos e tabelas de forma visual, com a geração automática do script de consulta SQL;

Possibilitar a criação de consulta aos dados das tabelas de auditoria em linguagem SQL com o uso de todos os comandos compatíveis com ela e com o banco de dados.

Os aplicativos deverão permitir a emissão de relatório ou gráfico referente aos acessos ao aplicativo, demonstrando os usuários que efetuaram login, data e hora de entrada e saída.

Permitir reconstrução do banco de dados, possibilitando minimizar o tamanho do banco de dados, em função das transações que já foram excluídas e continuam ocupando espaço.

Permitir realizar backup do banco de dados, com as seguintes funcionalidades:

Permitir configurar a periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de backup do banco de dados;

Permitir configurar os usuários que poderão executar o backup do banco de dados;

Permitir agendamento do backup;

Permitir efetuar a compactação e descompactação do backup realizado para fins de armazenamento, inclusive quando disparado pelo agendamento;

Permitir efetuar o backup da base de dados enquanto os usuários estão trabalhando nos aplicativos;

Possibilitar o backup incremental (somente das alterações executadas);

Possuir relatório de backups efetuados.

Permitir enviar as informações previamente processadas por e-mail, que podem ser no formato TXT ou HTML.

Permitir configurar hipóteses de "Auditoria", que deverão disparar um e-mail automaticamente, sem intervenção ou possibilidade de ingerência do usuário, ao gestor ou controlador responsável. Por exemplo: criar uma consulta para o aplicativo da contabilidade onde será enviado um e-mail ao Prefeito caso o limite de gastos com o pessoal seja ultrapassado.

Permitir que o usuário crie diversas consultas e agrupe todas em uma única lista de execução do próprio aplicativo, possibilitando ainda que a execução de um script seja agendada através do agendador de tarefas do Windows.

Por questões de conveniência, e à exceção dos aplicativos que, por sua finalidade ou natureza, devam funcionar em ambiente web, não serão admitidos aplicativos que rodem na rede interna/intranet a partir de navegadores de internet, de modo a evitar-se que o município fique refém do uso de navegadores de internet compatíveis com a aplicação, ou ainda, que fique refém do uso de versões obsoletas de determinados navegadores compatíveis com a aplicação. A presente especificação visa ainda evitar que os comuns erros dos navegadores (travamento) influenciem na usabilidade da ferramenta, paralisando o aplicativo e exigindo novos logins e perda de tempo operacional, bem como evitar que o processamento de dados seja prejudicado em face do "delay" causado pelo processamento excessivo de dados ocasionado pelas comunicações entre usuário x navegador x servidor de aplicativo x servidor de banco de dados x servidor de aplicativo x navegador x usuário.

SERVIÇOS TÉCNICOS E CONDIÇÕES DE SEU RECEBIMENTO

Os serviços, objeto desta licitação, também compreendem:

#### Migração das Informações em Uso.

A migração dos dados cadastrais e informações dos aplicativos em uso na entidade serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo os mesmos ser disponibilizados pela CONTRATANTE. A conversão dos dados relacionados ao histórico funcional de servidores, bem como, dos dados relacionados à arrecadação e fiscalização tributária deverão contemplar todo o histórico de dados dos aplicativos legados. A conversão dos dados contábeis, orçamentários, de compras, licitações, materiais e contratos deverão contemplar os dados do exercício atual em diante.

A CONTRATANTE deverá designar responsável pela validação dos dados migrados após a sua entrega, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados. O pagamento será realizado à CONTRATADA mediante apresentação de nota fiscal devidamente liquidada pelo departamento competente, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções. Os pagamentos dos serviços de migração serão realizados via boleto bancário, de forma individual, para cada base migrada, após a validação do responsável, conforme previsto no item anterior, e após liquidação no departamento competente.

#### Implantação dos Aplicativos

Para cada um dos aplicativos licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de:

Instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros;

Adequação de relatórios e logotipos;

Estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários;

Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta municipalidade e ajuste nos cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

Acompanhamento dos usuários no prédio sede da entidade, em tempo integral na fase de implantação do objeto.

Na implantação dos aplicativos acima discriminados, deverão ser cumpridas, quando couber, as seguintes etapas:

Instalação e configuração dos aplicativos licitados;

Customização dos aplicativos;

Adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos;

Parametrização inicial de tabelas e cadastros;

Estruturação de acesso e habilitações dos usuários;

Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pelo Município;

Ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

A CONTRATANTE deverá designar responsável pela validação dos aplicativos implantados após a sua conclusão, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados.

Os pagamentos dos serviços de implantação serão realizados via boleto bancário, de forma individual, para cada aplicativo implantado, após a validação do responsável, conforme previsto no item anterior, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções, e após liquidação no departamento competente.

Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.

A CONTRATADA responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

A CONTRATADA e os membros da equipe deverão guardar sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

O prazo para conclusão dos serviços de implantação será de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

#### Treinamento de Implantação.

A CONTRATADA deverá apresentar o Plano de Treinamento ao Departamento de Informática, que deverá ser realizado dentro do prazo de Implantação, compreendendo o uso das funções do aplicativo pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de back-up e restores, rotinas de simulação e de processamento.

Os Planos de Treinamento, a serem entregues em até cinco dias contados da assinatura do contrato, ainda deverão conter os seguintes requisitos mínimos:

Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;

Público alvo;

Conteúdo programático;

Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, documentação técnica, etc.;

Carga horária de cada módulo do treinamento;  
Processo de avaliação de aprendizado;  
Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, aplicativos, filmes, slides, etc.).

O treinamento para o nível técnico compreendendo: suporte aos aplicativos ofertados, nos aspectos relacionados ao gerador de relatórios e linguagem em que estes foram desenvolvidos, permitindo que a equipe técnica da entidade possa efetuar checklist de problemas ocorridos antes da abertura de chamado para suporte do Licitante.

As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de 20 (vinte) participantes.

A CONTRATANTE resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e validar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá à contratada, sem ônus para o CONTRATANTE, ministrar o devido reforço.

Os pagamentos dos serviços de treinamento serão realizados via boleto bancário, de forma individual, para cada aplicativo treinado, após a validação do responsável, conforme previsto no item anterior, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação de insuficiência, e após liquidação no departamento competente.

Este treinamento deverá ser realizado quando contratado os serviços de implantação.

#### Suporte Técnico.

A prestação de serviços de suporte técnico poderá ser realizada na sede da entidade, ou por meio digital por técnico habilitado, apto a promover o devido suporte ao aplicativo, visando:

Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos;  
Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança;  
Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, entre outros.

Será aceito suporte aos aplicativos licitados via acesso remoto mediante autorização previa, sendo de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações.

O recebimento dos serviços de suporte técnico in loco ocorrerá mediante apresentação de documento próprio da CONTRATADA, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para cada serviço.

Os pagamentos dos serviços de suporte técnico in loco serão realizados via boleto bancário, após a validação do responsável, e após liquidação no departamento competente.

#### Treinamento de reciclagem.

O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

O treinamento de novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

Os pagamentos dos serviços de treinamento serão realizados via boleto bancário, mediante apresentação de documento próprio da CONTRATADA, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para cada serviço e após liquidação no departamento competente.

#### RECURSOS COMPUTACIONAIS.

Os aplicativos deverão rodar:

Arquitetura operacional	CLIENTE/SERVIDOR-THIN CLIENT
Protocolo de comunicação de rede	TCP/IP
Sistema operacional do servidor	WINDOWS ou LINUX
Sistema operacional cliente (estações)	WINDOWS 95/98 e posteriores ou Thinclient Acessando serviços de terminal remoto do servidor WTS.
Quando em ambiente web (Datacenter)	Rodar a partir do INTERNET EXPLORER 6.0 ou posterior, em Datacenter sob total responsabilidade da Licitante.

Os aplicativos deverão rodar com a seguinte configuração mínima de hardware:

Hardware servidor	DUAL CORE COM 4.0 GHZ – 4GB RAM
Hardware cliente	PENTIUM III COM 900 MHZ – 512MB RAM

## CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS APLICATIVOS

### APLICATIVO DE CONTABILIDADE PÚBLICA.

O aplicativo de Contabilidade Pública deverá permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com os sistemas de Compras e Licitações, Folha de Pagamento, Patrimônio, e Portal da Transparência. Registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar a análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.

Efetuar a escrituração contábil nas naturezas de informação patrimonial, orçamentária e controle em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. (MCASP).

Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.

Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução do Tribunal de Contas.

Gerar os razões analíticos de todas as contas integrantes dos aplicativos Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

Permitir informar documentos fiscais no momento da liquidação.

Possibilitar a consulta ao aplicativo, sem alterar o cadastro original.

Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.

Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho Global.

Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.

Possibilitar a anulação total e parcial do empenho.

Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.

Possibilitar inscrever automaticamente no sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.

Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica.

Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.

Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra orçamentário como no orçamentário, com registros automáticos nos aplicativos orçamentário e financeiro.

Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos aplicativos Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e de compensação, conforme o caso.

Efetuar automaticamente lançamentos de desincorporação patrimonial quando do cancelamento de restos a pagar processados.

Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.

Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de Sub-empenhos.

Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho.

Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiro das autarquias juntamente com o balancete financeiro da prefeitura.

Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.

Cadastrar e controlar as dotações constantes do Orçamento do Município e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários.

Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.

Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e Sub-empenhos.

Registrar anulação parcial ou total de empenho.

Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações.

Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício.

Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

Possibilitar consultar ao aplicativo sem alterar o cadastro original.

Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.

Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação.

Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extraorçamentária, possibilitando auditoria destas operações.

Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.

Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.

Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.

Permitir que nas alterações orçamentárias se possa adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.

Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.

Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.

Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos ou lançamentos indevidos.

Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 – LRF, de 04 de maio de 2000.

Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o art. 13 da Lei 101/00 – LRF de 04 de maio de 2000.

Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.

Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.

Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.

Emitir os relatórios do Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00;

Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.

Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.

Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no aplicativo antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.

Emitir relatórios com as informações para o SIOPS.

Emitir relatórios com as informações para o SIOPE.

Gerar os arquivos conforme o MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.

Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.

Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.

Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.

Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.

Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.

Controlar a inscrição e baixa dos restos a pagar processados em contas do passivo financeiro.

Permitir a prestação de contas de empenhos ou ordens de pagamento de documentos pagos no exercício ou que passaram para o exercício seguinte.

Permitir a checagem por parâmetros, possibilitando determinadas configurações de informações nos cadastros.

Possuir rotina para geração de relatórios em lote.

Permitir a transmissão de dados para o sistema do Tribunal de Contas de Santa Catarina por intermédio da tecnologia web-service..

Possuir relatório de saldo das contas por fonte de recurso, Possibilitar sua emissão demonstrando inclusive as fontes em que existir diferença de saldo.

Possuir relatório da administração direta de consórcio Anexo 1 – Repasse de recursos dos municípios aos consórcios públicos

Possuir relatório da entidade consórcio Anexo 2 – Prestação de contas dos consórcios públicos

#### APLICATIVO DE COMPRAS.

O aplicativo de Compras e Licitações deverá permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com os sistemas de Contabilidade Pública, Patrimônio e Portal da Transparência.

Deverá possibilitar acompanhamento dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas de:

Publicação do processo;

Emissão do mapa comparativo de preços;

Emissão das Atas referente Documentação e Julgamento das propostas;

Interposição de recurso;

Anulação e revogação;

Impugnação; Parecer da comissão julgadora;

Parecer jurídico;

Homologação e adjudicação;

Autorizações de fornecimento;

Contratos e aditivos;

Liquidação das autorizações de fornecimento;

Gerar empenhos para a contabilidade e liquidação dos empenhos

Possibilitar separação dos itens do processo e suas respectivas quantidades por centro de custo e por despesa.

Permitir montar os itens do processo administrativo, processo licitatório e coleta de preços por lotes.

Permitir cadastro de fornecedores, informando: Ramos de atividade - Documentos e certidões negativas - Materiais fornecidos.

Emitir Certificado de Registro Cadastral com numeração sequencial.

Permitir uso do código de materiais por grupo e classe com definição da máscara ou de forma sequencial, ou sequencial com grupo e classe.

Possuir cadastro de materiais para informar: Material perecível; Material estocável; Material de consumo ou permanente; tipo do combustível; Descrição; Grupo e classe; Dados da última compra como: data, quantidade, preço e fornecedor.

Permitir agrupamento de várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório de compra direta ou processo administrativo automaticamente.

Controlar solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo e que a quantidade de cada item possa ser dividida por uma ou mais despesas.



Controlar despesas realizadas e a realizar de uma mesma natureza, para que não ultrapasse os limites legais estabelecidos para cada modalidade de licitação.

Permitir controlar gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.

Controlar data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação das negativas vencidas/por vencer.

Permitir desbloqueio do saldo remanescente da despesa na geração do último empenho do processo.

Permitir gravação, em meio magnético, dos itens do processo licitatório para fornecedores digitar o preço de cada item com leitura dos preços informados e preenchimento automático no cadastro de itens do processo, exibindo os itens em lista ou separados por lotes.

Possibilitar consultas de preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.

Permitir consulta dos fornecedores de determinado material ou ramo de atividade.

Permitir identificar em quais processos licitatórios determinado fornecedor participou, visualizando sua situação em cada item do processo.

Possibilitar emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.

Emitir todos os relatórios exigidos por Lei, como por exemplo: Termo de abertura e autorização do processo licitatório; Parecer jurídico e contábil; Publicação do edital; Atas do pregão; Emissão de contratos; Notas de autorização de fornecimento;

Emitir Edital de Licitação.

Controlar quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.

Possibilitar gravação, em meio magnético dos itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores com leitura dos preços informados e preenchimento automático dos preços dos itens.

Permitir cadastro de compras diretas, informando: Data da Compra; Fornecedor; Centro de Custo; Objeto da Compra; Local de Entrega e Forma de Pagamento.

Gerar Processos Administrativos ou compra direta pelo preço médio ou menor preço cotado do Registro de Preços.

Gerar entrada do material no almoxarifado a partir da liquidação visualizando a movimentação no estoque.

Permitir criação e edição de modelos de editais, contratos, autorização de compras, atas e outros relatórios desejados a partir dos modelos existentes no aplicativo.

Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas relativos às licitações.

Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório sejam levados para o contrato de aditivo.

Manter histórico das alterações do contrato, informando o de tipo alteração (acréscimo, diminuição, equilíbrio econômico financeiro, prorrogação, rescisão) e se foi unilateral ou bilateral.

Registrar rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial.

Permitir registro da suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado.

Possibilitar cópia os itens de outro processo licitatório, já cadastrado.

Possibilitar cópia os itens de outra compra direta.

Permitir agrupamento de itens do processo licitatório por centro de custos.

Permitir alteração a data de emissão das autorizações de fornecimento.

Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer).

Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos, controlando a situação (entregue, vencido a vencer).

Controlar solicitações de compra pendentes, liberadas e reprovadas.

Emitir relação das licitações informando: Data e hora de abertura, Número, Modalidade, Membros da comissão e Objeto a ser licitado.

Permitir cadastro de comissões Permanente; Especial; Servidores; Pregoeiros; Leiloeiros, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas.

Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002).

Permitir realização de lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.

Possibilitar emissão da ata do pregão presencial e histórico dos lances.

Possibilitar utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.

Permitir parametrização para numerar a licitação de forma sequencial ou por modalidade, possibilitando alterar a numeração sugerida pelo aplicativo.

Relatórios para divulgação na internet, conforme lei 9.755/98 e Demonstrativo das compras efetuadas conforme art. 16 da Lei 8.666/93.

Possibilitar configuração das assinaturas que serão exibidas nos relatórios.

Dispor das Leis 8.666/93 e 10.520/2002 para eventuais consultas diretamente no aplicativo

#### APLICATIVO DE PATRIMÔNIO

O aplicativo de Patrimônio deverá permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com os sistemas de Compras e Licitações e Contabilidade Pública e Portal da Transparência.

Deverá possuir cadastro para os bens móveis e imóveis do órgão, podendo ser informado o processo licitatório, o empenho e fornecedor da aquisição do bem, além do estado de conservação do bem: "péssimo", "ruim", "regular", "bom" e "ótimo"; Moeda de aquisição (permitindo migração dos valores para moeda atual);

Permitir vinculação da conta contábil e natureza do bem;

Permitir visualização de valor de aquisição, o valor total de depreciação, assim como cadastrar e visualizar as incorporações e desincorporações;

Permitir visualização do valor da última reavaliação do bem;

Permitir armazenamento e visualização da imagem atual do bem por meio dos arquivos: jpg, bmp e pdf;

Permitir visualização da situação do bem como: "ativo", "baixado", "comodato", "locado", "cedido";

Permitir informar características personalizadas para o cadastro de bens. Por ex.: "Cor", "Altura", "Peso".



Permitir alteração da placa do bem informando a data de alteração, visualizando todas as placas utilizadas pelo bem.

Permitir controle de transferência de bens entre os diversos órgãos, responsáveis e contas da entidade assim como cessões e locações, possibilitando a emissão do relatório de transferências de determinado tipo, incluindo também a emissão como Termo de Transferência de Bens.

Permitir cadastro das contas patrimoniais, classificá-las por bens móveis e Imóveis e identificar o tipo de bens tangíveis e intangíveis.

Permitir informar o valor (%) residual do bem e o % de depreciação anual dos bens.

Permitir cadastro de conversão de moedas indexadoras, para que ao cadastrar bens adquiridos em outras épocas converta automaticamente para o valor atual ao cadastrar o bem.

Permitir reavaliação de bens individual, ou por lote e identificar o tipo de reavaliação: Ajuste ou reavaliação e possibilitando adequar o novo valor de depreciação anual do bem.

Permitir efetuar baixas individuais ou múltiplas por contas, responsáveis, órgãos e bens, permitindo informar histórico e informações complementares como: lei, portaria e processo licitatório.

Controlar movimentação dos bens encaminhados à manutenção, armazenando os dados básicos desse movimento; tais como:

Data de envio e previsão de retorno;

Tipo de manutenção (se a manutenção é preventiva ou corretiva);

Valor do orçamento;

Possibilitar emissão de relatório contendo os bens que estão ou já sofreram manutenção, agrupados pelo fornecedor ou pelo motivo da manutenção;

Possibilitar geração de transferências para outra unidade administrativa após voltar da manutenção.

Emitir relatório identificando o bem, valor atualizado, conta ao qual ele pertence, o responsável pelo bem, número patrimonial e a data de aquisição.

Emitir termo de responsabilidade da guarda dos bens por responsável ou por órgão/centro de custo.

Emitir relatório de bens em inventário por centro de custo e/ou responsável, permitindo selecionar a situação (em processo de localização, localizados e pertencentes ao setor, localizados, mas pertencentes a outro setor, não localizados ou todas) e emitir também o termo de abertura e encerramento do Inventário.

Emitir etiquetas de controle patrimonial, inclusive com código de barras para leitura óptica, além de permitir que o usuário possa confeccionar sua própria Etiqueta.

Permitir cadastro de seguradoras e apólices de seguros (com valor de franquia e valor segurado) para os bens.

Permitir classificar o bem em desuso de modo que não seja possível realizar movimentações com este até que seja estornado.

Permitir registro da abertura e do fechamento do inventário, bloqueando a movimentação ou destinação de bens durante a sua realização.

Emitir relatório de baixas de bens com seleção por período de baixa, por conta, órgão ou por centro de custo.

Emitir relatório para conferir os lançamentos de inventário, possibilitando a seleção por responsável, por órgão ou por centro de custo.

Permitir transferência de bens localizados em inventários quando pertencentes a outro setor.

Manter registro/histórico de todas as movimentações dos itens patrimoniais realizadas no exercício, possibilitando a emissão de relatório por período e também visualizar as movimentações por centro de custo.

Permitir depreciação de bem tangível em relação ao percentual anual de depreciação deste, permitindo que o processo seja executado informando as seleções: por conta, por bem, por centro de custo, por natureza do bem.

Emitir relatório de reavaliações de bens com seleção por bem, por conta e período.

Emitir relatório por período dos movimentos das contas dos bens (mostrando de forma analítica e sintética), possibilitando visualizar o saldo anterior ao período, total de entradas, total de saídas e saldo atual da conta.

Emitir relatório com projeção de valorização/depreciação do bem baseado em percentual informado com seleção por conta, bem e/ou unidade administrativa.

Possuir rotina para importação de várias imagens dos bens, armazenando-os no banco de dados.

Permitir vinculação de um ou mais arquivos de imagens, documentos de texto ou documentos digitalizados, ao código do bem.

Permitir salvamento dos relatórios em formato PDF simples, possibilitando que sejam assinados digitalmente.

Emitir relatório com os movimentos contábeis (aquisições, baixas, depreciações, etc...) ocorridos no patrimônio no período de seleção.

Permitir transferência dos bens de um responsável, conta, e centro de custo para outro utilizando multiseleção (ex.: 1, 12, 50).

Permitir cadastro para bens imóveis, com endereço, registro do imóvel, e informações de arrendamento quando este for arrendado.

Permitir inserir no cadastro dos bens um valor mínimo residual para os bens, para controle das depreciações.

Permitir encerramento mensal de competência, não permitindo movimentos com data retroativa ao mês/ano encerrado, possibilitando o estorno deste encerramento.

Permitir inserir uma data para o início das depreciações dos bens.

Permitir inserir a localização física do bem, possibilitando emitir um relatório por localização física.

Permitir cadastro de comissões para inventário e reavaliação de bens com informação do número da portaria, data da portaria, finalidade e membros da comissão.

Registrar amortização de bens intangíveis.

#### APLICATIVO DE FOLHA DE PAGAMENTO.

O aplicativo de Folha de Pagamento deverá permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com os sistemas de Contabilidade Pública, Recursos Humanos e Portal da Transparência.

Deverá permitir ao Administrador configuração das permissões de acesso aos menus e permissões referente à inserção, alteração e exclusão diferenciada para grupos de usuários ou usuário individual.

Permitir limitação do acesso de usuários às informações de funcionários de determinados grupos funcionais, organogramas e/ou vínculos empregatícios.

Permitir a flexibilização das configurações da folha de acordo com a necessidade e método utilizado pelo órgão público.

Permitir o cadastramento das contas bancárias da pessoa. No caso de pessoas físicas, essas contas poderão ser utilizadas no Cadastro de Funcionários para o depósito de salário.

Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas

Possuir cadastro de bases vindas de outras entidades, possibilitando calcular o INSS e o IRRF do funcionário, já incluindo os valores que o funcionário percebe em outras empresas.

Permitir registro de casos de moléstias graves por meio do CID à pessoa, com data inicial e data final quando for o caso. Estas informações servem de base para isenção do I.R.R.F por moléstia grave.

Possuir controle dos dependentes com datas de vencimento do salário-família, da relação de dependência para o IRRF.

Permitir mais de um vínculo empregatício para a pessoa e configurar estes contratos possibilitando informar um vínculo principal com data de admissão anterior ou posterior ao vínculo secundário.

Controlar a lotação e localização física dos servidores.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à admissão do funcionário, através da informação do ato.

Permitir indicação para cada funcionário substituto, quem este está substituindo.

Possuir cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e possibilitar, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41, de 28 de março de 2007.

Permitir cadastro de Tipos de Documentos de Funcionários, informando o tipo dos documentos que irão ser gerados na admissão do funcionário. - Cadastro de Documentos de Funcionários, neste cadastro deve-se informar, os documentos solicitados para admissão do funcionário.

Permitir que o usuário controle até quatro tipos de previdência para um mesmo servidor automaticamente, sem a necessidade de manutenção todo mês;

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à prorrogação de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, através da informação do ato.

Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o funcionário, conforme a sua necessidade.

Permitir controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano.

Controlar informações referentes aos estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.

Possuir cadastro de autônomos que prestam serviços à entidade, permitindo registrar a data e o valor de cada serviço prestado.

Possibilitar cálculo diferenciado para transportadores autônomos e sua informação para SEFIP, inclusive com percentual diferenciado.

Possuir controle dos períodos aquisitivos de férias, controle dos lançamentos e suspensões por funcionário.

Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação à quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.

Permitir programação do gozo e pagamento das férias antecipadamente.

Permitir criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos ou suspensões dos períodos.

Permitir registro dos vínculos previdenciários dos funcionários, planos, matrículas e período de permanência. Entende-se por vínculo previdenciário: o plano previdencial ou assistencial ao qual o funcionário esta vinculado.

Possuir cadastro de processos judiciais que permita que sejam cadastrados os processos judiciais e as reclamações trabalhistas dos funcionários para posterior geração do arquivo SEFIP com código de recolhimento 650.

Permitir validações que não possibilitem inserir na mesma configuração de férias, dois tipos de suspensão de férias que utilizem o mesmo tipo de afastamento.

Permitir cálculo dos dias úteis e afastamentos dos funcionários com 30 dias

Garantir que as alterações realizadas irão acompanhar os cálculos de provisão.

Possuir cadastro de classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.

Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para a classificação institucional, conforme a sua necessidade.

Registrar dados dos locais de trabalho, onde efetivamente os funcionários desempenham suas atividades laborais.

Registrar tipos de administração, ou seja, as várias formas de gerenciamento das entidades.

Permitir configuração do modo a cadastrar, consultar, alterar e excluir sindicatos que representam as diferentes classes de funcionários existentes na entidade.

Permitir registro dos possíveis tipos de cargos utilizados.

Possuir cadastro de Cargos

Permitir configuração de férias por cargo

Permitir configuração de funcionários alocados nos cargos terão direito a 13º salário

Permitir controle de vagas do cargo, por secretaria e relacionar com os níveis salariais e atribuições do cargo.

Permitir informar o nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo, informando ao usuário se for cadastrar algum servidor que não tenha o nível mínimo exigido.

Permitir controle de níveis salariais do cargo, como as variações de classes e referências, formando um plano de carreira do servidor com a finalidade de nivelar os salários de certos grupos funcionais.

Permitir para os níveis salariais no campo "Máscara da Classe" e para o campo "Máscara referência" inserir várias configurações de máscaras.

Permitir o cadastro de níveis salariais, com definição de ordem de progressão das classes e referências, possibilitando informar uma classe ou referência com tamanho menor que a mascara definida no plano salarial.

Permitir controle de vagas do cargo por concurso via parâmetro.

Possuir processo de progressão salarial automatizado.

Manter informações de progressão salariais registradas no histórico salarial do servidor, com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.

Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando informar novos campos para o cargo.

Permitir configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação do Tribunal de Contas.

Registrar todas as movimentações de pessoal do servidor, tais como: alterações salariais, alterações de cargo, admissão, rescisão, aposentadoria, afastamentos.

Registrar históricos dos processos de requerimentos de aposentadorias e pensões.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao requerimento de aposentadorias e pensões, através da informação do ato.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.

Possuir controle de pensionistas permitindo indicar se a pensão é por morte ou judicial, e neste caso, possibilita o encerramento da pensão.

Calcular automaticamente os valores referentes às pensões, cancelando automaticamente este cálculo quando informada a data de encerramento da pensão.

Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o Pensionista, conforme a sua necessidade.

Calcular reajuste de valores dos eventos de pensão e aposentadoria informados no Cadastro de Processos de Pensões e Aposentadorias.

Permitir controle da concessão e desconto de vales-transportes e mercado.

Permitir configurar operadoras e planos de assistência médica que a entidade possui para planos coletivos empresariais, controlar as despesas de mensalidades quanto despesas extraordinárias, estes recursos também serve de base para a DIRF.

Permitir cópia das despesas do ano do registro que estiver selecionado no Cadastro de despesas do para o ano que você desejar para que seja exportado para o aplicativo contábil.

Permitir inserir as classificações das origens dos recursos financeiros, sendo que cada instituição terá que implementar seus programas de trabalhos.

Permitir configuração das tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e ainda nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade (INSS, IRRF, salário família, piso salarial, entre outras).

Permitir configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.) e adicionar as restrições para o cálculo.

Permitir configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores municipais.

Permitir cadastro das informações "PNE" e "Consid invalidez parcial" no "Cadastro de Tipos de Salário-Família", onde deverão ser informadas as regras para portadores de necessidades especiais conforme o tipo de salário-família.

Permitir configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados;

Possibilitar configuração das formas de alteração salarial de modo que seja possível efetuar-las em conformidade com o estatuto do órgão;

Permitir inclusão e configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, assim como respectivos códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS.

Permitir configuração dos proventos para cálculos de férias, rescisão, 13º salário, abono pecuniário e aviso prévio referentes às médias e vantagens percebidas pelos servidores.

Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja cancelado.

Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja postergado.

Permitir configuração de Férias, informando para cada configuração quantidade de meses necessários para aquisição, quantidade de dias de direito a férias a cada vencimento de período aquisitivo, quantidade de dias que podem ser abonados, configuração de descontos de faltas, ou seja, informar para cada configuração de férias as faixas para descontos de faltas em relação aos dias de direito do período aquisitivo.

Permitir cadastro das informações configuradas para os proventos e descontos a serem utilizados na geração do "Arquivo Homolognet e TRCT – Portaria 1621/2010".

Permitir salvar a seleção/filtragem de relatórios rotineiros.

Permitir configuração da máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.

Configurar vínculos empregatícios que representam a ligação dos funcionários com a entidade.

Configurar tipos de situações de afastamento do funcionário para base de cálculo, processos do aplicativo (férias, licenças, adicionais, etc.), tempo de serviço para aposentadoria.

Possuir rotina para processamento de cálculo mensal e adiantamento.

Possuir rotina para processamento de cálculo complementar.

Possuir rotina para processamento de 13º salário adiantado e integral.

Possuir rotina de cálculo automático de rescisão para funcionários com vínculo de prazo determinado, na competência em que expira o contrato.

Emitir cálculo no mês de Fevereiro proporcional a 28/29 dias, caso o mês de admissão ou demissão seja Fevereiro.

Possuir rotina para processamento de cálculos de férias individuais e férias coletivas.

Permitir desconto de faltas no pagamento das férias.

Permitir pagamento do 13º salário simultaneamente com as férias.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às férias dos servidores, através da informação do ato.

Permitir que o pagamento de 1/3 de férias seja integral em cálculo de férias fracionadas. Serve para os cadastros de férias individual, coletiva e programada, onde se deve informar quando o aplicativo deve se comportar conforme essa situação.

Permitir previsão mensal do valor referente a férias e 13º Salário, correspondente ao avo que o funcionário tem direito.

Determinar data inicial em que passou a utilizar a provisão.

Provisionar e baixar da provisão de férias e 13º salário, aos cálculos realizados na respectiva competência de cálculo.

Permitir visualização dos eventos que faltam ser provisionados e classificados.

Possuir rotina para processamento de cálculos de rescisões individuais, coletivas e complementares.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à demissão ou exoneração do funcionário, através da informação do ato.

Permitir reintegração ou reversão de rescisões ou aposentadorias de funcionários, sob a mesma matrícula.

Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento mensal, 13º salário integral, férias e rescisórias, para a competência atual ou para competência futura.

Não permitir emissão de guias e geração de arquivos para órgãos federais quando o cálculo é simulado.

Controlar afastamentos do funcionário.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, através da informação do ato.

Registrar todo o histórico de alterações no cadastro de funcionários.

Registrar as alterações cadastrais no histórico de beneficiários de pensões.

Registrar todo o histórico de alterações de Autônomos.

Registrar todo o histórico salarial do servidor.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações salariais do servidor, através da informação do ato.

Calcular alterações salariais de modo coletivo ou para níveis salariais do plano de cargos.

Possibilitar adição de classes e referências através do histórico de cargos, salários, informações e níveis salariais.

Registrar todo o histórico de alterações de cargo do servidor.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações de cargo do servidor, através da informação do ato.

Registrar todo o histórico de alterações salariais do cargo.

Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento para determinado funcionário.

Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento, podendo selecionar vários funcionários em um único lançamento.

Permitir fechar processamentos (Mensal, Adiantamento, Complementar, 13º Adiantamento, 13º Salário, Férias) de cada competência com data, oferecendo segurança para que o usuário não altere calculo de folha com processo fechado.

Bloquear qualquer tentativa de alteração no histórico de funcionário quando o processamento da folha estiver com data informada.

Permitir consultar e se necessário alterar a data de pagamento de funcionário ou grupo de funcionários que já tenham sido calculados na folha.

Permitir que o cálculo mensal dos funcionários sejam agrupados em lotes diferentes e possibilita fechar o processamento dos lotes em grupo.

Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento do funcionário para serem calculados, podem ser lançados em uma competência ou em várias parcelas do período.

Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento de vários funcionários em um único lançamento, selecionando os funcionários. Pode ser lançado o evento para uma ou mais competências.

Permitir selecionar os funcionários que utilizam vale transporte, selecionando pela empresa ou linha utilizada. Permite gerar por competência os números de dias que o funcionário utiliza o vale transporte.

Permitir importação do arquivo do SISOBÍ (Sistema de Controle de Óbitos). Serve para atender ao convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e os governos estaduais e municipais identificarem as pessoas falecidas para cessar o pagamento de aposentados e pensionistas.

Permitir configuração de cabeçalho e rodapé para quaisquer relatórios emitidos pelo aplicativo, permitindo inclusive a inserção de comentários.

Permite salvamento de qualquer relatório emitido no formato "xls" (excel), mantendo a mesma formatação visualizada no aplicativo.

Emitir relatórios da folha de pagamento, de acordo com a necessidade, extratos mensais, líquidos, movimento, férias, rescisões, média e vantagens, etc...

O relatório resumo mensal apresenta a geração dos dados das verbas gerais mensais e com o modelo normal-encargos apresenta o total dos valores dos encargos no final do relatório nas quebras.

Emitir relatórios de forma resumidos, de acordo com a necessidade.

Emitir relatório de Integração Contábil para cálculos simulados. Os modelos deste relatório irão mostrar uma mensagem no cabeçalho identificando quando o relatório possui informações oriundas de cálculos simulados.

Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes ao INSS e FGTS, discriminando as possíveis deduções

Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes à previdência municipal por competência ou acumulado anualmente

Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor, referente ao IRRF.

Gerar mensalmente a guia do INSS com o valor para o Instituto Nacional do Seguro Social. Permitir escolher o modelo e quebra para a geração da guia

Permitir emissão de guias para pagamento de IRRF, GRFC e previdência municipal.

Gerar em arquivo as informações referentes à GRRF.

Gerar GFIP em arquivo, permitindo inclusive a geração de arquivos retificadores (RDE, RDT, RRD).

Possuir vários modelos de Demonstrativo de Folha de Pagamento para impressão.

Emitir relatório de Aviso e Recibo de férias, também permitir escolher o modelo do recibo e a seleção.

Emitir relatório referente Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

Emitir TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho) conforme portaria 1621/2010 atualizada pela portaria 1057/2012 . A emissão deste termo passou a ser obrigatória a partir de 2011 para rescisões de funcionários regidos pela CLT.

Emitir relatórios cadastrais em geral.

Emitir relatórios cadastrais de:

Grupos Funcionais;

Organogramas;

Locais de trabalho;

Tipos de Administração – Sindicatos;

Tipos de Cargos;

Cargos;

Planos Salariais;

Níveis Salariais;

Horários;

Feriados;

Aposentadorias e Pensões;

Beneficiários;

Pensionistas;

Dados Adicionais.

Emitir relatórios cadastrais de:

Tipos de Movimentação de Pessoal;

Fontes de Divulgação;  
Atos;  
Movimentação de Pessoal;  
Naturezas dos Textos Jurídicos.

Emitir relatórios referentes aos planos de assistência médica de:  
Operadoras de planos de saúde;  
Despesas com planos de saúde;  
Despesas com planos de saúde com reflexo no cálculo.

Emitir relatórios cadastrais referente Administração de Vales:  
Linhas de Ônibus;  
Faixas;  
Vales-transportes;  
Vales-Mercado

Emitir relatórios cadastrais referente Integração Contábil:  
Condições para Eventos;  
Elementos de Despesa;  
Despesas;  
Despesas por Organograma;  
Complementos das Despesas.

Emitir relatórios cadastrais de:  
Cálculo – Tabelas;  
Eventos;  
Cálculo - Tipos de Bases;  
Eventos a Calcular;  
Eventos a Calcular de Rescisão;  
Médias e Vantagens;  
Cancelamentos de férias;  
Suspensões de Férias;  
Configurações de Férias;  
Formas de Alteração Salarial;  
Bancos;  
Agências Bancárias;  
Homolognet.

Emitir relatórios cadastrais referentes a parametrizações:  
Vínculos Empregatícios;  
Tipos de Afastamentos;  
Tipos de Salário-Família;  
Organograma;  
Naturezas dos tipos das Diárias;  
Tipos de Diárias;  
Previdência Federal;  
Outras Previdências/Assistência;  
Planos de Previdência;  
Motivos de Alterações de Cargos;  
Motivos de Alterações Salariais;  
Motivos de Rescisões;  
Motivos de Aposentadorias  
Responsáveis.

Emitir relatório com o nome "Efetivo em cargo comissionado", no qual serão emitidos todos os funcionários que estão atualmente em cargo comissionado, e possuem cargo efetivo em aberto, seja, sem data de saída em Cadastro de Histórico de Cargos.

Emitir relatório de programação de férias dos funcionários, exibindo todos os períodos de aquisição de férias, períodos de gozo, dias de abono e forma de pagamento.

Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).

Emitir relatórios relacionados à parte salarial dos servidores do tipo alterações salariais, Médias salariais, progressões salariais, inconsistências de cálculo.

Emitir relação dos salários de contribuição e discriminação destes. Possibilitar a emissão para previdência federal, estadual e/ ou municipal. Permitir a emissão de formulário para preenchimento, caso não haja informações de todas as competências necessárias.

Emitir relatório de atestado de tempo de serviço para o servidor público apresentando os cargos e o período que exerceu a função.

Emitir um relatório demonstrativo das variáveis lançadas manualmente para qual período foi feito o lançamento. Ainda são oferecidas opções de ordenação e seleção das informações.

Emitir relatórios com informações de processamentos já calculados.

Possuir relatórios de provisões de 13º salário, médias e vantagens, férias; que permitam ao usuário ter uma previsão do valor e também da proporcionalidade por direito obtida pelos servidores ativos até o presente momento.



Verificar na integração contábil o que está sendo provisionado. Relatório de visualização da provisão, quando 13º salário e Férias.  
Emitir comparativo de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.  
Emitir comparativo de valores referentes a proventos e descontos dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.  
Emitir comparativo de líquidos entre duas ou mais competências, inclusive com anos diferentes.  
Permitir configuração dos proventos e descontos que devem compor os valores de cada um dos campos do comprovante de rendimentos.  
Emitir informações dos relatórios anuais necessários, como comprovante de rendimentos e ficha financeira.  
Gerar arquivos da RAIS e da DIRF, assim como o informe do comprovante de rendimentos.  
Permitir visualização das bases de previdência federal, de previdência estadual e municipal, além de fundos de assistência.  
Possuir gerador de relatórios e de arquivos que permita aos usuários criar novos relatórios ou layouts de arquivos ou ainda alterar os relatórios e layouts já existentes;  
Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para crédito em conta no banco de interesse da entidade.  
Gerar para entidades que possuem contrato para emissão de holerite eletrônico pela Caixa Econômica Federal o arquivo para envio das informações pertinentes ao holerite do funcionário.  
Permitir consulta prévia das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.  
Consultar os cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento dela para cada funcionário.  
Permitir consulta dos proventos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário.  
Permitir consulta apenas dos proventos que fazem parte do comprovante de rendimentos.  
Permitir consulta do modo centralizado todo o histórico funcional de todos os contratos do servidor, detalhando as seguintes características:  
Períodos aquisitivos, períodos de gozo de férias;  
Situações do funcionário, tais como: afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados.

Permitir alteração de proventos ou descontos modo fixo, possibilitando as seguintes tarefas:

Alteração do período;

Adição de valor ao valor originalmente lançado;

Substituição do valor originalmente lançado por um novo valor;

Aplicação de um percentual sobre o valor originalmente lançado.

Permitir reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

Permitir readmissão em massa através de "Copiar Funcionários Demitidos". Permitir copiar funcionários demitidos para realizar a readmissão individual ou em lote.

Possibilitar cadastro de movimentos anteriores à implantação do aplicativo para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

Possibilitar rateio de valores das parcelas pagas do parcelamento do FGTS para os servidores contratados à época, conforme instruções da CAIXA.

Permitir realização de cálculos de datas e de horas.

Possibilitar classificação "SISPREV WEB 1.0".

Permitir unificação de pessoas e de cadastros.

Permitir consulta rápida nos cadastros.

Possuir campo de ajuda, possibilitando pesquisas referentes ao aplicativo e suas funcionalidades.

Permitir consultas rápidas dos códigos ou nomes dos registros, dispensando memorização e procura.

Permitir consultas sobre as situações ocorridas com o funcionário desde sua admissão, considerando os dias de licenças, atestados e faltas.

Permitir consultas dos cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento para cada funcionário.

Permitir consulta dos contratos, períodos e situações que a pessoa se encontra nos registros informados.

Permitir cálculo e conversão de datas, dias, meses e anos.

Possibilitar cálculo digitando nos botões da calculadora ou usando o teclado. Com opção padrão ou científica.

Possibilitar configuração automática destes empréstimos através da leitura do arquivo enviado pelo banco.

#### APLICATIVO DE RECURSOS HUMANOS.

O aplicativo de Recursos Humanos deverá permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com os sistemas de Folha de Pagamento e Portal da Transparência.

Permitir informar as avaliações dos servidores com configurações dos fatores (notas/pesos para cada fator e média da avaliação).

Possuir cadastro para registrar dados de acidentes de trabalho, entrevista com o servidor e testemunhas do acidente.

Possuir cadastro e emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT para o INSS.

Possuir cadastro de grupos de prevenção de acidentes de trabalho, em conformidade com a Portaria nº 1.121/1995.

Possuir cadastro de atestados com informações CID (Código Internacional de Doenças).

Possuir cadastro de juntas médicas por data de vigência com identificação dos médicos que a compõem.

Permitir controle dos atestados através de laudos médicos, informando se o servidor já se encontra em readaptação pelo mesmo CID (Código Internacional de Doenças) do atestado.

Permitir geração automática de afastamentos no deferimento do laudo médico.

Permitir agendamento de consultas e exames ocupacionais com controle da emissão das autorizações de exames em laboratórios conveniados

Permitir controle da emissão de autorizações de diárias.

Permitir lançamento de faltas com possibilidade de desconto em folha de pagamento ou de folgas para compensação nas férias.

Permitir configuração dos períodos aquisitivos e cálculos de férias de acordo com as especificações de cada cargo.

Possibilitar informar os cursos exigidos para ocupar o cargo, assim como suas atribuições, as áreas de atuação e os planos previdenciários do cargo.

Permitir reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

Permitir inserção de novos campos para classificação institucional.

Permitir planejamento (definindo cronograma, ministrante, carga horária e data da emissão de certificado) e execução de cursos de



aperfeiçoamento, por iniciativa do órgão e por solicitação dos próprios servidores, com emissão de relatório desse planejamento.

Permitir realização e/ou o acompanhamento de concursos públicos e processos seletivos para provimento de vagas.

Efetuar avaliação dos candidatos do concurso ou processo seletivo, indicando automaticamente a aprovação/reprovação e a classificação.

Possibilitar cadastro de bolsas de estudos, informando, instituição de ensino, matrícula do bolsista, período da bolsa, serviço comunitário o qual o bolsista irá desempenhar em troca da bolsa.

Permitir controle da bolsa de estudo em cada fase, informando a aprovação ou não do bolsista.

Permitir controle de estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.

Permitir lançamento histórico de períodos aquisitivos e de gozo de férias.

Possibilitar cadastro de períodos para aquisição e de gozo de licença-prêmio

Permitir diferentes configurações de férias e de licença-prêmio por cargo.

Permitir informar os dados referentes a períodos aquisitivos anteriores a data de admissão do servidor, tais como, período de gozo, cancelamentos e suspensões.

Permitir cadastro de tempo de serviço anterior e de licença prêmio não gozada com possibilidade de averbação do tempo de serviço para cálculo de adicionais, licença-prêmio e/ou aposentadoria, possibilitando informação de fator de conversão do tempo.

Permitir informar os tipos de aposentadoria por tempo de serviço, idade, invalidez, compulsória, Especial (Professor).

Permitir parametrização dos tempos mínimos necessários para o cálculo da aposentadoria em cada tipo de aposentadoria.

Efetuar cálculo de benefícios de aposentadorias com base na média dos 80% maiores salários de acordo com o tipo de aposentadoria.

Permitir emissão da ficha cadastral com foto do servidor.

Permitir controle da escolaridade do servidor, incluindo ensino superior, cursos, treinamentos e experiências anteriores.

Permitir registro de elogios, advertências e punições.

Permitir informar os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira registrando automaticamente a respectiva movimentação de pessoal.

Permitir controle das funções dos servidores com possibilidade de geração automática da gratificação por exercício da função.

Possuir relatório configurado da ficha funcional do servidor, selecionando-se as seguintes informações:

Ficha cadastral.

Acidentes de trabalho.

Adicionais.

Afastamentos.

Aposentadorias e pensões.

Atestados.

Atos.

Avaliações.

Beneficiários de pensão do servidor.

Dependentes.

Diárias.

Empréstimos.

Faltas.

Substituições a outros servidores.

Contratos de vínculos temporários com a entidade.

Funções.

Licenças-prêmio.

Locais de trabalho.

Ocorrências (atos de elogio, advertência ou suspensão).

Períodos aquisitivos.

Transferências.

Utilização de vales-transportes.

Cursos.

Compensação de horas.

Possuir controle de empréstimos concedidos a servidores com desconto automático das parcelas na folha mensal e no saldo remanescente da rescisão.

Controlar transferência de servidor identificando o tipo (cedido/recebido) e se foi realizada com ou sem ônus para a entidade.

Possuir relatórios agrupados por tipo de afastamento.

Gerar cadastro automático para avaliações de estágio probatório conforme configuração de fatores de avaliação, afastamento e faltas.

Permitir importação dos candidatos aprovados em concurso público desta Prefeitura.

#### PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O Portal da Transparência deverá permitir a integração de dados de forma automática ou ainda ou através de arquivos de intercâmbio de informações com os sistemas de Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Patrimônio Público, Folha de Pagamento, Recursos Humanos. Deverá conter funcionalidade para aumento da granularidade das informações exibidas, contendo a opção de efetuar consulta de todas as unidades de forma consolidada.

Deverá conter filtros para seleção da entidade pública municipal que disponibiliza a informação, contendo a opção de efetuar consulta de todas as unidades de forma consolidada.

Cadastro de IP para upload, para impedir o envio de informações fora do IP cadastrado.

Cadastro para exibição das consultas. Permite que o cliente configure qual consulta deseja exibir por entidade que ele tem acesso.

Relacionar documentos com o processo de licitação

Cadastro de usuários administradores com acesso na área administrativa da aplicação on-line.

Atualiza as informações automaticamente, com a utilização de agendas configuradas na periodicidade requisitada pelo usuário, bem como permitir alimentação manual de dados complementares.

Permitir personalizar o nível de detalhamento das consultas apresentadas.

Permitir consulta de Receitas, Despesas, Frotas, Licitações e quadro de pessoal.

Permitir download em PDF do Cronograma de ações da Portaria STN Nº 828/2011.

Permitir download de anexos em PDF (Receita e Despesa por categoria de econômicos, Despesa por programa de trabalho, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Variações Patrimoniais).

Possuir cadastro de usuários administradores com acesso na área administrativa do aplicativo.

Deverá conter filtros para seleção da entidade pública municipal que disponibiliza a informação, contendo a opção de efetuar consulta de todas as unidades de forma consolidada.

Permitir ativar modo de alto contraste para facilitar acesso a deficientes visuais.

Permitir a exibição das remunerações salariais dos servidores.

Permitir a entidade escolher se deseja exibir ou omitir as informações salariais.

Permitir que o cidadão possa efetuar questionamentos através de um canal direto com a entidade, e ainda que o responsável pelo setor possa fornecer as respostas aos questionamentos.

Permitir que a entidade disponibilize relatórios conforme a sua necessidade..

Permitir a parametrização do cabeçalho e Rodapé por Município.

A aplicação on-line deverá exibir as propostas da licitação.

Na consulta de Links é possível definir se será possível visualizar as informações de uma entidade específica ou de todas as entidades vinculadas a um determinado município.

A aplicação on-line deverá permitir identificar os servidores efetivos que ocupam um cargo comissionado através de um filtro parametrizável.

Permitir exportar em formato CSV as informações do Portal da Transparência, utilizando filtros disponibilizados para cada série de dados.

A aplicação on-line deve rodar em protocolo de comunicação seguro, denominado de HTTPS;

## ANEXO II

### ORÇAMENTO ESTIMADO DOS ITENS DA LICITAÇÃO (MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)

Licenciamento de uso dos aplicativos:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
	48	Mês	Contabilidade Pública	2	
	48	Mês	Folha de Pagamento	1	
	48	Mês	Compras e Licitações	1	
	48	Mês	Patrimônio	1	
	48	Mês	Recursos Humanos	1	
	48	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado	
VALOR TOTAL R\$					

### 2. Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARC.	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	1		
	120	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	1		
	800	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	1		
	9	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	1		
VALOR TOTAL R\$						

VALOR GLOBAL PROPOSTO R\$

Valor da proposta por extenso \_\_\_\_\_

Validade da proposta \_\_\_\_\_ dias.

(DATAR ASSINAR E CARIMBAR)

ANEXO III

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../ .....

CONTRATANTE: XXXXXXXXXXXX

CONTRATADA:

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar a contratação de empresa especializada em aplicativos de informática para Migração, Implantação, Treinamento e Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública e prestação de serviços correlatos, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.

Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.

Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE.

Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos.

Suporte Técnico e Treinamento reforço, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.

Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.

A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

Fluído o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido à obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato "txt" ou "csv".

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato.

O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

O pagamento mensal do licenciamento será realizado via boleto bancário até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário, em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

O pagamento dos serviços técnicos eventuais de suporte técnico, treinamento de reforço ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado via boleto bancário em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

Os valores contratados serão automaticamente reajustados, independentemente de termo aditivo contratual, depois de decorrido 12 meses da apresentação da proposta, com base no índice IGP-M acumulado no período. Os efeitos financeiros do reajuste iniciarão a partir do mesmo dia do prazo limite acima estabelecidos.

Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até 10 (dez) dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços e boleto bancário.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

As despesas decorrentes do Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

XX

O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório XXXX n.º XX/201X, cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DOS APLICATIVOS

A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos aplicativos licenciados, concedendo a CONTRATANTE as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

A CONTRATADA deverá possuir irrestrito poder para modificar os códigos-fonte e executáveis durante a vigência contratual, em face de

alterações de ordem legal federal ou estadual.

Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos aplicativos licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativos(s).

Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Caberá a CONTRATANTE:

Efetuar os pagamentos decorrentes do Licenciamento do Direito de Uso dos aplicativos objeto deste contrato no prazo avençado.

Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

Manter, na operacionalização dos aplicativos, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.

Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.

Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as com brevidade.

Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos aplicativos, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.

Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos aplicativos.

Parametrizar a aplicativo, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos aplicativos(s) quando necessário.

Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.

Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

Quando contratados, conforme valores dispostos no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 30 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.

Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Edital.

Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços, caso viável.

Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até cinco dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.

Orientar e prestar suporte à CONTRANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO

O treinamento na operacionalização do aplicativo, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.

A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.

O treinamento de implantação na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.

O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e sim como Treinamento de Reforço deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA NONA – DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO

As melhorias/modificações nos aplicativos poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.

As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.

As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos aplicativos.

As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos aplicativos à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.

As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos aplicativos durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos aplicativos.

As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.

As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos aplicativos originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.

A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.

Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:

Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos

Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.

Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.

Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos.

Desenvolver relatórios específicos.

Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.

O suporte, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.

Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos aplicativos realizada por pessoas não credenciadas.

A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item 5 da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples Apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

A rescisão contratual poderá ser:

Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES

A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 10% sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.

Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de 0,5% do total estimado para a contratação por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias).

Multa de 10% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

Multa de 10% sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Município/UF, xx de xxxxxxxxxx de 20xx.

CONTRANTE  
NOME RESPONSÁVEL  
CARGO

CONTRATADA  
NOME RESPONSÁVEL  
CARGO

Testemunha 1:

Ass.: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CI: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha 2:

Ass.: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CI: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../ .....

MODALIDADE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS

ANEXO I

Licenciamento de uso dos aplicativos:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
	48	Mês	Contabilidade Pública	2	
	48	Mês	Folha de Pagamento	1	
	48	Mês	Compras e Licitações	1	
	48	Mês	Patrimônio	1	
	48	Mês	Recursos Humanos	1	
	48	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado	
VALOR TOTAL R\$					

Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARC.	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	1		
	120	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	1		
	800	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	1		
	9	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	1		
VALOR TOTAL R\$						

VALOR GLOBAL PROPOSTO R\$	
---------------------------	--

Valor da proposta por extenso \_\_\_\_\_



Município/UF, xx de xxxxxxxxxx de 20xx.

CONTRANTE  
NOME RESPONSÁVEL  
CARGO

CONTRATADA  
NOME RESPONSÁVEL  
CARGO

Testemunha 1:

Ass.: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CI: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha 2:

Ass.: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CI: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### ANEXO IV

##### MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

À Comissão Permanente de Licitações da Câmara de Vereadores  
SERRA ALTA/SC

Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de identidade n.º \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2017, instaurado pela Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC.

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_\_\_\_, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

Município /UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

#### ANEXO V

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS

Declaramos, para os fins de participação no procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017, instaurado pela Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e sob pena do art. 299 do Código penal, possuindo todas a documentação comprobatória exigida no edital convocatório.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Município /UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

(nome e assinatura do responsável legal)

#### ANEXO VI

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de PROPONENTE do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017, instaurado pela Câmara de Vereadores de Serra Alta SC, que não fomos declarados inidôneos para licitar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Município /UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

(nome e assinatura do responsável legal)

#### ANEXO VII

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXPLORAÇÃO DE MENORES

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva (1): emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (\_\_\_).

Município /UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

(nome e assinatura do responsável legal)

Observação(1) em caso afirmativo, assinalar a ressalva no campo delimitado.

#### ANEXO VIII

##### MODELO DE VISITA TÉCNICA

Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de PROPONENTE do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017, instaurado pela Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC que a empresa \_\_\_\_\_ recebeu o edital e visitou a (ENTIDADE) \_\_\_\_\_, nos setores onde serão implantados os aplicativos, de acordo com o objeto do presente edital, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais onde serão executados os serviços para o cumprimento das obrigações assumidas, tendo pleno conhecimento de todas as características e particularidades da futura contratação e ainda, de que todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento das obrigações do objeto desta Licitação foram fornecidos pela entidade.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Município /UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

(Setor de Licitações)

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 70/2017 AVISO TP SISTEMA DE TRIBUTOS

Publicação Nº 1425690

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 70/2017

AVISO DE ABERTURA DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS PMS Nº. 06/2017

1. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços técnicos, com implantação e operacionalização de sistema de informática na modalidade ASP, transferência de conhecimento em gestão de tributo municipal, com vistas à disponibilização e utilização de Nota Fiscal Eletrônica, Declaração Mensal de Serviços Eletrônica e apoio técnico especializado.

2. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93.

3. Tipo: Menor preço por item.

4. Data da sessão pública: 30/11/2017 às 09h00min (horário de Brasília).

5. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).

6. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais documentos relativos a esta licitação, estarão disponíveis no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br).

7. Esclarecimentos: Maiores informações: e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br); telefone: (48) 3435-8900.

Siderópolis, 13 de novembro de 2017.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

### 80/2017 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 1425691

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 80/2017

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PMS Nº. 08/2017

O Município de Siderópolis, em conformidade com o art. 24, inciso V, c/c o art. 26, da Lei Federal Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação subsequente, comunica que estará realizando dispensa de licitação para prestação de serviços com fornecimento de materiais, compreendendo a instalação de diversos itens (portas, venezianas, divisórias, etc), conforme exigência do Ministério da Educação - FNDE, e não executados durante a gestão administrativa 2009-2012, conforme análise conclusiva de contas da obra de Construção da Creche Olívio Cesa, referente ao processo 23400.000306/2007-33, de acordo com as justificativas apontadas nos autos do processo em epígrafe.

Nesse sentido, conforme disposição legal, a escolha recaiu na empresa abaixo descrita, devidamente cadastrada no Município, tendo regular situação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica:

CONTRATADO: SIDEROPOLIS CONSTRUTORA LTDA EPP

CNPJ: 16.907.707/0001-16

DO VALOR: até R\$ 44.706,76 (quarenta e quatro mil setecentos e seis reais e setenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: até 31/12/2017.

Siderópolis, 13 de novembro de 2017.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

# Sombrio

## PREFEITURA

### AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1425411

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção de prédios e praças públicas municipais de Sombrio/SC.

Base Legal: Lei Federal 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei 8078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8666 de 21 de junho de 1993.

Os envelopes deverão ser entregues até às 08h30min do dia 27 de Novembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para às 08h45min do dia 27 de Novembro de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00min às 13h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-5225.

Sombrio-SC, 13 de Novembro de 2017.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### LEI 1141/2017

Publicação Nº 1425662

LEI MUNICIPAL nº 1.141 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Institui o Programa de Incentivo a Agricultura através do pagamento por hectare de produção de silagem aos agricultores do Município de Sul Brasil/SC e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, ÉDER IVAN MARMITT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º Fica instituído o programa de incentivo à agricultura através do pagamento de subsídio por hectare de silagem produzida nas propriedades agrícolas do Município de Sul Brasil com o objetivo de fortalecer as atividades rurais desenvolvidas para produção leiteira e criação de gado de corte, nos termos da presente lei.

§ 1º O programa de que trata o caput deste artigo consiste no pagamento de subsídio por hectare de silagem produzida nas propriedades agrícolas, que ocorrerá diretamente ao produtor rural, alcançando o subsídio o valor de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) por hectare.

§ 2º O subsídio será concedido anualmente por proprietário rural, sendo que serão subsidiados no máximo até 16 (dezesesseis) hectares por criador de gado de leite e até 16 (dezesesseis) hectares por criador de gado de corte, mediante a realização de medição da área colhida e laudo técnico elaborado por servidor público municipal designado mediante Decreto.

§ 3º O valor de que trata o caput deste artigo será depositado em conta bancária do requerente e/ou em caso de não possuir conta, cheque da Administração mediante prévio laudo técnico elaborado in loco por técnico agrícola ou engenheiro agrônomo, do município a fim de atestar a real quantidade a ser paga por beneficiário do programa.

§ 4º Para os efeitos desta lei, considera-se agricultor do município de Sul Brasil, toda pessoa física ou jurídica que revestir a condição de proprietário, arrendatário, agregado, meeiro, parceiro e possessor de terras agrícolas localizadas no território do município e que esteja em plena exploração da atividade produtiva e com bloco de notas de produtor rural em dia e com as devidas emissão e baixas.

§ 5º Poderá o agricultor beneficiado do programa adquirir silagem de terceiro, desde que a produção esteja no município de Sul Brasil e não seja superior aos critérios do parágrafo §2º deste artigo e art. 5º desta Lei, mediante requerimento do Anexo único, e comprovação de aquisição em Notas de Produtor.

Art. 2º Para obter o benefício de que trata a presente lei, o agricultor deverá:

I - apresentar requerimento conforme Anexo Único junto a Secretaria Municipal de Agricultura, protocolando-o em data anterior ao início do serviço;

II - comprovar sua situação de agricultor no município de Sul Brasil, através do bloco de Produtor Rural ou comprovante de propriedade do imóvel rural.

III - apresentar notas fiscais de venda de leite ou de gado em nome do requerente.

IV - apresentar negativa de débito junto à tesouraria municipal;

V - apresentar notas de vendas de produtos agrícolas expedidas no exercício anterior e no corrente, até a data de requerimento, compatíveis com a sua produção ou Declaração de empresa demonstrando a iniciação na produção e venda de leite;

§ 1º Após o recebimento do requerimento do interessado a Secretaria Municipal de Agricultura instruirá o processo, deferindo ou não o pedido.

§ 2º O pedido somente será deferido após a verificação, junto ao órgão municipal responsável, da existência de dotação orçamentária para atender ao benefício.

Art. 3º Para viabilização e consecução deste programa o Município efetuará o pagamento do subsídio por hectare de produção de silagem, sendo de responsabilidade do produtor rural a execução dos trabalhos no que se refere aos equipamentos, mão de obra própria ou contratada e demais serviços necessários.

Parágrafo primeiro. O município deixará a disposição do programa os carretões basculantes, ficando os agricultores beneficiados responsáveis pela manutenção e guarda no período de silagem, assinando termo de responsabilidade.

Parágrafo segundo. Ficará ainda, a disposição do programa uma retro escavadeira ou carregadeira e um caminhão caçamba para executar

os serviços no período da silagem, onde será cobrado o valor da hora máquina estabelecido na Tabela de preços do Município.

Art. 4º O proprietário de área rural que for beneficiado com o subsídio na qualidade de produtor de leite não poderá ser beneficiado novamente na condição de criador de gado de corte ou vice-versa.

Art. 5º Os proprietários beneficiários do programa que possuírem filhos maiores solteiros ou casados residindo com os pais, ou dois irmãos que residem na mesma propriedade que possuírem área superior a 16 hectares, poderão uma única vez ser beneficiados por um acréscimo de até 05 (cinco) hectares, nos termos do art. 1º § 2º desta Lei.

Art. 6º O pagamento do subsídio ocorrerá no prazo de 15 dias úteis após a medição da área pela Secretária Municipal de Agricultura, sendo as despesas decorrentes da execução da presente correrão por conta do orçamento municipal.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM Lei 1027/2015, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Sul Brasil.

Sul Brasil, aos 09 de novembro de 2017.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Publicada e registrada na data supra

VALDECIR TOSETTO – Diretor de Administração

ANEXO ÚNICO

#### REQUERIMENTO

Nome do requerente: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Endereço da propriedade rural: \_\_\_\_\_

Matricula do imóvel: \_\_\_\_\_

Área de produção de silagem/hectare: \_\_\_\_\_

Média de produção leiteira mensal: \_\_\_\_\_

Produção leiteira no ano: \_\_\_\_\_

Criação de Gado de Corte: \_\_\_\_\_

Venda de gado no ano: \_\_\_\_\_

Conta Bancária em nome do requerente

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Conta Corrente: \_\_\_\_\_

Sul Brasil /SC \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ 20 \_\_\_\_

Ass. Requerente



# Tangará

## PREFEITURA

### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017

Publicação Nº 1426648

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº006/2017

Aos treze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 006/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRA SHOW E CAPACITAÇÃO PARA O CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PAIF- PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) A.S INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA ME, não representada neste ato por Sérgio Luis Simon;
- 2) CRISTIANE MARCHESINI TEIXEIRA, representada neste ato por Cristiane Marchesini Teixeira;
- 3) ALB CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA - ME, representada neste ato por João Airton de Andrade;
- 4) FELIPE ONISTO, representada neste ato por Felipe Onisto;
- 5) TAMANHO E TAMANHO CONSULTORIA E INSTRUTORIA LTDA, representada neste ato por José Vitor de Sá;
- 6) TANIA MARA MINETTO ME, representada neste ato por Jose Alberto Sékula.

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor do item 1 a empresa A.S INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA ME com o valor total de R\$ 1.350,00 (hum mil trezentos e cinquenta reais) e vencedor do item 2 a empresa FELIPE ONISTO com o valor total de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais). Após abertos os envelopes das documentações dos vencedores, contatou-se que a empresa vencedora do item 1 não estava de acordo com a exigência do item 5.3.2.2 do edital, sendo desclassificado, passando para o segundo colocado que também não atendia as exigências do item 5.3.2.2 do edital sendo desclassificado do item 1 e 2, passando para o terceiro colocado do item 1 que foi a empresa TANIA MARA MINETTO ME e como segundo colocado do item 2, onde a documentação não estava de acordo com as exigências do item 5.3.2.2 do edital, passado para o quarto colocado do item 1 a empresa TAMANHO E TAMANHO CONSULTORIA E INSTRUTORIA LTDA que em negociação para diminuir o valor não obteve sucesso dado o item como fracassado. Já para o item 2, passado para o terceiro colocado que foi a empresa TAMANHO E TAMANHO CONSULTORIA E INSTRUTORIA LTDA onde foi aberta a documentação e também não atendia as exigências do item 5.3.2.2, dado o item como fracassado, passando para vistas e rubricas dos presentes. Tornando-se o certame fracassado para os dois itens. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 13/11/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 13 de Novembro de 2017.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

A.S INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA ME

CRISTIANE MARCHESINI TEIXEIRA

ALB CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA - ME

FELIPE ONISTO

TAMANHO E TAMANHO CONSULTORIA E INSTRUTORIA LTDA

TANIA MARA MINETTO ME

**PR 103/2017**

Publicação Nº 1425519

MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2017

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 103/2017, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPRESSÃO DE MATERIAL GRÁFICO "CAR-TILHAS", QUE SERÃO UTILIZADOS PARA A DIVULGAÇÃO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 27/11/2017, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 13 de Novembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 115/2017

Publicação Nº 1425475

DECRETO Nº. 115/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº 849, de 24 de Outubro de 2016 – Lei Orçamentária Anual..

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) através da suplementação de dotação orçamentária constante no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.066 – Manutenção da secretaria de Saúde

MODALIDADE: 3.3.90.0002 – Aplicações Diretas (8) R\$ 20.000,00

FONTE DE RECURSO: 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo de 17%

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados parte dos recursos do Provável Excesso de Arrecadação a serem apurados na fonte de recurso 0002 – Recursos de Impostos p/ ASPS – Mínimo de 17% no valor de R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### DECRETO 116/2017

Publicação Nº 1425477

DECRETO Nº. 116/2017, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso I, da Lei Municipal nº 849, de 24 de Outubro de 2016 – Lei Orçamentária Anual..

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) através da suplementação de dotação orçamentária constante no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 – DEPTO EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.306.1005.2.039 – Alimentação Escolar Ensino Fundamental

MODALIDADE: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (28) R\$ 8.000,00

FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

PROJ./ATIV.: 12.306.1005.2.143 – Alimentação Escolar Infantil Creche

MODALIDADE: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (30) R\$ 5.000,00

FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

PROJ./ATIV.: 12.306.1005.2.145 – Alimentação Escolar Infantil Pre escola

MODALIDADE: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (32) R\$ 5.000,00

FONTE DE RECURSO: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 18.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados parte dos recursos do Provável Excesso de Arrecadação a serem apurados na fonte de recurso 0000 – Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 18.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO 030-2017

Publicação Nº 1426800

EXTRATO DE CONTRATO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS  
Processo Licitatório nº. 051/2017

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 030/2017 com a Empresa JOSÉ FRANCISCO DA SILVA MORAIS ME – CNPJ: 26.175.387/0001-00, no valor de R\$33.988,41 para execução do projeto de Calçada em Paver nas Ruas Alvino Ernesto Kluge e Valdemar Stieler, sob o regime de menor preço por empreitada global.

TIGRINHOS/SC, em 14 de Novembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

## EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 004-2017

Publicação Nº 1425443

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS  
Processo Licitatório nº. 041/2016

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para reajuste de 3,8% e 4,7% no valor pago pelos combustíveis (Gasolina Comum e Óleo Diesel B S10) objetos do contrato nº. 004/2017, conforme comprovado por notas fiscais de aquisição de combustíveis por parte do contratado.

TIGRINHOS/SC, em 13 de Novembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

## PORTARIA 208/2017

Publicação Nº 1425646

PORTARIA Nº. 208/2017. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Sra. DEYSE KÁTIA FERREIRA PASQUALOTTO, Arquiteta, cadastrada sob a matrícula nº 418/01, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 10 de Novembro de 2017 a 24 de Novembro de 2017, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 10 de Novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de novembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

# Tijucas

## PREFEITURA

### ATA CMDCA

Publicação Nº 1425414

ATA DE REUNIÃO DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA - DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - Em 10 (dez) de novembro de dois mil e dezessete, com início às 11h:00min (onze horas), na sede da Secretaria de Ação Social, situada à Rua José Joaquim Santana, nº 36, Universitário, Tijucas/SC, CEP: 88.200-000, presenciaram a Reunião do CMDCA, presentes os Senhores Conselheiros: 1 – SABRINA CALIL DA SILVA, 2 – JOÃO SÉRGIO VASCO NETO (SUPLENTE DA CONSELHEIRA CLÁUDIA RAITZ BUCHELE), 3 – LEILA DOS ANJOS COSTA (SUPLENTE DA CONSELHEIRA PAULA REGINA DA SILVA ROSA), 4 – SANDRA REIS, 5 – ELIZETE DE SOUZA E SILVA GONZAGA, 6 – LUCIANE IZABELA MARCELINO, 7 – TANNAY VAZ JUNIOR. Ausentes os Conselheiros: NATIELE PALMA, CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, PAULA REGINA DA SILVA ROSA, ADALTO GOMES, SANDRA REGINA PEREIRA, BERNADINO INDALÍCIO DA SILVA E EDUARDO SANTANA DOS SANTOS. Demais presentes: Israel Miliorini Gomes Régis, Fabíula Silveira Melo e Roseli Steil. I – PUBLICAÇÃO/PUBLICIZAÇÃO: Houve convocação por meio de ofício entregue aos Conselheiros. O Edital de Convocação e Convite Público foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM em 08/11/2017, conforme documento anexo. II - VERIFICAÇÃO DO QUORUM: contando com o quórum necessário foi iniciada a presente sessão. III – ATA DA SESSÃO ANTERIOR: sem leitura de ata anterior, eis que se trata da Assembleia-Geral inaugural da nova Diretoria do CMDCA de Tijucas/SC, de acordo com o Decreto 1272/2017. IV – LEITURA DO EXPEDIENTE: consta dos ofícios encaminhados e da publicação no DOM, lido em reunião. V – PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS: publicado em oito de novembro de dois mil e dezessete, conforme extrato de publicação anexo. VI – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO: Aberta a inscrição dos Conselheiros para eleição de Membro-Presidente, inscreveu-se o Conselheiro JOÃO SÉRGIO VASCO NETO. Colocado em votação o nome do Conselheiro inscrito, eleito por unanimidade. VII – CHAMADA DE PROJETOS DO FIA 2018: Ficou definido que será deliberado na próxima reunião. VIII – ELEIÇÃO DE SUPLENTE PARA O CONSELHO TUTELAR: Os Conselheiros Tutelares presentes em acordo com o CMDCA definiram que não há tempo hábil para realização de eleição para de suplentes esse ano. IX - APROVAÇÃO DE INSCRITOS NO CMDCA: aprovados os inscritos e indicado os Senhores Tannay Vaz Junior, Elizabete de Souza Steil, Sara Cardozo de Araújo Nava e Elizete de Souza e Silva Gonzaga para comissão e aprovação de registro de novos projetos. Secretariou os trabalhos da Primeira Assembleia-Geral do Conselho de Contribuintes do Município de Tijucas, o Sr. João Sérgio Vasco Neto. Eu, João Sérgio Vasco Neto lavro a presente ata, que lida e achada conforme, assinam os demais presentes. Registre-se. Intimem-se os interessados. Publique-se no Mural e no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

### ATA DE POSSE PRESIDENTE CMDCA

Publicação Nº 1425415

ATA DE POSSE DO PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - Em 10 (dez) de novembro de dois mil e dezessete, com início às 11h:00min (onze horas), na sede da Secretaria de Ação Social, situada à Rua José Joaquim Santana, nº 36, Universitário, Tijucas/SC, CEP: 88.200-000, presenciaram a Reunião do CMDCA 1 – SABRINA CALIL DA SILVA, 2 – JOÃO SÉRGIO VASCO NETO (SUPLENTE DA CONSELHEIRA CLÁUDIA RAITZ BUCHELE), 3 – LEILA DOS ANJOS COSTA (SUPLENTE DA CONSELHEIRA PAULA REGINA DA SILVA ROSA), 4 – SANDRA REIS, 5 – ELIZETE DE SOUZA E SILVA GONZAGA, 6 – LUCIANE IZABELA MARCELINO, 7 – TANNAY VAZ JUNIOR. Ausentes os Conselheiros: NATIELE PALMA, CLÁUDIA RAITZ BUCHELE, PAULA REGINA DA SILVA ROSA, ADALTO GOMES, SANDRA REGINA PEREIRA, BERNADINO INDALÍCIO DA SILVA E EDUARDO SANTANA DOS SANTOS.

Realizada a eleição do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Tijucas/SC, com mandado previsto de 02 anos. Procedeu-se da seguinte forma: sugerido o nome do Sr. João Sérgio Vasco Neto para Presidente. Ato contínuo se deu a votação do nome indicado e eleito por unanimidade. Após votação, foi realizada a posse do Presidente do Conselho de Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Assinam a ata de posse os Conselheiros Titulares e Suplentes presentes. Registre-se. Intimem-se os interessados. Publique-se no Mural e no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

### AVISO DE DESERTO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/PMT/2017 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 109/PMT/2017

Publicação Nº 1425452

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE DESERTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/PMT/2017  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 109/PMT/2017

Objeto: Aquisição de materiais para serviço de drenagem pluvial na Rua Rudi Bayer (trecho Adhemar Carvalho até Hotel Cansian), da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Data de Abertura: 10 de novembro de 2017, às 08h00.

Ponderaram que:

a) Aberto o presente processo licitatório de Processo Licitatório nº 145/PMT/2017 do Pregão Presencial n. 109/PMT/17, denota-se que não acudiram interessados na licitação;



b) Que observou-se as formalidades legais, revestida de ampla Publicidade, sendo que no momento da sessão o edital encontra-se no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br), conforme acostado nos autos;  
Observando a uniformidade procedimental e o Bem Comum; considerando os Princípios Legais; DECIDE, a Pregoeira e a Equipe de Apoio ad cautelam, JULGAR DESERTO o presente processo licitatório. Publique-se  
Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).  
ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

## CONVOCAÇÃO REUNIÃO CDURMA

Publicação Nº 1425711

### CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente de Tijucas - CDURMA, em sintonia com a Lei e o Artigo 11, I c/c Artigo 18, ambos do Regimento Interno, convoca os Membros do Conselho para REUNIÃO ORDINÁRIA a ser realizada no dia 16 de novembro (quinta-feira) de 2017, as 19h30m, em segunda convocação, nas dependências da Sede da OAB Vale do Rio Tijucas, em Tijucas, a Rua Florianópolis, 70, Centro, com a seguinte ORDEM DO DIA:

01. Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Anterior;

02. Apresentação do RELATÓRIO FINAL DO COMITÊ DE ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DE TIJUCAS, do Executivo Municipal e suas propostas de alteração;

03. Outros assuntos de interesse, desde que relacionados com os objetivos do Conselho de Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente do Município de Tijucas;

Tijucas, 13 de novembro de 2017.  
NELSON ZUNINO DUARTE  
Presidente

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/PMT/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/PMT/2017

Publicação Nº 1425719

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 154/PMT/2017

Dispensa de Licitação nº 034/PMT/17

Objeto: Aquisição de capa e contracapa dos carnês do IPTU para o ano de 2018, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do município de Tijucas/SC.

Contratado: FLORIGRAF SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME.

Valor: R\$. 1.659,20 (Um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos).

Amparo Legal: Art. 24, inciso II e Art. 23, inciso I e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 319/2017/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/PMT/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/PMT/2017**

Publicação Nº 1425729

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 155/PMT/2017

Dispensa de Licitação nº 035/PMT/17

Objeto: Contratação de empresa para impressão da parte interna dos carnês do IPTU, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do município de Tijucas/SC.

Contratado: POSTMIX SOLUÇÕES GRAFICA EIRELI EPP.

Valor: R\$. 6.290,00 (Seis mil, duzentos e noventa reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso II e Art. 23, inciso I e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 318/2017/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**Timbó****PREFEITURA****DECRETO Nº 4575, DE 31 DE AGOSTO DE 2017-REPUBLICADO POR EQUÍVOCO NO ARQUIVO CADASTRADO, OCORRIDO NA EDIÇÃO 2342**

Publicação Nº 1425474

DECRETO Nº 4575, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 204.890,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09/12/2016,

**DECRETA:**

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, à conta de anulação no valor total de R\$ 204.890,00 (duzentos e quatro mil, oitocentos e noventa reais), conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 70.000,00, a seguinte dotação:

**a) ANULAÇÃO**

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	70.000,00
	TOTAL	70.000,00

**b) SUPLEMENTAÇÃO**

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	70.000,00
	TOTAL	70.000,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 104.890,00, a seguinte dotação:

**a) ANULAÇÃO**

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
445000.00	TRANSF. A INST PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	104.890,00
	TOTAL	104.890,00

**b) SUPLEMENTAÇÃO**

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	104.890,00
	TOTAL	104.890,00

III – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 30.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER ENTRE ÓRGÃOS	30.000,00
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	30.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**ERRATA LEILÃO N.º 66 2017 PMT**

Publicação Nº 1425717

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE LEILÃO N.º 66/2017 PMT  
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC informa aos interessados que no Edital de Leilão Público n.º 66/2017, houve equívoco na descrição do item 32 quando citada a informação "NÚMERO DE FROTA C-54 OBRAS", devendo esta ser desconsiderada. Corrige, ainda, a descrição constante no subitem 5.3.2 e 5.3.3:

Onde se lê: "LOTE 01 à 21, 23 à 36: Secretaria de Obras, localizada na Rua Sibéria, n.º 85, Centro, Timbó/SC"; e 5.3.3 – "LOTE 22: Salão de Festas do Jardim Botânico, localizado na Rodovia Estadual SC 417", Leia-se "LOTE 01 à 12, 14 à 36: Secretaria de Obras, localizada na Rua Sibéria, n.º 85, Centro, Timbó/SC"; e "LOTE 13: Salão de Festas do Jardim Botânico, localizado na Rodovia Estadual SC 417"

Permanecem inalteradas as demais condições

TIMBÓ/SC, 13/11/2017  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da fazenda e Administração

**EXTRATO CONTRATO 141.2017 PMT**

Publicação Nº 1425718

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 141/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Norio Momoi Epp.

OBJETO: Prestação de serviços de rastreamento veicular, abrangendo monitoramento via internet, implantação de sistema de acompanhamento, localização e imobilização automática de veículos, e prestação de serviço de posicionamento por satélite (GPS), em tempo real e ininterrupto, para controle de veículos da frota da Prefeitura Municipal de Timbó, incluindo o fornecimento de equipamentos (regime de comodato), componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento, tudo de conformidade com o Edital de Pregão nº 53/2017.

VALOR: R\$ 52.690,00 (cinquenta e dois mil e seiscentos e noventa reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/11/2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária de Fazenda e Administração

### EXTRATO CONTRATO 143.2017 - PMT

Publicação Nº 1425720

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 143/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

AUTORIZADO: Alinor Krieser.

OBJETO: Fornecimento, de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar, tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 02/2017, anexos e Dispensa de Licitação n.º 67/2017.

VALOR: R\$ 3.580,20 (três mil, quinhentos e oitenta reais e vinte centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 07/11/2017.

ALFROH POSTAI  
Secretário de Educação

### EXTRATO CONTRATO 144.2017 - PMT

Publicação Nº 1425722

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 144/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

AUTORIZADO: Alinor Krieser.

OBJETO: Fornecimento, de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar, tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 02/2017, anexos e Dispensa de Licitação n.º 68/2017.

VALOR: R\$ 4.252,50 (quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 07/11/2017.

ALFROH POSTAI  
Secretário de Educação

### PORTARIA Nº 503, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1425673

PORTARIA Nº 503, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Instaura Sindicância Administrativa nº 09/2017, para apurar fatos relatados no Memorando Setor Patrimônio nº 28/2017.

A Secretária Municipal da Fazenda e Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar nº 01/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/1998,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 09/2017, para apurar fatos relatados no Memorando Setor Patrimônio nº 28/2017, de 19 de setembro do corrente, referente às multas de trânsito.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 422, de 18 de agosto de 2017, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2017; 148o ano de Fundação; 83o ano de Emancipação Política.

Maria angélica faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA Nº 504, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425675

PORTARIA Nº 504, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Instaura Sindicância Administrativa nº 10/2017, para apurar fatos relatados no Memorando Setor Patrimônio nº 29/2017.

A Secretária Municipal da Fazenda e Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar nº 01/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/1998,

**RESOLVE:**

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 10/2017, para apurar fatos relatados no Memorando Setor Patrimônio nº 29/2017, de 19 de setembro do corrente, referente às multas de trânsito.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 422, de 18 de agosto de 2017, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2017; 148o ano de Fundação; 83o ano de Emancipação Política.

Maria angélica faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### **PORTARIA Nº 505, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017**

Publicação Nº 1425678

PORTARIA Nº 505, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Instaura Sindicância Administrativa nº 11/2017, para apurar fatos relatados no Memorando Setor Patrimônio nº 30/2017.

A Secretária Municipal da Fazenda e Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar nº 01/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/1998,

**RESOLVE:**

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 11/2017, para apurar fatos relatados no Memorando Setor Patrimônio nº 30/2017, de 19 de setembro do corrente, referente às multas de trânsito.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 422, de 18 de agosto de 2017, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2017; 148o ano de Fundação; 83o ano de Emancipação Política.

Maria angélica faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração



**CÂMARA MUNICIPAL****Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 73/2017**

Publicação Nº 1426604

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei nº 73/2017 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Índia.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Adilson Mesch

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Índia

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 27 de outubro corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia 9 de novembro após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando parecer que ora segue. Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que a contribuição de melhoria, espécie de tributo, pode ser cobrada pelo Poder Executivo quando ocorre valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada por aquele. Todavia, para que a cobrança seja efetivamente realizada, se faz necessária a edição de lei específica instituindo sua cobrança no caso concreto. Assim sendo, tendo sido realizada obra pública de pavimentação nas vias supra da qual decorre valorização dos imóveis ali localizados, nada impede que o Poder Público busque os valores dispendidos na realização de tal obra, conforme lhe é facultado pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

**III - CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 73/2017.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Carlos Adriano Krüger

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 2017

Carlos Adriano Krüger

Presidente

Adilson Mesch John Adriano Schwartz

Relator Membro

**Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 74/2017**

Publicação Nº 1426606

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei nº 74/2017 – Autoriza a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente da execução da pavimentação da Rua Inglaterra.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador John Adriano Schwartz

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal autorizando a cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de pavimentação da Rua Inglaterra.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 27 de outubro corrente, tendo sido despachado a esta comissão pelo Presidente da Mesa Diretora, no dia 9 de novembro após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião, exarando parecer que ora segue. Esse é o relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição, dentro dos limites de competência desta Comissão, observa-se que a contribuição de melhoria, espécie de tributo, pode ser cobrada pelo Poder Executivo quando ocorre valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada por aquele. Todavia, para que a cobrança seja efetivamente realizada, se faz necessária a edição de lei específica instituindo sua cobrança no caso concreto. Assim sendo, tendo sido realizada obra pública de pavimentação nas vias supra da qual decorre valorização dos imóveis ali localizados, nada impede que o Poder Público busque os valores dispendidos na realização de tal obra, conforme lhe é facultado pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

Deste modo, por tudo o que foi exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo no projeto em análise é legítima e necessária.

## III - CONCLUSÃO

### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei n.º 74/2017.

Esse é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Carlos Adriano Krüger

Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 9 de novembro de 2017

Carlos Adriano Krüger

Presidente

Adilson Mesch John Adriano Schwartz

Membro Relator

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 106/2017

Publicação Nº 1425565

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 106/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis e serviços de lavagem, destinados à manutenção da frota de veículos e máquinas de propriedade do município de Treze Tílias, durante o exercício financeiro de 2018, conforme especificações do Anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 27/11/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 13/2017 FMS

Publicação Nº 1425709

ESTADO DE SANTA CATARINA □ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 13/2017 FMS – Tomada de Preços

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção da frota de veículos de propriedade do Fundo Municipal de Saúde de Treze Tílias, durante o exercício financeiro de 2018, conforme especificações do Anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 10h00 min do dia 27/11/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, na Praça Ministro Andreas Thaler nº 25, Centro, Treze Tílias, SC, CEP 89650-000. O edital pode ser obtido no site [www.trezetiliassc.gov.br](http://www.trezetiliassc.gov.br). Maiores informações no telefone (49) 35370166.

ALCIR DE RÓS  
GESTOR DO FUNDO

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 87/2017

Publicação Nº 1426790

EXTRATO DE CONTRATO 87/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: COOPERATIVA DE DECORACAO E ARTESANATO - ART KISTE

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de decoração de páscoa na Praça Ministro Andreas Thaler, no Pátio da Prefeitura e nos portais de entrada da cidade de Treze Tílias, com a utilização de material existente, inclusão de material necessário, compreendendo os serviços de restauração de peças, montagem, desmontagem, transporte adequado, de acordo com as especificações contidas no anexo VI - termo de referência do presente edital.

Pregão Presencial nº 102/2017

VALOR: O valor total ajustado para aquisição do objeto é: R\$ 44.800,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos reais)

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: 08.01.2016.33.90.00.00.00.00.0105

VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência até 31/12/2017

DATA ASSINATURA: 06/11/2017

TREZE TÍLIAS, 06/11/2017

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### ADITIVO 172/2017 PMTC

Publicação Nº 1425393

Aditivo Nº ..... : 172/2017 - Contrato Nº: 003/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: POSTO MIMO LTDA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 01/11/2017 Término: 18/01/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL NOS PADRÕES NORMAIS DE CONSUMO, ÓLEO DIESEL BS 10) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, OBRAS, AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR

Trombudo Central, 13 de Novembro de 2017

### CONTRATO 173/2017 PMTC

Publicação Nº 1425394

Contrato Nº.: 173/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: CURT SCHROEDER S/A IND. E COMERCIO

Valor ..... : 324.600,00 (trezentos e vinte e quatro mil e seiscentos reais)

Vigência ..... : Início: 09/11/2017 Término: 09/01/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, ZERO KM, TIPO VAN/MICRO-ÔNIBUS, ANO DE FABRICAÇÃO 2017 E MODELO 2018, COR BRANCA, PARA USO NA SECRETARIA DE SAÚDE, CONF. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

Trombudo Central, 13 de Novembro de 2017

### LEI 1987

Publicação Nº 1426791

LEI 1987 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER BAIXA DE BENS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder baixas de bens móveis integrantes no Patrimônio Público do Município, relacionados no anexo único desta Lei.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput deste artigo, decorre do fato de que os bens são inservíveis ao serviço público municipal.

Art. 2º - Os bens deverão atender ao relatório da Comissão de Avaliação para fins de transferência, de cessão, de alienação ou outras formas de desfazimento.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de novembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

## Secretário de Administração e Finanças

## ANEXO ÚNICO

Lei 1987 de 13 de novembro de 2017

DESCRIÇÃO DO BEM	PLACA PATRIMÔNIO
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0114
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0194
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0196
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0205
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0206
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0238
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0338
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0428
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0590
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0591
CADEIRA FIXA ESTOFADA EM COURVIN PRETO 4 PES	0030
MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM DUAL CORE	2024
MONITOR POSITIVO 15 POLEGADAS	2027
MONITOR MARCA FLATRON 17 POLEGADAS	2028
MICROCOMPUTADOR INTEL CORE 2 DUO INSIDE	2230
ESTRADO EM MADEIRA PARA COLCHOES	1157
BANCO EM MADEIRA COM ENCOSTO	1178
BANCO EM MADEIRA COM ENCOSTO	1179
CADEIRA FIXA ESTOFADA EM COURVIN PRETO	2176
CADEIRA FIXA ESTOFADA EM COURVIN PRETO	2320
CADEIRA EM FORMICA AZUL PEQUENA INFANTIL	4411
MESA PARA ESCRITORIO EM MDF BEGE 2 GAVETAS	1236
CEDEIRAS PRÉ ESCOLARES TAMANHO 03 AMARELA (GOVERNO FEDERAL)	4053
CEDEIRAS PRÉ ESCOLARES TAMANHO 03 AMARELA (GOVERNO FEDERAL)	4055
CEDEIRAS PRÉ ESCOLARES TAMANHO 03 AMARELA (GOVERNO FEDERAL)	4060
BERCO EM FORMICA BRANCA	1756
BERÇO EM MDF	1238
MESA PRÉ ESCOLAR EM MADEIRA COM BANCO ACOPLADO COLORIDO	1220
TELEVISOR TELA PLANA 29 POLEGADAS MARCA SEMP	1230
FURADEIRA SKILL	5845
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0810
BUTIJA DE NITROGENIO LIQUIDO 21 LTS MARCA AMERICAN BREEDER SERVICE	2563
MICROCOMPUTADOR INTEL CORE 2 DUO INSIDE	2230
ESTRADO EM MADEIRA PARA COLCHOES	1157
AR CONDICIONADO MARCA CONSUL 12.000 BTUS	2296
AR CONDICIONADO MARCA ELECTROLUX 7.500 BTUS	2168
MESA EM MADEIRA BRANCA	2144
MESA PARA ESCRITORIO EM MDF BRANCO FORMATO EM L 2 PORTAS	2288
DESTILADOR DE AGUA MARCA CRISTOFOLI	2267
IMPRESSORA MATRICIAL MARCA EPSOM LX-300	2329
ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO MARCA FANEM MOD 315 SE	2398
MESA EM MADEIRA BRANCA	2400
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1885
CADEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA	1859
CADEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA	1862
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1888
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1889
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1890
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1892
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1894

CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1895
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1899
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1901
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1902
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1903
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1904
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1907
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1909
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA MARROM	1911
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2056
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2057
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2059
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2060
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2061
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2062
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2068
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2070
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2071
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2072
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2073
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2079
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2083
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2084
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2090
CADEIRA PRÉ ESCOLAR EM FORMICA COLORIDA	2091
MESA PARA ESCRITORIO EM FORMICA MARROM 2 GAVETAS	2893
MESA EM FORMICA MARROM TAMPO EM PEDRA 5 LUGARES	2898
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM COURVIN MARROM COM ENCOSTO DE BRAÇO	2902
MESA PARA IMPRESSORA EM FORMICA BRANCA COM PRETO	2047
MESA PARA COMPUTADOR EM FORMICA BRANCA	2951
CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	2952
ARQUIVO EM ACO CINZA	2965
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0157
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0167
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0176
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0177
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0233
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0306
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0347
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0366
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0382
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0394
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0395
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0445
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0447
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0450
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0454
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0484
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0562
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0583
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0597
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0611
CADEIRA ESCOLAR EM MADEIRA	1030
MESA EM MADEIRA BRANCA 4 PÉS	1084
CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	1098
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1281
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1282
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1283
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1284
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1285
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1286
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1287
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1288



CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1289
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1290
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1292
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1293
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1295
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1296
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1300
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1331
CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA	1335
ARMARIO EM FORMICA MARROM 2 PORTA COM CHAVE	2452
ESTANTE EM ACO 6 PRATELEIRAS	2453
BALANÇA PEDIATRICA MECANICA MARCA FILIZOLA 16 KG	2455

Trombudo Central, 13 de novembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

# Tunápolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1932/2017

Publicação Nº 1426543

DECRETO Nº 1932/2017, de 16 de Outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO PAULATA, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1285/2016,

#### DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de Créditos Adicionais Suplementares na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 394.196,00 (Trezentos e noventa e quatro mil cento e noventa e seis reais), o qual será onerado à conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANJ E FINANÇAS
Unidade:	03.01	ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Proj./Ativ.	04.122.0002.2.009	Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração
3.1.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas □ (6) 16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas □ (7) 20.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.011	Manutenção Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas □ (42) 26.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1018		Aplicações Diretas □ (43) 85.000,00
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.013	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas □ (47) 9.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1124		Aplicações Diretas □ (50) 37.196,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL □ PRÉ ESCOLA
Proj./Ativ.	12.365.0005.2.012	Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.1018		Aplicações Diretas □ (55) 60.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.07	EDUCAÇÃO INFANTIL □ CRECHE
Proj./Ativ.	12.365.0005.2.063	Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.1018		Aplicações Diretas □ (78) 85.000,00
Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ.	08.244.0003.2.033	Manutenção Do Centro de Referencia da Assistência Social
3.1.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas □ (134) 11.000,00
Órgão:	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Unidade:	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Proj./Ativ.	17.512.0011.2.042	Manutenção do SAMAE □ Sistema de Abastecimento Municipal de Água e Esgoto
3.1.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas □ (154) 45.000,00

TOTAL ..... R\$ 394.196,00

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o excesso de arrecadação, causado nesta fonte de recursos no valor de R\$ 318.196,00 (Trezentos e dezoito mil cento e noventa e seis reais) e a anulação das dotações no valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), conforme segue:

Órgão:	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.011	Manutenção Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas □ (45)	20.000,00
Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ.	08.244.0003.2.033	Manutenção Do Centro de Referencia da Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas □ (137)	11.000,00
Órgão:	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Unidade:	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Proj./Ativ.	17.512.0011.2.042	Manutenção do SAMAE □ Sistema de Abastecimento Municipal de Água e Esgoto
3.3.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas □ (156)	45.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
16 de Outubro de 2017.  
RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico de controladoria Interna.

## DECRETO Nº 1933/2017

Publicação Nº 1426547

DECRETO Nº 1933/2017, de 16 de Outubro de 2017.

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO PAULATA, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1285/2016,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de Créditos Adicionais Suplementares na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 67.500,00 (Sessenta e sete mil e quinhentos reais), o qual será onerado à conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ.	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.1223	Aplicações Diretas □ (8)	50.000,00
Proj./Ativ.	10.302.0012.2.045	Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00.1223	Aplicações Diretas □ (33)	17.500,00

TOTAL ..... R\$ 67.500,00

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o excesso de arrecadação, causado nesta fonte de recursos no valor de R\$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais) e a anulação das dotações no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme segue:

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ.	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família
3.3.90.00.00.00.00.1223	Aplicações Diretas □ (11)	50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
16 de Outubro de 2017.  
RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico de controladoria Interna.

**PORTARIA Nº 4663/2017**

Publicação Nº 1425796

PORTARIA Nº. 4.663/2017  
Em 13 de Novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal e baseado na Lei Complementar nº. 25/2010 e atualizações, além da Legislação federal vigente, bem como o Decreto Municipal nº. 1.737/2015 que dispõe sobre a classificação final do Concurso Público nº. 001/2015; e,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, PROTASIO LUIS KUFFEL, com cargo de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, cargo este de provimento EFETIVO, Nível TSG 1 – A-4, baseado no Decreto 1.737/2015, de 07 de Dezembro de 2015, referente à homologação final da classificação do Concurso Público nº 001/2015, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeito ao Estágio Probatório.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 13 de Novembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

# Turvo

## PREFEITURA

### PORTARIA 262/2017

Publicação Nº 1426801

PORTARIA Nº 262/17, de 07 de Novembro de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO E CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 90, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a partir do dia 13 de Novembro de 2017 e prorrogar a contratação até o dia 12 de Março de 2018, a servidora ALINE ADRIANO FREDERICO MIGUEL, CPF nº 074.851.819-39, matrícula nº 3891, nomeada através do Processo Seletivo nº 004/2016-SME, exercendo a Função Pública de Professor III, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 07 de novembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 263/2017

Publicação Nº 1426803

PORTARIA Nº 263/17, de 08 de Novembro de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NOMEADA EM CARATER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando que a servidora se encontra em Auxílio Doença,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 13 de Janeiro de 2018 a contratação da servidora ELIANE GUEDES DE ANDRADE CPF nº 526.786.364-53, matrícula nº 3709, nomeada através do Processo Seletivo 002-2015-SMS, prorrogado por mais 01 (um) ano através da Portaria nº 185/16 de 01.07.2016, exercendo a função pública de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de novembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## União do Oeste

## PREFEITURA

## DECRETO N. 3582/2017

Publicação Nº 1426126

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3.582/2017, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

"O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1053/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2017 no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) oriundos do superávit do exercício anterior (2016), destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa em fontes de recursos específicas:

## ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

FUNÇÃO: 10 Saúde - SUBFUNÇÃO: 306 Alimentação e Nutrição

Projeto Atividade: 2.023 - Programa de Suplementação da Alimentação Escolar

150 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 .....	7.000,00
---	----------

Órgão: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

FUNÇÃO: 20 Agricultura - SUBFUNÇÃO: 606 Extensão Rural

Projeto Atividade: 2.043 - Manutenção das Atividades da Agricultura

153 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0000 .....	50.000,00
---	-----------

TOTAL SUPLEMENTADO .....	57.000,00
--------------------------	-----------

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2016, originados das seguintes fontes de recursos:

## ORIGEM DOS RECURSOS

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Código do Recurso	Código -Detalhamento	Descrição dos Recursos	Saldo Utilizado - Superávit (R\$)
00.03.0000	00 Sem detalhamento das destinações de recursos	Superávit - Recursos Ordinários	57.000,00



TOTAL DE RECURSOS						57.000,00
	Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.					
	Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.					
CELSO MATIELLO						
Prefeito Municipal						
Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.						

**DECRETO N. 3583/2017**

Publicação Nº 1426291

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.583, de 13 de novembro 2017.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, NADIMAR BATISTELLA, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 16/11/2017 a 30/11/2017, relativas ao período aquisitivo de 13/06/2015 à 12/06/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de novembro 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

**DECRETO N. 3584/2017**

Publicação Nº 1426412

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.584, de 13 de novembro de 2017.

Concede Licença Gestante à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto na Constituição Federal no seu art. 7º, Inciso XVIII e atestado médico em anexo,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida LICENÇA GESTANTE pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias à servidora pública Municipal DANGLEI BOARO, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a ser gozada no período de 09 de novembro de 2017 à 08 de março de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo ao dia 09 de março 2017..

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de novembro de 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

## DECRETO N. 3585/2017

Publicação N° 1426371

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.585, De 13 de novembro de 2017.

Decreta recesso nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73., Inciso IV da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando as festividades alusivas ao Natal e ao Final de Ano;

Considerando as festividades alusivas ao 30º Aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de União do Oeste a realizar-se no dia 07 de janeiro de 2018, que demandará empreendimento de esforços por parte de todos os servidores municipais;

DECRETA:

Art.1º Fica decretado “recesso” nas repartições públicas municipais, no período de 26 à 29 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não haverá recesso no período mencionado na Secretaria Municipal de Saúde, em razão da tipicidade dos serviços executados.

Parágrafo único. No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, será implementada escala de revezamento aos servidores, a serem implementadas no período de 18 à 29 de dezembro de 2017, conforme escala a ser realizada pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de novembro de 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

## CÂMARA MUNICIPAL

## PORTARIA N. 10/2017

Publicação N° 1425449

PORTARIA N°. 10 de 13 de novembro 2017.

“ATRIBUI FUNÇÕES AO CARGO DO ASSESSOR PARLAMENTAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. Regimento 36 inciso XXIX dessa Casa de Leis.

RESOLVE:

Art. 1º. – Fica atribuída as funções de DIRETOR ao Sr. CLAUDIO BALEN, ocupante do cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, Cargo em Comissão, previsto no anexo III da Lei Complementar 079 de 02 de julho de 2013, a partir de 13 de novembro de 2017.

Art. 2º. – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

União do Oeste, 13 de novembro de 2017.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

Presidente

Registrada e Publicada em data supra.

# Urubici

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2153/2017

Publicação Nº 1426670

DECRETO Nº 2153/2017

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 1911/2016, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2074 – MANUTENÇÃO VEÍCULOS DA SAÚDE

3390.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0120, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0120 ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 13 de Novembro de 2017.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

### EDITAL 081/2017

Publicação Nº 1425714

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2017

Representante Legal, Prefeito Municipal Antônio Zilli, torna público o Edital de Tomada de Preços, destinado à contratação de empresa especializada para implantação do sistema de iluminação pública ornamental na Avenida Antônio Francisco Ghizoni, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital. Os interessados deverão apresentar envelopes distintos para proposta e documentos, fechados e lacrados na Prefeitura Municipal de Urubici, até o dia 01/12/2017 às 13h00min. A abertura dos envelopes contendo as propostas e a sessão pública do Pregão será dia 01/12/2017 às 13h00min. Maiores informações sobre o presente edital, bem como copia do mesmo, podem ser obtidas através do e-mail [licitação@urubici.sc.gov.br](mailto:licitação@urubici.sc.gov.br), site [www.urubici.sc.gov.br](http://www.urubici.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

**PORTARIA N° 644/2017**

Publicação N° 1426673

## PORTARIA N° 644/2017

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Senhora Andreza Anhaia Xavier, do Cargo de Monitora da Casa Lar, nomeada através da Portaria nº 548/2017, de 04/09/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 13 de Novembro de 2017.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 645/2017**

Publicação N° 1426675

## PORTARIA N° 645/2017

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Processo Seletivo Simplificado Emergencial,

## RESOLVE:

Art. 1º - Admitir a Senhora Andreza Anhaia Xavier, para exercer o Cargo de Agente Comunitário de Saúde, na micro área 02 e 03, no período de 13/11/2017 à 28/02/2018, com carga horária de 40 horas semanais, em substituição a Servidora Efetiva Juraci Kayser que encontra-se em Licença Médica, com vencimentos conforme a Lei Complementar nº 032/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 13 de Novembro de 2017.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

# Urussanga

## PREFEITURA

### PRORROGAÇÃO EDITAL PL 16 2017 FMS PR 03 2017

Publicação Nº 1426524

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
Comissão de Licitação

#### AVISO DE PRORROGAÇÃO DA DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES REF PL 16/2017/FMS TP 03/2017

Objeto: material e serviços para construção de muro na UBS localizada no bairro de Barro Preto, neste município. Utilização de saldo e rendimentos da Proposta 10.502.372/0001-13003/MS. Nova data de entrega dos envelopes: até às 09h do dia 23/11/2017. Nova data de abertura dos envelopes: as 09h do dia 23/11/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Centro - Setor de Licitações. O edital com a referida alteração poderá ser acessado no site desta municipalidade, na página principal, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188  
Izolete Duarte Vieira Gastaldon.Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATO Nº 41, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1426694

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Marcos Roberto Silveira, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o art. 98, §4º, do Regimento Interno; c/c art. 2º, da Resolução nº 3, de 3 de outubro de 2017, tal como as indicações das Lideranças dos Partidos Políticos com representação na Casa Legislativa, promulga o seguinte:

ATO Nº 41, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL INSTITUÍDA EM PROL DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE URUSSANGA.

Art. 1º Fica assim constituída a Comissão Especial instituída pela Resolução nº 3, de 3 de outubro de 2017, em prol do Hospital Nossa Senhora da Conceição de Urussanga:

Vereador Odivaldo Bonetti/PP – Presidente;  
Vereador Marcos Roberto Silveira/PT – Vice-Presidente;  
Vereador Jair Nandi/PSD – Secretário;  
Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB – Suplente.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 13 de novembro de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira  
Presidente

Vereador Gilson Casagrande  
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos  
Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom  
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site [www.camaraurussanga.sc.gov.br](http://www.camaraurussanga.sc.gov.br), em 13 de novembro de 2017.

Vereador Elson Roberto Ramos  
Primeiro Secretário

# Vargeão

## PREFEITURA

### EDITAL N° 001/2017 DE PROCESSO SELETIVO

Publicação N° 1425706



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEÃO**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

### EDITAL N° 001/2017 DE PROCESSO SELETIVO

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo, destinado a provimento de vagas em caráter temporário do quadro de servidores do Município de Vargeão, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor **Volmir Felipe**, Prefeito Municipal de Vargeão/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO a realização de Processo Seletivo sob regime estatutário – Leis Complementares Municipais nº 006/2003, 065/2014, 012/2005 e 010/2005, e suas alterações, para provimento de vagas em caráter temporário do quadro geral dos servidores do Município, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

#### 1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Rua Coronel Feddersen, 1065, sala 201, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: [concursos@iobv.org.br](mailto:concursos@iobv.org.br).
- 1.2. A fiscalização e supervisão do Processo Seletivo está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada pelo Decreto nº 099/2017.
- 1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	DATA PREVISTA
<b>Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:</b>	14/11 a 28/11/17
Período para solicitar e enviar documentos para isenção da taxa de inscrição	Até 16/11/17
Divulga decisão dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	24/11/17
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	<b>29/11/17</b>
Requerimento de Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	28/11/17
Homologação das Inscrições, divulgação das inscrições indeferidas de todos os candidatos	01/12/17
Recursos contra indeferimento das inscrições	04 e 05/12/17
Divulgação definitiva dos inscritos (caso haja alteração)	06/12/17
Divulga local de Prova	07/12/17
<b>PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS</b>	<b>10/12/17</b>
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde ( <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> ).	11/12/17
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar	12 e 13/12/17
Gabarito Definitivo e julgamento dos recursos da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde ( <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> ).	19/12/17
<b>Divulga Classificação Preliminar</b>	19/12/17
Recursos contra a classificação preliminar	20 e 21/12/17
<b>Classificação Final</b>	22/12/17
Homologação do resultado final	Após 22/12/17

- 1.4. As publicações serão realizadas após às 17 horas da data prevista, cabendo ao candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações.
- 1.5. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, inclusive na data de realização das provas, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, **sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.**





Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEÃO**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

- 1.6. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações para provas e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site oficial do Processo Seletivo na Internet: **www.iobv.org.br**.
- 1.7. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Vargeão na Internet: <http://www.vargeao.sc.gov.br/>, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM: <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação regional.
- 1.8. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações, comunicados, mensagens eletrônicas (e-mails) e demais documentos divulgados e/ou enviados referentes ao presente Processo Seletivo.
- 1.9. O prazo de validade do Processo Seletivo é de 2 (dois) anos, contado da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.
- 1.10. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo, o aprovado excedente tem prioridade sobre os novos seletivos, no preenchimento dos cargos na mesma carreira.
- 1.11. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.
- 1.12. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.13.
- 1.13. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

**IOBV – PROCESSO SELETIVO DE VARGEÃO**  
**Rua Coronel Feddersen, número 1065, sala 201 – Centro**  
**89.190-000 – Taió - SC**

- 1.14. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

## **2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS**

- 2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Processo Seletivo:
- a) Estar devidamente aprovado no Processo Seletivo e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital;
  - b) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
  - c) O gozo dos direitos políticos;
  - d) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
  - e) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
  - f) A idade mínima de dezoito anos;
  - g) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial;
  - h) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEÃO**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

- i) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
  - j) Os candidatos com deficiência devem verificar as disposições do Capítulo próprio neste Edital;
  - k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.
- 2.2. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público será exigida unicamente quando da posse no cargo público. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.
- 2.3. A aprovação e classificação no presente Processo Seletivo não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do Município de Vargeão e disponibilidades orçamentárias.
- 3. DOS CARGOS, VAGAS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.**
- 3.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas legais existentes, conforme cargos/especialidade, carga horária semanal, número de vagas, remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Processo Seletivo, que **encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.**
- 3.2. **A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e anexo II legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da contratação após a convocação.**
- 4. DAS INSCRIÇÕES**
- 4.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pelo cargo a que deseja concorrer. **Uma vez efetuada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.**
- 4.2. A inscrição no Processo Seletivo implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.
- 4.3. A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.
- 4.4. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.
- 4.5. A inscrição poderá somente ser efetuada via Internet, no endereço eletrônico **www.iobv.org.br**, no período estabelecido no cronograma de atividades item 1.3 deste edital.
- 4.6. **Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), a Prefeitura Municipal de Vargeão, disponibilizará local para a realização da inscrição no seguinte endereço: localizada junto ao CRAS, no Centro Educacional Meteoro, sito à Rua 7 de Setembro, 477, Centro, Vargeão, SC, com atendimento das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, nas datas conforme cronograma.**
- 4.7. O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.
- 4.8. **Os candidatos deverão inscrever-se somente em um cargo, tendo em vista a possibilidade de realização das provas para todos os cargos na mesma data e horário.**
- 4.9. O candidato que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, **sendo entendida como efetivada a inscrição paga. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será considerada a última inscrição efetuada no sistema de inscrição do IOBV.**



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEÃO**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

- 4.10. Para efetivar a sua inscrição pela internet é imprescindível o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), sendo que o candidato deverá seguir os seguintes passos:
- Acessar o endereço eletrônico **[www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br)**, na página inicial clique em “Seletivos e Seletivos”, em seguida em “inscrições abertas”, selecionar o município de Vargeão Edital 001/2017 e clicar em “realizar inscrições”, digite seu CPF e informe os dados solicitados.
  - Baixar e **Ler atentamente o edital completo**, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.
  - Cadastrar-se no portal **[www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br)**, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)
  - Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
  - Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, preferencialmente nas **agências do Banco do Brasil**, diretamente no caixa, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
  - Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.
- 4.11. O IOBV e a Prefeitura de Vargeão eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade, congestionamento de linhas ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.
- 4.12. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizado no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: **[concursos@iobv.org.br](mailto:concursos@iobv.org.br)**. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Vargeão.
- 4.13. **O valor da taxa de inscrição é de:**
- Para cargos com exigência de curso superior: **R\$ 100,00** (cem reais);
  - Para cargos com exigência de ensino médio: **R\$ 30,00** (trinta reais);
- 4.14. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico **[www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br)**, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo. Não serão considerados pagamentos fora do prazo estabelecido no cronograma deste edital.
- 4.15. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, devido vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001.
- 4.16. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.
- 4.17. Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio, ou ainda, boletos pagos com valores à menor ou à maior do real valor das taxas de inscrição constantes no item 4.13 conforme escolaridade.
- 4.18. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.
- 4.19. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

- 4.20. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.
- 4.21. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.
- 4.22. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do Processo Seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.
- 4.23. É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.
- 4.24. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.
- 4.25. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.
- 4.26. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.
- 4.27. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 4.28. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.
- 4.29. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e [www.vargem.sc.gov.br](http://www.vargem.sc.gov.br).
- 4.30. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

#### 5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- 5.1. São isentos da taxa de inscrição no Processo Seletivo:
- 5.2. Os candidatos doadores de Sangue (Lei Estadual nº 10.567/1997.)
- 5.3. Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico e forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).
- 5.4. Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico: **deverão no momento da inscrição on-line, solicitar a isenção (CADÚnico) e preencher o nº do NIS.**
- 5.5. Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue (Lei Estadual 10.567/1997):
- 5.6. Requerimento de isenção da taxa de inscrição (**Anexo V**);
- 5.7. Documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEÃO**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

(três) vezes anuais. A comprovação deverá ser efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual 10.567/1997.

- 5.8. Só serão examinados os pedidos de isenção enviados via postal que forem entregues ao IOBV até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega da correspondência.
- 5.9. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, o IOBV consultará o MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei.
- 5.10. O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido terá sua inscrição validada, não devendo pagar o boleto da taxa de inscrição.
- 5.11. Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato pagamento da inscrição até o último dia de inscrições.
- 5.12. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição
- 5.13. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.
- 5.14. Os despachos aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicados na data constante do cronograma deste edital.

#### **6. DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

- 6.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Processo Seletivo, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 5 % (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, Inciso VIII da Constituição Federal.
- 6.2. Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais estão listados no Anexo I deste edital;
- 6.3. Os cargos não contemplados com vaga reservada para portadores de necessidades especiais, em função do número de vagas, o primeiro candidato classificado no Seletivo na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta para cada cargo. O segundo classificado no Seletivo na lista especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta para o cargo, e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do Seletivo.
- 6.4. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.
- 6.5. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.
- 6.6. Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º da Lei nº 12.870/2004 e no art.1º do Decreto Federal n. 2.874/2009 e suas alterações.
- 6.7. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.
- 6.8. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá, obrigatoriamente:
  - a) No ato da inscrição declarar-se com deficiência;



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

- b) Encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF), bem como original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), emitido nos últimos 12 meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.
- c) Enviar requerimento solicitando a vaga para deficiente e descrevendo detalhadamente o tipo de atendimento especial que necessita no dia da prova ANEXO V.
- d) Cópia do comprovante de inscrição.

6.8.1. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF é de responsabilidade exclusiva do candidato. O IOBV não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

6.8.2. A documentação enviada terá validade somente para esse edital de Processo Seletivo, para outros editais do município deverá ser enviada novamente a documentação e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias desta documentação.

6.9. Os documentos devem ser protocolados ou enviados no seguinte endereço:

**INSTITUTO O BARRIGA VERDE**

**VAGA PARA DEFICIENTE PROCESSO SELETIVO VARGEM – SC**

**Rua Coronel Feddersen, 1065, sala 201 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC**

- 6.10. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal.
- 6.11. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição online.
- 6.12. Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências disposta no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.
- 6.13. O candidato com deficiência que necessitar de **condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.)**, para a realização das provas deverá protocolar ou enviar via sedex/ar, requerimento (anexo V) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços já informado, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.
- 6.14. As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.
- 6.15. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, no horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.
- 6.16. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.
- 6.17. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deferência que forem aprovados serão convocados por edital próprio, através do site da prefeitura municipal de Vargem, para avaliação





Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

- 6.18. Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:
- a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.
  - b) Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja contatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.
  - c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

## 7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 7.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e o ato de homologação será publicado no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), na data constante do cronograma deste edital.
- 7.2. A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento, serão divulgadas no endereço do Processo Seletivo na internet [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).
- 7.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.
- 7.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações, até a data da prova.
- 7.5. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas DEFINITIVAMENTE pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.
- 7.6. Se mantida a não homologação ou não processamento, o candidato será eliminado do Seletivo.

## 8. OUTROS REQUERIMENTOS

### 8.1. Candidata lactante

8.1.1. A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

- a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;
- b) Enviar ou apresentar no local das provas o requerimento Anexo V, deste edital, informando nome do acompanhante, bem como cópia da certidão de nascimento do filho.
- c) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

8.1.2. O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

8.1.3. O IOBV não disponibilizará acompanhante para guarda da criança.

### 8.2. Benefícios da Lei 11.689/2008

8.2.1. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço do IOBV (item 1.13), até o último dia de inscrições, cópia autenticada da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, os termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

8.2.2. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal da correspondência.

8.2.3. Enviar documentos para:

**INSTITUTO O BARRIGA VERDE**  
**AMAMENTAÇÃO/ Benefício Lei 11.689 PROCESSO SELETIVO VARGEM – SC**  
**Rua Coronel Feddersen, 1065, sala 201 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC**

8.2.4. A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgado no endereço [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), conforme data prevista no cronograma.

8.2.5. A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

## 9. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

9.1. O Processo Seletivo será composto de uma etapa, conforme segue:

9.2. **Para todos os cargos**, o Seletivo terá uma única etapa que consiste de **PROVA ESCRITA OBJETIVA**, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos

9.3. Serão considerados aprovados em PRIMEIRA ETAPA e/ou HABILITADOS à etapa seguinte os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a **4,00 (quatro)** na nota final da prova objetiva, já considerados os critérios de desempate.

## 10. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

10.1. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, dos quais uma única será correta.

10.2. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais e terá a duração de até 3 (três) horas.

10.3. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme segue:

### Cargos com Escolaridade: Ensino Médio e Ensino Superior Completo (2 horas de prova)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,25	2,50
	Gerais e atualidades	5		
Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,50	7,50
	Conhecimentos técnicos profissionais	10		
Total		25		10,00

10.4. Os pontos das disciplinas correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada uma de suas questões. A nota da prova objetiva será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina.

10.5. Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

- 10.6. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.
- 10.7. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Processo Seletivo envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.
- 10.8. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta **preta preferencialmente**, ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.
- 10.9. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão- respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão-respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e nas instruções do caderno de provas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-respostas por motivo de erro do candidato.
- 10.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.
- 10.11. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico desta.
- 10.12. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento.
- 10.13. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal do IOBV devidamente treinado.
- 10.14. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões.
- 10.15. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:
- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
  - b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
  - c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
  - d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
  - e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.
- 10.16. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.
- 10.17. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

**11. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS ESCRITAS**

11.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data provável, constante do cronograma deste edital na cidade de Vargem-SC, em locais e horários que serão divulgados **conforme cronograma**, no endereço eletrônico do Processo Seletivo: [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

11.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Evento	Horários
	<b>MATUTINO</b>
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	8h15min
<b>Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.</b>	<b>8h50min</b>
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequência início das provas.	8h52min
Início da resolução da prova.	9h00min
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	9h30min
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta.	11h00min

11.3. O Município reserva-se o direito de indicar nova data, horários ou novos locais adequados para a realização das provas, mediante publicação com antecedência mínima de 3 (três) dias da realização das provas.

11.4. O IOBV poderá enviar mensagem complementar com a informação de local e horário de provas, por meio de endereço eletrônico (e-mail), indicado pelo candidato na ficha de inscrição, para isso deve o mesmo manter atualizado seu email, o que **não isenta** o candidato da **responsabilidade** de acompanhamento de todos os atos referentes a este Processo Seletivo, através do Edital, bem como de obter as informações necessárias pelo site ou por telefone do IOBV. Não haverá remessa de comunicação via postal.

11.5. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), considerando que os portões dos locais que dão acesso às salas de provas, fecharão **10 (dez) minutos** antes do horário marcado para início da prova.

11.6. Os portões que dão acesso às salas de provas, dependendo do local poderão ser as portas de blocos, alas, setores e etc., devendo o candidato comparecer ao local designado para a realização das provas com a antecedência mínima de 30 (**trinta**) minutos com relação ao horário de fechamento dos portões, para garantir estacionamento e identificar corretamente a localização dos blocos, alas e das salas.

11.7. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo.

11.8. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações etc) que impossibilitarem o candidato de submeter-se aos testes, ou neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade física-orgânica **não** serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

11.9. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Processo Seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

11.10. **A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.**

11.11. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

- 11.12. Não serão aceitos como documento de identificação: passes de ônibus, carteiras de estudante, crachás e ou documentos sem fotos, nem mesmo cópias coloridas ou autenticadas.
- 11.13. Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias. Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação.
- 11.14. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.
- 11.15. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e sua eliminação do certame.
- 11.16. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
- 11.17. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.
- 11.18. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:
- a) Canetas esferográficas feitas com material transparente **tinta PRETA de preferência** ou azul; (não serão fornecidas canetas no local)
  - b) Documento de Identificação com foto;
  - c) Original do Comprovante de inscrição e/ou do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;
  - d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;
- 11.18.1. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização das provas.
- 11.19. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição medica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.
- 11.19.1. Só serão permitidos alimentos como barra de cereais, chocolates e biscoitos, **desde que acondicionados em embalagem transparente providenciada pelo candidato.** Os alimentos que não estiverem nestas condições serão recolhidos pelo fiscal de prova e devolvidos no término da prova. Os alimentos que ao serem ingeridos causarem ruídos que atrapalhem a execução da prova, serão recolhidos.
- 11.20. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV e a Prefeitura de Vargem não se responsabilizarão pela guarda de qualquer armamento.
- 11.21. É terminantemente proibido ao candidato, durante a realização das provas, podendo resultar na eliminação do certame:
- a) Aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *iPod*, gravadores, pendrive, *mp3 player* ou similar, qualquer receptor



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEÃO**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

- ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, *palmtop*, *walkman*, máquina fotográfica, controle de alarme de caso/casa, chaves de carro, etc.
- b) Relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira; grafite, marca-texto e (ou) borracha;
- c) Qualquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc;
- d) Qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barra de cereais, chocolates, balas, etc) que não seja fabricado de material transparente.
- e) Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- f) Fazer anotação de informações relativas à suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
- g) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;
- h) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros sem qualquer etapa do Processo Seletivo;
- i) Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- 11.22. Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados, aos fiscais da sala antes do início da prova. O candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação.
- 11.23. A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término das suas provas. A embalagem porta-objetos somente poderá ser deslacrada **fora das dependências do local de provas**.
- 11.24. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e poderão implicar na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 11.25. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.
- 11.26. O IOBV e Prefeitura Municipal de Vargeão não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e/ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.
- 11.27. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.
- 11.28. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.
- 11.29. Somente depois de decorrido **o prazo mínimo de permanência em sala de provas**, que será de 30 (trinta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo.





Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

- 11.30. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinarão a ata de sala, acompanharão termo de fechamento do envelope de provas e **efetuarão a conferência dos cartões-resposta, os quais irão rubricar o verso dos cartões de todos os candidatos da sala, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo.** O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.
- 11.31. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) no dia seguinte ao da realização da prova.
- 11.32. Não serão fornecidos os exemplares dos cadernos de questões, no dia da prova. Um caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, **na área restrita do candidato**, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.
- 11.32.1. Os candidatos devem aguardar em sua carteira, com o cartão-resposta e caderno de provas viradas para baixo e em completo silêncio, sob pena de serem eliminados.
- 11.33. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação, bem como informações sobre as demais etapas do certame.
- 11.34. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá **retirar-se** imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da entidade, ou **ligar o celular antes de se retirar da escola.**
- 11.35. Os candidatos que terminarem a prova **NÃO poderão utilizar os banheiros** que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.
- 11.36. Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.
- 11.37. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto o Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente **comprovante original** de pagamento da taxa de inscrição.
- 11.38. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.
- 11.39. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

### 13 DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

14.1 A nota final do candidato será obtida mediante as seguintes fórmulas:

a) Para todos os cargos:

$$NF = NPE$$

NF = Nota Final

NPE = Nota da prova escrita

14.2 **São considerados aprovados neste Processo Seletivo os candidatos que atingirem nota final igual ou superior a 4,00 (quatro) pontos.**



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

- 14.3 Os candidatos serão classificados por cargo disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.
- 14.4 Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, os seguintes critérios:
- 14.4.1 Para todos os cargos, em conformidade com artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).
- 14.4.2 Para os casos previstos na Lei 11.689/2008, será assegurada a preferência em igualdade de condições em Processo Seletivo, desde que jurados, devidamente comprovado.
- 14.5 Para os candidatos que não se enquadrarem nas condições acima, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:
- a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Básicos;
- c) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.
- d) Sorteio público.
- 14.6 As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

**15 DOS RECURSOS**

- 15.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo.
- 15.2 Os recursos deverão ser interpostos **até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação**, no site do Processo Seletivo na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.
- 15.3 Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:
- 15.3.1 Recursos Via Internet:
- a) Acessar a **área do candidato** no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em **“minhas inscrições”** localizar o Processo Seletivo Edital 01/2017 de VARGEM;
- c) Localize “Meus Recursos” e clique nele para abrir a tela de solicitação de recursos. Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- d) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- e) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- f) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg, png, gif, jpeg, bmp, doc, docx, xls, xlsx, pdf, txt, zip e rar.
- g) Clicar em **“enviar”**
- 15.3.2 Recursos presencial ou via postal:
- a) Para recursos presencial preencher e assinar o anexo VI, do edital, com argumentação clara, consistente e objetiva, no caso de questões, um para cada questão e protocolar pessoalmente ou via procuração na sede do IOBV, no endereço constante do item 1.13 deste edital.
- b) Para recursos via postal o candidato deverá preencher e assinar o requerimento (anexo VI) do edital com argumentação clara, consistente e objetiva, Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas; datar e



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

assinar; anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente; colocar o requerimento em envelope resistente e enviar para o endereço sede do IOBV, conforme item 1.13, via sedex/ar.

- 15.3.2.1 O candidato deverá expedir o documento AR (aviso de recebimento), pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue ao IOBV rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, sendo de responsabilidade do candidato a remessa via postal com devida antecedência para que o recurso seja entregue no prazo constante do cronograma do edital, valendo para todos os fins de direito a data da entrega.
- 15.4 Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.
- 15.5 É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.
- 15.6 O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).
- 15.7 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.
- 15.8 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.
- 15.9 **Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.**
- 15.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.
- 15.11 No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.
- 15.12 No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.
- 15.13 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.
- 15.14 Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.
- 15.15 Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.
- 15.16 **A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.**
- 15.17 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo.

**16 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

- 16.1 A homologação do resultado final deste Processo Seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicado nos meios legais e no endereço eletrônico do Processo Seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

16.2 Os atos e resultados serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

**17 DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

- 17.1 As contratações obedecerão, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados.
- 17.2 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de VARGEM, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Processo Seletivo ou de sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.
- 17.3 As providências e atos necessários para a convocação e contratação dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de VARGEM.
- 17.4 **AS CONVOCAÇÕES SERÃO PUBLICADAS NO SITE [www.vargem.sc.gov.br](http://www.vargem.sc.gov.br) E NO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM.**
- 17.5 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.
- 17.6 Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.
- 17.7 Caso o candidato não deseje assumir de imediato a convocação, deverá assinar termo de desistência, possibilitando à Prefeitura Municipal convocar o próximo candidato por ordem de classificação.
- 17.8 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Processo Seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de VARGEM.
- 17.9 Por ocasião da contratação serão exigidos, dos candidatos aprovados e convocados os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, **além de outros exigíveis à época da contratação conforme legislação.**
- 17.10 Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de contratação só lhes será deferida no caso de exibirem:
- a) A documentação comprobatória das condições previstas no item 2, deste edital acompanhada de fotocópia legível;
  - b) Atestado de boa saúde física e mental a ser fornecido, por Médico ou Junta Médica do Município ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física.
  - c) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal/1988, em seu Artigo 37, XVI e suas Emendas.
- 17.11 A não apresentação dos documentos acima, por contratação implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Seletivo.

**18 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA**

- 18.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Processo Seletivo, para:
- a) Receber os requerimentos de inscrições;
  - b) Emitir os documentos e listagens para a homologação das inscrições;



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
  - d) Apreciar os recursos previstos neste edital;
  - e) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
  - f) Prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
  - g) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
  - h) Responder, em conjunto com o município de VARGEM eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.
- 18.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada por ato oficial.
- 18.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de VARGEM.

**19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 19.1 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 19.2 Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos. **Informações que constam no edital não serão dadas via telefone, o candidato antes de inscrever-se deve ler atentamente o edital.**
- 19.3 **Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma descrita neste edital.**
- 19.4 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de VARGEM, até que expire a validade do Processo Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.
- 19.5 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.
- 19.6 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.
- 19.7 **O Município de VARGEM e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).**
- 19.8 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).
- 19.9 As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.
- 19.10 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Processo Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de entrega.



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

- 19.11 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura do Município de VARGEM como do IOBV.
- 19.12 Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.
- 19.13 A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de VARGEM e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.
- 19.14 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de VARGEM e do IOBV.
- 19.15 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Ponte Serrada/SC.
- 19.16 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:
- 19.17 Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Cargos; Anexo III – Conteúdo Programático; Anexo IV – Requerimento de Isenção de Taxa; V - Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo VI – Requerimento de Recursos.

**VARGEM (SC), 13 de novembro de 2017.**

**Volmir Felipe**  
**PREFEITO MUNICIPAL**





Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
 Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO

**ANEXO I – CARGOS EFETIVOS**  
**CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA MENSAL, SALÁRIO MENSAL E PRÉ-REQUISITOS**

**QUADRO I - CARGOS DE ENSINO MÉDIO**

Cargo	Total Vagas	CH	Salário R\$	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
1. Agente Educacional	03	40h/s	R\$ 1.217,00	Ensino Médio Completo	Escrita	R\$ 30,00
2. Auxiliar Administrativo	01	40h/s	R\$ 1.492,61	Portador de Certificado de conclusão de Curso de Ensino Médio	Escrita	R\$ 30,00

**QUADRO II - CARGOS DE ENSINO SUPERIOR**

Cargo	Total Vagas	CH	Salário	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
3. Engenheiro Civil	01	20h/s	R\$ 3.927,92	Portador de Diploma de Engenheiro Civil, com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia	Escrita	R\$ 100,00
4. Médico Veterinário	01	40h/s	R\$ 3.011,40	Portador de Diploma de Médico Veterinário, com registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária	Escrita	R\$ 100,00
5. Professor de Artes	01	20h/s	R\$ 1.407,51	Licenciatura Plena em Artes	Escrita	R\$ 100,00
6. Professor de Educação Física	01	20h/s	R\$ 1.407,51	Licenciatura Plena em Educação Física	Escrita	R\$ 100,00
7. Professor de Língua Estrangeira Moderna- Inglês	01	20h/s	R\$ 1.407,51	Licenciatura Plena em Inglês	Escrita	R\$ 100,00
8. Psicólogo	01	20h/s	R\$ 1.767,56	Portador de Diploma de grau Superior, com registro no respectivo Conselho	Escrita	R\$ 100,00

**Abreviaturas:** CH – Carga Horária (Jornada de Trabalho) Semanal



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

**ANEXO II**  
**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

<b>CARGO</b>	<b>ATRIBUIÇÕES</b>
Agente Educacional	Agente Educacional é o titular do cargo com funções de auxiliar aos professores nas atividades complementares em sala de aula e os demais serviços educacionais designados pela Secretaria de Educação
Auxiliar Administrativo	Exercer tarefas administrativas, de redação oficial, de digitação, controles cadastrais, arquivamento de documentos, executar serviços administrativos auxiliares elementares e operacionais, junto aos diversos setores da Administração.
Engenheiro Civil	Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional; elaboração de projetos básicos e executivos; acompanhar e fiscalizar a execução de obras públicas; aprovar projetos de obras privadas; orientar na execução de obras de infra-estrutura rodoviária e urbana; participar das ações e serviços de urbanização e paisagismo, coordenar e fiscalizar os serviços de manutenção e restauração de prédios públicos.
Médico Veterinário	Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional; elaborar e participar da elaboração de projetos de do planejamento, bem como em sua execução, voltados ao fomento e desenvolvimento da pecuária local; prestar assistência médica veterinária junto às propriedades rurais no Município; promover ações preventivas no combate e erradicação de epidemias nos rebanhos pecuários no Município.
Professor Artes Educação Física Inglês	<p>1.1. participar da elaboração do projeto político-pedagógico da escola, de seus cursos, programas e atividades;</p> <p>1.2. elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo o projeto político-pedagógico da escola;</p> <p>1.3. zelar pela aprendizagem dos educandos;</p> <p>1.4. cumprir os dias letivos, ministrar as aulas programadas e participar integralmente de todos os períodos destinados ao planejamento, à avaliação, ao desenvolvimento profissional e demais atividades previstas no calendário escolar;</p> <p>1.5. estabelecer, com o apoio dos demais agentes da escola, estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento escolar;</p> <p>1.6. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;</p> <p>1.7. desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.</p> <p>2. Atividades de suporte pedagógico direto à docência na educação infantil e no ensino fundamental, voltadas para planejamento, administração, supervisão e inspeção escolar:</p> <p>2.1. coordenar a elaboração e a execução do projeto político-pedagógico da escola;</p> <p>2.2. realizar as tarefas administrativas inerentes à sua área;</p> <p>2.3. realizar as atividades pedagógicas definidas no projeto político-pedagógico da escola;</p> <p>2.4. velar pelo plano de trabalho de cada docente;</p> <p>2.5. prover os meios de recuperação dos alunos de menor rendimento;</p> <p>2.6. promover a articulação da escola com as famílias e com a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;</p> <p>2.7. informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução do projeto político-pedagógico da escola;</p> <p>2.8. acompanhar o processo de desenvolvimento dos alunos, em colaboração com os docentes e famílias;</p> <p>2.9. elaborar, acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento do Sistema Municipal de Ensino, em relação aos aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de recursos humanos e de materiais;</p> <p>2.10. coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional dos docentes.</p>



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEÃO**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

	2.11. acompanhar e supervisionar o funcionamento da escola, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade do ensino; 2.12. assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas.
Psicólogo	Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, participando da execução das políticas e dos programas, planos, serviços e ações de saúde e de assistência social; participar da formulação das políticas de saúde e de assistência social no Município; orientação e acompanhamento psicológicos dos servidores públicos municipais e de estudantes da rede municipal de ensino.



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

**ANEXO III**  
**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**ATENÇÃO:**

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo. Será cobrado o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entrou definitivamente em vigor em 01/01/2017.

**ENSINO MÉDIO E ENSINO SUPERIOR COMPLETO**

**PROVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS**

**LÍNGUA PORTUGUESA.**

**Fonologia e Fonética** (1) Classificação e representação dos Fonemas; (2) Encontros vocálicos; (3) Encontros consonantais; (4) Dígrafos; (5) Ortografia e acentuação conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua portuguesa; (6) Emprego do hífen. **Morfologia** (1) Estrutura das palavras; (2) Formação das palavras e sufixos; (3) Classificação e flexão dos substantivos; artigos; adjetivos, numerais e pronomes; (4) Conjugação verbal; (5) Uso adequado de advérbios, preposições, conjunções e interjeições; (6) Conectivos. **Sintaxe** (1) Sujeito, predicado e predicativo; (2) Objeto direto, objeto indireto, complemento nominal e agente da passiva; (3) Orações coordenadas; (4) Orações subordinadas; (5) Sinais de pontuação; (6) Concordância nominal; (7) Concordância verbal; (8) Sintaxe de colocação. **Semântica** (1) Sinônimos e antônimos; (2) Homônimos e parônimos; (3) Denotação e conotação. **Estatística** (1) Figuras de linguagem; (2) Vícios de linguagem. **Interpretação textual** (1) Leitura e interpretação de textos narrativos e expositivos. Estrutura dos poemas (rimas, estrofes, versos, etc.).

**CONHECIMENTOS GERAIS**

Atualidades em Geral. História, Geografia, Ciências, Artes, Cultura, Esportes, Meio Ambiente do Brail, do Mundo e do Município.

**LEGISLAÇÃO**

Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor Municipal; Lei da Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/ 1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS INERENTES AOS CARGOS DE ENSINO MÉDIO**

**AGENTE EDUCACIONAL**

O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil. - Ética e cidadania. Informática básica, Constituição Federal - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade e Cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade.



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

**AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

Comportamento organizacional (motivação, liderança, comunicação, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, relações humanas). Ética Profissional; Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Fraseologia adequada para o recebimento. Correspondência Oficial. Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos, Noções de Protocolo, técnicas de arquivo. Uso e funcionamento de equipamentos de escritório. Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; Formas de tratamento Aspectos da redação oficial e atos normativos (Manual de Redação da Presidência da República disponível em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>) Noções Básicas de Processos e Procedimentos Licitatórios; - Lei de Responsabilidade Fiscal; - Lei 8.666/93 Lei de Licitações; - Lei que instituiu a licitação na modalidade de pregão (Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002). Noções básicas de contabilidade pública e responsabilidade fiscal. Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS INERENTES AOS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR**

**ENGENHEIRO CIVIL**

Planejamento Urbano. Legislação Federal: Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; Parcelamento de solo urbano; Contratos e licitações: contratos, aditivos contratuais, especificações técnicas, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000; Estatuto das Cidades; Política Nacional de Mobilidade Urbana; Novo Código Florestal Brasileiro; ABNT NBR 9050/04 e alterações. Legislação Estadual: Parcelamento de solo urbano. Geologia Aplicada à Engenharia; Resistência dos Materiais; Topografia; Urbanismo; Hidráulica; Materiais de Construção: propriedades, ensaios tecnológicos, tipos de materiais; Teoria das Estruturas; Estradas e Pavimentação; Hidrologia Aplicada; Mecânica dos Solos; Estruturas em Concreto Armado, Aço e Madeira; Estruturas em Concreto Pré-Moldado e Protendido; Fundações: investigação do solo, ensaios tecnológicos, propriedades, tipos de fundações; Planejamento de Obras: planejamento e controle de obras de engenharia, cronograma físico-financeiro; Orçamento de Obras: preparo e análise de orçamentos, custos diretos e indiretos, encargos sociais, quantificação de insumos e serviços, NBR 12721/06 (versão corrigida 2007), referências de preços, Decreto nº 7.983/2013; Saneamento Urbano; Equipamentos Urbanos; Gerenciamento na Construção Civil; Instalações Prediais; Tráfego e Transporte; Mobilidade; Cadastro Fiscal Imobiliário. Vistorias, perícias, avaliações, fiscalização, arbitramento, laudos e pareceres técnicos. Higiene e segurança do trabalho. Normas Técnicas da ABNT (NBR's) e Normas de Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (NR's). Legislação ambiental, resoluções do CONAMA, resíduos sólidos, tratamentos de resíduos, classificação dos resíduos.

**MÉDICO VETERINÁRIO**

Epidemiologia Geral: cadeia epidemiológica, formas de ocorrência de doenças em populações, profilaxia geral e prevenção. Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública: controle sanitário, projetos de saúde animal e saúde pública. Educação Sanitária. Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal: legislação e fiscalização sanitária, manipulação e armazenamento de produtos de origem animal. Clínica Médica e Cirurgia Veterinária: noções básicas com vistas de instituir diagnóstico, prognóstico e tratamento individual. Zootecnia: técnicas de criação, manejo, alimentação e produção animal. Reprodução.

**PSICÓLOGO**

Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve;



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEM**  
**Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

Orientação Familiar; sistema de RH: conceitos e objetivos desenvolvimento organizacional; recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; testes de seleção: conceito e espécies; treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento; Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho; psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; saúde coletiva: políticas de saúde mental; saúde mental e trabalho; gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito metacompetência.

**PROFESSORES – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS COMUNS A TODOS OS CARGOS**

Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. O Sistema Nacional de Ensino Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Parâmetros curriculares nacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

**Conhecimentos Pedagógicos:** Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar – práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão – a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; psicologia da educação; Interdisciplinaridade.

**PROFESSOR DE ARTES**

A trajetória do ensino de Arte no Brasil. A produção artística da humanidade. O currículo de Arte na Educação Infantil e Anos Iniciais e Finais. Didática do ensino de arte. O ensino de arte na Educação Infantil e Anos Iniciais e Finais. A arte como manifestação artística da criança, do adolescente, do jovem e do adulto. O processo de representação cognitiva e o papel mediador da Arte. As linguagens artísticas como formas de representação e expressão. As propriedades do som: altura, intensidade, duração e timbre. A inserção da arte na historicidade da educação do homem; Pressupostos filosóficos e sociológicos da arte na educação. Tendências educacionais da arte na educação. Princípios teóricos da arte na educação (Lowelfeld, Dewey, Eisner, Read). Tendências do Ensino da Arte no Brasil (Barbosa, Pillar, Bueno, entre outras). Proposta Curricular de Santa Catarina. A implementação da Lei n 10.639/03 e a 11.645/08.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Parâmetros Curriculares Nacionais para Educação Física. Didática da Educação Física. Aprendizagem e desempenho motor. Jogos e brincadeiras populares: jogos sensoriais, recreação, jogos pré-desportivos, jogos cooperativos. Danças e atividades rítmicas - expressivas. Esportes (coletivos e individuais). Ginásticas. Atividade Física, Saúde e Qualidade de vida.

**PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – INGLÊS**

Concepções metodológicas referentes ao processo de ensino e aprendizagem da Língua Inglesa. Compreensão escrita em Língua Inglesa. Compreensão e interpretação de textos. Conhecimento do vocabulário, da literatura, aspectos culturais e expressões idiomáticas. Elementos de linguagem: fonéticos-fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos.

**ANEXO IV**





Estado de Santa Catarina

**Município de VARGEM****Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO****REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no cargo de \_\_\_\_\_ – Inscrição nº \_\_\_\_\_ do Processo Seletivo 001/2017 do Município de Vargem-SC residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[ ] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no item 5.1 e seus subitens, do referido edital onde requiero a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.  
Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente

**ANEXO V**  
**REQUERIMENTO**



Estado de Santa Catarina  
**Município de VARGEÃO**  
**Editais n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO**

**Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas**

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo 001/2017 do Município de Vargeão - SC, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

1 – ( ) Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: \_\_\_\_\_

CID n.º: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_

2) Condição Especial para realização da prova:

a) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte  
Fonte n.º \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

b) ( ) Intérprete de Libras

c) ( ) Sala Especial  
Especificar: \_\_\_\_\_

d) ( ) Leitura de Prova

e) ( ) Amamentação.  
Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_  
Horários de amamentação: \_\_\_\_\_

f) ( ) Outra Necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Nestes Termos.  
Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente



Estado de Santa Catarina

**Município de VARGEM****Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO****ANEXO VI****REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS****Tipo de Recurso:**

- ☐ 1 – Contra indeferimento de inscrição  
☐ 2 – Contra questão da prova ou gabarito preliminar  
☐ 3 – Contra a classificação preliminar  
☐ 4 – Outro: \_\_\_\_\_

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

N.º de Inscrição: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Identidade: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

N.º da Questão: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

**OBS.:** Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, você deve preencher obrigatoriamente um formulário para cada questão.

**Fundamentação e \*Sugestões Bibliográficas:****Assinatura do Candidato**

Só serão analisados os recursos entregues ao IOBV até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 063/2017

Publicação Nº 1425701

DECRETO N.º 063/2017, de 13 de novembro de 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 4º da Lei Municipal n.º 1.085/2016 de 22 de novembro de 2016:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 01 – PODER LEGISLATIVO

UNIDADE 01.01 – CÂMARA DE VEREADORES

PROJETO/ATIVIDADE 2.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 103.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 01 – PODER LEGISLATIVO

UNIDADE 01.01 – CÂMARA DE VEREADORES

PROJETO/ATIVIDADE 2.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 103.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 13 de novembro de 2017

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 14/11/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 97/2017

Publicação Nº 1426449

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 97/2017

#### PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 97/2017

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame PARA EVENTUAL e futura AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, ÓLEOS HIDRÁULICOS, GRAXAS, FLUÍDOS DE FREIO, SHAMPOO, DETERGENTE LIMPA ALUMÍNIO E DESENGRAXANTE CONCENTRADO CONFORME CONSTA NO TERMO DE REFERÊNCIA QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL. FORNECIMENTO PARCELADO, MEDIANTE NECESSIDADE DA CONTRATANTE.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 97/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

A entrega dos envelopes da proposta e documentação e a sessão de lances verbais do pregão, será realizada a partir das 9:00 horas do dia 28/11/2017 com as propostas previamente classificadas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 hrs, telefone (47) 3356-2300, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).  
Vidal Ramos, 13 de novembro de 2017 – Laercio da Cruz, Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 14.438/17

Publicação Nº 1425819

DECRETO Nº 14.438/17, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017.

Altera o artigo 29 do Decreto nº 14.137/17.

DORIVAL CARLOS BORGA, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, IX e o art. 203 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 24, X do Código de Trânsito Brasileiro, com as Resoluções nº 303 e 304 do CONTRAN, e de conformidade com as disposições legais vigentes,

DECRETA

Art. 1º Altera o artigo 29 do Decreto nº 14.137/17, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29 As vias e logradouros públicos pertencentes ao Sistema de Estacionamento Rotativo controlado são as que se seguem:

ZONA AZUL		
IND.	VIA/LOGRADOURO	TRECHO
1-A	Rua Saul Brandalise	Da Av. Dom Pedro II até o entroncamento com a Rua Veneriano dos Passos.
2-A	Avenida Dom Pedro II	Da Rua Brasil até o entroncamento com a Rua Benjamin Grazziotin.
3-A	Rua Pedro Andreazza	Toda a Extensão.
4-A	Rua Coronel Alberto Schmidt	Toda a Extensão.
5-A	Rua XV de Novembro	Da Rua Bom Sucesso até o entroncamento com a Rua Marechal Floriano Peixoto.
6-A	Rua Benjamin Grazziotin	Toda a Extensão.
7-A	Rua Padre Anchieta	Da Rua Saul Brandalise até o entroncamento com a Rua Victor Meirelles.
8-A	Rua Brasil	Da Avenida Dom Pedro II até o entroncamento com a Rua Coronel Fagundes.
9-A	Rua Oswaldo Cruz	Da Rua Brasil até o nº 109.
10-A	Avenida Antônio Nico Fávero	Da Travessa Nestor Fernandes até a Praça Nereu Ramos.
11-A	Rua Luiz Ferlin Sênior	Da Rua Saul Brandalise até o entroncamento com a Rua Veneriano dos Passos.
12-A	Rua Santa Catarina	Toda a Extensão.
13-A	Rua 7 de Setembro	Toda a Extensão.
14-A	Rua Duque de Caxias	Toda a Extensão.
15-A	Rua Bom Sucesso	Toda a Extensão.
16-A	Rua Nicolau Cavan	Da Rua Brasil até o entroncamento com a Ponte Cezar Carelli.
17-A	Rua Marechal Floriano Peixoto	Da Rua Santa Catarina até o entroncamento com a Rua Duque de Caxias;
18-A	Rua Coronel Fagundes	Da Rua Brasil até o entroncamento com a Rua Arlindo de Mattos.
19 - A	Rua Lauro Muller	Toda a Extensão.

ZONA VERDE		
IND	VIA/LOGRADOURO	TRECHO
1-V	Rua Veneriano dos Passos	Toda a Extensão.
2-V	Rua Marechal Floriano Peixoto	Da Rua XV de Novembro até o entroncamento com a Rua Santa Catarina e da Rua Duque de Caxias até o entroncamento com a Rua Bom Sucesso.
3-V	Rua Bulcão Viana	Da Rua XV de Novembro até o entroncamento com a Rua Brasil Viana.
4-V	Rua Alberto Zoller	Da Rua Lauro Muller até o Entroncamento com a Avenida Manoel Roque.
5-V	Rua Luiz Ferlin Sênior	Da Rua Veneriano dos Passos até o entroncamento com a Rua Coronel Fagundes.

§ 1º Até disposição em contrário fica dispensado o pagamento nas vagas rotativas, compreendidas pela Zona Verde.

§ 2º A critério da municipalidade, e atendendo as necessidades técnicas, conveniência e oportunidade para eficiência do Sistema, poderá o mesmo sofrer acréscimos ou supressões de vias, ruas e logradouros.



§ 3º As áreas de estacionamento deverão estar devidamente identificadas através de sinalização própria prevista no Parágrafo Único do Art. 5º deste Decreto, as quais serão usufruídas mediante o pagamento de preço público, observadas as disposições deste regulamento.

Art. 2 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 6 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 6 dias do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## DECRETO Nº 14.444/17

Publicação Nº 1425814

DECRETO Nº 14.444/17, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 973.434,00 (novecentos e setenta e três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.063 – Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0064.12 – Aplicações Diretas	31.434,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	30.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0065.20 – Aplicações Diretas	40.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	287.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	20.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0066.16 – Aplicações Diretas	45.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	370.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	973.434,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2017 e anulação das seguintes dotações:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.20 – Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 9 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 9 dias do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 186/2017

Publicação Nº 1424724

Ata de Registro de Preços nº: 186/2017  
Contratada...: Epistêmica Eireli - ME  
Valor ..... : R\$ 252.010,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 70/2017-PMV  
Vigência ..... : Início: 01.11.2017 Término: 18.07.2018  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR CAPACITAÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE APROXIMADAMENTE 800 PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2017

Publicação Nº 1424727

Ata de Registro de Preços nº: 187/2017  
Contratada...: Grêmio Floresta  
Valor ..... : R\$ 10.000,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 115/2017-PMV  
Vigência ..... : Início: 03.11.2017 Término: 03.11.2018  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA PARA ATENDER OS EVENTOS E ATIVIDADES CULTURAIS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2017

Publicação Nº 1424728

Ata de Registro de Preços nº: 188/2017  
Contratada...: Gráfica Barozzi Eireli - EPP  
Valor ..... : R\$ 33.750,00  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 21/2017-FMS  
Vigência ..... : Início: 10.11.2017 Término: 10.11.2018  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL IMPRESSO (REVISTAS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO GABINETE DO PREFEITO.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2017

Publicação Nº 1424758

Contrato nº.: 121/2017  
Contratada...: MR Concretos, Argamassas e Pavimentações Ltda.  
Valor ..... : R\$ 665.019,39  
Vigência ..... : Início: 07.11.2017 Término: 07.11.2018  
Licitação ..... : Tomada de Preços nº 01/2017-PMV  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (C.A.U.Q), NAS RUAS SETEMBRINO COMUNELLO, JOÃO MENA CARDOSO E GEOVANE CARELLI, NO BAIRRO CIDADE ALTA, ÁREA TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: 6.413,55 M², CONFORME PROJETO EXECUTIVO E MEMORIAL DESCRITIVO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2017

Publicação Nº 1424759

Contrato nº.: 122/2017  
Contratada...: KS Import Soluções personalizadas Ltda – me.  
Valor ..... : R\$ 24.000,00  
Vigência ..... : Início: 07.11.2017 Término: 31.12.2017  
Licitação ..... : Pregão Presencial nº 21/2017-FMS  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE SACOLAS PLÁSTICAS, TIPO MOCHILA, PARA MONTAGEM DE KITS ODONTOLÓGICOS QUE SERÃO DISTRIBUÍDOS NAS AÇÕES REALIZADAS PELO PROGRAMA SAÚDE BUCAL.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2017**

Publicação Nº 1424760

Contrato nº.: 123/2017

Contratada...: fepese – fundação de estudos e pesquisas sócios econômicos.

Valor ..... : R\$ 498.214,40

Vigência ..... : Início: 07.11.2017 Término: 06.11.2018

Licitação ..... : Dispensa de Licitação nº 26/2017-PMV

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS - FEPESE - PARA EXECUÇÃO DE ESTUDOS DE MOBILIDADE URBANA, CONFORME PLANO APRESENTADO EM ANEXO AO TERMO DO REFERENCIA.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2017 - PMV**

Publicação Nº 1425527

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2017 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 128/2017 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA CONSERTO DA CAIXA DE MARCHAS, DIFERENCIAL E BOMBA HIDRÁULICA DO TRATOR DE PNEUS VALMET 4X4, MODELO 785, ANO 2007, DA FROTA Nº 143 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00:00h do dia 01/12/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034. Videira/SC, 13 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO N.0069/17**

Publicação Nº 1426460

Extrato do Termo de Rescisão n.0069/17

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0328/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE ALVES DOS SANTOS

CPF: 081.780.739-00

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 08 de setembro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0075/17**

Publicação Nº 1426465

Extrato do Termo de Rescisão n.0075/17

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0474/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TATIANE APARECIDA FRAGOSO CALDAS CAUM

CPF: 922.400.039-87

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 20 de setembro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0077/17**

Publicação Nº 1426463

Extrato do Termo de Rescisão n.0077/17

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0435/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: RENATA OLIVEIRA DE BORTOLI

CPF: 088.387.189-03

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 21 de setembro de 2017.

**TERMO DE RESCISÃO N.0088/17**

Publicação N° 1426455

Extrato do Termo de Rescisão n.0088/17  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0172/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JADIR VARELA  
CPF: 347.521.619-15  
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado  
VIGÊNCIA: A partir de 27 de outubro de 2017.

**Vitor Meireles****PREFEITURA****DECRETO Nº 077/2017**

Publicação Nº 1426584

DECRETO N.º 077/2017

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0965, de 08/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

0701 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.014.2033 – Manutenção de Obras e Serviços Públicos

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3900 – Fundo Especial de Petróleo ..... R\$ 2.000,00

0701 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.014.2033 – Manutenção de Obras e Serviços Públicos

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.6455 – Transf. Convênio – Estado/Outros ..... R\$ 6.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.007.2014 – Ações de Vigilância em Saúde

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0004 – Recursos Ordinários – Alvará Sanitário ..... R\$ 2.600,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0200 – Receitas de Impostos – Saúde ..... R\$ 20.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33930000.00 – Transferências a Consórcios Públicos

0.1.0200 – Receitas de Impostos – Saúde ..... R\$ 14.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 13 de novembro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 232/2017**

Publicação Nº 1426627

PORTARIANº 232/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 06/11/2017 a 20/11/2017, sendo que a partir desta data, se necessário, a servidora deverá ser encaminhada ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 06 de novembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**PORTARIA Nº 233/2017**

Publicação Nº 1426641

PORTARIANº 233/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: TATIANA PENZ FELICIANO

Cargo: PROFESSOR NIVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal de provimento temporário, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 09/11/2017 a 23/11/2017, sendo que a servidora deverá ser encaminhada ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, por ter sido afastada por mais de 15 dias em período inferior a 60 (sessenta) dias, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 09 de novembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**PORTARIA Nº 234/2017**

Publicação Nº 1426646

PORTARIANº. 234/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CÉSAR SUAVE

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária



e Meio Ambiente, 15 (quinze) dias de férias, pelo período de 13/11/2017 a 27/11/2017, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2015 a 30/11/2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE NOVEMBRO DE 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

## **PORTARIA Nº 235/2017**

Publicação Nº 1426655

PORTARIANº. 235/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROSANE VIEIRA  
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Assistência Social, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 16/11/2017 a 25/11/2017, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2015 a 30/11/2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE NOVEMBRO DE 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0009/2017

Publicação Nº 1425703

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0158/2007 - Inexigibilidade de Licitação nº 0009/2017

O Município de Xanxerê/SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Avelino Menegolla, justifica a Inexigibilidade de Licitação para o Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde, para realização de Consultas e Procedimentos nas áreas de Endocrinologia e Neurologia, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 25, caput. O Edital encontra-se aberto para os interessados em buscar o credenciamento e está disponível no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Informações complementares através do telefone (49) 3441-8542. Xanxerê-SC, 13 de novembro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1426823

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ/SC, Senhor Avelino Menegolla, nos termos da Lei Orgânica do Município, da Lei Municipal nº 3797/2015, de 25 de novembro de 2015 e da Lei Federal 11.445/07, de 05 de janeiro de 2007, TORNA PÚBLICO, que será realizada audiência pública, no dia 17 de novembro de 2017, às 18 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Rua Rui Barbosa, 238, Centro, no Município de Xanxerê, para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação - PME.

Xanxerê, 14 de novembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 0095/2017

Publicação Nº 1426862

Extrato de Contrato nº 0095/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Execução Gestão e Consultoria em Informática Ltda.

Objeto: Contratação de Empresa especializada em serviços de Solução em Gestão de frota de veículos.

Valor: R\$ 2.100,00 p/ mês

Prazo: 12 meses.

Xanxerê-SC, 01 de novembro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

# Xavantina

## PREFEITURA

### ATA PL 62.2017

Publicação Nº 1426778

#### ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 062/2017 – Pregão Presencial nº 050/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de preço para possível contratação de empresa objetivando a aquisição de material genético e materiais de uso veterinário para inseminação artificial em bovinos, conforme especificações do anexo "C" deste edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/104854>

Xavantina, 13 de novembro de 2017.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH  
Equipe de Apoio: VAGNER LUIZ WOICHEKOSKI

### ATA PL 63.2017

Publicação Nº 1426779

#### ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 063/2017 – Pregão Presencial nº 051/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de estrutura para o "I Festival da Canção" a ser realizado no dia 17 e 18 de novembro de 2017, conforme convênio do estado de Santa Catarina, Contrato de Apoio Financeiro 2017TR1285, de acordo com as especificações do anexo "C" deste Edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/105576>

Xavantina, 13 de novembro de 2017.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH  
Equipe de Apoio: VAGNER LUIZ WOICHEKOSKI

**RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 1**

Publicação Nº 1425815

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>19.561.300,00</b>	<b>19.561.300,00</b>	<b>3.196.552,16</b>	<b>16,34</b>	<b>15.654.792,56</b>	<b>3.906.507,44</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>19.561.300,00</b>	<b>19.561.300,00</b>	<b>3.047.511,62</b>	<b>15,58</b>	<b>14.978.218,24</b>	<b>4.583.081,76</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.392.000,00	1.392.000,00	158.502,30	11,39	936.750,17	455.249,83
IMPOSTOS	1.220.000,00	1.220.000,00	134.016,96	10,98	771.700,55	448.299,45
TAXAS	172.000,00	172.000,00	24.485,34	14,24	165.049,62	6.950,38
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	100.000,00	12.664,26	12,66	62.914,99	37.085,01
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	100.000,00	100.000,00	12.664,26	12,66	62.914,99	37.085,01
RECEITA PATRIMONIAL	180.000,00	180.000,00	14.849,13	8,25	109.858,53	70.141,47
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	160.000,00	160.000,00	12.843,53	8,03	99.959,91	60.040,09
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	20.000,00	20.000,00	2.005,60	10,03	9.898,62	10.101,38
RECEITA DE SERVIÇOS	190.000,00	190.000,00	18.226,19	9,59	67.188,35	122.811,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.415.300,00	17.415.300,00	2.807.170,66	16,12	13.615.892,42	3.799.407,58
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.245.300,00	17.245.300,00	2.769.253,28	16,06	13.426.185,95	3.819.114,05
TRANSF. DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	597,18	-597,18
TRANSF. DE CONV.	170.000,00	170.000,00	37.917,38	22,30	189.109,29	-19.109,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	284.000,00	284.000,00	36.099,08	12,71	185.613,78	98.386,22
MULTAS E JUROS DE MORA	58.000,00	58.000,00	6.129,57	10,57	23.456,44	34.543,56
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	82.000,00	82.000,00	14.563,11	17,76	78.405,15	3.594,85
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	124.000,00	124.000,00	15.406,40	12,42	79.176,87	44.823,13
RECEITAS DIVERSAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	4.575,32	15.424,68
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>149.040,54</b>	<b>0,00</b>	<b>676.574,32</b>	<b>-676.574,32</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	149.040,54	0,00	676.574,32	-676.574,32
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	149.040,54	0,00	676.574,32	-676.574,32
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>19.561.300,00</b>	<b>19.561.300,00</b>	<b>3.196.552,16</b>	<b>16,34</b>	<b>15.654.792,56</b>	<b>3.906.507,44</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>19.561.300,00</b>	<b>19.561.300,00</b>	<b>3.196.552,16</b>	<b>16,34</b>	<b>15.654.792,56</b>	<b>3.906.507,44</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>19.561.300,00</b>	<b>19.561.300,00</b>	<b>3.196.552,16</b>	<b>16,34</b>	<b>15.654.792,56</b>	<b>3.906.507,44</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>955.332,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>551.860,42</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	955.332,00	—	—	551.860,42	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>19.561.300,00</b>	<b>20.863.802,00</b>	<b>2.090.440,16</b>	<b>16.894.145,27</b>	<b>3.969.656,73</b>	<b>3.006.437,60</b>	<b>15.142.951,82</b>	<b>5.720.850,18</b>	<b>14.709.227,65</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>18.612.300,00</b>	<b>19.656.561,28</b>	<b>2.016.837,39</b>	<b>16.021.976,36</b>	<b>3.634.584,92</b>	<b>2.955.916,22</b>	<b>14.349.332,55</b>	<b>5.307.228,73</b>	<b>13.915.608,38</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.548.500,00	8.981.322,84	1.405.531,87	6.907.920,04	2.073.402,80	1.405.531,87	6.868.575,50	2.112.747,34	6.743.552,60
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.058.800,00	10.670.238,44	611.305,52	9.114.056,32	1.556.182,12	1.550.384,35	7.480.757,05	3.189.481,39	7.172.055,78
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>934.000,00</b>	<b>1.192.240,72</b>	<b>73.602,77</b>	<b>872.168,91</b>	<b>320.071,81</b>	<b>50.521,38</b>	<b>793.619,27</b>	<b>398.621,45</b>	<b>793.619,27</b>
INVESTIMENTOS	705.000,00	963.240,72	73.602,77	649.002,33	314.238,39	6.077,00	571.397,05	391.843,67	571.397,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	229.000,00	229.000,00	0,00	223.166,58	5.833,42	44.444,38	222.222,22	6.777,78	222.222,22
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>19.561.300,00</b>	<b>20.863.802,00</b>	<b>2.090.440,16</b>	<b>16.894.145,27</b>	<b>3.969.656,73</b>	<b>3.006.437,60</b>	<b>15.142.951,82</b>	<b>5.720.850,18</b>	<b>14.709.227,65</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.561.300,00	20.863.802,00	2.090.440,16	16.894.145,27	3.969.656,73	3.006.437,60	15.142.961,82	5.720.850,18	14.709.227,65
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	511.840,74	—	945.564,91
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.561.300,00	20.863.802,00	2.090.440,16	16.894.145,27	—	3.006.437,60	15.654.792,56	—	15.654.792,56
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:



**RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 10**

Publicação Nº 1425831

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2017 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

## Publicação Nº 1425832

RRRO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)					SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)								
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00						0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00						0,00
		0,00						0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)								
Despesas de Capital		18.764,80	18.764,80	18.764,80	18.764,80	0,00	0,00	0,00
Investimentos		18.764,80	18.764,80	18.764,80	18.764,80	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (lb - (lif + lig)					SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
Valor(III)		18.250,92						-18.764,80

FONTE:

## RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 12

Publicação Nº 1425834

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			RECEITAS REALIZADAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.247.000,00	1.247.000,00	783.516,20	62,83		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	180.000,00	180.000,00	132.395,42	73,55		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	155.000,00	155.000,00	121.433,63	78,34		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	655.000,00	655.000,00	261.982,07	40,00		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	230.000,00	230.000,00	255.889,43	111,26		
Dívida Ativa dos Impostos	22.000,00	22.000,00	11.544,10	52,47		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	5.000,00	5.000,00	271,55	5,43		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.181.000,00	17.181.000,00	13.510.608,40	78,64		
Cota-Parte FPM	7.000.000,00	7.000.000,00	5.252.521,21	75,04		
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	5.885,78	588,58		
Cota-Parte IPVA	500.000,00	500.000,00	354.406,55	70,88		
Cota-Parte ICMS	9.500.000,00	9.500.000,00	7.760.920,57	81,69		
Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	109.039,29	77,89		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	27.835,00	69,59		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	27.835,00	69,59		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.428.000,00	18.428.000,00	14.294.124,60	77,57		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.180.000,00	4.557.729,87	3.811.006,34	83,62	3.423.524,87	75,11
Pessoal e Encargos Sociais	2.085.000,00	2.243.822,84	1.732.805,42	77,23	1.731.556,88	77,17
Outras Despesas Correntes	2.095.000,00	2.313.907,03	2.078.200,92	89,81	1.691.967,99	73,12
DESPESAS DE CAPITAL	117.000,00	119.992,54	86.010,00	71,68	86.010,00	71,68
Investimentos	117.000,00	119.992,54	86.010,00	71,68	86.010,00	71,68

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	117.000,00	119.992,54	86.010,00	71,68	86.010,00	71,68
Investimentos	117.000,00	119.992,54	86.010,00	71,68	86.010,00	71,68
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	4.297.000,00	4.677.722,41	3.897.016,34	83,31	3.509.534,87	75,03
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.040.000,00	1.343.722,41	973.569,10	24,98	902.738,80	25,72
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.040.000,00	1.343.722,41	973.569,10	24,98	902.738,80	25,72
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	1.040.000,00	1.343.722,41	973.569,10	24,98	902.738,80	25,72
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	3.257.000,00	3.334.000,00	2.923.447,24	75,02	2.606.796,07	74,28
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,24
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(i)] - (15 x IIIb)/100%³</b>						462.677,38

Continua 2/4

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL				
	0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL				
	-		-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	
Atenção Básica	3.279.000,00	3.550.136,54	2.802.443,61	71,68	2.603.499,73
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.001.000,00	1.105.081,01	1.080.585,60	27,64	897.251,98
Vigilância Sanitária	32.000,00	35.504,86	26.787,13	0,69	19.783,16
<b>TOTAL</b>	<b>4.312.000,00</b>	<b>4.690.722,41</b>	<b>3.909.816,34</b>	<b>100,00</b>	<b>3.520.534,87</b>

FONTE:

- <sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- <sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- <sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- <sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- <sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- <sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V/(h+i) - (15 \times IIIb/100)$

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 13

Publicação Nº 1425835

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026

NADA A DECLARAR

FONTE:

XAVANTINA , 10/11/2017

**RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 14**

Publicação Nº 1425836

Município de XAVANTINA - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		19.561.300,00	
Previsão Atualizada		19.561.300,00	
Receitas Realizadas		15.654.792,56	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		551.860,42	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		19.561.300,00	
Créditos Adicionais		1.302.502,00	
Dotação Atualizada		20.863.802,00	
Despesas Empenhadas		16.894.145,27	
Despesas Liquidadas		15.142.951,82	
Despesas pagas		14.709.227,65	
Superavit Orçamentário		511.840,74	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas		16.894.145,27	
Despesas Liquidadas		15.142.951,82	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida		19.077.787,06	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		327.732,61	0,00
Resultado Primário		-426.000,00	634.103,05
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.290.836,09	0,00	345.679,24
EXECUTIVO	1.290.836,09	0,00	345.679,24
<b>TOTAL:</b>	<b>1.290.836,09</b>	<b>0,00</b>	<b>345.679,24</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.963.783,69	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		939.548,14	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		793.619,27	398.621,45

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de XAVANTINA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				18.764,80	0,00
				Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>				Limite Constitucional Anual	
			Valor apurado até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			2.606.796,07	15,00	18,24
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>				Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

## RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 2

Publicação Nº 1425818

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	19.561.300,00	20.863.802,00	2.000.440,16	16.894.145,27	100,00	3.006.437,60	15.142.951,82	5.720.850,18
Ação Legislativa	850.000,00	850.000,00	102.414,94	506.241,34	3,00	105.390,01	494.553,97	355.446,03
Administração	850.000,00	850.000,00	102.414,94	506.241,34	3,00	105.390,01	494.553,97	355.446,03
Administração Geral	1.978.000,00	2.088.000,00	284.267,04	1.746.349,62	10,34	318.682,88	1.628.730,52	439.269,48
Assistência Social	1.978.000,00	2.088.000,00	284.267,04	1.746.349,62	10,34	318.682,88	1.628.730,52	439.269,48
Assistência ao Idoso	841.500,00	926.110,54	57.730,40	564.421,27	3,34	93.846,66	423.345,90	502.764,64
Assistência à Criança e ao Adolescente	248.000,00	329.977,28	9.901,62	146.770,57	0,87	31.592,46	109.938,33	220.038,95
Assistência Comunitária	192.000,00	194.633,26	13.148,22	160.690,72	0,95	26.877,48	128.359,22	66.274,04
Saúde	401.500,00	401.500,00	34.680,56	256.959,98	1,52	35.376,72	185.048,35	216.451,65
Atenção Básica	4.312.000,00	4.690.722,41	457.544,01	3.909.816,34	23,14	679.931,91	3.520.534,87	1.170.187,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.279.000,00	3.550.136,54	422.950,94	2.802.443,61	16,59	508.259,40	2.603.499,73	946.636,81
Vigilância Sanitária	1.001.000,00	1.105.081,01	28.959,04	1.080.585,60	6,40	169.533,29	897.251,98	207.829,03
Educação	32.000,00	35.504,86	5.634,03	26.787,13	0,16	2.139,22	19.783,16	15.721,70
Ensino Fundamental	3.767.000,00	3.905.404,65	332.158,80	3.115.707,56	18,44	602.816,89	2.796.164,98	1.109.239,67
Ensino Médio	3.024.000,00	3.086.404,65	261.038,86	2.527.615,59	14,96	463.787,58	2.275.304,48	811.100,17
Ensino Superior	88.000,00	88.000,00	19.282,32	57.240,04	0,34	18.579,71	54.537,43	33.462,57
Educação Infantil	170.000,00	211.000,00	0,00	208.173,50	1,23	42.747,30	160.682,15	50.317,85
Educação de Jovens e Adultos	479.000,00	519.000,00	51.837,62	322.678,43	1,91	77.702,30	305.640,92	213.359,08
Cultura	6.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Difusão Cultural	35.000,00	35.000,00	3.195,00	32.367,30	0,19	9.595,00	22.767,30	12.232,70
Urbanismo	35.000,00	35.000,00	3.195,00	32.367,30	0,19	9.595,00	22.767,30	12.232,70
Infra-Estrutura Urbana	650.000,00	819.421,62	82.974,88	790.316,03	4,68	104.816,18	586.083,49	233.338,13
Serviços Urbanos	50.000,00	135.600,38	67.892,77	115.264,15	0,68	367,00	46.569,48	89.030,90
Gestão Ambiental	600.000,00	683.821,24	15.082,11	675.051,88	4,00	104.449,18	539.514,01	144.307,23
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	2.198,61	0,01	0,00	0,00	10.000,00
Agricultura	10.000,00	10.000,00	0,00	2.198,61	0,01	0,00	0,00	10.000,00
Extensão Rural	2.009.000,00	2.353.059,43	195.156,25	2.052.173,38	12,15	258.803,54	1.956.840,57	396.218,86
Indústria	2.009.000,00	2.353.059,43	195.156,25	2.052.173,38	12,15	258.803,54	1.956.840,57	396.218,86
Promoção Industrial	40.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transporte	40.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transporte Rodoviário	3.993.800,00	4.112.782,63	524.326,34	3.411.983,04	20,20	706.995,14	3.042.158,43	1.070.624,20
Desporto e Lazer	3.993.800,00	4.112.782,63	524.326,34	3.411.983,04	20,20	706.995,14	3.042.158,43	1.070.624,20
Desporto Comunitário	285.000,00	245.000,00	50.053,13	205.288,95	1,22	32.573,89	160.463,25	84.536,75
Lazer	205.000,00	165.000,00	27.690,93	141.377,29	0,84	32.573,89	118.913,79	46.086,21
	80.000,00	80.000,00	22.362,20	63.911,66	0,38	0,00	41.549,46	38.450,54

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Encargos Especiais	19.561.300,00	20.863.802,00	2.090.440,16	16.894.145,27	3.969.656,73	3.006.437,60	15.142.951,82	5.720.850,18
Serviço da Dívida Interna	790.000,00	828.300,72	20.619,37	557.271,83	271.028,89	92.985,50	511.308,54	316.992,18
Outros Encargos Especiais	234.000,00	234.000,00	0,00	223.166,58	10.833,42	44.444,38	222.222,22	11.777,78
	556.000,00	594.300,72	20.619,37	334.105,25	260.195,47	48.541,12	289.086,32	305.214,40
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	19.561.300,00	20.863.802,00	2.090.440,16	16.894.145,27	3.969.656,73	3.006.437,60	15.142.951,82	5.720.850,18

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



## RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 3

Publicação Nº 1425820

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Agô/2017	Sep/2017	Out/2017	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.997.787,98</b>	<b>2.778.817,48</b>	<b>1.700.333,11</b>	<b>1.875.540,58</b>	<b>1.610.706,54</b>	<b>1.698.918,32</b>	<b>1.742.520,47</b>	<b>1.726.432,95</b>	<b>2.035.019,85</b>	<b>1.714.795,80</b>	<b>1.896.105,32</b>	<b>1.690.085,40</b>	<b>22.458.864,80</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	87.854,53	101.877,10	60.271,54	75.103,83	75.178,21	76.360,58	74.851,88	85.223,83	232.057,34	99.200,66	82.935,90	75.565,40	1.128.481,80
I.P.T.U.	1.989,42	4.408,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.298,61	116.973,90	11.891,39	2.429,02	142,50	138.793,68
I.R.R.F.	35.846,28	53.386,63	11.444,08	25.954,54	22.672,54	22.651,05	25.874,77	28.333,99	24.674,13	30.236,43	30.814,31	33.233,59	345.122,34
I.S.S.	29.936,05	33.082,42	30.081,06	22.581,96	28.158,12	28.569,29	25.318,84	30.174,50	29.076,90	23.786,19	22.883,79	21.350,42	325.000,00
I.T.B.I.	9.349,80	3.804,95	2.059,90	7.159,90	4.654,85	12.446,85	13.905,70	16.439,50	22.988,95	18.804,55	16.543,50	6.619,83	134.388,38
Outras Receitas Tributárias	10.732,98	7.394,26	16.686,50	19.407,43	19.692,60	12.893,39	9.751,57	9.017,23	38.333,46	14.982,10	10.266,28	14.219,06	183.176,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.230,00	6.176,38	6.511,70	6.460,62	5.989,68	7.406,16	5.338,07	5.746,81	6.492,47	6.305,02	6.304,81	6.359,45	75.321,37
RECEITA PATRIMONIAL	7.280,60	7.989,90	13.853,13	13.972,38	16.331,52	11.442,36	11.305,57	9.672,88	8.903,39	9.646,42	7.479,75	7.369,38	125.250,38
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	13.497,03	30.761,98	2.398,25	2.018,77	3.869,06	4.510,53	3.522,25	7.280,48	12.425,05	12.894,77	8.265,48	9.960,71	111.447,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.863.560,05	2.568.483,31	1.600.060,57	1.753.144,46	1.497.652,18	1.582.312,87	1.637.100,69	1.801.474,71	1.763.208,28	1.577.208,65	1.773.869,12	1.561.950,64	20.750.055,53
Cota-Parte do F.P.M.	838.988,98	1.284.204,11	557.723,59	714.902,84	447.982,93	539.743,28	612.245,57	564.316,40	728.619,34	494.289,46	415.036,66	470.355,00	7.678.498,16
Cota-Parte do I.C.M.S.	702.464,63	773.130,18	816.777,84	726.353,94	761.736,90	790.431,32	723.176,67	759.554,57	761.798,85	774.228,64	847.437,89	799.423,95	9.236.544,38
Cota-Parte do I.P.V.A.	18.236,55	10.528,17	21.426,90	24.937,07	38.185,44	38.569,11	36.956,54	39.943,38	39.335,45	40.801,80	41.460,55	32.790,31	383.171,27
Cota-Parte do I.T.R.	20,54	24,44	21,36	0,00	10,96	51,01	14,56	26,39	0,00	126,21	710,48	4.924,81	5.930,76
Outras Transferências Correntes	178.292,29	350.785,25	87.489,82	173.712,27	135.993,35	95.540,82	151.001,73	119.694,30	120.833,07	123.036,88	347.820,34	132.811,27	2.017.011,39
Transferências da LC 81/1989	10.709,39	11.393,77	10.276,14	11.298,67	8.879,54	10.722,08	10.069,29	10.114,98	11.362,94	10.633,05	11.357,36	14.333,24	131.142,45
Transferências da LC 87/1996	2.736,96	2.736,96	2.736,96	2.736,96	2.736,96	2.736,96	2.736,96	2.736,96	2.736,96	2.736,96	2.736,96	2.736,96	33.308,92
Transferências do FUNDEB	112.090,71	125.671,43	103.561,42	99.085,17	102.079,56	104.471,75	100.861,83	105.041,19	98.475,13	101.305,11	107.292,34	104.528,56	1.264.448,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.365,77	63.328,81	17.237,92	24.840,32	11.685,89	16.885,82	10.366,01	17.034,14	11.933,32	39.501,28	17.219,26	18.879,82	268.308,36
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>314.643,46</b>	<b>362.435,68</b>	<b>281.801,69</b>	<b>296.073,25</b>	<b>251.794,30</b>	<b>276.469,90</b>	<b>277.047,19</b>	<b>275.347,63</b>	<b>250.223,05</b>	<b>264.572,29</b>	<b>263.757,11</b>	<b>264.921,99</b>	<b>3.379.077,74</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	314.643,46	362.435,68	281.801,69	296.073,25	251.794,30	276.469,90	277.047,19	275.347,63	250.223,05	264.572,29	263.757,11	264.921,99	3.379.077,74
Devolução de Rendimentos da União	0,00	0,00	0,00	0,00	-121,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-121,35
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.683.144,52</b>	<b>2.416.381,80</b>	<b>1.418.531,42</b>	<b>1.579.467,33</b>	<b>1.358.912,24</b>	<b>1.422.448,42</b>	<b>1.465.473,28</b>	<b>1.451.085,32</b>	<b>1.784.796,80</b>	<b>1.450.223,51</b>	<b>1.632.348,21</b>	<b>1.415.163,41</b>	<b>19.077.787,06</b>
FONTE:													<b>19.361.300,00</b>

RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 4

Publicação Nº 1425821

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PLANO PREVIDENCIÁRIO			RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)					
Receta de Contribuições dos Segurados					
Civil	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Militar	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais					
Civil	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Militar	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos					
Receta Patrimonial	0,00	0,00		0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00		0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00		0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00		0,00	0,00
Receta de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00		0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00		0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00		0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00		0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FONTE:

**RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 5**

Publicação Nº 1425824

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO			R\$ 1,00
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	223.166,58	45.388,74		944,36
DEDUÇÕES (II)	1.298.549,80	1.427.388,18		1.547.955,76
Disponibilidade de Caixa	1.298.549,80	1.427.388,18		1.547.955,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.298.549,80	1.865.332,68		1.981.679,93
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	437.944,50		433.724,17
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00		0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00		0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00		0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00		0,00
<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2017 (Vlc - Vla)		
VALOR		0,00		0,00
<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				327.732,61

FONTE:

**RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 6**

Publicação Nº 1425825

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	19.401.300,00	14.878.258,33	13.632.853,66
Receita Tributária	1.392.000,00	936.750,17	938.825,33
I.P.T.U.	180.000,00	132.395,42	122.033,90
I.S.S.	655.000,00	261.982,07	408.049,05
I.T.B.I.	155.000,00	121.433,63	83.653,50
I.R.R.F.	230.000,00	255.889,43	175.489,35
Outras Receitas Tributárias	172.000,00	165.049,62	149.599,53
Receita de Contribuição	100.000,00	62.914,99	70.021,28
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	100.000,00	62.914,99	70.021,28
Receita Patrimonial Líquida	20.000,00	9.898,62	2.364,00
Receita Patrimonial	180.000,00	109.858,53	112.299,33
(-) Aplicações Financeiras	160.000,00	99.959,91	109.935,33
Transferências Correntes	17.415.300,00	13.615.892,42	12.091.286,81
F.P.M.	5.600.000,00	4.494.801,12	4.093.723,84
I.P.V.A	400.000,00	283.526,04	280.963,94
I.C.M.S.	7.600.000,00	6.208.737,30	5.406.157,63
Convênios	170.000,00	189.109,29	143.023,80
Outras Transferências Correntes	3.645.300,00	2.439.718,67	2.167.417,60
Demais Receitas Correntes	474.000,00	252.802,13	530.356,24
Dívida Ativa	124.000,00	79.176,87	71.054,34
Diversas Receitas Correntes	350.000,00	173.625,26	459.301,90
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	676.574,32	319.918,03
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	676.574,32	319.918,03
Convênios	0,00	0,00	196.680,00
Outras Transferências de Capital	0,00	676.574,32	123.238,03
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	676.574,32	319.918,03
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	19.401.300,00	15.554.832,65	13.952.771,69

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	19.656.561,28	16.021.976,36	15.062.320,40	14.349.332,55	13.811.845,87
Pessoal e Encargos Sociais	8.981.322,84	6.907.920,04	6.078.357,31	6.868.575,50	6.026.067,43
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.670.238,44	9.114.056,32	8.983.963,09	7.480.757,05	7.785.778,44
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.651.561,28	16.021.976,36	15.062.320,40	14.349.332,55	13.811.845,87
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.192.240,72	872.168,91	1.742.230,39	793.619,27	915.978,27
Investimentos	963.240,72	649.002,33	1.475.563,73	571.397,05	693.755,97
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	229.000,00	223.166,58	266.666,66	222.222,22	222.222,30
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	963.240,72	649.002,33	1.475.563,73	571.397,05	693.755,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	20.629.802,00	16.670.978,69	16.537.884,13	14.920.729,60	14.505.601,84
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.228.502,00	-1.116.146,04	-2.585.112,44	634.103,05	-552.830,15
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	666.371,38	-	551.860,42	0,00
Superávit Financeiro	-	666.371,38	-	551.860,42	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-426.000,00

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO



## Publicação Nº 1425827

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES														RP NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,00							
PODERÓRGÃO																									
Inscritos															Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
Em Exercícios Anteriores															Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)															-	-	-	-	1.725,93	1.289.110,16	345.679,24	-	945.156,85	945.156,85	
EXECUTIVO															0,00	0,00	0,00	0,00	1.725,93	1.289.110,16	345.679,24	0,00	945.156,85	945.156,85	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA															0,00	0,00	0,00	0,00	1.725,93	1.289.110,16	345.679,24	0,00	945.156,85	945.156,85	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE															0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.935,00	1.935,00	0,00	0,00	0,00	
SEC MUN DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS															0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00	70,00	0,00	70,00	70,00	
SEC MUN DA AGRICULTURA IND. E COMERCIO															0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.597,00	3.597,00	0,00	0,00	0,00	
SEC MUN TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO															0,00	0,00	0,00	0,00	1.725,93	1.283.438,16	340.077,24	0,00	945.086,85	945.086,85	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)															-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
															0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):															0,00	0,00	0,00	0,00	1.725,93	1.289.110,16	345.679,24	0,00	945.156,85	945.156,85	
FONTE:																									

**FONTE:**

**RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 8**

Publicação Nº 1425829

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.247.000,00	1.247.000,00	783.516,20	62,83
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	203.000,00	203.000,00	142.364,01	70,13
1.1.1- IPTU	180.000,00	180.000,00	132.395,42	73,55
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU		23.000,00	9.968,59	43,34
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	157.000,00	157.000,00	121.433,63	77,35
1.2.1- ITBI	155.000,00	155.000,00	121.433,63	78,34
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI		2.000,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	657.000,00	657.000,00	263.829,13	40,16
1.3.1- ISS	655.000,00	655.000,00	261.982,07	40,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS		2.000,00	1.847,06	92,35
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	230.000,00	230.000,00	255.889,43	111,26
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)		0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR		0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR		0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	17.181.000,00	17.181.000,00	13.803.392,26	80,34
2.1- Cota-Parte FPM	7.000.000,00	7.000.000,00	5.545.305,07	79,22
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.000.000,00	7.000.000,00	5.252.521,21	75,04
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d		0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e		0,00	292.783,86	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.500.000,00	9.500.000,00	7.760.920,57	81,69
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	27.835,00	69,59
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	109.039,29	77,89
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	5.885,78	588,58
2.6- Cota-Parte IPVA	500.000,00	500.000,00	354.406,55	70,88
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro		0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>18.428.000,00</b>	<b>18.428.000,00</b>	<b>14.586.908,46</b>	<b>79,16</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>		0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	155.000,00	155.000,00	114.934,56	74,15
5.1- Transferências do Salário-Educação	155.000,00	155.000,00	114.657,28	73,97
5.2- Transferências Diretas - PDDE		0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE		0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE		0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE		0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE		0,00	277,28	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	170.000,00	170.000,00	189.109,29	111,24
6.1- Transferências de Convênios	170.000,00	170.000,00	189.109,29	111,24
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios		0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	134.000,00	134.000,00	128.781,86	96,11
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>459.000,00</b>	<b>459.000,00</b>	<b>432.825,71</b>	<b>94,30</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.436.200,00	3.436.200,00	2.702.119,75	78,64
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.400.000,00	1.400.000,00	1.050.503,95	75,04
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.900.000,00	1.900.000,00	1.552.183,27	81,69
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	5.567,00	69,59
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	28.000,00	28.000,00	21.807,91	77,89
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	1.177,11	588,55
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	100.000,00	100.000,00	70.880,51	70,88
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.460.000,00	1.460.000,00	1.031.497,28	70,65
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.450.000,00	1.450.000,00	1.026.686,06	70,81
11.2- Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	4.811,22	48,11
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.986.200,00</b>	<b>-1.986.200,00</b>	<b>-1.675.433,69</b>	<b>84,35</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.210.000,00	1.320.000,00	939.548,14	71,18	939.548,14	71,18
13.1- Com Educação Infantil	310.000,00	380.000,00	266.599,63	70,16	266.599,63	70,16
13.2- Com Ensino Fundamental	900.000,00	940.000,00	672.948,51	71,59	672.948,51	71,59
14- OUTRAS DESPESAS	250.000,00	165.027,75	145.838,55	88,37	127.142,40	77,04
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	250.000,00	165.027,75	145.838,55	88,37	127.142,40	77,04
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.460.000,00	1.485.027,75	1.085.386,69	73,09	1.066.690,54	71,83
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.066.690,54
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						91,09
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						12,33
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-3,41

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	455.000,00	495.000,00	313.550,85	63,34	301.719,05	60,95
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.625.000,00	2.649.027,75	2.160.961,08	81,58	1.991.442,17	75,18
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.150.000,00	1.105.027,75	818.787,06	74,10	800.090,91	72,40
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.475.000,00	1.544.000,00	1.342.174,02	86,93	1.191.351,26	77,16
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.080.000,00	3.144.027,75	2.474.511,93	78,71	2.293.161,22	72,94
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-1.675.433,69
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						4.811,22
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-1.670.622,47
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						3.963.783,69
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						27,17

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	155.000,00	155.000,00	138.083,10	89,09	100.737,93	64,99
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	527.000,00	606.376,90	503.112,53	82,97	402.265,83	66,34
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	682.000,00	761.376,90	641.195,63	84,22	503.003,76	66,07
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	3.762.000,00	3.905.404,65	3.115.707,56	79,78	2.796.164,98	71,60
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (j)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00			0,00
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00			0,00
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00			0,00

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	25.027,75	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.045.644,75	114.657,28
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.040.214,30	100.737,93
48.1 Orçamento do Exercício	1.040.214,30	100.737,93
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.811,22	277,28
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	35.269,42	14.196,63
51- (+) Ajustes	1.396,98	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	1.396,98	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	36.666,40	14.196,63

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

## RREO - 5º BIMESTRE - ANEXO 9

Publicação Nº 1425830

Município de XAVANTINA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>					
DESPESAS DE CAPITAL	1.192.240,72	872.168,91	793.619,27	0,00	320.071,81
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>1.192.240,72</b>	<b>872.168,91</b>	<b>793.619,27</b>	<b>0,00</b>	<b>320.071,81</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-1.192.240,72</b>	<b>-872.168,91</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-320.071,81</b>

FONTE:

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL) N. 001/2017**

Publicação Nº 1426478

ATA DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL) n. 001/2017

As quatorze horas do dia dez de novembro do ano de dois mil e dezessete, na sede da Câmara de Vereadores de Xavantina-SC, presentes os integrantes da Comissão de Licitação, conforme Portaria CVXV n. 008/2017, sendo presidente e pregoeira LEONORA BRANDELERO KIPPER, secretária ELIZANDRA GRANOSKI e o membro LEANDRO BALBINOT, foi aberto o certame na modalidade Pregão Presencial, tipo Empreitada por Preço Global – Execução Indireta, e forma de julgamento pelo Menor Preço Global, nos termos da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei Federal n. 8.666/1993 e demais normas regulamentares aplicáveis, e de acordo com as condições estabelecidas no edital, para a contratação de licença de uso de aplicativos (softwares) voltados à contabilidade pública.

Compareceu a licitante BETHA SISTEMAS LTDA., inscrita no CNPJ 00.456.865/0001-67, por seu preposto devidamente credenciado nos termos do Item 03 do Edital, Sr. ADRIANO LUIZ MARCANTE, que protocolizou os documentos e proposta na secretaria da Câmara de Vereadores de Xavantina as treze horas e doze minutos, os quais foram recebidos por tempestivos.

Aberto o envelope 01 (proposta), os documentos foram conferidos pela comissão de licitação, devidamente rubricados, estando de acordo com as exigências do Item 05 Edital.

Debatida a proposta, foi aceita pela comissão de licitação por se coadunar com o valor que vinha sendo praticado dos contratos anteriores.

Aberto o envelope 02 (habilitação), os documentos foram conferidos pela comissão de licitação, devidamente rubricados, estando de acordo com as exigências do Item 05 Edital.

Por unanimidade, a comissão de licitação decidiu pela contratação da licitante, por ter atendido aos pressupostos do Edital e apresentar proposta razoável e viável com os interesses públicos da Câmara de Vereadores de Xavantina.

Encaminhe-se para a confecção e assinatura do contrato.

Eu, LEONORA BRANDELERO KIPPER, presidente e pregoeira, confecciono e assino a presente ata, encerrando o certame as quatorze horas e quarenta e oito minutos, do dia dez de novembro do ano de dois mil e dezessete.

LEONORA BRANDELERO KIPPER ELIZANDRA GRANOSKI  
Presidente e Pregoeira Secretária

LEANDRO BALBINOT GIAN CARLO POSSAN  
Membro Assessor Jurídico

ADRIANO LUIZ MARCANTE  
Preposto do Licitante

# Xaxim

## PREFEITURA

### Decreto 413

Publicação Nº 1425937

DECRETO Nº. 413/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 13 de novembro de 2017, a Sra. RANGELE FATIMA MUNEROL ATUATTI, CPF: 023.025.250-86, no cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Fazenda, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de novembro de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 0144/2014

Publicação Nº 1426622

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO

Contrato nº 0144/2014

Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratado: CONSTRUTORA COLINA LTDA-ME

Objeto: Ampliação de edificação em alvenaria destinada ao espaço de educação infantil - Creche Maria Lunedo Batistella, com área a construir de 331,12 m² na Rua Luiz Roman - Bairro Ari Lunardi.

Aditivo: 4º Termo Aditivo de valor, com fundamento legal inciso I, "b" do art. 65 e §1º, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato.

Valor: R\$ 23.465,90 (vinte e três mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos) de aditivo do quantitativo de 6,42%.

Licitação: Processo Licitatório nº 0124/2014, Tomada de Preço nº 0008/2014

Xaxim/SC, 10 de Novembro de 2017. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.



# Zortéa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 093/2017 - DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES

Publicação Nº 1425465

DECRETO Nº 093/2017 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I e II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0554/2016 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA

Artigo 1º - Fica suplementada nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Municipal nº. 0554/2016, de 08 de dezembro de 2016, Art. 6 inc. I e II, a importância de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Projeto Red Despesa Fonte Valor  
2017 Manutenção da Educação Infantil  
043 3.1.90.00.00 – Despesas de Custeio 00.18 25.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do presente crédito suplementar, serão utilizados os recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na fonte de recursos acima identificadas – PCASP/2017, conforme Demonstrativo anexo.

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo, autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Zortéa:

Proj/Ativ	Rubrica	Descrição	Fonte	Valor
2026	3.3.90.00.00	Despesas Correntes – 065	00.00	15.000,00
Total				15.000,00

Artigo 4º Com anulação objeto do Art. 3º, ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, dentro do mesmo projeto/atividade:

Proj/Ativ	Rubrica	Descrição	Fonte	Valor
2026	4.4.90.00.00	Despesas de Capital – 067	00.00	15.000,00
Total				15.000,00

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 30 de outubro de 2017.  
ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 30 de outubro de 2017.

BIRAJARA CESAR DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### DECRETO Nº 094/2017 - DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES

Publicação Nº 1425471

DECRETO Nº 094/2017 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I e II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0554/2016 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA

Artigo 1º - Fica suplementada nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Municipal nº. 0554/2016, de 08 de dezembro de 2016, Art. 6 inc. I e II, a importância de R\$ 94.400,00 (Noventa e quatro mil e quatrocentos

reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Projeto Red Despesa Fonte Valor

2027 Manutenção do Departamento de Obras Públicas

072 3.1.90.00.00 – Despesas de Custeio 00.00 40.000,00

2025 Manutenção da Diretoria de Meio Ambiente, Água e Esgoto

061 3.3.90.00.00 – Despesas de Custeio 00.00 30.000,00

2009 Merenda Escolar – Ensino Fundamental

027 3.3.90.00.00 – Despesas de Custeio 00.37 2.800,00

2047 Merenda Escolar – Pré-Escolar

050 3.3.90.00.00 – Despesas de Custeio 00.37 5.000,00

2048 Merenda Escolar – Creche

048 3.3.90.00.00 – Despesas de Custeio 00.37 1.600,00

2026 Manutenção da Iluminação Pública

067 4.4.90.00.00 – Despesas de Capital 00. 15.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do presente crédito suplementar, serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro na fonte de recursos acima identificadas – PCASP/2016, verificados no Balanço Financeiro do Exercício de 2016.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 30 de Outubro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 30 de Outubro de 2017.

BIRAJARA CESAR DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## **DECRETO Nº 098/2017 - DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES - SAÚDE**

Publicação Nº 1425472

DECRETO Nº 098/2017 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I e II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0554/2016 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

Artigo 1º - Ficam suplementadas nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Municipal nº. 0554/2016, de 08 de dezembro de 2016, Art. 6 inc. I e II, a importância de R\$ 65.400,00 (Sessenta e cinco mil e quatrocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Projeto Red Despesa Fonte Valor

2042 Manutenção da Atenção Básica de Saúde 008 3.1.90.00.00 – Despesas de Custeio 0038.08 9.500,00

010 3.1.90.00.00 – Despesas de Custeio 0038.12 10.000,00

015 3.3.90.00.00 – Despesas de Custeio 0038.13 12.000,00

018 3.3.90.00.00 – Despesas de Custeio 0038.18 5.500,00

021 3.3.90.00.00 – Despesas de Custeio 0067.70 9.000,00

030 3.3.90.00.00 – Despesas de Custeio 0038.12 4.400,00

032 3.3.90.00.00 – Despesas de Custeio 0038.10 15.000,00

Artigo 2º - Para cobertura do presente crédito suplementar, serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro na fonte de recursos acima identificadas – PCASP/2016, verificados no Balanço Financeiro do Exercício de 2016.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 10 de novembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 10 de novembro de 2017

.

BIRAJARA CESAR DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

# Associações

## AMOSC

### RESOLUÇÃO N° 05/2017

Publicação N° 1425839

#### RESOLUÇÃO N° 05/2017

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita de Arvoredo e Presidente da Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, inciso VIII e art. 26, inciso XV do Estatuto Social:

#### RESOLVE

#### I – DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 1º A Receita para o exercício de 2018, estimada em R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), será arrecadada na forma do Anexo 1 integrante desta Resolução, com o seguinte desdobramento:

#### RECEITA

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Receitas Operacionais	2.800.000,00
Receita de Contribuições dos Municípios	2.750.000,00
Receitas Financeiras	20.000,00
Outras Receitas	30.000,00
TOTAL	2.800.000,00

Art. 2º A Despesa para o exercício de 2018, fixada em R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), será realizada em conformidade com os Anexos 2 e 3, integrante desta Resolução, definidas no Plano de Diretrizes e Metas, com o seguinte desdobramento:

#### DESPESA POR DEPARTAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Secretaria Executiva	500.000,00
Departamento Técnico	1.400.000,00
Departamento Administrativo	900.000,00
TOTAL	2.800.000,00

#### DESPESA OPERACIONAIS

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Despesas Operacionais	2.800.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.300.000,00
Despesas Administrativas	500.000,00
TOTAL	2.800.000,00

#### II – DO PLANO DE DIRETRIZES E METAS

Art. 3º O Plano de Diretrizes e Metas para o exercício de 2018 será executado tomando por base as ações prioritárias definidas pela Diretoria Executiva, Secretaria Executiva, Departamento Técnico, Departamento Administrativo e seus respectivos Setores, conforme Anexo 4, integrante desta Resolução.

Art. 4º Fica o Presidente da AMOSC autorizado a remanejar o presente orçamento em até 20% (vinte por centos), visando adequar a receita a despesa.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Chapecó, SC, 10 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita de Arvoredo

Presidente da AMOSC

**RESOLUÇÃO Nº 06/2017**

Publicação Nº 1425837

**RESOLUÇÃO Nº 06/2017**

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, no uso de atribuições conferidas pelo art. 26, inciso X, do Estatuto Social, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária.

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar a baixa de bens móveis descritos abaixo constantes do cadastro patrimonial da AMOSC, por considerá-los inservíveis, procedendo-se a alienação dos mesmos.

Plaqueta	Descrição do Bem	R\$	Setor Responsável	Data Aquisição
693	Plotter HP novo designjet 500 42 pol com as seguintes especificações: memória mínima 16 mb e expansível até no mínimo 128 mb, resolução mínima de impressão 600x600 dpi no modo normal, velocidade de impressão em cores (cmyk) no modo normal (default) de no mínimo 3,3 m2, comprimento do papel ou rolo de no mínimo 90 cm, tecnologia de impressão por jato de tinta, alimentação por folha solta ou rolo, com cortador automático e base de apoio móvel.	1.619,00	Engenharia	28/03/2005
706	Microcomputador processador intel 3.2 ghz, 800 mhz box, mb intel d102 ggcl box, memória ddr 1024 mb ddr2, hd 80 gb, 7200 rpm sansung, gravador dvd, monitor sansung 15", placa de vídeo 64 mb, gabinete kit c/mouse óptico, teclado e drive 1.44.	199,50	Plotter	05/02/2007
721	Purificador de água purific ecológico 10 l, transparente c/ instalação hidráulica.	89,98	Recepção	26/11/2008
725	Microcomputador processador intel dual core e5200 2.5, memória 1 gb, ddr2, teclado ps/2 genius preto, placa mãe pc ware, mouse ps/2 óptico genius preto, drive gravador cd/dvd sata preto, placa de vídeo 256 mb, monitor 17" lg, gabinete atx preto.	122,87	Social	07/04/2009
819	Microcomputador compusonic mode dci3, 3220 4gb ddr3 500 gb, com monitor.	515,99	Agrimensura	04/06/2013

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 10 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita de Arvoredo

Presidente da AMOSC

**ANEXO 1**

Publicação Nº 1425840

**Estado de Santa Catarina**  
**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA**

**Exercício: 2018**  
**Anexo 1**

**RECEITAS OPERACIONAIS**

Especificação	Arrecadada			Orçada 2017	Estimada 2018
	2014	2015	2016		
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>2.178.271,86</b>	<b>2.439.422,87</b>	<b>2.495.175,87</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>2.800.000,00</b>
<b>RECEITA CONTRIBUIÇÃO MUNICÍPIOS</b>	<b>2.029.800,00</b>	<b>2.413.500,00</b>	<b>2.468.300,00</b>	<b>2.750.000,00</b>	<b>2.750.000,00</b>
Águas de Chapecó	79.200,00	90.000,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
Águas Frias	79.200,00	90.000,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
Arvoredo	-	67.500,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
Caxambu do Sul	79.200,00	90.000,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
Chapecó	321.600,00	372.000,00	376.000,00	350.000,00	350.000,00
Cordilheira Alta	79.200,00	90.000,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
Coronel Freitas	128.400,00	156.000,00	157.600,00	160.000,00	160.000,00
Formosa do Sul	79.200,00	90.000,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
Guatambu	79.200,00	90.000,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
Irati	85.800,00	97.500,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
Jardinópolis	79.200,00	90.000,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
Nova Erechim	79.200,00	82.500,00	98.400,00	110.000,00	110.000,00
Nova Itaberaba	79.200,00	90.000,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
Pinhalzinho	128.400,00	156.000,00	157.600,00	160.000,00	160.000,00
Planalto Alegre	79.200,00	90.000,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
Quilombo	128.400,00	156.000,00	157.600,00	160.000,00	160.000,00
Santiago do Sul	79.200,00	90.000,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
São Carlos	128.400,00	156.000,00	157.600,00	160.000,00	160.000,00
Serra Alta	79.200,00	90.000,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
Sul Brasil	79.200,00	90.000,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
União do Oeste	79.200,00	90.000,00	90.900,00	110.000,00	110.000,00
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>10.975,01</b>	<b>16.271,19</b>	<b>19.988,75</b>	<b>10.000,00</b>	<b>20.000,00</b>
Remuneração Depósitos Bancários	10.975,01	16.271,19	19.988,75	10.000,00	20.000,00
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>137.496,85</b>	<b>9.651,68</b>	<b>6.887,12</b>	<b>40.000,00</b>	<b>30.000,00</b>
Receitas Diversas	137.496,85	9.651,68	6.887,12	40.000,00	30.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.178.271,86</b>	<b>2.439.422,87</b>	<b>2.495.175,87</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>2.800.000,00</b>

Chapecó, SC, 10 de novembro de 2017.

Janete Paravizi Bianchin  
 Prefeita de Arvoredo  
 Presidente da AMOSC

Paulo Utzig  
 Secretário Executivo  
 CRC/SC 11.615/1-0

**ANEXO 2**

Publicação Nº 1425841

**Estado de Santa Catarina**  
**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA**

**Exercício: 2018**  
**Anexo 2**

**DESPESAS OPERACIONAIS**

Especificação	R e a l i z a d a			Fixada 2017	Prevista 2018
	2014	2015	2016		
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>2.242.470,80</b>	<b>2.472.346,91</b>	<b>2.562.677,30</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>2.800.000,00</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>1.681.964,73</b>	<b>2.098.620,34</b>	<b>2.252.695,18</b>	<b>1.850.000,00</b>	<b>2.300.000,00</b>
Pessoal	1.245.550,00	1.662.112,44	1.742.132,91	1.400.000,00	1.700.000,00
Obrigações Patronais	436.414,73	436.507,90	510.562,27	450.000,00	600.000,00
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>560.506,07</b>	<b>373.726,57</b>	<b>309.982,12</b>	<b>950.000,00</b>	<b>500.000,00</b>
Despesas Administrativas	472.646,89	366.983,56	304.429,41	800.000,00	500.000,00
Outras Despesas	87.859,18	6.743,01	5.552,71	150.000,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.242.470,80</b>	<b>2.472.346,91</b>	<b>2.562.677,30</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>2.800.000,00</b>

Chapecó, SC, 10 de novembro de 2017.

Janete Paravizi Bianchin  
Prefeita de Arvoredo  
Presidente da AMOSC

Paulo Utzig  
Secretário Executivo  
CRC/SC 11.615/1-0



**ANEXO 3**

Publicação Nº 1425842

**Estado de Santa Catarina  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA****Exercício 2018****Anexo 3****DESPESAS POR DEPARTAMENTO****SECRETARIA EXECUTIVA**

<b>Especificação</b>	<b>Prevista 2018</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>500.000,00</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>400.000,00</b>
Pessoal	300.000,00
Obrigações Patronais	100.000,00
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>100.000,00</b>
Despesas Administrativas	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>500.000,00</b>

**DEPARTAMENTO TÉCNICO**

<b>Especificação</b>	<b>Prevista 2018</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.400.000,00</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>1.150.000,00</b>
Pessoal	850.000,00
Obrigações Patronais	300.000,00
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>250.000,00</b>
Despesas Administrativas	250.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.400.000,00</b>

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

<b>Especificação</b>	<b>Prevista 2018</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>900.000,00</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>750.000,00</b>
Pessoal	550.000,00
Obrigações Patronais	200.000,00
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>150.000,00</b>
Despesas Administrativas	150.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>900.000,00</b>

<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.800.000,00</b>
--------------------	---------------------

Chapecó, SC, 10 de novembro de 2017.

Janete Paravizi Bianchin  
Prefeita de Arvoredo  
Presidente da AMOSCPaulo Utzig  
Secretário Executivo  
CRC/SC 11.615/1-0

# Consórcios

## AGIR

### DECISÃO FINAL Nº 20/2017 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 38-2017 - AGIR

Publicação Nº 1426439

DECISÃO FINAL nº 020/2017

Procedimento Administrativo nº 038/2017.

OBJETO: Análise do pleito de revisão tarifária extraordinária do contrato de concessão nº 042/2017, firmado em 18 de abril de 2017, cujo objeto é a Prestação e Exploração do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros no município de Blumenau, exclusivamente na modalidade convencional.

SOLICITANTE: Município de Blumenau, através do SETERB.

#### RELATÓRIO

Adoto, em parte nas razões de decidir, o relatório lançado no Parecer Administrativo nº 036/2017, sob item 2. DO RELATÓRIO que integra o presente Procedimento e que transcrevo:

Na data de 04 de agosto de 2017, em correspondência (Protocolo SETERB nº 533/2017), a BluMob – Concessionária de Transporte Urbano de Blumenau SPE (Sociedade de Propósito Específico) Ltda. encaminhou ao SETERB, com cópia para a Prefeitura Municipal de Blumenau, correspondência solicitando a RTE (Revisão Tarifária Extraordinária) praticada pelo serviço de transporte urbano, a fim de reestabelecer o Reequilíbrio Contratual, visto a aprovação Nacional do Decreto nº. 9.101/2017, de 20 de julho de 2017, pela Presidência da República, que autorizou o incremento dos impostos PIS e CONFINS, sobre os diversos combustíveis, neste caso o Diesel S10.

O pedido de RTE de transporte público está acompanhado de parecer técnico sobre a elevação do Diesel S10 ocorrida em julho de 2017, que apresenta em seu conteúdo o embasamento para a solicitação do pleito. Aborda também os critérios técnicos e jurídicos, com o posicionamento de diversos juristas quanto a interpretação legal de aumento tributário sobre insumos de produção e o impacto sobre o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, a destacar o fato do príncipe. Neste documento, a Concessionária apresenta também como o contrato deveria ser reequilibrado, ou seja, considerando a regra de reajuste, definida no mesmo e incrementando ao preço do combustível, com referência à dezembro de 2016, o aumento tributário ocorrido. Para fins de cálculo, os demais índices considerados na equação de reajuste, foram zerados, não causando nenhum outro impacto à tarifa.

A solicitação de RTE de transporte público do Município de Blumenau foi encaminhada ao SETERB,

que na data de 22 de agosto de 2017 emitiu o MEMORANDO/JURÍDICA/SETERB N. 439, em res

posta à solicitação da BluMob. Neste memorando, o SETERB reconhece o direito contratual para solicitação de RTE visto as condições de desequilíbrio, destacando que apesar de ser o órgão designado no contrato para fiscalizar a Concessão, não é o órgão competente para conceder reajustes ou revisões da tarifa, informando que cabe ao Poder Concedente ou a Agência de Regulação avaliar tal pleito.

O SETERB como agente integrante ao processo de fiscalização deste serviço, apresentou ainda, no Parecer citado, algumas ponderações a respeito do pedido de RTE, entendendo que por se tratar de um ajuste no preço de insumo, não cabe o pedido de RTE, sendo que a perda por preço seria compensada no Reajuste Tarifário e “que a diferença total do incremento causado pelo acréscimo de imposto sobre os combustíveis (de R\$0,21) não chegaria de forma completa ao usuário final”

Com base no exposto, em 15 de setembro de 2017, a BluMob encaminhou à Procuradoria Geral do Município de Blumenau, com cópia para o SETERB, uma comunicação com o assunto: Reequilíbrio Contratual – Elevação de PIS/CONFINS. Nesta comunicação, apresentou respostas aos questionamentos realizados pelo próprio SETERB no MEMORANDO/JURÍDICA/SETERB N. 439, que justificam a solicitação de RTE, apresentou também, através de duas notas fiscais, a variação do custo do combustível antes e depois do incremento tributário ocorrido no dia 20 de julho de 2017, demonstrando assim, a variação no preço do insumo combustível. Reafirmando o direito de reequilíbrio do Contrato, visto a situação ocorrida.

Após a juntada daquele parecer, foi acostado o Parecer Jurídico nº 070/2017, que aponta os textos legais a serem observados, bem como explora, corretamente, aspectos do edital e também aborda o Parecer Administrativo e, conclui pelo indeferimento ao pleito de revisão extraordinária, com fundamento nas normas contratuais aplicáveis.

#### DA DECISÃO

O Procedimento Administrativo aberto no dia 11 de outubro de 2017, deu início a análise desta Agência Reguladora, ao pedido de Revisão Extraordinária apresentado pela detentora do serviço de concessão do transporte coletivo de Blumenau, BLUMOB, tendo como argumento técnico de que com a edição do Decreto Federal n.º 9.101, ocorreu a alteração do Decreto Federal nº 5.059/2004, determinado a alteração/aumento da alíquota do PIS e da COFINS. Sustenta a concessionária em seu pleito que tal modificação (para maior) daquelas alíquotas, acarretou aumento de preço do combustível

utilizado na frota e que tal situação não era previsível e nem sazonal e por isso o direito a ser reconhecido.

Não se pode negar, dadas as características da Concessão, que cabe direito ao pedido de reequilíbrio do contrato, direito esse assegurado tanto pelas normas editalícias com pelas cláusulas contratuais posteriormente firmadas. Também deve ser reconhecido que a alteração das alíquotas contempladas no Decreto nº 9.101/2017 teve impacto direto sobre custos e receitas, além do que, a Matriz de Riscos também contempla a situação.

Há de ficar constado, e assim o tema passa a ser analisado, que o pedido deve ser tratado como revisão e não como reajuste, vez que atinge a apuração de eventual desequilíbrio ou não do contrato.

O tema é por isso, assim tratado no Parecer Administrativo nº 036/2017:

Para efeito de compreensão, considerando o preço apresentado pela Concessionária, na solicitação de reequilíbrio de Contrato, de 04 de

agosto de 2017, enviada ao SETERB, onde o preço do Diesel em dezembro de 2016, segundo ANP, era no valor de R\$ 2,53 (dois reais e cinquenta e três centavos), com o aumento tributário pleiteado, o valor do Diesel, segundo o pedido da Concessionária passará para R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos). Alterando assim, o valor do preço do litro de Diesel, na aba OPEX Variável, coluna C, linha 20, passando do preço de R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos) (Edital e proposta), para o valor de R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos), a tarifa praticada passaria para R\$ 3,91 (três reais e noventa e um centavos), indicada na aba Resumo Tarifa, coluna C, linha 12, ou seja, uma diferença de R\$ 0,01 (um centavo) no valor da tarifa.

Atente-se, outrossim, que a alteração da tarifa pública pela prestação dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros, no valor de R\$ 3,91 (três reais e noventa e um centavos), cujo valor obviamente trará complicações a Concessionária e eventual prejuízo aos usuários/consumidores, quando o pagamento da tarifa ocorrer em dinheiro e a correlata entrega do troco ao usuário, notadamente se considerarmos a relativa escassez das moedas de R\$ 0,01 (um centavo).

Feitas as análises e projeções econômico/financeiras, há o convencimento que a alteração das alíquotas do PIS e da CONFINS, não resulta em desequilíbrio contratual econômico financeiro para a Concessão, além do que, o fluxo de caixa da Concessionária tem capacidade para suportar o referido aumento.

A Constituição Federal, art. 37, incisos XXI, a Lei 8.666/93, em seus artigos de nº 65, incisos II, letras "d", o Edital nº 038/2016, em seu Anexo V, item 3, subitem 3.4, letras a, b e c, Anexo VI, itens 33 e 43, o o Contrato nº 042/2017, em sua Cláusula Vigésima Nona, dão o contorno e o amparo legal que leva a essa decisão:

I - INDEFERE-SE, portanto, o pedido de reequilíbrio econômico financeiro, tratado como revisão tarifária extraordinária, por entender que não ocorre o desequilíbrio econômico financeiro da concessão dos serviços de transporte coletivo urbano de Blumenau, operada por BLUMOB CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE URBANO DE BLUMENAU SPE LTDA.

Por outro lado, em havendo necessidade, essa variação dos preços, havida por força da elevação do PIS e da COFINS, mediante devida comprovação, poderá ser devidamente compensada quando da revisão ordinária do contrato, mantendo-se inalterada, o valor da tarifa ora praticada.

A presente Decisão entra em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM), órgão de publicidade oficial da AGIR e está disponível no site da AGIR, qual seja [www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br).

A decisão ora proferida deverá ser publicada de forma reduzida, pela CONCEDENTE, em jornal de ampla circulação local na área de abrangência da concessão.

Extraí-se cópias desta decisão, bem como dos demais documentos pertinentes e, ENCAMINHA-SE ÀS PARTES (SETERB, BLUMOB, PREFEITO MUNICIPAL DE BLUMENAU) para conhecimento e apresentação de recurso, em havendo, no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo manifestação, DETERMINA-SE O ARQUIVAMENTO deste Procedimento Administrativo, juntando-se, inclusive, cópias das publicações.

Essa a Decisão.

Blumenau, 13 de novembro de 2017.

Heinrich Luiz Pasold

Diretor Geral.

## CIGA

### Extrato de Contrato n. 363 - Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste

Publicação Nº 1426513

EXTRATO DE CONTRATO Nº 363/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste

CNPJ: 17.357.220/0001-70

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 06 de novembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 364 - Prefeitura Municipal de Galvão**

Publicação Nº 1426523

EXTRATO DE CONTRATO Nº 364/2017  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Galvão  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Galvão  
CNPJ: 83.009.902/0001-16  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Micro-empresendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.810,00 (seis mil e oitocentos e dez reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2017.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 365 - Prefeitura Municipal de Forquilha**

Publicação Nº 1426536

EXTRATO DE CONTRATO Nº 365/2017  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Forquilha  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Forquilha  
CNPJ: 81.531.162/0001-58  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3ª Termo Aditivo ao contrato 181/2015  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 11.730,00 (onze mil e setecentos e trinta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 30 de outubro de 2017.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**CIMVI****LICITAÇÃO Nº 016/2017 - ATA DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Publicação Nº 1425618

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI  
ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO – LICITAÇÃO Nº 016/2017

Às nove horas e dez minutos, do décimo terceiro dia, do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, na sede do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Resolução 189-17, sob a presidência da Sra. Patricia Barbaresco, estando presentes os membros André Moro da Silva e Arlete Regilene Scoz e representando a empresa SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP, o Sr. Alexandre Carvalho, representando a empresa TRANSÓLIDO TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA ME, o Sr. Jonathan David Karp, representando a empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP, o Sr. Rui Jan Dobner para abertura dos envelopes de habilitação da Licitação nº 016/2017 – Tomada de Preços.

Protocolaram tempestivamente os envelopes de habilitação e proposta as seguintes empresas: ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP, REVIVA VERDE COMERCIO DE RESÍDUOS E SUCATAS EIRELI ME, TRANSÓLIDO TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA ME e SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente, portanto, prosseguiu com a abertura dos envelopes de Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos nele contidos.

Aberta a palavra aos licitantes, foram feitas as seguintes manifestações por escrito, as quais esta Comissão registra a seguir:

- Observações realizadas por escrito (anexa) pelo representante da empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP, Sr. Rui Jan Dobner:

1. O endereço das empresas SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP e REVIVA VERDE COMERCIO DE RESÍDUOS E SUCATAS EIRELI ME é o mesmo para ambas empresas;

2. A empresa SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP:

- não apresentou CREA da pessoa física como exige o item 5.3, IV, "A" do Edital;

- o Balanço apresentado não atende à norma legal, uma vez que não foi apresentado o protocolo de recebimento do balanço junto à Receita Federal;

- não apresentou vínculo do engenheiro constante na pessoa jurídica do CREA com a empresa.

3. A empresa REVIVA VERDE COMERCIO DE RESÍDUOS E SUCATAS EIRELI ME:

- não apresentou CREA da pessoa física como exige o item 5.3, IV, "A" do Edital;

- não comprova vínculo do engenheiro constante da pessoa jurídica do CREA com a empresa;

4. A empresa TRANSÓLIDO TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA ME:

- não cumpriu o item 5.1 do Edital, para empresa não cadastradas a apresentação da documentação 3 dias antes da data prevista para a abertura do certame;

- Observações realizadas por escrito (anexa) pelo representante da empresa SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP, Sr. Alexandre Carvalho:

1. Empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP: não consta os serviços relacionados no Edital; empresa não tem comprovantes de já haver efetuado este tipo de serviço. Não consta atividade no CNPJ.

2. Empresa TRANSÓLIDO TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA ME: comprovantes junto ao CREA/SC e licenças e não apresentou CRC.

- Observações realizadas por escrito (anexa) pelo representante da empresa TRANSÓLIDO TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA ME, Sr. Jonathan David Karp:

1. Solicita a inabilitação das empresas abaixo relacionadas devido ao não atendimento do Edital 016/2017:

- A empresa SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP:

- não atendeu o item IV – Qualificação Técnica ("a") pois não apresentou prova de registro de seus responsáveis técnicos no CREA;

- não atendeu o item IV, letra "b", pois não informou o nome do responsável técnico.

- não atendeu o item III – Qualificação Econômico-Financeira, pois apresentou balanço patrimonial fora da lei, pois não apresentou as notas explicativas.

- A empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP não atendeu o item 4.1 – Condições de Participação, pois não possui ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, o que impede de realizar atividade de transporte de resíduos.

- A empresa REVIVA VERDE COMERCIO DE RESÍDUOS E SUCATAS EIRELI ME:

- não atendeu o item III – Qualificação Econômico-Financeira, pois possui patrimônio líquido de R\$69.563,21, inferior a 10% do valor estimado para contratação. Também não apresentou notas explicativas;

- não atendeu o item IV – Qualificação Técnica, "a", pois não apresentou registro de responsável técnico no CREA;

- não atendeu o item IV, "b", pois não informou o nome do responsável técnico.

Diante disso e em razão da complexidade técnica dos documentos exigidos pelo Edital de Tomada de Preços nº 016/2017, esta Comissão decide encerrar a presente sessão pública para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas licitantes, sendo que a decisão a respeito da habilitação será publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e disponibilizada no site do CIMVI ([www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br)), contando-se prazo de recurso, se necessário, a partir da publicação no DOM/SC.

Os envelopes de PROPOSTA deverão permanecer no escritório do CIMVI, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes das empresas licitantes presentes.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PATRICIA BARBARESCO  
Presidente

ARLETE REGILENE SCOZ  
Membro

ANDRE MORO DA SILVA  
Membro



SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP  
Sr. Alexandre Carvalho

TRANSÓLIDO TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA ME  
Sr. Jonathan David Karp

ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP  
Sr. Rui Jan Dobner

## RESOLUÇÃO Nº 216 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1426634

RESOLUÇÃO Nº 216, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza a condução de veículo oficial em caráter precário, bem como autoriza o custeio de despesas de alimentação, deslocamento e estadia ao servidor Rafael Paludo para participação no Curso USO DE DRONES e VANTS EM PERÍCIAS E AVALIAÇÕES / TEORIA E PRÁTICA a ser realizado nos dias 17 e 18 de novembro e 08 e 09 de dezembro de 2017 no IBAPE-SC - Instituto Catarinense de Engenharia de Avaliações e Perícias em Florianópolis/SC.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, e

Considerando-se que o servidor Rafael Paludo é pertencente ao quadro de pessoal do Município de Indaial, mas foi colocado à disposição deste Consórcio Público pela Municipalidade para atuar como Engenheiro Florestal nas atividades de licenciamento ambiental, prestadas pelo Consórcio Público aos municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Doutor Pedrinho, Indaial, Massaranduba, Pomerode, Rio dos Cedros e Rodeio;

Considerando-se a necessidade de capacitação dos servidores para utilização de drones e vants em vistorias de empreendimentos realizadas pelos agentes do Consórcio Público nos municípios e tendo em vista a indisponibilidade de servidores deste para comparecimento no local e data pré agendadas, tudo atrelado a indisponibilidade do know-how ministrado no curso, somado ao serviço que vem sendo efetivado em parceria com o Município de Indaial, ente federado integrante do CIMVI, que disponibilizou servidor para atuação simultânea com o quadro de agentes públicos do CIMVI;

Considerando que o CIMVI e o Município de Indaial encontram-se em vias de celebrar termo de cessão de servidor efetivo, o que não impossibilita a atuação conjunta do ente federado com seu órgão da administração indireta (consórcio);

Considerando-se que o Orçamento-Programa do CIMVI dispõe de dotação orçamentária para atendimento das disposições contempladas nesta Resolução;

### RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar, em caráter precário, a condução de veículo oficial de propriedade do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI pelo servidor abaixo identificado para deslocamento a Florianópolis para participação no curso USO DE DRONES e VANTS EM PERÍCIAS E AVALIAÇÕES / TEORIA E PRÁTICA nos dias 17 e 18 de novembro de 2017 (1ª etapa do curso) e 08 e 09 de dezembro de 2017 (2ª etapa do curso):

NOME	CARGO	NÚMERO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / CATEGORIA
Rafael Paludo	Engenheiro Florestal	02942264608 / AB

Parágrafo Único – A autorização prevista no caput deste artigo contempla apenas os períodos de 17 e 18 de novembro de 2017 (1ª etapa do curso) e 08 e 09 de dezembro de 2017 (2ª etapa do curso).

Art. 2º - Autorizar o custeio de despesas de alimentação, deslocamento e estadia ao servidor Rafael Paludo, engenheiro florestal, inscrito no CPF sob o nº 005.032.810-77, RG 4083720229 SJS/RS para participação no curso USO DE DRONES e VANTS EM PERÍCIAS E AVALIAÇÕES / TEORIA E PRÁTICA nos dias 17 e 18 de novembro de 2017 (1ª etapa do curso) e 08 e 09 de dezembro de 2017 (2ª etapa do curso)

Parágrafo Único – As despesas decorrentes desta Resolução correrão a conta das dotações próprias do Orçamento Programa 2017 do CIMVI.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 10 de Novembro de 2017.  
PAULO ROBERTO WEISS  
Presidente

## CISAM

## RGF ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR OUTUBRO/2017

Publicação Nº 1425503

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC - PODER EXECUTIVO  
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/MÊS OUTUBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")							R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS - Contrato de Rateio (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - Contrato de Rateio (II)	50.426,51	0,00	20.236,07	0,00	26.229,30	3.961,14	6.942,77	0,00
Recursos Ordinários	50.426,51	0,00	20.236,07	0,00	26.229,30	3.961,14	6.942,77	0,00
TOTAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS (III)	322.543,96	0,00	(4.367,19)	13.819,89	(21.903,77)	334.995,03	1.683,89	0,00
Recursos próprios dos consórcios	322.543,96	0,00	(4.367,19)	13.819,89	(21.903,77)	334.995,03	1.683,89	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	372.970,47	0,00	15.868,88	13.819,89	4.325,53	338.956,17	8.626,66	0,00

FONTE:

Capinzal, 13/11/2017

LEOMAR EGGERS	ELISABET M. Z. SARTORI	SIDNEI PENZO
CONTADOR SC 030937/O-8	SUPERINTENDENTE	DIRETOR ADMINISTRATIVO



**CIAPS****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/001**

Publicação Nº 1425392

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 2017/001

Considerando-se:

- as cláusulas do Contrato Administrativo nº 2017/001, em especial a Cláusula Sexta, e as disposições da Lei nº 8.666/93;
- o segundo requerimento formulado pela empresa fornecedora, pleiteando revisão no preço contratado a partir desta data;
- a comprovação dos aumentos do custo dos combustíveis depois da contratação com o Consórcio Público e da revisão efetuada, com o consequente desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 542, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna — SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CIAPS, e de outro lado, o POSTO AGRICOPEL LTDA, inscrito no CNPJ nº 83.488.882/0009-60, neste ato representado por seus procuradores, Sr. Luiz Fernando de Souza, CPF nº 767.507.879-91 e Sr. Alexandre Hoepers, CPF nº 029.379.939-31, estabelecido na Avenida Quintino Bocaiuva, 269, Município de Apiuna/SC, CEP. 89.135-000, telefone: (47) 3353-1196, denominado CONTRATADO, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 2017/001, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

1.1 - O valor do combustível (Gasolina Comum) de que trata a Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 2017/001, firmado em 02/01/2017, alterado pelo Primeiro Termo Aditivo lavrado em 20/09/2017, fica novamente alterado, passando de R\$ 3,499 (três reais, quarenta e nove centavos e nove décimos de centavos) para R\$ 3,54 (três reais e cinquenta e quatro centavos), a contar desta data (24/10/2017).

Parágrafo Único – O valor global estabelecido no item 5.3 da Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 2017/001, fica corrigido com a aplicação dos novos valores estabelecidos neste Termo Aditivo para a quantidade remanescente do combustível.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 2017/001, com as alterações de que trata o Primeiro Termo Aditivo, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Apiúna (SC), 24 de Outubro de 2017.

**CIAPS CONTRATADO**

Paulo Roberto Weiss - Presidente Posto Agricopel Ltda.

Testemunhas:

Nome: Camila Alessandra Costa Nome: Etineia Berkembrock Ceruti  
CPF nº 090.614.909-60 CPF nº 049.066.219-61

## Editais de Notificação

### AGRONÔMICA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8112 487/2017

Publicação Nº 1426303

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8112 487/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAK8772	P02BU0008T	26/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGRONOMICA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8112 486/2017

Publicação Nº 1426304

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8112 486/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJN9282	54191970G	03/09/2017	54870	181 * XI
BPN8320	P02BU000BI	11/10/2017	51851	167
MAX2417	P02BU000CC	30/10/2017	51851	167
LXF9657	P02BU000CA	29/10/2017	65992	230 * V
MCN0004	P02BU000BK	11/10/2017	65992	230 * V
MFY9964	P02BU000B9	29/09/2017	65992	230 * V
MCN0004	P02BU000BL	11/10/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGRONOMICA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

### ÁGUA DOCE

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8128 1100/2017

Publicação Nº 1426276

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8128 1100/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AYV0809	P013H000HV	26/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS  
AUTORIDADE DE TRÂNSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8774 672/2017**

Publicação Nº 1425982

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8774 672/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDS0859	54293630N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDS0859	54294716N	04/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKL4345	0000099029	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MMJ7381	0000099031	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
IFO6528	0000099020	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHW9191	0000098767	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
AJH8615	0000098776	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
QBP9267	0000098821	22/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIK4895	0000098831	23/08/2017	74550	218 * I	130.16
QIU8226	0000098842	23/08/2017	74550	218 * I	130.16
MEK1564	0000098946	27/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLT8530	0000098989	29/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIU2022	0000097631	09/07/2017	74550	218 * I	130.16
MBA9031	0000097720	11/07/2017	74550	218 * I	130.16
LXL5399	0000097849	17/07/2017	74550	218 * I	130.16
MDS0657	0000097903	20/07/2017	74550	218 * I	130.16
MFD9464	0000097914	20/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLB1760	0000097934	21/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLB1760	0000097942	21/07/2017	74550	218 * I	130.16
CAA8324	0000097945	21/07/2017	74550	218 * I	130.16
MCE1800	0000097948	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
HRU2015	0000097953	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
CAA8324	0000097954	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
HRU2015	0000097979	23/07/2017	74550	218 * I	130.16
MEJ4662	0000098080	26/07/2017	74550	218 * I	130.16
BCW5599	0000098276	03/08/2017	74550	218 * I	130.16
NCN7216	0000098716	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
AWA8508	0000098722	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
EDX3094	0000098738	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJR7642	0000099043	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGF8254	0000099047	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGN8422	0000099071	02/09/2017	74550	218 * I	130.16
DDD6055	0000099072	02/09/2017	74550	218 * I	130.16
IJP6128	0000099083	02/09/2017	74550	218 * I	130.16
MLP5790	0000099095	03/09/2017	74550	218 * I	130.16

MIR6578	0000099143	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS6013	0000099008	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DDD6055	0000099048	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHI1367	0000099061	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DDD6055	0000099044	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DDD6055	0000099046	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AJB6312	0000098762	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ICB7034	0000098997	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
DDD6055	0000098998	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
DDD6055	0000099004	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCW9345	0000098896	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJL7234	0000098931	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
DDD6055	0000099028	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
DDD6055	0000099011	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
DDD6055	0000099038	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DDD6055	0000099039	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 1098/2017**

Publicação Nº 1426278

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 1098/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LZX9403 P013H000J1 06/10/2017 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 1099/2017**

Publicação Nº 1426277

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8128 1099/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCK7157	P013H000J7	10/10/2017	54600	181 * IX
MHD2623	P013H000J8	10/10/2017	54600	181 * IX
QJJ7030	P013H000IN	28/09/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 671/2017**

Publicação Nº 1425983

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8774 671/2017



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MIR5083	54306590N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
MIR5083	54306592N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
QHA8904	54312715N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MJV4835	54312716N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
QIH8861	54312717N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKH5342	0000100056	10/10/2017	74550	218 * I
MIW3557	0000100060	10/10/2017	74550	218 * I
LXJ5421	0000100068	10/10/2017	74550	218 * I
ARN7132	0000100393	25/10/2017	74550	218 * I
QHR5382	0000100419	27/10/2017	74550	218 * I
QHM9337	0000100423	27/10/2017	74550	218 * I
QHY2226	0000100429	27/10/2017	74550	218 * I
MGK0803	0000100430	27/10/2017	74550	218 * I
MIR4872	0000100434	27/10/2017	74550	218 * I
MIR4872	0000100442	27/10/2017	74550	218 * I
MLQ3642	0000100465	28/10/2017	74550	218 * I
LZH8270	0000100476	29/10/2017	74550	218 * I
MCF0042	0000100480	29/10/2017	74550	218 * I
MJD2315	0000099956	06/10/2017	74550	218 * I
MGY9854	0000099959	06/10/2017	74550	218 * I
BRD5459	0000099974	06/10/2017	74550	218 * I
LYR5474	0000099980	07/10/2017	74550	218 * I
MLD5423	0000099982	07/10/2017	74550	218 * I
ACX8406	0000100032	09/10/2017	74550	218 * I
ILZ5214	0000100034	09/10/2017	74550	218 * I
AOL8676	0000099719	26/09/2017	74550	218 * I
AOL8676	0000099730	26/09/2017	74550	218 * I
ANS6385	0000099766	27/09/2017	74550	218 * I
MFS3007	0000099788	29/09/2017	74550	218 * I
MCO4896	0000099791	29/09/2017	74550	218 * I
MKX4898	0000099831	01/10/2017	74550	218 * I
MKV7647	0000099862	30/09/2017	74550	218 * I
MJI3227	0000099877	02/10/2017	74550	218 * I
QIL7971	0000099878	30/09/2017	74550	218 * I
BBF9459	0000099504	17/09/2017	74550	218 * I
QIA8859	0000100499	30/10/2017	74550	218 * I
MKL4345	0000100515	30/10/2017	74550	218 * I
AQV5935	0000100558	01/11/2017	74550	218 * I
MLR4666	0000100574	02/11/2017	74550	218 * I
BAO0201	0000099427	15/09/2017	74630	218 * II
MFY9763	0000100506	30/10/2017	74630	218 * II
MEN9166	0000099596	22/09/2017	74630	218 * II
QIZ5482	0000099822	30/09/2017	74630	218 * II
MIP6241	0000099828	01/10/2017	74630	218 * II
MLO8403	0000100052	10/10/2017	74630	218 * II
APX6435	0000100490	29/10/2017	74630	218 * II
MMK6507	0000100457	28/10/2017	74630	218 * II
BAH0199	0000100411	26/10/2017	74630	218 * II

-----



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**ALFREDO WAGNER**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8214 723/2017**

Publicação Nº 1426208

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8214 723/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZJ9301	P03EQ0000Z	31/08/2017	51930	168	293.47
MIH9370	P03EQ0000S	30/08/2017	51851	167	195.23
LXH9087	P03EQ0000X	31/08/2017	51851	167	195.23
MFD8981	P03EQ0000Y	31/08/2017	51851	167	195.23
LXH9087	P03EQ00017	01/09/2017	51851	167	195.23
LZV4204	P03EQ00018	01/09/2017	51851	167	195.23
OLC1616	P03EQ0001G	03/09/2017	51851	167	195.23
MEA5875	P03EQ0001L	03/09/2017	51851	167	195.23
MEY6260	P03EQ00016	01/09/2017	51852	167	195.23
MJC6134	55168864E	15/08/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODEMEL  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 722/2017**

Publicação Nº 1426209

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8214 722/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MIY7955	P03EQ00092	01/11/2017	65300	228	
MEN7319	P03EQ0008C	27/10/2017	72850	250	* III
MJN7227	P03EQ0008D	27/10/2017	72850	250	* III
ILT1598	P03EQ0007K	23/10/2017	72850	250	* III
MGY7872	P03EQ0007O	23/10/2017	72850	250	* III
HLB8503	P03EQ0007R	26/10/2017	72850	250	* III
COS8889	P03EQ0005A	07/10/2017	72850	250	* III
AKC6246	P03EQ0005G	07/10/2017	72850	250	* III
DIC7174	P03EQ0005J	07/10/2017	72850	250	* III
MJU1530	P03EQ0007H	23/10/2017	72850	250	* III
ILT1598	P03EQ0007I	23/10/2017	51851	167	
AKC6246	P03EQ0005H	07/10/2017	51851	167	
MDF1971	P03EQ0003N	17/09/2017	51851	167	
LYS5153	P03EQ0007Y	26/10/2017	51851	167	
MAK9694	P03EQ00080	27/10/2017	51851	167	
LXB5025	P03EQ00083	27/10/2017	51851	167	
MEN7319	P03EQ0008B	27/10/2017	51851	167	
QHU9493	P03EQ0004L	29/09/2017	51851	167	
MDF1971	P03EQ0003O	17/09/2017	51852	167	
ILT1598	P03EQ0007J	23/10/2017	51852	167	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODEMEL

DELEGADO DE POLICIA

**ALTO BELA VISTA****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8657 249/2017**

Publicação Nº 1426013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8657 249/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

DJR8264 P034I00014 07/10/2017 55250 181 \* XV  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALTO BELA VISTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

**ANCHIETA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8250 713/2017**

Publicação Nº 1426187

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8250 713/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIL9113	P01E7000G5	26/07/2017	54600	181 * IX	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 712/2017**

Publicação Nº 1426188

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 712/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFP4481	P01E7000JB	04/10/2017	50100	162 * I
KJE4647	P01E7000KF	28/10/2017	64080	221
MFP4481	P01E7000JC	04/10/2017	65992	230 * V
APJ5641	P01E7000J9	04/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

---

**ANITA GARIBALDI**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 589/2017**

Publicação Nº 1426055

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 589/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIO1663	54313018N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFG6655	P03D400013	30/10/2017	54870	181 * XI
MIA5101	P03D40000H	05/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

---

**ANITÁPOLIS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8406 370/2017**

Publicação Nº 1426102

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8406 370/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JQM1931	P02ZD00016	22/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO  
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

**ANTÔNIO CARLOS**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8061  
737/2017**

Publicação Nº 1426367

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8061 737/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJF3090	P01HX0003P	24/07/2017	66700	230 * XIII	195.23
MJF3090	P01HX0003Q	24/07/2017	65561	230 * I	293.47
MJF3090	P01HX0003R	24/07/2017	65992	230 * V	293.47
MJF3090	P01HX0003O	24/07/2017	66372	230 * IX	195.23
MJF3090	P01HX0003N	24/07/2017	66532	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANTONIO CARLOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8061 736/2017**

Publicação Nº 1426368

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8061 736/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MBP2292 P01HX0005I 09/10/2017 66700 230 \* XIII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANTONIO CARLOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA



**APIUNA****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 518/2017**

Publicação Nº 1426310

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8104 518/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYT0300	P01Y100078	04/10/2017	65800	230 * IV
LYT0300	P01Y100079	04/10/2017	73400	252 * IV
MIV6036	P01Y10007P	26/10/2017	73400	252 * IV
LYT0300	P01Y100077	04/10/2017	51851	167
QHS6971	P01XX000WP	04/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO DE POLICIA

**ASCURRA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8096 931/2017**

Publicação Nº 1426323

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8096 931/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EJD9306	P01XX000SF	19/08/2017	51852	167	195.23
EJD9306	P01XX000SJ	19/08/2017	51852	167	195.23
MEW4720	P01XX000TQ	04/09/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 930/2017

Publicação Nº 1426324

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 930/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBY1969	P01XX000WN	02/10/2017	51851	167
OQG1183	P01XX000WT	05/10/2017	51851	167
MFC9445	P01XX000WY	05/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

---

**ATALANTA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8368 537/2017**

Publicação Nº 1426121

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8368 537/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBW0816	P02S00002A	22/07/2017	50450	162 * V	293.47
HCA3832	P02S00002J	26/07/2017	53040	176 * III	1467.34
MDR1795	P02S00002H	24/07/2017	58433	196	195.23
ICU2732	P02S00003B	27/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 536/2017**

Publicação Nº 1426122

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8368 536/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

CRI7591 P02S000044 05/10/2017 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

---

### AURORA

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 410/2017

Publicação Nº 1426305

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 410/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYK3082 P01W10002Y 04/11/2017 50100 162 \* I  
LYK3082 P01W10002X 04/11/2017 51180 164 c/c 162 \* I  
QHY6057 P01W10002J 07/10/2017 66020 230 \* VI  
LYK3082 P01W10002Z 04/11/2017 66700 230 \* XIII  
LYK3082 P01W10002W 04/11/2017 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL GARCIA  
DELEGADO DE POLICIA

### BALNEÁRIO GAIVOTA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8508 926/2017

Publicação Nº 1426043

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8508 926/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGJ7745	P01FS0023B	25/07/2017	50100	162 * I	880.40
MFN7017	P01FS002B8	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFJ8063	P01FS00235	24/07/2017	50450	162 * V	293.47
MGJ7745	P01FS0023C	25/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCG3402	P01FS0027L	19/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFN7017	P01FS002BA	03/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFJ8063	P01FS00236	24/07/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MKF9149	P01FM00052	25/08/2017	52070	169	88.38
MEX5072	P01FS002AB	31/08/2017	57380	186 * II	293.47
MGL4233	P01FS00290	26/08/2017	65640	230 * II	293.47
BIW7273	P01FS002AA	30/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
IJR1334	P01FS00297	26/08/2017	51691	165	2934.68
IST0143	P01FS0027Q	20/08/2017	51851	167	195.23
IGL9358	P01FS002AK	01/09/2017	51851	167	195.23
QIA4606	P01FS002AR	01/09/2017	51851	167	195.23
MEF6750	P01FS002AV	01/09/2017	51851	167	195.23
CJT5097	P01FS002AY	01/09/2017	51851	167	195.23
MDT0782	P01FS002CW	12/09/2017	51851	167	195.23
CWC6888	P01FS0029L	28/08/2017	51852	167	195.23
BIW7273	P01FS002A8	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFJ8063	P01FS00237	24/07/2017	65992	230 * V	293.47
LXG6154	P01FS0022F	20/07/2017	65992	230 * V	293.47
MBZ0625	P01FS002DE	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEX5072	P01FS002AC	31/08/2017	70301	244 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO GAIVOTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

AILTON ZANELATTO  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8508 925/2017

Publicação Nº 1426044

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8508 925/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEU3153	P01FS002N3	26/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MBU9025	P01FS002O5	29/10/2017	50100	162 * I
INV3417	P01FS002IX	11/10/2017	50100	162 * I
MBS3094	P01FS002HS	05/10/2017	50100	162 * I
LYN4514	P01FS002HU	05/10/2017	50100	162 * I
LYN4514	P01FS002HV	05/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBS3094	P01FS002HR	05/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
INV3417	P01FS002IY	11/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBU9025	P01FS002O6	29/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
AAW4661	P01FS002HQ	05/10/2017	55250	181 * XV
ITV2433	P01FS002H2	03/10/2017	55250	181 * XV
MAN2573	P01FS002NW	28/10/2017	55250	181 * XV
MKD1159	P01FS002MZ	26/10/2017	57200	186 * I
ILD6883	P01FS002P9	31/10/2017	58350	195
MBZ4179	P01FS002IS	11/10/2017	66020	230 * VI
MBU9025	P01FS002O7	29/10/2017	66020	230 * VI
MDU2235	P01FS002PY	01/11/2017	67690	230 * XXII
CJT5097	P01FS002NP	27/10/2017	51851	167
MKJ5513	P01FS002PG	31/10/2017	51851	167
MLW0471	P01FS002OS	31/10/2017	51851	167
IEE6774	P01FS002OV	31/10/2017	51851	167
MBC2669	P01FS002P3	31/10/2017	51851	167
ILD6883	P01FS002P8	31/10/2017	51851	167
INP4843	P01FS002OO	30/10/2017	51851	167



MKL2478	P01FS002OQ	30/10/2017	51851	167	
MKV3512	P01FS002N8	27/10/2017	51851	167	
MKD0213	P01FS002ND	27/10/2017	51851	167	
MLJ4384	P01FS002NE	27/10/2017	51851	167	
ALB0047	P01FS002N0	26/10/2017	51851	167	
MER3155	P01FS002MQ	24/10/2017	51851	167	
CWQ2031	P01FS002MT	24/10/2017	51851	167	
IFV5220	P01FS002G7	28/09/2017	51851	167	
IOY1461	P01FS002GO	02/10/2017	51851	167	
IFB7901	P01FS002HJ	04/10/2017	51851	167	
IPI3405	P01FS002HZ	06/10/2017	51851	167	
MBZ4179	P01FS002HM	04/10/2017	51852	167	
JCM8888	P01FS002J1	11/10/2017	54522	181	* VIII
INV3417	P01FS002IW	11/10/2017	65992	230	* V
MHZ3536	P01FS002NG	27/10/2017	65992	230	* V
MIQ5286	P01FS002OR	31/10/2017	65992	230	* V
BQZ2007	P01FS002I4	07/10/2017	65992	230	* V
MHJ9464	P01FS002I5	07/10/2017	65992	230	* V
MKA5333	P01FS002H3	03/10/2017	65992	230	* V
MAN2727	P01FS002HB	03/10/2017	65992	230	* V
LYN4514	P01FS002HT	05/10/2017	65992	230	* V
IKD7385	P01FS002PI	31/10/2017	65992	230	* V
IPU5536	P01FS002PQ	01/11/2017	65992	230	* V
MBU9025	P01FS002O3	29/10/2017	65992	230	* V
LZE7651	P01FS002QA	03/11/2017	65992	230	* V
MCC1087	P01FS002R3	04/11/2017	65992	230	* V
MDA0073	P01FS002QC	04/11/2017	65992	230	* V
AKM7277	P01FS002QT	04/11/2017	65992	230	* V
MJJ9786	P01FS002QV	04/11/2017	65992	230	* V
MDE0692	P01FS002IM	09/10/2017	66372	230	* IX
MBU9025	P01FS002O4	29/10/2017	52742	175	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO GAIVOTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

AILTON ZANELATTO  
DELEGADO DE POLICIA

**BALNEÁRIO RINCÃO**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8804 96/2017**

Publicação Nº 1425968

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8804 96/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
INB4683	54875967G	25/07/2017	50100	162 * I	880.40
LYZ1555	P02XS00075	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
MMB8217	P02XS0007X	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MMB8217	P02XS0007W	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
INB4683	54875968G	25/07/2017	65992	230 * V	293.47
MAF5136	54875956G	21/07/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO REGIONAL

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8804 97/2017

Publicação Nº 1425967

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO - 211920

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8804 97/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXY5347	54294291N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
INB4683	54875969G	25/07/2017	52070	169	88.38
MHK0782	P02XS0001M	26/07/2017	54100	181 * IV	130.16
EJH7395	P02XS00024	28/07/2017	54100	181 * IV	130.16
MGJ7527	P038100013	01/08/2017	55250	181 * XV	130.16
AZQ1999	P02XS0003Q	02/08/2017	55250	181 * XV	130.16
DJD3308	P02XS0003T	03/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MGJ7527	P02XS0006A	26/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MJQ7708	P02XS00030	30/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MGY7856	P02XS00031	30/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MFE1386	P02XS00037	31/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
QIR1066	P02XS0004N	08/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16

MAQ1417	P02XS0007U	01/09/2017	58350	195		195.23
LYL2732	P02XS00039	31/07/2017	51851	167		195.23
MAV9454	54875970G	26/07/2017	51851	167		195.23
MBA7723	P02XS0006C	26/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
MGJ7527	P02XS00069	26/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
MCK4339	P02XS0007Q	31/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
MCP1429	P02XS00068	26/08/2017	57461	187	* I	130.16
OKF3691	P02XS00084	03/09/2017	57461	187	* I	130.16
MJT0418	P02XS0008A	03/09/2017	57461	187	* I	130.16
QHS8050	P02XS0008E	03/09/2017	57461	187	* I	130.16
MJL2798	P02XS0008F	03/09/2017	57461	187	* I	130.16
MHV1643	P02XS0008I	03/09/2017	57461	187	* I	130.16
ILM9915	P02XS0008P	03/09/2017	57461	187	* I	130.16
MDN4614	P02XS0008Q	03/09/2017	57461	187	* I	130.16
MGT0100	54875872G	24/08/2017	57461	187	* I	130.16
MES0730	P02XS0006G	26/08/2017	57461	187	* I	130.16
DFM0852	P02XS0006H	26/08/2017	57461	187	* I	130.16
MGR1403	P02XS0006I	26/08/2017	57461	187	* I	130.16
BPG4373	P02XS0006K	26/08/2017	57461	187	* I	130.16
MIB5557	P02XS0006M	26/08/2017	57461	187	* I	130.16
MBF7556	P02XS0006X	26/08/2017	57461	187	* I	130.16
EVP0022	P02XS00073	26/08/2017	57461	187	* I	130.16
MLD8155	P03810000X	01/08/2017	57461	187	* I	130.16
MFE1386	P03810000Y	01/08/2017	57461	187	* I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

NESTOR BACK  
SECRETARIO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 94/2017

Publicação Nº 1425970

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 94/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

```

-----
MJK7556 P02XS000DM 03/10/2017 50100 162 * I
LZR5592 P02XS000E5 06/10/2017 50100 162 * I
BUU7169 P02XS000HF 29/10/2017 50100 162 * I
MBJ8316 P02XS000HV 01/11/2017 50100 162 * I
LZR5592 P02XS000E6 06/10/2017 51180 164 c/c 162 * I
QHA4254 P02XS000EO 10/10/2017 65561 230 * I
LZR5592 P02XS000E4 06/10/2017 65992 230 * V
MBJ8316 P02XS000HT 01/11/2017 65992 230 * V
QHA4254 P02XS000EN 10/10/2017 65992 230 * V
LZR5592 P02XS000E8 06/10/2017 66371 230 * IX
LZR5592 P02XS000E7 06/10/2017 66372 230 * IX
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO REGIONAL

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 95/2017**

Publicação Nº 1425969

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO - 211920

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 95/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

```

-----
Placa      N.Auto      Data Infr.  Infr/Desd.  Enquadramento
-----
QHY0923 54306673N 06/10/2017 50020 257 ã 8$
MHV2453 P03810002I 01/11/2017 76332 ART 252, UNICO
MKW0718 P02XS000HL 30/10/2017 55250 181 * XV
MBN6242 P02XS000DJ 02/10/2017 55250 181 * XV
IKM8824 P02XS000DQ 03/10/2017 51851 167
MFV9082 P02XS000DV 03/10/2017 51851 167
IMW6173 P02XS000E1 05/10/2017 51851 167
LXC4541 P02XS000EC 07/10/2017 51851 167
IHJ5581 P02XS000ED 07/10/2017 51851 167
DDG0003 P02XS000EI 07/10/2017 51851 167
MKS5689 P02XS000GR 26/10/2017 52152 170
-----

```

MIQ7453	P02XS000HG	30/10/2017	54521	181	*	VIII
MDN8445	P02XS000DY	03/10/2017	54521	181	*	VIII
MLP4089	P02XS000IK	04/11/2017	54521	181	*	VIII
MJH9901	P038100028	09/10/2017	57461	187	*	I
MHZ4161	P02XS000H3	28/10/2017	57461	187	*	I
MHR0423	P02XS000HB	29/10/2017	57461	187	*	I
IMW6173	P02XS000DZ	05/10/2017	57461	187	*	I
MLK6709	P02XS000HW	02/11/2017	57462	187	*	I
MKS5689	P02XS000GS	26/10/2017	59670	203	*	V
MIS3924	P02XS000EX	14/10/2017	59670	203	*	V
IMW6173	P02XS000E0	05/10/2017	73662	252	*	VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

NESTOR BACK  
SECRETARIO

### **BARRA VELHA**

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8102 1608/2017**

Publicação Nº 1426312

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8102 1608/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCE0910	P028G00067	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCE0910	P028G00068	01/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILSON MASSON  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8102 1609/2017**

Publicação Nº 1426311

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8102 1609/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EFU3442	P01JX000JV	04/09/2017	51851	167	195.23
MGU8524	P01JX000JX	04/09/2017	51851	167	195.23
LZV0640	P01JX000K0	04/09/2017	51851	167	195.23
JQG3368	P01JX000K1	04/09/2017	51851	167	195.23
EA07768	P01JX000K3	04/09/2017	51851	167	195.23
MGC9154	P028G0005V	31/08/2017	51851	167	195.23
QIB3952	P028G00066	01/09/2017	70991	244 * V II	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTIERES MAURO MACCAGNAN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1606/2017**

Publicação Nº 1426314

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8102 1606/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MAR9931	P028G0007B	29/10/2017	75790	165 A
EXF8820	P028K000V2	30/10/2017	73400	252 * IV
MML3550	P01JX000MM	04/11/2017	52741	175

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILSON MASSON  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1607/2017**

Publicação Nº 1426313

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1607/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MAY9373	P028K000SH	10/10/2017	52070	169
MML3550	P01JX000MN	04/11/2017	58350	195
MML3550	P01JX000ML	04/11/2017	60760	210
CAG4209	P028K000U0	20/10/2017	51851	167
AXE0277	P028K000UQ	28/10/2017	51851	167
DET1272	P028K000UR	28/10/2017	51851	167
HJF7517	P028K000UU	28/10/2017	51851	167
EDM8710	P028K000UV	28/10/2017	51851	167
DXC6576	P028K000UZ	28/10/2017	51851	167



MHN8773	P028G00078	28/10/2017	51851	167	
MDI1322	P01JX000LS	29/10/2017	51851	167	
MJT9513	P01JX000LT	29/10/2017	51851	167	
MFO2240	P01JX000LU	29/10/2017	51851	167	
MBY5082	P01JX000LY	29/10/2017	51851	167	
AUG7803	P01JX000M8	29/10/2017	51851	167	
QHF9207	P028G00077	28/10/2017	54523	181	* VIII
EXF8820	P028K000V1	30/10/2017	70301	244	* I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTIERES MAURO MACCAGNAN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### BELA VISTA DO TOLDO

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8512 454/2017

Publicação Nº 1426041

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8512 454/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZH9782	P03E500002	14/07/2017	50100	162 * I	880.40
LZH9782	P03E500001	14/07/2017	65800	230 * IV	293.47
LZH9782	P03E500003	14/07/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



BELA VISTA DO TOLDO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

---

**BELMONTE**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8380 405/2017**

Publicação Nº 1426114

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8380 405/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CHI7285	55844600D	11/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MAX5685	55844539D	05/07/2017	51851	167	195.23
MIU6534	55844640D	10/07/2017	51851	167	195.23
IJH3251	55844636D	10/07/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BELMONTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A

---

**BENEDITO NOVO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8165 766/2017**

Publicação Nº 1426256

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

## DE TRANSITO N.8165 766/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR9436	P036K0002I	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
DTB3166	P036K0001E	26/07/2017	55250	181 * XV	130.16
LWR9436	P036K0002J	31/08/2017	51691	165	2934.68
LWR9436	P036K0002K	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZT4102	P036K0002E	28/08/2017	65992	230 * V	293.47
CJR5703	P036K00026	17/08/2017	52742	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8165 765/2017**

Publicação Nº 1426257

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8165 765/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYJ7001	P036K0003D	22/10/2017	55250	181 * XV
LYR3092	P036K0003M	24/10/2017	51851	167
AAC0056	P036K0003P	27/10/2017	51851	167
MDV5054	P036K0003W	27/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETI  
DELEGADODE POLICIA

### BIGUAÇU

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 2086/2017

Publicação Nº 1426385

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 2086/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDR7227	P01HW0005K	28/06/2017	50100	162 * I	880.40
MCB1501	P03DL0001B	03/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
MAV3064	P03DL00015	30/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 2087/2017**

Publicação Nº 1426384

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8048 2087/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JIH4209	54853482E	06/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAX5976	54855450E	29/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SAUL DE MELLO FERREIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 2084/2017**

Publicação Nº 1426387

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8048 2084/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEL6344	P03DL0002Q	05/10/2017	50100	162 * I

MAM0959	P03DL0002S	05/10/2017	50100	162	*	I
MGU2845	P03DK0001M	02/10/2017	50100	162	*	I
MGO0315	P03DK0002L	01/11/2017	67000	230	*	XVI
BGV2087	P03DK0001N	02/10/2017	69120	232		
LYZ1055	P03DK0002F	24/10/2017	73400	252	*	IV
LYZ1055	P03DK0002D	24/10/2017	65992	230	*	V
MKH9524	P03DL0002K	02/10/2017	65992	230	*	V
LYZ1055	P03DK0002G	24/10/2017	66102	230	*	VII
LYZ1055	P03DK0002E	24/10/2017	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 2085/2017

Publicação Nº 1426386

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 2085/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

QHU8390	54307322N	10/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLM5967	54312986N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLQ5579	P03MC00006	01/11/2017	55500	181 * XVIII
QIJ7142	54853718E	27/09/2017	55500	181 * XVIII
OKH0217	54853841E	04/10/2017	55680	181 * XIX
MHA4348	54853578E	20/10/2017	55680	181 * XIX
MDU7296	54852601E	25/10/2017	55680	181 * XIX
QHK1887	54852603E	25/10/2017	55680	181 * XIX
MCL9586	54853656E	20/09/2017	56570	182 * IX
LXL0299	54853582E	20/10/2017	57380	186 * II
AKV0078	54852616E	26/10/2017	54521	181 * VIII
MLI0037	54853637E	24/10/2017	54521	181 * VIII
MDW3761	P03DI0000Z	31/10/2017	54521	181 * VIII
QHI0790	54853940E	27/09/2017	54521	181 * VIII

MJA6522	54853807E	02/10/2017	54521	181	*	VIII	
QIM7277	54853707E	26/09/2017	54521	181	*	VIII	
MKG5864	54853769E	10/10/2017	54521	181	*	VIII	
MGC7227	54853050E	04/10/2017	54521	181	*	VIII	
QIH5324	54855221E	03/10/2017	54521	181	*	VIII	
KXO5227	54855237E	05/10/2017	54521	181	*	VIII	
MGW9416	54854485E	09/10/2017	54524	181	*	VIII	
MKP9538	54855232E	04/10/2017	56221	182	*	VI	
MJP3653	54853813E	03/10/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
CEB3104	54854490E	10/10/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
MHT5077	54855244E	05/10/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
AWI9856	54855229E	04/10/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
IJK9521	P03MD0000C	28/10/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
QHM7365	54853645E	24/10/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
LZH0557	54851237E	21/09/2017	55414	181	*	XVII	c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SAUL DE MELLO FERREIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### BLUMENAU

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8801 302/2017

Publicação Nº 1425973

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8801 302/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIM6678	54291765N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJL1384	0000098605	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKE4216	0000098680	21/08/2017	74550	218 * I	130.16
MBT6187	0000099130	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIZ7010	0000099158	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
MDA3462	0000099162	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
AJI0862	0000099166	26/08/2017	74550	218 * I	130.16





MHC3176	0000099294	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXI0448	0000099297	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCZ3222	0000099329	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZN7241	0000099360	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDM2049	0000099857	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE7949	0000099891	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QII7269	0000099903	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXV8976	0000099931	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAU4830	0000099935	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZO5391	0000099948	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFK8548	0000099952	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF5629	0000099954	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF5629	0000099955	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHB5251	0000099980	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HXG2106	0000099778	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIK8808	0000100110	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXT1916	0000100308	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG1181	0000100386	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QID0769	0000100378	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM0848	0000099237	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA7974	0000099243	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV5329	0000099223	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OOY0421	0000095187	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EEU0354	0000095626	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AHQ5169	0000095734	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KMR4605	0000095712	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZC6390	0000095856	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC8316	0000095891	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB9122	0000095971	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAW3411	0000095964	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
API2198	0000095934	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BOT0486	0000095946	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DRS8089	0000096020	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AWO3078	0000096176	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF8588	0000098086	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE2483	0000098256	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZL5292	0000098338	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH3403	0000098241	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS9040	0000098265	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK5455	0000098484	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIO2646	0000098442	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV0393	0000093782	19/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QHT6062	0000094069	23/06/2017	74550	218	*	I	130.16
KJV2744	0000094773	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BBH9454	0000096139	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW0709	0000098522	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ3183	0000099052	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZQ4822	0000099075	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAG5556	0000099078	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHC9502	0000099092	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX8191	0000099098	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD3696	0000099103	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ASZ2287	0000099106	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGV1804	0000099107	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHD9498	0000099111	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO0635	0000099123	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OZY0148	0000098570	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
CRJ6108	0000096462	24/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MGY2411	0000097440	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MVZ8942	0000094836	04/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MLM0178	0000098557	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLF9822	0000096037	20/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AMD6637	0000099233	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23



MIF5629	0000099253	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
EEN6526	0000099281	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBH5995	0000099291	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIF5629	0000099953	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DZW0033	0000099221	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDL8494	0000099015	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDT1133	0000099124	26/08/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 301/2017

Publicação Nº 1425974

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 301/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MLD0038	54303941N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFX4155	54304760N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
KPV0317	54312660N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIK8809	54312661N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MBE0889	54312662N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHE7644	54312663N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHZ7613	54312664N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJW8238	54312665N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMA8524	54312666N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMK9219	54312667N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIX3305	54312668N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHS2880	54312669N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MDQ5728	54312671N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMB5556	54312674N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGT5983	54312675N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLJ8594	0000104318	25/10/2017	74550	218 * I

MCL9059	0000103889	20/10/2017	74550	218	*	I
LYZ6936	0000104267	24/10/2017	74550	218	*	I
OMZ3374	0000104271	24/10/2017	74550	218	*	I
INQ5753	0000104324	25/10/2017	74550	218	*	I
MFV7001	0000104328	25/10/2017	74550	218	*	I
ANA1102	0000104329	25/10/2017	74550	218	*	I
QHE3032	0000104331	25/10/2017	74550	218	*	I
MLS8306	0000104342	25/10/2017	74550	218	*	I
AQU5429	0000104345	25/10/2017	74550	218	*	I
MGA6065	0000104459	27/10/2017	74550	218	*	I
MKH5845	0000104472	27/10/2017	74550	218	*	I
ALO7510	0000104390	26/10/2017	74550	218	*	I
MGM0203	0000104415	26/10/2017	74550	218	*	I
MLW7451	0000104576	28/10/2017	74550	218	*	I
LYP4974	0000104581	28/10/2017	74550	218	*	I
MIU6301	0000104573	28/10/2017	74550	218	*	I
MGZ2672	0000104584	28/10/2017	74550	218	*	I
EEB9448	0000104443	26/10/2017	74550	218	*	I
MGR8583	0000104445	26/10/2017	74550	218	*	I
MAU6564	0000104589	28/10/2017	74550	218	*	I
MEX0498	0000104592	28/10/2017	74550	218	*	I
EBN0689	0000104568	28/10/2017	74550	218	*	I
QIT7867	0000104490	27/10/2017	74550	218	*	I
AAK2814	0000104559	28/10/2017	74550	218	*	I
LWZ4785	0000104535	28/10/2017	74550	218	*	I
MEU7055	0000104541	28/10/2017	74550	218	*	I
INQ5753	0000104350	25/10/2017	74550	218	*	I
MHK4305	0000104353	25/10/2017	74550	218	*	I
FQY7281	0000104360	25/10/2017	74550	218	*	I
LXK1431	0000104367	25/10/2017	74550	218	*	I
MAC5832	0000104374	26/10/2017	74550	218	*	I
MIC4469	0000104380	26/10/2017	74550	218	*	I
MDR9910	0000104383	26/10/2017	74550	218	*	I
MMD6689	0000104421	26/10/2017	74550	218	*	I
LZU4689	0000104427	26/10/2017	74550	218	*	I
OOU5633	0000104621	28/10/2017	74550	218	*	I
ELG8136	0000104626	28/10/2017	74550	218	*	I
DVJ3189	0000104631	28/10/2017	74550	218	*	I
MBO8998	0000104632	28/10/2017	74550	218	*	I
KJU8266	0000104634	28/10/2017	74550	218	*	I
MJE0821	0000104503	27/10/2017	74550	218	*	I
MGW0397	0000104509	27/10/2017	74550	218	*	I
MHY5509	0000104511	27/10/2017	74550	218	*	I
MAM1195	0000104514	27/10/2017	74550	218	*	I
MCH2508	0000104525	27/10/2017	74550	218	*	I
MIG4047	0000104533	28/10/2017	74550	218	*	I
MCC9660	0000104601	28/10/2017	74550	218	*	I
MDI3937	0000104615	28/10/2017	74550	218	*	I
MHZ0235	0000104617	28/10/2017	74550	218	*	I
MEX9106	0000104704	29/10/2017	74550	218	*	I
MJL2453	0000104731	29/10/2017	74550	218	*	I
MJW0414	0000104745	29/10/2017	74550	218	*	I
MFK6090	0000104749	29/10/2017	74550	218	*	I
MFB7410	0000104653	28/10/2017	74550	218	*	I
MBX6875	0000104690	29/10/2017	74550	218	*	I
MHM5674	0000104714	29/10/2017	74550	218	*	I
HRI7560	0000104715	29/10/2017	74550	218	*	I
MBC1433	0000104723	29/10/2017	74550	218	*	I
MCJ0644	0000101158	21/09/2017	74550	218	*	I
MHK7047	0000101176	21/09/2017	74550	218	*	I
DAL1432	0000101199	21/09/2017	74550	218	*	I
FXN8008	0000101203	21/09/2017	74550	218	*	I
MFJ6723	0000101214	21/09/2017	74550	218	*	I

MJQ3914	0000101229	22/09/2017	74550	218	*	I
CIO1571	0000101242	22/09/2017	74550	218	*	I
MDH1689	0000101278	22/09/2017	74550	218	*	I
AHJ1628	0000100484	12/09/2017	74550	218	*	I
MCM3072	0000100888	17/09/2017	74550	218	*	I
ART7763	0000101098	20/09/2017	74550	218	*	I
DAL1432	0000101130	20/09/2017	74550	218	*	I
MEF7683	0000101132	20/09/2017	74550	218	*	I
MAU2679	0000101464	24/09/2017	74550	218	*	I
LZJ8531	0000101466	24/09/2017	74550	218	*	I
MCK0371	0000101507	25/09/2017	74550	218	*	I
MKU0028	0000101529	25/09/2017	74550	218	*	I
AMA4486	0000101533	25/09/2017	74550	218	*	I
MBY2178	0000101617	27/09/2017	74550	218	*	I
MBE6120	0000101303	23/09/2017	74550	218	*	I
QHC6662	0000101306	23/09/2017	74550	218	*	I
APQ5760	0000101314	23/09/2017	74550	218	*	I
APQ5760	0000101315	23/09/2017	74550	218	*	I
AYU3774	0000101318	23/09/2017	74550	218	*	I
MKZ2704	0000101339	23/09/2017	74550	218	*	I
MEV2384	0000101364	23/09/2017	74550	218	*	I
MJV0451	0000101359	23/09/2017	74550	218	*	I
ETC3374	0000101389	23/09/2017	74550	218	*	I
MKO6096	0000101412	24/09/2017	74550	218	*	I
MIS8038	0000101417	24/09/2017	74550	218	*	I
MMH7460	0000101444	24/09/2017	74550	218	*	I
QHI3766	0000101459	24/09/2017	74550	218	*	I
LSF2522	0000101461	24/09/2017	74550	218	*	I
MCH0298	0000101462	24/09/2017	74550	218	*	I
AMK7882	0000101650	24/09/2017	74550	218	*	I
MEB6692	0000101651	24/09/2017	74550	218	*	I
LXG0169	0000101653	26/09/2017	74550	218	*	I
CPG5009	0000101710	28/09/2017	74550	218	*	I
JPZ7570	0000101722	28/09/2017	74550	218	*	I
MDS5224	0000101694	28/09/2017	74550	218	*	I
MIO9700	0000101700	28/09/2017	74550	218	*	I
MCM9520	0000101825	30/09/2017	74550	218	*	I
OKE3884	0000101826	30/09/2017	74550	218	*	I
MFV5159	0000101837	30/09/2017	74550	218	*	I
AJT4377	0000101865	30/09/2017	74550	218	*	I
MIX6038	0000101891	30/09/2017	74550	218	*	I
IKR2698	0000101977	30/09/2017	74550	218	*	I
MIF9139	0000102002	02/10/2017	74550	218	*	I
BNK8914	0000101946	02/10/2017	74550	218	*	I
LZW0544	0000102015	30/09/2017	74550	218	*	I
MFF0164	0000102142	04/10/2017	74550	218	*	I
MEQ0238	0000102406	05/10/2017	74550	218	*	I
MLU5562	0000102488	06/10/2017	74550	218	*	I
MCY1177	0000102538	07/10/2017	74550	218	*	I
OVH5142	0000102603	07/10/2017	74550	218	*	I
AWA6437	0000102636	08/10/2017	74550	218	*	I
MDX0079	0000102691	08/10/2017	74550	218	*	I
MIW5009	0000102751	09/10/2017	74550	218	*	I
QBD3434	0000103257	14/10/2017	74550	218	*	I
MDW1157	0000101556	26/09/2017	74550	218	*	I
MBD1146	0000101569	26/09/2017	74550	218	*	I
MCH4229	0000101590	26/09/2017	74550	218	*	I
QIO9866	0000101623	27/09/2017	74550	218	*	I
MFL9356	0000101629	27/09/2017	74550	218	*	I
MLU0223	0000101596	26/09/2017	74550	218	*	I
PRK3594	0000103373	15/10/2017	74550	218	*	I
BCS0327	0000103505	16/10/2017	74550	218	*	I
MIQ9479	0000103869	20/10/2017	74550	218	*	I

LQR2198	0000104013	21/10/2017	74550	218	*	I
MHC0119	0000104017	21/10/2017	74550	218	*	I
QHC1595	0000104042	22/10/2017	74550	218	*	I
MJT8643	0000104111	22/10/2017	74550	218	*	I
ISF7337	0000104150	22/10/2017	74550	218	*	I
CJZ1920	0000104164	23/10/2017	74550	218	*	I
MLM5071	0000104169	23/10/2017	74550	218	*	I
EPZ1155	0000104178	23/10/2017	74630	218	*	II
MFU8293	0000104303	24/10/2017	74630	218	*	II
MDX9253	0000103905	20/10/2017	74630	218	*	II
MGT6647	0000101637	27/09/2017	74630	218	*	II
BBK9820	0000103271	14/10/2017	74630	218	*	II
MMB8492	0000101463	24/09/2017	74630	218	*	II
QHY2314	0000101603	27/09/2017	74630	218	*	II
MFQ5634	0000101282	22/09/2017	74630	218	*	II
MOJ0272	0000104679	29/10/2017	74630	218	*	II
MGV0157	0000104711	29/10/2017	74630	218	*	II
QIB7166	0000104620	28/10/2017	74630	218	*	II
MLS8085	0000104643	28/10/2017	74630	218	*	II
QHN8147	0000104652	28/10/2017	74630	218	*	II
MCC9660	0000104600	28/10/2017	74630	218	*	II
MIG9935	0000104346	25/10/2017	74630	218	*	II
MDL9891	0000104323	25/10/2017	74630	218	*	II
MKW0111	0000103896	20/10/2017	74710	218	*	III
LZU4689	0000104476	27/10/2017	74710	218	*	III

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8800 301/2017**

Publicação Nº 1425975

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8800 301/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

-----

MKB6086	54276283N	11/07/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MIB6053	54277556N	14/07/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHP4845	54287182N	11/08/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MDX2549	54287185N	11/08/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
JCL1994	54287186N	11/08/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHP4845	54287194N	11/08/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MKK7411	54287200N	11/08/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MEK1507	54287206N	11/08/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJI8434	54287210N	11/08/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKV4206	54290355N	22/08/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
OKH9435	54290158N	21/08/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLS0860	54291786N	25/08/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJU8819	54293708N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLK7460	54293711N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MAY5449	54293723N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MAN4638	54293741N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLK7460	54293743N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
ATD2965	54293745N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MIH9946	54293746N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QHN4092	54293776N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MBD2415	54293794N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MGQ9497	54293803N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKI5309	54293824N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MFT1237	54293838N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MEU0995	54293848N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MMH8875	54293849N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
LYZ0096	54293901N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MEQ0091	54293912N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MHL9971	54293913N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLY4202	54295362N	05/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
ALE0845	54295385N	05/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHE6557	54298318N	15/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLD2771	8800151307	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DXD9542	8800151391	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP1642	8800151401	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYZ5398	8800151418	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OFI9104	8800151541	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK0399	8800151588	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO0671	8800151597	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH4877	8800151708	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KLI4362	8800151794	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD9483	8800151801	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FLR2907	8800151929	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF3150	8800152201	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN5350	8800152284	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZX2549	8800152300	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK0630	8800152375	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ9446	8800152407	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ETF3691	8800154953	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL2975	8800150192	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ0821	8800146496	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV5726	8800150683	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HHD6090	8800150818	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF1102	8800151107	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW3840	8800151122	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT4390	8800150253	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OWK8954	8800150255	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KIQ1229	8800150280	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEC7888	8800150325	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGR9651	8800150167	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXJ1869	8800150174	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ0737	8800150177	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHD4828	8800150204	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16



QIN5353	8800150220	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW3768	8800150225	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP8374	8800150233	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBY9265	8800150235	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA2856	8800150239	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY3003	8800149716	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH7199	8800149721	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH6604	8800149728	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX5426	8800149730	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKH7219	8800149743	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFF5121	8800149762	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ7069	8800149780	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HEJ1429	8800149782	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZU6152	8800149789	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN7435	8800149274	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGC4212	8800150100	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI8636	8800150132	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHB0828	8800150142	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHI0610	8800150148	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZI6502	8800150151	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDP7830	8800147926	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIH0808	8800147942	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JWC6771	8800147961	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIE4800	8800147977	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW9766	8800147983	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ3281	8800147990	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO4008	8800148001	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL5197	8800148012	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAL8624	8800148027	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCD1026	8800148030	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL7674	8800148060	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA4743	8800148070	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIX3913	8800148104	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT6875	8800148200	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY5265	8800148209	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LWW2738	8800148212	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGH9097	8800148214	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY3003	8800148224	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFE8810	8800148249	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHR6986	8800148252	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HVG0221	8800148253	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF7088	8800148256	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MES4384	8800147352	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB2783	8800147493	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY7172	8800147561	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP9550	8800147562	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBB9331	8800147601	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
PQN9585	8800147611	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
PWU3604	8800147629	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM4093	8800147632	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIY3619	8800147703	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMA4486	8800147740	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV1247	8800147781	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM3057	8800147839	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ4465	8800147918	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV5746	8800146351	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ4562	8800146362	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU4571	8800146600	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGT8025	8800147219	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG3291	8800147290	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLF0650	8800146753	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE2638	8800146770	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX4183	8800146794	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MDO4545	8800146820	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGE1479	8800146825	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY4202	8800146860	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCN7261	8800146929	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFK9695	8800146934	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OWQ9005	8800146955	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX0293	8800146963	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCP8769	8800146968	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEF4367	8800146971	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DUE5165	8800146995	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF1232	8800146997	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAZ8264	8800147002	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BAU1307	8800147050	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGT8025	8800147071	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BBZ2008	8800147097	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZR5136	8800147104	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM6655	8800144270	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIJ0610	8800144380	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ5850	8800144397	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIN2411	8800144453	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALO9134	8800144526	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKJ6505	8800144614	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT6193	8800144660	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG2025	8800144875	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU2343	8800144935	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN6946	8800145060	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OQO8377	8800145508	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU2930	8800145816	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM6207	8800145792	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DTA9046	8800139776	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGN4114	8800139845	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGE2129	8800140050	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IRJ9493	8800140183	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU0240	8800140585	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP6052	8800141399	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM1101	8800141863	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS4876	8800141887	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGO6847	8800141916	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
NJR3574	8800141985	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX3556	8800142053	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF3232	8800139559	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI2729	8800144049	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV8159	8800144062	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN1128	8800144102	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY4253	8800146202	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JXY9074	8800146211	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NRQ7005	8800145945	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN1107	8800146033	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKJ4606	8800138560	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBE0889	8800138565	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD1504	8800138574	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS4254	8800138601	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYP4463	8800138289	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QID6370	8800138343	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV4194	8800138349	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGI9157	8800138373	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGL7453	8800138384	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI2571	8800138450	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DUQ8441	8800138476	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU1918	8800138504	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS6556	8800138619	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AYU2786	8800138647	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF4001	8800138654	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16



MED4838	8800138720	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QJJ2016	8800138748	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JQB2795	8800137745	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM1115	8800132060	16/06/2017	74550	218	*	I	130.16
ISN8110	8800135180	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO2413	8800135772	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MBW7771	8800136178	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS1240	8800136991	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO0403	8800137405	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCX6804	8800137910	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFH9669	8800138024	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ9677	8800138054	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW1978	8800138057	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG2900	8800138106	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU7604	8800148367	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN2898	8800148369	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZX1437	8800148382	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN8124	8800148393	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OQK0747	8800148406	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX1126	8800148412	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW3213	8800148413	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM1693	8800148417	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB3999	8800148420	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF7174	8800148423	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV4741	8800148428	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ3799	8800148430	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AHB9161	8800148435	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN0611	8800148440	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIY0639	8800148461	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG4944	8800148464	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBR0675	8800148473	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NSU2301	8800148487	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK2475	8800148489	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO7946	8800148493	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QID8462	8800148505	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGW3409	8800148509	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHF4107	8800148516	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QII1794	8800148518	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIE0450	8800148528	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ2877	8800148530	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OQI1327	8800148546	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP7845	8800148548	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AWR0086	8800148563	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OWO5152	8800148566	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CZL5961	8800148569	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK2574	8800148575	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CSY2676	8800148586	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFK0248	8800148591	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCB8578	8800148604	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH0770	8800148616	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB0401	8800148714	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYH5829	8800148725	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIE7195	8800148734	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALV9569	8800148755	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHO8535	8800148760	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CTQ7953	8800148764	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG5610	8800148766	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ3822	8800148805	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCT5769	8800148819	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHG8773	8800148832	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA7663	8800148842	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB5990	8800148859	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHT1874	8800148879	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MHA4259	8800148898	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ8646	8800148907	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB3882	8800148985	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AQA5907	8800148986	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS2853	8800149066	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE8906	8800149087	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD3870	8800149100	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAR2837	8800149142	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FKY1411	8800149166	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBZ1385	8800149170	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HNK3416	8800149171	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ANG1252	8800149177	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFK6934	8800149192	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CCN7819	8800149206	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL9264	8800149214	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LCP3290	8800149234	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDA3462	8800149237	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO9543	8800149244	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGH7676	8800149246	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG7923	8800148283	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV4741	8800148291	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHB5251	8800148311	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA5992	8800148315	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX1126	8800148316	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYT3093	8800148317	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGO7446	8800148333	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCG6277	8800148337	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZY8809	8800148339	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX7090	8800148346	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGL6667	8800148350	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF8671	8800148354	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGW7896	8800148357	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DIB3730	8800149337	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFH2546	8800149342	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL0782	8800149352	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCH0937	8800149396	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAB5726	8800149425	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF8819	8800148127	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
COO5164	8800148135	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM0224	8800148185	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB0208	8800149508	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAL0637	8800149520	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EUH0897	8800149523	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ2911	8800149525	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZA7005	8800149536	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEK9589	8800149543	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY0596	8800149554	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT1229	8800149555	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KLP2903	8800149558	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ8028	8800149561	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAD7866	8800149563	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ1198	8800149574	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AHM3580	8800149590	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIC6766	8800149591	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEH5439	8800149607	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZW0194	8800149609	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CRW8764	8800149612	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIK8653	8800149619	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDT0742	8800149632	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE3943	8800149640	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV6931	8800149653	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN1730	8800149659	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDX1905	8800149660	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MLQ1262	8800149664	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKP7039	8800149668	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU9420	8800149669	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP2306	8800149689	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBI4183	8800149692	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEP2924	8800149695	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB7598	8800149700	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM4091	8800149798	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIH7382	8800149801	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC0998	8800149811	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP1903	8800149821	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB1843	8800149834	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL4571	8800149841	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDI0135	8800149853	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OSE5147	8800149865	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ARR3500	8800149868	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBJ3077	8800149874	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE2020	8800149886	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC4793	8800149892	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW2174	8800149901	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FFS3434	8800149903	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU7314	8800149912	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGE9423	8800149919	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NYF7321	8800149938	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHF1095	8800149941	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA4830	8800149963	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV9309	8800149970	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MID4664	8800149993	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAS3140	8800150013	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAI6356	8800150034	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEF8724	8800150049	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKM0361	8800150052	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG8560	8800150074	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF7174	8800150085	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLJ0804	8800150091	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJR0206	8800149702	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
DMJ9034	8800149577	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKI5086	8800149529	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEC6884	8800148192	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MMF2508	8800148181	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LZT7959	8800149446	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEY7889	8800149474	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIZ7010	8800149499	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFC7639	8800148365	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
INZ1971	8800149263	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEP0625	8800149020	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJJ7963	8800148665	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHT8998	8800138109	07/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MLK9724	8800138030	07/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MMI8350	8800137963	07/07/2017	74630	218	*	II	195.23
BEQ0817	8800138006	07/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MGN7330	8800137869	07/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MKP5033	8800137870	07/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MCP9463	8800137871	07/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AJJ5050	8800139489	13/07/2017	74630	218	*	II	195.23
QHJ6017	8800138630	10/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MIU3898	8800138424	08/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AMW2409	8800138606	10/07/2017	74630	218	*	II	195.23
BAH2239	8800146044	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFQ2688	8800139637	14/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MLF0384	8800142532	21/07/2017	74630	218	*	II	195.23
DET3861	8800146053	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LOP9551	8800147123	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23

MIR6401	8800147319	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFZ2842	8800146426	17/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKP4746	8800146583	17/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHB3744	8800148261	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LZS7064	8800148264	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LZX6322	8800148107	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ISM0583	8800148103	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBW1816	8800148058	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKU6437	8800148022	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ANL5055	8800147992	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBR9459	8800150152	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ASB0661	8800150112	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLD8004	8800149322	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGI8841	8800149794	29/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IPH0899	8800149778	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
PAA8484	8800150251	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLG8357	8800150179	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCU2011	8800150196	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 300/2017**

Publicação Nº 1425976

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 300/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

OKG3198	54303468N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHO0280	54312539N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJU0844	54312540N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEJ6718	54312541N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJD0128	54312543N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$



MMB6100	54312544N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MHK4260	54312547N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MHW5049	54312548N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MMA8524	54312550N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
LXA6220	54312553N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
QIC8125	54312556N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLK5351	54312557N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLJ9951	54312558N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MJE0796	54312559N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
QIF6366	54312560N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
IQZ7437	54312561N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
QIN5353	54312562N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MDR3943	54312566N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MJD0128	54312567N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MKS6467	54312568N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MFD2939	54312569N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLH5882	54312570N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLE8992	54312571N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
FTC1522	54312572N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
AIE3217	54312575N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
QHV9762	54312576N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MMI5343	54306021N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
QHL1526	54306022N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MKE0044	54306023N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MCJ4554	54306056N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MJX2080	54306073N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MKB6086	54306076N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MMA8524	54306077N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
QIQ0696	54306080N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MDK7277	54306113N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
NSY8781	8800157951	06/10/2017	74550	218	*	I
MBB4630	8800156701	29/09/2017	74550	218	*	I
QIE0105	8800156721	29/09/2017	74550	218	*	I
MBN5091	8800156764	29/09/2017	74550	218	*	I
MMA9912	8800156773	29/09/2017	74550	218	*	I
IKO9765	8800159080	09/10/2017	74550	218	*	I
MKT5661	8800160133	19/10/2017	74550	218	*	I
MHY5187	8800159427	18/10/2017	74550	218	*	I
QJP8080	8800159476	18/10/2017	74550	218	*	I
MKF3994	8800159506	18/10/2017	74550	218	*	I
MCK2205	8800159612	18/10/2017	74550	218	*	I
MLN1540	8800159648	18/10/2017	74550	218	*	I
MMI4883	8800159841	18/10/2017	74550	218	*	I
MJU2206	8800159943	18/10/2017	74550	218	*	I
MDH1124	8800159952	18/10/2017	74550	218	*	I
QHD7116	8800160867	18/10/2017	74550	218	*	I
MHU9231	8800160892	18/10/2017	74550	218	*	I
MJM5959	8800160387	20/10/2017	74550	218	*	I
CKT6440	8800160401	20/10/2017	74550	218	*	I
MAV8476	8800160406	20/10/2017	74550	218	*	I
HRR7432	8800160413	20/10/2017	74550	218	*	I
DHR1523	8800160414	20/10/2017	74550	218	*	I
MFT8310	8800160430	20/10/2017	74550	218	*	I
MKF5870	8800160434	20/10/2017	74550	218	*	I
MJQ2877	8800160444	20/10/2017	74550	218	*	I
MKB9835	8800160445	20/10/2017	74550	218	*	I
MQY3404	8800160454	20/10/2017	74550	218	*	I
MJA4812	8800160469	20/10/2017	74550	218	*	I
MSR1099	8800160506	20/10/2017	74550	218	*	I
MMC3809	8800160528	20/10/2017	74550	218	*	I
MFC6812	8800160548	20/10/2017	74550	218	*	I
MUX2386	8800160558	20/10/2017	74550	218	*	I
LZB9107	8800160570	20/10/2017	74550	218	*	I



MEN8134	8800160579	20/10/2017	74550	218	*	I
QDM9088	8800160603	20/10/2017	74550	218	*	I
MBT9226	8800158729	09/10/2017	74550	218	*	I
MDN1104	8800160627	20/10/2017	74550	218	*	I
MHZ2303	8800160633	20/10/2017	74550	218	*	I
KDO7411	8800160639	20/10/2017	74550	218	*	I
MFH3128	8800160659	20/10/2017	74550	218	*	I
MSR1099	8800160666	20/10/2017	74550	218	*	I
QHJ8348	8800160670	20/10/2017	74550	218	*	I
NRQ8681	8800160708	20/10/2017	74550	218	*	I
OKH1808	8800160770	20/10/2017	74550	218	*	I
KPW1627	8800160771	20/10/2017	74550	218	*	I
MEH0704	8800160675	20/10/2017	74550	218	*	I
MGA0360	8800160793	20/10/2017	74550	218	*	I
MGQ5999	8800160810	20/10/2017	74550	218	*	I
MFS8171	8800160819	20/10/2017	74550	218	*	I
HHX3958	8800160820	20/10/2017	74550	218	*	I
MKE6113	8800160825	20/10/2017	74550	218	*	I
MHJ8982	8800161074	23/10/2017	74550	218	*	I
MBO8629	8800161099	23/10/2017	74550	218	*	I
MFS1485	8800161105	23/10/2017	74550	218	*	I
QHE7215	8800161106	23/10/2017	74550	218	*	I
MAT0766	8800161109	23/10/2017	74550	218	*	I
MEW0076	8800161117	23/10/2017	74550	218	*	I
MDV7022	8800161134	23/10/2017	74550	218	*	I
OWE7773	8800161139	23/10/2017	74550	218	*	I
MHT9200	8800161185	23/10/2017	74550	218	*	I
QHR8404	8800161210	23/10/2017	74550	218	*	I
MEM7178	8800161231	23/10/2017	74550	218	*	I
QII0710	8800161234	23/10/2017	74550	218	*	I
MGB9567	8800160917	17/10/2017	74550	218	*	I
BXO4640	8800160923	17/10/2017	74550	218	*	I
LZP9063	8800160927	17/10/2017	74550	218	*	I
MGZ6223	8800160936	17/10/2017	74550	218	*	I
MDI3827	8800160949	17/10/2017	74550	218	*	I
MLL9869	8800160957	17/10/2017	74550	218	*	I
QHX2129	8800161008	17/10/2017	74550	218	*	I
QIC7680	8800161012	17/10/2017	74550	218	*	I
AWP3660	8800161027	17/10/2017	74550	218	*	I
MKV3051	8800161045	17/10/2017	74550	218	*	I
MBK2949	8800161046	17/10/2017	74550	218	*	I
MHG2886	8800161052	17/10/2017	74550	218	*	I
MHM8327	8800161053	17/10/2017	74550	218	*	I
QHP2258	8800160225	20/10/2017	74550	218	*	I
AMH7021	8800160232	20/10/2017	74550	218	*	I
MBJ8705	8800160273	20/10/2017	74550	218	*	I
QHL9279	8800160277	20/10/2017	74550	218	*	I
AWM2081	8800160289	20/10/2017	74550	218	*	I
OKG8157	8800160324	20/10/2017	74550	218	*	I
MMH8271	8800160331	20/10/2017	74550	218	*	I
MLX6716	8800160370	20/10/2017	74550	218	*	I
LRH5124	8800156200	26/09/2017	74550	218	*	I
IMZ4574	8800156207	26/09/2017	74550	218	*	I
QHV4467	8800156258	26/09/2017	74550	218	*	I
MJZ2284	8800156264	26/09/2017	74550	218	*	I
QIE1167	8800156273	27/09/2017	74550	218	*	I
MFE8508	8800156293	27/09/2017	74550	218	*	I
LZS5785	8800156298	27/09/2017	74550	218	*	I
AMA4486	8800156309	27/09/2017	74550	218	*	I
MAK0248	8800156316	27/09/2017	74550	218	*	I
IKA5609	8800156334	27/09/2017	74550	218	*	I
MJF5691	8800156342	27/09/2017	74550	218	*	I
MJR9664	8800156365	27/09/2017	74550	218	*	I

MMB1176	8800156375	27/09/2017	74550	218	*	I
MHF2925	8800156380	27/09/2017	74550	218	*	I
MLT9352	8800156383	27/09/2017	74550	218	*	I
MIV0107	8800156397	27/09/2017	74550	218	*	I
QHP6194	8800156400	27/09/2017	74550	218	*	I
MJC5838	8800156403	27/09/2017	74550	218	*	I
MDX3205	8800156406	27/09/2017	74550	218	*	I
OKG9598	8800156470	27/09/2017	74550	218	*	I
QIE0315	8800156491	29/09/2017	74550	218	*	I
OKE5476	8800156492	29/09/2017	74550	218	*	I
HTD1125	8800156512	29/09/2017	74550	218	*	I
MKK8448	8800156524	29/09/2017	74550	218	*	I
QHJ1300	8800156538	29/09/2017	74550	218	*	I
AYW2576	8800156540	29/09/2017	74550	218	*	I
MMM4541	8800156556	29/09/2017	74550	218	*	I
NMF4604	8800156564	29/09/2017	74550	218	*	I
LVC5907	8800156579	29/09/2017	74550	218	*	I
LYI5555	8800156593	29/09/2017	74550	218	*	I
FKW7205	8800156622	29/09/2017	74550	218	*	I
MIN4305	8800156648	29/09/2017	74550	218	*	I
MMM5002	8800156660	29/09/2017	74550	218	*	I
MIM9127	8800156667	29/09/2017	74550	218	*	I
MLI9377	8800156680	29/09/2017	74550	218	*	I
MLU5587	8800156690	29/09/2017	74550	218	*	I
MMC7775	8800153644	15/09/2017	74550	218	*	I
MDU0796	8800153656	15/09/2017	74550	218	*	I
MKC4411	8800148044	22/08/2017	74550	218	*	I
MOF3311	8800153846	15/09/2017	74550	218	*	I
MGE1269	8800153852	15/09/2017	74550	218	*	I
MIM7428	8800154219	19/09/2017	74550	218	*	I
MMK3000	8800154301	19/09/2017	74550	218	*	I
MLD1447	8800154324	19/09/2017	74550	218	*	I
QIO0110	8800154326	19/09/2017	74550	218	*	I
HSX4146	8800154462	20/09/2017	74550	218	*	I
MMJ7845	8800154515	20/09/2017	74550	218	*	I
MJK0463	8800154517	20/09/2017	74550	218	*	I
MMJ6281	8800154889	22/09/2017	74550	218	*	I
AQY3641	8800154905	22/09/2017	74550	218	*	I
QHN1118	8800154947	22/09/2017	74550	218	*	I
QHX3948	8800154965	22/09/2017	74550	218	*	I
MMD0521	8800154967	22/09/2017	74550	218	*	I
QID6640	8800154971	22/09/2017	74550	218	*	I
MKN5322	8800154975	22/09/2017	74550	218	*	I
MAQ9601	8800154976	22/09/2017	74550	218	*	I
MHF9184	8800154988	22/09/2017	74550	218	*	I
MCG3276	8800154991	22/09/2017	74550	218	*	I
MII4107	8800155003	22/09/2017	74550	218	*	I
QIQ0904	8800155008	22/09/2017	74550	218	*	I
MLB7977	8800155011	22/09/2017	74550	218	*	I
MFB5133	8800155030	22/09/2017	74550	218	*	I
IRI8448	8800155044	22/09/2017	74550	218	*	I
LYS9161	8800155086	22/09/2017	74550	218	*	I
CQH3509	8800155088	22/09/2017	74550	218	*	I
MLB6506	8800155114	22/09/2017	74550	218	*	I
QIO9035	8800155119	22/09/2017	74550	218	*	I
MJB8049	8800154707	21/09/2017	74550	218	*	I
MDQ2746	8800154711	21/09/2017	74550	218	*	I
MHL7968	8800154738	21/09/2017	74550	218	*	I
MJU0843	8800154776	21/09/2017	74550	218	*	I
PGE2984	8800154779	21/09/2017	74550	218	*	I
QHI8741	8800154780	21/09/2017	74550	218	*	I
MJO5796	8800154815	21/09/2017	74550	218	*	I
QHR0518	8800154852	22/09/2017	74550	218	*	I



MMI2409	8800154871	22/09/2017	74550	218	*	I
MKH7930	8800154877	22/09/2017	74550	218	*	I
MJA9283	8800153877	15/09/2017	74550	218	*	I
MDQ6083	8800153919	15/09/2017	74550	218	*	I
LXV1143	8800153922	15/09/2017	74550	218	*	I
QHL4604	8800153937	15/09/2017	74550	218	*	I
QIS0247	8800153953	15/09/2017	74550	218	*	I
MKQ6137	8800154061	19/09/2017	74550	218	*	I
AVB4113	8800154585	20/09/2017	74550	218	*	I
QHR4416	8800155128	22/09/2017	74550	218	*	I
KRG1534	8800155145	22/09/2017	74550	218	*	I
MJC3187	8800155182	22/09/2017	74550	218	*	I
MEQ0187	8800155184	22/09/2017	74550	218	*	I
OKF4516	8800155190	22/09/2017	74550	218	*	I
MLC0639	8800155191	22/09/2017	74550	218	*	I
DQY5506	8800155219	22/09/2017	74550	218	*	I
MJT6209	8800155252	22/09/2017	74550	218	*	I
MJG8006	8800155270	22/09/2017	74550	218	*	I
LZX2953	8800155274	22/09/2017	74550	218	*	I
MHE4715	8800155276	22/09/2017	74550	218	*	I
MJN3718	8800155278	22/09/2017	74550	218	*	I
MGZ7733	8800155279	22/09/2017	74550	218	*	I
MFK6566	8800155298	22/09/2017	74550	218	*	I
QIS4700	8800155301	22/09/2017	74550	218	*	I
MEX8034	8800155349	22/09/2017	74550	218	*	I
QIF9557	8800155354	22/09/2017	74550	218	*	I
MIL3886	8800155384	22/09/2017	74550	218	*	I
AUV4943	8800155482	23/09/2017	74550	218	*	I
MJO0890	8800155496	23/09/2017	74550	218	*	I
MLC5252	8800155506	23/09/2017	74550	218	*	I
MMB8086	8800155511	23/09/2017	74550	218	*	I
QHI1886	8800155520	23/09/2017	74550	218	*	I
PWO2415	8800155527	23/09/2017	74550	218	*	I
MHX1647	8800155528	23/09/2017	74550	218	*	I
QIN5894	8800155549	23/09/2017	74550	218	*	I
MCC4856	8800155555	23/09/2017	74550	218	*	I
MLX0106	8800155556	23/09/2017	74550	218	*	I
MHN1816	8800155564	23/09/2017	74550	218	*	I
MDZ4235	8800155567	23/09/2017	74550	218	*	I
QHP4002	8800155583	23/09/2017	74550	218	*	I
LZI1159	8800155584	23/09/2017	74550	218	*	I
MGR2470	8800155603	23/09/2017	74550	218	*	I
MIN5577	8800155633	23/09/2017	74550	218	*	I
NRQ3835	8800155647	23/09/2017	74550	218	*	I
MBX1612	8800155659	23/09/2017	74550	218	*	I
MEV3325	8800155668	23/09/2017	74550	218	*	I
QHH5101	8800155684	23/09/2017	74550	218	*	I
MKU3472	8800155688	23/09/2017	74550	218	*	I
MDM0598	8800155710	23/09/2017	74550	218	*	I
OKE3884	8800155718	23/09/2017	74550	218	*	I
MLM5551	8800155721	23/09/2017	74550	218	*	I
MBS4860	8800155734	23/09/2017	74550	218	*	I
MGN9906	8800155736	23/09/2017	74550	218	*	I
MCJ8024	8800155744	23/09/2017	74550	218	*	I
MFT9948	8800155757	23/09/2017	74550	218	*	I
IPX4804	8800155417	22/09/2017	74550	218	*	I
MIY8333	8800155433	22/09/2017	74550	218	*	I
QHR0781	8800155434	22/09/2017	74550	218	*	I
MHU5365	8800155451	23/09/2017	74550	218	*	I
MEQ1659	8800155453	23/09/2017	74550	218	*	I
MDH3270	8800155772	23/09/2017	74550	218	*	I
MKW5989	8800155773	23/09/2017	74550	218	*	I
MKJ0685	8800155775	23/09/2017	74550	218	*	I

MLC2811	8800155795	23/09/2017	74550	218	*	I
QHQ6506	8800155813	23/09/2017	74550	218	*	I
JFI3978	8800155821	23/09/2017	74550	218	*	I
MKG3755	8800155825	23/09/2017	74550	218	*	I
MIK4033	8800155842	23/09/2017	74550	218	*	I
MBM2521	8800155845	23/09/2017	74550	218	*	I
QHT0895	8800155854	23/09/2017	74550	218	*	I
MIB5461	8800155861	23/09/2017	74550	218	*	I
LYS1566	8800155862	23/09/2017	74550	218	*	I
GOY0200	8800155864	23/09/2017	74550	218	*	I
MGT9816	8800155867	23/09/2017	74550	218	*	I
MFY4363	8800155868	23/09/2017	74550	218	*	I
MGC8933	8800155885	23/09/2017	74550	218	*	I
MGA9723	8800155959	25/09/2017	74550	218	*	I
MEG1400	8800155977	25/09/2017	74550	218	*	I
QIA0164	8800155982	25/09/2017	74550	218	*	I
MCP0901	8800155987	25/09/2017	74550	218	*	I
MHO6544	8800156006	25/09/2017	74550	218	*	I
MDV5314	8800156011	25/09/2017	74550	218	*	I
MMH7981	8800156020	25/09/2017	74550	218	*	I
MIB4378	8800156024	25/09/2017	74550	218	*	I
JPF0475	8800155899	23/09/2017	74550	218	*	I
MKK8367	8800155921	23/09/2017	74550	218	*	I
MGG4060	8800155923	23/09/2017	74550	218	*	I
INS7374	8800155928	23/09/2017	74550	218	*	I
EGB6654	8800155932	23/09/2017	74550	218	*	I
QHV3061	8800155618	23/09/2017	74550	218	*	I
QIF2376	8800152027	12/09/2017	74550	218	*	I
QHK4153	8800156052	25/09/2017	74550	218	*	I
MIS5472	8800156055	25/09/2017	74550	218	*	I
MIZ8088	8800156076	26/09/2017	74550	218	*	I
IRC5409	8800156084	26/09/2017	74550	218	*	I
CSM1414	8800156091	26/09/2017	74550	218	*	I
MMD1567	8800156119	26/09/2017	74550	218	*	I
QIA5577	8800156120	26/09/2017	74550	218	*	I
ADM1577	8800156121	26/09/2017	74550	218	*	I
MLH2940	8800156122	26/09/2017	74550	218	*	I
QHB1993	8800156126	26/09/2017	74550	218	*	I
MLD0925	8800156192	26/09/2017	74550	218	*	I
ETB5468	8800161326	23/10/2017	74550	218	*	I
OKF6058	8800161340	23/10/2017	74550	218	*	I
MDT8063	8800161348	23/10/2017	74550	218	*	I
MGH4512	8800161349	23/10/2017	74550	218	*	I
LXG2651	8800161353	23/10/2017	74550	218	*	I
MIZ2526	8800161376	24/10/2017	74550	218	*	I
MFY5954	8800161415	24/10/2017	74550	218	*	I
ETD5171	8800161433	24/10/2017	74550	218	*	I
QHD3720	8800161439	24/10/2017	74550	218	*	I
MIF2381	8800161454	24/10/2017	74550	218	*	I
QHV1520	8800161462	24/10/2017	74550	218	*	I
QIF7054	8800161523	24/10/2017	74550	218	*	I
QIU7362	8800161530	26/10/2017	74550	218	*	I
QIA1602	8800161533	26/10/2017	74550	218	*	I
MKL2212	8800161538	26/10/2017	74550	218	*	I
MBR3073	8800161560	26/10/2017	74550	218	*	I
MJG7734	8800161565	26/10/2017	74550	218	*	I
MAX6141	8800161584	26/10/2017	74550	218	*	I
QHL9279	8800161609	26/10/2017	74550	218	*	I
ILF3384	8800161618	26/10/2017	74550	218	*	I
MLA3660	8800161620	26/10/2017	74550	218	*	I
MLP2280	8800161627	26/10/2017	74550	218	*	I
MFD7628	8800161639	26/10/2017	74550	218	*	I
OKH1720	8800161643	26/10/2017	74550	218	*	I

LZS7064	8800161644	26/10/2017	74550	218	*	I
OTY7002	8800161663	26/10/2017	74550	218	*	I
OCP3647	8800161714	26/10/2017	74550	218	*	I
MTE2783	8800161725	26/10/2017	74550	218	*	I
ELW5572	8800161735	26/10/2017	74550	218	*	I
QHW2672	8800161759	26/10/2017	74550	218	*	I
MBH6575	8800161770	26/10/2017	74550	218	*	I
MDZ2343	8800161775	26/10/2017	74550	218	*	I
MMF4845	8800161782	26/10/2017	74550	218	*	I
MLE6258	8800161794	26/10/2017	74550	218	*	I
PWN0120	8800161799	26/10/2017	74550	218	*	I
MAG0143	8800161803	26/10/2017	74550	218	*	I
MMD9556	8800161807	26/10/2017	74550	218	*	I
FAL4421	8800161810	26/10/2017	74550	218	*	I
MBZ1665	8800161811	26/10/2017	74550	218	*	I
IPN7362	8800161816	26/10/2017	74550	218	*	I
PXR3947	8800161819	26/10/2017	74550	218	*	I
MGF1538	8800161836	26/10/2017	74550	218	*	I
MIG9056	8800161860	26/10/2017	74550	218	*	I
LZP5553	8800161869	26/10/2017	74550	218	*	I
MDI5894	8800161877	26/10/2017	74550	218	*	I
MEY3007	8800161879	26/10/2017	74550	218	*	I
QHV4639	8800161907	26/10/2017	74550	218	*	I
MBU3056	8800161248	23/10/2017	74550	218	*	I
MHV0350	8800161256	23/10/2017	74550	218	*	I
MDR7466	8800161258	23/10/2017	74550	218	*	I
IKO9765	8800161262	23/10/2017	74550	218	*	I
MKZ5995	8800161267	23/10/2017	74550	218	*	I
MJJ5796	8800161306	23/10/2017	74550	218	*	I
HTV3286	8800161307	23/10/2017	74550	218	*	I
MIA3804	8800161314	23/10/2017	74550	218	*	I
MKI2612	8800161917	26/10/2017	74550	218	*	I
MKC1377	8800161935	26/10/2017	74550	218	*	I
DWB0431	8800161941	26/10/2017	74550	218	*	I
MKW0321	8800161947	26/10/2017	74550	218	*	I
HLJ3127	8800161951	26/10/2017	74550	218	*	I
MDD7445	8800161952	26/10/2017	74550	218	*	I
MFP7724	8800161967	26/10/2017	74550	218	*	I
MKB5637	8800161973	26/10/2017	74550	218	*	I
MKG5879	8800161975	26/10/2017	74550	218	*	I
MBV2550	8800161674	26/10/2017	74550	218	*	I
QHJ7584	8800161688	26/10/2017	74550	218	*	I
MJH9961	8800161692	26/10/2017	74550	218	*	I
MFB9775	8800161704	26/10/2017	74550	218	*	I
MHB5858	8800161706	26/10/2017	74550	218	*	I
MCB7113	8800161708	26/10/2017	74630	218	*	II
MGZ4861	8800161315	23/10/2017	74630	218	*	II
QHO3961	8800161914	26/10/2017	74630	218	*	II
MCW3966	8800161668	26/10/2017	74630	218	*	II
MMM5086	8800156199	26/09/2017	74630	218	*	II
MGF2571	8800156097	26/09/2017	74630	218	*	II
MEF4676	8800156038	25/09/2017	74630	218	*	II
MFL1473	8800155620	23/09/2017	74630	218	*	II
MGI0830	8800155947	23/09/2017	74630	218	*	II
MKI3618	8800155890	23/09/2017	74630	218	*	II
QHW5944	8800155806	23/09/2017	74630	218	*	II
MGC5015	8800155457	23/09/2017	74630	218	*	II
MGT8688	8800155767	23/09/2017	74630	218	*	II
QHN1584	8800155545	23/09/2017	74630	218	*	II
IIZ4875	8800155406	22/09/2017	74630	218	*	II
QHO5815	8800155323	22/09/2017	74630	218	*	II
QHC5956	8800155272	22/09/2017	74630	218	*	II
BAF2600	8800155244	22/09/2017	74630	218	*	II

MIP2878	8800155144	22/09/2017	74630	218	*	II
MFE6679	8800154592	20/09/2017	74630	218	*	II
MDB0916	8800154196	19/09/2017	74630	218	*	II
MDK5261	8800154880	22/09/2017	74630	218	*	II
MKJ8916	8800155122	22/09/2017	74630	218	*	II
MJS6707	8800154533	20/09/2017	74630	218	*	II
MKS3468	8800151515	06/09/2017	74630	218	*	II
NEI7620	8800153758	15/09/2017	74630	218	*	II
MER8569	8800153797	15/09/2017	74630	218	*	II
MIP2271	8800153816	15/09/2017	74630	218	*	II
MFF7501	8800156699	29/09/2017	74630	218	*	II
MKC2337	8800156657	29/09/2017	74630	218	*	II
QIP3812	8800156543	29/09/2017	74630	218	*	II
MDQ3853	8800156391	27/09/2017	74630	218	*	II
MHU0115	8800156303	27/09/2017	74630	218	*	II
MMI1021	8800160384	20/10/2017	74630	218	*	II
IIL5718	8800161240	23/10/2017	74630	218	*	II
MMJ0071	8800161075	23/10/2017	74630	218	*	II
MJN1128	8800160794	20/10/2017	74630	218	*	II
BGA3569	8800160683	20/10/2017	74630	218	*	II
MHQ4210	8800160772	20/10/2017	74630	218	*	II
MIC0335	8800160773	20/10/2017	74630	218	*	II
MFM5609	8800160673	20/10/2017	74630	218	*	II
KFU0007	8800160631	20/10/2017	74630	218	*	II
MBL0307	8800158988	09/10/2017	74630	218	*	II
MIV4299	8800160540	20/10/2017	74630	218	*	II
QHP2656	8800159870	18/10/2017	74630	218	*	II
MED0672	8800159468	18/10/2017	74630	218	*	II
APP2154	8800156782	29/09/2017	74630	218	*	II
MGT7914	8800156732	29/09/2017	74630	218	*	II
DCZ9008	8800158194	07/10/2017	74630	218	*	II
LXT8572	8800160541	20/10/2017	74710	218	*	III
ORC4731	8800160611	20/10/2017	74710	218	*	III
MBA2719	8800153869	15/09/2017	74710	218	*	III
MBJ4333	8800155202	22/09/2017	74710	218	*	III
MLK6382	8800155609	23/09/2017	74710	218	*	III
AJU2204	8800156037	25/09/2017	74710	218	*	III

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2605/2017**

Publicação Nº 1426402

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO



## DE TRANSITO N.8034 2605/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJG0119	54288581N	15/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QJN1999	54294000N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
QHP7098	54294005N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MHQ8301	54294010N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MHW5139	54294012N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MES4077	54294014N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
QHE6557	54298501N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LZH6828	54145535G	17/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MEI4395	54146303G	23/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MKI3618	54143097G	12/07/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MIB8134	P018J005B5	14/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QIK8654	54144706G	19/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
EXM3483	54147601G	04/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MKC8361	54145848G	21/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MJJ0198	54145581G	21/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
NME2770	54146652G	11/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MGE5211	54145195G	30/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
BOR6502	54146265G	01/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QIV7232	54142746G	05/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFE1418	P018B000WT	31/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIU2484	P018F000P0	29/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MMF4341	P018B000S3	21/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFF8613	P02UX0003U	24/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKF5489	54144586G	11/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MCF0778	54152799G	07/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MCY6387	P02UZ00035	24/08/2017	51930	168	293.47
MAQ2932	54146036G	29/08/2017	51930	168	293.47
MHX1507	P018B000WI	30/08/2017	51930	168	293.47
MJE9763	P018B000OF	09/08/2017	52070	169	88.38
MGG0525	P018J0059L	12/07/2017	52070	169	88.38
MFZ6119	P018F000WL	15/09/2017	52070	169	88.38
MGV0172	P018F000P7	02/09/2017	52070	169	88.38
MFT8252	P03BU0001P	16/09/2017	52070	169	88.38
LXV4387	P018D0007Z	31/08/2017	53980	181 * II	88.38
LAU6935	P018B000RA	18/08/2017	54950	181 * XII	195.23
MHY1269	P03BT0006T	02/09/2017	55250	181 * XV	130.16
LXZ7311	P03BT0006U	02/09/2017	55250	181 * XV	130.16
PUZ4209	54146226G	01/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MEC3467	54145977G	01/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKI6526	54146507G	04/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKX3073	54146213G	30/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKM8024	54147690G	30/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LZU7794	54143936G	19/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
BAG4136	54145563G	04/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
EQX3777	54143657G	13/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MHZ6094	54143661G	06/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MAN7092	54145866G	28/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MJN7131	54146302G	23/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MKL0566	54143276G	03/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MAH4320	54148203G	16/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MLX5958	54146814G	14/09/2017	55680	181 * XIX	195.23



MKI0953	54147303G	05/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MDM3554	54146605G	05/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MFT8252	P03BU0001O	16/09/2017	57200	186	*	I	195.23
HOB9098	P018H000TW	02/09/2017	57380	186	*	II	293.47
ATC6139	54144776G	29/08/2017	57380	186	*	II	293.47
ATC6139	54144777G	29/08/2017	58350	195			195.23
MKV9228	P018B000XM	01/09/2017	58350	195			195.23
BST2839	P018D0007S	26/08/2017	58350	195			195.23
AGV9206	54144984G	16/08/2017	58350	195			195.23
MEI5430	P018I0008U	26/07/2017	58350	195			195.23
MDV1198	55819389F	11/07/2017	58350	195			195.23
MEG8642	55031884F	20/06/2017	58350	195			195.23
MGV0172	P018F000P2	02/09/2017	58350	195			195.23
QIJ7170	54140987G	01/09/2017	64910	227	*	II	88.38
QHI5580	P018F000WD	15/09/2017	65300	228			195.23
MBE7031	P018H000OS	06/08/2017	65300	228			195.23
MDM3554	P018B000M3	07/08/2017	65300	228			195.23
CIO7763	P018H000PF	08/08/2017	65300	228			195.23
MJV9135	P02UY00052	27/07/2017	72340	250	*	I * a	130.16
AKA9251	P018H000PA	07/08/2017	51851	167			195.23
MKF5489	54144585G	11/07/2017	51851	167			195.23
MHB0228	P018J005AV	14/07/2017	51851	167			195.23
MFA9949	P018J005F3	21/07/2017	51851	167			195.23
MII2458	P018J00559	10/07/2017	51851	167			195.23
BST2839	P018D0007T	26/08/2017	51851	167			195.23
MEF4293	P018D00084	01/09/2017	51851	167			195.23
AYJ9501	P018D00088	03/09/2017	51851	167			195.23
DDA8058	P018B000NQ	09/08/2017	51852	167			195.23
MFE2978	54144982G	16/08/2017	51852	167			195.23
MGU1709	54138991G	10/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
AJJ5050	P03BT0000M	13/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MDS2000	P018B000RN	19/08/2017	54523	181	*	VIII	195.23
MCE3888	P018B000RR	19/08/2017	54523	181	*	VIII	195.23
MIJ9128	54146941G	31/08/2017	54523	181	*	VIII	195.23
MFN6415	54145929G	24/08/2017	57463	187	*	I	130.16
MFT8252	P03BU0001Q	16/09/2017	58191	193			880.40
MEI5430	P018I0008T	26/07/2017	58191	193			880.40
MBY6048	P018B000V1	24/08/2017	58192	193			880.40
MMB4018	55031645F	21/08/2017	60412	207			195.23
LXV4316	55031650F	21/08/2017	60412	207			195.23
AZM5585	55031646F	21/08/2017	60412	207			195.23
MGI4969	P018J005A0	14/07/2017	60412	207			195.23
MGE9768	54144010G	05/07/2017	60412	207			195.23
MEW4267	54147487G	01/09/2017	60412	207			195.23
FXD7660	54147489G	01/09/2017	60412	207			195.23
MEX3411	54146269G	31/08/2017	60501	208			293.47
QIG9945	54140669G	09/07/2017	60501	208			293.47
MFV3941	54146135G	28/08/2017	60501	208			293.47
MHV1151	P03BT0006N	02/09/2017	57970	191			2934.68
LWZ7043	P03E90003I	18/09/2017	57970	191			2934.68
MJG2679	P018B000XS	04/09/2017	59670	203	*	V	1467.34
MHM8174	54146055G	15/08/2017	75870	ART. 184	III		293.47
MGU2040	54153132G	17/08/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
AMW0696	54144840G	13/07/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLV5103	54139977G	22/07/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
BOC8863	P018F000LZ	19/07/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
NWK1539	55025689F	18/07/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MMI0865	54145906G	07/08/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJD4929	54145131G	05/09/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFC5376	54146272G	01/09/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLS8214	54146273G	01/09/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
DMP1200	55556886F	16/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LYX6609	55556887F	16/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23

MKM9194	55556901F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CZE8806	55556903F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCX4352	55556911F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDU6295	55556914F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CQB0228	55556916F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ALK4918	55556917F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJQ4200	55556920F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDN5382	55556940F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JRR9916	55556956F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGJ7184	55556959F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MI11631	55556960F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCD0307	55556972F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCO0946	55556990F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGO5548	55556991F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZI0410	55557005F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC0527	55557700F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEW1105	55557775F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEW1105	55557777F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDH1019	55557780F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXL8016	55557814F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMB6777	55557815F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FYY0222	55557034F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHW4100	55557036F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJR0206	55557037F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJS9270	55557038F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AHA7552	55557045F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASW2075	55557048F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEC1345	55557050F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHM6120	55557057F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJS4679	55557062F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MER5504	55557068F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBW7162	55557071F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DXT5332	55557075F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IKR2939	55557078F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PAA8484	55557096F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAM0366	55557103F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ISD5717	55557106F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKN0217	55557115F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGB2082	55557116F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKG6809	55557117F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKV6141	55557121F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HHB8827	55557124F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXI0448	55557150F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHC2555	55557158F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKB3215	55557168F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEW1105	55557171F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EMR0959	55557174F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGP9588	55557183F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEH8179	55557427F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIN7796	55554802F	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLX5492	55554883F	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DEB9318	55555287F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDY1607	55555236F	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AJD2648	55555349F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKI8592	55555403F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFF9952	55555445F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJO0196	55555514F	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIA8765	55555569F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGV4345	55555595F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAY7920	55554171F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLX2866	55554262F	30/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DBZ8558	55553808F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHC4625	55553638F	21/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23



MGA7986	55553517F	20/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEL3545	55553074F	12/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHV3061	55553113F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJF5691	55551568F	16/05/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAK7309	55552602F	02/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DQH7451	55553649F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDC5353	55553661F	22/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCU7666	55553694F	22/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHS1655	55553712F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LAN7930	55553719F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIN7281	55553753F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIH4282	55553774F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJV1306	55553780F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLW6118	55553794F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QJJ0101	55553795F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHM7424	55553862F	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AAU7877	55553863F	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCI5093	55553868F	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKV4016	55553883F	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMB3506	55553884F	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OPU0911	55553898F	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHC2992	55553922F	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLW6118	55553945F	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAS8753	55553975F	27/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LWX5326	55553976F	27/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KYV4012	55554021F	27/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BAD2349	55554022F	27/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MUR6620	55554069F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJO6884	55554076F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DXA5669	55554086F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIR1921	55554116F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AOS5815	55554117F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FDW4597	55554132F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAZ3280	55556275F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
APA8790	55556295F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAS2238	55556308F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHQ1996	55556317F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKF5535	55555617F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKF5535	55555625F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHJ7338	55555706F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXY3464	55555916F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJE1214	55556033F	29/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXH6232	55556050F	29/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKE6218	55556184F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HKT9448	55556187F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLZ9906	55556615F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJK0921	55556670F	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGK2915	55556356F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EBL9176	55556413F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJR9966	55556418F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HWY8537	55556424F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDP5746	55556434F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEV6232	55556475F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDI0783	55556501F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMA9594	55556510F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHQ0333	55556518F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGE4085	55556764F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LCK9508	55556812F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ICA8394	55556838F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZC0960	55556852F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCK4888	55556855F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
APS5769	55556857F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AFG0041	55556861F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MLL9869	55556862F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LZT7959	55556866F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LWZ7642	55556868F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MFT9623	55556877F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MAC0498	55556880F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
QHP7068	54146504G	04/09/2017	73662	252*VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2604/2017

Publicação Nº 1426403

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2604/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
INL4494	P018F000XD	16/09/2017	75790	165 A	2934.68
MCT3610	54146806G	13/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCU2748	54146275G	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
CSC5940	54147441G	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
ILN3085	54146708G	02/08/2017	50100	162 * I	880.40
LZD8559	54147858G	18/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDW0220	54152933G	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEY7503	P018H000SU	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHV1151	P03BT0006K	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGV0172	P018F000P4	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
LWX3461	54152936G	30/08/2017	50450	162 * V	293.47
MAQ2932	54146035G	29/08/2017	50450	162 * V	293.47
MFT8252	P018F000O4	25/08/2017	50450	162 * V	293.47
MEP2564	54149179G	25/08/2017	50450	162 * V	293.47
MEI5470	54149138G	01/09/2017	50450	162 * V	293.47
LXN1866	54145199G	01/09/2017	50450	162 * V	293.47
INL4494	P018F000XE	16/09/2017	50450	162 * V	293.47
MEY7503	P018H000SV	26/08/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MGV0172	P018F000P5	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40

MDW0220	54152934G	30/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
LZD8559	54147859G	18/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
ILN3085	54146709G	02/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MHH8661	P018J0057T	11/07/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MCT3610	54146807G	13/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
CSC5940	54147442G	01/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MCU2748	54146276G	01/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MEI5470	54149139G	01/09/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
LXN1866	54145200G	01/09/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
INL4494	P018F000XK	16/09/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
MAQ2932	54146037G	29/08/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
ANR0757	P03E90002G	29/08/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
MFT8252	P018F000O5	25/08/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
LWX3461	54152937G	30/08/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
MJJ1474	54149121G	29/08/2017	64080	221					130.16
MIS0957	P018J0057P	11/07/2017	64080	221					130.16
MGG0525	P018J0059M	12/07/2017	64080	221					130.16
MJE9763	P018B000OG	09/08/2017	64080	221					130.16
EUB9321	54149124G	29/08/2017	64080	221					130.16
MKF7060	P03BU0000B	12/07/2017	66020	230	*	VI			293.47
MGE9437	P018J00463	31/05/2017	66700	230	*	XIII			195.23
QH9529	P018J004SC	26/06/2017	66700	230	*	XIII			195.23
MHM2313	P018B000TV	23/08/2017	66700	230	*	XIII			195.23
AKK5287	P02UZ0003P	24/08/2017	69120	232					88.38
KZU9534	P018H000P0	07/08/2017	69120	232					88.38
MGI4969	P018J005A7	14/07/2017	69120	232					88.38
EUB9321	54149123G	29/08/2017	69120	232					88.38
MGL1227	54147431G	24/08/2017	69120	232					88.38
ANR0757	P03E90002F	29/08/2017	69120	232					88.38
LZY8145	54146042G	30/08/2017	69120	232					88.38
BST2839	P018D0007R	26/08/2017	69120	232					88.38
MHC9502	P03BT0006Y	04/09/2017	69120	232					88.38
QHI5580	P018F000WC	15/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MGG3146	54147013G	28/07/2017	73400	252	*	IV			130.16
MHH8661	P018J0057U	11/07/2017	73400	252	*	IV			130.16
MIS0957	P018J0057R	11/07/2017	73400	252	*	IV			130.16
MEP4722	54145860G	16/08/2017	50531	162	*	VI			293.47
QHL7794	54148735G	30/08/2017	50531	162	*	VI			293.47
LXR7545	P018B000WK	31/08/2017	50531	162	*	VI			293.47
MHV1151	P03BT0006M	02/09/2017	51261	164	c/c	162	*	II	880.40
QHL7794	54148736G	30/08/2017	51501	164	c/c	162	*	VI	293.47
BST2839	P018D0007Q	26/08/2017	51691	165					2934.68
MFT8252	P03BU0001N	16/09/2017	65561	230	*	I			293.47
MHV1151	P03BT0006L	02/09/2017	65561	230	*	I			293.47
MIH0966	P018B000WZ	01/09/2017	65992	230	*	V			293.47
BTA3896	P018B000X3	01/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MJG9021	54152939G	30/08/2017	65992	230	*	V			293.47
LWX3461	54152935G	30/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MDD5465	54145044G	31/08/2017	65992	230	*	V			293.47
IGL2505	54153156G	29/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MEI6493	54146128G	25/08/2017	65992	230	*	V			293.47
QHY4591	54146133G	29/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MJS1105	54148728G	29/08/2017	65992	230	*	V			293.47
LZQ0001	P03BT0004M	10/08/2017	65992	230	*	V			293.47
AWI2944	P03E90001L	17/08/2017	65992	230	*	V			293.47
LXL6305	P03BT0005G	18/08/2017	65992	230	*	V			293.47
AZM5585	55031648F	21/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MHM8174	54146056G	15/08/2017	65992	230	*	V			293.47
QHI6064	54146719G	03/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MBF0266	P018B000MS	08/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MJZ6617	54143525G	08/07/2017	65992	230	*	V			293.47
MID0106	54139271G	05/07/2017	65992	230	*	V			293.47
QHE8743	54144021G	12/07/2017	65992	230	*	V			293.47

MJS9256	54147246G	03/08/2017	65992	230	*	V	293.47
ILN3085	54146710G	02/08/2017	65992	230	*	V	293.47
LXN1866	54145198G	01/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MJJ9205	54144934G	31/08/2017	65992	230	*	V	293.47
QHB7075	54149183G	01/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LZA4148	P018B000WQ	31/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
MIS0957	P018J0057Q	11/07/2017	66372	230	*	IX	195.23
MGG0525	P018J0059K	12/07/2017	66372	230	*	IX	195.23
MKF2386	P018B000OA	09/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MEO7652	54148904G	05/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
QHI5580	P018F000WE	15/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MCC4578	P02UZ0002Z	24/08/2017	66531	230	*	XI	195.23
MJE9763	P018B000OE	09/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MGN3682	P018B000OO	09/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
ILN3085	54146711G	02/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFS0620	P018B000XA	01/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MEO7652	54148905G	05/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
DMV0145	54148857G	05/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MGV0172	P018F000P3	02/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LWZ7043	P03E90003H	18/09/2017	52741	175			2934.68
BST2839	P018D0007P	26/08/2017	52742	175			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2603/2017

Publicação Nº 1426404

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2603/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCU3838	54304877N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$
QHU0710	54306563N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$





QHB2907	54306564N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	
AJZ9494	54312287N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	
MFH6493	54312293N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	
QHQ2365	54312295N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	
QHL9279	54312297N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	
QHC2555	54312299N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	
QHX1495	54312300N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	
MGJ7184	54312301N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	
MFH6493	54312302N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	
MEB7036	54312304N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	
MMD0905	54312306N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	
MMD8969	54312307N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	
IQZ7437	54312308N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	
MFH6493	54312309N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	
OVJ0227	P018F001UA	26/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	
QHA0103	54145995G	04/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	
MDB6261	54150309G	05/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	
AFW0569	54148493G	03/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	
MFC5264	54146650G	02/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	
QIM1186	54146993G	26/09/2017	76331	ART	252,	UNICO	
MFT9793	54150131G	27/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	
MLP8374	54922002G	23/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	
MKY5198	54146787G	26/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	
MHL0793	P018F001YJ	31/10/2017	76332	ART	252,	UNICO	
MLI4984	P03FN0007V	30/10/2017	76332	ART	252,	UNICO	
QIB5247	54146184G	21/09/2017	76332	ART	252,	UNICO	
MKZ9877	P018F0017M	02/10/2017	76332	ART	252,	UNICO	
MMB4552	P018F001UB	26/10/2017	76332	ART	252,	UNICO	
MCV0197	P018F001YB	30/10/2017	51930	168			
MLG8707	54149761G	30/10/2017	52070	169			
KUC8802	54151192G	30/10/2017	52070	169			
MIN5095	54150940G	27/10/2017	52070	169			
MAT9261	54922261G	26/10/2017	52070	169			
MFR6748	54151197G	31/10/2017	52070	169			
MBR5142	54151199G	31/10/2017	52070	169			
MGU4580	P03FN00087	30/10/2017	52070	169			
MGD3526	P02UY000ED	02/11/2017	52070	169			
MGD9088	P02UY000CY	27/10/2017	52070	169			
MHL3475	P018F000ZW	19/09/2017	52070	169			
MDM7046	54148367G	02/10/2017	52070	169			
MLA4121	54150207G	28/09/2017	52070	169			
MEF2163	54153393G	04/10/2017	54100	181	*	IV	
MPY9178	54153396G	04/10/2017	54100	181	*	IV	
MBZ3059	P02V00002J	30/10/2017	55250	181	*	XV	
MKQ7427	54150338G	26/10/2017	55500	181	*	XVIII	
MHZ8529	P018F001Y1	27/10/2017	55500	181	*	XVIII	
MIB0229	54147978G	29/10/2017	55500	181	*	XVIII	
MKX8578	54146684G	21/10/2017	55500	181	*	XVIII	
MIM8232	54150310G	05/10/2017	55500	181	*	XVIII	
MGB6553	54148881G	04/10/2017	55500	181	*	XVIII	
MCW1009	54148273G	04/10/2017	55500	181	*	XVIII	
AYI5641	54148275G	04/10/2017	55500	181	*	XVIII	
MCX0964	54148277G	04/10/2017	55500	181	*	XVIII	
MFF4676	54146834G	04/10/2017	55500	181	*	XVIII	
MGR9145	54145998G	04/10/2017	55500	181	*	XVIII	
QII4160	54150305G	03/10/2017	55500	181	*	XVIII	
QHQ4004	54148114G	30/09/2017	55500	181	*	XVIII	
MGG7687	54148406G	26/09/2017	55500	181	*	XVIII	
ATP9483	54150636G	22/10/2017	55500	181	*	XVIII	
ACB7110	54148498G	06/10/2017	55500	181	*	XVIII	
OQD4015	54150536G	17/10/2017	55500	181	*	XVIII	
MHM8174	54148876G	22/09/2017	55680	181	*	XIX	
MJL5797	54149819G	28/10/2017	55680	181	*	XIX	

LXA4794	P018I000AY	30/10/2017	57380	186	* II
AAM7618	P03E90006T	28/10/2017	58350	195	
MHR3362	54149555G	21/10/2017	58350	195	
NGC9518	55030129F	02/11/2017	58350	195	
MLW7774	54150239G	04/10/2017	58350	195	
MJY7077	54150243G	04/10/2017	58350	195	
MBC6181	54153447G	23/10/2017	58350	195	
AXZ6599	54152552G	24/10/2017	60760	210	
BZM2994	P03FN0006H	25/10/2017	65300	228	
MFI4100	P02UX000DQ	27/10/2017	65300	228	
HPH0259	P018F0019R	04/10/2017	65300	228	
DIC5313	P02UY000DM	30/10/2017	65300	228	
MBK4496	P03FN0008D	31/10/2017	51851	167	
MAP1499	P03FN0008H	30/10/2017	51851	167	
MJE1214	P03FN0008J	30/10/2017	51851	167	
LZP9063	P018I000B1	31/10/2017	51851	167	
LZO2413	P03BT000CG	01/11/2017	51851	167	
MEL9571	P018G000MZ	31/10/2017	51851	167	
QHL4833	P018G000N2	31/10/2017	51851	167	
MCC4726	P018G000N3	31/10/2017	51851	167	
MHC8967	P018F001ZM	31/10/2017	51851	167	
MGV7157	P018G000N7	01/11/2017	51851	167	
MIM7790	55030137F	02/11/2017	51851	167	
MHL0793	P018F001YI	31/10/2017	51851	167	
KUX3568	P02UX000E0	27/10/2017	51851	167	
MAN0104	P02UX000E1	27/10/2017	51851	167	
LCI3884	P02UX000E2	27/10/2017	51851	167	
MII5018	54150941G	27/10/2017	51851	167	
MDH7026	P02UY000DJ	29/10/2017	51851	167	
BLC6480	54151193G	30/10/2017	51851	167	
LXV1366	54922262G	30/10/2017	51851	167	
LZI0410	P018F001YK	31/10/2017	51851	167	
DAL1322	P018F001YU	01/11/2017	51851	167	
MBX0310	P018G000MC	31/10/2017	51851	167	
BAD0063	P018F001YY	31/10/2017	51851	167	
MBS3515	P018G000MM	31/10/2017	51851	167	
MBW5082	P018F001Z0	31/10/2017	51851	167	
MFC2727	P018F001Z2	31/10/2017	51851	167	
MKB8544	P018G000MP	01/11/2017	51851	167	
HNS4668	P018F001Z4	31/10/2017	51851	167	
ANG5218	P018G000MS	31/10/2017	51851	167	
MBT5008	P018F001Z8	31/10/2017	51851	167	
MEX2155	P018G000MT	31/10/2017	51851	167	
MFK8308	P018F001ZA	31/10/2017	51851	167	
MIX2649	P018G000MV	31/10/2017	51851	167	
MHX7814	P018F001ZD	31/10/2017	51851	167	
MJV6686	P018F0017N	02/10/2017	51851	167	
CYJ6890	54148754G	21/09/2017	51851	167	
JII5007	P018K000EF	19/09/2017	51851	167	
MAL6695	54150358G	02/10/2017	51851	167	
MBL9439	P018F001W6	27/10/2017	51851	167	
LXA1787	P018F001WJ	27/10/2017	51851	167	
MCS5389	P018F001WP	27/10/2017	51851	167	
DEJ8641	P03E90006P	28/10/2017	51851	167	
LZW4136	P018F001VU	27/10/2017	51851	167	
MCX9970	P018F001XV	27/10/2017	51851	167	
MAV1895	P018F001XY	27/10/2017	51851	167	
GQL7363	P018F001X7	27/10/2017	51851	167	
MCF0864	P018F001X9	27/10/2017	51851	167	
MNJ6392	P018F001XJ	27/10/2017	51851	167	
DDZ1433	P018F001XL	27/10/2017	51851	167	
AIE0298	P018F001XQ	27/10/2017	51851	167	
MDH2117	P018F001TS	26/10/2017	51851	167	

MHS7730	P018F001V5	27/10/2017	51851	167	
LYO8178	P018F001VM	27/10/2017	51851	167	
MKX2637	P018F001VN	27/10/2017	51851	167	
LCK9508	P02V000014	23/10/2017	51851	167	
NRW2221	P02V00001M	23/10/2017	51851	167	
MKN8913	P018F001T0	25/10/2017	51851	167	
EGA0836	P018F001T3	25/10/2017	51851	167	
CEZ8137	54151177G	26/10/2017	51851	167	
MHE7728	P03FN00017	07/10/2017	51852	167	
HRI4705	P02UX000AI	05/10/2017	51852	167	
MEF5696	P018F001VP	27/10/2017	51852	167	
MJX1108	P018F001XR	27/10/2017	51852	167	
LYU4709	P018F001X0	27/10/2017	51852	167	
BOD0937	P018F001W3	27/10/2017	51852	167	
MHY5128	P018F001WG	27/10/2017	51852	167	
MFT4269	P018F0017V	02/10/2017	51852	167	
JKH5821	P018F00185	02/10/2017	51852	167	
FJA1057	P018F001ZF	31/10/2017	51852	167	
MBZ4199	P03FN0008N	30/10/2017	51852	167	
MEF6390	P02UY000DG	28/10/2017	52311	172	
QHN5518	54151195G	31/10/2017	54521	181	* VIII
MBZ3059	P02V00002I	30/10/2017	54521	181	* VIII
MII5489	54148875G	22/09/2017	54521	181	* VIII
MFC5223	54148116G	06/10/2017	54526	181	* VIII
MBL2539	54923207G	26/10/2017	57463	187	* I
MLE3987	P02UX000DH	24/10/2017	58192	193	
MKQ7411	54150939G	26/10/2017	58196	193	
AFE7391	P018F001GP	11/10/2017	60412	207	
MLS7711	P03FN00074	26/10/2017	60412	207	
QHT6943	55827397F	01/10/2017	60412	207	
MKA6681	54145882G	02/10/2017	60501	208	
MHE8380	54151182G	26/10/2017	60501	208	
MDS9741	54149960G	29/10/2017	60501	208	
MEV5796	P02UX000A5	03/10/2017	70561	244	* III
MBN2170	P02UX0009V	30/09/2017	59241	203	* I
MGW7611	54148640G	24/10/2017	59670	203	* V
MKX6712	54152459G	27/10/2017	59670	203	* V
MHC0512	P02UY000EK	03/11/2017	59670	203	* V
MBO1995	P02UX000EO	03/11/2017	59670	203	* V
MHP1306	P03FN0008U	31/10/2017	75870	ART. 184	III
MLG8707	54149762G	30/10/2017	75870	ART. 184	III
MGW4991	54149764G	30/10/2017	75870	ART. 184	III
AVH0395	54145884G	04/10/2017	75870	ART. 184	III
MKB2954	P018F001TG	25/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MGY4175	54092799F	28/09/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
JZW0406	54153353G	02/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
IKJ9541	P018D000AB	03/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MAR9017	54148422G	30/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MKM7275	54150135G	28/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
LZQ1463	55030141F	02/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MLZ8363	55559890F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIP4700	55559892F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QIE4037	55559896F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIT4814	55559898F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
INQ5753	55559903F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEK3681	55559905F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGJ7112	55559907F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MCR4154	55559908F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
OPK9678	55559911F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKI2091	55559915F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIU7332	55559920F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHD5223	55559928F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MCJ3843	55559932F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146



MMK7732	55559942F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKG7869	55559949F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFI3147	55559959F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJV4118	55558614F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKV5773	55558621F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AQY2296	55558647F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIT7062	55558650F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHH0542	55558674F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBL7808	55558682F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJD1669	55558688F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO3437	55558700F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHT7470	55558701F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIC5414	55558705F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HMO9777	55558714F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZY1450	55558723F	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFH4478	55558737F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKI8592	55558744F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCD7647	55558747F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFT9532	55558756F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJQ2678	55558777F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLH1552	55558793F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEL8011	55558809F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYF3079	55558256F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBO5192	55558269F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKC4962	55558332F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHM5170	55558458F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MID0953	55558486F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFF7612	55558487F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLQ0190	55558498F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLI6441	55558510F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKG2852	55558516F	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKL6430	55558519F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IJE9965	55558520F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJT1177	55558526F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ADA9694	55558537F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEP0645	55558545F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFH4478	55558549F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHZ7849	55558551F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGH8783	55558558F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGH8783	55558563F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OPK9678	55558567F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIN5894	55558568F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFF3375	55558576F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIT8212	55558597F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OTU3945	55559721F	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLU2508	55559818F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AFY6692	55559820F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFK1156	55559823F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLL9869	55559826F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MES7291	55559829F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMD8969	55559836F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AHC3865	55559865F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLS3954	55559868F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAV1022	55559871F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IBV7833	55559880F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HTI9941	54150014G	22/10/2017	55413	181*XVII	c/	Lei13146
MCU7801	54922255G	26/10/2017	73661	252*VI		
DIB3584	54922251G	26/10/2017	73662	252*VI		
MBR5142	54922252G	26/10/2017	73662	252*VI		
JII5007	P018K000EG	19/09/2017	73662	252*VI		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2602/2017

Publicação Nº 1426405

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2602/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MXH8265	P018F0017R	02/10/2017	50292	162* II
MGQ8719	P018F00192	03/10/2017	50292	162* II
MEE3525	54143299G	28/10/2017	75790	165 A
MEF6390	P02UY000DF	28/10/2017	75790	165 A
LXA4794	P018I000AZ	30/10/2017	75790	165 A
LXS7896	54150817G	30/10/2017	50100	162 * I
AAM7618	P03E90006R	28/10/2017	50100	162 * I
MKL8899	P018D000A9	03/10/2017	50100	162 * I
LXJ0764	P03BT0009S	07/10/2017	50100	162 * I
MHH0851	P03JC0000B	08/10/2017	50100	162 * I
MAR2861	P03BT000C1	27/10/2017	50100	162 * I
LZJ9553	P018I000B4	31/10/2017	50100	162 * I
MDM1942	P03FO00013	02/11/2017	50100	162 * I
MDJ7009	P03OF00001	01/11/2017	50100	162 * I
MVA8967	P03FN00096	31/10/2017	50450	162 * V
LWX3461	P02UZ0006N	01/11/2017	50450	162 * V
MCN1438	P018I000AT	27/10/2017	50450	162 * V
MCT9999	P03FO0000Z	30/10/2017	50450	162 * V
AYI8608	54147383G	23/10/2017	50450	162 * V
MBB4887	P018F0018M	03/10/2017	50450	162 * V
MBZ6475	54148751G	19/09/2017	50450	162 * V
AXY7595	54146345G	20/10/2017	50450	162 * V
ASO5697	54149908G	30/10/2017	50450	162 * V
MHH0851	P03JC0000C	08/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
LXJ0764	P03BT0009T	07/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MAR2861	P03BT000C2	27/10/2017	51180	164 c/c 162 * I

AAM7618	P03E90006S	28/10/2017	51180	164	c/c	162	*	I
DEJ8641	P03E90006Q	28/10/2017	51180	164	c/c	162	*	I
MDJ7009	P03OF00002	02/11/2017	51180	164	c/c	162	*	I
LZJ9553	P018I000B3	31/10/2017	51180	164	c/c	162	*	I
LWX3461	P02UZ0006O	01/11/2017	51420	164	c/c	162	*	V
MCN1438	P018I000AU	27/10/2017	51420	164	c/c	162	*	V
ASO5697	54149909G	30/10/2017	51420	164	c/c	162	*	V
MBN2170	P02UX0009Y	30/09/2017	52820	176	*			I
MBK4496	P03FN0008L	31/10/2017	64080	221				
MCR5952	54148874G	15/09/2017	66020	230	*			VI
LXS7896	54150819G	30/10/2017	66610	230	*			XII
LXS7896	54150818G	30/10/2017	66700	230	*			XIII
NVT6510	P018F001V0	26/10/2017	66700	230	*			XIII
MJY8238	P018F001CN	07/10/2017	66700	230	*			XIII
MDE6732	P03FN0008R	31/10/2017	66700	230	*			XIII
MDA4772	P02UY000ET	04/11/2017	66700	230	*			XIII
MDA4772	P02UY000ER	04/11/2017	67000	230	*			XVI
GXQ6010	P02UY000D4	28/10/2017	67690	230	*			XXII
DEJ8641	P03E90006N	28/10/2017	69120	232				
LXU1037	54149765G	31/10/2017	69120	232				
MEE3525	54148770G	28/10/2017	69120	232				
MCP6147	P03FN0007R	30/10/2017	73400	252	*			IV
MJM2377	P018G000ME	31/10/2017	73400	252	*			IV
QII3218	54153302G	01/11/2017	73400	252	*			IV
MGW9920	54149911G	31/10/2017	73400	252	*			IV
DEJ8641	P03E90006O	28/10/2017	73400	252	*			IV
MGD9088	P02UY000CX	27/10/2017	73400	252	*			IV
BZM2994	P03FN0006I	25/10/2017	73400	252	*			IV
MIT0189	P02UY000D8	28/10/2017	73400	252	*			IV
LYS8280	P018F001Y9	30/10/2017	73400	252	*			IV
MHF3066	54148947G	04/10/2017	73400	252	*			IV
NRW2221	P02V00001N	23/10/2017	73400	252	*			IV
MJE5182	54150237G	04/10/2017	73400	252	*			IV
MGY9993	54148193G	26/09/2017	73400	252	*			IV
MDY2793	P018H000V0	03/10/2017	73400	252	*			IV
MHX8265	P018F0017S	02/10/2017	51262	164	c/c	162	*	II
MEE3525	54143300G	28/10/2017	51691	165				
MEA7511	54149027G	24/10/2017	51691	165				
LZQ1463	55030140F	02/11/2017	51691	165				
MDM1942	P03FO00012	02/11/2017	65992	230	*			V
MHB9948	P018F001YS	01/11/2017	65992	230	*			V
MVA8967	P03FN00097	31/10/2017	65992	230	*			V
APH4617	P03FN0007T	30/10/2017	65992	230	*			V
LYC2717	P03FN0008Q	31/10/2017	65992	230	*			V
MKK2296	54148990G	30/10/2017	65992	230	*			V
AXY7595	54146346G	20/10/2017	65992	230	*			V
MGU5166	54150154G	31/10/2017	65992	230	*			V
MYJ3203	P03FO00010	31/10/2017	65992	230	*			V
ASO5697	54149907G	30/10/2017	65992	230	*			V
LXU1037	54149766G	31/10/2017	65992	230	*			V
MCN1438	P018I000AS	27/10/2017	65992	230	*			V
MAR2861	P03BT000C0	27/10/2017	65992	230	*			V
MKD8825	54149241G	28/09/2017	65992	230	*			V
MKT2397	54153255G	03/10/2017	65992	230	*			V
MJF3497	54148983G	04/10/2017	65992	230	*			V
MBB4887	P03FN0000I	03/10/2017	65992	230	*			V
MLG8147	P018F00198	03/10/2017	65992	230	*			V
MFL6473	54147914G	05/10/2017	65992	230	*			V
MKQ1597	P018F0018T	03/10/2017	65992	230	*			V
MGQ8719	P018F00191	03/10/2017	65992	230	*			V
DMJ1554	P018F001V7	27/10/2017	65992	230	*			V
JPC5957	P018F0019Q	04/10/2017	65992	230	*			V
MJG5677	P03BT0009K	04/10/2017	65992	230	*			V

MAL7431	P03E90004W	04/10/2017	66102	230	*	VII
DMJ1554	P018F001V8	27/10/2017	66102	230	*	VII
MFZ6119	P03E900077	04/11/2017	66371	230	*	IX
MIV9831	P018F0018Y	03/10/2017	66372	230	*	IX
MGT6532	P018F001U9	26/10/2017	66531	230	*	XI
MEN4719	54150763G	24/10/2017	66531	230	*	XI
MFP4657	P03FN0007U	30/10/2017	66531	230	*	XI
MDE6732	P03FN0008S	31/10/2017	67261	230	*	XVIII
MBO5371	P03FN0009D	01/11/2017	67261	230	*	XVIII
MDA4772	P02UY000ES	04/11/2017	67261	230	*	XVIII
LXA4794	P018I000AX	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
MCN1438	P018I000AV	27/10/2017	67261	230	*	XVIII
AYI8608	54147390G	23/10/2017	67261	230	*	XVIII
ALT6067	54149763G	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
AKD5062	54923251G	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
MLM7125	54923252G	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
MGS9803	P018F0019L	04/10/2017	67261	230	*	XVIII
QHY6774	P018F001V9	27/10/2017	73232	252	*	II
QHP2009	55030104F	24/10/2017	52742	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

### BOM JARDIM DA SERRA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8705 267/2017

Publicação Nº 1426009

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8705 267/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDL7425	P03EI0000B	24/08/2017	65300	228	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO GONCALVES DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### Bom JESUS DO OESTE

---

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 329/2017

Publicação Nº 1426042

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 329/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

BQK5208 P03L900009 01/10/2017 61732 215 \* I \* a  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JESUS DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA



**BOM RETIRO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8470 739/2017**

Publicação Nº 1426053

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8470 739/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGC5090	P03E10002C	25/08/2017	65480	229	130.16
IHT6005	P03E10002X	02/09/2017	51852	167	195.23
IHT6005	P03E10002Y	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZM7892	P03E10002S	30/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM RETIRO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VAL RIO LUIZ DE FARIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8470 738/2017**

Publicação Nº 1426054

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8470 738/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGN9374	P03E100059	23/10/2017	51930	168
MHR4481	P03E10005P	30/10/2017	51930	168
MIL6247	P03E10004V	11/10/2017	54790	181 * X
MI11135	P03E10005H	27/10/2017	51851	167
MGC7316	P03E10005I	27/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM RETIRO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VAL RIO LUIZ DE FARIAS  
DELEGADO DE POLICIA

### BOTUVERÁ

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8196 611/2017

Publicação Nº 1426226

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8196 611/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKL0586	P038F0000T	02/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHF9354	P016Q0001J	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHF9354	P016Q0001K	02/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MKL0586	P038F0000U	02/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHF9354	P016Q0001I	02/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

BOTUVERA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 610/2017**

Publicação Nº 1426227

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8196 610/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFL4096	54585674E	02/10/2017	50100	162 * I
MFL4096	54585675E	02/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
MMD4694	P016Q0001X	09/10/2017	51851	167
HGX3332	P016Q0001Z	09/10/2017	51852	167
MKC8153	P016Q0001V	09/10/2017	51852	167
MFL4096	54585673E	02/10/2017	65992	230 * V
MGR8296	P016Q0001U	04/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

**BRUSQUE****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2559/2017**

Publicação Nº 1426381

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8050 2559/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLS7620	P018M0009M	01/09/2016	66102	230 * VII	127.69
MAL7577	P01V90007J	05/07/2017	75790	165 A	2934.68
ALG5924	P019U000R6	30/08/2017	50450	162 * V	293.47
MDL5401	P01VA000HV	31/08/2017	50450	162 * V	293.47
LYQ7106	P01VA000I1	03/09/2017	50450	162 * V	293.47
HRE6997	P018M000TJ	22/08/2017	66020	230 * VI	293.47
MES2922	P018M000UR	31/08/2017	66700	230 * XIII	195.23
MCN0647	P00Z700076	05/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
JVI4879	P01V8000E6	20/08/2017	69120	232	88.38
MIR6032	P018M000TG	20/08/2017	69120	232	88.38
LYQ7106	P01VA000I2	03/09/2017	69120	232	88.38
MDL6270	P01V6000EK	15/09/2017	69120	232	88.38
ALG5924	P019U000R7	31/08/2017	73400	252 * IV	130.16
ALG5924	P019U000R5	30/08/2017	51691	165	2934.68
MDL6270	P01V6000EJ	15/09/2017	51691	165	2934.68
MBN1175	P019U000RJ	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
IDA8356	P018M000QM	27/06/2017	65992	230 * V	293.47
MHH0707	54101818G	26/08/2017	65992	230 * V	293.47
QHP5883	P01V8000EI	26/08/2017	65992	230 * V	293.47
MLK9028	P018M000SR	18/08/2017	66102	230 * VII	195.23
MGK2763	54103151G	26/08/2017	66102	230 * VII	195.23
LWZ7590	55517856F	08/07/2017	66102	230 * VII	195.23
MAM0779	P01VA000HW	31/08/2017	66371	230 * IX	195.23
IDA8356	P018M000QL	27/06/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2560/2017**

Publicação Nº 1426380

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRANSITO E M

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE TRANSITO N.8050 2560/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DQV9294	54281432N	27/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIX2244	54284240N	04/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MBD6236	54294237N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJE1972	54101900G	30/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MBF0614	54103203G	05/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MKL0105	54101893G	24/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MFM7343	54099845G	03/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MIF9770	54100820G	07/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MIB8394	54100822G	07/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKR1091	54101303G	07/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QJO1006	54100555G	07/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIK7767	54100583G	31/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MBL4284	54102954G	04/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AXL0680	P01V8000EW	31/08/2017	52070	169	88.38
ANB3834	P01V90007A	30/06/2017	52070	169	88.38
MMF8130	P018M000QU	03/07/2017	52070	169	88.38
LXI7121	P01V9000AN	26/08/2017	52070	169	88.38
MJX0895	P019U000QP	18/08/2017	53800	181 * I	130.16
BAR1033	P01V9000B7	03/09/2017	54100	181 * IV	130.16
EFP8571	54102371G	08/08/2017	54440	181 * VII	88.38
ICA4850	54101126G	21/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MDR7472	P016T000A7	15/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MJK1658	54099998G	31/08/2017	57030	185 * I	130.16
MLX7991	54099484G	06/07/2017	68580	231 * VII	130.16
MJX4179	P01V600098	03/07/2017	51851	167	195.23
DSX7978	54100435G	26/06/2017	51851	167	195.23
LZO0011	54100916G	29/06/2017	51851	167	195.23
MLY5931	54100178G	24/07/2017	51851	167	195.23
EJS7702	54101528G	30/08/2017	51851	167	195.23
MJA5875	54101522G	30/08/2017	51851	167	195.23
MHO2809	54103014G	18/08/2017	51851	167	195.23
MBN1175	P019U000RK	02/09/2017	51851	167	195.23
MKF8405	P01V6000DM	30/08/2017	51851	167	195.23
MIU2853	P01V6000DR	30/08/2017	51851	167	195.23
QHK9110	P018M000UJ	30/08/2017	51851	167	195.23
MMA0670	P016T0009M	30/08/2017	51851	167	195.23
ABN6642	P016T0009O	30/08/2017	51851	167	195.23
MIH1742	P016T0009P	30/08/2017	51851	167	195.23
MMA0670	P016T0009Q	30/08/2017	51851	167	195.23
ICU7742	P01V9000B0	30/08/2017	51851	167	195.23
MBJ1948	54101405G	28/06/2017	51852	167	195.23
MIM8061	P038F0000Y	03/08/2017	52151	170	293.47
MLS7285	P01V6000CY	18/08/2017	54521	181 * VIII	195.23

MLN6310	55911847E	05/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MKD4703	54102223G	07/09/2017	58434	196	195.23
MDL6270	P01V6000EH	15/09/2017	60501	208	293.47
MLI5462	P01VA000HR	30/08/2017	60501	208	293.47
MCG0226	P01VA000EF	04/07/2017	60501	208	293.47
QIB4035	54100551G	04/07/2017	60501	208	293.47
MIO9957	54100515G	06/07/2017	71023	244 * VIII	195.23
MJY4195	54102129G	30/08/2017	71023	244 * VIII	195.23
IDY2777	54103072G	04/09/2017	72422	250, I, b	130.16
LNT3725	54100675G	15/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYE2951	54100459G	20/07/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
OKG3209	54101671G	18/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AYU9535	54101564G	20/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLB7254	55488599F	24/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AOX8646	54102171G	14/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IAX6826	54102181G	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKH8183	54102161G	14/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYA4011	54102183G	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKH8183	54102187G	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBZ0939	54101439G	21/06/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLP3160	54101919G	11/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYY2538	54101799G	07/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJY1958	54101782G	10/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKO8508	P019U000R9	31/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALONSO MORO TORRES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2557/2017**

Publicação Nº 1426383

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2557/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYN5309	P019U000TH	02/10/2017	75790	165	A
DLM8368	P018M000XQ	27/10/2017	75790	165	A
MEX8139	P01V6000HB	29/10/2017	50100	162	* I
MJU7287	54104672G	07/10/2017	50100	162	* I
MAX3083	P01V9000E7	02/10/2017	50100	162	* I
LZU5495	P018M000WT	05/10/2017	50100	162	* I
MAG8432	P01VA000M6	29/10/2017	50450	162	* V
CJM7154	54104481G	07/10/2017	51180	164	c/c 162 * I
MJU7287	54104673G	07/10/2017	51180	164	c/c 162 * I
LZU5495	P018M000WU	05/10/2017	51180	164	c/c 162 * I
IHU0612	54102996G	26/10/2017	66290	230	* VIII
MAJ3503	54103987G	24/10/2017	66290	230	* VIII
MGA3989	P019U000TG	27/09/2017	66610	230	* XII
MAX3083	P01V9000E6	02/10/2017	67690	230	* XXII
MML7044	54103924G	27/09/2017	73400	252	* IV
MKS1156	P01V8000I8	25/10/2017	73580	252	* V
CXA4241	P01V9000GC	02/11/2017	73580	252	* V
MCS0539	P018M000XV	28/10/2017	50371	162	* III
MAG8432	P01VA000M5	29/10/2017	51691	165	
MJG2645	55519218F	08/10/2017	64322	223	
MAX3083	P01V9000E5	02/10/2017	65561	230	* I
CZO3702	P01V9000EB	03/10/2017	65992	230	* V
MDC6072	54103938G	03/10/2017	65992	230	* V
LZU5495	P018M000WS	05/10/2017	65992	230	* V
MCW9624	P01VA000JZ	25/09/2017	65992	230	* V
MIU2291	P016T000AH	25/09/2017	65992	230	* V
MEE5876	P01V9000DZ	28/09/2017	65992	230	* V
LYN5309	P019U000TI	02/10/2017	65992	230	* V
AEI7406	P01VA000KN	02/10/2017	65992	230	* V
MAJ3503	54103986G	24/10/2017	65992	230	* V
CJM7154	54104479G	07/10/2017	65992	230	* V
MCE6436	54101133G	25/10/2017	65992	230	* V
IHU0612	54102995G	26/10/2017	65992	230	* V
APK7827	54104017G	22/10/2017	65992	230	* V
HSW9632	54104712G	24/10/2017	65992	230	* V
MEW4536	P018M000Y3	31/10/2017	65992	230	* V
MBX0049	P018M000XX	29/10/2017	66371	230	* IX
LZC6478	P016T000AN	03/10/2017	66372	230	* IX
MLC1322	P018M000VY	23/09/2017	67261	230	* XVIII
MKA8243	P01790002B	27/10/2017	67261	230	* XVIII
MAG8432	P01VA000M4	28/10/2017	52741	175	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2558/2017**

Publicação Nº 1426382

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRÑNSITO E M

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
 DE TRANSITO N.8050 2558/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHA6096	54302344N	26/09/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJZ0932	54312373N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFN6128	54312382N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGT8143	54312383N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKB7362	54104462G	03/10/2017	76331	ART 252, UNICO
LWR2785	P01V9000GB	01/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MFM7343	54103820G	03/10/2017	76332	ART 252, UNICO
AWO3008	54104458G	03/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MIO8999	54103542G	25/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MHZ7273	54103543G	25/10/2017	76332	ART 252, UNICO
ASY0872	54104775G	20/10/2017	76332	ART 252, UNICO
AUI3275	54102038G	24/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QIO4717	54103920G	27/09/2017	76332	ART 252, UNICO
EBY9850	54102488G	28/09/2017	76332	ART 252, UNICO
MEJ3656	54103247G	29/09/2017	76332	ART 252, UNICO
ITT7740	54103248G	29/09/2017	76332	ART 252, UNICO
CJM7154	54104478G	07/10/2017	51930	168
MKL0586	P01VA000M0	23/10/2017	52070	169
DHO8357	P01790002J	01/11/2017	52070	169
MGM5017	P018M000WJ	28/09/2017	52070	169
MLE1812	54103730G	26/10/2017	54600	181 * IX
MIB5964	54103759G	03/10/2017	55090	181 * XIII
HPX6222	54104235G	11/10/2017	55500	181 * XVIII
ALS0611	54102761G	26/09/2017	55680	181 * XIX
DLM8368	P018M000XR	27/10/2017	57200	186 * I
DHO8357	P01790002I	01/11/2017	57200	186 * I
MCS0539	P018M000XW	28/10/2017	57380	186 * II
MHU1890	54101847G	29/09/2017	58350	195
QHO4955	54103703G	27/09/2017	59910	206 * I
IKB9685	55519287F	01/10/2017	65300	228
MLG5133	P01V8000ID	28/10/2017	72340	250 * I * a
LZP3032	P018M000XM	25/10/2017	72340	250 * I * a
IHU0612	54104906G	25/10/2017	51851	167
CAM7759	P01790002F	28/10/2017	51851	167
MCE5758	54104021G	22/10/2017	51851	167
MFM7343	54103819G	03/10/2017	51851	167
APJ5898	54103950G	03/10/2017	51851	167
MKP8021	54104053G	12/10/2017	51851	167
MDZ1716	54102684G	25/09/2017	51851	167
MKK9038	54102930G	27/09/2017	51851	167
MFW8979	54103930G	27/09/2017	51851	167

MIS9370	54103931G	28/09/2017	51851	167	
LON5695	54104313G	30/09/2017	51851	167	
BOS7214	54103935G	01/10/2017	51851	167	
MDC6072	54104456G	03/10/2017	51851	167	
LYM4405	P01V9000GE	02/11/2017	51851	167	
JOQ1821	54104905G	21/10/2017	54521	181	* VIII
MGD5295	P018M000XS	28/10/2017	54521	181	* VIII
QIB0483	54102498G	04/10/2017	54526	181	* VIII
EDZ4330	54102971G	26/09/2017	54526	181	* VIII
QHS0515	P01V9000DW	28/09/2017	60501	208	
MHU1890	54101846G	29/09/2017	60501	208	
CNB0626	54103917G	27/09/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
MFL3433	54103240G	25/09/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
DRH6301	54103868G	08/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MFX6411	54103888G	12/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
QHQ1216	54103876G	12/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
QHN9198	54104288G	13/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
ASZ3026	54104292G	13/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MHP6074	54104345G	15/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
LXS8574	54104350G	15/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MCT6624	54104604G	15/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
PWB2297	54104299G	18/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
OKG0187	54104616G	19/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
QIL1770	54104620G	19/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
ACV9977	54104610G	19/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
QIC2354	54104342G	20/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MIS9370	54104337G	20/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MBN6797	54104339G	20/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
LZO5593	54104630G	21/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MKH8183	54103911G	27/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MFR2037	54104641G	21/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
LZH8081	54104264G	14/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MEZ9731	54104857G	29/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
KAS6576	54104872G	02/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MAA3866	54104829G	10/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MAK9653	54104953G	09/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
LYS6300	54104961G	09/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
ASW3821	54104976G	11/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MIY5329	54104403G	13/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
QHG5222	54104409G	16/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MKS5078	54104405G	16/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALONSO MORO TORRES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**CAÇADOR****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2526/2017**

Publicação Nº 1426377

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8053 2526/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DCV6186	P01I7000UA	26/08/2017	75790	165 A	2934.68
ADM8252	P01Q0000SI	02/09/2017	75790	165 A	2934.68
MFS5569	P01I9000TI	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCT5639	P02PK0004B	17/09/2017	50100	162 * I	880.40
DCV6186	P01I7000U8	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
MIE7046	P02PK0002P	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHG2470	P01PV000TR	24/08/2017	50100	162 * I	880.40
COI0327	P02PN00028	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHG2470	P01PV000TS	24/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
DCV6186	P01I7000U9	26/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCT5639	P02PK0004C	17/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFS5569	P01I9000TJ	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
COI0327	P02PN00026	25/08/2017	64080	221	130.16
ABZ6394	P01I9000T2	27/08/2017	66020	230 * VI	293.47
BNA9379	P01IM000WR	31/08/2017	66020	230 * VI	293.47
CNV1202	P01IM000WY	31/08/2017	66020	230 * VI	293.47
MBM0248	P03BM0005G	13/09/2017	66020	230 * VI	293.47
AKE2375	P01IM000XG	14/09/2017	66020	230 * VI	293.47
MCB2015	P02PK00043	15/09/2017	66020	230 * VI	293.47
MDE9902	P01I9000PI	24/07/2017	66700	230 * XIII	195.23
IJZ9743	P01PV000T3	08/08/2017	66700	230 * XIII	195.23
MGD7133	P03BM00017	26/07/2017	67690	230 * XXII	130.16
LZC8676	P01I7000UH	01/09/2017	69120	232	88.38
LZC8676	P01I7000UI	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGB8794	P01PV000T4	09/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFS5569	P01I9000TF	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCH1747	P03BM00056	13/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AEV4064	P01I7000S6	25/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MAY5199	P01PV000V0	31/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2527/2017**

Publicação Nº 1426376

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8053 2527/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLV1498	P01PV000VB	04/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFP3873	P01IM000XX	15/09/2017	54600	181 * IX	130.16
JDT4619	P02PM0000U	26/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MDJ4094	P02PL0001D	05/08/2017	65300	228	195.23
DEY1581	P01Q0000S7	30/08/2017	65300	228	195.23
MGC0633	P02PK0002L	29/08/2017	65300	228	195.23
MBC5723	P01Q0000SG	02/09/2017	65300	228	195.23
LXB4309	P01Q0000T8	13/09/2017	51851	167	195.23
MAO5866	P01PV000V1	01/09/2017	51851	167	195.23
AFD8435	P01I7000TN	14/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MBW7548	P01Q0000RL	20/08/2017	72422	250, I, b	130.16
AUK1200	55803603F	30/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LZZ5242	55803403F	28/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEK5959	P01PV000TV	25/08/2017	73662	252*VI	130.16
LZT4996	P03BM0004L	29/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOCIMAR ANTONIO SOARES DE ABREU  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2524/2017**

Publicação Nº 1426379

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8053 2524/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQY1167	P02PM00041	05/10/2017	75790	165 A
COI0327	P01I7000WO	05/10/2017	50450	162 * V
AKZ9977	P02PK0005Z	07/10/2017	50450	162 * V
LYU9513	P01I9000VL	02/10/2017	66020	230 * VI
AEK8529	P01Q0000UQ	05/10/2017	66020	230 * VI
LXQ0927	P01Q0000UT	05/10/2017	66020	230 * VI
MCS2900	P01I9000X0	28/10/2017	66020	230 * VI
MCL4375	P02PN0005U	30/09/2017	65561	230 * I
BYG7407	P01Q0000VN	24/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2525/2017**

Publicação Nº 1426378

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8053 2525/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FFV3394	54304933N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
FFV3385	54304936N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFB6631	54313016N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
INM8414	55803573F	20/10/2017	76252	ART 181, XX
JVU3581	55803584F	30/10/2017	76252	ART 181, XX
BER0067	P02PM0003Y	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MGW9937	P03BM0006J	03/10/2017	52070	169
QHA9752	P02PN0006B	07/10/2017	52070	169
AJP8117	P02PN0006C	07/10/2017	52070	169
QHL0139	P01PS000TU	10/10/2017	52070	169
ALT2468	P01PS000TV	10/10/2017	52070	169
AKV0937	P01PS000TE	04/10/2017	55250	181 * XV
MAX4313	P02PM0003P	04/10/2017	65300	228
CGU7714	P02PM0003U	04/10/2017	65300	228
MHT2330	P01I9000VQ	05/10/2017	65300	228
AIA2698	P01I9000WY	25/10/2017	65300	228
AKN0752	P02PL0004W	31/10/2017	65300	228
MCQ8734	P02PL0004D	08/10/2017	65300	228
LWY0754	P01I9000X7	28/10/2017	65300	228
MKP8535	P01IM000ZT	28/10/2017	65300	228
DEY1581	P02PL0004Z	31/10/2017	65300	228
QJF1100	P02PL00051	31/10/2017	65300	228
MFR8554	P02PL00052	31/10/2017	65300	228
ARI9336	P01IM000ZO	25/10/2017	51851	167
MDT7439	P01I7000XD	26/10/2017	51851	167
CEZ0308	P01IM000ZP	28/10/2017	51851	167
MDN3132	P03BM0006P	03/10/2017	51851	167
MJA5237	P01PS000UY	24/10/2017	54521	181 * VIII
OKG2945	55803609F	09/10/2017	54521	181 * VIII
MHH1418	P02PL0004X	31/10/2017	56143	182 * V
MBC5723	P03BM00074	29/10/2017	60412	207
PUI2582	P01Q0000UO	03/10/2017	60502	208
MJW7009	55803310F	24/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MEX1517	P01I9000XA	28/10/2017	73662	252*VI
MHP9009	P01I7000XO	01/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOCIMAR ANTONIO SOARES DE ABREU  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**CAMBORIÚ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1897/2017**

Publicação Nº 1426229

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8194 1897/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC4534	P0029000XN	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
CDH4118	P00230012X	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHT3618	P0026000WE	08/07/2017	50100	162 * I	880.40
MFY6458	P0020000ST	29/08/2017	50450	162 * V	293.47
MHT3618	P0026000WF	08/07/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MKA8372	P002500113	01/09/2017	51691	165	2934.68
MCO8655	P002500114	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEQ5221	P0020000SQ	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
MKA5327	P002A000Y6	26/08/2017	65992	230 * V	293.47
LXC4534	P0029000XM	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
LYE0082	P00250010D	06/07/2017	65992	230 * V	293.47
MFY6458	P0020000SS	29/08/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1898/2017**

Publicação Nº 1426228

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8194 1898/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLZ8869	P0022000JK	12/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
EHV1406	54506590F	24/07/2017	52070	169	88.38
MFU9767	P0022000IO	24/07/2017	57380	186 * II	293.47
MIT0618	P02TD0000G	14/09/2017	60501	208	293.47
ESB4004	P0022000IW	28/07/2017	70562	244 * III c/c ð1\$	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDEMIR MEISTER  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1895/2017

Publicação Nº 1426231

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1895/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DVK9830	P00M4000WL	27/10/2017	50100	162 * I
MGY2956	P00M4000WN	27/10/2017	50100	162 * I
MJR4659	P0022000MV	30/10/2017	50100	162 * I
MFK0689	P0020000UO	04/11/2017	50100	162 * I
DVK9830	P00M4000WK	27/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MGY2956	P00M4000WO	27/10/2017	69120	232
MJR4659	P0022000MW	30/10/2017	65992	230 * V
LXV4799	P0029000ZO	25/10/2017	65992	230 * V

MGY2956 P00M4000WM 27/10/2017 65992 230 \* V  
MLT8433 P0020000UM 29/10/2017 66372 230 \* IX  
MFK0689 P0020000UP 04/11/2017 66372 230 \* IX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1896/2017

Publicação Nº 1426230

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1896/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MLA2079	54312999N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIP9901	54313000N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIP9901	54313001N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHR8619	P00230014X	29/10/2017	57380	186 * II
FMA0484	P00230013K	26/09/2017	51851	167
MKQ0088	P0029000YQ	29/09/2017	51851	167
AZP6314	P02TD0000Y	26/10/2017	60175	206 * III
MJP8521	P00M4000WQ	29/10/2017	60501	208
MIZ7897	54506229F	15/09/2017	73662	252*VI
MIZ7897	54506228F	15/09/2017	73662	252*VI
MGV0713	P02TD00013	31/10/2017	73662	252*VI
MLF9581	P02TD0001B	01/11/2017	73662	252*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CAMBORIU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDEMIR MEISTER  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

**CAMPO ALEGRE**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8360 731/2017**

Publicação Nº 1426125

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8360 731/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLJ6253	P01OS00008	22/07/2017	50100	162 * I	880.40
LZR6553	P01OS000QO	28/08/2017	50100	162 * I	880.40
MLJ6253	P01OS00009	22/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AFZ7884	P01OS000R0	01/09/2017	52070	169	88.38
MCC0372	P01OS000PW	21/08/2017	55250	181 * XV	130.16
AFZ7884	P01OS000QZ	01/09/2017	57200	186 * I	195.23
AFZ7884	P01OS000QY	01/09/2017	58350	195	195.23
AFZ7884	P01OS000R1	01/09/2017	62700	220 * II	195.23
LZR6553	P01OS000QN	28/08/2017	65561	230 * I	293.47
LZR6553	P01OS000QM	28/08/2017	65992	230 * V	293.47
MLJ6253	P01OS00002	22/07/2017	65992	230 * V	293.47
AFZ7884	P01OS000R2	01/09/2017	66532	230 * XI	195.23
ATS2330	P01OS000QI	27/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 730/2017**

Publicação Nº 1426127

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8360 730/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BBP7800	P01OS000WB	30/10/2017	50100	162 * I
BBP7800	P01OS000WC	30/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MMK7069	P01OS000VV	29/10/2017	60681	209
AID9457	P01OS000TE	09/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO DE POLICIA

**CAMPO ERÊ**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8256 993/2017**

Publicação Nº 1426185

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8256 993/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZZ6233	P02DI0006W	23/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MKP5595	P02DI0007A	25/07/2017	58197	193	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 992/2017**

Publicação Nº 1426186

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 992/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CAR9156	P02DI0008Z	07/10/2017	50100	162 * I
AEA3997	P02DI0009L	29/10/2017	50100	162 * I
ABK9734	P02DJ0004C	28/10/2017	69120	232
ABK9734	P02DJ0004F	28/10/2017	69120	232
CAR9156	P02DI00090	07/10/2017	51502	164 c/c 162 * VI
CAR9156	P02DI0008Y	07/10/2017	51691	165
DIE9776	P02DJ0004L	01/11/2017	51851	167
MKH9952	P02DJ00049	27/10/2017	51851	167
CAR9156	P02DI0008X	07/10/2017	65992	230 * V
CAR9156	P02DI00091	07/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.



OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

### CAMPOS NOVOS

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100 1705/2017

Publicação Nº 1426316

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100 1705/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZM3380	P01FA000LL	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXP6223	P01FA000LI	30/08/2017	50450	162 * V	293.47
LZM3380	P01FA000LP	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXP6223	P01FA000LJ	30/08/2017	69120	232	88.38
LXP6223	P01FA000LH	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
LZM3380	P01FA000LM	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZM3380	P01FA000LQ	02/09/2017	66102	230 * VII	195.23
MDB3136	P01FB0005L	01/09/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS  
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100 1706/2017**

Publicação Nº 1426315

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8100 1706/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGV5830	P01FA000L1	24/08/2017	54600	181 * IX	130.16
ACO1945	P02V70001J	01/09/2017	51851	167	195.23
MHC6377	P01FB0005K	29/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

GERALDO MAFIOLETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1703/2017**

Publicação Nº 1426318

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8100 1703/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ANH3238	P00Y9000TR	29/10/2017	75790	165	A
MBX5423	P00Y9000TJ	27/10/2017	50100	162	* I
HOV8586	P00Y9000SQ	05/10/2017	50100	162	* I
LXL0585	P02V70001V	10/10/2017	50100	162	* I
LZG6763	P00Y9000TM	27/10/2017	50450	162	* V
MGY6081	P00Y80009Y	03/11/2017	50450	162	* V
MBX5423	P00Y9000TI	27/10/2017	51180	164	c/c 162 * I
LXL0585	P02V70001W	10/10/2017	51180	164	c/c 162 * I
HOV8586	P00Y9000SP	05/10/2017	51180	164	c/c 162 * I
MJT3063	P01FA000OW	08/10/2017	67000	230	* XVI
LZG6763	P00Y9000TL	27/10/2017	65992	230	* V
IRH8828	P00Y9000TY	04/11/2017	65992	230	* V
HOV8586	P00Y9000SO	05/10/2017	65992	230	* V
MHI7842	P01FA000OG	06/10/2017	65992	230	* V
AKL1439	P02V70001Z	27/10/2017	65992	230	* V
MBX5423	P00Y9000TH	27/10/2017	65992	230	* V
AKL1439	P02V70001Y	27/10/2017	66531	230	* XI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS  
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1704/2017**

Publicação Nº 1426317

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1704/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANH3238	P00Y9000TP	29/10/2017	58350	195
MJT3063	P01FA000OV	08/10/2017	65300	228
EUO8707	P01FB0006N	04/10/2017	51851	167
BAH3333	P01FB0006Q	04/10/2017	51851	167
ANH3238	P00Y9000TQ	29/10/2017	60501	208
MAS8260	P00Y80009H	31/10/2017	60501	208

-----

ANH3238 P00Y9000TS 29/10/2017 57970 191  
OYD1519 P01FA000OA 01/10/2017 59670 203 \* V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

GERALDO MAFIOLETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

**CANELINHA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8145 924/2017**

Publicação Nº 1426269

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8145 924/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZW8923	54635428E	19/07/2017	50100	162 * I	880.40
LZW8923	54635429E	19/07/2017	65800	230 * IV	293.47
LZW8923	54635427E	19/07/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANELINHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8145 923/2017**

Publicação Nº 1426270

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8145 923/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEJ3656	P02ST0002B	27/09/2017	50450	162 * V
MBN5148	P01KB001T6	20/10/2017	51851	167
HBH6507	54635737E	05/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANELINHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

**CANOINHAS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2162/2017**

Publicação Nº 1426373

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8055 2162/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ATQ0991	P020600014	12/07/2017	50450	162 * V	293.47
LYC4896	55614194F	17/08/2017	50450	162 * V	293.47
LYC4896	55614195F	17/08/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MJN8949	P01IF000IO	25/07/2017	64080	221	130.16
LYC4896	55614196F	17/08/2017	69120	232	88.38
MJN8949	P01IF000HZ	25/07/2017	65992	230 * V	293.47
LYC4896	55614193F	17/08/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2163/2017**

Publicação Nº 1426372

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2163/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJS2490	P01H10008J	04/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
QHD6948	55614154F	24/07/2017	52070	169	88.38
ATQ0991	P020600015	12/07/2017	52070	169	88.38
MIH8704	55468680F	20/07/2017	54870	181 * XI	195.23
ALB1756	55614152F	24/07/2017	51851	167	195.23
LYC4896	55614197F	17/08/2017	51851	167	195.23
ADN8562	P01IF000N3	04/09/2017	51851	167	195.23
MKZ8974	55468760F	24/08/2017	54522	181 * VIII	195.23
AMJ2378	P01IF000M7	31/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJN8949	P01IF000HY	25/07/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGR5054	55468715F	14/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDX9625	55468590F	12/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLO7652	55468596F	25/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJS8263	55468600F	27/07/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHR3916	P02060002M	31/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23



-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DARIO GRAVI GONCALVES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2160/2017

Publicação Nº 1426375

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2160/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEC1706	P01H1000AR	25/10/2017	50100	162 * I
MIP3207	P01H1000AZ	30/10/2017	50100	162 * I
AIK8417	P01IF000RD	30/10/2017	50450	162 * V
AEC1706	P01H1000AS	25/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
AIK8417	P01IF000RE	30/10/2017	51420	164 c/c 162 * V
MCA8134	P02O60003N	09/10/2017	69120	232
LWZ8053	P01H1000A8	10/10/2017	51691	165
AEC1706	P01H1000AQ	25/10/2017	65992	230 * V
MCA8134	P02O60003L	09/10/2017	65992	230 * V
LYE2037	P01IF000QP	26/10/2017	65992	230 * V
MIP3207	P01H1000AY	30/10/2017	65992	230 * V
MCI1697	P01H1000B2	30/10/2017	65992	230 * V
AIK8417	P01IF000RC	30/10/2017	65992	230 * V
MAU7636	55611021F	20/10/2017	66371	230 * IX
MCA8134	P02O60003M	09/10/2017	67261	230 * XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CANOINHAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2161/2017**

Publicação Nº 1426374

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8055 2161/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLH6554	54313013N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MFK9331	P01IF000PH	10/10/2017	76251	ART 181, XX
JUS0564	P01IF000R1	28/10/2017	76252	ART 181, XX
MCO9741	P01IF000Q2	15/10/2017	76252	ART 181, XX
MIZ2989	55468751F	30/10/2017	76252	ART 181, XX
BED3090	P01IF000RB	30/10/2017	54600	181 * IX
OKH4194	P02O60003G	06/10/2017	55500	181 * XVIII
EVL7209	P01IF000RK	30/10/2017	55760	182 * I
MLF3691	P02O60004M	28/10/2017	57200	186 * I
MII3077	P01H1000B1	30/10/2017	51851	167
AKY9049	P01H1000AA	10/10/2017	51851	167
MIG6349	P01H1000AV	30/10/2017	51851	167
LZR2204	P01H1000AX	30/10/2017	51851	167
AUQ8164	P01H1000B0	30/10/2017	51851	167
QIJ4495	55468698F	29/09/2017	54521	181 * VIII
GSF6892	55468810F	27/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MFR1617	55468642F	31/10/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DARIO GRAVI GONCALVES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**CAPINZAL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1941/2017**

Publicação Nº 1426180

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8266 1941/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IHB9864	P00VE00106	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
MIE3878	P00VE00114	02/09/2017	69120	232	88.38
MIE3878	P00VE00112	01/09/2017	51691	165	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1942/2017**

Publicação Nº 1426179

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8266 1942/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AEQ1128	P00VD000Z8	01/09/2017	55250	181	*	XV	130.16
MIE3878	P00VE00113	01/09/2017	57200	186	*	I	195.23
MCK8284	P00VE000XF	05/07/2017	70481	244	*	II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANTONIO MOACIR BECHER  
DIRETOR DE TRANSITO

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1940/2017

Publicação Nº 1426181

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1940/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIA7575	P00VD0011A	03/10/2017	53800	181 * I
QHR5750	P00VD0013N	27/10/2017	54600	181 * IX
BER0016	P00VE0013S	10/10/2017	51851	167
AHS6755	P00VE0013O	10/10/2017	54284	181 * V
MJB5829	P00VE00138	06/10/2017	54522	181 * VIII
MCV0327	54500729F	11/10/2017	57970	191
BGV7659	P00VE0013G	10/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
QHU7615	P00VE0013N	10/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANTONIO MOACIR BECHER  
DIRETOR DE TRANSITO

---

**CATANDUVAS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8346 857/2017**

Publicação Nº 1426133

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8346 857/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KEG1702	P00Y100043	25/07/2017	54870	181 * XI	195.23
MBG0681	P00Y000082	03/09/2017	65480	229	130.16
ADM9793	P00Y100040	21/07/2017	51691	165	2934.68
ADM9793	P00Y100041	21/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CATANDUVAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8346 856/2017**

Publicação Nº 1426134

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8346 856/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

HRV2911 P00Y00008T 27/10/2017 54870 181 \* XI  
HRV2910 P00Y00008U 27/10/2017 54870 181 \* XI  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CATANDUVAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

-----  
**CELSO RAMOS**  
-----

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8498 98/2017**

Publicação Nº 1426047

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8498 98/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
MGK0936 P03EJ00001 03/09/2017 50610 163 c/c 162 \* I 880.40  
MGK0936 P03EJ00002 03/09/2017 65992 230 \* V 293.47  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE



EDITAL.

CELSO RAMOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8498 97/2017**

Publicação Nº 1426048

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8498 97/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

IOZ2685 P03EJ00005 09/10/2017 51930 168  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CELSO RAMOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

CHAPECÓ

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2604/2017**

Publicação Nº 1426416

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8028 2604/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLY0345	P01II0002M	27/05/2017	75790	165 A	2934.68
KAH5690	P02VF0001H	09/07/2017	75790	165 A	2934.68
MFD3657	P01II0006H	25/08/2017	75790	165 A	2934.68
MIJ9010	P02T2000XZ	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
ILR5484	P02QN0005X	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
CBR5796	P030R0001A	23/08/2017	50100	162 * I	880.40
MCD8808	P017S000DI	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAF4556	P019P000B3	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDZ6129	P02QO0003J	07/07/2017	50100	162 * I	880.40
MKL6646	P017Q001DH	11/07/2017	50100	162 * I	880.40
LOO6370	55502838F	29/04/2017	50100	162 * I	880.40
ACT0129	P017Q001PF	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
CAS3397	P017Q001L4	03/08/2017	50450	162 * V	293.47
HNA4239	P03DG00012	07/08/2017	50450	162 * V	293.47
MKW0742	P017Q001DN	11/07/2017	50450	162 * V	293.47
LXN0157	P02T2000S2	20/08/2017	50450	162 * V	293.47
AIU1691	P02T2000W3	04/09/2017	50450	162 * V	293.47
ILR5484	P02QN0005Y	30/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
OGT8330	P017Q001VX	05/09/2017	64080	221	130.16
DCA8480	P02T2000HW	11/07/2017	64080	221	130.16
MIQ3937	P02VD0002T	04/09/2017	66020	230 * VI	293.47
ACT0129	P017S000BH	17/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
MHK8070	P02VD00023	12/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
ARX9131	P017Q001QH	18/08/2017	69120	232	88.38
MCT3969	54173427G	19/07/2017	69120	232	88.38
ACT0129	P017Q001PH	17/08/2017	69120	232	88.38
MEW8460	P019O000EM	14/09/2017	69120	232	88.38
MEW8460	P019O000EL	14/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGU5204	P017Q001V2	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFN1204	P01II0006Y	28/08/2017	65992	230 * V	293.47
MAX4984	P02T2000VP	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
CEI7035	54173450G	15/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBX5628	P01HA000IY	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
DVK8754	P019Q0004G	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCT3969	54173426G	19/07/2017	65992	230 * V	293.47
MJY3532	P017Q001EU	13/07/2017	65992	230 * V	293.47
AOC7842	P02VC0003W	22/07/2017	65992	230 * V	293.47
IMK4043	P02T2000I7	12/07/2017	65992	230 * V	293.47
DOS8754	P01HA000HW	17/08/2017	65992	230 * V	293.47
LOO6370	55502837F	29/04/2017	65992	230 * V	293.47
MFN8252	P02T2000F0	03/07/2017	65992	230 * V	293.47
LYJ0795	P017P0006A	03/07/2017	66101	230 * VII	195.23
ACT0129	P017Q001PG	17/08/2017	66102	230 * VII	195.23
LYF1373	P02T2000I2	11/07/2017	66102	230 * VII	195.23
AOC7842	P02VC0003X	22/07/2017	66102	230 * VII	195.23
GRW5938	P02RJ0001A	06/07/2017	66371	230 * IX	195.23
MBX5628	P01HA000IW	31/08/2017	66371	230 * IX	195.23
MBX5628	P01HA000IX	31/08/2017	66372	230 * IX	195.23
GRW5938	P02RJ00018	06/07/2017	66372	230 * IX	195.23
MAX7254	P02VC0007M	20/08/2017	66372	230 * IX	195.23
MFQ5179	P02RJ0002Q	17/08/2017	66531	230 * XI	195.23
GRW5938	P02RJ0001B	06/07/2017	66531	230 * XI	195.23

MKW0742	P017Q001DM	11/07/2017	66532	230	*	XI	195.23
LYJ0795	P017P00069	03/07/2017	66532	230	*	XI	195.23
LYF1373	P02T2000I3	11/07/2017	66532	230	*	XI	195.23
CAW9227	P02QN00040	12/07/2017	66532	230	*	XI	195.23
MBX5628	P01HA000IV	31/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
MGU5204	P017Q001V3	04/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
MIQ3937	P02VD0002U	04/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
MBM8527	P02RJ0000T	02/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES  
DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2605/2017

Publicação Nº 1426415

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - 280810

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2605/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIQ7589	54294280N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJK6662	54294282N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHQ4404	54294283N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
GXM2603	54294285N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGO0763	P02VD00011	03/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AQB7586	P019P0008E	25/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
IDZ3086	P017Q001TO	30/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKW0742	P017Q001DO	11/07/2017	52070	169	88.38
AJV0071	P017S000B2	03/08/2017	53470	178	130.16
MKY4404	P017S000B3	03/08/2017	53470	178	130.16
MCD8808	P017S000DJ	30/08/2017	53470	178	130.16
BMW2474	P02QO0005U	18/08/2017	55090	181 * XIII	130.16
ACO4772	P030R0001J	31/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MDV6124	54637930E	21/08/2017	57200	186 * I	195.23
ISQ6613	P017S000BL	17/08/2017	57200	186 * I	195.23
MFZ3803	P019P000B5	02/09/2017	57200	186 * I	195.23
ISR0122	P030R0001R	03/09/2017	65300	228	195.23

GTF4360	P02QN0005R	27/08/2017	65300	228		195.23
OKG8614	P01II0007A	01/09/2017	65300	228		195.23
MEZ0172	P01II0007B	01/09/2017	65300	228		195.23
DMO0506	P01II0007C	01/09/2017	65300	228		195.23
ARC8969	P01II0007D	01/09/2017	65300	228		195.23
AKE3753	P01II0007K	02/09/2017	65300	228		195.23
IBS2424	P019O000DS	04/09/2017	68580	231	* VII	130.16
CYZ5814	P01HA000HX	30/08/2017	51851	167		195.23
IDZ3086	P017Q001TN	30/08/2017	51851	167		195.23
MGS0394	P02T2000ZZ	18/09/2017	51851	167		195.23
AQJ0761	P02RI0005Z	30/08/2017	51851	167		195.23
IDZ3086	P02RI00061	30/08/2017	51851	167		195.23
ICY7691	P02RI00064	30/08/2017	51851	167		195.23
OKF6128	P03DG0003U	29/08/2017	51851	167		195.23
MEK7427	P02VC00022	11/07/2017	51851	167		195.23
GRW5938	P02RJ00019	06/07/2017	51851	167		195.23
MFY0878	P03DG0001Q	07/08/2017	51851	167		195.23
MKO4482	P02T2000OC	07/08/2017	51851	167		195.23
QHA0648	P038H00037	08/08/2017	51851	167		195.23
ILC6444	P038H0003F	08/08/2017	51851	167		195.23
HPE0135	P02VD0001A	10/08/2017	51851	167		195.23
GRW5938	P02RJ0001C	06/07/2017	51852	167		195.23
MCP1418	P02QO00063	20/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
MCO6408	P01HA000J6	02/09/2017	54522	181	* VIII	195.23
IQY0330	P02VC00098	29/08/2017	60501	208		293.47
MLN0404	P03DG00043	29/08/2017	60501	208		293.47
ARH0166	P017S000D0	29/08/2017	60501	208		293.47
MJL5153	P017S000D2	29/08/2017	60501	208		293.47
QIE2542	P017S000D4	29/08/2017	60501	208		293.47
MEO5804	P017S000DC	29/08/2017	60501	208		293.47
CPJ9730	P017S000B7	06/08/2017	68231	231	* IV	195.23
MIQ3937	P02VD0002S	04/09/2017	59080	202	* I	1467.34
MGU5204	P017Q001V4	04/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MIG9638	P019R0004B	04/07/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 2031/2017**

Publicação Nº 1426015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 2031/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEM5278	55865462E	31/08/2017	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES  
DELEGADA REGIONAL 12ª DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 2032/2017

Publicação Nº 1426014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 2032/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIA7624	54277353N	14/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIA7624	54277375N	14/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIA7624	54277381N	14/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKP7058	54291728N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHX5641	54291729N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMF4504	54293317N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFC8649	54295855N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFC8649	54295864N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLD3013	54284801N	04/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MKE1840	55865099E	28/07/2017	54600	181 * IX	130.16
QHN0577	55865390E	30/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
BBM1026	55865373E	23/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
IPC2868	55865604E	16/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MKJ1214	55865606E	16/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
AME4121	55865396E	04/08/2017	54522	181 * VIII	195.23



MLP2969	55865432E	21/08/2017	60176	206 * III	293.47
MKF5849	55865285E	30/07/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYC3937	55177498F	19/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDK3088	55177554F	19/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IUB1011	55177564F	19/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
JCC1811	55177610F	20/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DPX9832	55177038F	13/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBC1777	55177108F	13/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
HHY9366	55177114F	13/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DAI2501	55177265F	15/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
FTV8082	55177374F	17/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
FTV8082	55177391F	17/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBC1777	55177020F	12/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EKZ1648	55180649F	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AWC2657	55180660F	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IJE2412	55180683F	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFD4675	55180718F	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
OKE2438	55180729F	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ERQ9237	55180764F	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QIO6053	55180794F	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHZ9913	55180842F	26/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EPY8020	55180886F	28/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYF8942	55181054F	29/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BAO7337	55181076F	30/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IRT9369	55181084F	30/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BAO7337	55181094F	30/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QJB0070	55181144F	30/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AWC2657	55181220F	31/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
FGY3253	55179929F	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MYS8036	55179932F	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MYS8036	55179948F	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
FGY3253	55179949F	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIW5812	55179956F	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHY6327	55179968F	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGS9269	55179974F	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
JEX8739	55180010F	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFI3944	55180031F	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIW6079	55180037F	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKT9505	55180040F	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDB8001	55180062F	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIX8503	55180083F	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AMD1582	55180095F	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHA2948	55180097F	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKT9505	55180105F	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AMD1582	55180116F	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJD3216	55180147F	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
FMA1618	55180158F	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
OPE7111	55180169F	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LNR7179	55180171F	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHA2948	55180174F	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIF1862	55180176F	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHJ7409	55180183F	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IDZ3086	55180188F	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAW3596	55180210F	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IPJ5936	55180249F	19/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AJH8216	55180255F	19/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IPJ5936	55180267F	19/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGP2279	55180278F	19/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
HGF7973	55180280F	19/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKO6678	55180286F	19/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCK3551	55180320F	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MES4720	55180339F	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIJ4690	55180346F	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23



CEM0650	55180348F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCW7629	55180358F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDA7870	55180362F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJR2430	55180379F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CMG6174	55180392F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DWP7234	55180400F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIP4267	55180404F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDB8001	55180407F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCW7629	55180417F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD3216	55180419F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJQ8019	55180432F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJG9042	55180434F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHO5282	55180437F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD3216	55180449F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCA9805	55180472F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JXZ4390	55180475F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD3216	55180492F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JGV8961	55180501F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZR5279	55180523F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKQ9713	55180545F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIM5112	55180563F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFI8299	55180564F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KAN1321	55180565F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CWH6468	55180613F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJE7883	55180614F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCG3904	55180625F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IRA7607	55178080F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KMB9021	55178084F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KEH3972	55178318F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55178337F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55178345F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55178362F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NGE4553	55178369F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAZ0292	55178407F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ITI2343	55178478F	29/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55178526F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55178547F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55178571F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FDV2107	55178574F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55178603F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHA1712	55178608F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55178624F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55178635F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASF6039	55178641F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AEU2136	55178646F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55178662F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55178682F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PXS5211	55178699F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKH1219	55178758F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLC5864	55178781F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKE0685	55178808F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFP1015	55178821F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHE4403	55178837F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IKC5245	55178871F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHR2452	55178875F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIT5589	55178880F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKY6730	55178882F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYT7589	55178883F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHT9951	55178891F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QKK0139	55178900F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLE3817	55178904F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZB0156	55178921F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IGE4991	55178930F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MLY6153	55179006F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHN0937	55179018F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHI4781	55179043F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAW1854	55179049F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFU8738	55179054F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAN8086	55179080F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBR6818	55179094F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKU9274	55179741F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMD1695	55179757F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DEM1420	55179764F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
INF6429	55179772F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDS4118	55179804F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AXN8902	55179806F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKB5958	55179825F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBW3632	55179826F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD3216	55179851F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
INF6429	55179871F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EBR7474	55179878F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HFW3081	55179893F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDF2352	55179898F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDB8001	55179915F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCR0584	55179920F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEN6838	55179924F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYK2394	55179118F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZE2926	55179138F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLB4404	55179144F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHZ2319	55179189F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LNG8072	55179288F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IOS0806	55179316F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYA7379	55179395F	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IKG0606	55179425F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DXE3249	55179429F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJC8836	55179497F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIZ8241	55179508F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIN5064	55179524F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDX7289	55179583F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIU1541	55179627F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJR6459	55175356F	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KAT7619	55175379F	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFC8649	55175867F	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDR7796	55176020F	01/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDR7796	55176043F	01/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDR7796	55176071F	01/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXU6186	55176107F	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFY1714	55176138F	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXU6186	55176143F	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXU6186	55176151F	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLU5048	55176158F	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXU6186	55176168F	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIG2010	55176213F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMK0755	55176223F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJL8130	55176240F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HPQ0591	55176254F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KLR2461	55176261F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIY5262	55176263F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJH8872	55176277F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAZ4858	55176298F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD8064	55176338F	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLE6770	55176362F	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXR7925	55176414F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLC7589	55176424F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MID0483	55176463F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIX7813	55176489F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

AOQ4122	55176502F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IQZ1987	55176552F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIO2812	55176559F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DLA0678	55176569F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IQE4605	55176575F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLE8792	55176590F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIE1182	55176627F	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXK7170	55176678F	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHH3737	55176696F	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYP4623	55176766F	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAK8230	55176859F	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JIIY0128	55161990F	25/01/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHHJ3297	55172964F	27/05/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYV5285	55173850F	06/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCP1942	55173860F	06/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DCM8066	55173943F	07/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DCM8066	55174219F	09/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PHH5777	55174432F	13/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLZ9753	55174445F	13/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXB5614	55174475F	13/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGQ6893	55174548F	14/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMJ0663	55174607F	14/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJQ2854	55174657F	16/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDC3317	55174719F	17/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDC3317	55174742F	17/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIP7651	55174760F	19/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYO1423	55174807F	19/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLX6621	55174828F	19/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MET8674	55174877F	20/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYN6219	55174907F	20/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CCB7940	55174927F	20/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJQ2854	55175033F	21/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ICM4337	55175034F	21/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHH9156	55175133F	22/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIK0605	55175189F	22/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCF5263	55175219F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EIJ8915	55175231F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AEB0056	55175238F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QJF0666	55175253F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IMD0770	55175276F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHS6470	55175284F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHH3562	55175292F	24/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHM2885	55175299F	24/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARC7770	55175310F	24/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHH3562	55175312F	24/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC7450	55175326F	24/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHW4168	55175341F	24/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8745 979/2017**

Publicação Nº 1425995

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - ELETRONICO - 280810

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE TRANSITO N.8745 979/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFJ3438	54273896N	06/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
JIJ0152	54279593N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
IKE1920	54279597N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKC8670	54279600N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIF1407	54279601N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIF1407	54279602N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	880.40
OGS4719	54280338N	24/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
LNQ4077	54280881N	25/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHZ8646	54284646N	04/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
ADF2778	54286370N	10/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
EYX2376	54287074N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
DVB8708	54290513N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLD3013	54291920N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMD9126	54291932N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMD9126	54291973N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHG4638	54291992N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MJF0564	54293406N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFS0689	54293412N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
JDH2323	54293426N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
JDH2323	54293437N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFC8649	54295684N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIH2982	54298144N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMM3694	54298158N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFC7107	54298163N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHV3922	54298173N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
FLA4987	0000767281	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
DII9002	0000767288	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
DII9002	0000767312	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
MLE1255	0000766794	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
INQ4983	0000766845	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
IQL4153	0000766899	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJJ3781	0000766987	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
ASW4368	0000767043	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
QIO6053	0000767153	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
JQE4468	0000767188	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
ASW4368	0000767209	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
LWT2323	0000767529	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
QIA1480	0000767564	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJO7876	0000767644	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
MBY6148	0000766743	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
BDV6006	0000768308	14/09/2017	74550	218 * I	130.16
IPL7653	0000768573	15/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHU1000	0000770443	18/09/2017	74550	218 * I	130.16



MGW0374	0000762706	05/09/2017	74550	218	* I	130.16
QIA9729	0000758978	31/08/2017	60503	208		293.47
EUD8068	0000759525	01/09/2017	60503	208		293.47
IIU7141	0000759510	01/09/2017	60503	208		293.47
MEU1866	0000759575	01/09/2017	60503	208		293.47
CTU3936	0000760089	01/09/2017	60503	208		293.47
MMC4247	0000751943	20/08/2017	60503	208		293.47
MJE8653	0000752181	20/08/2017	60503	208		293.47
LXC9828	0000751994	20/08/2017	60503	208		293.47
JUX8911	0000752031	20/08/2017	60503	208		293.47
MHY8960	0000752052	20/08/2017	60503	208		293.47
BWO3242	0000752568	21/08/2017	60503	208		293.47
QIB5094	0000752789	21/08/2017	60503	208		293.47
QHP2288	0000752875	21/08/2017	60503	208		293.47
MEZ3271	0000752806	21/08/2017	60503	208		293.47
MCA8068	0000752531	21/08/2017	60503	208		293.47
MJD3216	0000752560	21/08/2017	60503	208		293.47
MJM9028	0000752583	21/08/2017	60503	208		293.47
MHY8960	0000752587	21/08/2017	60503	208		293.47
LZM5184	0000752459	21/08/2017	60503	208		293.47
MGC3613	0000752481	21/08/2017	60503	208		293.47
ERZ0982	0000753260	22/08/2017	60503	208		293.47
MDP0867	0000749017	15/08/2017	60503	208		293.47
BEG5999	0000748062	14/08/2017	60503	208		293.47
LZL0558	0000750584	18/08/2017	60503	208		293.47
MLT7995	0000750794	18/08/2017	60503	208		293.47
CAN2716	0000750639	18/08/2017	60503	208		293.47
MJX4835	0000750657	18/08/2017	60503	208		293.47
CIV4628	0000750660	18/08/2017	60503	208		293.47
FZH4000	0000751432	19/08/2017	60503	208		293.47
MKO9927	0000751441	19/08/2017	60503	208		293.47
INA6398	0000751457	19/08/2017	60503	208		293.47
MIS5827	0000750617	18/08/2017	60503	208		293.47
CNV9015	0000751372	19/08/2017	60503	208		293.47
MFS8785	0000751211	19/08/2017	60503	208		293.47
MLI5760	0000751213	19/08/2017	60503	208		293.47
AVQ7932	0000753935	23/08/2017	60503	208		293.47
MHC2464	0000753962	23/08/2017	60503	208		293.47
JAO1809	0000753881	23/08/2017	60503	208		293.47
MKD0020	0000753888	23/08/2017	60503	208		293.47
MFC8252	0000753329	22/08/2017	60503	208		293.47
LZW2826	0000753334	22/08/2017	60503	208		293.47
MFY6921	0000753304	22/08/2017	60503	208		293.47
CVR1573	0000753305	22/08/2017	60503	208		293.47
QIA9729	0000753480	22/08/2017	60503	208		293.47
AIF8851	0000754495	24/08/2017	60503	208		293.47
MEB4712	0000754556	24/08/2017	60503	208		293.47
MHD1703	0000754525	24/08/2017	60503	208		293.47
MGS8672	0000753832	23/08/2017	60503	208		293.47
MHD1703	0000755232	25/08/2017	60503	208		293.47
MMM0171	0000754970	25/08/2017	60503	208		293.47
DQH5457	0000756018	26/08/2017	60503	208		293.47
MHD1703	0000755957	26/08/2017	60503	208		293.47
BBB7107	0000756132	26/08/2017	60503	208		293.47
MKA3401	0000756144	26/08/2017	60503	208		293.47
DEN0857	0000756706	27/08/2017	60503	208		293.47
MJI1287	0000756886	27/08/2017	60503	208		293.47
QHE5654	0000756828	27/08/2017	60503	208		293.47
QHE5654	0000756855	27/08/2017	60503	208		293.47
MGW9583	0000756863	27/08/2017	60503	208		293.47
MLG0177	0000757253	28/08/2017	60503	208		293.47
MHU8451	0000757262	28/08/2017	60503	208		293.47
LYW1088	0000757279	28/08/2017	60503	208		293.47

NKZ6407	0000757232	28/08/2017	60503	208		293.47
MHD1703	0000757390	28/08/2017	60503	208		293.47
DDM6817	0000757336	28/08/2017	60503	208		293.47
AET9624	0000757358	28/08/2017	60503	208		293.47
QHI0156	0000745105	09/08/2017	60503	208		293.47
IQZ5794	0000745560	10/08/2017	60503	208		293.47
MJC7293	0000744494	08/08/2017	60503	208		293.47
MEF6587	0000744320	08/08/2017	60503	208		293.47
MFQ5179	0000744325	08/08/2017	60503	208		293.47
LBX7430	0000747588	13/08/2017	60503	208		293.47
KAG0933	0000747010	12/08/2017	60503	208		293.47
QHM4042	0000740626	02/08/2017	60503	208		293.47
IDT8477	0000740955	03/08/2017	60503	208		293.47
QHY8637	0000740160	01/08/2017	60503	208		293.47
FBX4429	0000731367	19/07/2017	60503	208		293.47
ANO4539	0000731129	19/07/2017	60503	208		293.47
MFM6890	0000730742	18/07/2017	60503	208		293.47
JNW1152	0000732633	21/07/2017	60503	208		293.47
IDK1071	0000728491	16/07/2017	60503	208		293.47
ACK8520	0000728213	11/07/2017	60503	208		293.47
MBF3516	0000729145	15/07/2017	60503	208		293.47
OKF5488	0000729245	16/07/2017	60503	208		293.47
MGW6061	0000730503	17/07/2017	60503	208		293.47
QIP7651	0000730946	18/07/2017	60503	208		293.47
QIR7125	0000736961	30/07/2017	60503	208		293.47
QIR7125	0000737256	30/07/2017	60503	208		293.47
MFQ7482	0000735746	26/07/2017	60503	208		293.47
MHM3133	0000733724	24/07/2017	60503	208		293.47
MED0486	0000734098	25/07/2017	60503	208		293.47
IIJ6444	0000723506	05/07/2017	60503	208		293.47
IJR8313	0000721170	01/07/2017	60503	208		293.47
MJY5598	0000723016	04/07/2017	60503	208		293.47
LPY9768	0000724355	07/07/2017	60503	208		293.47
MCB4589	0000724390	07/07/2017	60503	208		293.47
LZX1429	0000724402	07/07/2017	60503	208		293.47
IUG7036	0000723900	06/07/2017	60503	208		293.47
MLQ0569	0000723958	06/07/2017	60503	208		293.47
MLQ0569	0000723973	06/07/2017	60503	208		293.47
QHJ2077	0000724582	07/07/2017	60503	208		293.47
LZF8820	0000724437	07/07/2017	60503	208		293.47
MKH6876	0000724450	07/07/2017	60503	208		293.47
IDY0052	0000726850	11/07/2017	60503	208		293.47
LKE1201	0000726019	09/07/2017	60503	208		293.47
IDK9273	0000726031	09/07/2017	60503	208		293.47
MLG2917	0000725887	09/07/2017	60503	208		293.47
MKP9727	0000725080	08/07/2017	60503	208		293.47
OND5758	0000711261	13/06/2017	60503	208		293.47
AUN8292	0000714398	18/06/2017	60503	208		293.47
MLX1051	0000712928	16/06/2017	60503	208		293.47
MGL0087	0000716635	23/06/2017	60503	208		293.47
MBG0701	0000714774	19/06/2017	60503	208		293.47
MBG0701	0000714832	19/06/2017	60503	208		293.47
OND5758	0000715380	20/06/2017	60503	208		293.47
MBG0701	0000717327	24/06/2017	60503	208		293.47
PUB9592	0000717207	24/06/2017	60503	208		293.47
MJN2436	0000716698	23/06/2017	60503	208		293.47
JRT0452	0000719597	28/06/2017	60503	208		293.47
MIL3518	0000719477	28/06/2017	60503	208		293.47
MJK3717	0000720624	30/06/2017	60503	208		293.47
MAL3243	0000719070	27/06/2017	60503	208		293.47
MFC8649	0000763052	06/09/2017	74550	218	* I	130.16
EPS3120	0000764315	07/09/2017	74550	218	* I	130.16
IHL8789	0000763463	07/09/2017	74550	218	* I	130.16



KRE9243	0000761108	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AMM9171	0000761306	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA6490	0000761308	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB4080	0000761312	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZT3353	0000761320	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZB3377	0000761324	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB3010	0000761333	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZT3353	0000761345	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW1088	0000761384	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
COJ8900	0000761390	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCB0957	0000761394	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU7482	0000761436	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BLG7452	0000763729	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE1308	0000764123	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AYZ5628	0000764829	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ITZ3221	0000763531	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AHD2340	0000763618	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IXY8715	0000765254	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB7373	0000765333	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AMK0591	0000765106	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AMK0591	0000766253	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO9749	0000765629	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AMK0591	0000765857	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EMO3675	0000765948	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DRD1465	0000766456	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ0859	0000766535	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGK9196	0000766536	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KDM5252	0000760758	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CPW9588	0000760761	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD4006	0000761046	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKK0167	0000761057	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXC9698	0000761146	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFH1661	0000761176	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH3521	0000761177	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR3983	0000761197	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD6175	0000761209	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXC9698	0000761214	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ4693	0000761470	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE8788	0000761473	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IVW0770	0000761477	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NEP7467	0000761482	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAM7870	0000761489	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EVT0201	0000761492	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW1088	0000761509	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHT0591	0000761514	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LNP5140	0000761530	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA5031	0000761532	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DRF5344	0000761539	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW1088	0000761542	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OEC8312	0000761569	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ1429	0000761582	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AYC7411	0000761594	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBA2858	0000761634	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MES4720	0000761646	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
APL5041	0000761677	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS3760	0000762264	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN1252	0000759589	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EYO0854	0000759663	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX8511	0000759669	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MET7065	0000759697	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIV9106	0000759701	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AUR5966	0000759702	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DDA4305	0000759815	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MHW9689	0000759822	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IVE2523	0000759824	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHF5973	0000760113	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK6063	0000760122	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DTZ7829	0000760175	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AQK2308	0000760218	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD3216	0000760229	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU7314	0000760268	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU7314	0000760269	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB4080	0000760329	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH1222	0000760338	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO4566	0000760339	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIK0819	0000760345	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF1747	0000760380	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ7121	0000760410	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MOL8370	0000760411	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DWF2251	0000760455	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AQK2308	0000760467	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS7541	0000760518	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DGX7990	0000760547	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DDC4433	0000760549	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKE1677	0000760615	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ4738	0000760619	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO4566	0000760687	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAI6388	0000760771	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV7854	0000760775	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH1617	0000760779	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ALP1014	0000760787	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IIR2306	0000760788	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AES0302	0000760789	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE8194	0000760793	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH0098	0000760802	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIQ2152	0000760817	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEH3019	0000760913	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZT3353	0000760962	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JHM7388	0000760968	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QII3192	0000757395	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DFG3423	0000757401	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAA3064	0000757623	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN2765	0000757624	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BYM8161	0000757630	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAQ5742	0000757631	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DPM8916	0000757633	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IRJ7649	0000757657	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EMC6191	0000757687	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ8278	0000757695	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA9253	0000757715	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ASA6697	0000757726	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CBS1264	0000757730	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000757739	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYT1110	0000757759	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDK1460	0000758059	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN4461	0000758090	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000758104	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IDV9405	0000758110	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
PAB9546	0000758112	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ETO5376	0000758149	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
GZK1616	0000758185	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AXI1544	0000758194	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT8582	0000758218	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYK3033	0000758224	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHT0790	0000758227	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZC5196	0000758238	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MDO1198	0000758244	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM3949	0000758248	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CRS8858	0000758251	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHF3526	0000758252	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CMN9389	0000758253	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI4115	0000758310	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000757596	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFU0196	0000757932	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EQQ8467	0000757945	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FQE3951	0000757960	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BOU8866	0000757963	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY2571	0000757983	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IHZ9910	0000757998	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MRG8264	0000758014	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDX5010	0000758410	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM6341	0000758411	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH1222	0000758425	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZN9352	0000758433	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF5116	0000758446	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZS8320	0000758448	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EYO0854	0000758469	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW7359	0000758473	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000758599	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ6103	0000758760	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR9684	0000758766	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ILR5484	0000758768	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IUV1880	0000758853	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK3507	0000758890	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
GOL9122	0000759000	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000759003	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LWV1164	0000759005	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHY8213	0000759009	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ6103	0000759022	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HPP6718	0000758998	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
INV4309	0000759065	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP0703	0000759081	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AHP4290	0000759103	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBF1375	0000759193	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ6103	0000759205	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AHE8606	0000759229	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CVL2751	0000759247	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFO2507	0000759258	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU2211	0000759281	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV6587	0000759285	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP9865	0000759296	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGZ7936	0000759304	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JJQ5077	0000759310	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EKY0945	0000759316	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DMF9496	0000759318	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBC3728	0000759321	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AYH6358	0000759332	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM2613	0000759334	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EPI7453	0000759346	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AJR4377	0000759136	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5982	0000759141	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLW7731	0000759161	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ILP4324	0000759166	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ASX1655	0000759382	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEU2695	0000759481	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK6063	0000759177	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA6410	0000759832	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CIS9440	0000759872	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IRW7443	0000759894	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MGL5577	0000759902	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ3271	0000759906	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX7045	0000759986	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY0752	0000759995	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYP3957	0000760017	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CMH5337	0000760025	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXO5069	0000760027	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF3539	0000760033	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYY2291	0000760036	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIC7510	0000760040	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AKH8814	0000760057	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP6770	0000760062	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AGV2145	0000760066	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA4571	0000760081	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AZR1951	0000759944	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ9175	0000759949	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIP7755	0000759968	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG9625	0000759977	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA4201	0000759455	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIH5599	0000752268	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE0504	0000752297	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BVP0389	0000752448	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EYR1089	0000751908	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIK0876	0000751940	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY2571	0000752101	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGC6103	0000752111	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGG5603	0000752140	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLQ5517	0000752225	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHB5063	0000752247	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HCY4341	0000752248	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DYH8086	0000752254	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
GPA8832	0000752261	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXA1845	0000752304	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IOF0206	0000752308	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS6375	0000752314	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS9016	0000752325	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO8042	0000752326	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX9061	0000752344	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LNJ1737	0000752347	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ9886	0000752349	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CYB5754	0000752354	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW6508	0000752370	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAU1800	0000752371	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT7379	0000752379	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYV0001	0000752381	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU0070	0000752387	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ARO5281	0000752390	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL6451	0000752393	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM0826	0000752397	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG7821	0000751613	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS0924	0000751617	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CSN9555	0000751636	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHT3321	0000751647	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFE0769	0000751662	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000751664	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIK7986	0000751686	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN1615	0000751498	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000751512	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AYC2819	0000751515	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDG6075	0000751517	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ3947	0000751518	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEP7183	0000751480	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DEN0857	0000751745	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16



AQK2308	0000751746	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS4769	0000751799	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH5426	0000751802	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AFO2479	0000751810	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IFV8920	0000751825	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHO0250	0000751856	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV9630	0000751858	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AFI1996	0000751965	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HNA3513	0000751968	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FAO3947	0000751973	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AFI1996	0000751983	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000752060	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ASR4365	0000752065	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AZL5960	0000752066	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIQ8076	0000752075	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKT5306	0000752079	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX8729	0000752406	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT4854	0000752411	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW1029	0000752416	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA5335	0000752422	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEB6032	0000752468	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIN4605	0000752570	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEU1866	0000752573	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALN6890	0000752772	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC8649	0000752775	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR6193	0000752777	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZW0159	0000752784	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU0206	0000752561	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QII3192	0000752567	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGK7930	0000752794	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ3992	0000752795	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI5149	0000752801	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB1083	0000752805	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDA2787	0000752812	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JEA2627	0000752816	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYQ2306	0000752821	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG7966	0000752843	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE4684	0000752867	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JWD8383	0000752894	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF1862	0000752899	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MED1943	0000752903	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHO3584	0000752907	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ0907	0000752915	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO7238	0000752934	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZE7781	0000752941	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHW1702	0000752943	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NZV0695	0000752949	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AGW1881	0000752963	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NWU2038	0000752977	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS4836	0000752985	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY5565	0000752992	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IGU2863	0000753005	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIG0362	0000753025	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EQF5076	0000753028	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJL3021	0000753030	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ARC6423	0000753032	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIL1095	0000753085	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR9531	0000753087	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ8679	0000753109	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDY3909	0000753116	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBY2855	0000753118	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIZ8782	0000753121	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DVA1927	0000753123	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16

IKE4800	0000753138	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC5381	0000753147	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR6230	0000753156	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV0463	0000753171	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJJ1993	0000753172	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEB6032	0000753217	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFH1018	0000753218	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU0091	0000753230	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEP7388	0000753242	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS8424	0000753245	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IXJ1937	0000753256	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EAG6779	0000747734	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU0394	0000747740	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAD9491	0000747744	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBB4885	0000747760	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ATU6235	0000747923	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC8649	0000748186	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAU4013	0000748235	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AQV0388	0000748401	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAQ0095	0000748434	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY3775	0000748598	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AXF6163	0000748950	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LWV5188	0000749073	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ0471	0000749092	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000749096	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBW7285	0000749097	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAB4466	0000749180	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MET7554	0000749253	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV7872	0000749291	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV7872	0000749350	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAU4013	0000749547	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB4496	0000749658	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC8649	0000749720	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY2430	0000749855	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000749907	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
APR1322	0000749943	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGC6067	0000750026	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG1070	0000750060	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS4260	0000750082	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT8658	0000750124	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MED1943	0000750152	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NWL4289	0000750242	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP7459	0000750294	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL5601	0000750365	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV7872	0000750476	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ0471	0000751116	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AOB3874	0000750533	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAZ8825	0000750534	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QII7195	0000750535	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA1814	0000750542	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL5643	0000750546	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA1814	0000750547	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBD3962	0000750558	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CRY3689	0000750625	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL3719	0000750669	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CMG2511	0000750703	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBD3962	0000750706	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CMG2511	0000750708	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AWA8508	0000750711	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000750712	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY2571	0000750747	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF9709	0000750748	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYX3037	0000750765	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16



QHJ6710	0000750803	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QII6664	0000750874	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA6410	0000750889	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMJ5598	0000750893	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000750897	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000750898	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCO6323	0000750907	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IGP2489	0000750914	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IEY3415	0000750917	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MED1943	0000750823	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000750829	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MES3805	0000750830	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJY9643	0000750842	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN6555	0000750846	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC0829	0000750926	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBU6973	0000750934	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK4410	0000750944	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF5382	0000750948	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BBJ8198	0000751007	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIR2341	0000751014	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IMR9062	0000751025	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DJN0654	0000751026	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH5601	0000751030	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH5601	0000751031	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH9195	0000751036	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IBO5556	0000751039	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEI3882	0000751043	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIC4107	0000751044	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI5149	0000751056	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAP6815	0000751070	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO8042	0000751075	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKC2936	0000751080	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC5350	0000751086	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MTX7361	0000751153	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MED5907	0000751160	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJT1782	0000751176	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL7614	0000751185	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM2997	0000751200	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB3010	0000751202	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF5182	0000751206	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH1222	0000751207	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHU3723	0000751210	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHG4393	0000751294	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ARO5281	0000751343	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AWA8508	0000751344	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCX3215	0000751349	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ASQ9179	0000751352	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CIP1720	0000751356	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS7542	0000751359	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JLZ3650	0000750998	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGC6103	0000751223	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IKY5292	0000751375	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAM7870	0000751427	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKJ7724	0000753070	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEP4412	0000753302	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MET7485	0000753318	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB2143	0000753382	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CJP5163	0000753384	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY2571	0000753407	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ0155	0000753409	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ6103	0000753411	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DUG7151	0000753414	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AGT3194	0000753425	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MJY9467	0000753513	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCR4536	0000753519	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKH8814	0000753524	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD7447	0000753525	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX7951	0000753546	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF7835	0000753561	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DNU9087	0000753563	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ILP4324	0000753566	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF9433	0000753567	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJY6920	0000753579	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN4661	0000753580	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AOF6093	0000753581	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EBI1603	0000753464	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKA7997	0000753472	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM0730	0000753586	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO3784	0000753591	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ5735	0000753598	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ILJ5430	0000753656	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MET8914	0000753659	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IVF8699	0000753661	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITB9983	0000753670	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ASS7860	0000753678	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LNI0084	0000753694	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OAV4270	0000753700	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV7425	0000753729	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LBV4090	0000753738	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MYD1632	0000753743	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ9797	0000753747	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEI3697	0000753748	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXC4078	0000753750	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DQB1376	0000753753	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHW0445	0000753763	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AZZ0727	0000753491	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BRK6266	0000753501	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU5869	0000753612	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IPG4372	0000753778	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DMO9078	0000753788	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEU1866	0000753796	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGH7152	0000753836	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXX2909	0000753853	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AZC0949	0000753859	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
INO0326	0000753861	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HJP1230	0000753868	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IOA7937	0000753889	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXX2909	0000753890	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBU5083	0000753825	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV4729	0000753982	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BEN1500	0000753997	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EJA4066	0000754007	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB1083	0000754016	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB7993	0000754035	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGE6800	0000754036	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ8768	0000754054	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI5155	0000754057	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CZU0937	0000754062	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKV7185	0000754067	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FTL2065	0000754070	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU7546	0000754079	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000754146	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000754147	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDF8341	0000754257	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK9991	0000754259	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD3216	0000754464	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MJM0181	0000754500	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW0916	0000754510	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ8511	0000754538	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHG4271	0000754541	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NJW8714	0000754549	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FIS8379	0000754491	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BOU8866	0000754564	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHI8490	0000754576	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF6196	0000754617	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM8617	0000754619	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF0564	0000754637	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK6063	0000754653	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EFV0513	0000754685	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EDO3360	0000754720	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZO4832	0000754732	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000754750	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ3314	0000754814	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMG9987	0000754818	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA3676	0000754847	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX7079	0000754849	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU5876	0000754861	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP0288	0000754885	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO7025	0000754888	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
PGW4820	0000754893	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYK3033	0000754902	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BOW0907	0000754921	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU4436	0000754935	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKV8333	0000754939	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMH6231	0000754948	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EIO1394	0000754966	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM5673	0000754768	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW5099	0000754787	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CYR9471	0000754799	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000754807	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO3147	0000755016	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HWT3981	0000755028	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCD7110	0000755073	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD3216	0000755126	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EIO1394	0000755162	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW1088	0000755163	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JUC1451	0000755165	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000755187	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU3651	0000755204	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBM0785	0000755210	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMJ3593	0000755222	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AXJ2012	0000755341	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ6867	0000755356	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL4443	0000755365	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK9698	0000755390	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AIY8110	0000755411	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB6819	0000755452	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC8252	0000755469	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW4721	0000755471	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ6787	0000755546	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX9225	0000755597	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QJQ0018	0000755675	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALI6451	0000755679	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM2178	0000755708	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KSB8640	0000755744	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW1088	0000755237	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JUC1451	0000755247	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFU7567	0000755251	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLW8612	0000755269	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16

CSE1286	0000755935	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCV6544	0000756199	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCV6544	0000756201	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JYE1411	0000756272	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000756557	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ7167	0000755945	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR1787	0000755968	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR1787	0000755988	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW1088	0000756009	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DQH5457	0000756036	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DTZ7829	0000756053	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MED7481	0000756055	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJC4571	0000756064	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFJ8111	0000756073	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY2571	0000756090	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAH1276	0000756101	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH8726	0000756108	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
GZK1616	0000756114	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MQF8263	0000756131	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IRB9499	0000756135	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
PUJ1030	0000756025	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKM6706	0000756156	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIR8986	0000756357	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HOY4574	0000756369	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
APU9426	0000756375	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM4478	0000756377	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KYK2995	0000756388	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV1662	0000756391	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT5270	0000756402	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KYU7125	0000756408	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA6442	0000756427	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP8088	0000756324	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DEM3844	0000756335	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCR1322	0000756349	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN1615	0000756454	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AIN3193	0000756457	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCZ2121	0000756464	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DMM7779	0000756615	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DGL6830	0000756621	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA0491	0000756622	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE6915	0000756625	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IQM5957	0000756649	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AFO1679	0000756681	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CCK8964	0000756684	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IFR6101	0000756690	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ4059	0000756722	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZN2052	0000756743	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ASI3322	0000756747	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AFC8880	0000756768	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW1088	0000756793	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH8726	0000756823	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEI3697	0000756477	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ6731	0000756492	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY5565	0000756507	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IKU7499	0000756525	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGG6341	0000756869	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH4388	0000756870	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NTT5266	0000756873	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF8174	0000756879	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB2815	0000756902	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BOC0573	0000756932	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFO5487	0000756948	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AXF1014	0000756959	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16



DXC0028	0000756968	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ4059	0000757024	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXT7126	0000757049	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA4611	0000757056	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM4958	0000757062	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEH3572	0000757071	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGK2338	0000757088	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD0020	0000757093	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAM2997	0000757106	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IOJ9990	0000757110	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMI1770	0000757111	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL6451	0000757118	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DDF6496	0000757119	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGL9388	0000756580	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NOY0237	0000756585	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JYE1411	0000757125	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AXJ2012	0000757135	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX0334	0000757157	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB3916	0000757198	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
COS2584	0000757193	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
PUA2523	0000757380	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DDM6817	0000757409	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCZ2034	0000757431	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IEV9796	0000757433	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEC9435	0000757479	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MRG8264	0000757481	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CKM3302	0000757498	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DDA4305	0000757538	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IY5739	0000757547	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY0288	0000757563	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ5179	0000745471	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IUV7225	0000745480	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ5179	0000745490	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IRQ4350	0000744512	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EQC3239	0000744533	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO5403	0000744539	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
PWP6618	0000744632	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBO8204	0000744702	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ5179	0000744872	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYH3241	0000743546	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZD2129	0000743549	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXB6063	0000743562	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA1652	0000743579	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCH3445	0000743583	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKC0665	0000743606	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DLU0122	0000743636	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZT4202	0000744268	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AFR2221	0000744276	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW1417	0000743837	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AZC1739	0000743964	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KUY6393	0000744035	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IVV3478	0000744234	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV7872	0000744284	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EQC3239	0000743394	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AQS2193	0000744447	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ARO7316	0000745178	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZT4202	0000745189	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBW7285	0000745191	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR7210	0000745347	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OBI9172	0000745746	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG1226	0000745783	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ5179	0000745893	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JUQ2338	0000746700	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MEL3735	0000746417	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV7867	0000746607	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC0505	0000746824	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000746828	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCX3215	0000746195	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT4596	0000746974	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIQ1401	0000746980	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ASY3233	0000747019	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HQZ9501	0000747033	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ASW4368	0000747133	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCS1941	0000747138	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN4763	0000747183	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX5628	0000747335	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LBX7430	0000747587	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV7872	0000739880	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AEC2003	0000740097	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MER3284	0000739855	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ISK1877	0000739878	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ITA2343	0000740182	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IQT4350	0000737540	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW9469	0000737787	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX7658	0000737811	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFH2226	0000737837	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC8649	0000737892	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLQ4324	0000738022	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBF1121	0000738074	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE7092	0000739738	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDB4295	0000740215	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF3321	0000740254	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ANV2139	0000740262	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHT9809	0000740284	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV1412	0000740288	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIU0932	0000740313	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO1655	0000740333	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJK0807	0000740684	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJK0807	0000740761	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IXU2313	0000740787	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL5601	0000740824	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM0793	0000740848	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV7872	0000740527	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV7872	0000740987	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
GYZ2273	0000741171	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AHZ4274	0000741199	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ELZ0261	0000741221	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CDM3413	0000741228	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITJ5487	0000741358	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEL4042	0000741372	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AGA0244	0000741457	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDJ3011	0000741663	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDQ9693	0000741671	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NJV1100	0000741776	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC5114	0000741785	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LBX7430	0000741819	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGR2261	0000741832	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LBX7430	0000741895	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IRF7173	0000742057	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ0588	0000742300	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBW6204	0000742320	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ5179	0000742333	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ4053	0000742419	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC5736	0000742429	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ELX3623	0000742466	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KIF3055	0000742482	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16



QHZ2865	0000742586	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IOE9041	0000742673	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKS7844	0000742710	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITS1406	0000742895	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ5179	0000742993	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO1655	0000743303	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZK6170	0000733543	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFH6933	0000733545	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KZX9109	0000732804	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIH6577	0000732841	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE7195	0000732877	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG8889	0000731719	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KNO9638	0000731765	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEI2258	0000731766	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW4282	0000732498	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV3922	0000732502	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DLR9162	0000732601	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ILD8937	0000732615	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DHV4550	0000732618	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AZP9871	0000740339	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DHV4550	0000731035	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DLA0678	0000731290	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHL1844	0000731376	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DLG8655	0000731381	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZP6381	0000731429	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH5733	0000731489	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP9203	0000731344	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB4685	0000731563	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGI7055	0000729122	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DRU2927	0000730022	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD9687	0000730088	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBW6216	0000730705	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IQT7104	0000728543	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI0989	0000728813	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IMW9375	0000729056	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH2304	0000727102	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DQL7663	0000727256	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEC2616	0000727263	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ1270	0000728270	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DSC2078	0000728306	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ION1203	0000728331	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB4957	0000727675	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA1553	0000727942	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AKK9746	0000729440	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AWH2173	0000729447	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCU0252	0000730249	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AOL3220	0000730327	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE1095	0000730365	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGV1872	0000730791	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA1576	0000730881	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA4866	0000732585	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIG7580	0000732594	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU3789	0000732642	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAW0483	0000733013	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDY1211	0000733136	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IUD5293	0000733140	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIF8116	0000733347	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JAL1230	0000733436	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JPE9491	0000733464	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH1170	0000733490	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIP7989	0000733533	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFA4715	0000733821	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS3036	0000733895	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16

MKO6055	0000733914	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA0825	0000734026	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW5318	0000734036	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AMR3616	0000734037	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA2955	0000732090	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IUE5649	0000732128	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IRF0600	0000734494	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIG6472	0000734664	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QBQ3499	0000734680	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IRP8657	0000735681	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DFK9839	0000735842	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ETS0345	0000735846	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
NKR5330	0000735850	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM5603	0000736210	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF1029	0000735883	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY0678	0000736265	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY0678	0000736388	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DEB4083	0000736634	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY1815	0000736688	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJZ0104	0000736699	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JYJ7809	0000736803	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IRM1480	0000736815	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH5889	0000736902	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZZ8970	0000737132	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZZ8970	0000737599	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBC3510	0000737714	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIP2324	0000737841	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ4165	0000737851	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIP2324	0000737909	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CTB6637	0000737927	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI9204	0000738005	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AVS8206	0000738113	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HKQ6973	0000738297	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
APF3089	0000738383	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL7604	0000738419	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBW1903	0000732004	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU9931	0000732031	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IQN0555	0000737462	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK1131	0000738759	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC4978	0000738772	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC3342	0000738780	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AZN9315	0000738314	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA1142	0000738355	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI8855	0000738717	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ5558	0000738807	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
INI4537	0000739235	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KUY6393	0000739401	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AMK0990	0000739504	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE9972	0000739572	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BLX2008	0000739590	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBD4389	0000739640	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK4181	0000739646	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU1775	0000724758	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM5176	0000724770	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYD5016	0000724803	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN4020	0000724828	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL5188	0000724839	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IXH3095	0000724870	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DDN6519	0000724888	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DWI3262	0000724594	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AMF3185	0000724648	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ACY5994	0000724680	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AVQ1476	0000724019	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16

MHT0180	0000724109	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIX7293	0000724186	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB3639	0000724198	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ADR4153	0000724205	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO2927	0000724238	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV0613	0000724275	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO3568	0000719882	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
DWI3262	0000720803	30/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJT5877	0000722060	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CMW2399	0000722086	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MYF0690	0000722186	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JYP4567	0000722198	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO2334	0000722312	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN0542	0000722544	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY7737	0000722793	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN3521	0000722794	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB2489	0000722807	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DSR7698	0000721390	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ITX5506	0000721811	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
GZS2936	0000721824	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
GZS2936	0000721842	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA2356	0000719661	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
GXQ8222	0000719672	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB5544	0000723075	04/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IUZ2390	0000723175	04/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAO9696	0000723195	04/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ1270	0000723225	04/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AJP2995	0000723325	04/07/2017	74550	218	*	I	130.16
APL0674	0000723523	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KMX6967	0000723631	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IID7829	0000723771	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIF5851	0000724921	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HQF3148	0000724951	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV4942	0000724960	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYO8919	0000724729	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ3521	0000724734	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBP2064	0000725082	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP4250	0000725192	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB1736	0000725201	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH0085	0000725204	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CTZ4390	0000725216	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHR9265	0000725231	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DOG8866	0000725235	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HQF3148	0000725246	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZS1741	0000725260	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIL0022	0000725266	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HQF3148	0000725357	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHW3481	0000725454	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HEA6347	0000725462	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB9349	0000725466	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HEA6347	0000725482	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LWS3204	0000725493	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDB2661	0000725516	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM2585	0000725150	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DIW6090	0000725178	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX9607	0000725296	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IBM5127	0000725300	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
HQF3148	0000725569	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KQG8351	0000725572	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEC1653	0000725617	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE4273	0000725625	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG0791	0000725627	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY7678	0000725674	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16

CMU5746	0000725685	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT4259	0000725759	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ6542	0000725829	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB6951	0000725862	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCW7387	0000726046	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU4407	0000726074	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF0467	0000726125	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CRV0078	0000726148	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IPL3610	0000726186	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LRV0809	0000726227	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
NFC4052	0000726229	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT4259	0000725968	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM3899	0000725984	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK0466	0000726003	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IIB3355	0000726004	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ2734	0000726391	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY0390	0000726489	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS0969	0000726502	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU1491	0000726666	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAA3892	0000726672	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX9967	0000726742	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC5786	0000726774	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AML5572	0000726931	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MYF0690	0000713381	17/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MAW2982	0000713707	17/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM9872	0000712678	15/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH4358	0000712846	16/06/2017	74550	218	*	I	130.16
CKH8821	0000712875	16/06/2017	74550	218	*	I	130.16
ISB8286	0000713842	17/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK1382	0000713869	17/06/2017	74550	218	*	I	130.16
EZL8887	0000713994	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
AUN8292	0000714064	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL1030	0000714120	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MBD1824	0000714254	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
AVC0956	0000714268	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
ISL5319	0000686022	06/05/2017	74550	218	*	I	130.16
MIQ1628	0000700530	25/05/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG0701	0000707515	06/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF3300	0000707896	07/06/2017	74550	218	*	I	130.16
ISX0557	0000709372	10/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM0304	0000711320	13/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IGY7333	0000712213	15/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IQF0463	0000714663	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IKR1225	0000714564	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MFB3020	0000714600	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MHL7602	0000715349	20/06/2017	74550	218	*	I	130.16
LKM7031	0000715217	20/06/2017	74550	218	*	I	130.16
BLG8749	0000715318	20/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL1077	0000715412	20/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ1708	0000715498	20/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MHL7602	0000715716	21/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QIE4723	0000715727	21/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU7466	0000715863	21/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA3062	0000715918	21/06/2017	74550	218	*	I	130.16
DRY2420	0000716200	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN9353	0000716225	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY4427	0000716449	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA4426	0000716497	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG0701	0000716510	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA1200	0000716804	23/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLF8795	0000716861	23/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA1650	0000717015	23/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA0865	0000717132	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16

MKH9804	0000717138	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA0865	0000717141	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK3729	0000717158	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QHH1369	0000717171	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD9966	0000716643	23/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA0865	0000717189	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU7466	0000717225	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ0328	0000717239	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
EBJ9130	0000717303	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
PGD9022	0000717369	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM5668	0000717412	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QIP4361	0000717432	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA1200	0000717447	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT8785	0000717731	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG0701	0000717744	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX6618	0000717748	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
LRA4116	0000717749	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
ITW2887	0000717751	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV3404	0000717547	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MIG7607	0000717698	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MBW7702	0000717816	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH9804	0000717828	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MFI5466	0000718231	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG6280	0000718280	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJR1366	0000718285	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MHL7602	0000718417	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MFK5460	0000718433	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB0358	0000718461	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MBT2244	0000718493	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MDB4307	0000717957	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MAY3922	0000718091	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
LYK8322	0000718118	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG1710	0000718140	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW2332	0000718207	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG7851	0000718777	26/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ7192	0000718904	26/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IOX9638	0000718905	26/06/2017	74550	218	*	I	130.16
HCC1912	0000718963	26/06/2017	74550	218	*	I	130.16
ARX3127	0000719068	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IEV5761	0000719170	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
DWI3262	0000719186	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IXK2067	0000719266	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF8560	0000719270	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
ILD5420	0000719341	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
INK6169	0000719443	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
AEB0056	0000719552	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW4524	0000720323	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS7378	0000720338	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD4763	0000720343	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MCP1323	0000720363	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IKX6707	0000720385	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IWH4934	0000720483	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY5188	0000720496	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IVX3134	0000720518	29/06/2017	74550	218	*	I	130.16
INK6169	0000719301	27/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MLA9119	0000718932	26/06/2017	74630	218	*	II	195.23
LXP8259	0000718782	26/06/2017	74630	218	*	II	195.23
QHW9547	0000718822	26/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MJV8593	0000717705	24/06/2017	74630	218	*	II	195.23
JCO0133	0000716701	23/06/2017	74630	218	*	II	195.23
ERQ3064	0000717332	24/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MKF3299	0000715441	20/06/2017	74630	218	*	II	195.23
NSH4787	0000714612	18/06/2017	74630	218	*	II	195.23



QHD9252	0000712400	15/06/2017	74630	218	*	II	195.23
ITS5072	0000709409	10/06/2017	74630	218	*	II	195.23
LYU4997	0000707490	06/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MBG0701	0000709607	10/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MBG0701	0000708288	08/06/2017	74630	218	*	II	195.23
DTB6409	0000705669	03/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MBG0701	0000713914	17/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MBG0701	0000713764	17/06/2017	74630	218	*	II	195.23
AML5572	0000726969	11/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEG3958	0000727027	11/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEG3958	0000726519	10/07/2017	74630	218	*	II	195.23
ETX1248	0000726275	09/07/2017	74630	218	*	II	195.23
BAK1730	0000725597	08/07/2017	74630	218	*	II	195.23
FXR2222	0000725190	08/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MAI3236	0000725564	08/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IKZ2991	0000725282	08/07/2017	74630	218	*	II	195.23
QIL0022	0000724978	08/07/2017	74630	218	*	II	195.23
HQF3148	0000725009	08/07/2017	74630	218	*	II	195.23
HQF3148	0000725064	08/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MHR5647	0000723566	05/07/2017	74630	218	*	II	195.23
QHA3079	0000719703	28/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MFI5124	0000720891	30/06/2017	74630	218	*	II	195.23
EDW3069	0000721156	01/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AGH7351	0000739713	31/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IQN0555	0000737581	29/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IQN0555	0000738724	28/07/2017	74630	218	*	II	195.23
CCB7940	0000737257	28/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MKC4578	0000735914	26/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MJP1323	0000730933	18/07/2017	74630	218	*	II	195.23
DLG8655	0000730467	17/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MGZ1930	0000730504	17/07/2017	74630	218	*	II	195.23
KAP9745	0000729862	16/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEN2952	0000730096	16/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MCM2684	0000740366	01/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIC7331	0000733028	21/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MFQ5179	0000743314	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCI8139	0000743070	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFQ5179	0000742897	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IWX3047	0000742788	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHZ8930	0000742545	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHA1712	0000740852	02/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LZT4202	0000740417	01/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MET7494	0000740432	01/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJV7872	0000740506	02/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCE5852	0000739765	31/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MAI3517	0000738193	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
DYD5036	0000747148	12/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MAU7430	0000747106	12/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFQ5179	0000746024	11/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFQ5179	0000746080	11/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHD8001	0000745829	10/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX5628	0000745862	10/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFQ5179	0000745277	09/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLL1062	0000744745	08/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJG6228	0000757381	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHP0474	0000757196	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX5628	0000757207	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBN1615	0000757145	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MAS1061	0000756602	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ILN7009	0000756891	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX5628	0000756970	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEH3019	0000756971	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHY2641	0000757021	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23



LXB4544	0000756528	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBN1615	0000756466	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MMI0923	0000756474	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEZ3271	0000756355	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJY6235	0000756437	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IIT6264	0000756028	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBN1615	0000754651	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX5628	0000756293	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX5628	0000756555	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ISZ1674	0000755277	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IQT5337	0000755307	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MMM7520	0000755896	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ATY4269	0000755198	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IME9821	0000755075	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX5628	0000754808	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
BOT8612	0000754758	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MMH4250	0000754515	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
JEX8739	0000754175	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MMA0390	0000754047	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LXX2909	0000753991	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGP4849	0000753619	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEN6908	0000753509	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LZY6429	0000753767	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
NSD8619	0000753725	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
INQ1314	0000753216	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLG5859	0000753585	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDS6375	0000753392	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCD7110	0000753078	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MED5907	0000751383	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFD2406	0000751401	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX5628	0000751403	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LXQ4669	0000751474	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIF1973	0000751000	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJX9692	0000750974	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QII3805	0000750979	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IGP2489	0000750923	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFA4917	0000750808	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IGP2489	0000750811	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDQ6268	0000750734	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGS8672	0000750045	17/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX5628	0000749057	15/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEQ7578	0000749064	15/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJV7872	0000749364	16/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHX5106	0000748582	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX5628	0000748341	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLI9013	0000747742	13/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHG5660	0000747708	13/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IUZ2120	0000753038	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ERY5164	0000753041	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
DSQ2952	0000752100	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLQ6306	0000752420	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJQ1839	0000751828	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGG1867	0000751813	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX5628	0000751817	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IKB9544	0000751791	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
OKH5426	0000751609	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKK3201	0000752363	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AXH5840	0000760063	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QJB9080	0000760006	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHA6410	0000759826	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDT4973	0000759994	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AKH8814	0000759178	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AKH8814	0000759185	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23

DST1163	0000759488	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MBF1375	0000759367	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
OKE8961	0000759298	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MMA0390	0000759068	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IRE7699	0000759072	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QII3192	0000759024	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ENF1159	0000758051	29/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEY8426	0000758872	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJB0468	0000757949	29/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBY6125	0000757653	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIE5933	0000757783	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGK8189	0000757398	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LYG8358	0000760858	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKH1222	0000760801	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKF6119	0000760731	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AQB2188	0000760553	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJU9526	0000760482	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIK0876	0000760464	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AQK2308	0000760417	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGR1797	0000760449	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AKH8814	0000760056	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGL1519	0000760764	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LYW1088	0000761441	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LZF5822	0000761136	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJM0181	0000761142	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IKK0167	0000761144	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LXC9698	0000761087	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AUL3363	0000768684	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIH5562	0000767692	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
FLA4987	0000767406	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
FLA4987	0000767442	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MMA4571	0000759840	01/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MFS3760	0000759858	01/09/2017	74710	218	*	III	880.40
QID8358	0000760506	02/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000757643	28/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000757606	28/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000757617	28/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MCN2642	0000758999	31/08/2017	74710	218	*	III	880.40
AKH8814	0000759176	31/08/2017	74710	218	*	III	880.40
AED0609	0000760049	01/09/2017	74710	218	*	III	880.40
GPA8832	0000752398	20/08/2017	74710	218	*	III	880.40
QHJ8005	0000752266	20/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000752449	20/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000752272	20/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000751690	19/08/2017	74710	218	*	III	880.40
CVT0946	0000753142	21/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000747972	13/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000749693	16/08/2017	74710	218	*	III	880.40
IGP2489	0000750814	18/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MEH3019	0000750854	18/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MDS6375	0000753605	22/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MCO6408	0000754639	24/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000756556	26/08/2017	74710	218	*	III	880.40
LYW1088	0000756342	26/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000757120	27/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000756899	27/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000756900	27/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000757188	27/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MMA4571	0000757584	28/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000745140	09/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000743433	06/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000744040	07/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000745750	10/08/2017	74710	218	*	III	880.40

MAU7430	0000747131	12/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000746584	11/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBX5628	0000747333	12/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000740214	01/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBY7177	0000741789	04/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000742630	05/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000742631	05/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000742664	05/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000743228	06/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000743248	06/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000743266	06/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000743349	06/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000743379	06/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MGD6392	0000733388	21/07/2017	74710	218	*	III	880.40
ACF7511	0000740337	01/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MJZ1339	0000734060	24/07/2017	74710	218	*	III	880.40
ILM1367	0000724726	07/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MHG5094	0000725224	08/07/2017	74710	218	*	III	880.40
HQF3148	0000725356	08/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MLP7638	0000725608	08/07/2017	74710	218	*	III	880.40
ISB8286	0000713980	17/06/2017	74710	218	*	III	880.40
LYL3186	0000708794	09/06/2017	74710	218	*	III	880.40
ISB8286	0000714668	18/06/2017	74710	218	*	III	880.40
MBG0701	0000717498	24/06/2017	74710	218	*	III	880.40
MIA1200	0000718196	25/06/2017	74710	218	*	III	880.40
CGB5198	0000718211	25/06/2017	56732	183			130.16
DVJ9195	0000719059	27/06/2017	56732	183			130.16
MLL9144	0000719220	27/06/2017	56732	183			130.16
MJG2269	0000719089	27/06/2017	56732	183			130.16
IRB1500	0000719606	28/06/2017	56732	183			130.16
MJC8315	0000717222	24/06/2017	56732	183			130.16
EUN0202	0000717455	24/06/2017	56732	183			130.16
MLY2887	0000717926	25/06/2017	56732	183			130.16
KXQ1661	0000717786	25/06/2017	56732	183			130.16
MBP7633	0000717798	25/06/2017	56732	183			130.16
AWH9120	0000718533	26/06/2017	56732	183			130.16
ADF9438	0000718636	26/06/2017	56732	183			130.16
MEE8465	0000715255	20/06/2017	56732	183			130.16
IPY0055	0000716158	22/06/2017	56732	183			130.16
MGC5994	0000717175	24/06/2017	56732	183			130.16
MJV1882	0000717101	24/06/2017	56732	183			130.16
EBJ9130	0000716550	23/06/2017	56732	183			130.16
LXR4544	0000716565	23/06/2017	56732	183			130.16
LYU4997	0000707334	06/06/2017	56732	183			130.16
OND5758	0000711575	14/06/2017	56732	183			130.16
QHF9555	0000712150	15/06/2017	56732	183			130.16
MJD5832	0000725131	08/07/2017	56732	183			130.16
MJM4319	0000724909	08/07/2017	56732	183			130.16
NBZ6000	0000725671	09/07/2017	56732	183			130.16
QIA9956	0000726404	10/07/2017	56732	183			130.16
ACK8520	0000726936	11/07/2017	56732	183			130.16
IQD1498	0000723019	04/07/2017	56732	183			130.16
MML6093	0000724415	07/07/2017	56732	183			130.16
QIU0022	0000724465	07/07/2017	56732	183			130.16
IKY9329	0000724350	07/07/2017	56732	183			130.16
MFQ6245	0000719948	29/06/2017	56732	183			130.16
QHG1137	0000720154	29/06/2017	56732	183			130.16
MLD2381	0000720277	29/06/2017	56732	183			130.16
CGI5577	0000723092	04/07/2017	56732	183			130.16
CIR1845	0000721889	02/07/2017	56732	183			130.16
MEK6960	0000733706	24/07/2017	56732	183			130.16
MIT2360	0000736413	27/07/2017	56732	183			130.16
NTX5911	0000736509	27/07/2017	56732	183			130.16

OXK8389	0000732220	22/07/2017	56732	183	130.16
CVN1939	0000732281	22/07/2017	56732	183	130.16
ISS1984	0000732052	23/07/2017	56732	183	130.16
DVJ9195	0000730373	17/07/2017	56732	183	130.16
MBG2734	0000730403	17/07/2017	56732	183	130.16
IVE2689	0000727971	13/07/2017	56732	183	130.16
MBV8517	0000731998	22/07/2017	56732	183	130.16
DGL4091	0000731810	20/07/2017	56732	183	130.16
MGR9766	0000731827	20/07/2017	56732	183	130.16
MGH8599	0000732409	21/07/2017	56732	183	130.16
MKF6082	0000730950	18/07/2017	56732	183	130.16
MHX2855	0000730959	18/07/2017	56732	183	130.16
MKD5979	0000731313	19/07/2017	56732	183	130.16
DHH0277	0000731667	20/07/2017	56732	183	130.16
DLG8655	0000731502	18/07/2017	56732	183	130.16
MKR6663	0000731519	19/07/2017	56732	183	130.16
ITT4019	0000742974	06/08/2017	56732	183	130.16
MGL0348	0000737941	30/07/2017	56732	183	130.16
MJY0615	0000741079	03/08/2017	56732	183	130.16
MAU1800	0000747438	13/08/2017	56732	183	130.16
IGK0022	0000745985	11/08/2017	56732	183	130.16
ARS5597	0000746896	12/08/2017	56732	183	130.16
AJM2180	0000746897	12/08/2017	56732	183	130.16
COB2944	0000734131	25/07/2017	56732	183	130.16
MGP4325	0000744989	09/08/2017	56732	183	130.16
IKN6657	0000757312	28/08/2017	56732	183	130.16
MDM5460	0000757362	28/08/2017	56732	183	130.16
DRT0796	0000757364	28/08/2017	56732	183	130.16
AOE6742	0000757211	28/08/2017	56732	183	130.16
ANP0297	0000757215	28/08/2017	56732	183	130.16
MJY9143	0000757248	28/08/2017	56732	183	130.16
QHN6672	0000756576	27/08/2017	56732	183	130.16
MKK7183	0000756178	26/08/2017	56732	183	130.16
DIU2835	0000756136	26/08/2017	56732	183	130.16
ARS0675	0000756137	26/08/2017	56732	183	130.16
MCG9526	0000755308	25/08/2017	56732	183	130.16
KMB1122	0000755962	26/08/2017	56732	183	130.16
MGJ9438	0000756007	26/08/2017	56732	183	130.16
EEQ9829	0000755091	25/08/2017	56732	183	130.16
HZW8577	0000755203	25/08/2017	56732	183	130.16
MLC7699	0000754479	24/08/2017	56732	183	130.16
MHN2849	0000754460	24/08/2017	56732	183	130.16
CPV9410	0000754580	24/08/2017	56732	183	130.16
HBZ2085	0000753487	22/08/2017	56732	183	130.16
GPV6192	0000753320	22/08/2017	56732	183	130.16
GUS2040	0000753327	22/08/2017	56732	183	130.16
MKN3951	0000753328	22/08/2017	56732	183	130.16
MDP6123	0000753362	22/08/2017	56732	183	130.16
NPH6381	0000753376	22/08/2017	56732	183	130.16
MIS0556	0000753455	22/08/2017	56732	183	130.16
JXG4828	0000753800	23/08/2017	56732	183	130.16
EFB3432	0000753808	23/08/2017	56732	183	130.16
DSC3599	0000753903	23/08/2017	56732	183	130.16
MCK7094	0000753905	23/08/2017	56732	183	130.16
MGU0091	0000753906	23/08/2017	56732	183	130.16
MFO9365	0000751148	19/08/2017	56732	183	130.16
QHA0008	0000750598	18/08/2017	56732	183	130.16
CLR6325	0000751377	19/08/2017	56732	183	130.16
MDE1352	0000751289	19/08/2017	56732	183	130.16
HJJ1787	0000751292	19/08/2017	56732	183	130.16
MIJ0039	0000748148	14/08/2017	56732	183	130.16
MJS5692	0000750067	17/08/2017	56732	183	130.16
MEP7796	0000750175	17/08/2017	56732	183	130.16



EFF1210	0000749949	17/08/2017	56732	183	130.16
INA6398	0000748000	14/08/2017	56732	183	130.16
ASL2932	0000747614	13/08/2017	56732	183	130.16
ANF2400	0000748981	15/08/2017	56732	183	130.16
MEG2129	0000748906	15/08/2017	56732	183	130.16
MEE5451	0000753184	22/08/2017	56732	183	130.16
MGR7357	0000752452	21/08/2017	56732	183	130.16
MBE0171	0000752576	21/08/2017	56732	183	130.16
MHR0165	0000752516	21/08/2017	56732	183	130.16
ARQ3136	0000752517	21/08/2017	56732	183	130.16
APF0632	0000752523	21/08/2017	56732	183	130.16
DLF0440	0000752792	21/08/2017	56732	183	130.16
EFB0887	0000751490	19/08/2017	56732	183	130.16
MJS4417	0000751494	19/08/2017	56732	183	130.16
MIS5232	0000751898	20/08/2017	56732	183	130.16
BRM5103	0000752090	20/08/2017	56732	183	130.16
MJO9886	0000752131	20/08/2017	56732	183	130.16
ILA8978	0000759116	31/08/2017	56732	183	130.16
MFJ8924	0000759570	01/09/2017	56732	183	130.16
HBZ2085	0000759509	01/09/2017	56732	183	130.16
EQB8902	0000759514	01/09/2017	56732	183	130.16
MAX6144	0000759086	31/08/2017	56732	183	130.16
IWI1336	0000759092	31/08/2017	56732	183	130.16
EQB8902	0000759374	01/09/2017	56732	183	130.16
MBW3632	0000756865	27/08/2017	56732	183	130.16
LXO8343	0000758862	31/08/2017	56732	183	130.16
IBK0087	0000758769	31/08/2017	56732	183	130.16
MML6854	0000758762	31/08/2017	56732	183	130.16
HOJ5010	0000757920	29/08/2017	56732	183	130.16
AVS4213	0000760106	02/09/2017	56732	183	130.16
MHT0726	0000759718	01/09/2017	56732	183	130.16
MHZ1360	0000759722	01/09/2017	56732	183	130.16
MEZ0833	0000760098	01/09/2017	56732	183	130.16
JPQ9772	0000759677	01/09/2017	56732	183	130.16
ARO1460	0000759678	01/09/2017	56732	183	130.16
IDP3426	0000760371	02/09/2017	56732	183	130.16
AST5194	0000760118	02/09/2017	56732	183	130.16
MLE7823	0000761112	03/09/2017	56732	183	130.16
MKX9595	0000766691	12/09/2017	56732	183	130.16
IPH0226	0000765010	09/09/2017	56732	183	130.16
MFD3987	0000761017	03/09/2017	56732	183	130.16
IJB9384	0000761030	03/09/2017	56732	183	130.16
LCH2281	0000767830	14/09/2017	56732	183	130.16
AQR2739	0000766793	12/09/2017	60503	208	293.47
QHF3813	0000761080	03/09/2017	60503	208	293.47
LYW1088	0000761081	03/09/2017	60503	208	293.47
MGO5240	0000761218	03/09/2017	60503	208	293.47
MAN4856	0000761235	03/09/2017	60503	208	293.47
FXL8000	0000763657	07/09/2017	60503	208	293.47
IJQ2962	0000764878	09/09/2017	60503	208	293.47
IXS5003	0000763470	07/09/2017	60503	208	293.47
MGS3927	0000760215	02/09/2017	60503	208	293.47
MFY7023	0000760251	02/09/2017	60503	208	293.47
MCO6408	0000760259	02/09/2017	60503	208	293.47
MDY6084	0000760309	02/09/2017	60503	208	293.47
MEV7113	0000760311	02/09/2017	60503	208	293.47
MKW4893	0000759629	01/09/2017	60503	208	293.47
MBC5017	0000759646	01/09/2017	60503	208	293.47
LYW1088	0000760884	03/09/2017	60503	208	293.47
LYW1088	0000760899	03/09/2017	60503	208	293.47
LXC9698	0000760971	03/09/2017	60503	208	293.47
MLP7330	0000760993	03/09/2017	60503	208	293.47
IFL7850	0000760995	03/09/2017	60503	208	293.47

MDV1662	0000757406	28/08/2017	60503	208	293.47
MGL5567	0000758332	30/08/2017	60503	208	293.47
EIK5870	0000758385	30/08/2017	60503	208	293.47
CTU3936	0000758841	31/08/2017	60503	208	293.47
MAS8051	0000758844	31/08/2017	60503	208	293.47
IQD2085	0000757972	29/08/2017	60503	208	293.47
MHD1703	0000758426	30/08/2017	60503	208	293.47
MFA5044	0000758026	29/08/2017	60503	208	293.47
MHD1703	0000759106	31/08/2017	60503	208	293.47
EBB6130	0000759061	31/08/2017	60503	208	293.47
MHG6915	0000758924	31/08/2017	60503	208	293.47
MIF6851	0000758929	31/08/2017	60503	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2602/2017

Publicação Nº 1426418

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2602/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEW0475	P02VC000BG	24/09/2017	75790	165 A
AWA9944	P038H0007A	07/10/2017	75790	165 A
NPG9738	P017Q0022F	07/10/2017	75790	165 A
IQC4815	P02T20011Y	07/10/2017	75790	165 A
MDX7214	P02VC000CE	08/10/2017	75790	165 A
LXA3936	P017Q0022Y	08/10/2017	75790	165 A
IOT8476	P017Q0022R	08/10/2017	50100	162 * I
DHX6864	P02VC000E7	23/10/2017	50100	162 * I
MBR5773	P02UT0006L	23/10/2017	50100	162 * I
MHK1965	P02VF0007R	27/10/2017	50100	162 * I
LYP6872	P02RJ00045	03/10/2017	50100	162 * I



LXJ9223	P017S000FD	06/10/2017	50100	162	*	I
MDH3935	P030R00033	24/09/2017	50100	162	*	I
MDJ3603	P02VF0007U	29/10/2017	50100	162	*	I
MBP8615	P019P000DO	29/10/2017	50100	162	*	I
IMF5873	P02T20015K	30/10/2017	50100	162	*	I
ETJ8114	P02QN0009T	30/10/2017	50100	162	*	I
LZW2744	P02VF0007Q	24/10/2017	50450	162	*	V
HOM9301	P01HA000JK	28/09/2017	50450	162	*	V
MDC3317	P02T2000ZS	18/09/2017	50450	162	*	V
MDC3317	P02T2000ZU	18/09/2017	66020	230	*	VI
LZN4841	P03DG00071	23/10/2017	66020	230	*	VI
DHX6864	P02VC000E8	23/10/2017	66610	230	*	XII
APU1313	P02T20011R	06/10/2017	67000	230	*	XVI
LXA3936	P017Q0022Z	08/10/2017	69120	232		
ETJ8114	P02QN0009U	30/10/2017	65561	230	*	I
MIW5812	P02RI0007N	01/11/2017	65992	230	*	V
MBP8615	P019P000DP	29/10/2017	65992	230	*	V
IMF5873	P02T20015J	30/10/2017	65992	230	*	V
LXA3936	P017Q0022X	08/10/2017	65992	230	*	V
DHX6864	P02VC000E5	23/10/2017	65992	230	*	V
MAI8237	P03DG00076	23/10/2017	65992	230	*	V
GIL3737	P02T20015C	23/10/2017	65992	230	*	V
MFO7501	P02T20014W	23/10/2017	65992	230	*	V
MHJ1061	P01II00096	28/10/2017	65992	230	*	V
LYP6872	P02RJ00046	03/10/2017	65992	230	*	V
MGT4987	P02QO00099	03/10/2017	65992	230	*	V
IOT8476	P017Q0022Q	08/10/2017	65992	230	*	V
MBB2753	P017Q001Y0	14/09/2017	65992	230	*	V
MDC3317	P02T2000ZT	18/09/2017	65992	230	*	V
HOM9301	P01HA000JJ	28/09/2017	65992	230	*	V
DHX6864	P02VC000E6	23/10/2017	66372	230	*	IX
LXA3936	P017Q00230	08/10/2017	66372	230	*	IX
MDJ3603	P02VF0007T	29/10/2017	66531	230	*	XI
IMF5873	P02T20015M	30/10/2017	66532	230	*	XI
IED9934	P02QO0008K	21/09/2017	67261	230	*	XVIII
QHO3573	P02RJ00044	27/09/2017	52741	175		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES  
DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2603/2017**

Publicação Nº 1426417

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8028 2603/2017



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AHU9440	54303962N	03/10/2017	50020	257 ã 8\$
MCC1588	54306668N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
MGF2637	54306670N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
MJI1939	54312887N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MFO9417	54312889N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
AJX7904	P019O000HT	26/10/2017	51930	168
CKK8474	P02UT0005R	07/10/2017	53470	178
QHJ8005	P02QO000AZ	27/10/2017	53800	181 * I
IIW4104	P030R0003J	21/10/2017	53980	181 * II
IGI4939	P02VF0006J	03/10/2017	53980	181 * II
IPH7431	P030R0002Z	21/09/2017	54440	181 * VII
MMA5079	P019R0006M	06/10/2017	54600	181 * IX
MMM0911	P01II0008P	07/10/2017	55250	181 * XV
IGI4939	P02VF0006I	03/10/2017	55250	181 * XV
MLM9994	P02UT0005A	28/09/2017	57030	185 * I
MLF5020	P02UT0005B	28/09/2017	57030	185 * I
MFT7555	P017S000EF	22/09/2017	60250	206 * IV
LYF2172	P017S000F5	25/09/2017	65300	228
AKD1999	P017P00090	01/10/2017	65300	228
MCK6265	P019P000DL	29/10/2017	65300	228
MBT2509	P019R0007J	30/10/2017	51851	167
MBF4935	P019R0007K	30/10/2017	51851	167
ATQ7378	P019R0007L	30/10/2017	51851	167
MJK7930	P02QO000B4	28/10/2017	51851	167
NCI4197	P019O000HS	26/10/2017	51851	167
CYR5002	P02VD00055	26/10/2017	51851	167
MHV1626	P017Q001ZB	18/09/2017	51851	167
BLG7452	P03DG0007A	23/10/2017	51851	167
IUT4320	P038H000A6	23/10/2017	51851	167
MFO3693	P038H000A8	23/10/2017	51851	167
DDQ4782	P02VD0004Q	23/10/2017	51851	167
GRX3718	P019R0007Q	30/10/2017	51851	167
LBL2962	P02RI0007H	01/11/2017	51851	167
CLL4544	P01II00099	30/10/2017	54282	181 * V
MIX7345	P02RJ0004J	24/10/2017	54521	181 * VIII
MKL7981	P019R0007H	30/10/2017	60174	206 * III
ETX3103	P019R0007I	30/10/2017	60175	206 * III
MGV8880	P017S000GH	01/11/2017	60412	207
IMF5873	P02T20015L	30/10/2017	60501	208
AQJ0761	P019R0007E	28/10/2017	73662	252*VI
EYT6747	P030R0003N	28/10/2017	73662	252*VI
MJF0439	P019R0006D	29/09/2017	73662	252*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CHAPECO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 2029/2017**

Publicação Nº 1426017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8655 2029/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ELN1287	55866605E	29/10/2017	75790	165 A
MCH1401	55865504E	28/09/2017	50100	162 * I
MFW3232	55867077E	23/10/2017	50100	162 * I
MCH1401	55865505E	28/09/2017	50610	163 c/c 162 * I
MFW3232	55867078E	23/10/2017	65992	230 * V
MCH1401	55865503E	28/09/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES  
DELEGADA REGIONAL 12ª DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 2030/2017**

Publicação Nº 1426016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

## DE TRANSITO N.8655 2030/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDO2323	54303609N	02/10/2017	50020	257 ã 8\$
GPV6192	54303616N	02/10/2017	50020	257 ã 8\$
MFC8649	54303625N	02/10/2017	50020	257 ã 8\$
BAO7337	54312603N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKB3977	54312606N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MDL5844	54312607N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MIO2462	54312608N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MJD0303	54312609N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
OKE9696	54312611N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MJD3216	54312613N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MJD3216	54312614N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKG8057	54312616N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
QID7842	54312618N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MNM8258	54312620N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MNM8258	54312621N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MDL5844	54312622N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MMJ7062	54306128N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
MLK9123	54306131N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
MFM0826	54310901N	23/10/2017	50020	257 ã 8\$
MLK0623	54310902N	23/10/2017	50020	257 ã 8\$
MLU2765	54310904N	23/10/2017	50020	257 ã 8\$
OXI5630	54310910N	23/10/2017	50020	257 ã 8\$
MED9851	55865654E	06/09/2017	76251	ART 181, XX
QHC8138	55865616E	18/09/2017	76251	ART 181, XX
MFV2697	55866802E	07/10/2017	55500	181 * XVIII
MJG9952	55866834E	07/10/2017	55500	181 * XVIII
CRN0431	55866580E	06/10/2017	55500	181 * XVIII
NXI2476	55866583E	06/10/2017	55500	181 * XVIII
QHD8823	55866408E	14/09/2017	55500	181 * XVIII
FHW0705	55865492E	06/10/2017	55500	181 * XVIII
MJV2373	55865449E	26/09/2017	57200	186 * I
MGB4997	55865430E	21/08/2017	57200	186 * I
DAZ5956	55866884E	17/10/2017	58350	195
IGN8387	55866886E	17/10/2017	58350	195
LYS4047	55866876E	27/09/2017	58350	195
MFN4907	55867130E	26/10/2017	59910	206 * I
EIX6703	55863933E	28/10/2017	54521	181 * VIII
AKT3079	55866868E	20/10/2017	54522	181 * VIII
MDR4878	55866831E	30/09/2017	57461	187 * I
QHV4678	55863928E	28/10/2017	59670	203 * V
MCJ1234	55183019F	26/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BUQ0701	55183769F	04/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
FHL5557	55182632F	21/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LWW0464	55182643F	21/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MEX5099	55182644F	21/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXK7170	55182656F	21/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LWW0464	55182661F	21/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IOI1758	55182665F	21/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

MKY0970	55182666F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IUM9635	55182679F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCN4524	55182685F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGZ5024	55182701F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KKX5368	55182711F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKM6714	55182719F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ARI9982	55182722F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ATP4249	55182727F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLN4346	55182736F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JZM6993	55182740F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IUI6528	55182750F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJQ7303	55182754F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DXZ7489	55182781F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHF0758	55182785F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BRB9787	55182793F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIK5641	55182813F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QID8607	55182844F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFC8649	55182853F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE7671	55182882F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMC4328	55182917F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEZ2405	55182924F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCY6204	55182930F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DED7297	55182977F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLK3669	55182990F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IPL9833	55184107F	09/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIZ8241	55184156F	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHY5393	55184168F	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFC8649	55184238F	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMC5224	55184561F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BBC4658	55184568F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AZZ0727	55184569F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBF9763	55184574F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EIO3068	55184582F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BBC4658	55184584F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CCG2509	55184591F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EYL2784	55184601F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MUR0260	55184603F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ISR0122	55184607F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
PGW4820	55184613F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BBC4658	55184618F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DGE8751	55184619F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKH4637	55184621F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIJ3053	55184622F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IHN0720	55184624F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
PGW4820	55184625F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MUR0260	55184634F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BBC4658	55184640F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFM0826	55184659F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IEL8750	55184663F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMY1456	55184668F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGB3737	55184672F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AEJ8448	55184673F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MUR0260	55184679F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EUD8068	55184681F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DBU6383	55184683F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHA3908	55184684F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJJ9404	55184685F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AZZ0727	55184687F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IQY8486	55184700F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKF3412	55184705F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AKZ6162	55184714F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBN1615	55184719F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYF8241	55184720F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146



MGP1209	55184722F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HQW7126	55184723F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDN5614	55184727F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DAZ5956	55184733F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ATU7712	55184735F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHH4546	55184738F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHE1745	55184741F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGQ4218	55184747F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IAZ5312	55184752F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKY5565	55184762F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ILU0646	55184771F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDO0948	55184777F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AKM6706	55184782F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHN9093	55184790F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AKM6706	55184793F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KXP6674	55184801F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHZ3062	55184806F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NLS9229	55184818F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AKM6706	55184819F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGR2058	55184820F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJD3216	55184826F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DIC1600	55184827F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AKM6706	55184838F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCS2857	55184245F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JNP6350	55184247F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IJK5052	55184255F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IBB7501	55184258F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCS2857	55184259F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE8961	55184265F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIA7535	55184266F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHB8557	55184272F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IJK5052	55184274F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHH5331	55184275F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJD3216	55184279F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CYP1334	55184281F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IBB7501	55184286F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AYD1457	55184294F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IJK5052	55184299F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCD8808	55184302F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHP9023	55184305F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AEJ8448	55184308F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MML9589	55184313F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLK0623	55184320F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HJA7541	55184321F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMB5508	55184323F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AUW7319	55184328F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIT6599	55184330F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIS3868	55184334F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CZC4084	55184338F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJN3869	55184344F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIB3246	55184348F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IGH3286	55184349F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHP2461	55184354F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIV5898	55184359F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKF4530	55184361F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJL4188	55184362F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIO4666	55184367F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EPJ5675	55184371F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ANI8577	55184377F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJF0305	55184379F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIV5898	55184382F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CAA4692	55184387F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DOO3083	55184395F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146



KMT2272	55184398F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
GVM6632	55184406F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMI3704	55184407F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DUL3720	55184412F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHA0368	55184425F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIO4666	55184426F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JPQ9772	55184427F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJA8336	55184431F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJC7662	55184435F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHA2948	55184436F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IOZ8351	55184437F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO1102	55184438F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHT9951	55184440F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZG6067	55184442F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZB4551	55184448F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLE5803	55184453F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKH4637	55184454F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJK2357	55184458F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO1102	55184459F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IHI6942	55184461F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FJA0584	55184463F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGL8236	55184474F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCL0351	55184477F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKH6040	55184480F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMB1762	55184481F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO1102	55184487F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKH4637	55184488F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJP2068	55184490F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AOF5953	55184493F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55184499F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJR2430	55184503F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDY4425	55184505F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHH8646	55184506F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIL8419	55184511F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGW5284	55184525F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKU9328	55184528F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHZ2319	55184532F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMM7520	55184535F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DII8917	55184547F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ARU5067	55184548F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIZ8628	55184552F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKY1824	55184554F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AKY3876	55184557F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JYO2507	55180712F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JYO2507	55180746F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJB8325	55181302F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYV5285	55181342F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IJL9066	55181413F	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HWN2741	55181498F	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
GXQ8222	55181561F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JPE9491	55181570F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHY3024	55181638F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJQ2854	55181644F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
GXQ8222	55181718F	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGD8417	55181757F	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OAP3719	55181797F	09/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFD5166	55181805F	09/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MET1973	55181825F	09/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJI0677	55181838F	09/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDJ3916	55181843F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IGA4143	55181866F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMH6834	55181893F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEV1056	55181902F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MLQ7768	55182030F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKH0024	55182067F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IDS5738	55182098F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBT6472	55182143F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IJJ0642	55182147F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI0063	55182149F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HAK2257	55182151F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHF9555	55182157F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CGM1345	55182176F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JNS0767	55182194F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ETJ8114	55182208F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DMI2133	55182225F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI0063	55182230F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIS6138	55182233F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DXZ7489	55182238F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JZM6993	55182244F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLP7601	55182269F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIH0436	55182279F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BER0137	55182280F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IFQ6731	55182283F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGW6246	55182286F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EEW7742	55182299F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKC4790	55182327F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHW4168	55182332F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IYA2574	55182334F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHY1230	55182352F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
GYZ2273	55182359F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKF3125	55182367F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIL7604	55182373F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKB0110	55182378F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI0063	55182384F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCI7684	55182386F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI0063	55182402F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFV2587	55182410F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IVS6554	55182418F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHY5597	55182419F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IHH2755	55182429F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ELL5389	55182478F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI0063	55182484F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIL8419	55182492F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJE5746	55182506F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HQS1030	55182514F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGE6912	55182528F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKY1646	55182551F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI0063	55182576F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEN8092	55182583F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ARI9982	55182588F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DWS1012	55182589F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAY3601	55182603F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AJK5779	55182613F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIZ3909	55182618F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHT2100	55182622F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 978/2017**

Publicação Nº 1425996

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - ELETRONICO - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8745 978/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MLZ4165	54300123N	21/09/2017	50020	257	õ	8\$
ADF9438	54300387N	22/09/2017	50020	257	õ	8\$
MLI6040	54300410N	22/09/2017	50020	257	õ	8\$
MFC8649	54301386N	22/09/2017	50020	257	õ	8\$
MIL7599	54303513N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$
MAA4776	54303542N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$
INT2375	54303573N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$
MML8698	54303594N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLX7424	54303596N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$
MFC8649	54304408N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$
MFC8649	54304464N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$
MKF4150	54306261N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MFC8649	54306321N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLM7270	54306346N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MHM5035	54306354N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MTJ3760	54306376N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MJD3554	54306391N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
QII1513	54306409N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$
MFC8649	54308143N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLC5350	54310660N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
QIQ4941	54310661N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLC5350	54310677N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
HBZ1025	54310686N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
IQT2173	54310689N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
QIF1973	54310696N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MGJ4567	54310702N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
NKM0940	54310710N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
APF0632	54310712N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
HBZ2085	54310713N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
QIH8820	54310717N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLG7966	54310723N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
AOF6093	54310724N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
QHB5395	54310730N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
GPV6192	54310734N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$

MIZ6994	54310737N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MJY6235	54310739N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
HBZ1037	54310750N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MBV2477	54310751N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
HBZ2085	54310753N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
FBX4429	54310754N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MHH1063	54310759N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MHB9856	54310768N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLS1376	54310769N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MFM0826	54310779N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MEU2695	54310782N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MFM0826	54310785N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MHJ0907	54310786N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MFW4729	54310788N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
GOW4673	54310790N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
ILP3838	54310791N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MJK7628	54310793N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MFT8594	54310802N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MKS2402	54310807N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
HBZ1025	54310809N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
QHO5688	54311308N	24/10/2017	50020	257	õ	8\$
MHI9990	54312385N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
IKE1677	54312387N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLB1278	54312388N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MMC6684	54312389N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
LYW1088	54312390N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
AOF6093	54312391N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MYK2789	54312392N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
LYW1088	54312393N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MEP1907	54312399N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLO0198	54312403N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
QHN8651	54312407N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
QHJ3851	54312412N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLB1278	54312414N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MHX0335	54312415N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MKP7058	54312423N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
OKE6313	54312425N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MCU7242	54312426N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
LYW1088	54312428N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MIL1287	54312436N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MFP7350	54312438N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MIO8278	54312440N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
IRB9499	54312441N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
ALP3616	54312442N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
ISL8548	54312443N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
LYW1088	54312444N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLO5249	54312449N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
ISI6542	54312450N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLT7953	54312453N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MMK2713	54312454N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MAC0495	54312455N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MHP2285	54312456N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
ALY3163	54312464N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MCJ4156	54312465N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MFU7567	54312466N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MHA7324	54312467N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MMC6684	54312478N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
LYW1088	54312481N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MJU6040	54312489N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MHQ9000	54312490N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
PVP5987	54312491N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
LYW1088	54312492N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MCB5417	54312493N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$

ITE6800	54312494N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MHB9856	54312497N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
HBZ2085	54312498N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
LYW1088	54312499N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MGQ6105	54312500N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MKJ9320	54314151N	31/10/2017	50020	257	õ	8\$
GZX6950	0000791693	27/10/2017	74550	218	*	I
MHY9543	0000791716	27/10/2017	74550	218	*	I
MMB5508	0000791724	27/10/2017	74550	218	*	I
OBC3803	0000791725	27/10/2017	74550	218	*	I
MER5348	0000791365	26/10/2017	74550	218	*	I
MLP7038	0000791673	26/10/2017	74550	218	*	I
PYG6234	0000791679	26/10/2017	74550	218	*	I
MBS0963	0000791509	26/10/2017	74550	218	*	I
MDK5110	0000791528	26/10/2017	74550	218	*	I
MDG3038	0000791558	26/10/2017	74550	218	*	I
MDF2464	0000791610	26/10/2017	74550	218	*	I
MKG5245	0000791618	26/10/2017	74550	218	*	I
LZQ5343	0000791626	26/10/2017	74550	218	*	I
MEK9079	0000791632	26/10/2017	74550	218	*	I
MDV8849	0000791645	26/10/2017	74550	218	*	I
CZK6491	0000791762	27/10/2017	74550	218	*	I
MJE9790	0000791768	27/10/2017	74550	218	*	I
MHA4201	0000791769	27/10/2017	74550	218	*	I
MGJ6345	0000791734	27/10/2017	74550	218	*	I
MFV2337	0000791750	27/10/2017	74550	218	*	I
MCS2054	0000791782	27/10/2017	74550	218	*	I
MLD6175	0000791816	27/10/2017	74550	218	*	I
AOE6742	0000791842	27/10/2017	74550	218	*	I
AJU9590	0000791872	27/10/2017	74550	218	*	I
MCE2871	0000791873	27/10/2017	74550	218	*	I
MLR2470	0000790544	24/10/2017	74550	218	*	I
LZI2272	0000790547	24/10/2017	74550	218	*	I
ILT1630	0000790885	25/10/2017	74550	218	*	I
FEC8624	0000790963	25/10/2017	74550	218	*	I
MKN2083	0000790990	25/10/2017	74550	218	*	I
MIM6388	0000790995	25/10/2017	74550	218	*	I
AEM8018	0000791070	25/10/2017	74550	218	*	I
IDF3174	0000791082	25/10/2017	74550	218	*	I
CTJ8805	0000791255	26/10/2017	74550	218	*	I
IOA7937	0000791262	26/10/2017	74550	218	*	I
QIG4638	0000791271	26/10/2017	74550	218	*	I
IOA7937	0000791274	26/10/2017	74550	218	*	I
MDH2364	0000791290	26/10/2017	74550	218	*	I
IOA7937	0000791303	26/10/2017	74550	218	*	I
CXW0481	0000791136	25/10/2017	74550	218	*	I
MGA9131	0000791210	25/10/2017	74550	218	*	I
QIL4294	0000791409	26/10/2017	74550	218	*	I
MJV3959	0000791410	26/10/2017	74550	218	*	I
HNY2362	0000791413	26/10/2017	74550	218	*	I
MJW2444	0000791423	26/10/2017	74550	218	*	I
IRG3922	0000791480	26/10/2017	74550	218	*	I
IRG3922	0000791481	26/10/2017	74550	218	*	I
IAU6591	0000791488	26/10/2017	74550	218	*	I
MGO5801	0000791499	26/10/2017	74550	218	*	I
MCZ4921	0000791502	26/10/2017	74550	218	*	I
CZK6491	0000791504	26/10/2017	74550	218	*	I
MJV8811	0000791505	26/10/2017	74550	218	*	I
KAN8483	0000790121	23/10/2017	74550	218	*	I
MKG8057	0000790128	23/10/2017	74550	218	*	I
MGO5801	0000790294	23/10/2017	74550	218	*	I
MIY0356	0000790342	24/10/2017	74550	218	*	I
MCZ4921	0000790363	24/10/2017	74550	218	*	I



MBD6907	0000790373	24/10/2017	74550	218	*	I
MIZ0921	0000790378	24/10/2017	74550	218	*	I
QIC8730	0000790406	24/10/2017	74550	218	*	I
MHQ3502	0000790510	24/10/2017	74550	218	*	I
LZG7778	0000790567	24/10/2017	74550	218	*	I
GYC0329	0000790573	24/10/2017	74550	218	*	I
MCZ4921	0000790589	24/10/2017	74550	218	*	I
MCZ4921	0000790590	24/10/2017	74550	218	*	I
DOQ4319	0000790607	24/10/2017	74550	218	*	I
ART8109	0000790618	24/10/2017	74550	218	*	I
MDS6375	0000790640	24/10/2017	74550	218	*	I
MDS6375	0000790645	24/10/2017	74550	218	*	I
OKG3115	0000790690	24/10/2017	74550	218	*	I
MIO4575	0000790720	24/10/2017	74550	218	*	I
LRL8186	0000790724	24/10/2017	74550	218	*	I
MJN5577	0000790725	24/10/2017	74550	218	*	I
AMK8608	0000790736	24/10/2017	74550	218	*	I
MFA5245	0000790739	24/10/2017	74550	218	*	I
HDF0585	0000790772	24/10/2017	74550	218	*	I
QIG4881	0000790777	24/10/2017	74550	218	*	I
MLU2033	0000790799	24/10/2017	74550	218	*	I
MGX3815	0000790800	24/10/2017	74550	218	*	I
MJM0181	0000791904	27/10/2017	74550	218	*	I
MEZ7167	0000791915	27/10/2017	74550	218	*	I
HRQ6966	0000791916	27/10/2017	74550	218	*	I
MKK3201	0000791928	27/10/2017	74550	218	*	I
MJZ7726	0000791932	27/10/2017	74550	218	*	I
LYW7359	0000791933	27/10/2017	74550	218	*	I
MDH2981	0000791988	27/10/2017	74550	218	*	I
MJG6839	0000791998	27/10/2017	74550	218	*	I
MLD7447	0000792027	27/10/2017	74550	218	*	I
APY8722	0000792032	27/10/2017	74550	218	*	I
AJU9590	0000792041	27/10/2017	74550	218	*	I
CYQ7023	0000792064	27/10/2017	74550	218	*	I
MCP1077	0000792072	27/10/2017	74550	218	*	I
KDI7789	0000792076	27/10/2017	74550	218	*	I
MEZ3271	0000792107	27/10/2017	74550	218	*	I
MDL4781	0000792123	27/10/2017	74550	218	*	I
MIL5396	0000792135	27/10/2017	74550	218	*	I
MLO1402	0000792138	27/10/2017	74550	218	*	I
MIN4889	0000792152	27/10/2017	74550	218	*	I
ENW7263	0000792164	27/10/2017	74550	218	*	I
ENW7263	0000792165	27/10/2017	74550	218	*	I
FJA0584	0000792181	27/10/2017	74550	218	*	I
MGJ1627	0000792187	27/10/2017	74550	218	*	I
MJC9212	0000792188	27/10/2017	74550	218	*	I
MIF5678	0000792191	27/10/2017	74550	218	*	I
MET7554	0000792193	27/10/2017	74550	218	*	I
ANK3167	0000792195	27/10/2017	74550	218	*	I
DRD6798	0000792196	27/10/2017	74550	218	*	I
MIO4918	0000792199	27/10/2017	74550	218	*	I
MDP4119	0000792214	27/10/2017	74550	218	*	I
MBX9761	0000792217	27/10/2017	74550	218	*	I
MGK2338	0000792229	27/10/2017	74550	218	*	I
ATE4796	0000792237	27/10/2017	74550	218	*	I
DJP5838	0000792249	27/10/2017	74550	218	*	I
LXN0157	0000792251	27/10/2017	74550	218	*	I
MAE9009	0000792256	27/10/2017	74550	218	*	I
MLI8547	0000792260	27/10/2017	74550	218	*	I
LXI4091	0000792261	27/10/2017	74550	218	*	I
MFW6123	0000792262	27/10/2017	74550	218	*	I
LZD9786	0000792311	28/10/2017	74550	218	*	I
MIK4485	0000792326	28/10/2017	74550	218	*	I



LZD9786	0000792343	28/10/2017	74550	218	*	I
BPM6626	0000792344	28/10/2017	74550	218	*	I
IUI6244	0000792347	28/10/2017	74550	218	*	I
OZN9708	0000792352	28/10/2017	74550	218	*	I
GWC3031	0000792359	28/10/2017	74550	218	*	I
MHI3118	0000792365	28/10/2017	74550	218	*	I
AMK0591	0000792369	28/10/2017	74550	218	*	I
MHF5973	0000792394	28/10/2017	74550	218	*	I
CCL4941	0000792398	28/10/2017	74550	218	*	I
CSN1151	0000792403	28/10/2017	74550	218	*	I
MFP7102	0000792276	28/10/2017	74550	218	*	I
MGC6103	0000792291	28/10/2017	74550	218	*	I
MFP7102	0000792424	28/10/2017	74550	218	*	I
AGV1017	0000792441	28/10/2017	74550	218	*	I
LZD9786	0000792455	28/10/2017	74550	218	*	I
IXB5893	0000792501	28/10/2017	74550	218	*	I
LWT8863	0000792515	28/10/2017	74550	218	*	I
BFM5102	0000792519	28/10/2017	74550	218	*	I
LZD9786	0000792506	28/10/2017	74550	218	*	I
IIR2306	0000792509	28/10/2017	74550	218	*	I
DAA0027	0000792546	28/10/2017	74550	218	*	I
BBA1519	0000792551	28/10/2017	74550	218	*	I
MFP7102	0000792554	28/10/2017	74550	218	*	I
BRO2385	0000792558	28/10/2017	74550	218	*	I
BAA9164	0000792607	28/10/2017	74550	218	*	I
MKG9096	0000792611	28/10/2017	74550	218	*	I
MMM3676	0000792618	28/10/2017	74550	218	*	I
MMT0830	0000792627	28/10/2017	74550	218	*	I
CMJ3944	0000792642	28/10/2017	74550	218	*	I
QHC5054	0000792646	28/10/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000792647	28/10/2017	74550	218	*	I
DNC2989	0000792660	28/10/2017	74550	218	*	I
MFQ2486	0000792678	28/10/2017	74550	218	*	I
MJV8811	0000792691	28/10/2017	74550	218	*	I
MJV8811	0000792696	28/10/2017	74550	218	*	I
BOV1214	0000792702	28/10/2017	74550	218	*	I
QII3805	0000792704	28/10/2017	74550	218	*	I
EEW7742	0000792714	28/10/2017	74550	218	*	I
CXW0481	0000792760	28/10/2017	74550	218	*	I
INJ1585	0000792767	28/10/2017	74550	218	*	I
AVP4845	0000792769	28/10/2017	74550	218	*	I
DCH9597	0000792784	28/10/2017	74550	218	*	I
ENJ3875	0000792785	28/10/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000792795	28/10/2017	74550	218	*	I
QIL0588	0000792800	28/10/2017	74550	218	*	I
MLJ3602	0000792804	28/10/2017	74550	218	*	I
MGC4487	0000792820	28/10/2017	74550	218	*	I
CNA4793	0000792830	28/10/2017	74550	218	*	I
EBC7867	0000792845	28/10/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000792846	28/10/2017	74550	218	*	I
BFM5102	0000792858	28/10/2017	74550	218	*	I
MFU7567	0000792723	28/10/2017	74550	218	*	I
MED1943	0000792732	28/10/2017	74550	218	*	I
HRQ6966	0000792870	28/10/2017	74550	218	*	I
MKA1140	0000792872	28/10/2017	74550	218	*	I
MMM5449	0000792880	28/10/2017	74550	218	*	I
LWT8863	0000792904	28/10/2017	74550	218	*	I
MHB5511	0000792911	28/10/2017	74550	218	*	I
MAW1945	0000792915	28/10/2017	74550	218	*	I
IMF5873	0000792917	28/10/2017	74550	218	*	I
BRO2385	0000792920	28/10/2017	74550	218	*	I
LZO8373	0000792921	28/10/2017	74550	218	*	I
MAC6932	0000792924	28/10/2017	74550	218	*	I

MHS0892	0000792925	28/10/2017	74550	218	*	I
IPQ1311	0000792930	28/10/2017	74550	218	*	I
MBF5147	0000792942	28/10/2017	74550	218	*	I
LYS4240	0000792943	28/10/2017	74550	218	*	I
MFB8671	0000792951	28/10/2017	74550	218	*	I
ITB4490	0000792955	28/10/2017	74550	218	*	I
INT9808	0000792959	28/10/2017	74550	218	*	I
MDV1321	0000792960	28/10/2017	74550	218	*	I
MJH6085	0000793645	29/10/2017	74550	218	*	I
AEW0005	0000792999	29/10/2017	74550	218	*	I
IFR6101	0000793017	29/10/2017	74550	218	*	I
QIL8454	0000793019	29/10/2017	74550	218	*	I
AIN5657	0000793028	29/10/2017	74550	218	*	I
LXQ4354	0000793038	29/10/2017	74550	218	*	I
ALO4194	0000793051	29/10/2017	74550	218	*	I
MLJ5990	0000793065	29/10/2017	74550	218	*	I
AIN5657	0000793072	29/10/2017	74550	218	*	I
MFW6123	0000792979	28/10/2017	74550	218	*	I
AZR1951	0000792986	28/10/2017	74550	218	*	I
MRK0581	0000792987	28/10/2017	74550	218	*	I
LYQ2306	0000792753	28/10/2017	74550	218	*	I
LZG4792	0000793083	29/10/2017	74550	218	*	I
MLJ5990	0000793085	29/10/2017	74550	218	*	I
ALO4194	0000793091	29/10/2017	74550	218	*	I
AIN5657	0000793095	29/10/2017	74550	218	*	I
AIN5657	0000793112	29/10/2017	74550	218	*	I
FNL1746	0000793168	29/10/2017	74550	218	*	I
QIL8454	0000793170	29/10/2017	74550	218	*	I
EBI1603	0000793239	29/10/2017	74550	218	*	I
QHM8101	0000793243	29/10/2017	74550	218	*	I
PUB9837	0000793266	29/10/2017	74550	218	*	I
MHO3347	0000793273	29/10/2017	74550	218	*	I
MBP9921	0000793277	29/10/2017	74550	218	*	I
MGS5015	0000793217	29/10/2017	74550	218	*	I
MHO3347	0000793219	29/10/2017	74550	218	*	I
MDH7351	0000793310	29/10/2017	74550	218	*	I
AKY0941	0000793329	29/10/2017	74550	218	*	I
MDF7293	0000793338	29/10/2017	74550	218	*	I
CHH9051	0000793151	29/10/2017	74550	218	*	I
CXW0481	0000793364	29/10/2017	74550	218	*	I
MAE9009	0000793367	29/10/2017	74550	218	*	I
MQF8263	0000793377	29/10/2017	74550	218	*	I
MFG1618	0000793381	29/10/2017	74550	218	*	I
MHX8618	0000793391	29/10/2017	74550	218	*	I
CXW0481	0000793397	29/10/2017	74550	218	*	I
MBF9763	0000793400	29/10/2017	74550	218	*	I
QIA0319	0000793403	29/10/2017	74550	218	*	I
ICN8285	0000793413	29/10/2017	74550	218	*	I
MFY1147	0000793414	29/10/2017	74550	218	*	I
MGD0489	0000793423	29/10/2017	74550	218	*	I
ADT2152	0000793425	29/10/2017	74550	218	*	I
QIF7771	0000793432	29/10/2017	74550	218	*	I
MHF5956	0000793439	29/10/2017	74550	218	*	I
MLH9779	0000793444	29/10/2017	74550	218	*	I
FAW7421	0000793458	29/10/2017	74550	218	*	I
LZX4422	0000793461	29/10/2017	74550	218	*	I
JQC3244	0000793463	29/10/2017	74550	218	*	I
JSK6477	0000793480	29/10/2017	74550	218	*	I
OKE1844	0000793488	29/10/2017	74550	218	*	I
MBU6964	0000793492	29/10/2017	74550	218	*	I
MHW6672	0000793494	29/10/2017	74550	218	*	I
MKW5617	0000793499	29/10/2017	74550	218	*	I
MHJ1424	0000793500	29/10/2017	74550	218	*	I

EBR7474	0000793505	29/10/2017	74550	218	*	I
IMK2650	0000793506	29/10/2017	74550	218	*	I
AMZ4614	0000793510	29/10/2017	74550	218	*	I
QIM3785	0000793513	29/10/2017	74550	218	*	I
JVO7462	0000793518	29/10/2017	74550	218	*	I
MLG1605	0000793523	29/10/2017	74550	218	*	I
INT9808	0000793536	29/10/2017	74550	218	*	I
MGK7930	0000793542	29/10/2017	74550	218	*	I
MDP8706	0000793569	29/10/2017	74550	218	*	I
DQR6259	0000793574	29/10/2017	74550	218	*	I
AWQ3018	0000793577	29/10/2017	74550	218	*	I
AXO4428	0000793578	29/10/2017	74550	218	*	I
BXN7353	0000793372	29/10/2017	74550	218	*	I
BXN7353	0000793592	29/10/2017	74550	218	*	I
ETL5747	0000793600	29/10/2017	74550	218	*	I
MFR8223	0000793603	29/10/2017	74550	218	*	I
DZJ2102	0000793605	29/10/2017	74550	218	*	I
MEH4276	0000793613	29/10/2017	74550	218	*	I
CJP5163	0000793622	29/10/2017	74550	218	*	I
MBW8246	0000793624	29/10/2017	74550	218	*	I
ABS0740	0000793629	29/10/2017	74550	218	*	I
DXR5689	0000793633	29/10/2017	74550	218	*	I
MJO2550	0000793639	29/10/2017	74550	218	*	I
MFU9601	0000793653	29/10/2017	74550	218	*	I
MCE0694	0000793843	30/10/2017	74550	218	*	I
MHW9689	0000793846	30/10/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000793852	30/10/2017	74550	218	*	I
MDU1106	0000793855	30/10/2017	74550	218	*	I
MLX9942	0000793873	30/10/2017	74550	218	*	I
MKX0379	0000793876	30/10/2017	74550	218	*	I
QHG1063	0000793880	30/10/2017	74550	218	*	I
EBI1603	0000793883	30/10/2017	74550	218	*	I
MFW3232	0000793888	30/10/2017	74550	218	*	I
INJ5155	0000793903	30/10/2017	74550	218	*	I
DDA3063	0000793904	30/10/2017	74550	218	*	I
MAE9009	0000793907	30/10/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000793909	30/10/2017	74550	218	*	I
MED1943	0000793913	30/10/2017	74550	218	*	I
MLQ4799	0000793915	30/10/2017	74550	218	*	I
MFI1127	0000793916	30/10/2017	74550	218	*	I
QIG2547	0000793918	30/10/2017	74550	218	*	I
MAX4984	0000793921	30/10/2017	74550	218	*	I
MIE9914	0000793673	30/10/2017	74550	218	*	I
MKU0206	0000793728	30/10/2017	74550	218	*	I
MLF7399	0000793731	30/10/2017	74550	218	*	I
OAV0809	0000793765	30/10/2017	74550	218	*	I
LWX8102	0000793767	30/10/2017	74550	218	*	I
MLV2586	0000793784	30/10/2017	74550	218	*	I
MIJ1987	0000793801	30/10/2017	74550	218	*	I
MOL8370	0000793815	30/10/2017	74550	218	*	I
MHI6443	0000793832	30/10/2017	74550	218	*	I
MFY7326	0000793938	30/10/2017	74550	218	*	I
CMM7920	0000793940	30/10/2017	74550	218	*	I
QHN1153	0000793941	30/10/2017	74550	218	*	I
MFU0196	0000793956	30/10/2017	74550	218	*	I
MMC8624	0000793988	30/10/2017	74550	218	*	I
MLC3271	0000794009	30/10/2017	74550	218	*	I
ASM1334	0000794061	31/10/2017	74550	218	*	I
LYZ8905	0000794198	31/10/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000794269	31/10/2017	74550	218	*	I
MGW0422	0000794271	31/10/2017	74550	218	*	I
LYY9136	0000794291	31/10/2017	74550	218	*	I
MIJ1638	0000794320	31/10/2017	74550	218	*	I

MLO1772	0000794381	31/10/2017	74550	218	*	I
QIH5254	0000794389	31/10/2017	74550	218	*	I
FOE9041	0000794404	31/10/2017	74550	218	*	I
ALK2492	0000794432	31/10/2017	74550	218	*	I
AIN4353	0000794463	31/10/2017	74550	218	*	I
MDP2695	0000794468	31/10/2017	74550	218	*	I
ATD4256	0000794473	31/10/2017	74550	218	*	I
MBF3557	0000794475	31/10/2017	74550	218	*	I
LYZ8905	0000794478	31/10/2017	74550	218	*	I
MES5334	0000794500	31/10/2017	74550	218	*	I
DJS3475	0000794510	31/10/2017	74550	218	*	I
OKR5388	0000794526	31/10/2017	74550	218	*	I
MDT5536	0000794528	31/10/2017	74550	218	*	I
DLF0440	0000794549	31/10/2017	74550	218	*	I
QHY6071	0000794982	01/11/2017	74550	218	*	I
MJO3950	0000794994	01/11/2017	74550	218	*	I
MLC2612	0000795010	01/11/2017	74550	218	*	I
MAU1531	0000795197	02/11/2017	74550	218	*	I
MDQ8333	0000795250	02/11/2017	74550	218	*	I
MHV7131	0000795379	02/11/2017	74550	218	*	I
MGK2338	0000795432	02/11/2017	74550	218	*	I
MCA2451	0000795674	02/11/2017	74550	218	*	I
HRQ6966	0000795756	02/11/2017	74550	218	*	I
MJP6549	0000795794	02/11/2017	74550	218	*	I
DJO8746	0000781594	08/10/2017	74550	218	*	I
IXH3095	0000780936	08/10/2017	74550	218	*	I
CRJ7111	0000781455	08/10/2017	74550	218	*	I
MKV3148	0000781477	08/10/2017	74550	218	*	I
MLX1604	0000781481	08/10/2017	74550	218	*	I
DYA5687	0000781483	08/10/2017	74550	218	*	I
ASH6798	0000781484	08/10/2017	74550	218	*	I
MGD3170	0000780836	07/10/2017	74550	218	*	I
LYU3562	0000780842	07/10/2017	74550	218	*	I
MLB3322	0000780869	07/10/2017	74550	218	*	I
MKT4634	0000780871	07/10/2017	74550	218	*	I
MLM8812	0000780891	07/10/2017	74550	218	*	I
MDZ8631	0000780898	07/10/2017	74550	218	*	I
MGB0703	0000780919	08/10/2017	74550	218	*	I
EVU8737	0000783083	11/10/2017	74550	218	*	I
GTX1795	0000783123	11/10/2017	74550	218	*	I
AVS6466	0000783196	12/10/2017	74550	218	*	I
MKI0920	0000783822	12/10/2017	74550	218	*	I
AVQ5091	0000784228	13/10/2017	74550	218	*	I
EVU8737	0000784262	13/10/2017	74550	218	*	I
ATA9663	0000785454	15/10/2017	74550	218	*	I
AHO1683	0000785606	15/10/2017	74550	218	*	I
NJG3157	0000785718	15/10/2017	74550	218	*	I
MLI9681	0000785786	15/10/2017	74550	218	*	I
AKJ0349	0000785955	16/10/2017	74550	218	*	I
AKJ0349	0000786056	16/10/2017	74550	218	*	I
IMH4355	0000786294	16/10/2017	74550	218	*	I
MLX2639	0000786296	16/10/2017	74550	218	*	I
IMH4355	0000784884	14/10/2017	74550	218	*	I
IQT1346	0000785079	14/10/2017	74550	218	*	I
MKS9743	0000782585	10/10/2017	74550	218	*	I
ICY1632	0000786449	16/10/2017	74550	218	*	I
MFQ5179	0000787585	18/10/2017	74550	218	*	I
MIQ2511	0000788433	20/10/2017	74550	218	*	I
MLF6793	0000788453	20/10/2017	74550	218	*	I
QHG6313	0000788710	21/10/2017	74550	218	*	I
MCX3215	0000788733	21/10/2017	74550	218	*	I
AWA8508	0000788735	21/10/2017	74550	218	*	I
MJZ2575	0000788872	21/10/2017	74550	218	*	I

BTJ2994	0000788925	21/10/2017	74550	218	*	I
OKH7842	0000788971	21/10/2017	74550	218	*	I
MHP8325	0000788978	21/10/2017	74550	218	*	I
NPM4294	0000788994	21/10/2017	74550	218	*	I
MHH5617	0000789022	21/10/2017	74550	218	*	I
MIZ4085	0000789262	22/10/2017	74550	218	*	I
MHI1342	0000789332	22/10/2017	74550	218	*	I
CJX6098	0000789361	22/10/2017	74550	218	*	I
EEEX5340	0000789390	22/10/2017	74550	218	*	I
MIZ4085	0000789403	22/10/2017	74550	218	*	I
IJF0957	0000789495	22/10/2017	74550	218	*	I
IVO1856	0000789531	22/10/2017	74550	218	*	I
IOA8304	0000789648	22/10/2017	74550	218	*	I
IAT2901	0000789754	22/10/2017	74550	218	*	I
QHB8557	0000789857	23/10/2017	74550	218	*	I
OBV2559	0000789902	23/10/2017	74550	218	*	I
AIN5657	0000790003	23/10/2017	74550	218	*	I
MCM7062	0000790013	23/10/2017	74550	218	*	I
MGC6067	0000790028	23/10/2017	74550	218	*	I
QHE4156	0000790032	23/10/2017	74550	218	*	I
LWB5621	0000788013	19/10/2017	74550	218	*	I
MED1943	0000790052	23/10/2017	74550	218	*	I
QHP3630	0000790058	23/10/2017	74550	218	*	I
AUO3934	0000790094	23/10/2017	74550	218	*	I
LXY4985	0000790111	23/10/2017	74550	218	*	I
CXW0481	0000790143	23/10/2017	74550	218	*	I
MLA0604	0000790156	23/10/2017	74550	218	*	I
MKC6571	0000790161	23/10/2017	74550	218	*	I
IRX0562	0000790186	23/10/2017	74550	218	*	I
MLN1128	0000790188	23/10/2017	74550	218	*	I
QIB1724	0000790190	23/10/2017	74550	218	*	I
OKH3514	0000790195	23/10/2017	74550	218	*	I
PVL8108	0000790203	23/10/2017	74550	218	*	I
MIX9129	0000790205	23/10/2017	74550	218	*	I
MJD2605	0000790216	23/10/2017	74550	218	*	I
GFB4477	0000790240	23/10/2017	74550	218	*	I
QHE4156	0000790251	23/10/2017	74550	218	*	I
MJB5352	0000790265	23/10/2017	74550	218	*	I
MEM7625	0000790269	23/10/2017	74550	218	*	I
LXN0157	0000790287	23/10/2017	74550	218	*	I
MGO4591	0000779143	04/10/2017	74550	218	*	I
DXG8590	0000779150	04/10/2017	74550	218	*	I
MCF4697	0000779159	04/10/2017	74550	218	*	I
MDY3157	0000779188	04/10/2017	74550	218	*	I
MAV9392	0000778984	04/10/2017	74550	218	*	I
DOA5184	0000779225	05/10/2017	74550	218	*	I
MBJ2995	0000779266	05/10/2017	74550	218	*	I
BGM4372	0000779275	05/10/2017	74550	218	*	I
ATQ3934	0000779282	05/10/2017	74550	218	*	I
LZQ2499	0000779289	05/10/2017	74550	218	*	I
MTD7120	0000779353	05/10/2017	74550	218	*	I
QIH5523	0000779532	05/10/2017	74550	218	*	I
JTP5279	0000779552	05/10/2017	74550	218	*	I
EBL4783	0000779557	05/10/2017	74550	218	*	I
QIP3187	0000779566	05/10/2017	74550	218	*	I
LYC0540	0000779576	05/10/2017	74550	218	*	I
MHT3452	0000779600	05/10/2017	74550	218	*	I
BBP2803	0000779602	05/10/2017	74550	218	*	I
MFZ4574	0000777998	02/10/2017	74550	218	*	I
QHO9290	0000778000	02/10/2017	74550	218	*	I
MHX6025	0000778062	02/10/2017	74550	218	*	I
MDZ2382	0000778079	02/10/2017	74550	218	*	I
LZS3094	0000778129	02/10/2017	74550	218	*	I



MIB3639	0000778192	03/10/2017	74550	218	*	I
OAZ7777	0000778248	03/10/2017	74550	218	*	I
MMJ0629	0000778255	03/10/2017	74550	218	*	I
MLB8443	0000778293	03/10/2017	74550	218	*	I
IVB7648	0000778542	03/10/2017	74550	218	*	I
IEP7983	0000778559	03/10/2017	74550	218	*	I
MFV7831	0000778633	03/10/2017	74550	218	*	I
MFI0793	0000778676	04/10/2017	74550	218	*	I
MLB8443	0000778755	03/10/2017	74550	218	*	I
MMJ5222	0000778762	03/10/2017	74550	218	*	I
NBP5536	0000778769	04/10/2017	74550	218	*	I
ABW0728	0000778821	04/10/2017	74550	218	*	I
HTJ0220	0000778890	04/10/2017	74550	218	*	I
KJL3939	0000778896	04/10/2017	74550	218	*	I
MKC6505	0000778902	04/10/2017	74550	218	*	I
MGG2452	0000778963	04/10/2017	74550	218	*	I
IQM5818	0000779000	04/10/2017	74550	218	*	I
MKN9471	0000779006	04/10/2017	74550	218	*	I
EPM8164	0000779088	04/10/2017	74550	218	*	I
MFG2651	0000779095	04/10/2017	74550	218	*	I
MLV4227	0000779610	05/10/2017	74550	218	*	I
IQL9286	0000779653	05/10/2017	74550	218	*	I
MEA9459	0000779671	05/10/2017	74550	218	*	I
MBN7747	0000779706	05/10/2017	74550	218	*	I
MLF6950	0000779721	05/10/2017	74550	218	*	I
MGB1063	0000779312	05/10/2017	74550	218	*	I
KYD1851	0000779825	06/10/2017	74550	218	*	I
MCY7646	0000779882	06/10/2017	74550	218	*	I
MGQ1412	0000779937	06/10/2017	74550	218	*	I
MCZ6805	0000779991	06/10/2017	74550	218	*	I
AHC4902	0000779996	06/10/2017	74550	218	*	I
MCY5625	0000780003	06/10/2017	74550	218	*	I
MJQ9026	0000780026	06/10/2017	74550	218	*	I
MAY8831	0000780032	06/10/2017	74550	218	*	I
MLR9892	0000780033	06/10/2017	74550	218	*	I
AUG5421	0000780037	06/10/2017	74550	218	*	I
EYC3896	0000780039	06/10/2017	74550	218	*	I
JNJ5726	0000780050	06/10/2017	74550	218	*	I
MLZ7962	0000780052	06/10/2017	74550	218	*	I
DAE2485	0000780082	06/10/2017	74550	218	*	I
OBK8148	0000780083	06/10/2017	74550	218	*	I
MEK3732	0000780088	06/10/2017	74550	218	*	I
QHC6624	0000780090	06/10/2017	74550	218	*	I
MDX9599	0000780091	06/10/2017	74550	218	*	I
MDA9270	0000780105	06/10/2017	74550	218	*	I
AKT0770	0000780135	06/10/2017	74550	218	*	I
MBE8874	0000780170	06/10/2017	74550	218	*	I
MLC9471	0000780172	06/10/2017	74550	218	*	I
MDJ3011	0000780213	06/10/2017	74550	218	*	I
MDJ3011	0000780218	06/10/2017	74550	218	*	I
MFB8667	0000780241	07/10/2017	74550	218	*	I
MKN1205	0000780479	07/10/2017	74550	218	*	I
MJT0221	0000780493	07/10/2017	74550	218	*	I
MGJ0846	0000780526	07/10/2017	74550	218	*	I
AOD0453	0000780528	07/10/2017	74550	218	*	I
IRH9804	0000780543	07/10/2017	74550	218	*	I
MGM5039	0000780547	07/10/2017	74550	218	*	I
EPW3899	0000780368	07/10/2017	74550	218	*	I
JZM6993	0000780372	07/10/2017	74550	218	*	I
MMI4943	0000780574	07/10/2017	74550	218	*	I
MKA9557	0000780580	07/10/2017	74550	218	*	I
MGG2452	0000780302	07/10/2017	74550	218	*	I
MIX7293	0000780643	07/10/2017	74550	218	*	I



MGU7921	0000780740	07/10/2017	74550	218	*	I
MCZ0134	0000780800	07/10/2017	74550	218	*	I
MGJ0846	0000780823	07/10/2017	74550	218	*	I
MCZ6515	0000776564	30/09/2017	74550	218	*	I
MIV4099	0000776583	30/09/2017	74550	218	*	I
AVQ7948	0000776600	30/09/2017	74550	218	*	I
MJR1955	0000776320	29/09/2017	74550	218	*	I
MJO7964	0000776624	30/09/2017	74550	218	*	I
CZM9550	0000776787	30/09/2017	74550	218	*	I
QHC4650	0000776794	30/09/2017	74550	218	*	I
MHH9207	0000776891	30/09/2017	74550	218	*	I
MLJ0086	0000776898	30/09/2017	74550	218	*	I
MJG0811	0000776899	30/09/2017	74550	218	*	I
MGH2878	0000776930	30/09/2017	74550	218	*	I
MEI3401	0000776958	30/09/2017	74550	218	*	I
IMO3615	0000776996	30/09/2017	74550	218	*	I
OTY2653	0000777000	30/09/2017	74550	218	*	I
GUP7832	0000777043	30/09/2017	74550	218	*	I
LYK5776	0000777049	30/09/2017	74550	218	*	I
ALE3823	0000777058	30/09/2017	74550	218	*	I
MGL5108	0000777064	30/09/2017	74550	218	*	I
MIX0697	0000777088	30/09/2017	74550	218	*	I
QHY7292	0000777099	30/09/2017	74550	218	*	I
DUU4396	0000777119	30/09/2017	74550	218	*	I
JIJ0152	0000777124	30/09/2017	74550	218	*	I
IZK1808	0000777125	30/09/2017	74550	218	*	I
MDY5493	0000777132	30/09/2017	74550	218	*	I
MDH3935	0000777134	30/09/2017	74550	218	*	I
ASU6329	0000777147	30/09/2017	74550	218	*	I
EBN1622	0000777158	30/09/2017	74550	218	*	I
AOJ2606	0000777164	30/09/2017	74550	218	*	I
QIT0962	0000776037	28/09/2017	74550	218	*	I
OKN4670	0000776079	28/09/2017	74550	218	*	I
MKD1991	0000776093	28/09/2017	74550	218	*	I
IVD6109	0000776094	28/09/2017	74550	218	*	I
MBC7557	0000776111	28/09/2017	74550	218	*	I
QHN7836	0000776114	28/09/2017	74550	218	*	I
MID6158	0000776178	29/09/2017	74550	218	*	I
QHA8644	0000775977	28/09/2017	74550	218	*	I
EBP9281	0000775994	28/09/2017	74550	218	*	I
QHQ7673	0000775997	28/09/2017	74550	218	*	I
CVM6211	0000776346	29/09/2017	74550	218	*	I
MFL9417	0000776347	29/09/2017	74550	218	*	I
ARP0151	0000776368	29/09/2017	74550	218	*	I
IQM5818	0000776377	29/09/2017	74550	218	*	I
MLR0657	0000776393	29/09/2017	74550	218	*	I
MFR7974	0000776407	29/09/2017	74550	218	*	I
NOL8133	0000776428	29/09/2017	74550	218	*	I
AJN9775	0000776431	29/09/2017	74550	218	*	I
DPA1320	0000776433	29/09/2017	74550	218	*	I
DIR4613	0000776439	29/09/2017	74550	218	*	I
IKA0882	0000776441	29/09/2017	74550	218	*	I
DOG3161	0000776459	29/09/2017	74550	218	*	I
AGF5505	0000776466	29/09/2017	74550	218	*	I
MFL2264	0000776479	29/09/2017	74550	218	*	I
BBB9982	0000776524	29/09/2017	74550	218	*	I
IQM5818	0000776529	29/09/2017	74550	218	*	I
IUK2443	0000776537	29/09/2017	74550	218	*	I
AUA2317	0000777395	01/10/2017	74550	218	*	I
MFH7352	0000777438	01/10/2017	74550	218	*	I
IOR9625	0000777445	01/10/2017	74550	218	*	I
AVQ7948	0000777488	01/10/2017	74550	218	*	I
MFC8649	0000777534	01/10/2017	74550	218	*	I

LZH2692	0000777725	01/10/2017	74550	218	*	I
QIP4162	0000777751	01/10/2017	74550	218	*	I
QHL9467	0000777756	01/10/2017	74550	218	*	I
ASV8011	0000777765	01/10/2017	74550	218	*	I
ANR2827	0000777799	01/10/2017	74550	218	*	I
MHZ4096	0000777800	01/10/2017	74550	218	*	I
MLQ6578	0000777819	01/10/2017	74550	218	*	I
QHA2856	0000777822	01/10/2017	74550	218	*	I
MGF6167	0000777850	01/10/2017	74550	218	*	I
AZA1334	0000777907	01/10/2017	74550	218	*	I
MJO2878	0000777950	01/10/2017	74550	218	*	I
MFM0698	0000777952	01/10/2017	74550	218	*	I
AHT0935	0000777977	01/10/2017	74550	218	*	I
DFJ3050	0000777980	01/10/2017	74550	218	*	I
MFY3304	0000778020	01/10/2017	74550	218	*	I
MIK6045	0000778021	01/10/2017	74550	218	*	I
MKY1644	0000778028	01/10/2017	74550	218	*	I
GXY1636	0000778036	01/10/2017	74550	218	*	I
MBR5141	0000778049	01/10/2017	74550	218	*	I
LWR6675	0000778054	01/10/2017	74550	218	*	I
MMK2685	0000778104	01/10/2017	74550	218	*	I
MCN5136	0000777257	02/10/2017	74550	218	*	I
MAV9392	0000777291	02/10/2017	74550	218	*	I
QID7067	0000777364	02/10/2017	74550	218	*	I
MEF0630	0000777367	02/10/2017	74550	218	*	I
MEZ8921	0000777525	02/10/2017	74550	218	*	I
MKS0034	0000777665	01/10/2017	74550	218	*	I
MHD1449	0000777546	02/10/2017	74550	218	*	I
MAV9392	0000777693	02/10/2017	74550	218	*	I
MIS9138	0000777761	02/10/2017	74550	218	*	I
QHV5391	0000777776	02/10/2017	74550	218	*	I
EEL3624	0000777788	02/10/2017	74550	218	*	I
IEM1540	0000777807	02/10/2017	74550	218	*	I
QIH2105	0000777836	02/10/2017	74550	218	*	I
EKT6005	0000777874	02/10/2017	74550	218	*	I
QHB0320	0000777882	02/10/2017	74550	218	*	I
IQM5818	0000777649	02/10/2017	74550	218	*	I
MJA3914	0000777675	02/10/2017	74550	218	*	I
ALX5936	0000777984	02/10/2017	74550	218	*	I
QHG0279	0000778350	03/10/2017	74550	218	*	I
MJR1955	0000778352	03/10/2017	74550	218	*	I
MKR9403	0000778353	03/10/2017	74550	218	*	I
MIY2426	0000778360	03/10/2017	74550	218	*	I
MKR6663	0000778371	03/10/2017	74550	218	*	I
MIC1171	0000778387	03/10/2017	74550	218	*	I
MJX2162	0000778390	03/10/2017	74550	218	*	I
MAV9392	0000778398	03/10/2017	74550	218	*	I
DEE2681	0000778404	03/10/2017	74550	218	*	I
MCA5844	0000778414	03/10/2017	74550	218	*	I
MJN1791	0000778420	03/10/2017	74550	218	*	I
MFJ6832	0000778425	03/10/2017	74550	218	*	I
IST6345	0000778479	03/10/2017	74550	218	*	I
MBE7815	0000778488	03/10/2017	74550	218	*	I
ELG8458	0000778495	03/10/2017	74550	218	*	I
NYN5083	0000775682	27/09/2017	74550	218	*	I
QHI7116	0000775702	27/09/2017	74550	218	*	I
MFO3210	0000775724	27/09/2017	74550	218	*	I
MLH3365	0000775748	28/09/2017	74550	218	*	I
MLQ9408	0000775824	28/09/2017	74550	218	*	I
QHJ2734	0000775832	28/09/2017	74550	218	*	I
MLI2336	0000775924	28/09/2017	74550	218	*	I
MFV9967	0000775925	28/09/2017	74550	218	*	I
QIP0620	0000775948	28/09/2017	74550	218	*	I

MBV7515	0000774903	26/09/2017	74550	218	*	I
QIQ3382	0000774905	26/09/2017	74550	218	*	I
MHV1910	0000774958	26/09/2017	74550	218	*	I
MHM1870	0000774977	26/09/2017	74550	218	*	I
IVX3134	0000775033	26/09/2017	74550	218	*	I
MMK8835	0000775052	26/09/2017	74550	218	*	I
MCJ1381	0000775103	26/09/2017	74550	218	*	I
MIL4112	0000775117	26/09/2017	74550	218	*	I
JUJ5451	0000775377	27/09/2017	74550	218	*	I
MMF6248	0000775500	27/09/2017	74550	218	*	I
MDE8011	0000775574	27/09/2017	74550	218	*	I
MKP1012	0000775644	27/09/2017	74550	218	*	I
MHY2968	0000775663	27/09/2017	74550	218	*	I
MCD2239	0000773008	23/09/2017	74550	218	*	I
EVP6217	0000773016	23/09/2017	74550	218	*	I
AZZ2508	0000773017	23/09/2017	74550	218	*	I
EVP6217	0000773034	23/09/2017	74550	218	*	I
MKL9296	0000773039	23/09/2017	74550	218	*	I
MFJ3359	0000773040	23/09/2017	74550	218	*	I
MBC9357	0000773041	23/09/2017	74550	218	*	I
MAQ9834	0000773056	23/09/2017	74550	218	*	I
MEN2952	0000773088	23/09/2017	74550	218	*	I
EVP6217	0000773139	23/09/2017	74550	218	*	I
MGM3343	0000773547	24/09/2017	74550	218	*	I
EQY0071	0000773645	24/09/2017	74550	218	*	I
MJL2939	0000773675	24/09/2017	74550	218	*	I
MJS6726	0000773707	24/09/2017	74550	218	*	I
OKE8503	0000773789	24/09/2017	74550	218	*	I
QIU9396	0000773828	24/09/2017	74550	218	*	I
MKF3299	0000773962	25/09/2017	74550	218	*	I
CVY1628	0000773968	25/09/2017	74550	218	*	I
ARX3127	0000774078	25/09/2017	74550	218	*	I
QIJ8375	0000773921	25/09/2017	74550	218	*	I
MLC4149	0000774303	25/09/2017	74550	218	*	I
DME0435	0000774305	25/09/2017	74550	218	*	I
IEP7983	0000774314	25/09/2017	74550	218	*	I
MJM0997	0000774335	25/09/2017	74550	218	*	I
MCF7757	0000774340	25/09/2017	74550	218	*	I
MFU4094	0000774345	25/09/2017	74550	218	*	I
MBV6945	0000774125	25/09/2017	74550	218	*	I
EBM8185	0000774136	25/09/2017	74550	218	*	I
MLP0122	0000774203	25/09/2017	74550	218	*	I
MJC2335	0000774776	26/09/2017	74550	218	*	I
MHQ8280	0000774780	26/09/2017	74550	218	*	I
MFJ5514	0000774781	26/09/2017	74550	218	*	I
IOR8323	0000774846	26/09/2017	74550	218	*	I
MDQ8838	0000772002	21/09/2017	74550	218	*	I
MFN3424	0000772045	21/09/2017	74550	218	*	I
FTZ3428	0000772207	22/09/2017	74550	218	*	I
IRF4482	0000772260	22/09/2017	74550	218	*	I
MJE3420	0000771388	20/09/2017	74550	218	*	I
QIB5213	0000771422	20/09/2017	74550	218	*	I
IPM7683	0000771474	20/09/2017	74550	218	*	I
CRV0444	0000771487	20/09/2017	74550	218	*	I
MMD9084	0000771763	21/09/2017	74550	218	*	I
MLS9877	0000772402	22/09/2017	74550	218	*	I
MKR9079	0000772414	22/09/2017	74550	218	*	I
EHL1108	0000772563	22/09/2017	74550	218	*	I
MGW6061	0000772612	22/09/2017	74550	218	*	I
CPD1024	0000772639	23/09/2017	74550	218	*	I
AMV0041	0000772653	23/09/2017	74550	218	*	I
MJO7964	0000772666	23/09/2017	74550	218	*	I
MKA1188	0000772712	23/09/2017	74550	218	*	I

CGA1236	0000772753	23/09/2017	74550	218	*	I
EVP6217	0000772789	23/09/2017	74550	218	*	I
ISV3510	0000773254	24/09/2017	74550	218	*	I
ISV3510	0000773300	24/09/2017	74550	218	*	I
ARX3127	0000772337	22/09/2017	74550	218	*	I
MXU9888	0000773508	24/09/2017	74550	218	*	I
MHQ9256	0000743010	06/08/2017	74550	218	*	I
MHQ9256	0000743645	06/08/2017	74550	218	*	I
MGL7482	0000745059	09/08/2017	74550	218	*	I
KLW6354	0000745334	09/08/2017	74550	218	*	I
MHM3396	0000760337	02/09/2017	74550	218	*	I
MHM3396	0000762560	05/09/2017	74550	218	*	I
LZT3256	0000763281	06/09/2017	74550	218	*	I
IXX0459	0000763546	07/09/2017	74550	218	*	I
MKG1068	0000768177	14/09/2017	74550	218	*	I
MEG6053	0000768200	14/09/2017	74550	218	*	I
QIF1119	0000768247	14/09/2017	74550	218	*	I
MGB4997	0000754837	24/08/2017	74550	218	*	I
MFO5037	0000757037	27/08/2017	74550	218	*	I
MLS5291	0000768889	16/09/2017	74550	218	*	I
MJB0161	0000769224	16/09/2017	74550	218	*	I
QIQ1978	0000769251	16/09/2017	74550	218	*	I
LXF6012	0000769319	16/09/2017	74550	218	*	I
LXO0620	0000769427	17/09/2017	74550	218	*	I
LXO0620	0000769473	17/09/2017	74550	218	*	I
MLE8579	0000769541	17/09/2017	74550	218	*	I
OKE8873	0000769553	17/09/2017	74550	218	*	I
MJG6281	0000769573	17/09/2017	74550	218	*	I
LXO0620	0000769778	17/09/2017	74550	218	*	I
IJV1842	0000770060	17/09/2017	74550	218	*	I
MGN3424	0000770218	18/09/2017	74550	218	*	I
MJH3493	0000770275	18/09/2017	74550	218	*	I
QIQ3790	0000770315	18/09/2017	74550	218	*	I
MJP6460	0000770573	18/09/2017	74550	218	*	I
ISD7991	0000770634	19/09/2017	74550	218	*	I
ISD7991	0000770662	19/09/2017	74550	218	*	I
IHG3607	0000770855	19/09/2017	74550	218	*	I
QHO3693	0000770921	19/09/2017	74550	218	*	I
MEX2391	0000771032	19/09/2017	74550	218	*	I
MHU0034	0000769786	17/09/2017	74630	218	*	II
MHS4781	0000769884	17/09/2017	74630	218	*	II
ISL5319	0000752301	20/08/2017	74630	218	*	II
LXO5513	0000773522	24/09/2017	74630	218	*	II
MFF4857	0000773229	24/09/2017	74630	218	*	II
IEJ4117	0000774897	26/09/2017	74630	218	*	II
KAB0984	0000774251	25/09/2017	74630	218	*	II
LLF2435	0000774353	25/09/2017	74630	218	*	II
NIM1447	0000775664	27/09/2017	74630	218	*	II
QIP5195	0000775525	27/09/2017	74630	218	*	II
LYF3932	0000740277	01/08/2017	74630	218	*	II
MJJ9404	0000775963	28/09/2017	74630	218	*	II
MAT2382	0000775686	27/09/2017	74630	218	*	II
MBE7815	0000778500	03/10/2017	74630	218	*	II
ATJ2278	0000777994	02/10/2017	74630	218	*	II
MAV9392	0000777690	02/10/2017	74630	218	*	II
MLJ0086	0000777892	02/10/2017	74630	218	*	II
MBG0701	0000777795	02/10/2017	74630	218	*	II
ISO8577	0000777704	01/10/2017	74630	218	*	II
MAX2581	0000777479	01/10/2017	74630	218	*	II
QIL8394	0000777382	01/10/2017	74630	218	*	II
QHB5844	0000777225	01/10/2017	74630	218	*	II
MIX9702	0000775999	28/09/2017	74630	218	*	II
KIF3055	0000777172	30/09/2017	74630	218	*	II

ARP1497	0000776987	30/09/2017	74630	218	*	II
LXC1785	0000775904	28/09/2017	74630	218	*	II
MJD1839	0000776878	30/09/2017	74630	218	*	II
MIV4099	0000776617	30/09/2017	74630	218	*	II
ITS2955	0000780754	07/10/2017	74630	218	*	II
JUX8121	0000780598	07/10/2017	74630	218	*	II
MHT9167	0000780608	07/10/2017	74630	218	*	II
LVU9690	0000780557	07/10/2017	74630	218	*	II
MGM5039	0000780568	07/10/2017	74630	218	*	II
MBW0399	0000779980	06/10/2017	74630	218	*	II
MEG3958	0000780112	06/10/2017	74630	218	*	II
MEZ4232	0000780043	06/10/2017	74630	218	*	II
MGM5039	0000779997	06/10/2017	74630	218	*	II
IOV3158	0000779948	06/10/2017	74630	218	*	II
MGG2452	0000779492	05/10/2017	74630	218	*	II
PUL9151	0000779919	06/10/2017	74630	218	*	II
JCO0133	0000779141	04/10/2017	74630	218	*	II
QIU5816	0000778973	04/10/2017	74630	218	*	II
MAV9392	0000778772	04/10/2017	74630	218	*	II
IQM5818	0000778714	04/10/2017	74630	218	*	II
MAV9392	0000778717	04/10/2017	74630	218	*	II
MIO8731	0000778594	03/10/2017	74630	218	*	II
MLC0185	0000779607	05/10/2017	74630	218	*	II
MAG5572	0000790292	23/10/2017	74630	218	*	II
QHX5633	0000790113	23/10/2017	74630	218	*	II
IEY5423	0000784704	14/10/2017	74630	218	*	II
MCX3215	0000788250	20/10/2017	74630	218	*	II
QII7195	0000790049	23/10/2017	74630	218	*	II
MCE2871	0000789672	22/10/2017	74630	218	*	II
MCE2871	0000789707	22/10/2017	74630	218	*	II
MCE2871	0000789718	22/10/2017	74630	218	*	II
QIA0426	0000789397	22/10/2017	74630	218	*	II
MGG8000	0000789026	21/10/2017	74630	218	*	II
AHP2005	0000788454	20/10/2017	74630	218	*	II
AUT4550	0000787527	18/10/2017	74630	218	*	II
AVD1417	0000784407	13/10/2017	74630	218	*	II
MSU1132	0000784223	13/10/2017	74630	218	*	II
MHX0419	0000780361	07/10/2017	74630	218	*	II
ARW2582	0000780929	08/10/2017	74630	218	*	II
MJD3216	0000795313	02/11/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000794488	31/10/2017	74630	218	*	II
CXW0481	0000792638	28/10/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000794263	31/10/2017	74630	218	*	II
MLK7939	0000794417	31/10/2017	74630	218	*	II
BAT0862	0000793994	30/10/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000794004	30/10/2017	74630	218	*	II
MEG3884	0000793654	29/10/2017	74630	218	*	II
IJK5052	0000793598	29/10/2017	74630	218	*	II
MCZ4921	0000793585	29/10/2017	74630	218	*	II
MCU3322	0000793531	29/10/2017	74630	218	*	II
CXW0481	0000793368	29/10/2017	74630	218	*	II
CXW0481	0000793366	29/10/2017	74630	218	*	II
MLG1605	0000793145	29/10/2017	74630	218	*	II
MLT3583	0000793149	29/10/2017	74630	218	*	II
MDO0851	0000792756	28/10/2017	74630	218	*	II
MCZ4921	0000792758	28/10/2017	74630	218	*	II
MDO0851	0000792977	28/10/2017	74630	218	*	II
MJX9692	0000792923	28/10/2017	74630	218	*	II
MED0131	0000792916	28/10/2017	74630	218	*	II
LWT8863	0000792902	28/10/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000792734	28/10/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000792728	28/10/2017	74630	218	*	II
MJN9569	0000792718	28/10/2017	74630	218	*	II



MAE9009	0000792713	28/10/2017	74630	218	*	II
BFM5102	0000792699	28/10/2017	74630	218	*	II
CXW0481	0000792694	28/10/2017	74630	218	*	II
LZD9786	0000792682	28/10/2017	74630	218	*	II
AKF9375	0000792630	28/10/2017	74630	218	*	II
DGV7497	0000792599	28/10/2017	74630	218	*	II
MLG1886	0000792625	28/10/2017	74630	218	*	II
LZD9786	0000792505	28/10/2017	74630	218	*	II
IIR2306	0000792458	28/10/2017	74630	218	*	II
LZD9786	0000792453	28/10/2017	74630	218	*	II
LZD9786	0000792381	28/10/2017	74630	218	*	II
DJP5838	0000792266	27/10/2017	74630	218	*	II
OBC3803	0000792198	27/10/2017	74630	218	*	II
MDW8103	0000792011	27/10/2017	74630	218	*	II
AKF9375	0000791977	27/10/2017	74630	218	*	II
LYR2744	0000790447	24/10/2017	74630	218	*	II
LYR2744	0000790487	24/10/2017	74630	218	*	II
MAG5572	0000790139	23/10/2017	74630	218	*	II
DRD7061	0000791507	26/10/2017	74630	218	*	II
LXJ2832	0000791144	25/10/2017	74630	218	*	II
MCE2871	0000791130	25/10/2017	74630	218	*	II
MCE2871	0000790563	24/10/2017	74630	218	*	II
IFP8511	0000790857	25/10/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000791856	27/10/2017	74630	218	*	II
GWZ0860	0000791841	27/10/2017	74630	218	*	II
MAG0575	0000791648	26/10/2017	74630	218	*	II
MED1943	0000791670	26/10/2017	74630	218	*	II
QIP1757	0000791585	26/10/2017	74630	218	*	II
MCE2871	0000791152	25/10/2017	74710	218	*	III
LXN0157	0000792030	27/10/2017	74710	218	*	III
MCE2871	0000792168	27/10/2017	74710	218	*	III
MEP8956	0000792632	28/10/2017	74710	218	*	III
LWT8863	0000792701	28/10/2017	74710	218	*	III
HRQ6966	0000792514	28/10/2017	74710	218	*	III
MCE2871	0000792861	28/10/2017	74710	218	*	III
MDN4461	0000792950	28/10/2017	74710	218	*	III
IJK5052	0000793643	29/10/2017	74710	218	*	III
IJK5052	0000793373	29/10/2017	74710	218	*	III
MCE2871	0000793655	29/10/2017	74710	218	*	III
MDN4461	0000794008	30/10/2017	74710	218	*	III
MCE2871	0000786396	16/10/2017	74710	218	*	III
MFF7971	0000790087	23/10/2017	74710	218	*	III
MAV9392	0000778985	04/10/2017	74710	218	*	III
NGA7889	0000779724	05/10/2017	74710	218	*	III
MHG5094	0000780228	06/10/2017	74710	218	*	III
MGM5039	0000780570	07/10/2017	74710	218	*	III
MGU7921	0000780832	07/10/2017	74710	218	*	III
MGM5039	0000780649	07/10/2017	74710	218	*	III
AQP9212	0000775474	27/09/2017	74710	218	*	III
MCF1557	0000774899	26/09/2017	74710	218	*	III
MFF7971	0000773877	24/09/2017	74710	218	*	III
MFI6875	0000771847	21/09/2017	74710	218	*	III
MFG5492	0000771057	20/09/2017	56732	183		
BGE0887	0000772213	22/09/2017	56732	183		
MMC0281	0000772657	23/09/2017	56732	183		
DME0435	0000768960	16/09/2017	56732	183		
AQF6411	0000768333	15/09/2017	56732	183		
MLF0638	0000773952	25/09/2017	56732	183		
ETJ8114	0000773459	24/09/2017	56732	183		
LXC1785	0000774410	10/09/2017	56732	183		
CWL8587	0000775729	28/09/2017	56732	183		
MCQ0778	0000775854	28/09/2017	56732	183		
BUG2515	0000776800	30/09/2017	56732	183		



IMS4848	0000777193	01/10/2017	56732	183
MGU4807	0000777196	01/10/2017	56732	183
MBC3290	0000777198	01/10/2017	56732	183
MLK4469	0000776246	29/09/2017	56732	183
LXU1854	0000776260	29/09/2017	56732	183
ALY2121	0000776296	29/09/2017	56732	183
IRZ0474	0000776312	29/09/2017	56732	183
ARO8918	0000777372	01/10/2017	56732	183
DSE9594	0000777417	01/10/2017	56732	183
IOH0594	0000777449	01/10/2017	56732	183
MCC3551	0000780422	07/10/2017	56732	183
IFX8871	0000780448	07/10/2017	56732	183
EQA7510	0000780254	07/10/2017	56732	183
MKM0601	0000779940	06/10/2017	56732	183
QHW9972	0000779899	06/10/2017	56732	183
AFA9229	0000779900	06/10/2017	56732	183
IKT1598	0000779235	05/10/2017	56732	183
DAE2485	0000779205	05/10/2017	56732	183
IBM6041	0000779218	05/10/2017	56732	183
MIE5319	0000779364	05/10/2017	56732	183
QIG0578	0000779414	05/10/2017	56732	183
MLJ4148	0000778655	04/10/2017	56732	183
QHC3738	0000778328	03/10/2017	56732	183
ETJ8114	0000778197	03/10/2017	56732	183
ITV2214	0000778150	03/10/2017	56732	183
IPW5113	0000789932	23/10/2017	56732	183
NOX5287	0000787120	18/10/2017	56732	183
AVQ5091	0000782793	11/10/2017	56732	183
AHB7634	0000788779	21/10/2017	56732	183
IGU2863	0000784603	14/10/2017	56732	183
GTX1795	0000781711	09/10/2017	56732	183
EQZ0547	0000788218	20/10/2017	56732	183
MGG8555	0000793732	30/10/2017	56732	183
CXP8036	0000794222	31/10/2017	56732	183
MDE3621	0000794165	31/10/2017	56732	183
MDN4461	0000794170	31/10/2017	56732	183
MGL4813	0000794173	31/10/2017	56732	183
DDJ5598	0000794042	31/10/2017	56732	183
MHC2464	0000793660	30/10/2017	56732	183
MFR4072	0000793661	30/10/2017	56732	183
IUF1747	0000793664	30/10/2017	56732	183
MJX8815	0000793739	30/10/2017	56732	183
MIB6354	0000793090	29/10/2017	56732	183
MMC2906	0000793079	29/10/2017	56732	183
DYA0863	0000793080	29/10/2017	56732	183
MLV6460	0000793210	29/10/2017	56732	183
MBB4885	0000793211	29/10/2017	56732	183
MJP9865	0000793152	29/10/2017	56732	183
MDM9842	0000793342	29/10/2017	56732	183
QIL0547	0000793230	29/10/2017	56732	183
MGK9491	0000793231	29/10/2017	56732	183
MLV4281	0000793236	29/10/2017	56732	183
MIR5937	0000794623	01/11/2017	56732	183
MBZ5798	0000792588	28/10/2017	56732	183
HBZ1037	0000791972	27/10/2017	56732	183
AGS8786	0000791942	27/10/2017	56732	183
AGR5189	0000791910	27/10/2017	56732	183
MJO1376	0000792406	28/10/2017	56732	183
EGG6461	0000792461	28/10/2017	56732	183
MDK2529	0000792462	28/10/2017	56732	183
MAU1800	0000792473	28/10/2017	56732	183
MJV8811	0000792502	28/10/2017	56732	183
DOO3083	0000791357	26/10/2017	56732	183

MKP7481	0000791435	26/10/2017	56732	183
MFG2109	0000790970	25/10/2017	56732	183
LWB5621	0000790937	25/10/2017	56732	183
MHH6055	0000791372	26/10/2017	56732	183
LXJ8809	0000791732	27/10/2017	56732	183
EYO5336	0000791881	27/10/2017	56732	183
NSL3218	0000791901	27/10/2017	56732	183
MFG5424	0000791902	27/10/2017	56732	183
IIR2306	0000791755	27/10/2017	56732	183
DYH7633	0000791775	27/10/2017	56732	183
QHH1648	0000791781	27/10/2017	56732	183
MHC2464	0000790299	24/10/2017	56732	183
DCV4618	0000790313	24/10/2017	56732	183
AZZ0727	0000790519	24/10/2017	56732	183
QIQ4941	0000790520	24/10/2017	56732	183
MIO4871	0000790521	24/10/2017	56732	183
FAL3322	0000790811	25/10/2017	56732	183
MMH7446	0000790543	24/10/2017	60503	208
MHP5200	0000790416	24/10/2017	60503	208
QHK9646	0000790384	24/10/2017	60503	208
MMH2678	0000790366	24/10/2017	60503	208
MCQ7893	0000791225	26/10/2017	60503	208
MDN5858	0000791800	27/10/2017	60503	208
MCQ7893	0000791395	26/10/2017	60503	208
MFC8907	0000790880	25/10/2017	60503	208
LWY2862	0000791328	26/10/2017	60503	208
BBA1519	0000791453	26/10/2017	60503	208
MGB8090	0000792463	28/10/2017	60503	208
CER5871	0000792472	28/10/2017	60503	208
MJV8811	0000792310	28/10/2017	60503	208
MET7554	0000791927	27/10/2017	60503	208
ANK3167	0000791940	27/10/2017	60503	208
IMV0131	0000791950	27/10/2017	60503	208
MBW6948	0000792593	28/10/2017	60503	208
MEH3019	0000792620	28/10/2017	60503	208
MAW1641	0000792547	28/10/2017	60503	208
MJV8811	0000792550	28/10/2017	60503	208
PXS8957	0000792521	28/10/2017	60503	208
QID8358	0000792544	28/10/2017	60503	208
MAW8530	0000793339	29/10/2017	60503	208
MGP2345	0000793346	29/10/2017	60503	208
MKQ8728	0000793353	29/10/2017	60503	208
MEK0879	0000793280	29/10/2017	60503	208
MDO1565	0000793287	29/10/2017	60503	208
ARE6474	0000793288	29/10/2017	60503	208
ARE6474	0000793306	29/10/2017	60503	208
MMC4518	0000794103	31/10/2017	60503	208
QHD9536	0000794248	31/10/2017	60503	208
LNC5343	0000793792	30/10/2017	60503	208
MFA3454	0000793769	30/10/2017	60503	208
MKZ5204	0000780925	08/10/2017	60503	208
IWQ5286	0000786744	17/10/2017	60503	208
JXF5571	0000785123	15/10/2017	60503	208
BCG9909	0000785310	15/10/2017	60503	208
BCG9909	0000785344	15/10/2017	60503	208
QBW0464	0000787666	19/10/2017	60503	208
ILR2506	0000788568	21/10/2017	60503	208
MJV8811	0000790047	23/10/2017	60503	208
QII2516	0000778210	03/10/2017	60503	208
QIT0962	0000778224	03/10/2017	60503	208
MGT3356	0000778240	03/10/2017	60503	208
LYI3024	0000778244	03/10/2017	60503	208
DEA1138	0000778697	04/10/2017	60503	208

MLE9913	0000779416	05/10/2017	60503	208
QHJ9515	0000779299	05/10/2017	60503	208
MFB8312	0000779911	06/10/2017	60503	208
MEC2408	0000779887	06/10/2017	60503	208
ARD3730	0000779945	06/10/2017	60503	208
MJM0380	0000779843	06/10/2017	60503	208
MBA9023	0000779853	06/10/2017	60503	208
MHC1031	0000779318	05/10/2017	60503	208
IJQ9743	0000779959	06/10/2017	60503	208
QHS4126	0000780244	07/10/2017	60503	208
MGM5039	0000780342	07/10/2017	60503	208
LPL0160	0000777571	01/10/2017	60503	208
MEF8009	0000777629	01/10/2017	60503	208
MGT3356	0000777398	01/10/2017	60503	208
MIW5103	0000777230	01/10/2017	60503	208
DSL6230	0000777325	01/10/2017	60503	208
MFN1827	0000777326	01/10/2017	60503	208
QHD5938	0000777329	01/10/2017	60503	208
IQM5818	0000777526	02/10/2017	60503	208
MKY8018	0000777607	02/10/2017	60503	208
ALG4681	0000776282	29/09/2017	60503	208
LYH8298	0000776215	29/09/2017	60503	208
GRA8988	0000776217	29/09/2017	60503	208
MLH4944	0000776668	30/09/2017	60503	208
IQM5818	0000776774	30/09/2017	60503	208
EEK6980	0000776329	29/09/2017	60503	208
MHB9859	0000775383	27/09/2017	60503	208
MGL0872	0000768854	16/09/2017	60503	208
INW8837	0000759676	01/09/2017	60503	208
MDB6450	0000766962	12/09/2017	60503	208
MGZ7693	0000772350	22/09/2017	60503	208
MLF0638	0000773327	24/09/2017	60503	208
MFO7127	0000773360	24/09/2017	60503	208
MLU9539	0000772331	22/09/2017	60503	208
MIF8652	0000772097	22/09/2017	60503	208

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**Cocal do Sul**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8208 1205/2017**

Publicação Nº 1426214

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8208 1205/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLV0115	54293962N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
LYW3125	54294579N	04/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJH8607	54298675N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKY7922	54299624N	19/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIG1790	P02IU000F0	01/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
OKH0812	P02IU000F3	01/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MGL3903	P01L7003W9	01/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHE1094	P01L7003WD	01/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHQ6179	P01L7003X3	04/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHX9895	P01L7003X5	04/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJN1268	P01L7003X6	04/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
HER6833	P01L7003VQ	31/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHZ6739	P01L7003VR	31/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QII3500	P01L7003VS	31/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIR8684	P01L700343	05/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFB1736	P01L7003T2	26/08/2017	50450	162 * V	293.47
MHX4467	P01L7003SV	26/08/2017	52070	169	88.38
ILL0855	P01L7003PJ	17/08/2017	55250	181 * XV	130.16
CDK9093	P01L7003HX	31/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MCT2740	P02IU000BM	24/07/2017	73580	252 * V	130.16
KEK3114	P01L7003WC	01/09/2017	73580	252 * V	130.16
MKB7562	P02IU000F1	01/09/2017	51851	167	195.23
BBQ1221	P01L7003WG	01/09/2017	51851	167	195.23
MAX0466	P01L7003XI	04/09/2017	51851	167	195.23
QHZ6403	P02IU000F6	04/09/2017	51851	167	195.23
MET4992	P01L70033P	03/07/2017	51851	167	195.23
CLQ1279	P01L7003EY	24/07/2017	51851	167	195.23
MTJ1212	P01L7003NL	14/08/2017	51851	167	195.23
IEZ5336	P01L7003OI	16/08/2017	51851	167	195.23
MJZ2659	P01L7003OW	17/08/2017	51851	167	195.23
MJY2716	P01L7003VK	30/08/2017	51851	167	195.23
QHF7591	P01L70044R	17/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MKQ0135	P01L7003XG	04/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
MMK1118	P01L7003WX	04/09/2017	58433	196	195.23
MFB1736	P01L7003T1	26/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDO8830	P01L7003Q5	19/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDO8830	P01L7003Q6	19/08/2017	66102	230 * VII	195.23
QHF6242	P01L7003R4	22/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1204/2017**

Publicação Nº 1426215

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1204/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJS7754	54312848N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
OKG5575	54312849N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
QHW6303	54312851N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
OKG0769	54312853N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
QHH7533	P01L7004BL	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MKN1042	P01L7004C4	05/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MBH7497	P01L7004CA	05/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MIV3369	P01L7004N0	27/10/2017	76332	ART 252, UNICO
NSG5994	P02IU000ID	11/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MJQ6292	P02IU000J7	27/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QIC3005	P01L7004NT	28/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MFW7826	P01L7004NG	27/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MDN9984	P01L7004O5	31/10/2017	50100	162 * I
OKG6608	P01L7004CZ	08/10/2017	55680	181 * XIX
LZS2026	P01L7004NK	27/10/2017	57200	186 * I
MDK1900	P01L7004B3	30/09/2017	59910	206 * I
MEZ0186	P01L70046I	20/09/2017	72340	250 * I * a
MHA7816	P01L7004BO	04/10/2017	73400	252 * IV
MKK9896	P01L7004C3	05/10/2017	73400	252 * IV
MGY5892	P02IU000IO	27/10/2017	73400	252 * IV
MGB3111	P01L7004NA	27/10/2017	73400	252 * IV
MIT8088	P02IU000IN	27/10/2017	73580	252 * V
MFM3722	P02IU000J1	27/10/2017	51851	167
CJC6995	P01L7004O3	31/10/2017	51851	167
IVM0537	P01L7004MV	27/10/2017	51851	167
LYJ3432	P01L7004MW	27/10/2017	51851	167
KDB5617	P01L7004MB	26/10/2017	51851	167
MEP5679	P01L7004CO	07/10/2017	51852	167
MBG2703	P01L70046L	21/09/2017	54521	181 * VIII
MJI5852	P01L7004BX	04/10/2017	58433	196
IRB1144	P01L7004MH	26/10/2017	58433	196
AMO5125	P01L7004NQ	27/10/2017	58433	196
MFW8027	P02IU000IM	27/10/2017	60412	207
LWZ5394	P01L7004O2	31/10/2017	65992	230 * V
MFF5686	P02IU000JP	31/10/2017	65992	230 * V



MDE8555	P01L7004N6	27/10/2017	66102	230 * VII
MLY5596	P02IU000JD	31/10/2017	59670	203 * V
MGL5839	P02IU000JG	31/10/2017	59670	203 * V
MJD1397	P02IU000IS	27/10/2017	73662	252*VI
MCT1865	P02IU000IB	10/10/2017	73662	252*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

### CONCÓRDIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2446/2017

Publicação Nº 1426354

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2446/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDT4479	P02RK00030	02/09/2017	50292	162* II	880.40
MCD9393	P01IG000GP	25/08/2017	50292	162* II	880.40
MFF3199	P01I60004B	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MAD9119	P01I1000I6	05/08/2017	50100	162 * I	880.40
LYS2205	P01IA000GS	15/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAK0752	P01I4000HG	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHE8722	P01I60003Z	25/07/2017	50100	162 * I	880.40
MKJ9624	P01I60003V	20/07/2017	50450	162 * V	293.47
MAD9119	P01I1000I5	05/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGG0644	P01IG000GR	26/08/2017	51691	165	2934.68
MDT4479	P02RM00032	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MLS9414	P01I4000GU	22/07/2017	65992	230 * V	293.47
MFR6792	P01I600042	31/07/2017	65992	230 * V	293.47
MFR6792	P01I600046	31/07/2017	66101	230 * VII	195.23
MFE4045	P01IG000GU	02/09/2017	66102	230 * VII	195.23
MFR6792	P01I600045	31/07/2017	66372	230 * IX	195.23
MFR6792	P01I600044	31/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23



MCD9393 P01IG000GQ 26/08/2017 67261 230 \* XVIII 195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2447/2017

Publicação Nº 1426353

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - 280830

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2447/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCS5326	54294316N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLW0156	P01I4000HI	22/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHE8722	P01I600040	25/07/2017	52070	169	88.38
AGM4258	P01IG000FW	21/07/2017	55090	181 * XIII	130.16
MFR6792	P01I600043	31/07/2017	58350	195	195.23
MCC0303	P01I4000HO	27/08/2017	72340	250 * I * a	130.16
MJT4094	55953777F	10/08/2017	57461	187 * I	130.16
MGS9471	55953670F	01/08/2017	57461	187 * I	130.16
AKI7407	P01IA000FP	27/07/2017	60175	206 * III	293.47
MFI8724	P01I4000HN	26/08/2017	60501	208	293.47
QHA3184	55953857F	10/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EKQ4836	55953840F	07/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDB9867	55953910F	02/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LXV9230	55953961F	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIU4781	55953963F	19/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGE9603	55953935F	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHD7834	55954055F	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLX9061	55954060F	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MMF2009	55953550F	19/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ANK6086	55953705F	19/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CZL0526	55953710F	21/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DKF8151	55953715F	24/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLC7243	55953752F	22/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYR7641	55953676F	18/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

MBH6618	55953735F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXE0562	55953740F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKS5413	55953627F	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGZ6967	55953490F	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DKZ2867	55953658F	15/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MET2885	55953372F	22/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFE4281	55953375F	23/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MET7329	55953295F	22/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ELM4403	55953555F	05/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBC7365	55953478F	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHC8039	55953527F	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCQ1629	55953542F	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8763 840/2017

Publicação Nº 1425987

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8763 840/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBY2867	54279810N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDJ3145	54280185N	24/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIH6090	54289092N	17/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGO4005	54294398N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHX4069	8763071664	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
BAJ1381	8763071745	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
EQO7382	8763071803	06/08/2017	74550	218 * I	130.16
MMB2211	8763071891	06/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIP1352	8763072062	10/08/2017	74550	218 * I	130.16
AIG8074	8763071133	08/07/2017	74550	218 * I	130.16
AIG8074	8763071134	08/07/2017	74550	218 * I	130.16
MDT4479	8763070606	14/06/2017	74550	218 * I	130.16
MJP1704	8763070645	16/06/2017	74550	218 * I	130.16

CCQ7139	8763070648	17/06/2017	74550	218	*	I	130.16
LZU7105	8763070738	20/06/2017	74550	218	*	I	130.16
AFP4209	8763070787	24/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM8630	8763070802	18/06/2017	74550	218	*	I	130.16
HNH5338	8763070806	19/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MIK3330	8763070810	22/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL0187	8763070986	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ4487	8763071023	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AJU4120	8763071062	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
LYA8655	8763071109	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI7042	8763071214	07/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MKS8306	8763071489	23/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AIG8074	8763071132	08/07/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2444/2017

Publicação Nº 1426356

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2444/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBB2694	P01IA000JP	14/10/2017	75790	165 A
LZM0192	P01I4000IO	30/09/2017	50100	162 * I
QHB0621	P02RK00040	31/10/2017	50100	162 * I
JTB9143	P01IH000KQ	01/11/2017	50450	162 * V
JTB9143	P01I1000KP	01/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
MIN5349	P01IH000K2	01/10/2017	69120	232
DBN4990	P034D00002	18/10/2017	69120	232
LYI6202	P01I4000IU	07/10/2017	69120	232
MMF2847	P01I60004T	01/11/2017	73400	252 * IV
LYI6202	P01I4000IT	07/10/2017	51691	165

QHB0621	P02RK0003Z	31/10/2017	65992	230	* V
MKG7712	P01I1000JV	04/10/2017	65992	230	* V
MCT2785	P01I60004K	06/10/2017	65992	230	* V
LYI6202	P01IH000KB	07/10/2017	65992	230	* V
MJE0828	P034D00006	27/10/2017	66372	230	* IX
JUL2491	P01IG000IC	07/10/2017	52741	175	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2445/2017

Publicação Nº 1426355

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTM - 280830

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2445/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKP4258	54312918N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKT6617	P01IG000ID	06/10/2017	76252	ART 181, XX
MJO1306	P01I4000JK	28/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MML6136	P01I4000IZ	12/10/2017	76332	ART 252, UNICO
AMY3548	P01IG000IK	13/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MJU5625	P034G0000B	27/10/2017	52070	169
AGF6636	P01I4000JI	27/10/2017	53470	178
LZM0192	P01I4000IP	30/09/2017	58350	195
AMY3548	P01IG000IJ	13/10/2017	65300	228
LZM0192	P01I4000IN	30/09/2017	65300	228
CXD6229	55954347F	20/10/2017	60501	208
MFT6163	55954558F	30/10/2017	60501	208
ASL2099	55954146F	30/09/2017	60501	208
MIN5349	P01IH000K3	01/10/2017	59670	203 * V
EUV7633	55954337F	14/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
INO7130	55954604F	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXB9776	55954471F	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

DTP3167	55954477F	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFL3351	55954278F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFL3351	55954236F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFL3351	55954250F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLP5274	55954251F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DKY2586	55954192F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJC2075	55954307F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIO6807	55954312F	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKG1821	55954362F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMH0434	55954287F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HWD4687	55954050F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLQ3773	55954125F	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AUJ9238	55954126F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFL3351	55954128F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFL3351	55954133F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLP5274	55954220F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHQ1711	55954264F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZW7744	55954268F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
COM5752	P01IG000J2	28/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 839/2017

Publicação Nº 1425988

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 839/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

GXS2665	54312649N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIL0207	54312651N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHI3426	54312652N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMA6299	54312653N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$



HRG6947	54312654N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MDQ4286	54312656N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MKX2801	54312657N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLG6315	54312658N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLG6315	54312659N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
KDJ8761	8763073401	19/10/2017	74550	218	*	I
MAH2306	8763073413	16/10/2017	74550	218	*	I
MFJ8814	8763073419	18/10/2017	74550	218	*	I
AIZ1375	8763073421	20/10/2017	74550	218	*	I
IUO3997	8763073422	20/10/2017	74550	218	*	I
QIF5071	8763072990	19/09/2017	74550	218	*	I
QID5980	8763073004	24/09/2017	74550	218	*	I
MKG5945	8763073052	29/09/2017	74550	218	*	I
QHQ3156	8763073068	28/09/2017	74550	218	*	I
ABB1506	8763073077	30/09/2017	74550	218	*	I
MKU4367	8763073089	30/09/2017	74550	218	*	I
QIB5319	8763073092	26/09/2017	74550	218	*	I
QIM7595	8763073097	28/09/2017	74550	218	*	I
IFV5776	8763073103	25/09/2017	74550	218	*	I
KAH5482	8763072483	04/09/2017	74550	218	*	I
MKY3271	8763072691	14/09/2017	74550	218	*	I
MOX8368	8763072704	12/09/2017	74550	218	*	I
MMB6104	8763072710	14/09/2017	74550	218	*	I
IRN2984	8763072739	14/09/2017	74550	218	*	I
AUZ9241	8763072749	12/09/2017	74550	218	*	I
QIO6781	8763072812	17/09/2017	74550	218	*	I
HTD8360	8763072827	22/09/2017	74550	218	*	I
QHZ4315	8763072837	17/09/2017	74550	218	*	I
LWZ3637	8763072843	18/09/2017	74550	218	*	I
MJE1665	8763072856	23/09/2017	74550	218	*	I
MCR3694	8763072868	17/09/2017	74550	218	*	I
ITG1783	8763072883	21/09/2017	74550	218	*	I
INC1139	8763072912	18/09/2017	74550	218	*	I
MLJ6648	8763072917	21/09/2017	74550	218	*	I
MEK4954	8763072930	21/09/2017	74550	218	*	I
MKR0674	8763072933	23/09/2017	74550	218	*	I
AUZ9241	8763072939	19/09/2017	74550	218	*	I
MAX7389	8763073451	21/10/2017	74550	218	*	I
IBP8588	8763073455	18/10/2017	74550	218	*	I
MIT0498	8763073456	20/10/2017	74550	218	*	I
ONA4778	8763073458	15/10/2017	74550	218	*	I
MKU6013	8763073459	16/10/2017	74550	218	*	I
IVD1476	8763073463	16/10/2017	74550	218	*	I
QID1151	8763073471	17/10/2017	74550	218	*	I
LYG5089	8763073490	17/10/2017	74550	218	*	I
MDS9517	8763073121	30/09/2017	74550	218	*	I
MLR3738	8763073134	02/10/2017	74550	218	*	I
MLH3285	8763073136	03/10/2017	74550	218	*	I
QIR4000	8763073518	20/10/2017	74550	218	*	I
MLL3225	8763073513	17/10/2017	74630	218	*	II
MDA2055	8763073517	20/10/2017	74630	218	*	II
MHM7704	8763072968	20/09/2017	74630	218	*	II
MKF1880	8763072969	21/09/2017	74630	218	*	II
MDB5143	8763072871	17/09/2017	74630	218	*	II
MFW8947	8763073113	26/09/2017	74630	218	*	II
MRP2209	8763073443	18/10/2017	74630	218	*	II
MKJ1010	8763072879	21/09/2017	74710	218	*	III

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)



DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

**CORDILHEIRA ALTA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8450 218/2017**

Publicação Nº 1426068

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8450 218/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEU0244	P01FN00065	02/09/2017	54522	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORDILHEIRA ALTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

---

**CORONEL FREITAS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8306 636/2017**

Publicação Nº 1426153

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8306 636/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IEW5782	P01FN0004E	14/07/2017	50100	162 * I	880.40
IEW5782	P01FN0004F	14/07/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8306 635/2017**

Publicação Nº 1426154

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8306 635/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKU7393	P01FN0007S	09/10/2017	55172	181 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

---

**CORREIA PINTO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8174 1034/2017**

Publicação Nº 1426250

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8174 1034/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBJ2701	P03CA0002P	31/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MFP9381	P03CA0002S	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFT4286	P03CA0002K	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHC4747	P03CA0000R	24/07/2017	54360	181 * VI	130.16
IWD5223	P03CA0000Z	25/07/2017	54360	181 * VI	130.16
MER0236	P03CA0001S	09/08/2017	54360	181 * VI	130.16
MLW7324	P03D200017	17/08/2017	54360	181 * VI	130.16
MEC1344	P03CA0002U	03/09/2017	65300	228	195.23
CSB8524	P03CA0000P	24/07/2017	60412	207	195.23
LYA5751	P03CA00028	27/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 1033/2017**

Publicação Nº 1426251

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8174 1033/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
NBC2180	P03CA00079	26/10/2017	50100	162 * I
LZW4280	P03CA00077	26/10/2017	50100	162 * I
EGF8325	P03CA0007D	26/10/2017	54360	181 * VI
BFQ3930	P03CA0007K	30/10/2017	54360	181 * VI
ILZ0082	P03CA0007Q	01/11/2017	54600	181 * IX
MCG2900	P03CA0006Y	25/10/2017	54790	181 * X
MFR7500	P03CA00075	26/10/2017	58350	195
ACP8550	P03CA0007F	27/10/2017	56141	182 * V
MGC6404	P03CA0007M	31/10/2017	60412	207
MKP6980	P03CA00072	26/10/2017	65563	230 * I
LZW4280	P03CA00076	26/10/2017	65992	230 * V
NBC2180	P03CA00078	26/10/2017	65992	230 * V
MKP6980	P03CA00071	26/10/2017	66102	230 * VII
LZW4280	P03CA0007A	26/10/2017	66102	230 * VII
LZW4280	P03CA0007B	26/10/2017	66371	230 * IX
LZW4280	P03CA0007C	26/10/2017	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT  
DELEGADO DE POLICIA

**CORUPÁ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8238 887/2017**

Publicação Nº 1426196

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8238 887/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGS2666	54301248F	21/02/2016	73400	252 * IV	85.13
MHT2099	P00SG000Q9	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBR7820	P00XH000SC	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBV5476	P00XH000SE	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
AMD1355	P00XH000SG	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
CBD7043	P00XG000R8	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
CBD7043	P00XG000R9	03/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBR7820	P00XH000SB	30/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDI3906	P00XG000R1	25/08/2017	57200	186 * I	195.23
MDI3906	P00XG000QX	25/08/2017	58350	195	195.23
MBW9415	P00XH000S3	27/08/2017	65300	228	195.23
CBD7043	P00XG000RA	03/09/2017	51691	165	2934.68
LXP6599	P00KC000QE	30/08/2017	51851	167	195.23
LZV4100	P00XH000P6	30/06/2017	51851	167	195.23
MCV7093	P00SL001RN	31/08/2017	51851	167	195.23
MIW0201	P00XH000SL	31/08/2017	65561	230 * I	293.47
MDI3906	P00XG000QY	25/08/2017	65565	230 * I	293.47
MDI3906	P00XG000QZ	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
AMD1355	P00XH000SH	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBV5476	P00XH000SF	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
ALR9162	P00PZ000KN	07/07/2017	65992	230 * V	293.47
MCG9939	P00XG000QN	16/08/2017	65992	230 * V	293.47
MII4140	P00KC000QN	30/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORUPA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 886/2017**

Publicação Nº 1426197

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8238 886/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKH9150	54312971N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHM7953	P00XH000TK	05/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MDR1365	P00XG000TZ	27/10/2017	50100	162 * I
AAV5843	P00XG000U6	01/11/2017	50450	162 * V
MDR1365	P00XG000U1	27/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
MHE1916	P00XG000SD	02/10/2017	51930	168
MDR1365	P00XG000U2	27/10/2017	52070	169
MJK3928	P00XG000TX	27/10/2017	55250	181 * XV
MIQ1338	P00XG000S8	30/09/2017	69120	232
IGM0459	P00XH000TN	05/10/2017	51851	167
QIU4782	P00XG000SN	09/10/2017	51851	167
MDN4266	P00XH000U2	14/10/2017	51851	167
LYP9532	P00SF001AH	26/10/2017	51851	167
MDM3010	P00XH000VE	01/11/2017	51851	167
AAV5843	P00XG000U5	01/11/2017	65992	230 * V
MDR1365	P00XG000U0	27/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORUPA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL 15.DRP



**CUNHA PORÃ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8258 867/2017**

Publicação Nº 1426183

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8258 867/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHZ6310	P01150007N	13/07/2017	50100	162 * I	880.40
MDO3829	P01150008W	15/08/2017	50450	162 * V	293.47
MIJ0857	P01150009H	04/09/2017	54870	181 * XI	195.23
MFX1910	P01150005Q	31/03/2017	51691	165	2934.68
LOI4920	P01150009D	02/09/2017	65561	230 * I	293.47
LOI4920	P01150009E	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDO3829	P01150008U	15/08/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CUNHA PORÃ/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8258 866/2017**

Publicação Nº 1426184

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8258 866/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

GMO1785	54311908N	24/10/2017	50020	257 ã 8\$
MEI7937	P0115000B8	21/10/2017	52070	169
QHE4666	P0115000BC	22/10/2017	57200	186 * I
MFJ5505	P0115000AN	01/10/2017	51852	167
CLJ0696	P0115000AQ	02/10/2017	54281	181 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

CUNHA PORA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

---

### CURITIBANOS

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1960/2017

Publicação Nº 1426307

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1960/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO  
QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.  
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

GZX4545	54999079E	05/06/2016	51691	165	1915.38
MEM1877	P01BD000I6	23/07/2017	50100	162 * I	880.40
LZQ5896	P01BD000MC	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
LYR8610	P01B9000UJ	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
LWT5017	P01B9000V1	14/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDO0614	P01B9000VI	17/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDQ1550	P01BE000TG	31/08/2017	50450	162 * V	293.47
INW5492	P01BB000IY	03/07/2017	50450	162 * V	293.47
MEM1877	P01BD000I7	23/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LYR8610	P01B9000UK	01/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40

-----

MDO0614	P01B9000VJ	17/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
LWT5017	P01B9000V3	14/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
LZQ5896	P01BD000MF	01/09/2017	65800	230	*	IV			293.47
MKG5801	P01BD000I3	22/07/2017	69120	232					88.38
MDQ1550	P01BE000TF	31/08/2017	51691	165					2934.68
INW5492	P01BB000IX	03/07/2017	51691	165					2934.68
MFY9952	P01BC000PA	21/07/2017	65992	230	*	V			293.47
LZQ5896	P01BD000MB	01/09/2017	65992	230	*	V			293.47
LYR8610	P01B9000UI	01/09/2017	65992	230	*	V			293.47
LZQ5896	P01BD000MD	01/09/2017	65992	230	*	V			293.47
LWT5017	P01B9000V2	14/09/2017	65992	230	*	V			293.47
LZQ5896	P01BD000ME	01/09/2017	66371	230	*	IX			195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA  
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1961/2017**

Publicação Nº 1426306

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1961/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBS7458	P02QA0000Z	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCY1162	P02QA0001U	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
LZD8429	P02QA0003P	23/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHW7048	P01BE000TB	30/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHK0424	P01BD000LW	30/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIL5626	P01BD000JV	02/08/2017	74630	218 * II	195.23
QIH1530	P02QA00041	23/08/2017	74630	218 * II	195.23
HIK3713	P01BD000M2	30/08/2017	74710	218 * III	880.40
LZQ5896	P01BD000MG	01/09/2017	70301	244 * I	293.47
LYI5752	55779495F	09/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AIN1199	55779247F	31/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
INM3708	55779279F	03/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJJ6188	55779397F	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

MJO0274	55779407F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MJO0274	55779408F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MCU1849	55779411F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
OKF6799	55779416F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIW9168	55779437F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LXB9955	55779438F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
HIK3713	P01BD000M3	30/08/2017	73662	252*VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

HERCILIO BEPPLER  
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1958/2017

Publicação Nº 1426309

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1958/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QII5261	P01BC000SN	07/10/2017	69120	232
MAS7950	P01BD000NX	29/10/2017	69120	232
MAS7950	P01BD000NY	29/10/2017	51691	165
LXP9418	P01BD000NP	28/10/2017	65992	230 * V
MAS7950	P01BD000NR	29/10/2017	65992	230 * V
MAS7950	P01BD000NW	29/10/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA  
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1959/2017**

Publicação Nº 1426308

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1959/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADJ3363	54312504N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLK5732	54312506N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJZ8595	54312507N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MCV7955	54307342N	10/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MAS7950	P01BD000NS	29/10/2017	58350	195
MAS7950	P01BD000NV	29/10/2017	61810	215 * II
MJJ8570	P01B9000XH	04/11/2017	61810	215 * II
MAS7950	P01BD000NT	29/10/2017	72340	250 * I * a
MMF3090	P02QA0006O	09/10/2017	74550	218 * I
MJY1118	P02QA0008G	23/10/2017	74550	218 * I
MEL0507	P02QA0008V	25/10/2017	51851	167
AZR3600	P01B9000X5	27/10/2017	51851	167
MCU3147	P02QA00097	30/10/2017	51852	167
MEL0507	P02QA0008W	25/10/2017	51852	167
MAS7950	P01BD000NU	29/10/2017	63944	220 * XIV
MCC2931	55779542F	19/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EGF0150	55779553F	21/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJT1278	55779661F	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IRR3809	55779676F	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJB2376	55779682F	19/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDI3245	55779684F	19/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IJQ7850	55779688F	20/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJT1278	55779690F	20/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IQI7127	55779694F	21/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DWL9248	55779702F	23/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

HERCILIO BEPPLER  
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

---

**DESCANSO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8398 646/2017**

Publicação Nº 1426104

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8398 646/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CKX4313	P01EE0009I	03/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 645/2017**

Publicação Nº 1426105

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8398 645/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

CKX4313 P01EE000AE 22/10/2017 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**DIONISIO CERQUEIRA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8038 1042/2017**

Publicação Nº 1426396

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8038 1042/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
DNS6865 P019F00057 23/07/2017 50100 162 \* I 880.40  
BBF8880 P019G0004Y 01/09/2017 50450 162 \* V 293.47  
DDF9407 P019G0005B 14/09/2017 51851 167 195.23  
IFU1821 P019G00052 02/09/2017 65992 230 \* V 293.47  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-



AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 1041/2017**

Publicação Nº 1426397

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8038 1041/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IWF9529	P019F0007L	28/10/2017	76332	ART 252, UNICO
AYG7777	P019F0007D	25/10/2017	50100	162 * I
AOQ2453	P019G0005N	03/10/2017	50450	162 * V
MML0814	P019F0007I	26/10/2017	55500	181 * XVIII
ASC5120	P019F0007J	26/10/2017	55500	181 * XVIII
MMH1228	P019F0007N	30/10/2017	57380	186 * II
IWF9529	P019F0007M	28/10/2017	51851	167
OGP8999	P019G0005H	29/09/2017	61732	215 * I * a
MBL0356	P019F0007K	28/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**DOUTOR PEDRINHO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8274 493/2017**

Publicação Nº 1426171

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8274 493/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXR0605	54575662E	24/07/2017	51851	167	195.23
MCM4715	P036K0001B	24/07/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO DE POLICIA

**ERMO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8724 273/2017**

Publicação Nº 1426002

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8724 273/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLZ8616	P02U20000R	22/07/2017	65640	230 * II	293.47
MKU1874	P02U20000S	22/07/2017	70481	244 * II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERMO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8724 272/2017

Publicação Nº 1426003

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8724 272/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHD2104	54306589N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
IJV0829	P02U200028	05/10/2017	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERMO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**FAXINAL DOS GUEDES****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8354 946/2017**

Publicação Nº 1426128

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8354 946/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBD6772	54294356N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LXB1374	P01FO000GX	17/07/2017	76251	ART 181, XX	293.47
QHV0372	P01FO000H1	17/07/2017	53800	181 * I	130.16
MEU7898	P01FO000HM	24/07/2017	54522	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO DE SOUZA ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 945/2017**

Publicação Nº 1426129

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8354 945/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLQ3716	P01FO0000OK	03/10/2017	50100	162 * I
MBA6531	P01FO0000OQ	04/10/2017	57380	186 * II
MCG3231	P01FO0000NY	22/09/2017	64080	221
MLQ3716	P01FO0000OJ	03/10/2017	51691	165
MHL0080	P01FO0000OL	03/10/2017	51691	165
IMK0246	P01FO0000OR	05/10/2017	66102	230 * VII
MCL7539	P01FO0000OY	11/10/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO DE SOUZA ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

### FORMOSA DO SUL

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8262 250/2017

Publicação Nº 1426182

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8262 250/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKH6637	P02S70000D	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEC2029	P02S600006	02/07/2017	50450	162 * V	293.47
AKH6637	P02S70000C	04/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEC2029	P02S600005	02/07/2017	50371	162 * III	586.94
AKH6637	P02S70000B	04/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-



AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORMOSA DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILHERM WAGNER MESSIAS ALVES NEGRAO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**FORQUILHINHA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8288 1343/2017**

Publicação Nº 1426160

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8288 1343/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEC7273	P02NE00069	22/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDQ5573	P02NC00093	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
IBZ7627	P02NC00094	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MIS9521	P02NC00098	03/09/2017	69120	232	88.38
MFQ5935	P02NE00050	02/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDQ5573	P02NC00092	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
IBZ7627	P02NC00095	02/09/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8288 1344/2017**

Publicação Nº 1426159

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8288 1344/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHD0245	54294425N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	1467.34
MHI2307	54599501G	18/07/2017	55090	181 * XIII	130.16
QHW3688	P02NC0008E	21/08/2017	55090	181 * XIII	130.16
MAW6643	P02NE0006J	31/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1341/2017**

Publicação Nº 1426162

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8288 1341/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LYQ0560	P02NE0009C	31/10/2017	50100	162	*	I
MFC5875	P02NE0009J	04/11/2017	50100	162	*	I
MFZ1460	P02NE0009G	01/11/2017	69120	232		
IJR0530	54599408G	22/10/2017	69120	232		
ILL4115	P02NE00081	05/10/2017	50371	162	*	III
ILL4115	P02NE00080	05/10/2017	65992	230	*	V
MHJ8885	P02NC000AW	18/10/2017	65992	230	*	V
MIZ6412	P02NC000BI	29/10/2017	65992	230	*	V
LXA4717	P02NE0009D	01/11/2017	65992	230	*	V
MIF3407	P02NE00082	05/10/2017	66102	230	*	VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1342/2017**

Publicação Nº 1426161

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1342/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZK2179	54599509G	05/10/2017	60175	206 * III
MJU4604	P02NC000AG	14/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI  
AUTORIDADE DE TRÂNSITO

### FRAIBURGO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324 2232/2017

Publicação Nº 1426148

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324 2232/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMB6047	P01JD000QW	09/08/2017	50100	162 * I	880.40
QHY4718	P01JD000SV	22/08/2017	50100	162 * I	880.40
MMB6047	P01JD000QX	09/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QHY4718	P01JD000SX	22/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBR6816	P01JC000V4	04/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MFJ5735	P01JC000T7	14/08/2017	64080	221	130.16
AHR3823	P01JD000V1	12/09/2017	65800	230 * IV	293.47
AHR3823	P01JD000V2	12/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MBR6816	P01JC000V5	04/09/2017	69120	232	88.38
MGK1713	P01JD000V7	13/09/2017	50371	162 * III	586.94
MGK1713	P01JD000V8	13/09/2017	51341	164 c/c 162 * III	586.94
MGK1713	P01JD000V6	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
MBR6816	P01JC000V2	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
AHR3823	P01JD000V0	12/09/2017	65992	230 * V	293.47
AHR3823	P01JD000V3	12/09/2017	66371	230 * IX	195.23
QHY4718	P01JD000SW	22/08/2017	66532	230 * XI	195.23
MBR6816	P01JC000V6	04/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
QHY4718	P01JD000SY	22/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LXU4314	P01JG00082	03/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324 2233/2017**

Publicação Nº 1426147

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8324 2233/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXU4314	P01JG00083	03/09/2017	51930	168	293.47
MID0396	P01JG0008I	09/09/2017	54600	181 * IX	130.16
AYV7833	P01JC000UN	26/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MEC2240	P01JC000WF	15/09/2017	57200	186 * I	195.23
QHS6116	P01JD000UK	31/08/2017	57380	186 * II	293.47
MGB9558	P01JC000T2	11/08/2017	61220	214 * I	293.47
AIN8257	P01JD000UJ	30/08/2017	65300	228	195.23
ASA9342	P01JC000UW	30/08/2017	65300	228	195.23
AHU2023	P01JD000P2	23/07/2017	65300	228	195.23
LZD4289	P01JD000PE	24/07/2017	51851	167	195.23
MEV5316	P01JC000QR	24/07/2017	51851	167	195.23
KKU1744	P01JG0005M	27/07/2017	51851	167	195.23
MAE8775	P01JG00062	27/07/2017	51851	167	195.23
AIN8257	P01JG00084	03/09/2017	51851	167	195.23
MCU4277	P01JD000IA	05/03/2017	54521	181 * VIII	195.23
MEX8861	P01JE000J8	31/08/2017	60501	208	293.47
MET3828	P01JE000J9	31/08/2017	60501	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SILVANO PELISSARO  
PRESIDENTE DO ORTFRAI

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 2230/2017**

Publicação Nº 1426150

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8324 2230/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAC6711	P01JC000Z2	30/10/2017	50292	162* II
ANH4452	P01JG000AI	29/10/2017	50100	162 * I
MAI9417	P01JC000YI	27/10/2017	50100	162 * I
AIE1257	P01JD000Z0	27/10/2017	50100	162 * I
AIE1257	P01JD000Z2	27/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MAI9417	P01JC000YJ	27/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
ANH4452	P01JG000AJ	29/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
AIE1257	P01JE000L3	27/10/2017	51770	166
MAC6711	P01JC000Z4	30/10/2017	51262	164 c/c 162 * II
AIE1257	P01JE000L2	27/10/2017	51691	165
MAI9417	P01JC000YK	27/10/2017	65561	230 * I
BMV3853	P01JD000VZ	06/10/2017	65992	230 * V
MAI9417	P01JC000YH	27/10/2017	65992	230 * V
AIE1257	P01JD000Z1	27/10/2017	65992	230 * V
ANH4452	P01JG000AH	29/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 2231/2017**

Publicação Nº 1426149

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8324 2231/2017**



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBZ2552	54313012N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MJM7864	P01JE000KZ	26/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MGI8027	P01JE000L7	28/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QHQ4474	P01JG000AL	30/10/2017	52070	169
MBK6097	P01JD000YS	26/10/2017	52070	169
AMP1415	P01JC00102	03/11/2017	55250	181 * XV
MJC6614	P01JD000W9	07/10/2017	59750	204
AIN8257	P01JE000L9	28/10/2017	65300	228
MDG2652	P01JD000Z6	29/10/2017	65300	228
MGI8027	P01JE000L8	28/10/2017	51851	167
AMO3102	P01JD000WA	07/10/2017	51851	167
IJD8433	P01JD000WB	07/10/2017	51851	167
KLY2104	P01JC000XP	11/10/2017	51851	167
LXD6693	P01JC000XI	06/10/2017	51851	167
MGN7979	P01JC000XS	13/10/2017	54282	181 * V
LXD6357	P01JD000W1	06/10/2017	60501	208
PWJ8047	P01JG0009L	04/10/2017	61732	215 * I * a
QHN2572	P01JD000YW	26/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SILVANO PELISSARO  
PRESIDENTE DO ORTFRAI

#### GAROPABA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8440 1486/2017

Publicação Nº 1426072

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8440 1486/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEM5375	P02OP0001H	22/07/2017	50100	162 * I	880.40
MCR8345	55756451F	21/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGE8626	P02OQ0001K	01/09/2017	50450	162 * V	293.47
IKU0344	P02OP00019	13/07/2017	50450	162 * V	293.47
MEM5375	P02OP0001K	22/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEM5375	P02OP0001J	22/07/2017	66020	230 * VI	293.47
IKU0344	P02OP00017	13/07/2017	51691	165	2934.68
MEP2528	55757330F	15/01/2017	65561	230 * I	293.47
IKU0344	P02OP00018	13/07/2017	65992	230 * V	293.47
MEM5375	P02OP0001G	22/07/2017	65992	230 * V	293.47
MGE8626	P02OQ0001L	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEM5375	P02OP0001I	22/07/2017	66371	230 * IX	195.23
MIE2353	55757254F	06/01/2017	66532	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8440 1487/2017**

Publicação Nº 1426071

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA - 281130

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8440 1487/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DJO7773	54168828F	13/01/2017	54870	181 * XI	195.23
MEM5375	P02OP0001L	22/07/2017	57200	186 * I	195.23

CLF3041	55756822F	28/12/2016	57380	186	*	II	293.47
MKQ3444	55757593F	15/01/2017	57380	186	*	II	293.47
MEM5375	P020P0001M	22/07/2017	58350	195			195.23
MBF6465	55757398F	19/01/2017	52151	170			293.47
QHF3791	55757861F	24/01/2017	54522	181	*	VIII	195.23
MCJ2617	55756931F	03/01/2017	57970	191			2934.68

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALESSANDRA DINIZ GREGORIO  
DIRETORA DE TRANSITO

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1484/2017

Publicação Nº 1426074

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1484/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCA2781	P020Q00037	04/10/2017	50100	162	*	I
MIF5322	P020Q0003C	08/10/2017	50100	162	*	I
MCA2781	P020Q00038	04/10/2017	65800	230	*	IV
MIF5322	P020Q0003B	07/10/2017	65992	230	*	V
MCA2781	P020Q00036	04/10/2017	65992	230	*	V
LZS7180	P020Q00048	31/10/2017	65992	230	*	V
MTW7619	P020Q00042	23/10/2017	52742	175		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1485/2017**

Publicação Nº 1426073

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA - 281130

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8440 1485/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGB1606	P020Q0003D	10/10/2017	76251	ART 181, XX
MEB3718	P020Q00034	01/10/2017	57380	186 * II
MEK7485	P020Q00039	07/10/2017	57380	186 * II
MTW7619	P020Q00041	23/10/2017	58350	195
MJV5395	P020Q0003F	11/10/2017	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALESSANDRA DINIZ GREGORIO  
DIRETORA DE TRANSITO

**GARUVA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8188 613/2017**

Publicação Nº 1426236

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8188 613/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIB6160	P01I3000JF	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
QIB6160	P01I3000JG	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QIB6160	P01I3000JH	09/09/2017	69120	232	88.38
MHH1904	P01I2000LR	09/07/2017	65992	230 * V	293.47
MHH1904	P01I2000LQ	09/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 612/2017**

Publicação Nº 1426237

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8188 612/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AXJ5724	P01I3000JP	29/09/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**GASPAR**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2392/2017**

Publicação Nº 1426266

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8147 2392/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHM9796	P011F00081	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
MMD4200	P01K0000IZ	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAB6242	54543605E	27/07/2017	50450	162 * V	293.47
MMD4200	P01K0000J0	31/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHM9796	P011F00082	30/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MAB6242	54543606E	27/07/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MKO6777	P01K0000JP	01/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
MAC9589	P01K0000JV	04/09/2017	73400	252 * IV	130.16
AJU6385	P01K0000CB	01/08/2017	50371	162 * III	586.94
AJU6385	P01K0000CC	01/08/2017	50881	163 c/c 162 * III	586.94
MAS0918	P01K0000J4	31/08/2017	65561	230 * I	293.47
MAS0918	P01K0000J5	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDU3363	P01K0000JJ	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
AMC1575	P01JO0000V	04/08/2017	65992	230 * V	293.47
MAB6242	54543604E	27/07/2017	65992	230 * V	293.47
MHM9796	P011F00084	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFH4265	54543767E	22/08/2017	65992	230 * V	293.47
ALS0096	54543774E	24/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDC7106	P01K0000MZ	19/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZC5318	P01K0000JW	04/09/2017	66372	230 * IX	195.23
MHM9796	P011F00086	30/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-



GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

PAULO NORBERTO KOERICH  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2393/2017**

Publicação Nº 1426265

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2393/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIC0606	54291056N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MML1338	54292313N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MJE5974	54294289N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
AWF4650	P01JY0009X	07/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MKM2556	54543719E	28/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MIH1410	54543707E	21/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MIM6886	54543044E	29/06/2017	58350	195	195.23
MGH3055	P00Z700039	18/12/2016	65300	228	195.23
PXS7919	8147016267	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
OKH2877	8147016411	24/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIQ5496	8147016798	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGG4455	8147016801	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJQ3413	8147016807	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
EQA1326	8147016838	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIT9520	8147016841	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
IRL4531	8147016849	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFV8159	8147016859	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
LYI9203	8147016972	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFI9579	8147016518	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
MDZ4867	8147016751	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
ANF7041	8147016756	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MID7967	8147016881	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
JAW1929	8147017223	06/09/2017	74550	218 * I	130.16
AQA5667	8147017484	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCE0399	8147017513	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
QIJ0702	8147017714	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKN5350	8147017807	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
MEF8724	8147017986	16/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHZ5392	8147018015	16/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKF1573	8147018167	20/09/2017	74550	218 * I	130.16

MGI2853	8147018181	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC0294	8147017044	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH7516	8147017062	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HOB3595	8147017096	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIN6623	8147017106	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC6107	8147017120	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ABK3539	8147017135	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAI3635	8147017153	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BAD6952	8147017173	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYX8678	8147017186	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGZ2153	8147017193	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHB5858	8147017208	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FAC0809	8147017211	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DQC9924	8147017109	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
HOB3595	8147017081	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MBN4728	8147016961	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHO0984	8147017808	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLD3659	8147017227	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKW5412	8147017230	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIJ4295	8147016886	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEV1507	8147016759	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEX6442	8147016609	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEB8313	8147016863	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGZ2033	P01K0000EF	14/08/2017	51851	167			195.23
MBO2938	P01JY0001K	13/04/2017	51851	167			195.23
MBI7434	P01K0000IE	30/08/2017	51851	167			195.23
LZC5318	P01K0000JT	04/09/2017	51851	167			195.23
MAC9589	P01K0000JU	04/09/2017	51851	167			195.23
MEH5107	P01K0000IG	30/08/2017	51852	167			195.23
MBC4924	P01K0000EL	15/08/2017	51852	167			195.23
ALS0096	54543775E	24/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MHM9796	P011F00083	30/08/2017	58197	193			880.40
MFY6723	54543712E	21/08/2017	60411	207			195.23
MMJ1688	54543782E	26/08/2017	59670	203	*	V	1467.34
MGB9336	54833699E	26/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFL9696	54833702E	26/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
HXY9449	54833703E	26/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MGG4455	P01270005Y	26/08/2017	73662	252*	VI		130.16
QIL7371	54542197E	01/08/2017	73662	252*	VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8590 1224/2017**

Publicação Nº 1426023

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8590 1224/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIJ3022	54279012N	20/07/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
AQM3365	54287261N	11/08/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MFD2939	54294276N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
QII7269	54294277N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
LWT7238	54294279N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
AYT6426	54297957N	14/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MFO9186	8590144492	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJB7355	8590144505	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFI7767	8590144518	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLA5864	8590144522	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
HRI6219	8590144535	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
OKG3209	8590144539	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIN2073	8590144550	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
MBG6198	8590143167	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKN6820	8590143511	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLO4596	8590143666	11/08/2017	74550	218 * I	130.16
LZQ5525	8590143769	07/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLS6337	8590143774	07/08/2017	74550	218 * I	130.16
MDN8494	8590143853	06/08/2017	74550	218 * I	130.16
BEK7981	8590143886	11/08/2017	74550	218 * I	130.16
LYJ0555	8590143912	09/08/2017	74550	218 * I	130.16
MEG2345	8590144108	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
BHQ2884	8590144173	15/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCR3121	8590144178	15/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIC8064	8590141807	08/07/2017	74550	218 * I	130.16
MDW9517	8590141868	09/07/2017	74550	218 * I	130.16
MMH1670	8590141894	10/07/2017	74550	218 * I	130.16
MFW7800	8590141074	25/06/2017	74550	218 * I	130.16
MHV6967	8590143020	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MGY5503	8590143057	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
MBQ4816	8590143093	26/07/2017	74550	218 * I	130.16
MGL1885	8590144270	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIU1208	8590144307	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHX1407	8590144353	17/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCV5211	8590144361	17/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJO6847	8590144367	17/08/2017	74550	218 * I	130.16
MED8023	8590144255	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
AKQ3743	8590144262	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHB5176	8590144391	17/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLR2790	8590144414	17/08/2017	74550	218 * I	130.16
ALF0117	8590144428	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIO2170	8590144434	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
LZT7891	8590144456	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
CAS9908	8590144463	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
MMK3959	8590144468	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKZ2684	8590138054	14/05/2017	74550	218 * I	130.16
JWD8068	8590140612	19/06/2017	74550	218 * I	130.16
LXD4204	8590140713	22/06/2017	74550	218 * I	130.16
MJY3003	8590140779	24/06/2017	74550	218 * I	130.16

MIJ6638	8590140943	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MAI9860	8590140978	26/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD2832	8590141032	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MET3316	8590141112	26/06/2017	74550	218	*	I	130.16
NNF9292	8590141140	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT2063	8590141180	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT8804	8590141194	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QHH7744	8590141195	28/06/2017	74550	218	*	I	130.16
IRV9009	8590141426	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHF3910	8590141439	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MID7695	8590141483	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AJN0742	8590141588	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP4678	8590142131	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ7997	8590142139	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB3677	8590142178	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LXW7355	8590142203	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG3198	8590142273	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM7672	8590142310	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX6738	8590142461	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA4722	8590142482	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DOI1967	8590142567	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ9011	8590142660	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AXA5915	8590142665	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKC7621	8590142686	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZB5960	8590142716	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ASB3312	8590142869	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGI0914	8590142875	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH5474	8590142938	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ2245	8590143019	28/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MIW2111	8590141048	25/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MCY6630	8590141065	25/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MCV3525	8590144490	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHE9592	8590144393	17/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFU1876	8590144266	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IJW3329	8590144378	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFE1643	8590144321	13/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AP07552	8590144351	17/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHH8944	8590141085	25/06/2017	74630	218	*	II	195.23
ALY7144	8590141956	13/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MJC2003	8590144228	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2390/2017**

Publicação Nº 1426268

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8147 2390/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MEU9381	P00Z70008K	24/10/2017	64080	221	
MHZ8537	54543955E	20/09/2017	67500	230	* XXI
MCS0372	P011F0008U	31/10/2017	69120	232	
MCS0372	P011F0008T	31/10/2017	73400	252	* IV
MAG4987	P01K00000M	03/10/2017	73400	252	* IV
EUD6527	P01K00000W	04/10/2017	73400	252	* IV
MAG4987	P01K00000L	03/10/2017	50531	162	* VI
MEU9381	P00Z70008J	24/10/2017	65561	230	* I
MJD8967	P01K0000QY	12/10/2017	65992	230	* V
MAG4987	P01K00000K	03/10/2017	65992	230	* V
DGN4413	P01K0000KJ	06/09/2017	65992	230	* V
MEQ9408	P012700078	29/10/2017	66532	230	* XI
DHF1819	P00Z100067	24/08/2017	52741	175	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

PAULO NORBERTO KOERICH  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2391/2017**

Publicação Nº 1426267

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8147 2391/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO



FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BFZ9001	54306636N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
MMI9565	54312680N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MEN0815	54312681N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
QIN2008	54312683N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MEW8194	54312687N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MGC3004	54312688N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MAY1983	54312689N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
HWX9172	54312691N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
QIE1950	54312692N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKT2772	54312693N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MGL1227	54312694N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MHM4046	54312695N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MCS0372	P011F0008V	31/10/2017	52070	169
QHE6166	P012700076	26/10/2017	54600	181 * IX
LYJ6435	8147018893	06/10/2017	74550	218 * I
IUV2484	8147017436	09/09/2017	74550	218 * I
BBV0116	8147018010	16/09/2017	74550	218 * I
QIE7053	8147018383	21/09/2017	74550	218 * I
ARZ6195	8147018428	21/09/2017	74550	218 * I
MMK8163	8147018528	28/09/2017	74550	218 * I
MKF1473	8147018544	28/09/2017	74550	218 * I
MBR0935	8147018634	05/10/2017	74550	218 * I
MHQ5125	8147018684	05/10/2017	74550	218 * I
MHD1121	8147018713	05/10/2017	74550	218 * I
MKV3896	8147018745	05/10/2017	74550	218 * I
MHJ1937	8147018815	05/10/2017	74550	218 * I
MAR5754	8147019116	07/10/2017	74550	218 * I
MKY5488	8147019274	10/10/2017	74550	218 * I
APN4407	8147019408	11/10/2017	74550	218 * I
MAR5754	8147019427	11/10/2017	74550	218 * I
CLQ7736	8147019487	12/10/2017	74550	218 * I
MKY4957	8147019511	12/10/2017	74550	218 * I
DZJ5945	8147019972	19/10/2017	74550	218 * I
MHK8078	8147020003	19/10/2017	74550	218 * I
IGP0782	8147019990	19/10/2017	74630	218 * II
OHI2688	8147018937	06/10/2017	74630	218 * II
MFD0991	8147018630	05/10/2017	74630	218 * II
MEL2814	P011F0008R	31/10/2017	51851	167
MDU0703	54637537F	20/10/2017	57463	187 * I
LXB5600	54543922E	19/10/2017	57463	187 * I
IIL0424	54637620F	11/10/2017	57463	187 * I
MAJ6636	54637623F	11/10/2017	57463	187 * I
ARO6899	54637628F	21/10/2017	58196	193
ARO6899	54637629F	21/10/2017	58512	197
ATZ2324	54543916E	19/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MFO3827	54543991E	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ASG1091	54833744E	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



GASPAR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1223/2017**

Publicação Nº 1426024

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8590 1223/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCV5211 54311022N 23/10/2017 50020 257 ã 8\$  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO  
DIRETOR DE TRANSITO

**GOVERNADOR CELSO RAMOS**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8062 912/2017**

Publicação Nº 1426365

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8062 912/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
OHD8877	54531243F	05/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
EPL8915	54531249F	05/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIC6667	54531248F	05/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 911/2017**

Publicação Nº 1426366

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 911/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIC6667	P01HV00064	23/09/2017	50100	162 * I
MGR3081	P01HV00063	23/09/2017	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

---

**Grão Pará**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8328 628/2017**

Publicação Nº 1426144

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8328 628/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOE4020	P02PZ0001C	26/08/2017	53470	178	130.16
AOE4020	P02PZ0001D	26/08/2017	64080	221	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAO PARA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG  
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 627/2017**

Publicação Nº 1426145

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8328 627/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MHE5694 P02PZ0001W 05/10/2017 50292 162\* II  
MHE5694 P02PZ0001V 05/10/2017 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAO PARA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG  
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

---

**GRAVATAL**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8246 1048/2017**

Publicação Nº 1426191

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8246 1048/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
LZD1302 54292381N 28/08/2017 50020 257 ÷ 8\$ 85.13  
MMK9267 54292390N 28/08/2017 50020 257 ÷ 8\$ 293.47  
MHV7251 55587337F 29/05/2016 58350 195 127.69  
MAG6196 P01WV000KQ 21/07/2017 54870 181 \* XI 195.23  
MJE2939 P01WT000J6 07/04/2017 67690 230 \* XXII 130.16  
MBF9361 P01WV000KT 21/07/2017 54523 181 \* VIII 195.23  
LZP0632 P01WV000DI 15/05/2017 65992 230 \* V 293.47  
QHZ9995 P01WT000RP 15/09/2017 55411 181\*XVII c/ Lei13146 195.23  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAVATAL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG  
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8246 1047/2017**

Publicação Nº 1426192

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8246 1047/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGK0799	P01WV0000L	27/10/2017	76251	ART 181, XX
MCN7339	P01WV0000X	28/10/2017	50100	162 * I
MIT2869	P01WV0000Z	29/10/2017	54870	181 * XI
MKN9088	P01WV0000K	26/10/2017	55250	181 * XV
MKN9088	P01WV0000Q	27/10/2017	55250	181 * XV
IKU2001	P01WV000PL	04/11/2017	67690	230 * XXII
QHU5703	P01WV000PS	04/11/2017	73400	252 * IV
MFS3130	P01WV000MB	03/10/2017	51851	167
MFJ8336	P01WV0000T	27/10/2017	65992	230 * V
MFJ8336	P01WV0000S	27/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAVATAL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG  
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

**GUARAMIRIM****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1443/2017**

Publicação Nº 1426221

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8204 1443/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHF0031	P01LO000I6	06/07/2017	50100	162 * I	880.40
MHV4346	P00QT001BO	26/07/2017	50100	162 * I	880.40
LYZ0229	P00QQ0000X	27/07/2017	50100	162 * I	880.40
MCM9062	P00QD0000I	19/07/2017	50450	162 * V	293.47
ESK9043	P00QD000PD	31/07/2017	50450	162 * V	293.47
LYZ0229	P00QQ0000Y	27/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHF0031	P01LO000I7	06/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDA0070	P00QT001EF	09/08/2017	64080	221	130.16
DME8108	P00QT001EJ	10/08/2017	66020	230 * VI	293.47
MEV4762	P00QT001EI	06/08/2017	66020	230 * VI	293.47
LXY5216	P00QT001GI	02/09/2017	66290	230 * VIII	195.23
LXC5205	P00Q2001BT	31/08/2017	69120	232	88.38
LXC5205	P00Q2001BU	31/08/2017	73400	252 * IV	130.16
MJY7289	P00QT001GO	04/09/2017	73400	252 * IV	130.16
JJG1002	P01LO000JB	11/07/2017	73400	252 * IV	130.16
MBV9981	P00QT001BM	25/07/2017	65561	230 * I	293.47
LXY5216	P00QT001GH	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCF7955	P00Q2001BZ	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MBA5024	P00QD000LZ	06/07/2017	65992	230 * V	293.47
MIM8950	P00Q200175	23/07/2017	65992	230 * V	293.47
MCC1125	P00QT001D7	01/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEV4762	P00QT001E0	06/08/2017	65992	230 * V	293.47
ASJ1565	P01LO000L3	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
IJR8532	P00QD000SD	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
LXC5205	P00Q2001BS	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
LXY5216	P00QT001GJ	02/09/2017	66371	230 * IX	195.23
NKG3787	P00Q2001AO	15/08/2017	66532	230 * XI	195.23
MEC9514	P01LO000J0	10/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MJY7289	P00QT001GP	04/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AJQ2132	P00QD000SK	01/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



GUARAMIRIM/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1444/2017**

Publicação Nº 1426220

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8204 1444/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGE5336	P00Q2001CZ	11/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MBV2685	P00QT001B4	21/07/2017	52070	169	88.38
LYA9958	P01LO000KH	19/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MHF0031	P01LO000I8	06/07/2017	58350	195	195.23
AJF2157	P00QD000O2	19/07/2017	72340	250 * I * a	130.16
MAQ8858	P00QD000SC	30/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

GLADECIR JOSE FALCAO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1441/2017**

Publicação Nº 1426223

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8204 1441/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FGV3736	P00QD000TW	04/10/2017	50292	162* II
MKU7600	P00QY000EC	30/10/2017	50292	162* II
HPH2519	P00Q2001JV	01/11/2017	50100	162 * I
ADR3383	P00Q2001HK	10/10/2017	50100	162 * I
MEB9626	P00QQ000S5	03/10/2017	50450	162 * V
ADR3383	P00Q2001HL	10/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
HPH2519	P00Q2001JW	01/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
AMY0326	P01LO000O3	11/10/2017	64080	221
LXS5404	P00QY000DZ	28/10/2017	66610	230 * XII
MBT8605	P01LO000OI	11/10/2017	69120	232
MKU7600	P00QY000ED	30/10/2017	51262	164 c/c 162 * II
MMI7521	P00QQ000S2	01/10/2017	51691	165
HOW6066	P00Q2001GD	28/09/2017	65992	230 * V
LXZ2627	P00Q2001HD	09/10/2017	65992	230 * V
ADR3383	P00Q2001HJ	10/10/2017	65992	230 * V
MBN6783	P00Q2001JD	31/10/2017	65992	230 * V
AOJ5545	P00QT001K6	06/10/2017	66102	230 * VII
MML2968	P00Q2001HA	07/10/2017	66372	230 * IX
MBT8605	P01LO000OH	11/10/2017	66372	230 * IX
MHR6860	P00Q2001IR	26/10/2017	67261	230 * XVIII
MFW7177	P01LO000P4	26/10/2017	67261	230 * XVIII
AKC6647	P00Q2001GU	04/10/2017	67261	230 * XVIII
BHE2610	P00QD000TX	04/10/2017	67261	230 * XVIII
MFS4167	P00Q2001J8	30/10/2017	67261	230 * XVIII
MHF4613	P00QY000DX	27/10/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1442/2017

Publicação Nº 1426222

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8204 1442/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLJ3393	P00Q2001JE	31/10/2017	76251	ART 181, XX
MKG7600	P00Q2001JY	02/11/2017	76252	ART 181, XX
QFR6519	P00QQ000RR	27/09/2017	76331	ART 252, UNICO
MIL5972	P00Q2001JB	31/10/2017	55500	181 * XVIII
QHY1892	P00Q2001JC	31/10/2017	55500	181 * XVIII
MGI8467	P00Q2001IU	27/10/2017	51851	167
MID1845	P00Q2001IW	27/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

GLADECIR JOSE FALCAO  
DIRETOR DE TRANSITO

### HERVAL D'OESTE

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1537/2017

Publicação Nº 1426407

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1537/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CGS2390	P00ZO0011D	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
MCR8787	P00ZN001WQ	03/09/2017	50450	162 * V	293.47



CGS2390	P00ZO0011F	29/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MCR8787	P00ZN001WR	03/09/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
MCR8787	P00ZN001WP	03/09/2017	65992	230	*	V			293.47
CGS2390	P00ZO0011E	29/08/2017	66102	230	*	VII			195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1538/2017**

Publicação Nº 1426406

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1538/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEJ4791	P02W000025	23/07/2017	51851	167	195.23
MAU9730	P00ZM0009C	30/08/2017	51851	167	195.23
MKB6240	P013I000CO	18/09/2017	54522	181 * VIII	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ADRIANO BARETTA MANDRYK  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1535/2017**

Publicação Nº 1426409

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8032 1535/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMH0681	P00ZN00206	01/11/2017	75790	165 A
MBO3856	55645226E	24/09/2017	65992	230 * V
CAN7910	54776659E	15/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1536/2017**

Publicação Nº 1426408

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8032 1536/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CAN7910	54776658E	15/10/2017	53470	178
GKX4873	P00ZO0015W	28/10/2017	58350	195
AFM5374	P00ZO0014R	09/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ADRIANO BARETTA MANDRYK  
DIRETOR DE TRANSITO

### IBICARÉ

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8773 530/2017

Publicação Nº 1425985

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8773 530/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CFR0719	P01JN0009I	17/08/2017	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBICARE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8773 531/2017**

Publicação Nº 1425984

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARE - 281330

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8773 531/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLO6996	54294427N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	1467.34
MGT6872	P01JN000BN	13/09/2017	51851	167	195.23
MBV9437	P01JN0009S	22/08/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBICARE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ SARTORI  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8773 529/2017**

Publicação Nº 1425986

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARE - 281330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8773 529/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MBI3773	P01JN000GK	29/10/2017	65300	228	
QHP7274	P01JN000DV	03/10/2017	59670	203	* V
MGH9275	P01JN000E4	04/10/2017	59670	203	* V
MJM7020	P01JN000E6	05/10/2017	59670	203	* V
MGH9275	P01JN000EE	06/10/2017	59670	203	* V
QIE6146	P01JN000EQ	09/10/2017	59670	203	* V
MIZ4822	P01JN000GB	27/10/2017	59670	203	* V
NNA8266	P01JN000GA	26/10/2017	59670	203	* V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBICARE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ SARTORI  
DIRETOR DE TRANSITO

### IBIRAMA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8420 1514/2017

Publicação Nº 1426092

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8420 1514/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDS3911	P01T6000AS	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDS3911	P01T6000AT	03/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MBU1084	P01T6000AP	01/09/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8420 1512/2017**

Publicação Nº 1426094

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8420 1512/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MLQ7023	P03SD0002O	29/10/2017	50100	162 * I
MLQ7023	P03SD0002N	29/10/2017	66020	230 * VI
MEQ5110	55616051F	18/10/2017	66102	230 * VII
MLQ7023	P03SD0002M	29/10/2017	66372	230 * IX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8420 1513/2017**

Publicação Nº 1426093

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA - DEMUTRAN - 281350

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8420 1513/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA



DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MEG2040 P03SD0002K 28/10/2017 55250 181 \* XV  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCONDES UHLMANN  
DIRETOR DE TRANSITO

---

### ILHOTA

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8388 944/2017

Publicação Nº 1426109

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8388 944/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
MCP3989 P018L0006A 01/09/2017 65564 230 \* I 293.47  
MCP3989 P018L0006C 01/09/2017 67261 230 \* XVIII 195.23  
MCP3989 P018L0006B 01/09/2017 70562 244 \* III c/c 01\$ 130.16  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

ILHOTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUGUSTO BEDUSCHI NETO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 943/2017**

Publicação Nº 1426110

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8388 943/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KRA5089	P018L0006N	04/10/2017	59750	204
MLW5132	P018L00072	03/11/2017	59750	204

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ILHOTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUGUSTO BEDUSCHI NETO  
DELEGADO DE POLICIA

**IMBITUBA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2378/2017**

Publicação Nº 1426076

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

## DE TRANSITO N.8436 2378/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LX06076	P01NV0000Q	12/09/2016	51691	165	1915.38
LX06076	P01NV0000P	12/09/2016	75790	277	1915.38
MCP3118	P01NX0005V	25/07/2017	50291	162* II	880.40
BJO0972	P01O40004G	02/09/2017	75790	165 A	2934.68
MKN1022	P03G40000I	20/07/2017	50100	162 * I	880.40
MAU5001	P01O40004E	31/08/2017	50450	162 * V	293.47
MEY8645	P01NU000L8	12/08/2017	69710	238	293.47
MEX1329	P01NZ000JD	14/07/2017	65992	230 * V	293.47
MCH6567	P01O40004Q	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCP3118	P01NX0005Y	25/07/2017	66102	230 * VII	195.23
MCP3118	P01NX0005X	25/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2379/2017

Publicação Nº 1426075

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2379/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BWT5739	54146984N	20/06/2016	50020	257 ÷ 8\$	127.69
MIC3684	54292307N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23





QHP0398	54294395N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	293.47
MGN4266	54299019N	14/09/2017	50020	257	õ 8\$	195.23
QID6036	P01NY003CP	14/09/2017	76331	ART	252, UNICO	293.47
MCH8917	P01NY0038U	10/08/2017	76331	ART	252, UNICO	293.47
MJY3554	55831916F	07/08/2017	76331	ART	252, UNICO	293.47
PUL5724	55828234F	12/07/2017	76332	ART	252, UNICO	293.47
IMJ6644	55831922F	09/08/2017	53800	181	* I	130.16
MFV3968	P01NZ000K3	24/07/2017	54010	181	* III	195.23
IFC1743	P01NY00359	06/07/2017	54360	181	* VI	130.16
QHU2320	P01NZ000K0	24/07/2017	54600	181	* IX	130.16
MLY1508	P01NZ000LJ	03/09/2017	54790	181	* X	130.16
MIN3952	P03G40001K	02/09/2017	55090	181	* XIII	130.16
AHX8881	55831949F	17/08/2017	55090	181	* XIII	130.16
MJJ5845	P01NY0038F	07/08/2017	55090	181	* XIII	130.16
MEB4193	P01NY00395	11/08/2017	55090	181	* XIII	130.16
MFK4937	P01NY0039B	12/08/2017	55090	181	* XIII	130.16
MBL5755	P01O40004J	03/09/2017	65300	228		195.23
MCP3118	P01NX0005J	14/07/2017	51851	167		195.23
AGF1425	55832197F	19/07/2017	51851	167		195.23
LZK7011	P01NY003BK	04/09/2017	54522	181	* VIII	195.23
IKI7759	55590198F	18/08/2017	58191	193		880.40
HJB7444	55832180F	13/07/2017	55413	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
QHJ4564	55832183F	17/07/2017	55414	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
MEL7877	55831906F	04/08/2017	73662	252*	VI	130.16
MIH2525	55832181F	13/07/2017	73662	252*	VI	130.16
MJJ5845	55830257F	27/07/2017	73662	252*	VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANTONIO ROZ DE SOUZA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2376/2017**

Publicação Nº 1426078

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2376/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MUU6068	55829609F	03/10/2017	50100	162 * I
BFH5485	P03G50000N	27/10/2017	50100	162 * I
MGF4052	P03G50000O	27/10/2017	50100	162 * I
MGF4052	P03G50000P	27/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
BFH5485	P03G50000M	27/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
BPD2796	P03G40001W	07/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2377/2017**

Publicação Nº 1426077

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2377/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHH2551	54312533N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMK6861	54312535N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKF7376	P01NY003E6	06/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MKP7099	P01NX00077	06/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MDE1292	55832073F	27/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MHP9230	55590146F	22/10/2017	53800	181 * I
MHP9230	55589731F	21/10/2017	53800	181 * I
EBQ9281	55828192F	08/09/2017	53800	181 * I
ANC2596	P01NY003FC	13/10/2017	55250	181 * XV
MCZ6140	P01NY003F4	11/10/2017	55500	181 * XVIII
MHP9230	55590145F	22/10/2017	55500	181 * XVIII
HGV5378	P01NU000N7	29/10/2017	55500	181 * XVIII
IWB9341	P01NU000N9	29/10/2017	55500	181 * XVIII
MJP5007	P01NU000NE	29/10/2017	55500	181 * XVIII

MHB5130	55589732F	27/10/2017	55680	181	* XIX
MIM7429	P01NY003I7	27/10/2017	58350	195	
MDX0906	P01NU000M7	07/10/2017	65300	228	
MKK0502	55830287F	26/09/2017	51851	167	
LZZ5794	P01NY003FD	13/10/2017	51851	167	
CTI9697	P01NY003IT	01/11/2017	51851	167	
MHZ7201	55828408F	25/10/2017	51851	167	
QID6036	55828409F	25/10/2017	51851	167	
DIW2390	P01NY003IM	30/10/2017	51851	167	
MDE1292	55828401F	19/10/2017	51851	167	
MJC9909	P01NY003FQ	13/10/2017	54521	181	* VIII
QHP9457	P01NY003IH	30/10/2017	54526	181	* VIII
MLG6662	P01NY003J2	01/11/2017	59670	203	* V
MFV7195	55831403F	25/10/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
MJH6351	55831074F	28/09/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
MEK9064	55831075F	29/09/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
ISO6207	55831067F	22/09/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
GZV1500	P01NY003G1	14/10/2017	55417	181	*XVII c/ Lei13146
ITS8643	P01NY003IA	27/10/2017	73662	252	*VI
NSL7195	P01NY003IG	27/10/2017	73662	252	*VI
MCY6821	55590133F	22/09/2017	73662	252	*VI
MJC9509	P01NY003EX	10/10/2017	73662	252	*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANTONIO ROZ DE SOUZA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### IMBUIA

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8176 602/2017

Publicação Nº 1426248

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8176 602/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

-----

LPX0211 P02S200015 03/08/2017 52741 175 2934.68  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBUIA/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8176 603/2017**

Publicação Nº 1426247

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8176 603/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
MEN7035 P02S20001A 06/08/2017 65300 228 195.23  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBUIA/SC, 21 DE OUTUBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8176 605/2017**

Publicação Nº 1426245

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8176 605/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LPX0211	P02S200016	03/08/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBUIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8176 601/2017**

Publicação Nº 1426249

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8176 601/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHA9760	P02S30000F	10/09/2017	50450	162 * V
MF5789	P02S20001J	07/09/2017	57380	186 * II

MEU8295	P02S30000C	10/09/2017	65300	228
MAS6215	P02S30000E	10/09/2017	51851	167
MDM0923	P02S30000D	10/09/2017	66102	230 * VII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBUIA/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8176 604/2017

Publicação Nº 1426246

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8176 604/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MCM6934	P02S20001W	21/09/2017	50100	162 * I
MDX6872	P02S40000P	24/09/2017	50100	162 * I
MDM3386	P02S200021	27/09/2017	50100	162 * I
MGY0142	P02S20002A	15/10/2017	50100	162 * I
MGY0142	P02S200029	15/10/2017	65992	230 * V
MDM3386	P02S200020	27/09/2017	65992	230 * V
MCM6934	P02S20001X	21/09/2017	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



IMBUIA/SC, 28 DE OUTUBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

### INDAIAL

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2165/2017

Publicação Nº 1426217

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2165/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDP9332	54989920F	14/08/2017	50450	162 * V	293.47
HAB0292	P01Y0000NM	03/09/2017	50450	162 * V	293.47
MGG8230	P01XY000MX	16/09/2017	64080	221	130.16
MIF1570	P01Y0000OB	11/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
MCB4485	P01Y0000NI	31/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
HAB0292	P01Y0000NQ	03/09/2017	69120	232	88.38
MCS4051	55367950F	04/08/2017	73400	252 * IV	130.16
LWY8955	55367991F	08/08/2017	65992	230 * V	293.47
HAB0292	P01Y0000NN	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
MHD6206	55368145F	12/09/2017	65992	230 * V	293.47
MIO3929	P01XQ000N7	15/09/2017	66102	230 * VII	195.23
MMJ3807	54989871F	03/09/2017	66371	230 * IX	195.23
HAB0292	P01Y0000NP	03/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LWY8955	55367992F	08/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MJN6069	P01XQ000GN	09/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE KLOCK  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2166/2017**

Publicação Nº 1426216

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAIAL - 281470

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8206 2166/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIO4119	55367932F	19/07/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MHQ0630	54990079F	14/08/2017	51930	168	293.47
HAB0292	P01Y0000NO	03/09/2017	51930	168	293.47
MGQ4445	55368073F	25/08/2017	51930	168	293.47
MGV4671	55368065F	23/08/2017	53800	181 * I	130.16
MHN2515	P01XQ000JI	26/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MIO3929	P01XQ000N6	15/09/2017	65300	228	195.23
MYH6707	P01Y0000MH	07/08/2017	51851	167	195.23
ICH3422	P01XY000KU	07/08/2017	51851	167	195.23
MHV0443	P01XQ000IS	08/08/2017	58196	193	880.40
PFB9250	P01XQ000NJ	19/09/2017	58196	193	880.40
MJI4411	P01XQ000O4	19/09/2017	58196	193	880.40
MJG4827	P01XQ000KG	30/08/2017	58196	193	880.40
MFK3613	P01XQ000KV	03/09/2017	58196	193	880.40
MDB8571	P01XQ000KX	03/09/2017	58196	193	880.40
QHU0576	P01Y0000O4	04/09/2017	58196	193	880.40
MJG4827	55368223F	13/09/2017	58196	193	880.40
MDP9332	55368030F	15/08/2017	58432	196	195.23
MAN9353	55368024F	14/08/2017	58433	196	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARIO SIDNEI ROSSI  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2163/2017**

Publicação Nº 1426219

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8206 2163/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGX6213	P01XY000P8	28/10/2017	50100	162 * I
MDB3860	P01Y0000TJ	25/10/2017	50100	162 * I
AMF1332	P01XY000PO	31/10/2017	50100	162 * I
MFG4061	P01XZ000XZ	06/10/2017	50450	162 * V
MGX6213	P01XY000P9	28/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
AMF1332	P01XY000PP	31/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
DAE8316	P01XZ000XS	05/10/2017	67000	230 * XVI
MFG4061	P01XZ000Y2	06/10/2017	67690	230 * XXII
MEW6177	P01XQ000QH	31/10/2017	67690	230 * XXII
MFG4061	P01XZ000Y1	06/10/2017	69120	232
MFG4061	P01XZ000Y0	06/10/2017	65561	230 * I
CKI5077	54989936F	05/10/2017	65992	230 * V
MCR0777	P01Y0000S2	05/10/2017	65992	230 * V
MFG4061	P01XZ000XY	06/10/2017	65992	230 * V
MEE7525	P01Y0000TW	29/10/2017	65992	230 * V
MJE5581	P01XQ000QA	29/10/2017	66371	230 * IX
MIT3975	P01XQ000QB	29/10/2017	66371	230 * IX
MFG4061	P01XZ000Y3	06/10/2017	66531	230 * XI
AMF1332	P01XY000PQ	31/10/2017	66531	230 * XI
MBB3217	P01Y0000S1	05/10/2017	67261	230 * XVIII
AMF1332	P01XY000PC	31/10/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

INDAIAL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE KLOCK  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2164/2017**

Publicação Nº 1426218

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - 281470

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8206 2164/2017**



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MJN7334	54304955N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIS2356	54312696N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKQ1198	54312697N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEJ2763	54312698N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIQ6870	54312699N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGX6213	P01XY000PA	28/10/2017	52070	169
MAP1447	P01XQ000OW	04/10/2017	55250	181 * XV
AMF1332	P01XY000PF	31/10/2017	57200	186 * I
AMF1332	P01XY000PH	31/10/2017	57200	186 * I
AMF1332	P01XY000PI	31/10/2017	57380	186 * II
AMF1332	P01XY000PK	31/10/2017	57380	186 * II
AMF1332	P01XY000PL	31/10/2017	57380	186 * II
AMF1332	P01XY000PM	31/10/2017	57380	186 * II
AMF1332	P01XY000PN	31/10/2017	57380	186 * II
MFF2724	P01Y0000U1	01/11/2017	58350	195
AMF1332	P01XY000PD	31/10/2017	58350	195
LXI8559	P01XZ000Z1	29/10/2017	58350	195
MFF2724	P01Y0000TZ	01/11/2017	58780	199
MFF2724	P01Y0000U0	01/11/2017	61220	214 * I
QHZ9354	55368256F	21/09/2017	51851	167
MEF4844	55368342F	29/09/2017	51851	167
AMF1332	P01XY000PJ	31/10/2017	58191	193
OTY7002	P01XZ000YX	25/10/2017	58196	193
MKK1624	P01XZ000YZ	25/10/2017	58196	193
QHZ9354	55368255F	21/09/2017	58196	193
LYW5144	P01Y0000S7	06/10/2017	58196	193
MKS0691	P01XQ000QD	30/10/2017	58196	193
AMF1332	P01XY000PG	31/10/2017	60501	208
DSG7977	55368939F	07/10/2017	60502	208
LXO7093	P01XQ000Q9	29/10/2017	70301	244 * I
MET2363	P01XY000PR	31/10/2017	70561	244 * III
MFF2724	P01Y0000U2	01/11/2017	59670	203 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARIO SIDNEI ROSSI  
DIRETOR DE TRANSITO

**IOMERÊ****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 425/2017**

Publicação Nº 1425999

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8740 425/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLD8082	P02OH0001X	28/10/2017	50450	162 * V
MLD8082	P02OH0001Y	28/10/2017	51420	164 c/c 162 * V
MLD8082	P02OH0001Z	28/10/2017	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**IPIRA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8464 440/2017**

Publicação Nº 1426057

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8464 440/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CEL7752	P02W300003	07/07/2017	50100	162 * I	880.40
CEL7752	P02W300002	07/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CEL7752	P02W300001	07/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPIRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8464 439/2017**

Publicação Nº 1426058

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8464 439/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXQ4479	P02VN00013	28/10/2017	75790	165 A
LWV9581	P02VN0000W	07/10/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



IPIRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**IPUMIRIM**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8163 627/2017**

Publicação Nº 1426258

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8163 627/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto              Data Infr.    Infr/Desd.    Enquadramento  
-----

EIN5411	P034C0001L	07/10/2017	51691	165
MJE4886	P034C0001N	08/10/2017	65992	230 * V
MCY8023	P034C0001P	09/10/2017	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

---

**IRACEMINHA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8382 419/2017**

Publicação Nº 1426113

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

## DE TRANSITO N.8382 419/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ARF0209 P03L60000C 09/10/2017 55500 181 \* XVIII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRACEMINHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

---

**IRANI**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8538 763/2017**

Publicação Nº 1426036

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8538 763/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
IGI8608 P034F0003E 31/07/2017 75790 165 A 2934.68  
MFU7443 P034F0002W 20/07/2017 50100 162 \* I 880.40  
MFU7443 P034F0002V 20/07/2017 51180 164 c/c 162 \* I 880.40  
MIE7985 P034F0004W 26/08/2017 51420 164 c/c 162 \* V 293.47  
MIE7985 P034F0004X 26/08/2017 69120 232 88.38  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRANI/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELGADO REGIONAL - 14. DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8538 762/2017**

Publicação Nº 1426037

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8538 762/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIB8599	P034F0006S	07/10/2017	75790	165 A
MCM2692	P034F0006V	08/10/2017	50450	162 * V
MCM2692	P034F0006W	08/10/2017	51420	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRANI/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELGADO REGIONAL - 14. DRP

**IRINEÓPOLIS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8428 517/2017**

Publicação Nº 1426084

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8428 517/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHO9841	55354420D	14/07/2017	54100	181 * IV	130.16
FDZ3070	55354349D	12/07/2017	58350	195	195.23
FDZ3070	55354348D	12/07/2017	65300	228	195.23
MGO9754	55354248D	24/07/2017	65561	230 * I	293.47
MGO9754	55354249D	24/07/2017	65992	230 * V	293.47
MGO9754	55354250D	24/07/2017	70301	244 * I	293.47
FDZ3070	55354350D	12/07/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRINEOPOLIS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8428 516/2017**

Publicação Nº 1426085

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8428 516/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MIW6616 P03A30000L 30/09/2017 73662 252\*VI  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

IRINEOPOLIS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

---

### Itá

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8338 797/2017

Publicação Nº 1426141

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8338 797/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO  
QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.  
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
QIG8941 P00ZB0007P 10/07/2017 51851 167 195.23  
MDF7527 P00ZB00087 22/07/2017 51851 167 195.23  
MIE2925 P00ZB0009J 17/08/2017 51851 167 195.23  
MGF7248 P00ZB0009N 04/09/2017 51851 167 195.23  
IFF9062 P00ZB0009Q 04/09/2017 51851 167 195.23  
MDT9670 P00ZB0009X 18/09/2017 65992 230 \* V 293.47  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU  
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-  
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-  
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-  
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

ITA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8338 796/2017**

Publicação Nº 1426142

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8338 796/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGF7248	P00ZB000AC	27/10/2017	65300	228
MDW0474	P00ZB000AN	30/10/2017	51851	167
MLF8430	P00ZB000AA	26/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

**ITAÍÓPOLIS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8350 1207/2017**

Publicação Nº 1426131

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100



EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8350 1207/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEW9025	P02DT000AI	17/09/2017	50100	162 * I	880.40
AAU2421	P02DT000A7	15/09/2017	55250	181 * XV	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1206/2017**

Publicação Nº 1426132

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8350 1206/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLV5989	P02DT000CY	29/10/2017	75790	165 A
AUE5646	P02DT000BI	07/10/2017	50100	162 * I
AWQ8073	P02DT000BL	07/10/2017	67690	230 * XXII
AUE5646	P02DT000BJ	07/10/2017	51851	167
MLV5989	P02DT000CZ	29/10/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA

---

### ITAPIRANGA

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8298 926/2017

Publicação Nº 1426156

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8298 926/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZT0523	P019L000EB	04/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**ITAPOÁ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8190 886/2017**

Publicação Nº 1426234

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8190 886/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJW1120	P00Y4000R0	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGR9833	P00P1000ZW	01/08/2017	55250	181 * XV	130.16
QHL4398	P00P1000ZM	30/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MGV2104	P00Y4000R9	30/08/2017	54523	181 * VIII	195.23
BKM3330	P00P100110	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
CIY3832	P00P1000X6	04/07/2017	65992	230 * V	293.47
AJW1120	P00Y4000QZ	29/08/2017	65992	230 * V	293.47
AWK3782	P00P10013B	10/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DZD8434	P00P100145	10/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 885/2017**

Publicação Nº 1426235

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8190 885/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GUX7481	P00P100153	28/09/2017	50100	162 * I
MHK0973	P00Y4000VN	03/11/2017	50100	162 * I
MHK0973	P00Y4000VO	03/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
GUX7481	P00P100155	28/09/2017	51180	164 c/c 162 * I
ALW2024	P00P100150	01/10/2017	55500	181 * XVIII
MJO1000	P00P10017U	01/11/2017	57200	186 * I
MJO1000	P00P10017S	01/11/2017	58350	195
MJO1000	P00P10017V	01/11/2017	66020	230 * VI
MJO1000	P00P10017T	01/11/2017	52152	170
LZV7106	P00Y4000UP	25/10/2017	54525	181 * VIII
LXB0898	P00Y4000UQ	25/10/2017	54525	181 * VIII
MHK0973	P00Y4000VM	03/11/2017	65561	230 * I
MHK0973	P00Y4000VP	03/11/2017	65992	230 * V
GUX7481	P00P100154	28/09/2017	65992	230 * V
LXB0898	P00Y4000UR	25/10/2017	67261	230 * XVIII
OHO3149	P00Y4000UB	17/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MXH2052	P00Y4000V5	02/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

## ITUPORANGA

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1973/2017

Publicação Nº 1426328

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1973/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZZ2225	P02RX0005R	22/07/2017	50100	162 * I	880.40
LXY4028	P02RX0008X	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXY4028	P02RX0008Y	08/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LZZ2225	P02RX0005S	22/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXY4028	P02RX0007M	13/08/2017	64080	221	130.16
LZZ2225	P02RX0005Q	22/07/2017	51691	165	2934.68
LZQ3722	P02RX0008J	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MIR9573	P02RX0005X	25/07/2017	65992	230 * V	293.47
MIR9573	P02RX0005Y	25/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LZZ2225	P02RX0005P	23/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1974/2017**

Publicação Nº 1426327

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1974/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEJ8273	P02RX0005I	21/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MFZ5792	P02RX0007F	11/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LZQ3722	P02RX0008I	02/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJX2116	P02RX0007X	21/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8566 1188/2017**

Publicação Nº 1426029

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8566 1188/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKB0845	54294403N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
LXB4051	54290406N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
QHL2234	54290412N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
LWT6177	54294652N	04/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
DIF5387	54294667N	04/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKC5249	0000062117	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
AKK5131	0000061252	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHO0787	0000061246	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
IOU5001	0000061265	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFR8580	0000061269	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKA4852	0000061836	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHN7845	0000061839	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIF1860	0000061841	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFA0102	0000061844	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJB7573	0000061827	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
MMF5587	0000061643	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
KXV2113	0000061282	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGC4555	0000061289	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
OKG8655	0000061255	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFR8580	0000061164	12/08/2017	74550	218 * I	130.16
MWI2578	0000061153	12/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHS4130	0000058237	03/07/2017	74550	218 * I	130.16
LXO1758	0000058147	02/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKI8356	0000058133	02/07/2017	74550	218 * I	130.16
MCF2735	0000059700	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJO4304	0000059076	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
LZW4275	0000058260	04/07/2017	74550	218 * I	130.16
LXG9322	0000060150	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJS2695	0000060653	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJQ1277	0000057877	20/06/2017	74550	218 * I	130.16
MKO0723	0000057491	24/06/2017	74550	218 * I	130.16
MFU8042	0000058928	12/07/2017	74550	218 * I	130.16



MMK6291	0000058856	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIC6154	0000058848	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QII9625	0000058842	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ICP3691	0000058773	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU0978	0000058774	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDM0145	0000058771	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCO4609	0000058718	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ0946	0000058686	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHB2715	0000058724	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYM8650	0000058595	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEF1190	0000058594	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAP7449	0000058583	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY3219	0000058587	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX9181	0000058433	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM5185	0000058409	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV7042	0000058367	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDD9641	0000061474	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD3161	0000061473	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DCC7670	0000061459	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZW6893	0000062327	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR8580	0000061567	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MAA8265	0000058715	09/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MJD0966	0000058923	12/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MHH1040	0000057180	19/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MMJ4527	0000058257	04/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MFR8580	0000061228	12/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFR8580	0000061655	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
OVM0631	0000061163	12/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFR8580	0000061291	13/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFR8580	0000061250	13/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFR8580	0000061230	13/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFR8580	0000062118	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDQ2336	0000061254	13/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFR8580	0000061251	13/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFR8580	0000061249	13/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFR8580	0000061650	19/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFR8580	0000061150	12/08/2017	74710	218	*	III	880.40
LYM8650	0000058720	09/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MLD5469	0000058737	09/07/2017	56732	183			130.16
DDF9897	0000057605	23/06/2017	56732	183			130.16
MEQ8180	0000057345	21/06/2017	56732	183			130.16
MHR3682	0000057432	22/06/2017	56732	183			130.16
MEQ8180	0000057405	22/06/2017	56732	183			130.16
MFV5827	0000061416	15/08/2017	56732	183			130.16
MJD3277	0000061378	15/08/2017	56732	183			130.16
HPW8639	0000058457	06/07/2017	56732	183			130.16
MBW5882	0000061353	14/08/2017	56732	183			130.16
DYG5275	0000061458	16/08/2017	56732	183			130.16
BYN3773	0000061540	18/08/2017	60503	208			293.47
MHH6897	0000061476	17/08/2017	60503	208			293.47
MHP3385	0000061517	17/08/2017	60503	208			293.47
MBW8569	0000061435	16/08/2017	60503	208			293.47
MAM2312	0000061440	16/08/2017	60503	208			293.47
MFR8580	0000061270	13/08/2017	60503	208			293.47
NPI0315	0000061225	12/08/2017	60503	208			293.47
QHM2216	0000062031	16/08/2017	60503	208			293.47
MBW5882	0000061864	21/08/2017	60503	208			293.47
MLY6701	0000061870	21/08/2017	60503	208			293.47
MFR8580	0000061183	12/08/2017	60503	208			293.47
AVX7349	0000061138	11/08/2017	60503	208			293.47
AXC8986	0000061628	20/08/2017	60503	208			293.47
MAK3426	0000061605	19/08/2017	60503	208			293.47
LZD6397	0000061609	19/08/2017	60503	208			293.47

MFE8162	0000061578	19/08/2017	60503	208	293.47
MKA1283	0000061599	19/08/2017	60503	208	293.47
LYA2585	0000061795	18/08/2017	60503	208	293.47
FRV0893	0000061746	17/08/2017	60503	208	293.47
MLW6028	0000061666	21/08/2017	60503	208	293.47
MCS2172	0000061803	19/08/2017	60503	208	293.47
MJL2277	0000061805	19/08/2017	60503	208	293.47
CVU7238	0000061810	19/08/2017	60503	208	293.47
MBA4564	0000058215	03/07/2017	60503	208	293.47
MET2819	0000060619	04/08/2017	60503	208	293.47
LYL2469	0000060628	04/08/2017	60503	208	293.47
LZW7274	0000060522	03/08/2017	60503	208	293.47
MIW7240	0000059982	27/07/2017	60503	208	293.47
MLP2880	0000058238	03/07/2017	60503	208	293.47
LZK5291	0000058198	03/07/2017	60503	208	293.47
LZC6610	0000058200	03/07/2017	60503	208	293.47
MLN2466	0000061344	14/08/2017	60503	208	293.47
QHP4622	0000060690	05/08/2017	60503	208	293.47
MAE4676	0000061264	13/08/2017	60503	208	293.47
MFQ8281	0000061367	15/08/2017	60503	208	293.47
MJB7883	0000061377	15/08/2017	60503	208	293.47
MLC0827	0000061044	09/08/2017	60503	208	293.47
PDS3239	0000061060	09/08/2017	60503	208	293.47
ASK0554	0000060815	07/08/2017	60503	208	293.47
MDB6515	0000060808	07/08/2017	60503	208	293.47
LXC8646	0000057337	21/06/2017	60503	208	293.47
MHB6382	0000058861	11/07/2017	60503	208	293.47
MBX2842	0000058885	11/07/2017	60503	208	293.47
MGI3009	0000058886	11/07/2017	60503	208	293.47
IQT3649	0000058901	11/07/2017	60503	208	293.47
MHB7010	0000058854	11/07/2017	60503	208	293.47
HAB0435	0000058767	09/07/2017	60503	208	293.47
MCR0826	0000058742	09/07/2017	60503	208	293.47
QHB0066	0000058743	09/07/2017	60503	208	293.47
MGB7663	0000058806	10/07/2017	60503	208	293.47
MHT7520	0000058794	10/07/2017	60503	208	293.47
MAU5839	0000057296	20/06/2017	60503	208	293.47
MHF2612	0000057249	20/06/2017	60503	208	293.47
MLK9584	0000057193	19/06/2017	60503	208	293.47
MKQ2082	0000057429	22/06/2017	60503	208	293.47
QHO7811	0000057115	18/06/2017	60503	208	293.47
KLK7715	0000058125	01/07/2017	60503	208	293.47
LYO3500	0000058037	30/06/2017	60503	208	293.47
MIL0653	0000057670	26/06/2017	60503	208	293.47
MMK6291	0000058992	12/07/2017	60503	208	293.47
MJL6931	0000059010	12/07/2017	60503	208	293.47
LYU5334	0000058966	12/07/2017	60503	208	293.47
LYP5473	0000058558	07/07/2017	60503	208	293.47
CNB9517	0000058485	07/07/2017	60503	208	293.47
LXJ8092	0000058506	07/07/2017	60503	208	293.47
AOD8952	0000058302	04/07/2017	60503	208	293.47
EPJ8466	0000058306	04/07/2017	60503	208	293.47
MBN8303	0000058311	04/07/2017	60503	208	293.47
MAM3332	0000058314	04/07/2017	60503	208	293.47
MIN2268	0000058319	04/07/2017	60503	208	293.47
AIZ7717	0000058708	08/07/2017	60503	208	293.47
MER5784	0000058630	08/07/2017	60503	208	293.47
MDG9385	0000058631	08/07/2017	60503	208	293.47
EBJ9099	0000058632	08/07/2017	60503	208	293.47
PUZ3741	0000058638	08/07/2017	60503	208	293.47
AWN6386	0000058618	08/07/2017	60503	208	293.47
AQM6960	0000058622	08/07/2017	60503	208	293.47
MAK2128	0000058654	08/07/2017	60503	208	293.47

MDO2305	0000058666	08/07/2017	60503	208	293.47
LZB0917	0000058671	08/07/2017	60503	208	293.47
IQW1800	0000058672	08/07/2017	60503	208	293.47
MEF3737	0000058673	08/07/2017	60503	208	293.47
MAX7189	0000058674	08/07/2017	60503	208	293.47
MEE6615	0000058675	08/07/2017	60503	208	293.47
BMM7726	0000058676	08/07/2017	60503	208	293.47
EIU0722	0000058683	08/07/2017	60503	208	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO  
DIRETOR DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1971/2017**

Publicação Nº 1426330

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1971/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCV6129	P02RX000AV	08/10/2017	75790	165 A
LYI9962	P02RX000B5	09/10/2017	50100	162 * I
MBI0724	P02RX000B7	09/10/2017	50100	162 * I
MFC4991	P02RX000BE	13/10/2017	50100	162 * I
LYI9962	P02RX000B4	09/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MKL5453	P02RX000B8	09/10/2017	66700	230 * XIII
MIN6120	P02RX000CN	27/10/2017	50371	162 * III
MBW9172	P02RY0002T	28/10/2017	65992	230 * V
MHV5806	P02RX000AT	08/10/2017	65992	230 * V
MDB6515	P02RX000B9	09/10/2017	66102	230 * VII
MCV6129	P02RX000AW	08/10/2017	66372	230 * IX
MFC4991	P02RX000BF	13/10/2017	66532	230 * XI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1972/2017**

Publicação Nº 1426329

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1972/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EUG3665	P03P00000F	08/10/2017	54600	181 * IX
DIL5256	P02RX000AR	06/10/2017	55500	181 * XVIII
COY1360	P02RX000CR	30/10/2017	55500	181 * XVIII
MMA2284	P02RX000AX	08/10/2017	57200	186 * I
MBX9181	P02RX000AY	08/10/2017	65300	228
DCD4846	P02RX000CP	30/10/2017	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1187/2017**

Publicação Nº 1426030

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
 DE TRANSITO N.8566 1187/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
 -----

MF2767	54306651N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJZ0895	54306652N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHD0545	54312984N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIB8547	0000066042	14/10/2017	74550	218 * I
MLK8941	0000066043	14/10/2017	74550	218 * I
QIN0337	0000065698	12/10/2017	74550	218 * I
KMW0730	0000065663	11/10/2017	74550	218 * I
MFA8623	0000064111	21/09/2017	74550	218 * I
MGF4683	0000064107	20/09/2017	74550	218 * I
MHJ3475	0000065235	06/10/2017	74550	218 * I
MIF4613	0000064400	24/09/2017	74550	218 * I
MGL2325	0000064044	15/09/2017	74550	218 * I
CCS1452	0000063869	16/09/2017	74550	218 * I
MBP3461	0000064374	24/09/2017	74550	218 * I
MFI7163	0000064367	24/09/2017	74550	218 * I
QIA8961	0000064368	24/09/2017	74550	218 * I
MBU0255	0000064360	24/09/2017	74550	218 * I
MCS9936	0000064345	23/09/2017	74550	218 * I
LYO3100	0000064346	23/09/2017	74550	218 * I
MKZ4514	0000064355	23/09/2017	74550	218 * I
IXB4181	0000063683	13/09/2017	74550	218 * I
IJQ1251	0000063564	11/09/2017	74550	218 * I
LYM0429	0000063558	11/09/2017	74550	218 * I
QHF5087	0000064275	23/09/2017	74550	218 * I
IYA8206	0000064250	22/09/2017	74550	218 * I
MBK1831	0000064219	22/09/2017	74550	218 * I
INB2906	0000064283	23/09/2017	74550	218 * I
MCR0718	0000064289	23/09/2017	74630	218 * II
IJK0063	0000065282	07/10/2017	74630	218 * II
MBZ7840	0000065794	14/10/2017	74630	218 * II
MHB1109	0000064284	23/09/2017	74710	218 * III
LZW4275	0000064168	21/09/2017	56732	183
MJX9558	0000062421	28/08/2017	56732	183
QIJ1436	0000065570	09/10/2017	56732	183
MGH5207	0000065640	11/10/2017	56732	183
MHM1453	0000065596	10/10/2017	56732	183
MJK2243	0000065615	10/10/2017	60503	208
HTP1047	0000065567	09/10/2017	60503	208
MLO0059	0000065399	10/10/2017	60503	208
MBG9028	0000065766	13/10/2017	60503	208
MIF9127	0000065748	13/10/2017	60503	208



NPI2738	0000065185	04/10/2017	60503	208
MJB6795	0000065076	03/10/2017	60503	208
LYU7076	0000065340	08/10/2017	60503	208
MJD0673	0000064092	20/09/2017	60503	208
MEX4988	0000064033	20/09/2017	60503	208
DCC8082	0000065524	07/10/2017	60503	208
MDC6318	0000065525	07/10/2017	60503	208
AHH3791	0000065660	11/10/2017	60503	208
OKG4583	0000065661	11/10/2017	60503	208
HIC0025	0000065828	14/10/2017	60503	208
MKV9277	0000065822	14/10/2017	60503	208
MBZ7840	0000065824	14/10/2017	60503	208
MHB5016	0000063487	10/09/2017	60503	208
AYH1242	0000063718	13/09/2017	60503	208
GWM6863	0000064396	24/09/2017	60503	208
QHH0099	0000064389	24/09/2017	60503	208
QHE0787	0000064325	23/09/2017	60503	208
GQN2870	0000064311	23/09/2017	60503	208
MHJ9383	0000064318	23/09/2017	60503	208
MLJ5262	0000064319	23/09/2017	60503	208
LXQ9002	0000064148	21/09/2017	60503	208
CKK0562	0000064123	21/09/2017	60503	208
MCN3443	0000064224	22/09/2017	60503	208
MDP1418	0000064189	22/09/2017	60503	208
MBO7591	0000064158	21/09/2017	60503	208
MLB4021	0000062851	30/08/2017	60503	208
MKI4236	0000064260	22/09/2017	60503	208
FGQ5318	0000064262	22/09/2017	60503	208

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO  
DIRETOR DE TRANSITO

**JABORÁ**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 368/2017**

Publicação Nº 1426244

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8178 368/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,



OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LXH5108 P00XZ0003Y 06/10/2017 61220 214 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**JACINTO MACHADO**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8376 893/2017**

Publicação Nº 1426115

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8376 893/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
ICT8778 P02U60008M 25/08/2017 50100 162 \* I 880.40  
DLL3547 P02U600097 03/09/2017 50100 162 \* I 880.40  
MEG2954 P02U600094 02/09/2017 50450 162 \* V 293.47  
DLL3547 P02U600098 03/09/2017 51180 164 c/c 162 \* I 880.40  
ICT8778 P02U60008N 25/08/2017 51180 164 c/c 162 \* I 880.40  
MEG2954 P02U600095 02/09/2017 51420 164 c/c 162 \* V 293.47  
MGQ9711 P02U600065 31/07/2017 55250 181 \* XV 130.16  
MDC1217 P02U60008X 01/09/2017 55250 181 \* XV 130.16  
HVP1841 P02U600058 21/07/2017 66290 230 \* VIII 195.23  
MDG0801 P02U60003S 05/07/2017 66700 230 \* XIII 195.23  
MDK6158 P02U600081 21/08/2017 51851 167 195.23  
ICT8778 P02U60008L 25/08/2017 65992 230 \* V 293.47  
DLL3547 P02U600096 03/09/2017 65992 230 \* V 293.47  
-----

HVP1841	P02U600057	21/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MEG2954	P02U600093	02/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MDG0801	P02U60003R	05/07/2017	66372	230	*	IX	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COLTRO  
DELEGADO DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 892/2017

Publicação Nº 1426116

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 892/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGF3190	P02U6000D4	31/10/2017	50100	162 * I
MGF3190	P02U6000D5	31/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
AMN2995	P02U6000BR	05/10/2017	69120	232
IMV9752	P02U6000BW	07/10/2017	70301	244 * I
MEU0122	P02U6000BV	07/10/2017	73662	252*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COLTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**JARAGUÁ DO SUL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2642/2017**

Publicação Nº 1426393

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8041 2642/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOL9190	P00SJ0003Y	25/08/2016	51420	164 c/c 162 * V	191.54
MFG8240	P00SH0002A	02/06/2016	67690	230 * XXII	85.13
LXS3405	P00SK0001G	29/03/2016	73400	252 * IV	85.13
AKS6082	54141801F	04/12/2015	65561	230 * I	191.54
MCG9939	P00RB000FS	14/08/2017	50100	162 * I	880.40
MIQ2131	P00SF0012O	06/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDU9578	P00RB000H7	15/09/2017	50100	162 * I	880.40
LYR4674	P00SF0016Y	16/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGH7317	P00S7000S9	04/09/2017	50450	162 * V	293.47
MBP3718	P00SJ000Y4	01/09/2017	50450	162 * V	293.47
MEE8932	P00QZ000FQ	25/11/2016	50450	162 * V	293.47
MCG9939	P00RB000FT	14/08/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MCA3744	P00S60010V	03/09/2017	50960	163 c/c 162 * V	293.47
MDU9578	P00RB000H8	15/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEE8932	P00QZ000FR	25/11/2016	51420	164 c/c 162 * V	293.47
EAY0545	P00SL001UL	15/09/2017	51770	166	293.47
MFT2095	P00R9001QT	20/08/2017	66700	230 * XIII	195.23
MAW7676	P00SL001C4	09/07/2017	67000	230 * XVI	195.23
MCC8827	P00S20013V	03/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MCR0108	P00SD000WI	03/09/2017	73580	252 * V	130.16
EAY0545	P00SL001UK	15/09/2017	51691	165	2934.68
MDU9578	P00RB000H9	15/09/2017	65561	230 * I	293.47
MCA3744	P00S60010W	03/09/2017	65561	230 * I	293.47
MGH7317	P00S7000SA	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MKZ8091	P00S7000RQ	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDU9578	P00RB000HA	15/09/2017	65992	230 * V	293.47
MIQ2131	P00SF0012P	06/08/2017	65992	230 * V	293.47
MCG9939	P00RB000FR	14/08/2017	65992	230 * V	293.47
MCE2837	P00R9001S1	29/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDP3200	P00R50011Q	04/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBH3125	P00SL001K5	04/08/2017	65992	230 * V	293.47
MAW7676	P00SL001C5	09/07/2017	66102	230 * VII	195.23
ABF3374	P00S7000RU	03/09/2017	66102	230 * VII	195.23
MCA3744	P00S60010U	03/09/2017	66531	230 * XI	195.23
MHP3302	P00R9001S7	31/08/2017	66532	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL - 15A DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2643/2017**

Publicação Nº 1426392

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - 281750

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2643/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIY7172	54276771N	11/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MEL8083	54286913N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGA8863	54286915N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QH0448	54290669N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LZM3100	54292408N	28/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MYX2483	54293068N	31/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
HLN1626	P00R9000PB	07/10/2016	73662	252 * VI	85.13
MJC9456	P00S2000XZ	07/07/2017	76251	ART 181, XX	293.47
EYV0031	P00S6000ZU	18/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MFS2762	P00S7000OV	19/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MLN6712	P00R9001QH	18/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
AFX5757	P00S6000ZQ	18/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MHG2231	P00SL001C0	08/07/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MKX3238	P00R5000V4	22/06/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MHG8130	P00SL001KG	05/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
IUG3221	P00SJ000SY	15/07/2017	76252	ART 181, XX	293.47
AJS9325	P00S80017Z	24/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MCL7984	P00SL001DB	11/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
ATU1977	P00S7000Q9	30/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MKN3969	P00S20012L	30/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AIE5112	P00S200132	30/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MBU5026	P00SB00193	31/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MAB1998	P00SL001BI	07/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHX9724	P00SI000WA	07/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJZ8975	P00S80014R	05/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHU2897	P00S80014T	05/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QIN1351	P00S80015C	05/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AUI1694	P00R5000ZY	21/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
BAG5760	P00SH000US	13/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKG9244	P00S20014E	03/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47

DAT0187	P00S2000Z3	09/07/2017	52070	169		88.38
MCL0538	P00S7000R5	03/09/2017	52070	169		88.38
MED1162	P00SD000WO	03/09/2017	52070	169		88.38
MHT1778	P00SD000VK	30/08/2017	52070	169		88.38
MIQ5638	P00R9001LL	08/07/2017	53800	181	* I	130.16
QHY8363	P00SB0019G	03/09/2017	53800	181	* I	130.16
MFU3171	P00R9001S9	31/08/2017	54600	181	* IX	130.16
MKG2486	P00S200138	30/08/2017	55250	181	* XV	130.16
DJR3301	P00S200139	30/08/2017	55250	181	* XV	130.16
APG9531	P00S7000RK	03/09/2017	55250	181	* XV	130.16
MJX2013	P00S7000R2	03/09/2017	55250	181	* XV	130.16
DSB9502	P00SD000VR	31/08/2017	55250	181	* XV	130.16
MKG2486	P00SD000VW	01/09/2017	55250	181	* XV	130.16
AND1385	P00SD000W8	01/09/2017	55250	181	* XV	130.16
ARX5390	P00SB00177	22/08/2017	55250	181	* XV	130.16
KLM8258	P00S20012C	30/08/2017	55250	181	* XV	130.16
MIQ2531	P00SI000ZX	20/08/2017	55250	181	* XV	130.16
QHA9212	P00S80015Y	08/07/2017	55250	181	* XV	130.16
MFK8640	P00S800162	09/07/2017	55250	181	* XV	130.16
MDX4176	P00S7000RB	03/09/2017	55250	181	* XV	130.16
BDN0800	P00R9001QW	20/08/2017	55500	181	* XVIII	130.16
MLY8081	P00S6000ZN	18/08/2017	55500	181	* XVIII	130.16
HIK1292	P00R9001SC	31/08/2017	55680	181	* XIX	195.23
JRD2394	P00R9001SE	31/08/2017	55680	181	* XIX	195.23
MHY5767	P00SD000V2	30/08/2017	55680	181	* XIX	195.23
MHQ3824	P00R5000YJ	08/07/2017	55680	181	* XIX	195.23
MJH6236	P00SL00163	21/06/2017	55680	181	* XIX	195.23
INM9126	P00S800149	03/07/2017	55680	181	* XIX	195.23
MDM2939	P00SD000UF	16/08/2017	57380	186	* II	293.47
MHP3512	P00KC000PL	18/08/2017	58000	192		195.23
MDW9921	P00S80015Q	06/07/2017	58350	195		195.23
MDH3233	P00SL001P6	22/08/2017	58780	199		130.16
MHD2354	P00SF0016T	15/09/2017	58780	199		130.16
MJO3303	P00S7000S3	04/09/2017	60760	210		293.47
MDX6854	P00S7000S5	04/09/2017	60760	210		293.47
QIA0631	P00S7000RX	03/09/2017	61220	214	* I	293.47
MCA7305	P00S7000UD	15/09/2017	61220	214	* I	293.47
MEQ4944	P00SB00192	31/08/2017	61220	214	* I	293.47
MDZ0246	P00SL001BB	06/07/2017	61220	214	* I	293.47
MAN1192	P00S80017W	22/07/2017	61220	214	* I	293.47
MCG3454	P00R5000YD	06/07/2017	65300	228		195.23
MBJ1731	P00R9001QF	18/08/2017	72340	250	* I * a	130.16
LYW5857	P00S7000RZ	03/09/2017	72340	250	* I * a	130.16
AHY7709	P00S8001B4	03/09/2017	51851	167		195.23
MJZ7479	P00SL001O3	16/08/2017	51851	167		195.23
LZR5659	P00S7000OR	19/08/2017	51851	167		195.23
MJX9527	P00SD000VD	30/08/2017	51851	167		195.23
MGY3434	P00S20013E	30/08/2017	51851	167		195.23
QIK0461	P00S20013H	30/08/2017	51851	167		195.23
MFT9206	P00S20012I	30/08/2017	51851	167		195.23
LWY1183	P00S7000R4	03/09/2017	51851	167		195.23
MFD6134	P00S20013U	03/09/2017	51851	167		195.23
MCI0744	P00S80015I	05/07/2017	51851	167		195.23
LZU1974	P00S6000UP	02/07/2017	51851	167		195.23
AJV7558	P00SL001CH	10/07/2017	51851	167		195.23
MIJ2488	P00SL001DC	11/07/2017	51851	167		195.23
MLL1533	P00S80017D	17/07/2017	51851	167		195.23
MBP7993	P00SL001GH	19/07/2017	51851	167		195.23
MEA1282	P00SL001ID	27/07/2017	51851	167		195.23
MIS6455	P00R9001O0	29/07/2017	51851	167		195.23
MEO1326	P00SJ000XN	29/08/2017	52311	172		130.16
MHA4015	P00SB0018V	30/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
MDM6345	P00SD000VO	31/08/2017	54521	181	* VIII	195.23



MKX4112	P00R9001S8	31/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MKN2788	P00S7000R9	03/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MAR4506	P00S20012G	30/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
BBO0408	P00S2000YK	08/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
ERO4761	P00SI000X2	11/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
LYP8983	P00SB0019D	03/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QHGO035	P00SJ000R4	08/07/2017	54523	181	*	VIII	195.23
MSE2133	P00S20012U	30/08/2017	54523	181	*	VIII	195.23
MJB2203	P00SH000T3	02/09/2017	56222	182	*	VI	88.38
MDZ0072	P00R5000YF	06/07/2017	58191	193			880.40
QIG3652	P00SH000T8	03/09/2017	58192	193			880.40
MKP6348	P00SF0012A	30/07/2017	60501	208			293.47
MJB3919	P00SJ000XF	30/08/2017	60501	208			293.47
DTC0020	P00SL001OD	18/08/2017	60501	208			293.47
IDG1841	P00SB00195	01/09/2017	75600	ART	230	XXIII	195.23
MET0536	P00KC000Q5	18/08/2017	57970	191			2934.68
QHI5959	P00KC000PA	15/08/2017	57970	191			2934.68
MDW9921	P00S80015P	06/07/2017	57970	191			2934.68
MFA7556	P00S20013M	01/09/2017	59320	203	*	II	1467.34
MDQ5287	P00SL001DO	11/07/2017	59670	203	*	V	1467.34
MGH7317	P00S7000SB	04/09/2017	59670	203	*	V	1467.34
MGP3816	P00R9001LC	08/07/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
CMA1275	P00SI000W2	06/07/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
IDC3358	P00R50012N	15/08/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LXY8331	P00S7000P0	19/08/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
EBA3492	P00S7000ON	19/08/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFO4797	54883069G	07/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MCI2813	54883195G	11/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MHD6523	54883240G	12/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MKM5169	54883289G	14/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLH3394	54883342G	16/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJH0676	54883348G	16/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
ETS1090	54883376G	16/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
AGB5995	P00S7000QC	30/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
HFP7604	54882354G	13/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MDL1457	54882357G	13/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MHW9665	54882367G	13/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLC9594	54882369G	13/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MDW8767	54882387G	14/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
CYQ8722	54882400G	14/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
AKW0755	54882514G	18/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LYB7664	54882523G	19/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LXM6177	54882543G	19/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MKS1239	54882551G	19/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QHO0768	54882607G	21/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
AQU0450	54882714G	26/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
ATG8021	54882777G	28/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MHU0834	54882789G	28/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MKW4501	54882823G	29/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
JNK6411	54882854G	31/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MEK1015	54882855G	31/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MMK4148	54882895G	01/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
ALZ7370	54882910G	01/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
DSQ7564	54882976G	03/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MDI5242	54882993G	04/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFQ6437	54882994G	04/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFM3005	54881915G	26/06/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
CJB0093	54881922G	26/06/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MGP3896	54881988G	28/06/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MIT0105	55801706F	09/03/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLE9915	54881994G	29/06/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJV6200	54881999G	29/06/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLT7858	54882230G	08/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23



MLC5486	P00SI000XT	12/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MBT3379	P00SJ000Y9	04/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MGK1696	54883781G	05/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MCI2813	54883854G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
IKK0099	54883871G	09/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MAO4605	54883873G	09/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
QIU0045	54883925G	12/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MMI4218	P00SB0018W	29/08/2017	73662	252*VI		130.16
MIX7806	P00SH000SW	01/09/2017	73662	252*VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8588 1329/2017**

Publicação Nº 1426027

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - FS - 281750

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8588 1329/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCU3170	54279722N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
BOU2164	54284895N	04/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMI8982	54291707N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
EJJ8880	8588283380	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
HLG3657	8588283411	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
NTN4809	8588283485	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
MEL4906	8588283525	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKI3212	8588283548	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKH5584	8588282762	19/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLE7626	8588283061	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHS5598	8588282625	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJR5834	8588283300	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKS8614	8588283336	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
AWA4657	8588281727	02/07/2017	74550	218 * I	130.16
AFS5836	8588281729	02/07/2017	74550	218 * I	130.16
LXA8856	8588281782	02/07/2017	74550	218 * I	130.16

MKY8047	8588281787	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LXA8856	8588281799	02/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO7531	8588281863	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ISA1608	8588280656	11/06/2017	74550	218	*	I	130.16
ISA1608	8588280400	11/06/2017	74550	218	*	I	130.16
ISA1608	8588280443	11/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC6288	8588283428	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
APQ3760	8588283457	01/08/2017	60503	208			293.47
AAU2997	8588283569	01/08/2017	60503	208			293.47
IJO2474	8588283761	04/08/2017	60503	208			293.47
HBU7039	8588283773	30/07/2017	60503	208			293.47
MHP6869	8588280521	13/06/2017	60503	208			293.47
MKF9338	8588280832	16/06/2017	60503	208			293.47
QIQ7121	8588280986	18/06/2017	60503	208			293.47
IUG3221	8588281088	23/06/2017	60503	208			293.47
MIF5940	8588281260	25/06/2017	60503	208			293.47
MLM3028	8588281444	29/06/2017	60503	208			293.47
MKQ8704	8588281489	26/06/2017	60503	208			293.47
LYE5011	8588281517	28/06/2017	60503	208			293.47
MEQ6208	8588281600	30/06/2017	60503	208			293.47
MHE9433	8588281606	30/06/2017	60503	208			293.47
OPZ3827	8588281618	30/06/2017	60503	208			293.47
OFT6002	8588282205	10/07/2017	60503	208			293.47
NXH6829	8588281699	03/07/2017	60503	208			293.47
MLJ8487	8588281706	03/07/2017	60503	208			293.47
MIR4205	8588279520	22/05/2017	60503	208			293.47
MMH7885	8588280652	11/06/2017	60503	208			293.47
MLX3926	8588283347	29/07/2017	60503	208			293.47
MGQ8615	8588282661	15/07/2017	60503	208			293.47
MHN9537	8588282718	15/07/2017	60503	208			293.47
MLR5581	8588283207	27/07/2017	60503	208			293.47
IBJ4809	8588283264	26/07/2017	60503	208			293.47
HIM2227	8588283271	26/07/2017	60503	208			293.47
MHS5598	8588282797	18/07/2017	60503	208			293.47
MGX7351	8588283044	24/07/2017	60503	208			293.47
MDN1110	8588283054	22/07/2017	60503	208			293.47
MDI5391	8588282391	14/07/2017	60503	208			293.47
MFL9224	8588282427	14/07/2017	60503	208			293.47
MGQ8615	8588282461	14/07/2017	60503	208			293.47
QIX3072	8588282517	17/07/2017	60503	208			293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8589 1336/2017**

Publicação Nº 1426025

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - LE - 281750

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE TRANSITO N.8589 1336/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKV6904	54279493N	21/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLA6674	54284495N	04/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QID8695	54286282N	10/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
OTU7074	54290634N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIO0171	8589255587	10/09/2016	74550	218 * I	85.13
ATF5726	8589279886	06/05/2017	74550	218 * I	130.16
AKK8520	8589282434	12/06/2017	74550	218 * I	130.16
IVJ8762	8589283157	18/06/2017	74550	218 * I	130.16
MKB9920	8589283184	20/06/2017	74550	218 * I	130.16
KWD4019	8589283274	21/06/2017	74550	218 * I	130.16
EAH2539	8589283280	25/06/2017	74550	218 * I	130.16
KWD4019	8589283401	21/06/2017	74550	218 * I	130.16
CLZ0406	8589284069	01/07/2017	74550	218 * I	130.16
QIY1492	8589284110	01/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLV3167	8589283488	24/06/2017	74550	218 * I	130.16
MMF1117	8589283509	25/06/2017	74550	218 * I	130.16
MHG1885	8589283637	28/06/2017	74550	218 * I	130.16
MKF7504	8589283679	28/06/2017	74550	218 * I	130.16
MDR1378	8589283974	30/06/2017	74550	218 * I	130.16
QIG0443	8589283975	30/06/2017	74550	218 * I	130.16
MLG7994	8589284033	30/06/2017	74550	218 * I	130.16
MAY3144	8589282634	14/06/2017	74550	218 * I	130.16
LZQ7513	8589282677	15/06/2017	74550	218 * I	130.16
NNL0298	8589282800	16/06/2017	74550	218 * I	130.16
MLV5539	8589282863	16/06/2017	74550	218 * I	130.16
MEC0283	8589282876	16/06/2017	74550	218 * I	130.16
AYW0070	8589282884	16/06/2017	74550	218 * I	130.16
MHY8667	8589282899	16/06/2017	74550	218 * I	130.16
MLC5486	8589282914	17/06/2017	74550	218 * I	130.16
OLP5464	8589282927	16/06/2017	74550	218 * I	130.16
HFH9999	8589282969	16/06/2017	74550	218 * I	130.16
AHR4190	8589283005	18/06/2017	74550	218 * I	130.16
MIY4247	8589283010	18/06/2017	74550	218 * I	130.16
QIM0951	8589283016	18/06/2017	74550	218 * I	130.16
MES7123	8589283034	18/06/2017	74550	218 * I	130.16
LYJ5211	8589283078	18/06/2017	74550	218 * I	130.16
QIE1246	8589283137	18/06/2017	74550	218 * I	130.16
MJE4158	8589283141	19/06/2017	74550	218 * I	130.16
LXK3209	8589283145	18/06/2017	74550	218 * I	130.16
LWW0035	8589285782	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
OOU9239	8589285821	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
MCZ5963	8589285889	02/08/2017	74550	218 * I	130.16
MBT6536	8589286106	31/07/2017	74550	218 * I	130.16

MYP8649	8589286124	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFI6225	8589285427	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHH1045	8589285442	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZH4171	8589285597	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN4301	8589285624	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KJV8569	8589285730	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AFS5836	8589284123	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LXP4649	8589284216	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IQO8669	8589284277	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV1139	8589284304	03/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBT7968	8589284524	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AZW1347	8589284600	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYN5302	8589284641	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK0212	8589284862	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ATH0056	8589284965	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEX5385	8589285020	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP2097	8589285061	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAX9535	8589285230	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY2736	8589285245	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYT4189	8589285254	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL5884	8589285301	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF6732	8589285316	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AGN8442	8589285331	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDK3447	8589285336	20/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IFR2626	8589283149	19/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MJM7115	8589282965	17/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MIV4609	8589284117	01/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MAW0516	8589283479	24/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MJY1036	8589282570	13/06/2017	74630	218	*	II	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8776 602/2017**

Publicação Nº 1425981

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - RADAR MOVEL -

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8776 602/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIF7385	54294273N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MMI8982	54298247N	15/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
LWR6360	8776035240	17/06/2017	74550	218 * I	130.16
MGY8098	8776035278	17/06/2017	74550	218 * I	130.16
LPL6035	8776035327	23/06/2017	74550	218 * I	130.16
QHF7020	8776035355	27/06/2017	74550	218 * I	130.16
MFZ4543	8776035592	03/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJF6290	8776035622	03/07/2017	74550	218 * I	130.16
AVD5020	8776035632	03/07/2017	74550	218 * I	130.16
MFE9174	8776035852	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
FAM2432	8776035905	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
MIB2181	8776035943	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
MFI5258	8776035979	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHX9797	8776036002	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
HWW9913	8776036051	21/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLL0641	8776036130	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
OKG8303	8776036131	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHV0013	8776036156	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
MEP3231	8776036180	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKX4607	8776036286	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJG7163	8776036294	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
AQJ8772	8776036296	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MCN2727	8776036368	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHW1128	8776036370	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHH7164	8776035242	17/06/2017	74630	218 * II	195.23
AKO0222	8776035271	17/06/2017	74630	218 * II	195.23
MML4789	8776035214	17/06/2017	74630	218 * II	195.23
QHB6187	8776035227	17/06/2017	74630	218 * II	195.23
MIY9770	8776035891	14/07/2017	74710	218 * III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2640/2017**

Publicação Nº 1426395

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2640/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA



DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KEG0740	P00SJ00102	30/09/2017	50292	162* II
MJK6583	P00S20018Z	20/10/2017	75790	165 A
FGY3551	P00R5001A8	29/10/2017	75790	165 A
MIO0818	P00R9001ZL	01/11/2017	75790	165 A
LYO0154	P00SJ00157	01/11/2017	50100	162 * I
LZA6935	P00S7000ZF	02/11/2017	50100	162 * I
MJK6583	P00S20018Y	20/10/2017	50100	162 * I
MKI4876	P00R9001Z6	27/10/2017	50100	162 * I
MMI2280	P00SI00151	27/10/2017	50450	162 * V
LYL7432	P00R5001AK	01/11/2017	50450	162 * V
LYO0154	P00SJ00158	01/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZA6935	P00S7000ZG	02/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MJK6583	P00S20018X	20/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MKI4876	P00R9001Z5	27/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MLA5115	P00SJ00150	26/10/2017	53200	176 * V
ILL3126	P00SB001GJ	28/10/2017	64080	221
MIO0818	P00R9001ZN	01/11/2017	64080	221
LXY2918	P00SJ00159	01/11/2017	65480	229
LZA6935	P00S7000ZE	02/11/2017	66020	230 * VI
MKI4876	P00R9001Z9	27/10/2017	66020	230 * VI
MAW4543	P00S8001DX	14/10/2017	66700	230 * XIII
KEG0740	P00SJ00104	30/09/2017	69120	232
MJO0695	P00SI00131	30/09/2017	69120	232
FGY3551	P00R5001A7	29/10/2017	69120	232
MKN8366	P00SH000YY	03/10/2017	73580	252 * V
MAG6175	P00S7000ZV	04/11/2017	73580	252 * V
KEG0740	P00SJ00103	30/09/2017	51262	164 c/c 162 * II
KEG0740	P00SJ00101	30/09/2017	51691	165
MBO4675	P00R500198	05/10/2017	65561	230 * I
MJO0695	P00SI00130	30/09/2017	65561	230 * I
LXJ7699	P00R9001W6	30/09/2017	65992	230 * V
CYI3532	P00S8001GR	26/10/2017	65992	230 * V
MMI2280	P00SI00150	27/10/2017	65992	230 * V
MEO7138	P00S8001GW	29/10/2017	65992	230 * V
MDJ0676	P00S20019Z	30/10/2017	65992	230 * V
MKI4876	P00R9001Z4	27/10/2017	65992	230 * V
LZA6935	P00S7000ZC	02/11/2017	65992	230 * V
LZA6935	P00S7000ZH	02/11/2017	66102	230 * VII
MMI2280	P00SI00152	27/10/2017	66102	230 * VII
CYI3532	P00S8001GS	26/10/2017	66102	230 * VII
MAW4543	P00S8001DW	14/10/2017	66102	230 * VII
QIA3057	P00SB001ES	06/10/2017	66102	230 * VII
MKI4876	P00R9001Z8	27/10/2017	66531	230 * XI
MJO0695	P00SI0012Z	30/09/2017	67261	230 * XVIII
CYI3532	P00S8001GT	26/10/2017	67261	230 * XVIII
LZA6935	P00S7000ZD	02/11/2017	67261	230 * XVIII
MBM7506	P00S7000YT	29/10/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)



DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL - 15A DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2641/2017**

Publicação Nº 1426394

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - 281750

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2641/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

QIX2110	54303995N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$
MKT7895	54303997N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLK0850	54312579N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
IQB9621	54312580N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
APM6582	54312585N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MDZ3283	54312586N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLJ7916	54312589N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MIT2905	54312591N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
IDI2834	54312592N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MKQ6506	54312593N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
QIB5128	54312594N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MKY0484	54312596N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MBK3497	54312598N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MLE9090	54312599N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
QHI7137	54312601N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
MKY0484	54312602N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
KPU2118	54313536N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
IKP0091	P00S600163	28/10/2017	76252	ART	181,	XX
ATE0411	P00S20018A	13/10/2017	76252	ART	181,	XX
ISI6657	P00R9001VG	23/09/2017	76252	ART	181,	XX
MFY7265	P00SD0011C	27/09/2017	76252	ART	181,	XX
MFP0413	P00SL001XO	30/09/2017	76252	ART	181,	XX
HOD6854	P00PZ000N3	01/10/2017	76331	ART	252,	UNICO
MEB3475	P00SL001YG	03/10/2017	76331	ART	252,	UNICO
MMI6936	P00SI00156	31/10/2017	76331	ART	252,	UNICO
MIT1706	P00SI00158	31/10/2017	76331	ART	252,	UNICO
EQJ8410	P00SJ00156	29/10/2017	76332	ART	252,	UNICO
LZF7858	P00R9001ZB	27/10/2017	76332	ART	252,	UNICO
QIB6750	P00R9001ZC	27/10/2017	76332	ART	252,	UNICO

MBX3751	P00S2001A9	31/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MFE4644	P00S60016P	04/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MIW1653	P00SF0018D	03/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MKB2454	P00SF00188	03/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MLC3184	P00SL001Y9	03/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MFH2857	P00SL001YL	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MMM6424	P00KC000RN	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MJL9587	P00SB001GC	25/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MIG3153	P00SH0012A	26/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MIH1824	P00R9001YX	27/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MLZ1977	P00S60013X	01/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MLM4767	P00SL001Y5	02/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MHI4291	P00SJ00108	02/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QHK2222	P00SL001Y8	02/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MIH0153	P00S60013I	29/09/2017	76332	ART 252, UNICO
MEQ6727	P00S60015Z	27/10/2017	52070	169
MJB0950	P00S600161	27/10/2017	52070	169
QHV0232	P00S2001AJ	03/11/2017	52070	169
MER5014	P00SD0015C	02/11/2017	52070	169
MHM3282	P00SJ00155	28/10/2017	52070	169
MMF4428	P00S60016H	30/10/2017	53800	181 * I
AMH8644	P00SL001XK	30/09/2017	55090	181 * XIII
QHZ7310	P00R50018K	01/10/2017	55250	181 * XV
MBY5109	P00SD00113	27/09/2017	55250	181 * XV
MJL9824	P00SL001WV	25/09/2017	55250	181 * XV
MKD9517	P00S8001GV	28/10/2017	55250	181 * XV
BAJ2323	P00SF00187	03/10/2017	55250	181 * XV
MLZ9602	P00SH000YM	03/10/2017	55500	181 * XVIII
MHW9506	P00R9001WB	02/10/2017	55500	181 * XVIII
MMC0509	P00SD0011Y	03/10/2017	55500	181 * XVIII
MKY1572	P00SH000XM	28/09/2017	55500	181 * XVIII
MKS0148	P00R9001W7	02/10/2017	55500	181 * XVIII
HGX2342	P00R9001W8	02/10/2017	55500	181 * XVIII
QIV6582	P00SD0011E	28/09/2017	55680	181 * XIX
MLA7190	P00S20017F	02/10/2017	55680	181 * XIX
MFU3587	P00SL001YN	04/10/2017	55680	181 * XIX
MIK3719	P00SH000YH	02/10/2017	55680	181 * XIX
MGV9566	P00S20017H	02/10/2017	55680	181 * XIX
MHH5233	P00SH0012G	27/10/2017	55680	181 * XIX
MHQ0328	P00S20019L	26/10/2017	55680	181 * XIX
MLC8916	P00S7000YS	29/10/2017	55680	181 * XIX
QHA5663	P00SH0012L	30/10/2017	55680	181 * XIX
MJN2926	P00R5001AD	01/11/2017	55680	181 * XIX
MFS4551	P00S2001AH	03/11/2017	57030	185 * I
MIO0818	P00R9001ZM	01/11/2017	57380	186 * II
QIB6932	P00SI00135	08/10/2017	57380	186 * II
MJL6968	P00SD0011U	02/10/2017	57380	186 * II
MIB5477	P00KC000RM	02/10/2017	58000	192
MIO2487	P00SJ00127	09/10/2017	58000	192
MDN8585	P00R50018S	05/10/2017	58000	192
LYH0543	P00SJ0012L	09/10/2017	58000	192
MHD7974	P00SJ00132	09/10/2017	58000	192
MFQ4735	P00S7000XC	10/10/2017	58000	192
MHU7427	P00S7000XZ	10/10/2017	58000	192
MCQ1069	P00S7000Y8	10/10/2017	58000	192
MHR1217	P00SJ0011H	02/10/2017	58000	192
MGW2563	P00KC000RB	02/10/2017	58000	192
MGW8050	P00S20019D	25/10/2017	58000	192
MKN2409	P00SF001AJ	26/10/2017	58000	192
MBO8792	P00R9001XD	13/10/2017	58000	192
MAZ1116	P00SJ0010P	02/10/2017	58000	192
MKD3715	P00SJ00113	02/10/2017	58000	192
MKJ9738	P00SF001AO	30/10/2017	58000	192

MLY1453	P00SF001AS	30/10/2017	58000	192	
MGZ2346	P00SF001AV	30/10/2017	58000	192	
MLZ6032	P00SF001AW	30/10/2017	58000	192	
MAX0821	P00SF001B0	30/10/2017	58000	192	
MAR3905	P00S2001A1	30/10/2017	58000	192	
MCZ2063	P00SF001B1	30/10/2017	58000	192	
MMK0146	P00OR00005	31/10/2017	58780	199	
MFK8448	P00R9001YN	25/10/2017	58780	199	
MKB2454	P00SF00189	03/10/2017	61220	214	* I
MGC5511	P00S600160	01/11/2017	61220	214	* I
LXD1307	P00S2001AA	31/10/2017	61220	214	* I
AWG3310	P00SD00154	30/10/2017	72340	250	* I * a
HXR1232	P00SB001DB	30/09/2017	72770	250	* II
AML8587	P00R50018E	29/09/2017	51851	167	
MDF6675	P00SL001Y4	02/10/2017	51851	167	
MKN8366	P00SH000YW	03/10/2017	51851	167	
FFU9086	P00SH00127	26/10/2017	51851	167	
MBZ2236	P00SI0014Z	27/10/2017	51851	167	
MEP3566	P00R9001YU	27/10/2017	51851	167	
CLO5313	P00SB001GW	30/10/2017	51851	167	
CGP6465	P00SB001H5	30/10/2017	51851	167	
LIE3595	P00S8001GY	30/10/2017	51851	167	
EQW5504	P00SL0020W	28/10/2017	51851	167	
MAN6538	P00R9001ZI	28/10/2017	51851	167	
KEX5176	P00R9001ZD	27/10/2017	51851	167	
MJY1861	P00SF001AK	28/10/2017	51851	167	
GRV4339	P00SH0012P	31/10/2017	51852	167	
MKN8366	P00SH000YX	03/10/2017	51852	167	
MGT6259	P00SH0010S	13/10/2017	51852	167	
MJY3848	P00SJ00107	02/10/2017	51852	167	
JIL2287	P00SL001Y1	02/10/2017	51852	167	
MMF4153	P00R50017K	24/09/2017	51852	167	
MKY5383	P00SJ000ZZ	28/09/2017	51852	167	
MJI2851	P00SL001YH	03/10/2017	52311	172	
LWS7541	P00SD0011S	02/10/2017	54521	181	* VIII
MAS5614	P00R9001ZK	30/10/2017	54521	181	* VIII
NFA3940	P00SH0012M	30/10/2017	54523	181	* VIII
MHS0289	P00S20019S	28/10/2017	54523	181	* VIII
LZL2721	P00SH0012K	30/10/2017	54523	181	* VIII
MHT2860	P00SH000ZI	06/10/2017	54523	181	* VIII
MHU9006	P00SH000Y9	02/10/2017	56222	182	* VI
MCS1051	P00SF0018B	03/10/2017	58191	193	
MFK8448	P00R9001YM	25/10/2017	58192	193	
MGW5201	P00SB001DO	30/09/2017	58433	196	
MJY1861	P00SF001AL	28/10/2017	58433	196	
MJW6027	P00SB001H9	01/11/2017	60501	208	
MJO0695	P00SI0012V	30/09/2017	60501	208	
MJO0695	P00SI0012W	30/09/2017	60501	208	
MJO0695	P00SI0012X	30/09/2017	60501	208	
MIG8557	P00SD0011V	02/10/2017	60501	208	
IPA4139	P00SB001HA	01/11/2017	60502	208	
ASX2546	P00S600168	30/10/2017	60502	208	
MJI4875	P00R9001WD	04/10/2017	60841	211	
QHZ0023	P00S8001GU	28/10/2017	60841	211	
EUZ0623	P00S20017N	02/10/2017	52400	173	
EUZ0623	P00S20017O	02/10/2017	52583	174	
MDJ0676	P00S20019Y	30/10/2017	57970	191	
MAR6631	P00S20019X	30/10/2017	57970	191	
MDG5673	P00SL0020U	27/10/2017	59670	203	* V
MEY2359	P00S7000ZB	02/11/2017	59670	203	* V
MEY2359	P00SJ0015A	31/10/2017	59670	203	* V
MES9382	P00S7000WO	10/10/2017	59670	203	* V
MHL5044	P00R9001XG	13/10/2017	59670	203	* V

MJO0695	P00SI0012Y	30/09/2017	59670	203 * V	
ILW4653	P00SH000XI	27/09/2017	55411	181*XVII c/	Lei13146
OKN3179	P00SH000WU	26/09/2017	55411	181*XVII c/	Lei13146
MDH2752	P00SH000WW	26/09/2017	55411	181*XVII c/	Lei13146
MKV8159	P00SH000YB	02/10/2017	55411	181*XVII c/	Lei13146
MEH6029	P00SH0011S	22/10/2017	55411	181*XVII c/	Lei13146
MEO5574	P00S60016E	30/10/2017	55411	181*XVII c/	Lei13146
MBT3379	54884726G	14/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
CMJ9900	54884727G	14/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MAZ3589	54884728G	14/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJG5865	54884730G	14/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFQ0685	54884731G	14/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
EQH3564	54884732G	14/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
DDI4704	54884734G	14/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXR9709	54884736G	14/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
DKV4486	54884739G	14/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLZ2681	54884743G	16/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
EPX4219	54884744G	16/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJY3110	54884749G	16/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
QID5597	54884753G	16/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MML8965	54884754G	16/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXP2954	54884760G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
KAJ3117	54884767G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBI8243	54884769G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYQ7936	54884771G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MAI1121	54884776G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
QHZ6543	54884777G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
DAK3393	54884778G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
OQH9980	54884780G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
AKQ0785	54884787G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
QIQ5666	54884788G	18/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
IHG9794	54884790G	18/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHD1028	54884796G	18/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGJ7405	54884806G	18/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGG3724	54884808G	18/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MMI9771	54884813G	18/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLM8844	54884815G	18/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
AQS7078	54884818G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHH9603	54884819G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXT4144	54884820G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
NTZ5115	54884826G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLQ1252	54884828G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEQ3568	54884829G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHB9543	54884833G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXT4144	54884837G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
OPU9646	54884838G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDR6795	54884839G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MAJ2311	54884840G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
QHR5480	54884845G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
KWG1912	54884847G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJZ4743	54884850G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
OQH9980	54884854G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
KWG1912	54884860G	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKH7464	54884862G	20/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGN9406	54884866G	20/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHD7889	54884867G	20/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
QIN6395	54884868G	20/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
QIV1030	54884874G	20/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
AFG5278	54884876G	20/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
QHO0530	54884880G	20/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MAL3103	54884891G	20/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
AJU8249	54884893G	21/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
QHM6912	54884894G	21/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146



AMB3284	54884907G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDF0710	54884911G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIL8968	54884914G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NJA2651	54884920G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCS2873	54884921G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYF5631	54884923G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBN2143	54884926G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMX1977	54884929G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHV6843	54884930G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HMO4552	54884938G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CFP3541	54884943G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AJU8249	54884944G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHF4971	54884956G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LWV1958	54884960G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KWG1912	54884963G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGN9406	54884972G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFH0312	54884973G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCR5604	54884980G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLX1550	54884981G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DSQ7564	54884991G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AJU8249	54884994G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CXY8766	54885002G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ALA1956	54885003G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHT4967	54885004G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDI6995	P00SD0011T	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIR7747	54883985G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZG7582	54883996G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MML9559	54884001G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFM0944	54884002G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KQO8223	54884003G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIC3383	54884004G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DPR0100	54884005G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIE7914	54884006G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DOG2488	54884020G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCM4476	54884022G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHO1627	54884027G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHM9183	54884038G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIU1989	54884042G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMD0007	54884046G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGY6388	54884061G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AYW0070	54884066G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AXV5338	54884068G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJJ3205	54884071G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIT4322	54884087G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIU9199	54884089G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MER1109	54884097G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHS8254	54884099G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJN2024	54884116G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHQ3231	54884137G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EAW7966	54884138G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJO9945	54884148G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QID2600	54884149G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIC8503	54884158G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QBC2184	54884168G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHK9184	54884169G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFZ9038	54884171G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMC0328	54884183G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEM9228	54884187G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIQ8177	54884191G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCX0949	54884195G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IVB0412	54884196G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AGS5941	54884198G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHG6156	54884201G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

IRA4343	54884210G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AFI3238	54884212G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJD0053	54884218G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXM5220	54884222G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QJM8185	54884224G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCM0538	54884228G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASW1707	54884232G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QJS0018	54884236G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EBD8086	54884241G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJS1056	54884242G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFU9864	54884245G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKP7813	54884257G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ALW1962	54884265G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DSQ7564	54884275G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKK3526	54884304G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXF5865	54884306G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEH4516	54884318G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKN9512	54884324G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8588 1328/2017**

Publicação Nº 1426028

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - FS - 281750

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8588 1328/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QIG4810	54303632N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJJ7182	54305997N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJJ7182	54305998N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJJ7182	54306011N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$

-----



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8589 1335/2017**

Publicação Nº 1426026

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - LE - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8589 1335/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHR1919	54303429N	02/10/2017	50020	257 ã 8\$
MDV9234	54306557N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
MEL9827	54306561N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**JOAÇABA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8036 2307/2017**

Publicação Nº 1426399

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8036 2307/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLB4708	P00ZP000EK	25/02/2017	75790	165 A	2934.68
MCM1418	P00ZP000EO	25/02/2017	75790	165 A	2934.68
JXI5469	P00ZQ000MO	06/05/2017	75790	165 A	2934.68
MGR6860	P00ZM0009D	30/08/2017	75790	165 A	2934.68
MGR6860	P00ZM0009E	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
DWT1828	P00ZM0008R	04/08/2017	50100	162 * I	880.40
DWT1828	P00ZM0008S	04/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXX2660	P00ZQ000RK	04/07/2017	53200	176 * V	1467.34
LXX2660	P00ZQ000RL	04/07/2017	64080	221	130.16
MAA2495	P02W00004Y	09/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DEL REGIONAL 11 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8036 2308/2017**

Publicação Nº 1426398

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8036 2308/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBZ2895	54287278N	11/08/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MLV0849	P02W000059	10/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MIL4649	P00ZO0012Q	14/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MDT6997	P00ZP000GR	25/07/2017	54870	181 * XI	195.23
MLV0849	P02W00005A	10/08/2017	58350	195	195.23
MED5821	P00ZM00096	25/08/2017	72340	250 * I * a	130.16
MEF0345	P02W000065	26/08/2017	51851	167	195.23
CQA0302	P00ZQ000XC	01/09/2017	51851	167	195.23
DQZ0711	P02W000066	26/08/2017	51851	167	195.23
MBA2988	P00ZQ000UU	05/08/2017	51851	167	195.23
MEB5170	P00ZM00080	15/07/2017	51851	167	195.23
ASO3009	P00ZM0007N	03/07/2017	51851	167	195.23
QIS3822	P00ZQ000TM	21/07/2017	60501	208	293.47
MER9657	P00ZQ000XB	01/09/2017	70561	244 * III	293.47
MEN9615	P00ZO000YH	24/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LWX2886	P02W000007	10/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MID1049	P00ZQ000SM	12/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFR3455	P00ZQ000SY	12/07/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILTON WERNER ZUKOWSKI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2305/2017**

Publicação Nº 1426401

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2305/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHY3433	P00ZO00168	29/10/2017	50100	162 * I
LYR0889	P00ZM000BO	31/10/2017	50100	162 * I
AFC0123	P00ZP000PN	02/11/2017	50100	162 * I
LYR0889	P00ZM000BP	31/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
AHY3433	P00ZO00169	29/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
AHY3433	P00ZO00167	29/10/2017	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DEL REGIONAL 11 DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2306/2017**

Publicação Nº 1426400

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2306/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BRE4855	P02W00008Q	06/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MKT8573	P00ZQ000ZT	01/10/2017	55680	181 * XIX
MJR7811	P013I000D8	02/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILTON WERNER ZUKOWSKI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**José Boiteux**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8134 510/2017**

Publicação Nº 1426272

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8134 510/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAN5452	P02YI0002P	26/07/2017	66020	230 * VI	293.47
MJR0306	P02YI00042	26/08/2017	69120	232	88.38
MIL7136	P02YI0002S	26/07/2017	51852	167	195.23
MEN2246	P02YI0003X	25/08/2017	66372	230 * IX	195.23
MJR0306	P02YI00041	26/08/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 509/2017**

Publicação Nº 1426273

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8134 509/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MIG1290	P02YI00065	05/10/2017	52070	169
QHB6568	P02YI0007Q	01/11/2017	64080	221
MAW8323	P02YI0006F	08/10/2017	66020	230 * VI
MCD5431	P02YI0007T	04/11/2017	73580	252 * V
MLG1651	P02YI00068	08/10/2017	73580	252 * V
AYM9250	P02YI0007L	30/10/2017	73580	252 * V
MIG1290	P02YI00066	05/10/2017	51851	167
MMF9704	P02YI0007M	01/11/2017	51852	167
MIG1290	P02YI00061	05/10/2017	65561	230 * I
QHB6568	P02YI0007P	01/11/2017	65992	230 * V
MIG1290	P02YI00062	05/10/2017	67261	230 * XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

**JUPIÁ**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8550 143/2017**

Publicação Nº 1426032

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8550 143/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----





```

-----
MJP4878 P02RV0001X 14/07/2017 50100 162 * I 880.40
MJP4878 P02RV0001Z 14/07/2017 51180 164 c/c 162 * I 880.40
BMT6243 P02RV00027 11/08/2017 51851 167 195.23
MJP4878 P02RV0001Y 14/07/2017 65992 230 * V 293.47
ABF0442 P00RD0001X 04/08/2017 52741 175 2934.68
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JUPIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MAIKO FRANK VIVI  
DELEGADO DE POLICIA

### LAGES

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2634/2017

Publicação Nº 1426358

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2634/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

```

-----
Placa    N.Auto    Data Infr.  Infr/Desd.  Enquadramento  Valor Multa
-----
MDD9906 P00ST000NK 26/08/2017 50100 162 * I 880.40
MIJ1744 P00SZ000XO 26/08/2017 50100 162 * I 880.40
LXV5905 P00ZU001DK 31/08/2017 50100 162 * I 880.40
MET8714 P02E80006Y 02/09/2017 50100 162 * I 880.40
LZG6326 P00ST000OB 04/09/2017 50100 162 * I 880.40
CPF6113 54289096F 11/08/2017 50100 162 * I 880.40
CYG9108 P00ZU001DP 05/09/2017 50100 162 * I 880.40
MMM9748 P00SY000SY 14/09/2017 50450 162 * V 293.47
BGH2053 55092957E 05/09/2017 51180 164 c/c 162 * I 880.40
LZG6326 P00ST000OC 04/09/2017 51180 164 c/c 162 * I 880.40
MIJ1744 P00SZ000XP 26/08/2017 51180 164 c/c 162 * I 880.40
MMM9748 P00SY000SX 14/09/2017 66290 230 * VIII 195.23
MLV9686 P00SX000U1 26/08/2017 69120 232 88.38
BBS5100 P00SY000QU 24/07/2017 51691 165 2934.68
MGL2004 55512955F 23/08/2017 65992 230 * V 293.47
MDD9906 P00ST000NJ 26/08/2017 65992 230 * V 293.47
-----

```

MIJ1744	P00SZ000XQ	26/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MIC4706	55512578F	29/08/2017	65992	230	*	V	293.47
CYG9108	P00ZU001DO	05/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LZG6326	P00ST000OA	04/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LXV5905	P00ZU001DJ	31/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MFJ1448	P02E80006I	26/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MBY7393	P00ZU001DC	26/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MIJ1744	P00SZ000XR	26/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MET8714	P02E80006Z	02/09/2017	52742	175			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2635/2017**

Publicação Nº 1426357

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2635/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGW5734	54608160G	18/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MGS1610	55197793E	14/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
CFP2457	P02EK000GC	01/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MDX3843	P02EK000GL	04/09/2017	51930	168	293.47
MBS9981	55805179D	26/08/2017	52070	169	88.38
MFI8241	55383718F	08/07/2017	52070	169	88.38
OPE2745	55201621E	30/08/2017	54600	181 * IX	130.16
MJO4713	55197800E	19/08/2017	54600	181 * IX	130.16
MKA0113	55512920F	29/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LXV5905	P00ZU001DN	31/08/2017	57380	186 * II	293.47
MET8714	P02E800070	02/09/2017	58350	195	195.23
LOD8390	54607866G	04/09/2017	58350	195	195.23
MHY4220	P00ST000O7	03/09/2017	65300	228	195.23
MBY7393	P00ZU001DD	26/08/2017	65300	228	195.23
MED8885	55384632F	06/09/2017	67770	231 * I	293.47
MJD3316	54610943G	08/07/2017	68580	231 * VII	130.16

MLZ5630	54610948G	08/07/2017	51851	167	195.23
MDA1423	P02EK000FX	30/08/2017	51851	167	195.23
LZA6300	P02EK000GG	01/09/2017	51851	167	195.23
MHK5252	P02EK000JL	14/09/2017	51851	167	195.23
BDC0711	P02EK000KR	19/09/2017	51851	167	195.23
MEP6839	54608168G	30/08/2017	51851	167	195.23
MHW7028	55512924F	30/08/2017	51851	167	195.23
MCP0195	54608161G	18/08/2017	51851	167	195.23
LYR1087	55387782F	20/08/2017	51851	167	195.23
LYM3133	55805171D	23/08/2017	51851	167	195.23
MLC2726	55805178D	26/08/2017	51851	167	195.23
LXV5905	P00ZU001DM	31/08/2017	52151	170	293.47
LXV5905	P00ZU001DL	31/08/2017	52152	170	293.47
MJO8449	55512971F	31/08/2017	54523	181 * VIII	195.23
LWS0832	55512957F	24/08/2017	63941	220 * XIV	293.47
DQT2212	55197782E	19/06/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEL6183	55513002F	22/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QJC6777	55514360F	09/08/2017	73662	252*VI	130.16
MMM9748	55691676E	27/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO  
DIRETORA DE TRÑNSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8663 1075/2017

Publicação Nº 1426011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8663 1075/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJJ7241	54284767N	04/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLW0791	54293971N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	880.40
MDK5129	54293977N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AEC0082	54293982N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGT9343	54298546N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AWF2588	8663227590	03/09/2017	74550	218 * I	130.16

LZG5463	8663226650	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHL2522	8663227707	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HRD5480	8663227780	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JEF3799	8663227787	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL1935	8663228177	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QJC3007	8663228362	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZC3200	8663228372	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX6742	8663226541	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ACT8275	8663226549	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCB2850	8663226456	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJT8541	8663226465	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM5781	8663226517	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KPM0721	8663226524	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBK3377	8663226405	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ACK7006	8663226407	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OIT0150	8663226414	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLR7932	8663226415	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCI1713	8663226421	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ACI3940	8663226424	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKV8858	8663226431	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AQV0999	8663226441	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ3897	8663226444	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBP1075	8663226445	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA6879	8663226561	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ0092	8663226597	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ADC7744	8663226598	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AAW7017	8663226606	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBQ1873	8663226616	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG7273	8663226536	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIA5811	8663226632	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDM6260	8663226642	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM7054	8663226687	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF4884	8663226743	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK5610	8663226751	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZZ0964	8663226775	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HCG4267	8663226845	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR2068	8663226908	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXB4910	8663226940	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIJ0952	8663227261	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP0665	8663227458	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLQ8736	8663227494	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV0922	8663227562	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ2210	8663221960	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIU0732	8663222129	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL0308	8663222139	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AFK1129	8663222228	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MVY8238	8663222235	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO3440	8663222257	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP9096	8663222547	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IUT9210	8663222697	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IUZ4612	8663222753	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD2993	8663222767	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBP2774	8663222791	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AWL9317	8663222931	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DAL9066	8663223000	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA9919	8663223037	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIO3041	8663223043	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JHG0256	8663223324	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AGR0768	8663223382	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAR9873	8663223519	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM9786	8663223521	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AI I6377	8663224673	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHK6183	8663224733	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MKT1202	8663224747	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYE3061	8663224881	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HIK0681	8663224890	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHL4106	8663224995	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITH3163	8663225056	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW2922	8663225142	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYS5969	8663225159	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXC9757	8663225293	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMG4136	8663225344	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD0548	8663225414	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM7072	8663220344	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AFO4022	8663220351	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC3818	8663220972	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ8159	8663225692	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDA6349	8663225766	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG9653	8663225831	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCO3994	8663225840	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZV9323	8663225857	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JOY3568	8663225860	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE6414	8663218920	01/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AKT5218	8663219360	04/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY5394	8663219509	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL0430	8663219523	05/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGD4712	8663219615	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE1798	8663219628	06/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIS9039	8663219670	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCR2539	8663219757	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAX2664	8663219798	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFG1769	8663219806	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
FHD9610	8663219813	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDP5733	8663219848	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BUW2661	8663219886	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW7104	8663219902	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AMB0088	8663220005	08/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF7986	8663220124	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGJ9086	8663220160	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA0255	8663220203	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHK2516	8663220225	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN8875	8663220236	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF9230	8663220273	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB1603	8663220279	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IZY2727	8663217049	17/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MBE5147	8663219714	07/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF7986	8663220467	11/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU9469	8663220477	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY0517	8663220589	12/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EPX0649	8663220609	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OBV7281	8663220760	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DXF5470	8663224434	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OMJ1327	8663224442	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEC9300	8663225866	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IGJ1031	8663225886	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC7336	8663225890	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MVK2908	8663225894	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCS5356	8663225896	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ETN3009	8663225925	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK5631	8663225929	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA3072	8663225934	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DFV2838	8663225940	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJJ8910	8663225960	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EVI9997	8663225963	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIX2555	8663225968	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGG2068	8663225974	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16



CYB9188	8663225978	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB2145	8663226019	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AQZ9147	8663225909	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBB1201	8663225913	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AQZ9147	8663225914	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGT3271	8663226025	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXB5038	8663226031	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IIJ8656	8663226036	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR0300	8663226038	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DRD9273	8663226049	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO9358	8663226057	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IDH7506	8663226067	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LWT7978	8663226074	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIE9228	8663226083	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KDR2026	8663226095	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ6413	8663226102	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB6107	8663226107	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDD5717	8663226108	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB3821	8663226109	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO6481	8663226112	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB3821	8663226113	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI0175	8663226121	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AUT7500	8663226134	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYZ2856	8663226142	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ADC7744	8663226143	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXV2147	8663226155	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAL3129	8663226162	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM0597	8663226184	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AZK4526	8663226188	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBP9102	8663226237	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXO5193	8663226243	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKJ6337	8663226249	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG9653	8663226250	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AJB7795	8663226256	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MXK2906	8663226257	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EJJ1773	8663226263	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ6252	8663226274	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JPJ2213	8663226281	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ADC7744	8663226293	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYO5492	8663225877	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCB9080	8663225882	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB6107	8663226218	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ICK4328	8663226312	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCS9089	8663226319	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AEH9363	8663226346	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MML5488	8663226347	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ACI3940	8663226362	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL8078	8663226365	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK8122	8663226366	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KYO1214	8663226367	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NTN7537	8663226370	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ6413	8663226372	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ADC7744	8663226376	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB5476	8663226328	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBW0294	8663226329	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MAB7018	8663226055	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIB2145	8663225915	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKW6470	8663226023	20/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHH1118	8663225874	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIS9039	8663219740	07/07/2017	74630	218	*	II	195.23
OKH7706	8663218478	27/06/2017	74630	218	*	II	195.23
EPW0953	8663220032	09/07/2017	74630	218	*	II	195.23
QHC2318	8663225864	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23



LYH9545	8663220319	10/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MLC6613	8663220364	11/07/2017	74630	218	*	II	195.23
ITP9739	8663224116	03/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHW2717	8663226644	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKV6533	8663226451	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LXL1126	8663226507	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LVC1989	8663227677	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIT0901	8663226662	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
LYU1004	8663226551	26/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBK3377	8663226532	22/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MAO7946	8663226105	19/08/2017	74710	218	*	III	880.40
EJJ1773	8663226080	19/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MCI1713	8663226340	24/08/2017	74710	218	*	III	880.40
LXV5905	8663226221	19/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MLN0391	8663225883	21/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MAO7946	8663226216	19/08/2017	74710	218	*	III	880.40
DNT9285	8663226304	24/08/2017	60503	208			293.47
MAT4428	8663226307	24/08/2017	60503	208			293.47
AXL4970	8663226396	23/08/2017	60503	208			293.47
MCQ6883	8663226399	23/08/2017	60503	208			293.47
MLU7279	8663226402	23/08/2017	60503	208			293.47
AQZ9147	8663225916	21/08/2017	60503	208			293.47
NTP9463	8663224579	08/08/2017	60503	208			293.47
MLA4706	8663225900	21/08/2017	60503	208			293.47
MLC1305	8663225902	21/08/2017	60503	208			293.47
MLH2835	8663225523	17/08/2017	60503	208			293.47
MKC6417	8663219687	07/07/2017	60503	208			293.47
MEX5329	8663219756	07/07/2017	60503	208			293.47
OKG7268	8663220936	15/07/2017	60503	208			293.47
OKF9230	8663220286	10/07/2017	60503	208			293.47
OKH5588	8663226620	25/08/2017	60503	208			293.47
MLF5964	8663226553	26/08/2017	60503	208			293.47
MCU5624	8663226528	22/08/2017	60503	208			293.47
MLC8193	8663228300	06/09/2017	60503	208			293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO  
DIRETORA DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2632/2017**

Publicação Nº 1426360

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2632/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IOB9880	P01W50001F	02/10/2017	50100	162 * I
MCL3374	55198199E	20/10/2017	50100	162 * I
HOW0756	P00ST000PX	29/10/2017	50100	162 * I
KCB8805	P00SX000XO	30/10/2017	50100	162 * I
MBL4739	P00SX000XT	30/10/2017	50100	162 * I
MCI3157	P02EK000TF	01/11/2017	50100	162 * I
MBL4739	P00SX000XU	30/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
MCI3157	P0163001ZU	01/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
IOB9880	P01W50001G	02/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFG7056	P02EK000S2	27/10/2017	64080	221
MFG7056	P02EK000S1	27/10/2017	66020	230 * VI
MFG7056	P02EK000S3	27/10/2017	66700	230 * XIII
LXU3318	P0163001Z9	29/10/2017	67000	230 * XVI
CSX4974	P00ST000Q2	30/10/2017	67000	230 * XVI
QHZ5625	P00SY000UF	31/10/2017	69120	232
LXU3318	P0163001ZA	29/10/2017	69120	232
MIG4262	P02EK000V2	02/11/2017	69120	232
LYJ4112	P00SY000V9	04/11/2017	69120	232
MCT4830	P03EK00008	31/10/2017	65561	230 * I
MKW2277	P00SY000UR	31/10/2017	65992	230 * V
KIQ4307	P00SY000UT	31/10/2017	65992	230 * V
MCI3157	P02EK000TE	01/11/2017	65992	230 * V
MJJ7360	P03EK00007	31/10/2017	65992	230 * V
IDI4892	P02EK000T3	30/10/2017	65992	230 * V
IOB9880	P01W50001E	02/10/2017	65992	230 * V
MBL4739	P00SX000XS	30/10/2017	65992	230 * V
KCB8805	P00SX000XP	30/10/2017	65992	230 * V
MCL3374	55198198E	20/10/2017	65992	230 * V
MLB3821	P00SX000XN	29/10/2017	65992	230 * V
HOW0756	P00ST000PW	29/10/2017	65992	230 * V
MFC0443	P02EK000S4	27/10/2017	65992	230 * V
LXU3318	P0163001Z8	29/10/2017	65992	230 * V
AKI9861	P00ZU001G7	29/10/2017	65992	230 * V
LYE6414	P00ZU001FV	28/10/2017	65992	230 * V
LXG8683	P00ZU001FW	28/10/2017	65992	230 * V
MKB1819	P00SX000XF	19/10/2017	65992	230 * V
AKM5086	P00SY000VA	04/11/2017	65992	230 * V
CSX4974	P00ST000Q3	30/10/2017	66371	230 * IX
IDI4892	P02EK000T4	30/10/2017	67261	230 * XVIII
MIG4262	P02EK000V1	02/11/2017	67261	230 * XVIII
MCI3157	P0163001ZT	01/11/2017	67261	230 * XVIII
MBL4739	P00SX000XV	30/10/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2633/2017**

Publicação Nº 1426359

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8068 2633/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJS6050	55514014F	22/10/2017	76331	ART 252, UNICO
EKQ7126	54611044G	13/10/2017	51930	168
MFC0443	P02EK000S5	27/10/2017	51930	168
QHZ5625	P00SY000UG	31/10/2017	52070	169
MEC3200	55512815F	23/10/2017	55250	181 * XV
MCI3157	P0163001ZV	01/11/2017	58350	195
MHD0592	P00ZU001GA	29/10/2017	58350	195
LXZ9318	P00ZU001GD	29/10/2017	65300	228
CHP2730	P00ZU001G5	29/10/2017	65300	228
IOK2443	P00SX000XM	27/10/2017	65300	228
LYJ4112	P00SY000V8	04/11/2017	67770	231 * I
IFS3912	P02EK000UE	01/11/2017	51851	167
ACA0052	P02EK000UY	02/11/2017	51851	167
MBK3952	P02EK000TL	01/11/2017	51851	167
MBH7754	P02EK000U0	01/11/2017	51851	167
ACA0052	P02EK000U2	01/11/2017	51851	167
MIF9264	P02EK000U3	01/11/2017	51851	167
MFS6858	P02EK000U5	01/11/2017	51851	167
IJC8768	P02EK000SW	30/10/2017	51851	167
LYJ3291	P03EK00003	31/10/2017	51851	167
MEG4776	P02EK000UD	01/11/2017	51852	167
MLY0250	P00ZT0007E	04/11/2017	58191	193
MCI3157	P0163001ZW	01/11/2017	60501	208
MKL7494	55514011F	17/10/2017	60501	208
MEL3041	55198456E	24/10/2017	60502	208
QHL7157	55198459E	25/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
CHR5697	P00SV00007	30/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
BNL7557	55201683E	25/10/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO  
DIRETORA DE TRÑNSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 1074/2017**

Publicação Nº 1426012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 1074/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

QHE5463	54305904N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
OKF5266	54305919N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
QIR7092	54305942N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
MLQ2795	54309866N	19/10/2017	50020	257 ã 8\$
ADZ3772	8663231976	06/10/2017	74550	218 * I
KLL6699	8663232053	07/10/2017	74550	218 * I
CHO6071	8663225944	20/08/2017	74550	218 * I
MBA2040	8663228105	07/09/2017	74550	218 * I
OXD7706	8663231485	05/10/2017	74550	218 * I
MHH7230	8663231594	05/10/2017	74550	218 * I
MHE6384	8663231760	03/10/2017	74550	218 * I
MIV6533	8663232247	14/10/2017	74550	218 * I
LXK9109	8663232291	14/10/2017	74550	218 * I
LXK9109	8663232322	14/10/2017	74550	218 * I
CYJ1348	8663232422	13/10/2017	74550	218 * I
CYJ1348	8663232459	13/10/2017	74550	218 * I
MLL2371	8663232483	13/10/2017	74550	218 * I
MAY2382	8663232516	12/10/2017	74550	218 * I
BAP1012	8663230282	23/09/2017	74550	218 * I
QJS7050	8663230306	22/09/2017	74550	218 * I
ADZ3772	8663230650	29/09/2017	74550	218 * I
MJR8020	8663230754	28/09/2017	74550	218 * I
MIO5637	8663229283	17/09/2017	74550	218 * I
MJT5682	8663229377	16/09/2017	74550	218 * I
QHM3725	8663229418	16/09/2017	74550	218 * I
MKK5146	8663229431	16/09/2017	74550	218 * I
IHM6062	8663229463	16/09/2017	74550	218 * I
MVE8341	8663229664	20/09/2017	74550	218 * I

MLV0454	8663229817	19/09/2017	74550	218	*	I
MLN6483	8663229874	19/09/2017	74550	218	*	I
MML4362	8663229914	18/09/2017	74550	218	*	I
MLA5851	8663229960	18/09/2017	74550	218	*	I
MML4362	8663229973	18/09/2017	74550	218	*	I
LXN9322	8663229979	18/09/2017	74550	218	*	I
MLJ9928	8663232629	11/10/2017	74550	218	*	I
HCG4267	8663232858	09/10/2017	74550	218	*	I
QHI2675	8663232888	09/10/2017	74550	218	*	I
MJO8027	8663233079	08/10/2017	74550	218	*	I
ATY5312	8663233252	16/10/2017	74550	218	*	I
MIB5476	8663233258	16/10/2017	74550	218	*	I
DTW2768	8663233264	16/10/2017	74550	218	*	I
MGM0151	8663233273	16/10/2017	74550	218	*	I
MKX6995	8663233280	16/10/2017	74550	218	*	I
QHS3767	8663233287	16/10/2017	74550	218	*	I
MKP3656	8663233288	16/10/2017	74550	218	*	I
IGX4360	8663233290	16/10/2017	74550	218	*	I
MVE1546	8663233298	15/10/2017	74550	218	*	I
ICT7383	8663233308	15/10/2017	74550	218	*	I
LXL7479	8663233315	15/10/2017	74550	218	*	I
DKT4650	8663233327	15/10/2017	74550	218	*	I
MGE6097	8663233334	15/10/2017	74550	218	*	I
MKW8512	8663234062	16/10/2017	74550	218	*	I
MFL9638	8663233404	15/10/2017	74550	218	*	I
MFB2308	8663233405	15/10/2017	74550	218	*	I
EGV4601	8663233412	15/10/2017	74550	218	*	I
MIE9228	8663233418	15/10/2017	74550	218	*	I
AYI0109	8663233420	15/10/2017	74550	218	*	I
CPA7364	8663233345	15/10/2017	74550	218	*	I
MGS6412	8663233347	15/10/2017	74550	218	*	I
LXA1478	8663234042	16/10/2017	74550	218	*	I
MLD0664	8663234045	16/10/2017	74550	218	*	I
MBM8716	8663233433	15/10/2017	74550	218	*	I
MFS0328	8663233440	15/10/2017	74550	218	*	I
OKE3680	8663233451	15/10/2017	74550	218	*	I
ILN5610	8663233452	15/10/2017	74550	218	*	I
BAV1493	8663233458	20/10/2017	74550	218	*	I
MDL2628	8663233472	20/10/2017	74550	218	*	I
MHV5261	8663233479	20/10/2017	74550	218	*	I
MES2695	8663233480	20/10/2017	74550	218	*	I
DHO3721	8663233486	20/10/2017	74550	218	*	I
MEK9141	8663233496	20/10/2017	74550	218	*	I
QIS7445	8663233501	20/10/2017	74550	218	*	I
MDZ2493	8663233503	20/10/2017	74550	218	*	I
CDL1472	8663233505	20/10/2017	74550	218	*	I
MFU7138	8663233509	20/10/2017	74550	218	*	I
JII9197	8663233510	20/10/2017	74550	218	*	I
BPN8980	8663233512	20/10/2017	74550	218	*	I
MHE0321	8663233525	20/10/2017	74550	218	*	I
KYO1214	8663233532	20/10/2017	74550	218	*	I
MEN7414	8663233539	20/10/2017	74550	218	*	I
CJB3722	8663233579	20/10/2017	74550	218	*	I
QIE7108	8663233585	20/10/2017	74550	218	*	I
MEF4124	8663233606	19/10/2017	74550	218	*	I
MCO8623	8663233633	19/10/2017	74550	218	*	I
LBS5413	8663233639	19/10/2017	74550	218	*	I
MHL2040	8663233644	19/10/2017	74550	218	*	I
MIQ1004	8663233649	19/10/2017	74550	218	*	I
MHE6653	8663233652	19/10/2017	74550	218	*	I
OBO9970	8663233661	19/10/2017	74550	218	*	I
HRL3479	8663233670	19/10/2017	74550	218	*	I
MDP0905	8663233689	19/10/2017	74550	218	*	I



IMJ2662	8663233701	19/10/2017	74550	218	*	I
LZS2612	8663233706	18/10/2017	74550	218	*	I
IUG9332	8663233707	18/10/2017	74550	218	*	I
DVN4583	8663233711	18/10/2017	74550	218	*	I
ANM5601	8663233719	18/10/2017	74550	218	*	I
JPF0004	8663233729	18/10/2017	74550	218	*	I
MEE7468	8663233738	18/10/2017	74550	218	*	I
MKE4829	8663233739	18/10/2017	74550	218	*	I
MAI9743	8663233741	18/10/2017	74550	218	*	I
BMI0034	8663233748	18/10/2017	74550	218	*	I
MLV9686	8663233754	18/10/2017	74550	218	*	I
LYR3144	8663233756	18/10/2017	74550	218	*	I
MAI9743	8663233764	18/10/2017	74550	218	*	I
MHK5078	8663233768	18/10/2017	74550	218	*	I
MFL0614	8663233781	18/10/2017	74550	218	*	I
KLB1661	8663233784	18/10/2017	74550	218	*	I
MHO3182	8663233799	18/10/2017	74550	218	*	I
QHC3820	8663233802	18/10/2017	74550	218	*	I
QHB5899	8663233805	18/10/2017	74550	218	*	I
CHN4665	8663233812	18/10/2017	74550	218	*	I
LYC3024	8663233813	18/10/2017	74550	218	*	I
QHM9088	8663233844	18/10/2017	74550	218	*	I
AHG6139	8663233845	18/10/2017	74550	218	*	I
MHQ2355	8663233848	18/10/2017	74550	218	*	I
MGC4212	8663233850	18/10/2017	74550	218	*	I
KZV9062	8663233852	18/10/2017	74550	218	*	I
AJF6434	8663233853	17/10/2017	74550	218	*	I
MLB8334	8663233859	17/10/2017	74550	218	*	I
MFH8410	8663233863	17/10/2017	74550	218	*	I
ASJ7101	8663233874	17/10/2017	74550	218	*	I
MMF6192	8663233889	17/10/2017	74550	218	*	I
MCW4664	8663233546	20/10/2017	74550	218	*	I
LYZ7630	8663233551	20/10/2017	74550	218	*	I
MEN2037	8663233674	19/10/2017	74550	218	*	I
LWS2769	8663233684	19/10/2017	74550	218	*	I
MIB6719	8663233898	17/10/2017	74550	218	*	I
AIO0234	8663233903	17/10/2017	74550	218	*	I
MML2746	8663233916	17/10/2017	74550	218	*	I
HNV2851	8663233919	17/10/2017	74550	218	*	I
MMD8161	8663233921	17/10/2017	74550	218	*	I
QII5427	8663233928	17/10/2017	74550	218	*	I
LZU4669	8663233933	17/10/2017	74550	218	*	I
IKZ5289	8663233937	17/10/2017	74550	218	*	I
MJH9592	8663233942	17/10/2017	74550	218	*	I
MLK5631	8663233943	17/10/2017	74550	218	*	I
MFM3770	8663233950	17/10/2017	74550	218	*	I
QHI4651	8663233951	17/10/2017	74550	218	*	I
MIV3031	8663233957	17/10/2017	74550	218	*	I
MKJ4469	8663233958	17/10/2017	74550	218	*	I
IIN5180	8663233963	17/10/2017	74550	218	*	I
MLT4010	8663233974	17/10/2017	74550	218	*	I
LXN9479	8663233975	17/10/2017	74550	218	*	I
QHL9177	8663233978	17/10/2017	74550	218	*	I
MLY2567	8663234011	16/10/2017	74550	218	*	I
MJQ6200	8663234014	16/10/2017	74550	218	*	I
MFT8845	8663234016	16/10/2017	74550	218	*	I
MGA0377	8663234019	16/10/2017	74550	218	*	I
MGE9925	8663234022	16/10/2017	74550	218	*	I
IGV9773	8663234031	16/10/2017	74550	218	*	I
BOR4261	8663234077	16/10/2017	74550	218	*	I
CPP7234	8663234088	16/10/2017	74550	218	*	I
MBO6605	8663234098	16/10/2017	74550	218	*	I
DGE1570	8663234107	16/10/2017	74550	218	*	I



QHM0108	8663233989	17/10/2017	74550	218	*	I
QIA4343	8663233994	17/10/2017	74550	218	*	I
MDH9338	8663233998	17/10/2017	74550	218	*	I
HUG5351	8663234002	17/10/2017	74550	218	*	I
CGA8152	8663234009	16/10/2017	74630	218	*	II
QHE1121	8663233988	17/10/2017	74630	218	*	II
LZZ3128	8663234108	16/10/2017	74630	218	*	II
BOA5368	8663233955	17/10/2017	74630	218	*	II
IKP1695	8663233620	19/10/2017	74630	218	*	II
QIK4587	8663233776	18/10/2017	74630	218	*	II
MBE7190	8663233897	17/10/2017	74630	218	*	II
MLE2865	8663233733	18/10/2017	74630	218	*	II
HNV2851	8663233651	19/10/2017	74630	218	*	II
QIA6966	8663233341	15/10/2017	74630	218	*	II
QIR8525	8663232905	09/10/2017	74630	218	*	II
MEH7137	8663229695	20/09/2017	74630	218	*	II
OKG7268	8663230910	27/09/2017	74630	218	*	II
QHA3780	8663231300	01/10/2017	74630	218	*	II
MBS3692	8663232544	12/10/2017	74630	218	*	II
IMP7119	8663228929	14/09/2017	74630	218	*	II
FQF8252	8663232395	13/10/2017	74710	218	*	III
IPY7613	8663233241	07/10/2017	74710	218	*	III
ION9058	8663234041	16/10/2017	74710	218	*	III
MCW6589	8663233541	20/10/2017	74710	218	*	III
MFI5809	8663233775	18/10/2017	74710	218	*	III
MCW6455	8663233439	15/10/2017	56732	183		
ALW7993	8663233435	15/10/2017	60503	208		
HIO3897	8663233438	15/10/2017	60503	208		
QIT7337	8663234058	16/10/2017	60503	208		
MCS3037	8663233429	15/10/2017	60503	208		
FFM1404	8663233432	15/10/2017	60503	208		
AAK5011	8663233256	16/10/2017	60503	208		
QIR0642	8663232971	09/10/2017	60503	208		
FFM1404	8663233338	15/10/2017	60503	208		
HCG4267	8663232159	06/10/2017	60503	208		
QID8609	8663233608	19/10/2017	60503	208		
IBT0587	8663233614	19/10/2017	60503	208		
HRL3479	8663233673	19/10/2017	60503	208		
MEO7376	8663233513	20/10/2017	60503	208		
MKW2572	8663233482	20/10/2017	60503	208		
LZC4346	8663233483	20/10/2017	60503	208		
LXY6091	8663233686	19/10/2017	60503	208		
DEM6672	8663233676	19/10/2017	60503	208		
AHK2942	8663233563	20/10/2017	60503	208		
MVE1546	8663233980	17/10/2017	60503	208		
QIE9625	8663233981	17/10/2017	60503	208		
MDK4339	8663233982	17/10/2017	60503	208		
KCB8805	8663233984	17/10/2017	60503	208		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO  
DIRETORA DE TRÑNSITO

**LAGUNA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2396/2017**

Publicação Nº 1426288

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8122 2396/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCK6932	P01GZ00043	18/09/2016	65992	230 * V	191.54
DJW1454	P01ID00032	07/07/2017	50100	162 * I	880.40
MEJ7435	P01GZ00001	05/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGJ2708	P03J70000G	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
BUF0424	P01GZ000PF	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MAO9522	P03J70000H	03/09/2017	50450	162 * V	293.47
MAO9522	P03J70000I	03/09/2017	69120	232	88.38
LXY2653	P03J70000C	02/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MGJ2708	P03J70000D	03/09/2017	65561	230 * I	293.47
BUF0424	P01GZ000PI	03/09/2017	65561	230 * I	293.47
MDA5406	P01GX000MD	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGJ2708	P03J70000F	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
BUF0424	P01GZ000PG	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDW2074	54764338E	11/08/2017	65992	230 * V	293.47
IKK5717	P01GZ000MM	15/07/2017	65992	230 * V	293.47
MFF9421	P01GZ000NW	04/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEJ7435	P01GZ00000	05/08/2017	65992	230 * V	293.47
DJW1454	P01ID00031	07/07/2017	65992	230 * V	293.47
BUF0424	P01GZ000PH	03/09/2017	66372	230 * IX	195.23
MGJ2708	P03J70000E	03/09/2017	66372	230 * IX	195.23
MAO9522	P03J70000J	03/09/2017	66372	230 * IX	195.23
MAO9522	P03J70000K	03/09/2017	66531	230 * XI	195.23
IKK5717	P01GZ000ML	15/07/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE DAVID MACHADO  
DELEGADO POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2397/2017**

Publicação Nº 1426287

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8122 2397/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAO9522	P03J70000L	03/09/2017	53710	180	130.16
LXY2653	P03J70000B	02/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEANDRO DE ARAUJO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2394/2017**

Publicação Nº 1426290

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8122 2394/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBA0126	P03J700013	03/10/2017	50100	162 * I

MKP4898	P01GX00000	06/10/2017	50100	162	*	I
MCV2170	P035R0001K	28/10/2017	50100	162	*	I
MAG2525	P01GX000PP	27/10/2017	50100	162	*	I
MAC0769	P01GX000PX	29/10/2017	50100	162	*	I
MBE6290	54256171F	24/10/2017	50100	162	*	I
QHO6288	54256000F	28/10/2017	50100	162	*	I
MEJ1311	P03J700017	29/10/2017	50450	162	*	V
QHO6288	54255999F	28/10/2017	50610	163	c/c	162 * I
MAC0769	P01GX000PW	29/10/2017	51180	164	c/c	162 * I
MBE6290	54256170F	24/10/2017	65992	230	*	V
MAG2525	P01GX000PO	27/10/2017	65992	230	*	V
MFA3914	P01GZ000QG	05/10/2017	65992	230	*	V
LYM6328	P01GX000NW	05/10/2017	65992	230	*	V
LZN5852	P01GX000NY	05/10/2017	65992	230	*	V
CJA0643	P01GX000OQ	14/10/2017	65992	230	*	V
MIQ3986	55057602F	18/09/2017	65992	230	*	V
MIX1974	P03JQ00001	28/09/2017	65992	230	*	V
MBA0126	P03J700012	03/10/2017	65992	230	*	V
MGA0492	P01GZ000RJ	30/10/2017	65992	230	*	V
MCZ7961	P01GX000QU	03/11/2017	65992	230	*	V
MAC0769	P01GX000PU	29/10/2017	65992	230	*	V
LYM6328	P01GX000NX	05/10/2017	66371	230	*	IX
MAG2525	P01GX000PQ	27/10/2017	66371	230	*	IX
CJA0643	P01GX000OR	14/10/2017	67261	230	*	XVIII
DJB6944	P01GZ000RD	21/10/2017	70051	241		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE DAVID MACHADO  
DELEGADO POLÖCIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2395/2017**

Publicação Nº 1426289

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2395/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGJ5873	P01GX000O1	06/10/2017	76252	ART 181, XX
MEA8712	54255994F	19/10/2017	53800	181 * I
QIE5042	P01GX000Q2	01/11/2017	54100	181 * IV
MIQ3300	P01GZ000QC	30/09/2017	54600	181 * IX
LWZ6160	P01GZ000RH	29/10/2017	54950	181 * XII
IXQ0554	P01GX000O5	07/10/2017	55090	181 * XIII
MJG7859	P01GZ000RS	02/11/2017	55500	181 * XVIII
QIE5042	P01GZ000RZ	02/11/2017	55500	181 * XVIII
QHU1160	P01GX000QK	02/11/2017	55500	181 * XVIII
QHL8888	P01GX000QN	02/11/2017	55500	181 * XVIII
MGM3314	54256850F	24/10/2017	57380	186 * II
MAC0769	P01GX000PV	29/10/2017	68150	231 * III
IKV8890	54255997F	25/10/2017	70640	244 * IV
MHZ8498	54256635F	24/10/2017	51851	167
QHO6288	54255998F	28/10/2017	67851	231 * II * a
MGQ0969	P01GX000Q1	30/10/2017	70481	244 * II
MKP4898	P01GX000NZ	06/10/2017	70561	244 * III
QHF2029	P01GZ000QE	01/10/2017	59670	203 * V
DJB6944	P01GZ000RE	21/10/2017	59670	203 * V
MNX7456	P01GZ000QA	30/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEANDRO DE ARAUJO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### LAJEADO GRANDE

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8667 324/2017

Publicação Nº 1426010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8667 324/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MDN0076	P02WX00017	01/09/2017	50292	162* II	880.40
IHP7960	P02WX00019	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDN0076	P02WX00016	01/09/2017	51262	164 c/c 162 * II	880.40
MDN0076	P02WX00018	01/09/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAJEADO GRANDE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO DE SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**LAURO MULLER**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8212 1148/2017**

Publicação Nº 1426210

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8212 1148/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEW0003	P01FE000TC	24/08/2017	65480	229	130.16
LXZ7055	54953205F	19/08/2017	65992	230 * V	293.47
MHC6736	P01FE000PL	26/07/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 1147/2017**

Publicação Nº 1426211

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8212 1147/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJD3552	P01FE000Z8	09/10/2017	52070	169
IMT8827	P01FE0011P	23/10/2017	52070	169
LYW5879	P01FE0012F	28/10/2017	58350	195
MBT0108	P01FE00116	19/10/2017	59750	204
IMT8827	P01FE00110	23/10/2017	59750	204
LXG3468	P01FE000ZO	11/10/2017	65480	229
DAP9408	P01FE000ZN	10/10/2017	67690	230 * XXII
MFG3850	P01FE00132	01/11/2017	64322	223
MJD3552	P01FE000Z7	09/10/2017	66102	230 * VII
LYW5879	P01FE0012K	28/10/2017	52742	175
QIK7453	P01FE000YH	02/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**LEBON REGIS**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8526 651/2017**

Publicação Nº 1426039

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8526 651/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMC4292	54294407N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MMC4292	54294408N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
BOD7646	P02QD0004C	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKA0996	P02QD0004R	19/09/2017	55250	181 * XV	130.16
LBZ0444	P02QD0003B	26/07/2017	51851	167	195.23
BOD7646	P02QD0004B	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
LBZ0444	P02QD0003A	26/07/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 650/2017**

Publicação Nº 1426040

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 650/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
NES1279	P02QD0005X	26/10/2017	63941	220 * XIV
MJD3970	P02QD0005R	08/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

---

**LUIS ALVES**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8651 940/2017**

Publicação Nº 1426019

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8651 940/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGE6171	P016E000AQ	20/07/2017	50100	162 * I	880.40
AKN2570	P016E000AR	20/07/2017	50100	162 * I	880.40
AKN2570	P016E000AT	20/07/2017	69120	232	88.38
MCW8673	P016E000AW	23/07/2017	65992	230 * V	293.47
AKN2570	P016E000AS	20/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUIZ ALVES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SAVERIO SARUBBI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8651 941/2017**

Publicação Nº 1426018

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES - DETRANLU - 281970

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8651 941/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEW1669	P016E000B1	25/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
QHP4566	P016E000CA	11/09/2017	65640	230 * II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUIZ ALVES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FRANCISCO EDUARDO GESSER  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8651 939/2017**

Publicação Nº 1426020

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8651 939/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLG8335	P016E000CP	05/10/2017	65992	230 * V

HRF1271 P016E000D2 29/10/2017 66102 230 \* VII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUIZ ALVES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SAVERIO SARUBBI  
DELEGADO DE POLICIA

---

**LUZERNA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8500 504/2017**

Publicação Nº 1426045

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8500 504/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HLS0140	P013I000BW	30/08/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUZERNA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8500 503/2017**

Publicação Nº 1426046

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8500 503/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIG5693	P00ZN00201	01/11/2017	76331	ART 252, UNICO
QHJ0954	P013I000EG	30/10/2017	61220	214 * I
MCL4256	P013I000EH	31/10/2017	59670	203 * V
MFZ2932	P013I000DJ	04/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUZERNA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**MAFRA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8074 1677/2017**

Publicação Nº 1426350

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8074 1677/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGF9603	P01GF000BB	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFF4056	P02PH0007Z	19/09/2017	50450	162 * V	293.47
MKD3832	P01GF000B9	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
AJG0474	P02PH0006Y	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGF9603	P01GF000BC	01/09/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAFFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8074 1678/2017**

Publicação Nº 1426349

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8074 1678/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXF2675	P02PH0006W	03/09/2017	51930	168	293.47
MIB9086	P02PH00034	23/07/2017	55250	181 * XV	130.16
CCP1425	P02PG0003E	23/07/2017	55250	181 * XV	130.16
IBP1794	P02PH00057	17/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MMK4375	P01GF000BD	02/09/2017	63510	220 * X	195.23
LXF2675	P02PH0006V	03/09/2017	51851	167	195.23
CDH0086	P02PG0005N	26/08/2017	51851	167	195.23
ERX5738	P02PH0005Y	26/08/2017	51851	167	195.23
MKD3832	P01GF000B8	31/08/2017	54522	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOAO ALFREDO FERREIRA  
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1675/2017**

Publicação Nº 1426352

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8074 1675/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MLK7550	P01H5000CT	09/10/2017	50292	162* II
ACR9399	P02PH0009F	26/10/2017	50450	162 * V
MJE7846	P01GF000CQ	04/11/2017	50450	162 * V
MKJ1495	P01GF000CR	04/11/2017	50450	162 * V
MHP3442	P01H5000D0	26/10/2017	51691	165
IRB5067	P01H5000D4	03/11/2017	65561	230 * I
MDY9023	P01H5000D2	28/10/2017	65992	230 * V
MGI6546	P01H5000D3	02/11/2017	65992	230 * V
ACR9399	P02PH0009G	26/10/2017	66372	230 * IX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RAFFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1676/2017**

Publicação Nº 1426351

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8074 1676/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIN5598	P01GF000BZ	06/10/2017	53800	181 * I
MJU7240	P02DU0001W	01/11/2017	57380	186 * II
DSN0194	P02DU00020	02/11/2017	51851	167
AIX0956	P02PG0008W	05/10/2017	51851	167
MBW2937	P02PH0008Z	02/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOAO ALFREDO FERREIRA  
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO

**MARACAJÁ**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8372 774/2017**

Publicação Nº 1426119

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8372 774/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEH4870	P01JT0006R	24/07/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARACAJA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 773/2017

Publicação Nº 1426120

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 773/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DDE1292	P01JT000AD	30/10/2017	58350	195
DDE1292	P01JT000AG	30/10/2017	70131	242

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARACAJA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**MARAVILHA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1927/2017**

Publicação Nº 1426203

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8224 1927/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
APU9305	P0135000T9	22/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAE5846	P000L000UI	27/07/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1928/2017**

Publicação Nº 1426202

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8224 1928/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

QII1245 P00OL000VZ 01/09/2017 73662 252\*VI 130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDEMIR ANDRETTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1925/2017

Publicação Nº 1426205

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1925/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

IVK5815	P0135000TX	04/10/2017	66450	230 * X
ANP9674	P00OL000X3	05/10/2017	73400	252 * IV
DMY3757	P0135000U1	10/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1926/2017**

Publicação Nº 1426204

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8224 1926/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QIC0141	P0135000U0	09/10/2017	76251	ART 181, XX
DGL8673	P0135000UF	29/10/2017	65300	228
DFO1464	P03L000004	13/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDEMIR ANDRETTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**MAREMA****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8308 352/2017**

Publicação Nº 1426152

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8308 352/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MIQ7579 P02WZ0002S 13/10/2017 55250 181 \* XV  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAREMA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**MASSARANDUBA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8234 983/2017**

Publicação Nº 1426198

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8234 983/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

QHZ9325	54287248N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIE7699	54294268N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MCM8474	P00QN000SX	16/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXT2969	P00QN000OW	27/07/2017	50100	162 * I	880.40
DBP4521	P00QN000OS	25/07/2017	50450	162 * V	293.47
DBP4521	P00QN000OT	25/07/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MHR9307	P00QM000OJ	24/08/2017	52070	169	88.38
LWR6850	P00QM000ND	23/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MBH0085	P00QN000OH	21/07/2017	51851	167	195.23
MES9523	P00QN000RK	02/09/2017	51851	167	195.23
LXJ4479	P00QM000NI	25/07/2017	51852	167	195.23
LYF0268	P00QN000RG	02/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
MDO1773	P00QN000R7	31/08/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 982/2017**

Publicação Nº 1426199

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 982/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MET6364	P00QN000W3	30/10/2017	50100	162 * I
MET6364	P00QN000W4	30/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBL4143	P00QM000QA	09/10/2017	52070	169
QHR5905	P00QN000UI	05/10/2017	55250	181 * XV
MFM9857	P00QM000Q9	09/10/2017	73400	252 * IV
MBA7879	P00QN000WD	31/10/2017	51851	167
KFB9421	P00QN000WP	01/11/2017	51851	167
MFF3713	P00QN000WB	31/10/2017	51852	167
MFU9420	P00QN000UK	06/10/2017	54522	181 * VIII
MCR2847	P00QM000QB	09/10/2017	65992	230 * V
MBZ9925	P00QN000WE	31/10/2017	65992	230 * V
MCA7524	P00QN000W0	26/10/2017	66532	230 * XI
MET6364	P00QN000W5	30/10/2017	70481	244 * II
MID4878	P00QN000UO	07/10/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

---

**Matos Costa**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8362 200/2017**

Publicação Nº 1426123

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8362 200/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFI5637	54030177E	21/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MFI5637	54030178E	21/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MATOS COSTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SIRLEI GUTOSKI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8362 199/2017**

Publicação Nº 1426124

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8362 199/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MEX3575 P03A700002 10/10/2017 66700 230 \* XIII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MATOS COSTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SIRLEI GUTOSKI  
DELEGADO DE POLICIA

---

**MELEIRO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8078 679/2017**

Publicação Nº 1426347

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8078 679/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
MBA2115 P02UA00018 14/07/2017 50100 162 \* I 880.40  
MFJ5949 P02U30007Y 31/08/2017 50100 162 \* I 880.40  
MHR3221 P02U00001V 14/07/2017 50450 162 \* V 293.47  
DDI8469 P02UA0003A 13/09/2017 50450 162 \* V 293.47  
MHR3221 P02U00001W 14/07/2017 51420 164 c/c 162 \* V 293.47  
MJF2570 P02UA0002W 31/08/2017 51930 168 293.47  
DBK7481 P02UA00024 15/08/2017 67000 230 \* XVI 195.23  
MCA8736 P02QX0006A 31/08/2017 73400 252 \* IV 130.16  
MVA0408 P02QX00069 31/08/2017 51851 167 195.23  
MBA2115 P02UA00019 14/07/2017 65992 230 \* V 293.47  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGDO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 678/2017**

Publicação Nº 1426348

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 678/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

MKY2026	P02UA0005B	31/10/2017	50450	162 * V
QIN4483	P02UA0003W	01/10/2017	55250	181 * XV
MDR2831	P02UA00059	31/10/2017	64080	221
MBU0512	P02XL0007H	07/10/2017	69120	232
MBU0512	P02XL0007G	07/10/2017	73400	252 * IV
MBU0512	P02XL0007E	07/10/2017	65992	230 * V
MBU0512	P02XL0007F	07/10/2017	70561	244 * III

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGDO DE POLICIA



**MODELO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8434 530/2017**

Publicação Nº 1426079

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8434 530/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDF4431	55870191D	27/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDF4431	P03L700008	27/08/2017	65564	230 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MODELO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETTO  
DELEGADO DE POLICIA

**MONTE CARLO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8474 966/2017**

Publicação Nº 1426052

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8474 966/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IMK2547	P01JF00093	23/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHC2941	P01JF0008J	22/07/2017	65800	230 * IV	293.47
MHC2941	P01JF0008H	22/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8474 967/2017**

Publicação Nº 1426051

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO - 255610

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8474 967/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHC2941	P01JF0008I	22/07/2017	58350	195	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE COUTO DE OLIVEIRA FILHO  
DIRETOR DE TRANSITO

**MORRO DA FUMAÇA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8248 1142/2017**

Publicação Nº 1426189

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8248 1142/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MED0676	P01FD001CB	26/06/2017	50100	162 * I	880.40
CGM0442	P01FD001LQ	03/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LYF7058	P01FD001E6	09/07/2017	73400	252 * IV	130.16
MIC5657	P01FD001HB	06/08/2017	51851	167	195.23
CWH2546	P01FD001LD	03/09/2017	51851	167	195.23
MIS6753	P01FD001HZ	07/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MED0676	P01FD001CA	26/06/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 1141/2017**

Publicação Nº 1426190

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8248 1141/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIM9210	P01FD001NM	07/10/2017	76332	ART 252, UNICO
LZQ4883	P01FD001NO	08/10/2017	50100	162 * I
IJV1526	P01FD001N9	07/10/2017	57380	186 * II
MIM9210	P01FD001NL	07/10/2017	73400	252 * IV
MDS2820	P01FD001NI	07/10/2017	51851	167
MMA5824	P01FD001QG	27/10/2017	51851	167
DQG2629	P01FD001QJ	27/10/2017	51851	167
ETE2797	P01FD001QN	27/10/2017	51851	167
MKE3800	P01FD001QZ	30/10/2017	51851	167
MDU8185	P01FD001R7	31/10/2017	51851	167
LZQ4883	P01FD001NN	08/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

### MORRO GRANDE

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8462 237/2017

Publicação Nº 1426059

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8462 237/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGP5282	P02QX00051	24/07/2017	69120	232	88.38
MCR5503	54049408E	26/07/2017	57463	187 * I	130.16
LYK7878	P02U900018	31/08/2017	57463	187 * I	130.16
MJN7475	P02U90001D	01/09/2017	65992	230 * V	293.47



MGX2513	P02U90001F	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGP5282	P02QX00050	24/07/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

### NAVEGANTES

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2206/2017

Publicação Nº 1426173

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2206/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
OKG4580	P016B00024	12/10/2016	50450	162 * V	191.54
MGR9382	55940692E	07/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFL0481	P014T0005D	06/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFQ4708	55587711C	04/08/2017	50100	162 * I	880.40
MJN0782	P02P00001P	15/09/2017	50100	162 * I	880.40
OKF2524	P02P00000U	05/08/2017	50450	162 * V	293.47
MFL0481	P014T0005F	06/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MLJ9278	P014T0005R	02/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
QHV8791	P02OX0000P	26/08/2017	73400	252 * IV	130.16
QIH6831	P014T00060	11/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MFN9141	55940678E	02/02/2017	73400	252 * IV	130.16
OKF2524	P02P00000T	05/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFL0481	P014T0005E	06/08/2017	65992	230 * V	293.47
MJN0782	P02P00001O	15/09/2017	65992	230 * V	293.47
OKF2524	P02P00000V	05/08/2017	66101	230 * VII	195.23
MJN7498	55938648E	12/01/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MLJ9278	P014T0005T	02/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2207/2017**

Publicação Nº 1426172

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRAN - 282210

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2207/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHK2001	54294410N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIO9434	54294411N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
AOX8934	55587445C	05/09/2017	53800	181 * I	130.16
QHU3379	P02OW0001M	02/09/2017	55250	181 * XV	130.16
LZZ7919	P016X0008W	07/09/2017	55250	181 * XV	130.16
LBG2786	P016S00084	11/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MBP8152	55586381C	24/07/2017	55680	181 * XIX	195.23
MKQ0889	P016S0007B	16/08/2017	57380	186 * II	293.47
MLJ9278	P014T0005U	02/09/2017	58350	195	195.23
MHW9037	P01A10008T	19/08/2017	65300	228	195.23
MDP3705	55587763C	18/08/2017	65640	230 * II	293.47
HGP7632	P014T00059	04/08/2017	51851	167	195.23
NEM0728	55937822E	16/08/2017	54522	181 * VIII	195.23
AWW3004	P016S0007C	16/08/2017	56222	182 * VI	88.38
MAA2776	P02OX0000N	26/08/2017	70562	244 * III c/c ÷ 1\$	130.16
MFT4784	55587450C	06/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



NAVEGANTES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOHNNY EURICO COELHO  
SUPERINTENDENTE

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2204/2017**

Publicação Nº 1426175

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8272 2204/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDP2093	55587368C	21/09/2017	64080	221
MFO6416	P01A1000AS	01/10/2017	69120	232
I0G0415	P02OW00026	06/10/2017	69120	232
OZN1713	P02OW0002P	21/10/2017	73400	252 * IV
MIS2337	P02OW00038	25/10/2017	73400	252 * IV
MKZ3385	P02P200023	01/10/2017	73400	252 * IV
MII6323	55587814C	26/09/2017	73400	252 * IV
MIJ2185	P02OW0003B	29/10/2017	73400	252 * IV
MES0997	P02OW0003D	29/10/2017	73400	252 * IV
MIB1906	P02OW0003F	29/10/2017	73400	252 * IV
MLM9272	P02OW0003I	29/10/2017	73400	252 * IV
MEY9703	55587802C	11/09/2017	65992	230 * V
CRW3412	P02P00002G	29/10/2017	65992	230 * V
MHD8346	55587826C	26/09/2017	65992	230 * V
MFO6416	P01A1000AQ	30/09/2017	65992	230 * V
QHI0922	P01A1000BJ	27/10/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2205/2017**

Publicação Nº 1426174

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRAN - 282210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8272 2205/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHK3867	55587367C	21/09/2017	76251	ART 181, XX
MBZ7635	P016X0009N	25/10/2017	53800	181 * I
MJO4521	55587161C	11/09/2017	54100	181 * IV
MJJ1321	55587173C	14/09/2017	54100	181 * IV
HAW5361	P020X00020	01/10/2017	55250	181 * XV
MEF6811	P020W00022	04/10/2017	55500	181 * XVIII
MKX2355	55587164C	11/09/2017	61220	214 * I
BIN6761	55941605E	28/10/2017	51851	167
NST4204	55587776C	30/08/2017	54522	181 * VIII
MMA8340	P02P20002F	01/11/2017	60411	207
IMP9716	P016S00097	01/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QIF4331	P02P00002K	29/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
DRN9486	P020X00027	02/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AYL5255	P02P200022	01/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOHNNY EURICO COELHO  
SUPERINTENDENTE

**NOVA TRENTO**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8153 1184/2017**

Publicação Nº 1426259

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8153 1184/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHG6707	54279816N	21/07/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MCT4017	P01KE000QB	16/07/2017	50100	162 * I	880.40
MEO0683	P01KE000SR	27/08/2017	50100	162 * I	880.40
IKK6996	P01KE000TD	03/09/2017	50450	162 * V	293.47
MEO0683	P01KE000SS	27/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QHK3450	P01KE000SE	27/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MIF4016	55589323F	03/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
AJR4891	P01KE000RA	30/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LBC2146	P01KE000S9	24/08/2017	58350	195	195.23
MCT4017	P01KE000QA	16/07/2017	65992	230 * V	293.47
IKK6996	P01KE000TC	03/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 1183/2017**

Publicação Nº 1426260

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8153 1183/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HTV8403	P02RO0001D	28/10/2017	50450	162 * V
QIP7021	P02RO0000W	05/10/2017	55500	181 * XVIII
NSW1072	P02RO0000Y	06/10/2017	54281	181 * V
MEH7798	P02RO0000X	05/10/2017	65992	230 * V
QHO6694	P02RO0001G	29/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

### NOVA VENEZA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8149 1040/2017

Publicação Nº 1426434

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8149 1040/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBM7531	P02Z80001L	28/05/2017	54282	181 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA VENEZA/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8149 1042/2017**

Publicação Nº 1426432

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8149 1042/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKG4860	P02Z80005R	31/07/2017	50450	162 * V	293.47
IVO8090	P02Z80005B	16/07/2017	54522	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA VENEZA/SC, 21 DE OUTUBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8149 1045/2017**

Publicação Nº 1426429

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8149 1045/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IGM1338	P02ZA00024	04/08/2017	65992	230 * V	293.47
MKG7078	55764233B	08/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA VENEZA/SC, 04 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8149 1039/2017

Publicação Nº 1426435

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8149 1039/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYR2542	P01WG000A1	06/09/2017	50100	162 * I
MBO6246	P01WG000AB	20/09/2017	50100	162 * I
MDK7226	P01WG000A4	06/09/2017	50450	162 * V
LYR2542	P01WG000A0	06/09/2017	64080	221
GMG2286	P01WG000A2	06/09/2017	67690	230 * XXII
QHG9095	P02ZA0003Y	03/10/2017	73400	252 * IV
MHR8171	P02ZA0003B	06/09/2017	65992	230 * V
MDK7226	P01WG000A3	06/09/2017	65992	230 * V
AGD1059	P02ZA0003C	06/09/2017	65992	230 * V
MHH6129	P01WG000A8	13/09/2017	65992	230 * V
MBO6246	P01WG000AC	20/09/2017	65992	230 * V
LZK6200	P01WG000AJ	01/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



NOVA VENEZA/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8149 1041/2017**

Publicação Nº 1426433

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8149 1041/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

EGY7257	P02ZA0003K	12/09/2017	50100	162 * I
MBQ5665	P03FG00002	03/10/2017	50100	162 * I
HEI0660	P02ZA0003I	12/09/2017	65992	230 * V
MBQ5665	P03FG00001	03/10/2017	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA VENEZA/SC, 21 DE OUTUBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8149 1043/2017**

Publicação Nº 1426431

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8149 1043/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MBR3258	P02ZA0003R	27/09/2017	50100	162 * I
LYB2799	P02ZA00042	15/10/2017	50100	162 * I
LWR8429	P03PN00007	15/10/2017	50100	162 * I
HEI0660	P02ZA0003J	12/09/2017	50450	162 * V
MLI4359	P03PN00002	09/10/2017	73400	252 * IV
QHY6860	P03PN00005	15/10/2017	54522	181 * VIII
MIT1387	P03PN00009	16/10/2017	65992	230 * V
MBR3258	P02ZA0003Q	27/09/2017	65992	230 * V
MBG4305	P02ZA00040	09/10/2017	65992	230 * V
MKI9842	P02ZA0003M	18/09/2017	65992	230 * V
LWR8429	P03PN00008	15/10/2017	66372	230 * IX
MBG1237	P03PN00001	09/10/2017	66372	230 * IX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

NOVA VENEZA/SC, 28 DE OUTUBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8149 1044/2017**

Publicação Nº 1426430

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8149 1044/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MIF9395	P03PN0000G	21/10/2017	50100	162 * I
---------	------------	------------	-------	---------

MIS9521	P02ZA0003W	27/09/2017	50450	162	* V
ILQ8990	P02ZA0004A	21/10/2017	54440	181	* VII
KJI1844	P03PN0000E	21/10/2017	58780	199	
MIS9521	P02ZA0003V	27/09/2017	51691	165	
MFV5087	P02ZA0004D	21/10/2017	65992	230	* V
MIF9395	P03PN0000F	21/10/2017	65992	230	* V
DIU9244	P03PN0000K	24/10/2017	65992	230	* V
MKS9892	P02ZA00047	21/10/2017	65992	230	* V
MJX4455	P01WG000AH	27/09/2017	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA VENEZA/SC, 04 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8149 1046/2017

Publicação Nº 1426428

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8149 1046/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LZQ7413	P03FG00003	03/10/2017	50100	162 * I
MFR5101	P03FG00004	03/10/2017	50100	162 * I
MCK5041	P03PN0000Y	01/11/2017	50100	162 * I
LXZ3968	P03FG00005	06/10/2017	55250	181 * XV
MIU5722	P03PN00013	02/11/2017	65992	230 * V
MEB0832	P03PN0000W	01/11/2017	65992	230 * V
MIU5722	P03PN00014	02/11/2017	66372	230 * IX
PUV7105	P03PN0000J	24/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA VENEZA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**ORLEANS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8084 1718/2017**

Publicação Nº 1426340

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8084 1718/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXQ1928	P01FX0016S	13/08/2017	50100	162 * I	880.40
QHR9609	P01FZ000RK	26/07/2017	65800	230 * IV	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8084 1719/2017**

Publicação Nº 1426339

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

## DE TRANSITO N.8084 1719/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ATP3082	54274730N	06/07/2017	50020	257 ã 8\$	88.38
FUQ9291	54294037N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
QHD3497	P01FX0017S	22/08/2017	53800	181 * I	130.16
LXA5884	P01FX0015W	24/07/2017	51851	167	195.23
LYT3446	P01FZ000RI	25/07/2017	51851	167	195.23
MLS2080	55381066F	16/09/2017	68231	231 * IV	195.23
MLK1497	P01FX0015V	24/07/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1716/2017**

Publicação Nº 1426342

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8084 1716/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHT1568	P01FZ000VO	25/09/2017	75790	165 A
MBR7141	P01FZ000XQ	13/10/2017	50100	162 * I
MEZ6156	P01FZ000XX	13/10/2017	50100	162 * I
ILS2208	P01FX001B0	29/10/2017	52820	176 * I

MHP2201	P01FZ000WE	03/10/2017	65800	230	*	IV
MCF2951	P01FX001AT	05/10/2017	66020	230	*	VI
MBR7141	P01FZ000XR	13/10/2017	66020	230	*	VI
MHP2201	P01FZ000WC	03/10/2017	66700	230	*	XIII
MEZ6156	P01FZ000XY	13/10/2017	73400	252	*	IV
MBR7141	P01FZ000XZ	13/10/2017	73400	252	*	IV
MBR7141	P01FZ000XS	13/10/2017	65561	230	*	I
MBR7141	P01FZ000XU	13/10/2017	65992	230	*	V
ILS2208	P01FX001AZ	29/10/2017	65992	230	*	V
MHP2201	P01FZ000WB	03/10/2017	65992	230	*	V
MDK2501	P01FX001AX	10/10/2017	65992	230	*	V
MFA2215	P01FZ000XO	13/10/2017	65992	230	*	V
MBR7141	P01FZ000XP	13/10/2017	66102	230	*	VII
MHP2201	P01FZ000WD	03/10/2017	66371	230	*	IX
MBR7141	P01FZ000XV	13/10/2017	66531	230	*	XI
MBR7141	P01FZ000XW	13/10/2017	67261	230	*	XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1717/2017**

Publicação Nº 1426341

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1717/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

MKA3989	54306617N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$
HFR0411	P01FZ000XI	11/10/2017	76251	ART	181, XX
MBR7141	P01FZ000Y0	13/10/2017	52070	169	
GVK1080	P01FZ000WY	07/10/2017	54600	181	* IX
MIH7307	P01FZ000X9	09/10/2017	54870	181	* XI
MJH4242	P01FE00127	27/10/2017	59750	204	
MAR0515	P01FZ000WI	03/10/2017	51851	167	





MCF2951 P01FX001AU 05/10/2017 70301 244 \* I  
MDY4374 P01FZ000WZ 07/10/2017 70991 244 \* V II  
MJK5000 P01FZ000XC 09/10/2017 55417 181\*XVII c/ Lei13146  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### Ouro

---

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 790/2017**

Publicação Nº 1426176

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - 282310

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 790/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLC2996	P00VD000XT	16/08/2017	57200	186 * I	195.23
MKO0025	P00VE000YR	26/07/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

Ederson savaris  
Diretor de transito

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 788/2017**

Publicação Nº 1426178

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8268 788/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCL7926	P00VD0013S	28/10/2017	50100	162 * I
LZU0715	P00VE0013B	07/10/2017	50450	162 * V
MCL7926	P00VD0013T	28/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCL7926	P00VD0013U	28/10/2017	65992	230 * V
LZU0715	P00VE0013C	07/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 789/2017**

Publicação Nº 1426177

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - 282310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8268 789/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIC2268	P00VD00127	09/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

Ederson savaris  
Diretor de transito

### OURO VERDE

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8744 263/2017

Publicação Nº 1425997

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8744 263/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCH4081	P01FP0001Q	08/04/2017	50100	162 * I	880.40
MCK8775	P01FT000R3	08/04/2017	50450	162 * V	293.47
MCH4081	P01FP0001R	08/04/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO VERDE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8744 262/2017**

Publicação Nº 1425998

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8744 262/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBZ2863	P01FT00145	05/10/2017	50100	162 * I
AGD1320	P01FT00147	05/10/2017	50100	162 * I
IBZ2863	P01FT00146	05/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
AGD1320	P01FT00148	05/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
HAM6520	P01FT0017Y	29/10/2017	51851	167
HAM6520	P01FT0017X	29/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO VERDE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**PALHOÇA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2479/2017**

Publicação Nº 1426362

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8064 2479/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HHM2695	P03AM0004Q	03/08/2017	50100	162 * I	880.40
LZF4630	55462405F	25/06/2017	50100	162 * I	880.40
MFT7150	P01GE000DR	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
LZY7675	P016M000EW	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
DWR4736	P02XA0004X	15/08/2017	50450	162 * V	293.47
LZF4630	55462406F	25/06/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFL7783	P02X70001V	01/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LZY7675	P016M000EX	04/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
DWR4736	P02XA0004Y	15/08/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
IMU5568	P016K000GF	03/09/2017	65480	229	130.16
MFT7150	P01GE000DP	04/09/2017	69120	232	88.38
MEE3630	54874562G	30/08/2017	69120	232	88.38
ALJ3102	P02X70001O	30/08/2017	69120	232	88.38
ALJ3102	P02X70001P	30/08/2017	51691	165	2934.68
MFL7783	P02X70001S	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MKO2506	P03BK0000C	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
QHB4914	P03AM0004F	01/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFT7150	P01GE000DQ	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZY7675	P016M000EY	04/09/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS  
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2480/2017**

Publicação Nº 1426361

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2480/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MIP2670	54294362N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	88.38
MHO6616	54294367N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
QHK8308	54294368N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	195.23
MKU4708	54874558G	29/08/2017	76331	ART 252,	UNICO	293.47
MMC3871	54874585G	31/08/2017	76331	ART 252,	UNICO	293.47
MLL0303	54874653G	31/08/2017	76331	ART 252,	UNICO	293.47
MLC4749	54871681G	09/06/2017	76331	ART 252,	UNICO	293.47
MBV8044	54872357G	01/08/2017	76331	ART 252,	UNICO	293.47
LSF0072	54872536G	04/08/2017	76331	ART 252,	UNICO	293.47
QHA7444	54873867G	22/08/2017	76331	ART 252,	UNICO	293.47
DRM3953	54874129G	28/08/2017	76331	ART 252,	UNICO	293.47
MHO7990	54874635G	01/09/2017	76332	ART 252,	UNICO	293.47
PUR1140	54874096G	31/08/2017	53800	181 *	I	130.16
MMK5859	54874089G	30/08/2017	55680	181 *	XIX	195.23
MMB5396	54874359G	29/08/2017	55680	181 *	XIX	195.23
OIH7426	54872673G	07/07/2017	55680	181 *	XIX	195.23
NMJ7101	P03AM0001Q	06/07/2017	57200	186 *	I	195.23
MSW3010	P02XA00067	31/08/2017	57200	186 *	I	195.23
QIA3302	P02XB0003C	02/09/2017	57380	186 *	II	293.47
MLK4791	54874232G	13/09/2017	57380	186 *	II	293.47
MKX6995	54874640G	04/09/2017	57380	186 *	II	293.47
MKO0767	54874532G	04/09/2017	57380	186 *	II	293.47
MER0038	P016M0009D	23/01/2017	57380	186 *	II	293.47
FBX0893	54872819G	26/07/2017	57380	186 *	II	293.47
QHH5357	54873638G	12/09/2017	58350	195		195.23
MBZ2719	P02XA0006G	02/09/2017	51851	167		195.23
MKE1100	54874587G	31/08/2017	51851	167		195.23
MLG1535	54874581G	31/08/2017	51851	167		195.23
MMC3871	54874584G	31/08/2017	51851	167		195.23
JNZ8556	54873866G	22/08/2017	51851	167		195.23
MHA3954	54874275G	29/08/2017	51851	167		195.23
MHZ6129	54874474G	30/08/2017	51851	167		195.23
MHZ1844	54874475G	30/08/2017	51851	167		195.23
LYS1630	54871765G	13/06/2017	51851	167		195.23
MJT5743	54872098G	28/06/2017	51851	167		195.23
MGA6857	54873198G	08/08/2017	51851	167		195.23
MAG6050	54872598G	08/08/2017	51851	167		195.23
MFY0204	P016M000ER	12/08/2017	51851	167		195.23
MIU1602	54872262G	02/08/2017	51851	167		195.23
AVE9315	54872470G	11/07/2017	54521	181 *	VIII	195.23
ARX4653	P016M000EI	12/08/2017	54521	181 *	VIII	195.23
IQM6945	P016M000EP	12/08/2017	54521	181 *	VIII	195.23
AOG3356	55461708F	15/08/2017	54521	181 *	VIII	195.23
MFU3565	54874501G	30/08/2017	54521	181 *	VIII	195.23
QIE8527	54874326G	11/09/2017	54526	181 *	VIII	195.23
MAI8070	54873814G	18/08/2017	54526	181 *	VIII	195.23
MMD6834	54874306G	01/09/2017	56221	182 *	VI	88.38
MLP7315	54872349G	07/08/2017	58196	193		880.40
MER0038	P016M0009C	23/01/2017	58196	193		880.40
MLS2185	54873300G	15/08/2017	58196	193		880.40
MIV3435	54873395G	17/08/2017	58196	193		880.40
MIH6086	54872389G	21/08/2017	60412	207		195.23
MBC4916	54874402G	29/08/2017	60412	207		195.23
MBC4916	54874025G	31/08/2017	60412	207		195.23
MEC4258	54874027G	31/08/2017	60412	207		195.23
MGT6614	54874487G	31/08/2017	60412	207		195.23
MHX0428	54874519G	31/08/2017	59670	203 *	V	1467.34
DAU2110	P02XA0006Q	03/09/2017	59670	203 *	V	1467.34
MAU9747	54874023G	31/08/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MMF1613	54874526G	01/09/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MHC8182	54873022G	02/08/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIF0530	54872267G	04/08/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MDR0612	54872346G	07/08/2017	55414	181*XVII	c/ Lei13146	195.23



MGK2843	P02XH00012	13/07/2017	73662	252*VI	130.16
MIZ4724	P016M000DU	08/07/2017	73662	252*VI	130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

CLAUDIO MONTEIRO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2477/2017

Publicação Nº 1426364

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2477/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFQ7156	P016N000IU	31/10/2017	50100	162 * I
MDR4611	P03Y10000E	01/11/2017	50100	162 * I
MBA7115	P02X700028	05/10/2017	50450	162 * V
MHP5773	P03Y100008	27/10/2017	50450	162 * V
MFQ7156	P016N000IT	31/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBA7115	P02X700029	05/10/2017	51420	164 c/c 162 * V
LZX2689	P016N000IS	28/10/2017	65480	229
MKG7912	55458702F	05/10/2017	67000	230 * XVI
FXR2009	P02WJ0004K	01/10/2017	67000	230 * XVI
MFA5312	P01GJ000I7	28/10/2017	69120	232
MCW7827	P03AM000CW	30/10/2017	73400	252 * IV
DPP3079	P02WJ00069	29/10/2017	51691	165
MBJ0521	P03AM000DB	30/10/2017	65561	230 * I
MBJ0521	P03AM000DA	30/10/2017	65992	230 * V
MDL5636	P03AM000DF	30/10/2017	65992	230 * V
LSF7638	P03Y10000F	01/11/2017	65992	230 * V
MFA5312	P01GJ000I6	28/10/2017	65992	230 * V
MBU9075	55458704F	25/10/2017	65992	230 * V
MKB8657	P03AM00074	01/10/2017	65992	230 * V
MMM5722	P01GJ000FI	26/09/2017	65992	230 * V
MJP4146	P016O000NM	30/09/2017	65992	230 * V

MHP5773	P03Y100007	27/10/2017	65992	230	* V
MKG7912	P016K000HK	07/10/2017	67261	230	* XVIII
MBU9075	55458705F	25/10/2017	67261	230	* XVIII
ITO7032	P02WJ0006N	30/10/2017	52741	175	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS  
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2478/2017

Publicação Nº 1426363

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2478/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MHV3797	54304561N	03/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKW9879	54312902N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MLN1256	54312906N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
AZA4781	54313514N	30/10/2017	50020	257 ã 8\$
ALT7532	55017352G	25/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MHQ8891	55016245G	30/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MMD8076	55016213G	05/10/2017	76331	ART 252, UNICO
AVE9350	55017550G	25/10/2017	76331	ART 252, UNICO
DFE9563	55016187G	29/09/2017	76331	ART 252, UNICO
BCD8808	54874434G	13/09/2017	76331	ART 252, UNICO
AYX1746	54874762G	19/09/2017	76331	ART 252, UNICO
INJ4006	55016459G	04/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MKA4097	55018151G	31/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MGW0478	55018111G	30/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MMJ3650	55017306G	31/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MJS5329	P03AM000D2	30/10/2017	76332	ART 252, UNICO
ITZ3077	55018117G	31/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MFU3939	55016505G	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MBH2988	55016520G	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO

MIE1035	55016517G	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QHB4914	55016547G	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO
GOE7030	55016078G	25/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MRU2121	55018053G	27/10/2017	53800	181 * I
MGW5577	54874822G	20/09/2017	53800	181 * I
MCF6790	55016280G	04/10/2017	55250	181 * XV
MJV4129	55016279G	04/10/2017	55250	181 * XV
LYR2410	P02XA000B0	27/10/2017	55250	181 * XV
MIJ9893	54873648G	31/10/2017	55680	181 * XIX
MIY9788	P02WJ0006U	02/11/2017	55680	181 * XIX
HGR5936	55016606G	06/10/2017	55680	181 * XIX
MDA8119	P02XA0008W	09/10/2017	55680	181 * XIX
MFR4135	55016732G	10/10/2017	55680	181 * XIX
MDP0861	54875026G	15/09/2017	55680	181 * XIX
CJR9756	54875029G	18/09/2017	55680	181 * XIX
MFW4528	55016405G	02/10/2017	55680	181 * XIX
ATF2534	55016603G	05/10/2017	55680	181 * XIX
MAZ1087	55016909G	04/10/2017	55680	181 * XIX
JRC1359	55016529G	04/10/2017	56650	182 * X
QIL5134	55016901G	29/09/2017	57200	186 * I
MAJ6694	55016903G	29/09/2017	57200	186 * I
MFQ1482	55016904G	29/09/2017	57200	186 * I
MHM2691	55016908G	29/09/2017	57200	186 * I
KON8666	55016356G	28/09/2017	57200	186 * I
MHO3412	55016340G	29/09/2017	57200	186 * I
FMX0273	55016341G	29/09/2017	57200	186 * I
MBI5072	54874740G	28/09/2017	57200	186 * I
MIU2669	55017583G	25/10/2017	57200	186 * I
DCO6172	55016727G	06/10/2017	57200	186 * I
MDO3284	55016723G	06/10/2017	57200	186 * I
MEL9497	55016272G	29/09/2017	57200	186 * I
MKJ7995	55017595G	26/10/2017	57200	186 * I
LYI7873	55017594G	26/10/2017	57200	186 * I
MJD3730	55016824G	26/10/2017	57200	186 * I
MLK0528	55016097G	26/10/2017	57380	186 * II
MFP5939	55016083G	26/10/2017	57380	186 * II
EMJ1981	55016082G	26/10/2017	57380	186 * II
MHN4247	P03AM000BW	30/10/2017	57380	186 * II
MHP8297	P03AM000CG	30/10/2017	57380	186 * II
MDY0662	P03AM000CH	30/10/2017	57380	186 * II
MKA1657	P03AM000CL	30/10/2017	57380	186 * II
QIN3033	P03AM000CN	30/10/2017	57380	186 * II
INT2439	P03AM000CO	30/10/2017	57380	186 * II
EQI7687	P03AM000CV	30/10/2017	57380	186 * II
MKK3611	P03AM000FG	03/11/2017	57380	186 * II
MHP7521	P03AM000DH	30/10/2017	57380	186 * II
MJW6448	P03AM000DI	30/10/2017	57380	186 * II
MIL1426	54873647G	31/10/2017	57380	186 * II
ALJ9813	55017219G	31/10/2017	57380	186 * II
DJF3406	55017161G	30/10/2017	57380	186 * II
MFE9201	55017201G	30/10/2017	57380	186 * II
MFF4665	55017432G	27/10/2017	57380	186 * II
MJL3939	55018057G	26/10/2017	57380	186 * II
MBE2461	55016491G	24/10/2017	57380	186 * II
MFY4465	55016494G	24/10/2017	57380	186 * II
MBV8044	55018108G	26/10/2017	57380	186 * II
EAM7372	55018106G	26/10/2017	57380	186 * II
IJM8230	55017398G	26/10/2017	57380	186 * II
MDJ4883	55017397G	26/10/2017	57380	186 * II
MKO3392	P03AM000BL	26/10/2017	57380	186 * II
MIU3042	P03AM000BV	26/10/2017	57380	186 * II
MHM0246	P02XB00058	26/10/2017	57380	186 * II
MGS3426	55017114G	26/10/2017	57380	186 * II

MHA1694	55017125G	26/10/2017	57380	186	*	II
MBG9406	55017126G	26/10/2017	57380	186	*	II
IQJ8490	55017127G	26/10/2017	57380	186	*	II
AVE5120	55017388G	26/10/2017	57380	186	*	II
MCB1117	55017387G	26/10/2017	57380	186	*	II
IVU1074	55017386G	26/10/2017	57380	186	*	II
MIW8298	55017380G	26/10/2017	57380	186	*	II
MIG7762	55017377G	26/10/2017	57380	186	*	II
MAI3717	55017369G	26/10/2017	57380	186	*	II
MKE3676	55016916G	04/10/2017	57380	186	*	II
OKE6037	P03AM00076	04/10/2017	57380	186	*	II
MIZ2396	P03AM0007L	04/10/2017	57380	186	*	II
HFR5298	P03AM0007P	04/10/2017	57380	186	*	II
AQR0392	55016712G	05/10/2017	57380	186	*	II
MFV3049	55017098G	26/10/2017	57380	186	*	II
MLJ0127	55017095G	26/10/2017	57380	186	*	II
MLL0887	55017067G	25/10/2017	57380	186	*	II
ALJ9813	55017027G	25/10/2017	57380	186	*	II
MBJ2334	55017033G	25/10/2017	57380	186	*	II
CRI1570	55017043G	25/10/2017	57380	186	*	II
MER6279	55016733G	10/10/2017	57380	186	*	II
MKO9688	P016000007	10/10/2017	57380	186	*	II
MLT9001	P01600000H	10/10/2017	57380	186	*	II
MHG6626	P03YD0000H	20/10/2017	57380	186	*	II
MHS1800	55017000G	23/10/2017	57380	186	*	II
FNB0010	55016549G	04/10/2017	57380	186	*	II
MDH0864	55016319G	28/09/2017	57380	186	*	II
QIM2517	54875060G	15/09/2017	57380	186	*	II
MHE6436	55016253G	28/09/2017	57380	186	*	II
MDB6547	P02XA0008F	30/09/2017	59750	204		
LYB8874	P016M000FN	08/10/2017	65300	228		
MID9415	55016576G	10/10/2017	51851	167		
MDF6649	55016589G	10/10/2017	51851	167		
HCF5199	55016799G	26/10/2017	51851	167		
MAO7162	55016149G	03/10/2017	51851	167		
MKG9310	55016143G	03/10/2017	51851	167		
MHR1485	55016141G	03/10/2017	51851	167		
MFH7596	55016135G	03/10/2017	51851	167		
MMJ5709	55016101G	27/09/2017	51851	167		
MJT1615	54873578G	27/09/2017	51851	167		
QID3336	54874785G	25/09/2017	51851	167		
MJV2554	55016129G	03/10/2017	51851	167		
LYU8072	54874923G	03/10/2017	51851	167		
MFU3939	55016506G	04/10/2017	51851	167		
MMF9745	55016531G	04/10/2017	51851	167		
MKE7425	55016406G	02/10/2017	51851	167		
MBM5635	55016528G	04/10/2017	51851	167		
JRC1359	55016539G	04/10/2017	51851	167		
MKV7557	55016508G	04/10/2017	51851	167		
NOV9464	55016503G	04/10/2017	51851	167		
MJI0710	P03Y10000C	01/11/2017	51851	167		
HIP4279	P03AM000CY	30/10/2017	51851	167		
MEL0711	P03AM000C4	30/10/2017	51851	167		
LXF8280	55016831G	27/10/2017	54521	181	*	VIII
MKI9345	55017308G	31/10/2017	54521	181	*	VIII
AWO4311	54874733G	27/09/2017	54521	181	*	VIII
ION5119	54874874G	21/09/2017	54521	181	*	VIII
MIM8053	54873883G	24/08/2017	54521	181	*	VIII
MLZ6528	55461715F	04/09/2017	54521	181	*	VIII
MHA2112	54872640G	28/09/2017	54521	181	*	VIII
MCO8964	55016180G	29/09/2017	54521	181	*	VIII
MED8310	55016715G	06/10/2017	54521	181	*	VIII
QIF8764	55016710G	06/10/2017	54521	181	*	VIII

MMH8865	P02XA000AW	27/10/2017	54521	181	*	VIII
DTD1220	55018105G	27/10/2017	54521	181	*	VIII
IBP4015	55016486G	24/10/2017	54521	181	*	VIII
AJJ5206	55461747F	18/10/2017	54521	181	*	VIII
ABW1496	55017145G	30/10/2017	54521	181	*	VIII
MLX7131	55017144G	30/10/2017	54521	181	*	VIII
QHA6764	55017392G	26/10/2017	54523	181	*	VIII
MKE9971	55016716G	09/10/2017	54525	181	*	VIII
MFC2049	54875006G	15/09/2017	54525	181	*	VIII
AFN8236	54875058G	15/09/2017	54525	181	*	VIII
MJF1886	54874981G	27/09/2017	54526	181	*	VIII
MCQ9857	55016384G	05/10/2017	54526	181	*	VIII
MKP4698	55016821G	26/10/2017	54526	181	*	VIII
LZV5155	55016117G	02/10/2017	56221	182	*	VI
MLK0528	55016098G	26/10/2017	58196	193		
MLQ8122	P03AM000BI	26/10/2017	60411	207		
PUP1781	55017358G	25/10/2017	60412	207		
MDF4801	55016370G	04/10/2017	60412	207		
FBR2007	55016378G	04/10/2017	60412	207		
MDZ0999	55016956G	04/10/2017	60412	207		
MIR9395	55016954G	04/10/2017	60412	207		
MGQ0420	P01GE000FA	02/10/2017	60412	207		
MDR4718	55016160G	27/09/2017	60412	207		
QIC6256	54874448G	27/09/2017	60412	207		
KDR0657	54873986G	25/08/2017	60412	207		
CXT8907	54874734G	27/09/2017	60412	207		
MBA7318	55016412G	02/10/2017	60412	207		
LXQ6821	54874742G	29/09/2017	60412	207		
QHW3457	55016914G	04/10/2017	60412	207		
IDD7719	55016834G	27/10/2017	60412	207		
MEL3440	55018112G	30/10/2017	60412	207		
MHI7965	P01GE000FN	02/10/2017	59670	203	*	V
AXN0708	P01GE000FO	02/10/2017	59670	203	*	V
MMB0627	P01GE000GO	02/10/2017	59670	203	*	V
MFR7833	54875055G	14/09/2017	59670	203	*	V
MAB6960	54874041G	15/09/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146
QHN9822	54874044G	21/09/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146
MHX8139	55017365G	26/10/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146
MPR6744	54874749G	03/10/2017	55414	181	*	XVII c/ Lei13146
MIY8205	54874735G	28/09/2017	55414	181	*	XVII c/ Lei13146
OPY4539	54875037G	18/09/2017	55417	181	*	XVII c/ Lei13146
MJR9044	55016114G	02/10/2017	55417	181	*	XVII c/ Lei13146
QHG7531	55018076G	30/10/2017	55417	181	*	XVII c/ Lei13146
MDJ5417	P02XB0005B	31/10/2017	73662	252	*	VI
ITZ3077	P02XA000AX	27/10/2017	73662	252	*	VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

CLAUDIO MONTEIRO  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**PALMITOS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8432 1326/2017**

Publicação Nº 1426081

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8432 1326/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICG1104	P01LN000C6	02/09/2017	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8432 1327/2017**

Publicação Nº 1426080

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS - 282370

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8432 1327/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GAI6666	P01LN000BZ	22/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16



ILM0535	P01LN000AY	23/07/2017	58350	195		195.23
MFL8496	P01LN000AX	20/07/2017	61810	215	* II	195.23
ILM0535	P01LN000AZ	23/07/2017	70640	244	* IV	293.47
MEZ4939	P01LN000BN	08/08/2017	52663	174		2934.68

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

AIRTON COSTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1324/2017**

Publicação Nº 1426083

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1324/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYD5308	P01LN000DN	15/10/2017	65480	229	
IJV7238	P01LN000E9	29/10/2017	65480	229	
LZJ2981	P01LN000E8	27/10/2017	65992	230	* V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1325/2017**

Publicação Nº 1426082

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS - 282370

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8432 1325/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
NGV9554	P01LN000D5	06/10/2017	72340	250 * I * a
KAB0984	P01LN000D0	02/10/2017	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

AIRTON COSTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**PAPANDUVA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8114 1405/2017**

Publicação Nº 1426300

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8114 1405/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCD3384	P01GD000B1	22/08/2017	51851	167	195.23
AVG3019	P02DS0000Z	25/07/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ HENRIQUE SALIBA  
PREFEITO MUNICIPAL

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1403/2017

Publicação Nº 1426302

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1403/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGU9969	P02WK0001N	08/10/2017	50100	162 * I
MAJ1410	P01GD000BR	10/10/2017	50100	162 * I
BPK0937	P02WK0001V	30/10/2017	50100	162 * I
MAJ1410	P01GD000BT	10/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MAJ1410	P01GD000BS	10/10/2017	66371	230 * IX
MAJ1410	P01GD000BV	10/10/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1404/2017**

Publicação Nº 1426301

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8114 1404/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAJ1410	P01GD000BU	10/10/2017	58350	195
MAJ1410	P01GD000BW	10/10/2017	51851	167
MAJ1410	P01GD000BX	10/10/2017	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ HENRIQUE SALIBA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PASSO DE TORRES****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8448 841/2017**

Publicação Nº 1426069

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8448 841/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJB0619	P01FJ001JX	01/09/2017	50450	162 * V	293.47
MBK4079	P01FJ0018C	30/06/2017	52070	169	88.38
MLZ8854	P01FJ001BL	24/07/2017	52070	169	88.38
MLZ8854	P01FJ001BM	24/07/2017	57200	186 * I	195.23
QHZ4479	P01FJ001JR	30/08/2017	57200	186 * I	195.23
MLZ8854	P01FJ001BG	24/07/2017	58350	195	195.23
COF9144	P01FJ0017L	24/06/2017	66700	230 * XIII	195.23
MIV0606	P01FJ001H6	19/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
IOS4198	P01FJ001HO	22/08/2017	51851	167	195.23
MGP0053	P01FJ001CA	25/07/2017	51851	167	195.23
IXH8400	P01FJ001CX	29/07/2017	51851	167	195.23
QHB3292	P01FJ001IU	26/08/2017	51851	167	195.23
MLJ3811	P01FJ001G1	14/08/2017	51851	167	195.23
MLZ8854	P01FJ001BH	24/07/2017	52151	170	293.47
MLZ8854	P01FJ001BJ	24/07/2017	52152	170	293.47
MLZ8854	P01FJ001BK	24/07/2017	65992	230 * V	293.47
MJB0619	P01FJ001JW	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MAR5986	P01FJ001IO	26/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MBQ4963	P01FJ001FN	12/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MLZ8854	P01FJ001BO	24/07/2017	70991	244 * V II	195.23
MLZ8854	P01FJ001BN	24/07/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 840/2017**

Publicação Nº 1426070

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 840/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DQC2984	P01FJ001MK	07/10/2017	75790	165 A
CXV8119	P01FJ001PG	28/10/2017	50100	162 * I
CXV8119	P01FJ001PH	28/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
LWY4216	P01FJ001PE	27/10/2017	66290	230 * VIII
DQC2984	P01FJ001MN	07/10/2017	68580	231 * VII
LXA4725	P01FJ001PW	02/11/2017	54521	181 * VIII
LWY4216	P01FJ001PD	27/10/2017	65992	230 * V
IKO4730	P01FJ001ML	07/10/2017	65992	230 * V
ILT1297	P01FJ001MD	01/10/2017	66371	230 * IX
DQC2984	P01FJ001MM	07/10/2017	66531	230 * XI
ILT1297	P01FJ001MC	01/10/2017	67261	230 * XVIII
LWY4216	P01FJ001PF	27/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

### PASSOS MAIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8554 390/2017

Publicação Nº 1426031

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8554 390/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MVC2410	P01FG000AX	16/09/2017	50100	162 * I	880.40
MVC2410	P01FG000AY	16/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40





BAH1646	P01F9000FC	26/07/2017	51851	167	195.23
MVC2410	P01FG000AW	16/09/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSOS MAIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**PAULO LOPES**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 691/2017**

Publicação Nº 1426106

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8392 691/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

MCA4619	54048396F	22/09/2017	50100	162 * I
MFF4572	54048406F	07/10/2017	50100	162 * I
MFF4572	54048407F	07/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCA4619	54048397F	22/09/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCA4619	54048399F	22/09/2017	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

### PENHA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 2085/2017

Publicação Nº 1426336

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 2085/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IJL9492	P01F8000QO	26/07/2017	50100	162 * I	880.40
IJL9492	P01F8000QP	26/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AOG5326	P01FC001TK	31/08/2017	53040	176 * III	1467.34
MGD3798	P01F8000RN	06/08/2017	73580	252 * V	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

PROCÀPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO  
DELEGADO DE POLICIA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 2086/2017

Publicação Nº 1426335

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 2086/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHB3108	54288632N	15/08/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MMC4095	54294406N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	88.38
MEC6066	P01FC001TM	31/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
ARE4003	P01FC001SU	26/08/2017	57380	186 * II	293.47
MBK6685	P01FC001TU	31/08/2017	61220	214 * I	293.47
MLX1307	54180032F	27/06/2017	61300	214 * II	293.47
MDX1499	P01F8000R6	27/07/2017	51851	167	195.23
MAX4009	P01F70006O	31/07/2017	51851	167	195.23
LXA3120	P01FC001QW	04/08/2017	51851	167	195.23
MGD3798	P01F8000RM	06/08/2017	51851	167	195.23
NGH7836	P01FC001S9	22/08/2017	51851	167	195.23
AHY8301	P01FC001TV	31/08/2017	51851	167	195.23
ADC1928	P01FC001TX	31/08/2017	51851	167	195.23
MFB9950	P01K40004P	02/09/2017	51851	167	195.23
AMD8763	P01K40004Q	02/09/2017	51851	167	195.23
MGO7355	P01K40004S	02/09/2017	51851	167	195.23
MJD8625	P01K40004U	02/09/2017	51851	167	195.23
IPN3955	P01K40004V	02/09/2017	51851	167	195.23
MLM3059	P01F8000V8	01/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON SEVERINO  
DIRETOR DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2083/2017**

Publicação Nº 1426338

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2083/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KKT4054	P01F80011G	29/10/2017	75790	165 A
MDQ7892	P01F800115	27/10/2017	50100	162 * I
MDQ7892	P01F800116	27/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHR0844	P01F8000YZ	30/09/2017	65480	229
MDQ7892	P01F800114	27/10/2017	65992	230 * V
KKT4054	P01F80011F	29/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

PROCÀPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2084/2017

Publicação Nº 1426337

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2084/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AVT2029	54312996N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
KKT4054	P01F80011E	29/10/2017	51930	168
LXZ3722	P01F80011A	29/10/2017	55680	181 * XIX
HEJ8805	P01FC001ZY	28/10/2017	55680	181 * XIX
MGC2797	P01FC00200	28/10/2017	55680	181 * XIX
QIE2189	P01FC00201	28/10/2017	55680	181 * XIX
MIL0118	P01F800113	26/10/2017	51851	167
MDN3547	P01F8000Y2	28/09/2017	51851	167
BEH7883	P01FC001XC	06/10/2017	51851	167
DTA5739	P01F80010J	23/10/2017	51851	167
MKM8333	P01F80011N	31/10/2017	51851	167
CLM0279	P01FC001Z8	18/10/2017	51852	167

QIE2189 P01FC0020F 28/10/2017 59241 203 \* I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON SEVERINO  
DIRETOR DE TRANSITO

---

**PETROLÂNDIA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8143 612/2017**

Publicação Nº 1426271

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8143 612/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MBU1092	P02RZ00010	07/10/2017	65480	229
---------	------------	------------	-------	-----

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PETROLANDIA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**PINHALZINHO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8290 1098/2017**

Publicação Nº 1426157

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8290 1098/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BZE6576	P036J0006M	22/07/2017	75790	165 A	2934.68
AMX9026	P036J0007N	01/08/2017	75790	165 A	2934.68
EIO8375	P02Z00000L	11/07/2017	52070	169	88.38
AFN5072	P02Z00000S	20/07/2017	55250	181 * XV	130.16
LYY8038	P036J0009Q	03/09/2017	64080	221	130.16
AMX9026	P036J0007P	01/08/2017	65300	228	195.23
AFK6593	P036J0009G	26/08/2017	51851	167	195.23
MFW6750	P02Z00001F	31/07/2017	65561	230 * I	293.47
LYY8038	P036J0009P	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
AMX9026	P036J0007O	01/08/2017	66102	230 * VII	195.23
LYY8038	P036J0009R	03/09/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHALZINHO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8290 1097/2017**

Publicação Nº 1426158

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8290 1097/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,





NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKM3054	P036J000CU	23/10/2017	76332	ART 252, UNICO
CNG5178	P02Z00002K	07/10/2017	50100	162 * I
LYK6194	P02Z00003I	27/10/2017	50450	162 * V
EGC5369	P02Z00002J	07/10/2017	64080	221
CNG5178	P02Z00002N	07/10/2017	51851	167
EGC5369	P02Z00002O	07/10/2017	51851	167
CNG5178	P02Z00002L	07/10/2017	58191	193
MAR0707	P036J000CM	21/10/2017	65992	230 * V
EJB4095	P02Z00002V	09/10/2017	65992	230 * V
LYK6194	P02Z00003H	27/10/2017	65992	230 * V
LYK6194	P02Z00003J	27/10/2017	67261	230 * XVIII
MAR0707	P036J000CN	21/10/2017	67261	230 * XVIII
CNG5178	P02Z00002M	07/10/2017	67261	230 * XVIII
DMX2476	P02Z000045	31/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHALZINHO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

### PIRATUBA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 825/2017

Publicação Nº 1426140

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 825/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZK3651	P02VZ0000Y	12/10/2017	50100	162 * I
LZK3651	P02VZ0000Z	12/10/2017	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 826/2017

Publicação Nº 1426139

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - 282570

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 826/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBM9958	P02VZ0000T	09/10/2017	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

CLADEMIR SERGIO DA SILVA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**PLANALTO ALEGRE****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8540 288/2017**

Publicação Nº 1426034

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8540 288/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFQ5838	P02XW00007	23/07/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 287/2017**

Publicação Nº 1426035

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8540 287/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----  
MKZ3976 P02VT0000M 25/10/2017 54870 181 \* XI  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

---

**POMERODE**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8126 2165/2017**

Publicação Nº 1426280

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8126 2165/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYR3964	P02B200077	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
LYR3964	P02B200078	01/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LYR3964	P02B20007A	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
QHG2394	P02B20006Z	26/08/2017	65992	230 * V	293.47
LYR3964	P02B20007B	01/09/2017	66102	230 * VII	195.23
LYR3964	P02B200079	01/09/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8126 2166/2017**

Publicação Nº 1426279

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8126 2166/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DLP2041	54883396E	18/10/2014	51930	168	191.53
LXJ9380	54882819E	06/07/2014	51851	167	127.69
MFG6979	55955613E	11/11/2014	54521	181 * VIII	127.69
MKA1049	54986167E	02/10/2014	60501	208	191.53
MKA1049	54986166E	02/10/2014	73662	252 * VI	85.12
MHH9927	55955477E	07/11/2014	59241	203 * I	957.69
MBP1102	54986245E	14/11/2014	59670	203 * V	957.69
MGN5208	55669410F	07/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MJE0427	55669384F	28/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MMH0440	P02B1000AA	31/08/2017	61220	214 * I	293.47
MCQ7617	55669516F	15/08/2017	51851	167	195.23
MEI2094	55669601F	25/08/2017	51851	167	195.23
ANU4780	55669565F	15/08/2017	57461	187 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8762 740/2017**

Publicação Nº 1425989

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8762 740/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIM1262	8762070972	12/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJN0383	8762070979	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCP7872	8762070982	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGJ9404	8762071075	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLP6921	8762071081	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
FDM5026	8762071086	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCE4612	8762071088	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
MEV0574	8762071093	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGG2828	8762071097	21/08/2017	74550	218 * I	130.16
ADO8850	8762071117	21/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJE8833	8762071120	22/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHJ7425	8762071146	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHO2188	8762071153	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHX8630	8762071028	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
MBT8711	8762071172	23/08/2017	74550	218 * I	130.16
LRF6357	8762071171	23/08/2017	74630	218 * II	195.23
DNB2287	8762071068	19/08/2017	56732	183	130.16
MJG4918	8762071114	21/08/2017	56732	183	130.16
MMD3049	8762071010	15/08/2017	56732	183	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 2163/2017**

Publicação Nº 1426282

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100



EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8126 2163/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGV9693	P02B1000BR	26/09/2017	50100	162 * I
MGV9693	P02B1000BS	26/09/2017	51180	164 c/c 162 * I
MGF4754	55669769F	10/10/2017	65992	230 * V
MGV9693	P02B1000BQ	26/09/2017	65992	230 * V
LYR3964	P02B1000CZ	28/10/2017	66102	230 * VII
LYR3964	P02B1000D0	28/10/2017	66372	230 * IX
MDY5187	P02B20009K	26/10/2017	67261	230 * XVIII
MGF4754	55669770F	10/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 2164/2017**

Publicação Nº 1426281

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8126 2164/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

QHM6701	55669714F	05/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MIG3106	55669760F	09/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MFR1078	55669763F	09/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MKF3912	55669765F	09/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MAL8624	55669730F	11/10/2017	76331	ART 252, UNICO
ILB5926	55669261F	14/09/2017	55680	181 * XIX
MIW2733	P02B1000D2	29/10/2017	61220	214 * I
AMN3078	55669635F	05/09/2017	59670	203 * V
MHC4996	55669756F	09/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ  
GERENTE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 739/2017

Publicação Nº 1425990

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 739/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MKZ3562	54312629N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHX1495	54312633N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLW5445	54312634N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHK6913	54312636N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MAU7782	54312639N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MAU7782	54312641N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKZ3562	54312642N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MML1726	54312643N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
NXX4153	54314195N	31/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
AEA6971	8762072734	19/10/2017	74550	218 * I
MAS0472	8762072616	15/10/2017	74550	218 * I
EGR2527	8762072712	18/10/2017	74550	218 * I
MIJ4306	8762072717	19/10/2017	74550	218 * I

MCG7924	8762072791	22/10/2017	74550	218	*	I
KZO0663	8762072849	09/10/2017	74550	218	*	I
CPA7078	8762072854	10/10/2017	74550	218	*	I
QIO1947	8762072880	17/10/2017	74550	218	*	I
LYA4204	8762072892	17/10/2017	74550	218	*	I
MKW0234	8762072908	24/10/2017	74550	218	*	I
MJZ2039	8762072737	20/10/2017	74550	218	*	I
MLS4326	8762072743	20/10/2017	74550	218	*	I
OLW1849	8762072747	20/10/2017	74550	218	*	I
MJU5146	8762072759	21/10/2017	74550	218	*	I
EGR2527	8762072763	21/10/2017	74550	218	*	I
AKA5452	8762072188	28/09/2017	74550	218	*	I
JNP5382	8762072198	28/09/2017	74550	218	*	I
MMI6006	8762072583	14/10/2017	74550	218	*	I
MAR7029	8762072624	15/10/2017	74550	218	*	I
MAR7029	8762072626	15/10/2017	74550	218	*	I
QHJ4548	8762072636	15/10/2017	74550	218	*	I
QHJ4548	8762072637	15/10/2017	74550	218	*	I
ARK8296	8762072663	17/10/2017	74550	218	*	I
ANL1275	8762072678	17/10/2017	74550	218	*	I
OKH7845	8762071842	16/09/2017	74550	218	*	I
MFZ8443	8762071865	16/09/2017	74550	218	*	I
MKG1216	8762071902	19/09/2017	74550	218	*	I
MHA2850	8762071920	20/09/2017	74550	218	*	I
LYP5951	8762071933	20/09/2017	74550	218	*	I
MDJ2812	8762072068	24/09/2017	74550	218	*	I
BAG5198	8762072521	11/10/2017	74550	218	*	I
FKH5845	8762072545	12/10/2017	74550	218	*	I
MAR7029	8762072549	12/10/2017	74550	218	*	I
MKV4725	8762072557	13/10/2017	74550	218	*	I
MEG0603	8762072558	13/10/2017	74550	218	*	I
AUX1472	8762072560	13/10/2017	74550	218	*	I
MHF2925	8762072562	13/10/2017	74550	218	*	I
NGR6534	8762072724	19/10/2017	74630	218	*	II
MHU9511	8762072021	23/09/2017	74630	218	*	II
MHF4803	8762072576	14/10/2017	74710	218	*	III
MHF4803	8762072577	14/10/2017	74710	218	*	III
MGU4033	8762072079	25/09/2017	74710	218	*	III
AYV4617	8762071983	22/09/2017	56732	183		
HFF2865	8762071922	20/09/2017	56732	183		
MHP9305	8762072704	18/10/2017	56732	183		
OQU3880	8762072597	14/10/2017	56732	183		
KQZ4700	8762072500	10/10/2017	60503	208		
ANW2633	8762072777	22/10/2017	60503	208		
DAW9210	8762072617	15/10/2017	60503	208		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ  
GERENTE DE TRANSITO

**PONTE SERRADA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8130 1059/2017**

Publicação Nº 1426274

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8130 1059/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IID3856	P01FG0005X	23/07/2017	55250	181 * XV	130.16
INM0533	P01FG000A0	01/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MCH5263	P01FG00030	09/07/2017	57380	186 * II	293.47
LYW2913	P01FG00082	06/08/2017	66700	230 * XIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PONTE SERRADA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8130 1058/2017**

Publicação Nº 1426275

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8130 1058/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZC5867	P01FG000CQ	02/10/2017	66700	230 * XIII
APG6703	P01FG000C6	24/09/2017	54521	181 * VIII
AJN4203	P01FG000D2	08/10/2017	54522	181 * VIII
LZC5867	P01FG000CR	02/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PONTE SERRADA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

### PORTO BELO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1516/2017

Publicação Nº 1426253

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1516/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBJ3303	P02R80006H	26/06/2017	50100	162 * I	880.40
JII2506	P02R70009F	07/07/2017	50100	162 * I	880.40
AGC5829	P02R8000A2	24/07/2017	50100	162 * I	880.40
MCL1008	P02R7000EE	29/07/2017	50100	162 * I	880.40
LZB9437	P02R9000BK	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
IOB8350	P02R7000JH	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
MCY0637	P02R7000K9	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
LBQ4790	P02R6000E6	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
AFA7513	54628379G	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFQ7303	P02R9000CW	03/09/2017	50450	162 * V	293.47
IDJ3223	P02R8000FF	31/08/2017	50450	162 * V	293.47
MDN4070	P02R80003T	09/06/2017	50450	162 * V	293.47
MDN4070	P02R80003A	07/06/2017	50450	162 * V	293.47
AGC5829	P02R8000A3	24/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40

JII2506	P02R70009G	07/07/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MCY0637	P02R7000KA	31/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
IOB8350	P02R7000JI	26/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
LZB9437	P02R9000BL	25/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
LBQ4790	P02R6000E7	01/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
AFA7513	54628380G	01/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MJR2224	P02R7000JF	26/08/2017	66020	230	*	VI			293.47
MJP8847	P02R7000K4	30/08/2017	66700	230	*	XIII			195.23
MGU0905	P02R7000KM	01/09/2017	67000	230	*	XVI			195.23
MBK5612	54627974G	21/07/2017	67690	230	*	XXII			130.16
MGB0840	54628235G	14/08/2017	67690	230	*	XXII			130.16
MDN4070	P02R80003S	09/06/2017	69120	232					88.38
DGW6959	P02R7000L3	03/09/2017	69120	232					88.38
MBH2101	P02R7000JS	28/08/2017	73400	252	*	IV			130.16
CRU2324	P02R6000DX	30/08/2017	73400	252	*	IV			130.16
DGW6959	P02R7000L2	03/09/2017	50371	162	*	III			586.94
MCY0637	P02R7000KC	31/08/2017	65565	230	*	I			293.47
MHU2173	P02R900084	01/08/2017	65991	230	*	V			293.47
MHG9364	P02R8000E1	19/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MHU5887	P02R8000A5	24/07/2017	65992	230	*	V			293.47
MHE6164	P02R60007M	10/07/2017	65992	230	*	V			293.47
AGC5829	P02R8000A1	24/07/2017	65992	230	*	V			293.47
MCY0637	P02R7000KB	31/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MIM4552	P02R9000BI	25/08/2017	65992	230	*	V			293.47
IDJ3223	P02R8000FE	31/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MBK8543	P02R8000DD	16/08/2017	65992	230	*	V			293.47
CRU2324	P02R6000DU	30/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MFQ7303	P02R9000CX	03/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MHU7666	P02R7000L7	04/09/2017	65992	230	*	V			293.47
LYY4996	P02R6000EF	03/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MCD9219	P02R9000EF	11/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MJW5689	P02R7000MW	11/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MCL1008	P02R7000EF	29/07/2017	66102	230	*	VII			195.23
MDR3716	P02R7000G1	06/08/2017	66372	230	*	IX			195.23
MJR2224	P02R7000JG	26/08/2017	66372	230	*	IX			195.23
MDQ1917	P02R6000EE	02/09/2017	66532	230	*	XI			195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1517/2017**

Publicação Nº 1426252

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8167 1517/2017



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHD0871	54277756N	14/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
NPP5894	54281308N	25/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
OLO1341	54294337N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MIS3898	54626546G	20/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHY7264	54186168G	24/01/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MBH2464	P02R80007Z	05/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKU7517	54627850G	15/07/2017	51930	168	293.47
LXS8305	P02R9000CJ	01/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MMC5057	54628334G	24/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MKD8288	54628286G	25/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MDH2047	54628620G	15/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
ANL4200	P02R7000L1	03/09/2017	57380	186 * II	293.47
MHN5275	P02R6000HB	18/09/2017	58350	195	195.23
MBP1547	P02R80008R	11/07/2017	58600	198	130.16
CRU2324	P02R6000DW	30/08/2017	51851	167	195.23
MMH4895	P02R6000AW	03/08/2017	51851	167	195.23
PUC9810	P02R8000DJ	16/08/2017	51851	167	195.23
MEG5493	P02R6000FU	10/09/2017	51851	167	195.23
IJE2511	54628348G	26/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
QIF8226	P02R80005Q	23/06/2017	54525	181 * VIII	195.23
MBK6794	54628292G	25/08/2017	56222	182 * VI	88.38
MLR1138	54628293G	25/08/2017	60501	208	293.47
FTL8051	54628418G	04/09/2017	60501	208	293.47
AYI5583	54628516G	08/09/2017	60501	208	293.47
MCA3631	P02R90007S	29/07/2017	60501	208	293.47
MHN8104	54627695G	26/08/2017	70991	244 * V II	195.23
MIQ4430	54628200G	14/08/2017	73662	252*VI	130.16
MJI8663	54627698G	29/08/2017	73662	252*VI	130.16
MGT6078	54627889G	25/07/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VANESSA ROCHA DE OLIVEIRA  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1514/2017**

Publicação Nº 1426255

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8167 1514/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHZ3507	P02R7000UJ	01/11/2017	50100	162 * I
JPA1613	P02R7000TH	27/10/2017	50450	162 * V
IPW9474	54628731G	24/09/2017	50450	162 * V
JPA1613	P02R7000TI	27/10/2017	51420	164 c/c 162 * V
MBD9525	P02R9000K7	26/10/2017	64080	221
IPW9474	54628732G	24/09/2017	69120	232
OFX9328	P02R7000Q7	03/10/2017	69120	232
JPA1613	P02R7000TJ	27/10/2017	69120	232
MDA2441	P02R7000U7	30/10/2017	73400	252 * IV
MIP5069	P02R7000UA	31/10/2017	50531	162 * VI
QHM7892	P02R8000LR	29/09/2017	51691	165
MGQ6098	P02R7000TD	26/10/2017	65564	230 * I
MBD9525	P02R9000K6	26/10/2017	65992	230 * V
MIK5277	P02R9000GU	02/10/2017	65992	230 * V
MFI9255	P02R7000UB	31/10/2017	65992	230 * V
MGM9316	P02R8000P6	31/10/2017	65992	230 * V
QHZ3507	P02R7000UK	01/11/2017	65992	230 * V
LXM2340	P02R6000JO	24/10/2017	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1515/2017**

Publicação Nº 1426254

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8167 1515/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHT7802	54312877N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MBX8890	54312878N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MGJ8424	54312879N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
IVP5970	54628980G	12/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MMI7730	54628566G	14/09/2017	76331	ART 252, UNICO
QHA3414	54628720G	22/09/2017	76331	ART 252, UNICO
QHB3787	54628497G	29/09/2017	76331	ART 252, UNICO
MIS1403	54629189G	23/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MFK0561	54629196G	24/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QIG4456	54629199G	24/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MKT7854	54629200G	24/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QHV7728	54628853G	28/09/2017	76332	ART 252, UNICO
OKG8950	54628752G	22/09/2017	76332	ART 252, UNICO
QIJ6751	54628751G	22/09/2017	52070	169
MDA2441	P02R7000U8	30/10/2017	52070	169
QHL4840	54628776G	26/09/2017	52070	169
QII4975	54628632G	19/09/2017	54010	181 * III
JNK8936	54628637G	21/09/2017	55840	182 * II
FKM6789	54629267G	13/10/2017	57380	186 * II
INQ6553	P02R9000GK	01/10/2017	65300	228
QIH8515	P02R6000K3	28/10/2017	54523	181 * VIII
JZH3995	P02R6000KH	31/10/2017	54523	181 * VIII
FBP8644	54629043G	12/10/2017	60501	208
OQV1737	54628746G	27/09/2017	60681	209
MIL4901	54627295G	13/09/2017	73662	252*VI
MLG5299	54629186G	23/10/2017	73662	252*VI
MFE1215	54629274G	18/10/2017	73662	252*VI
KQW2913	54629280G	18/10/2017	73662	252*VI
MDB9879	54629319G	20/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VANESSA ROCHA DE OLIVEIRA  
DIRETOR DE TRANSITO

**PORTO UNIÃO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8426 1871/2017**

Publicação Nº 1426087

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8426 1871/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHL7327	55569237F	29/08/2017	65561	230 * I	293.47
APD5591	55569136F	14/08/2017	65992	230 * V	293.47
AFE3246	55569365F	29/08/2017	65992	230 * V	293.47
MCW0789	55569155F	04/08/2017	66372	230 * IX	195.23
AFE3246	55569366F	29/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MAI0427	55568681F	26/06/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AXD1556	55568149F	02/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AGP1518	55568543F	02/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
IFE0116	55568693F	07/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8426 1872/2017**

Publicação Nº 1426086

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8426 1872/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCN0302	55569069F	15/08/2017	52070	169	88.38
AUS8230	55569346F	28/08/2017	52070	169	88.38
AFE3246	55569238F	29/08/2017	51851	167	195.23
ATG8262	55569414F	26/08/2017	51851	167	195.23
JNO0824	00009926A	16/06/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLC2443	00009964A	19/06/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVAN LUIZ SCHEID  
DIRETOR DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1869/2017

Publicação Nº 1426089

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1869/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIB8579	55569528F	19/09/2017	50100	162 * I
EBQ7837	55569616F	11/10/2017	50100	162 * I
EBQ7837	55569615F	11/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
AGV9633	55568971F	05/10/2017	65992	230 * V
AQV3306	55569377F	17/09/2017	66532	230 * XI
AQV3306	55569571F	17/09/2017	67261	230 * XVIII
AGV9633	55568973F	05/10/2017	67261	230 * XVIII
EBQ7837	55569614F	11/10/2017	67261	230 * XVIII
MJQ8419	P03A40002L	26/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1870/2017**

Publicação Nº 1426088

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1870/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGV9633	55568972F	05/10/2017	51930	168
AJI4913	P03A40002I	26/10/2017	51930	168
AUT3891	P03A40001I	25/10/2017	52070	169
AWA3861	P03A40002D	26/10/2017	51851	167
MJK5113	55569907F	15/10/2017	51851	167
BUQ1762	P03A40001V	25/10/2017	51852	167
MJQ8419	P03A40002M	26/10/2017	60501	208
MCM0166	55569508F	08/09/2017	60501	208
AMG3363	55569804F	10/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVAN LUIZ SCHEID  
DIRETOR DE TRANSITO



**POUSO REDONDO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8180 932/2017**

Publicação Nº 1426242

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8180 932/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGN6114	P02SB0003E	04/09/2017	50292	162* II	880.40
MBV8935	P02SB00038	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MBV8935	P02SB00039	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGN6114	P02SB0003F	04/09/2017	51262	164 c/c 162 * II	880.40
MEE4330	P03AR0000M	01/09/2017	51851	167	195.23
AXP1884	P02SB00032	01/09/2017	51851	167	195.23
LYZ5276	P02SB0003B	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCW2343	P02SB0003C	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGN6114	P02SB0003D	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
BYM9284	P02SB00037	02/09/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POUSO REDONDO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCOS ITO OKUMA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8180 931/2017**

Publicação Nº 1426243

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8180 931/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHI1012	P02SB0004H	05/10/2017	50450	162 * V
MHI1012	P02SB0004G	05/10/2017	51420	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POUSO REDONDO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCOS ITO OKUMA  
DELEGADO DE POLICIA

### PRAIA GRANDE

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8226 843/2017

Publicação Nº 1426200

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8226 843/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHL2147	54294429N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDW2374	P01BI000OV	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
IRA9576	P01BI000PA	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
LYW0576	P01BI000OR	28/08/2017	50100	162 * I	880.40
MCM8603	P01BI000QN	13/09/2017	50450	162 * V	293.47
LYW0576	P01BI000OS	28/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCM8603	P01BI000QO	13/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MCN9458	P01BI000OO	27/08/2017	52070	169	88.38
IRB4206	P01BI000J7	21/06/2017	57380	186 * II	293.47
ITA3129	P01BI000JT	01/07/2017	57380	186 * II	293.47

MDK6976	P01BI000PE	04/09/2017	58350	195		195.23
MCN9458	P01BI000ON	27/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
MDK6976	P01BI000PC	04/09/2017	65992	230	* V	293.47
IRA9576	P01BI000P9	04/09/2017	65992	230	* V	293.47
MHY4404	P01BI000NZ	21/08/2017	65992	230	* V	293.47
MCN9458	P01BI000OM	27/08/2017	65992	230	* V	293.47
LYW0576	P01BI000OQ	28/08/2017	65992	230	* V	293.47
MDK6976	P01BI000PD	04/09/2017	52741	175		2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRAIA GRANDE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8226 842/2017

Publicação Nº 1426201

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8226 842/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCM8603	54312857N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
IOW8012	P01BI000RF	29/09/2017	50100	162 * I
IOW8012	P01BI000RG	29/09/2017	51180	164 c/c 162 * I
ITK2393	P01BI000R1	22/09/2017	57380	186 * II
MIG9516	P01BI000S3	09/10/2017	64080	221
JUM4547	P01BI000T3	27/10/2017	65992	230 * V
IOW8012	P01BI000RH	29/09/2017	65992	230 * V
MIG9516	P01BI000S2	09/10/2017	65992	230 * V
IUP5731	P01BI000TG	31/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRAIA GRANDE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**PRESIDENTE CASTELLO BRANCO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8386 206/2017**

Publicação Nº 1426111

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8386 206/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MK06256	P034K0001X	13/09/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8386 205/2017**

Publicação Nº 1426112

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8386 205/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AYU5472	P034K0002O	08/10/2017	55250	181 * XV
LZQ0648	P034K0002G	06/10/2017	51851	167
MHK9808	P034K0002L	08/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICA

**PRESIDENTE NEREU**

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8454 220/2017**

Publicação Nº 1426065

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8454 220/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDG7105	P02S50000O	13/10/2017	66372	230 * IX
MDG7105	P02S50000N	13/10/2017	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE NEREU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL GARCIA  
DELEGADO DE POLICIA

---

### RANCHO QUEIMADO

---

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8404 256/2017

Publicação Nº 1426103

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8404 256/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa    N.Auto        Data Infr.    Infr/Desd.    Enquadramento  
-----  
HOD6258   P030M0000M   06/10/2017    55411        181\*XVII c/   Lei13146  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RANCHO QUEIMADO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO  
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR



**RIO DO SUL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2591/2017**

Publicação Nº 1426389

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8043 2591/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHV7984	P00VC000QV	26/07/2017	50100	162 * I	880.40
MBV7965	P00VG000RP	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
MKJ0357	P01HZ0009T	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MBX4301	P01HZ0007S	05/08/2017	50450	162 * V	293.47
MFF5456	55861274F	03/09/2017	50450	162 * V	293.47
MKJ0357	P01HZ0009U	03/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBV7965	P00VG000RQ	26/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHV7984	P00VC000QW	26/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHV7984	P00VC000QX	26/07/2017	65992	230 * V	293.47
MKD1661	P00VG000QB	03/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDI5196	P00VG000RV	31/08/2017	66532	230 * XI	195.23
MHL6039	P00VG000P5	23/07/2017	66532	230 * XI	195.23
MDI5196	P00VG000RW	31/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2592/2017**

Publicação Nº 1426388

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8043 2592/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFP4081	54267518N	19/06/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
HDE0469	54294328N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLC4233	54294329N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMH6530	54294330N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MAA3311	54294332N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MII1663	54294333N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJQ0273	54298713N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFR8580	P01HZ0009H	28/08/2017	52070	169	88.38
MHI4741	55861272F	24/08/2017	53800	181 * I	130.16
COG5111	55861218F	10/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MBY7705	P00VG000QX	11/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MDD7889	55851628F	05/09/2017	57380	186 * II	293.47
MLQ0650	P00VG000S4	01/09/2017	58000	192	195.23
QIL8146	P00VC000SL	04/09/2017	58350	195	195.23
MFR8580	P01HZ0009E	28/08/2017	58350	195	195.23
MLI0654	P00VG000RZ	01/09/2017	51851	167	195.23
MGW1241	P00VG000S0	01/09/2017	51851	167	195.23
MLZ0347	P01HU000B2	05/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MFR8580	P01HZ0009F	28/08/2017	58191	193	880.40
MFR8580	P01HZ0009G	28/08/2017	60501	208	293.47
MBS8266	54633126G	05/05/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CPT4146	54913201G	01/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBB5401	54912246G	01/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
OKF7854	54912247G	01/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDX8998	54913165G	01/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LWV4370	54912281G	04/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AJJ8386	54913255G	04/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AJJ8386	54912308G	05/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEM7295	54912354G	05/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLE2568	54912360G	05/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
HWF7192	54904749G	31/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHA2802	54904826G	03/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CCT9206	54904905G	07/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDA7914	54906072G	12/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LZA5800	54906091G	14/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
JKN3749	54905725G	14/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBR8924	54905732G	14/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHL4299	54906166G	15/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHI1406	54905768G	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAV3982	54905776G	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IIP9336	54905783G	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKC3068	54905796G	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IIP9336	54906262G	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFS3365	54906265G	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJP0485	54906267G	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
NRS0011	54906270G	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LWY0284	54906280G	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EJK2322	54905832G	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EJK2322	54905834G	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHI1406	54905836G	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKD4532	54905840G	22/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EJK2322	54905845G	22/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

EJK2322	54905848G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDT8675	54905850G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIG5196	54906410G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBY6382	54905855G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHJ4331	54905859G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCD5429	54905863G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NRS0011	54905867G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CYA0878	54905872G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGW5506	54905878G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DQQ3176	54905881G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DPA2773	54905883G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JGM7101	54905887G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIM1395	54905888G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DPA2773	54905890G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHX2256	54905892G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCQ0100	54906428G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCD5429	54906431G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEO0465	54906441G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CIH3996	54906446G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKR3547	54905957G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKB9722	54905958G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKR3547	54905960G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEF0645	54905962G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHL9307	54905964G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CIH3996	54905976G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCD5429	54905984G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EJK2322	54905986G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKF1788	54905987G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCI9878	54905935G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJH2332	54905939G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJP0485	54905943G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKM0048	54905945G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLG3645	54905908G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CIH3996	54905911G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EJK2322	54905915G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EJK2322	54905917G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHI1406	54905919G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PVF7576	54912007G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CLF3081	54912011G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIH2253	54912017G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCI6482	54912022G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JKU0214	54905999G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKF1788	54912024G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKE3286	54912031G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ETF5315	54912036G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAS3570	54912044G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIA7567	54912045G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARH7010	54912046G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYQ0567	54912049G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIX8303	54912052G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FCB3316	54912054G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEI7810	54912056G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAV4135	54912076G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAK8772	54912084G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYL2333	54912085G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AUS1507	54912236G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLI1318	54906126G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLM3989	54906127G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBI7745	54906131G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCC9066	54906143G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBW5882	54906149G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGE7128	54906303G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZP1600	54906308G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

PVF7576	54906312G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DPA2773	54906320G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DPJ7375	54906328G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCH8367	54906330G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEI4121	54906334G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EGV4601	54906336G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EJK2322	54906343G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCD5429	54906347G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJI2305	54906353G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QJC1414	54906363G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKK4468	54906366G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AVX7349	54906369G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AVX7349	54906374G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDN7754	54906376G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DFG5611	54906378G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHI1406	54906381G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CIH3996	54906385G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHJ4331	54906391G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZY3795	54906392G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CRT2044	54906394G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKC3068	54906399G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HNK5388	54905805G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIJ2850	54905819G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DIN7225	54905820G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFB2558	54905821G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIL6032	55862563F	12/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIK9679	54916091G	17/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KOF0220	54917650G	17/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBM1402	54917728G	19/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBM1402	54917731G	19/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKM0743	54917297G	27/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGE2857	54917429G	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGE7210	54916448G	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZA5800	54918076G	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLC5146	54918111G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLP6299	54918136G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DIT3921	54918316G	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIP1219	54918318G	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIK4038	54918322G	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZT7172	54918327G	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBU0053	54918331G	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBL9202	54918211G	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JKN3749	54918216G	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYM8303	54918405G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CJL0725	54918430G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OLV5057	54918435G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DZX4142	54918442G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GPK8260	54918380G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJY8770	54918388G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXR1216	54918395G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIA5743	54918397G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZR1400	54918255G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCF0983	54918278G	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HOU7906	54918453G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AEV4000	54918480G	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJE5807	54918481G	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IMD4785	54918485G	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXG2672	54918490G	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBW1027	54918500G	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NXY4034	54918551G	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIJ8903	54918618G	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEL3858	54918701G	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OLW1863	54918902G	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23



LXI8051	54904061G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
AST0399	54904073G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LXI8051	54905010G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
DPR2854	54904138G	20/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LZU2101	54904144G	20/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
QHF1405	54904194G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MBX4301	54904556G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MBX4301	54905154G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIX1006	54904623G	25/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
ACD6808	54904630G	25/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIX1006	54904645G	25/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
EUN0782	54700549E	01/09/2017	73662	252*VI		130.16
QHF6210	54700548E	01/09/2017	73662	252*VI		130.16
MCA8302	P017T0001I	04/09/2017	73662	252*VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ELIANE KROEHNKE AGOSTINHO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2589/2017

Publicação Nº 1426391

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2589/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

QIS2486	P00VC000XE	01/11/2017	50292	162* II
MCE2093	P01HU000EI	28/10/2017	75790	165 A
MDN0837	P01HT00019	29/10/2017	50100	162 * I
MDI9367	P01HU000ED	28/10/2017	50100	162 * I
MGE1317	P01HU000EF	28/10/2017	50100	162 * I
CHV9221	P01HZ000BV	07/10/2017	50100	162 * I
MAM8369	P01HT0000E	08/10/2017	50100	162 * I
AEC7949	P00VC000WW	28/10/2017	50100	162 * I
MBX7896	P01HZ000BM	03/10/2017	50450	162 * V

IBX5766	P01HU000DC	05/10/2017	50450	162	*	V	
MFY7052	P01HT0001O	04/11/2017	50450	162	*	V	
CHV9221	P01HZ000BW	07/10/2017	50610	163	c/c	162	* I
AEC7949	P00VC000WX	28/10/2017	51180	164	c/c	162	* I
MAM8369	P01HT0000F	08/10/2017	51180	164	c/c	162	* I
MGE1317	P01HU000EG	28/10/2017	51180	164	c/c	162	* I
MDI9367	P01HU000EE	28/10/2017	51180	164	c/c	162	* I
MDN0837	P01HT0001B	29/10/2017	51180	164	c/c	162	* I
MFY7052	P01HT0001P	04/11/2017	51420	164	c/c	162	* V
IBX5766	P01HU000DD	05/10/2017	51420	164	c/c	162	* V
MBX7896	P01HZ000BN	03/10/2017	51420	164	c/c	162	* V
MGR9659	P00VC000UT	05/10/2017	65992	230	*	V	
IBX5766	P01HU000DB	05/10/2017	65992	230	*	V	
LXX1116	P00VC000UB	25/09/2017	65992	230	*	V	
MBX7896	P01HZ000BL	03/10/2017	65992	230	*	V	
KOG3925	P01HZ000C8	11/10/2017	65992	230	*	V	
LXB5583	P01HT0000N	12/10/2017	65992	230	*	V	
MBS2538	P01HT00013	28/10/2017	65992	230	*	V	
AEC7949	P00VC000WV	28/10/2017	65992	230	*	V	
MBQ9576	P01HT0001M	04/11/2017	65992	230	*	V	
MFY7052	P01HT0001N	04/11/2017	65992	230	*	V	
JLQ0708	P01HU000EL	30/10/2017	65992	230	*	V	
MDN0837	P01HT00018	28/10/2017	65992	230	*	V	
MCE2093	P01HU000EH	28/10/2017	65992	230	*	V	
MJB3271	P01HT0001D	30/10/2017	66372	230	*	IX	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2590/2017**

Publicação Nº 1426390

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2590/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	
QHP8477	54312627N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$	
MLG8872	54304007N	03/10/2017	50020	257 ã 8\$	
MGN0418	P00VC000X5	30/10/2017	76252	ART 181, XX	
QHL7922	55861181F	25/09/2017	55500	181 * XVIII	
CHV9221	P01HZ000BX	07/10/2017	57380	186 * II	
MHC9690	P00VC000UN	03/10/2017	61220	214 * I	
MBU7601	P00VG000W2	31/10/2017	65300	228	
MBU7601	P00VG000W1	31/10/2017	51851	167	
MHC9690	P00VC000UO	03/10/2017	51851	167	
QIV1252	55856664F	27/10/2017	54523	181 * VIII	
MDF4751	P01HU000EA	26/10/2017	60501	208	
MDC6816	54699757E	31/08/2017	70561	244 * III	
DCX4984	54913478G	12/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFY6868	54913482G	12/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
HAK4601	54911512G	12/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
OKE8017	54911537G	13/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYG3528	54911546G	13/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJA8572	54913403G	13/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXA5900	54911614G	13/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLF9668	54911656G	14/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBJ0090	54911690G	15/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MIV6073	54911746G	15/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFE3868	54911561G	15/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LWY5662	54912257G	04/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
AJI3195	54912260G	04/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJI9113	54912271G	04/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDK6901	54912277G	04/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFE6466	54912278G	04/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
ASL7997	54913264G	04/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MMI7626	54913273G	04/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
AHS8449	54912303G	05/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJP4914	54912312G	06/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
ING9869	54912415G	08/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
DCX4984	54912422G	08/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJG8090	54912482G	09/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYX3559	54912764G	27/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDY0306	54912781G	27/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJH9248	54912824G	27/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEF8039	54912833G	27/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MIE6854	54912834G	27/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MGQ9166	54912788G	28/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYH2097	54912909G	28/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDW3244	54912910G	28/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
QHN9653	54912860G	28/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LZM6710	54912884G	28/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYM8303	54912888G	29/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYH2097	54912892G	29/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
CRN4745	54913590G	30/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
OHA4338	54913920G	10/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBX6739	54913923G	10/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
OHA4338	54913982G	11/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJU4324	54907004G	11/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBG4866	54907075G	13/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
DHU3834	54907082G	13/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LYJ1577	54907197G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LZE6901	54907200G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
HDK0335	54907251G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MEC9364	54907253G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
FKB1620	54907255G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDP6006	54907260G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MMA0711	54907271G	17/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146

MIQ0544	54907276G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEH7298	54907278G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIV7466	54907201G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKK4468	54907203G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHL9307	54907206G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIR6619	54907208G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMK1520	54907209G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAE5717	54907224G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DXT5019	54907227G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DOR1007	54907228G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DOR1007	54907230G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MER5066	54907231G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIP5194	54907235G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFC2211	54907240G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHH8235	54907241G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYG3528	54907246G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBI2459	54907247G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYJ1577	54907249G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLJ4352	54907250G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMT3587	54907289G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHH8235	54907296G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LWW4232	54907298G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIC8069	54908608G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIJ2927	54908610G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DFX9549	54906502G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJR1980	54906507G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYQ5442	54906512G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMV2501	54908616G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCE6803	54908617G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JUJ9576	54908618G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIE1879	54908619G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIE1879	54908620G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYN3504	54908621G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIJ2927	54908626G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKF1788	54908628G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIJ2927	54908630G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCJ7885	54908632G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBM9222	54908634G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OGZ3309	54912666G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDU7669	54912669G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAM1411	54911931G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ALM0780	54912610G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DXT4353	54912623G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIE6854	54911948G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDD5757	54912642G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLX0700	54906519G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHH8235	54906524G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIA5753	54906526G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCE6803	54906532G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKW3659	54906537G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMT8202	54906541G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KFH7648	54906542G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIE1879	54906543G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKF1788	54906545G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXE0126	54912704G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKK1910	54912710G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHR2033	54912715G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGE9508	54912717G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLB9237	54911960G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJV4132	54911967G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGR9807	54911984G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIO2907	54911986G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCC6475	54912727G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MHI3085	54912747G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYP9956	54911987G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHG8053	54911988G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDF3903	54911992G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MER5066	54907134G	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAZ1052	54907142G	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZY8982	54908560G	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHL9307	54908572G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLI8846	54908593G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDV2341	54907180G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGK5676	54907189G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DGW7666	54907194G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLR0659	54907195G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AST3286	54908637G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEH7298	54908639G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AST3286	54908641G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBG6595	54906546G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHE3897	54908653G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJF1283	54908654G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYN3504	54908666G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IGG2353	54908687G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IHV7480	54908688G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IGG2353	54908698G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKM0743	55852986F	18/09/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MHJ2530	55856653F	23/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MKC9330	P01HZ000D9	27/10/2017	73662	252*VI		
AZT5732	P01HZ000DA	27/10/2017	73662	252*VI		
MJH9555	P01HZ000DL	31/10/2017	73662	252*VI		
MIO7278	54700606E	05/09/2017	73662	252*VI		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ELIANE KROEHNKE AGOSTINHO  
AUTORIDADE DE TRÂNSITO

## RIO DOS CEDROS

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8094 851/2017

Publicação N  1426325

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8094 851/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXG3717	P02PJ0002K	05/08/2017	51851	167	195.23
MHG6954	P02PJ0002T	07/08/2017	51851	167	195.23
MKZ7507	P02PJ0000V	08/07/2017	58191	193	880.40
MJM2337	54591430E	03/08/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 850/2017

Publicação Nº 1426326

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 850/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFT7960	P02PJ00074	26/10/2017	50450	162 * V
MJQ5954	P02PJ0007C	29/10/2017	69120	232
MLF2289	P02PJ0005G	05/10/2017	51851	167
JZK7170	P02PJ0005N	07/10/2017	51851	167
ATA3660	P02PJ0005L	05/10/2017	51851	167
LZQ1233	P02PJ0005W	10/10/2017	65992	230 * V
DGX0448	P02PJ0005M	06/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### Rio FORTUNA

---

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8536 391/2017

Publicação Nº 1426038

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8536 391/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MGK7852 P02PS0000R 27/10/2017 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO FORTUNA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG  
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

---

### SALTO VELOSO

---

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 331/2017

Publicação Nº 1426146

ESTADO DE SANTA CATARINA



SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8326 331/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYO8299	P020J00011	30/09/2017	50100	162 * I
LYO8299	P020J00012	30/09/2017	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

**SANTA HELENA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8352 408/2017**

Publicação Nº 1426130

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8352 408/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------





-----  
MFM2682 P01SO0003E 10/10/2017 51930 168  
MLY4153 P01SO00036 04/10/2017 57200 186 \* I  
MGH3765 P01SO00042 30/10/2017 57200 186 \* I  
MJK2830 P01SO00032 04/10/2017 51851 167  
MML8053 P01SO0003J 11/10/2017 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA HELENA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

---

**SANTA ROSA DO SUL**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8244 729/2017**

Publicação Nº 1426193

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8244 729/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
MHK9575 P01JW000QB 25/08/2017 50100 162 \* I 880.40  
IEE3495 P01JW000MO 25/07/2017 50450 162 \* V 293.47  
IBX6000 P01JW000PW 21/08/2017 51851 167 195.23  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 728/2017**

Publicação Nº 1426194

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8244 728/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGG7747	P01JW000V3	10/10/2017	75790	165 A
MLQ6755	P01JW000W7	27/10/2017	75790	165 A
MCU7786	P01JW000UB	04/10/2017	50100	162 * I
MFI4817	P01JW000WN	02/11/2017	50450	162 * V
MCU7786	P01JW000UD	04/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZV3384	P01JW000W4	26/10/2017	56570	182 * IX
MDT3673	P01JW000UV	07/10/2017	73400	252 * IV
CJM8121	P01JW000UX	07/10/2017	51851	167
IJN8252	P01JW000UY	07/10/2017	51851	167
QHG6717	P01JW000UK	06/10/2017	51851	167
MER2638	P01JW000UJ	06/10/2017	56222	182 * VI
MFI4817	P01JW000WM	02/11/2017	65992	230 * V
MGG7747	P01JW000V2	10/10/2017	65992	230 * V
MET9222	P01JW000UE	04/10/2017	65992	230 * V
MCU7786	P01JW000UA	04/10/2017	65992	230 * V
MHM4081	P01JW000UG	05/10/2017	66102	230 * VII
DJC1029	P01JW000UT	06/10/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8780 426/2017**

Publicação Nº 1425979

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8780 426/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYX4776	P03B60003S	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
LYX4776	P03B60003T	25/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCS4005	P02BG0001T	01/04/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBK6513	P03B60001U	18/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIM5662	P03B60004O	11/09/2017	52070	169	88.38
MCZ6125	P03B600029	24/07/2017	67690	230 * XXII	130.16
MKY5753	P03B600021	23/07/2017	73400	252 * IV	130.16
ASS3053	P03B60001N	13/07/2017	51851	167	195.23
MCZ6125	P03B60002A	24/07/2017	65561	230 * I	293.47
LYX4776	P03B60003U	25/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8780 425/2017**

Publicação Nº 1425980

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8780 425/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MLN8373	54312965N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
BOP9614	P03B60005X	12/10/2017	66020	230 * VI
MHA9008	P03B600070	28/10/2017	51851	167
MLL7940	P03B60005P	07/10/2017	51851	167
MER1742	P03B60005T	08/10/2017	51851	167
MBS6294	P03B60005U	08/10/2017	51852	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

---

### SÃO BENTO DO SUL

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2564/2017

Publicação Nº 1426284

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2564/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

MET9931	P01LG000UH	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
MIA4887	P032V000CF	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
ABY9419	P01LG000WD	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
LVN5126	P01LB000OV	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEK6592	P01LG000WX	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEK6592	P01LG000WY	04/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40

-----

LNV5126	P01LB000OW	04/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
ABY9419	P01LG000WE	25/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MIA4887	P032V000CG	25/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MET9931	P01LG000UI	19/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
AGR1247	P01LA000IT	30/07/2017	65480	229					130.16
AFM9023	P032V0004Q	08/07/2017	67690	230	*	XXII			130.16
IOZ5558	P01LG000UF	18/08/2017	69120	232					88.38
LZD2841	P01LC000IM	03/09/2017	73580	252	*	V			130.16
LNV5126	P01LB000OT	04/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MEK6592	P01LG000WZ	04/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MMA2904	P01LG000TF	16/08/2017	65992	230	*	V			293.47
JPZ9416	P01LB000OM	02/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MET9931	P01LG000UJ	19/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MIA4887	P032V000CE	25/08/2017	65992	230	*	V			293.47
AGJ0621	P032V0005N	12/07/2017	66102	230	*	VII			195.23
LZR4083	P01L9000RK	07/08/2017	66102	230	*	VII			195.23
BMD2416	P01L9000T0	31/08/2017	66372	230	*	IX			195.23
MEK6592	P01LG000X0	04/09/2017	67261	230	*	XVIII			195.23
LNV5126	P01LB000OU	04/09/2017	67261	230	*	XVIII			195.23
AGJ0621	P032V0005O	12/07/2017	67261	230	*	XVIII			195.23
LXG7424	P01LC000IK	02/09/2017	67261	230	*	XVIII			195.23
ARS6700	P01LC000IH	26/08/2017	52742	175					2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO REGIONAL

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2565/2017**

Publicação Nº 1426283

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2565/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANQ1711	54284619N	04/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLF0923	54292310N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLQ2164	54294417N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16



MLX4476	54298532N	15/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MFS7968	55602325F	01/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MER9992	55602605F	22/08/2017	51930	168	293.47
ANC0560	P01L9000RT	13/08/2017	53800	181 * I	130.16
ARS6700	P01LC000II	26/08/2017	58350	195	195.23
ABY9419	P01LG000WF	25/08/2017	65300	228	195.23
QIK0002	P01LC000HB	10/07/2017	51851	167	195.23
MIF2414	P01LF000KN	14/09/2017	51851	167	195.23
DGJ9662	P01L9000TM	17/09/2017	60681	209	195.23
MKB6639	55602286F	03/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIO DO PRADO LIMA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2562/2017

Publicação Nº 1426286

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2562/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QIT5587	P01L9000V5	24/10/2017	75790	165 A
MAU6134	P032V000IG	25/10/2017	50100	162 * I
CMC8997	P01LG0012E	03/10/2017	50450	162 * V
CMC8997	P01LG0012F	03/10/2017	51420	164 c/c 162 * V
MCM5088	P032V000JI	30/10/2017	67000	230 * XVI
MKW7776	P032V000JH	30/10/2017	67690	230 * XXII
LYT1381	P01LG0016F	20/10/2017	67690	230 * XXII
MFP1950	P01LC000KX	28/10/2017	67690	230 * XXII
AJJ9552	P01LG00177	27/10/2017	67690	230 * XXII
LYE3858	P032V000IU	27/10/2017	67690	230 * XXII
LYJ7985	P01LB000QJ	07/10/2017	69120	232
MHI1862	P032V000JF	30/10/2017	69120	232
MDK1314	P01LC000L0	01/11/2017	69120	232



QHT6737	P032V000K0	03/11/2017	65992	230	*	V
LYU2864	P01LG00187	30/10/2017	65992	230	*	V
LYJ7985	P01LB000QK	07/10/2017	65992	230	*	V
CDJ1068	P032V000FP	30/09/2017	66102	230	*	VII
MBI7852	P01LG0017M	28/10/2017	66102	230	*	VII
DKT9575	P01LA000L4	29/10/2017	67261	230	*	XVIII
MKW7776	P032V000JG	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
AKC0312	P01LG00186	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
MBP7924	P01LG0017T	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
QHS0009	P01LG0017I	28/10/2017	67261	230	*	XVIII
ASH7112	P01LB000RH	27/10/2017	67261	230	*	XVIII
MCO2305	P01LG0012P	03/10/2017	67261	230	*	XVIII
CDJ1068	P032V000FO	30/09/2017	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO REGIONAL

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2563/2017

Publicação Nº 1426285

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2563/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDJ1068	P032V000FN	30/09/2017	51930	168
MBF2394	P01LG0013L	05/10/2017	51930	168
MDR2452	P02TX0005H	28/10/2017	51930	168
LZY8644	P02TX0005J	28/10/2017	51930	168
MMJ3187	P02TX0005P	28/10/2017	52070	169
MDR2452	P02TX0005G	28/10/2017	52070	169
QIJ3717	P02TX0005Q	31/10/2017	52070	169
MBH0427	P01LB000RF	27/10/2017	52070	169
LZJ5459	P01LB000R5	27/10/2017	52070	169
DZP7074	P01LB000R7	27/10/2017	52070	169

ALH7937	P01LA000L1	26/10/2017	65300	228
AHB8434	P01LG00171	26/10/2017	51851	167
MHI1862	P032V000JE	30/10/2017	51851	167
LZU7471	P01LB000RA	27/10/2017	51851	167
JPL5539	P032V000IT	27/10/2017	51851	167
CXA2479	P01LG0017B	27/10/2017	51851	167
MBV5028	P01LG0016Z	26/10/2017	51851	167
AFA8793	P01LG00125	02/10/2017	51851	167
MBG9446	P01LC000KA	03/10/2017	51851	167
MCD4324	P02TX0004O	05/10/2017	51851	167
MBF2394	P01LG0013K	05/10/2017	51851	167
LXN5644	P032V000J2	28/10/2017	51852	167
MGP0896	P01LF000LE	01/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
DZB6331	55602647F	14/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DZB6331	55602494F	13/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXC7295	55603012F	14/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QIG8423	55602859F	25/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCH8587	55602751F	11/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYG3831	55602786F	10/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCIO DO PRADO LIMA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### SÃO CARLOS

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 937/2017

Publicação Nº 1426207

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 937/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKA4031	P01VY000EG	24/07/2017	50100	162 * I	880.40
CHX8161	P01VY000H7	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
IKL4235	P01VY000HP	10/09/2017	50100	162 * I	880.40

MEM0431	P01VY000H9	02/09/2017	52900	176	*	II	1467.34
CHX8161	P01VY000HA	02/09/2017	52900	176	*	II	1467.34
DEN9766	P01VY000EF	24/07/2017	64080	221			130.16
IMN9450	P01VY000E6	23/07/2017	65480	229			130.16
HZG2642	P01VY000GX	30/08/2017	67000	230	*	XVI	195.23
CHX8161	P01VY000H6	02/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LZU7145	P029A00058	24/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MKA4031	P01VY000EH	24/07/2017	65992	230	*	V	293.47
IKL4235	P01VY000HO	10/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MKA4031	P01VY000EN	24/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MKA4031	P01VY000EJ	24/07/2017	52741	175			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 938/2017

Publicação Nº 1426206

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 938/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYU2095	P01VY000H5	01/09/2017	65300	228	195.23
MKA4031	P01VY000EK	24/07/2017	59401	203 * III	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VOLNEI MUMBER  
DIRETOR DE TRANSITO

---

**São Domingos**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8336 757/2017**

Publicação Nº 1426143

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8336 757/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MHQ9972 P01FF0004R 06/10/2017 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO DOMINGOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MAIKO FRANK VIVI  
DELEGADO DE POLICIA

---

**São Francisco do Sul**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8082 1647/2017**

Publicação Nº 1426344

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8082 1647/2017



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANL9087	P00UF000KB	22/07/2017	50100	162 * I	880.40
LZI1910	P02QS00072	24/07/2017	50100	162 * I	880.40
MIJ0108	P02QT0009X	08/08/2017	50100	162 * I	880.40
LXR6414	P010L000N7	09/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGD1442	P02QT000BW	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
JZT8140	P010L000NO	17/08/2017	50450	162 * V	293.47
ANL9087	P00UF000KC	22/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
DDI1537	P00ZA000GN	03/09/2017	66020	230 * VI	293.47
CGQ1691	P00ZA000GA	30/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
JZT8140	P010L000NQ	17/08/2017	69120	232	88.38
MEG2285	P010L000MY	05/08/2017	73400	252 * IV	130.16
LZC0925	P00UF000LG	02/09/2017	73400	252 * IV	130.16
AJQ0521	P00UF000LB	02/09/2017	73400	252 * IV	130.16
LZC0925	P00UF000LF	02/09/2017	50531	162 * VI	293.47
DDI1537	P00ZA000GL	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZC0925	P00UF000LD	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MJR3656	P00ZA000GG	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
QHA9436	P00ZA000GI	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZO3204	P02QT000BL	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
CGQ1691	P00ZA000G9	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEG2285	P010L000MZ	05/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFB2723	P010L000K7	04/07/2017	65992	230 * V	293.47
DCM6311	P02QT0007O	20/07/2017	65992	230 * V	293.47
MIQ9857	P02QT00096	31/07/2017	65992	230 * V	293.47
ANP4471	P00UF000KM	03/08/2017	65992	230 * V	293.47
MIA5626	P02QT000BV	29/08/2017	65992	230 * V	293.47
JZT8140	P010L000NN	17/08/2017	65992	230 * V	293.47
LZC0925	P00UF000LH	02/09/2017	66102	230 * VII	195.23
AJQ0521	P00UF000LC	02/09/2017	66371	230 * IX	195.23
LZC0925	P00UF000LE	02/09/2017	66371	230 * IX	195.23
LXR6414	P010L000N9	09/08/2017	66371	230 * IX	195.23
JZT8140	P010L000NP	17/08/2017	66371	230 * IX	195.23
MEG2285	P010L000N0	05/08/2017	66371	230 * IX	195.23
MJZ7857	P00UF000LX	02/09/2017	66372	230 * IX	195.23
LZC0925	P00UF000LI	02/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8082 1648/2017**

Publicação Nº 1426343

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO SUL - 283190

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8082 1648/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLG7584	54276797N	13/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	53.20
AMJ2414	54276803N	13/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	53.20
BAB1760	P02QU00038	01/09/2017	53800	181 * I	130.16
GOV9520	P00W2000I2	07/07/2017	54600	181 * IX	130.16
AHO1721	P011A000IR	31/07/2017	54600	181 * IX	130.16
MHV8738	P00W2000IT	26/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
CGQ1691	P00ZA000GB	30/08/2017	68580	231 * VII	130.16
DHG7059	P00W2000J0	29/08/2017	51851	167	195.23
MJO6106	P02QT000C8	01/09/2017	51851	167	195.23
MJG7772	P02QT000C0	01/09/2017	51851	167	195.23
QHV0417	P00UF000KV	10/08/2017	51851	167	195.23
OEP4884	P00ZA000FP	16/08/2017	51851	167	195.23
ALV9808	P00ZA000FC	25/07/2017	51851	167	195.23
MEX2332	P02QS0008A	05/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MEA2817	P00ZA000F7	22/07/2017	54523	181 * VIII	195.23
GAM1400	P02QT000CB	02/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJV1897	P011A000HY	07/07/2017	73662	252*VI	130.16
MEO1101	P011A000HX	07/07/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JACKSON PORTELLA DE LIMA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8082 1645/2017**

Publicação Nº 1426346

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO**



## DE TRANSITO N.8082 1645/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYH9513	P011A000LJ	05/10/2017	50100	162 * I
MCT6157	P00W2000KU	26/10/2017	50100	162 * I
LYE5781	P02QT000EZ	28/10/2017	50100	162 * I
ICR2116	P02QT000F7	30/10/2017	50100	162 * I
LYK2255	P02QT000FC	30/10/2017	50100	162 * I
LYK2255	P02QT000FD	30/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
LYE5781	P02QT000F0	28/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCT6157	P00W2000KV	26/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYE5781	P02QS000DW	28/10/2017	64080	221
AIY0411	P00UF000N3	30/10/2017	69120	232
OKE7827	P02QS000DU	28/10/2017	73400	252 * IV
AIY0411	P00UF000N2	30/10/2017	65992	230 * V
ASK3798	P02QT000FB	30/10/2017	65992	230 * V
OKE7827	P02QS000DT	28/10/2017	65992	230 * V
MBT9717	P00W2000KS	26/10/2017	65992	230 * V
MCT6157	P00W2000KT	26/10/2017	65992	230 * V
LYH9513	P011A000LI	05/10/2017	65992	230 * V
MBR3551	P00UF000M8	02/10/2017	66102	230 * VII
LYE5781	P02QS000DX	28/10/2017	67261	230 * XVIII
LYK2255	P02QT000FE	30/10/2017	67261	230 * XVIII
AIY0411	P00UF000N4	30/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8082 1646/2017**

Publicação Nº 1426345

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO SUL - 283190

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8082 1646/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKW5186	54307067N	09/10/2017	50020	257 ã 8\$
QHR5826	54312988N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MGI1055	54312989N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
OKH5784	P02QS000CE	02/10/2017	76251	ART 181, XX
MEM1201	P02QS000E4	01/11/2017	54600	181 * IX
CTA7468	P02QT000EW	28/10/2017	55090	181 * XIII
ALL0042	P02QT000EY	28/10/2017	68580	231 * VII
MDX4976	P02QT000F4	29/10/2017	51851	167
MBH5371	P00UF000M5	25/09/2017	51851	167
MGC0795	P011A000MH	27/10/2017	51852	167
QHS7254	P02QS000E7	01/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
ARI3567	P00ZA000IH	30/09/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JACKSON PORTELLA DE LIMA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**São João Batista**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1464/2017**

Publicação Nº 1426262

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1464/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IJK4814	P01KC001OL	23/07/2017	50100	162 * I	880.40
MEZ2590	P01KB001K9	25/07/2017	50100	162 * I	880.40
MHT2012	P01KB001KQ	26/07/2017	50100	162 * I	880.40
MKW8987	P01KC001Q4	01/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFY4353	P01KC001WE	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
MAS2725	P01KC001O2	22/07/2017	50450	162 * V	293.47
MFY4353	P01KC001WF	11/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHT2012	P01KB001KR	26/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEZ2590	P01KB001KA	25/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEH5721	P01KC001OF	22/07/2017	69120	232	88.38
MGD8811	P01KB001K5	25/07/2017	69120	232	88.38
MBX6941	P01KB001KH	25/07/2017	73400	252 * IV	130.16
MGQ6253	P01KC001P7	27/07/2017	73400	252 * IV	130.16
MHT2012	P01KB001KP	26/07/2017	65561	230 * I	293.47
MEH5721	P01KC001OE	22/07/2017	65992	230 * V	293.47
MEZ2590	P01KB001K8	25/07/2017	65992	230 * V	293.47
MCJ6704	54174236G	13/07/2017	65992	230 * V	293.47
IJK4814	P01KC001OK	23/07/2017	65992	230 * V	293.47
MFY4353	P01KC001WG	11/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFG2433	P01KC001QV	08/08/2017	65992	230 * V	293.47
HVF8085	P01KB001PY	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
HVF8085	P01KB001PZ	03/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MAS2725	P01KC001O3	22/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MGD8811	P01KB001K6	25/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MEH5721	P01KC001OG	22/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
IGR2929	P01KC001SG	27/08/2017	52742	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1465/2017**

Publicação Nº 1426261

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1465/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAM3863	P01KC001TK	01/09/2017	51930	168	293.47
HMB2734	P01KC001U0	02/09/2017	51930	168	293.47
MHD0885	54174354G	18/07/2017	52070	169	88.38
MHD0885	54174353G	18/07/2017	57380	186 * II	293.47
MHD0885	54174355G	18/07/2017	58350	195	195.23
MFY1154	P01KC001T2	30/08/2017	58350	195	195.23
MLE9549	P01KB001OK	30/08/2017	51851	167	195.23
MJY1148	P01KB001OR	30/08/2017	51851	167	195.23
MJN1422	P01KB001OS	30/08/2017	51851	167	195.23
MDT2399	P01KC001SB	26/08/2017	51851	167	195.23
MAQ0147	P01KC001SC	26/08/2017	51851	167	195.23
BIY9911	P01KC001SD	26/08/2017	51851	167	195.23
CRT9298	54174307G	21/07/2017	51851	167	195.23
MBX6941	P01KB001KI	25/07/2017	51851	167	195.23
MGR4114	P01KC001R9	15/08/2017	51851	167	195.23
ILG3085	55796617C	30/08/2017	51851	167	195.23
LWV2571	55759425F	06/07/2017	51851	167	195.23
MGL1507	P01KE000QC	18/07/2017	51851	167	195.23
MIA5962	54174245G	18/07/2017	51851	167	195.23
MCJ4881	P01KC001T0	30/08/2017	54523	181 * VIII	195.23
MFY1154	P01KC001T1	30/08/2017	70301	244 * I	293.47
MAM3863	P01KC001TJ	01/09/2017	70481	244 * II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVANIO PIZZI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1462/2017**

Publicação Nº 1426264

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1462/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIN1390	P02ST00043	26/10/2017	50100	162 * I
INU5676	P01KC00267	26/10/2017	50100	162 * I
MCF9747	P01KB001TN	30/10/2017	50100	162 * I
MCG3738	P01KC0026V	31/10/2017	50100	162 * I
IWY4051	P01KB001TK	28/10/2017	50450	162 * V
INU5676	P01KC00268	26/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCF9747	P01KB001TO	30/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCF9747	P01KB001TP	30/10/2017	66020	230 * VI
MCF9747	P01KB001TQ	30/10/2017	69120	232
MCG3738	P01KC0026U	31/10/2017	65992	230 * V
MCF9747	P01KB001TM	30/10/2017	65992	230 * V
MIN1390	P02ST00044	26/10/2017	65992	230 * V
MHI3994	P01KB001SC	06/10/2017	65992	230 * V
HHT0458	P01KC0022N	14/10/2017	65992	230 * V
CGB2477	P01KB001SI	12/10/2017	65992	230 * V
MCG3738	P01KC0026W	31/10/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1463/2017**

Publicação Nº 1426263

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1463/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHV2094	P01KC0021U	08/10/2017	51930	168
MJU2347	P01KB001RI	01/10/2017	58350	195
DME7316	54174318G	26/10/2017	58350	195
LYS5149	P01KC0021Y	09/10/2017	61220	214 * I



MLM8333	P01KC0021V	08/10/2017	51851	167
QHP2994	P01KB001RQ	02/10/2017	51851	167
MLD3218	P01KB001RZ	02/10/2017	51851	167
MFA6806	P01KC0020Y	04/10/2017	51851	167
MBA7954	P01KC0021F	08/10/2017	51851	167
MEZ9263	P01KC0021G	08/10/2017	51851	167
MAK3352	P01KC0021H	08/10/2017	51851	167
MHW5852	P01KC0021J	08/10/2017	51851	167
ARV8808	P01KC0021M	08/10/2017	51851	167
MJK1215	P01KC0021N	08/10/2017	51851	167
JGM6730	P01KC0021S	08/10/2017	51851	167
MFS5703	P01KC0026Z	01/11/2017	51851	167
QHG6731	P01KC00272	01/11/2017	51851	167
MMI8358	P01KB001TH	28/10/2017	51851	167
MKK4131	P01KC0026P	30/10/2017	51851	167
MLB2665	P01KC0022J	12/10/2017	51851	167
HCI6499	P01KC0022R	15/10/2017	51851	167
MFH8385	P01KC0025W	24/10/2017	51851	167
MCZ3126	54170062F	25/10/2017	51851	167
MGD6114	54170063F	25/10/2017	51851	167
MGU2362	P01KC0026A	26/10/2017	51852	167
GAM2013	P01KC0022M	13/10/2017	54521	181 * VIII
MFA6806	P01KC0020X	04/10/2017	73662	252*VI
MHO0015	P01KC00206	30/09/2017	73662	252*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVANIO PIZZI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### São João do Oeste

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8310 492/2017

Publicação Nº 1426151

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8310 492/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYJ8007	P019L000EI	09/08/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### São João do Sul

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8374 742/2017

Publicação Nº 1426117

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8374 742/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IOB5165	P01FH000U4	30/08/2017	51930	168	293.47
QHC5646	P01FH000PC	26/07/2017	53800	181 * I	130.16
MIK3663	P01FH000PD	26/07/2017	53800	181 * I	130.16
MJI0170	P01FH000OV	22/07/2017	67690	230 * XXII	130.16
MFA2413	P01FH000QV	05/08/2017	70640	244 * IV	293.47
MLJ3811	P01FH000RD	09/08/2017	51851	167	195.23
DUF4831	P01FH000TR	29/08/2017	51851	167	195.23
IHU3909	P01FH000P7	25/07/2017	65992	230 * V	293.47
IGA8286	P01FH000UF	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEG5410	P01FH000UN	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MBX4531	P01FH000UM	04/09/2017	66102	230 * VII	195.23
ILV3463	P01FH000NA	04/07/2017	66371	230 * IX	195.23
ILV3463	P01FH000N9	04/07/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUDINEI CHARÇO TEIXEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 741/2017**

Publicação Nº 1426118

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8374 741/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEU0735	P01FH000XD	06/10/2017	75790	165 A
QIF8087	P01FH000ZA	29/10/2017	75790	165 A
MBU4084	P01FH000XH	06/10/2017	50450	162 * V
MBU4084	P01FH000XG	06/10/2017	51420	164 c/c 162 * V
IEU0735	P01FH000XC	06/10/2017	67690	230 * XXII
MBU4084	P01FH000XE	06/10/2017	67690	230 * XXII
DJE0697	P01FH000ZB	29/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RUDINEI CHARÇO TEIXEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**São JOAQUIM****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8284 1596/2017**

Publicação Nº 1426164

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8284 1596/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDL9342	55033815F	09/07/2017	50100	162 * I	880.40
MDL9342	55033816F	09/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDL9342	55033813F	09/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOS CARLOS GARCIA  
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8284 1597/2017**

Publicação Nº 1426163

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8284 1597/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MKT0594	P03D500007	23/07/2017	54600	181	*	IX	130.16
MHA9873	55033746F	07/07/2017	55500	181	*	XVIII	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

STELIO BONELLI PORTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1594/2017

Publicação Nº 1426166

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1594/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDT3801	P03D10000G	27/10/2017	50100	162 * I
MDT3801	P03D10000I	27/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
DGW4599	P03D50004E	08/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOS CARLOS GARCIA  
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1595/2017**

Publicação Nº 1426165

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8284 1595/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QJO1400	54306755N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8§
APG4121	P03D50004M	14/10/2017	65300	228
MKG2272	P03D50005A	28/10/2017	65300	228
MGC1347	P03D50004G	11/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

STELIO BONELLI PORTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**São José**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2533/2017**

Publicação Nº 1426424

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8023 2533/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDS5779	P015A000DH	30/06/2017	50292	162* II	880.40
ARX1919	P015A000DO	07/07/2017	50292	162* II	880.40
MLD4354	P01HE00220	14/08/2017	50292	162* II	880.40
MIE7236	P01HE0023M	21/08/2017	50100	162 * I	880.40
QII7684	55825345E	27/07/2017	50100	162 * I	880.40
MDK9207	55792296F	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
IGU2662	P01HC0026Y	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCR9577	P02NX0001Z	06/07/2017	50450	162 * V	293.47
MBO1312	P03OL00009	18/09/2017	50450	162 * V	293.47
MDP2275	P01HE001U5	27/06/2017	50450	162 * V	293.47
MCU8505	P02NX0004Z	18/09/2017	64080	221	130.16
MKQ8283	P035U0005V	07/07/2017	66020	230 * VI	293.47
MEI1490	P035U0005U	07/07/2017	66700	230 * XIII	195.23
MDZ5397	P01HC001VG	29/06/2017	67000	230 * XVI	195.23
NSL1480	P015Z0006R	07/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
IGU2662	P01HC00272	01/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
MBO1312	P03OL0000A	18/09/2017	69120	232	88.38
MEH4978	P015A000DD	28/06/2017	69120	232	88.38
MEL7708	P035U000BO	03/08/2017	65561	230 * I	293.47
MKZ7292	55945248E	01/08/2017	65564	230 * I	293.47
AHX4825	P01HE0022Q	16/08/2017	65992	230 * V	293.47
MHA3883	P015A000DV	07/07/2017	65992	230 * V	293.47
MDZ5397	P01HC001VF	29/06/2017	65992	230 * V	293.47
MKE7023	P01HC001RK	13/06/2017	65992	230 * V	293.47
IOE4192	P01HC001SX	20/06/2017	65992	230 * V	293.47
IIC1029	P01HC001XS	10/07/2017	65992	230 * V	293.47
MDK9207	55792295F	19/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFV3104	P02PB00025	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCU8505	P02NX0004Y	18/09/2017	66371	230 * IX	195.23
MDS5779	P035U0004L	30/06/2017	66371	230 * IX	195.23
MEB7253	P02PB0001P	18/08/2017	66371	230 * IX	195.23
NSL1480	P015Z0006S	07/08/2017	66372	230 * IX	195.23
NSL1480	P015Z0006O	07/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MIB7745	P01HC0022X	14/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MHQ6633	55791615F	02/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MJE1211	P015A000DZ	07/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MIE7236	P01HE0023N	21/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MET7334	54981121F	09/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
ALD0255	54981124F	09/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MIH4538	54981125F	09/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MIA4705	P01HC001W1	03/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MDP2275	P01HE001U4	27/06/2017	67261	230 * XVIII	195.23
IIC1029	P01HC001XT	10/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MBN4632	P01HE001X4	11/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MGJ0116	P01HE00215	26/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LYQ0732	P02PB0001G	07/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
IGU2662	P01HC0026X	01/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MFR0255	P01HE0026W	04/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
QHL7456	P01HC0029L	12/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MJM5228	P01HC002A2	14/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
IGU2662	P01HC00270	01/09/2017	52742	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE



EDITAL.

SAO JOSE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2534/2017**

Publicação Nº 1426423

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8023 2534/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYR6759	54290876N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLT5314	54293985N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKJ2954	54293996N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
LUQ0736	P02PC0010W	29/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MBK4595	P02UN0006J	08/07/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MFY3635	P02PC000XC	12/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MGA1046	55792235F	01/06/2017	76252	ART 181, XX	293.47
QIG7404	P02NY000DX	30/06/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MGF5009	P02NY000YH	19/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
QHL1002	P02NY0006P	06/06/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MHZ4038	P02PC000K3	03/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
IRS8059	P02PC000LB	04/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
FJW1813	P02PC000ZH	17/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QJJ2990	P02PC000VD	03/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MIU0235	P02WT00022	09/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
IUA3958	P02PC000JM	30/06/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MDZ0006	P02PC000MH	07/07/2017	53800	181 * I	130.16
MBD8381	P02UN000CJ	21/08/2017	53980	181 * II	88.38
QHY3924	P02TQ00023	21/08/2017	54600	181 * IX	130.16
QHV3614	55784590F	25/04/2017	54790	181 * X	130.16
OBW7382	P02UN000CF	20/08/2017	54870	181 * XI	195.23
MLU3301	P02UO0002G	04/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LSI4788	P035U00018	08/06/2017	55500	181 * XVIII	130.16
PEU1786	P02TQ00024	22/08/2017	57620	188	130.16
MLD5331	P035U00084	16/07/2017	59910	206 * I	293.47
QHX9171	P035U00098	20/07/2017	59910	206 * I	293.47
IGU2662	P01HC0026Z	01/09/2017	60760	210	293.47
IJR2616	P02WT0002M	01/09/2017	51851	167	195.23
MCQ4908	P02WT0002S	01/09/2017	51851	167	195.23
OBN5324	P02WT0002U	01/09/2017	51851	167	195.23
AIB6709	P02WT0002V	01/09/2017	51851	167	195.23
MJQ8943	P02WT0002Z	01/09/2017	51851	167	195.23
QHG0069	P02WT00031	01/09/2017	51851	167	195.23

DZH6693	P02NY000W2	01/09/2017	51851	167		195.23
MKJ7941	P02TQ0001G	04/08/2017	51851	167		195.23
MKL8873	P02PC000LL	07/07/2017	51851	167		195.23
BMW9840	P02WU0000K	18/08/2017	51851	167		195.23
MBC0480	P02PC00073	30/05/2017	51851	167		195.23
MBC0480	P02NY0004B	31/05/2017	51851	167		195.23
MBC0480	P02PC000A4	07/06/2017	51851	167		195.23
MIE2562	P02WU00006	05/07/2017	51851	167		195.23
KVP3354	P02UN0005T	06/07/2017	51851	167		195.23
MDS0104	P02UN00062	06/07/2017	51851	167		195.23
MAI6926	P02PC00009	12/07/2017	51851	167		195.23
IFA4604	P02NY000IT	14/07/2017	51851	167		195.23
MAJ7252	P02WT00035	01/09/2017	52311	172		130.16
CNC5947	P02UN000BB	02/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
AOW1266	54982386F	15/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
JUK2283	P0169000BS	02/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MX3839	P02UN0005G	04/07/2017	54521	181	* VIII	195.23
IXI2737	P02PC0010L	25/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
QHN2595	P02PC000X0	11/08/2017	54521	181	* VIII	195.23
LXN8363	P02NY000UB	16/08/2017	54522	181	* VIII	195.23
IGU2662	P01HC00271	01/09/2017	58191	193		880.40
QHG6678	P02PC00113	02/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MMH8433	54982390F	12/09/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MJN9197	P035U000EP	15/09/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MJZ6164	P02PC000VI	03/08/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MLV2263	54981114F	08/08/2017	73662	252	*VI	130.16
MHJ6384	P02WR0002H	01/09/2017	73662	252	*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 2033/2017**

Publicação Nº 1426006

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 2033/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMC0920	54113383G	29/08/2017	73580	252 * V	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 2034/2017

Publicação Nº 1426005

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 2034/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ITX1473	54269372N	22/06/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLW0248	54280312N	24/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKZ9429	54284979N	04/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
QHP2149	54285680N	08/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MCX3792	54289688N	18/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
ACS1477	54298596N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJY6105	54113381G	29/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
NUG9573	54111075G	14/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MMI8972	54924446F	02/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
EVD4001	54113672G	22/08/2017	53800	181 * I	130.16
ICQ1382	54107638G	15/06/2017	54600	181 * IX	130.16
JZA7383	54920726F	20/06/2017	55250	181 * XV	130.16
LYR1902	54111041G	17/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MHF2187	54112525G	20/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LXW8161	54112242G	21/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MJC0681	54112819G	26/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MJA3758	54924450F	05/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MGU5114	54112667G	24/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MEI8459	54111504G	29/06/2017	55500	181 * XVIII	130.16
PVD6629	54923579F	08/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MJE6432	54925645F	09/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
NPL9426	55126249C	22/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16

LYJ6352	55669336C	22/08/2017	55500	181 *	XVIII	130.16
ISC0921	54111466G	15/08/2017	55680	181 *	XIX	195.23
QHW3461	54922582F	23/08/2017	55680	181 *	XIX	195.23
MKX8136	54110946G	22/06/2017	55680	181 *	XIX	195.23
MGE7376	54112509G	19/07/2017	55680	181 *	XIX	195.23
LYR1902	54111040G	17/07/2017	55680	181 *	XIX	195.23
QIE9117	54923443F	30/08/2017	55680	181 *	XIX	195.23
MJL1258	54923429F	29/08/2017	55680	181 *	XIX	195.23
ATC7080	54113680G	28/08/2017	57380	186 *	II	293.47
QHE8747	54909298F	23/08/2017	57380	186 *	II	293.47
QHL9777	55126234C	21/08/2017	57380	186 *	II	293.47
LBM1525	54112452G	10/08/2017	51851	167		195.23
MGE7376	54112546G	24/07/2017	51851	167		195.23
MML7215	54108992G	17/07/2017	51851	167		195.23
MHS8691	54111674G	07/07/2017	51851	167		195.23
MHA4667	54110848G	02/07/2017	54521	181 *	VIII	195.23
MIF9131	54111524G	07/07/2017	54521	181 *	VIII	195.23
MKI2599	54109966G	09/06/2017	54521	181 *	VIII	195.23
MIE9539	54110566G	15/06/2017	54521	181 *	VIII	195.23
MMA3753	54113266G	02/08/2017	54521	181 *	VIII	195.23
HLC7077	54112476G	24/08/2017	54521	181 *	VIII	195.23
AHX2910	55661841C	28/08/2017	54521	181 *	VIII	195.23
LXU4356	54909641F	01/09/2017	54521	181 *	VIII	195.23
MBJ8322	55669702C	28/08/2017	54521	181 *	VIII	195.23
ISV6691	54909646F	01/09/2017	54521	181 *	VIII	195.23
KOU0820	54924025F	13/07/2017	54522	181 *	VIII	195.23
QHE8470	54923406F	28/08/2017	56221	182 *	VI	88.38
QHB3394	54917733F	17/08/2017	56221	182 *	VI	88.38
MFN3917	54109697G	24/08/2017	55411	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
QHS3993	54924023F	22/06/2017	55411	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
JZA7383	54920725F	20/06/2017	55411	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MJM9932	54110331G	31/08/2017	55411	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MIS3925	55673762C	01/09/2017	55411	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
QHT7030	54109894G	12/09/2017	55411	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MMM3746	54923432F	29/08/2017	55414	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MFS3438	54109808G	14/06/2017	55414	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MLL5685	54111522G	06/07/2017	55414	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MJJ9898	54113103G	28/07/2017	55414	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
QIB6691	54112489G	25/08/2017	55414	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
QHK8830	54112478G	24/08/2017	55414	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MKZ7930	54112456G	23/08/2017	55414	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
QIB6691	55658044C	25/08/2017	55414	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
DIZ4206	54922576F	23/08/2017	55414	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MGT3745	54907939F	25/08/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MKU8729	54909631F	01/09/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MHB0148	55677638C	31/08/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
APB9389	55677628C	31/08/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
DYE5552	54110310G	30/08/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MKZ0221	54110336G	31/08/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MDK8219	54110332G	31/08/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MGX4535	55669744C	30/08/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MLX9940	55669724C	29/08/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
DWM4752	55669709C	29/08/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MAC2048	55669711C	29/08/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
DWM4752	54923421F	29/08/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MKZ7635	54112556G	20/07/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MDO1222	54111530G	09/07/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MCS9805	54111728G	08/07/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MBC0480	54110798G	22/06/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
IHJ3339	54110788G	22/06/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MFU3555	54114853G	13/09/2017	55417	181*	XVII c/ Leil3146	195.23
MHJ0917	54113863G	29/08/2017	73662	252*	VI	130.16
MGT2372	54113864G	29/08/2017	73662	252*	VI	130.16

MKX4495 54111816G 14/08/2017 73662 252\*VI 130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2531/2017

Publicação Nº 1426426

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2531/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBW7772	P01610008Q	30/10/2017	50291	162* II
MHJ8006	P01HC002EJ	02/10/2017	50292	162* II
MBW2876	P01HE002LU	27/10/2017	75790	165 A
IGH1324	P01HE002MG	30/10/2017	50100	162 * I
MCO9583	P01HE002M7	30/10/2017	50100	162 * I
LNx7464	P01HE002MM	31/10/2017	50100	162 * I
MHY3838	P01HE002N3	01/11/2017	50100	162 * I
MDS5779	P02TR0000X	21/09/2017	50100	162 * I
ARY5231	P01610007H	21/09/2017	50100	162 * I
IHX5099	P02UO0002Y	05/10/2017	50100	162 * I
MFB7758	P01HC002GS	09/10/2017	50100	162 * I
IGU2662	P01610008V	04/11/2017	50100	162 * I
QHS7353	P01HE002KC	23/10/2017	50450	162 * V
BYG2636	P01HC002MC	31/10/2017	50450	162 * V
MHQ8597	P02NX0006K	30/10/2017	50450	162 * V
MFB7758	P01HC002GT	09/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
MJA9854	P01HE002JL	19/10/2017	64080	221
MFP4477	P01HC002LN	27/10/2017	64080	221
MDE6397	P0166000HG	28/10/2017	66020	230 * VI
IFN1667	P01HC002MU	01/11/2017	66290	230 * VIII
MGM1476	P01HE002NA	01/11/2017	66290	230 * VIII
MZF5331	P0169000DD	31/10/2017	66700	230 * XIII



MBA4577	P01HC002M5	30/10/2017	67000	230	*	XVI
MKV6338	P01HE002DW	02/10/2017	67000	230	*	XVI
IGU2662	P01610008W	04/11/2017	67000	230	*	XVI
MDN3108	P01HC002BP	19/09/2017	67690	230	*	XXII
MBO6532	P01610008T	30/10/2017	69120	232		
IGU2662	P01610008Z	04/11/2017	73400	252	*	IV
MHQ8597	P02NX0006L	30/10/2017	51691	165		
MBZ4840	P01HE002G2	09/10/2017	65561	230	*	I
MCO9583	P01HE002M9	30/10/2017	65564	230	*	I
MLO3017	P01HE002MA	30/10/2017	65992	230	*	V
MLK4237	P01HC002M2	30/10/2017	65992	230	*	V
IGH1324	P01HE002MH	30/10/2017	65992	230	*	V
MFO4572	P01HE002MI	30/10/2017	65992	230	*	V
MHQ8597	P02NX0006J	30/10/2017	65992	230	*	V
MDY3241	P01HE002N0	31/10/2017	65992	230	*	V
BYG2636	P01HC002MD	31/10/2017	65992	230	*	V
MJP1104	P01HC002MW	01/11/2017	65992	230	*	V
MGG2148	P01HE002NG	01/11/2017	65992	230	*	V
MHY3838	P01HE002N4	01/11/2017	65992	230	*	V
IFN1667	P01HC002MS	01/11/2017	65992	230	*	V
MDE6397	P0166000HF	28/10/2017	65992	230	*	V
MHR5237	55792091F	10/10/2017	65992	230	*	V
IHX5099	P02UO0002X	05/10/2017	65992	230	*	V
MGH2636	P01HE002E4	02/10/2017	65992	230	*	V
MFW1396	P01HE002E7	02/10/2017	66102	230	*	VII
MDE6397	P0166000HC	28/10/2017	66102	230	*	VII
IGU2662	P016100092	04/11/2017	66102	230	*	VII
ANW1692	55792092F	05/10/2017	66371	230	*	IX
MHJ8006	P01HC002EI	02/10/2017	66372	230	*	IX
MJO8174	P01HC002EK	02/10/2017	66372	230	*	IX
MMF1613	P01HC002LW	28/10/2017	66372	230	*	IX
MHK6014	P01HC002ED	02/10/2017	66372	230	*	IX
MZF5331	P0169000DC	31/10/2017	66372	230	*	IX
MBO6532	P01610008R	30/10/2017	66372	230	*	IX
MKE6171	P01HC002M1	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
MCO9583	P01HE002M8	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
MDY3241	P01HE002N1	31/10/2017	67261	230	*	XVIII
MVA9202	P01HC002MA	31/10/2017	67261	230	*	XVIII
OKH2202	P01HE002ML	31/10/2017	67261	230	*	XVIII
MZF5331	P0169000DE	31/10/2017	67261	230	*	XVIII
MJL3529	P01HC002EG	02/10/2017	67261	230	*	XVIII
MGB5552	P01HE002EB	02/10/2017	67261	230	*	XVIII
MHL4809	P01HE002C0	21/09/2017	67261	230	*	XVIII
JHJ7273	P01HE002GR	10/10/2017	67261	230	*	XVIII
MIC1578	P01HC002H0	10/10/2017	67261	230	*	XVIII
MDU4656	P01HE002H7	11/10/2017	67261	230	*	XVIII
MFK5377	P01HE002HC	11/10/2017	67261	230	*	XVIII
MLZ3039	P01HE002M1	28/10/2017	67261	230	*	XVIII
MGP7880	55792090F	17/10/2017	67261	230	*	XVIII
IGU2662	P01610008X	04/11/2017	67261	230	*	XVIII
ARY5231	P01610007I	21/09/2017	52741	175		
MDE6397	P0166000HB	28/10/2017	52741	175		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



SAO JOSE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2532/2017**

Publicação Nº 1426425

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2532/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQM1691	54293995N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIJ4606	54300812N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$
ACS4921	54304896N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKB3304	54312700N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFZ8525	54312704N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIT1616	54312707N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHW8533	54312708N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIT9454	54312710N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLH3117	P02UN000IE	25/10/2017	76251	ART 181, XX
MIK0684	P02NY000YW	20/09/2017	76251	ART 181, XX
MKV9977	P02UN000JH	30/10/2017	76252	ART 181, XX
ATG1650	P02UN000IZ	27/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MLG1805	P02NY00147	23/10/2017	76331	ART 252, UNICO
DTA9465	P02UN000IL	26/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MLN7270	P02NY0012M	11/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MLD7894	P02PC0013O	03/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MJM9357	P02UN000JJ	31/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MCR8770	P0169000CU	07/10/2017	54100	181 * IV
OYP2784	P02UN000JE	30/10/2017	54870	181 * XI
MMD0616	P02WO0000V	31/10/2017	55250	181 * XV
MKH2729	P02PC00191	30/10/2017	55500	181 * XVIII
MIG4276	P02PC0012M	26/09/2017	55680	181 * XIX
MDP7315	P03AU00023	25/10/2017	56650	182 * X
MDE6397	P0166000HD	28/10/2017	58350	195
IGU2662	P01610008Y	04/11/2017	58350	195
MJQ5925	P02NY000XK	12/09/2017	59910	206 * I
MUU7555	P02UN000JL	01/11/2017	61220	214 * I
MFG5411	P02NY000ZU	28/09/2017	61300	214 * II
AFC0685	54890504G	07/09/2017	65300	228
MCJ9683	P02PC0012O	26/09/2017	51851	167
MCD6248	P01670002O	01/11/2017	51851	167
DAE7141	P02UO0003B	01/11/2017	51851	167
MFL4691	P02PC0019T	01/11/2017	51851	167
MLA3188	P02PC0018O	27/10/2017	51851	167

MIH7474	P02PC0018E	26/10/2017	51851	167	
MHL0359	P02PC0019C	30/10/2017	51851	167	
MAW7805	P02PC0019M	31/10/2017	51851	167	
MEI2073	P02PC0019N	31/10/2017	51851	167	
MGB5456	P02NY000ZX	28/09/2017	54521	181	* VIII
GW12798	P02NY00104	29/09/2017	54521	181	* VIII
MJT3649	P02UN000IY	27/10/2017	54521	181	* VIII
MMM9101	P03AU0002E	27/10/2017	54522	181	* VIII
MMM5139	P03AU0002C	27/10/2017	56222	182	* VI
QHG5845	P02UN000J4	27/10/2017	60175	206	* III
MJC4804	P02UN000IP	26/10/2017	60175	206	* III
MBZ2861	P03O50001K	31/10/2017	60501	208	
ALM1611	P02UN000EA	10/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146
FKO1309	P02NY000ZF	25/09/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
QHT0756	P02PC0013J	02/10/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
AJI3551	P03AU0000D	06/10/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
MKD6771	P03AU0002D	27/10/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
MLK1873	P02UN000I7	23/10/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
AXX1377	P02NY00155	25/10/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
MJB0058	P02UN000IS	27/10/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
MLN3165	P02PC001A7	01/11/2017	73662	252	*VI
MMM4583	P01670001X	01/11/2017	73662	252	*VI
MJN7705	P02PC0013Q	03/10/2017	73662	252	*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2031/2017**

Publicação Nº 1426008

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2031/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MLP4243	54114664G	23/09/2017	50292	162* II
MBW5276	54117067G	05/10/2017	50100	162 * I
HLH7304	54117757G	16/10/2017	67690	230 * XXII
MLP4243	54114666G	23/09/2017	67690	230 * XXII
MLP4243	54114665G	23/09/2017	51262	164 c/c 162 * II
MBW5276	54117066G	05/10/2017	65992	230 * V
BCM1412	54114470G	23/10/2017	65992	230 * V
MBW5276	54117068G	05/10/2017	66372	230 * IX
MBW5276	54117069G	05/10/2017	66372	230 * IX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2032/2017**

Publicação Nº 1426007

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2032/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKW2729	54303446N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIX8744	54303453N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
GFB7979	54312514N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKK7587	54312518N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIF9235	54312519N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLX9940	54312524N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
LXE3517	54116277G	27/09/2017	76331	ART 252, UNICO
MEB8578	54117853G	19/10/2017	52070	169
MJZ9303	54117855G	19/10/2017	52070	169
IDC9695	54115763G	28/09/2017	53800	181 * I
MEI4364	54114467G	23/10/2017	54600	181 * IX
JMA7818	54111837G	04/10/2017	54870	181 * XI
MEI7815	54116988G	23/10/2017	55090	181 * XIII
OGV5380	54118059G	25/10/2017	55500	181 * XVIII

MCW9315	54116737G	29/09/2017	55500	181	*	XVIII
MIW9561	54117771G	19/10/2017	55500	181	*	XVIII
MKK9125	54117776G	22/10/2017	55500	181	*	XVIII
IVV0445	54115557G	30/09/2017	55500	181	*	XVIII
MFQ6215	54116231G	27/09/2017	55500	181	*	XVIII
MJD4358	54116533G	27/09/2017	55500	181	*	XVIII
EJT0005	54107846G	29/09/2017	55500	181	*	XVIII
MJT6406	54115775G	02/10/2017	55500	181	*	XVIII
MMB3807	54116163G	26/09/2017	55500	181	*	XVIII
MIT7969	54114927G	20/09/2017	55500	181	*	XVIII
MMH3824	54116150G	25/09/2017	55500	181	*	XVIII
LLO5960	54114319G	20/09/2017	55680	181	*	XIX
MGY8852	54112463G	23/08/2017	55680	181	*	XIX
MIC4544	54923440F	30/08/2017	55680	181	*	XIX
QIG3385	54116855G	28/09/2017	55680	181	*	XIX
MFJ7394	54112990G	30/09/2017	55680	181	*	XIX
MKH9681	54117399G	25/10/2017	55680	181	*	XIX
MKI9163	54117767G	19/10/2017	55680	181	*	XIX
JFZ3152	54117346G	17/10/2017	55680	181	*	XIX
MGM4558	54116353G	27/09/2017	57030	185	*	I
MIG4746	54116356G	27/09/2017	57030	185	*	I
MBO0408	54116253G	26/09/2017	57200	186	*	I
MMF8764	54116561G	03/10/2017	59910	206	*	I
MLX5804	54114346G	24/10/2017	59910	206	*	I
MCL0326	54115921G	27/10/2017	61220	214	*	I
IHG8497	54116680G	03/10/2017	61220	214	*	I
MBV7683	54116501G	25/09/2017	61220	214	*	I
MGO9220	54116763G	04/10/2017	61900	216		
DWC9030	54114034G	28/10/2017	65300	228		
LXI8006	54116574G	06/10/2017	51851	167		
MGP2151	54116684G	03/10/2017	51851	167		
FLS5149	54111348G	09/09/2017	51851	167		
MCE6183	54116507G	25/09/2017	51852	167		
MSM6524	54116045G	27/09/2017	54521	181	*	VIII
QIP0286	54111144G	26/09/2017	54521	181	*	VIII
MKI7546	54116254G	26/09/2017	54521	181	*	VIII
QHC5188	54116255G	26/09/2017	54521	181	*	VIII
MKS3315	54116296G	28/09/2017	54521	181	*	VIII
OQK5431	54116130G	25/09/2017	54521	181	*	VIII
QIG0491	54116182G	26/09/2017	54521	181	*	VIII
HGO1513	54116038G	26/09/2017	54521	181	*	VIII
MKL7209	54116101G	24/09/2017	54521	181	*	VIII
IFB3119	54114904G	13/09/2017	54521	181	*	VIII
QHK5969	54114906G	18/09/2017	54521	181	*	VIII
MKU9937	54114985G	14/09/2017	54521	181	*	VIII
QIL8643	54113970G	05/09/2017	54521	181	*	VIII
FYT9948	54116010G	22/09/2017	54521	181	*	VIII
MKW6465	54114811G	15/09/2017	54521	181	*	VIII
QID0264	54115840G	25/09/2017	54521	181	*	VIII
MCH5891	54117772G	19/10/2017	54521	181	*	VIII
MIY0980	54117778G	22/10/2017	54521	181	*	VIII
MGB7904	54117781G	25/10/2017	54521	181	*	VIII
APF0880	54117783G	26/10/2017	54521	181	*	VIII
MLD8570	54117559G	11/10/2017	54521	181	*	VIII
EFV2550	54117759G	16/10/2017	54521	181	*	VIII
JQD9865	54117765G	19/10/2017	54521	181	*	VIII
NXU2941	54116666G	29/09/2017	54521	181	*	VIII
OWP4956	54116205G	27/09/2017	54521	181	*	VIII
HIX7677	54116206G	27/09/2017	54521	181	*	VIII
MLU4901	54118080G	27/10/2017	54521	181	*	VIII
MJI3216	54117363G	25/10/2017	54521	181	*	VIII
MJG0224	54116993G	23/10/2017	54521	181	*	VIII
MJC7867	54115031G	20/10/2017	54521	181	*	VIII

LCU3087	54117340G	17/10/2017	56221	182 * VI
MEY0295	54116437G	29/09/2017	56221	182 * VI
MEI6797	54116222G	27/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QHJ8585	54117207G	21/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLM1891	54925085F	21/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
HMO9857	54116991G	23/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MIN1577	54117568G	24/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MDA5144	54116992G	23/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MJJ9898	54117333G	17/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MJJ9898	54117321G	16/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MID7160	54117326G	16/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MEL3058	54118003G	24/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MBH5303	54117108G	17/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MHJ6616	54907231F	22/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MLY8335	54116443G	29/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MKZ5572	54116444G	29/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MKT8480	54111845G	16/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
QBA2401	54116961G	16/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MFB3653	54110694G	22/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
ISO2816	54116027G	26/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MHY1824	54116192G	26/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MEB9954	54116153G	25/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MIX8744	54116199G	26/09/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
MIX8744	54116414G	26/09/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
ISS5772	54114911G	18/09/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
MLK3479	54115730G	22/09/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
IMB2524	54117322G	16/10/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
MDZ4691	54117361G	21/10/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
MJX8966	54116317G	19/10/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
MIQ2660	54114347G	24/10/2017	73662	252*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### São José do Cedro

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 969/2017

Publicação Nº 1426049

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 969/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MIS7653	P02MU000AN	24/10/2017	52070	169
AHY6880	P02MU00090	05/10/2017	65300	228
AHY6880	P02MU00091	05/10/2017	66700	230 * XIII
MHB1059	P02MU000AP	27/10/2017	51851	167
ADS4165	P02MU000AO	25/10/2017	56144	182 * V
ABY9687	P02MU000B1	30/10/2017	65561	230 * I
ABY9687	P02MU000B0	30/10/2017	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### SÃO LOURENÇO DO OESTE

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1625/2017

Publicação Nº 1426297

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1625/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIH4614	P010V000JL	22/07/2017	50291	162* II	880.40
DUA3199	P010U000PE	23/07/2017	75790	165 A	2934.68
AQZ3971	P010V000M1	13/09/2017	50100	162 * I	880.40
AQL0061	P02SY0000J	03/09/2017	65480	229	130.16
MBR0811	P02RP0000O	24/07/2017	69120	232	88.38



DUA3199	P010U000PD	23/07/2017	69120	232		88.38
ALR1365	P010V000KK	01/08/2017	69120	232		88.38
CHO3543	P010V000LB	01/09/2017	65992	230	* V	293.47
MBR0811	P02RP0000M	24/07/2017	65992	230	* V	293.47
ALR1365	P010V000KJ	01/08/2017	65992	230	* V	293.47
MBR0811	P010U000PF	24/07/2017	67261	230	* XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI  
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1626/2017

Publicação Nº 1426296

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO DO OESTE - 283330

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1626/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEG7881	P010V000KX	16/08/2017	52070	169	88.38
MER8790	P010U000Q4	11/08/2017	52070	169	88.38
IGZ2662	P010U000PH	25/07/2017	54521	181 * VIII	195.23
AZH6645	P010V000K0	27/07/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IUM9635	P02RP00011	10/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SERGIO PEDERSSETTI  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1623/2017**

Publicação Nº 1426299

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8116 1623/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEE8134	P02SY0001Z	31/10/2017	50100	162 * I
MEE8134	P02SY00020	31/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
KJB9569	P010V0000I	30/10/2017	67690	230 * XXII
KJB9569	P010V0000H	30/10/2017	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI  
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1624/2017**

Publicação Nº 1426298

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO DO OESTE - 283330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8116 1624/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MES5254	P010U000TA	12/10/2017	54010	181 * III
KGB0109	P010V000OB	28/10/2017	54010	181 * III
MIR9683	P010V000O6	26/10/2017	54870	181 * XI
QHR2699	P02RP0003H	27/10/2017	54870	181 * XI
AKE6525	P010V000OC	28/10/2017	51851	167
LXR7675	P010U000T2	11/10/2017	54522	181 * VIII
IVH9394	P02RP0001O	23/09/2017	56222	182 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

SERGIO PEDERSSETTI  
DIRETOR DE TRANSITO

### SÃO MIGUEL DO OESTE

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2323/2017

Publicação Nº 1426411

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2323/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLV1240	P01RN000EM	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MLV1240	P01RN000EN	02/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MBA1695	P01S6000E4	06/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
NET1384	P03MH00005	29/08/2017	73231	252 * II	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2324/2017**

Publicação Nº 1426410

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8029 2324/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZF5834	P01S50007T	01/09/2017	58350	195	195.23
JZA8372	P01S8000AS	07/08/2017	65300	228	195.23
MLV1240	P01RN000EO	02/09/2017	52152	170	293.47
LZF5834	P01S50007S	01/09/2017	63941	220 * XIV	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8750 950/2017**

Publicação Nº 1425993

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8750 950/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLS6489	54291543N	24/08/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MKK9638	54294430N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	293.47
IPH8173	8750256966	15/08/2017	74550	218 * I	130.16
IUB7374	8750256159	21/06/2017	74550	218 * I	130.16
MDL6544	8750256440	10/07/2017	74550	218 * I	130.16
DYD4860	8750256498	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
MFJ3990	8750256946	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
EBE2762	8750256552	17/07/2017	74630	218 * II	195.23
MFS1496	8750257012	19/08/2017	74630	218 * II	195.23
FRL9496	8750256834	05/08/2017	56732	183	130.16
MEJ3534	8750256565	18/07/2017	60503	208	293.47
OKH2908	8750256507	14/07/2017	60503	208	293.47
QHF4810	8750256510	14/07/2017	60503	208	293.47
EIZ2298	8750256978	16/08/2017	60503	208	293.47
DHG9065	8750257044	22/08/2017	60503	208	293.47
AGM3495	8750257133	29/08/2017	60503	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2321/2017**

Publicação Nº 1426414

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2321/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

JNO7418	P01RM000DU	07/10/2017	50100	162 * I
MEL5590	P03MI0000X	14/10/2017	50100	162 * I
IJR6230	P01S4000H2	31/10/2017	50450	162 * V
MCM4413	P01RM000DM	28/09/2017	69120	232
MBC5507	P03MI00015	20/10/2017	65992	230 * V
CZP9437	P03MH0002B	28/10/2017	65992	230 * V
DMK5360	P03MI0001C	29/10/2017	65992	230 * V
MEL5590	P03MI0000W	14/10/2017	65992	230 * V
CMY1536	P01S500096	30/10/2017	65992	230 * V
DMK5360	P03MI0001D	29/10/2017	66102	230 * VII
EDE0736	P01RL0006G	05/10/2017	66102	230 * VII
MEL5590	P03MI0000Y	14/10/2017	66372	230 * IX
EDE0736	P01RL0006I	05/10/2017	66532	230 * XI
LZW2174	P01S500093	30/10/2017	66532	230 * XI
MEL5590	P03MI0000Z	14/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2322/2017

Publicação Nº 1426413

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE - 283390

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2322/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CMY1536	P01S500094	30/10/2017	58350	195
BFJ6342	P01S4000GN	31/10/2017	51851	167
MEC2920	P01S50008F	06/10/2017	51851	167
CMY1536	P01S500095	30/10/2017	52152	170
AES6067	P01S4000GQ	31/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 949/2017**

Publicação Nº 1425994

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 949/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AJO2495	54312926N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MJB0974	54312927N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MAO2301	54312928N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKY8679	8750257663	07/10/2017	74550	218 * I
MHY8068	8750257623	04/10/2017	74550	218 * I
MBC0301	8750257629	05/10/2017	74550	218 * I
MAW2662	8750257631	05/10/2017	74550	218 * I
IVV1742	8750257438	19/09/2017	74550	218 * I
IVV1742	8750257440	19/09/2017	74550	218 * I
MKR7307	8750257536	27/09/2017	74550	218 * I
MAA6674	8750257540	27/09/2017	74550	218 * I
IHO2182	8750257549	28/09/2017	74550	218 * I
QIK2607	8750257551	28/09/2017	74550	218 * I
ASU8391	8750257553	28/09/2017	74550	218 * I
CMH7981	8750257557	29/09/2017	74550	218 * I
QHU3004	8750257566	29/09/2017	74550	218 * I
ICB6071	8750257586	02/10/2017	74550	218 * I
ILG0278	8750257592	02/10/2017	74550	218 * I
FAE4856	8750257598	02/10/2017	74550	218 * I
ANT3144	8750257603	02/10/2017	74550	218 * I
AHP1931	8750257611	03/10/2017	74550	218 * I
MJX4189	8750257806	17/10/2017	74550	218 * I
CEM6920	8750257812	17/10/2017	74550	218 * I
MLG7734	8750257844	19/10/2017	74550	218 * I

JLR8137	8750257848	19/10/2017	74550	218	*	I
MJX4189	8750257862	20/10/2017	74550	218	*	I
LWH0857	8750257876	21/10/2017	74550	218	*	I
QIE5864	8750257827	18/10/2017	74550	218	*	I
CMF9881	8750257899	23/10/2017	74550	218	*	I
MAZ1999	8750257908	24/10/2017	74550	218	*	I
HKO8111	8750257910	24/10/2017	74550	218	*	I
MJX4189	8750257855	20/10/2017	74630	218	*	II
BIC8117	8750257587	02/10/2017	74630	218	*	II
LWT0027	8750257558	29/09/2017	74630	218	*	II
AMO0356	8750257668	07/10/2017	74710	218	*	III
EZC0485	8750257679	08/10/2017	56732	183		
IOD5846	8750257620	04/10/2017	56732	183		
AXL5327	8750257860	20/10/2017	56732	183		
ICU8384	8750257808	17/10/2017	56732	183		
EMR5096	8750257818	17/10/2017	60503	208		
LZD8592	8750257834	18/10/2017	60503	208		
QHX2468	8750257841	19/10/2017	60503	208		
INI7572	8750257883	22/10/2017	60503	208		
MQN9112	8750257891	22/10/2017	60503	208		
MKE2984	8750257894	23/10/2017	60503	208		
MIH8951	8750257585	02/10/2017	60503	208		
MHA5691	8750257682	08/10/2017	60503	208		
AOV7361	8750257801	17/10/2017	60503	208		
MIW7147	8750257637	05/10/2017	60503	208		
CAV6253	8750257647	06/10/2017	60503	208		
MJP8095	8750257653	06/10/2017	60503	208		
QHB4643	8750257657	07/10/2017	60503	208		
MFK4688	8750257658	07/10/2017	60503	208		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**SCHROEDER**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8192 982/2017**

Publicação Nº 1426232

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8192 982/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBU6742	54294266N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MKB1160	54294267N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MCW1308	P00Q000165	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDS2434	P00Q1001L9	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHD0974	P00Q1001LB	01/09/2017	50450	162 * V	293.47
MCW1308	P00Q000166	30/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHD0974	P00Q1001LC	01/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MAO9092	P00Q20015E	10/07/2017	51930	168	293.47
COF2627	P00Q1001JK	13/08/2017	55250	181 * XV	130.16
EDM4611	P00Q00014S	25/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MHQ5857	P00Q000170	03/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MCW1308	P00Q00015Y	30/08/2017	57200	186 * I	195.23
MCW1308	P00Q00015Z	30/08/2017	57200	186 * I	195.23
MCW1308	P00Q000160	30/08/2017	57200	186 * I	195.23
MCW1308	P00Q000161	30/08/2017	57200	186 * I	195.23
MCW1308	P00Q000163	30/08/2017	58350	195	195.23
MFN8223	P00Q10018Q	05/07/2017	64080	221	130.16
ALG5809	P00Q000171	03/09/2017	64080	221	130.16
MHD0974	P00Q1001LE	01/09/2017	64080	221	130.16
MCA2864	P00Q1001LJ	01/09/2017	66020	230 * VI	293.47
JNO1975	P00Q1001DE	22/07/2017	66020	230 * VI	293.47
LXD9257	P00Q00012H	05/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
JQO7683	P00Q1001AB	11/07/2017	67690	230 * XXII	130.16
MHG1585	P00Q000168	30/08/2017	69120	232	88.38
MHD0974	P00Q1001LD	01/09/2017	69120	232	88.38
QHB5911	P00Q00016R	02/09/2017	51851	167	195.23
MGI9928	P00Q1001J3	10/08/2017	54523	181 * VIII	195.23
MGB6405	P00Q00016T	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MHD0974	P00Q1001LF	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDR2686	P00Q1001LH	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCA2864	P00Q1001LI	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
DIT3544	P00Q1001AI	12/07/2017	65992	230 * V	293.47
LYO1484	P00Q00012W	06/08/2017	65992	230 * V	293.47
JNT4573	P00Q00015U	29/08/2017	65992	230 * V	293.47
MHU5878	P00Q0000YN	04/07/2017	65992	230 * V	293.47
MCW1308	P00Q00015W	30/08/2017	66102	230 * VII	195.23
MCS2862	P00Q00011T	23/07/2017	66531	230 * XI	195.23
IKT9522	P00Q1001IC	07/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MFN1001	P00Q1001A0	10/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
JNO1975	P00Q1001DF	22/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
OKF5025	P00Q1001EP	26/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
CRN3489	P00Q1001H2	02/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MCW1308	P00Q00015X	30/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MHD0974	P00Q1001LA	01/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AQK1898	P00Q00016L	02/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MCW1308	P00Q000162	30/08/2017	52741	175	2934.68
MCW1308	P00Q000164	30/08/2017	59670	203 * V	1467.34
MKY4231	P00Q000152	25/08/2017	59670	203 * V	1467.34
MHB2415	P00Q000154	25/08/2017	59670	203 * V	1467.34
MMI2923	P00Q00015V	30/08/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 981/2017**

Publicação Nº 1426233

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8192 981/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWZ5553	P00Q1001S6	11/10/2017	50100	162 * I
MEB5392	P00Q1001SI	11/10/2017	50100	162 * I
MEB5392	P00Q1001SJ	11/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
LWZ5553	P00Q1001S7	11/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MLE2335	P00Q1001QR	04/10/2017	51930	168
HJW2460	P00Q1001TL	01/11/2017	51930	168
GKU9345	P00Q1001TA	28/10/2017	55250	181 * XV
MCA4561	P00Q1001TX	01/11/2017	64080	221
MMI7462	P00Q0001A9	07/10/2017	73740	253
MIS8214	P00Q1001T7	28/10/2017	51851	167
MIQ0267	P00Q1001TM	01/11/2017	51851	167
MCM4155	P00Q1001TR	01/11/2017	51851	167
PUL3336	P00Q1001TU	01/11/2017	51851	167
AXL7317	P00Q00019T	03/10/2017	65992	230 * V
MGZ3248	P00Q1001TH	01/11/2017	65992	230 * V
LWZ5553	P00Q1001S4	11/10/2017	65992	230 * V
CYB5157	P00Q1001RS	08/10/2017	65992	230 * V
MHX2467	P00Q1001S8	11/10/2017	65992	230 * V
HCB0926	P00Q1001SE	11/10/2017	65992	230 * V
MEB5392	P00Q1001SH	11/10/2017	65992	230 * V
LWZ5553	P00Q1001S5	11/10/2017	67261	230 * XVIII
MEB5392	P00Q1001SK	11/10/2017	67261	230 * XVIII
MIW8224	P00Q1001TI	01/11/2017	67261	230 * XVIII
MDM3719	P00Q1001TE	28/10/2017	59670	203 * V
MLV9134	P00Q1001S2	11/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

---

**SEARA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8460 1717/2017**

Publicação Nº 1426061

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8460 1717/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMC7669	P034J0004C	26/08/2017	75790	165 A	2934.68
MGS5834	P03560001Q	26/07/2017	65992	230 * V	293.47
MIW7668	P034J0003K	15/08/2017	65992	230 * V	293.47
HNE3072	P034J0003Q	17/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LZE6151	P034J00050	03/09/2017	73232	252 * II	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8460 1718/2017**

Publicação Nº 1426060

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - 283450

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8460 1718/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEZ4746	54296981N	11/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LZE6151	P034J0004Z	03/09/2017	51930	168	293.47
MDQ8192	P034J0004W	02/09/2017	51851	167	195.23
MMI2997	P034J0002M	24/07/2017	51851	167	195.23
MCI6945	P03560001W	27/07/2017	51851	167	195.23
MDQ8192	P034J0004V	02/09/2017	51852	167	195.23
MEN8233	P034J0005U	11/09/2017	54281	181 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VANESSA FERNANDES PALUDO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1715/2017**

Publicação Nº 1426063

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8460 1715/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HTA0352	P034J0007Y	28/10/2017	50100	162 * I
NMU2606	P034J0007V	28/10/2017	50100	162 * I
LXR5894	P034J00081	29/10/2017	50100	162 * I
LXR5894	P034J00082	29/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
NMU2606	P034J0007W	28/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
HTA0352	P034J0007Z	28/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MIV6975	P034J00084	29/10/2017	51691	165
LXR5894	P034J00083	29/10/2017	65561	230 * I
MGG4198	P034J0008D	01/11/2017	65992	230 * V
NMU2606	P034J0007X	28/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1716/2017**

Publicação Nº 1426062

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - 283450

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1716/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJB4636	P034J0007B	04/10/2017	57200	186 * I
MCX2439	P034J0008B	01/11/2017	58350	195
IWH1187	P03560003E	03/10/2017	65300	228
DQN4800	P03560003O	12/10/2017	51851	167
CSK0676	P034J00075	04/10/2017	54281	181 * V
AI12386	P03560003R	13/10/2017	54281	181 * V
MHM3345	P03560004E	30/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
LZF9435	P03560003Q	13/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

VANESSA FERNANDES PALUDO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### SERRA ALTA

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8458 358/2017**

Publicação Nº 1426064

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8458 358/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DEZ4558	P03KX00002	09/08/2017	59670	203 * V	1467.34
IRU7859	P03KX00006	23/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETTO  
DELEGADO DE POLICIA

**SIDERÓPOLIS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8210 986/2017**

Publicação Nº 1426212

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8210 986/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFR6634	P02UG0000X	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFR6634	P02UG0000Z	26/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJW1719	P0100000ED	02/08/2017	54010	181 * III	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 985/2017**

Publicação Nº 1426213

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8210 985/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYQ6040	P02UW00009	27/10/2017	75790	165 A
MER2545	P01O0000GL	28/10/2017	50100	162 * I
MEJ5559	55114945F	09/10/2017	66450	230 * X
MAC4565	P01O0000GK	28/10/2017	65992	230 * V
MAU6254	P01UE000AZ	07/10/2017	66372	230 * IX
MER2545	P01O0000GM	28/10/2017	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

### SOMBRI0

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8057 1340/2017

Publicação Nº 1426369

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8057 1340/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHC7502	54294409N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIH2410	P01BG000SB	01/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
FLO0009	P01BF002JN	26/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
IEA7132	P01BF002K6	02/09/2017	50450	162 * V	293.47
MEH4454	P01BG000VW	26/08/2017	50450	162 * V	293.47
MEH4454	P01BG000VX	26/08/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
IEA7132	P01BF002K7	02/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
IIW6092	P01BF0028K	01/07/2017	66700	230 * XIII	195.23
IEA7132	P01BF002K8	02/09/2017	69120	232	88.38
DMU6879	P01BF002JF	24/08/2017	51851	167	195.23
MIK8694	P01BG000UV	12/08/2017	54522	181 * VIII	195.23
IHF3789	P01BF002I4	14/08/2017	65992	230 * V	293.47
MGR3564	P01BG000QG	08/07/2017	65992	230 * V	293.47

MJK3954	P01BH000EU	04/07/2017	65992	230 * V	293.47
IIW6092	P01BF0028J	01/07/2017	66102	230 * VII	195.23
HVM9665	P01FS0022X	23/07/2017	66372	230 * IX	195.23
MGK1779	P01BF002F3	23/07/2017	70481	244 * II	293.47
IQC8395	P01BF0029Y	06/07/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDR3739	P01BF002A9	07/07/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIQ8073	P01BF002KB	04/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI0/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1339/2017

Publicação Nº 1426370

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1339/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IRC2395	P01BF002NR	06/10/2017	50292	162* II
IGA2814	P01BG000XO	27/09/2017	50100	162 * I
MLO7118	P01BF002NT	06/10/2017	50100	162 * I
ISX9765	P01BF002KO	05/09/2017	50450	162 * V
IKR5807	P01BF002QJ	03/11/2017	50450	162 * V
IGA2814	P01BG000XP	27/09/2017	51180	164 c/c 162 * I
MLO7118	P01BF002NU	06/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
IKR5807	P01BF002QK	03/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
IKR5807	P01BF002QL	03/11/2017	69120	232
DDE2406	P01BF002NS	06/10/2017	51851	167
LZY2582	P01BF002O4	08/10/2017	65992	230 * V
MBC8577	P01BF002NC	03/10/2017	65992	230 * V
IGA2814	P01BG000XN	27/09/2017	65992	230 * V
LZN4803	P01BF002PZ	27/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
ISF3522	P01BF002OA	10/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRIIO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### SUL BRASIL

---

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 215/2017

Publicação Nº 1426050

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 215/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

MHG9096 54594990F 07/10/2017 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKENL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA



**TANGARÁ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8414 1055/2017**

Publicação Nº 1426099

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8414 1055/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IMW7431	P010N0000C	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
LWY8506	P010N0000R	13/09/2017	50100	162 * I	880.40
EBU3255	P010N00003	25/08/2017	50450	162 * V	293.47
MAB2050	P010N0000M2	02/07/2017	50450	162 * V	293.47
IMW7431	P010N0000D	31/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
EBU3255	P010N00004	25/08/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
IMW7431	P010N0000E	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
MJH1021	P010N0000F	02/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

THIAGO COSTA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8720 985/2017**

Publicação Nº 1426004

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA - DETRANTAG - ELETRONICO - 2

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8720 985/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDK5619	0000080748	04/07/2017	74550	218 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ DA NUNZ  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8414 1053/2017

Publicação Nº 1426101

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8414 1053/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIT8649	P010N000PZ	27/10/2017	75790	165 A
BMB2939	P010N000PW	26/10/2017	50100	162 * I
BMB2939	P010N000PX	26/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MIT8649	P010N000Q0	27/10/2017	50531	162 * VI
MHS5813	P010N000PD	07/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

THIAGO COSTA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8414 1054/2017**

Publicação Nº 1426100

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA - DETRANTAG - 283530

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8414 1054/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

OKE2349 P010N000PI 10/10/2017 65300 228  
MML7966 P010N000P7 29/09/2017 73662 252\*VI  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ DA NUNZ  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

**TIGRINHOS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8781 199/2017**

Publicação Nº 1425977

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8781 199/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGN1353	54608022F	12/07/2017	51851	167	195.23
CFU5108	54608021F	07/07/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIGRINHOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO DE POLICIA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8781 198/2017

Publicação Nº 1425978

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8781 198/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DTP1072	P03L40000S	31/10/2017	50100	162 * I
DTP1072	P03L40000T	31/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
MCO3685	P03L40000R	30/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIGRINHOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO DE POLICIA

### TIJUCAS

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1924/2017

Publicação Nº 1426420

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1924/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
OKG5121	54015543G	04/07/2017	50450	162 * V	293.47
MNH0653	P025E0007T	22/07/2017	66020	230 * VI	293.47
MIU2169	54015924G	26/07/2017	73400	252 * IV	130.16
OQV1741	P025D000LW	18/08/2017	73580	252 * V	130.16
IOU6475	54016077G	07/08/2017	65992	230 * V	293.47
AUP0002	P02TJ00062	04/08/2017	65992	230 * V	293.47
MNH0653	P025E0007S	22/07/2017	65992	230 * V	293.47
MCL4285	P02TJ00093	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
MNH0653	P025E0007U	22/07/2017	66372	230 * IX	195.23
MMC1129	P025D00007	30/08/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ETELINO PEDRO STEIL  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1925/2017**

Publicação Nº 1426419

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS - 283550

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8026 1925/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKL4763	54294414N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
AVC0012	54016248G	31/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
AZD0489	54016352G	31/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MMJ5013	54016402G	05/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
KYG4345	54016353G	01/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AZL9543	P025D000OI	01/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJL7666	54015840G	05/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
OKF2779	P02TJ0008F	29/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MLC5992	P025D000KA	25/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKD9888	54016272G	28/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MHF5036	54016274G	29/08/2017	51851	167	195.23
QHK1866	54016286G	30/08/2017	51851	167	195.23
OKF2779	P02TJ0008G	29/08/2017	51851	167	195.23
MDK0716	54016182G	29/08/2017	51851	167	195.23
MJT0412	54016183G	29/08/2017	51851	167	195.23
QIF1286	54016188G	29/08/2017	51851	167	195.23
ILR3975	54016189G	29/08/2017	51851	167	195.23
MKQ4991	54016191G	29/08/2017	51851	167	195.23
CTA8456	P02TJ0009D	01/09/2017	51851	167	195.23
JJH1620	54016266G	25/08/2017	51851	167	195.23
IOB8199	54016150G	22/08/2017	51851	167	195.23
MLK9171	54016021G	11/08/2017	51851	167	195.23
MKV6793	54016031G	14/08/2017	51851	167	195.23
LZP9379	P02TJ0007H	17/08/2017	51851	167	195.23
AWE1622	P02TJ00045	30/06/2017	51851	167	195.23
AMI7321	P025E00080	26/07/2017	51851	167	195.23
NVL8049	P02TJ0005V	01/08/2017	51851	167	195.23
MBQ0143	54016081G	07/08/2017	51851	167	195.23
NVL8049	54016061G	04/08/2017	51851	167	195.23
MIU2169	54015923G	26/07/2017	52152	170	293.47
QHE9461	54015754G	05/07/2017	54521	181 * VIII	195.23
KPQ3884	54015750G	03/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MMB0349	54016271G	28/08/2017	57463	187 * I	130.16
MJC5559	54015930G	27/07/2017	60501	208	293.47
MKQ4464	P025D000N3	24/08/2017	60501	208	293.47
MBU6036	P025D000KF	25/07/2017	60501	208	293.47
MLC9771	54016242G	30/08/2017	60681	209	195.23
MEY3514	54016243G	30/08/2017	60681	209	195.23
MIU2169	54015925G	26/07/2017	70561	244 * III	293.47
MIY0315	54015929G	27/07/2017	59593	203 * IV	1467.34
MJE6157	54016262G	24/08/2017	73662	252*VI	130.16



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALVINO AURELIO MULLER  
DIRETOR DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1922/2017**

Publicação Nº 1426422

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1922/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

MBO9398	P025D000Q9	30/09/2017	50100	162 * I
LXP8165	P025D000TX	01/11/2017	50100	162 * I
JLP4740	P025E000AA	31/10/2017	50450	162 * V
MLT9263	P02TJ000CW	27/10/2017	67000	230 * XVI
HGR7822	54016520G	28/09/2017	67000	230 * XVI
LZM1452	P025D000TT	31/10/2017	65992	230 * V
BVC8081	P025D000TJ	29/10/2017	65992	230 * V
DPP4960	P02TJ000CQ	24/10/2017	65992	230 * V
LXP8165	P025D000TY	01/11/2017	65992	230 * V
MFI1869	P025D000TH	29/10/2017	66102	230 * VII
MIZ5693	P025D000TF	27/10/2017	52741	175
IGJ0705	P025D000TM	29/10/2017	52741	175

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ETELINO PEDRO STEIL  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1923/2017**

Publicação Nº 1426421

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS - 283550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8026 1923/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBQ0143	54297597N	12/09/2017	50020	257 ã 8\$
MHG9374	54016674G	04/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MMC7876	54016329G	27/09/2017	76332	ART 252, UNICO
MJW7156	54016619G	29/09/2017	76332	ART 252, UNICO
MHL7063	P025D000TC	27/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MCC5695	P025D000RU	14/10/2017	57200	186 * I
MIG2173	P025D000TP	30/10/2017	57380	186 * II
MCI6890	P025D000R2	06/10/2017	57380	186 * II
IGJ0705	P025D000TL	29/10/2017	58350	195
MLM5731	P025D000RE	08/10/2017	58780	199
MIQ7609	54016600G	02/10/2017	51851	167
MJS0979	P025D000R7	07/10/2017	51851	167
MBR2841	P02TJ000D6	31/10/2017	51851	167
NUP9718	P02TJ000CX	27/10/2017	51851	167
MFH4988	P02TJ000CY	27/10/2017	51851	167
IGJ0705	P025D000TK	29/10/2017	54521	181 * VIII
QHL0993	54016536G	29/09/2017	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALVINO AURELIO MULLER  
DIRETOR DE TRANSITO

**TIMBÉ DO SUL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8280 638/2017**

Publicação Nº 1426169

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8280 638/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IEX6261	P02XL0002N	15/07/2017	50100	162 * I	880.40
IHO2605	P02XL0003E	10/08/2017	50100	162 * I	880.40
CGB4412	P02XL0002V	29/07/2017	50450	162 * V	293.47
CGB4412	P02XL0002W	29/07/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MKT6455	P02XL0003G	14/08/2017	51930	168	293.47
MHG6741	P02XL0002Q	22/07/2017	65300	228	195.23
MIM6533	P02XL00037	07/08/2017	65992	230 * V	293.47
IHO2605	P02XL0003B	09/08/2017	65992	230 * V	293.47
IHO2605	P02XL0003D	10/08/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 637/2017**

Publicação Nº 1426170

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8280 637/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIO7006	P02XL00071	04/10/2017	50100	162 * I
MGA4815	P02XL00075	05/10/2017	50450	162 * V
MIO7006	P02XL00072	04/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
AKS6770	P02QX0006E	09/10/2017	67690	230 * XXII
MJZ2038	P02XL00074	05/10/2017	51851	167
QIH4026	P02XL0007J	07/10/2017	51852	167
CCB1617	P02XL00073	04/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**TIMBÓ**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8098 2351/2017**

Publicação Nº 1426320

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8098 2351/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALD0361	P00WM000E9	26/07/2017	50100	162 * I	880.40
BNW2837	P036O0004G	08/08/2017	66700	230 * XIII	195.23
AJA1140	54967832F	12/07/2017	66700	230 * XIII	195.23
LZF5771	54967731F	18/07/2017	65992	230 * V	293.47
ALD0361	P00WM000E8	26/07/2017	65992	230 * V	293.47
MAS8249	P00WM000FQ	31/08/2017	65992	230 * V	293.47



MHQ1751 P00WM000C1 27/06/2017 66531 230 \* XI 195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8098 2352/2017**

Publicação Nº 1426319

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8098 2352/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFV2604	54967831F	06/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MCU9813	P00WM000FS	03/09/2017	54790	181 * X	130.16
BNW2837	P03600004F	08/08/2017	65300	228	195.23
MHG4513	54967574F	02/08/2017	51851	167	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8756 854/2017**

Publicação Nº 1425991

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE TRANSITO N.8756 854/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBJ4679	54284783N	04/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKG1397	54294292N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFW6935	54294294N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFA9148	54294295N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMJ9059	54294304N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MKG1397	54294305N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKG1397	0000106095	30/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHM8711	0000106177	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGY7274	0000106186	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
IJD1866	0000106225	02/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGY7274	0000106231	02/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHM5245	0000106237	02/09/2017	74550	218 * I	130.16
OKT7404	0000106272	02/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCU9813	0000106278	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKX8333	0000106279	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MAY2301	0000106304	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MLR3347	0000106309	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MDX5547	0000106344	04/09/2017	74550	218 * I	130.16
MMK0745	0000106394	05/09/2017	74550	218 * I	130.16
MEX5961	0000106395	05/09/2017	74550	218 * I	130.16
IOT2868	0000106402	05/09/2017	74550	218 * I	130.16
HPO8708	0000104699	04/08/2017	74550	218 * I	130.16
MER3396	0000104771	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
QIG3260	0000103001	04/07/2017	74550	218 * I	130.16
DII0148	0000103077	06/07/2017	74550	218 * I	130.16
FOC7911	0000103802	20/07/2017	74550	218 * I	130.16
MIT7268	0000105167	12/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGO7780	0000105199	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGO7780	0000105228	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
AVG1721	0000105300	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
MDB8292	0000105473	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
JXQ0350	0000105533	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFE5041	0000105782	25/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIV7178	0000105812	25/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGF1763	0000105929	27/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIW2642	0000106032	29/08/2017	74550	218 * I	130.16
DLG9427	0000103828	20/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJD7296	0000106639	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
IMF6509	0000106812	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
LZV6002	0000106894	15/09/2017	74550	218 * I	130.16
IUJ7780	0000106683	11/09/2017	74630	218 * II	195.23
MEJ3453	0000106688	11/09/2017	74630	218 * II	195.23
MCP7454	0000105039	10/08/2017	74630	218 * II	195.23



MIW9605	0000103817	20/07/2017	60503	208	293.47
MCX5462	0000105494	19/08/2017	60503	208	293.47
AVH6577	0000106422	05/09/2017	60503	208	293.47
MFC6405	0000106243	02/09/2017	60503	208	293.47
LXK0822	0000106269	02/09/2017	60503	208	293.47
LYK9261	0000106128	30/08/2017	60503	208	293.47
MML8880	0000104168	26/07/2017	60503	208	293.47
LZX0723	0000107052	18/09/2017	60503	208	293.47
MJQ7845	0000102983	03/07/2017	60503	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8803 108/2017

Publicação Nº 1425971

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÀ - DEMUTRAN - RADAR ESTÁTICO -

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8803 108/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGN9783	54287879N	14/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
IKP8341	8803084245	07/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKD0012	8803083639	26/06/2017	74550	218 * I	130.16
MIA7117	8803083703	28/06/2017	74550	218 * I	130.16
MLZ5678	8803083485	21/06/2017	74550	218 * I	130.16
LZU0863	8803083502	21/06/2017	74550	218 * I	130.16
MKG2392	8803083584	26/06/2017	74550	218 * I	130.16
MLB2825	8803083610	26/06/2017	74550	218 * I	130.16
ABV4067	8803083775	10/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHP4770	8803083800	10/07/2017	74550	218 * I	130.16
MBY8533	8803083804	10/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJH4785	8803083836	10/07/2017	74550	218 * I	130.16
MDV3367	8803083913	13/07/2017	74550	218 * I	130.16
LXV4146	8803083947	20/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKP6588	8803084029	24/07/2017	74550	218 * I	130.16
MAU9270	8803083808	10/07/2017	74630	218 * II	195.23

AGZ1854	8803083824	10/07/2017	74630	218	*	II	195.23
DGD6597	8803083615	26/06/2017	74630	218	*	II	195.23
QJJ2323	8803083585	26/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MKV8225	8803083521	22/06/2017	74630	218	*	II	195.23
MLE1100	8803083581	26/06/2017	74630	218	*	II	195.23
AKA6162	8803083748	30/06/2017	74630	218	*	II	195.23
EDY1342	8803083618	26/06/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2349/2017

Publicação Nº 1426322

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2349/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHV6663	P03600005B	30/10/2017	50100	162 * I
MHV6663	P03600005D	30/10/2017	50610	163 c/c 162 * I
MCD5408	P00WL000CE	26/10/2017	69120	232
MJD4380	P00WL000CG	26/10/2017	50702	163 c/c 162 * II
MJD4380	P00WL000CH	26/10/2017	67261	230 * XVIII
MBV9971	P036000059	30/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2350/2017**

Publicação Nº 1426321

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8098 2350/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLQ3213	54304925N	03/10/2017	50020	257 ã 8\$
BAP7901	54968017F	28/09/2017	76331	ART 252, UNICO
DQR9403	54968023F	13/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MIK0589	54968220F	13/10/2017	76331	ART 252, UNICO
LYU6237	P00WM000GT	04/10/2017	54600	181 * IX
AMF1332	P00WM000HG	30/10/2017	58350	195
AMF1332	P00WM000HF	30/10/2017	60760	210
MKI9093	55701699E	19/10/2017	51851	167
MGG5047	54968222F	13/10/2017	54526	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 853/2017**

Publicação Nº 1425992

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8756 853/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

QIC5064	54306546N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
MJL2304	54306550N	06/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKG1397	54312526N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
QIF5910	54312527N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MLC7126	54312528N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MFH6493	54312530N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MKG1397	54312531N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MIC4858	0000108655	19/10/2017	74550	218 * I
MKV4719	0000108675	19/10/2017	74550	218 * I
MHU7441	0000107901	04/10/2017	74550	218 * I
MEL4751	0000107945	05/10/2017	74550	218 * I
MHP5968	0000107967	06/10/2017	74550	218 * I
ARF8295	0000107974	06/10/2017	74550	218 * I
MHH4457	0000107976	06/10/2017	74550	218 * I
MHU9511	0000107986	06/10/2017	74550	218 * I
FOC7911	0000107992	06/10/2017	74550	218 * I
IJQ6597	0000108065	07/10/2017	74550	218 * I
PFI8221	0000108079	08/10/2017	74550	218 * I
AVT6865	0000108240	11/10/2017	74550	218 * I
MLY7423	0000107658	01/10/2017	74550	218 * I
MFP9987	0000107672	30/09/2017	74550	218 * I
LXR9582	0000107674	30/09/2017	74550	218 * I
QHP5808	0000107684	02/10/2017	74550	218 * I
BXE3990	0000107688	30/09/2017	74550	218 * I
MKA8523	0000107694	01/10/2017	74550	218 * I
LWU2423	0000107697	01/10/2017	74550	218 * I
DXE8288	0000107701	01/10/2017	74550	218 * I
MFI7919	0000107702	02/10/2017	74550	218 * I
MES3417	0000107257	22/09/2017	74550	218 * I
MVZ8984	0000107456	23/09/2017	74550	218 * I
MHQ2911	0000107742	01/10/2017	74550	218 * I
OKG3278	0000107844	03/10/2017	74550	218 * I
MMI2368	0000107867	04/10/2017	74550	218 * I
DJQ7441	0000108689	19/10/2017	74550	218 * I
MKS0430	0000108690	19/10/2017	74550	218 * I
MJR6001	0000108702	20/10/2017	74550	218 * I
MFE5824	0000108703	20/10/2017	74550	218 * I
MIR6401	0000108730	20/10/2017	74550	218 * I
MGB0493	0000108763	21/10/2017	74550	218 * I
KCB6700	0000108768	21/10/2017	74550	218 * I
QHR5962	0000108867	23/10/2017	74550	218 * I
AEB4506	0000108872	23/10/2017	74550	218 * I
MLI0767	0000108907	23/10/2017	74550	218 * I
AEB4506	0000108912	23/10/2017	74550	218 * I
AEB4506	0000108914	24/10/2017	74550	218 * I
AEB4506	0000108915	24/10/2017	74550	218 * I
MID8963	0000108942	24/10/2017	74550	218 * I

AEB4506	0000108819	22/10/2017	74550	218	*	I
MEU2438	0000108824	22/10/2017	74550	218	*	I
AWG6977	0000108967	25/10/2017	74550	218	*	I
MDR2855	0000109001	25/10/2017	74550	218	*	I
AEB4506	0000108861	22/10/2017	74550	218	*	I
AEB4506	0000109059	26/10/2017	74550	218	*	I
AEB4506	0000108854	22/10/2017	74630	218	*	II
LZX9109	0000109004	25/10/2017	74630	218	*	II
PWN0868	0000109037	26/10/2017	74630	218	*	II
MJW2456	0000107919	05/10/2017	74630	218	*	II
MHL6510	0000107886	04/10/2017	74630	218	*	II
MLE1957	0000107683	02/10/2017	74630	218	*	II
LXG5192	0000108683	19/10/2017	74630	218	*	II
MFI7919	0000107727	01/10/2017	74710	218	*	III
AEB4506	0000108853	22/10/2017	74710	218	*	III
AEB4506	0000108865	22/10/2017	74710	218	*	III
LYK5531	0000107718	30/09/2017	56732	183		
MGC7994	0000107888	04/10/2017	60503	208		
MCH2954	0000107752	01/10/2017	60503	208		
MJJ9732	0000108844	22/10/2017	60503	208		
MBG2492	0000108948	24/10/2017	60503	208		
BET0565	0000108799	21/10/2017	60503	208		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8803 107/2017**

Publicação Nº 1425972

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÀ - DEMUTRAN - RADAR ESTÁTICO -

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8803 107/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MKU2526	54303947N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
---------	-----------	------------	-------	-----------

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### TIMBÓ GRANDE

---

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 490/2017

Publicação Nº 1426195

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 490/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MEG8319	54312384N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8§
MJO4511	P02Q40001H	08/10/2017	52070	169
MJO4511	P02Q40001G	08/10/2017	73400	252 * IV

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO GRANDE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**TRÊS BARRAS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8202 918/2017**

Publicação Nº 1426224

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8202 918/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALW9478	P03E600017	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
ALW9478	P03E600016	02/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 917/2017**

Publicação Nº 1426225

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8202 917/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ADD7650	54183990G	14/10/2017	52070	169
AFE7551	54183998G	14/10/2017	73400	252 * IV
AFE7551	54183999G	14/10/2017	66102	230 * VII
MKF3507	54183994G	14/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

### TREZE TÍLIAS

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8344 804/2017

Publicação Nº 1426136

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8344 804/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCA3630	P013F000BL	20/07/2017	50100	162 * I	880.40
MCA3630	P013F000BK	20/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AAM2507	P013F000CH	06/08/2017	67690	230 * XXII	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TÍLIAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8344 805/2017**

Publicação Nº 1426135

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8344 805/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKT1771	P013F000F2	14/09/2017	51851	167	195.23
MKI8159	P013F000D5	21/08/2017	57463	187 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8731 974/2017**

Publicação Nº 1426000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8731 974/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHH6240	54295826N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MKK5622	54297916N	14/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
FIR9063	0000055395	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
MDY1388	0000053558	07/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLU7358	0000053946	17/07/2017	74550	218 * I	130.16
MFA8914	0000053954	18/07/2017	74550	218 * I	130.16
MIS9215	0000053974	18/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLK3011	0000053983	19/07/2017	74550	218 * I	130.16
QIO5733	0000053985	19/07/2017	74550	218 * I	130.16
ACV1561	0000054034	21/07/2017	74550	218 * I	130.16
QJR3150	0000054045	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
MAX7195	0000054077	23/07/2017	74550	218 * I	130.16
ARN4925	0000054078	23/07/2017	74550	218 * I	130.16
MAX7195	0000054087	23/07/2017	74550	218 * I	130.16
GLS2000	0000054164	25/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHC9540	0000054265	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
MBZ2895	0000054276	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJY2489	0000054281	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
AOW9394	0000054317	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MGX8745	0000054625	11/08/2017	74550	218 * I	130.16
QIN8252	0000054794	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFI8936	0000054880	21/08/2017	74550	218 * I	130.16
MED1859	0000054953	24/08/2017	74550	218 * I	130.16
AWA8508	0000054955	24/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIP6483	0000055036	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLL9576	0000055049	27/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLL9576	0000055069	27/08/2017	74550	218 * I	130.16
MEM5308	0000055102	28/08/2017	74550	218 * I	130.16
MEI5061	0000055170	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
ABW6136	0000055226	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHH3360	0000055255	05/09/2017	74630	218 * II	195.23
IQZ6082	0000055209	02/09/2017	74630	218 * II	195.23
MEX0075	0000055145	30/08/2017	74630	218 * II	195.23
MHE1543	0000055150	30/08/2017	74630	218 * II	195.23
MLL9576	0000055063	27/08/2017	74630	218 * II	195.23
MFR8865	0000054906	22/08/2017	74630	218 * II	195.23
AFR6477	0000054565	07/08/2017	74630	218 * II	195.23
MKJ4051	0000054063	22/07/2017	74630	218 * II	195.23
EJA9081	0000055531	07/09/2017	74630	218 * II	195.23
MKN8603	0000054104	23/07/2017	74630	218 * II	195.23
MAX7195	0000054099	23/07/2017	74710	218 * III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 802/2017**

Publicação Nº 1426138

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8344 802/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJF2295	P013F000K1	28/10/2017	65480	229
MEI9032	P013F000K7	29/10/2017	65992	230 * V
MHH9350	P013F000JV	27/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 803/2017**

Publicação Nº 1426137

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8344 803/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MKQ4723	54312912N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEI9032	P013F000K8	29/10/2017	52070	169
CNS6071	P013F000JS	26/10/2017	55500	181 * XVIII
MDE7489	P013F000K5	29/10/2017	65300	228
MDE7489	P013F000K0	28/10/2017	65300	228
BLK9959	P013F000K4	29/10/2017	51851	167
MCG1860	P013F000K9	30/10/2017	51851	167
KLA1442	P013F000JY	28/10/2017	51851	167
MFK9140	P013F000HY	11/10/2017	51851	167
MEY9507	P013F000JT	27/10/2017	54522	181 * VIII
MJW0370	P013F000IS	20/10/2017	57463	187 * I
QID9058	P013F000H5	05/10/2017	57463	187 * I
LYH8783	P013F000JL	26/10/2017	57463	187 * I
MLE9172	P013F000JP	26/10/2017	57463	187 * I
MGZ2680	P013F000HQ	10/10/2017	59670	203 * V
MGG6773	P013F000GX	02/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 973/2017

Publicação Nº 1426001

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 973/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MEM5308	54311186N	23/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
OKH4958	54311188N	23/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
OKH4958	54312892N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
IPU9532	0000056683	24/10/2017	74550	218 * I
QHO4946	0000056507	19/10/2017	74550	218 * I





MAF1186	0000055958	30/09/2017	74550	218	*	I
MAF1186	0000055980	30/09/2017	74550	218	*	I
ILG5703	0000055752	23/09/2017	74550	218	*	I
AFX6241	0000055884	27/09/2017	74550	218	*	I
OKF9644	0000055940	29/09/2017	74550	218	*	I
MIK4695	0000055949	29/09/2017	74550	218	*	I
MMC8809	0000055952	29/09/2017	74550	218	*	I
ANL1178	0000055998	02/10/2017	74550	218	*	I
MAF1186	0000056019	30/09/2017	74550	218	*	I
IPN5097	0000056040	03/10/2017	74550	218	*	I
MIP3077	0000056070	04/10/2017	74550	218	*	I
MIW3557	0000056083	04/10/2017	74550	218	*	I
CFR0719	0000056241	12/10/2017	74550	218	*	I
MGD2115	0000056694	25/10/2017	74550	218	*	I
MIF4849	0000056724	26/10/2017	74550	218	*	I
MMB3814	0000056750	27/10/2017	74550	218	*	I
KRG1438	0000056761	27/10/2017	74550	218	*	I
MIP9367	0000056781	28/10/2017	74550	218	*	I
JCM6779	0000056794	28/10/2017	74550	218	*	I
DQL7380	0000056819	29/10/2017	74550	218	*	I
MKH8940	0000056828	29/10/2017	74550	218	*	I
QHX2769	0000056849	30/10/2017	74550	218	*	I
MIU9751	0000056855	30/10/2017	74550	218	*	I
MHA4348	0000056859	30/10/2017	74550	218	*	I
MKJ4967	0000056892	31/10/2017	74550	218	*	I
MCU9290	0000056804	29/10/2017	74550	218	*	I
MAZ2251	0000056812	29/10/2017	74550	218	*	I
MLQ5778	0000056817	29/10/2017	74630	218	*	II
MKT4022	0000056797	28/10/2017	74630	218	*	II
MCO3009	0000056793	28/10/2017	74630	218	*	II
AKM7956	0000056763	27/10/2017	74630	218	*	II
ATX1199	0000055954	29/09/2017	74630	218	*	II
MIJ4863	0000055956	30/09/2017	74630	218	*	II
ANL1178	0000055989	30/09/2017	74630	218	*	II
MDJ5155	0000056684	24/10/2017	74630	218	*	II
MHE8633	0000056637	23/10/2017	74630	218	*	II
PUI5319	0000056676	24/10/2017	74630	218	*	II

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

**TUNÁPOLIS**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 486/2017**

Publicação Nº 1426155

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8300 486/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto              Data Infr.    Infr/Desd.    Enquadramento  
-----

IJS0328	P00UI0009R	05/10/2017	51851	167
MLY2873	P00UI0009T	05/10/2017	51851	167
MJU3850	P00UI0009U	05/10/2017	51851	167
IFA2059	P00UI0009S	05/10/2017	60681	209

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**Turvo**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8184 1061/2017**

Publicação Nº 1426238

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8184 1061/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto              Data Infr.    Infr/Desd.    Enquadramento    Valor Multa  
-----  
ITO0491    P02U30003G    25/07/2017    50100        162 \* I                    880.40  
-----

KAP6490	P02U30006D	23/08/2017	50100	162	*	I	880.40
MBH6992	P02U60008T	31/08/2017	50100	162	*	I	880.40
MBH6992	P02U60008U	31/08/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
KAP6490	P02U30006E	23/08/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
ITO0491	P02U30003H	25/07/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
LYG4898	P02U30004W	12/08/2017	53800	181	*	I	130.16
LWW9278	P02U300084	04/09/2017	64080	221			130.16
IKF7381	P02U30003B	25/07/2017	51851	167			195.23
LWW9278	P02U300085	04/09/2017	51852	167			195.23
LWW9278	P02U300083	04/09/2017	65561	230	*	I	293.47
KAP6490	P02U30006G	23/08/2017	65561	230	*	I	293.47
KAP6490	P02U30006F	23/08/2017	65992	230	*	V	293.47
LYZ2650	P02U30003W	29/07/2017	65992	230	*	V	293.47
MKS0975	P02XL0004W	31/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MBH6992	P02U60008W	31/08/2017	65992	230	*	V	293.47
KAP6490	P02U30006I	23/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
KAP6490	P02U30006H	23/08/2017	66531	230	*	XI	195.23
LYG4898	P02U30004X	12/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 1060/2017

Publicação Nº 1426239

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 1060/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MKC5506	P02U3000AP	27/10/2017	69120	232		
MFY6762	P02U3000A1	07/10/2017	51691	165		
DCD9766	P02U3000AY	29/10/2017	54523	181	*	VIII
MMD3385	P02U3000B0	02/11/2017	54523	181	*	VIII
HAX0854	P02U3000B1	02/11/2017	54523	181	*	VIII



MDW5278	P02U3000B6	02/11/2017	54523	181	*	VIII
MHQ5520	P02U3000BG	02/11/2017	54523	181	*	VIII
MEC8173	P02U30009N	05/10/2017	65992	230	*	V
MDH3216	P02U30009W	07/10/2017	55414	181	*	XVII c/ Lei13146
QHW7373	P02U30009P	07/10/2017	55414	181	*	XVII c/ Lei13146
ICF5593	P02U30009S	07/10/2017	55414	181	*	XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

### UNIÃO DO OESTE

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8182 330/2017

Publicação Nº 1426240

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8182 330/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFV4629	P02VU00000	22/08/2017	52070	169	88.38

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 329/2017**

Publicação Nº 1426241

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8182 329/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGJ5922	P02VU0001E	28/10/2017	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

**URUSSANGA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8282 1286/2017**

Publicação Nº 1426167

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8282 1286/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MJU6128	54293624N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	195.23
MJZ4197	54293625N	01/09/2017	50020	257	õ 8\$	195.23
MAP8978	P01FR000DX	31/08/2017	50450	162	* V	293.47
MMJ5383	54519983F	11/07/2017	52070	169		88.38
MEE3345	54520434F	01/09/2017	55250	181	* XV	130.16
MJK2611	P01FI0029I	08/08/2017	55680	181	* XIX	195.23
MFS7406	P01FI0024X	24/07/2017	51851	167		195.23
MCR2744	P01FI00293	07/08/2017	51851	167		195.23
MBD0937	54520432F	01/09/2017	51851	167		195.23
MDM1074	54520428F	01/09/2017	51851	167		195.23
MCR2744	P01FI00294	07/08/2017	51852	167		195.23
LYM7292	P01FI00254	24/07/2017	54521	181	* VIII	195.23
IVZ1934	P01FI002C1	14/09/2017	55172	181	* XIV	195.23
MAP8978	P01FR000DW	31/08/2017	65992	230	* V	293.47
MCR3258	P01FI001WW	29/06/2017	73662	252	*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1285/2017

Publicação Nº 1426168

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1285/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHX0850	54312891N	27/10/2017	50020	257 õ 8\$
AKM5138	54898121G	27/09/2017	76332	ART 252, UNICO
MFD0399	P01FI002BY	13/09/2017	50100	162 * I
MBY0625	54898200G	11/10/2017	50100	162 * I
DSE7821	54898115G	26/09/2017	55250	181 * XV
DKB1324	54898129G	28/09/2017	55250	181 * XV
MFL1870	54898126G	27/09/2017	73400	252 * IV





MJX5110	54898120G	26/09/2017	51851	167
LXW9589	54898101G	25/09/2017	51851	167
MJU1042	P01FR000KK	05/10/2017	65992	230 * V
MBY0625	54898201G	11/10/2017	65992	230 * V
MFD0399	P01FI002BX	13/09/2017	65992	230 * V
MHE8434	P01FI002JT	30/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

### VARGÊÃO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8546 421/2017

Publicação Nº 1426033

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8546 421/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AWT1068	P01FQ00070	23/07/2017	58350	195	195.23
AWT1068	P01FQ00071	23/07/2017	51691	165	2934.68

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGÊÃO/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**VARGEM BONITA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8645 318/2017**

Publicação Nº 1426021

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8645 318/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CHV6565	P03C700009	26/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 317/2017**

Publicação Nº 1426022

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8645 317/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------



-----  
MBI6453 P03C70000R 07/10/2017 50100 162 \* I  
MBI6453 P03C70000Q 07/10/2017 51180 164 c/c 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**VIDAL RAMOS**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8422 390/2017**

Publicação Nº 1426090

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8422 390/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCR3605	P02S40000D	13/07/2017	65992	230 * V	293.47
MCB1588	P02S40000F	03/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 389/2017**

Publicação Nº 1426091

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8422 389/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGU6740	P02S200025	10/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**VIDEIRA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2385/2017**

Publicação Nº 1426096

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8416 2385/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MCL4155	P012Y00077	01/08/2017	64080	221	130.16
IPJ6837	P00PD001GH	31/08/2017	69120	232	88.38
NHH0739	P013A000Y3	07/09/2017	69120	232	88.38
MKX2884	P020F0002S	21/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2386/2017

Publicação Nº 1426095

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2386/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIA9490	P00PE001C3	23/02/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MJT9341	P020F0004N	04/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MDL3743	P020C00066	30/08/2017	52070	169	88.38
QHO6220	P0130001FI	03/08/2017	54600	181 * IX	130.16
ALA3667	P020D00051	20/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MDL3743	P020C00067	30/08/2017	58000	192	195.23
MDL3743	P020C00065	30/08/2017	58350	195	195.23
MEZ1511	P013A000WH	09/08/2017	65300	228	195.23
LYG9621	P012Y0003Q	09/07/2017	65300	228	195.23
AJU0763	P0130001EZ	20/07/2017	51851	167	195.23
MDL3743	P020C00068	30/08/2017	52151	170	293.47
MCT4438	P020D00050	19/07/2017	54521	181 * VIII	195.23
IUJ1912	P012Y0009P	11/09/2017	60501	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILMAR ANTUNES PEREIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2383/2017**

Publicação Nº 1426098

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8416 2383/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDD1187	P02OG00076	06/10/2017	50450	162 * V
MDD1187	P02OG00078	06/10/2017	51420	164 c/c 162 * V
MEZ1511	P02OG0008I	31/10/2017	73400	252 * IV
AEX4291	P02OB0003N	29/10/2017	51691	165
MIS8013	55081355F	27/09/2017	67261	230 * XVIII
MDD1187	P02OG00077	06/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2384/2017**

Publicação Nº 1426097

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790



EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8416 2384/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MMH2739	54313002N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MFB3453	54313003N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MQB1514	P012Y000B1	01/10/2017	76251	ART 181, XX
MMD8441	P013A000ZZ	07/10/2017	52070	169
IKA1416	P020F00075	03/10/2017	52070	169
MLZ3587	P012X0012G	05/10/2017	55500	181 * XVIII
OKG6730	P012Y000C9	26/10/2017	55680	181 * XIX
MJF5421	P020D0008S	01/11/2017	56300	182 * VII
LAQ3268	P012Y000AZ	01/10/2017	61220	214 * I
MJM8125	P020C00082	27/09/2017	61220	214 * I
MDA4894	P020C0008G	28/10/2017	65300	228
MEZ1511	P020G0008K	31/10/2017	65300	228
MEZ1511	P020G0008J	31/10/2017	51851	167
MII0823	P012X0012Z	30/10/2017	51851	167
MCB5737	P020F0006T	30/09/2017	51851	167
MGR5575	P012Y000C7	26/10/2017	52311	172
MBH6700	P012X0012W	26/10/2017	54521	181 * VIII
QHM6029	P013A000ZV	07/10/2017	60501	208
MKT9612	P012X0012Y	30/10/2017	70301	244 * I
MEZ1511	P020G0008H	31/10/2017	59670	203 * V
MLB4542	P013A000ZQ	06/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLZ3587	P013A000ZR	06/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MJR5146	P013A000ZS	06/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MHH9571	P020G0008F	25/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MHM1549	P020D0008N	30/10/2017	73661	252*VI
MAU2222	P013A000ZI	03/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

WILMAR ANTUNES PEREIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**VITOR MEIRELES****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8390 559/2017**

Publicação Nº 1426107

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8390 559/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFY5677	P02GD00013	21/07/2017	66020	230 * VI	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 558/2017**

Publicação Nº 1426108

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8390 558/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----  
MLL8560 P02GD0003A 07/10/2017 53800 181 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

**XANXERÊ**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2350/2017**

Publicação Nº 1426332

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2350/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JZE1382	P02Z40001N	02/08/2017	50100	162 * I	880.40
LJD5605	P02Z30002B	11/08/2017	50100	162 * I	880.40
AQY3273	P02ZO0000T	24/08/2017	50100	162 * I	880.40
LWX2254	P01L100058	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
LWX2254	P01L100059	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
JZE1382	P02Z30001Q	02/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LCM4167	P02ZO0000S	21/08/2017	53040	176 * III	1467.34
JZE1382	P02Z30001P	02/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2351/2017**

Publicação Nº 1426331

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2351/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIK4563	P02ZP00020	26/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
ANK1848	P01L20017W	24/07/2017	54010	181 * III	195.23
IUY1680	P01L4000CR	26/07/2017	54600	181 * IX	130.16
QBH7405	P01KA000LF	25/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MGG5185	P01L200189	26/07/2017	51851	167	195.23
ARE2490	P01L20011P	04/07/2017	51851	167	195.23
MAC2619	P01L5000DQ	07/07/2017	51851	167	195.23
DXY7636	P02ZO0000M	18/08/2017	51851	167	195.23
ALW5842	P01L2001J5	31/08/2017	51851	167	195.23
MKK4648	P02WF0001S	25/07/2017	51851	167	195.23
AOJ7692	P01L2001K8	01/09/2017	51851	167	195.23
MFS0697	P01L2001LT	04/09/2017	51851	167	195.23
MHQ8613	P01L2001LV	04/09/2017	51851	167	195.23
IHF1936	P01L2001JO	31/08/2017	51851	167	195.23
MKW8279	P01L2001JM	31/08/2017	51852	167	195.23
MSV5215	P01L200131	08/07/2017	51852	167	195.23
LXG4950	P01L20018M	26/07/2017	51852	167	195.23
MGO9093	P01L20012X	07/07/2017	51852	167	195.23
MEV7706	P01L200144	11/07/2017	51852	167	195.23
MIM0246	P01L2001EM	11/08/2017	51852	167	195.23
MLK2404	P02ZP00023	26/07/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDR1175	54031471G	03/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ABU9468	54031223G	02/06/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IKN3807	54033021G	28/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BCP0177	54033049G	31/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AQJ3875	54033070G	02/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EZI9224	54033077G	02/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AUY2459	54033081G	02/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBW3636	54033084G	02/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IUM9635	54033090G	03/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIX5443	54033092G	03/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJP4567	54031418G	23/06/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYY4295	54031430G	23/06/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
APF6881	54033741G	20/06/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBC3240	54033693G	22/06/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QIE2853	54031402G	22/06/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

MAR5480	54031617G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFW7292	54031619G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIF7269	54031623G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHD2652	54031626G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMB3257	54031629G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGB1292	54031630G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEY8736	54031633G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAR5480	54031639G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CZJ3626	54033282G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGN4737	54033295G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHL5736	54033297G	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIL7623	54033300G	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLA8980	54031909G	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBY6781	54033198G	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHQ2257	54033225G	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGR1986	54033245G	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIT8145	54033248G	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZO9021	54031797G	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKG4602	54031807G	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFJ0080	54033909G	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHO8697	54031910G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IRG3922	54033310G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IJJ4276	54033318G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JBB0203	P01L2001JR	01/09/2017	73662	252*VI			130.16
QIA0109	P01L2001JC	31/08/2017	73662	252*VI			130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2348/2017**

Publicação Nº 1426334

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2348/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYM9452	P02ZM00019	26/10/2017	50292	162* II
MFC9857	P02ZO00023	30/09/2017	50100	162 * I
MFC9857	P02ZO00024	30/09/2017	51180	164 c/c 162 * I
CFF9934	P02ZL0000U	27/10/2017	65992	230 * V
LZW0890	P02ZQ00015	03/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2349/2017

Publicação Nº 1426333

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2349/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IQO6795	54312722N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEI8327	54312723N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MDU2124	54312724N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MBD6772	54312725N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKC1267	54312727N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIP4154	P01L2001Q3	27/10/2017	53800	181 * I
CXV7185	P02ZM0001B	28/10/2017	54600	181 * IX
IAW4880	P01L2001PX	27/10/2017	54870	181 * XI
LZW0161	P02ZL0000Z	29/10/2017	55250	181 * XV
MKA4820	P01L2001PZ	27/10/2017	51851	167
AOH3088	P01L2001PV	26/10/2017	51851	167
ABN0201	P02ZN0000J	30/09/2017	51851	167
MEZ4659	P02ZO00021	30/09/2017	54521	181 * VIII
MJG3361	P01L2001OH	29/09/2017	54522	181 * VIII
MLK7566	P02ZQ0000C	28/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QIK2628	P02ZQ0000V	30/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146



BQA0826	54027231G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AEI1326	54027236G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJP3464	54027237G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AKR0080	54027217G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AZN9476	54027218G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJK4556	54027215G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DAV8273	54031899G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MQF8381	54025462G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLS5334	54033430G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLS5334	54033437G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NCA5179	54027102G	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFE2911	54027003G	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAV2598	54027007G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZA6845	54027036G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIQ8101	54027037G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMA9875	54027046G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AAW3789	54027052G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO7716	54027057G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAC1670	54027083G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCB4660	54026016G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHV6548	54026029G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKQ3054	54026049G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJG0778	54027151G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJB5865	54027158G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEM7201	54027159G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AKC8726	54027180G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IBV9823	54027181G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AGW0519	54027184G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CQC1963	54027190G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJP5162	54026088G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IPG4372	54026214G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NWD7555	54026215G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KDH8966	54026222G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAE5458	54026232G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCG9122	54026239G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

**XAVANTINA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8452 347/2017**

Publicação Nº 1426066

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100



EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8452 347/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAA4020	P034M00008	18/07/2017	51851	167	195.23
BET3131	P034M00007	17/07/2017	54522	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8452 346/2017**

Publicação Nº 1426067

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8452 346/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYP1538	P000000000	08/10/2017	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**XAXIM**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8120 1740/2017**

Publicação Nº 1426293

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8120 1740/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEQ5895	P02WF0003G	24/08/2017	75790	165 A	2934.68
CGD5116	P02WF00038	23/08/2017	50100	162 * I	880.40
CGD5116	P02WF00039	23/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CGD5116	P02WF0003A	23/08/2017	66020	230 * VI	293.47
MEQ5895	P02WF0003H	24/08/2017	73400	252 * IV	130.16
MEQ5895	P02WF0003F	24/08/2017	65992	230 * V	293.47
CGD5116	P02WF0003B	23/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEQ5895	P02WF0003I	24/08/2017	66102	230 * VII	195.23
CGD5116	P02WF0003C	23/08/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8120 1741/2017**

Publicação Nº 1426292

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8120 1741/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDD4807	54294310N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJZ5078	54294311N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJD3216	54294312N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MEF3776	55708433E	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IUB8970	55708435E	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LZQ6354	55708447E	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYX5179	55707604E	19/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHL2668	55707551E	29/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
APP3407	55707557E	30/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLS3310	55707651E	19/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CJQ8781	55706145E	18/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DAK7009	55708373E	07/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AOH5833	55708419E	15/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVO HEIDRICH SILVEIRA  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1738/2017**

Publicação Nº 1426295

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8120 1738/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MEI9493 P02XM0001L 05/10/2017 50531 162 \* VI  
MBP9011 P02WF0004T 05/10/2017 67261 230 \* XVIII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1739/2017**

Publicação Nº 1426294

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1739/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MIM1237 54307343N 10/10/2017 50020 257 ã 8\$  
MLV2721 54312970N 27/10/2017 50020 257 ã 8\$  
MEI9493 P02XM0001K 05/10/2017 70301 244 \* I  
ATJ4751 55707545E 23/09/2017 55412 181\*XVII c/ Lei13146  
MJB0358 55707538E 16/09/2017 55412 181\*XVII c/ Lei13146  
CSN9165 55707534E 15/09/2017 55412 181\*XVII c/ Lei13146  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2017.

IVO HEIDRICH SILVEIRA  
DIRETOR DE TRANSITO